

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

DISCURSOS
ACADÊMICOS

TOMO I

VOLUMES I - II - III - IV

1897-1919



Rio de Janeiro
2005

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

DIRETORIA DE 2005

Presidente - *Ivan Junqueira*
Secretário-geral - *Evanildo Bechara*
Primeira-Secretária - *Ana Maria Machado*
Segundo-Secretário - *Marcos Vinícios Vilaça*
Tesoureiro - *Cícero Sandroni*
Diretor das Publicações - *Alberto Venancio Filho*

PUBLICAÇÕES DA ABL

Produção editorial e Revisão
Nair Dametto

Assistente editorial
Monique Cordeiro F. Mendes

Digitação
Assunta Dametto

Capa e Editoração eletrônica
Maanaim Informática Ltda.

DISCURSOS ACADÊMICOS – ISSN 1677-7239

Sede da ABL: Avenida Presidente Wilson, 203
Castelo – 20030-021
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (0xx21) 3974-2500 / Fax : (0xx21) 2220-6695
E-mail: publicacoes@academia.org.br
Site: <http://www.academia.org.br>

DISCURSOS ACADÊMICOS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

MEMBROS EFETIVOS – 2005

Affonso Arinos de Mello Franco

Alberto da Costa e Silva

Alberto Venancio Filho

Alfredo Bosi

Ana Maria Machado

Antonio Carlos Secchin

Antonio Olinto

Ariano Suassuna

Arnaldo Niskier

Candido Mendes de Almeida

Carlos Heitor Cony

Carlos Nejar

Cícero Sandroni

Eduardo Portella

Evanildo Bechara

Evaristo de Moraes Filho

Pe. Fernando Bastos de Ávila

Helio Jaguaribe

Ivan Junqueira

Ivo Pitanguy

João de Scantimburgo

João Ubaldo Ribeiro

José Murilo de Carvalho

José Sarney

Josué Montello

Lêdo Ivo

Lygia Fagundes Telles

Marco Maciel

Marcos Vinícios Vilaça

Miguel Reale

Moacyr Scliar

Murilo Melo Filho

Nélida Piñon

Oscar Dias Corrêa

Paulo Coelho

Sábato Magaldi

Sergio Corrêa da Costa

Sergio Paulo Rouanet

Tarcísio Padilha

Zélia Gattai

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Alberto Venancio Filho (*Diretor*)

SUMÁRIO

<i>Apresentação – Ivan Junqueira</i>	ix
<i>Introdução – Afrânio Peixoto</i>	xiii
<i>Sessão de Inauguração da Academia</i> (20 de julho de 1897).....	I
I – Discurso do Sr. Machado de Assis.....	3
II – Discurso do Sr. Joaquim Nabuco.....	5
III – Relatório do Sr. Rodrigo Octavio.....	15
<i>Sessão de Encerramento do 1º ano acadêmico</i> (7 de dezembro de 1897).	21
Discurso do Sr. Machado de Assis	23
<i>Recepção de João Ribeiro</i> (30 de novembro de 1898).....	27
I – Discurso do Sr. João Ribeiro	29
II – Resposta do Sr. José Veríssimo	37
<i>Recepção de Domício da Gama</i> (1º de julho de 1900).....	47
I – Discurso do Sr. Domício da Gama	49
II – Resposta do Sr. Lúcio de Mendonça	59
<i>Recepção de Francisco de Castro</i> (10 de outubro de 1902).....	63
I – Discurso do Sr. Francisco de Castro	65
II – Prefácio de Rui Barbosa	85
<i>Recepção de Oliveira Lima, Manuel de</i> (17 de julho de 1903).....	95
I – Discurso do Sr. Oliveira Lima	97
II – Resposta do Sr. Salvador de Mendonça	131

<i>Recepção de Afonso Arinos</i> (18 de setembro de 1903).....	139
I – Discurso do Sr. Afonso Arinos	141
II – Resposta do Sr. Olavo Bilac	161
<i>Recepção de Sousa Bandeira, João Carneiro de</i> (10 de agosto de 1905)..	177
I – Discurso do Sr. Sousa Bandeira	179
II – Resposta do Sr. Graça Aranha	193
<i>Recepção de Mário de Alencar</i> (14 de agosto de 1906).....	203
I – Discurso do Sr. Mário de Alencar	205
II – Resposta do Sr. Coelho Neto	223
<i>Recepção de Euclides da Cunha</i> (18 de dezembro de 1906).....	247
I – Discurso do Sr. Euclides da Cunha	249
II – Resposta do Sr. Sílvio Romero	269
<i>Recepção de Artur Jaceguai</i> (9 de novembro de 1907).....	311
I – Discurso do Sr. Artur Jaceguai	313
II – Resposta do Sr. Afonso Arinos	323
<i>Recepção de Augusto de Lima</i> (5 de dezembro de 1907).....	347
I – Discurso do Sr. Augusto de Lima	349
II – Resposta do Sr. Medeiros e Albuquerque	363
<i>Recepção de Artur Orlando</i> (28 de dezembro de 1907).....	383
I – Discurso do Sr. Artur Orlando	385
II – Resposta do Sr. Oliveira Lima	409
<i>Recepção de Paulo Barreto</i> (João do Rio) (17 de agosto de 1910).....	419
I – Discurso do Sr. Paulo Barreto	421
II – Resposta do Sr. Coelho Neto	447
<i>Recepção de Pedro Lessa</i> (6 de setembro de 1910).....	457
I – Discurso do Sr. Pedro Lessa	459
II – Resposta do Sr. Clóvis Beviláqua	477
<i>Recepção de Dantas Barreto</i> (7 de janeiro de 1911).....	487
I – Discurso do Sr. Dantas Barreto	489
II – Resposta do Sr. Carlos de Laet	501

<i>Recepção de Afrânio Peixoto</i> (14 de agosto de 1911).....	517
I – Discurso do Sr. Afrânio Peixoto	519
II – Resposta do Sr. Araripe Júnior	543
<i>Recepção de Osvaldo Cruz</i> (26 de junho de 1913).....	557
I – Discurso do Sr. Osvaldo Cruz	559
II – Resposta do Sr. Afrânio Peixoto	579
<i>Recepção de Félix Pacheco</i> (14 de agosto de 1913).....	599
I – Discurso do Sr. Félix Pacheco	601
II – Resposta do Sr. Sousa Bandeira	629
<i>Recepção de Alcides Maya</i> (21 de julho de 1914).....	643
I – Discurso do Sr. Alcides Maya	645
II – Resposta do Sr. Rodrigo Octavio	671
<i>Recepção de Antônio Austregésilo</i> (3 de dezembro de 1914).....	685
I – Discurso do Sr. Antônio Austregésilo.....	687
II – Resposta do Sr. Mário de Alencar	703
<i>Recepção de Goulart de Andrade, José Maria</i> (20 de setembro de 1916).	721
I – Discurso do Sr. Goulart de Andrade	723
II – Resposta do Sr. Alberto de Oliveira	739
<i>Recepção de Osório Duque-Estrada</i> (25 de outubro de 1916).....	751
I – Discurso do Sr. Osório Duque-Estrada.....	753
II – Resposta do Sr. Coelho Neto	775
<i>Recepção de Luís Guimarães Filho</i> (19 de julho de 1917).....	791
I – Discurso do Sr. Luís Guimarães Filho	793
II – Resposta do Sr. Paulo Barreto	813
<i>Recepção de Lauro Müller</i> (16 de agosto de 1917).....	827
I – Discurso do Sr. Lauro Müller	829
II – Resposta do Sr. Afonso Celso	849
<i>Recepção de Aaulfo de Paiva</i> (23 de março de 1918).....	873
I – Discurso do Sr. Aaulfo de Paiva	875
II – Resposta do Sr. Medeiros e Albuquerque	905

<i>Sem data</i>	917
I – Discurso do Sr. Emílio de Meneses	919
<i>Recepção de Aloísio de Castro</i> (15 de abril de 1919).....	927
I – Discurso do Sr. Aloísio de Castro	929
II – Resposta do Sr. Afrânio Peixoto	949
<i>Recepção de Miguel Couto</i> (2 de junho de 1919).....	971
I – Discurso do Sr. Miguel Couto	973
II – Resposta do Sr. Mário de Alencar	991
<i>Recepção de Alfredo Pujol</i> (23 de junho de 1919).....	1007
I – Discurso do Sr. Alfredo Pujol	1009
II – Resposta do Sr. Pedro Lessa	1031
<i>Recepção de Alberto Faria</i> (6 de agosto de 1919)	1055
I – Discurso do Sr. Alberto Faria	1057
II – Resposta do Sr. Mário de Alencar	1091
<i>Recepção de Amadeu Amaral</i> (14 de novembro de 1919).....	1107
I – Discurso do Sr. Amadeu Amaral	1109
II – Resposta do Sr. Carlos Magalhães de Azeredo	1137
<i>Recepção de Hélio Lobo</i> (26 de novembro de 1919).....	1169
I – Discurso do Sr. Hélio Lobo	1171
II – Resposta do Sr. Lauro Müller	1181

APRESENTAÇÃO

A coleção dos *Discursos Acadêmicos*, agora sob nova indumentária gráfico-visual, teve início com a publicação dos discursos que pronunciaram o Presidente Machado de Assis e o Secretário-Geral Joaquim Nabuco durante a sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897, e prossegue com os elogios que fizeram os acadêmicos sucessores e as saudações (ou respostas) a eles dirigidas nas cerimônias de posse. O primeiro acadêmico a suceder um confrade foi João Ribeiro, eleito para a vaga de Luís Guimarães Júnior e recebido em 30 de novembro de 1898 por José Veríssimo. Os 40 fundadores não fizeram o elogio dos patronos, à exceção de Domício da Gama, recebido por Lúcio de Mendonça em 1º de julho de 1900; e de Oliveira Lima, quando foi saudado por Salvador de Mendonça em 17 de julho de 1903.

Não tomaram posse solene na Academia, deixando por isso de fazer o elogio de seus respectivos antecessores, os seguintes acadêmicos: Barão do Rio Branco, eleito em 1898; Francisco de Castro, eleito em 1899 e falecido um dia depois da data marcada para a posse (seu discurso e a saudação de Rui Barbosa foram publicados na coleção); Martins Júnior, eleito em 1902; Heráclito Graça, eleito em 1906; Lafayette Rodrigues Pereira, eleito em 1909; Vicente de Carvalho, também eleito nesse último ano; Emílio de Meneses, eleito em 1914, que teve censurado o seu discurso pela Mesa da Academia e que faleceu poucos meses antes da data prevista para a posse; Barão Homem de Melo, eleito em 1916; Eduardo Ramos, eleito em 1922; Santos Dumont, eleito em 1931 e que faleceu nesse mesmo ano; e Rocha Pombo, eleito em 1933 e falecido logo em seguida. Os 28 volumes publicados da coleção, o último dos quais em 2002, reúnem os discursos proferidos até 2001, devendo o volume 29 ser publicado até o fim de 2005.

Na sua Introdução à reedição, em sete tomos, dos 21 primeiros volumes da coleção *Discursos Acadêmicos*, publicados em capa dura e papel tipo bíblia, o então Presidente Afrânio Peixoto, responsável por essa iniciati-

va, considerou a “literatura formal dos discursos” essencial à “imortalidade” das academias, sublinhando que há neles “páginas de mestres”, e que quem souber lê-los terá “uma história literária ou uma crítica de letras”. Observou ainda Afrânio Peixoto que, publicados na íntegra, esses discursos “já dispensarão coletâneas de excertos, em que a malícia escolherá os piores trechos, por amostra dessa literatura protocolar”, que nos legaram alguns dos “homens de letras mais consideráveis do Brasil”.

A retomada da coleção dos *Discursos Acadêmicos*, mais uma vez em capa dura e papel bíblia, reúne, neste primeiro tomo, além dos discursos da sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras e o de encerramento do primeiro ano acadêmico, os discursos de posse e as respostas proferidos por 30 acadêmicos, entre 1897 e 1919, ou seja, desde os de Machado de Assis e Joaquim Nabuco até os de Hélio Lobo e Lauro Müller. Graças a eles se pode avaliar, de alguma forma e até certo ponto, a situação da literatura brasileira e do movimento de idéias nas duas primeiras décadas do século XX, quando se consolidou entre nós o Parnasianismo, cujos expoentes pertenceram à Academia tanto no domínio da poesia quanto no âmbito da prosa. Os discursos acadêmicos desse período refletem, por outro lado, boa parte das turbulências políticas e sociais por que passou o país durante os primeiros anos do regime republicano, pois, se é verdade que a Academia sempre se manteve à distância do cenário político nacional, assim necessariamente não o fizeram, como tampouco depois não o fariam, diversos de seus membros, que, às vezes, participaram ativamente da vida pública do país.

Ao contrário de alguns discursos que se tornaram célebres na história mais recente das idéias e da literatura ocidentais, como o de Maquiavel no século XVI sobre a primeira década de Tito Lívio, os de Descartes e Bossuet, no século XVII, ou os de Rousseau, no século XVIII, os discursos acadêmicos de posse ou de recepção devem sua tradição ao êxito que alcançou o de Olivier Patru, quando foi admitido na Académie Française em 1640. É desse ano que datam, na França, os discursos de posse, os quais, a partir de 1673, passaram a ser proferidos em sessões abertas ao público. Pode-se entendê-los, como é próprio do gênero, à luz da arte oratória e do calor retórico que decerto irradiam, mas não é raro que sejam também uma expressão do estilo refinado e do bom uso das mais caras tradições da língua em que são escritos.

E se na França foi assim, assim também o foi na Academia que tomou a de Richelieu por modelo institucional. É bem de ver que nas páginas dos discursos de posse ou de recepção agora coligidos neste Tomo I encontra-se condensada boa parte não apenas de memoráveis exemplares do gênero, mas também da própria história da Instituição que ora os dá à estampa, e cujo pressuposto primordial é o de zelar pela língua portuguesa e pela literatura a que ela deu origem desde o momento em que, pela primeira vez, o idioma de Camões cruzou o Atlântico e aqui deitou a semente daquela “última flor do Lácio” a que, certa vez, aludiu um dos imortais da Casa de Machado de Assis.

IVAN JUNQUEIRA
Presidente
Abril de 2005

INTRODUÇÃO*

Afrânio Peixoto

Disse um acadêmico, Anatole France, que os habitantes de certa ilha, perdida no Pacífico, comiam os velhos: nós fazíamos deles acadêmicos. Era um abrandamento do canibalismo... As academias são mais. São instituições de defesa mútua, contra o canibalismo natural das novas gerações.

Há impaciência de aparecer, e as crianças são gênios efêmeros: é preciso aproveitar, com tempo. Não há rapazinho que escreva o primeiro conto, antes de o ter vivido, que não se reconheça prejudicado pelos que o precederam, na consideração, na fama, no prestígio, junto aos editores e ao público.

Cada um destes jovens, ainda inéditos, começa a história literária, senão a história universal. A propaganda, as comparsarias, a demolição tão grata dos valores cotados na esperança de novas cotações, fazem das reputações loterias, ou bolsa, ou tavolagem, de jogo ou de azar. Às vezes é sentimento: uma saudade, de família ou de amor, substitui o mérito literário nas proclamações.

Os prêmios literários são disputados, a empenho. Os editores têm revistas e jornais para engrandecer a mercadoria própria e detratar a mercadoria alheia. Às suas publicações chamam-se modestamente “bibliotecas de obras-primas”, “coleção de grandes livros nacionais”, ou “universais”.

* Publicada na reedição dos *Discursos Acadêmicos*, Tomo I (1897-1919), Rio de Janeiro, 1965.

Ora, se não fosse o Código Penal, os autores maiores de trinta anos teriam destino parecido ao dos velhos da tal ilha do Pacífico: contentam-se apenas com a descompostura, que é vantagem. As academias são o abrigo, o seguro de vida literário...

Sempre foi o Brasil achacado a elas, às academias. Imitação à moda peregrina, com razão maior de ser, aqui, onde os costumes são menos polidos e decentes. Vêm de longe as academias: de 1582 é a Academia della Crusca, de Florença. Do século XVII em diante elas pululam. De 1635 é a Academia Francesa; de 1663, a Academia das Inscrições e Belas-Artes; de 1666, a Academia das Ciências, em França; a Academia Real de Londres é de 1660; a Arcádia Romana, de 1690; de 1700, a Academia da Prússia; a Academia Espanhola, de 1714; de 1725, a de São Petersburgo.

Em Portugal a Academia dos Generosos é de 1647 e a Academia dos Singulares de 1663. Desta disse Dom Francisco Manuel: “Com epítetos particulares se apelidaram todos os acadêmicos do mundo: ‘Confiados’ se chamaram os de Pávia; ‘Declarados’, os de Sena; ‘Elevados’, os de Ferrara; ‘Inflamados’, os de Pádua; ‘Unidos’, os de Veneza...” Assim os Generosos e Singulares lusitanos. De 1720 é a Academia Real de História Portuguesa; de 1756, a Arcádia Ulissiponense; de 1780, a Academia Real das Ciências; a Nova Arcádia ou Academia das Belas-Letras de Lisboa é de 1790.

A moda aqui viria ter. É de 1724 a Academia Brasília dos Esquecidos, da Bahia. Em 1736, no Rio, se instalaria a Academia dos Felizes. A Academia dos Seletos, também no Rio, será de 1751. Na Bahia, em 1759, reviveriam os “Esquecidos” e, daí, a Academia Brasília dos Renascidos. Antes de 1768 lograríamos a Arcádia Ultramarina; a Academia Científica do Rio de Janeiro é de 1791; a Sociedade Literária fora de 1786...

A Academia Brasileira de Letras é de 1896, e tem progênie gloriosa nas vinte academias estaduais. Destas se pode dizer o mesmo que Voltaire, das academias provinciais de França: são filhas, *bien sages*, porque não dão que falar de si, falar mal, como acontece à nossa, a “brasileira”... A má fama lhe aumentou com o legado de um livreiro, o nosso Monthyon, Francisco Alves, que a fez milionária, tirando-lhe, com isso, a popularidade literária.

Felizmente os seus inimigos de vinte anos são, aos trinta, candidatos e, aos quarenta, acadêmicos... É a vingança das gerações. Em todo o caso, se não fossem as academias, não haveria velhos homens de letras: teriam sido comidos pelos jovens, e às vezes inéditos homens de letras, como na tal ilha do Pacífico. Em vez, porém, de tal canibalismo, a crítica dos jornais amarelos e das revistas “novas”. Antes disso...

* * *

A Academia Brasileira terá de viver. Tem um patrimônio cobiçado e uma finalidade social. Quando tiver passado, não apenas de 40 anos, mas de 400, será uma força moral, e a ética aperfeiçoará a estética. Será uma instituição secular, venerável e, talvez, útil, de decência ou de polícia, da literatura ou dos literatos.

Não é sem defeitos hoje: perdê-los-á, com a mocidade, impaciente e injusta. Será digna do Brasil de então, como tem os defeitos do Brasil de agora. Será, pois, sempre “brasileira”.

Até lá, é preciso ir preparando a tradição. Publicaremos, proximamente, sua recente história, documentar, como convém, sem julgamento – que seria precipitado. Esses documentos são precedidos, agora, da literatura formal dos discursos, primeira produção acadêmica. A essência da precária “imortalidade” das academias... Que é de fato um acadêmico? Dois discursos: um, de corpo presente, no dia da posse, e outro, – ai de nós! – já ausentes, na posse do sucessor...

Publicamo-los honestamente, a esses discursos, na íntegra: já dispensarão coletâneas de excertos, em que a malícia escolherá os piores trechos, por amostra dessa literatura protocolar.

Aí há, porém, páginas de mestres. A quem souber ler resultará mesmo uma história literária ou uma crítica de letras, porque, queiram ou não queiram, ainda, e sempre, espero, pela Academia Brasileira vão e irão passando os homens de letras mais consideráveis do Brasil. Ainda um Capistrano de Abreu, remisso e desdenhoso, aí está, nas constantes referências que suscita. Ele e outros: os acadêmicos já não têm mais o “estômago danado”, como diria o Camões, que suprime os outros, como na tal ilha do Pacífico...

Discurso do
SR. MACHADO DE ASSIS

Discurso do
SR. JOAQUIM NABUCO

Relatório do
SR. RODRIGO OCTAVIO

*Sessão de Inauguração da Academia
20 de julho de 1897*

I

DISCURSO DE MACHADO DE ASSIS

Pronunciado na sessão inaugural
da Academia Brasileira de Letras
em 20 de julho de 1897,
ao empossar-se Presidente.

SENHORES,

Investindo-me no cargo de presidente, quisestes começar a Academia Brasileira de Letras pela consagração da idade. Se não sou o mais velho dos nossos colegas, estou entre os mais velhos. É simbólico da parte de uma instituição que conta viver, confiar da idade funções que mais de um espírito eminente exerceria melhor. Agora, que vos agradeço a escolha, digo-vos que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.

Não é preciso definir esta instituição. Iniciada por um moço, aceita e completada por moços, a Academia nasce com a alma nova, naturalmente ambiciosa. O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária. Tal obra exige, não só a compreensão pública, mas ainda e principalmente a vossa constância. A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda casta, às escolas literárias e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso. Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais é indício de

que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-vos fazer com que ele perdure. Passai aos vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles os transmitam aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira. Está aberta a sessão.

II

DISCURSO DO SR. JOAQUIM NABUCO

Pronunciado na sessão inaugural
da Academia Brasileira de Letras
em 20 de julho de 1897,
na qualidade de Secretário-Geral.

MEUS Senhores,

Uma vez que conversávamos sobre os nossos estatutos achei ousado darmos, como tranqüilamente se propunha, o título de perpétuo ao nosso secretário; pensava eu então no constrangimento do nosso colega a quem tocasse lançar aquele soberbo desafio ao nosso temperamento. Não imaginava estar falando em defesa própria. A primeira condição de perpetuidade é a verossimilhança, e o que tentamos hoje é altamente inverossímil. Para realizar o inverossímil o meio heróico é sempre a fé; a homens de letras que se prestam a formar uma Academia, não se pode pedir fé; só se deve esperar deles a boa fé. A questão é se ela bastará para garantir a estabilidade de uma companhia exposta como esta a tantas causas de desânimo, de dispersão e de indiferentismo. Se a Academia florescer, os críticos deste fim de século terão razão em ver nisso um milagre; terá sido com efeito um extraordinário enxerto, uma verdadeira maravilha de cruzamento literário.

A nossa formação não passará incólume; seremos acusados de nos termos escolhido a nós mesmos, de nos termos feito Imortais e em número de quarenta. Se não tivéssemos quadro fixo, receávamos não ser uma companhia.

Tendo-o, se fossemos menos de quarenta, como não se diria: “A Academia Francesa, que é a Academia Francesa, e se reúne em Paris, donde ninguém quer sair, precisa ter quarenta membros para trabalhar, e entre nós, onde ninguém se reúne, no Rio de Janeiro, donde se vive em Paris, julgamos poder ter só vinte, ou trinta?” Se fossemos mais, estais ouvindo o tom de desdém: “A França, que é a França, só tem quarenta acadêmicos, e nós, que não temos quase literatura, temos a pretensão de ter cinqüenta.” O número de quarenta era quase forçado, por que não dizê-lo? tinha a medida do prestígio, esse quê simbólico das grandes tradições, o cunho do *primum capientis*: as proporções justas de qualquer criação humana são sempre as que foram consagradas pelo sucesso. Não tomamos à França todo o sistema decimal? Podíamos bem tomar-lhe o metro acadêmico. Nós somos quarenta, mas não aspiramos a ser os Quarenta.

Quanto à escolha própria, como podia ser evitada? Nenhum de nós lembrou o seu próprio nome; todos fomos chamados e chamamos a quem nos chamou... Houve uma boa razão para nos reunirmos ao convite do Sr. Lúcio de Mendonça; é que, exceto essa, só havia outra forma de apresentação: a oficial. Não seria decerto mais inspirada, e não podia ser tão ampla, a nomeação por decreto, e uma eleição pública havia de ressentir-se da cor local. De qualquer modo que se formasse a série dos primitivos, a origem seria imperfeita; resultariam iguais injustiças. Não temos de que nos afligir: todas as Academias nasceram assim. Que era a Academia Francesa quando a Richelieu ocorreu insuflar-lhe o seu gênio, associá-la à sua missão? Era uma reunião de sete ou oito homens de espírito em Paris. E as Academias, as Arcádias todas do século passado? Qualquer pretexto é bom para nascer... Não se deve inquirir das origens. Quando a vida aparece, é que o inconsciente tomou parte na concepção, e com a vida vem a responsabilidade, que enobrecer as origens as mais duvidosas. Quem nos lançará em rosto o nosso nascimento, se fizermos alguma coisa; se justificarmos a nossa existência; criando para nós mesmos uma função necessária e desempenhando-a? Acaso tem o ator que provar ao público o seu direito de existir? Não basta a emoção que desprende de si e faz passar por todos nós? E o pintor, o escultor, o poeta? Não basta a obra?

Na formação do primeiro quadro era preciso atender à proporção de ausentes. A Europa exerceu sempre sobre a imaginação dos nossos homens de letras uma atração perigosa. Houve, talvez, tempo em que Magalhães, Gonçalves Dias, Porto-Alegre, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, Sales Torres-Homem, Maciel Monteiro, Gomes de Sousa, Varnhagen, Joaquim Caetano, Pereira da Silva, podiam ter formado uma Academia Brasileira em Paris. Isso vinha de trás, e continua hoje com mais força. Bem poucos dos nossos homens de letras recusariam em qualquer tempo um desterro para longe do país. Há felizmente muito entre nós, quem de coração, de sentimento, pela imaginação, pelo espírito, por todo o prazer de viver, prefira o quadro, o aspecto, a sensação do nosso torrão brasileiro a todos os panoramas da arte da Europa. Para ser assim tão sincero, tão definitivamente brasileiro, – em alguns isso vem de uma reação natural contra o egoísmo estético – parece, a julgar pelo nosso confrade, o autor da *Retirada da Laguna*, que o melhor é ter tido no sangue a inoculação da própria arte européia. Como quer que seja, foi preciso contar com essa migração certa do talento nacional, com esse tributo que ele pagou sempre a Paris.

Havia também que atender à representação igual dos antigos e dos modernos... Uma censura não nos hão de fazer: a de sermos um gabinete de antigualhas. A Academia está dividida ao meio, entre os que vão e os que vêm chegando; os velhos, aliás sem velhice, e os novos; os dois séculos estão bem acentuados, e se algum predomina é o que entra; o século XX tem mais representação entre nós do que o século XIX. Quanto a mim, já tomei o meu partido... Uma vez me pronunciei entre os dois e como o fiz no livro de uma jovem senhora do nosso patriciado, pedir-lhe-ei licença para reproduzir creio que nos mesmos termos, essa minha última profissão de fé. “Nascido, dizia eu, em uma época de transição, prefiro em tudo, arte, política, religião, ligar-me ao passado que ameaça ruína do que ao futuro que ainda não tem forma.” É apenas, como vedes, uma preferência; resta-me ainda muita simpatia pelas quimeras que disputam umas às outras o toque da vida e muita curiosidade pelas invenções e revelações iminentes. Eu não sou o poeta do quadro de Gleyre, vendo a barca das ilusões perdidas, dourada pelo crepúsculo da tarde, e abismado no seu próprio isolamento; o coração, que é a parte fixa de nós mesmos, está em mim voltado para o céu estrelado, para a cúpula de verdades

imortais, de princípios divinos, que sucede ao trabalho, aos esforços, às ardentes decepções do dia. Oh!..., meus senhores, é quando a vida pára, que se tem a plenitude do viver. Ao contrário de tudo o mais, a vida, falo da vida intelectual, não é o movimento; é a parada do espírito, a absorção, a dilatação infinita do pensamento em um só objeto, em um só gozo, em uma só compreensão. *Quieta non movere*. Serei talvez um velho imaginário; é o meio de não ser um jovem imaginário. Há na vida uma coisa que não se deve fingir: — é a mocidade.

Devo confessar-vos que assim pensada, com uma ou outra lacuna, das quais algumas se explicam pela recusa dos escolhidos, e com uma exceção apenas, a nossa lista de nomes parece representar o que as nossas letras possuem de mais distinto. Algumas das nossas individualidades mais salientes nos estudos morais e políticos, no jornalismo e na ciência, deixaram de ser lembradas... A literatura quer que as ciências, ainda as mais altas, lhe dêem a parte que lhe pertence em todo o domínio da forma. Outros nomes, estes literários, estão ausentes, alguns, porém, renunciaram às letras. Devo dizer que compreendo a omissão destes: a uma Academia importa mais elevar o culto das letras, o valor do esforço, do que realçar o talento e a obra do escritor. Decerto, deixamos ao talento a liberdade de se apagar. Alguém fez uma bela obra? Admiremos a obra e deixemos o autor viver como toda a gente; não o forcemos, querendo que se exceda de si mesmo, a refazer-se, uma e mais vezes, a viver da sua reputação, diminuindo-a sempre. Não o condenemos à série, deixemo-lo desaparecer na fileira, depois de ter feito uma brilhante ação como soldado. A altivez do talento pode consistir nisso mesmo, em não diminuir. É a primeira liberdade do artista, deixar de produzir; não, porém, renunciar a produzir; repelir a inspiração, abdicar o talento, deixar a imaginação atrofiar-se. Isso é desinteressar-se das suas próprias criações anteriores, as quais só podem viver por essa cultura literária, que perdeu para ele toda a primazia.

Não há em nosso grêmio omissão irreparável; a morte encarrega-se de abrir nossa porta com intervalos mais curtos do que o gênio ou o talento toma para produzir qualquer obra de valor. Nós, os primeiros, seremos os únicos acadêmicos que não tiveram mérito em sê-lo, quase todos entramos por indicação singular, poucos foram eleitos pela Academia ainda incompleta,

e nessas escolhas cada um de nós como que teve em vista corrigir a sua elevação isolada, completar a distinção que recebera; só dora em diante, depois que a Academia existir, depois de termos uma regra, tradições, emulação, e em torno de nós o interesse, a fiscalização da opinião, a consagração do sucesso, é que a escolha poderá parecer um plebiscito literário. Nós de fato constituímos apenas um primeiro eleitorado.

As Academias, como tantas outras, precisam de antiguidade. Uma Academia nova é como uma religião sem mistérios; falta-lhe solenidade. A nossa principal função não poderá ser preenchida senão muito tempo depois de nós, na terceira ou quarta dinastia dos nossos sucessores. Não tendo antiguidade, tivemos que imitá-la, e escolhemos os nossos antepassados. Escolhemo-los por motivo, cada um de nós, pessoal, sem querermos, eu acredito, significar que o patrono da sua cadeira fosse o maior vulto das nossas letras. Foi assim, pelo menos, que eu escolhi a Maciel Monteiro. Nesse misto de médico poeta, de orador diplomata, de *dandy* que vem a morrer de amor, elegi o pernambucano. A lista das nossas escolhas há de ser analisada como um curioso documento autobiográfico; está aí o sentido da minha. Entretanto, como nenhum de nós preocupou-se de escolher a maior figura de nossas letras, pode ser que algumas delas não figurem nesse quadro. Teremos meio de reparar essa falta com homenagens especiais. Restam apenas cinco cadeiras: já não há lugar para entrarem juntos Alexandre de Gusmão, Antônio José, Santa Rita Durão, São Carlos, Monte-Alverne, José da Silva Lisboa, Porto-Alegre, Sales Torres-Homem, José Bonifácio, o avô e o neto, Antônio Carlos, J.J. da Rocha, Odorico Mendes, Ferreira de Meneses.

Basta essa curta história de nossa formação para se ver que não podemos fazer o mal atribuído às Academias pelos que não querem na literatura sombra da mais leve tutela, do mais frouxo vínculo, do mais insignificante compromisso. É um anacronismo reacear hoje para as Academias o papel que elas tiveram em outros tempos, mas se aquele papel fosse ainda possível, nós teríamos sido organizados para não o podermos exercer. Se percorreres a nossa lista, vereis nela a reunião de todos os temperamentos literários conhecidos. Em qualquer gênero de cultura somos um México intelectual; temos a *tierra caliente*, a *tierra templada* e a *tierra fría*... Já tivemos a Academia dos Felizes; não seremos a dos Incompatíveis, mas na maior parte

das coisas não nos entendemos. Eu confio que sentiremos todo o prazer de concordarmos em discordar; essa desinteligência essencial é a condição da nossa utilidade, o que nos preservará da “uniformidade acadêmica”. Mas o desacordo tem também o seu limite, sem o que começaríamos logo por uma dissidência. A melhor garantia da liberdade e independência intelectual é estarem unidos no mesmo espírito de tolerância os que vêm as coisas d’arte e poesia de pontos de vista opostos. Para não podermos fazer nenhum mal basta isso; para fazermos algum bem é preciso que tenhamos algum objetivo comum. Não haverá nada comum entre nós? Há uma coisa: é a nossa própria evolução; partimos de pontos opostos para pontos opostos, mas, como astros que nascessem uns a leste e outros a oeste, temos que percorrer o mesmo círculo, somente em sentido inverso. Há assim de comum para nós o ciclo, o meio social que curva os mais rebeldes e funde os mais refratários; há os interstícios do papel, da característica, do grupo e filiação literária, de cada um; há a boa-fé invencível do verdadeiro talento. A utilidade desta companhia será, a meu ver, tanto maior quanto for um resultado da aproximação, ou melhor, do encontro em direção oposta, desses ideais contrários, a trégua de prevenções recíprocas em nome de uma admiração comum, e até, é preciso esperá-lo, de um apreço mútuo.

Porque, senhores, qual é o princípio vital literário que precisamos criar por meio desta Academia, como se compõe a matéria orgânica em laboratórios de química? É a responsabilidade do escritor, a consciência dos seus deveres para com sua inteligência, o dever superior da perfeição, o desprezo da reputação pela obra. Acreditais que um tal princípio limite em nada a espontaneidade do gênio? Não, o que faz é somente impor maiores obrigações ao talento. A responsabilidade não pode ameaçar nenhuma independência, coartar nenhuma ousadia; é dela, pelo contrário, que saem todas as nobres audácias, todas as grandes rebeldias. Em França, a Academia reina pelo prestígio de sua tradição; exerce sua influência pela escolha, pela convivência e pelo tom; mantém um estilo acadêmico, como toda a arte francesa, convencional, acabado, perfeito, e que só poderia parecer estreito a um gênio do Norte, como Shakespeare. Mas não é do destino da França produzir Shakespeares... Nós não temos por missão produzir esse estilo, o qual, como toda concepção intelectual, escapa à vontade e ao propósito, pode ser guarda-

do e cultivado, mas não pode ser criado, obedece a leis de cristalização de cada idioma, à simetria de cada gênio nacional. Nós pretendemos somente defender as fontes do gênio, da poesia e da arte, que estão quase todas no prestígio, ou antes na dignidade da profissão literária... Não tenhamos tanto ciúme do gênio, o gênio há de revelar-se de qualquer modo; ele faz a sua própria lei, cria o seu próprio berço, esconde o seu nascimento, como Júpiter infante, no meio dos seus coribantes.

Além da deferência devida à companhia a que me faziam pertencer, confesso-vos que aceitei a honra que me foi feita, atraído pelo prazer de me sentir ao lado da nova geração. Cedi também, devo dizer-vos, à necessidade que sente de atividade, de renovação um espírito muito tempo ocupado na política e que de boa-fé acredita ter voltado às letras. Na Academia estamos certos de não encontrar a política. Eu sei bem que a política, ou, tomando-a em sua forma a mais pura, o espírito público, é inseparável de todas as grandes obras: a política dos Faraós reflete-se nas pirâmides tanto quanto a política ateniense no Partenon; o gênio católico da Idade Média está na *Divina Comédia*, como o gênio da protestante do Protetorado está no *Paraíso Perdido*, como o gênio da França monárquica está na literatura e no estilo dos séculos XVII e XVIII...

Nós não pretendemos matar no literato, no artista, o patriota, porque sem a pátria, sem a nação, não há escritor, e com ela há forçosamente o político. Até hoje, apesar do cristianismo, que trouxe o sentimento de uma comunhão mais vasta, o gênio nada fez fora da pátria ou, pelo menos, contra a pátria. A pátria e a religião são em certo sentido cativeiros irredimíveis para a imaginação, condições do *fiat* intelectual. Compreendeis o artista grego que em réplica a Ésquilo esculpisse o Persa? Ou o poeta francês que depois de Sedan cantasse o Alemão? A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressentem em cada povo a literatura toda de uma época, mas para a política pertencer à literatura e entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata. Só assim não seríamos um parlamento.

Disse-vos, porém, que vim seduzido pelo contato, eu quisera que se pudesse dizer o contágio, dos moços. Como as diferentes idades da vida se

compreendem mal uma a outra! — é a observação que vou fazendo à medida que caminho. Asseguro-vos que não suspeitava do que é a vista da mocidade tomada da outra margem da vida... Os que envelhecem não compreendem mais o valor das ilusões que perderam; os jovens não dão valor à experiência que ainda não têm. Há dois climas na vida, o passado e o futuro. A Academia, como o nobre romano, tem a sua *villa* dividida em casa de verão e em casa de inverno. Podeis habitar uma ou outra, conforme o vento soprar. Eu direi somente a todos os novos espíritos ambiciosos de abrir caminho para a glória: não receiem a concorrência dos mais velhos; sejam jovens e hão de romper tão naturalmente, como os rebentos da primavera rompem a casca da árvore rugosa. Basta a mocidade, se for verdadeiramente a vossa própria mocidade que expressardes, para vos dar o nome.

O escritor que chegou à maturidade é, só por isso, o representante de um estado do espírito que preencheu o seu fim. Não há mocidade perpétua, o vosso privilégio está garantido... Quando se fala da mocidade perpétua de um escritor, como Molière, por exemplo, não se quer dizer que não envelheceu, mas que o fundo de verdade humana que ele recolheu e exprimiu continua a ser sempre verdadeiro. Não é que o escritor ou a obra guardasse a sua deliciosa frescura; é que a humanidade, sempre jovem, se reconheceu a si mesma sob os traços de outra época e acha em vê-los o mesmo prazer, se não maior! — do que em sua imagem atual. Eu leio em Elisée Reclus: “Acima da sua grande queda o São Francisco possui formas particulares de peixes inteiramente diversas das que vivem abaixo; o invencível precipício separou as duas faunas.” Não tenhais medo da concorrência... estais acima da grande queda. Uma advertência, porém. Às vezes não são as gerações somente que envelhecem uma após outra; sente-se também envelhecer a raça. A manhã torna-se então incrivelmente curta, como nos trópicos, e o perfume da mocidade cada vez mais inapreensível ao calor do sol que se levanta. “Não há que se apressar nas coisas eternas”, é uma dessas admiráveis frases do grande místico inglês. Não vos apresseis em compor a obra que há de conservar para vós mesmos a essência de vossa mocidade.

Eu li há pouco umas páginas, na Biblioteca de Buenos Aires, assinadas pelo General Mitre, a quem sinceramente admiro; a idéia é que a literatura hispano-americana não produziu ainda um livro. Que livro, diz ele, se tomaria

para uma viagem, – eu acrescentarei, para o exílio? Senhores, hoje nenhum de nós se contentaria com um livro; um livro em poucos dias está lido e não gostamos de reler –; para uma viagem de dias precisamos levar uma biblioteca... Numa página sedutora, Emile Gebhart pintava ultimamente Cícero, condenado à morte, fazendo esperar a liteira em que se podia salvar, por não saber que livro levasse consigo para os longos instantes da proscricção... Nós podemos compreender-nos na sentença de Mitre: não tivemos ainda o nosso livro nacional, ainda que eu pense que a alma brasileira está definida, limitada e expressa nas obras de seus escritores; somente não está toda em um livro. Esse livro, um extrator hábil podia, porém, tirá-lo da nossa literatura... O que é essencial está na nossa poesia e no nosso romance. O livro é uma vida; em um livro deve estar o homem todo, e nós não sabemos mais fundir o caráter na obra, sem o que não pode haver criação. Em um certo sentido toda criação é, se não um suicídio, uma larga e generosa transfusão do próprio sangue em outras veias. Temos pressa de acabar. Estamos todos eletrizados; não passamos de condutores elétricos, e o jornalismo é a bateria que faz passar pelos nossos corações essa corrente contínua... Se fossemos somente condutores, não haveria mal nisso; que sofrem os cabos submarinos? Nós, porém, somos fios dotados de uma consciência que não deixa a corrente passar despercebida de ponta a ponta, e nos faz receber em toda a extensão da linha o choque constante dessas transmissões universais...

Esperemos que a Academia seja um isolador, e que do seu repouso, da sua calma, venha a sair o livro em que o General Mitre vê o sinal da força, da musculatura literária... Eu pela minha parte não sei que ópera não daria por uma só frase de Mozart ou de Schumann; trocaria qualquer livro por uma dessas palavras luminosas que brilham eternamente no espírito como estrelas de primeira grandeza... A obra de quase todos os grandes escritores resume-se em algumas páginas; ser um grande escritor é ter uma nota sua distinta, e uma nota ouve-se logo; de fato, ele não pode senão repeti-la.

A principal questão ao fundar-se uma Academia de Letras brasileira é se vamos tender à unidade literária com Portugal. Julguei sempre estéril a tentativa de criarmos uma literatura sobre as tradições de raças que não tiveram nenhuma; sempre pensei que a literatura brasileira tinha que sair principalmente do nosso fundo europeu. Julgo outra utopia pensarmos em que nos

havemos de desenvolver literariamente no mesmo sentido que Portugal ou conjuntamente com ele em tudo que não depende do gênio da língua. O fato é que, falando a mesma língua, Portugal e Brasil têm de futuro destinos literários tão profundamente divididos como são os seus destinos nacionais. Querer a unidade em tais condições seria um esforço perdido. Portugal, decerto, nunca tomaria nada essencial ao Brasil, e a verdade é que ele tem muito pouco, de primeira mão, que lhe queiramos tomar. Uns e outros nos fornecemos de idéias, de estilo, de erudição e pontos de vista, nos fabricantes de Paris, Londres ou Berlim... A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de idéias que pode e deve ter uma fixidez relativa; nesse ponto tudo precisamos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época... Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano, Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira. A língua há de ficar perpetuamente *pro indiviso* entre nós; a literatura, essa, tem que seguir lentamente a evolução diversa dos dois países, dos dois hemisférios. A formação da Academia de Letras é a afirmação de que literária, como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu caráter distinto, e só pode ser dirigida por si mesma, desenvolvendo sua originalidade com os seus recursos próprios, só querendo, só aspirando a glória que possa vir de seu gênio.

III

RELATÓRIO DO SR. RODRIGO OCTAVIO

I^o Secretário

MEUS CAROS Confrades,

Ao I^o Secretário impõe o art 9^o § 2^o, letra *d*, do nosso Regimento Interno a obrigação de apresentar-vos, na sessão inicial de cada ano, memória histórica em que se relatem os trabalhos do nosso ano anterior.

Se bem seja este que ora começa, o nosso primeiro ano social e só de agora em diante deva a Academia iniciar os estudos que constituem o roteiro traçado para a sua atividade, contudo não seria justo nem conveniente que, dos diversos passos, ora de entusiasmo, ora de desalento, do período de formação que hoje finda, se não guardasse notícia nos arquivos desta instituição.

Já que estes relatórios são destinados a constituir a crônica da Academia e registrar, ano por ano, as conquistas que ela for fazendo em prol da cultura nacional, devemos principiar do princípio, ou seja consignar aqui tudo o que entende com a organização deste instituto desde que nasceu a idéia de se o fundar.

Foi nas saltares e íntimas confabulações da sala de redação da *Revista Brasileira* que o nosso confrade Lúcio de Mendonça, em dias de novembro do ano passado, lembrou a idéia da criação da Academia de Letras que se constituísse o centro e a vida da expansão brasileira.

O primeiro pensamento foi dar ao poder público a iniciativa da criação, devendo ser nomeados os dez primeiros acadêmicos que teriam a

incumbência de regulamentar a instituição e completar, pelo voto, o número de seus membros.

A execução de tal alvitre encontrou dificuldades administrativas nascidas na deficiência de autoridade do Poder Executivo para a criação da Academia que seria necessariamente um serviço novo, se bem que cedo se devesse tornar independente da ação oficial.

Foi então a idéia levada a efeito diretamente por um grupo de homens de letras que, de boa vontade, atenderam ao convite do Sr. Lúcio de Mendonça.

No dia 15 de dezembro de 1896 a primeira reunião se realizou, como todas as subseqüentes, no local acima designado, graciosamente cedido pelo diretor da *Revista Brasileira*. A essa primeira sessão compareceram, além do Sr. Lúcio de Mendonça, os Srs. Machado de Assis, Artur Azevedo, Filinto de Almeida, Guimarães Passos, Inglês de Sousa, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, José Veríssimo, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Octavio, Silva Ramos, Valentim Magalhães e Visconde de Taunay.

Aclamado presidente o Sr. Machado de Assis, este convidou para secretários os Srs. Rodrigo Octavio e Pedro Rabelo.

Nos trabalhos preparatórios tomaram parte ainda os Srs. Araripe Júnior, Coelho Neto, Graça Aranha, Luís Murat e Teixeira de Melo, tendo sido na primeira sessão nomeada uma comissão composta dos Srs. José Veríssimo, Inglês de Sousa e Joaquim Nabuco, para redigir os Estatutos. A essa comissão foi presente um esboço organizado pelo Sr. Lúcio de Mendonça e sobre ele foi elaborado o projeto junto que serviu de base para a discussão.

Votados os artigos dos Estatutos, entrou em estudo um projeto de Regimento Interno apresentado pela mesa provisória. Aprovado o Regimento foi ele assinado pelos acadêmicos na sessão de 28 de janeiro do corrente ano, em que se procedeu também à eleição para completar o número regimental dos membros da Academia. Já haviam sido convidados para fazer parte da nova instituição, além dos nossos confrades acima enumerados, mais os Srs. Afonso Celso Júnior, Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Garcia Redondo, João Manoel Pereira da Silva, Rui Barbosa e Urbano Duarte; a eleição completou o número de quarenta com os seguintes nomes:

Aluísio Azevedo, Eduardo Prado, Luís Guimarães, Magalhães de Azeredo, Oliveira Lima, Raimundo Correia e Salvador de Mendonça.

Em uma sessão anterior havia sido eleita a primeira diretoria composta dos Srs. Machado de Assis, presidente; Joaquim Nabuco, secretário-geral; Rodrigo Octavio e Silva Ramos, 1º e 2º secretários, e Inglês de Sousa, tesoureiro.

A disposição do art. 23 do Regimento mandou que cada acadêmico escolhesse para sua cadeira o nome de um vulto da literatura nacional, reunindo assim, sob o mesmo teto, a veneração respeitosa pelos homens ilustres que engrandeceram a nossa história literária e o esforço fecundo dos que presentemente procuram engrandecê-la ainda.

Para cumprimento dessa generosa idéia quase todos os acadêmicos já têm comunicado a esta secretaria os nomes gloriosos que elegeram seus patronos da Academia e, pelo modo porque essa escolha está sendo feita, pode-se dizer que a Academia Brasileira guarda e representa a evolução do nosso desenvolvimento literário, tendo reunido em torno dos homens de trabalho que a constituem, a sombra e a memória protetora dos nossos imortais.

Alguns de nossos companheiros ainda se não desempenharam dessa obrigação regimental, mas é de esperar que dentro em breve façam o modo a completar, por esse lado, nossa organização.

E, por sua vez, a obrigação está cumprida. Apenas me resta congratular-me convosco pelo fato auspicioso de nos vermos aqui reunidos sob a inspiração do mesmo ideal, procurando, apesar das perturbações sociais que nos assoberbam, a serenidade benéfica e fecunda que só a arte e o estudo podem proporcionar.

Façamos votos ardentes para que a reunião que o dia de hoje assinala seja o primeiro momento de um longo e farto período de trabalhos pacíficos e proveitosos em benefício da cultura nacional, em benefício da Pátria.

Membros da Academia, por ordem alfabética e com a primeira numeração das cadeiras:

TITULARES.....	CADEIRAS
1. Afonso Celso.....	Teófilo Dias
2. Alberto de Oliveira	Cláudio Manuel da Costa
3. Alcindo Guanabara	Joaquim Caetano
4. Aluísio Azevedo.....	Basílio da Gama
5. Araripe Júnior	Gregório de Matos
6. Artur Azevedo.....	Martins Pena
7. Barão de Loreto	Junqueira Freire
8. Carlos de Laet	Porto-Alegre
9. Clóvis Beviláqua.....	Franklin Távora
10. Coelho Neto	Álvares de Azevedo
11. Domício da Gama	Raul Pompéia
12. Eduardo Prado	Visconde do Rio Branco
13. Filinto de Almeida.....	Artur de Oliveira
14. Garcia Redondo.....	Júlio Ribeiro
15. Graça Aranha	Tobias Barreto
16. Guimarães Passos.....	Laurindo Rabelo
17. Inglês de Sousa	Manuel de Almeida
18. Joaquim Nabuco	Maciel Monteiro
19. José do Patrocínio	Joaquim Serra
20. José Veríssimo.....	João Francisco Lisboa
21. Lúcio de Mendonça	Fagundes Varela
22. Luís Guimarães.....	Pedro Luís
23. Luís Murat	Adelino Fontoura
24. Machado de Assis	José de Alencar
25. Magalhães de Azeredo.....	Gonçalves de Magalhães
26. Medeiros e Albuquerque.....	José Bonifácio, o Moço
27. Olavo Bilac	Gonçalves Dias
28. Oliveira Lima.....	Varnhagen
29. Pedro Rabelo	Pardal Mallet
30. Pereira da Silva	Sousa Caldas

31. Raimundo Correia.....	Bernardo Guimarães
32. Rodrigo Octavio.....	Tavares Bastos
33. Rui Barbosa.....	Evaristo da Veiga
34. Salvador de Mendonça.....	Joaquim Manuel de Macedo
35. Silva Ramos.....	Tomás Antônio Gonzaga
36. Sílvio Romero.....	Hipólito da Costa
37. Teixeira de Melo.....	Casimiro de Abreu
38. Urbano Duarte.....	França Júnior
39. Valentim de Magalhães.....	Castro Alves
40. Visconde de Taunay.....	Francisco Otaviano

Diretoria

Presidente.....	Machado de Assis
Secretário-Geral.....	Joaquim Nabuco
1º Secretário.....	Rodrigo Octavio
2º Secretário.....	Silva Ramos
Tesoureiro.....	Inglês de Sousa

Toda a correspondência deve ser dirigida ao 1º Secretário, Rua da Quitanda, 47.

Rodrigo Octavio
1º Secretário

Discurso do
SR. MACHADO DE ASSIS

*Sessão de Encerramento do 1º ano acadêmico
7 de dezembro de 1897*

DISCURSO DO SR. MACHADO DE ASSIS

Pronunciado em 7 de dezembro de 1897,
na sessão de encerramento dos trabalhos acadêmicos

Um artigo do nosso Regimento interno impõe-nos a obrigação de adotar no fim de cada ano o programa dos trabalhos do ano vindouro. Outro artigo atribui ao presidente a exposição justificativa deste programa.

Como a nossa ambição, nestes meses de início, é moderada e simples, convém que as promessas não sejam largas. Tudo irá devagar e com tempo. Não faltaram simpatias às nossas estréias. A língua francesa, que vai a toda parte, já deu as boas-vindas a esta Instituição. Primeiro sorriu; era natural, a dois passos da Academia Francesa; depois louvou, e, a dois passos da Academia Francesa, um louvor vale por dois. Em poucos meses de vida é muito. Dentro do país achamos boa vontade e animação, a imprensa tem-nos agasalhado com palavras amigas. Apesar de tudo, a vida desta primeira hora foi modesta, quase obscura. Nascida entre graves cuidados de ordem pública, a Academia Brasileira de Letras tem de ser o que são as associações análogas: uma torre de marfim, onde se acolham espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde, estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto. Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora. Há justamente cem anos, o maior homem de ação dos nossos tempos, agradecendo a eleição de membro do Instituto de França, respondia que, antes de ser igual aos seus colegas, seria por muito tempo seu discípulo. Não era ainda uma faceirice de grande capitão, posto que esse

rapaz de vinte e oito anos meditasse já sair à conquista do mundo. A Academia Brasileira de Letras não pede tanto aos homens públicos deste país; não inculca ser igual nem mestra deles. Contenta-se em fazer, na medida de suas forças individuais e coletivas, aquilo que esse mesmo acadêmico de 1797 disse então ser a ocupação mais honrosa e útil dos homens: trabalhar pela extensão das idéias humanas.

No próximo ano não temos mais que dar andamento ao anuário bibliográfico, coligir os dados biográficos e literários, como subsídio para um dicionário bibliográfico nacional, e, se for possível, alguns elementos do vocabulário crítico dos brasileirismos entrados na língua portuguesa, e das diferenças no modo de falar e escrever dos dois povos, como nos obrigamos por um artigo do regimento interno.

São obras de fôlego, cuja importância não é preciso encarecer a vossos olhos. Pedem diuturnidade paciente. A constância, se alguma vez faltou a homens nossos de outra esfera, é virtude que não pode morar longe desta casa literária.

O último daqueles trabalhos pode ser feito ainda com maior pausa; ele exige, não só pesquisa grande e compassada atenção, mas muita crítica também. As formas novas da língua, ou pela composição de vocábulos, filhos de usos e de costumes americanos, ou pela modificação do sentido original, ou ainda por alterações gráficas, serão matérias de útil e porfiado estudo. Com os elementos que existem esparsos, e os que se organizarem, far-se-á qualquer coisa que no próximo século se irá emendando e completando. Não temamos falar do próximo século, é o mesmo que dizer daqui a três anos, que ele não espera mais; e há tal sociedade de dança que não conta viver menos. Não é vaidade da Academia Brasileira de Letras lançar os olhos tão longe.

A Academia, trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos, buscará ser, com o tempo, a guarda da nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas, — o povo e os escritores, — não confundindo a moda, que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de vós tem para si que a Academia decrete fórmulas. E depois para guardar uma língua, é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas. A autoridade dos mortos não aflige, e é definitiva. Garrett pôs na boca

de Camões aquela célebre exortação em que transfere ao “Generoso Amazonas” o legado do casal paterno. Sejam os braços do Amazonas; guardemos em águas tranqüilas e sadias o que ele acarretar na marcha do tempo.

Não há justificar o que de si mesmo se justifica; limito-me a esta breve indicação de programa. As investigações a que nos vamos propor, esse recolher de leitura ou de oitiva, não será um ofício brilhante ou ruidoso, mas é útil, e a utilidade é um título, ainda nas academias.

Discurso do
SR. JOÃO RIBEIRO

e

Resposta do
SR. JOSÉ VERÍSSIMO

Sessão solene
do dia 30 de novembro de 1898

I

DISCURSO DO SR. JOÃO RIBEIRO

SENHORES,

Eu não podia começar sem que as minhas primeiras palavras fossem para vós. A grande distinção que acabais de dar-me, recebendo-me na vossa companhia, alterou-me por assim dizer as forças mesmas do meu espírito. Enobrecido e exaltado por ela, sinto que se apagou de mim o pessimismo – aquela parte furtiva da alma, que é a substância dolorosa e cobarde do nosso ser, aquela que nos grandes momentos de humilhação se entremostra em desesperos inertes e em estéreis renúncias e se reabsorve afinal na indiferença irremediável. Ao mesmo tempo sinto que ela edificou e deu relevo a tudo quanto meu espírito possuía de forte e varonil e concentrou numa só convergência as minhas esperanças, as esperanças maiores que de tempo imêmore venho laboriosamente preparando, acreditando sem fé numa vida superior.

Criastes-me assim essa doce superstição que como um deus tutelar aumentará de uma voz o diálogo sereno ou inquieto da minha vida...

O afago da vossa voz deu-me a grande responsabilidade de trabalhar ainda para merecê-lo e de transformar este aceno da vossa condescendência em um gesto mais intenso de bênção pelos meus esforços ou pelas minhas audácias.

Muitas são as distinções que podem enobrecer o espírito e delas vangloriar-se o homem; nunca as mereci e por isso mesmo passei por elas, quero dizer, passei através delas sem inveja, sem terror e sem emoção; esta porém a nenhuma outra se compara, porque era esta a que eu queria, temia e desejava,

porque esta é a que nos produz esse alto sentimento de paz, que é o termo de todas as carreiras e é, para mim, o começo da grande tranqüilidade final. Merecê-la é como se me dissesse: – Já posso estar seguro de mim mesmo. Nada mereço, mas os que merecem vieram a mim. Quanto errei já me perdoaram. Dora em diante trabalharei e serei compreendido.

Calculais acaso o que isso seja para uma alma agreste e rude como é a minha, que viu a luz na aridez do deserto, não viveu senão sob o clima provinciano e cúpido da barbaria e só uma vez, tarde e para mal seu, sentiu o terror pânico da grande civilização?

Eu vos digo: quaisquer que sejam as probabilidades de erro dos cálculos humanos, a vossa escolha teve decerto alguma significação; porque nestas coisas não podeis errar. Quisestes significar que esse é também o lugar dos humildes e que entre vós não há desdém pelos tímidos; também entre as esferas de fogo dos astros pôs a natureza intervalos providenciais e obscuros, “pois que, no dizer do poeta,¹ a contínua perpetuidade da luz seria exauriente e mortal”.

Pode a ignorância entrar na ciência como a noite entra na computação dos tempos e entram as ilusões e os sonhos de permeio entre os elementos solares da realidade. Entro para o vosso seio para enriquecer-me dos vossos tesouros, para apropriar-me da emanção da vossa sabedoria, para respirar essa atmosfera que eu de longe e de fora sentia já como se sente à porta das igrejas o hálito longínquo das flores que semimortas agonizam nos altares. Que piedade humana haverá na terra que me pudesse dar essa definição da minha vida, dizer-me (e ela mo diz) “como eu devo viver? e para que eu devo viver?”

Essa, a minha grande alegria; mas, – para que ocultá-lo? – ela está penetrada pela tristeza de uma grande humilhação, – a que me cabe de suceder àquele suave e melodioso poeta que foi Luís Guimarães Júnior. Sinto agora que este lugar deveria ser ocupado não por um estudioso nem por um espírito voluntarioso talvez, porém amargo e rude – mas por outro grande poeta como ele foi, por outra grande estrela capaz de salvar do caos o seu sistema agora abismado na inércia insondável... Eu sinto que vou falar do poeta sem a

¹ João Paulo Richter.

dignidade necessária, sem a capacidade mesmo de senti-lo e compreendê-lo. Eis a minha primeira e grande humilhação.

A grandeza e a sublimidade da poesia está em que ela repele o concurso árido e esterilizante das coisas; ela é, toda ela, sonho e emoção; – emoção e sonho que para os outros desmaiam, esvaem-se, ao primeiro sopro da vida, mas que para o poeta, na agonia do poeta, por um mistério veemente e súbito, petrificam-se tomadas pela surpresa tempestuosa do ritmo que age como um estranho cataclisma. Então, tais coisas vãs e fluidas coagulam-se em formas êneas e marmóreas. Das paixões que para nós outros são aéreas, intangíveis e fugazes, eles, os poetas, fazem catedrais góticas, cheias de música, complicadas e imorredouras.

Eles têm o dom de subjugar o gemido ao número, de subordinar à medida as dores incomensuráveis, de infiltrar a mocidade ou a velhice humana na primavera ou no inverno do mundo e fazer assim coincidir a dor própria com a dor universal. O poeta é, pois, o grande Intérprete, o grande Explicador do mundo, da Ilusão inevitável. Ou nos fale da perfídia do “riso inumerável” dos mares, como Ésquilo, ou como Schiller nas *Palavras da Ilusão* nos diga que a terra jamais pertencerá ao homem de bem – vê-se que para o grande Intérprete toda a face do planeta é a expansão superficial de uma perfídia íntima e irreduzível que é o elemento primário do universo. O que os distingue, desde Homero, é esse desprezo inexorável pelo solo que pisam, onde rastejam reptilizantes as misérias do mundo. E são nisso como os homens do mar habituados às grandes viagens e aos grandes itinerários. Os homens do mar não olham as ondas que sulcam, senão o céu. É do céu e não das vagas, é das nuvens e das estrelas que lhes vêm a tempestade ou o porto, a orientação ou a perda.

Eu acredito que sem o dom da poesia ninguém possui o senso estético, a faculdade própria de conhecê-la. Sinto e penso, como um crítico notável, que se pode ter um justo desdém pela ciência, e que a primeira condição para compreender-se, por exemplo, uma planta seria a de ser-se igualmente uma planta como ela é.² O botânico provavelmente não conhece da planta senão os aspectos vitais que podem não ser os aspectos superiores e essenciais do

² Rud. Steiner.

ser. Para o botânico a planta vale pouco, porque quase não tem inteligência; mas para a planta é possível que a inteligência seja uma aptidão à desgraça, qualidade inferior e tal que aos olhos dela desmoralize o homem. Creio igualmente que a poesia é uma dimensão nova que está talvez oculta à minha perspectiva do mundo. Ser-me-ia preciso sair fora de mim mesmo, sair fora da vida como eu a entendo para achar a grande significação do enigma, do mesmo modo que é preciso sair fora da terra para achar o ponto arquimediano donde levantá-la.

Para sentir o segredo de todas essas emoções interiores em todo o relevo e plenitude, para sentir todas essas reações de forças secretas e íntimas, de todo esse turbilhão vital, de todos esses elementos imperceptíveis carregados de misterioso fluido que convulsionam a alma, inflamam, corroem, clarificam, turbam, explodem fragorosos ou fervem em silêncio, seria preciso ter a constituição original e própria desses seres, a mesma densidade ou a mesma fluidez que lhes é própria. Isso, eu vos asseguro, está vedado ao vulgo profano.

Frederico Nietzsche³ via na tragédia grega a forma mais veemente e máscula da poesia clássica e a tragédia era o consórcio do elemento épico e do lírico, da ação e do coro; era a identificação do elemento *apolíneo*, plástico, sereno e escultural com o elemento *dionísico*, feito de dor, de subjetivismo e de música. Em suma, era a conjugação da palavra à música, a subordinação da narrativa ao ritmo. Supunha assim o filósofo achar a misteriosa correlação orgânica que há entre as emoções e as ondas sanguíneas do coração; e pois que a continuidade da paixão produziria a diástole ininterrupta daquele músculo, a necessidade de respirar, salvando a vida, criou o instinto do ritmo. O verso é a emoção pontuada, o régimen vital da emoção, sem o qual uma asfixia passional seria inevitável. *Numerus regit orbem*.

Em Luís Guimarães Júnior desde cedo revelou-se esse grande segredo rítmico das emoções; assim foi através da vida, e mesmo a sua morte, episódio apenas de uma grande paixão, não lhe interrompeu a continuidade; e o seu livro, a sua múmia aí ficou como a desses grandes reis egípcios atestando a morte compreensível e ao mesmo tempo conservando o mistério dos hieróglifos indecifráveis.

³ *Origem da Tragédia*.

Desde a primeira fase da sua vida é o poeta mal compreendido; as suas desordens, as suas fantasias, primeiros sintomas da grande Doença, afrontam o juízo inexorável dos animais domésticos⁴ que julgam e constituem o mundo. Depois, essa tempestade foi serenada ao clarão de um amor imortal como o de Laura e Petrarca. Daí data a sua grande fase. Então foi que o Caos penetrado pela palavra inicial da edificação, pelo *fiat* divino da Arte, terminou assim a sua semana do Pentateuco, “semana da criação, da tortura e da grande expiação terrível”.

É que não se pode criar sem destruições prévias e não há vida sem preço e o concurso incessante da morte. Ah! é dolorosa a compreensão inteira da vida! Cada um de nós vive dos despojos próprios, da dissipação das emoções do outro tempo, do fluido anterior das nossas idades; e tudo é assim no universo; o mesmo planeta que habitamos com todos os seus progressos gigantescos, este planeta que se arroja conosco cheio de claridade lunar através dos espaços, como um pelicano monstruoso alimenta-se também das suas próprias artérias, das velhas carbonizações das suas entranhas, violentamente arrancadas agora do seio e do subsolo de outras eras, profundas e esquecidas!

A máxima significação da vida é que ela é o preço e o triunfo dos grandes extermínios e é a primeira metempsicose de cada *ruína*.

Senhores,

Desculpai se interrompo, às vezes, o panegírico do poeta. É que ele é profundamente sugestivo, nos obriga todo o momento a pensar – é que o seu lirismo nos arrasta à meditação de todos os problemas. Eu principiei, aliás, confessando que não poderia de todo compreendê-lo e entendê-lo – porque uma coisa é sentir o contato lateral e fugitivo de um ser, e outra é abranger-lhe o conteúdo e a esfera ilimitada da sua radiação. Para mim, como para muitos, os grandes poetas são como esses astros de eclipse longa que parece não obedecerem ao sol comum e que se não pode contemplar sem um secreto terror e sem assombro. Deles eu conheço a superstição sem conhecer a

⁴ Friedrich Nietzsche.

verdade dos seus longos destinos. É a minha culpa? Mas dentre vós aqueles que sois poetas (e os maiores dos nossos poetas estão entre vós) bem compreendeis e sentis.

Diante desse cujo panegírico incumbistes à minha ignorância e inexperiência, sinto uma responsabilidade tremenda e incoercível que me inabilita de pregá-lo, de elogiá-lo, de louvá-lo. Li-o vinte vezes para penetrar-me das suas paixões, para adquirir o contágio da sua alma enamorada e pura, para penetrar-me das suas idéias e do “seu modo de entender a vida”.⁵ Perscrutei as suas alegrias e os seus desalentos, e vi gerar-se da evaporação das suas lágrimas, agora batidas do sol da glória, o arco-íris cambiante das suas emoções. Tentei compreendê-lo, senhores; confesso-vos que fiz essa experiência mortal e saí dela edificado. Dela trouxe, se não a voz, ao menos o eco degênere, o vagido elementar do seu grito adulto e valoroso. Mas, ah! tudo isso é inexprimível e não é com a minha prematura velhice que hei de traduzir a sua grande e harmoniosa mocidade!

Eu renuncio à tarefa de fazer a crítica do poeta, hoje que é o dia do seu louvor. Mas posso dizer que tão cedo não soará uma voz como a sua. O segredo dessas modulações d’agora em diante ficará eclipsado até um talvez remoto futuro. Virão outras vozes fortes; mais fortes e indispensáveis; mas a sua voz, ou uma voz como a sua, nunca mais! Ele foi o intérprete incorruptível e delicado dessa camada humana que precedeu a babel das raças novas; ele foi um dos últimos druidas da nossa autoctonia bárbara, agora caldeada entre homens adventícios, novos, fulvos e dominadores. Hoje não fazemos nós mais do que passar como eunucos tristemente, sem estirpe e sem pósteros. Hoje a civilização é excessiva para a nossa insuficiência, é sábia demais para a nossa ignorância, é humana e universal de sobejo para a nossa mesquinhez nacional, é enfim livre em demasia para a nossa servidão habitudinária; agora tem ela o aspecto de um dom de Zeus-pater, quando outrora era um modesto dom de Prometeu, agora é ela a dignidade dos deuses, quando outrora nos bastava a dignidade de resistir aos deuses. O novo clima não poderá jamais recompor a flora antiga; flores alpinas sucederão ao lírio-do-vale; a disciplina branca extinguirá os nossos histerismos morenos; a atmosfera nova e ascética

⁵ Tolstoi.

repelirá as antigas fragrâncias eróticas e o novo dilúvio abafará nos derradeiros cimos as vozes altas e últimas dos últimos naufragos.

Aqui, teria eu concluído, se concluísse pensando em mim. A verdade, porém, e verdade doce e agradável, é que poucos e raros dentre vós estarão penetrados do meu desânimo. Acreditar no futuro é uma grande coisa, a melhor da vida e talvez mesmo o verdadeiro sinal dela. O grande poeta olímpico deste século, o poeta absoluto, Wolfgang Goethe, diante do espetáculo da sociedade revolucionária, no fim do poema idílico de Hermano e Dorotéia, diz pela boca de um êxul estas palavras sublimes de serenidade: “Sê feliz, tu; eu, vou-me embora. Hoje a terra toda estremece e principia a desagregar-se. As velhas leis do povo caem em ruínas; as antigas herdades passam a novos senhores; o amigo se parte do amigo e o amor do outro amor... Já se disse uma vez e agora dir-se-á com razão maior que o homem é um estrangeiro no seu solo natal; a nossa terra nos evita; as riquezas deslocam-se e derivam errantes; das casas e das igrejas os ouros e as pratas, que guardavam as formas antigas e santas, fundem-se na inércia igualitária das barras: a estrutura já consumada do universo parece voltar ao caos para desse sonho noturno e agitado sair e despertar numa grande e nova ressurreição...”

“Sê imóvel, diz ainda o poeta, sê imóvel e sereno dentro da eversão universal. O menor movimento de cada um aumentaria e propagaria a catástrofe. Aquele, porém, que se conservar tranqüilo poderá na solidão e de si próprio tirar um mundo.”

Por isso, eu digo: – a vida, talvez o progresso, é o preço e o triunfo de todos os extermínios e é a primeira metempsicose de cada ruína. Aproveitemos o tempo para celebrar os nossos demiurgos e compor-lhes as últimas feições na imortalidade. Não sei; não me julgo bastante convencido de que a civilização seja “a obra das aristocracias intelectuais”, e seja a flor da laboriosa evolução do patriciado humano. Não o será, ao menos por toda a parte, nem em todos os tempos. Penso, todavia, que a literatura tem uma grande significação humana e civil, e que o prestígio da idealidade pura basta para aniquilar todos os desdêns dos profissionais, todas as ironias infecundas dos homens práticos. A nós cabe defendê-la desses ultrajes vulgares e preparar-lhe um asilo no meio de todas as convulsões da vida. Se não um asilo, ao menos um túmulo digno.

II

RESPOSTA DO SR. JOSÉ VERÍSSIMO

SR. JOÃO Ribeiro:

Elegendo-vos, não cuidou a Academia fazer-vos favor tão grande que por ele se apagasse em vós o pessimismo. E se não o houvésseis definido como “aquela parte da alma, que é a substância dolorosa e covarde do nosso ser”, talvez eu lastimasse a vossa eleição. No sentido comum, o pessimismo é talvez a fonte de todo o progresso, se não de todo bem. É a expressão de um descontentamento que procura melhor. Cultivemo-lo, pois, como a flor de um fruto substancial. E se fosse, como dizeis, a Academia teria o pesar de vos haver privado de um dos encantos do vosso espírito.

Mas, por bem nosso, essa feição conservais inteira. O vosso belo discurso o mostra, e nós esperamos que o nosso comércio não há de alterá-la. No que chamastes o vosso pessimismo há uma porção de coisas que a Academia Brasileira – sem embargo do nome malsinado – aprecia e espera apreciar sempre. Com o espírito de paradoxo e de oposição, que realça o vosso talento e lhe dá um feitio especial e vosso, casa-se bem em vós, não sei se não diga a amargura, o anelo, o desejo estético de civilizações, de arte, de comodidade e de gozo, que só efemeramente pudestes contemplar, sem talvez haverdes podido penetrá-las e vivê-las. É esta mesma descorrelação – que, ai de nós! não é um privilégio vosso – entre as vossas ambições, os vossos sentimentos e o nosso meio, que afeioou o vosso espírito, dando-lhe os traços que nos seduziram em vós.

Deixando a vossa terra natal por esta Meca dos nortistas, já acaso os trazíeis. Ela não fez senão acentuá-los. Com o desejo de aprender e a ambição de glória literária que só esta capital, lá imaginamos, pode dar, trazíeis também a ilusão de uma grande cidade, culta, civilizada e bela. A falácia da ilusão aumentou o contraste, e serviu admiravelmente ao desenvolvimento das qualidades originais de vosso espírito. A “Corte” não vos deslumbrou suficientemente, a vós, pobre matuto de uma província ignorada, para absorver-vos e acomodar-vos a seu jeito. Do agreste rebelde dos vossos sertões ficou-vos alguma coisa com que defendestes até hoje a vossa originalidade. E essa, crede-o bem, a Academia não quisera contribuir para tirar-vos ou sequer diminuí-la.

Na vossa bagagem de estudante pobre, como é, aliás, comum na dos peregrinos como vós, vinham também alguns versos, que pretendíeis intitular *Idílios Modernos*. Não é vulgar que os títulos dos livros de versos signifiquem alguma coisa. O do vosso, aliás com ele nunca publicado, desmentia essa regra. Havia de fato neles, com o lirismo próprio das conversas de amor, uma nota da nova poesia, com a sua exagerada, e, permiti-me dizer, viciosa preocupação dominadora da forma, e os seus ideais humanos, científicos, sociais, históricos. São bem indicativos dos dois sentimentos os versos do “Esboço” e da “Criação”.

Apresentou-vos ao Rio de Janeiro um vosso comprovinciano já ilustre e nosso confrade estimado. Não sois vós sem dúvida o único que lhe deve esta benevolência, convosco de todo o ponto merecida. Os vossos versos de *Dias de Sol* e da *Avena e Cítara* puseram-vos em contato com os poetas vossos êmulos e com o mundo literário fluminense. Isto acontecia por 1883 e 1884, vós havíeis aqui aportado em 1881, na bela idade de vinte anos. Dez anos antes surgira um movimento literário que, tendo talvez origem no Norte, aqui se concentrou e se desenvolveu produzindo uma nova geração de poetas, de escritores, de cientistas, como outra se não vira desde o nosso Romantismo. Estava-se já no fim dele, à vossa chegada. Uma grande preocupação social, a emancipação dos escravos, dominava com justo motivo todos os espíritos. As letras e a poesia, por honra sua, puseram-se ao serviço de uma causa da qual se pode falar com prazer na Academia. Alguns dos que a venceram são nossos confrades.

Não devíeis voltar à poesia – e, ainda mal! para, ao que parece, abandoná-la sem motivo e ingratamente – senão em 1889, com o vosso pequeno livro de *Versos*, no qual fizestes, com ciosa escolha, a recolta da vossa produção poética de dez anos. Esses versos não se parecem com nenhuns da época. Não direi se são superiores ou inferiores aos outros. São diferentes, é o que verifico. Mais de um poema deles revelava preocupações filosóficas, o gosto das idealizações históricas, o sentimento da natureza no seu aspecto, por assim dizer, psicológico. Essa poesia não tinha os arrebatamentos, os entusiasmos, os excessos então em moda. Era medida e fria. Não vos tínheis ainda então posto em contato com a Alemanha; mas, salvo o sensualismo que é porventura a mesma alma da arte, nada talvez traía nelas o tropical, latino-americano. Tiro ao “Muzeon”, como intitulastes uma série de sonetos – que vieram alguns anos antes dos de Heredia – esta amostra:

*Do mar e das espumas tu nasceste,
Ó forma ideal de todas as belezas,
Inda teu corpo, mal vestindo-o, veste
Um colar de marítimas turquesas.*

*Milhares de anos há que apareceste,
Outros milhares d'almas sempre acesas
No teu amor, lá vão seguindo presas
Da tua garra olímpica e celeste.*

*Beijo-te a boca e sigo embevecido
Ondas sobre ondas, pelo mar afora,
Louco, arrastado qual os mais têm sido.*

*Ora te vendo as formas nuas, ora
Toda nua a sentir-te em meu ouvido
Do eterno som dos beijos meus sonora.*

A vossa vida fora como a de outros que iguais ambições desenraízam do torrão natal e que devem tirar da própria seiva a vida que precisam viver: o ensino, o jornalismo mais ou menos literário, até que viesse o emprego público como o ideal da existência garantida. O ensino vos levou ao estudo gramatical da nossa língua e este à filologia, porque vós sois, ou fostes ao menos, um dos nossos filólogos.

Por essa época, meados do decênio de oitenta, os estudos da Gramática Portuguesa aqui entraram a revelar a influência da aplicação do darwinismo à Lingüística, feita na Alemanha muitos anos antes. Os nossos filhos viram assustados derrubada como infame toda uma nomenclatura gramatical inteira à qual, mesmo antes de estudarem Gramática, já se haviam habituado. Nós achamo-nos ignorando por completo aquela disciplina, que cheia de denominações biológicas e termos gregos de árdua pronúncia, se nos afigurava coisa absolutamente nova, difícil e impenetrável. Os programas oficiais sancionaram essa ciência de palavras e os gramáticos, para não falharem ao provérbio, discutiram com tanto mais convicção e prazer que não se entendiam, nem eram entendidos. Não creio que a língua haja lucrado com essa moda. Ela, felizmente, como todas as modas, passou, ou pelo menos fez-se modesta e obscura. Ninguém mais crê que a língua seja um organismo e que a nomenclatura biológica e filológica concorra para a gente falar e escrever bem, que é no fim de contas o objeto da Gramática.

Vós tivestes a vossa parte nesse movimento, cuja utilidade não pretendo de todo negar, apesar do que teve de inconsiderado e irreflexivo. De todos nós sois talvez o nome mais popular no Brasil. Oh! eu sei que a popularidade vos repugna, e conheço o vosso pensamento sobre ela. Mas, não há furtrar-vos a ela. Um milhão de brasileiros conhecem o vosso nome, tanto o levaram a todos os recantos do país, ao caboclinho do Amazonas, como ao teuto-brasileiro do Rio Grande, ao caipira de Mato Grosso, como ao tabaréu de Pernambuco, as vossas gramáticas. Nós invejamos a vossa glória. Partilhai-a conosco pondo nas novas edições delas – pois continuam a ter novas – a menção: *da Academia Brasileira*.

Eu não sei avaliar o merecimento, a perfeição das vossas gramáticas, mas seria impossível desconhecer nelas uma qualidade pedagógica relevante, a clareza. Vós sois o mais claro talvez dos nossos gramáticos, porque achastes o meio de escrever bem e elegantemente fazendo gramáticas.

Pusestes assim à prova uma das vossas qualidades, a clareza, qualidade que é, vós o sabeis, “a probidade do escritor”. Qualquer que seja o nosso juízo do vosso espírito, do vosso pensamento, das vossas idéias, do vosso temperamento literário, não pode haver dúvida sobre esta qualidade do vosso estilo. Ela se revela em todos os vossos escritos, *Estudos Filológicos, Memória sobre*

a *Instrução Pública*, *Tese de Concurso*, *História Antiga*, *Gramáticas*, *Dicionário Gramatical*, contos, folhetins, crônicas, artigos de jornais ou de revistas, críticas de arte, impressões de viagem.

Se a nossa eleição vos satisfizesse como aprouve à vossa cortesia dizer-nos, a Academia não quer outro prêmio que o de não a deixardes sem emprego em obras numerosas e boas, como ela e a nossa literatura esperam de vós. Há em vós, como artista, um insatisfeito. E não me arreio também de dizer, um inconstante – por tal forma é este defeito, e por causas sabidas – vulgar no nosso mundozinho literário. Eu creio que o poeta dos *Versos* e o contador de *S. Boemundo*, que, como um homem da Renascença, é também um erudito e um pintor, deve à literatura brasileira as criações que me parecem um programa na feição artística do seu espírito. Quem nos dera que a nossa companhia vos fosse efetivamente uma animação para tentá-las.

A poesia que tão cedo abandonastes, não a deixou jamais o escritor a quem sucedeis. Não sei se este não é o sinal dos verdadeiros poetas, a impossibilidade de repudiar a poesia. Luís Guimarães Júnior foi neste sentido um verdadeiro poeta. Ele poderia, talvez, dividir a sua vida, em anos de prosa, e anos de poesia. Estes, os últimos também da sua existência, foram porém mais numerosos, mais ilustres e, pela qualidade da produção ao menos, mais fecundos. A sua prosa, mesmo, inspirou-a a musa ligeira do folhetim alado, leve, literário, artístico, a poesia graciosa do conto alegre, brincalhão, ingênuo. Quando ele publicou, no período literário referido, a sua lírica com o título de *Sonetos e Rimas*, já dera a lume quatro volumes de historietas e contos, mas são os seus versos de uma tão fina e voluptuosa sensibilidade, que o fizeram admirado e querido. E foi certamente o poeta acabrunhado pelo máximo infortúnio que possa sobreviver a um escritor, que os formadores da Academia quiseram glorificar nele quando o foram, longe da pátria, chamar para o seu seio. Não é, porém, esse único livro de versos toda a sua produção poética. E o que ele deixou publicado dispersamente em periódicos diversos ou inéditos, daria, parece, outros volumes. Não há muitos dias, um dos seus últimos poemas publicado num jornal desta cidade nos comovia a todos.

Luís Guimarães Júnior é da geração ilustre de Ferreira de Meneses, Joaquim Nabuco, Visconde de Taunay, Joaquim Serra, Franklin Távora, Castro Alves, Sílvio Romero, Rosendo Muniz. Ele teria talvez um lugar assinala-

do na *Vida da Boêmia* de Murger, se São Paulo e o Recife fossem o *Quartier Latin*. Estava-se ainda então nos restos do Romantismo e do romanesco literário. Apesar do exemplo formidável de Hugo em contrário, não se compreendia que um poeta fosse um indivíduo sóbrio e reportado. Ainda os haverá que assim pensem. Mas passam breves esses belos anos. A vida, mesmo para os poetas, tem exigências duras. A formatura põe um ponto final às jovialidades da mocidade, dispersa os companheiros, separa os amigos. Ela abriu para Luís Guimarães primeiro o jornalismo literário, depois a diplomacia: ele encontrava aí antecessores ilustres, Magalhães, Porto-Alegre, José Maria do Amaral. A sua vida diplomática não foi, certo, muito fecunda em notas, mas os seus versos sobram-nos como compensação. Luís Guimarães Júnior aliou excelentemente a correção um pouco árida dos parnasianos com o nosso exuberante e voluptuoso lirismo. Foi, como a maior parte dos nossos poetas, um amoroso sentimental, com as finuras e as delicadezas que o cultivo dos salões diplomáticos haveria imposto ao seu temperamento. É um subjetivo, como todo o verdadeiro lírico. Possui muito em relevo as qualidades à nossa poesia inerentes, herdadas da portuguesa umas, afeiçoadas por nós outras: a saudade, a nostalgia, a volúpia, a blandícia, o carinho na lubricidade do amor. E com isto, uma sensibilidade mórbida, mas talvez de superfície, de manifestações intensas, mas fugaces.

Perdoai-me, Senhores, a distração: ia esquecendo que não devo dizer senão todo o bem que pensamos do nosso ilustre e querido confrade. Volto a lembrá-lo na sua glória, pedindo-vos recordeis este soneto, que é um dos mais belos do seu livro e testemunho dos meus conceitos; intitula-se “Paulo e Virgínia”:

*Fomos um dia, alegres, estouvados,
Ao clarão matinal do sol nascente,
Colher as flores do vergel ridente
E as primeiras amoras dos cercados.*

*Venturosos, risonhos namorados,
Cada qual mais feliz e mais contente,
Esquecemos a terra inteiramente:
Doidos de amor, de gozo embriagados.*

*Seus cabelos – enquanto ela corria,
Voavam, loiros como a luz, dispersos!
Eu a chamava e ela me fugia.*

*Por fim voltamos em prazer inersos:
E das venturas todas desse dia...
Resta a saudade que inspirou meus versos.*

Para entender estes versos, para compreender as sensações que deles ressumbram, os sentimentos que delas ficaram, as impressões que deixaram na alma do poeta, não há mister, creio ingenuamente ao menos, termos, como dizeis, senhor, a constituição original desses seres chamados poetas. Basta sermos homens e sermos humanos. E esta nossa capacidade geral de compreensão, podemos estendê-la a todos os versos de Luís Guimarães Júnior. A sua poesia, como toda a grande poesia, desde Homero até Tennyson, é clara, simples, natural.

A poesia – como toda a forma da arte – não é o que dela quer fazer um pensamento sutil, tentador, mas – e sinto estar em desacordo convosco – falso. A arte não é uma invenção pessoal. É o produto de uma emoção individual, sim, mas social e humana. É tão espontânea e natural como a linguagem; uma forma de expressão tão legítima e tão clara como esta. O fim social da linguagem é a expressão, a transmissão, a comunicação de sentimentos. Não é outro o fim da Arte. Ora, ela não realizaria este fim se não fosse entendida senão por uma escolha de espíritos. E, vede a falácia e o perigo de semelhante critério: considerando nisso a sua superioridade, a Arte, o artista, procuraria propositalmente que menor fosse o número dos que o compreendessem, rebuscando nesse afã doentio com a obscuridade da idéia a obscuridade da sua expressão. E já alguns vão, por mal deles e nosso, nessa direção enganosa e errada.

Façamos, pois – e não podendo fazê-la, admiremo-la – somente a Arte humana, a Arte de homens para homens, não a Arte de artistas para artistas, de estetas para estetas, arte egoísta e má, mas a Arte do mesmo profano vulgo compreendida. A arte não é, não pode ser, um brinco e um divertimento, um simples passatempo de desocupados. Ela mereceria o desprezo dos que tais artistas chamam o burguês, se não fosse senão isso. Produto das faculdades

emotivas da humanidade, é um órgão dos seus sentimentos, uma expressão da sua vida. O mais individual dos artistas ainda é um resultado das reações sociais. Toda a história da Arte, toda a história do espírito humano, o sabeis melhor do que eu, vós que sois mestre de História, contesta e desmente essa teoria tão contrária ao vosso claro espírito. Os grandes artistas de todos os tempos, os grandes poetas da humanidade, só são obscuros para os comentadores. Nós o vulgo os compreendemos à primeira leitura, apesar das diferenças dos tempos e dos meios. É que eles souberam, a muitos séculos de nós, sentir as emoções que ainda hoje experimentamos e – o que nós não sabemos fazer – souberam exprimi-las excelentemente dando-nos a nós a funda consciência dos nossos próprios sentimentos, e emprestando-nos a sua língua divina para exprimi-los. Eles são, sem nenhuma anfibia de oráculos, os intérpretes de nós mesmos, os idealizadores do passado, os mestres do sentimento, os vaticinadores do futuro. E não me arreio de dizer, uma Arte que só os iniciados penetrassem, seria como uma Indústria secreta só por uma minoria de iniciados exercível. O seu desaparecimento não prejudicaria o mundo. Imaginais vós um mundo sem Arte, um mundo sem poesia? Se não, ela é mais alguma coisa que a preocupação de versejadores inúteis. Mas vos sabeis e entendeis como eu que ela faz parte da nossa atmosfera espiritual e que sem ela sufocaríamos. Acabais de dizê-lo, a literatura tem uma grande significação humana e civil. Dela excluiréis, por acaso, a poesia? Não; por isso pudestes falar tão bem de Luís Guimarães Júnior, poeta simples, natural e fácil, que forneceu à nossa nostalgia, à nossa saudade, ao nosso amor paterno, à nossa afeição conjugal, ao nosso amor da mulher e da vida, a tradução inteligente e sentida dos seus versos.

Tendes talvez razão em dizer que, como ele, tão cedo não teremos outro. Os que lhe são comparáveis, são seus contemporâneos e aprenderam a dizer as mesmas coisas que ele e pela mesma forma. São o produto da mesma sociedade, que hoje vos parece conturbada pela invasão de novas gentes. Reconhecendo-o, previno-vos, não estais inteiramente naquela teoria de uma espécie de arte hierática e misteriosa, só dos iniciados compreensível, que parecéis aceitar. Não cuideis que eu vá chamar-vos incoerente. Penso compreender todas as gradações da vossa idéia e procuro conciliá-las. As teorias estéticas são por sua mesma natureza se não vagas, cheias de matizes.

É certo, e não o lastimo, a nossa sociedade entra em um novo período, ou, como dizeis, em um novo clima incapaz de recompor a flora antiga. Fará outra, consolemo-nos; e nas palmeiras dessa cantará de novo o sabiá do poeta. Será talvez tão melodiosa como a primeira? Haverá também quem a ouça e quem a repita. É possível mesmo que ela seja mais bela ou que a achem mais bela. Outras gentes terão ajuntado à nossa melodia nativa a sua harmonia racional; às nossas emoções inconsideradas, a sua reflexão ponderada; à nossa voluptuosidade desenvolta a sua sensualidade composta; ao nosso sentimento a sua razão. O perigo, se perigo é, seria que então não nos pudessem ler mais a nós. Quem nos diz que em um país ameaçado – e ainda bem – dessa invasão pacífica e proveitosa – as academias não poderiam recuperar essa razão de ser que muitos lhe negam? Caberia então à Academia Brasileira, que com tanta satisfação vos recebe hoje, salvaguardar a língua em que cantou Luís Guimarães Júnior. Vós, gramático e artista, nos ajudaríeis nisso. E então veríamos se há numa nacionalidade algum órgão mais essencial que a literatura, que é a expressão, superior às contingências da política e da história, da própria nacionalidade.

Discurso do
SR. DOMÍCIO DA GAMA

e

Resposta do
SR. LÚCIO DE MENDONÇA

*Sessão solene
do dia 1º de julho de 1900*

I

DISCURSO DO SR. DOMÍCIO DA GAMA

MEUS Senhores:

É uso consagrado nas recepções acadêmicas começar o novo sócio o seu discurso com palavras de modéstia e gratidão, humildes agradecimentos à ilustre companhia pela eleição que o promoveu a augusto. Eu não seria sincero, se fizesse o mesmo. A alegria de pertencer à Academia Brasileira não se mistura em mim com o desvanecimento de quem se considera exaltado de nível superior, nem com o orgulho aristocrático, descabido na república das letras. Ainda que me faltem títulos para afirmar, como o nosso batalhador colega estrangeiro, que “deve ser da academia, pois que a academia existe”, não me admira o ser desta academia. Desta e não de outra, onde me não julgasse em casa e no meu lugar, amparado pela confiança afetuosa num valor não provado por obras e atos capitais, apenas pressentido, desejado simplesmente, na presunção da convergência dos esforços diferentes para um ideal comum.

Esta simpatia, esta confiança, este amparo já de há muito eu sentia disseminadamente e bem sabia distingui-los da vaga e incerta aprovação do público: posso agora objetivá-los, retraçar-lhes a origem prestigiosa agora que vos reunistes e me chamastes para o vosso lado.

Julgo ter passado a idade das generalizações ambiciosas, do atrevimento às afirmações categóricas: entretanto, acredito agora, como nos meus princípios acreditava, na objetivação social da arte. E sobre este ponto da finalidade estética, deixai que, rompendo os hábitos da modéstia brasileira, eu fale de

mim por um momento, “neste momento solene”, para vos provar a minha perseverança de doutrina acadêmica.

Eu já fiz parte, fui mesmo presidente perpétuo – aos dezoito anos – do Grêmio Literário Jardim de Academus, que tinha vinte sócios, todos de idade muito próxima à idade do presidente. O Jardim de Academus era nos fundos de um segundo andar que dava para as oficinas da *Gazeta de Notícias*, e, vindo dos quatro cantos da cidade, portadores do óleo puro para a lâmpada da idéia, ali nos reuníamos uma vez por semana.

Ainda não abaixávamos os olhos para essa miséria da dominação pelo jornalismo, ainda não cuidávamos dos meios de conquistar o mundo e já pensávamos em reformá-lo. Estudávamos para esse fim a Política e a História, a Religião e a Arte, Fisiologia e Gramática, os modos de ser e os problemas dos destinos, a Poesia.

Éramos teóricos doutrinários, éramos materialistas, socialistas, niilistas e, por uma generosa inseqüência, éramos nacionalistas. Numa noite escura e quente, em que nos achamos quase tão numerosos como hoje e o piano da vizinha enchia o corredor com a música excitante de uma polca à moda, nós, comovidos e sinceros, afirmamos a existência de uma literatura nacional.

Esse voto em que o entusiasmo juvenil pesava mais que o estudo atento dos nossos elementos literários, esse voto dos meus dezoito anos pensativos e ardentes, tem sido, sem parecê-lo, uma das raras responsabilidades morais da minha vida de abstenção e de reserva. Foi ele, certamente, o que me distraiu da Matemática, que me levaria à indústria, para a Literatura, que ainda não sei aonde me leva. É caso aqui de dizer-se que, se a literatura nacional existia, eu devia trabalhar para ela, provar a sua existência aos incrédulos.

Nada existe tão bem como aquilo que queremos que exista; como um fundador de religião que não pregasse e só esperasse depois de convencer-me, tomei sobre mim, dentro de mim, o encargo da nova crença. Quem sabe se na obscura causalidade universal o voto dessa noite dos tempos heróicos do Jardim de Academus não influenciou para a constituição desta Academia, na hora em que a literatura brasileira sentiu que vivia e quis viver nacionalmente? O elogio fúnebre que fiz de Franklin Sobral Bitencourt, cabeça e coração do nosso grupo, que a sua morte dispersou, foi uma oração piedosa mas não

desconsolada. Ainda na memória dos mortos queridos encontra amparo a esperançosa mocidade.

Nós lhe prometemos continuar a sua obra de missionário da fé na Pátria e nos seus altos destinos; prometemos aprender a ensinar a palavra divina da crença no melhor, escrevê-la nos monumentos, para que seja venerada; entoá-la ritmada em canções de marcha, que nos quebrasse os tédios, que nos desse alento na fadigosa jornada da vida.

Se bem cumprimos todos essa promessa não sei, que nos separamos logo à primeira encruzilhada, e não sei onde param hoje todos os companheiros do grêmio. Agora que me acho entre vós, grupo de gente ilustre e provec-ta, e vejo que pondeis todos a vossa segurança e mestria nos ofícios intelectuais ao serviço do mesmo ideal do malogrado Franklin, venho para vos falar de outro coração violentamente amoroso do belo e do bem e que estalou à pressão excessiva das paixões generosas. Esta aproximação de situações, de pessoas e de estados de espírito, me faz pensar que o Jardim de Academus foi como o meu seminário menor e que esta solenidade é a da minha ordenação de letrado.

Venho falar-vos de Raul de Ávila Pompéia e, oprimido pela grandeza da tarefa, quase me arrependo de a ter solicitado do colega* que primeiro a tomara para si. Anima-me, porém, a esperança de que me perdoeis a deficiência do esforço pela estreiteza do tempo, pelo quase improvisado desta oração; anima-me, sobretudo, a certeza de que o pouco que eu disser de Raul Pompéia vós completareis com as vossas reminiscências pessoais, mais antigas, ou mais modernas, que, com risco embora de avelhentar o retrato, só do Pompéia de há doze anos falarei com inteira segurança.

Foi esse tempo em que conheci talvez o mais fecundo da sua breve existência. Escreveu ele então *O Ateneu* em três meses, num arranco magnífico, que se não reproduziu. E ao mesmo tempo revia as provas de uma edição das *Canções sem Metro*, para as quais procurava ainda epígrafes, “porque com epígrafes”, dizia ele, “pode-se concentrar num livro toda a poesia humana”. Não encontrou sem dúvida todas as de que carecia, pois que em oito anos o livro não ficou pronto. Queria acaso que ficasse sendo esse o

* Rodrigo Octavio.

seu livro e deixá-lo-ia para ser acabado em tempos serenos. Entretanto, foi escrevendo a “Boceta de Pandora”, na *Gazeta de Notícias*, os folhetins do *Jornal*, prefácios patrióticos, contos de estética vária, redigiu *A Rua*, dispersou-se em notas de crítica e artigos de polêmica política; foi professor de Estética, diretor de estatística, de biblioteca e de jornal oficial, deixou-se arrastar pela lógica irresistível às derradeiras e nefastas conseqüências dos seus princípios filosóficos e, combatente leal, perdida a serenidade conservativa, esse coração de doçura foi invadido pelo “ódio santo que é apenas uma forma militante de amor”, mas que é corrosivo e traz consigo os fermentos de autodestruição...

Seria muito longo e não afirmo que não seria fastidioso em discurso acadêmico o estudo do processo psicológico que transforma em ódio, revelado por manifestações negativistas, o culto da suprema beleza e da justiça. Entretanto, pode descobrir-se, e basta indicar aqui, a eiva do destino funesto na própria violência adorativa desse culto.

Na sua meticulosa honestidade de poeta pensador Raul Pompéia descia sempre ao que julgava ser os fundamentos inabaláveis da ciência. Um dia encontrei-o que estudava a teoria das vibrações.

“Neste estudo encontro eu toda a estética e a própria vida”, explicava ele, “porque a arte reproduz vibrações, e vibrar é viver.” Isto mesmo canta na harmonia austera da prosa uma das suas canções, a que serve de epígrafe uma quadra prestigiosa de Baudelaire:

*Comme de longs échos qui de loin se confondent
Dans une ténébreuse et profonde unité,
Vaste comme la nuit et comme la clarté,
Les parfums, les couleurs et les sons se répondent.*

Vibrar é viver. A vida vibra. No abismo etéreo à música das esferas, no segredo subterrâneo dos sepulcros, na luz, na chama, no perfume, no som, na putrefação.

Vibra à semelhança na alma.

Psique é o entusiasmo ou a melancolia. Há clarins e lampejos solares no entusiasmo; na melancolia adágios que agonizam e sombras mortas. E entre os extremos alcances matizam-se as cadências do coração – musicalmente, como se diz do som; em gradação de cores, como se diz da luz; entre a lírica intensidade rutilante e a vibração angustiada e tarda das elegias cresce a sinfonia cromática das paixões.

Quem diz paixão, diz violência de desejo, diz incontentamento de gozo, e depressão moral, e abatimento, sucedendo à exaltação e ao entusiasmo. Raul Pompéia era um apaixonado. Porque era sincero e puro, dava-se todo ao seu afeto, de cada vez objetivado em vão. Não compreendia na sua singeleza – porque a sua complicação psicológica era toda de aparência – não sentia que a paga do amor é o próprio amor, e – novo Pigmalião criador da beleza em sonho – queria receber da fugitiva bondade, da precária justiça da incerta humanidade a volta do seu ardente culto, remédio às suas ânsias de paixão. Isso imprime às suas melhores páginas de contemplação a tinta escura do pessimismo, que era o fundo da sua filosofia. Não do pessimismo que nega o progresso, mas do que se queixa dos sofrimentos da jornada. Desde a canção dos “Frutos verdes” este gemido se exala de não ver cumpridas as promessas da Esperança:

Em meio do caminho da vida encontrei as confissões do coração humano, a que vinha do norte, a que vinha do sul, a que vinha do oriente, a que vinha do ocidente.

Eram como quatro irmãs, muito velhas, envelhecidas de séculos e ainda mais de amargura e de meditação. E seguiam em êxtase, sonâmbulas, olhos no céu, como argüindo o mistério dos astros. Na terra eram seus passos como sem destino; erravam sobre os seixos ásperos e os cardos, e os pés sangravam na gasta sandália da humildade. E murmuravam em prece: “Esperança! esperança!” todas quatro, a que vinha do norte, a que vinha do sul, a que vinha do oriente, a que vinha do ocidente.

Sob um mesmo céu tropical, entre as cinzas aéreas do mês de agosto, caía uma tarde dolorosa. Na linha do horizonte fechava-se uma cinta de névoas cor de cobre, por igual, como se o dia em ocaso se fosse sumindo ao mesmo tempo por todos os lados; e os matizes do crepúsculo condensavam-se para baixo, horrivelmente, céu em maceração de tortura, horizonte de gangrena, triste acabar da luz.

Sentiam-se as cidades, ao longe, na penumbra murmurante, ouriçadas de torres ou minaretes. E de longe, como um eco distante, chegavam destroços de mil rumores humanos – a voz de todos os desgraçados, dos cegos sem sol, dos famintos sem trigo, dos suaves sem carinho, dos humildes sem amparo, dos altivos sem triunfo, dos triunfantes atraçados, dos traidores em agonia de remorso, todas as escalas do gemido e do lamento.

As confissões do coração humano iam dizendo, entretanto:

Esperança!

Esperança! esperança! Vésperas verdes primaverais, confiantes do outono certo, eternas vésperas venturosas da ventura!

Mas eu não vi na terra um único pássaro que se nutrisse dos frutos verdes... prometedores.

Pelo livro todo das *Canções* as notas dominantes são as graves, de vibração profunda, como assenta à música do pensamento de que a alma humana é o tema.

Pompéia era torturado pela curiosidade ardente de conhecer o outro lado, o interior, a alma das cousas; sofria a obsessão do mistério da vida, que a nós nos deixa resignados, se não indiferentes.

Havia nele a agitação de uma alma divina, orgulhosa, dominadora, que não queria ser possuída sem possuir e para a qual a posse não existia sem o conhecimento. Esse orgulho defensivo, conciliável com a ternura exuberante, o levava a afirmar o que queria que fosse a realidade, talvez pela idéia obscura de que ela assim seria por força do seu desejo.

É o que explica a violência espasmódica do seu estilo, mesmo nas páginas que deveriam ser serenas, a constante postura em guarda dos seus períodos, como nos dramas a preparação, a expectativa do lance, que vai mudar a situação, retesa a linguagem, tira-lhe o tom descuidoso e a naturalidade de quem fala no presente, ignorante do que vem depois. Nos hinos, nas expansões líricas em que o afeto implora o carinho e a alma vencida se faz mansa e humilde e esquece o sofrimento na esperança, ainda na dele estremece e soluça a memória dos passados transes, palpita o receio da desilusão futura.

Na “Canção do Azul”, por exemplo:

Encantamento do meu olhar, vem ungir os meus olhos! Longe a obsessão dos lúgubres lamentos e o torvo pranto dos assombrados da morte... Basta-me junto a mim o saudoso fantasma do teu sorriso.

Vem! braços abertos! Neles transporta-se o coração em cruz – angústia e glória de um calvário novo, ignorado de Deus!

Em outro poeta se levaria à conta de extrema mocidade este lirismo sombrio e tumultuoso. Em Raul Pompéia, porém, o estilo é característico e também se poderia dizer que nele havia de durar sempre a mocidade, se é próprio da mocidade sentir vivamente e exprimir sentimentos com intensidade proporcional à da sensação. Nem se diga que é fácil produzir efeitos

literários no claro-escuro prestigioso da uma psicologia incerta, em que o poeta tudo cria: as pessoas e o meio favorável a situações e sentimentos improváveis. O autor do *Ateneu* também sabia fazer o retrato, com a exageração do traço fisionômico, que aconselhava o pintor Lawrence. Mas o pintor inglês escolhia na figura o traço de beleza, porque para ele a arte de representação era um fim. Raul Pompéia entendia que a arte, que tem um fim social, devia representar o que o artista tivesse em mente, que seria belo quando avultasse e vivesse, livre de certas regras estreitas, fora das contingências da estética corrente. E fazia caricaturas por vezes, por vezes desenhava imagens encantadoras, e numas e noutras se encontra sempre a marca do artista genial, do que se inspira da vida para produzir a emoção, que é uma das razões da vida.

Não era somente o homem o que ele sabia representar. Um período de paisagem de nevoeiro, em que a bruma aparece como subjetivada, bastará para exemplo da sua arte panteísta:

Não sei que penetrante analogia me impressiona no espetáculo das névoas flutuantes, que vão sem rumo e sem forma pelo ar; que se conglobam, que se dispersam, que se derramam de cima como a dissolução do céu sobre a terra; que se elevam da relva, como se o solo fumegasse; que tombam em silencioso desmoronamento e que se erigem súbito em fabulosos castelos, como por efeito de uma sugestão de sonho; que se equilibram em torre e que rojam depois no chão; larvejando, vermitando em convulsões torcidas de réptil; que vivem materialmente e sem nenhuma propriedade da matéria; silenciosas, impalpáveis, ilimitadas, como sombras apenas, — nem isso! que seria demasiado concreto — como a pura transparência, como deveriam avultar os espíritos se tomassem corpo e se nos afigurassem contudo na imagem indefinida da imaterialidade, como formas, se é possível dizer, de abstração com um aspecto inexprimível de representação psicológica, a ponto de se não saber decididamente se existem de fato na natureza, ou se apenas a sonhamos em nosso coração, espécie de cena moral da tristeza do mundo, tristeza difusa, sentimento disperso, ou antes, matéria cósmica de sentimento sombrio que ainda há de existir, ou que tem já existido.

Um período destes, como um desenho de estudo de um grande pintor, já seria representativo de uma alta personalidade literária. Em tudo o que Pompéia escreveu se encontram análogos, de tonalidade vária e de valor seguro. E *O Ateneu*, que foi o único livro completo que nos legou essa

fecunda e generosa inteligência, está cheio de iguais chamadas à atenção em cada página.

Eu disse “generosa inteligência”, e empreguei o adjetivo para contestar a opinião que dá *O Ateneu* como um monumento de ódio que se vinga. Fossem tais embora o estímulo e a tenção, e ainda lhes serviria de justificativa a beleza da obra. Mas, seria um mesquinho móvel e uma baixa empresa para tão peregrino e puro espírito, e das suas origens se envenenaria o livro, que ninguém seria capaz de reler se o não animassem outros sentimentos.

Coleção de retratos em caricatura ou em proporções naturais; álbum de figuras miudamente desenhadas ou de perfis rápidos; galeria de quadros maravilhosos em que a maneira chega a impressionar independente do assunto, com proveito manifesto para o artista; livro de sátira, mas da sátira que se contenta com o riso e perde com ele a força para ir até ao insulto; em que a comédia das ambições mesquinhas, dos apetites disfarçados ou cínicos, do egoísmo feroz e dos temores vis, se desenvolve ao lado do drama da escravidão das almas, das individualidades tolhidas na sua expansão, desviadas viciosamente, feridas, humilhadas, espezinhadas pelo desprezo generalizado do educador mercenário; livro de doutrina moral e de estética, em que se ensinam as grandes sínteses do espírito humano e as pequenas lições de cousas; livro de ironia, livro de piedade e de ternura, “crônica de saudades” realmente, saudades não do que foi, mas do que poderia ser essa passagem inolvidável através da primeira camada da sociedade, em que todos os elementos da cidade se acham reunidos e ainda não existe o cidadão, livro de poesia, livro denso e sugestivo de fundas meditações, como poucos se encontram nas literaturas todas, é *O Ateneu*.

Pompéia se descarregou nele de um mundo de idéias que não achariam lugar em outro. A saturação de conceitos ali parece natural e vem a tempo em um livro que trata da vida de colégio, da formação do espírito. O próprio estilo imaginoso, sempre atento às aproximações grotescas ou líricas, pela força da disciplina metafórica, tufante de intenções, atinge as alturas da consideração devida às cousas artificiais bem sustentadas.

E seria mesmo artificial? A exuberância e a sensibilidade de Pompéia poderia acaso conter-se nas peias da linguagem comedida e moderada? A violência, que nos perturba, ainda quando seja uma manifestação de beleza

porque nos invade a admiração e se nos afigura efêmera e insincera, a violência deixa de o ser quando é a expressão normal, o modo de ser de um grande artista, e a ela nos acostumamos como à voz retumbante de um cantor.

Se dela mais cedo morre o artista – fatalidade de máquina em trabalho assíduo e sob a alta pressão constantemente – dessa vida curta embora, a obra que fica é da maior beleza a enriquecer o espólio das gerações humanas.

Meus Senhores, o elogio de Raul Pompéia não está feito, que este discurso não é senão uma nota desconcertada e rápida e demasiado incompleta sobre uma parte apenas da sua obra dispersa e vária e mal conhecida. Compondo-o entre os alvoroços e perturbação de uma volta à pátria, ao cabo de longa ausência, e as preocupações da nova e próxima partida, só dele fiquei contente com as horas que assim passei no convívio de tão puro e gentil espírito e dos que me ajudaram a entendê-lo. Possa esta tentativa falha estimular os mais capazes a erigir-lhe o monumento perene.

II

RESPOSTA DO SR. LÚCIO DE MENDONÇA

MEUS Senhores:

Há cinco anos passados, neste mesmo tempo de inverno, por um dia esplêndido de sol e de vida, três camaradas acompanhavam ao cemitério o corpo de um amigo comum. O morto fora um claro espírito e nobre coração, perdido na turba que enche as ruas da cidade e não chega a compreender nem o talento de eleição quando se esconde, como aquele, numa esquerda e esquiva figura de vencido e de desenganado. Chamava-se Almeida Sarinho: raros são, aqui mesmo, os que o conheceram; em poucas memórias repercutirá este gemido de saudade... Os três que o levaram a enterrar eram – o recebido de hoje, o titular de sua cadeira acadêmica e o próprio que ora está a dar-lhe as boas-vindas. Assim, é a amargura de tal recordação o vínculo entre nós três, e eu sinto ter de declarar, num momento de festa, uma afinidade tão sombria; mas ninguém escolhe a íntima trama de suas afeições, que, parece, já vem feita da misteriosa oficina do acaso.

Com Raul Pompéia e Domício da Gama tenho ainda outro ponto de contato mais feliz: somos os três da bela terra fluminense, que é, em nossa pátria, como um abençoado vale de encontro e de convergência entre as correntes do Sul e as do Norte, à semelhança da nossa encantadora baía de Guanabara, onde ancoram as naus de tão vária procedência.

A nossa formosa terra natal é também opulenta de glórias literárias: Fagundes Varela, meu imortal patrono, Álvares de Azevedo, Francisco Ota-

viano, Manuel Antônio de Almeida, Joaquim Manuel de Macedo, Casimiro de Abreu e, para citar apenas um dentre os vivos, o chefe atual de nossa literatura, o nosso preclaro presidente.

Domício da Gama, que acabais de ouvir em sóbrio e conceituoso discurso, elegeu para tutelar a sua cadeira em nossa Academia um dos mais vivos nomes da geração que ainda é a nossa, pois pertenceu a um companheiro de ontem, que todos nós conhecemos e amamos, e que eu, ai de mim! contava no escasso número de meus íntimos amigos...

Perdoe-me a ilustre companhia mais uma evocação triste, nesta hora que só devera ser de júbilos; perdoe-me principalmente o que há de pessoal ou indiscreto no que vou recordar diante dela; mas aqui me sinto verdadeiramente em família, de tal sorte e em tanta maneira que nem se me constrange com isso o recato do sentimento.

Corriam os últimos dias do ano de 1895, e para mim as horas idílicas da lua-de-mel, que quase todos vós por experiência própria sabeis de que inefável doçura são repassadas e embebidas; não o sabe do mesmo modo o nosso recebido de hoje, celibatário contumaz; fio, porém (já vê o meu amigo que não o quero intrigar excessivamente com as damas do auditório), fio de sua delicada sensibilidade que avaliará essa ventura tão bem como os mais experimentados de nós. Era uma casinha poética, afogada entre o arvoredo; pleno meio-dia de verão, tépido e luminoso, entre o aroma dos jasmineiros e o estrídulo cantar das cigarras; dia de Natal, dia tão rico de tradições amáveis em nossa religião e em nossa família... Pois foi no claro céu desse dia que estalou para mim o raio! entrou-me pelo jardim e pela sala, inesperado horrível, um mensageiro fúnebre, um belo rapaz, todo de negro, com lágrimas na face e a voz estrangulada de soluços; era o irmão de Raul Pompéia; vinha dizer-me, a mandado da família, que o meu querido amigo acabava de suicidar-se, com uma bala de revólver metida no coração! Parti sem demora para o lugar da catástrofe; encontrei ainda intacto o cenário do trágico momento e Raul Pompéia estendido morto, com uma flor de sangue ao lado esquerdo do peito. A sua bela fisionomia guardava ainda toda a nobreza das feições; afigurava-se-me que a todo o instante ia lhe ver cintilar ainda o olhar inteligente e agitar-lhe os lábios o sorriso irônico, tão deles! mísera ilusão, que a realida-

de brutal contradizida e dissipava: pela primeira vez, aquele peito bom e generoso ficava inerte e impassível ao calor do meu abraço!

Escusado é dizer-vos que rica messe dourada foi de uma vez destruída por aquele sacrifício monstruoso; que seiva exuberante se perdeu; que fecundo manancial se esterilizou para sempre! É incalculável, Senhores, desconsoladoramente incalculável, o que haveria de produzir o admirável espírito de Raul Pompéia, que, em poucos anos de vida e de trabalho, dotou a nossa literatura de algumas de suas páginas mais vigorosas e mais vibrantes. Escritor original e profundo, de observação penetrante e sutil, era entre nós, em meio tão hostil a tais processos, um psicólogo requintado, um como irmão mais moço dos irmãos Goncourt, seus autores prediletos. É que Raul Pompéia se inspirava mais da própria alma que da natureza ambiente; esta, quando muito, refletia-se na magnificência e no colorido tropical do seu estilo.

O pouco que nos deixou – pouco relativamente ao muitíssimo que tinha para dar – atesta a imensidade da perda que com sua morte sofremos.

Outra vez, perdoai-me, Senhores! mas, há quase cinco anos que esta dor incomparável me crucia, e eu precisava, egoísta como todos os que sofrem, dar-lhe o amargo lenitivo de a recontar entre amigos; queria “saciar de mágoa a minha mágoa”, como diz o belo verso de Filinto Elísio.

Aí tendes: em vez da glorificação que lhe devia, rendo apenas ao meu grande amigo esta consagração dolorosa de sua memória pessoal. Não é, sou o primeiro a sabê-lo, um elogio acadêmico; mas o túmulo de Raul Pompéia carece mais de saudades que de louros.

O ilustre companheiro que hoje recebemos, chamado a nós por eleição unânime, tem o melhor de sua bagagem literária, já avultada, prodigamente dispersa na imprensa periódica; até hoje, publicou apenas um livro de prosa, *Contos à Meia-tinta*, que são primores de observação psicológica; mas sobeja-lhe matéria para meia dúzia de volumes de igual ou maior tomo.

O que ele vale, os vossos votos sem discrepância o apregoaram mais alto do que poderia dizê-lo qualquer elogio que eu tentasse. Que boa fortuna esta minha, de o ter de receber e cumprimentar perante vós! é fácil como falar bem, em família, de um parente amado: cada palavra diz mais do que soa, porque é a expressão do sentimento de todos.

Este parente visita-nos entre duas ausências no estrangeiro, onde sua capacidade na diplomacia está prestando à nossa pátria os mais úteis serviços, ao lado de outro nosso eminente consócio. O meu desejo, como o vosso, estou bem certo, é que a política internacional nos restitua em breve, não só o território que sem direito nem razão nos cobiçam as novas tendências de expansão da França colonizadora, como também o nosso secretário da missão especial, que outra e talvez mais fecunda missão tem de desempenhar no domínio tranqüilo de nossa atividade literária.

Agradeço-vos, Senhores, a bondade de vossa atenção, e a vós, Sr. Presidente, o ensejo, que me oferecestes, de dar público testemunho de minha velha simpatia a Domício da Gama e de minha admiração ardente e de minha entranhável saudade ao gênio de Raul Pompéia.

Bem-vindo seja o novo acadêmico ao lugar protegido e iluminado pelo nome de Raul Pompéia na Academia Brasileira!

Discurso do
SR. FRANCISCO DE CASTRO

e

Prefácio de
RUI BARBOSA

*A sessão solene deveria se realizar
no dia 10 de outubro de 1901*

I

DISCURSO DO SR. FRANCISCO DE CASTRO*

Naqueles tempos em que a Filosofia mal acabava de desatar-se da Matemática, o pensador como a Antiguidade não conheceu maior, descortinador

* Como homenagem à memória do Dr. Francisco de Castro, falecido em 11 de outubro de 1901, inclui-se entre os discursos proferidos na Academia Brasileira o que ele, se não morresse, deveria proferir na sua recepção, na qual seria saudado pelo Conselheiro Rui Barbosa. Não é um trabalho acabado, nem inédito. Foi publicado no *Jornal do Commercio* de 17 de setembro de 1902, em homenagem ao primeiro aniversário da morte do escritor. Prefaciavam-no as seguintes palavras de Machado de Assis

“A Academia Brasileira, elegendo o Dr. Francisco de Castro para substituir o Visconde de Taunay na cadeira de Otaviano, contava que o brilho que aquele espírito lhe dera seria por ele continuado, não menos que a dedicação pessoal nunca desmentida. O tempo dispôs o contrário, e o novo eleito não chegou a ser recebido. A família de Francisco de Castro entregou à Academia cópia do discurso que ele teria de proferir na sessão destinada à posse da cadeira. Agora, porém, desejando celebrar o aniversário do nascimento do seu amado chefe, com a publicação do discurso, pediu a devolução provisória do manuscrito, e a Academia consentiu no piedoso desejo.

Como velho amigo do finado, quisera dizer longamente tudo o que sempre senti por aquele digno brasileiro. Não podendo fazê-lo agora, baste-me afirmar ainda uma vez que a afeição que perdi nele foi das mais fundas e sagradas. Quanto ao valor mental do malogrado acadêmico, os seus colegas e discípulos não precisam que lhes repita agora o que dele pensava o velho mestre a quem sempre venerou. Já então de par com as lições da ciência que recebia, dava às letras uma parte de estudo e cultivo, com tal amor, que nunca diminuiu. Confiando da minha afeição a primeira página das suas estréias poéticas, ligou-me a si pela

das verdades eternas nos domínios da razão pura, ideólogo e moralista, que compôs de abstrações e transcendências um corpo de leis e unificou no estatuto político dos povos a política e a moral, discípulo de Sócrates, predecessor da escola de Alexandria, pagão por cujos livros Santo Agostinho penetrou no mistério das Escrituras, nas palavras mesmas do Espírito Santo, contraditório e dialético como o espírito do século que o gerou, defensor do livre arbítrio no *Timeu* e do determinismo em *Hippias Minor*, escreveu no pórtico dessa Academia onde ela transfundiu a sublimidade do seu magistério, o poder das suas doutrinas, as audácias do seu gênio: “Aqui não entre quem não for geômetra. *Ouk iseltheto ó mi idon tin geometrian.*”

A inscrição chegou até cá obliterada e frusta, mas o seu preceito não repassou o espírito desta Casa; a legenda ficou, mas a lição esqueceu.

Vós não quisestes escutar a Platão.

Constituídos em Academia de Letras, acolhestes no vosso doutíssimo grêmio a quem pouco freqüente tem sido no convívio delas e, embora lhes desse, nas ebulições da primeira mocidade, momentos fugitivos, nunca sentiu em si, nem sente agora, aparelho bastante para versá-las.

Triunfou a vossa generosidade, às rebatinhas com o vosso espírito de justiça. E triunfou para confundir-me, agitando-me no ânimo simpatias, entusiasmos, comoções, que rara vez, como neste instante, se apoderam do meu temperamento.

Designastes para a cadeira em cujo espaldar fulgura o nome de Francisco Otaviano, símbolo do jornalismo que fez da imprensa uma força organizadora, operativa para o progresso, pugnaz para o bem, modelo do orador vigoroso e suave, implacável e meigo, que ainda nos mais renhidos torneios parlamentares ungiu os lábios na linguagem das musas, como se vibrasse nele um pouco dessa eloquência que, entre sons de uma flauta irresistível, arengava nas praças de Atenas, designastes para essa cadeira ao recipiendário de hoje, que debalde aplicou as diligências necessárias para ser bom médico, mas nunca presumiu de bom letrado.

recordação de um desses tempos que não tornam. Vivemos, estimados um do outro, e cuidávamos continuar o mesmo vínculo moral no nosso jovem instituto. Não pôde ser, como tantos outros bens.”

Nada obstante, vós dissestes à indulgência que lhe desse o seu sufrágio, e mandastes que a amizade* o viesse receber.

Fostes buscar ao prosaísmo da Medicina o sucessor do ilustre homem de letras, que passou o melhor da sua vida no remanso divino da arte, entre os personagens amados dos seus romances, e com a morte do qual se fechou para sempre um vasto ciclo de poesia e de virtude.

Se imaginásseis debuxar num quadro paradoxal a conformidade das antíteses mais violentas e dos mais rasgados contrastes, não o faríeis melhor que aproximando e conferindo as qualidades espirituais do sucessor e do sucedido. É certo que também atravessei o foco ardente e algumas faíscas me ficaram dele; é certo que ambos professamos a mesma fé literária, o culto de alguma cousa superior à imperfeição das nossas obras e à fatalidade dos nossos erros, alguma cousa que escapa à rasoura dos interesses temporais, às sugestões da vaidade, à pressão das circunstâncias, aos golpes do acaso, às bênçãos da fortuna, alguma cousa como um eflúvio do céu, que derrama nas almas atribuladas as músicas da vida interior e refrigera a aridez do coração para as tentações do amor e as doçuras do pecado.

Mas o ardor dessa fé simples e imensa, que apenas foi um episódio sem consequência na modesta carreira que adotei, teve para o meu antecessor o poder de uma vocação, a ação magnética de um talismã obrador de maravilhas, um não-sei-quê de volúpia intelectual com os seus deleites e os seus tormentos. O Visconde de Taunay sofreu a influência dessa tirania maviosa que só a arte tem o privilégio de exercer nos seus cultores. Porque só ela sabe entender-lhes as efusões, premiar-lhes os sacrifícios, estimular-lhes a pujança da seiva criadora, assisti-los na solidão das horas desoladas, requestar-lhes os arroubos e as saudades, as seduções e as provações, os primeiros verdores da alma e as últimas lágrimas da vida.

A capacidade do Visconde de Taunay, como aliás a dos melhores espíritos contemporâneos seus, não se estancou, entretanto, no afã das letras. Com a magnificência dos seus debates, a facilidade dos seus triunfos, o extenso rumor das suas glórias, a política dispõe dos mais enérgicos atrativos para

* Rui Barbosa, grande amigo de Francisco de Castro, havia sido designado para dar-lhe as boas-vindas em nome da Academia.

ganhar os talentos sinceros, elegantes e fogosos. E na flor daquela juventude que passou há vinte anos, filha diletta da filosofia do seu século, não faltavam merecimentos onde os partidos monárquicos viessem tentar a sua periódica reconstrução, refazer a provisão vital das energias gastas.

Cuido que a política não tem por si mesma a virtude de apaixonar a uma geração bem preparada para as porfias cerebrais. Nem os assuntos puramente políticos, em que apenas se movem conveniências imediatas e momentâneas, nunca foram a preocupação permanente dos povos cultos e viris. Para decorar as forças intelectuais de uma nação e, mais do que as próprias lides religiosas, levar consigo as massas, só os problemas sociais.

Estes são o lado humano por excelência das civilizações, encerram as aspirações universais do pensamento livre, congregam as energias do espírito novo na sua obra de renovação e de progresso, de redenção e de paz; servem a necessidades superiores, infundem na consciência dos fortes para as batalhas do século, nas defesas da vida e nas conquistas do bem, o entusiasmo dos princípios filantrópicos, o sopro das reações liberais, a luz da Providência, a voz do coração.

Melhor política é a que melhor governa, a que garante ao Estado a autoridade com que ele intima e se faz obedecer, a que suaviza as formas materiais da existência, a que espalha sobre os interesses gerais da nação os benefícios de uma administração vigilante. Mas as questões que importam ao regimen interno do Estado e não têm outro alcance que o político, são sempre secundárias.

Qualquer que seja a solução delas, adote-se uma precisa direção ou a sua contrária, e em breve já o resultado não se faz sentir na ordem dos negócios públicos. Cabe ao estadista criar leis, organizar instituições, produzir reformas oportunas; mas, para que medrem as reformas, as instituições floresçam e imperem as leis onde impera a razão, não bastam os mecanismos da ação oficial: a função do político tem que fundir-se no ofício do filósofo, tem que manipular as idéias gerais do momento histórico, desenvolver tendências, remodelar costumes, consolidar as estruturas morais do país, atuar na vontade dos homens com o peso dos princípios naturais, a força irresistível das cousas. Aluir e converter, desagregar e recompôr, talar e reconstruir, eis a fábrica de grandeza faraônica, tarefa de gigantes com que não podem mãos pigméias.

De observadores profundos e pensadores tenazes é privilégio o tino político.

Não chamarei tal a essa tática a que os partidos se socorrem em busca de posições perdidas; habilidosa tática, útil, até, se quiserem, para as almas desocupadas e frívolas, que encaram no instinto da conservação, no amanho das vantagens pessoais, na satisfação dos sentimentos egoístas, o requinte do civismo, o nervo dos movimentos democráticos, o freio das veemências demagógicas, o supremo quilate do bom senso, a mais fina expressão da vida intelectual.

Não se confunda o exercício desses estratagemas mais ou menos vulgares, sem correção nos seus meios nem elevação nos seus intuitos e fins, sintoma das épocas fatigadas e das sociedades em colliquação; não se confundam esses processos de partidismo estreito com a sabedoria política, inexorável martelo das facções, escola das devoções patrióticas, dos deveres incorruptíveis, dos serviços desinteressados, mestra da disciplina no régimen legal da liberdade, supremo oráculo dos povos, que sabe desentranhar das situações difíceis, das atualidades adversas, dos momentos graves de confusão e perigo, germens de prosperidade, elementos de ordem, meios de governo.

Cuido que entre nós nem sempre se entendeu nem praticou a política na sua acepção mais nobre, no seu sentido mais eminente. Não há, entretanto, porque nos envergonharmos disso. Cedemos ao império de influências seculares, que se impregnaram no nosso sangue, penetraram como um vírus corrosivo a nossa personalidade cívica, e nos deixaram no descostume de pensar e no desamor ao estudo, a eiva diatésica das gerações resignadas em cujo seio se desenvolve e desmede o antropocentrismo do poder. Esta é a absoluta onipotência, não tem contrastes, não tem freios, não tem diques, arde-lhe aos pés o incenso de todos os cultos, e nunca lhe hão de faltar cervizes que se dobrem para festejá-la nos seus decretos, nem braços que se levantem para servi-la nas suas benemerências ou nos seus erros.

Com tais influências se compôs o meio onde respiramos, atrasado e mesquinho, qual o sentimos, antipático por natureza a essa frutificação de idéias largas que caracterizam os focos de aperfeiçoamento social, as estirpes eleitas, as porções superiores da humanidade militante.

Ciência perfeita não é, nem tão cedo será a política, em nenhum ponto da terra. Mas partindo de fatos experimentais e transcendentais, regendo-se por leis positivas, seguindo na sua carreira tormentosa a razão como luzeiro e o coração como bússola, há de tocar as raias da perfeição, avançar até às regiões serenas da fraternidade e da justiça, ungir a consciência dos povos no fanatismo do direito. Esperamos seja esta a política do século que entrou, aquela que deve guiar as nações à bem-aventurança dos seus destinos, exercer o apostolado das iniciativas benfazejas, abrir caminho a novas redensões, transformar-se, para as bênçãos do futuro, em instrumento do céu que não precisa de favores para conquistar o mundo.

Quando assim for, terão amanhecido para a ciência os seus dias de gala. Admirável resolução essa que, para refundir a ordem dos fatos, substituir as rivalidades e as paixões estreitas pelos impulsos da abnegação, a superficialidade e a hipocrisia pelos estudos sérios, pelas convicções envisceradas, pelos entusiasmos ardentes e puros, leva o ferro e o fogo da propaganda, enverga a armadura dos princípios, bate a estacada no campo das consciências. Laboriosa pode ser uma nação, empreendedora no comércio, engenhosa nas indústrias, fecunda nas artes, valedora das profissões liberais, conservadora e reformadora, zelosa de tradições e ávida de glórias, intransigente nas formas pacíficas da lei, estóica nas provas da guerra, sabendo ao mesmo tempo cingir a toga e as armas; seja tudo isso uma nação, tenha a gerir um tamanho cabedal de virtudes um segundo Marco Aurélio, alma intemerata, coração sublime, divino monstro de poderio e de bondade; mas se é uma organização social de cultura mesquinha, se não se embebeu na chama sagrada do puro entendimento, se lhe falta o sentimento filosófico e com ele a possibilidade de adaptação ao espírito geral das ciências, se é um meio que não produz sábios, deixe-se ficar nessa feliz mediocridade, tão áurea como a de que falou a musa pagã, contenha-se no seu papel secundário, afaste-se das linhas onde a civilização pôs a defesa e a honra das suas obras vivas, renuncie à supremacia política, porque esta é o apanágio das raças ilustradas, é uma conquista da supremacia espiritual.

Ora, no Brasil imperial e na época em que o Visconde de Taunay militou no cenário político, tínhamos uma camada de inteligências de primeira

luz. O jornalismo dos partidos, as casas do Parlamento, a alta administração possuíam excelentes cabeças.

Não as havia em tão largo número, que formassem legião; mas eram tais, que podiam por si sós dar o quilate da civilização nacional.

Suprema honra é, com efeito, e incomparável ventura para uma nação, registrar nos seus anais homens de governo como Cotegipe e Rio Branco, experientes, provados e dignos; civilistas como Nabuco, o jurisconsulto da dinastia genial dos Ulpianos e dos Paulos; estadistas como Zacarias, a águia da Monarquia representativa, que, para definir a natureza e os limites do poder moderador, escalou os mais elevados cumes da Filosofia Social.

Vinham todos de mais longe que o Visconde de Taunay; chegaram à meta da vida com a consciência repousada e forte de quem vê ao longo dos anos os dias que deslizavam aziagos ou prósperos, mas a nenhum considera inútil ou perdido; vinham de mais longe, e acurvados quase todos sob esse fardo de impopularidade com que os contemporâneos, indiferentes ou ingratos, carregam os ombros dos que passaram pelo poder e tiveram de arrostar as contingências de situações imprevistas, as vicissitudes da opinião, as querelas partidárias, a frivolidade ou a corrupção dos tempos, sem poderem, talvez por isso, acudir ao estado orgânico do país, desenvolver-lhe as forças intrínsecas, dar-lhe legislação suficiente, engrandecer as instituições pelo progresso geral das idéias, na imensa majestade da paz.

Estava de pé a situação conservadora, sob o Ministério Rio Branco, quando, eleito por Goiás, entrou o Visconde de Taunay na Câmara temporária. Mal chegávamos então à cláusula daquele período tormentoso em que o gabinete de 7 de março, resolvido a prover às insuficiências da lei de 50, abolidora do tráfico negreiro, consignara no seu programa a reforma do elemento servil pela emancipação dos nascituros. Contra um projeto legislativo, nunca se desencadeou mais tremenda oposição.

Os maiores talentos da Câmara dos Deputados eram, com raras exceções, intransigentes escravistas. Ameaçavam ao Presidente do Conselho com a dissolução do seu partido, a ruína do princípio monárquico, o desbarato da riqueza coletiva pela lesão da vida econômica, a desorganização do trabalho rural, a morte da lavoura, a sublevação no seio das famílias, a desordem nas ruas, o espantinho da guerra civil. Mas o Visconde do Rio Branco não

costumava ladear as crises nem voltar costas à tormenta inevitável; afeito à larga maré nos sorvedouros parlamentares, sabia contrastar com a sua vontade de ferro ventos travessões e ondas de chapeleta; era o navegador exercitado no perigo, que vai certo pelo rumo, sem mais conferir de dia com a altura do sol nem de noite cartear com as estrelas, e manobra no bojo do temporal, como se cursara com vento bonança a solidão infinita das águas atlânticas.

Estava ganha a mais rude parte da peleja, de cujas linhas jamais se afastara a onipotência nacional, o espírito público que se levanta com voz da liberdade.

Nesse primeiro movimento da grande reforma, que só anos mais tarde havia de findar com o voto concorrente de ambos os partidos, não teve o Visconde de Taunay nenhuma ingerência. Nada, entretanto, me faz crer que ele por então a adversasse. E aliás certo é que de então em diante não houve a favor dela lidador mais firme. Do seu apoio ao Gabinete Rio Branco pode ser pedra de toque a oposição que moveu ao gabinete Caxias, sucessor daquele e em muitos pontos antagonista seu, não obstante organizado com a mente de congraçar a família conservadora, retalhada pela questão servil. Levada a efeito essa conciliação, coube ao Visconde de Taunay, pelas suas muitas partes de superioridade, uma missão tipicamente característica, naquela fase de agitação e controvérsia, que feneceu com o ano legislativo de 77. De feito, poucas vezes tem-se visto um governo tão lealmente tratado por mãos correligionárias nos domínios da discussão livre. Controversista parlamentar de primeira ordem, o Visconde de Taunay dignificava sempre nos seus adversários o direito comum de opinião, admitindo no ânimo deles essa rijeza de boa vontade e sinceridade de convicções que, ainda defendendo enormidades ou absurdos, são o nervo e a honra dos argumentos sérios. Quando os debates se movem em tais alturas, desaparecem as pessoas, as fraquezas, as recriminações, as represálias; ficam somente os princípios e ao influxo deles se desenvolve o espírito dos tempos e o gênio das instituições.

Eis aí o excelso terreno onde se espraiava, nas mais límpidas efusões da consciência, a palavra incorruptível do Visconde de Taunay. E só aí, nessas possessões do seu apostolado político, o lutador era forte: de franqueza, de fé, de coragem, de tudo o que não tergiversa, não abjura, não recua, disso se

compunham as qualidades preeminentes e raras daquele vigoroso polemista da tribuna.

Não houve no parlamento, nem alhures, quem levasse a palma entre nós ao Visconde de Taunay na defesa dos princípios mais adiantados da administração pública. Sentindo na emigração européia um poderoso elemento da nossa prosperidade; acreditando que, se repelíssemos esse movimento aluvial da população do Velho Mundo para o torrão brasileiro, ficaríamos no continente americano uma nação singular, uma nesga de semi-barbaria encravada nos paralelos da civilização; persuadido de que, na aliança dos povos sob as diversas latitudes está o futuro deles e o rejuvenescimento da família humana, a renovação do mundo; endereçou todas as suas diligências a pregar contra as provisões de lei contrapostas à direção para as nossas plagas, das levas migratórias, levantadas naqueles países, onde a existência é penosa e o trabalho pouco produtivo.

Intervenha, ou não, o Estado no foro social. Mas se não deve assistir com a sua tutela ao engrandecimento e bem-estar geral, agregando pelas coesões do interesse coletivo os egoísmos dispersos; se não deve multiplicar no solo pátrio os focos de atividade produtora; se não deve estimular e dirigir na missão das classes laboriosas a eterna revolução do trabalho; ao menos não esmoreça o arrojo dos iniciadores, não quebre os instrumentos vivos desse otimismo providencial, que busca pela força das idéias antecipar o futuro, precipitar os sucessos, resumir em poucas horas a secular germinação dos princípios, aproximar a maturidade das cousas.

Para vivificar esse pensamento, onde concentrou seu esforço diuturno, a sua política contínua, o dever e orgulho da cadeira legislativa, teve o Visconde de Taunay de sustentar, como o fez, durante anos, as teses vibrantes do mais intenso liberalismo: o casamento civil, a grande naturalização, a separação da Igreja e liberdade de cultos.

Insigne patriota, infatigável amigo do Brasil, não houve, entretanto, coração mais cosmopolita, não houve quem fosse mais que o Visconde de Taunay amigo do imigrante, defensor do ádvena que vinha fixar-se nas terras nacionais. Não seria talvez esse o melhor título seu para a geral benquerença num país de nativistas ou, como o nosso, de indiferentes às cousas do mundo, ao movimento universal das idéias. No povo brasileiro, talvez por pouco

provado no regímen da opressão, pouco também se desenvolve o sentimento liberal. Dentro de tais normas, não sabendo cortejar nenhuma opinião, quando isso importava um sacrifício de consciência, o meu antecessor não podia ter esses dotes superficiais que popularizam sob a mesma cor o mérito e o demérito. Também a verdadeira superioridade e a popularidade são por via de regra funções contraditórias. E quando há tal homem superior que se tornou popular, não são certamente as qualidades que lhe constituem a supremacia as mesmas que o encomendam ao favor público.

Dentre as medidas que propugnou o patriotismo do Visconde de Taunay primava, como esteio para as demais, a que recusava fazer da Igreja uma função do Estado, e queria a emancipação recíproca dos dois poderes, a separação das duas jurisdições, a independência das duas autoridades. Se, com efeito, a magistratura da Igreja inteiramente se resume em incansável milícia de propaganda espiritual, então, por amor do princípio de liberdade implantado por Deus na rocha das consciências, deve abdicar toda e qualquer ligação temporal. Para estender a sua soberania até os confins da vontade, último termo da evolução mental, para subjugar os corações, há de a religião exercitar as suas forças sublimes no terreno da igualdade e da tolerância, há de respeitar a linguagem da razão, ainda nas suas hesitações, nas suas contradições, nos seus desvarios. O espírito religioso logo deixa de o ser desde que se desenvolve na escola da opinião oficial, no círculo das praxes administrativas, em nome e sob a custódia da lei civil, sem essa espontaneidade e naturalidade de onde lhe vem o poderio irrevogável e o quilate divino. Os Estados soçobram, caem os impérios, destronam-se as dinastias, desabam as repúblicas, liquidam-se os povos, extinguem-se as raças, a glória se faz desolação, o progresso fica sendo anacronismo, só a religião refoge ao peso de caducidade universal, sobrenada ao destroço dos séculos, à subversão das idéias e sistemas, revive e remoja nas paragens do bem, como uma páscoa de flores nas eternas aleluias da primavera humana. Por que, pois, havemos de associá-la às grandezas do nada, a essas das quais não há nenhuma que, embora tendo tocado as estrelas, deixe de vir ficar igual com o chão, nenhuma que se não resolva mais cedo ou mais tarde num bocado de pó?

Alvitrando essas conveniências para a prosperidade do seu país, não imperava no ânimo do Visconde de Taunay a antipatia, o desamor ou sequer

a indiferença do princípio cristão. Talvez até de outras origens lhe não corresse essa vasta inspiração moral que a sua vida respirou em todas as vicissitudes, única seiva que revigora a fé política, única sugestão que conhecem os que amam com o arrojo dos instintos desinteressados o interesse coletivo, único influxo luminoso das almas devoradas pela paixão do dever.

Agitando esses problemas de política social, dos quais tinha em nímio grau a penetração e o senso, era o Visconde de Taunay voz dissonante; entre ele e a grande massa dos seus contemporâneos, *multitudo ingens*, corria a barreira da dissidência dos que não podem vir a concerto, porque aplicam no exame e solução dos mesmos casos critérios opostos.

Devem julgar-se os homens, medir-se-lhes os serviços, avaliar-se-lhes a influência, não quando as idéias deles harmonizam com as da época que os brotou, senão nessa especial conjunção da vida em que foram singulares no seu modo de pensar, quando militaram sós contra as correntes gerais da opinião.

É sabido que essa raça de espíritos, capazes de gerir a tutela dos povos, nem sempre faz sentir a ação das idéias novas nas gerações em que elas se suscitaram. Mas tais idéias não se perdem, e, uma vez em circulação e concorrência, são já o pábulo inconsuntível da Filosofia, a *anima vilis* do livre exame e da pesquisa perpétua.

Foram as vidas que as defenderam, mas as idéias ficaram. O mundo intelectual consiste nelas; elas são o renovadouro dele, a alma luminosa dos séculos, a mocidade vitoriosa dos tempos. Julgais que no crepúsculo momentâneo bruxuleia o sol esvaído; entretanto, é o reamanhecer que se prepara sob a névoa crepuscular; chegue a estação idônea e com pouco vereis rebentar na pujança dos dias felizes a chama que supúnheis extinta: sumiu-se o fogo vital sob o aterro dos anos: mas como um facho benfazejo que passa invisivelmente de mão em mão, de uma para outra época, revive e está presente na chama atual: da força misteriosa desprende-se o movimento encerrado virtualmente nela e veio, intensado com o próprio concurso inconsciente do tempo e dos homens, revolver o espírito público, recompor as bases dos sistemas e das crenças, insinuar-se nos costumes, remoçar as sociedades, reformar as instituições, retemperar as democracias no exercício da honra, conquistar a liberdade pelo caminho das leis.

Conheceis o programa com que o Visconde de Taunay entrou na vida pública e saiu dela. A maioria dos artigos que o compunham, figuravam no estatuto do antigo Partido Liberal; eram nas horas da oposição emblema da sua bandeira, senha dos seus combates, doutrina da sua escola; nunca houve, porém, o intuito de lhes dar efetividade, nunca tentaram os estadistas, que os preconizavam, transferi-los de programa de partido para programa de governo.

Só com a República teve esse corpo de idéias a sanção definitiva: a adaptação foi instantânea; o país assimilou com avidez as reformas impostas pelo espírito novo, necessárias à unidade da civilização hodierna.

Não quero alargar a glória dos mortos, cerceando a boa fama dos vivos. Mas, se o que contradistingue as formas de governo não são as designações que as revestem, senão o seu intrínseco mecanismo, isto é, a natureza de suas leis, a qualidade de suas reformas, a filosofia da sua política, os instrumentos do seu progresso, então posso proclamar que jamais tivemos têmpera menos monárquica que o Visconde de Taunay, que em nenhum coração se guardou com mais desvelo a flor intemerata do sistema republicano. Desprezador era ele das fórmulas da República, e por isso viveu e morreu iluso na fidelidade da tradição monárquica; seguidor intransigente, entretanto, sempre foi do mais puro republicanismo, propagandista das suas virtudes, sacerdote dos seus princípios, enquanto exerceu nas duas casas do Parlamento imperial o ministério da palavra pública.

Podem esquecer-lhe o desinteresse e o empenho com que sempre serviu a causa nacional; mas na hora das incertezas, dos sacrifícios ou das reivindicações, o seu exemplo há de impor-se para incutir nas almas novas o civismo que não esmorece, a resistência que se não gasta, o dever que não capitula, o entusiasmo que abala montanhas. Os povos têm a memória lábil. Raça ingrata, raça hebréia, volta costas aos teus patronos, apedreja os teus profetas, comunga a lição da apostasia, deserta a fé e a lei do Senhor, os Isaías e Ezequias continuarão a manter impolutas, propagando-as pelos âmbitos do mundo, nessa língua inflamada, em que falarão mais tarde os evangelistas, a lei que traístes e a fé que renegastes.

O político que tinha acima de tudo a devoção dos princípios, incapaz de os desconhecer ou imolar, qualquer que fosse a contingência das ocasiões,

transportou para as outras ordens da atividade civil essa mesma elevação de sentimentos patrióticos, que nunca excluiu nele as tendências cosmopolitas de um coração generoso, esses mesmos instintos de justiça e liberdade, essa mesma confiança na fraternidade dos povos pela fraternidade das idéias, essa mesma inteireza de ânimo que santifica pelo culto da virtude as austeridades da consciência, essa mesma luminosa efusão de talentos psicológicos, essa mesma força de observação e de crítica, que tateia, interroga, penetra os problemas da sociedade e os enigmas da vida.

A firmeza do político serve de medida, no Visconde de Taunay, à sinceridade do escritor.

Dos livros que compôs, dois hão de ler-se, para julgar da compleição literária do autor da *Retraite de Laguna* e da *Inocência*. Nesses dois livros é que mais se esteiam e melhor caracterizam os seus créditos de historiador e romancista, a energia e a graça do seu escrever, a finura da sua análise, as profusões do seu espírito criador; o fogo juvenil, a lava dos primeiros tempos da inteligência, faculdade matinal, intuitiva, divinatória, que antecipa os fatos pela clareza da previdência, substitui a prática dos homens pela contemplação dos princípios, e ainda tende a desenvolver-se com o outono da experiência e do estudo, que introduz no espírito a maturidade e a paciência, a moderação e a regra.

Li a *Retraite de Laguna* e guardo tal impressão dessa narrativa militar como se houvesse assistido às peripécias e surpresas do memorável feito bélico. Percorri, pela mão do historiador, as léguas que separam os alagadiços de Coxim e de Miranda das terras pitorescas por onde se arrastam as águas do rio Nioac; vi constituir-se a coluna expedicionária, fender-se em quatro divisões e infestada das febres maremáticas, do beribéri e do cólera-morbo, tocar a margem esquerda do Apa, pisar a linha setentrional do Paraguai, entrar em Laguna, esgotada da marcha, reduzida a ração alimentícia, desaparecida de munições, sem mais comando que a voz do dever, nem outro viático que a honra das armas.

Na vasta invernada de Laguna tudo era então esqualor e desalento. Passando por aí para fundir-se com o grosso das tropas, uma poderosa manga de soldadesca paraguaia deixara devastado esse trecho do torrão, afugentados os habitantes dele, posta em cinzas a casaria palhaça. A situação tornava-se

insustentável para as nossas forças; crescia o perigo, à maneira que escasseavam os meios de o conjurar; o inimigo estava à vista; a derrota a dois passos. Em busca de melhor estratégia era forçoso contramarchar para a fronteira do Apa. Mas que a retirada, que assim inadiável se impunha, tivesse, para resgatar a imprevidência da nossa expedição, estrondos de bravura e se fizesse sob o calor da bateria solene.

Tal sucedeu.

E nas amplas solidões daquela redondeza, que a intrepidez de dois povos inutilmente ensangüentou, a taratanra das nossas trombetas espalhava dentro em pouco os vivas da vitória. Tivemos que pelejar, sem conhecer o terreno, curtida ao desabrigo uma longa noite de chuvas torrenciais, até que, estiado o tempo, na transparência da manhã, rompendo as águas que a inundação acumulava, penetramos com armas vencedoras no acampamento inimigo. Começou depois disto a retirada da nossa coluna guerreira, que havia ainda de resistir guapamente no seu regresso a incessantes escaramuças e recontros até o fim dessa gloriosa jornada de 700 bravos e 35 dias.

A narração da campanha não podia ser mais autorizada e fidedigna do que escrita, como foi, por testemunha presencial e parte combatente. O Visconde de Taunay relacionou quanto viu; e nada, nas suas mãos, no que diz respeito à história da grande contramarcha, ficou por tratar: os furores do ferro inimigo, as inclemências do céu paraguaio, a visita das doenças, a rarefação das fileiras, a topografia do solo, os episódios do longo regresso, as aventuras da expedição, a moralidade dos acontecimentos, os produtos monstruosos da civilização e da barbaria, as cenas de heroísmo no auge do desengano, a irradiação da glória marcial nos troféus e nas catástrofes.

De tudo nos fala o nosso escritor com aquela precisão de dizer e firmeza de tom, sagacidade inquiridora e concepção larga, forte penetração do assunto e tal vigor de evocação, que logo infunde nas cousas que comemora, através da distância e dos anos, calor, atualidade, vida. Bem fácil fora dar-vos de tudo comprovação segura e documentada. Mas a *Retirada da Laguna*, nas suas três copiosas edições, se acha escrita em francês. Os excertos de que eu poderia servir-me devera antes pô-los em vernáculo. A desfiguração do original seria desta sorte inevitável; encontraríeis talvez a fidelidade do tradutor, mas debalde buscaríeis a elegância da tradução.

Por outro lado, reproduzi-los na sua primitiva linguagem, soara a profanação ou porventura rasgo de mau gosto; porque, além da nossa própria língua, só se podem erguer debaixo deste teto solene as puras vozes gregas e latinas.

Uma dúvida nutro, entretanto, que vos deixo submetida, acerca do livro cujo texto e méritos melhor que eu conheceis; livro que valeu ao seu autor, assim pelo objeto tratado, quanto por partes pessoais de letras e bravura, a qualificação de Xenofonte brasileiro. Ensinai-me agora vós se, estampado, como foi, em idioma estranho, tem a *Retirada da Laguna* legítimo jus à matrícula nos registos da literatura nacional. Pertença-nos, porém, ou não, pelo título da linguagem que a compagina, nossa é a *Retirada da Laguna* pelo coração que vibrou nos perigos recontados nela, nossa pelas mãos patrióticas que a batalharam, pelo sangue que a enobreceu entre a vária fortuna das armas, pela pena ardente que a celebrou, espalhando-lhe derredor a tríplice atmosfera da glória, do entusiasmo e do sacrifício.

Escrita antes da idade madura, tal foi apesar disso a obra-prima do Visconde de Taunay.

Dos mesmos anos juvenis data também o mais notável dos seus romances. Mas o jovem romancista da *Inocência* teve além de tudo o condão de chegar com as graças intelectuais, que madrugaram nele, e o reto senso da arte, até os dias finais, que ainda muito distavam da velhice.

Com esta só criação do seu talento, e aliás outras teve, e numerosas em vários gêneros literários, não carecia de mais título o Visconde de Taunay para desenvolver o interesse pelos seus trabalhos, granjear renome, cativar a voga.

A poucos livros tem corrido no Brasil tão próspero e merecido destino: a aura que a este envolveu, e em múltiplas edições e versões o trouxe até nós, o levará certamente por diante. Simples é o enredo do delicado romance, tão natural na verdade dos seus quadros, no risco das suas figuras, na ficção, na graça, no estilo, no sopro animador. Alguns pedirão à contextura da obra a força inventiva das produções originais. Mas nas páginas da vida amorosa a originalidade não passa de imitação; a realidade não muda, os aspectos são os mesmos, o coração se repete. Que importa se sucedam os levitas, se a devoção é contínua e o culto tradicional? E assim, a gentil *Inocência*, antes que com o

assassinato do mancebo que elegera por noivo se finasse de pura saudade, podia pedir (ela e ele também) aquelas asas com que os amores pudicos de Paulo e Virgínia buscavam refúgio na limpidez imaculada: “Asas, asas; deixem-nos fugir.”

Mais tarde, filha do tempo e fundação do pó, a mocidade passou; e a poesia das cousas, que era a nossa própria alma transfundida nelas, lá se foi, como um raio divino da vida universal, circular de novo nas veias da primavera, eternar os esponsais da natureza jovem. Um pouco além, e eis que pisamos o continente da velhice.

(Com que é que nos havemos de consolar, ah! doce musa da vida, de te não poder mais sentir nem adorar?) O passado nos parece estranho, porque nós já somos outros; e o futuro, que então nos fica mais perto, e para onde abrimos os braços, cada vez mais se nos tranca, para que a esperança, com o seu divino cortejo, vá conosco até o fim.

Nos outros seus romances, designadamente na *Mocidade de Trajano*, no *Manuscrito de uma Mulher*, e no *Ouro sobre Azul*, assim como no drama *Amélia Smith*, aplicou o Visconde de Taunay larga dose de observação e de imaginação.

Possuía em grau intenso essas duas faculdades, sobretudo a primeira, e sabia servir-se de ambas como das próprias forças, que o eram, constitutivas do seu temperamento intelectual. Havia nesse belo espírito outros talentos acessórios; da proporção e harmonia destes entre si e com as outras faculdades fundamentais, resultaram as predileções do escritor, as suas mais profundas ternuras literárias, pelo estudo do meio.

O meio brasileiro foi sempre, com efeito, o objeto amado da sua inteligência: nele viveu e gastou a vida. Por isso respira em todos os seus livros a alma de nossa sociedade e o gênio da nossa natureza: no conto, no romance, no drama, na crítica, lá está a influência muda dessas forças insensíveis e contínuas.

Nem todos os escritores nacionais receberam e traduziram a impressão do meio nacional. Mas, dos que o fizeram, nenhum primou por aí ao Visconde de Taunay. E, por outro lado, tais tem havido que, habitando embora o nosso chão, foram como forasteiros dele, pela inspiração que os guiou, pela

cor geral das suas idéias, pelo seu modo particular de sentir, de pensar e de dizer.

O poder de observação, cheio de crítica e gosto, tinha no Visconde de Taunay, para suprir as deficiências naturais do processo analítico, o abundante lirismo da imaginação; e este, por sua vez, era reprimido nas suas efusões e hipérboles que o pensamento aquecia ou a paixão, pela serenidade do tino observador, pela percepção fina e precisa.

Para bem satisfazer as obrigações do seu ofício, não basta ao moderno escritor o dom imaginativo, que é aliás uma das formas mais vivas e simpáticas da inteligência, indispensável nas sociedades que avançam, nas nações que progridem pelo trabalho incessante das idéias; há de também ser o escritor moderno fortemente iniciado no movimento científico do seu tempo, há de ser homem de ciência larga, um ciente como lhe chamaria Camões.

Dentre os seus contemporâneos, era o Visconde de Taunay um dos escritores mais instruídos; havia na sua cultura amplidão, solidez, elevação; daí esse verdor de aspirações, essa coragem de iniciativa, essa afoiteza de inovação, essa constância de serviços à obra nacional na política e nas letras, essa prodigiosa vegetação intelectual, arrostadora de dificuldades, amiga de invasões, capaz de conquista.

Ao conhecimento consciencioso das ciências naturais deveu o jeito de filosofar, o hábito científico de ver as cousas, do qual só se não servem os que proclamam a inutilidade da ciência. É certo que sem ciências naturais pode haver literatos, publicistas, jurisconsultos, legisladores, médicos, doutores de toda casta; mas, para ser pobre de espírito, ainda está por descobrir receita melhor.

Não foi o Visconde de Taunay um homem de ciência no sentido exato da palavra. Sê-lo-ia, e como os maiores, se o tivesse querido. Nas ciências de observação e nas experimentais (*verbi gratia*, a Medicina), não se há mister de remontados entendimentos; elas estão nas posses de qualquer espírito estreito, uma vez que não lhe falte bom senso, clareza e tenacidade. Outras ciências pedirão líderes de mais fôlego, índoles afeitas aos problemas de telhas acima; são elas as que estudam o homem na sua composição subjetiva e penetram até a camada tenebrosa da organização embrionária, para assentar nas fatalidades da natureza material, nas forças cegas da herança, no determi-

nismo dos processos biológicos, na evolução e regressão dos elementos orgânicos, a majestade da vida moral, a história do progresso humano, os fundamentos e as leis da sociedade civil.

Como estas últimas ciências, também as letras não se contentam com espíritos de segunda ordem, inteligência de segunda luz.

O cenáculo das letras é com efeito o teatro das maiores prerrogativas e excelências do espírito humano. Em todas as épocas e sob todas as latitudes aí se encontra a região das águias. A mediocridade ainda alguma vez alcançará imperar no mundo sob as formas santas da democracia; não lhe custará vencer, porque é o número, é a massa, é a força, é o peso esmagador e bruto; vencerá em nome dos princípios naturais: instituições, costumes, leis, fundações, sólidas ou caducas, tudo poderá impor ou derrocar, mas nunca terá nas mãos o governo das letras. No âmbito delas as almas sobranceiam a condição do terreno, embebem-se nas alturas incorruptíveis; refugiam-se nas paragens que a imaginação povoa e o mistério ilumina; banham-se nas auras fagueiras de outros céus e de outros horizontes.

Com o elemento medíocre começa a ação corrosiva, a batalha dos vermes no corpo inanimado, o despenhamento profundo sob o martelo das raças decadentes. É o momento das aberrações literárias; os levitas abandonaram o santuário poluído; fecham-se para a arte as perspectivas frementes de luz e de vida; a estética refuga dos seus tipos orgânicos a flor da beleza moral; a perversão do gosto cria escola e prospera em discípulos; a envergadura dos condores, habituada a escalar os pináculos andinos, passa a ter por medida os surtos rasos de uma literatura de galinheiro.

A vulgaridade não vai com o espírito literário; são entidades contrapostas; ele é um poder aristocrático por excelência; ela é por excelência um poder nivelador; e a nação em cujas letras frutificar o gérmen da mediania, é um organismo liquidado. A inferioridade espiritual tem o seu relevante papel na materialidade ou no industrialismo da vida prática. Mas penetre no território da vida sublime, e logo degenera nessa florescência estéril e maligna, que a cada instante cobra mais arrojo e toma maior licença, até suplantam a cultura das idéias gerais, extinguir a chama das inspirações superiores, calar nas vozes proféticas do coração as promessas do futuro. Nada resiste ao contato de tamanho flagelo; dir-se-ia a sombra envenenada de uma flora maldita,

transformando as verduras da terra, as fertilidades e medranças dos torrões abençoados, as novidades da natureza virgem, numa larga vegetação de folhas mortas.

.....*

Este não é o Taunay que conhecestes no galarim das posições oficiais; é maior que ele: é o Taunay que passará às gerações vindouras como uma das mais poderosas organizações artísticas da nossa pátria; é o Taunay que admirastes e aplaudistes; é o Taunay que, interpelado pelos seus amigos acerca das razões por que esquivava aos negócios públicos os ofícios do seu patriotismo, acudia com uma palavra de resignação e de cordura, repassada na unção dos desenganos finais e das supremas renúncias, a palavra de quem já não acha lugar no mundo e contempla à beira do turbilhão eterno, aí onde podemos chorar abertamente o peso das nossas culpas, as horas que voam, os dias que fogem e a morte que chega. “Eu quero acabar bem”, assim respondia o Visconde de Taunay. E nem de outro modo acabaste.

Acabaste bem, porque acabaste digno.

Acabaste bem, porque tiveste na estima contemporânea essa paz inefável que o Evangelho prometeu na terra aos homens de boa vontade, e a história reserva aos que militam pelas necessidades do seu tempo e guiam o progresso dos povos pela via das evoluções naturais. Acabaste bem, porque, embora seqüestrado do movimento político, não desertaste à labutação intelectual, circunscreveste nas mais altas regiões do pensamento a arena dos teus troféus, continuaste a servir à glória das nossas letras com os primores da tua pena.

* A parte que se segue achava-se ainda em notas.

II FRANCISCO DE CASTRO

Rui Barbosa*

Não andaram com acerto os amigos de Francisco de Castro, que, levando ao prelo, em comemoração do primeiro aniversário de seu passamento, estes preciosos resíduos esparsos da sua obra, querem de mim, em algumas linhas de prefácio a este opúsculo, o transunto da sua idéia. Faltam-me, tenho certeza, forças, para corresponder à exigência dessa missão pia, à altura da sua serenidade. Fui um dos fulminados por aquele dia fatal; e ainda não volvi a mim da turvação de ânimo, em que me soçobrou.

Acabava a sua habilidade miraculosa de operar em minha casa a salvação de uma vida, que me importava mais do que a minha mesma, quando funestos destinos o arrebataram à nossa gratidão e à nossa felicidade. Tínhamos cabido em sorte recolher os derradeiros benefícios do seu gênio; e mal sabíamos, na efusão do nosso contentamento, que a ironia da miséria humana se aprestava a trocar-nos a sinistra ameaça de um luto na realidade imprevista de outro. Ninguém se sumiu nunca dentre os vivos em circunstâncias mais inopinadas. Não foi tão-somente sobre os que o amavam que caiu como o estalar de uma catástrofe a surpresa tenebrosa. Toda esta cidade se achou atordoada numa estupefação, a que os próprios inimigos da vítima se não evadiram. Fez-se entre nós, por toda a parte, grande tristeza, profunda escu-

* Prefácio ao volume *Discursos*, de Francisco de Castro. Rio de Janeiro, Typ. Besnard Frères, 1902, XIV + 59 p.

ridade. Os que se dirigiam à casa ferida pelo raio, tinham a impressão de que o desabar dessa existência subtraía à nossa uma defesa irrecuperável, irremediável. “Sente-se a gente sem segurança”, dizia-me naquela consternação um dos mais eminentes colegas do mestre. Estas palavras podiam inscrever-se na loisa de sua sepultura. Não haveria outras, que definissem tão bem a imensidade da nossa perda e a comoção geral.

Enquanto o enleio dos profissionais se debatia no estranho mistério do caso, o coração dos amigos resistia à evidência trágica da desgraça. Dir-se-ia que a morte se estava comprazendo em desmentir-se no semblante do morto. Não lhe havia nas faces o vestígio do sofrimento. Naquela fisionomia não se divisavam as sombras de além. Passara de uma a outra vida sem sobressalto. Estava-lhe no rosto uma placidez quase sorridente. Eram as mesmas as cores. Na palidez habitual do gesto revia a bondade, a simpatia, a doçura do costume. Custava crer que aquelas pálpebras nunca mais se reerguessem. Não faltava senão que, de repente, as vestes talaes, que o envolviam, se agitassem nas suas dobras, e outra vez ali se levantasse o professor entre os que o cercávamos, buscando com os olhos o círculo numeroso dos seus alunos. Foi assim que o vi no seu leito mortuário, e pude figurá-lo vivente. Ainda um dos mais ilustres professores da faculdade, sob o prestígio irresistível daquela refração póstuma da vida, como a do sol no céu de certas tardes de estio, lhe tateou as carótidas já inertes, em busca da circulação, cujo movimento havia muito se extinguiu. Mas bem depressa, como os raios vespertinos da luz solar, se despediam melancolicamente de nós as últimas ilusões, e àquela fronte orvalhada das nossas lágrimas descia a noite irreparável, apenas com os seus longes estrelados da remota esperança celeste.

Quando entro a contemplar outra vez, desta distância, aquela tranqüila e suave imagem da vida já no regaço da eternidade, não chego a entoar o *bella morte pietosa* de Leopardi, mas compreendo a formosa inspiração do estátuário grego pondo entre os braços da Noite, filhos gêmeos das suas entranhas, presos um ao outro por um beijo inseparável, o Sono e a Morte. Felizmente o cristianismo povoou de uma divina realidade o vazio sonho helênico, e a poesia que ela exala, se nos não reconcilia com as iniquidades da morte, verte ao menos outro bálsamo para as suas incuráveis feridas.

*

Os escritos que se enfeixam nesta brochura, pertencem às *opera minora* de Francisco de Castro. São labores de ocasião, frutos dos seus breves lazeres, diversões em que esparecia o ânimo nas raras horas subcessivas de uma vida absorta na profissão e no estudo. Mas todos eles descobrem o homem de letras, o artista, o pensador, o ciente. Nenhum desliza ao vulgar, ou ao medíocre; nenhum se perde; nenhum desafina da harmonia de sua superioridade. Por todos passou um grande espírito, e em todos se embebeu o cunho de uma dessas entidades extraordinárias, que das jóias da coroa da criação vem parar uma ou outra vez às mãos dos homens. Em cada uma dessas amostras do seu falar não sabe o ouvinte que mais admire; se a pureza das letras, se o estremo do gosto, se a cópia do saber, se a segurança do pensamento. O *ouvinte*, digo eu; porque sua palavra impressa, pela verdade, pela ação, pelo calor, pela magia, lhe transfigura os discursos escritos no orador que os proferiu, e dá-nos a ilusão da tribuna da eloquência viva, da palavra falada a cair dos seus reservatórios de oiro nas almas comovidas.

Destaque-se dessas orações a que ele elucubrava para a sua recepção na Academia Brasileira. Não é mais que um começo de obra d'arte. O mármore ainda não recebera a demão, que havia de aprimorá-lo. Nos entalhes, nas arestas, nas espessuras mal desbastadas, nas vastas lacunas, que a reticência assinala, se está vendo que o escopro não concluíra a sua tarefa, que a matéria não recebera, com os últimos cuidados, a plenitude do sopro criador. Nas linhas capitais, porém, nos grandes traços avulta a beleza das formas, despertando animadas pela corrente de uma idéia poderosa. Sente-se que a mais intensa luz inundava a oficina. Uma ampla filosofia desce do alto sobre o escritor, de cujos dedos como que se vê irradiar ao papel a chama inspirativa. A apologia de Taunay sai-lhe debuxada numa vasta síntese social, em que a visão dos supremos interesses humanos discorre como um vôo de águia os cimos do pensamento.

Se ele, satisfeitos os seus escrúpulos de arte, ultimado o trabalho que esmerava pacientemente, o levasse enfim à Academia, ansiosa pelo acolher, sua audição naquela assembléia de espíritos finos ter-nos-ia dado um dia ateniense. Aquela natureza de escol teria recebido então de seus confrades, como um dos primeiros entre os seus pares, a sagração literária que lhe tocava. Ali

chegara, não, como sugerira a sua delicadeza, *pelos votos da indulgência*, mas pelo consenso unânime dos mais severos. Nem era *a amizade que se encarregara* de recebê-lo, como ele modestamente dizia, aludindo à incumbência, que se me cometera de responder-lhe ao discurso inaugural. Individualidades do seu porte nunca haverão mister que ninguém as louve e exalte. A douta corporação chancelara apenas o sufrágio universal dos competentes, reparando o descuido, que do número de seus fundadores lhe excluía injustamente o nome. A amizade cabia, talvez, entretanto, seu papel naquela festa malograda: o de espelhar, aos olhos dos que lhe admiravam a inteligência, um coração ainda maior, refletir da intimidade ao público essas azuladas transparências de uma grande alma retraída e avara dos segredos da sua bondade. Desta experimento eu ainda agora, de além-túmulo, o influxo carinhoso na solene alusão do seu discurso, cancelado pela morte, a um afeto que se nutria, em mim, de admiração ainda mais que de reconhecimento. Por muito que lhe eu devesse, mais lhe queria ainda pelo que ele era do que pelo que me benfazia; e, hoje, as saudades, embora amaríssimas, do que nele perdi não são tanto como o sentimento do que com ele perderam todos.

Era Castro, em nossa terra, a mais peregrina expressão da cultura intelectual, que jamais conheci. Tenho encontrado, entre os nossos naturais, aliás raramente, artistas e sábios. Mas nele se me deparou, entre brasileiros, o primeiro exemplo, e único até hoje, a meu parecer, de um sábio num artista. Na exploração da verdade ou do belo, como no amor ativo do bem, era a mesma excelência, a mesma primazia, a mesma facilidade elegante de quem se acha no seu, e na consciência dele se move como no seu ambiente nativo.

Sua linguagem derivava da mais cristalina veia portuguesa. Passando-lhe pela boca, ou pela pena, rejuvenescia muitas vezes o dizer antigo, sem descair do seu sabor, da sua energia, ou da sua vernaculidade. Com a mesma competência freqüentava as regiões mais estranhas da literatura e as mais áridas asperezas da Filologia. Tinha sua erudição as raízes no mais fundo e minucioso conhecimento das humanidades, que possuía, amava, e utilizava magistralmente. Não citava de segunda mão os gregos: bebia deles na fonte. Profundava com prazer e desembaraço, no latim, as origens de nosso idioma. Dos que lhe são parentes germanos tratava os livros e usava a prática, não, como as mais das vezes se costuma, por assoalhar, em transplantações

espúrias, no dizer e escrever, conhecimentos aparentes, senão sabendo, e aproveitando o que sabia, com a proficiência, a firmeza e o critério do sólido saber. Nas línguas saxônias não era menos sério e seguro o seu cabedal. Tinha com o inglês, em que se exprimia correntemente, as relações mais familiares. Na sua biblioteca emparelhava, em estimação e uso, com o Dicionário de Littré, a obra, ainda mais monumental, de John Murray e da Sociedade Filológica de Londres. Ensinara o alemão, e nele falava como no próprio idioma. Dessa imensa provisão mental, porém, não resultava, nas suas manifestações orais ou escritas, a menor preocupação. Toda ela se fundia desestudada e harmoniosamente na expressão natural das suas idéias, sem que no orador e no prosador ressumbrasse o gramático, o filólogo, ou o erudito.

Não é dele, pois, que se poderia escrever como escreveu alguém de certo médico estrangeiro, cujo amor da literatura encarecia, apontando no sábio, que louvava, “o mais experto dos diletantes literários”. Em Francisco de Castro brilhava a mesma vocação consumada nas Letras e na Medicina. Mas era nesta sobretudo que se percebia com ele a largueza das bênçãos do Criador. A Antiguidade pôs entre os seus deuses a invenção da arte de curar. Preza-se Apolo de havê-la imaginado: *Inventum medicinae meum est*.¹ Os livros sagrados igualmente a contemplam entre as dádivas do Senhor às criaturas condenadas ao sofrimento pela mácula original. *Honora medicum propter necessitatem*, diz o Eclesiástico,² *etenim illum creavit Altissimus*. Nem em todos os ministros desse sacerdócio se manifesta, entretanto, a unção da investidura sagrada. Muitos há, nos quais de todo se apagou. Noutros apenas a espaços transluz, oscila e bruxuleia a claridade do selo divino. Em Francisco de Castro ela parecia um eflúvio da sua pessoa, afirmando-se distintamente, e sempre, sob a expressão de uma inefável dignidade, a que nada seria comparável, senão à simplicidade que a revestia. Não era só a distinção de sua presença, a calma de sua voz, a nitidez de sua dicção, o império sereno das suas respostas, dos seus conselhos, das suas soluções, das suas ordens profissionais. Sobre todas essas partes, que lá o privilegiavam, se revia nele uma emanção do interior, que lhe punha a evidência nos lábios, a per-

¹ Ovídio: *Metamorphoses*, I, v. 521.

² Cap. XXXVIII, I.

suasão no olhar, no vulto, cujos toques vislumbravam a efigie de Cristo, um lume de inspiração, nas palavras autoridade irresistível. Entre as provações mais tristes do seu ministério, ainda à cabeceira dos enfermos perdidos, o mais cético, o mais pessimista, escutando-lhe os prognósticos e preceitos, havia de confessar a ciência: *Est quaedam medicina certe*.³

Um dos artifícios contra ele tecidos pela inveja, que nunca se lhe despegou do encaço, era desfazer no médico, exaltando a eminência do professor. No magistério, isso sim, diziam, é que era de ver a sua grandeza. Mas a verdade está em que maior do que aquele professor só aquele médico. Quem ouvisse unicamente o didata, não podia calcular o que era e quanto o excedia o facultativo. No seu maravilhoso tratado de propedêutica,⁴ há uma página singela e austera sobre o valor, no exame clínico, do *modus faciendi*. “É nessa exploração”, adverte o autor, “executada segundo regras idôneas, que reside o segredo do seu êxito e a condição da sua prestabilidade. Mediante a observância dos processos investigativos, dos seus requisitos essenciais, das suas formalidades impreteríveis, amiúde alcança o clínico ver o invisível e palpar o insondável. É certo que entra nessa operação analítica um pouco de aptidão ingênita do observador, um pouco desse produto, porque assim o digamos, do inconsciente que todos trazemos, como a mais sólida camada da nossa organização psicológica. Mas, nem por isso, menos fecunda é a ação da arte.” Assim se exprimia. E está-se vendo que, no inculcar com esta severidade a disciplina dessas regras, em si mesmo cogitava o expositor, que de sua aplicação foi sempre o mais estrito modelo. Mais de uma vez o vi eu, em casos misteriosos e solenes, esgotar sistematicamente a série das provas explorativas. Sentia-se, em tais momentos, que não era um lutador vulgar aquele, cujo espírito arcava com essa confiança imperturbável contra as evasivas do ignoto nos recessos mais obscuros do organismo humano. Enquanto a vista, o ouvido, o tato lhe percorriam, no enfermo, toda a escala dos recursos indagativos, dir-se-ia que, por um fenômeno de inversão absurda, se voltara para dentro de si mesmo a atenção do inquiridor, sua insistência, sua pesquisa, e buscava em seu próprio ser a decifração clínica do enigma. É que a arte de balde mergu-

³ Cícero: *Tusculan.*, IV, 27.

⁴ Tomo I, p. VI.

lhara e recolhera o fio de suas sondas. Profundezas imperscrutáveis lhe ocultavam em sua calada a incógnita fugidia. Então, sem esforço, por uma evolução espontânea do seu tino, por um movimento reflexo da sua cerebração, esse *inconsciente*, de que fala o mestre, e que é o domínio privativo do gênio, o atraía a seus abismos defesos, onde a intuição esclarece de lampejos reveladores, para seus eleitos, a imensidade silenciosa do impenetrável.

Esse dom, que caracteriza os grandes clínicos, de frustrar o sigilo às moléstias mais dissimuladas, tinha, em Francisco de Castro, ares de sobrenatural. Uma predestinação radiosa, auxiliada por sua onímoda instrução nos vários elementos da Medicina, armara-o com o diagnóstico impecável dos grandes mestres. Em qualquer dos ramos do saber hipocrático alunos e professores encontravam nele um consultor inestimável. Nunca o procurou nenhum, que não tornasse com o que buscava. Fisiologista profundo, patologista superior, prático de experiência infinita e de descortino incalculável, sua terapêutica era de uma simplicidade ideal. Uma diagnose quase matemática alumiaava o rumo ao tratamento e a medicação, reduzida aos princípios da estrita racionalidade, seguia persistentemente o curso indicado. Tão avesso às invenções artificiais, com que a impostura da pseudociência arma à simpleza dos incautos, quanto às cruezas da rotina ou aos excessos da moda nas ingurgitações farmacêuticas e nos processos da Medicina industrial, o timbre de sua prática era forrar o doente aos males da cura, buscar o primeiro de seus auxiliares na própria natureza, e acordar, estimular, encaminhar, utilizar as reações úteis da vida.

Tipo da modéstia e seriedade que poderia ter inspirado a Cícero⁵ o seu *medicina, ars honesta*, esse talento escondia ou amortecia as suas fulgurações no círculo do seu gabinete, da sua cadeira e do seu hospital. Evitava com repugnância as exibições mais naturais dos seus triunfos, e não se movia sequer, para obstar a que o despojassem de seus loiros mais justos. Bem me lembra, num desses casos, a sua soberana indiferença. Tratava-se de uma alta personagem, cuja salvação era conquista absolutamente dele. A outro, porém, que lhe veio a suceder, se conspiravam certas aparências em atribuir as honras públicas do triunfo. Cortesãos e malquerentes, uns por servir ao primeiro,

⁵ Cícero: *De Officiis*, I, 42.

outros por magoar o segundo, andaram então, nas folhas e conversas, à competência a quem mais incensaria o falso vencedor, para desmerecer no verdadeiro. Eu, que apurara e conhecia de perto os fatos, doí-me do engano e perguntei ao defraudado porque os não retificava, quando fácilimo lhe seria. Sorriu, e respondeu-me que não valia a pena. “O que eu quero”, acrescentou, “é que o doente fique bom.”

Religiosamente devoto da ciência que professava, não se iludia, contudo, sobre a fatalidade dos seus limites. Ninguém melhor sentia o *imbecillior est medicina quam morbus*.⁶ Ovi-lhe um dia estabelecer a porcentagem das curas no quadro das enfermidades e a do ativo profissional na estatística das curas. Era de esmorecer o mais obstinado otimista. Mas o seu bem equilibrado amor da ciência e da humanidade não esmorecia. Estudando um dos mais famosos clínicos de França, o professor Peter, nos três volumes de suas lições, escrevia um crítico bem conhecido: “Suas palavras testemunham brilhantemente grande amor da verdade; mas nas entrelinhas o que ali por toda a parte se está lendo, é um incurável ceticismo, e, quanto à ciência, a falta absoluta de fé, associada ao gosto do paradoxo.” Era de outra têmpera, mais sã, mais forte, mais fina, a grande alma do nosso antigo. A despeito das impossibilidades opostas à razão, não desmaiou jamais da fé na ciência, como não perdeu a fé em Deus, mau grado às impiedades da natureza. Circunscrito por essa inferioridade visual aos estreitos horizontes da arte, o prático francês havia de ser, como foi, induzido a negar as mais esplêndidas maravilhas do progresso na Medicina moderna, as teorias e os descobrimentos de Pasteur, a empenhar, contra verdades que poucos anos mais tarde entrariam no cabedal comum dos livros elementares, a luta memorável, em que o erro de sua cegueira dobrou lustre aos nomes já insígnies de Vulpian, Brouardel e Charcot. No sábio professor brasileiro, porém, a assídua cultura dos grandes estudos lhe trazia constantemente aparelhado o entendimento para as novidades mais altas da investigação européia no último quartel do século XIX. Não se enganava com as miragens da ciência superficial; mas às revelações reais da ciência para logo se lhe inflamava o espírito na centelha da verdade.

⁶ Cícero: *Ad Atticum*, X, 14.

Dos escritos e trabalhos profissionais de Francisco de Castro, de suas contribuições originais para a evolução das idéias na Medicina, não sou eu quem poderia falar. Alguma coisa já houve quem dissesse com a competência dos entendidos.⁷ Outros o dirão de futuro, com vagar e autoridade. Desgraçadamente, lhe ficou por acabar o seu *Tratado de Clínica Propedêutica*, produção magistral, que a obscuridade do nosso idioma furta à admiração da Europa. É de supor que discípulos e amigos, inteirando o cometimento, de que nos dão hoje o primeiro prelibar neste volume, coordenem e tragam à estampa, reunidos, os seus artigos, memórias e ensaios dispersos. Restaria ainda que alguns dos seus melhores alunos saldassem o débito de agradecimento, em que lhe hão de estar, juntando e registrando, quanto ser possa, os disseminados fragmentos de sua experiência e de seu ensino, que a inspirada palavra do clínico e do professor semeava prodigamente, entre os que iam ouvi-la, nas visitas clínicas, nas classes, nas enfermarias hospitalares.

Mas a obra de Francisco de Castro está destinada, por sua natureza, a não deixar na imprensa mais que alguns trechos, por onde apenas logriariam os que o não conheceram esmar a grandeza magnífica do todo, como por um dedo se mede a estatura de um gigante, ou por um osso da estrutura perdida, uma dessas espécies extintas, cujo desmarcado tamanho nos assombra. Porque a obra de Francisco de Castro está em sua vida, cuja modéstia recorda a desse bom e grande Potain, “o melhor dos homens e o mais perfeito dos médicos de seu tempo”; “honra e modelo do corpo médico”, em seu país, e, como aquela, se resumiria neste depoimento, aplicável assim a um como a outro: “Grande sábio, portentoso clínico, mestre incomparável, benfeitor quotidiano.” Só lhe faltou viver mais, porque se lhe pudesse dizer, como se disse ao patriarca e oráculo da clínica francesa: “Todo o mundo vos faz justiça.” Este era moço, ainda, e não viveu na mesma atmosfera de civilização, para que a justiça vingasse emudecer todos os apaixonados, todos os néscios e todos os maus. Mais dez anos da existência beneficente e aureolada que cursava, teriam criado em torno de suas lições a escola da Medicina brasileira, e derredor de

⁷ Entre esses, o Dr. Dias de Barros, no seu *Ensaio Biográfico sobre o Prof. Francisco de Castro*. Rio de Janeiro, 1902.

seu nome ampliado um horizonte de celebridade e respeito, onde, sem rivais, dardejasse na majestade plena de sua luz.

A mocidade, porém, que ele amou, e a que resistiu, por sabê-la amar, teve o pressentimento desse zênite, cuja glória mais fados atalharam, saudando-o, em seus entusiasmos de vidente, como o “divino mestre”. Por esse epíteto em vão resvalaram os remoques da inveja. Entre os que o conheceram, ficou-lhe o culto, e há de perdurar.

Outubro, 10, 1092.

Discurso do
SR. OLIVEIRA LIMA

e

Resposta do
SR. SALVADOR DE MENDONÇA

*Sessão solene extraordinária
do dia 17 de julho de 1903*

I

DISCURSO DO SR. OLIVEIRA LIMA

CABEM-NOS certamente alguns dos defeitos por que somos acoimados. Como raça e como povo – latinos pela cultura, portugueses pelo sangue, brasileiros pela nacionalidade – do que não podemos, entretanto, ser facilmente acusados é de ser minguada a nossa admiração pelo talento, pelo valor e pelo sucesso. Ela é antes fácil e ruidosa. O pior, porém, é que, constituindo a admiração, quando consciente e fundamentada, a projeção do epicurismo intelectual, os que procuram a harmonia das faculdades espirituais tanto quanto o equilíbrio da vida material, podem, pelo efeito de uma conhecida lei física, ser naturalmente levados a encurtar o reconhecimento, que é a projeção da ternura do coração. Não creio, contudo, incompatíveis as suas manifestações e se, como para alguns sói acontecer, a admiração é característica dos talentos inferiores e o reconhecimento distintivo das almas pusilânimes, aceito de bom grado uma e outra qualificação, para dizer-vos, Senhores, quanto me alegro e quanto me honra vir hoje expressar-vos meu maior reconhecimento pela minha eleição para membro da Academia Brasileira e dar largas à minha admiração pelo mais notável dos nossos historiadores, porquanto foi o mais valente trabalhador da história nacional.

Quando, muito novo ainda, eu estudava Paleografia na Torre do Tombo, de Lisboa, tendo por mestre José Basto, um dos auxiliares de Herculano na obra grandiosa dos *Portugalix Monumenta Historica*, costumava ansioso esquadrinhar nos maços de papéis bolorentos, de caracteres semi-apagados, debaixo da poeira dos séculos, algum documento que na minha prosápia juve-

nil julgava dever ser decisivo para a solução de qualquer dos enigmas da nossa história, que os tem, conquanto date de ontem. Ora, era com viva surpresa e não menos vivo desapontamento que, em quase todos aqueles papéis, se me deparava a marca discreta do lápis de um pachorrento investigador que me precedera na faina, e que verifiquei não ser outro senão Francisco Adolfo de Varnhagen. Atribuindo o seu nome ilustre à cadeira que a vossa benevolência aqui me concedeu, escolhendo-o, pois, para meu patrono – mais carecera de um padroeiro, para usar da linguagem tradicional, que tão bem corresponde ao personagem e até ao espírito *começo de século* – celebrando agora sua memória, faço mais do que instintivamente recorrer a um modelo, traduzo uma saudosa impressão da primeira mocidade, além de prestar uma das mais merecidas homenagens que reclamam os fundadores do nosso patrimônio intelectual.

Modelo também poderia chamá-lo, como diplomata e homem de letras que foi, e mais prezando esta qualidade do que aquela, no que aliás revelava o bom-senso germânico que herdara, porque, ao passo que a literatura se torna cada vez mais árdua pela soma de conhecimentos que requer, a diplomacia torna-se cada vez mais fácil pela soma de predicados que dispensa. Não é maldizer da diplomacia lembrar que, mercê da maravilhosa facilidade de comunicações, do devassamento da vida política pelos jornais, da virtual cessação de todo o sigilo de Estado, da colocação dos cargos públicos ao alcance de todos os cidadãos, não mais permanecendo privilégio de uma casta, de outras circunstâncias ainda, ela deixou de ser uma arte para tornar-se uma profissão. Os diplomatas dependem agora tão de perto e descansam tanto sobre o chefe da sua corporação, gozam assim de tão pouca iniciativa e autonomia, que já foram irreverentemente tratados de meros tocadores de certo instrumento antimusical, que Rossini tinha em horror, e que a gravidade acadêmica me dissuade de mencionar. Pelo contrário, o historiador moderno carece de ser, além de um erudito, um artista; de descobrir, ele próprio, as fontes, analisar-lhes o valor, saber aproveitar o manancial que delas brota, quando ainda livre de impurezas, e arrecadá-lo em vasos do mais puro cristal por ele mesmo facetado.

Nas páginas eloqüentes dedicadas por um acadêmico francês, o Duque de Broglie, a Victor Duruy, lê-se o que deve ser hoje o historiador, como tem de combinar a sagacidade da verificação com o talento da exposição, aliar a

circunspeção do pesquisador à habilidade do narrador, o que, demandando em rigor para aplicar-se à evolução de um povo ou de uma nacionalidade tempo mais que o de uma vida e inteligência mais do que a humana, convida à elaboração das monografias e, como conseqüência, produz a dispersão da matéria histórica. Não há, com efeito, quem não esteja convencido de que o século atual será irremediavelmente o século dos especialistas. Aquelas palavras de Broglie são tanto mais dignas de meditação quanto é bem verdade o que antes afirmara Augustin Thierry, um dos mestres da moderna história francesa, que a direção intelectual dominante no século XIX seria a necessidade da História.

O século em que há pouco entramos encontra bem aproveitados todos os recantos desse campo, cuja vastidão contudo desafiava a das savanas imensas por onde vagueou o espírito errático de Chateaubriand, que foi o primeiro a torná-lo pitoresco. Aplicando ao próprio gênio o aforismo baseado na curiosidade mental de sua época, revelou-se o mesmo Thierry um magistral conhecedor dos tempos sumidos, um conhecedor como na língua portuguesa só se encontra análogo em Alexandre Herculano – *sóbrio, vigoroso*, animado, apoiando diretamente nos textos primitivos e nos documentos originais as suas informações precisas; até liberal intransigente de julho, como foi Herculano em política um ferrenho cartista.

Caberia Varnhagen dentro da categoria delineada pelo ilustre duque? Teria sido um erudito e um artista, um Niebuhr e um Beule? Se não, aproximar-se-ia ele sequer daqueles representantes eméritos do gênero severamente histórico, que não faz concessões extraordinárias às galas do estilo, e na consciente gravidade põe seu maior encanto? Na forma acadêmica, tal como a consagraram os franceses, é inevitável o gasto de leves e mal disfarçadas ironias. Nós, porém, não estamos empenhados neste momento na recepção de um novo membro da nossa Companhia, nem no elogio de um companheiro de ontem, cujas fraquezas de escritor – quem deixará de tê-las? – ou cujas antipatias de gostos literários estejam presentes e vivas. Glorificamos um morto, de longa data, que já a ninguém faz sombra e não mais é discutido. Não se trata de um predecessor a criticar, mas de um padroeiro a canonizar. Seriam assim inconvenientes as ironias, sobre serem descabidas. Lembrados de que Varnhagen foi, sem contestação, o criador da História pátria, se não em síntese

ses luminosas pelo menos na comprovação essencial, é tão-somente com respeito que devemos encarar essa figura saliente da nossa literatura, posto sejamos forçados pela justiça a salpicar das reservas indispensáveis em todo estudo a nossa legítima admiração perante ela.

O fato é que os fastos literários se não ufanam entre nós de um historiador parecido com qualquer dos espíritos superiores de cujos nomes fiz menção. Francisco Adolfo de Varnhagen foi por certo o mais notório e o mais merecedor dos estudiosos do passado brasileiro: foi um ardente investigador, um infatigável ressuscitador de crônicas esquecidas nas bibliotecas e de documentos soterrados nos arquivos, um valioso corretor de falsidades e ilustrado colecionador de fatos. Porém o dom admirável de comunicar vibração às turbas desaparecidas, que caracteriza um Michelet, ou a extrema habilidade de reconstituir com um aglomerado de pormenores, um caráter humano, ou dele deduzir uma lei da evolução, que particulariza um Taine, os não possuiu o autor da *História Geral*. Faltava-lhe, para isto, mais do que uma faculdade psicológica aguçada por sólida e moderna preparação científica, a ingente obra crítica que aqueles outros escritores contavam a ampará-los.

Remontando mesmo mais longe, dentro do século findo, do que a Michelet e Taine, Thierry escudara-se com os pacientes trabalhos dos beneditinos e com os resultados das pesquisas das Academias, e Alexandre Herculano, ainda que abrangendo a sua produção um longo esmiuçar de monumentos históricos, sentia-se arrimado aos faustosos mas excelentes frutos da atividade da Academia de História e da Academia das Ciências. No Brasil, apenas hoje, graças justamente ao labor indefesso de Varnhagen, a estudos especiais como os de Norberto de Sousa sobre a Conjuração Mineira, do Dr. José Higino sobre o período do domínio holandês no Norte e do Sr. Lúcio de Azevedo sobre os jesuítas no Grão-Pará, e ao impulso prestado às monografias, dissertações e comparações de documentos pelas associações de que são modelos o Instituto Histórico do Rio de Janeiro e, em menor escala, os Institutos de Pernambuco, Ceará, Bahia, São Paulo, etc., poderá um sincretizador tentar firmar numa vista de conjunto a sua concepção particular do desenvolvimento pátrio.

O traço dominante da individualidade de Varnhagen é a paixão da investigação histórica, à qual subordinou todas as suas manifestações de escri-

tor. Ele traz-nos à memória o faiscador atraído pelas palhetas do ouro ou o garimpeiro hipnotizado pelos diamantes, esquecido da beleza da paisagem em que labuta por descobrir os tesouros da terra, cego diante da formosura da perspectiva e da transparência da atmosfera, que seduziriam o pincel de um pintor, surdo ao sussurro das folhas e ao canto das aves, que acordariam o estro de um poeta. Se compunha um drama como o *Amador Bueno*,¹ Varnhagen escolhia um ponto controverso da história pátria, aproveitando em sua plenitude a legenda que a sua crítica não podia acolher sem ressalva.² Se esboçava uma novela como a *Crônica do Descobrimento do Brasil*,³ fazia-o, segundo declarou,⁴ para vulgarizar o primeiro documento histórico relativo ao Brasil, que foi a carta descritiva de Pero Vaz de Caminha: por “achar que a forma do romance era o melhor meio de adaptar ao gosto de todos a história do país”. Se reeditava os nossos épicos, Basílio da Gama e Durão,⁵ ou outros dos nossos poetas no *Florilégio*, buscava sobretudo um pretexto para escrever-lhes as notícias biográficas – as melhores que até agora temos – e recheiar as publicações de notas eruditas. Se traçava algumas páginas sobre Arquitetura a propósito da igreja de Santa Maria de Belém, não o impulsionavam tanto sentimentos de arte como o desejo de aproveitar mais uma contribuição para fixação de épocas históricas.

A carreira diplomática, da qual percorreu todos os graus, ofereceu-lhe principalmente ensejo para indagações as mais valiosas em arquivos e livrarias. Da Torre do Tombo, em Lisboa, extraiu documentos sem número e sem par. Dos de Simancas está cheia a primeira edição da sua história do Brasil,⁶ servindo-lhe aqueles de que então se não aproveitou, para, quando na América do Sul, preparar o ensaio sobre a ocupação holandesa do norte do Brasil e escrever a famosa defesa de Vespúcio. Em Viena delineou a história da Independência, ainda inédita e atualmente em mãos do nosso consócio Sr. Barão do Rio Branco, em grande parte sobre as informações diplomáticas do

¹ Lisboa, 1847.

² *História Geral*, 2ª ed., tomo II, p. 693.

³ *Panorama*, 1840.

⁴ Inocêncio, *Dicionário Bibliográfico*, tomo II, p. 320.

⁵ Lisboa, 1845.

⁶ Publicada em Madri em 1854-57.

Ministro austríaco no Rio de Janeiro, admiravelmente colocado para seguir a trama íntima dos acontecimentos como representante de uma corte parente, e possuindo no próprio selo da família real portuguesa uma natural informante na pessoa da arquiduquesa Leopoldina. Ninguém contestará que este rol de serviços seja superior ao que podem apresentar muitos diplomatas, mesmo saídos de fresco do torvelinho de negociações espinhosas. Mais vale em todo caso escrever história com autoridade do que ajudar a fazê-la sem capacidade.

Varnhagen é um exemplar precioso para a justificação da célebre teoria de Taine, da raça, do meio e do momento, que os exageros dos discípulos não lograram desacreditar.

Nascido em São Paulo, era, porém, filho de um alemão, mineralogista distinto que restaurou e administrou a conhecida fábrica de ferro de Ipanema e que com Eschwege, Debret, os Taunay e tantos outros, fazia parte do grupo de europeus do Norte, ao qual o Brasil deveu um inestimável concurso intelectual nos começos de sua existência como nação independente. Da raça germânica recebeu ele em legado o amor ao trabalho aturado, a paciência na elaboração de uma obra, o cuidado na exatidão dos resultados, que a sua educação de engenheiro só podia ter fortalecido. Vindo para Portugal aos oito anos, criou-se entre aquela geração do *Panorama*, ávida de regeneração mental, seduzida pela evocação do longínquo passado nacional, dominada pela grande corrente de curiosidade histórica de que falava Thierry. Os primeiros ensaios de Varnhagen, depois das *Reflexões Críticas*, encontram-se precisamente no mencionado órgão da propaganda romântica – tomando esta expressão no seu sentido mais largo e mais levantado – colaborado por Herculano, Oliveira Martins, Rebelo da Silva e tantos ilustres escritores do tempo. O *meio* e o *momento*, portanto, não podiam ser mais propícios ao desabrochar dessa vocação de historiador, cuja corola ainda desmaiada se voltava, sequiosa de luz e de calor que lhe avivassem as cores, para o sol magnífico que doura cada dia o píncaro do monte Pascoal.

A educação literária em Portugal, nas condições apontadas, não impediu, antes contribuiu para que “a pátria de nascimento e de opção”⁷ lhe ocupasse exclusivamente o espírito desde que encetou a carreira das letras. Não

⁷ *Réplica Apologética de um Escritor Caluniado.*

falando já das *Reflexões Críticas* à edição pela Academia das Ciências do *Roteiro do Brasil*, de Gabriel Soares, do qual ele daria mais tarde nova e correta edição,⁸ o primeiro trabalho que lhe devemos foi em 1839, aos 23 anos de idade, a publicação do *Diário da Navegação ao Brasil*, de Martim Afonso de Sousa, escrito pelo irmão Pêro Lopes, enriquecida com curiosas anotações. Depois contam-se por dezenas os manuscritos referentes ao Brasil que salvou da destruição, os papéis históricos que livrou do esquecimento. Desde a *Narrativa Epistolar*, do padre Fernão Cardim, até à *Descrição do Maranhão*, de Heriarte,⁹ é um nunca acabar de subsídios valiosos fornecidos por Varnhagen ao estudo dos nossos três séculos de vida colonial. Era como se ele tivesse avocado, para cumpri-la, uma tarefa que de ordinário se reparte por uma porção de sociedades de descanso mútuo.

A fundação do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, no próprio ano da sua estréia na literatura histórica, veio a propósito para estimular-lhe o zelo e provocá-lo a redobrar seus esforços de escavador, já recompensados pela Academia de Lisboa com a admissão para sócio. Também o seu espírito era perfeitamente o de um acadêmico do século XVIII, com a compreensão mais larga das cousas da inteligência dada pela cultura moderna. Nem lhe faltavam aquelas birras literárias, aqueles melindres profissionais tão característicos, e que nele deram nascimento a várias, conhecidas e instrutivas polêmicas, azedas umas, urbanas a maior parte, com Abreu Lima, com o Visconde de Santarém, com D'Avezac, com Richard Major, com João Francisco Lisboa, com Netscher, com Antônio Henriques Leal. Não havia competidor que lhe inspirasse receio, nem sumidade que o fizesse recuar. O seu talento de polemista era, contudo, fraco, sob o ponto de vista literário; nada do sarcasmo cru de um Camilo ou da ironia alada de um Otaviano. Varnhagen tinha a falta de espírito de qualquer *privat-docent* de Bonn ou de Heidelberg, que não possuísse sombra da ciência de escarnecer de Heine ou do penetrante talento de motejar de Schopenhauer. A zombaria era-lhe estranha. Quando tentava ter graça, metendo alguém a ridículo, nada mais conseguia do que fazer-nos sorrir da sua insipidez. Esgotando a argumentação sem nunca fulminar o adver-

⁸ Tomo XIV da *Revista Trimensal*.

⁹ Viena, 1874.

sário com um raio de indignação ou submergi-lo numa tempestade de galhofa, descendo às últimas minudências pelo hábito de insistir nos detalhes, os seus ataques e defesas tornam-se enfadonhos pela ausência de todo cunho artístico, mais parecendo desenxabidos arrazoados de praxista que vibrantes desabafo de escritor.

Varnhagen era não só suscetível e de índole combativa, como atreito a apaixonar-se por uma tese e especialmente por um personagem. Na *História das Lutas dos Holandeses no Brasil*, extensa monografia de real merecimento, constituiu Vidal de Negreiros o objeto do seu louvor, mostrando para com João Fernandes Vieira uma viva antipatia. A sua grande, absorvente e mais antiga afeição histórica foi, porém, Américo Vespúcio, cuja importância de navegador, seriedade de correspondente e fidelidade de narrador defendeu com grande cópia de argumentos históricos e geográficos, citações de textos e comparações de roteiros no trabalho geral sobre história do Brasil, em trabalhos especiais,¹⁰ e na resposta à análise crítica contida no parecer do eminente Mr. D’Avezac sobre a *História Geral*.¹¹

Vespucci, que chegado ao ocaso da vida começara enfim a viver sossegadamente, foi depois de morto alvo de ataques injustos e acrimoniosos. Sua memória tornou-se a vítima inocente da própria fama que de princípio lhe fora dispensada. Não sigamos mais este miserável sistema que consiste em vilipendiar a honra dos pequenos para exaltar a glória dos grandes e, esclarecendo a história das viagens de Vespucci, advogemos uma questão a um tempo de justiça e de moralidade.¹²

E se bem o disse melhor o fez. Os dois trabalhos especiais dedicados ao navegador florentino são incontestavelmente de grande valia pelo intuito com que foram elaborados, pelo método que seguiram e pela riqueza de erudição que ostentam. Em nenhum dos seus livros talvez existe tanta abundância, um tal luxo de ilustração histórica. Percorrendo-se esses dois volumes esguios tem-se a impressão perturbadora de uma floresta dos trópicos, densa e perfumada, onde tudo se nos afigura estranho, cujas árvores parecem formar

¹⁰ Lima, 1865, e Viena, 1869-70.

¹¹ *Examen de quelques points d’histoire géographique du Brésil*. Paris, 1858.

¹² *Le premier voyage de A. Vespucci*. Viena, 1869, no “Prefácio”.

uma trama contínua pontilhada de orquídeas esquisitas, mas onde acabássemos por orientar-nos perfeitamente. São eles extensivamente aproveitados em obras monumentais como a de Justin Windsor,¹³ pois que Varnhagen é um dos raros brasileiros cujas opiniões gozam de incontestável autoridade fora do nosso mundo intelectual.¹⁴

Apesar de, por um efeito seguramente de simpatia reflexa, interessar-me vivamente pelo bom nome de Vespúcio, não me aventurarei a decidir do pleito em que o nosso historiador se empenhou *unguibus et rostro*. Li muitas das peças do processo e, se fosse juiz chamado a proferir a sentença, diria em sinceridade que a questão da autenticidade das primeiras navegações de Vespúcio, particularmente da viagem de 1497 com a conseqüente descoberta da terra firme, parece-me uma destas questões aventadas para nunca serem decididas. A nossa Academia poderia em peso tentar a solução desse problema do século XV sem conseguir encontrar-lhe o *x*. O famoso Dicionário da Academia Francesa ainda pode antever sua terminação, dada a perpetuidade da instituição que o está executando. A questão Vespúcio, entretanto, mais se complicará com o andar dos tempos: pela sua perplexidade ela é uma das muitas que nos fazem duvidar da veracidade das premissas de que a história costuma tão solenemente tirar suas conclusões.¹⁵

Em Varnhagen superabundava em erudição o que escasseava, como disse, em espírito propriamente filosófico. Qualquer orientação que a sua inteligência pudesse ter manifestado de começo para a consideração das causas dos acontecimentos – e por algumas páginas dos seus primeiros trabalhos vê-se que tal preocupação lhe não foi alheia – desviou-se na continuação pela insistente pesquisa de documentos para o restabelecimento da verdade dos efeitos ou fatos. Durante sua longa residência em Portugal, ao tempo da sua convivência com Garrett, José Estêvão, Frei Francisco de São Luís, que lhe dispensava uma paternal afeição, e os outros corifeus da grande geração portuguesa da primeira metade do século, e ainda depois da sua transferência diplomática para Madri, foi que ele mais se devotou a estudos propriamente

¹³ *Narrative and Critical History of America*, 8 vols.

¹⁴ Vide a nota A, no fim deste trabalho.

¹⁵ Vide a nota B, no fim deste trabalho.

literários. Data de 1849 (Madri) a edição das *Trovas e Cantares* ou mais provavelmente o *Livro das Cantigas do Conde de Barcelos*, a qual Inocêncio qualifica de “inegável e valioso serviço à literatura em geral e mui particularmente à portuguesa”.¹⁶ Em Lisboa e Madri publicou (1850 e 1853) os três tomos do *Florilégio*, cuja introdução é julgada excelente, ao ponto de a considerar um crítico da autoridade do Sr. José Veríssimo “a fonte da nossa história literária à qual teria Varnhagen aí assentado o critério geral”. É verdade que sobre aquelas páginas reveladoras repousam os trabalhos críticos posteriores, mais avultados e mais acabados, que retomaram o fio abandonado pelo grande trabalhador no seu prurido de descobrir novas informações, nele mais forte do que o deleite de enfeixá-las com garbo.

Dir-se-ia que mais tarde lhe roubou todos os momentos a pura investigação, até estendida aos domínios da pré-história americana, da qual já se havia ligeiramente ocupado no opúsculo *Sumé, Lenda Mito-religiosa*, anteriormente publicada no *Panorama*. Para ser contudo um arqueólogo ou um etnógrafo de valor igual ao do erudito histórico que era, faltava-lhe a base que só podia haver-lhe fornecido uma instrução especial, compatível aliás com o meio e o momento em que se educou a sua inteligência, mas que ficara um tanto fora da esfera peculiar de atração do seu espírito. As suas informações sobre os selvagens são por via de regra fidedignas, porque se apóiam no testemunho dos antigos autores que de contínuo manuseava; porém as suas reflexões sobre etnogenia brasileira, condensadas no livro *L'Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes et des anciens Égyptiens indiquée principalement par la philologie comparée*, não passam de divagações de diletante. Varnhagen possuía todavia uma condição vantajosa para uma serena e despreocupada observação das hipóteses que constituem ainda hoje o melhor do haver desse ramo dos conhecimentos humanos. Único talvez entre os escritores brasileiros da sua geração, nunca revelou simpatia pelos indígenas.

Conta ele na *Réplica Apologética* que, ao ser apresentado em Portugal pelo pai a D. Pedro I, entrevista da qual resultou o alistamento do jovem Varnhagen nas fileiras liberais, na campanha do Duque de Bragança contra D.

¹⁶ Vol. cit., p. 320.

Miguel, o ex-Imperador do Brasil reparara na sua elevada estatura, ajuntando “que era do sangue paulista”. O sangue dos bandeirantes e o sangue alemão que de mistura lhe corriam nas veias, não podiam gerar o sentimentalismo sobre que assentou em boa parte a corrente indianista da nossa literatura. E como teve sempre a coragem das suas opiniões, mesmo se apodadas de pouco humanitárias, sustentou-as com convicção quando vinha a propósito, e com vivacidade ao travar a tal respeito com o ilustre prosador maranhense João Francisco Lisboa a polémica de que ficou por memória o folheto *Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa*.¹⁷

Varnhagen era francamente antiindianista, como logo o notou D’Avezac, estranhando que em vez de começar sua História pela dos aborígenes, ele a comesse pela de Portugal, da terra dos colonizadores, da qual o Brasil assim formava o mero desdobramento peculiar no ultramar. Era antiindianista em tudo, menos na linguagem, na qual dava caloroso abrigo aos termos americanos, ao passo que acusava os negros de haverem estragado no Brasil a língua portuguesa. Os índios no estado selvagem lhe não mereciam, porém, simpatia alguma; todos os encantos de Atala não quebrariam sua frieza. Sem odiá-los como raça nem pretender exterminá-los como parte pouco desejável da população nacional, nenhuns direitos lhes reconhecia que valessem, perante as exigências da civilização europeia, aquilo que o poeta Rudyard Kipling com tanto sucesso denominou o *White Man’s burden*. Devera antes ter nascido anglo-saxão quem tão firmemente exhibia o orgulho do branco, tão gostosamente lhe zelava os foros, tanto lhe enaltecia os serviços.

No seu íntimo Varnhagen não acreditava nos brandos esforços da catequese para amansar os índios, elevá-los à vida social, “reabilitá-los”, como dizia a espécie de Romantismo que não preferia o puro estado natural. No chamado *Discurso Preliminar* (ou *Os Índios Perante a Nacionalidade Brasileira*), ele o declara mesmo: contava tão-somente com a força para contê-los, “avasalá-los”, repeli-los quando preciso, obrigá-los a tornarem-se úteis trabalhando em benefício dos invasores para o progresso material, que por fim lhes aproveitaria também. Não podemos, no entanto, acusá-lo de inabalável escravocrata. Sujeição dos índios era para ele equivalente a redução na importação

¹⁷ Lima, 1865.

dos africanos, cuja emancipação lenta e gradual acabou por advogar com animação, após ter pretendido substituir a servidão indígena à escravidão negra. Para combater o seu desprezo fundamental pelas raças inferiores atuava o fermento da sua fé, visto haver ele sido um crente num meio em que o voltairianismo estava na moda, assim como se revelou um conservador esclarecido e adiantado num tempo em que o epíteto de liberal andava comumente atribuído aos que afixavam idéias revolucionárias. A sua ascendência era assaz fidalga para permitir-lhe essa postura meio reacionária; a sua natureza assaz altiva para dispensá-lo de cortejar uma falsa popularidade, baseada no esquecimento das suas tradições de família e das suas predileções morais.

Como objeto de estudo, entretanto, em sua expressão como origem dos “mitos dos tempos heróicos da nossa história”, os índios nunca deixaram de atraí-lo. A criação, no Instituto Histórico, da seção etnográfica é-lhe devida, e bem assim sustentou a conveniência de fundarem-se cadeiras da língua tupi. Dando ele próprio o exemplo, adquiriu no campo da lingüística americana, como em todos que cultivou, uma sólida competência, que a outros bastaria para satisfazer a ambição de saber, se bem que nada houvesse aí levado a cabo de notável ou de singularmente interessante. Contudo, escreveu Richard Burton na introdução sobre índios brasileiros da sua tradução de Hans Staden, que foi Varnhagen o primeiro a esclarecer a confusão etnológica que reina nas obras dos escritores anteriores, de quem dependera Southey.

Se não era um homem de ciência como Humboldt, tampouco era Varnhagen um estilista como Renan. Escrevia com gravidade, com correção, por vezes com fluência, mas sem elegância nem brilho. Quando mais apurada, isto é, quando se eleva ou mesmo se empola para condizer com o assunto, ou para traduzir os sentimentos nobres que animam, a sua linguagem perde toda a agilidade sob o peso dos atavios que, embora pouco graciosos, não seriam ainda assim julgados excessivos e de mau gosto se por causa deles não ficasse emperrada a expressão do autor. Nos tempos da colaboração no *Panorama*, particularmente na *Crônica do Descobrimento do Brasil*, enxerga-se na sua forma a preocupação dos termos apropriados, novos ou obsoletos, mas concretos e diretos, que distingue a linguagem sua contemporânea, e foi particular objeto da escola romântica, no tocante à exposição. Pode até apodar-se de excessiva essa tendência no referido trabalho de mocidade, obscurecendo ou

antes embaraçando por momentos a narração, tal é a cópia dos vocábulos técnicos usados, peculiares à navegação de outrora.

Como o trabalho incessante o tornava um progressivo, alguns senões do escritor corrigir-se-iam pelo tempo adiante e aperfeiçoar-se-ia a sua redação, ganhando em distinção. De resto, a frequência da leitura dos clássicos desde a juventude, ajudada pelo constante folhear, durante toda a vida, de documentos dos séculos de português mais castiço, e igualmente pelo natural efeito da reação devida ao esforço que sobre si próprio exercia para se não deixar influenciar pelos outros idiomas em que compunha, conservou sempre à sua linguagem uma boa vernaculidade que a recomenda, mesmo nas ocasiões em que a forma se torna mais frouxa. E como poderia deixar de ser purista, de desvelar-se pela dignidade do estilo, mediante a autonomia do vocabulário, um discípulo do Cardeal Saraiva, cujo amor à língua portuguesa foi tanto que, julgando desairosa a sua tão próxima descendência de um idioma comparativamente novo como o latim, com grave escândalo dos filólogos, lhe foi procurar ascendência entre os idiomas célticos falados na Lusitânia, posto que enriquecidos com aquisições do latim culto ou das línguas neo-romanas?

Varnhagen tinha, entretanto, em si a melhor das condições para ser um escritor – tinha idéias. No panegírico do eminente fisiologista Claude Bernard, a quem sucedeu na Academia Francesa, Renan aventa que um grande pensador é sempre um grande escritor, porque a bela e adequada expressão dos pensamentos, levantados é por assim dizer instintiva. Ora, Varnhagen é mais do que um cronista erudito. Entra de direito na categoria dos escritores da variedade a que os alemães dão o nome de história pragmática, a saber, a história que não é propriamente a filosófica, ou que dos acontecimentos deduz as leis que governam na sua marcha as sociedades humanas, mas que vai além da simples exposição dos fatos, acompanhando-os de reflexões e considerações sociológicas. “História geral da civilização do Brasil” intitula-se no prefácio o seu trabalho de conjunto, ajuntando o autor que tal civilização era, no seu entender, fruto da invasão européia e herói nacional nenhum outro senão o invasor.¹⁸

¹⁸ “A história *geral da civilização* do Brasil deixaria de ser lógica com o seu próprio título, desde que aberrasse de simpatizar mais com o elemento principalmente civilizador.” (Pág. XXV do “Prefácio”, no tomo II da 1ª edição, MLCCCLVII).

Nas próprias polêmicas Varnhagen guardou sempre certa elevação de linguagem, porque nele era natural a elevação das idéias, que nem buscava divulgar mediante o sacrifício das suas convicções às inclinações ou caprichos do momento entre a maioria, despindo-as, portanto, da originalidade; nem tampouco procurava revestir de singularidade com fórmulas impraticáveis e excêntricas. Suas idéias eram práticas e sãs, para o que decerto influíam não só disposições hereditárias – o fundo ancestral de bom senso alemão a que já fiz alusão, tão predominante que ia por vezes de encontro ao meio – como as lições bebidas na larga residência em países estrangeiros, longe dos enredos políticos, e em dilatadas viagens feitas ao serviço diplomático do seu país ou com o fito de realizar indagações históricas, dando-lhe ininterrupta ocasião de exercer sua faculdade de observador inteligente.

Sobre agricultura, sobre comércio, sobre indústria, exarou a meio dos seus escritos um sem-número de ponderações sensatas e aproveitáveis. No domínio agrícola ocupou-se em pequenas monografias dos meios de melhorar a indústria do açúcar, o tratamento do fumo e o fabrico dos charutos, e bem assim do cultivo do café e do trigo. No terreno político, uma ponderação sua me acode agora, na qual corajosamente insiste repetidas vezes e que na rotação dos acontecimentos volveu à atualidade, como no tempo da mocidade de Varnhagen, decorrida ao som do eco persistente das revoluções movidas pela quimera separatista, excrescência do ideal federalista que inflamava os corações: a da necessidade da imolação do sentimento de provincialismo ao de patriotismo. “Ao provincialismo, escreveu ele,¹⁹ associam-se apenas idéias de *interesses* provinciais, quando principalmente as de *glória* andam anexas ao patriotismo, sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoísmo, levando-o a expor a própria vida pela pátria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre e a sua glória.” O seu centralismo chegava a fazê-lo aconselhar fortemente a fundação de uma Universidade Central Brasileira no centro de Minas, no intuito certamente de unificar o sentimento nacional.

Esmaltadas de idéias, não podem jamais ser monótonas as suas produções. A grande cópia de conhecimentos históricos e literários que Varnhagen possuía e da qual ele mais do que ninguém estava capacitado, por outro lado

¹⁹ *Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa*, p. 17.

impede a sua obra de ser alguma vez banal ou enfadonha. A sua probidade profissional levava-o não só a informar-se de quanto existia publicado e inédito sobre um determinado assunto, como a indagações locais, topográficas, para uma mais apurada percepção e explanação dos fatos. Foi assim que visitou os montes Guararapes e percorreu os pontos mais notáveis da prolongada luta com os holandeses, que seguiu no enalço dos bandeirantes até os frescos planaltos de Goiás e os abafados pantanais de Mato Grosso; não ia como Chateaubriand à Palestina e a Granada em busca da sensação aguda do extinto, nem como Flaubert ao Egito em sôfrega busca da cor local, mas como um sisudo cronista militar e político em procura da compreensão completa do terreno, para mais exata reconstituição das cenas da guerra e das aventuras colonizadoras. E não só possuía ele saber e consciência, como o faro, a intuição que precede a corroboração, e que é mais do que a plenitude, é a pedra de toque do talento do historiógrafo. Na mencionada *Crônica do Descobrimento do Brasil*, por exemplo, Varnhagen, muito antes das recentes e pouco conclusivas inquirições neste sentido, confessa repugnar-lhe imputar ao mero acaso a descoberta das terras de Santa Cruz, abordando francamente os motivos posteriormente invocados.

O profundo amor às letras, amor que lhe absorvia todo o tempo além do dedicado à rotina oficial e vicissitudes diplomáticas nas várias capitais do Pacífico e da Europa em que esteve acreditado, junto talvez com aquele intenso sentimento da própria valia, o qual, conforme aponta Joaquim Manuel de Macedo no curto e indiferente necrológio proferido no Instituto Histórico do Rio, se convertera por fim num orgulho intolerante e irritável que não admitia oposição,²⁰ combinaram-se para afastá-lo constantemente do campo sedutor da política, tão acessível ao seu mérito e tão simpático à grande maioria dos seus, dos nossos compatriotas. Tão longe dela se conservou Varnhagen que, sendo um laborioso e um polígrafo, o qual até sobre caça discretoeu, apenas escreveu em 1849 e 1850 duas magras brochuras políticas, e em 1856 alguma cousa sobre colonização agrícola, questão de preferência social.

Poupou-se destarte algumas decepções, posto que delas não houvesse ficado isento. Nos últimos tempos da sua vida – não posso infelizmente dizer

²⁰ *Revista Trimensal*, tomo XLI, parte II, 1878.

na velhice porque Varnhagen morreu com 62 anos – queixava-se de ter “o ânimo quebrantado”. Já notastes, Senhores, como é familiar esta frase entre nós, onde os escritores têm poucas pugnas a sustentar para abrirem seu caminho, e a estima dos entendidos e os favores do Estado quase sempre os recompensam? O desânimo não é só devido à escassa resistência do nosso temperamento. É que alguma cousa existe de pior do que a hostilidade: é a apatia da multidão, a frieza do meio, a impossibilidade de chegar à grande massa, de granjear a verdadeira popularidade, a que é trazida pela ação do intelecto.

A energia e a paixão que no entanto residiam em seu caráter e que deixava de malbaratar nas discussões partidárias, reservou-as Varnhagen para a defesa de algum tema histórico que sofresse contradita e a apologia ou o vitupério de algum personagem histórico que, em sua opinião, não ocupasse o devido lugar no juízo da posteridade. Mais do que Vespúcio, mais do que qualquer figura humana, amou ele, porém, a terra que lhe foi berço, o seu Brasil, e tanto mais o estremecia, quanto lhe não fora mui fácil seguir a nacionalidade da sua predileção. Filho, como sabemos, de estrangeiro engajado no serviço da colônia, depois nação independente, levado menino para Portugal, aí tendo seguido todos os cursos, havendo-se alistado no exército português e estando até prestes a ser nomeado capitão de engenheiros, parecia que a pátria de nascimento lhe devera ser indiferente. Não assim – reivindicou-a pela inteligência e pelo coração, ofertou-lhe as primícias do seu talento, e a custo de muito esforço pessoal, logrou, aos 25 anos, fazer-se reconhecer como brasileiro.²¹ O que para tantos outros fora puro presente do acaso, para ele foi uma árdua conquista, que mais lhe fazia querer os despojos da vitória, a saber, a sua carta de naturalização e o lugar diplomático que imediatamente deveu à generosa proteção do Imperador D. Pedro II, sempre pronto em animar o culto das letras.

Também ao Brasil e só ao Brasil consagrou Varnhagen o melhor da sua imensa atividade intelectual. Abrasando-se na exaltação patriótica promovida pela realização da Independência, ao ponto de proclamar horror ao cosmopolitismo que devia ser a consequência da sua educação, e até querer transportar a capital para o interior, a fim de não se desnacionalizar pelo contato inevitá-

²¹ Decreto de 24 de julho de 1841.

vel de um porto com os estrangeiros, ao Brasil levantou, num movimento de sincero entusiasmo, o monumento – o termo não é hiperbólico – da *História Geral*. Os caboucos encheu-os com essas dezenas de publicações nas quais se comprazia, como D’Avezac, HARRISSE e outros historiadores de detalhes e descobridores de fontes, em transbordar o excesso de sua erudição, esclarecendo aqui um ponto, retificando ali outro, além discutindo uma hipótese, aventando nova, ou defendendo uma opinião. Dir-se-ia que o perseguia a idéia de perder seus apontamentos nas constantes remoções a que o compelia a vida diplomática; tanta era a pressa de comunicar ao público o que lhe ocorrera, tanto o dominava um constante desejo de conversar com os seus leitores.

Com aquelas publicações avulsas, sempre úteis e sempre interessantes, organiza-se a mais curiosa das bibliotecas, com volumes de todos os formatos; bulindo em não sei quantos assuntos, escritos em português, em espanhol, em francês, em alemão, pois que ele conhecia e redigia em uma porção de línguas vivas e mortas, impressos nos mais variados lugares, em Lisboa, em Estocolmo, em Madri, em Caracas, em Viena, em Lima, na Havana, em Santiago. Seja-me lícito entrar em todos estes pormenores bibliográficos, já que deles era tão amigo o escritor de que, mercê da vossa insigne benevolência, me estou ocupando.

A feitura da *História das Lutas com os Holandeses* foi primeiro empreendida por um móvel de patriotismo, para reanimar algumas coragens desfalecidas ante as dificuldades com que se apresentava a guerra com o Paraguai, rememorando a lição admirável do século XVII, que é ainda hoje a página mais pura e mais tocante da nossa história. Que melhor prova de patriotismo podia outrossim Varnhagen dar, do que concentrar o vigor mental de que fora dotado, sobre a ressurreição gráfica do passado da sua terra? O amor do passado é comum às nações que farejam sua decadência, para as quais constitui um regresso a tempos melhores, aos tempos da grandeza e da epopéia, e bem assim às nações em via de progresso, para as quais representa a necessidade de unidade, da continuidade histórica, dos antecedentes próprios, da tradição. O *réveil napoléoniste* correspondeu em França à primeira orientação; a segunda encontra nos Estados Unidos o seu exemplo mais frisante.

O estudo da história pátria é, pois, muito mais do que uma tarefa simpática e agradável: é a satisfação de uma tendência da alma nacional. O passa-

do não só envolve a tradição, como gera o incentivo da ação pela lembrança dos feitos gloriosos de outras gerações, que com a distância do tempo perdem as asperidades e imperfeições, e mais gloriosos parecem ainda na sua idealização vaporosa não se lhes conhecendo as sombras nem os defeitos. Assim, na pintura, por efeito da perspectiva, esfumam-se os contornos, esbatem-se as cores, corrigem-se as desigualdades e uniformiza-se a visão. Além disso, o passado pesa com todo o seu peso sobre o presente, engrinaldando-o com a messe das suas virtudes e manchando-o com a recordação dos seus crimes. O historiador que, exalçando-as, evoca as primeiras e, vilipendiando-os, tenta corrigir os segundos, faz obra de moralista e merece mais do que a admiração, tem jus à veneração pública.

Os sentimentos de honestidade profissional e de equidade social eram em demasia arraigados no caráter de Varnhagen, para que ele se esquivasse a tão bela missão, cujo cumprimento empresta relevo ao seguimento da sua sábia narração. Nas próprias palavras dele a história deve ter por intenção “formar e melhorar o espírito público nacional”, e foi sem tergiversações que desempenhou este papel de moralista, na acepção mais elevada da palavra, a saber, do historiador que faz servir a história de ensinamento para os seus contemporâneos, porque, como Varnhagen disse algures, o presente não é mais do que a repetição do passado.

O escritor que se segrega da sociedade para na solidão de seu gabinete chamar de novo à vida o passado, com os seus personagens, os seus dramas, os seus horrores e as suas glórias, e com esse encantamento visa a realizar não só uma primorosa reconstrução artística mas uma nobre tarefa de pensador, corre muito o risco de falsear sua missão pela ignorância em que forçosamente cai das necessidades morais do presente. Para prevenir este mal, é mister conservar o interesse ligado ao mundo mental. Varnhagen não podia sofrer das conseqüências de semelhantes circunstâncias, porque a sua vida intelectual é inseparável da sua vida pública. Com efeito, não podemos esquecer que, se foi principalmente, essencialmente um homem de letras, ele foi oficialmente um diplomata. Sua atividade neste campo não pode, portanto, ser passada sob silêncio.

A primeira nomeação na carreira veio-lhe em 1842, de adido à Legação em Lisboa, donde passou em idêntica categoria para a Legação na Espanha,

em 1847, sendo no mesmo ano promovido a secretário e em 1851 a encarregado de negócios. Em Madri demorou-se até 1858, o que perfaz dezesseis anos de serviço nas duas capitais da Península, que empregou no revolver dos arquivos e no preparo da primeira edição da *História Geral*, coroando um monte de pequenos trabalhos. Ninguém, penso, se queixará de que durante esse período Varnhagen ocupasse seu tempo mais nos cartórios que na chancelaria, ou por outra, que combinasse e mesmo preferisse os estudos históricos à fofice diplomática, e os ensaios literários à ociosidade burocrática; pois não me consta que houvesse então outra questão pendente entre as cortes de Madri e do Rio de Janeiro, além de umas tediosas reclamações espanholas, por apresamentos de navios, e outras não menos tediosas reclamações brasileiras por fornecimentos não satisfeitos e efetuados por particulares a forças estacionadas no Rio da Prata, datando todas de dezenas de anos e afetas a uma comissão mista, sendo as negociações a elas pertinentes conduzidas pelo ministro espanhol no Brasil.

Eu bem sei que a diplomacia não se compõe só de negociações importantes, felizmente raras; que o ramerrão é muito mais natural, e que o trato constante dos agentes de uma nação com os representantes políticos e sociais da outra nação se impõe como um dos meios de fomentar as relações internacionais, de desmanchar quaisquer atritos supervenientes, de tornar mais íntimo o conhecimento dos dois países e conseguintemente mais enraizada sua recíproca estima. Varnhagen era por demais inteligente e bem educado para descurar esta parte necessária do ofício, a chamada representação, começando por facilmente ganhar pelo seu merecimento de escritor as boas graças dos cultores mais insignes das letras castelhanas de então, e granjeando depois entre a aristocracia madrilena a nomeada de perfeito homem de salão, a qual tem que ser apanágio comum dos diplomatas e o é sempre que corresponda a uma condição nacional.

Em 1859 começou a estada de Varnhagen na América do Sul com a promoção a ministro residente para o Paraguai, depois de restabelecidas as relações do Império com essa República e de concluído o tratado de 12 de fevereiro de 1858, pelo qual foi aberto a todas as bandeiras o rio Paraguai “sob condições iguais e mui favoráveis ao comércio geral”. Como prova de boa amizade acabava outrossim o Governo Imperial de interpor seus bons ofícios

para não degenerar em séria divergência a dissidência aberta entre o Paraguai e os Estados Unidos da América, que foi amigavelmente ajustada. Curta foi porém a residência de Varnhagen em Assunção. Abafando na atmosfera de sangue e de pavor, qual a produzida pelo despotismo do primeiro López, abandonou certo dia o posto, sendo em janeiro de 1861 acreditado em Venezuela, Nova Granada e Equador.

A nossa ação diplomática entrara francamente na quadra da sua maior expansão. Fechado o ciclo das revoluções que durante mais de meio quarto de século tinham embaraçado o firme estabelecimento da monarquia nacional, e iniciada a política de desenvolvimento material que pediam o aproveitamento dos nossos recursos e a capacidade da nossa produção, o Governo Imperial procurava pelo impulso de ministros como Uruguai, Abrantes, Rio Branco, geração de homens de Estado de que Cotegipe foi o último grande representante, solver nossas questões de fronteiras e assegurar nossa hegemonia no Rio da Prata. A aplicação de semelhante política implicava nossa hegemonia em todo o continente meridional, e o seu abandono só poderia coincidir com o desprestígio e abatimento do Brasil. No prosseguimento dessa tarefa de estreitar os vínculos internacionais na América Meridional, assinara-se com a República de Venezuela, a 5 de maio de 1859, um tratado sobre limites e navegação dos rios Amazonas e Orenoco. O objeto principal da missão confiada a Varnhagen era, porém, “promover a demarcação da fronteira entre os dois países e, para complemento do tratado, celebrar o acordo conveniente à navegação fluvial, o qual ficara dependente de regulamentos fiscais e de polícia”.²² Tendo demais chegado a ajustes com as Repúblicas limítrofes do Peru e Venezuela, pretendia com boa razão o Governo Imperial negociar também um tratado com a República de Nova Granada (hoje da Colômbia), baseando-se no *uti possidetis* e não indo mais adiante das questões que tinha a Espanha com Portugal por esse lado da fronteira de seus domínios.²³

A proficiência de Varnhagen em tudo quanto se relacionava com a geografia histórica e colonial, exarada mesmo em algumas memórias sobre

²² Relatório do Ministro de Negócios Estrangeiros, Conselheiro Magalhães Taques, 1862, p. 3.

²³ Relatório do Ministro de Negócios Estrangeiros, Conselheiro Sá e Albuquerque, 1861, p. 15.

nossas questões de limites,²⁴ tornava-o singularmente apto para a tarefa de que fora incumbido. As negociações com Venezuela foram contudo adiadas por circunstâncias alheias a sua boa vontade no desempenho da missão; as com Nova Granada, semelhantemente, não tiveram andamento, e em 1804 já o encontramos residindo em Lima e acreditado simultaneamente no Peru, Equador e Chile.

Tinham surgido pouco antes algumas dificuldades com o Governo de Lima sobre a aplicação da convenção fluvial de 22 de outubro de 1858, resultantes da subida do rio Amazonas por dois navios de guerra peruanos empregados também no transporte de mercadorias. O incidente ficara resolvido com a justa interpretação de que em semelhantes casos os navios de guerra se não prevaleceriam das suas imunidades, nem ficariam isentos das medidas fiscais e de polícia, aplicáveis, com as devidas deferências nacionais, aos navios mercantes, aos quais, de nacionalidade peruana, era entretanto desde logo franqueada a navegação do Amazonas, mesmo não estando ainda acordado o sistema de polícia fluvial e de fiscalização previsto no ato internacional.²⁵ A indiscriminada abertura do Amazonas aos pavilhões de todas as nacionalidades, alcançada mormente pela admirável campanha na imprensa, de Tavares Bastos, cujo saudoso nome vai aqui ser tão justamente glorificado, a breve trecho simplificaria muito a natureza e reduziria consideravelmente a importância destas questões, por tanto tempo salientes em nossas discussões internacionais. Neste caso prendiam-se elas especialmente com o receio nutrido pelo Governo Imperial de que as facilidades concedidas pela República do Peru ao comércio estrangeiro dentro do seu próprio território interferissem com a afirmação da soberania nacional no território brasileiro por causa do trânsito nos rios que decorrem das regiões andinas para o Atlântico. Ainda conservava um resto de vitalidade a política dos tempos de isolamento colonial.

As questões de facilidades comerciais na região amazônica juntaram-se, para dar pasto à atividade diplomática de Varnhagen ao tempo da sua residência efetiva em Lima, questões na fronteira e questões de fronteira; sem que no entanto se mostrasse aparentemente tão absorvente o seu conjunto que

²⁴ Encontram-se inéditas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²⁵ Relatório do Ministro de Negócios Estrangeiros, Marquês de Abrantes, 1864.

o impedisse de ali publicar a sua primeira grande defesa de Américo Vespúcio, conhecida entre os bibliógrafos pelo Vespúcio de Lima, para diferenciá-lo do de Viena, isto é, da ulterior defesa mais detalhada e comprovada. Quando mesmo porém ignorássemos as negociações melindrosas que aqueles incidentes motivaram, se não poderia inferir desse fato que a vida oficial de Varnhagen no Peru fora sem graves cuidados, porque, do que se vê em sua vida, ele tinha o privilégio de interessar-se sempre pelos seus queridos assuntos históricos a meio das maiores preocupações políticas, e até distraíndo-se com o prazer de tais estudos das contrariedades que os outros assuntos pudessem acarretar-lhe.

No Chile, igualmente o encontramos por esse tempo, em plena ebulição determinada pelo conflito destas Repúblicas com a Espanha, publicando a sua contribuição, mais tarde reeditada em alemão,²⁶ para a fixação da verdadeira Guanahani de Colombo, memória apresentada à Faculdade de Humanidades da Universidade de Santiago. O conflito hispano-pacífico-americano daria ensejo a que Varnhagen, de ordinário refratário a pôr-se diplomaticamente em evidência, estrito posto que não passivo cumpridor das instruções do seu Governo, se tornasse notável por uma comunicação oficial que honra o seu espírito de justiça, confirma a sua independência de caráter e lança viva luz sobre o seu americanismo, mas que foi julgada pouco oportuna, incorreta ou demasiado expansiva – qualquer destes três termos parece-me apropriado ao ponto de vista adotado pelo nosso Ministério de Estrangeiros. A nota estava, é quase escusado dizer, concebida nos termos mais cortesões: a linguagem diplomática dos nossos representantes fora afeita a zelar as tradições de polidez e timbrava em seguir os bons modelos. O princípio ali contido é que não era consoante à política imperial. O enviado do Governo de Washington, que veio ao Rio de Janeiro, com o único fim de saudar o Governo Brasileiro por essa manifestação de fervor americano, achou-se frente a frente com uma reprovação dela, e teve de deglutir suas congratulações.

Consideremos em particular este episódio, o mais interessante certamente da longa carreira de Varnhagen. Acreditado, como estais lembrados, nas três Repúblicas do Equador, Peru e Chile, o Ministro do Brasil resolveu mudar sua

²⁶ Viena, 1869.

residência para Santiago no momento em que o conflito com a Espanha para ali se estendeu da sua primitiva sede. Fora esta em Lima, sendo ocupadas e desocupadas pelas forças navais da nação européia as ilhas de Chinha, sob o pretexto, tão extraordinário que foi desaprovado pelo Gabinete de Madri, de não haver ainda o Governo de S.M. Católica solenemente reconhecido a independência do Peru. O Governo Imperial declarou então que ofereceria com prazer a sua mediação aos governos dissidentes, e por isto mesmo guardara rigorosa neutralidade, em suas próprias expressões, não indagando sequer de que lado estava a justiça. Do conflito com o Peru, serenado e diretamente ajustado entre os dois países, surgiu contudo o conflito com o Chile.

Varnhagen chegava a Valparaíso no momento em que, apresentado pelo almirante espanhol ao Governo Chileno um *ultimatum*, acabava o corpo diplomático de pôr todo o seu empenho em evitar hostilidades e promover negociações. À sua chegada comunicou-lhe o decano daquele corpo (o Ministro norte-americano T.H. Nelson) as notas trocadas com o Almirante.²⁷ A resposta pela qual Varnhagen se associou ao pensamento dos seus colegas, expresso em três notas coletivas, é que foi redigida em termos que o nosso Governo entendeu não perfiar, sendo *esta espontânea desaprovação recebida pelo Governo Espanhol como uma prova de não equívoca imparcialidade* – decerto adivinhastes que esta frase de cautelosa redundância é da prosa oficial. O nosso historiador tinha qualidades negativas em diplomacia: era um impulsivo com rompantes de colérico e que se deixava instigar por considerações de equidade e de pundonor. Para ele a diplomacia não era a arte suprema de engolir desfeitas e disfarçar desaires. Achava-a compatível com a franqueza e a honestidade. Repugnava-lhe mentir, mesmo por conta de outros, e o que era justo não via muito bem porque devesse ocultá-lo. Numa linguagem mais direta e portanto mais tensa condenou, como já os seus colegas haviam condenado em termos mais emolientes, porém bastante expressivos, o proceder do Almirante Pareja em não dar cumprimento à letra das suas instruções, procurando um ajuste amigável das dificuldades pendentes antes de chegar a um rompimento.²⁸

²⁷ Relatório do Ministro de Negócios Estrangeiros, José Antônio Saraiva, 1866.

²⁸ Vide no fim deste trabalho (Nota C) o texto da nota em questão, datada de 9 de outubro de 1865.

A referida tentativa dos representantes diplomáticos das nações neutras ficou frustrada, e bem assim uma segunda a que igualmente se associou a Legação Brasileira, propondo depois de rotas as hostilidades a negociação de um armistício a fim de convencionar-se um arbitramento. Não terei o mau gosto de escolher a ocasião não remota em que a Espanha foi despojada dos restos ainda dourados do seu opulento patrimônio colonial e para todo o sempre excluída da América como nação soberana, para ensaiar novas variações sobre o conhecido tema do bombardeio de Valparaíso. Quis apenas, em complemento do elogio de Varnhagen, recordar a sua atitude nessa questão, uma das que maior interesse levantaram no nosso continente, mesmo porque, na frase da nota coletiva de 24 de setembro de 1865 (anterior à chegada do Ministro do Brasil), deu-se o caso novo em lei internacional de ser apresentado um *ultimatum* antes de entabuladas quaisquer negociações. Bastará acrescentar, para melhor compreensão dos fatos citados, que a disposição do Governo Imperial, enxertando-se nas suspeitas levantadas e propaladas com a declaração de guerra ao Paraguai, se viu habilmente explorada pelos adversários da nossa pátria, sendo o seu sistema político culpado de nímia condescendência para com a monarquia européia, em detrimento da solidariedade americana e do bom direito internacional.

Aumentada a nossa representação diplomática, além dos Andes, ficou Varnhagen exclusivamente acreditado no Peru, onde ainda o ocuparam os oferecimentos de bons ofícios e depois os protestos dessa República contra o tratado da Tríplice Aliança, além das queixas motivadas pela forma por que o Brasil cumpria a neutralidade na guerra sustentada contra a Espanha pelo Peru e pelo Chile. Por seu turno teve Varnhagen de protestar contra as simpatias menos discretamente testemunhadas em favor do Paraguai pelo Presidente do Peru. Do bulício do Pacífico, a bem da literatura, foi o ilustre historiador destacado em 1868 para Viena, a substituir Araújo Gondim, que pouco antes sucedera a Domingos de Magalhães. As letras e a diplomacia faziam naqueles tempos como hoje muito bom consórcio, e da mesma forma que presentemente apontamos para um Joaquim Nabuco e um Rio Branco, na representação exterior brasileira de então eram numerosos os homens como Varnhagen, Ponte Ribeiro, Joaquim Caetano da Silva, Azambuja, que

se aproveitavam das facilidades oferecidas pelos cargos que exerciam para estudar nas fontes a nossa história e reivindicar nossos direitos territoriais.

Na Áustria as questões diplomáticas eram nulas, e Varnhagen pôde empregar o melhor do seu tempo e os dez últimos anos da sua vida numa febril produção puramente intelectual. De Viena acham-se datadas muitas das suas contribuições para a elucidação da cartografia medieval e da Renascença e da história dos primeiros descobrimentos do Novo Mundo, que já sabemos quão respeitado o tornaram entre os americanistas, não sendo possível escrever hoje a respeito daqueles assuntos sem tomar em consideração suas observações, sempre valiosas por originais, provindo sempre de pesquisas pessoais e não da utilização do trabalho de outrem. Em Viena preparou as segundas e mais completas edições das *Lutas* e da *História geral*, e o seguimento desta. Entremendo o exame dos antigos globos e portulanos com o compulsar dos velhos cancioneiros, que na sua mocidade o haviam impressionado ao ponto de extorquirem do seu talento pouco poético o romance histórico em verso por título *Caramuru*,²⁹ em Viena, foram publicados o *Cancioneirinho* coligido do códice do Vaticano e os opúsculos sobre a literatura dos livros de cavalaria. Em Viena, finalmente, como se lá não bastasse para preenchimento de uma vida tão grande sucessão de trabalhos,³⁰ dirigiu cuidadosamente a reprodução dos raríssimos trabalhos filológicos do jesuíta Montoya – *Arte, vocabulario y teatro de la lengua guarani*³¹ – sobre a qual Ferdinand Denis escreveu um dos seus últimos lúcidos pareceres apresentados à Société Américaine de France.³²

²⁹ Escrito em quadras de redondilhas de sete sílabas, segundo o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*.

³⁰ É quase impossível organizar uma relação perfeita dos livros, folhetos e outras publicações de Varnhagen, tantos e tão variados são os seus trabalhos, muitos editados avulsos e outros impressos em jornais e revistas. A lista mais completa que conheço encontra-se no Dicionário de Sacramento Blake, obra que em muitos pontos supre e corrige a de Inocêncio, denotando da parte do seu autor muita consciência e rara perseverança.

³¹ Não se deve confundir esta reedição de Viena, 1876, com a que no mesmo ano foi feita em Leipzig sob a direção de Júlio Platzmann.

³² *Témoïn en quelque sorte des efforts réitérés de ce dernier éditeur pour arriver à une parfaite correction des textes, nous aimons à rappeler ici qu'aucun soin, aucune démarche*

Eis como cooperava para o bom renome da nação que representava o ministro do Brasil na Áustria, cuja benemerência a tocante atenção do Monarca galardoara com o título de Barão e depois Visconde de Porto Seguro, assim comemorando o fato fundamental da história brasileira, a descoberta que acordou para a vida civilizada o nosso formosíssimo país, naquele que com tão profundo conhecimento descreveu as fases da sua evolução. Repito, é como homem de letras mais do que como diplomata, que Varnhagen será conspícuo para a posteridade e lembrado na sua pátria, da qual foi o historiador até hoje sem rival.

Num discurso necrológico, pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dizia o Sr. Joaquim Nabuco do nosso falecido consócio, Sr. Pereira da Silva, que fora um aperitivo para o estudo da história; ao que acrescentava com malícia muito acadêmica o Sr. José Veríssimo que aperitivo sim, mas com a condição de não se ir até o fundo do copo. Prosseguindo estas comparações sugeridas pela gastronomia, poderíamos dizer que Varnhagen foi e continua a ser a peça de resistência da nossa refeição histórica, o assado sólido, gordo, apetitoso na sua simplicidade, pois é cozinhado à velha moda portuguesa, sem adubos nem temperos franceses, com um molho leal e nenhum acompanhamento. Dessa peça, um artista menos escrupuloso ou mais destro corta uma lasca, condimenta-a, guarnece-a de túbaras e de cogumelos e apresenta um novo prato, menos substancial, porém grato ao paladar e falsamente leve para o estômago. O abuso de tais pratos, dizem todavia os médicos que predispõe à gota, a qual para os diletantes do espírito se chama a impotência criadora. Aquele que se alimenta de comidas nutritivas, mas singelas e sãs tem mais probabilidade de resistir aos anos com saúde, como resistiu Varnhagen às inovações literárias, aos caprichos do estilo, às variações da forma, porque nele primava a preocupação do fundo, e porque resolvera manter-se firme à sua concepção histórica, que era a indagação do ponto verdadeiro, e obediente à sua norma literária, que procedia pela verificação da opinião aventada.

n'a été épargnée par lui pour obtenir une pureté complète d'impression. ("Rapport", etc., p. 140 de l'*Annuaire de 1876*).

Relevai-me, Senhores, semelhantes comparações culinárias. Varnhagen mas perdoaria, estou convencido, ele que era um excelente cozinheiro, justamente porque era um consumado amador da boa mesa. Referiu-me um dos secretários que com ele serviram na Legação de Viena que, quando fatigado de redigir, nada lhe assentava melhor para espairar do trabalho, do que bater um pudim ou compor um pastelão. Note-se que os seus pastelões não eram daqueles cuja concepção e execução Mark Twain diz ser um escuro e sangrento mistério, mas produções que Carême perfilharia. Até neste gosto aparece-nos ele como a encarnação de um acadêmico de passados tempos, porque nós, os de hoje, vivemos tão depressa, andamos tão entontecidos pela sucessão dos acontecimentos e tão ferreteados pela ambição de conservarmos em dia com a evolução das idéias e modo de sua expressão, que não temos mais tempo para tais desenfadados.

Alexandre Dumas pai, que não foi acadêmico, porém tinha em si pano para meia dúzia deles, ainda podia afirmar que o *Dicionário de Cozinha* que escreveu era o digno remate do seu milhar de volumes, e, chegada a ocasião, deleitava-se em pousar a pena para atar o avental branco e tentar a experiência das suas receitas. Como imaginarmos um Paul Bourget ou um Pierre Loti, com todas as suas preocupações psicológicas e perplexidades sentimentais, entregando-se a uma tão desanuviada tarefa? Para se achar prazer nesta como em outras distrações manuais, não a exemplo dos gentis-homens franceses do século findo que por luxo aprendiam um ofício, mas meramente por desfastio como fazia Varnhagen, o qual, segundo parece, se dava a vários misteres, sendo um habilidoso, requerem-se uma alta dose de satisfação profissional, perfeito despreendimento de esnobismo e ausência de inquietação intelectual. Todos estes predicados possuía o autor da *História Geral*; era um orgulhoso, um simples e um forte. Não o esqueçamos, nós, os da geração contemporânea, cuja vaidade nem sempre é contrapesada pelas duas outras qualidades.

Tampouco devemos esquecer, agora, Senhores, que com tão louvável afã acabamos de festejar no limiar do século XX o quarto centenário do descobrimento do Brasil e de dar balanço ao que temos realizado como contribuição para a história da humanidade, que foi, sessenta e quatro anos há, o digníssimo homem de letras cuja fisionomia moral procurei enaltecer esta noite, quem descobriu jubiloso e piedoso apontou à gratidão brasileira o tú-

mulo de Pedro Álvares Cabral, esquecido e já ignorado na capela do Convento da Graça de Santarém. Como não bateria apressado o coração de Varnhagen decifrando na lousa gasta pelo perpassar de gerações de crentes, o singelíssimo epitáfio do ilustre navegador a cuja vista atônita primeiro se desvendaram as opulências da terra de Santa Cruz, e agora dorme o último sono na terra que Garrett chamou “pátria dos rouxinóis e das madressilvas, cinta de faias belas e de loureiros viçosos”. Recordando com o poeta “que não parece senão que a paz, a saúde, o sossego e o repouso do coração devem viver ali, reinar ali um reinado de amor e benevolência”,³³ é para consolar que a ação terrivelmente niveladora da morte haja confundido as ossadas do navegador e de pessoas da sua família; pois que de outro modo, apesar de ser quase uma impiedade, não poderia resistir a exprimir o voto que me acudiria aos lábios neste momento, de que, algum dia, quando formos verdadeiramente grandes, valorosos, tolerantes e bons, os restos de Pedro Álvares Cabral acompanhassem em uma nova peregrinação além-Oceano a trasladação, reclamada pela voz de um nosso consócio que foi um propagandista da República, do corpo do Monarca magnânimo que tanto prezou as cousas do espírito e a nação que governou, e do da sua santa companheira de trono, modelo de todas as virtudes.

Menos do que em Santarém o coração de Varnhagen, não exulta neste instante o meu coração, com poder associar o nome do descobridor ao do historiador do Brasil, cuja memória deve ser particularmente cara aos que respigam no mesmo campo, e a cuja vida honrada e tão exclusivamente proveitosa me coube prestar tributo que ele consideraria, posso jurar, a sua melhor recompensa porque, ouvindo-o, o aceitou e referendou o mais escolhido colégio eleitoral que poderia devanear um reformador do sufrágio – um colégio que é a fina flor da inteligência nacional.

A Academia Brasileira vive ainda sem mobília, em casas generosamente emprestadas. Não nos procriou a munificência de um cardeal-ministro, nem nos perfilhou o carinho de algum ministro secular, mas animaram-nos as promessas da representação nacional.

A Academia espera algum dia morar em casa própria... em um próprio do Estado, que a tanto monta. As belas-lettras não podiam decentemente defi-

³³ *Viagens na Minha Terra*, vol. I.

nhar à minguia de proteção oficial, sob a República, na terra que prodigalizou o seu ouro e os seus diamantes a D. João V, o inventor da Academia Portuguesa; que agasalhou D. João VI, o fundador da Academia de Belas-Artes, e que foi governada durante meio século por D. Pedro II, o criador do Instituto Histórico e imperante que mais se ufanava de ser sábio do que de ser monarca. É verdade que passamos da soberania constitucional de um só para a soberania coletiva e absoluta do Povo. O número dos protetores não deve porém ter feito mais do que crescer na razão direta do número dos reinantes.

Ficando nós a dever gratidão a tão crescido rol de padrinhos, dispersando-se portanto esse sentimento naturalmente fluido, corre menos o risco de perder-se a bela independência em que vivíamos, e na qual, como Cyrano de Bergerac, podíamos exclaimar:

*...moi, lorsque j'ai fait un vers, et que je l'aime,
Je me le paye, en me le chantant à moi-même!*

Também seria um mal o excesso oposto. Chega-se a certo grau em que o abuso da independência se converte na improdutividade, em que o espírito tanto blasona de livre que se torna anárquico. A convivência nas Academias é, aliás, o remédio mais eficaz para tal perigo, porque reduz os exageros individuais de opinião fomentando a solidariedade pelo concurso de mútuas concessões. Quando nisto se cifrasse a ação acadêmica, já não teria sido inútil nossa organização. Ela, contudo, visa a fins mais positivos.

Conta Léon Gozlan ou um dos outros satélites que, despindo Balzac das suas chinelas, da sua bengala, do melhor do seu guarda-fato, são os verdadeiros responsáveis da nudez disforme mal disfarçada pelo famoso roupão que Rodin amassou, que na casa das Jardies o grande romancista marcara a giz nas paredes os lugares para os quadros de mestres e as tapeçarias de preço, nas quais, uma vez paga a dívida torturante, se transformariam os milhões produzidos pela publicidade dada às criações da sua imaginação prodigiosa. Esta é, pouco mais ou menos, nossa situação. Temos planos de grandes trabalhos coletivos, um programa soberbo para ser levado a cabo por nós e por nossos sucessos. Aí reside toda a diferença. Balzac sucumbiu debaixo da faina gigantesca da *Comédia Humana*. As academias não podem sucumbir, mesmo

quando trabalhem muito, porque os obreiros nunca faltam. Seguem-se uns aos outros, concatenados pela tradição e pelo ideal comum. Não descuremos, porém, o nosso quinhão de trabalho, sob pena de sermos em excesso maltratados pelos acadêmicos do futuro. Canonizando nesta data o meu padroeiro, a Academia Brasileira ofereceu-se a si própria o exemplo de um labor ininterrupto que, como quase sempre acontece, os pósteros recompensaram da maneira mais liberal dispensando a Francisco Adolfo de Varnhagen, primeiro e último Visconde de Porto Seguro, o merecido epíteto de reformador, no Brasil, dos estudos históricos e dedicando-lhe, como diria a linguagem do seu tempo, um vistoso altar no templo da Minerva Americana.

NOTAS

A

Ferdinand Denis apelidava Varnhagen por ocasião dos seus primeiros trabalhos – *jeune savant, un des plus laborieux et instruits Brésiliens de notre temps*. D’Avezac assim se exprimiu no luminoso parecer sobre a *História Geral*:

“O livro do Sr. Varnhagen é seriamente, conscienciosamente, escrito por um homem que lhe consagrou todo seu tempo, todas as suas afeições, todo seu estudo; força era tomar a sério um tal livro... Eis porque relevamos sob o ponto de vista geográfico, todas as imperfeições que nos pareceu descobrir neste trabalho, certos de que o autor tem seus estudos em estima bastante para preferir, ao elogio banal e fácil, páginas de crítica atenta como as que traçamos, e das quais ressalta um testemunho indiscutível do valor que ligamos ao fruto das suas vigílias...

...O Sr. Varnhagen merecia que assim nos demorássemos com o exame do seu trabalho: o primeiro a desejar corrigir-lhe as imperfeições, ele revê os capítulos escritos à medida que compõe novos, e enquanto tínhamos em mãos o seu volume, mandou-nos uma folha de 16 páginas compactas, formando um suplemento inteiramente repleto de anotações e retificativas ao mesmo volume; prova admirável do seu amor sincero aos estudos conscienciosos, tão de molde a despertar em nós para o autor a mais verdadeira estima e a mais real simpatia.”

Referindo-se especialmente às monografias sobre Vespúcio, diz Windsor no vol. II, pág. 156 da sua obra – *Narr. and Crit. Hist. of Americans*: “Os esforços de Varnhagen para elucidar a carreira de Vespúcio foram ardentes, se não a todos os respeitos decisivos.”

Tratando longamente do mesmo assunto, escreveu o professor John Fiske na sua *Discovery of America*: – “*The only intelligent modern treatise on the life and voyages of this navigator is Varnhagen’s collection of monographs... Varnhagen’s book has made everything else antiquated, and no one who has not mastered it in all details is entitled to speak about Vespucius. In the English language there is no good book on the subject.*”

B

Eis em resumo as contribuições de Varnhagen para a história das viagens não só de Vespúcio como de Colombo. No *Bulletin de la Société de Géographie de Paris* (janeiro de 1858) publicou ele as supostas notas de Cristóvão Colombo, também atribuídas a seu irmão Bartolomeu Colombo, à primeira edição da *Imago Mundi* do Cardeal Pierre d'Ailly. Essas notas foram escritas nas margens do livro, cujo exemplar é conservado na Biblioteca Colombina de Sevilha. A referida publicação de Varnhagen oferece tanto mais interesse quanto Pierre Margry pretende, para lustre da ciência francesa, provar a inteira influência exercida pela leitura daquela obra para a descoberta do Novo Mundo, com tal intuito antedatando a primeira edição, ou por outra, opinando que existe uma edição anterior à geralmente aceita como a primeira.

No mesmo ano de 1858 publicou Varnhagen em Valência, debaixo do pseudônimo de Volafan e numa tiragem mui limitada, uma carta escrita por Cristóvão Colombo, datada da ilha de Santa Maria a 18 de fevereiro de 1493, de regresso portanto da sua primeira viagem à América, e dirigida a Gabriel Sánchez. Voltando a este assunto em 1869, publicou em Viena um folheto sobre “uma carta de Colombo enviada de Lisboa a Barcelona em março de 1493”. Sobre a identidade dessa carta com outras variantes conhecidas e a conformidade de todas com o original, existe grande diversidade de opiniões e levantou-se então controvérsia, sustentando Varnhagen, e como ele pensa Harrisse, que a carta publicada em Valência é o texto que serviu para a tradução latina de Cosco em 1493, a qual serviu por seu turno de texto para as subseqüentes edições e traduções em diferentes línguas que divulgaram o feito do navegador genovês.

Tendo-se ocupado de Colombo como anotador e de Colombo como correspondente Varnhagen não deixou de lado a muito disputada questão da primeira terra em que ele desembarcou. Segundo sua opinião, a verdadeira Guanahani é, no grupo das Bahamas, a ilha de Mariguana. É difícil no entender de muitos lhe dar razão neste ponto, tendo em vista o que Colombo escreveu no *Diário*, que a ilha tinha abundância de água e uma lagoa mui grande no centro dela, e não possuindo Mariguana água interior. Verdade é que Varnhagen não deixa de citar o mesmo *Diário* em abono da sua hipótese. O resumo por ele utilizado desse perdido e precioso documento, do qual já Las Casas se teria aproveitado de forma resumida, existe na biblioteca dos Duques de Osuna em Madri. O texto de que se serviu Varnhagen é diferente do de Navarrete, idêntico este ao de Las Casas, se é que, como pretende Harrise, este último escritor não empregou o texto completo.

No tocante a Vespúcio, a questão reside em saber-se se ele fez ao Novo Mundo as quatro viagens que são apontadas, e nas datas alegadas. A data da primeira viagem, sobretudo, é importante, porque dela depende o verificar-se se o florentino foi realmente o primeiro descobridor da terra firme americana, quatorze meses antes de Colombo e uma ou duas semanas antes dos Cabots. A convicção, não superficial e empírica, mas muito estudada, de Varnhagen sobre a veracidade dessa viagem de 1497 é, entre outros, fortemente partilhada e defendida com grande cópia de valiosos argumentos pelo historiador americano John Fiske. Deve

mesmo dizer-se que a opinião de Varnhagen é atualmente reconhecida de preferência como a correta. Segue-a também Gaffarel (*Histoire de la Découverte de l'Amérique*) e a este respeito escreve Fiske, o qual no seu entusiasmo pela reabilitação do florentino chega a encontrar novas razões para confirmar-se na sua asserção, que foi o gigantesco saber de Alexandre Humboldt que fez raiar a primeira “luz clara” nas trevas que obscureciam as viagens de Vespúcio, mercê de um erro tipográfico ou alteração ignorante na tradução de Saint-Dié, de uma falsificação bem-intencionada de Bandini no século passado, e de outras circunstâncias mais. Coube, no entanto, a Varnhagen, descobrindo a não autenticidade dessa carta de Bandini e deslindando o erro da tradução de Saint-Dié, tornar tudo perfeitamente inteligível. Pode-se, ajunta Fiske, não aceitar todas as conclusões de Varnhagen, mas já não existe sombra de dúvida sobre a integridade de Vespúcio. Em verdade, nada há que prove absolutamente a negativa, como nada há que prove conclusivamente a afirmativa, além do testemunho do principal interessado. O Visconde de Santarém baseia sua argumentação em contrário à realidade da viagem de 1497 no fato de se não encontrar nos documentos contemporâneos dos arquivos a mínima referência ao acontecimento e grandes resultados dele derivados. Isto quando Vespúcio afirma na sua carta a Soderini, de 1504, publicada na íntegra em Saint-Dié em 1507 e cujo original nem se sabe em que língua foi escrito – supondo-se com bons fundamentos que o foi em italiano meio adulterado pela residência na Península, sendo o folheto editado na Itália em 1505-6, – que a expedição se levava a cabo por ordem do rei e que a este apresentou ele, no regresso, seu relatório, de que ninguém dá fé. Humboldt, apesar de afeiçoado a Vespúcio, também quis provar, com a autoridade de Muñoz e Navarrete e dos documentos por estes publicados, que de abril de 1497 a maio de 1498 Vespúcio, que era sócio da casa comercial Berardi, de Sevilha, estava muito ocupado com os aprestos da frota com a qual Colombo realizou sua terceira viagem. No justo dizer de Sydney Gav, este caso tem de ser julgado sobre prova circunstancial e é todo de probabilidades morais, variando a sentença segundo as convicções e disposições dos juízes.

A ida de Vespúcio em 1501 – terceira das alegadas viagens – ocupando uma posição subalterna na expedição mandada por D. Manuel de Portugal a descobrir a passagem ocidental para as ilhas das Especiarias do Oriente, é que está fora de toda a dúvida. Essa viagem foi das mais importantes, pois explorou a costa oriental da América Meridional desde 5° até 38°, e chegou mesmo no mar alto a 52° de latitude sul. De semelhante viagem e não das duas anteriores é que resultou o ser dado, por proposta de Waldseemüller na *Cosmographiae Introductio*, impressa em Saint-Dié em 1507, o nome de América ao mundo novo descoberto e percorrido por Vespúcio, continente desconhecido ao sul do equador e que para vários entendidos nada parecia ter de comum com as Índias, com as quais permaneciam identificadas as descobertas de Colombo. Na quarta viagem, Vespúcio, em comando de dois navios da expedição, chegou até alturas do Cabo Frio, ali levantando o forte, primeiro estabelecimento europeu nas terras do Brasil, que no dizer de um historiador americano deveras mereciam por esse fato o nome de América.

Varnhagen sustenta que, além das quatro citadas viagens, Vespúcio fez duas viagens mais à costa norte da América do Sul, o que em parte HARRISSE quer confirmar. No que Varnhagen discorda de todos os outros prévios comentadores, mesmo favoráveis a Vespúcio, é quanto ao ponto onde o navegador abordou à terra firme por ocasião da sua primeira viagem. Em seu entender foi no cabo Gracias a Dios, em Honduras, de onde Vespúcio teria navegado para o norte até à baía de Chesapeake, tocando na Bermuda no regresso para Sevilha. Desde 1839 até 1874 Varnhagen mais ou menos diretamente escreveu sobre este assunto, não devendo ser omitidas referências a um folheto cuja tiragem foi apenas de 100 exemplares (Viena, 1872) sobre a influência dos cosmógrafos Schöner e Apianus na adoção do nome América e contendo a notícia dos primeiros globos e mapas-múndi com este nome, e a outro folheto impresso em S. Petersburgo no mesmo ano de 1872 (edição de 40 exemplares), reimprimindo uma carta de João Schöner, de 1523, relativa ao seu globo. O original desta carta, em latim, encontra-se apenas nas bibliotecas de Viena e Londres.

C

“...Com os mais expressivos agradecimentos por essa atenta remessa (das *Notas coletivas*), devo em resposta manifestar-lhe que, se aqui me achasse, houvera eu tido a maior satisfação em associar a minha firma à de meus nobres colegas nas ditas três notas. E aproveitei esta ocasião para acrescentar que, havendo resolvido passar da residência do Peru à desta República, apenas me constou, por certas conversações havidas em Lima e nas águas de Callao, que chegaram ao meu conhecimento, que as questões entre o Chile e a Espanha iam provavelmente a complicar-se, jamais concebi a possibilidade de uma ruptura em tão poucos dias. Pelo contrário, nunca pensei que semelhante ruptura teria lugar antes de se haver o comandante da esquadra de S.M.C. feito acreditar devidamente como plenipotenciário, por meio da apresentação da carta credencial autógrafa de S.A. Soberana, nem antes de proceder de novo a discutir as antigas queixas, já que um decreto e uma real ordem haviam ante o mundo posto em dúvida o bom critério do Ministro público que as havia suscitado, formulando reclamações exageradas até contra os meninos dos colégios; e isto no momento em que todo o Chile se alarmava com razão ao ver proclamados no território vizinho direitos de reivindicação; proclamação que envolvia uma verdadeira ameaça de agressão, não motivada, à sua independência nacional, e que o Governo de S.M.C. não tardou em desaprovar.

Se, porém, cheguei tarde para me associar aos meus colegas no seu nobre empenho em favor da paz e em defesa dos direitos da civilização moderna, resta-me a esperança de que os nossos bons ofícios, ou os dos nossos respectivos Governos, quer coletivos, quer parciais, poderão ainda ser aproveitados logo que o Governo de S.M.C. seja melhor informado, por juízes imparciais e desprevenidos, de tudo quanto ocorreu, e chegue a reconhecer que esta guerra, que por ora neste país mais prejudicial está sendo ao comércio e súditos estrangeiros que aos próprios chilenos, decididos, segundo vejo, a sustentar a todo o transe a sua honra e os seus direitos, poderá vir a causar notáveis perdas e danos à considerável marinha mercante espanhola, não no Pacífico, mas nas costas da Europa e nos mares das Antilhas.

Assim o passo a informar mais minuciosamente ao meu Governo, que aliás conhece bem os meus sentimentos a respeito da mesma Espanha, onde residi onze anos, durante sete dos quais fui seu representante em Madri, dando sempre patentes provas de intentos conciliadores e benévolos e do mais sagrado respeito pela verdade e pela justiça.

Tenho a honra, etc.

(a) *Francisco Adolfo de Varnhagen.*"

(Relatório do Ministro de Estado de Negócios Estrangeiros
José A. Saraiva, 1866, pp. 118 e 119.)

II

RESPOSTA DO SR. SALVADOR DE MENDONÇA

SENHORES:

Estamos em casa de Camões.* O velho alquebrado, que o Telmo de Garrett viu pela última vez “no alpendre de S. Domingos em Lisboa, tão mal trajado, tão encolhido, e que ao cabo da navegação lá foi num lençol para Sant’Ana”, tem hoje templos como este, e campeia na praça pública sobre colunas e pedestais, revestido da armadura que abrigou o coração mais aceso no amor da Pátria e na luz da Fé, na mão o livro cujas páginas libertaram da lei da morte uma nação, na frente a coroa de louros com que uma raça inteira o sagrou símbolo de seus destinos e de sua glória.

Passaram todos. Passou o Infante Pensador que dos penedos de Sagres devassou os mistérios do Mar Tenebroso, alumando-o com a cruz de Cristo até surgir do horizonte a terra de Vera Cruz e dos céus do Sul a constelação do Cruzeiro. Passou o Rei Venturoso, que da janela do Castelo da Pena, de onde, diz a lenda, vigiava a volta das naus da Índia, viu duas rotas, a da África e Ásia e a do Brasil, e abriu à idade moderna três continentes. Passaram ou movem-se ainda na meia claridade que pode ser a antemanhã da glória ou o cair da noite do olvido, os braços fortes dessas empresas magnas, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, Afonso e Matias de Albuquerque, D. João de

* A recepção de Oliveira Lima realizou-se no Gabinete Português de Leitura.

Castro e Vidal de Negreiros, Cochim, Ormuz e Goa, os Guararapes e a Campina do Taborda.

Só ele perdura e vai galgando os séculos como a luz que se não apaga desses fanais que no meio das trevas mais densas guiam os navegadores nas vias insondáveis do futuro. De que valeu à fama de D. Manuel o ser maior e mais útil que os três contemporâneos que enchem com os seus vultos o início dos tempos modernos, Leão X, Francisco I e Carlos V? De que valeu haver antecipado Lutero, e pedido com a embaixada de Tristão da Cunha à Roma do Renascimento quanto bastava para evitar o Cisma e a Reforma?

De que lhe serviu ter nos Paços da Ribeira Garcia de Resende, Bernardim Ribeiro e Gil Vicente, e no Restelo o padrão primoroso de Belém? Passou, e a história chama-o por favor o Venturoso. Se até já se ousa dizer que, saídos de tal tronco, cuja fronde cobria a Ásia, a África, a América e a própria Europa, somos uma nacionalidade desvirilizada por vício de origem! Não, nós vimos do período heróico da grande Nação Portuguesa, e no dia em que a Pátria ia morrer em Alcácer-Quibir, em que pese ao maior engenho português de nossos dias, cuja obra perene desmente o próprio asserto, não expirou com a Pátria o cantor dos Lusíadas, mas salvando-a em suas estrofes imortais trouxe-a fulgurante da luz de seu estro pelas idades afora e deu-lhe alma para a um tempo quebrar na Europa o jugo de Espanha e expulsar do Brasil os holandeses.

É que ao período heróico de nossa raça sucedera o período do ideal, e do ideal mais que da heroicidade vivem e se engrandecem os povos. Fora blasfemo quem o contestasse na casa de Camões, que ora nos hospeda. E se já não somos o Reino Unido de Portugal e Brasil, porque entre o outono e a primavera estão sempre o inverno e o estio, podemos com a íntima fraternidade dos ânimos libertos das leis naturais considerar-nos ainda a República Unida das Letras Portuguesas.

É, pois, na casa ou templo de Luís de Camões que ouvimos o claro elogio de Varnhagen, patrono do digno homem de letras que esta ilustre Companhia recebe hoje em seu seio.

O dia é de historiadores do Brasil, porque acredito que onde parou a obra investigadora do autor de nossa *História Geral*, há de recomê-la e excedê-la nosso ilustre confrade.

No dia de Natal do ano de 1867 nasceu, na cidade do Recife, Oliveira Lima. Pelas janelas da casa não entraram “o sopro da gloriosa natividade”, o som poético dos cânticos da fé e o adejar de asas de anjos, de que Rostand cercou o berço de Bornier.

Estavam mudas as liras, e pouco se viam os luars. À noite, porém, perpassaram as sombras dos avoengos de 1710 e de 1817, e inclinaram-se para o berço do recém-nascido, e narraram-lhe não sei que segredos e martírios. O que entrou às lufadas por portas e janelas, foi a atmosfera quente desse dia de verão, pejada dos fragores da guerra, do som da marcha dos Voluntários da Pátria, do bulício dos cais em que, sob as bênçãos e aclamações do povo, embarcavam as levas de brasileiros que de todos os pontos do Império corriam aos campos do Sul, maculados pela invasão de estrangeiros. Os que hoje reputam quase morta esta nação, ou atribuem desusado poder tóxico aos 35 anos de senilidade monárquica e de puerícia republicana, ou não conheceram esses dias em que corria nas veias deste povo o sangue generoso que só o patriotismo pode esquentar: era pela Pátria, e só por ela, que morriam contentes do sacrifício dezenas de milhares de cidadãos que nos deram Riachuelo e a Passagem de Humaitá, o Passo da Pátria e o 24 de Maio.

Estes primeiros ares bebeu o recém-nascido. Nosso confrade até surgir na arena pública desfruta a mesma dita de que se ufanava Gambetta, a dita dos povos felizes e das mulheres honestas, a de não ter história.

Mandado educar em Portugal, teve a boa fortuna de ser o discípulo predileto de Oliveira Martins, com quem deve ter aprendido, se é que tais cousas se aprendem, a observar com justeza e a escrever com calma, nesse estilo direto e claro, que constitui sua forma literária, e devera ser a forma preferida dos bons espíritos. Só isto sei, e é que só claramente se exprime quem claramente sabe o que vai dizer.

Na diplomacia teve dois grandes mestres: o Conselheiro Carvalho Borges, que à prudência vigilante do chefe de missão unia a cultura das letras clássicas, e o Barão de Itajubá, um dos tipos mais completos de diplomata que até hoje entraram para o Registro da Chancelaria Brasileira.

Ensaio nas folhas públicas? primeiras libações de asas, comuns às águias e aos patos? Quem os não teve? quem as descurou?

Oliveira Lima nunca escreveu versos; creio que, à exceção dos *Lusíadas*, todos os poemas são para ele como o *Colombo*, de Porto-Alegre, para os leitores de nossa literatura, terra incógnita à espera do homônimo que a descerre. Como um velho pensador meu amigo, que não admitia monólogos e apartes no teatro, porque só falavam a sós os mentecaptos ou os ameaçados de loucura, Oliveira Lima acha pouco natural que se escreva em verso, porque a linguagem dos vates nunca foi linguagem falada. Seu espírito é positivo e reto; para ser geométrico falecem-lhe as linhas curvas. Sua característica é a sinceridade; só diz o que acredita ser verdade, e di-lo sem rodeios, na forma explícita de sua convicção. Creio que preza a música medianamente e à contemplação da natureza prefere o estudo dos fenômenos sociais e o exame da colméia humana.

Trouxe-nos no estudo de Varnhagen íntimo a confiança de que o erudito investigador da pátria confeccionava tão bons pudins como escrevia livros. Neste rol das qualidades negativas de nosso ilustre confrade, desejo consignar que é sobremaneira deficiente na arte de confeitoiro, nunca soube lidar com massas; ainda que quisesse, não poderia ser, como seu homônimo e comprovinciano, general nem furriel das mesmas, e é tão incapaz de temperar um bolo como de ser autor de tortas diplomáticas, em que a República tem produzido mestres insignes.

Nos anos de convivência diária, em que nem todas as horas pertenciam ao serviço público, votamo-nos várias vezes, – perdoem-me a confissão e a denúncia, – a um jogo de azar. O pior é que o não fazíamos, como a mor parte dos jogadores, por mera diversão: púnhamos no jogo muito interesse e como as paradas se faziam à distância, em Nova York, em Londres, em Lisboa, experimentávamos em Washington as sensações, mais fortes e intensas, da antecipação do ganho ou da perda, como raro as terão sentido os jogadores de profissão. Era o caso que nos chegavam aos centros cultos uns catálogos de livros raros, que eram o nosso constante tormento. Os que se julgarem estremes do pecado da cobiça de livros raros, que nos atirem a primeira pedra. De conformidade com as economias disponíveis nos bolsinhos do Secretário e do Ministro, e o grau de preferência que um e outro davam a esta ou àquela obra, formávamos as listas dos pedidos ao agente comprador, marcando-lhe os limites em que por conta de cada um se podia adiantar para a

aquisição das obras; até certo limite caberia a um e dentro de outro limite pertenceria ao outro. Com que ansiedade eram esperadas e lidas as cartas do agente! E esse jogo de azar não foi destituído de surpresas. De uma vez, no leilão do Marquês de Valada couberam a um só duas edições em quarto das obras completas do Padre Antônio Vieira; de outra, ao disputarmos ambos a posse do *Tratado da Esfera* de Pedro Nunes, entrou na partida a augusta mão de um monarca e fomos honrosamente vencidos.

E tendo dito todo mal que sei do ilustre confrade, devo em compensação declarar que, ao conhecê-lo de perto, descobri nele muitas qualidades e partes excelentes. Ao mencioná-las começarei por chamá-lo espelho de casados... sem filhos. Em vez de adorá-los para gozo dos prazeres do amor paterno, Oliveira Lima chama filhos os livros que dita à sua nobilíssima companhia. Aliás, essa cooperação era inevitável. Suponho que a ilustre companhia conhece a inominável caligrafia do elegante escritor: a própria “letra de gala”, como denominava o saudoso Itajubá aos melhores esforços de nosso confrade nesse ramo de conhecimentos humanos, é pura e simplesmente ilegível. Sem essa cooperação os votos dos compositores e dos revisores de cousas impressas já lhe teriam aberto as portas do céu. Essa cooperação, porém, da esposa tão ilustre pelos dotes do coração como pelos talentos e erudição que a tornam digna consócia dos labores intelectuais do mais promissor dos nossos historiadores, deve ter dado à obra de Oliveira Lima o matiz delicado e gracioso que lhe falharia por certo a quem em criança se alimentou da medula do leão, e, cerrando demasiado os olhos às branduras e aconchegos da vida, votou-se em corpo e alma ao trabalho como se este resumisse toda a felicidade: para ele basta que resuma todo o dever.

Quando entrou na liça, já vinha armado cavaleiro. A vigília fizera-a em terra de irmãos, onde rompera as primeiras lanças.

Em 1894 *Pernambuco* foi o auto de batismo do historiador e nos *Aspectos da Literatura Colonial*, saídos à luz em 1896, aparece menos o crítico literário que o investigador das cousas pátrias. Foi assim dessa vez, e será sempre assim quando o assunto for brasileiro. No *Secretário d’El Rei*, que reputo sua obra mais literária na forma, se o comediógrafo vier à luz na rampa, o historiógrafo será quem recolha os aplausos por haver traçado com mão firme o perfil de Alexandre de Gusmão.

Nos *Estados Unidos*, que publicou em 1899, o discípulo de Oliveira Martins revela a mestria com que há de estudar e escrever de terras e povos estranhos, com a imparcialidade e a clareza de vista que o fadaram para os empreendimentos históricos.

A *Memória* para a obra do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil, com a qual alcançou o prêmio prometido aos contendores, e o *Reconhecimento do Império*, que foi dado à estampa em 1901, seguiram avisadamente a trilha encetada. Poucas literaturas possuem um Garrett, que em cada gênero deixou uma obra-prima.

Como os deuses, os gênios lá se vão.

A idade nova é dos especialistas, e os especialistas só se formam com o trabalho aturado e diurno, com o percurso incessante da trilha já percorrida, com o quase labor de almanjarra, que prende a mediocridade num círculo vicioso, mas eleva o talento passo por passo, dia por dia, na espiral que aproxima o homem da divindade. Demais, a onda do pensamento moderno assoberba o maior engenho humano, e fio que no naufrágio, onde são poucas as tábuas de salvação, nenhuma suportará o peso de um enciclopédico.

O livro sobre o *Japão*, prestes a sair do prelo, deve ser uma bela resposta do livro sobre os *Estados Unidos*. O fino observador do como surgiu no curto espaço de um século, alentada pela só cultura da liberdade, a nação mais poderosa e mais rica da terra, nos virá dizer como dentre as ruínas e os entulhos do mundo asiático, pôde brotar a planta vivaz do governo representativo. Do Japão de Kaempfer e de Charlevoix ao Japão de nossos dias vai toda a transformação que o ilustre confrade nos vem patentear.

O *Catálogo* dos manuscritos acerca do Brasil existentes no Museu Britânico, cuja edição o Instituto Histórico tomou a si, será outra prova do metucioso cuidado com que o nosso ilustre confrade aparelha a oficina de trabalho dos futuros historiadores do Brasil. A obra de Figanière, já de tamanho valor para os estudiosos, foi grandemente acrescentada e o resultado obtido pelo nosso consócio sugere-nos a idéia de que no dia em que Oliveira Lima puder fazer na Torre do Tombo e nos outros arquivos de Portugal o que fez em Londres, possuirá o Brasil o material quase completo para a sua história.

Senhores, nas indiscrições desta hora, irei até o vaticínio. O digno homem de letras que hoje recebemos no seio desta companhia há de com o

decorrer dos anos cobri-la de tanta glória no possuí-lo que bem poucos se lhe poderão avantajár.

Estamos diante do *vir probus* nas letras e na ciência. A verdade é o seu culto; a pátria, sua religião.

Quando a liberdade inteira de comércio houver derrocado o último erro do proteccionismo e as alfândegas do globo forem meros registros estatísticos da troca de produtos entre os povos cujos climas e cujos cérebros os produzirem mais baratos e mais perfeitos; quando as guerras, que ainda em nosso tempo dão testemunho de nossa barbaria, tiverem sido substituídas pelo arbitramento obrigatório e pleno entre as nações; quando os processos da indústria anglo-saxônica e a sua atividade maravilhosa tiverem permeado este continente e a alma latina houver afeiçoada a alma da raça, fisicamente mais forte, aos ideais da justiça e do belo; quando tiver surgido, graças a este conjunto de forças, a civilização que se está moldando na grande oficina americana da liberdade, temperada com o socialismo que solapa a Europa monárquica; depois que esta República, fruto prematuro de uma operação cesariana, houver retomado o caminho dos doutrinários da propaganda, que cabiam dentro da Constituição do Império e deviam sair vitoriosos das urnas conscientes, graças à escola, à imprensa e à tribuna; depois que à restauração do caráter cívico do povo brasileiro se tiver fundamente arraigado o sentimento religioso pela escolha livre dos caminhos do céu mais numerosos que todos os que levam a Roma, então, quando a língua de Camões for a língua de 50 milhões de homens, na obra ingente do século que começa, há de alguém nos anais desta companhia somar com assombro os labores do ilustre consócio nas conquistas deste ramo da velha e nobre raça portuguesa.

Que no templo em que se faz o vaticínio o propicie o excelso padroeiro desta casa e real patrono de todos os crentes do Ideal.

Discurso do
SR. AFONSO ARINOS

e

Resposta do
SR. OLAVO BILAC

*Sessão solene
do dia 18 de setembro de 1903*

I

DISCURSO DO SR. AFONSO ARINOS

SENHOR PRESIDENTE, Ex.^{mas} Senhoras, meus Senhores:

Chamou-me a Academia Brasileira de Letras: aqui estou.

Timidamente me aproximo da cadeira de que é patrono o Visconde do Rio Branco e que foi ocupada por Eduardo Prado. Entro em dúvida, hesito, antes de bater-vos à porta, Srs. Acadêmicos; aqui chegando, não sei se retroceda, não sei se avance para preencher meu lugar, que decerto não é o meu. Passa-me pelos olhos a cena que vi outrora, numa gravura antiga: um estranho – cliente, pedinte talvez – vai atravessar o átrio do palácio de um patricio romano; o pórtico, silencioso, rijo, ereto nas colunas de mármore, está materialmente aberto ao acesso do estrangeiro, mas, ele o sente bem, tudo lhe embarga o passo e lhe veda a entrada; ei-lo a volver olhos assustados, buscando coragem nas paredes duras, pedindo animação aos mármores, esperando o aparecimento súbito de algum semblante amigo.

Foi, decerto, porque conhecíeis bem a minha intimidade com Eduardo, que a vossa atenção se prendeu ao meu nome; não só a nossa intimidade, como a afinidade das nossas idéias devem ter sido o motivo principal da minha eleição. Queríeis, para representar Eduardo Prado, alguém que tivesse privado com ele e vos pudesse talvez pintá-lo ao vivo na intimidade sadia e interessante daquela vida tão viva, tão exuberante. A *pessoa* é ainda a dele e essa insubstituível; eu representarei apenas a sombra, ou, se quiserdes, o culto a quem desapareceu dentre vós. É, pois, um motivo de sentimento que me faz compa-

recer perante vós. Ainda uma vez – e esta numa sociedade de intelectuais, de homens de sã razão – se confirma a verdade de que mais nos move a todos o sentimento do que o raciocínio, a despeito de tudo quanto possamos dizer do sexo fraco. Procurastes em mim uma como reminiscência de Eduardo Prado. Mas foi também um motivo de sentimento que levou Eduardo a tomar como patrono de sua cadeira o nome do Visconde do Rio Branco, não foi só a homenagem ao estadista, a admiração pelo diplomata, o respeito pelo professor, mas, principalmente, a amizade que Eduardo Prado votava ao segundo Rio Branco, legítimo herdeiro do nome e da glória do primeiro. Se em mim procurais uma lembrança, no grande Rio Branco, Eduardo procurou um tributo de veneração e afeto.

Antes, porém, que me ocupe de mim, ainda mesmo com o pretexto de cumprir um dever, qual o de agradecer-vos a eleição, permiti que eu vá dizendo o que senti, o que sinto, quando vejo unidos nesta cadeira dois nomes tão distantes um do outro pelo tempo, tão diferentes na forma da ação de cada um neste país e tão misteriosamente ligados, não como dois contrastes ou dois extremos a se tocarem, senão como duas forças opostas apenas para constituição de um equilíbrio, concorrentes, pois, para o mesmo fim. Rio Branco, filho do passado colonial, herdeiro da resistência tenaz contra a independência, olhava para o futuro; Eduardo, filho do presente, nascido já no declínio do século XIX (1860), tinha os olhos fitos no passado.

Vindo ao mundo ainda na era napoleônica (em 1819), onze anos depois que a Corte portuguesa, buscando as praias deste lado do Atlântico, pôde salvar Portugal do que sofreu a Espanha, o Visconde do Rio Branco, por seu pai, Agostinho da Silva Paranhos, por seus tios, o Capitão-Mor da Bahia Antônio da Silva Paranhos e o Coronel de Milícias João da Silva Paranhos, respirava aquele aferro à Metrópole, aquela paixão reacionária contra a emancipação da colônia, emancipação que o bom senso seguro, a clarividência e o espírito prático de D. João VI previram e contra a qual o patriotismo português protestava, não por desamor ao Brasil, mas por amor egoísta de velho pai, sob ameaça de uma separação; por amor das velhas glórias portuguesas, cuja conservação parecia intimamente ligada à conservação do mais importante domínio ultramarino do reino.

A família Silva Paranhos, honrada e genuinamente portuguesa, portou-se, naquela ocasião do domínio lusitano no Brasil, com o lealismo rude, o devotamento de pessoas e bens à causa da Pátria, a renúncia, sem espalhafato, da própria posição em holocausto à rijá norma de fidelidade – virtudes deveras não raras em portugueses e que vereis em esplêndido relevo no lema tirado de uma das frases atribuídas ao vice-rei D. João de Castro por seu historiador Jacinto Freire: “é esta a herança que legaram nossos maiores – *morrer gloriosamente pela lei, pelo Rei e pela Pátria.*”

O futuro estadista brasileiro veio ao mundo três anos antes da triste era de provações que foi para sua família a resistência de Madeira, na Bahia, e, principalmente, o período posterior ao 2 de julho. Sofreu com o sofrimento dos seus; e o seu espírito, partindo daí, tomou largo surto para o futuro, encabeçando, sem que o soubesse então, talvez sem que o sonhasse, essa política nova, puramente americana, de atração e incorporação do estrangeiro, cujo dedicado e ardente pregoeiro foi, mais tarde, no dizer de Joaquim Nabuco, o vosso antigo e saudoso confrade Visconde de Taunay.

Assim, pois, meus Senhores, Rio Branco, filho da época da Santa Aliança, nascido depois da vitória desta contra Napoleão, quase em meio do renhido duelo do antigo espírito conservador, profundamente monarquista, contra o desencadeamento da doutrina do *Contrato Social* que dava ao povo o governo direto do Estado e cuja realização nunca passou daquelas páginas do livro de Rousseau – fez como Péricles: do seio do mais obstinado aferro aos velhos moldes, ao que Taine chamou, na sua obra capital, *L’Ancien Régime*, partiu para o mais amplo liberalismo. Também Péricles, do orgulhoso espírito aristocrático, cujo *kanon* era um como patriarcado, cuja religião era a da família, segundo a descreve Fustel de Coulanges, saía para ser o chefe da democracia helênica.

Rio Branco na política e Mauá na indústria e no comércio foram os chefes do americanismo no Brasil; sua ação continua ainda, até que se feche o ciclo histórico iniciado com as últimas reformas do segundo reinado.

O que eu chamo *americanismo* é simplesmente a recíproca do que os europeus e anglo-americanos chamam expansionismo e imperialismo. O momento, para as grandes nações pejadas de população e de riquezas, é de se desdobrarem; para nós, donos de vastos territórios despovoados, é de formar-

mo-nos, de constituirmo-nos, de crescermos e de sermos uma nação, enfim. Aquelas, já formadas, tendo já atingido a maturidade, estão na fase biológica do desdobramento, da proliferação, do que Spencer chama “excesso de crescimento”. Nós temos que receber delas, temos que crescer à custa do Velho Mundo, temos que tonificar-nos com as sobras da sua população, com o produto do seu trabalho. Ora, o que eu chamo *americanismo* é o estado peculiar às duas Américas – de serem nações a formar-se, de caráter ainda indeciso, de feições mal pronunciadas, não tendo ainda nem passado, nem história, nem arte, nem literaturas constituídas e definidas; o que eu chamo *americanismo* é o reconhecimento desse estado de elaboração, se o quiserdes de fermentação, ou melhor, de fusão de elementos, de concorrência, enfim, de fatores, para que se desenhe o nosso tipo nacional; o que eu chamo *americanismo* é ainda, Senhores, a defesa dos elementos nacionais já pronunciados, já vivos, denunciando já as linhas do tipo futuro, revelando já, no vago dos traços do Brasil-infante, as linhas másculas do Brasil-homem.

Rio Branco, Senhores, foi dos mais completos intérpretes desse americanismo. Eduardo Prado também o foi. Mas Rio Branco, vivendo na vigência do antigo espírito conservador, propulsava a máquina, em largos arrancos, para o futuro; ao passo que Eduardo, agindo num período oposto, de monomania de reformas, de desprezo de tradições, de destruição do passado, dava contravapor, volvia-se com todas as veras da alma para esse passado; ambos, porém, defendiam, na sua mais veemente, mais nobre, mais leal expressão, o que de mais nobre, de mais leal, de mais brasileiro se possa encontrar no Brasil.

Mas, ao passo que Rio Branco, crescido dentro dos vossos moldes, encerrado neles, vivendo neles, tinha, para caminhar, de arrastar consigo a sua época, de entrar, portanto, como figura magna na vida pública, de dominar os espíritos dos seus contemporâneos, infundindo-lhes ou impondo-lhes suas próprias idéias e exprimindo-as por eles, realizando-as até; tinha de ser, pois, fatalmente, chefe político em ação, estadista à testa dos negócios públicos de sua terra; – Eduardo, crescido no tempo em que o espírito democrático saía do seu álveo natural para tornar-se revolucionário e anárquico; Eduardo, vivendo no tempo da enchente da democracia, quando a corrente, ou, usando de uma frase muito repetida, outrora, no nosso parlamento, “a pedra do alto

da montanha” já rolava impetuosa; Eduardo, sentindo nesse excesso de liberalismo o perigo da destruição para os poucos elementos mal definidos ainda da nossa nacionalidade, sentindo o risco de naufrágio da tradição portuguesa, vendo de perto o perigo de absorção pela vaga anglo-saxônia; Eduardo, moço do século XX, agarrou-se às tradições do passado, sem temor de ser esmagado no caminho: segurou-se ao rochedo da nossa história, viveu nela, viveu por ela, morreu fiel a ela, defendendo-lhe as duas principais forças, as suas melhores expressões nos povos da Península Ibérica de que descendemos – a Monarquia e a Igreja.

O seu monarquismo não era, assim, o que superficialmente, ou, segundo os nossos hábitos, por indolência de indagar as causas, chamaram *esnobismo*, excentricidade elegante, originalidade literária; não era também político, segundo a acepção da palavra nas palestras, nos parlamentos e nas gazetas; era mais alto, mais filosófico, mais fundamente social: era o amor à nacionalidade brasileira. Note-se que não digo “ao Brasil” propriamente, porque este crescerá sem nós e a despeito de nós. Tomaram eles, os fortes, os grandes povos que assistem ao chamado desperdício de um continente por aglomerações de incapazes – tomaram eles que nós sejamos postos à margem no governo deste território! Por isso, eu emprego o vocábulo “nacionalidade” para significar o culto que dedicava Eduardo à forma bruxuleante, ao tipo em formação do brasileiro no Brasil, o tipo que ele conheceu, que ele amou e que ele queria triunfasse na luta das raças ou das nacionalidades.

Eduardo queria que o Brasil fosse o futuro de Portugal; que fosse o santuário onde, dentro de menos de um século, *Os Lusíadas* seriam guardados por cem milhões de brasileiros; onde as tradições da velha terra lusitana, coloridas pelas do tupi-guarani e do negro, tão repassadas de melancolia, pudessem cantar, ao baque das enxadas e ao ruído das charruas nos nossos hoje desertos, como cantam as tradições britânicas nas savanas da América do Norte, que, há meio século, eram conhecidas apenas pelas tribos errantes do indígena ou pelos *quakers*. Eduardo queria, Senhores, que a história do Brasil fosse e continuasse a ser o que, no dizer de Guizot, é a dos Estados Unidos da América do Norte: o desenvolvimento da história da mãe-pátria.

Esse moço que podia repetir a trova da opereta, pois mais de uma vez realizou a volta do mundo, parou comovido na *ocidental praia lusitana*, como

junto ao paiol da velha casa paterna; conviveu com os grandes homens que falam a nossa língua; percorreu a província portuguesa, ombreou e misturou-se com o povo, amou os olivais, os vinhedos, os castanheiros, as faias, os carvalhos, o quente colorido dos trajas e das trovas aldeãs, e pôde ser, e foi, no seu cosmopolitismo, no seu variado conhecimento de tantos povos e tantas línguas, um amigo sincero e estremeado não só do Brasil, mas do brasileiro.

Entretanto, seus escritos quantas vezes foram inquinados de antipatrióticos, quantas vezes o acusaram de difamador do Brasil! Ouçamo-lo a repelir seus detratores: “Esta pecha de antipatriotismo – disse algures – é das mais banais e a que com mais freqüência os homens da política atiram uns aos outros nas lutas dos partidos. Compreendemos a pecha de antipatriotismo atirada aos literatos que pretendem descrever costumes, aos filósofos que traçam caracteres e que podem dar uma idéia deprimente da dignidade e da moralidade de uma nação. Mas patriotismo em mineralogia, em fitografia, a propósito de pedras e árvores, não compreendemos. Antipatriotas, nós? É uma injustiça! Nós, que exaltamos a coragem do nosso povo, a sua energia, a sua constância; que temos um imenso amor pela sua história, pelo drama da conquista desta terra; que, com reverência, amamos a nossa raça e tudo que a ela se refere – as lendas da sua vida primitiva, as tradições do seu passado; que amamos a língua que falamos, a arte de nossos pais de além-mar; que temos imensa ternura pelo nosso homem do campo, que com ele convivemos, ouvindo-lhe as longas narrativas e o pitoresco falar; nós, que temos votado a vida ao estudo de tudo quanto é brasileiro – nós não temos patriotismo!”

É, como se vê, um queixume sentido, um protesto eloqüente.

Outra vez, disse Eduardo, com acento de filial carinho, num dos seus tão sinceros, tão espontâneos e, por isso mesmo, tão claros e fluentes escritos:

“É esta a pátria nossa amada, que, há mais de 330 anos, a nossa raça, lutando contra os homens e contra os elementos, conseguiu fundar. Encontramos dificuldades e obstáculos de que a nossa energia triunfou. Nesta zona tropical, que se dizia inabitável, levantamos a nossa tenda e, sob o céu dessa terra nova, cresceu e multiplicou-se a nossa raça com a força e a fecundidade das plantas vivas que deitam raízes fundas e estendem longe a verdura das suas frondes. Temos vivido do trabalho, regando com o suor de todos os dias uma terra que só pela violência do labor frutifica e nos alimenta. A tez branca

que a nossa raça trouxe da Europa aqui se tem dourado ao fogo da um sol sempre ardente. Temos tomado às feras os largos pedaços de terra, rasgando o véu sombrio da floresta hostil: e onde dominavam as febres da terra inculta, há hoje a verde salubridade das lavouras. Entram pelos nossos portos os navios que nos trazem os habitantes de outras terras que conosco vêm trabalhar; e, nos caminhos de ferro que fizemos, circulam em nosso solo a vida e a força. E tudo isso fizemos sendo um povo brando e sociável, que nunca atormentou nem supliciou os fracos, deu liberdade aos cativos, amou a paz e soube repelir pela força a agressão dos fortes.”

Ora, haveis de compreender, meus Senhores, que dado esse temperamento de Eduardo, dado esse amor pela história e a tradição brasileira, ele se revoltasse contra o desprezo da história e da tradição, contra o desprezo dos velhos costumes, a queda das instituições anglo-saxônicas da América do Norte ao nosso país. “O furor imitativo dos Estados Unidos”, lê-se na *Ilusão Americana*, página 54, “tem sido a ruína da América Latina. Péricles, no seu célebre discurso do Cerâmico, disse: *dei-vos, ó atenienses, uma constituição que não foi copiada de nenhum outro povo. Não vos fiz a injúria de dar-vos, para vosso uso, leis copiadas das de outras nações.* Há muita grandeza na exclamação do gênio grego. Há uma presciência de tudo quanto descobriu a ciência social moderna, que, afinal, se pode reduzir nisto: as sociedades devem reger-se por leis saídas da sua raça, da sua história, do seu caráter, do seu desenvolvimento natural. Os legisladores latino-americanos têm uma vaidade inteiramente inversa do nobre orgulho do ateniense. Gloriam-se de copiar as leis de outros países! Todos os povos espanhóis na América, declarando a sua independência, adotaram as fórmulas norte-americanas, isto é, renegaram as tradições de sua raça e de sua história, sacrificando ao princípio insensato do artificialismo político e do exotismo legislativo. O que colheram desse absurdo di-lo a triste história hispano-americana deste século (XIX). O Brasil, mais feliz, instintivamente, obedeceu à grande lei de que as nações devem reformar-se dentro de si mesmas, como todos os organismos vivos, com a sua própria substância, depois de já estarem lentamente assimilados e incorporados à sua vida os elementos exteriores que ela naturalmente tiver absorvido.”

Se atentastes bem nestas últimas palavras, deveis ter notado a forma perfeita de que soube Eduardo revestir uma verdade fundamental.

Era assim o seu nativismo, um nativismo inteligente, de quem viu inteligentemente o mundo e elegeu esta pátria, não para sua morada material, mas para a morada dos seus afetos, das suas predileções.

Este brasileiro de um cosmopolita, de um homem cujo sentimento dominante era o de sociabilidade, era o que ele próprio chamou a *simpatia irradiante* e ativa pelos homens e as cousas; este nativismo em quem, revelando numa frase todo o seu amor pelos homens e as cousas na sua passagem pelo mundo, chamou-lhes *companheiros de planeta* na grande viagem dos seres – este nativismo é bem diverso do sentimento mesquinho de ódio ao estrangeiro, que, em período ainda recente de nossa história, tanto nos desvairou. E o que é mais digno de nota é a enorme incoerência daqueles nossos nativistas: ao passo que perseguiam os estrangeiros com ódio nas ruas, ao passo que repeliam o homem de outras terras que livremente aportava às nossas praias para trabalhar conosco, copiavam trefegamente tudo quanto era alheio, repelindo irreverentemente tudo quanto é nosso!

Companheiro de planeta – disse Eduardo. Há frase que indique mais largo sentimento de fraternidade, mais ampla ternura, não só pelo homem, como ainda pelo animal, a planta e a rocha? Todas as cousas da terra têm o seu lado simpático, tudo é digno de ser amado – sentia ele.

“Para bem pintar – lê-se no seu estudo sobre Eça, publicado na *Revista Moderna* – é preciso bem ver, coisa diversa da vaga faculdade de enxergar, comum aos homens e outros animais da terra. Para bem ver é indispensável o exercício da atenção, que resulta do dom inapreciável do interesse pelo mundo e pelos homens, dom que não vai sem a simpatia irradiante e ativa, revelação ideal e sintética de uma bondade generalizada.” Esse modo de familiarizar-se com a Natureza, de conversá-la íntima e fraternalmente, revela nele o que Bagehot, no seu finíssimo estudo sobre Shakespeare, o Homem, chama *an experiencing nature*, qualidade que não possuem os sábios, os homens de abstração, os que, no meio de nós, estão sempre ausentes de nós.

Esta *experiencing nature*, na qual a curiosidade, viva e ativíssima, busca e recolhe os fatos, produz também os dois elementos que o citado escritor encontra nas boas descrições – o conhecimento de fatos e a sensibilidade aos encantos.

Para conhecer Eduardo, meus Senhores, será preciso mostrá-lo na intimidade do seu viver. Tentarei fazê-lo. Num dos *Contos Fluminenses*, disse Machado de Assis, parodiando conhecido anexim: “Dize-me como moras e dir-te-ei quem és.”

Recente obra histórica, publicada na Inglaterra, sobre os estadistas da República Romana, procurando refutar esse fatalismo segundo o qual julgamos tudo pelo sucesso, reconhece que há homens que estão acima de suas obras e entre estes aponta Tibério Graco. Acho que nós não podemos conhecer Eduardo só por suas obras, pois sua carreira foi interrompida pela morte quando em plena ascensão. Os seus livros são muitos, mas Eduardo era capaz de mais.

Moniz Barreto, aquele moço de gênio que morreu em Paris aos trinta anos, depois de ter-se-nos revelado um pensador, disse verbalmente a mim que Eduardo era uma das mais completas organizações de escritor que ele jamais vira.

Procuremos, pois, ler o livro vivido de Eduardo Prado, aquele cujas páginas ficaram dispersas pelo mundo percorrido por ele. Assim compreenderéis que aquele moço arrebatado à vida antes que se revelasse por completo ao seu país, é digno de estar ao lado do estadista notável cujo nome a história já glorificou e os contemporâneos já perpetuaram. Rio Branco, cuja vida, cujo papel, cuja carreira bem representam a marcha da nacionalidade brasileira para tomar lugar no mundo; Rio Branco, que vem da emancipação política com a Independência, até à emancipação social, com a redenção dos escravos; Rio Branco que, ao partir criança da Bahia, a terra do seu berço, embarcou em uma nau cujo nome – *Regeneração* – parecia simbolizar uma carreira futura; Rio Branco está bem acompanhado por quem, no meio do naufrágio das nossas instituições peculiares, das nossas tradições mais puras e quem sabe se da nossa raça, agarrou-se ao passado sem receio de que o arrastasse a torrente vitoriosa e protestou contra a imposição do sistema federativo e presidencial do Brasil.

Foi um erro de Eduardo, dirão muitos. Quem o sabe? Não há medida exata, ou, pelo menos, reconhecida para as forças sociais; como as marés, estão em contínuo fluxo e refluxo e nunca as praias puderam marcar o limite real atingido pelas vagas no preamar.

Sem me deter mais na análise da feição social e política da obra de Eduardo Prado, sem levar longe a indagação das causas, do móvel, do fundamento, não só da sua orientação *política*, como da sua posição na política, deixai que eu tente descobrir-vos o homem na sua intimidade.

Devera talvez começar por aqui, mas não me pareceu melhor fazê-lo, encontrando-o, como o encontro, ligado nesta cadeira ao nome de um homem público por excelência, de um estadista consagrado.

* * *

A morada que Eduardo amou, o seu verdadeiro *home*, a casa onde eu o conheci e por onde, aplicando a citada sentença de Machado de Assis, eu pude julgá-lo; a moldura onde primeiro vi o seu retrato, a que, portanto, primeiro me impressionou, não foi a *garçonnière* que os seus íntimos conheceram em Paris, à Rua Casimir Périer, nos verdes anos de Eduardo, nem a habitação aparatosa da Rua Rivoli, onde, já maior de trinta anos e casado, Eduardo reuniu, em vasta sala forrada dos nossos velhos damascos da Índia, a biblioteca de livros e documentos brasileiros; foi, sim, a sua fazenda do Brejão.

Aí, no oeste de São Paulo, entre o Mogiaçu e o rio Pardo, águas do rio Grande e Paraná, a 651 metros acima do nível do mar, e a cerca de 350 quilômetros da costa, em um terreno ondulado, coberto outrora pelas mais frondosas matas virgens e hoje vestido de cafezais a perder de vista, – aí passou ele os seus últimos e profícuos dias de existência.

É o pleno domínio da *terra roxa*, fofa, macia, com as suas nuvens de pó, quando, pelo tempo da colheita, vão e vêm as carroças carregadas de café. No verde-escuro do cafezal que coroa os outeiros cruzam-se os *carreadores* ou ruas com a regularidade das linhas de um planisfério. Bandos de raparigas descalças, com as cabeças envoltas em vistosos lenços, encaram o cavaleiro em marcha, deixando flutuar na claridade dos olhos castanho-escuros e azuis um misto de curiosidade e respeito. Quase todas sobraçam balaio, cestos de formas várias, utensílios agrícolas diversos.

Se a tarde vem baixando, é a volta do trabalho. Sobre as cabeças, quantas delas formosas, pesam feixes de lenha para a cozinha caseira ou molhos de capim para o cavalo de sela do chefe da família.

Lá vêm os homens, com o andar pesado e o ar inexpressivo de quem repete todos os dias, de sol a sol, a mesma fadigosa labuta, sem um incidente a quebrar-lhe o tédio.

Esperais debalde ouvir esses cantos do crepúsculo, de que vos falaram decerto vossos livros bucólicos: debalde esperais bulício, papaguear, animação, rumores de grupos que, ao fim da tarefa, vêm para casa descansar.

Essa gente mostra certo ar de recolhimento: ela marcha como quem está cumprindo um dever; oprime-a uma preocupação; um pensamento assombreira-lhe os rostos – a Pátria distante: são os colonos que se recolhem.

Eis ali a fila de casas rústicas, com seus chiqueiros ao lado; no vasto terreno em comum, que é o logradouro da colônia, pasta o seu gado; junto das casas onde se vêem cercas entressachadas de madressilvas, retoçam crianças, balbuciando uma língua estrangeira.

Não é a nossa volta da roça, em que o mulato pernóstico ou o caboclo imaginativo conta casos ao vivo, imitando as passagens com entusiasmo, acrescentando um ou mais pontos a cada conto. Para este o horário é o “mais hoje, mais amanhã”, a previsão é o “lá se avenha”, a segurança é o “deixar correr trinta dias por um mês”. A gente que aí passa é bem diversa; exilou-se da pátria em busca do trabalho tendo este fito – libertar-se do trabalho pelo trabalho; não se mostra alegre, não se expande aqui nos mesmos entusiasmos que tanto a caracterizam no seu país, porque não há alegria perfeita fora da Pátria. Entretanto, ao mesmo tempo que ela fecunda com o seu suor a terra brasileira, enriquece-a com seus filhos, e estes são nossos, bem nossos, pois mesmo neste trecho de Itália Austral que é o oeste de São Paulo, o menino colono já vai metendo no correão da cinta a faca do caipira, já vai traçando no pescoço o lenço vermelho, já vai dobrando na testa a aba do chapéu de palha, já vai dependurando nos calcanhares as chinelas, já vai quebrando o queixo dos machos ariscos, à força de barbicacho, já vai, finalmente, falando este português bamboleado, vagaroso, sem o “re” no fim da palavra, característico da prosódia brasileira.

Continuemos, porém. Eis aqui no cocuruto do morro ainda um trecho de mata virgem, exíguo embora para a morada dos jaguares. Saúdam-nos as frondes vitoriosas dos jequitibás, emergindo dentre a multidão cerrada que os cerca. Sente-se aí o excessivo vigor da terra; a vegetação brota com fúria, por

toda a parte, e briga e se agarra, arbusto contra arbusto, árvore contra árvore, e roja e se contorce, ou salta num ímpeto para o alto, levando presos nos galhos verdoengos tufos coloridos de orquídeas. O musgo oscila na ramaria como farrapos de bandeiras. Os cipós, pacientes, perseverantes, traiçoeiros, vão coleando troncos e galhos, soltando laçadas que tremulam nos ares e formando pontes bambas por onde se escorregam os caxinguelês.

Aqui sentis, à sombra escura das árvores anciãs, um odor suave: um manacá florido se vos apresenta como um ramalhete; acolá um cheiro intenso vos dilata as narinas e vos denuncia ao mesmo tempo a seiva exuberante do terreno: é o pau-d'alho, padrão, ou, segundo o termo caipira, “vestimenta” de terra boa. As taquaras se esfregam haste contra haste, gemendo ao sopro do vento, as borboletas lá vão carregadas brandamente; alam-se, revoam, volitam e perdem-se pouco a pouco na espessura...

Depara-se-vos um claro na mataria; os raios de sol não descem apenas, escorrem quase tangivelmente, estendendo rico tapete ponteados de estrelas, aos pés do rei da floresta: é o seu trono. Se viésseis com cuidado, deveríeis ter notado, mais longe, um pórtico de troncos retos e altos que anuncia a proximidade do Rei: este é um jequitibá mais que secular, de cerca de vinte metros de circunferência e de não muito longe de uma centena até às pontas dos galhos mais altos. Debalde a sua fronde soberana se agita ainda nos ares, sobre todas as outras: fugiu dele a alegria e nem mais o passaredo o procura para dos seus galhos desferir a alvorada. Um parasita roaz lhe devasta as entranhas; a sua pele encarquilhou-se, o galho mais forte ruiu apodrecido; mas ele resiste ainda; a sua agonia durará talvez um século e ele morrerá de pé, sem um gemido, e reinará ainda depois de morto, dominando com o seu cadáver as novas e velhas verduras circunvizinhas.

Fora da mata. O caminho vai descendo agora.

Lá embaixo, no fundo de um ninho de colinas de macios contornos, sentireis “o langor dos vergéis em que os frutos e as verduras se impregnam de sol”, segundo o verso atribuído a Psappha ou Safo, a poetisa de Mitilene, a fabulosa suicida de Lêucade.

Por uma avenida de eucaliptos, entre os quais uma canjerana, em alto soco de pedras, ergue a copa cerrada e espalha sombra mais propícia, vereis estas palavras – ora apagadas – que alegrariam imediatamente o visitante do

Brejão, gente cosmopolita na sua maioria – *Welcome to Brejão* – em letras garrafais. A avenida estende para nós, carinhosamente, os dois renques de árvores como dois braços que nos convidam a espancar vãos receios e a acolher-nos, de coração aberto, à hospitalidade do morador.

Aborda-se a fazenda pela face esquerda do edifício, de onde se destaca uma ala que termina pela capela e forma com o corpo da casa um ângulo reto; aí uma figueira colossal, digna êmula do seu parente, o baobá africano, esparrama ao largo a galhada, insistindo pelo repouso dos viandantes singulares e das caravanas.

Bordando os três lados da casa, o jardim, com a grande fonte de farto jato, as ruas de roseiras, os trinta e nove rumorosos coqueiros e, na ala para onde davam a sala de vestir do homem de sociedade e o salão da biblioteca do escritor, um esplêndido cinamomo, povoado de ninhos e de melodias, a defrontar um alentado pau-d’alho. Desse mesmo lado o pomar, com a frescura das sombras e das águas e a riqueza do frutal. Aí todos os sabiás, desde os de Gonçalves Dias até os modestos das gaiolas dos taverneiros, entoam os louvores da terra das palmeiras, que aquela o é de fato.

Eis-nos agora no topo da escada; quase a alcançarmos a espaçosa varanda onde os peregrinos se reúnem. Corre ao nosso encontro um homem vestido de ganga amarela, coberto por largo sombreiro de feltro claro; estende-nos afetosamente a mão gorda e macia e nos introduz no salão: é o dono da fazenda. Reparai um pouco no vosso hospedeiro: estatura acima da mediana, encorpado, fala-vos rapidamente, com os lábios meio cerrados e o acento sibilante; agora está de cabeça descoberta e mostra, bem limitada por fortes cabelos pretos, a placidez de uma fronte lisa, alta, olímpica; debaixo dessa fronte luzem dois olhos límpidos, vivíssimos, a que o cristal do *pince-nez* não pode tirar a forte expressão, nem o ressaibo saltitante de malícia.

Num relance percorreis o salão: há cousas que a gente não encontra juntas nas lojas, há objetos apanhados aqui e além pelo mundo; tapetes do Oriente unidos irmãmente a um soalho de madeiras brasileiras, sofás de nosso estilo *empire* de há sessenta anos, esteirinhas malaias, gravuras de antigas *ladies* a ombrearem com uma coleção de estudos de Pedro Américo, faianças várias, um antigo lustre com velas vermelhas, macias poltronas inglesas perto de uma rede cuiabana; aqui mora um *globe-trotter*. Levantais os olhos e per-

cebeis que os vivíssimos olhos do vosso hospedeiro têm um fulgor de quem sabe ver e viu, e o fazendeiro logo se vos revela: é Eduardo Prado.

A fim de pordes um pouco de ordem no vosso vestuário, ele vos convida para o quarto de vestir, ao mesmo tempo que se curva para fazer festas à *Margaux*, a cadelinha favorita. Aqui, sim, há muito do Jacinto d’*A Cidade e as Serras*; notais logo em largas cômodas, forradas de finas toalhas de linho bordadas, a profusão de escovas, a bateria de ferrinhos complicados, a fileira de frascos vários. Em prateleiras, alinham-se, brunidas, filas de botas, botins, sapatos, alparcas, socos, sandálias, borzeguins, às dezenas; batalhões de chapéus alpinos, tirolezes, ingleses; nesse incomparável sortimento, há reminiscências das cinco partes do mundo e das quatro estações do ano; há de tudo, para tudo. Não é menos rica a coleção de capas, de bengalas, de roupas em vastos armários de robusta madeira nacional – tudo na ordem mais rigorosa. Até o traje completo do jagunço lá encontrareis – as perneiras, o jaleco, o facão e o chapéu de couro.

Deixemos, porém, aqui o homem de sociedade, o elegante, passemos à sala contígua: estamos na biblioteca: é esta a mansão do escritor.

A frescura e o silêncio vos convidam ao repouso do corpo e ao trabalho do espírito. Junto à janela sombreada pelo cinamomo, que sussurra brandamente, rodeado o tronco por uma moita de guembês viçosos, está a mesa de trabalho, sem o mínimo desalinho; perto, um vaso japonês com esplêndidas rosas-príncipe-negro. Pelas paredes, gravuras de personagens coloniais; e, de um e outro lado, atonetadas com o teto, as finas estantes carregadas de livros; junto delas deslizam sutilmente, em molas invisíveis, as leves e compridas escadas.

Aí Eduardo vos mostra algumas edições preciosas, maravilhas do bibliófilo, aponta-vos obras raras, apresenta-vos os amigos íntimos, os livros que ele conversa diariamente. Em seguida conta um caso: um amigo, entendido em letras, ao percorrer aquela biblioteca, estranhou que faltassem obras de literatura! de balde vira as obras completas dos grandes autores, desde a Grécia até aos tempos modernos... Não! Shakespeare não era literatura, Goethe não era literatura; Herculano e Garrett do mesmo modo... “Ah! Sim! Literatura eu também tenho”, replicou Eduardo; “mostrarei mais tarde.” E mais tarde, quando o caso parecia esquecido, Eduardo tomou à parte o homem de letras e, levando-o a uma alcova interior, mostrou-lhe vasta estante pejada de bro-

churas amarelas, quase todas francesas e mais ou menos indecentes, e disse: “eis aqui a vossa literatura!”

Mas, não vos demorais muito, nem mesmo na biblioteca: Eduardo não deixa parar o seu hóspede; sai logo, acompanhado do seu *fox-terrier*, a percorrer os vastos terreiros de café, que se abrem mesmo em frente da *casa grande* e em direção à casa da máquina, ao fundo, perto de uma nesga de mato pertencente ao vizinho. Sobre a cumeeira o galo que indica a direção dos ventos treme de susto à aproximação de Eduardo: é um dos alvos da sua carabina, o mísero.

No terreiro, antes de chegardes à casa da máquina, encontrais com espanto um canhão com a respectiva carreta; costuma salvar à chegada dos hóspedes ilustres e é um dos numerosos meios que tem Eduardo de pregar peças ao indígena.

Depois vamos ao laboratório, um pavilhão construído especialmente para aquele fim, pois que Eduardo trouxe da Europa um sábio, Mr. Coulon, casado com uma russa, ambos fervorosos adeptos do que chamam a *Santa Rússia*; aí, nesse laboratório, Eduardo mexe em tudo e faz experiências de explosões para assustar-vos.

O programa do dia é variado; há muito que fazer; mas esse programa, em que há sempre números novos, é a vida de Eduardo. Antes de receber-vos, ele já trabalhou três ou quatro horas na biblioteca, desde as seis da manhã, com interrupções. O seu trabalho é, assim, tão natural, tão fácil, tão alegre, tão vivo, que vós outros ficais entendendo que é antes um divertimento. E é este o grande mistério do temperamento de Eduardo para quem não o conheceu bem: diverte-se em toda a parte, de todos os modos: acomoda-se a todos os meios. É que em toda a parte da terra achava ele cousas que o interessassem – eis a simpatia irradiante e ativa, que Eça, no memorável estudo sobre Eduardo, chamou curiosidade, mas de que realmente a curiosidade não é senão uma das formas.

Creio que foi Wordsworth, um dos biógrafos de Sir Walter Scott, quem contou que na vida daquele escritor magno poderia alguém negar fosse ele um poeta, mas ninguém diria que não era *the best fellow*, o mais jovial, o mais fino e chistoso anedotista da Grã-Bretanha. Tomava como regra falar a todos com quem casualmente andasse, fosse qual fosse a condição social desse companheiro do acaso. Ora, para escrever para o povo, é preciso ser do povo.

“O que já esteve em livros, pode ser posto ainda num livro”, diz Bagehot; “mas, um caráter original, tirado de primeira mão da natureza, precisa de ser visto diretamente, para ser conhecido.”

Esse modo de insinuar-se, tinha-o Eduardo muito expressivamente. Com a mesma facilidade com que entrava numa casa de caboclo, numa conversa de caipiras, entrava em Londres, no escritório do *Times*, ou de alguma agência telegráfica internacional, para bisbilhotar e, como se diz em linguagem familiar, arranjava logo meios de pôr-se de dentro.

Enquanto lhe durava uma preocupação, a sua vontade era vivíssima, os seus recursos extraordinários, a sua invenção múltipla, para chegar ao desejado resultado. Por isso, era homem do momento e o seu principal instrumento de correspondência era o telegrama. Os empregados de uma das repartições do telégrafo em Londres já tiveram ocasião de espantar-se com alguns dos seus telegramas de cem e mais libras esterlinas. Passada uma preocupação, vinha outra, porque o seu espírito, sempre ativo, sempre cheio de movimento, estava sempre ocupado; mas, nos dias da segunda ou da terceira preocupação, a correspondência que chegasse sobre a anterior ficava retida na posta-restante, até ser inutilizada.

Mais do que Boileau, ele tinha horror ao gênero *ennuyeux*; abominava as prisões de qualquer ordem, porque seu espírito era libérrimo; por isso mesmo Eduardo era a tortura dos que esperavam por ele. Se saía por dois dias, poderia demorar-se um mês, desde que alguma cousa o interessasse. Assim, partiu uma vez, por uma semana, de Paris para Londres; no fim de quinze dias não havia notícias do viajante: só mais tarde se soube que Eduardo estava em Montenegro, falando diariamente, nas ruas da pequenina Cettigne, com o príncipe Nikita!

Apaixonada pelo movimento, gostava de máquinas, das cousas feitas de um jato; a sua cozinha e a sua copa tinham duas dúzias de máquinas diversas e um dos seus divertimentos era mostrá-las aos caipiras.

Pescar é desporto de paciência. Mas Eduardo achou meio de abreviar a pesca, trazendo de Londres uma – como direi? uma bateria de anzóis de mil tamanhos, para mil variedades de peixes, com iscas prontas, linhas, pesos, etc. Assim partiu de uma feita para o sertão. Antegozava o prazer de abrir aquela bateria diante dos olhos assombrados dos caipiras. Chegou a hora e todos o

rodaram. Ao tocar naquelas cousas tão bonitas, naqueles peixinhos de latão, de escamas muito brilhantes, nas minhocas de borracha, muito limpas e muito flexuosas, pensaram os caboclos que se tratasse de algum enfeite para dependurar ao pescoço. Mas quando Eduardo lhes assegurou que eram anzóis e iscas já prontas, para evitar trabalho de apanhá-las, um dos caboclos, mais idoso e mais grave, ponderou: “Quá, sô dotô, os nossos peixe de cá não pega nisso, não! eles são muito velhaco! quando nas iscas de devera eles custa, quanto mais nessas!”

A larga campana de bronze japonês deu o primeiro sinal para o jantar. Já corremos as cercanias com o fazendeiro; já vimos as árvores que ele plantou, já vimos os melhoramentos que introduziu, as reformas que executou; testemunhamos com que cuidados trata ele das árvores enfermas; testemunhamos o seu amor pela terra, as plantas, o gado. Deixemos para outra vez o passeio ao mirante, a visita aos vizinhos, a excursão a algum ponto curioso.

Penetrando de novo no jardim, lembramos, ao atravessar a rua de roseiras, o delicioso processo com que Eduardo afugenta das flores os insetos daninhos: banqueteia estes, para que não busquem alimento no cálix das rosas. Na cerca por onde se derramam as trepadeiras, estão dependurados vidrinhos cheios de melão, de gargalos abertos para que os bichinhos entrem e saiam livremente: assim Eduardo defende as flores regalando os insetos.

No salão iluminado, já nos aguarda a família. Eduardo vai vestir-se para jantar. É o momento da sua confabulação amistosa com o criado, que está a contar-lhe as proezas de um casal de *bassets*: criado e patrão riem-se a bom rir. O criado de Eduardo transforma-se com o tempo em mordomo. Mas, não é mais o Humphrys, aquele severo *personagem doméstico* que ele achou num clube de estrangeiros em Cingapura ou em Batávia. O Humphrys era a Ordem de olhos na testa e cara raspada; era a Previsão de pernas e braços; era a Disciplina em marcha. Razão teve Eduardo em esconder com todos os cuidados, durante certo período da nossa história, a correspondência com os jornais do Brasil, que lhe chegavam a Paris. A um íntimo, que o surpreendeu nessa operação, respondeu depressa Eduardo: “Tenho vergonha de Humphrys; não quero que ele saiba do que se passa agora no meu país, na terra do seu amo!”

Penetramos no salão de jantar: há um brilho discreto espalhado nas paredes pintadas a óleo, de cores claras, e refletido no assoalho envernizado; a

mesa, de que Eduardo achou tempo de aproximar-se por um momento uma hora antes, a fim de arranjar as flores, tem o mais encantador aspecto; do linho alvíssimo rompe o tom bravo das rosas vermelhas, bizarras faianças do Oriente fazem esgares nas caras truanescas, a velha e sólida prata portuguesa se ostenta gravemente de ponto em branco; diante de vós se equilibra, cercado de outros menores, um enorme e anafado copo de cristal, que vos diz em tom de mofa – *mon verre est petit, mais je bois dans mon verre*; a vosso lado vos belisca uma trêfega cumbuquinha amarela – é a pimenta do Peru; mais adiante uma conserva de Bombaim vos amedronta; atrás de vós duas engraçadas corujinhas de louça aumentam a luz da sala com seus olhinhos iluminados, muito vivos e muito brejeiros.

Mas defronte, na parede nobre, um belo crucifixo de marfim, a cujos pés uma admirável andorinha de madeira pintada parece que adeja ainda a beijar a imagem de Cristo, impõe no ambiente um doce recolhimento; embaixo, rasgado em metal polido, o brasão do terceiro Antônio da Silva Prado, Barão de Iguara.

O anfitrião discreiteia, à luz branda das velas e do lustre, amortecida por lucielos multicores; e vós jantais finamente, ao lado de Apolo convertido e purificado por Jesus Cristo, sentindo no homem o que Amiano viu no seu Imperador – *venustate oculorum micantium flagrans, qui mentis ejus argutias indicabant* – (Caetano Negri – *L'Imperatore Giuliano*, p. 391).

Só pouco e pouco percebíeis que estáveis diante de um homem de sólida erudição e de clara sabedoria, porque Eduardo, escrevendo ou conversando, era de uma singeleza encantadora. Tinha verdadeiro horror ao artifício e à afetação; abominava o pedantismo. Um artigo de Pedro Lessa, nosso comum amigo, encerra o seguinte depoimento, ouvido do próprio Eduardo, a esse respeito: “Tenho receio, costumava ele dizer, de supor-me um dia uma capacidade. Esse fato marca sempre o início da decadência mental, a anquilose da inteligência. Não se tolera mais a contradição; torna-se impossível a investigação paciente, a observação perspicaz, o raciocínio seguro; não se enxergam os lados vários de uma questão complexa; o pensamento deixa de ser um instrumento dócil para a descoberta da verdade, porque acredita, sem exame, estar sempre na posse dela.”

Sim! a sua ilustração vinha-lhe dos olhos com a naturalidade de um lampejo; desabrochava-se-lhe dos lábios a erudição com a frescura de um sorriso; o seu saber penetrava-nos mansamente, com a suavidade de um perfume. Nada dessas lições caídas do alto com o formalismo hierático de uma fimbria de púrpura que se dá a beijar, como honra e consolo, ao mísero neófito. Não! a sua ciência era fácil, era meiga, era simples e era forte, como devia ter sido aquela de que nos fala o autor de *Les Jeunes Gens de Platon*: transmitia-se a céu aberto, no repouso dos exercícios da arena, quando os braços, ainda trêmulos da impulsão aos discos, arqueavam-se graciosamente para segurar as pensativas cabeças, que se dobravam embevecidas, sonhadoras, às falas dos filósofos. Ah! ele compreendia que tudo quanto sabemos, todas as nossas ânsias, todas as nossas torturas perdem-se na paz augusta da natureza; ele compreendia que o homem no mundo é uma síntese do mundo que vale tanto quanto a mais modesta florinha rústica, que esmagamos no caminho: ele compreendeu que “a arte humana, para ser duradoura, não pode deixar de ser criada à imagem e à semelhança da natureza”; ele compreendeu que o que dela se salva na memória dos homens é a que teve raízes na vida universal.

Por isso, ele que foi simples, creu; ele que foi bom, amou; ele que foi modesto, lamentava a dispersão da sua vida. Mas, não! a sua vida só foi dispersa porque irradiou; suas obras andam espalhadas aqui e além; artigos nos jornais acadêmicos de São Paulo, artigos do *Correio Paulistano* no seu tempo de estudante, *Viagem ao Rio da Prata*, *Viagens*, *Viagem ao Oriente* (inédito), *Le Problème de l’Immigration*, *L’Art au Brésil*, *Fastos da Ditadura Militar*, *A Ilusão Americana*, *Conferência Anchieta*, discursos do Instituto Histórico de São Paulo, *Estudos sobre a Bandeira Nacional* (inédito), *Vida do Padre M. de Moraes* (inédito), *Terra Roxa* (perdido o manuscrito), centenas de artigos do *O Comércio de São Paulo*, entre as quais verdadeiras monografias sobre história, diplomacia, etc.; artigos da *Revista Moderna*, entre os quais o estudo sobre Eça de Queirós. Em tudo isso encontrais Eduardo com os seus contrastes, o seu sarcasmo, a sua vivacidade, a singular harmonia entre as cousas sérias e as cousas alegres, as cousas leves e as cousas profundas.

Mas, Senhores, virei eu preencher a sua vaga? – pergunto-vos a vós, e pergunto-me a mim mesmo. Não: estou aqui interinamente... vim substituí-lo

apenas durante uma das suas viagens longínquas, de que ele há de tornar. Ele não se partiu de nós. – Está longe agora, ou quem sabe se muito perto? Vai chegar? Foi decerto dar outra volta ao mundo; foi percorrer os sítios preferidos, as paisagens que seu gosto elegera; chega a Heliópolis, junto ao obelisco, em cujos entalhes de hieróglifos fizeram as abelhas a sua morada; repousa perto dos sicômoros e das tamareiras de cachos floridos e alvos, que se agitam no azul empalidecido do crepúsculo; uns passos sutis na relva lhe chamam a atenção: é a mulher *fellah*, vestida de camisola azul aberta no seio, com os braços cor de bronze ornados de braceletes de prata; ei-la, na atitude de uma canéfora antiga (*Viagens*, p. 168), a dar as boas-vindas ao viajante.

Welcome!

Em todas as línguas do mundo onde quer que ele chegue, ouve as palavras de caroável acolhimento que ele mesmo estampou nas paredes do Brejão, a fim de fazer o hóspede sentir, já de longe e antes de ver o hospedeiro, o carinho de gasalhado.

De Heliópolis em ruínas passa ele à sombra da velha mesquita, onde pôde ver, com olhos tão inteligentes, aquela escola árabe e aqueles professores a viverem no seio da sua civilização incompreendida, completamente estranhos à nossa presunçosa civilização européia, cujo sinal era apenas, à porta da mesquita, a marcha pesada de um regimento inglês.

Ele voa para mais longe, para mais alto; átomo irmão, recolhe-se ao seio infinito da natureza que ele amou.

Não tremerá mais, mísera abelha torturada, neste globo, entre estes homens, cuja glória nem pode atravessar os poucos quilômetros da camada atmosférica, que circunda o planeta, enquanto os outros mundos, harmônicos, misteriosos, silentes, continuam o seu passeio tranqüilo pelo espaço...

Agora o seu espírito, que tinha a ânsia da liberdade, ganhou para sempre a liberdade e pode empreender longas viagens pela amplidão dos mundos; a sua curiosidade terá mil objetivos e não ficará mais circunscrita a seus *companheiros de planeta*...

Por toda a parte a sua *simpatia irradiante* encontrará correspondência e por toda a parte ele poderá ler, na linguagem eterna dos seres imortais, o mesmo *Welcome* afetuoso que nós, peregrinos da terra, lemos na parede do Brejão.

II

RESPOSTA DO SR. OLAVO BILAC

NÃO, meu ilustre Confrade! A Academia Brasileira não procurou apenas no autor de “Pedro Barqueiro” e do “Assombramento” uma “como reminiscência de Eduardo Prado”.

Os que vos confiaram a posse da Cadeira patrocinada pelo nome do velho Rio Branco quiseram honrar-se, chamando para a sua companhia o escritor fundamente “nacional” que compôs os admiráveis contos de *Pelo Sertão*, e quiseram também afirmar o seu amor pelas tradições – esse culto que o vosso antecessor erradamente acreditou desaparecido da alma brasileira, e que também vós, com um susto que a placidez do estilo acadêmico mal disfarça, sem razão supondes estiolado, como uma planta melindrosa a que falta o carinho do horticultor.

Os da Academia, já estamos todos longe da idade, em que o trato do machado do lenhador é mais agradável à mão do que o trato da esteva do arado. Os que ainda não temos quarenta anos já estamos perto desse marco da sisudez, que assinala a crise mais séria do espírito de um homem, – salvo naqueles espíritos excepcionais, não sei se felizes ou infelizes, que, quanto mais vivem, mais se comprazem em mofar da gravidade da vida, dando-lhe piparotes na caraça austera. Nesta companhia, podeis amar o passado sem receio. É esse um amor que só pode fazer bem, – quando não imobiliza a gente no empedramento da mulher de Lothe. As tradições, que tanto prezais, têm aqui dentro quem lhes renda o culto devido. E esperamos mostrar-vos que também lá fora não falta quem as ame.

O vosso respeito do passado, – conhecem-no bem os que vos leram e lêem, no livro e no jornal, e conheço-o ainda melhor, eu, que o estudei e admirei, em saudoso período de intimidade: e é para mim um consolo e um orgulho o lembrar aqui o tempo amável e ocupado, trabalhoso e suave a um tempo, em que vivi convosco, há anos, no velho seio de Minas, perlustrando caminhos sepulcrais, restaurando idades perdidas, ressuscitando almas defuntas. Foi em Ouro Preto, na anciã Vila Rica. Tivemos ali meses de uma vida singular, intensamente vivida, cheia de completos prazeres intelectuais, – que só podem ser bem contados aqui, a uma assistência escolhida e culta como esta, capaz de compreender como dois homens em pleno viço da mocidade puderam passar semanas e semanas entre os vivos, não os vendo nem ouvindo, e só tendo ouvidos e olhos para um estranho mundo de sombras e de fantasmas. Bem vos deveis lembrar... Enquanto pelas ruas de Ouro Preto, naquele ano trágico de 1893, os vivos comentavam com calor os episódios da revolta naval, e os bombardeios, e as prisões, e as loucuras, – nós dois, mergulhados no passado, conversávamos com espectros. Toda a gente do século XVIII, – capitães-generais, ouvidores, milicianos de El-Rei, aventureiros, traficantes de pretos, frades e freiras, tiranos e peralvilhos, fidalgos brilhantes e pobres bateadores de ouro e cateadores de cascalho, garimpeiros, senhores e escravos, damas de casta orgulhosa e imundas pretas descalças, ricos proprietários e contrabandistas farroupilhas, – toda essa gente acudia ao chamado da nossa curiosidade, e, saltando das casas arruinadas do Padre Faria e de Antônio Dias, evadindo-se do mistério dos arquivos, repovoando as ruas cheias de escombros, vinha reviver conosco a sua antiga vida pitoresca. Logo cedo, pela íngreme Rua Direita, íamos ter à larga praça do Palácio. De um lado ficava a imensa Casa da Câmara, alto cubo salpicado de janelas, tipo acabado da arquitetura colonial, com os varões de ferro da cadeia embaixo, e, em cima, a torre severa abrigando o sino ancião, a antiga campana de rebate, que servia outrora para transmitir ao povo humilde, com a sua voz temida, a cólera ou a bênção, ambas paternais e pesadas, dos representantes de El-Rei. Do outro lado, o Palácio – um fortim, cuja presença causava espanto naquela praça tão calma, e a cujas seteiras, ameias e barbacãs o apuro da pintura nova não conseguia tirar o aspecto ferrenho e hostil. Era no rés-do-chão dessa fortaleza, remanescente da era colonial, que estava instalado o arquivo público de

Minas: era ali o cemitério das idades mortas, o campo-santo das nossas origens. Esse arquivo tem hoje, graças justamente a esforços vossos, outra instalação, destinada a salvá-lo de uma ruína que teria de pesar na consciência dos modernos como o remorso de um grande crime; mas, naquele tempo, a tristeza e a ancianidade da instalação diziam bem com a ancianidade e a tristeza do depósito. Entrávamos, com respeito, abafando o pisar; e, assim que começávamos a folhear os grossos livros encapados em couro, uma poeira sutil começava a encher o imenso e triste salão. Foi ali que respirei largamente isso a que o mais desmoralizado dos chavões dá o nome de pó dos séculos... Era um pó que parecia sair do fundo de ossuários remexidos, um pó impalpável e invisível que era como o bafo úmido e tênue do respirar dos in-fólios comidos das traças. À medida que íamos virando as páginas, cobertas de uma escritura quase hieroglífica, miudinha e certa, retalhada de barras caprichosas, com fantasias de recorte nas maiúsculas e voltas faceiras nas vírgulas acaramujadas, as nossas impressões exteriorizavam-se; e, no pó finíssimo que pairava em torno de nós, percebíamos vagos cheiros indefinidos, que se casavam ou contrastavam, harmonizando-se, como as notas de uma concertina de aromas: havia o cheiro fresco dos vales, das montanhas, dos ribeirões de águas cantantes, de todo aquele seio de natureza virgem pesquisado pelas caravanas da conquista; o cheiro úmido de terra cavada, e das gupiaras cheias de gorgulho; o cheiro apagado e caricioso do incenso das sés e das sacristias; o cheiro da mandioca macerada com que as damas faziam brancos os cabelos... E, não raro, subia e dominava todos os outros um cheiro acre de sangue, uma exalação de mortuárias podres, de cadáveres de mineiros soterrados nas minas, de garimpeiros rebeldes esquartejados pela justiça, de pretos famintos e de reinóis insubordinados, corridos a pontações de lança pelos dragões de El-Rei... Assim, no estudo dos tempos mortos, consumíamos as horas; e ou fulgurasse lá fora, em dias lindos, a luz do sol, ou, em dias de chuva, se emaranhassem no céu as cordas da água, a vida que nos preocupava não era a do povo que trabalhava ou vadiava nas ruas, mas a das gerações que se tinham ido da terra. Quando saíamos, os espectros saíam conosco, colavam os seus passos aos nossos, sentavam-se conosco à mesa do hotel, acompanhavam-nos nas peregrinações pelos arredores cobertos de ruínas. Nunca me esquecerei de um cair de noite, que nos surpreendeu certa vez, fora de portas, na derrocada Rua da

Água Limpa... Com o vir da sombra, um mistério indizível encheu a paisagem, e um calafrio de mudo terror e um sopro de além-túmulo sacudiram a natureza. As figueiras bravas cresciam desmedidamente e tomavam formas estranhas; as gameleiras bracejavam como avantesmas; havia gemidos no rolar dos calhaus que os nossos pés topavam. Uma lua imensa, imensa e redonda, pairou no céu escuro, como um broquel de prata pregado num muro negro, e espalhou a sua luz melancólica sobre a solidão. E, ao vosso lado, pisando aquela estrada que tantas gerações haviam pisado séculos atrás, ouvindo a vossa voz que me falava com trêmula ternura e vibrante paixão dessas vidas apagadas, compreendendo e amando o amor com que vos aferráveis à veneração dos povoadores da vossa terra, – eu tinha a ilusão de levar comigo, não um bacharel de 1893, mas um daqueles cavalheiros de 1720, que terçavam armas e galanteios na roda do Capitão-General D. Pedro de Almeida e Portugal. Quem ia comigo não éreis vós, mas um dos vossos antepassados da veneranda Paracatu, daqueles que também, como Dom João de Castro, viviam e morriam *pola ley, polo rey e pola patria*; e, ao clarão do luar, uma pluma ondeava sobre a pala do vosso chapéu; o vento brincava com os folhos da vossa camisa de rendas e sacudia as abas do vosso gibão de seda; e pelas pedras tinia arrastada e nervosa, suspensa do talabarte de veludo, a bainha do vosso espadim...

Mais tarde, meu ilustre Confrade, quando, apurado o vosso talento, começastes a produzir, – reconheci que aquele amor das tradições não era um *tic* da adolescência, uma preocupação passageira do vosso espírito. No livro e no jornal, a vossa literatura, de que daqui a pouco tratarei, foi sempre um claro espelho em que se têm refletido esse “tradicionalismo” e esse “nacionalismo”, a que agora mesmo destes o nome um pouco vago de “americanismo”.

Esta qualidade, quando mesmo não estivesse acompanhada da excelência da vossa obra literária, já bastaria para que a Academia Brasileira vos chamasse. Não foi, portanto, apenas “uma como reminiscência de Eduardo Prado” o que procuramos em vós. E nem compreendo que possa haver semelhança entre a vossa entrada triunfal nesta companhia e a entrada hesitante do estranho – cliente ou pedinte, – que vistes, em gravura, no átrio do palácio senhorial. Entrando aqui, entraís em casa que já era vossa; e, se alguma causa deveis estranhar, é somente que a companhia não tenha enviado ao vosso

encontro mais digno introdutor. Se a Academia não tivesse a desventura de perder Eduardo Prado, viríeis preencher outra vaga qualquer; e não ficaríeis muito tempo lá fora: – nós, em tão minguados anos de vida coletiva, já temos perdido tantos companheiros, que parece haver nisso um dos divertimentos habituais da morte irônica, zombando do título de *Imortais*, com que nos condecora o bom humor das ruas...

O que é preciso confessar é que, se já não existísseis para escrever o elogio de Eduardo Prado, seria preciso fazer o que Voltaire aconselhava, com irreverência, em caso de outra ordem: – seria preciso inventar-vos.

Nós bem sabíamos que o estudo desse interessante homem de letras, tão discutido e tão pouco conhecido, só poderia ser feito por quem tivesse vivido de par com ele, na intimidade do lar e na agitação da vida pública. Para quase todo o país, o fino artista que havia em Eduardo Prado viveu e morreu sem relevo: o que a multidão sabia é que ele era um homem elegante e um panfletário político. Dois motivos de suspeição.

Ter dinheiro e saber gozá-lo, correndo o mundo, estudando e comparando civilizações, fartando-se de arte, tendo trato familiar com gente ilustre, criando “interiores” de luxo, – são cousas que o comum dos homens (tão baixa é a natureza humana!) não perdoa facilmente aos privilegiados. O artista, que vive assim, dá sempre, ao juízo errôneo do público, a impressão de um *dilettante*, trabalhando por desfastio, escrevendo por luxo, pensando por brinco, – mais ou menos como os reis que se distraem do seu mister pintando aquarelas ou estudando sânscrito, e como as rainhas que descansam do enfado da etiqueta arrepanhando sobre a cintura a cauda do manto, pondo sobre o vestido de brocado um avental de linho grosso, e indo, ao calor do fogão, fazer experiências de química culinária... Além disso, Eduardo Prado, que por longos anos, depois da publicação das suas admiráveis *Viagens*, se conservara afastado da agitação da publicidade, estudando ou gozando em paz, com sobriedade e bom gosto, na Europa, só voltou à atividade literária e política em uma época de febre intensa, durante uma dessas crises em que há rufos de febre em todos os pulsos e estos de paixão em todas as almas, e em que parece desaparecer a linha que separa o acampamento regular da sensatez do abarracamento confuso da loucura. Eram raros, então, os que podiam concordar com o violento escritor dos *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*; e eram mais

raros ainda os que podiam, sem concordar com ele, ter a calma precisa para reconhecer a sinceridade da sua intervenção e desculpar a aspereza dos seus ataques. Por isso, essa intervenção foi irritante. E, mal compreendido em suas opiniões, mal julgado em seus atos, e absolutamente desconhecido no seu papel encantador de fino homem de letras, Eduardo Prado ficou sendo, para os energúmenos e para os superficiais, um moço rico e *chic*, monarquista por espírito de contradição, católico por elegância e motejador por índole. Essas injustiças são freqüentes: se fosse possível converter em areia palpável todos os erros do critério humano, essa areia bastaria para aterrar todos os mares que cobrem a face do planeta e para elevar-se em desmarcadas montanhas, que cresceriam no espaço perturbando as leis eternas do equilíbrio universal...

Veremos depois que o escritor d'*A Ilusão Americana* exagerou bastante os perigos do que ele chamava e do que vós mesmo chamais a nossa “desnacionalização”. Mas todos os que lhe prezavam o talento e o caráter devem agradecer-vos desde já a clara energia com que o defendestes da balda de mau brasileiro. Tive e tenho para mim que Eduardo Prado foi sempre um firme, um puro e excelente brasileiro, no Brasil e na Europa, no sertão e no *boulevard*. Conheci-o em Paris, nessa falada *garçonnière* da Rua Casimir Périer, pequeno domínio em que imperava a tirania do severo Humphrys, – esse famoso mordomo que, com certeza, nos seus mais ambiciosos sonhos de glória, nunca imaginou que o seu nome ainda viesse a soar em cenáculos de imortais. Cousas da vida! se há príncipes cuja popularidade acaba em casas de jogo, também há de haver criados de quarto cuja rama chegue até às Academias...

Quantos brasileiros ilustres passavam por aquela casa! Havia o segundo Rio Branco; havia o fogaço Silveira Martins; havia Domício da Gama; e havia (para não alargar demais o surto das recordações) esses dois ilustres velhos, Ferreira Viana e Lafayette, que não são da Academia (ai da Academia!) e de quem, traduzindo mal um bom verso, posso dizer que “se nada falta à sua glória, eles fazem falta à nossa”...

Em noites de recepção, os brasileiros – e é preciso notar que Eduardo escolhia com escrúpulo os seus íntimos – enchiam o salão, a biblioteca, a sala de jantar e até a sala de banho e a copa. Havia um aposento agraciado com o título de sala de fumar. Mas a dignidade era apenas honorária: nessas noites fumava-se em todas as salas. Fumava-se e falava-se. Fumarada e falatório

nunca hão de faltar onde houver brasileiros... Às vezes – era janeiro e a neve caía lá fora – a acumulação da gente, a febre das conversas, o ardor das disputas e o fumo dos cigarros transformavam a casa numa *gruta-do-cão*, de ar irrespirável; a coluna de azougue do termômetro, espantada, punha-se a subir vertiginosamente a escadaria centígrada, parando exausta no patamar tropical. O castelão corria a abrir as janelas; e só quando via as calçadas da rua e as fachadas dos outros prédios cobertos de neve, é que eu me lembrava de que estava tão longe da Pátria... Ali vivia o Brasil, às vezes acerbamente julgado, mas sempre infinitamente amado. Deixai lá! também a pancada pode ser demonstração de amor, e demonstração agradável, porque, como diz o nosso bom povo, pancada de amor não dói... Até quando erra, o amor é o amor.

Claro está que ninguém poderia melhor do que vós, meu prezado Confrade, vir dizer à Academia e ao Brasil quem foi Eduardo Prado.

Nos últimos tempos, combatestes juntos, na imprensa, o combate que julgáveis bom. As vossas penas brilharam juntas nas colunas do *Comércio de São Paulo*, – e até os que, como eu, repeliam as vossas conclusões, esses mesmos admiravam o talento, a graça e sobretudo a sinceridade com que lutáveis ombro a ombro, como hoplitas de uma mesma falange. Além disso, como acabais de mostrar, tínheis sondado bem fundo a alma do vosso correligionário, estudando-o na vida íntima, na franqueza da existência rural, na sua simplicidade de homem bom, amigo das plantas inocentes, dos insetos, das aves e das gentes rudes. As belas páginas, cuja comoção acabais de comunicar a quantos aqui vos ouviram, vão ser o início da glória do vosso antecessor. E a Academia, cujo fim principal, – talvez um pouco presunçoso, mas em todo caso nobre, – é ir estabelecendo, através das idades, pouco a pouco, várias cadeias de espíritos, revivendo uns nos outros e perpetuando a uniformidade dos ideais brasileiros, – a Academia vê com orgulho que por Afonso Arinos foi bem compreendido e amado aquele que tão bem compreendera e amara o Visconde do Rio Branco.

Agora, antes de vos dizer todo o bem que penso do que nos tendes dado como romancista e cronista, permitireis, meu caro companheiro, que eu vos declare não achar bem fundado o receio tantas vezes manifestado pelo vosso antecessor e por vós, de que a atrapalhação das nossas cousas políticas possa trazer a desnacionalização da nossa gente. Não quero saber, devo dizê-

lo já, quais sejam precisamente as vossas opiniões em política. Em primeiro lugar, isso pouco importa à Academia, à qual, como ao Paraíso e ao Inferno, por diversos caminhos se pode igualmente chegar. Há aqui lugar para todos os credos: e sob esta cúpula... de empréstimo, que devemos à gentileza fraternal do Gabinete Português de Leitura, ortodoxos e heterodoxos podem trocar o beijo da paz. Depois, não vejo bem que haja, para qualquer de nós, a necessidade de opiniões políticas; isso é uma bagagem pesada demais para quem se quer elevar às serenas regiões da Arte; e o alpinista, que deseja chegar ao cume do Monte Branco, contenta-se com um *alpenstock* e um pedaço de corda, sem se sobrecarregar com o fardo inútil de uma caixa de bufarinheiro. E há ainda a considerar que espero estaremos de acordo sobre o que vou dizer... Mas, se houver desacordo, o mal não será grande; já um santo Padre da Igreja, num momento em que a sua santidade cochilou, disse que até no céu há por vezes desavenças entre os anjos; e esta nossa tristíssima terra, meu caro amigo, no dia em que todos os homens se pusessem a pensar do mesmo modo, ficaria de uma insipidez intolerável.

Vós mesmo reconheceis a falibilidade das previsões humanas. Nós todos, quando queremos marcar um roteiro certo à marcha dos homens e das cousas, arriscamo-nos ao erro daquele Sébastien Mercier, que, em 1770, escrevendo, com o título de *O Ano 2240*, um grosso livro em que previa e traçava com uma segurança imperturbável o progresso da humanidade, nem sequer suspeitou a possibilidade da revolução que, daí a 19 anos, tinha de abalar a França... Esses enganos são comuns: não é tão fantasista, como parece, aquele apólogo do sábio que, por ter os olhos pregados na Via Láctea longínqua, caiu no poço que tinha tão perto dos pés.

O que mais aterrava o espírito patriótico de Eduardo Prado era o espetáculo da intolerância política que encheu os primeiros anos da República. Naquelas arruaças, naquele ódio ao estrangeiro, naquele confuso gritar de gargantas, que nem sabiam o que queriam dizer, viu ele o anúncio temeroso de um naufrágio nacional. Susto vão e vão temor. As nossas trovoadas de estio, que são as mais bulhentas, são também as que mais depressa se desfazem. Aquele tumultuar de paixões indefinidas acabou logo. Também alguma vez se há de permitir que os loucos tenham um dia de desafogo, e saiam pelas ruas a desabafar o seu entusiasmo. Se essas evasões dos hospícios, tão freqüentes em

todas as partes do mundo, pudessem exercer uma influência eficaz e demorada sobre o destino dos povos, não haveria um só povo organizado; todo o planeta, desde a fita abrasada do equador até a zona gelada dos pólos, seria um imenso manicômio, e já não haveria motivo para que o Brasil se envergonhasse de não ter juízo, num concerto vesânico de tal extensão. Mas não creio que Eduardo Prado atribuísse tanta importância a tais desatinos.

O pudor com que ele evitava que o seu criado (aqui temos de novo o famoso Humphrys!) lesse os jornais do Brasil e viesse a ter ciência das vergonhas que se passavam na pátria do amo, era um gracejo pueril. O criado, por não contrariar a indignação do amo, não deixaria talvez de verberar, com alguns grunhidos de censura, a facilidade com que apeamos do trono o venerando Sr. D. Pedro II; mas, no íntimo, estaria pensando mais na sábia composição do *menu* daquele dia do que na desventura do Monarca brasileiro. Os criados da Europa têm visto tanta coisa! Todos eles, ou todos os seus pais e avós, leram o *Contrato Social*... Há poucos dias, quando, em certo país da Europa, uma nova dinastia rebentou da sangueira de uma tragédia regicida, as velhas nações monárquicas não malsinaram em voz alta a origem pouco limpa daquela florescência dinástica. Se a tivessem malsinado, o novo rei poderia, como já foi lembrado, dizer aos outros: “Atire-me a primeira pedra aquele de vós que tiver o trono limpo de todo o sangue criminosamente derramado!...” Entre essa maneira, realmente expedita, mas bem pouco bela, de substituir um rei por outro, e a forma, igualmente sumária, mas pacata, pela qual substituímos um Imperador por um Presidente da República, suponho que há muitas léguas de distância moral...

Não creio que haja regimens bons ou maus para a formação e a fixação do caráter e da grandeza de um povo. E não sei como possamos ainda agora, – homens de um século que há de ver a vitória do socialismo, – dar um sentido preciso a qualquer destes vocábulos: – monarquia ou república. A aspiração política da humanidade de hoje não cabe dentro de um círculo partidário; e o pensamento humano, cansado de controvérsias fúteis, sonha um progresso definido e claro, que os velhos rótulos dos partidos não exprimem. A República não podia destruir o que não estava feito. A verdade é que as boas ou as más palavras dos agitadores, as boas ou más ações dos que governam com preocupações de partidos, têm uma influência quase nula sobre a sorte dos povos. E,

em geral, todos os grandes reformadores tornariam a morrer de espanto, se, tendo ressuscitado, pudessem ver os frutos das idéias que semearam.

Realmente, quem apenas considera o litoral do Brasil, esquecendo o resto, pode sentir o medo de uma dispersão da nacionalidade. Alguns pontos do litoral ainda são o que eram no tempo da Monarquia: – sede de acampamentos comerciais, onde o desejo de enriquecer é instigado pelo desejo de ir gozar lá fora a riqueza acumulada. Mas, para lá desta faixa de praias, na zona imensa que o trabalho anima, no sertão que vai transformando os hóspedes em filhos, – a nacionalidade cria raízes tão fundas e tão fortes, que o seu extermínio só pode ser feito com o extermínio da própria terra. A terra tem encantos e proveitos que seduzem, e esses encantos e proveitos fazem mais do que as nossas teorias. O trabalho, a família, a beleza do céu, a fartura do solo mudam os indiferentes em amantes. As raças estranhas vão sendo absorvidas, como as águas das chuvas que regam os campos; e a raça futura (se é possível, ainda em ilações tão claras como esta, adiantar alguma coisa sobre o futuro) será uma raça fortemente brasileira, conservando a doce e amada língua que tratamos. Porque vós mesmo o dissestes há pouco: Eduardo Prado, com todos os seus terrores da desnacionalização, passou os últimos dias de vida entre colonos que já esquecem o falar e os costumes da pátria, pelo falar e pelos costumes paulistas... Quanto ao perigo de conquistas, vindo de nações fortes e cobiçosas, parece-me, quando muito, uma ameaça fantasista, como a dos lobisomens e papões com que se amedrontam as almas das crianças mal comportadas. O Brasil está longe de ser a China da América. E, se uma dessas aventuras, cuja possibilidade não nego em absoluto, pudesse ter uma escassa probabilidade de passageiro êxito, – essa mesma energia nacional, que se está concentrando e apurando no interior do Brasil, zombaria do atrevimento do invasor.

O povoamento do Brasil fez-se da periferia para o centro: a sua nacionalização faz-se do centro para a periferia. As raças fortes começam a conquistar-nos pelo trabalho e pelo amor; e já estão começando a ser conquistadas por esse mesmo amor e por esse mesmo trabalho. No dia da afronta, o sangue seria um só, e uma só havia de ser a resistência. Não nos alarmemos com fantasmas; já não estamos na idade em que o amor do trabalho e o cumprimento do dever só se estimulam com o medo do castigo ou com a promessa da recompensa. Duvidar de si mesmo já é para um homem a metade da

derrota; para um povo é a queda completa. Felizmente, o “pessimismo” é quase sempre uma doença apenas *literária*. Dizer mal da pátria não é desprezá-la: é fazer literatura à custa dela. Graças à elevação do vosso espírito, e à saúde moral que sempre tivestes, – essa triste doença não vos atacou jamais, meu caro Confrade; – e se em vosso trabalho de jornalista tem havido algum susto ou desalento, em vosso trabalho de artista das letras só tem havido confiança e coragem.

A prova mais bela e forte de que a nossa nacionalidade não corre perigo, temo-la vivendo e brilhando em vós, em vosso claro engenho, em vossos livros de um tão puro nacionalismo. E não quero falar daquilo que, saído de vossa pena, anda espalhado por jornais e revistas, nem dos dois romances “brasileiros”, que, como artista exato que sois, ainda conservais no tear sujeitos ao paciente labor e à pertinaz polidura que fazem as obras perfeitas. Basta-me o lindo volume de histórias e paisagens do sertão, com que estreastes.

Já disse que a vossa literatura é um espelho em que se reflete o vosso tradicionalismo. Mas não é só isso o que se traslada no cristal brilhante. Há em vossa literatura, ao lado de muita saudade, muita esperança: larga ponte, batida de sol, lançada entre o passado e o futuro.

O amor do passado vibra às vezes no assunto e palpita sempre no estilo. Este é sempre puro e antigo, temperado pela suavidade que a língua dos nossos maiores adquiriu ao passar da velha para a nova pátria. Não sois dos que pensam que o progresso do idioma deva ser feito à custa da sua pureza primitiva. Passando da garganta do pardal para a garganta do sabiá, era justo que a escala musical se abrandasse, adquirindo o quebro langoroso que lhe veio redobrar o encanto. Mas nem todos os sabiás se têm contentado com esse acréscimo de meiguice e graça. Infelizmente, muitos sabiás conhecemos nós, que, quando se põem a cantar na copa das velhas palmeiras de Gonçalves Dias, mostram possuir na garganta mais solecismos do que gorjeios... Vós, não. A língua que trabalhais não veio até vós, recebendo enxurradas em desvãos de matas suspeitas; veio de longe, sim, mas por frescos e limpos álveos, aceitando afluências de águas transparentes, enriquecendo-se com o tributo de mananciais bem batidos, e guardando a clareza e a simplicidade nativas. É velha e viajada, mas legítima: e por isso mesmo preciosa, como os vinhos velhos e os velhos livros. Quando falam os vossos heróis do sertão não falam

como puristas: usam a sua linguagem pitoresca e ingênua, cheia de barbarismos sempre coloridos e expressivos. E foi justo que lhes não désseis esse falar alambicado, meio selvagem e meio coimbrão, que os romancistas da geração passada punham na boca dos seus índios de opereta, sempre apaixonados por meninas do reino, e fazendo-lhes declarações de amor em que havia, misturados, urros de onça e suspiros de bonifrate. Mas, quando leio os diálogos dos vossos heróis, ou as suas narrativas tecidas de expressões que fulminariam de puro espanto o velho Rodrigues Lobo, – cuido sempre ver, ao lado, o leve sorriso indulgente do escritor castiço, que sois, anotando e saboreando a novidade daquele dizer errado e gracioso...

Nos assuntos, o vosso respeito do passado sugere às vezes ao vosso estilo trechos de uma ternura infinita. Ides por uma rua solitária de cidade em ruínas. Encontrais uma casa humilde. Entrais. Aparece-vos uma velha mulher e aqui está como a descreveis:

Um leve ruído faz-me voltar o rosto e ver, então, emoldurada pelas ombreiras da porta, ao fundo, uma estranha figura de mulher, vestida de algodão muito branco, com o torso pendido a uma dor intensa, sopitada a custo, e a fisionomia cansada, emurchecida, repuxada de rugas, onde mal se adivinham os olhos sem brilho, quase inexpressivos, a não ser um quê muito fugaz de carinho, que neles boiava ainda como uma flor desprendida da haste e já quase fenecida, flutuando na superfície de um lago dormente.

Quando vos separais desse destroço de uma outra idade, resumis assim a vossa compaixão enternecida:

Que página sentida escrevestes, ó intérpretes do coração humano, que doa mais do que a só vista desse pergaminho mudo, engelhado no rosto da velhinha! Essa dor infinda e resignada, essa dor desamparada e humilde naquele despojo humano, é mais dolorosa do que a do mito imortal de Prometeu...

Mas não amais a velhice apenas nas criaturas humanas: também a amais nas cousas, que envelhecem mais devagar do que a gente, e ficam por mais tempo expostas à irrisão ou à indiferença dos incompassivos. Vós o dizeis:

O encontro de algum objeto antigo tem sempre para mim alguma coisa de delicado e comovente... Móveis ou telas, papéis ou vestuários, – na sua fisionomia esmaecida, no seu todo de dó, – eles me falam ao sentimento como uma música longínqua e maviosa, em que se contam longas histórias de amor...

Diante de um velho cravo, “primoroso na fábrica, incrustado de bronze e ornado de labores de talha na madeira negra”, ficais a mirá-lo com amor, perguntando:

Que lânguida açafata ou melindrosa sinhá-moça, cravo centenário, esflorou o marfim do teu teclado, desfiando o ritmo grave de uma dança solarença, ou, a furto, a denguiça feiticeira de um fado vilão?

E, logo depois, diante de uma cadeira bichada e desconjuntada, vista num fundo lóbrego de sacristia, escreveis:

Morre, desaparece que talvez – por que não? – a tua dona mais gentil, aquela para quem tuas alcatifas tinham mais delicada carícia ao receber-lhe o corpinho mimoso, aquela que recendia um perfume longínquo de roseira de Chiraz, talvez te conduza para alguma região ideal, dourada e fugidia, inacessível aos homens... Desaparece, aniquila-te, ou foge, cadeirinha! Lá, naquela mansão bem-aventurada, pegarão teus varais, não lacaio de libré, mas alvos mancebos de vestes brilhantes e olhar atrevido. Esses conduzirão através de nuvens a criatura feiticeira que encantou o seu tempo e que deixou impressa no tabuado de teu fundo, ó cadeirinha de outras eras, como uma carícia eterna, a lembrança do contato de um pé taful, calçadinho de cetim.

Ora, aqui está o meu companheiro de pesquisas nos arquivos de Vila Rica – aquele esbelto mancebo, em quem uma vez, num sonho fugaz, ao cabo de um passeio pela Rua da Água Limpa, julguei ver um fidalgo reinol, dos que dançavam o minuete na corte do Conde de Assumar...

Mas, ao lado dessas velharias animadas e inanimadas, o vosso livro canta belamente as novas gentes e os novos costumes que animam o sertão. Um poeta, amigo das árvores como todos os poetas, disse um dia que, quando encostava o ouvido ao grosso córtex de um tronco da mata, ouvia lá dentro as loas harmoniosas da seiva, na sua circulação criadora e triunfal. Eu tam-

bém, quando folheio o volume em que celebrais a vida sertaneja, ouço circular por ele, em hinos ardentes, a profecia de uma grandeza futura para a terra que tanto amais, – para a terra que tanto amamos. Com que entusiasmo, com que admiração comovida, com que energia de pincel, com que colorido intenso de estilo, contais a nobreza de alma, a coragem heróica, os amores brandos ou impetuosos, os fogosos ciúmes, a abnegação rara, a paciente resignação, e também as grandes cóleras desses homens fortes e simples, que vivem para amar a vida e o trabalho, a natureza e a liberdade, a terra e o céu, na independência do seu orgulho, sob a proteção de Deus... e da faca que trazem à cinta! Estas poucas novelas, que enfeixastes em livro, são os Fastos da Alma Sertaneja... Aqui temos o cuiabano Manuel Alves, arrieiro atrevido, farto de afrontar homens e feras, afrontando as almas penadas de uma tapera mal-assombrada, e enlouquecendo de angústia por ter contado demais com a energia de uma alma educada em superstições; aqui temos a linda *Esteireira*, “a flor do sertão”, de colo de nhambu e carnadura cheia de viço, – que se desgraça pelos zelos, apunhalando a rival, sugando-lhe o sangue como um morcego, e indo morrer ao lado do noivo, em luta épica com os soldados da escolta, como uma *canela-ruiva* acuada; eis agora o campeiro Manuel Lúcio, moço bravo e apaixonado, malferido de amor ingrato pela filha de um guarda-mor das minas, e deixando-se morrer de desengano e de desespero, sem frases, em um sacrifício que mal disfarça o suicídio; e, agora, Joaquim Mironga, a Dedicção feita homem, de cujos lábios, num estilo que é a um tempo música e pintura, gravura e palavra, cai a narração de um episódio das lutas políticas de 40, entre imperiais e liberais; e, enfim, o *Flor*, franzino e lépido, filho da mata, todo nervos e viço, domando pela coragem o facínora Pedro Barqueiro... E as vossas paisagens! que calor, que perfume selvagem, que eterna vibração de vida sabeis comunicar às palavras, quando nos falais das serras que como bom sertanejo galgastes, das matas que vistes, dos rios largos e dos vales frescos em que os vossos olhares namorados pasceram desde a meninice!

Ah! quem pode duvidar da força de uma nação qualquer, meu ilustre companheiro, quando essa nação tem gentes fortes como essas, e uma arte como a vossa para celebrá-la?! A existência de uma literatura como a vossa –

littérature de terroir, como se diz expressivamente em França, – já é uma demonstração de força nacional, ativa e própria.

Há, em *Pelo Sertão*, uma página encantadora, em que glorificais um velho buriti, “venerável epônimo dos campos”, mais idoso do que a nossa raça, perdido no meio de uma planície verde. É assim que lhe falais com ternura e admiração:

Se algum dia a civilização ganhar essa paragem longínqua, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de soco, velho Buriti Perdido. Então, como os hoplitas atenienses cativos em Siracusa, que conquistaram a liberdade enternecendo os duros senhores à narração das próprias desgraças nos versos sublimes de Eurípides, tu impedirás, poeta dos desertos, a própria destruição, comprando teu direito à vida com a poesia selvagem e dolorida que sabes tão bem comunicar. Então, talvez, uma alma amante das lendas primevas, uma alma que tenhas movido ao amor e à poesia, não permitindo a tua destruição, fará com que figures em larga praça, como um monumento às gerações extintas, uma página sempre aberta de um poema que não foi escrito, mas que referve na mente de cada um dos filhos desta terra.

Com essa página vossa, quero fechar o discurso de boas-vindas, com que vos recebo em nome desta companhia. Sim! a civilização há de ganhar a paragem longínqua em que vistes, solitário e soberano, esse buriti selvagem; mas não será levada por senhores duros, cujo coração careça de ser enternecido pelas queixas da terra conquistada. O vosso velho buriti viverá, não tolerado, e sim respeitado e amado; mas viverá menos do que o gênio da nossa nacionalidade, que, como ele, há de assistir a todo o ciclo do drama da conquista, dominando-o e dirigindo-o.

Esta esperança – e, mais do que esperança, certeza – da glória e da grandeza da nossa nacionalidade, é o sentimento que a todos nos anima, nesta casa que vindes honrar. Aqui as almas se congregam para prezar o passado e para esperar com confiança o futuro.

O vosso lugar estava marcado; e sobre ele paira a recordação dos dois espíritos, cujo fulgor tão belamente nos fizestes sentir e compreender há pouco. A herança caiu em dignas mãos. Sede bem-vindo.

Discurso do
SR. SOUSA BANDEIRA

e

Resposta do
SR. GRAÇA ARANHA

*Sessão solene
do dia 10 de agosto de 1905*

I

DISCURSO DO SR. SOUSA BANDEIRA

SE, por exagerada presunção, eu me acreditasse chamado ao vosso grêmio unicamente porque houvésseis querido galardoar a minha individualidade, mais fácil, bem mais fácil, seria a minha tarefa neste momento.

Abrigada a minha insuficiência sob a vossa poderosa autoridade, eu acharia palavras de gratidão pela generosidade com que me concedestes a honra de ser dos vossos. Relembrando o querido amigo a quem me cabe a fortuna de suceder, eu poderia recordar com facilidade os tempos, já distantes, em que ambos pugnávamos pelos mesmos ideais, para os quais olho hoje como para a evocação de um belo sonho desfeito. E em poucas palavras teria feito o meu discurso, que, se não tivesse o realce da eloquência, teria o mérito de comovida sinceridade.

Mas eu não me iludo sobre os motivos determinantes dos vossos votos. Não foi por simples considerações de escolha pessoal que me honrastes com a sucessão de Martins Júnior. Quisestes que fosse aqui representada a geração intelectual a que ele tanto brilho soube dar, e, em mim, procurastes o mais obscuro representante daquela “Escola do Recife” que marcou uma época no movimento literário nacional. Foi por isso que me fizestes suceder ao malogrado poeta a quem havíeis dado uma cadeira, da qual, inesperadamente, a morte o privou de tomar posse. Eis o que torna mais grave, muito mais grave, a minha responsabilidade.

A cadeira em que hoje vou ter a honra de me sentar representa três gerações, nitidamente distintas: Francisco Otaviano, cuja memória quisestes per-

petuar; Taunay, um dos iniciadores da vossa ilustre companhia; e Martins Júnior, cuja vaga venho preencher, correspondem a três estados de alma, sucessivamente atravessados pela mentalidade brasileira.

Otaviano foi dos que vieram à tona com a Maioridade, depois dos agitados tempos da Regência, quando a pátria brasileira, cansada das lutas fratricidas que ameaçavam submergir a unidade do Império, sedenta de paz e de progresso, via enfim reunidas em torno de uma criança todas as esperanças da nacionalidade que se começava a afirmar. A geração de Otaviano cresceu com D. Pedro II, com ele se iniciou nos negócios públicos, com ele sofreu para viver, pois, na sua conhecida frase, “para viver é preciso sofrer”, e atravessou largos decênios de paz interna, sempre animada pelo forte influxo romântico que fez a Maioridade, e foi a alma de todos os movimentos do segundo reinado.

Espírito finamente ático, poeta de delicado sentimento, orador correto e moderado, jornalista brilhante, ele encarnou bem o espírito do seu tempo, e encerrou o glorioso ciclo de sua existência, quase nas vésperas do grande movimento que veio transformar completamente a face das cousas em o nosso país.

Taunay, cujo nome pronunciado nesta Casa faz correr um saudoso frêmito de vivas e caras reminiscências, representa a geração que surgiu com a gloriosa aventura do Paraguai. Detestável como todas as guerras, seja qual for o motivo, e sob o prisma com que os historiadores modernos consideram os acontecimentos, pode hoje a guerra do Paraguai ser julgada com severidade e tem sido objeto das mais descontraídas opiniões. Naquele tempo, porém, foi um poderoso momento da vida nacional, e fez vibrarem com uníssona energia todas as forças do nosso organismo. Taunay formou nas fileiras do exército brasileiro, entrou em vários combates, viveu a vida intensa da campanha e acompanhou a heróica retirada da Laguna, que se veio juntar às duas outras grandes retiradas de que, até então, falava a história. Bem mais duradouras que as glórias com que o jovem oficial tornou da guerra, foram as obtidas pelo livro com que imortalizou o notável feito, e desde logo lhe conquistaram o título de escritor.

Estava iniciado no Brasil um vasto movimento, que nunca mais devia parar, em prol do progresso, em demanda dos ideais da liberdade. Ainda tre-

mulava em Assunção a nossa bandeira, quando o Conde d'Eu, general a quem Taunay serviu de ajudante de ordens, dirigiu ao Governo Provisório do Paraguai uma carta em que nobremente pedia, como prêmio da vitória, a abolição da escravidão na república vencida. Este fato significativo mostra o estado dos espíritos e a corrente impetuosa da idéia abolicionista, que através de mil reveses e vitórias, somente dezoito anos depois veio a triunfar definitivamente.

Quais os episódios da gloriosa luta do abolicionismo, não é ocasião de rememorar. Basta lembrar que entre os seus próceres coube a Taunay um lugar dos mais salientes. Assim, teve ele a rara glória de, pessoalmente, figurar nos dois mais importantes fatos da geração a que pertenceu. Militar, combateu na guerra do Paraguai. Publicista, fez a propaganda da abolição e das reformas liberais que a completavam. Parlamentar, votou a lei 13 de maio.

Quando a revolução de 15 de novembro veio derrubar o velho edifício da Monarquia, o Visconde de Taunay recolheu-se a um digno e discreto silêncio. Até os seus últimos dias guardou fidelidade absoluta à família imperial, a quem o prendiam caríssimos laços de amizade. Aceitando, porém, o fato consumado, nunca pensou em perturbar a vida nacional com agitações revolucionárias.

O seu derradeiro período, passou-o na convivência dos artistas e homens de letras, na intimidade carinhosa dos escritores da *Revista Brasileira*, núcleo de onde mais tarde nasceu esta Academia, que ele tanto amou, e em cujo seio acabou serenamente a sua fecunda vida, dedicando ao salutar comércio das letras os últimos lampejos da sua bela inteligência.

Quando a geração de Taunay havia muito que figurava entre as classes diretoras do país, surgiu para a vida pública a nova camada, a que pertencemos Martins Júnior e eu. Vimos a luz do dia ao som das fanfarras da vitória e a nossa infância se desenvolveu ouvindo as narrativas frescas dos episódios da campanha. Os poetas, cujas estrofes inflamadas começávamos a repetir, deformando-as com a prosódia infantil, eram os que celebravam as glórias guerreiras. E esses poetas, descendentes em linha direta do Romantismo europeu, vestiam com as cores nacionais os versos de Hugo, Lamartine, Musset e Byron.

O romantismo de 1830, a palavrosa ideologia dos doutrinários, a brilhante filosofia do tempo em que Cousin pedia a adesão da mocidade “em

favor das suas belas doutrinas”, constituíam o ambiente intelectual onde amadureceu a idade viril dos nossos pais, e onde começavam a respirar os espíritos que então desabroalhavam. Tudo no Brasil traduzia a distensão nervosa que se segue a uma grande luta. Tudo apercebia a atividade para o trabalho da reorganização nacional.

Quando chegamos à adolescência, chegavam também da Europa, ou melhor, da França, as notícias da grande revolução intelectual que agitou o século XIX. Uma crítica implacável havia demolido as belas doutrinas que fizeram o encanto dos nossos pais, uma concepção severa da sociedade havia atirado para o segundo plano os ideais da política romântica, um frio espírito de observação e análise havia gelado as incandescentes estrofes com que os poetas sentimentais nos enlevaram a infância.

Com o vigoroso impulso adquirido pelos restos do romantismo ainda latentes no fundo da nossa alma, abraçamos rapidamente os novos ideais, e, ardentes, fervorosos, entusiastas, nos atiramos à sua propaganda. Nós nos julgávamos então capazes de revolucionar a nação, e não havia escola superior que se não considerasse um viveiro de jovens águias, à espera de subir aos alcantis.

O nosso estado de alma foi bem definido nos seguintes versos que Martins Júnior põe na boca da Musa, falando ao poeta:

..... Essa missão é tua:
Tua e dos teus irmãos, mancebo! Arvora nua
A tu'alma no mastro azul da Poesia;
Deixa que ela flutue aos ventos da harmonia,
Veste a cota do Bem, o aço do Valor,
O bronze da Vontade, e põe com todo o ardor
O teu braço ao serviço atlético da causa...

A abolição da escravidão era o objetivo imediato de nosso espírito de combate. A República era o remoto ideal em que antevíamos desenhado o futuro da pátria, numa cintilação radiante de paz e de amor, que inundava de luz todo o horizonte e enchia de fé os nossos ingênuos corações de moços. No fecho do poema em que Martins Júnior descreveu as suas “Visões”, ele divisava nas brumas do futuro:

A Política, a Ciência, a Religião, a Arte
Entoando um Te-Deum à eterna Humanidade,
Te-Deum feito de Fé, de Amor e de Verdade.

Está hoje muito em moda chasquear da chamada “Escola do Recife” e diminuir aos olhos da moderna geração a figura imponente de Tobias Barreto, o mestre que nos soube inculcar o candente entusiasmo pelas doutrinas que então eram novas. É preciso, porém, ter ouvido a palavra inspirada do grande mestre para compreender a ardência do nosso proselitismo, e o fascinante prestígio que teve sobre nós aquele poderoso espírito. Inteligência superior e culta, alma exuberante e comunicativa, ardente temperamento de lutador, tinha Tobias Barreto inestimáveis qualidades de propagandista.

Quando se nos apresentou à frente, reunindo todas as audácias, congregando todas as revoltas, seguimos eletrizados os seus passos, cheios de viril confiança nas conquistas do livre pensamento. Os ecos da velha Faculdade de Direito, acostumados, durante mais de trinta anos, às solenes preleções da ciência consagrada pelo espiritualismo católico ao serviço da Constituição do Império, repetiam, pasmados, pela primeira vez a estranha linguagem do novo iconoclasta. O ousado mestre fazia bater de chapa naqueles redutos, até então impenetráveis, a luz deslumbrante do sol que nascia. A golpes de talento e de audácia, impunha o respeito pelas novas doutrinas a uma congregação composta, em sua maioria, de velhos aferrados ao passado. O germanismo do mestre nos emancipava do tributo ao exclusivismo da literatura francesa, os novos métodos invadiam o domínio de tudo o campo intelectual, um constante estímulo de luta nos revigorava o caráter e nos aparelhava para o assalto às posições ocupadas pela doutrina oficial. Era o reviver do *Sturm und Drang* do tempo de Schiller, já que estamos no capítulo do germanismo.

Eis a razão do entusiasmo que ainda nos enche o peito, quando voltamos a vista para essa época de vinte anos atrás. O sulco deixado pelo mestre foi largo e fundo, e, ainda hoje, espalhados por este vasto país, existem os que conservam a recordação daqueles dias intensamente vividos como a suprema consolação para os desfalecimentos e desilusões dos tempos presentes.

Foi Martins Júnior o Tirteu dessa campanha, o poeta que nos cantava os hinos de combate, o porta-bandeira da nossa falange.

Apesar de mais tarde ele dizer à Musa:

*Em pequeno eu já via a tua branca imagem
Na onda, no vergel, na estrela, na paisagem,
Nas efusões do amor, nos risos, nos folgares.*

não sei qual o gênero do seu versejar, em tão tenra idade. A julgar, porém, pelas *cordilheiras*, *simuns* e *briareus* dos seus versos mais antigos em data, presumo que ele houvesse pago o seu tributo ao espírito *condoreiro*. As metáforas arrojadas, a imitação quase inconsciente das imagens e até dos dizeres de Castro Alves, a própria forma métrica das décimas, assim o testemunham.

Veio depois a influência de Baudelaire e de Guerra Junqueiro. As blasfêmias atrevidas, os remoques ao sentimentalismo e à musa antiga, as comparações excêntricas, os anátemas:

A imagem secular do velho Deus do mal

bem mostram a transição do seu poetar. Os antigos versos de sete sílabas cederam o lugar aos clangorosos alexandrinos, provocadoramente alinhados em ordem de batalha. As poesias tinham por epígrafes versos tirados das *Flores do Mal* e da *Morte de D. João*. Para dar a medida do seu cansaço, em certa ocasião, diz de uma feita o poeta:

Nem penso em Baudelaire, nem abro o meu Junqueiro.

Finalmente, evoluiu para a chamada poesia científica, pela qual se bateu sem cessar daí em diante. Entendia que a arte se devia transformar em veículo de propaganda, refletir a orientação das sínteses científicas, ou, na sua própria frase, “sentir o influxo da concepção filosófica do universo, enunciando as verdades gerais que decorrem, para a vida social, dessa concepção”. É verdade que condenava a poesia didática e permitia que a arte “revestisse sempre os seus ideais com as roupagens iriadas das faculdades imaginativas”. Mas, decretada a sentença de morte do lirismo, proscrito da arte o elemento subjetivo, estabelecido o regime de filosofar em verso, que restava à poesia senão o papel secundário de afinar o seu modesto alaúde pelo tom vibrante dos clarins da ciência moderna?

A pobre Musa não teve remédio senão renunciar a todo o seu passado de sonhos, esquecer a nostalgia divina do azul que constitui a essência de sua alma, para ouvir a seca voz de comando com que em um dos seus versos lhe bradava o poeta:

..... *Musa! o olhar viril,
Vamos, imerge agora ali, na Filosofia.*

E a Musa obedeceu e, torturada em retumbantes alexandrinos, acorrentada ao carro triunfante de Augusto Comte, acompanhou o poeta em uns delirantes sonhos, nos quais a ciência, a política e a arte se juntavam para proclamar a excelência do positivismo e as vantagens da república futura. De quando em quando vêm-lhe uns assomos de rebeldia, uns saudosos laivos do tão condenado lirismo, e ela divaga na contemplação dos esplendores da natureza, ou se depara ao poeta sob formas de faceirice feminina destoantes da austeridade das suas novas funções. Presto, um olhar enérgico do poeta a chama à realidade das cousas, e ei-la, domada, submissa, a rimar, em esdrúxulo, filas inteiras de nomes estrangeiros, de sábios e filósofos.

Foi na terceira fase da sua poética que se estreitaram as nossas relações. Solidário, desde então, com os seus entusiasmos juvenis, que depois se converteram em cruéis decepções, nunca me pude, porém, conformar com a sua teoria artística. Foi isso sempre um constante motivo de discussões entre nós. Em um dos seus volumes existem uns versos dedicados a mim, em que ele se escusa de escrever poesia científica, porque iria fazer mal à minha

.....*estremecida*
Namorada gentil – a Poesia Velha.

É que nunca me convenci de que houvesse uma poesia velha, pois, para mim, sejam quais forem as formas transitórias que revistam as escolas, só há uma poesia, e esta será eternamente nova, como nova é a arte, e nova qualquer manifestação do sentimento estético.

A ciência quer a análise, baseia-se nos dados obtidos pela observação, tem por horizonte o campo limitado da experimentação e da crítica. Não transcende dos estreitos limites do mundo conhecido, e tudo o que fornece

ao homem sequioso de saber toma fatalmente a forma vazada nas categorias do conhecimento. Tudo nela é relativo e contingente, quando, armada de microscópios e retortas, vem lembrar à triste humanidade as asas de chumbo que a impedem de se alar às etéreas regiões do desconhecido.

Só a divina arte libertadora é que pode fornecer à humanidade o meio de fugir deste sombrio pessimismo, seguindo o caminho exatamente contrário ao do método científico, permitindo ao espírito *inventar* as soluções que a ciência não pode *demonstrar*. Superior ao testemunho dos sentidos, livre das peias da observação, forra ao constrangimento da análise, pode a arte operar a completa *manumissão do espírito*, na luminosa frase de Schopenhauer, cuja teoria estética é uma das mais belas produções da cultura humana.

Os laboratórios demonstraram por $a + b$ que a humanidade se deve contentar com o que lhe fornecem as experiências científicas, e uma legião de sábios, municiada com instrumentos de precisão, vai expelindo da terra as suaves consolações de que a fé havia povoado a vida. O homem moderno, acabrunhado pelas demonstrações científicas, que friamente lhe despedaçaram as mais consoladoras ilusões, queda-se um instante a cismar sobre o paraíso perdido de suas crenças. Então, como aquele monge de que fala Manuel Bernardes, ouve o canto do pássaro êxul da poesia “de uma modulação tão vária, tão seguida, tão suave, tão saudosa”, que o faz esquecer de tudo, até o momento em que “explicando os breves ramos de suas ligeiras penas, vai cortando esse golfo dos ares e desaparece”, deixando se dobarem os séculos sobre a eterna ilusão que, superior ao tempo e ao espaço, funde em um único sonho o passado e o futuro, e realiza a completa despersonalização do homem no seio fecundo da arte.

Homens do século positivo, filhos da época em que tudo se pretende reduzir a função algébrica, desde a trajetória dos corpos celestes no espaço até às vibrações das células nervosas nos sinuosos meandros das circunvoluções cerebrais, nós, mais que quaisquer outros, precisamos da suave consolação da poesia. Necessitamos das doces mentiras com que nos supomos, um momento, subtraídos à hediondez da nossa miséria. Estas mentiras, admiravelmente traçadas pelos grandes gênios de que se orgulha a humanidade, constituem a corrente de simpática solidariedade que desde os tempos mais remotos tem

unido os povos, nesta vasta evolução que arrastou o passado, envolve o presente e arrastará o futuro.

A ciência não promete consolar ninguém, nem pretende satisfazer ao impulso que lança o homem no atraente vórtice do desconhecido. O seu papel é muito diferente. Ela abre os olhos à humanidade, dá-lhe o meio de conhecer o pouco que as sensações lhe trazem do mundo externo, permite que as sociedades futuras se estabeleçam em melhores condições de conforto e de progresso. Mas não pára aí a missão do espírito humano, cada vez mais insaciável na sua eterna aspiração para o ideal.

Então vem a arte efetuar a renúncia completa de tudo, absorver o indivíduo no seio do grande Inconsciente que o cerca, interpretando sublimemente o lado trágico da natureza que escapa aos acurados elementos da observação científica. Tudo na natureza, neste grande Todo divinizado de que nós próprios somos manifestações, provoca o nobre sentimento do belo, quando revelado ao homem por intermédio da arte. E a natureza é a paisagem, é o amor, é a beleza humana, é o brilho da mocidade, é a vasta gama dos sentimentos que rugem no mar tumultuoso do coração humano. Neste largo círculo de impressões, evolve-se o espírito do poeta, indo buscar, em tudo o que se lhe depara, a comoção estética, sempre nova nos mais velhos sujeitos, sempre livre nos mais ferrenhos moldes onde a queiram constringir as efêmeras escolas literárias. Admiremos o divino cismar dos poetas, mas não nos perturbemos com fórmulas preconcebidas, nem queiramos submeter à dosagem científica o pedaço de azul de que precisa a alma humana para fugir à esmagadora melancolia da vida.

Se, na sua inspiração, acontece à poesia encontrar um caminho já trilhado pela ciência, nada impede que ela o siga, e procure despertar no coração humano a centelha do sentimento artístico. Mas que o faça simples e serenamente, sem a forma rebarbativa da dissertação, pois, perdida a sua adorável ingenuidade, nada mais ela oferece capaz de comover.

Há espíritos literários a quem somente interessam as manifestações do belo existentes na natureza, e, ao contato das trivialidades da vida, perseguem, privilegiados, um ideal inacessível ao vulgo. Há outros a quem somente preocupam as manifestações dos fenômenos e suas leis, e, ao aspirarem o perfume de uma flor, pensam nas palavras de baixa latinidade que designam o seu gênero e a sua espécie na classificação de Lineu.

Há, porém, poetas que dominam o movimento científico da sua época e, cantando a natureza, não na podem deixar de considerar sob a feição de suas convicções filosóficas.

Há ainda homens de ciência, fortemente saturados de espírito literário, que não desdenham de praticar com as musas, sem destoar da gravidade exigida nos apóstolos da ciência experimental. Destes últimos foi um poderoso exemplo Francisco de Castro, o primoroso espírito a quem confiastes esta cadeira, e que não chegou a ser acolhido em vosso seio, como, por uma fatal coincidência, aconteceu depois a Martins Júnior, eleito para substituí-lo.

Professor brilhante, médico afamado, escritor científico de subido valor, era, a um tempo, versado humanista e orador eloqüente. O seu primeiro livro, um volume de poesias, mereceu um prefácio do glorioso poeta que nos dirige os trabalhos, este belo espírito que honra a nossa corporação, a nossa cultura, a nossa nação, a nossa época, a nossa língua.

Não precisava Francisco de Castro fazer poesia científica, e muito menos apregoar que o fazia. Não podendo separar da sua qualidade de cientista a de poeta, deixava transparecer nos seus trabalhos científicos toda a poesia que lhe ia n'alma, e nas suas produções literárias toda a sua considerável erudição.

Mas os indivíduos são as mais sólidas demonstrações da fragilidade dos sistemas que defendem. Martins Júnior não podia escapar à regra geral, e em todos os seus livros de versos (esparcos em pequenas brochuras que devemos reunir em edição definitiva), ao lado das retumbantes apoteoses à ciência, lêem-se poesias repassadas do mais puro lirismo, onde melhor que nas outras brilhava a espontaneidade do seu estro.

Nesses versos, penetrados do mais límpido sentimento, foi que ele cantou os seus amores, as suas ambições, a embriaguez dos seus triunfos literários, as tristezas de sua viuvez. Só muito tempo depois, veio a publicar estas páginas íntimas, como para lhes evitar o contágio dos seus enfáticos poemas científicos. Nelas é que se revela o poeta, quando diz com desprendimento:

*Se asas inda possuis, alma, podes abri-las,
Pela azúlea amplidão dos sonhos encantados,
Podes sorver a luz que reverdece os prados,
Podes mirar dos céus as rútilas pupilas.*

A estes versos íntimos, não às solenes dissertações da Musa científica, era que se referia o poeta quando, no prefácio de um de seus livros, dizia:

*... Quando os cabelos brancos
Me vierem cercar com um resplendor de lua
A cabeça senil, infecunda, já nua
De idéias, de ilusões, de crenças, de esperanças,
Talvez que apenas seja em vós, doidas crianças,
Que eu encontre um regaço, um ninho imaculado
Onde vá repousar o coração chagado.*

Pobre poeta! Não viu chegarem os cabelos brancos! Não conheceu o sereno repouso de uma larga e honesta velhice. Foi fulminado em plena pujança da vida, aos quarenta e dois anos, mas com o coração chagado, e a alma atravessada pelas mais cruéis decepções.

Foi um espírito puro e ativo. Alma de poeta, atravessou a vida, néscio da arte sutil dos compromissos, ignorante da solerte ciência das transações. Eis porque, sendo um dos mais intransigentes propagandistas desta República que foi o ideal da sua mocidade, viu-a realizada sem que pudesse ocupar nela a posição a que lhe davam direito os seus serviços. Eterno sonhador, vivia a fantasiar teorias, enquanto outros, mais práticos, pleiteavam eleições e obtinham cargos importantes. De sonho em sonho, de decepção em decepção, passou pela política sem lograr outra coisa além de ser o *último poeta da República*, como lhe chamou Carlos Porto Carreiro, primoroso poeta pernambucano, da sua geração.

Permiti-me ainda uma recordação pessoal, que me assalta agora o espírito. No período da vida, em que ao despertar da adolescência, as leituras dos pensadores modernos me começavam a abalar as crenças infantis, encontrei-me uma vez com Martins Júnior, em um bilhar, onde o poeta me iniciava nos mistérios, sempre para mim insondáveis, da profunda arte das carambolas. Comuniquei-lhe as minhas angústias, desvendei-lhe os meus desfalecimentos, enquanto em marcha ascendente cresciam no marcador os pontos por ele feitos, em vergonhosa desproporção com os meus, apesar de todas as vantagens de um humilhante partido. Ao passo que assim me infligia uma formidável derrota, o poeta se animava. Cheio de fé no futuro, pintava o povo regenera-

do pela ciência, mostrava a República dominando o mundo dentro em poucos anos, e a humanidade, chegada a era definitiva da paz e do trabalho, em pleno reinado do estado positivo de Augusto Comte.

A sua palavra sonora acompanhada dos passos nervosos que dava pela sala, o seu corpo esguio deitado sobre a mesa do bilhar para melhor obter os *efeitos*, o seu olhar de míope aplicado em estudar de perto a posição das bolas, tudo contrastava pitorescamente o tom de grave convicção com que ele me procurava transmitir a confiança na vitória dos seus ideais. Ignoro o que então me ficou no espírito das lições do meu malgrado amigo. Não creio ter adquirido profundezas de filósofo. Sei, entretanto, que continuei a ser, até hoje, um péssimo jogador de bilhar. Não me lembra, porém, a figura de Martins Júnior, sem revê-lo em espírito, decidindo, entre duas carambolas, os mais altos problemas filosóficos e sociais, cheio da mais absoluta crença no futuro.

Como lhe seriam cruéis as decepções, ao ver ainda hoje reproduzidas as cenas que ele tanto estigmatizava sob o regime decaído. Como lhe iria fundo o amargor na alma, ao compreender, finalmente, que os defeitos do caráter nacional se não removem com teorias nem com formas de governo, mas pela modificação lenta dos elementos da educação popular.

Desânimo, profundo desânimo, devia ser a sua impressão ao se sentir impotente para remediar os males de hoje. E a sua história é a de toda a nossa geração.

Entramos na vida com o entusiasmo de religionários de uma fé nova, acreditando que o velho mundo que víamos aluir seria presto substituído pelo que sonhavam as nossas ardentias. Chegados, porém, à idade madura, lançamos um olhar saudoso para o passado que destruimos, e ruínas, somente ruínas, vemos em torno da nossa desolação.

Resignemo-nos, porém. Aos que tiveram a missão histórica de destruir não é dado presenciar a construção dos novos edifícios que se levantam, aproveitando para alicerces os materiais antigos.

A nossa época fez as mais terríveis e cruéis demolições.

Aluiu as majestosas basílicas das crenças religiosas. Fez reboar pelos recônditos desvãos das catedrais a fremente ousadia das suas negações.

Destruiu o velho ideal da humanidade soberba, cheia de vaidoso orgulho de ser a senhora da criação e o centro da vida universal. Despovoou os

espaços das suas legiões mitológicas, para apresentar uma sombria e gélida imensidade que apavora o espírito ao peso do seu impenetrável mistério.

Derrocou os dogmas consagrados que faziam a felicidade dos povos, e tornavam fácil o governo pelo efeito mágico das palavras. A tese sedutora da soberania popular, a cuja sonora evocação se alimentaram tantos anos de liberalismo, o poderoso prestígio do capital sobre que estava arquitetada toda a organização econômica, a própria constituição da família que, de modo tão tocante, prendia ao amor as necessidades naturais da sociedade, tantas coisas que pareciam verdades eternas, são hoje postas em dúvida pelos implacáveis missionários da negação.

E nesta convulsão suprema, onde tudo parece ir naufragando em uma horrível voragem de ceticismo, que ideal, que princípio, apresentamos nós, os demolidores do passado, que possam consolar a atualidade da perda de suas mais caras ilusões? Nada – se olharmos para o presente. Tudo – se lançarmos as vistas para o futuro.

Compete às novas camadas a difícil missão de regenerar a humanidade sofredora. As nossas mesquinhas dissensões não de desaparecer, as doutrinas que hoje damos como verdades assentadas não de figurar como simples recordações históricas. A posteridade, porém, aproveitando dos nossos erros, corrigindo os excessos das nossas impaciências, dissipando os nossos temores, alcançará a época em que crenças mais consoladoras surgirão sobre os destroços das nossas dolorosas negações.

E porque muitos anos passarão ainda sobre a horrível anarquia em que nos debatemos, não nos será dado a nós contemplar de perto o advento da nova era. Preparemos, porém, a geração que ora surge para a decisiva função social que lhe está destinada. Perpetuemos nos filhos o sentimento da solidariedade humana, ensinando-lhes a zelar, como precioso patrimônio, as tradições dos antepassados. Inoculemos-lhes o austero sentimento da justiça, a nítida idéia da pátria, os nobres estímulos do caráter.

Cumprido este dever supremo, podemos desde já nos consolar, ante-endo, nas fronte juvenis dos nossos descendentes, o longínquo despontar da aurora que surgirá no futuro.

II

RESPOSTA DO SR. GRAÇA ARANHA

SR. SOUSA Bandeira,

A vossa filosofia tão sagaz vos revelou que a sede do louvor é um sinal de divindade. Parece certo que o finalismo oculto da criação é glorificar o criador... E por isso, à entrada para a nossa companhia, destes-nos o que os homens dão de melhor aos imortais, palavras que cantam como hinos... E sem notar que estáveis a nos comprometer – foi este o vosso último desfalecimento humano – atribuístes vossa escolha a uma razão de coerência e de continuidade, à intenção de vos acolher apenas como o discípulo de uma escola e representante de uma geração intelectual a que também pertenceu Martins Júnior... A Academia tem horror aos princípios – seja esta a vossa primeira iniciação, – principalmente àqueles que a privem da liberdade. Ela não atendeu para a vossa eleição a nenhum motivo lógico desses que lhe atribuíis. Atendeu à sua própria lógica. Elegendo-vos, elegemos a cultura na sua manifestação mais ampla e mais elegante. Não houve de modo algum um caso de sucessão forçada, que seria a restrição do vosso merecimento. Demais, cada um de nós é sempre a continuação de outros. Há um patrimônio coletivo que é a matéria geradora, o *substratum* comum dos espíritos de uma civilização. No romancista e historiador Taunay, no professor e médico Francisco de Castro, no poeta e político Martins Júnior, havia a mesma vocação de escritor, o sentimento literário, e esse conjunto indefinido e misterioso de qualidades que é a essência do homem representativo e que o instinto da Academia

descobre e de que se apodera para o rejuvenescimento contínuo da nossa vida. Por força dessas renovações infinitas escaparemos da morte pelo frio e estaremos sempre em plena atualidade... E talvez a virtude do nosso número, exagerado para muitos, consista em abrir espaço aos que vierem surgindo para a vida da inteligência... E não há receio de longa espera. Seguramente há mais pressa de morrer que de nascer.

A cadeira que viestes ocupar é de quantas aqui a mais habitada de sombras. É a cadeira privilegiada da morte e hoje da saudade, e que se tornou intangível aos vossos últimos antecessores, e para a qual trazeis, como desforra, a frescura da mocidade. Lembremo-nos também que sobre ela paira a magia encantadora da lenda. É a cadeira de Otaviano, o feliz escritor que vós ignorais como eu, e cuja realidade todos amanhã esquecerão para vê-lo por entre brumas, transportado para o futuro pela milagrosa ilusão da fábula. Que foi ele exatamente, pouco importa. Para que a verdade na glória? Viverá a fama da transparência e da espontaneidade de seu espírito dúctil e alado, como de um grego. O vosso lugar é deliciosamente à sombra desse fugitivo inspirador da nossa instituição, amado e venerado pela lenda, cuja mentira é mais potente e mais verdadeira que a história... Assentai-vos de manso nesse nicho de um deus. Não lhe perturbeis o segredo; deixai que fique intangível e glorioso o nume antigo, sem inscrições que o revelem, sem o livro que o documente e talvez o demolissem... e aí reste, mito do estilo e da graça, sob a risonha guarda da vossa veneração.

Não acredito, e o lamento, que a lenda seja a vossa história. A transfiguração do vosso espírito, o toque iniciador de vossa verdadeira consciência, teve o seu momento de precisão cronométrica, e foi por um admirável favor do destino em uma das grandes crises do pensamento brasileiro. Até esse instante nós ocupávamos um terreno de difícil acesso, mesmo à preamar das idéias universais. Éramos o que se chama uma nação atrasada, e que se movia em uma lentidão secular... Longe de nós havia a outra civilização, cuja força avassaladora tende para a unidade, para a coesão, buscando envolver o mundo neste sistema de maravilhosa eletricidade intelectual, em que tudo vibra nos mesmos profundos desejos e nas mesmas divinas alucinações. Para este esforço de quebrar a separação do espírito brasileiro, tornando-se o revelador da

atualidade européia, o transmissor entre os dois pólos da cultura, um homem, como sempre acontece nos milagres da história, foi predestinado.

Em 1882 Tobias Barreto, que os seus discípulos não compreenderam e de cuja imensa reputação ainda se espantam e sorriem, abalava como um ciclone a sonolenta Academia do Recife. Ele invade a sociedade espiritual de seu tempo como um verdadeiro homem da sua raça. E o segredo da sua força está na absoluta e constante fidelidade a esse temperamento, em cuja formidável composição entram doses gigantescas de calor, de luz e de todas aquelas ondas da vida que o sol transfunde regiamente ao sangue mestiço... Tinha a exuberância, a seiva, a negligência que o fazia estranho a todo o cálculo, mesmo o da sua reputação de além-túmulo, o prodigioso dom de fantasiar, o *fabuliren* dos criadores, e mais a impaciência e a temível explosão da revolta que permanecerá como o traço vivaz do seu caráter. Não houve vaso que o amoldasse; não conheceu senão os limites inabordáveis da liberdade e os da extrema irresponsabilidade. Pôde, como um sertanejo, viver com o povo, foi descuidado, miserável e infeliz. Cresceu músico e poeta. E mais tarde, quando lhe chegar a cultura, ela virá na barca fantástica da poesia. E foi pelo impulso dessa volátil essência do seu temperamento que Tobias Barreto passou da arte para a Filosofia. O pensador nele é uma modelação do vate. Transportará para a Metafísica, para as ciências biológicas, para o Direito, a magia da adivinhação, o improviso milagroso, a necessidade de idealizar e de imaginar, que é a poesia. Quase toda a sua ciência, quando não vem da legislação ou da língua, é feita principalmente de intuição e os seus vastos descortinamentos, os clarões que abre, a vida que dá às idéias apenas imprevisas no prisma da sua visão, é mais a criação do poeta que a lógica do sábio. E nisto foi um homem do seu tempo e da nossa raça. É preciso que o sangue corra longamente, durante séculos, numa infinita descendência, para que o precipitado das forças originais do nosso espírito seja a idealização científica. O máximo, a que por enquanto podemos atingir, foi o que nos deu Tobias Barreto, a filosofia através das cores solares da poesia.

Não é um sinal de incapacidade; é uma segurança de que estamos no princípio, pois na realidade a inspiração dominante da nossa vida será sempre a preocupação intelectual e neste sentido o Brasil será gloriosamente uma nação de metafísicos. Pelas nossas origens, pela multiplicidade das nossas

raças, pela variedade de deuses que povoam as almas geradoras deste país, pela imensidade territorial que exalta a imaginação e engrandece o espírito, nós, como os povos da Índia, sentimos uma atração imperiosa, que nos arrebatava para o sonho, para o vôo místico, onde achamos o consolo da tremenda realidade. Seria o momento da religião... A cultura científica apenas iniciada não permite a complexa expansão do espírito religioso, e o substituiu pela metafísica da Matemática, a principal manifestação das tendências abstratas do nosso gênio. Nós desenvolvemos admiravelmente a faculdade de calcular como a mais importante ginástica do cérebro e nos absorvemos nela, como se fosse a poesia da ciência. Não há país onde o cálculo tenha mais devotos, secretários, templos e mesmo poetas, e, como todas as religiões, essa também terá as suas incompatibilidades e desdêns. Eu creio que a Academia, onde a Geometria não impera, onde ninguém cuida de reduzir a um frio teorema nem a Filosofia, nem a arte, deve ser a zombaria desse espírito matemático, o mais zombeteiro dos espíritos... A Academia vingasse opondo serenamente a essa metafísica de Euclides a *metafísica do estilo*... de Machado de Assis.

Tobias Barreto não teria tido aquele imenso e decisivo triunfo se não correspondesse à exigência íntima da nossa formação nativa, se não introduzisse uma abstração metafísica, que ainda era uma novidade. Trouxe-nos o monismo... E, filosofia contra filosofia, a obra de demolição começou pelo conceito do Direito para depois se espalhar por todos os recantos da cultura. Mas o resultado principal do aparecimento desse pensador na vida brasileira, talvez o que maior vastidão de Infinito pôde descortinar, é a fascinação que exerceu sobre os jovens espíritos, como o vosso, que não seríeis quem sois, se não tivésseis recebido do seu gênio a centelha criadora. Não conheço maior elogio àquele que foi o vosso inspirador, e não o vosso mestre, dando-vos a liberdade do inspirado, e não a servidão do discípulo. Porque Tobias Barreto combateu, destruiu, arquitetou idéias por conta própria, sem querer fundar escolas, nem reconhecer adeptos. Para mim eu o vejo só – a unidade completa e desejada do pensamento e da ação. E toda a sua grandeza sobressai no isolamento em que se manteve, e em que o devemos conservar. Se dele se procurasse originar uma escola, ela não poderia deixar de lhe ser inferior. O Sol não cria outro sol... Se a força singular desse homem estava na genialidade poética por onde lhe veio a intuição científica e filosófica, seria exatamente essa ge-

nialidade, essa imaginação que faltaria aos seus discípulos, porque ela era uma expressão puramente individual e que se não repete. Extrairiam dos livros e das frases do mestre apenas as fórmulas audazes, confundiriam a sátira com a seriedade do pensamento, tomariam os vagos delineamentos por conclusões definitivas e espalhariam numa língua bárbara e dogmática doutrinas para as quais não teriam nem a ciência, nem a adivinhação profética.

Em vosso espírito, porém, a inspiração se fez de outro modo Tudo o que recolhestes, transfundistes ao vosso sangue, ilusões e fórmulas a que destes o cunho próprio.

E foi principalmente desse riso colossal de Tobias Barreto que, por uma luminosa transformação, proveio a qualidade brilhante do vosso espírito, o humorismo... No fundo da alma de todo o irônico há um sonhador incompleto. A beleza do sonho está na abstração exclusiva e absoluta; sonhar sem ver jamais a realidade, sonhar cavalgando a fantasia e galopar pelo infinito; criar num espasmo estético novos mundos, novas formas, no deslumbramento da cor e do som... ou mesmo sonhar num vôo de bondade, ou no êxtase da religião... Mas quando o poder do sonho não é tão assombroso que dê o arrebatamento perpétuo e por entre as franjas da fantasia aparece o raciocínio insidioso, nesse instante o sonhador desfalece, disfarça a sua alma irreal; as sombras descem e o humorista se ergue como uma flor da noite, espalhando mistérios e venenos... A província por algum tempo e a burocracia, sempre, foram os excitantes do vosso riso... O exame imediato da produção literária abriu novos e inextinguíveis mananciais à vossa crítica jovial. Creio que é vossa a descoberta de que a literatura é neste país uma doença grotesca de muitos espíritos; uma espécie de dança cerebral de que são apoderados, ao simples contato da pena que alucina, destrói o equilíbrio e faz irromper o disparate... Estes escritores ou oradores – a observação deve ser vossa – invadem os jornais, dominam os parlamentos e os institutos e são o sintoma da nossa retórica coletiva. É a literatura dos possessos... como um outro grande humorista definiu. Mas essa possessão não está em quase todos nós? Onde a linha, a simetria, o gosto, senão em raros, muito raros? E quantos desses possessos não atingiram ao gênio pelo próprio e descomunal exagero dessa qualidade, dessa alucinação racial? Oh! Haveria eternamente do que zombar... Mas valerá a pena?

Talvez algum dia próximo a vossa alma secreta vos pedira tréguas a tanto riso e buscareis então o repouso na contemplação estética. Será o momento de vossa segunda emigração à Europa. A primeira vez que peregrinastes por aquelas terras santas da arte e da história, creio que era ainda a curiosidade indecisa que vos conduzia... O artista não se tinha revelado em vosso espírito, o pensador começava a apontar. Percorri avidamente os vossos escritos para descobrir neles a impressão européia e não achei senão um vago traço... político. A Itália é numa das vossas belas páginas o país de Cavour e Garibaldi... Espero-vos à volta da futura viagem. A Itália vos terá revelado o sentimento do sensualismo que lhe inspirou a arte e a vida... Ali tereis a compreensão meridional na transparência do ar, no fulgor das cores, na melodia das vozes, que parecem tudo arrebatam numa dança e num vôo... Ali assistireis à animalidade do amor, que de tão profundo é inocente, sentireis a febre que agita a existência e tudo enlaça, tudo aspira incorporar no universo, na tragédia dos sentidos, na posse final, louca e confusa dos seres... Pasmareis diante do riso das mulheres, que abre os lábios e a alma; ouvireis o relincho perpétuo dos faunos, a gargalhada gostosa das bacantes, e esse misterioso e elétrico frenesi que estremece o céu, a cor e os homens...

Não receeis que a transplantação provisória seja para vós a morte do sentimento brasileiro. Contai com a saudade criadora e benéfica... A produção literária ou artística certamente obedece ao temperamento individual. Mas o fato de estar em contato direto com os assuntos é muitas vezes motivo de inibição para se produzir a obra da arte. A aproximação dá o aspecto confuso aos objetos, tudo se apresenta como uma massa indistinta, compacta e sem representação possível. Esses artistas e escritores precisam de perspectiva, que a presença no país não lhes pode dar. E nessa indispensável necessidade da distância, temos a razão de tantos e inexplicáveis exílios, a que muitos de nós se sacrificam pelas exigências fatais e sagradas da produção espiritual.

Longe de mim o pensamento de vos incitar ao exílio; este virá, naturalmente, sem pressa, à hora em que se pede abrigo à eterna consoladora... Ficai o mais tempo possível conosco e continuai a glosar as nossas *pequenezes*... Desta forma nós seremos menos tristes, vendo a esplêndida expansão desse diletantismo saboroso, que é a feição da vossa extrema cultura... Adivinhamos a voluptuosidade da crônica que descobre as mil faces das coisas, que divaga,

desliza pelos fatos, sutil e ágil, como um pássaro no ar, e sabemos todo o encanto que vem da agudeza do faro em sentir o interesse, que excita instantaneamente as multidões e essa tenaz porfia em ser o primeiro a desfolhar o assunto... Quantos assuntos pode esse curioso tocar em cada dia!... O vosso sultanato de cronista é delicioso como será o outro, e nós damos testemunho de que o exercéis discretamente, sabiamente, sem sofreguidão, com a prudência de um sóbrio e casto estilo de professor.

Seguramente nessas crônicas, como nos ensaios e lições, todo o vosso trabalho intelectual exprime uma aspiração de síntese filosófica, que, além de um traço de raça, é imposta ao sangue com um pendor de família... A filosofia foi a fada que sorriu ao vosso nascimento... Tendes necessidade imprescindível de inquirir das origens secretas das coisas; o desejo ardente de explicar o inexplicável e subordinar tudo a um só conceito, um só princípio, uma só verdade... Não sabemos qual seja esta síntese absoluta... Estamos, porém, certos de que a possuíis; as vossas últimas palavras cheias de entusiasmo nos ameaçaram com o próximo reinado da Verdade. A Academia é o eterno Pilatos que duvida de qualquer verdade. E, ainda que jovem, ela é experiente e encanecida. Não tem escrúpulos em se comparar por instantes às mulheres que, por mais inocentes que sejam, são sempre antigas, porque são as mães... E no processo de criação do pensamento e da forma, a Academia tem aquela singular e privilegiada função maternal, que é o início remotíssimo da vida, e que infunde a sabedoria... Para ela a verdade somos todos nós, a incoerência da sua própria existência, o desencanto das nossas ilusões individuais, a divergência das nossas idéias, o absoluto de cada um formando o relativo de todos. A verdade são quarenta bocas que se contradizem.

No fundo tais opiniões talvez não tenham essa infalibilidade traída por vossas palavras. A peregrinação que fizestes pelos vários sistemas filosóficos vos deu sem dúvida o desencanto crítico e o ceticismo amplo e benfazejo. Não há muito tempo destes o balanço do vosso espírito e vos arregimentastes no criticismo... Não sei até onde Kant vos tomaria como um discípulo, desde que pelo impulso eclético do temperamento mergulhastes no monismo filosófico, que é o *flumen* para o panteísmo e para o idealismo transcendental. Mas, querendo conciliar os inconciliáveis, fostes o verdadeiro filósofo do vosso espírito. O pensador, que vos inspirou, aconselhava com admirável profunde-

za que cada um seguisse sempre a filosofia do seu temperamento... Este conselho teria sido inscrito pela sabedoria antiga, em letras de ouro, nas academias da Hélade. O grande vôo e o delicioso encanto dos jogos da Filosofia só podem vir da liberdade e por isso a escola é contraditória, legislando infalivelmente, esquecendo as múltiplas e indefinidas contingências que fazem de cada homem um centro diferente da vibração universal. Concordais que, pelo fato de serem possíveis tantas filosofias quantos são os homens da terra, não se deve condenar a Filosofia e muito menos a eliminar. Seria a absurda mutilação coletiva da mais essencial função do espírito humano. Aqueles que esperam tranquilos que a ciência, e somente ela, explique os enigmas do universo, são provavelmente incapazes da síntese filosófica, mas não têm força para extingui-la dos outros espíritos, como não eliminam da vida a religião e a arte... Falando a um filósofo pode-se dizer sem extravagância que as posições da ciência e da filosofia diante dos fenômenos complexos do Ser são bem diversas. A ciência decompõe o universo; conhece-o, discrimina-o, estuda-o nas suas manifestações parciais. Só há ciência do que se pode fragmentar.

Ela pode analisar, explicar cada ordem de fenômenos que a sensação percebe, ela é essencialmente divisível e analítica. Não dará jamais a explicação sintética do Todo, a essência da causalidade. Ficará estranha ao *fato supremo do espírito humano, que é o sentimento da unidade infinita do Universo*. E a consciência de tal sentimento só nos pode ser revelada pela trindade: religião, filosofia e arte. A mística da religião é o sentimento do Infinito, realizado na unidade Deus. A mística da Filosofia é o sentimento do Universo explicando-se por si mesmo numa unidade absoluta, abstrata e transcendental. A essência da arte, segundo um celta lusitano da tonalidade genial do judeu português Spinoza, Jaime Batalha Reis, está “nos sentimentos vagos que derivados dos contatos sensíveis – das formas, das cores, dos sabores e dos tatos – conduzem à indeterminação, à fusão dos seres no supremo sentimento do Infinito”.

Diante deste conceito da emoção estética e da essência da arte, o problema da poesia científica que acabastes de examinar, e foi o esforço característico do vosso predecessor na literatura brasileira, não fica resolvido? E também não devem cessar por ociosas todas as restrições de assuntos estéticos? Não há que proclamar somente como artísticas as formas simbólicas, místicas

ou psicológicas, ou a arte inspirada em motivos de ordem social como a verdadeira e exclusiva arte. Tão profundamente estéticos são os poemas cíclicos, religiosos e humanos, a epopéia de Dante, o *D. Quixote*, a *Tentação de Santo Antônio*, os romances de Dickens e Balzac, como os poemas panteístas de Shelley, as alucinações de Poe, o *Peer Gynt*, os poemas de Verlaine e as notações de Mallarmé. Não é a sociedade, não são as *questões humanas*, nem tampouco as enfermidades nem ainda as palavras ou o próprio Universo, que por uma impressão positiva dão a impressão da Arte... Esta pode resultar desses mesmos assuntos, se o artista extrair deles, e comunicar aqueles sentimentos vagos, indefinidos, que constituem a essência da estética, e nos dão a emoção do Infinito, que está em cada homem. Tudo pode ser objeto da poesia. Martins Júnior, comovendo-se com a lei da seleção natural, com o binômio de Newton, ou com um texto das Pandectas, será um grande poeta, se ele nos deu o vago da poesia íntima, que por acaso sentiu em tais assuntos.

Aquela preocupação científica, ou melhor, social do vosso predecessor não era um sinal de seu temperamento de sonhador político? A política de Martins Júnior era um entusiasmo poético, como a sua poesia foi um sonho político... Em ambos os aspectos ele não se definiu precisamente e, o que é singular, as idéias positivas, científicas, ficaram na poesia, as idéias vagas, abstratas, constituíram a síntese social. Parecia haver entre esses compartimentos de um mesmo espírito um obstáculo invencível, insuperável, criando de cada lado um mundo diferente do outro.

Se Martins Júnior tivesse trazido para a política a ciência da sua poesia, teria compreendido de outro modo o processo da nossa história. O seu determinismo talvez explicasse por uma idéia central cada grupo de fatos da história política do Brasil. O primeiro reinado seria a explosão do espírito de nacionalidade; o segundo reinado seria o princípio da unidade nacional e o sentimento da liberdade espiritual; a república se definiria como e espírito particularista, provincial, mantido pela organização militar. O vosso predecessor teria visto que, exceto no primeiro reinado, houve nos outros períodos uma transposição de valores extemporâneos, determinando a irrupção de sentimentos, de instintos que falsearam as idéias. A unidade nacional foi feita violentamente, antes da completa expansão do espírito provincial; a liberdade espiritual degenerou em desordem moral; o Império teve a sorte de destruir os

princípios conservadores da sua própria estabilidade. Na República o provincialismo revive apoiando-se no espírito militar, cuja preponderância se apresenta como uma reação contra o sentimento burguês do Império... O vosso predecessor viu de outra forma esses fatos. E nós ouvimos as palavras piedosas com que nos descrevestes a desilusão em que se findou aquela meiga natureza humana.

Não sei se ainda é tempo de vos manterdes restritamente na arte e na filosofia. Temo que haja uma grande convergência de vossas energias espirituais para a outra margem... Seria decidir pelo relativo contra o absoluto. Que valem as guerras, as combinações de nacionalidades, a partilha do mundo à vista da singela descoberta do *radium*? Onde está a eternidade do Império Romano diante da doce fragilidade da *Eneida*? Que resta da Grécia, que não seja arte, ciência e Filosofia? Essas é que são as forças vivas da humanidade, porque são as necessidades capitais do espírito.

Mas se sentistes o contato do sofrimento, se a piedade vos move e inspira, haveis de conhecer a pungente crise, que é a serena passagem da emoção humana e social para aquele estado do predomínio exclusivo da inteligência... É a deliciosa e cobiçada fuga do ciclo do sentimento para o da Filosofia e da estética. A arte é a libertação, e pelo seu livre e magnífico surto, o homem se torna um companheiro das estrelas... O sonho é o da vasta, múltipla e eterna transformação: tudo passa, tudo se dissolve, tudo vive, e quem sabe? tudo recomeçará outra vez a lúgubre marcha de forçados... São os brincos fantásticos dos átomos inconscientes. E toda a forma, seja do Sol, seja da Terra, seja da flor, seja da mulher, é a expressão do *fieri perpetuo*, a contínua vibração do Universo, a vertigem assombrosa das congelações instantâneas do fluido... Então, diante deste perpétuo e fugitivo renascer, na consciência do filósofo cresce a suprema indiferença pelos simples fenômenos, a irremediável resignação à fatalidade cósmica, ou a revolta inútil e amarga das decepções. Agora não é mais possível voltar ao ciclo humilde e bonançoso de onde partiu; há a infrangível subordinação ao império da filosofia e da estética absoluta, que não permite mais reviva aquela alma passada, cheia de ternura, de piedade e de ilusão humana. Pensar; compreender... É tudo? Mas por que, mesmo no Nirvana, o amor e a compaixão?... É o mistério profundo da nossa complexidade tenebrosa...

Discurso do
SR. MÁRIO DE ALENCAR

e

Resposta do
SR. COELHO NETO

*Sessão solene
do dia 14 de agosto de 1906*

I

DISCURSO DO SR. MÁRIO DE ALENCAR

SENHORES:

Permiti que só vos diga o meu agradecimento, depois de ter cumprido a tarefa inicial, que me incumbe, de falar-vos sobre o companheiro ilustre, a quem me foi dado suceder nesta Casa. É um dever de tamanho peso, tão desproporcionado aos recursos da minha inteligência e do meu esforço, que, não obstante a honra de que ele agora me investe, quase me arrependo da haver solicitado e merecido a indulgência dos vossos sufrágios.

Conheceis tanto como eu, ou melhor do que eu, o contraste imenso entre a minha fraqueza e a força daquele engenho, entre a minha timidez e aquela ousadia, aquela confiança e resistência de ânimo, aquele extraordinário poder de palavra, que deu a José do Patrocínio, no último quartel do século XIX, a preeminência aos homens de luta na imprensa e na tribuna popular deste país. Mais fácil seria o meu trabalho, se tivesse de falar-vos somente do romancista que ele foi e do poeta que ele não quis ser. Preferiu a glória menos duradoura e os cuidados mais terrenos de jornalista e de escritor político. Foi um homem de ação social, e o estudo da sua obra e da sua vida não deve excluir a apreciação do seu caráter de homem. Não possuindo as qualidades que o fizeram forte, receio, por não compreendê-las, apreciá-lo mal. Relevareis, porém, os meus erros e a minha incapacidade, se ponderardes que nada é tão difícil, tão complexo, tão sujeito ao engano, como o delinear um caráter e

particularmente o de um homem que viveu no nosso tempo, ao nosso lado e entre as nossas paixões.

Não seguirei a regra usada na biografia dos homens notáveis, de procurar nos antecedentes de família e nos atos da infância a razão, os sinais e os vestígios do destino deles. Se fosse infalível este princípio de psicologia aplicada, ver-me-ia agora em grandes dificuldades para explicar-vos os indícios da formação do jornalista e do orador no obscuro comércio de uma quitanda e na tranqüilidade beata de uma igreja de província. A minha perspicácia iria quando muito achar na desenvoltura e na ginástica de um galopim o segredo da intrepidez e da perícia do polemista futuro. Confesso-vos, porém, a minha incredulidade no efeito dessas influências nativas e dos primeiros anos: creio mais na força do acaso, que é a nossa providência ou a nossa ignorância, e que fez de Patrocínio um pujante escritor, apesar do seu berço miserável e da sua infância mal protegida pelas negligências de uma batina. A vivacidade dos seus grandes olhos iluminados de doçura e inteligência, valeu-lhe o carinho e o cuidado de protetores mais eficazes na primeira idade de menino; mas o ter vencido na vida, o ter transformado um nome comum e sem raiz no nome glorioso e imortal que nos deixou, deveu-o ele principalmente a si mesmo, à sua vontade, à sua coragem, ao seu talento e ao seu amor do estudo.

Aos treze anos veio de Campos para esta cidade e aqui se empregou como servente-aprendiz de Farmácia no hospital da Misericórdia. Tinha casa e comida e dois mil réis por mês pagos pelos seus companheiros, aos quais substituía nos plantões de domingo; e do vigário de Campos recebia a mesada de dezesseis mil réis. Era mais do que tinha no desconforto e na miséria da quitanda de província, muito pouco ainda para a ambição de quem devia criar um nome na história nacional. Sem a altivez que havia nele, e era um protesto íntimo de suas forças contra a humildade da origem; sem a imaginação cuja genealogia não descobri, sem o talento que não teve antepassados, sem o intenso gosto dos livros; as condições do meio e da sua puerícia o mais que teriam formado seria um prático de Farmácia, um tagarela boticário de arrabalde e naturalmente depois um ágil cabo de eleições. Nuns apontamentos autobiográficos publicados em jornal, Patrocínio refere-se a esse trecho da sua vida; mas não disse as aspirações do menino e as inquietações do cérebro imaginoso e inteligente fechado nos limites de um botica de hospital. A nossa

imaginação é que adivinha o que foi essa quadra de existência para aquele espírito peregrino. Pássaro escravizado que não se resigna a desaprender o vôo para o qual lhe deu a natureza a graça das asas livres. Ali mesmo começou a estudar, freqüentando o Externato Aquino, cujo diretor lhe franqueou as aulas gratuitamente, porque ele já não tinha com que pagar e logo depois perdia a escassa mesada de dezesseis mil réis. Tirou-lha o vigário de Campos, quando o viu trocar a humildade de servente-aprendiz pela distinção de estudante. Aprendeu tudo e bem, e para o curso médico só lhe faltava o exame de Filosofia, que não chegou a fazer por causa de um frade professor dessa matéria. Frei Saturnino não gostava dele e costumava dizer-lhe que a sua batina sabia mais Filosofia do que toda a que pudesse entrar no cérebro do vosso confrade. Sem esse exame, resignou-se Patrocínio a estudar o curso de Farmácia, que acabou com muita distinção, servido pela caridade de colegas e ajudado por lições particulares que dava.

Foi-lhe a carta de Farmácia uma inutilidade, porque não era do seu temperamento ser farmacêutico e só podia alugar o diploma por trinta ou quarenta mil réis.

“Resolvi morrer de fome”, escreveu ele mais tarde; “não alugaria um título que me havia custado tanto sacrifício e que representava as únicas alegrias até então experimentadas.” Disse isto nos apontamentos autobiográficos a que já me referi e que ele publicou em 1881, em dias de polêmica indiscreta, quando o agredia a curiosidade anônima dos adversários. Escreveu-os em defesa da sua vida particular e pública. E disse então a sua origem, as condições do seu nascimento, os protetores que teve e a quem beijava as mãos, as adversidades que sofreu e até os fatos mais íntimos de família, que todos discretamente escondem num desvão da consciência.

Espírito que fosse estranho aos costumes da terra e não conhecesse a linguagem dobrada dos homens, não falaria mais abertamente, com a mesma candidez que ele usou nesse escrito, falando para o mundo e para os seus inimigos. Não sei como o julgou então, nem o julga hoje, a sagacidade dos decifradores de almas alheias. Nessas linhas escritas para o comentário da multidão com a naturalidade e o desapego de uma confidência, só achei que notar o que elas verdadeiramente significam, um documento de sinceridade. Esta foi a virtude, ou foi o defeito, se é defeito, daquele caráter.

Contento-me com Ihe achar esta feição. Não indagarei se foi bom ou se foi mau, porque seria uma distinção inútil. O bem e o mal estão em nós; são as partes iguais e elementares da nossa pobre e mortal essência humana. Assim como a planta produz segundo as forças da terra e do ar que a alimentam, assim os atos humanos são bons ou maus segundo o meio e as circunstâncias que lhes dão origem. Não há infalibilidade nem predestinação na natureza. Da mesma árvore, da mesma semente, haveis de colher frutos de qualidade vária; e a diversidade deles é o efeito do acaso dos ventos.

Contra o imprevisto do acaso trouxe a civilização a necessidade e o artifício da cultura moral, que é como a estufa do caráter.

Ao abrigo das tempestades dos ventos e das calmas do sol, respiramos a mesma atmosfera, tendemos para o mesmo nível de gosto e adquirimos a capacidade de hipocrisia, que no domínio dos sentimentos e dos costumes é a condição e o fim da civilização, é a norma da educação e é a base da sociedade humana.

Como o uso do vestuário tornou indecente a nudez do corpo, assim criou a civilização a indecência da nudez do espírito. O nivelamento moral extinguiu a sinceridade que as nossas conveniências de bem-estar e de gosto desdenham como expressão de alma selvagem.

Esta sinceridade selvagem tinha-a Patrocínio em si, de origem, e preservou-a na vida apesar da cultura. Foi a cor fundamental do seu caráter. Sinceridade, imaginação e sentimento compunham a tricromia daquele espírito.

Toda a sua obra literária, a grandeza e os defeitos dela, os seus atos honestos, os seus desacertos humanos, as incoerências da sua vida pública, a sua altivez e os seus desfalecimentos, tudo se há de explicar pela diversa combinação dessas cores fundamentais, que as circunstâncias e o momento superpunham ou separavam à maneira de um artista com as chapas de uma estampa colorida. A imaginação era vivaz e pitoresca, o sentimento impetuoso e fecundo.

Era também fecunda a sua inteligência, lúcida, forte e penetrante, mas era uma inteligência a que eu chamarei tranqüila. Não tinha a inquietação da curiosidade incontentada ante os grandes problemas do universo e da vida humana. Se a esfinge alguma vez assomou aos seus olhos, ou ele os desviou indiferente, ou aceitou satisfeito a decifração antiga que Ihe davam os caminhantes experimentados na solução do enigma eterno. Houve um instante em

que ele repousou na beatitude do positivismo; mais tarde, acordando ao sofrimento que chegava, ou cansado das fórmulas dessa escola de sabedoria geométrica, ele ascendeu para o sonho da religião, num vôo sereno e fácil, sem vacilações, dirigindo-se sempre pelo roteiro católico da crença. Jamais o perturbou a dúvida; não parou a fitar a esfinge com a ansiedade do desespero, não sentiu a amargura do silêncio infinito, e no desalento do enigma indecifrado, não teve o gozo de enfrentá-la com o sorriso da ironia, que é a vingança zombeteira e sofredora do gênio contra o mistério dos deuses.

Na atitude ante a esfinge é que se pode medir, se não a intensidade de uma inteligência, o seu alcance, a sua órbita de expansão e de surto. Patrocínio não possuiria a de um grande filósofo, nem a de um grande poeta, para os quais os altos problemas do universo e da vida humana, com a peculiar diferença de concepção e de intuito, são o principal motivo de inspiração e de estudo. Limitada a curiosidade às cousas finitas e concretas, ou quando muito às formas usadas do pensamento geral, a sua inteligência tranqüila e indiferente ficou subordinada à força e ao impulso da imaginação e do sentimento.

A subordinação, porém, não era tanta, que lhe paralisasse a atividade consciente, privando-a da direta colaboração e análise na percepção das imagens do mundo; ou, por outras palavras, criando-lhe no espírito a absoluta ingenuidade dos sentidos, a faculdade divina de sonhar acordado e a ignorância fecunda e formadora dos mitos, que foram as condições originárias da poesia primitiva e espontânea.

Se as circunstâncias da vida de Patrocínio, em vez de arrastá-lo à agitação, lhe houvessem permitido perseverar no cultivo das formas literárias com que estreou e que parecia serem formas naturais e adequadas ao seu engenho, a poesia que fizesse podia ser excelente, mas, como quase toda a poesia moderna e a dos antigos *poetas menores*, seria uma poesia de reflexo, de segunda mão, um comentário elegante da superior e verdadeira poesia, que é a dos grandes poetas. Seria porventura mais. Acharia na emoção pessoal matéria para um lirismo de tonalidade notável, seria um criador vigoroso de quadros, chegaria a aviventar com vibrações de tragédia cenas do drama humano em que as paixões não excedessem a mediania da vida comum. Seria um romancista de costumes talvez perfeito. Mas a sua sinceridade foi uma virtude negativa para o aperfeiçoamento.

A criação artística, em todas as épocas e principalmente no tumulto das cidades modernas, pede o isolamento, a distância proporcionada para a perspectiva do cenário, o desinteresse imediato do ambiente para a reprodução ideal das figuras e dos fatos.

A Patrocínio não foi possível preparar esse isolamento; demasiado sensível ao momento, às paixões e às pessoas em cujo meio operava o seu espírito, era incapaz de uma abstração continuada, que devia ser a atmosfera para a formação da obra de arte. Ficaram-lhe o trabalho e o talento ao serviço e à mercê das impressões do dia. A obra de pura arte que deixou, poesia e romance, pode-se dizer que foi acidental.

Era inevitável a atração do jornalismo. A imprensa tinha de dar o molde à expressão do seu engenho, e este por sua vez havia de fixar-lhe, por influência de suas qualidades características, a feição, se não nova, definitiva de imprensa panfletária.

Efetivamente foi por uma espécie de panfleto – *Os Ferrões* – que ele começou a carreira de publicista. Título e formas desse periódico foram decerto sugeridos pel’*As Farpas*, com que em Portugal Eça de Queirós e Ramalho Ortigão reformavam a crítica de idéias e costumes, introduzindo na velha imprensa burguesa uma nova fulguração de talento, de estilo e de franqueza juvenil irreverente. Imitavam também esses escritores um panfleto célebre de Alphonse Karr – *Les Guêpes*.

É da França que nos chega para o Brasil e Portugal quase todo o alimento do saber e das belas-letas. Tudo queremos imitar dali. Mas nem tudo se pode imitar, menos ainda o que é peculiar a um povo, o que o distingue e lhe foi dado pela natureza, pelos costumes, pela tradição e pela própria história. O espírito francês não pode ser senão de franceses, e só por uma exceção individual o tereis espontâneo e puro em lábios de um português ou brasileiro. Imitado e transportado para a crítica social, ele perde a graça nativa, a sutileza, a urbanidade da malícia, o pico de epigrama e o sal que tempere ou atenua o ardor com que possa ferir.

Notai os títulos dos três panfletos e a diferença de inspiração, de gosto e de tendências. *Guêpes* – vôo inquieto no espaço, alimento de flores, picada de inseto que mal fere irritado e foge tímido. *Farpas* – é o corro, a encenação tradicional de cavaleiros fidalgos, depois a instigação, a desordem da carreira,

o torvelim do pó, o desfecho premeditado de golpes e feridas. *Ferrões* – armas de inseto ou puas de agulhão, acritude de estímulo ou injúria de ponta de ferro. O nosso meio era ainda escasso de idéias; os costumes não seriam ótimos, e como somente a serena isenção da Filosofia sabe discernir entre os costumes e as pessoas, *Os Ferrões* não souberam imitar a agressão alada das vespas e investiram contra a gente do seu tempo, num descompasso rasteiro de aguilhadas. Desconcertos da mocidade, que haviam de ser a norma da crítica pessoal no Brasil; mas naquele tempo eram ainda uma antecipação da maneira nacional; e *Os Ferrões* só duraram dez números.

Meses depois Patrocínio fazia parte da *Gazeta de Notícias*. Entrou sem outra recomendação que uns versos que por um amigo dele foram apresentados a Ferreira de Araújo, então já redator principal da folha. Três sonetos, versos de amor. Ferreira de Araújo, com o discernimento do seu claro espírito e a bondade do seu coração, adivinhou o que havia no autor dos versos e aproveitou a revelação daquele talento.

Além dos trabalhos da parte anônima da folha, escrevia Patrocínio dois folhetins semanais, e a princípio um deles em verso rimado, “Gazeta Métrica”, miniatura de um número da folha, inclusive anúncios, que eram depois publicados na seção competente do jornal. Tinham chiste os versos, eram leves, e de uma metrificação espontânea, sem rimas buscadas, forma natural e fácil da sua faculdade poética.

A esse folhetim sucedeu a “Semana Parlamentar” de Prudhomme. A política tomava o lugar das letras. Patrocínio era encarregado de referir os debates da Câmara; tinha o espetáculo diário da comédia política, freqüentava os bastidores, surpreendia-lhes os segredos; estudava os atores, no palco e fora dele, conhecia-lhes os hábitos e os artifícios; o comentário foi inteligente e agudo, o sucesso, geral e grande. Tinha ele então vinte e poucos anos. A idade explicava a inocência das convicções, o fervor da discussão e a esperança na eficácia da crítica. Ainda de notar, mais pela idade que pelo engenho dele, era, na maioria desses folhetins, o tom dessa mesma crítica, o bom senso, a boa lógica, a seriedade de pensamento, o ar de gravidade com que, apenas saído da adolescência, ele vinha preceituar para os maiores encanecidos da política brasileira. Trazia o folhetim quase sempre um intróito de generalidades sobre a matéria constitucional ou a atualidade política, depois a aplicação aos fatos

da semana. Revelava estudo, desinteresse pessoal, e não tinha retórica, o que é admirável naquela idade e no nosso país. É que Patrocínio era sincero e cultivava nessa época o positivismo, de que foi por algum tempo aluno e sectário.

Num dos seus outros folhetins falava, com indignação disfarçada em zombaria, do menosprezo com que fora acolhida uma publicação de um dos chefes brasileiros da Filosofia positiva. Nesses folhetins literários era essa a maneira acentuada, a galhofa, a intenção de ter graça, que parece ser em regra a preocupação desse gênero de literatura jornalística. A obrigação de encher com assunto de espírito em dias certos um certo número de tiras de papel, na medida do rodapé, deve ser superir às forças de qualquer talento, por mais fértil que seja. O simples cuidado da extensão forçada do escrito prejudica a espontaneidade da graça, empece o desenvolvimento natural da idéia com as dilatações propositadas para suprir o espaço necessário. Não pôde Patrocínio evitar tais senões, mas tinha com que resgatá-los qualidades literárias que prometiam ser das melhores e que o romance em breve mostraria que podiam ser completas e ótimas.

Mota Coqueiro ou a Pena de Morte foi, como todos os seus romances, escrito dia a dia para o jornal. O assunto era em suas linhas principais um fato real, e foi sugerido pela notícia da prova tardia de inocência de um executado. Devia ser escrito em colaboração por quatro dos redatores da *Gazeta de Notícias*. Naquele tempo a *Gazeta* era um jornal de rapazes, e já se faziam dessas brincadeiras em literatura. Tocou a Patrocínio iniciar o trabalho, e o fez tão bom, tão levantado, que os outros colaboradores o deixaram, antes de experimentar a prova difícil de medir-se com ele.

Todo o primeiro capítulo, que é o da execução do condenado à forca, é excelentemente feito. Mostra o talento de um narrador elegante e os dotes de uma imaginação descritiva não comum. Tem movimento, emoção e vida. Os outros capítulos, salvo alguns compostos em dia menos propício, e apesar de escritos sempre apressadamente, não desmerecem do primeiro. São em geral bem traçadas as figuras do livro. Um tipo de feiticeira, a tia Balbina, é uma criação admirável, é como os grandes tipos poéticos que abrangem no vigor e na concisão dos traços individuais a representação simbólica de épocas, de raças ou de instituições. Em tia Balbina a feiticeira, aliás personagem

secundária na ação do livro, há toda a poesia da raça negra e da sua escravidão pela raça branca.

De *Mota Coqueiro* como de *Pedro Espanhol*, que é outro romance-folhetim, e de *Retirantes*, haveria não poucos trechos com que formar uma coleção de páginas escolhidas de boa literatura. Viriam as melhores de *Retirantes*, que é dos livros de Patrocínio o mais trabalhado, ainda que anterior a *Pedro Espanhol*, e é o de maior observação, de mais gosto e o menos imperfeito no estilo. Escreveu-o depois de uma viagem ao Ceará, ao tempo da grande seca de 1879. Trazia os olhos queimados da visão do cenário, assistira à retirada dos famintos para a capital, ouviu-lhes os gemidos e as ânsias, viu-lhes o aspecto entorpecido de miséria, o despudor da agonia e observou a concorrência do interesse calculado e disfarçado, que procurava na fome alheia o incentivo para o lucro e na piedade o pretexto para a desonra e a luxúria. Tinha ali a imaginação abundância de quadros em que aplicar o seu colorido opulento. Era fértil o assunto, e o romancista que havia sido espectador das cenas terríveis da seca multiplicou-as com um poder de evocação minuciosa de chapa fotográfica. Esse é o defeito do livro. As cenas formam páginas admiráveis, algumas de emoção da mais profunda tragédia; mas pelo seu número excedem a medida do romance e perturbam-lhe a unidade do plano. Para compô-lo bem, fora necessário que o escritor disciplinasse a fantasia em vez de comprazer-se na sua riqueza, e soubesse escolher e eliminar o que ela lhe dava prodigamente com uma exuberância indomada de terra dos trópicos.

Creio que ele não se detinha em delinear o esboço das suas obras, em predispor e proporcionar-lhes a matéria, em talhar o molde e a fisionomia dos personagens. Era brusca a inspiração, o trabalho quase sempre arrebatado. Ignorava ou não aceitava aquela sábia regra de arte que o alemão Holzt definiu em fórmula algébrica e o vosso erudito e sutil confrade João Ribeiro tão lindamente comentou e vulgarizou em uma das suas finas *Páginas de Estética*: Arte = Natureza – x.

Mas esse defeito, esse excesso, esse desregramento, essa indisciplina foram virtudes principais e as que mais convinham para outra obra que teria de ser a obra-prima de José do Patrocínio: a campanha do abolicionismo. Sabeis o que ela foi, e eu não cansarei a vossa atenção reproduzindo-a em

todos os seus estádios e detalhes, posto que cada um deles tenha para o historiador daquela época um valor não pequeno de informação moral e política.

O abolicionismo no Brasil passou por duas grandes fases: a primeira, até 1879, em que é a razão que o inspira e dirige; é o movimento da idéia, ou, se é do sentimento, é-o numa forma idealizada, de calma e de reflexão; a segunda fase, de 1879 a 1888, é a do inteiro domínio do sentimento, concreto, irrefletido e apaixonado.

Estabelecida no Brasil-colônia, sancionada e regularizada pelas leis da Metrópole e do Império, como elemento econômico, necessário e reputado insubstituível, tornou-se a escravidão um fato natural e justo que todos aceitavam como instituição tradicional, por efeito do meio e da adaptação submissa do negro à sua fatalidade de raça mais fraca ou mais feia.

Não eram os homens nascidos no meio de escravos os que podiam sentir aquele espanto eloqüente e aquela indignação cristã que arrebatava o padre Antônio Vieira a excluir do púlpito contra a transmigração imensa de gentes e nações etíopes, uma das grandes cousas que então se viam no mundo, e que eles, pelo costume de cada dia, não admiravam. O desnatural da instituição só foi revelado pela cultura estrangeira. Povos para os quais a escravidão seria um perturbador em vez de um fator econômico, começavam a condená-la em nome da razão. Já na Independência era José Bonifácio, o patriarca, influenciado pela filantropia inglesa.

Filantropia é uma palavra bonita, que exprime puramente uma idéia, uma abstração de sentimento vago, como essas aspirações remotas de igualdade, de justiça e de paz universal, que são concepções anômalas no homem, ente racional que tem estômago e tem caninos. Prevalece a abstração excepcionalmente em tipos singulares, raros no tempo e no espaço; e essa anomalia se imita e se pratica pelo comum das gentes, quando os estômagos já comeram ou não podem comer. Há para o egoísmo da natureza muita maneira de simulação, com que ela, indiferente ou cruel, melhor serve aos seus fins. Generalizam-se as aspirações de igualdade, de justiça, de amor humano e de paz internacional, porque nem todos os homens são igualmente fortes, nem todos os povos podem ter exércitos, nem todos os homens podiam ser senhores de escravos. Inteligência do interesse, que é a lei dos animais e das cousas.

Chamem-lhe os outros de piedade humana; eu lhe chamarei simplesmente de astúcia, instinto disfarçado de... carnívoros inteligentes.

Seja como for, ela produz o benefício e o equilíbrio geral, porque será sempre dos fracos a maioria na terra. A filantropia inglesa, pelo prestígio moral da Inglaterra e o temor de sua força guerreira, continuou a sua ação eficaz. Houve a lei de 1831 que aboliu o tráfico; o ato de Eusébio de Queirós em 1850, que lhe deu realidade; e a lei de 28 de setembro, que libertou os nascituros.

Atos exclusivamente políticos e que não feriam a propriedade efetiva dos senhores, limitavam apenas a faculdade de aquisição, só excluía a posse do que era eventual, possível ou provável, mas não existente; deviam ser relativamente fáceis essas reformas e entretanto só foram admissíveis e aceitas progressivamente após consideração, estudo e debate.

Cinco anos durou a elaboração da lei de 28 de setembro; concebido o projeto por S. Vicente e submetido à Coroa em 1866, discutido no Conselho de Estado em repetidas sessões, só em 1871 foi apresentado ao Parlamento pelo Visconde do Rio Branco, que o havia entretanto combatido no mesmo Conselho de Estado. Era um vencido convencido, a quem tocava a fortuna de ligar o seu nome a uma lei gloriosa. Opusera-se ao projeto com a prudência e a elevação de um homem de Estado; aceitou-o mais tarde e se bateu por ele, quando as circunstâncias o tornaram oportuno, quando lhe pareceu que as condições do país podiam sem inconveniência sofrer essa reforma liberal. Como a um verdadeiro estadista, era a ponderação, era a razão de Estado que lhe inspirava as convicções e os atos.

Ouviram-se então vozes contrárias de homens também de saber e clarividência, como a de Olinda, e, deixai que vos cite um nome querido e respeitado e que é o meu também, o nome de Alencar.

O seu sentimento era generoso; ele seria pela abolição completa, havia-o declarado como aspiração num escrito da adolescência, – o prefácio ao romance *Contrabandistas*, – confirmara-o na obra literária da madureza, – o drama *Mãe*; – não obstante, como político, como delegado da soberania nacional, para quem os destinos da nação devem constituir um encargo de honra, de meditação e de consciência, reprimiu José de Alencar o seu sentimento pessoal para só atender aos cuidados do país. Considerou a situação do

presente, pesou as conseqüências da lei e, consultando os seus efeitos futuros, combateu o projeto com a sobrançeria de quem cumpre um dever que respeita, e a integridade de um caráter que serve lealmente à sua pátria. A sua previsão foi talvez pessimista, não por preconceito ou interesse partidário, mas só pela solicitude apreensiva de seu pensamento patriótico e reto. Não profetizava, predizia pela lógica; e não era da previsão humana que a Providência assentaria aqui a sua morada, transformando o Brasil em terra milagrosa, onde as surpresas de mágica se multiplicam e o determinismo político e social desaparece aos caprichos de uma vara de condão.

Não vos lembro estas cousas senão para lembrar a diferença entre as duas fases do abolicionismo; e como na primeira era o raciocínio esclarecido que preponderava sempre nas resoluções dos legisladores. Ao problema social antepunha-se, como convinha, o problema político; o respeito às leis era o princípio dominante na maioria dos homens de Estado. Promulgada a lei de 1871, restringida como fora a faculdade de aquisição de escravos adventícios e por nascer, a propriedade escrava não ficava atingida, continuaria a existir meio século, cem anos ou mais, duplamente garantida pela prudência dos estadistas e pelo prestígio dos donos dos escravos, que eram ainda de cerca de dois milhões e representavam o maior capital da indústria e uma das maiores fontes, de onde vinha para o país grande parte de sua renda, base do seu governo e da sua independência. A lei de 1871 parecia aos diretores da nação uma conquista liberal que satisfazia, e conciliava o ideal da justiça humana com as necessidades práticas do país.

Até 1879 não apareceu nenhum projeto novo no parlamento brasileiro. Fazia então Joaquim Nabuco a sua estréia política na Câmara dos Deputados, e ao renome de parlamentar brilhante e sedutor que logo alcançou, juntava a fama de ser o renovador da idéia abolicionista. Joaquim Nabuco, porém, era já o homem de pensamento que todos admiramos; o entusiasmo da mocidade não desalinava em sofreguidão irrequieta a compostura fidalga do seu espírito. Tinha o temperamento liberal do Senador Nabuco, cultura mais vasta, descortino mais amplo de idéias; seria um continuador da política do pai com maior eficácia porque tinha maior força de eloqüência. Tudo o que qualificava para um propugnador dos mais estrênuos e dos mais justamente reputados e respeitados na campanha abolicionista, que ele empreendia com absoluta fé.

Mas seria um lutador de idéia; já possuía a tolerância que constitui o traço do seu caráter gentil e o fundo do seu pensamento elevado e grave. “Quando nos alistamos”, diz ele algures, “acreditávamos todos nós que a campanha duraria além da nossa vida...” A agitação popular que impôs a abolição, só podia ser a obra de um homem de imaginação vibrante, sentimento impetuoso e sinceridade selvagem. Naquele tempo era José do Patrocínio. Tinha, além de tudo isso, a eloqüência, já exercitada pelo trabalho quotidiano da imprensa.

Três anos antes, ele havia contado, em verso, a melancolia d’“A revista” dos escravos nas fazendas. Dizia primeiro o alvorecer do domingo, o tanger alegre do sino para as horas de folga; a ilusão de liberdade que cantava com as aves e sorria com o sol. Depois a tristeza dos dias de trabalho, o tanger apressado do sino despertando os escravos para a fadiga e o sofrimento:

.....
*E levantam-se mudos, taciturnos,
 Os mártires sombrios da avareza.*

.....
*E vão postar-se em quietação de estátuas
 Ante o feitor, submissos, alinhados;
 Os cães podem latir ante os seus donos
 Mas eles devem estar sempre calados.*

*Eis a revista! um ato de miséria,
 De escárnio e de vileza acerbo misto,
 E que termina o escravo murmurando
 Junto ao senhor: louvado seja o Cristo.*

*Louvado seja o Cristo! – mas seus lábios
 Ensinavam doçura e piedade;
 Não mandavam que o déspota chumbasse
 Uma grilheta aos pés da humanidade.*

*Louvado seja o Cristo! – mas nas sombras
 Daquela angústia longa e sobre-humana
 Irisava-se um arco de aliança
 Por todo o céu da consciência humana.*

*Louvido seja o Cristo! – Ele era doce
Como aos domingos o romper da aurora;
Escravo! não é ele quem sustenta
O homem torpe e vil que vos explora?*

*Quando se há de curar essa medonha
Chaga hedionda e fatal do cativo;
E há de o trabalho sacudir os braços
Lançando dos grilhões os estilhaços
Longe dos céus formosos do Cruzeiro?!*

Era ainda a escravidão para José do Patrocínio um tema poético, em moda naqueles dias; mas estes versos já são como um prenúncio de tormenta.

Havéis de ter sentido em algumas tardes luminosas de verão certa serenidade contrafeita da natureza: vêm crescendo as nuvens; há um silêncio de escuta no espaço, um movimento surdo; e fuzila a centelha e esfuzia a lufada. Foi a iniciativa de Joaquim Nabuco na Câmara como a aragem que aglomerasse as nuvens e determinasse o choque. A palavra de Patrocínio foi como a voz da tempestade; a sua imaginação e o seu sentimento foram todos os ventos, gemendo, rugindo, soprando de norte a sul, de leste a oeste, varrendo a terra e levantando o turbilhão. Foram vendaval que ameaçava, gritava, sacudia, zurzia, arrebatava; foram o simum africano que trazia a súplica, a saudade, o perfume das florestas, o eco da liberdade do deserto, a visão das choupanas nativas, e era a cantiga selvagem, era o sofrimento do libambo, era o banzo, e era a revolta. Soprava carícias e fogo no coração do negro, e zunia terrível na consciência do branco. Houve o espanto, a ansiedade, a alucinação, o desgoverno e a loucura. A lei de 13 de maio de 1888, concebida, apresentada, discutida e promulgada em oito dias, aboliu a escravidão, incondicionalmente, libertando mais de um milhão e quinhentos mil escravos. A abolição foi feita por obra de José do Patrocínio: foi talvez um erro de política, foi sem dúvida uma violação de direito, mas um erro magnânimo e bendito, uma conquista social gloriosa.

Disse-vos que foi a obra-prima de Patrocínio. Obra genial no seu conjunto. Não a premeditou, foi uma explosão; não a fez com a ordem e a harmonia de plano de uma criação individual, o entusiasmo multiplicou-o, e ele a foi compondo à feição das obras primitivas, que seriam, na arquitetura, as

fábricas ciclópicas, em que a grandeza do todo supre a combinação e o perfeito do traço, na poesia as rapsódias rudes dos bárbaros em que o estro e o fervor da inspiração cria no desconcerto das partes a unidade nacional dos poemas épicos. O trabalho do talento de um homem pareceu a criação do gênio de toda uma raça, e o tempo em que o compôs, apenas dez anos, foi como a parada de um século, imobilizado para abranger a formação daquela obra extraordinária.

Para fazê-la José do Patrocínio não imitou nem consultou modelos. São os capítulos dela artigos de imprensa diária, lições de doutrina, sermões de piedade e conselho; são elegias, são odes, são sátiras; são conferências e discursos de improviso, catilinárias, filípicas e panegíricos. Os anos que decorreram ainda não fizeram esquecer a impressão dessas orações: vibrava e transformava-se o auditório sob o efeito daquela palavra magnífica. E no entanto não era Patrocínio um orador educado pela Retórica. A sua frase não tinha o ritmo ondulante do pensamento oratório: era curta, incisiva, de um compasso breve e precipitado como as pulsações de seu coração doente. Alterava-se o timbre da sua voz; perdia a modulação do sopro e estalava, como as notas arrancadas ao metal de instrumentos de corda. Era deselegante nas atitudes; braços e corpo sacudiam-se em gesticulações desordenadas. Não subia à tribuna como um ator se apresenta no palco, para pedir os aplausos da platéia; aparecia como um dominador, como quem faz uma missão em que não reflete, como um oráculo sob a inspiração de um deus oculto. O auditório não o intimidava. Discursava uma vez em conferência popular, ao tempo em que os propagandistas da República achavam no seu fervor pela campanha abolicionista um pretexto para atacá-lo como desertor das fileiras republicanas. Havia então partidos, predileções e não raro findavam as conferências em espetáculo de guerra. Ia Patrocínio fazendo uma exposição comparativa do estado social de vários países do mundo, e ao chegar ao nosso, dizia: “O Brasil...” mas deteve a palavra um momento como a coordenar as idéias. Aquela parte do auditório que lhe queria mal, e era grande parte, entrou a rir, supondo que ele tinha uma inibição mental, ou, na própria expressão popular, um carço. “O Brasil...”, continuou Patrocínio, “que somos nós? que somos nós? somos um povo que ri quando devia chorar!” Nesse dia não houve doestos nem luta; a conferência terminou sob unânimes e ardentes aplausos.

Sabia excitar a emoção, porque todo ele era emoção. Ao acabar os discursos, ficava exausto e ofegante: o coração mal obedecia à violência do sangue inflamado pelas explosões dos sentimentos. Por isso não foi assíduo na tribuna.

A imprensa não lhe custava tanto sacrifício de saúde. Escrevia os artigos com o mesmo entusiasmo, a mesma veemência, mas o calmo ambiente do seu gabinete de trabalho temperava-lhe os frêmitos da inspiração. Escrevia como falava, sem emendar os períodos, sem lhes dar o polido de arte. Não formou um estilo, porque foi um pródigo da riqueza que tinha; faltou-lhe o dom da economia intelectual, a paciência para esperar a cristalização do pensamento.

Parece-me que em toda a sua obra a consciência nunca foi uma colaboradora ativa. Patrocínio era um improvisador; o seu talento tinha fulgurações de relâmpago, a cintilação e a aspereza de um filão de ouro; não possuía a continuidade de luz dos astros, a simetria e o brilho facetado de um diamante. Não se apagam, porém, as fulgurações do relâmpago da retina que um dia as sentiu. Há de guardar a nossa lembrança e há de ficar na história literária deste país o esplendor e a fertilidade daquele engenho. A tradição nacional não recorda quem tivesse como ele a faculdade inventiva do epíteto e da metáfora, que exprimia o seu louvor ou a sua desaprovação. Há, de artigos seus, títulos que valem biografias, metáforas que gravaram em bronze a fisionomia da sua época, e epítetos terríveis que soaram como o estalar de látigos e bofetadas. Em contato com as paixões, os interesses e as intrigas da política, a sua sinceridade foi-lhe arrastando o espírito para a sátira pessoal e pungente.

Depois de feita a abolição, Patrocínio podia morrer, e morreria feliz; mas a sorte fez que ele vivesse ainda, para sofrer a sua glória. Sofreu-a lutando. Conheceram-no todas as causas generosas, que nos últimos anos se agitaram neste país. Continuou combatendo sob os insultos, sem esmorecer; foi perseguido pela inquisição na idade-média da nossa república, fuzilaram-no como malfeitor numa praia, enquanto ele, foragido numa casa de Paula Matos, ideava o mecanismo de uma aeronave dirigível. Foi a derradeira preocupação do seu espírito. Aborrecida da terra, a imaginação pedia o espaço ilimitado do céu. Veio depois a pobreza, a moléstia e a miséria. Hóspede na imprensa, onde ele fora senhor e dono, escrevia ultimamente alguns artigos para não morrer de fome. O coração que o devia matar, foi que o matou, interrompendo uma crônica que ele escrevia para *A Notícia*. Morreu de

repente, e foi bem assim, porque já era demais a agonia de alguns anos de abandono e de miséria.

Na imprensa e aqui na Academia ele fica sem substituto. Eu próprio sou a garantia de que a sua cadeira aqui continua a ser a cadeira de José do Patrocínio. É grande bastante o seu nome, para que, à sombra dele e sem perturbá-lo, possa um modesto autor de versos esquecer-se da vida, compondo ritmos para as suas alegrias e tristezas. A vossa companhia é uma segurança contra o desalento. Não tive outra aspiração, quando vim pedir-vos este lugar; nem me iludiu a significação da vossa bondade, acolhendo-me sem medir o contraste de valor entre mim e aquele morto ilustre. Quisestes, admitindo-me, ter a vosso lado um representante do nome de José de Alencar; não víeis em mim o continuador do talento do grande romancista, mas vistes que eu tinha e prezava o gosto das letras e a seriedade no cultivo delas, e pareceu-vos que não era indigno da Academia prestar homenagem à memória de um escritor brasileiro animando-lhe o filho no sincero esforço e na nobre ambição de servir à sua pátria, servindo à sua língua e ao seu próprio ideal.

Eu não podia ambicionar maior distinção nem maior nobreza do que a honra da vossa companhia, em que está representado o que o pensamento nacional possui de mais alto na poesia, na obra de ficção, na lingüística, na crítica, na diplomacia e na eloquência parlamentar. Tomando posse desta cadeira, sinto-me orgulhoso de pertencer a uma instituição, a cujos destinos preside a glória, pura e imorredoura, de Machado de Assis.

Senhores, eu vos agradeço cordialmente a indulgência dos vossos sufrágios.

II

RESPOSTA DO SR. COELHO NETO

SR. MÁRIO de Alencar:

Um dia – foi isso no tempo áureo em que vivíamos apenas ocupados com as suaves ilusões dos sonhos, caminhando insensíveis às agruras das estradas, tão enlevados seguíamos no som dos nossos próprios instrumentos: era o vosso a lira, o meu o rude cálamo de Ferécides – abrindo-vos comigo dissestes palavras tão cheias de sincera tristeza que, por muito me haverem impressionado, durante dias continuamente as ouvi, como se houvessem ficado, em vivo enxame, esvoaçando em torno de mim. Atribuo-lhes a visão que tive e, porque a considero filha de tais palavras, aqui vo-la entrego, em público, como se restituísse ao dono de uma sementeira o fruto que viesse ao ramo.

Achava-me eu transportado a um bosque de florentes árvores, por entre as quais, em sereno fluir; discorriam veios cristalinos. A brisa, agitando de leve os ramos, à medida que os embalava, ia-lhes furtando o aroma, com o que fazia, se me permitis dizer o que senti, um perfumado som.

Passos sutis de aves brancas e airosas mal acordavam o silêncio adormentado, e eu, embevecido à sombra amena daquela selva de encanto, julgava-me em cativo de fada e, a todo o instante, ao bulício das folhas ou ao fino murmúrio das águas, voltava-me, de antemão maravilhado, certo de ver o gracioso rosto lindo da minha senhora e dona que tão astutamente armara o laço de amor em que eu caíra.

Súbito, estalaram ramos, crepítaram versas, fugiram ariscas as libélulas diáfanas e, irrompendo dos penetrais do bosque, surgiu ante meus olhos um cavaleiro moço, de nobre e esbelta atitude, sofrendo com garbo a ardidez de um ginete.

Todo ele era aceiro – do elmo aos sapatos. Da cinta pendia-lhe o montante cruzado, presa à ilharga, oscilando aos cabelos do cavalo, a lança alta luzia.

O olifante, de prata, era lavrado em relevos, e o escudo, triangular, tinha, debuxada ao meio, sob um fundo de blau, uma harpa de ouro que rebrihava ao sol.

Como se não houvesse dado por mim, apeou-se e, atirando abandonadamente as rédeas ao cavalo, despediu-o com pena.

Foi-se o animal estalando, rompendo ramos na corrida, e o cavaleiro, vagaroso, com arrancados suspiros, pôs-se a despir o luzido encasto que trazia. Tirou da cabeça o elmo, desabrochou a cinta, encostou o montante e a lança ao tronco de um freixo e, uma a uma, sempre lento e sentido, foi demitindo do corpo todas as peças da armadura até que, apenas com o saio de bragal, sentou-se na alfombra e ali ficou pensativo, a loura cabeça inclinada sobre o peito arquejante.

Um momento, contendo a curiosidade de meu espírito surpreso, que dei de olhos fitos no galhardo moço, mas, tornando-se a mais e mais combalida a sua merencória atitude, decidi-me a falar-lhe, a interrogá-lo, desvendando, se possível fosse, o seu penoso segredo.

Pedi-lhe o nome, deu-mo, sem entono, antes com desalento. Pasmei contente de ouvi-lo e logo o exaltei com orgulho, pois era o de um válido guerreiro pugnacíssimo, força e brio da minha raça, cujos feitos andavam memorados entre os mais acendidos louvores nas cantilenas dos tropeiros e nos barditos gloriosos. Não havia jogral que os não cantasse, e as próprias donas, nos serões monótonos dos solares, enquanto dobavam o linho ou esmaltavam telas de flores e recamos de ouro, rediziam os esforçados lances do valoroso campeão nomeado.

Ouvindo-me assim enaltecê-lo, o moço suspirou:

– “Ai de mim... Esse de quem realçais, com ardor, a fama retumbante era meu pai. O que dizeis é o que dizem todos. A laje tumular não pesa sobre o cadáver, mas sobre o vivo, que sou eu, que ando no mundo tolhido entre as

dobras de uma mortalha. Sou cavaleiro armado a golpe de espada real em ádito de capela. Logo que empunhei a lança e embracei o escudo que ali vedes, saí pelo mundo, à aventura. Bati-me em justas e em pugnas sanguinosas; escalei muralhas por entre ameias apuadas d'ascumas de onde rolava fumando, a chiar, o pez em flama; desmontei emires nos desertos, assolei aduares numerosos. Mais de um crescente muslim rolou por terra eclipsado pelo meu montante e, nas arremetidas perigosas, pus sempre na vanguarda das almogavarias o auro-rubro pendão da minha lança.

Como no acampamento eram acolhidas tais façanhas? gabava-se o meu denodo? admirava-se o meu arranque? Jamais! Uns, a testemunharem o estrago dos meus golpes que abolavam e fendiam as armas de melhor têmpera: “Não admira, diziam, se ele empunha o espadão herdado do valoroso.” Se viam voar em estilhas as lanças com que me acometiam, elogiavam o escudo em que irradia a harpa de ouro, tendo-o pelo do guerreiro morto, e ele é meu. E, muita vez, como à minha assomada repentina fugissem em confusão as algaras ferozes, os meus camaradas diziam, com certeza de que me alegravam: “Demais vos cansastes, cavaleiro. Para debandar gente tão ínfima bastava que soprásseis o olifante que vos pende ao peito, onde tanta vez trovejou o hálito do invencível.”

E, rindo, ajuntavam: “Se vos der o sono e quiserdes dormir, ainda que rosnem nas vizinhanças milhares de cães de Mafoma, fincai num teso a lança, pendurai-lhe no ferro, pela abraçadeira, o escudo, e o inimigo, vendo rebrilhar a harpa de ouro, guardar-se-á no temor como os chacais se imobilizam ante um fogo de vigília, porque o brasão do guerreiro espalha o medo em redor.”

“Assim, é meu Pai o meu maior inimigo, o único para o qual é inútil a minha coragem e serão sempre fracas as minhas armas. Nunca meu nome, o meu próprio, soará nos epinícios e, ainda que algum troveiro, dos que acompanham exércitos, o enalteça em gestas, quem o ouvir logo recordará o guerreiro finado. Dispo as armas e desisto das glórias que elas dão. Ainda que eu adotasse um nome e o levantasse com brio, mais tarde haviam de descobrir o rebuço e toda a minha glória refluiria para o túmulo daquele que, sobre haver sido grande, sempre há de ser o senhor da láurea, porque foi o primeiro a cantar o seu pendão na torre da Imortalidade.”

Disse palavras tais o triste moço e, cabisbaixo, e vagarosamente, abalou-se na brenha.

Esta é a sorte dos filhos dos guerreiros: teve-a Zohrab acabando às mãos de Rustem; teve-a Conloch sucumbindo aos golpes de Cuchullin e ainda na Vilkina Saga ouvimos o estrondo do choque das armas de Hildebrando e Alebrando; estes, porém, mais felizes que os precedentes, suspendem o duelo a tempo e, reconhecendo-se, abraçam-se. E Uta, mulher de Hildebrando, vendo aparecer o filho manchado de sangue, coberto de pó, precipita-se ao seu encontro bradando: “Filho, como vens sangrando e quem é o homem que te acompanha?”

– Estas feridas não me envergonham, mãe; abriu-as no meu corpo a espada formidável de Hildebrando, meu pai, que aqui vês.

As feridas do corpo... delas queixam-se, delas podem morrer os filhos dos guerreiros... Nos filhos dos poetas as feridas são mais fundas...

Quem nos contara, Sr. de Alencar, as vossas lutas com o espectro! Quem nos referira o tremendo combate, só comparável no encontro estupendo de Jacó e o arcanjo na grande noite da bênção jeovânica, junto à pedra sagrada de Betel!

Víeis ante vós a figura colossal do evocador, o gênio da selva nativa, hamadria grandiosa da floresta pátria.

Tínheis a inspiração, íeis a medo, passo a passo, brando e lento, e alcançáveis a lira. Mal lhe feríeis a primeira corda, um som estranho abalava o silêncio. Era o sussurro portentoso da brenha virgem, era o escacho atroador das águas espumantes, era o fremir dos jaguares, era o silvar dos tapires e, chegando em ribombo, a estropeada tumultuosa das tribos, o barbarizo das mulheres, o vociferar dos homens; uma selva de canitares bailando, e tripudiando dentro da selva d'árvores; e sibilo de flechas, embates de ivarapemas, cascavelar de maracás, rugidos de borés, soídos de membis; grita, alarido, vozeiro, e bruto, formidoloso, trágico, raucíssonno, o barulho da poracé indômita e bravia.

Recuáveis e, lento e lento, o fragor cessava.

Íeis de novo à lira, que ainda vibrava surdamente, íeis mais cauto, mais tímido, e suave, lânguida, filtrando-se em melodias tênues, a balada soava;

música d'alma, poesia do coração, misto de sonho e de melancolia, sorriso boiando à flor da lágrima, amor... Reconhecíeis Ceci...

Voltáveis a cabeça: eram os bandeirantes de má sombra, eram silvícolas minazes, eram feras traiçoeiras ou, docemente, pisando de leve como a juriti mimosa, Iracema, essa irmã de Sacuntala, tímida, entreabrindo as moitas abaunilhadas para espiar, sorrindo, antes de sair à estrada, expondo ao sol a linda nudez morena do seu corpo aromático, ou então o robusto guerreiro brônzeo: Ubirajara, senhor da lança.

Respiráveis aflito e fugíeis à selva. Mas também na cidade encontráveis as páreas da vitória do indomável: *Diva, Lucíola, Senhora*.

Lançáveis o olhar para o teatro, lá véis o seu brasão suspenso entre colgaduras. A tribuna... ainda atroava o eco fremente da sua palavra. A política, por ela também passara o conquistador.

Em toda a parte véis o espectro inabalável dominando todas as fronteiras do amplo território em que pretendíeis assentar arraial, inflexível como na poesia maravilhosa de Hugo o olho trágico que acompanha Caim até o fundo tenebroso do sepulcro:

*Ayant levé la tête, au fond des lieux funèbres,
Il vit un œil, tout grand, ouvert dans les ténèbres
Et qui le regardait dans l'ombre fixement.*

Vós no-la contais, a história torturante da vossa alucinação. Achei-a toda, miudamente descrita, na poesia: “O meu fantasma”, com que rematais o vosso último livro. Não é um vago devaneio de poeta o que se contém naquelas estrofes de versos irregulares, que ora se retraem, ora se alongam, como sombras de inquietos ramos em álgido luar, é o episódio de uma alma assombrada, a narração de um pavor sombrio:

*Recente noite, às horas mortas, eu relia
O velho livro de um poeta
De estranha e obscura fantasia
Que me empolgava e me alheava do lugar.
Nada eu sentia, nada ouvia; fora, quieta
A terra estava, e o ar parado,
Sob o silente céu iluminado
Pelo luar.*

*A luz de todo no meu quarto se apagara.
E indiferente à luz extinta,
Seguia em mente a fantasia obscura e rara
Daquele livro singular.
Em frente a mim surgiu então, quase indistinta,
Depois mais clara, humana, em formas definidas,
Uma figura conhecida
Que em meu olhar fitou tranqüilo o seu olhar.*

*O rosto, meu; o aspecto, meu; minha a estatura,
Exatamente o meu retrato...*

E continuais descrevendo a aparição sinistra, atribuindo-a à sugestão do livro que tínheis ante os olhos. Sonháveis, vós o dizeis: “sonhos de amor, sonhos de glória”, e a figura singular estranhamente sorria.

Então, com decidida coragem, interpelais intimativamente o hóspede lemúrico:

*“Quem és? visão? sonho? fantasma?
Alma talvez que anda a penar?
Visão do espírito doente?
Ou és demônio disfarçado
Que vens somente
A me tentar?”*

Resposta alguma – o silêncio; e, impassível, a aparição guardava a atitude imota. Temestes, o arpejo do medo fuzilou-vos nos nervos, mas

*“Olhando o céu, voltou-me a calma.
Que mau espírito viera
Turbar minh’alma
Sob esta luz, tão doce e clara do luar?
Somente amigo ser, visão de amigo morto,
Do céu descera
Para trazer-me ao coração paz e conforto,
Coragem nova de lutar.”*

*E assim pensando, o olhar fixado sobre a imagem,
Vulto talvez de alma diletta,
De alma que habita a ignota e mística paragem,
De onde ninguém pode voltar;
Pensando assim, um novo ardor meu peito acende,
Recresce a aspiração de glória de poeta;
E meu espírito ascende
Olhos postos no céu, num largo surto, a voar.*

*Voa: o espaço é sem fim; nada mais lhe embaraça
As asas, nem o sol as requeima e entibia.
A terra, onde passou tanto tempo, ora é escassa
Para os seus sonhos encerrar.
O impossível desfez-se; o ideal é real, é certo;
Longe a dúvida, a treva, o estertor, a agonia...
A alma expande-se livre e em seu vôo vê perto
A glória em plena e infinda irradiação solar.*

*Para tanto bastou romper-se o tardo enleio
Em que vivia preso no mundo circunstante.
O temor abafava o espírito em meu seio...
“É preciso lutar!
Se a fraqueza do corpo é empecilho da luta,
Ei-lo, o espírito meu, livre, forte e triunfante,
Assumindo no sonho esta forma impoluta
Com que há de o mundo e a morte avassalar!”*

*Mas vi, então, olhando o vulto de repente,
Num entressonho de acordado,
Que ele sorria novamente
Com mesmo riso sobre os lábios e no olhar.
Riso de escárnio, riso vesgo, que não ria
E dava ao rosto transformado
Uma aparência mais esguia,
Uma expressão mais de estranhar.*

*Via-lhe os dentes; via a dentadura inteira
Sem lábios mais; olhar não vi; fendas havia
Em vez dos olhos. Muda e horrenda uma caveira
Sobre o esqueleto ali se erguia a me fitar.*

*Depois desfez-se a pouco e pouco a vil figura,
Visão do luar talvez, talvez sombra erradia
De um mau conceito evaporado da leitura
Daquele livro singular.*

Não se diria melhor a angústia de uma obsessão. Era o espectro que vos enchia de medo, que se vos antolhava fechando-vos o caminho, empecendo-vos o passo, empedernindo-vos no desalento. Sofrestes mais, sem dúvida, no vosso gabinete de trabalho do que o Príncipe merencório na plataforma de Elsenor.

É do tempo dessas visões, é produto desse delírio trágico o vosso primeiro livro – *Lágrimas* – no qual, através do pranto, aparece a revolta contra a opressão. Livro que é o protesto do jovem atlante contra Zeus potente, a voz lamentosa que sobe da terra para as nuvens altas. Depois... desapareceste.

Debalde os vossos íntimos buscavam o som do instrumento que dantes tangíeis e que os guiava até vós. Perderam-se no silêncio e tornaram entristecidos.

Correram anos calados.

Um dia circulou a boa nova do vosso regresso. Vínheis outro: sereno e risonho, sem o ar mesto e a palidez que vos marmorizava a fronte, com os olhos límpidos, desumbrados do pavor de antanho. Vínheis de muito longe, vínheis da iniciação sagrada, como um mista que volvesse do santuário augusto edificado, cheio de esperança e acrisolado em fé.

Havíeis escutado Homero na própria harpa de sete cordas que repercutira, em sons imperecíveis, o armistrondo da luta formidanda em que se travaram os homens da Grécia e os da Ásia, em torno da cidade de Príamo, que os deuses rondavam, passando armados por entre as quadrigas e as tendas ou pairando, aladamente, nas horas de peleja, para admirar os golpes e proteger os preferidos; e também memorando a peregrinação delongada do Príncipe sutil, por águas e terras de magia, ora acossado por monstros, ora atraído por deusas, sempre com saudade da sua Ítaca e da sua Penélope.

Vínheis de Hesíodo, historiador do Olimpo; vínheis das elegias altivas de Sólon e de Xenófanes; vínheis dos agudos jambos de Arquíloco; vínheis dos *peans* de Tirteu, dos nove livros de Heródoto, da marcha heróica de

Xenofonte e da história de Tucídides; vínheis das partênias das moças e dos hiporquemas dos efebos.

Vínheis do ditirambo alegre e das tragédias retumbantes no teatro de Dionisos onde havíeis ouvido gemer Prometeu, Édipo apostrofar, Hécuba protestar a sua angústia em ganidos, a rinchavelhada do povo de Aristófanés e o riso sem esgar da gente de Menandro.

Vínheis das odes de Píndaro no estádio, depois da vitória dos atletas e dos automedontes; vínheis das pastorais de Teócrito, dos amores de Anacreonte, das palestras das hetairas; dos idílios de Mosco, da bucólica de Lôngus, das ironias de Luciano.

Vínheis dos nomos e das cidades, trazíeis ainda o sabor do banquete de Platão e o eco das filípicas de Demóstenes.

Vínheis da Grécia, como grego, tendo gozado mais do que o cita Anacársis, por haverdes penetrado fundamente o idioma em que Apolo divino discorria.

Vínheis do fértil país latino e trazíeis de cor o próprio hexâmetro de Virgílio e todas as belezas dos poetas que deslumbraram o mundo no tempo luminoso de Augusto.

Faláveis de sagas e de legendas, de poemas de guerra e de lais de amor. Descrevíeis a glória dos dias renovados e redizíeis tercetos de Dante, rimas de Petrarca, citáveis Bocácio.

Havíeis feito intimidade com as grandes almas de Inglaterra e delas trazíeis os cantos no próprio idioma em que haviam sido entoados, desde as férreas estrofes de Beowulf até os idílios de Tennyson; a visão de Langland e a espontaneidade de Burns; as criações de Chaucer e a humanidade de Shakespeare; vínheis do romanceiro e do teatro de Espanha; vínheis da França de Taillefer e de Ronsard, de Montaigne e de Hugo; vínheis do Portugal de Camões e de Vieira, de toda a grandeza antiga por onde peregrinastes e vínheis do belo país cuja fronteira é o limiar do céu e o continua de tal modo que as nuvens são o toldo das suas cabanas, as estrelas são as suas luzes, e a Via Láctea, passando de um a outro, liga os dois extremos como uma ponte ensaibrada a diamantes: país do sonho, país da ventura onde a mocidade é o dia e o amor impera.

Amáveis, havíeis encontrado companhia para o coração solitário, e o amor afugentou o espectro.

Armado cavaleiro pelos gênios, quando saístes a campo tínheis os olhos postos na criatura que vos governava o espírito e senhoreara meigamente todo o vosso ser, dando-vos a lira sonora e ensinando à vossa alma um canto novo.

E aparecestes na liça como Wolfram entrou na luta poética do castelo turíngio. O adversário era um espectro, para vencê-lo tínheis um prestígio.

Quando Klingsor da Hungria avançou arrogante, com a harpa soando por magia e inspirando-se nas vozes dos demônios, o poeta de Perceval esperou-o sereno. O feiticeiro contava com o sortilégio, Wolfram tinha por si a crença e o amor. A Vitória pôs-se do seu lado, como Minerva, em Ílion, ficou junto à tenda de Aquiles. Assim foi convosco.

E quem é que faz a apologia do amor que redime e salva triunfando de todos os encantos? Vós mesmo nos versos com que abris o vosso último volume:

*Bendigo o teu olhar, bendigo
A tua voz e o teu amor;
Porque no mundo és o anjo amigo
Que me protege e vai comigo
Para afastar de mim a dor.*

*Na escuridão triste da vida
O teu olhar trouxe-me a luz;
E a estrada negra, sem guarida,
Onde se estende esclarecida
Por teu olhar que me conduz.*

*Do turvo error do ceticismo
Tu me salvaste o coração.
À beira estava eu já do abismo;
A tua voz deu-me o batismo,
À tua voz me fiz cristão.*

*Mísero que era, sem esperança,
De ruim pecado inculto réu!
O teu amor trouxe a bonança,*

*O teu amor, meiga criança,
Abriu-me a porta azul do céu.*

*Por isso o teu olhar bendigo
E a tua voz e o teu amor;
Meu anjo tutelar e amigo,
Deste-me a vida e ora contigo
Já não receio mal nem dor.*

Apercebido de força e de coragem, saístes do estudo para o amor e dessas duas iniciações viestes tão outro, com a alma tão levantada e feliz, cantando o próprio sentimento em límpidas estrofes através das quais transparece o vosso coração, que não houve mais entraves que vos tolhessem o passo sobranceiro porque, ao som abemolado da vossa lira, tudo se abrandava e a prova é que aqui vos achais, recebendo de vossos pares, pela minha boca, as boas-vindas alegres.

A Cadeira que vos abre os braços refulge como um ocaso ardido, é que o seu primeiro hóspede teve o nome predestinado de Patrocínio, nome que contém nas suas dez letras todo um evangelho de amor. Foi o segundo Decálogo de Deus, dado, não em tábuas de pedra, mas num corpo de bronze em cujo coração, como em lâmpada recôndita, ficou ardendo e flamejando o fogo sagrado da sarça do Sinai. Patrocínio, ele o foi! Eu o conheci. Foi ele quem me guiou os primeiros passos no caminho áspero e sedutor das letras, não sem me haver, com lealdade, advertido dos perigos que me esperavam, abrindo aos meus olhos, cheios de ilusões, o roteiro aterrador em que ele próprio se perdeu.

E eu vi os abismos, vi os fervedouros, vi os intrincados espinhais, vi o penedio, em cujas arestas havia tassalhos de carne, vi os remoinhos rugidores – e mais vi: os ódios, as invejas, as traições; vi, com os olhos muito abertos e o coração transido, mas, encarando o mestre, resolvi segui-lo, porque o Homem que me falava era o turbilhão, era a coluna de fogo, era o gênio: atraía.

Esse homem, impetuoso e meigo, fecundo à maneira do Sol e, como o Sol, abrasador, bem merecia um lugar no *Pantheon* dos Heróis de Carlyle, entre as duas teorias – a dos Poetas e a dos Sacerdotes, porque participava da natureza de ambos; era o vate. Escuro, se não era a noite, também não era a

manhã: era o dilúculo, anúncio da madrugada, divindade intermédia, símbolo da transição da treva para o esplendor, prelúdio d'alva.

No seu coração casavam-se os dois cantos: o do rouxinol dos lares e o da cotovia das alvoradas. Era o contemplativo e o revolucionário, o melancólico e o violento, o carinhoso e o indômito.

Concentrando o sofrimento e a revolta de toda uma raça, foi a força que se insurgiu contra a opressão.

Nasceu humilde, não tinha história – viera do Nada, como o universo. Formou-se, vós o dissestes: “no obscuro comércio de uma quitanda e na tranquilidade beata de uma igreja de província”.

Veio trazido pela predestinação, essa vontade divina, e pobre, desconhecido, marcado com o estigma de Cam, entrou sorrateiramente na sociedade como um fio d'água sutil que se insinua por entre pedras, incha, cresce, assoberba-se, faz-se alagadeiro e, por fim, inundação.

Quem poderia imaginar que naquele infante modesto, submisso, de olhos deslumbrados, estava o colosso de fogo, o Melkart irradiante que havia de fundir as algemas dos escravos ao calor do seu gênio e alumiar a Pátria no caminho da liberdade?

A História da sua campanha – cruzada feita com o Evangelho e com a clava – não cabe nas linhas apertadas de uma referência, nem eu venho falar do Herói, mas do homem – quero mostrar-vos o que havia de humano, as fragilidades, naquele ser estupendo em que se aliavam a misericórdia de Deus e a revolta de Satã. Patrocínio era um poeta e toda a sua obra pode chamar-se a Epopéia do amor: foi um Canto.

“Observa, diz Carlyle, como toda a linguagem apaixonada torna-se realmente, por si mesma musical, com uma música mais bela do que o puro acento. A palavra de um homem, ainda no ardor da cólera, torna-se música, um canto. Todas as cousas profundas são Canto.”

Era a mais robusta confiança que jamais hei conhecido: irradiava gênio e infundia coragem. Foi ele que impulsionou a mocidade do meu tempo, foi o treinador da minha geração.

Ninguém o procurava debalde – os que iam ao seu espírito saíam iluminados; os que buscavam o seu coração voltavam satisfeitos.

Foi o esplêndido núcleo do qual se destacou um deslumbrante pugilo de poetas.

Quem quiser saber quais foram os seus mais íntimos companheiros procure na História Literária os grandes nomes dos moços do seu tempo.

Voava muito alto, não podia cercar-se senão de águias. E assim sempre o vi.

Era um espontâneo, nunca preparou um discurso, falava sempre de improviso. Chamado à tribuna, aparecia e deslumbrava.

Fecundo e original, de poucos acarretos, o que dizia era criação do seu gênio. Se a opinião, como afirma Renan, quando é profunda, obstinada, é a própria Natureza, pode-se assegurar que esse ser maravilhoso era o tipo magnífico do *Homo-natura*.

O livro era para ele uma janela pela qual a sua alma olhava as idéias – mal se debruçava sobre as páginas, logo o seu claro olhar, cheio de intuição, descortinava todas as distâncias.

Esse poder superior de visão intelectual tornava-se formidável: na Poesia era a águia olhando da altura e encarando o Sol, no jornalismo era o lince devassando a terra.

Investia com todos os problemas, afrontava-se com todos os assuntos e sempre voltava das polêmicas com o troféu da vitória.

Quem o lesse, nos dias sublimes, diria, ao fulgor dos seus períodos, que ele os compusera com a lentidão esmerada e paciente dos artistas escrupulosos da escola de Horácio – engano: os artigos de Patrocínio saíam de um jato e luminosos como explosões. Era uma cratera, não um tórculo. Nunca os relia e, não raro, depois de haver sentidamente escrito um hino de misericórdia sobre os escravos sofredores, empunhava o tagante e saía como um flagelo sobre os adversários.

Já alguém o quis amesquinhar lançando-lhe a pecha de “imaginativo”. “Um homem de imaginação agindo sobre um povo de sentimentais.” “A imaginação é o vazio”, disse o crítico, mas para andar nesse vazio é preciso ter asas. E tinha-as e poderosas o Poeta dos escravos.

Quem o viu na tribuna guarda, por certo, na lembrança a sua estranha figura semibárbara, quase grotesca. Não era um orador de escola, disciplinado e elegante: era um ímpeto. A sua palavra não tinha melodia – era silvo ou

rugido; o seu gesto era desmantelado, o seu olhar despedia faúlhas. Avançava, recuava, agachava-se, gingava, retraía-se, despejava-se, ficava nas pontas dos pés, arremangado, com a gola do casaco tão subida que, às vezes, parecia um capuz de monge; o colete sungado deixava espoucar a camisa – era um desmantelo trágico de tormenta.

Havia nele dormências como nos oceanos “dias inertes”, nem um encrespar de vaga, nem um hálito de brisa – imobilidade.

Bastava, porém, uma lufada de cólera ou uma cansada asa branca passando iterativa, no indeciso ir e vir de quem se sente perdido, para que a paixão o revolvesse ou a piedade o despertasse. Foi em um desses dias lânguidos que se deu o encontro entre o gigante e Silva Jardim, que então andava na propaganda temerária, aproveitando o abalo que a abolição produzira no edifício do império para o fazer ruir.

Encontraram-se os dois apóstolos no Teatro Lucinda.

O discurso de Silva Jardim foi uma objurgatória violenta contra José do Patrocínio “cativo de um beijo com que a princesa ameigara o filho...” E o que houve de acusações, de doestos, de invectivas e de apodos nesse discurso!

O teatro regurgitava, e o povo, sempre vário, bandeara-se para o orador, vendo a atitude mole, quase humilde, do jornalista, que se encantoara em um camarote, entre um grupo de amigos.

Quando foi o momento da resposta, Patrocínio começou em tom flébil, tímido, mastigando as palavras, relanceando com o olhar apagado o auditório fremente. Não era o tribuno fogoso dos grandes dias, mas um vencido que se rendia de rastos aos pés do adversário.

Paula Ney, que era um dos pares fiéis do campeador, eriçou-se e, indignado, rompendo a multidão apinhada, disse com áscuas de ódio nas pupilas, brandindo energicamente a bengala: “Vou espicaçar o monstro com um dardo de injúria. Isto aqui não é a Bíblia em que Davi, com uma funda e uma pedra, vence o gigante Golias. Esperem a volta.” E desapareceu.

Patrocínio prosseguiu moroso, pálido, sem alma. De repente, como uma flecha zunindo, esfuziou um aparte das torrinhas e foi direito ao brio do tribuno. Patrocínio bambeou, tremeu; acenderam-se-lhe os olhos, as narinas entraram a afilar sofregamente como se farejassem com raiva, o seu corpo pôs-

se a oscilar como zimbrando em maretas e o gigante reapareceu formidando, o Verbo explodiu como raios numa nuvem negra carregada de procela.

Oh! esse discurso, o apelo à voz anônima, à voz covarde, ao silvo da víbora e, por fim, a resposta esmagadora a Silva Jardim, a reabilitação do caráter pela gratidão do patriota e pelo amor de pai.

O povo ergueu-se e as mesmas vozes que, minutos antes, o haviam apupado aclamaram-no com delírio. A derrota mudou-se em triunfo e foi por entre alas que atroavam aplausos, através de uma ovação estupenda, que Patrocínio deixou o teatro onde estivera tão comprometida a reputação da sua eloquência arrebatadora.

Chegando à *Gazeta da Tarde* atirou-se ao sofá, exausto, mas, não podendo sopitar o ódio que nele refervia, ergueu-se de punhos fechados, silvando por entre dentes: “Ah! não saber eu quem foi o patife que me atirou aquele desaforo!...”

– Foi esse seu criado, acusou o Ney, avançando.

– Tu!

– Eu! Querias que assistisse indiferente à tua derrota! Os amigos mostraram-se nas ocasiões. Estavas dormindo... Se fosses um simples mortal, eu sacudia-te pelas orelhas, mas, tratando-se de ti, vibrei um raio. Só com raios se podem despertar titãs. E então, hem! Piquei-te, viste o perigo... e que vitória!

E rimos. Éramos assim nesse tempo.

Patrocínio era um crente, quase um sacerdote. Ele próprio dizia: “Para padre só me faltam as ordens.” Ouvi-lo em assuntos de igreja era melhor do que ler um ritual. E como descrevia os atos religiosos, com que devoção beata, com que sincero enternecimento! Dava-lhe, às vezes, para entoar cantochão... Uhm! Sobre este desafinado capricho não prossigo, para que o espírito amado não sofra no Além. Tinha-se por um barítono admirável... que fique na morte com a sua ilusão. Dizia-se também cozinheiro excelente. Nunca me atrevi a julgá-lo.

Se começava a sonhar, perdia-se – uma palavra levava-o por esses ares fora com mais arrojo do que os hipógrifos lendários que passam nos contos arrebatando príncipes e damas.

Ouvi-lo era no retraço de uma empresa, nos planos de um negócio... O seu jornal, por exemplo. Redação e oficinas, em um palácio de mármore. Má-

quinas possantes para tiragens fabulosas, instalações elétricas, hotel, orquestra, cocheiras. Um iate no mar, sempre de fogos acesos, cavalos sempre arreados para a reportagem veloz, cada redator teria o seu palácio montado com fausto artístico... Não conseguiu, infelizmente, realizar este sonho. Em compensação trouxe o carro a vapor. O carro a vapor!...

De volta de uma viagem a Paris, mal pôs o pé no cais, anunciou aos íntimos que lhes trazia a independência, a fortuna... milhões! E explicou em segredo: “Trago de Paris um carro a vapor... o veículo do Futuro, meus amigos. Um prodígio! Léguas por hora. Não há aclives para ele: com um hábil maquinista vai pelo Corcovado acima, garanto a vocês, pelo Corcovado acima como um cabrito. Em meia hora faremos o trajeto do Largo de São Francisco ao alto da Tijuca. Imaginem! É a morte de tudo – dos tálburis, dos carros, do bonde... até da estrada de ferro. Ficamos senhores da viação. É a fortuna.”

Chegou o carro. Foi um delírio no grupo. Vinte mil francos!... Era um monstro!

Um trabalho para o retirar da Alfândega, uma faina para montá-lo, uma agonia para acomodá-lo sob um tendal. Patrocínio anunciou a primeira saída para um domingo, depois de muitos e cansados passos, a fim de obter a licença municipal. Os intendentes receavam... Enfim!

A noite de sábado passamo-la em claro, andando em torno do monstro que tinha fornalha, caldeira, chaminé, volantes, grelha, correntes, ganchos, um inferno! como resumiu o Ney. Os troianos não examinaram com mais espanto o cavalo que os gregos encheram de traição.

Patrocínio convidou os íntimos para a sortida inaugural. Ney refugiou: “Tinha responsabilidade, mulher e filhos, credores, o seu voto. Demais era fiel ao tálburi.” Outros alegaram motivos ponderosos. Só um poeta, um dos nossos maiores poetas, ousou sacrificar-se pelo Progresso e subiu para a boléia.

O carro saiu na manhã de domingo, saiu com estrondo espalhando o medo pânico entre os pacatos moradores da Rua de Olinda, com os seus roncões, com os seus bufos, com o estridor das ferragens e tresandando horrendamente. Oh! essa viagem!

O monstro rodava pesadamente, ia de encontro às árvores e escorçava-as, derrubava combustores, trepava nas calçadas, urrando, faiscando; investia com os bondes, cujos passageiros fugiam aos berros, atirava marradas aos

portões arrombando-os. Às vezes empacava arquejando, aos estouros, como se fosse rebentar. Os animais dos carros disparavam espavoridos, a população debandava, os cães uivavam, encolhidos nos vãos das portas, as crianças levantavam clamores de susto, nem foi tamanho o terror entre os homens quando Faetonte tomou o governo do carro do Sol.

E lá ia o monstro. Quando *aquilo* passou pelo Catete, com um fragor espantoso, desencravando os paralelepípedos da rua – como se as próprias pedras fugissem (Patrocínio e o poeta levantavam *hurras!* triunfantes) – lembrei-me da narração em que Teramene, na *Fedra*, descreve a morte de Hipólito:

*A peine nous sortions des portes de Trézène
Il était sur son char...*

Patrocínio insistia com o maquinista para que desse mais pressão e o poeta sorria desvanecido guiando a catástrofe através da cidade alarmada.

Por fim, num tranco, o carro ficou encravado em uma cova, lá para as bandas da Tijuca, e, para trazê-lo ao seu abrigo, foram necessários muitos bois e grossas correntes novas.

Enferrujou-se. Quando, mais tarde, o vi, nas suas fornalhas dormiam galinhas. Foi vendido a um ferro-velho.

Patrocínio não se deu por vencido e aos que riam aludindo ao carro monstruoso e ao tremendo fiasco, dizia convencidamente:

– Sim, foi um fiasco, mas querem saber por quê? primeiro porque saiu pagão, não o batizei, depois porque não temos calçamento. Sem religião e com estas ruas não pode haver progresso... com estas ruas e sem um maquinista... Eu precisava de um maquinista de gênio!

De que era um místico, um supersticioso, tivemos prova, nós os seus íntimos, “sobrevivências de raça”, dizia ele quando lhe falavam das suas crenças, das suas preocupações misteriosas.

Jantávamos uma noite no *Stadt München*. Éramos seis ou oito. Ameaçava chuva. O céu negro fulgurava em relâmpagos sucessivos; rolavam surdos trovões ao longe. Ao fim do banquete, com as taças transbordantes, entramos a discutir poesia e vieram os grandes nomes, retumbaram os louvores. Alguém citou um lindo verso de Hugo.

Patrocínio, que adorava o poeta da *Legende des siècles*, quis divertir-se, esfuziar paradoxos, e contrariou a opinião encomiástica do companheiro.

– Hugo! um bombástico. Coribante que passou a vida a baquetar em um odre. Que há nos seus versos? O mesmo que se encontra entre as assoalhas dos tambores. História. Acho-o ridículo. Não chega a transpor o século, garanto.

Levantaram-se protestos, foi um vozerio ensurdecedor. Pessoas pacatas, que ocupavam as mesas próximas, escapavam-se prudentemente.

Súbito calou-se a algazarra. Patrocínio estava hirto, petrificado, os olhos muito abertos, cheios de assombro, o braço duramente estendido mostrando alguma coisa dentro da noite negra.

Olhamos. Pavor! Braços cruzados, o olhar fito, mas suave, contemplava-nos de longe, como se houvesse saído ao limiar do céu, Hugo, ele próprio. Ficamos estarecidos e mudos. Patrocínio ofegava, dizendo em voz sumida: “Olhem! Olhem... É o poeta! É Victor Hugo!”

A aparição desvaneceu-se, de repente; substituiu-a uma banheira, dentro da qual um gordo menino berrava, inclinando-se à borda, como para sair. E dizeres em grandes letras. Era o anúncio de um sabonete para crianças. E tudo explicou-se. Explodiu a gargalhada.

Fôramos mistificados pelos reclamos luminosos que, todas as noites, apareciam projetados em uma tela no terraço do Teatro São Pedro de Alcântara. Mas a coincidência!...

Patrocínio ficou preocupado, sombrio e, ao sairmos, inclinando-se sobre o meu ombro, disse em pávido segredo:

– “Vou mandar rezar uma missa pela alma do poeta. Acalmar os manes, meu velho. Acalmar os manes. Coincidência, dizem vocês, acaso... uhm! Lembra-te das palavras de Hamlet a Horácio: “Há muita coisa no céu e na terra a que não chega a nossa vã filosofia.” E, sempre que aludia ao fato, ficava preocupado, meneando a cabeça e surdamente afirmava: “Foi o Poeta. Foi o Poeta!”

Depois de 13 de maio ficou desequilibrado – chegara ao ideal e, lá de cima, onde julgara encontrar tudo quanto sua alma almejava, alongando a vista viu que ainda havia muito a conquistar. Mas ele havia-se virtualmente comprometido à fidelidade com aquela que lhe alhanara o caminho e, como a

dúvida fez do monte Nebo o túmulo do patriarca do êxodo, a gratidão tolheu a ação do Libertador. Outros fossem!

Mas o instinto de liberdade sobrepujava nele todos os sentimentos, todas as faculdades, e no dia em que foi proclamada a República um homem atravessou a Rua do Ouvidor, à tarde, à frente do povo, cantando roucamente a Marselhesa: era José do Patrocínio.

Não contente de haver passado o mar de sangue conduzindo os negros para Canaã, depois de haver sido Moisés quis ser Elías e imaginou o carro alado, o veículo fantástico que participava do pássaro pelas asas e do peixe pelas barbatanas, que tinha rosto de vulturino e cauda de cetáceo, e que ia cheio de fogo como o plaustro que arrebatou o profeta.

Outro sonho... O grande sonho! Librar-se, pairar!... Ir pelos espaços fora, pela região sem fronteiras, baixando, quando quisesse, a pousar no deserto ou a empoleirar-se no Himalaia. Correr com os ventos, por cima das tempestades – abeberar-se no seio das nuvens, roçar pela Via Láctea, fazer estações nas nebulosas, circular as estrelas, preceder as auroras, correr adiante das noites, subir sempre, sempre! como uma prece, ir cantando pelo infinito, como uma calhandra, e, um dia, invadir o céu, passar por entre os anjos pasmados, chegar a Deus, prostrar-se de joelhos e dizer-lhe: “Senhor, aqui estou!”

Direis que exagero. Tal não diríeis se o houvésseis ouvido. Era sempre à tarde, no Pascoal, que ele costumava falar do seu sonho. Não era, então, o jornalista, era Ícaro-Menipo, o herói fantástico da viagem aérea de Luciano. E se eu vos dissesse dos milhões que ele distribuía?!

O seu balão despejava todo o lastro sobre a miséria humana. O navegador do espaço nada mais queria além da ventura de poder deambular na região etérea, ser como as aves e ser como as nuvens. A sua fortuna... Os seus milhões?

Todos os países oferecer-lhe-iam tesouros pelo seu segredo e ainda lá em cima estava a rutilar a inesgotável mina sideral – Sirius, o solitário, Altair, Aldebarã e todas as fulgentíssimas gemas com que as noites faceiras se recamam, incluindo o colar da Via Láctea, os chuveiros das nebulosas e a opala diáfana que é o plenilúnio. Toda essa riqueza!...

Toda essa riqueza, e todavia morreu em casa de um amigo, albergado como um indigente.

Fui vê-lo quando regressei de Campinas. Estava na estação de Piedade... a Piedade, termo de uma jornada fulgurante.

Deixando o trem, meti-me por uma estrada cheia de sulcos de carros e de covas que eram atascas. A um lado, alta, escalavrada, a barranca sanguínea eriçada de mato, com cercas de espinhais em flor defendendo pomares; em frente, casario roceiro, com alpendrada e poiais, argolões em esteios, mastros com bandeírolas.

A manhã luminosa estava cheia de aves e de borboletas. Era domingo. Um sino alegre repicava na igreja da colina. Pela estrada desciam réguas em chouto sacolejando seirões e cofos. Eu procurava alguém que me informasse, quando um crioulinho rompeu das silvas, aos pulos, recuando, na faina de empinar um papagaio rebelde. Chamei-o, perguntei por Patrocínio. O pequeno lançou-me um olhar ligeiro, e, sempre aos pinotes, indagou: “É aquele do balão? É ali.” Atirou o braço num gesto vivo, indicando-me vagamente uma direção, e, sem mais, lá se foi aos saltos, aos safanões à linha, tirando o papagaio que rebojava, às guinadas, no ar azul.

Segui e, como fosse olhando atentamente, descobri ao alto da barranca dois pequenitos que brincavam à sombra duma laranjeira e, em um deles, reconheci o filho mais novo do tribuno.

Subi os lisos e resvaladios degraus cavados na terra, passei a cancela, entrei no aclave do jardim ressequido e, anunciado pelo pequenito, minutos depois era recebido na casa, hospitaleira.

Não descreverei a modéstia – era um agasalho de pobreza asseada.

A senhora do jornalista quase pasmou de ver-me e, como eu perguntasse pelo enfermo, teve um gesto desalentado dizendo apenas:

– Entre.

Entramos.

Em um quarto, alumiado por uma janela, onde mal cabiam uma cama de solteiro, um lavatório e duas cadeiras, jazia o pelejador da campanha magnífica.

Magro, esquelético, com os olhos encovados no fundo das órbitas, a fronte vasta, escalvada, de uma cor baça de bronze empoeirado, a boca reentrante à falta dos dentes, sem voz, meio encolhido na enxerga, as pernas

cobertas por um xale azul, Patrocínio sorria e chorava, estendendo-me os braços que eram ossos envoltos em pele cinérea.

Sobre o lavatório estava um velho prato com um resto de mingau, às moscas; aos pés da cama, pelos travesseiros, no chão, os jornais do dia, todos. Na parede um Cristo morto.

Não houve palavras. Fitamo-nos e eu o vi através de uma névoa... depois...

Os passarinhos cantavam nas árvores em flor e o sol entrava quente e rútilo pela janela aberta. Dia lindo! E ele soluçou: – “Meu amigo!” Que respondi? não sei. Conversamos. Ele não teve uma queixa. Metendo a mão sob o travesseiro para tirar o lenço, fez cair uma tira de papel escrita a lápis. Pediu-me sorrindo:

– É o meu artigo. Escrevo-os aqui na cama, a lápis. Quando me faltam forças dito à minha mulher. A lápis, bem? Mas deixemos de tristezas. Falemos do passado.

E falamos... Oh! o passado... o passado daquele homem, um dos grandes heróis da minha Pátria... a sua história que é a de toda uma época, a sua campanha, o seu canto triunfal!...

Onde estava o povo que o levantara nos braços e o aclamara em delírio no grande dia? Onde estava a imensa legião negra que ele arrancara das senzalas – corpos que ele soltara na liberdade, almas que ele alumiará, corações que franqueara ao amor, espíritos que desentenebrecera?

Onde estavam os escravos de ontem? E a Pátria? a doce Pátria que ele tanto enobrecera, o seu culto, o seu orgulho, o seu entusiasmo, o seu amor? E os que ele havia socorrido? e os que ele havia encantado com as suas páginas fulgurantes? Todos aqueles que subiam as escadas do seu jornal com louvaminhas e flores, os que se inclinavam zumbidos à sua passagem, os que lhe pediam socorro, que ele nunca negou? Onde estavam?

Lá fora as cigarras vívidas faziam um chilreio jucundo, pombos batiam as asas e o sino festivo enchia o ar de sons.

– Em que pensas?

– Eu?

– Sabes? isto há de passar. Só peço a Deus mais um ano. Viste o balão? Está quase pronto. Mais um ano e... adeus terra! Lá vai o Zé do Pato... Lá vai!

Lá vai! E eu pelas nuvens além, perdendo-me no éter, longe! longe, respirando o ar de Deus, o grande ar virgem da altura. – Meneou a cabeça com desânimo.

Uma rapariguita entrou com uma carta, deu-lha. Ele rasgou nervosamente o invólucro, abriu-a; franziu o sobrolho, notei que a mão lhe tremia. Escondeu o papel e, com os olhos turbados de tristeza fitos no céu, que era todo alegria, repetiu com uma voz que se perdia em angústia: Lá longe!...

E foi! Foi, não levado pelo seu veículo, mas pela Morte, quando ainda raspava o crânio com os ossos dos dedos para arrancar as últimas migalhas.

Morreu como vivera: defendendo os fracos, batendo-se pela Piedade.

O seu último apelo foi em prol dos animais, talvez mais gratos do que os homens. A sua oração derradeira foi a de um panteísta. Acabou numa explosão o que vivera em explosões: caiu afogado em sangue, como o sol tomba no ocaso envolto em mortalha de púrpura.

Heróico como Cirano no transe fatal, não se entregou covardemente à Morte: sentindo-a, aprumou-se e, a pena em punho, encostou-se ao respaldar do leito. Viram, então, que o seu corpo amolecia e oscilava, perdia o equilíbrio – é que a alma partira.

Foi assim que morreu – ia eu dizer D. Quixote – o colosso, na modesta hospitalidade de um lar amigo.

Patrocínio foi como a flecha lançada em linha reta ao Sol – partiu da miséria, subiu gloriosamente, chegou ao esplendor, feriu o núcleo de fogo fazendo-o rebentar em faíscas estelares e voltou ao ponto de onde partira. O menino de Campos, que saíra do fundo de uma quitanda e chegara à intimidade dos reis, acabou miseravelmente em uma enxerga de esmola.

Tantas campanhas, tantas benefícios, o sonho do Bem, o Ideal da Justiça, mancheias de esmolos, consolações e generosidades, tanto amor e... à cabeceira um raio de sol brilhando como um círio aceso por Deus e, de joelhos, chorando-o, a esposa, os filhos e a família piedosa que o recebera.

E assim como os embalsamadores lavam o cadáver para o eternizar com essências, a História começa a purificar a memória do grande homem, o Gênio representativo da Liberdade no período mais intenso da nossa vida política, porque, depois do prefácio, que começa em 1500, foi em 1888 que irradiou o primeiro episódio da nossa história de povo autônomo, de povo livre com a ação carinhosa do 13 de Maio.

A Pátria treme ainda com o baque do corpo do gigante e já a lenda – poesia da História – compõe, com as ações heróicas e os doridos sofrimentos, a figura olímpica do Epônimo. Nós, que o conhecemos, ainda lhe guardamos o aspecto real; mas os que entram na vida já o vêem outro, bem diferente do que foi.

“Os homens extraordinários, diz Ampère, gravam na memória humana uma imagem que começa por se lhes assemelhar, depois cada ano, cada século, ajunta-lhe um traço novo e o retrato acaba por não conservar cousa alguma do original.”

A figura de José do Patrocínio já se vai desprendendo da morte, cresce, brilha, fulgura, sobe do túmulo como de um oriente e, à medida que sobe, mais avulta e esplende e nos séculos vindouros, na auréola da lenda, não será um simples homem, mas o tipo grandioso do Hércules brasileiro.

* * *

É para o lugar deixado por esse homem que vindes com vossa lira, Sr. Mário de Alencar. Guardai-o e honrai-o. E não vos perturbeis com o que virdes e ouvirdes. Contam lendas que, já em dias cristãos, pastores árcades, sentando-se em ruínas de velhos templos e soltando as mansas ovelhas por entre plintos derrocados que a hera enramava e a umidade enegrecia, tiravam da cinta a flauta e, soprando árias, distraídos, tinham visões.

De repente, ouviam passos e vozes, cantos e sons de instrumentos. Olhavam e eis que se abriam as árvores e saíam moças nuas sorrindo e bailando nas pontas dos pés ligeiros, com festões de líquenes em torno das cintas breves, borbulhavam férvidas as fontes e emergiam das águas náiades airosas, o espaço rebrilhava cindido por entes aéreos.

As ruínas iam-se a pouco e pouco refazendo, erguiam-se do pó, despiciam-se das ervas, aprumavam-se em colunas, escalonavam-se em degraus, estendiam-se em átrios, subiam em altares; reacendiam-se trípodas e, por entre as árvores soberbas, apareciam mistas de túnicas de linho enfestoadas de púrpura, tangendo liras fúlgidas, virgens coroadas de rosas, hierofantes augustos e, em procissão solene, passavam devagar, em silêncio, com majestade divina.

Entravam no templo.

Começavam em torno dos altares as danças religiosas; o fumo aromal subia em novelos azuis e o hino ressoava em coro à glória de Zeus magnânimo, condensador das nuvens, regulador da vida.

Erguia-se o pastor e, pálido, tremendo, olhava com medo a cerimônia mística.

Vozes novas sussurravam, outros passos farfalhavam: eram egipãs e napéias, oréadas e sátiros.

Atento, à escuta, maravilhado e estarecido, o rústico olhava sempre, mas, dissolvendo-se em silêncio, tudo desaparecia: as ruínas tornavam-se ruínas, serenavam as águas, aquietavam-se as folhas, o sol brilhava, cantavam os passarinhos e onde vira o pastor ninfas e deuses, via apenas as ovelhas deitadas e os pequeninos borregos de lã nívea que brincavam às cabriolas pela alfombra.

Com o coração em calma retomava o pastor a frauta suave e, soprando-a, enchia o bosque amável de sonoridade.

Ilusões! Ilusões!

Os sítios conservam memória dos seus primeiros habitantes... se foram deuses, imaginai! Onde houve um templo, paira sempre mistério.

Não vos perturbeis com o que virdes e ouvirdes – um mundo de gente a descer do martírio com algemas de rasto tinindo pelas pedras, um povo a bradar hosanas!, flamas coriscando nos ares, o troar de uma voz potente evocando para a Liberdade o humilde Cativo, um Homem passando par entre estrelas e por fim, mendigo, a gemer, arrepanhando andrajos e escondendo, com pudor, as lágrimas ardentes.

Não vos importeis: são os assombramentos próprios do lugar sagrado. Tomai o vosso instrumento, cantai e ao som do canto tudo se restabelecerá: a Poesia é o bálsamo harmonioso da alma.

E o suave espírito quedará satisfeito, vendo que no lugar que ele deixou, tão cheio das suas agonias, veio ficar uma lira soando delicadamente.

Discurso do
SR. EUCLIDES DA CUNHA

e

Resposta do
SR. SÍLVIO ROMERO

*Sessão solene
do dia 18 de dezembro de 1906*

I

DISCURSO DO SR. EUCLIDES DA CUNHA

HÁ DOIS anos entrei pela primeira vez naquele estuário do Pará, “que já é rio e ainda é oceano”, tão ineridos estes fâcies geográficos se mostram à entrada da Amazônia.

Mas contra o que esperava não me surpreendi...

Afinal, o que prefigurara grande era um diminutivo: o diminutivo do mar, sem o pitoresco da onda e sem os mistérios da profundura. Uma superfície líquida, barrenta e lisa, indefinidamente desatada para o norte e para o sul, entre duas fitas de terrenos rasados, por igual indefinidos, sem uma ondulação ligeira onde descansar a vista. De permeio baixios indecisos, varridos das maretas, mal desenhando-se grosseiramente à tona, à maneira de caricaturas de ilhas; ou ilhas rasas, meio sorvidas pelas marés, encharcadas de brejos — uma espécie de naufrágio da terra, que se afunda e braceja convulsivamente nos esgalhos retorcidos dos mangues... Por cima os céus, resplandecentes e vazios, recortando-se no círculo perfeito dos horizontes como em pleno Atlântico. Nada mais.

Calei um desapontamento; e no obstinado propósito de achar tudo aquilo prodigioso, de sentir o másculo lirismo de Frederico Hartt ou as impressões “gloriosas” de Walter Bates, retraí-me a um recanto do convés e alinhiei nas folhas da carteira os mais peregrinos adjetivos, os mais roçagantes substantivos e refulgentes verbos com que me acudiu um caprichoso vocabulário... para ao cabo desse esforço rasgar as páginas inúteis onde alguns períodos muito sonoros bolhavam, empolando-se, inexpressivos e vazios.

Desci para um escaler. Saltei em Belém. E a breve trecho achei-me naquele Museu do Pará, onde se sumariam as maravilhas amazônicas.

Lá encontrei dois homens: Emílio Goeldi, que é um neto espiritual de Humboldt, e o Dr. Jacques Huber, menos conhecido, botânico notabilíssimo, bem que nada nos recorde dessas figuras oleográficas de sábio saxônico, de faces engelhadas e ralas farripas melancólicas.

É um espírito sutilíssimo servido por um organismo de atleta, entroncado e maciço: *vir quadratus*, como deve ser o naturalista, porque as ciências naturais exigem hoje uma sorte de titães pensadores, em que os músculos cresçam com o cérebro, por maneira que a inervação vibrátil e poderosa se justaponha a uma compleição inteiriça e resistente feita para as rudes batidas no deserto. Aquele sábio resolve um passeio de seiscentas léguas, de Belém às margens do Ucayale, em menos tempo que qualquer de nós uma viagem até à Gávea.

Atravessei a seu lado duas horas inolvidáveis – e ao tornar para bordo levei uma monografia onde ele estuda a região que me parecera tão desnuda e monótona.

Deletreei-a a noite toda; e na antemanhã do outro dia – um daqueles *glorious days* de que nos fala Bates, subi para o convés de onde, com os olhos ardidos de insônia, vi, pela primeira vez, o Amazonas...

Salteou-me, afinal, a comoção que eu não sentira. A própria superfície lisa e barrenta era mui outra. Porque o que se me abria às vistas desatadas naquele excesso de céus por cima de um excesso de águas, lembrava (ainda incompleta e escrevendo-se maravilhosamente) uma página inédita e contemporânea do Gênesis.

Compreendi o ingênuo anelo de Cristóvão da Cunha: o grande rio devera nascer no Paraíso.

Atentei outra vez nos baixios indecisos, nas ilhas ou pré-ilhas meio diluídas nas marejadas – e vi a gestação de um mundo. O que se me afigurara um bracejo angustioso era um arranco de triunfo. Era a flora salvando a terra numa luta onde vislumbra uma inteligência singular: aqui, enfileirando as aningas de folhas rijas, rebrilhantes e agudas à feição de lanças, em estacadas unidas para o combate das águas; além, estendendo diante das correntezas refertas de sedimentos os retiários e os filtros das canaranas e dos aturizais; por toda a banda, alongando e retorcendo os tentáculos flexíveis dos mangues

em urdiduras inextricáveis, em cujas malhas infinitas o lodo quase diluído vai transmutando-se em solo resistente; inventando depois a anomalia dos arbustos-cipós e ajustando sobre tudo aquilo os longos traços de união dos galhos estirados das apuiranas e dos juquiris – até acavar-se no primeiro *firme*, que se vai construindo um alto miritizeiro, abrindo no azul os seus enormes leques sussurrantes e prenunciando a floresta que vem logo após, impressionadora e majestosa, destruindo de repente toda a monotonia daquela imensidade nivelada com as frondes das samaúnas, altas e redondas, a ondearem nos sem-fins das paisagens como se fossem colinas...

Compreendi os mesmos céus resplandecentes e limpos: e que a terra toda surge à flor das águas e emerge mais e mais, crescendo na ascensão da seiva das florestas atraídas vigorosamente pelas energias incomensuráveis da luz.

Prossegui a viagem sob um novo encanto, mas com uma preocupação desanimadora.

Com efeito, a nova impressão, verdadeiramente artística, que eu levava, não ma tinham inspirado os períodos de um estilista. O poeta que a sugerira não tinha metro, nem rimas: a eloquência e o brilho dava-lhos o só mostrar algumas aparências novas que o rodeavam, escrevendo candidamente a verdade. O que eu, filho da terra e perdidamente namorado dela, não conseguira, demasiando-me no escolher vocábulos, fizera-o ele usando um idioma estranho gravado do áspero dos dizeres técnicos. Avaliei então quanto é difícil uma cousa trivialíssima nestes tempos, em que os livros estão atulhando a terra, escrever...

E aquela preocupação, meus eminentes Confrades, é a mesma que me constrange no momento de ocupar a Cadeira que solicitei e a vossa bondade me emprestou. Não sendo esta investidura uma consagração, mas um tácito compromisso de altear-me por outros trabalhos até à vossa nobilitadora simpatia, imaginai os meus desalentos diante de uma tal empresa.

O caso que vos citei é expressivo. Delata que me desviei sobremodo dessa literatura imaginosa, de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo, tão imperioso por vezes que faz o escritor um minúsculo epítome do universo, capaz de o interpretar *a priori*, como se tudo quanto ele ignora fosse apenas uma parte ainda não vista de si mesmo.

Escritor por acidente – eu habituei-me a andar terra a terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais; e como é nesta ordem de fenômenos que se aferem, mais de pronto, as transformações contínuas da nossa inteligência, vai-se tornando mais e mais difícil esse abranger os caracteres preexcelentes das cousas, buscando-lhes as relações mais altas e formadoras das impressões artísticas, ou das sínteses estéticas.

Realmente, ao contrário do que se acredita, no terreno maciço das indagações objetivas, ao rés das existências, há uma crescente instabilidade. O poeta, o sonhador em geral, quem quer que se afeiçoe a explicar a vida por um método exclusivamente dedutivo, é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia. Nós, não. Os rumos para o ideal baralha-no-los o próprio crescer do domínio sobre a realidade, como se à hierarquia lógica dos conhecimentos positivos acompanhassem, justalinearmente, as nossas emoções sempre mais complexas e menos exprimíveis. Sobretudo menos exprimíveis. No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que nos supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo o que vemos no rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. No perpétuo desequilíbrio entre o que imaginamos e o que existe, verificamos, atônitos, que a idealização mais afogueada apagam-no-la os novos quadros da existência. Mesmo no recesso das mais indutivas noções, não é fácil saber, hoje, onde acaba o racionalismo e principia o misticismo – quando a própria matéria parece espiritualizar-se no *radium*, e o concreto desfecha no translúcido e no intáctil; ou entram, improvisadamente, pelos laboratórios, renascidas, as quimeras transcendentais dos alquimistas... Assim, “diante da realidade crescente – consoante o dizer do menos sonhador dos homens, Rumford – o nosso espírito está em contato com um maravilhoso que faz empalidecer o de Milton. Imaginai uns tristes poetas pelo avesso; arrebatá-nos também o sonho, mas, ao invés de projetarmos a centelha criadora do gênio sobre o mundo que nos rodeia, é o resplendor deste mundo que nos invade e deslumbra”.

Avaliai, portanto, os meus embaraços ao ocupar a cadeira de Castro Alves. Estou, mais uma vez, ante uma grandeza que à primeira vista não admiro, porque não a compreendo. O que diviso é dúbio e incharacterístico: certo,

um grande lírico, entre os maiores engenheiros pela nossa ardente afetividade, mas como tantos outros que aí andam, dobrando os joelhos diante de todas as virtudes e aformoseando todos os pecados. Recito-lhe os versos; e a breve trecho, sobretudo se insisto na maneira que tanto o extrema dos demais cantores, o meu espírito fatiga-se, sem essa intensa afinidade de estímulos que forma o parentesco virtual entre o pensador e os que o lêem. Por fim, quedo-me atônito ante uma espécie de Carlyle da rima – extravagante, genial, rebelde – que nos abala poderosamente em cada verso, mas cuja ação é infinitamente breve, como a de uma pancada percutindo e morrendo ao fim dos hemistíquios. Fascinado pelo fulgor de sua idealização exagerada, assisto ao abstruso de uma mascarada indescritível, onde se misturam, emparceirando-se nas mesmas farândolas tumultuárias, reis decaídos, pontífices em apuros, heróis “que tropeçam na eternidade”, mártires a entrarem, trôpegos e aos cambaleios, pela história dentro, “estatuários de colossos”, e caboclos nus, espantados... Aqui, “as cortinas do infinito” descerradas à perspectiva de novos continentes; além, a cordilheira de píncaros fantásticos que, “como braços alevantados, apontam para a amplidão”; mais longe, dentre um fragor de rimas clangorosas,

Os oceanos em tropa,

e a imaginativa esgota-se acompanhando o desmedido de um arrancado vôo de leviatãs alados, que passam, imprimindo nos cenários o trágico pré-esqui-liano das remotas idades geológicas... Tudo isto a tumultuar entre as fronteiras da geografia romântica de um mundo todo errado, que durante algum tempo teve o pólo norte em Jersey e o pólo sul em Santa Helena.

O infinito acode submisso ao reclamo das rimas imperativas, e Deus – um Deus democrata e meio voltairiano – associa-se de boa sombra àquele desvairado panteísmo, e desce a toda hora das alturas assumindo a chefia dos povos, ou bradando com ingênuo entusiasmo: marchar...

Ora, ante estas coisas imponentes e fráglimas, tornam-se à primeira vista opináveis o renome e o valor de tão incorrigível fabricante de quimeras. Hoje as suas criações singulares sobressalteiam, não comovem. Reconhecemo-nos do melhor grado incapazes de fazê-las, consolando-nos com o reconhecer que não precisamos realizá-las e que, se as fizéssemos, teríamos feito muito pouco.

Mas este conceito é, evidentemente, precipitado e falso... Diante destas grandezas morais, como diante das grandezas físicas, a nossa admiração tem ainda muito do espanto inexpressivo dos selvagens. Castro Alves, como outros representantes naturais da nossa raça, é ainda um incompreendido – porque assim como não temos uma ciência completa da própria base física da nossa nacionalidade, não temos ainda uma história. Não aventuro um paradoxo. Temos anais, como os chineses. À nossa História, reduzida aos múltiplos sucessos da existência político-administrativa, falta inteiramente a pintura sugestiva dos homens e das coisas, ou os travamentos de relações e costumes que são a imprimidura indispensável ao desenho dos acontecimentos. Está como a da França antes de Thierry. Não lhe escasseiam fatos, episódios empolgantes e alguns atores esculturais que embalem o nosso orgulho.

Mas o seu discurso é obscuro – e desdobra-se tão mecanicamente e sobremaneira monótono que nos não permite ouvir, através do estilo incolor dos que a escreveram, a longínqua voz de um passado que entre nós falou três línguas. É talvez certa, torturantemente certa, no fixar não sei quantas datas e lugares, ou compridos nomes de bispos e governadores, mas fala-nos tanto da alma brasileira como a topografia nos fala das paisagens. Lendo-a e relendo-a, acode-me sempre o pensamento de Macaulay no demarcar nesta esfera literária um domínio comum da fantasia e da razão, destinado aos eleitos que sejam ao mesmo passo filósofos e poetas; – porque, se tivemos um Porto Seguro e um Roberto Southey para relacionarem causas e efeitos e respigarem nos velhos acontecimentos algumas regras de sabedoria política, certo ainda não tivemos um Domingos Sarmiento ou um Herculano que nos abreviasse a distância do passado e, num evocar surpreendente, trouxesse aos nossos dias os nossos maiores com os seus caracteres dominantes, fazendo-nos compartilhar um pouco as suas existências imortais...

Se tal acontecesse eu não me demoraria tanto diante da memória sagrada do poeta.

Recordaria, apenas, de relance, a mais nobre das nossas lutas: a campanha abolicionista, que vindo do princípio ao fim do século XIX, da ditadura mansa de D. João VI aos últimos dias do Império, de Hipólito da Costa a Joaquim Nabuco, foi a “guerra dos cem anos” da liberdade civil neste país. E considerando-a, se não na sua fase mais decisiva, no seu período mais brilhan-

te, em que tanto a aviventaram as mais ardentes emoções estéticas, eu não me afadigaria em alinhar tantas frases inexpressivas.

Recitaria as “Vozes d’África”...

Então o que se nos afigura um quimerizar adoidado resultaria lógico; e naquelas visões radiosas veríamos os reflexos de um ideal, aparecendo na esplêndida desordem de inesperado triunfo depois de longo seqüestro pelos desvãos mais obscurecidos do passado. E assentariamos que aquela palavra, onde havia as esperanças de uma raça titânica, que durante trezentos anos trouxe ao colo a nossa nacionalidade criança, graças à cândida afetividade selvagem que lhe modificara os ímpetos da revolta – aquela palavra para ser artística, para ser a expressão vibrante de uma realidade dolorosa, para ser sincera e, portanto, simpática, senhoreando os corações e irmanando-os solidários e unidos diante do destino e da vida, devia ser o que foi, nas suas cruezas, nos seus lances ensofregados, nos seus atrevimentos, nas suas rebeldias, nas suas obscuridades cindidas de repentinos resplendores, no fragor de suas sílabas agitadas a zinirem, a estourarem, a crepitarem e a retinirem como ressonâncias de batalhas, no vulcanismo de suas imagens rútilas e adustivas, nos estiramentos de suas hipérboles, nas transfigurações de suas metáforas, no bíblico formidável de suas apóstrofes, no simbolismo maravilhoso de suas alegorias, no entrechocar-se de suas antíteses sucessivas – e até naquele abuso imoderado do infinito, onde se denuncia a tendência a universalizar-se do poeta.

A este propósito acode-me um pensamento de Littré: “Se a *Iliada* com toda a sua mirífica poesia aparecesse perfilhada pela arte do nosso tempo, seria informe e pueril.” Por outro lado, Dante se vivesse dois séculos antes desapareceria entre os trovadores anônimos; Shakespeare no século XIV seria um fazedor de “Mistérios” – e nestes dias não escreveria *Macbeth*, escreveria os *Espectros*, assinando-se Ibsen...

Se se explicam estes gênios estranhos à luz do princípio geral da relatividade, por que não o aplicar também ao grande poeta?

De mim não o justifico apenas. Admiro-o. Qualquer que seja a nossa altitude vindoura, teremos sempre nas quarenta páginas do *Manuscrito de Estênio* os estímulos mais nobres do passado.

Elas estão para o nosso destino como as singulares *Canções da Espada*, de Th. Körner, e os singularíssimos *Sonetos Couraçados*, de Fred Ruckert,

para os triunfos imponentes da Alemanha. Certo, não deleitam mais, e não há aí miopia intelectual que não lhes veja defeitos. Passaram. Mas ligaram para sempre, sob a inspiração de uma bondade varonil, os melhores aspectos do nosso heroísmo aos aspectos mais encantadores da nossa força.

Castro Alves foi dos nossos últimos românticos. Depois dele, em todo o período que vem de 1875 até hoje, temos mudado muito e vamos mudando ainda, sem que se note uma situação de parada, das que se fazem ao menos para se avaliar quanto se andou.

É natural. Realizamos duas empresas a que nos impeliam as nossas tradições e vamos agora arrebatados nas correntes novas que delas se derivaram. Mas, infelizmente, a par destas energias próprias, tivemos-las estranhas. O quinquênio de 1875-1880 é o da nossa investidura um tanto temporã na filosofia contemporânea, com os seus vários matizes, do positivismo ortodoxo ao evolucionismo no sentido mais amplo, e com as várias modalidades artísticas, decorrentes, nascidas de idéias e sentimentos elaborados fora e muito longe de nós.

A nossa gente, que bem ou mal ia seguindo com os seus caracteres mais ou menos fixos, entrou, de golpe, num suntuoso parasitismo. Começamos a aprender de cor a civilização: cousas novas, bizarras, originais, chegando, cativando-nos, desnordeando-nos, e enriquecendo-nos de graça. A inteligência brasileira sentia a ventura radiosa da Cendrillon pompeando o fausto gratuito de uma fantasmagoria simpática. Diante de novos descortinos mais amplos, partiu a cadeia tradicionalista que se dilatara até aquele tempo com Alencar e Porto-Alegre, e atirou-se para a frente quase envergonhada da sua situação anterior, que entrou a desquerer, repulsando os seus melhores nomes, e sugerindo um protesto tranqüilo, laivado de elegante ironia, de alguém que teve o ensejo de a ver naquele momento e de acompanhá-la até hoje, até o instante em que vos falo. Sem alentados dizeres, o mestre, que hoje nos preside e guia, apontou então, sorrindo, os perigos de uma avançada sem bandeiras, à semelhança de uma fuga.

Pelo menos tudo aquilo era ilógico. O espírito nacional reconstruía-se pelas cimalthas, arriscando-se a ficar nos andaimes altíssimos, luxuosamente armados. Os novos princípios que chegavam não tinham o abrigo de uma cultura e ficavam no ar, inúteis, como forças admiráveis, mas sem pontos de

apoio; e tornaram-se frases decorativas sem sentido, ou capazes de todos os sentidos; e reduziram-se a fórmulas irritantes de uma caturrice doutrinária inaturável; e acabaram fazendo-se palavras, meras palavras, rijas, secas, desfi-bradas, disfarçando a pobreza com a vestimenta dos mais pretensiosos maiúsculos do alfabeto.

Houve então o soleníssimo préstito do Determinismo, da Evolução, do Inconsciente, do Incognoscível, em que se amuletavam, intrusas, algumas velhas carpideiras do romantismo: a Justiça, a Escola e a Liberdade...

Assim, não maravilha que a *nova geração*, do avançar aforrado, não soubesse, afinal, para onde seguir.

Apenas um exíguo grupo se destacou: arregimentou-se em torno de um filósofo; e afastou-se. Ninguém mais o viu – e mal se sabe que ele ainda existe, reduzido a dois homens admiráveis, que falam às vezes, mas que se não ouvem, de tão longe lhes vem a voz, tão longe eles ficaram no território ideal de uma utopia, no dualismo da positividade e do sonho...

O resto ficou numa fronteira indecisa a tatear dentro de uma miragem que, à falta de melhor nome, se chamou durante muito tempo a *Idéia Nova*. Que era a *Idéia Nova*? Eu poderia responder-vos que era uma cousa muito velha, uma curiosa infantilidade de cabelos brancos, ou uma novidade de cem anos – mas prefiro a palavra de um poeta do tempo.

Escutemo-lo:

*Está deserto o céu. No grande isolamento,
Palpita ensangüentado o sol – um coração...
Mas os deuses de Homero, o Jeová sangrento,
Alá e Jesus Cristo, os deuses onde estão?*

*Morreram. Era tempo. Agora encara a terra:
Ressoa alegre a forja e sai da Escola um hino.
O gênio enterra o mal em uma negra cova.*

*Deus habita a consciência. O coração descerra
Aos ósculos do Bem o cálix purpurino.
Vem perto a Liberdade. É isto a Idéia Nova.*

Os versos são de 1879 e o poeta, à volta dos vinte anos, chamava-se Antônio Valentim da Costa Magalhães.

Nascido em 1859 nesta capital – aquela data e este lugar são elementos dignos de nota na sua formação.

Já se tem feito um confronto instrutivo dos nossos escritores do Norte e do Sul. Talvez fosse mais útil defrontar os que se formam na orla litorânea, sob a luz variamente refletida da cultura européia, com os que passam as primeiras quadras no remanso das gentes sertanejas, mais em contato com o gênio obscuro das nossas raças. Neste ponto o regímen moral do Brasil reproduz a sua inegável anomalia climática: varia mais em longitude do que em latitude. Mas não me alongarei por aí. Notarei apenas que os primeiros quinze anos de Valentim Magalhães coincidem com uma fase de profundas mudanças da nossa existência política. De 1860, ao levantar-se o preamar democrático, simbolizado em Teófilo Ottoni e rugindo na “Mentira de bronze” de Pedro Luís, a 1870 e 1875, quando a monarquia perdeu, uma após outra, as muletas da aristocracia territorial e da Igreja – foi tão intensiva a decomposição do antigo regímen que o simples enfeixar as frases acerbas dos maiores chefes de seus partidos é uma missão de Tácito, e não se compreende que se perdesse tanto tempo para realizar-se o passeio marcial de 15 de novembro de 1889.

Assim a juventude do escritor aparelhava-se para a vida quando em torno a sociedade se alterava, apercebendo-se de novos elementos para existir; e isto precisamente no cenário mais revolto de uma tal metamorfose.

A geração de que ele foi a figura mais representativa, devia ser o que foi: fecunda, inquieta, brilhantemente anárquica, tonteando no desequilíbrio de um progresso mental precipitado a destoar de um estado emocional que não poderia mudar com a mesma rapidez; e a sua vida, a sua carreira literária vertiginosa, toda disposta a nobilíssimas tentativas reduzidas a belíssimos preâmbulos, a nossa própria vida literária, impaciente e doidejante, brilhando fugazmente à superfície das cousas, inapta às análises fecundas pelo muito ofuscar-se com as lantejoulas das generalizações precipitadas.

Nada sei, infelizmente, dos primeiros tempos em que a sua educação se delineou.

Em 1877, contando apenas dezoito anos, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo – e daí por diante, sem um hiato, encadearam-se-lhe os dias numa atividade pasmosa.

Assim é que para logo colaborou em três periódicos acadêmicos: a *Revista de Direito e Letras*, o *Labarum*, onde fulgia o esplêndido humorismo de Eduardo Prado, e a *República*, onde Lúcio de Mendonça açalava as suas rimas golpeantes.

Noviciando nas letras, Valentim revelou de pronto uma jovialidade desbordante, que foi o traço mais duradouro da sua móvel fisionomia literária, e uma aptidão rara para o jornalismo, que a breve trecho, em 1878, o tornou aturado colaborador dos melhores jornais do Rio e São Paulo. Em 1879 já era autor de três opúsculos, *Idéias de Moço*, *Grito na Treva* e *General Osório*, escritos a duas penas com Silva Jardim, e de um livro de versos, *Cantos e Lutas*, onde lhe germinou o renome.

Precipito, acinte, as datas e os livros. É o melhor comentário à sua carreira.

Em 1880, ainda estudante, desposou a nobilíssima senhora, que tanto lhe aformoseou a vida, e, mau grado os novos deveres adquiridos, escreveu apaixonadamente para a *Evolução*, dirigida por Júlio de Castilhos e Assis Brasil, continuando a colaborar na *Gazeta*, onde imprimiu “Colombo e Nené”, o seu conhecido poemeto.

Fundou a *Comédia* em 1881; traçou-lhe, transcorridos três meses, o gracioso epitáfio – e foi redigir o *Entreato*, com Eduardo Prado, e o *Boêmio*, com Raimundo Correia.

Formou-se. Destacara-se notavelmente, granjeando invejável nomeada entre companheiros que se chamavam Júlio de Castilhos, Silva Jardim, Barros Cassal, Teófilo Dias, Eduardo Prado, Ezequiel Freire, Raul Pompéia, Randolpho Fabrino, Lúcio de Mendonça, Assis Brasil, Afonso Celso, Fontoura Xavier, Augusto de Lima, Alcides Lima, Alberto Sales, Pedro Lessa, Luís Murat, Júlio de Mesquita, Raimundo Correia. Cito ao acaso, esquecendo outros comparses no merecimento, apenas para notar que ainda não se congregaram sob os tetos de uma escola tantas esperanças e tão discordes temperamentos – da severa formação política de Castilhos ao evangelho revolucionário de Silva Jardim, da rudeza republicana da Barros Cassal ao monarquismo

elegante de Eduardo Prado, ou da melancolia impressionadora de Teófilo Dias ao gracioso humorismo de Ezequiel Freire.

Ora, Valentim foi a figura representativa no meio de tão díspares tendências, por isto mesmo que lhe faltou sempre uma diretriz à atividade dispersiva. As condições do meio e a sua índole arrastaram-no demasiado à vida exterior e para a sua infinita instabilidade.

Depois de formado persistiu a aceleração de sua carreira, dissipando em força o que adquiria em movimento.

Em 1882 publicou os *Quadros e Contos*, livro prometedor, onde refulgem páginas descritivas de excepcional colorido, avivadas todas daquela galanteria do escrever, que raro o abandona – e que se acaso o abandona é para tornar maior. Realmente, joeirando-se todos os seus versos escritos em 1883, talvez nos restassem apenas três sonetos; mas estas 42 linhas perduram nas nossas letras como a expressão mais eloqüente de uma saudade ao mesmo passo excruciante e encantadora na sua tocante singeleza. Falecera-lhe o pai extremosíssimo, e Valentim, que até então escrevera para toda a parte, num insofregado anelo da consideração coletiva, – surpreendido pela desdita, confiou, chorando, à alma da sua esposa, aquele poema de duas páginas “O nosso morto”, que não preciso recitar-vos, tão vivo ele perdura na vossa memória.

Mas estas transfigurações eram-lhe instantâneas.

Naquele mesmo ano desencadeou na *Gazeta de Notícias* a sua mais viva campanha de franco-atirador do espírito.

Relevai-me o desgraçoso símile: as *Notas à Margem* recordam uma escaramuça agitadíssima, estonteadora, sem rumos, à caça do imprevisto, onde não há triunfos nem reveses, e os recontros e os adversários se travam e se distinguem fugitivos, a relanços e aos resvalos, um reconhecimento armado que não pára... Porém, o que ali falta no compasso das idéias, sobra na propriedade do dizer e num desvelado apuro de linguagem, que influíram consideravelmente em nosso meio. Muita gente, entre nós, começou a escrever melhor, sob as reprimendas gráceis daquele infatigável caçador de solecismos e persistente fiscal de pronomes insubordinados. Ao mesmo passo na imprensa diária acentuou-se melhor esta forma literária fácilima, que é o artigo do jornal, onde a medida e a intensidade das idéias têm de ceder, não já aos dúbios contornos, capazes de ajustá-las ao maior número possível de critérios, nos limi-

tes de uma atenção de quartos de hora, senão também à fluidez de expressão, que lhes permita insinuarem-se nas nossas preocupações, encantando-nos um momento – e passando sem deixarem traços.

Continuemos a resenha.

Em 1884 trasladou ao português, com Filinto de Almeida, *El Gran Galeoto*, de Echegaray – e esta tradução, com as suas rimas e variedade métrica, avanta-se ao original castelhano, onde o drama deriva na cadência única e intolerável dos versos brancos, em redondilha menor.

Fundou em 1885 *A Semana* e este periódico, estritamente literário, fez a maravilha, nesta terra e naquele tempo, de durar três anos. Mas para isto, à parte um concurso notável, em que se extremavam, para citar somente os mortos, Urbano Duarte, Raul Pompéia, Alfredo Sousa e Luís Rosa – despendeu o melhor da sua atividade e quanto lhe adviera da herança paterna. Mas não vacilou ante a ruína. Iludia-se quem lhe medisse a fortaleza pela volubilidade. Era um caráter varonil blindado de uma jovialidade heróica. Tinha esse recato do sofrimento que é a única expressão simpática do orgulho. Os seus melhores amigos jamais lhe divisaram dasânimos.

O revés não o desinfluiu. Escreveu em 1886 os *Vinte Contos*; em 1887, *Horas Alegres*; publicou, refundidas, em 1888, as *Notas à Margem*; em 1889, *Escritores e Escritos...* Vede: não há a solução mais breve no duodécênio que percorremos. Não se pula uma data sem pular-se um livro. O escritor violou doze vezes seguidas o *nonum primatur in anno...*

De 1889 a 1895 houve aparente descanso. A República, feita numa madrugada, criara a ilusão de grandes cousas feitas da noite para o dia. Valentim, como todos, vacilou na vertigem geral. Ordinariamente se acredita que o empolgasse o anseio da fortuna fácil, naquela quadra que a ironia popular ferreteou com o nome de “encilhamento”. Com efeito, salvante alguns artigos esporádicos, o incansável homem de letras parecia mudado num infatigável homem de negócios. E fundou – como toda a gente – uma companhia.

Mas considerai como o sonhador desdenhou as voltas retorcidas dos cifrões e alinhou parcelas como se alinhasse versos; aquela “Educadora”, que se transformou depois numa vulgar companhia de seguros, era uma fantasia comercial. Não segurava vidas, segurava inteligências; e o segurado, ao invés

de um ajuste sinistro com a morte, a troco de alguns contos de réis, garantia a educação dos filhos.

O devaneio mercantil não vingou. Valentim reavivou-se: e no quinquênio de 1895-1900 continuou a marcar os anos pelos livros e opúsculos: em 95, *Filosofia de Algibeira*; *Bric-à-brac*, em 96; em 97, o seu primeiro romance, *Flor de Sangue*; *Alma e Rimário*, em 98-99 – deixando prontos quatro outros: *Fora da Pátria*, *Na Brecha*, *Novos Contos* e *Outono*, que lhe demarcariam, na mesma progressão, os quatro últimos anos de existência...

Uma herança de tal porte não se inventaria num discurso.

Vou agitar alguns conceitos falíveis. Revendo estes volumes, o que para logo se põe de manifesto é uma falta de unidade pasmosa.

O escritor muda no volver das páginas.

Nos *Cantos e Lutas* escuta-se, ao toar solene dos alexandrinos, o lirismo humanista que Pedro Luís divulgara desde 62; e quem quer que admita a ficção das escolas literárias, estuda-o à luz do critério sociológico de Guyau.

De feito, a inspiração não lha diluem lágrimas: é robusta, impessoal, refulgente – e a sua

*... a grande Musa austera e sacrossanta,
Que para o céu azul os olhos alevanta,
Banhados no fulgor virgíneo da Justiça,*

era sem dúvida sincera. Mas esta linguagem,

Cantando herculeamente as odes imortais,

nunca mais se repetiu. Ao contrário, a poesia filosófica (e falo assim por obedecer à moda, porque uma tal poesia se me afigura tão absurda quanto uma geometria lírica ou a astronomia romanceada de Flammarion), a poesia “social”, em que tanto importa o subordinar-se a expressão à verdade, teve depois em Valentim um irrequieto adversário.

Nos *Escritores e Escritos* desponta-lhe o antagonismo em dizeres concisos, golpeantes:

Em literatura a forma é quase tudo. Especialmente em poesia. É preciso ter como Teodoro de Banville o sentimento das palavras... A Forma! eis o grande, o milagroso talismã! Quem o possui atravessa a vida sem conhecer impossíveis aos caprichos do seu gênio.

A “forma” lá está com F maiúsculo. É o fetichismo do vocábulo. Com efeito, poucas vezes na língua portuguesa a palavra foi tão voluntariosa no violentar idéias, transfigurando-as ou emparelhando-as nas mais bizarras antíteses.

Falando-nos de Junqueiro, por exemplo, diz-nos Valentim em menos de uma página:

A gargalhada de Junqueiro tem a altissonância trágica de Shakespeare e o assobio implacável de Gavroche: é a voz potente de Victor Hugo estridulando com as casquinadas de Aretino. É Voltaire arremangado, dedos na boca, assobiando à Tiara, às batinas e aos solidéus... É o Ésquilo da troça. Hamleto rufando com as tíbias de Iorik na pança congesta de Tartufo...

Atalhemos – porque vai por diante este ajuntamento ilícito de verbos, substantivos e adjetivos, que se vêem juntos pela primeira vez e vivamente se repulsam.

Mais expressiva é aquela admiração delirante. Valentim Magalhães era excepcionalmente afetivo. Tudo lhe denuncia um nobre espírito impropriado a agir sem os estímulos de uma ardente simpatia, vinculando-o às outras almas.

Esta literatura associada que, em geral, a exemplo dos Goncourts, exige a base da consangüinidade, ele a praticou como nenhum outro, reunindo um irmão legítimo, Henrique Magalhães (com quem escreveu uma paródia à *Morte de D. João*), a Silva Jardim, a Filinto de Almeida e Alfredo Sousa, nos laços da mesma fraternidade. Não lhe conheço um livro sem uma dedicatória. São raríssimos os seus escritos dispersos, cujos títulos não tenham logo abaixo um parêntesis guardando o nome de um amigo. A admiração, que é o sintoma mais lisonjeiro da um caráter, rompia-lhe sempre num enorme exagero. Admirou daquele jeito Guerra Junqueiro; admirou C. Castelo Branco, “polígrafo indefesso, formidável, único”; admirou Ramalho Ortigão, “um mestre, senhor de todas as verdades do mundo moderno...”; admirou Machado de Assis,

*esse que arranca aos rígidos vocábulos
a música rebelde e fugidia...*

Admirou os seus próprios companheiros. Sendo proeminente na “nova geração”, não desdenhou fazer-se o garboso mestre-sala, para apresentá-la ao país. E o país conheceu-a, em grande parte, através da sua palavra carinhosa. Não preciso exemplificar. No círculo daquela afabilidade irradiante e avassaladora caíram os que chegavam pouco depois, desde Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque e Olavo Bilac até aos mais obscuros escrevedores da província. A alguns cantou em verso, desde Carvalho Júnior, desaparecido tão moço e a quem conhecemos apenas

como um “meinsinger” loiro, alegre e extravagante,

até alguém que não preciso nomear, tão conhecido nosso é o

*...que esculpido
Tem sonhos, dores, alegrias.
E é príncipe do Reino Unido
Das Harmonias.*

Mas esta afetividade dissipava-lhe o espírito. O seu pendor para o artigo ligeiro é expressivo; é a tendência dos que vêem tudo de relance, na ânsia de tudo ver. Relendo os *Vinte Contos*, lastimamos que o escritor nunca se demorasse num assunto.

A “Feira dos escravos”, para citar só um caso, na sua urdidura, onde resplandece um desafogado estilo descritivo, e no seu desenlace empolgante, é o lance, inexplicavelmente abandonado, de um belo romance de costumes.

Não consoavam, porém, a vibratilidade de Valentim Magalhães e o intrincado episodiar das longas narrativas.

Demonstra-no-lo a *Flor de Sangue*. Nada direi do livro malogrado, onde, entretanto, um velho tema se remoça com uma cativante originalidade de desfecho. Considero apenas que a crítica desaçamada, que o estraçoou até à errata final, não disse mais do que o próprio romancista, no prefácio:

O capítulo que primeiro escrevi na intenção de fazê-lo o primeiro do livro, foi o quinto da segunda parte; eu havia principiado pelo fim!

Constantemente traído pelas melhores qualidades morais, anelando envolver na mesma carinhosa simpatia homens e cousas, todo o seu grande talento se diluía espalhado pelos aspectos inumeráveis da vida.

Resumo o meu juízo: toda a obra literária de Valentim Magalhães pode ter o título único de um dos seus livros – *Bric-à-brac*. E a este propósito ouçamo-lo na esplêndida volubilidade de seu estilo diserto, referindo-se àquele livro sem cuidar que fazia toda a sua psicologia literária:

... Pois esta obra é isto mesmo; é um amontoado de curiosidades literárias, e objetos de arte escrita... Junto a um conto comovido e sincero, um trecho da sátira mordaz e irreverente; em seguida a um grito de entusiasmo, uma caricatura a traço largo; depois de um surto amplo de fantasia caprichosa, um quadro exato e minucioso da vida social – *Bric-à-brac*. De manhã à noite, em um só dia, o homem percorre toda a gama sentimental – entenece-se e lacremeja; encoleriza-se e ruge; alegra-se e ri; enfara-se e boceja; enamora-se e canta; indigna-se e satiriza...

Não prossigamos. Nestas palavras sinceras só há um dizer destoante: aquele *encoleriza-se e ruge*. A linha acentuada do caráter de Valentim ia de uma alevantada altivez a uma robusta alacridade que o forrava aos rancores – embora não lhe faça a grave injustiça de acreditar que ele fosse incapaz do ódio, que é muitas vezes a forma heróica da bondade.

Mas este nunca lhe repontou nas polémicas acirradas que travou e no mais aceso das quais lhe refulgia a graça amortecendo ou falseando os mais violentos golpes.

Nos últimos tempos apareceram-lhe adversários a granel. Não houve aí grande homem engatinhando, ou imenso talento inédito, que se não males-treasse argüindo-o em hílares reprimendas, adoravelmente papagueadas, de numerosos defeitos laivando-lhe o renome e desgabando-lhe os livros. Não lhes deu o prêmio de um revide. Soube apenas que existiam, indecisos, amor-fos, difusos, diluindo-se e apagando-se por si mesmos, – uma espumarada fervilhante, aflorando e morrendo na esteira da sua rota impetuosa.

E retorquiu, algures, sorrindo:

A princípio fui gênio; mais tarde cousa nenhuma. Hoje César, amanhã João Fernandes...

Não sei de frase mais verdadeira. Eu andava nos últimos preparatórios quando ele aqui chegou, formado de São Paulo, e posso afirmar-vos que ninguém, tão moço, ainda passou por estas ruas envolto de tão admirativa curiosidade.

A sua entrada nesta capital foi a de um triunfador e em poucos dias não houve quem lhe não conhecesse a figura de irrealizável elegância e o rosto escultural velado de palidez fidalga e aclarado por um olhar que todo ele era o reflexo dos esplendores máximos da vida.

Foi, porém, o mais breve dos triunfos. Não que ao escritor diminuísse o engenho, senão porque o surpreendeu um período anômalo da existência política. O quadriênio de 1886-1890 foi decisivo para os destinos do Brasil, tão de golpe nele se afrouxou a coesão de nossos costumes e num desejo desapoderado de novidades desadoramos muitos velhos atributos, que imaginávamos retrógrados e eram apenas conservadores...

Aqui se me antolha digressão acidentadíssima. Evito-a. Mas no adstringir-me ao assunto, aponto, a correr, esta antinomia: precisamente quando a peregrina palavra “evolução” se tornou a rima fácil de todos os versos, rompemos com esta lei fundamental da História – tão bem expressa na continuidade de esforços dos estados sociais sucedendo-se com um determinismo progressivo – e apresentamos o quadro de uma desordem intelectual que, depois de refletir-se no disparatado de não sei quantas filosofias decoradas, nos impôs, na ordem política, a mais funesta dispersão de idéias, levando-nos, aos saltos e ao acaso, do artificialismo da monarquia constitucional para a ilusão metafísica da soberania do povo ou para os exageros da ditadura científica; ao mesmo passo que na ordem artística íamos dos desfalecimentos de um romantismo murcho às demasias de um falso realismo, que era a pior das idealizações, porque era a idealização dos aspectos inferiores da nossa natureza.

Para ainda engravecer a crise, os dois ideais da abolição e da República não requeriam mais as emoções estéticas. Resolvidos na ordem moral, estavam entregues à ação quase mecânica dos propagandistas. Estes precipitavam-nos com o desalinho característico da fase revolucionária das doutrinas, em que se conchavam as idéias e os paralelepípedos das ruas, e os melhores argumentos desfecham no dismantelo das barricadas investidas.

José do Patrocínio e Silva Jardim tomaram por algum tempo a frente da sociedade. Recordando esse passado recente, o que vemos, ao primeiro lance, é aquele mulato formidável ou aquela miniatura de Titã.

Ocupam a cena toda. No próprio terreno vibrante da propaganda derivaram, por vezes, ao segundo plano os vultos de maior destaque, desde o velho Saldanha Marinho, tão esquecido depois de morto, a Quintino Bocaiúva, meio esquecido em vida – e que no retrain-se hoje a um voluntário ostracismo e no andar tão despercebido pelas nossas ruas, atravancadas de notabilidades, lembra-me alguém que vai passando devagarinho para a História, deslembado dos homens e da morte, confundindo-se a pouco e pouco com a sua própria estátua – uma bela estátua corretíssima e errante, sem um pedestal que a imobilize e soerga acima da multidão em que se perde...

Mas não cedamos à fascinação do assunto. Observemos que em um tal meio não se compreende a existência de uma arte que é sempre o resultado de certa fixidez dos sentimentos gerais.

Valentim Magalhães, como outros muitos, foi, naturalmente, apagando-se, mais e mais, naquela movimentação precipitada. Além disto, morreu depois dos trinta anos; e neste país quem quer que se notabilize e ultrapasse aquele marco, fora dos tablados da política, predestina-se ao suplício lento e indefinível de acompanhar em vida ao enterro pobre da sua própria imortalidade.

* * *

Terminemos. Faltou sem dúvida a Valentim Magalhães essa concentração intelectual que é o segredo dos gênios e dos medíocres: um espírito a dobrar-se, a revirar-se, desesperadamente, em alguns pensamentos exclusivos e impassível aos reagentes da vida exterior. Para esses a amplitude das idéias, como a das espirais, explica-se por um giro indefinido em torno de si mesmas. Os seus cérebros deveriam circunvoluir em caracol. São os eternos distraídos, ou abstratos, vivendo fora da preocupação que os escraviza, ou da inspeção em que se isolam, com um automatismo de sonâmbulos. Nas conjunturas mais opostas, entre os ruídos e as luzes de um salão de baile, ou num funeral, lá lhes está girando e regirando, torcendo-se e destorcendo-se a idéia absorvente, conservada por esta misteriosa consciente obscura, que vela perpetuamente nas profundezas do nosso espírito, e à luz da qual – sem que o queiramos, sem que o entendamos, sem que o expliquemos – se filiam as mais

altas concepções aos mais fugitivos e inapreciáveis incidentes. Então compreende-se que do cair de um fruto apodrecido eles passem, de um salto no infinito, para a queda perpétua dos mundos; ou que das oscilações quase imperceptíveis da lâmpada suspensa de uma catedral, entrevistas num êxtase religioso, induzam, de improviso, as leis mecânicas do isocronismo do pêndulo. Na ordem estética recorde-se a horrível anedota de Talma: a soluçar, num desespero, agarrado ao cadáver do filho, e estacando de súbito, ao ouvir pela primeira vez a voz interior e profunda de uma dor verdadeira, que era a sua própria dor, e estudando-a friamente, para a reproduzir, dias depois, intacta, no palco, diante dos espectadores assombrados; ou a pertinácia sobre-humana de Flaubert, atravessando decênios a versar, a volver, a revolver, a corrigir, a mondar, e a remondar um assunto único, interminável...

Valentim Magalhães foi o avesso desses homens. Repitamos: as condições do meio e o seu temperamento arrastaram-no demais para o mundo exterior e para a sua indescritível instabilidade. Ele entregou-se de corpo e alma ao turbilhão sonoro e fulgurante da existência.

Foi o seu grande defeito, dizem.

Mas este defeito – o seu maior defeito – é a mais bela imperfeição da nossa vida: o defeito de viver demais.

II

RESPOSTA DO SR. SÍLVIO ROMERO

SR. DR. Euclides da Cunha,

O vosso brilhantismo discurso, cujos primores de forma não disfarçam, antes realçam, a riqueza de vossas idéias, as ousadias de vosso pensar, constituem para mim, velho lutador em quem o espírito de *combatividade* é uma das mais constantes marteladas, com que a crítica indígena há por bem de me bater à porta para intimar-me suas sentenças, uma tríplice tentação...

Dissestes, coma fantasiosa irradiação de vossas frases, que é o encanto de vosso escrever, muito bonitas cousas de Castro Alves, de Valentim Magalhães, do Brasil social...

São assuntos que me inspiraram, de há muito, velhas idéias, defendidas em cinqüenta batalhas por trinta anos seguidos. A Academia não se pode afigurar a organização da hipocrisia para que eu haja de impor silêncio a mim mesmo, sacudindo da alma, lá fora, seletas convicções, como se espanasse o pó dos sapatos no ádito dos templos majestosos e terríveis.

Seria uma nova maneira de desertar, um proceder que assaz se pareceria com a traição a afagadas doutrinas e a memórias queridas.

A dignidade desta ilustre companhia é a primeira a me recomendar que esteja a gosto, e sem constrangimento sustente *coram Academicis* fundas convicções sempre julgadas dignas de ser expostas perante o povo.

A situação não foi criada por mim e é apta a proteger-me, fazendo que fique ainda hoje firme num assunto no qual, em meio às minhas tão decantadas contradições, não achei até agora jeito de me contradizer, a despeito das tentações.

Castro Alves!... Vale muito. Mas admiro a serenidade, a suficiência, a confiança, o ar de superior e competente alvitre com que a moda carioca acoçoada pela crítica de arribação, que esvoaça sobre nós, de vários pontos do horizonte, em períodos climatéricos, fala dele, qual se fora o nosso Kœrner, nosso Ruckert.

É como se as nossas genuínas *canções da espada* que se intitulam: – “À vista do Recife”, “Os Leões do Norte”, “Os Voluntários de Pernambuco”, “Sete de Setembro”, “Em nome de uma Pernambucana”, “Capitulação de Montevideú”, “Os filhos do Capitão Pedro Afonso”, “Volta de Voluntários”, “Diante de um Batalhão regressado da Campanha”, não existissem e seu autor não passasse de um mito.

Entretanto, por que não dizê-lo?

Os títulos do poeta dos *Dias e Noites*, na luta, pela glória, diante de seu venturoso rival, cuja figura aliás fui sempre dos mais solícitos em destacar e cuja significação histórica em nossas letras fui talvez o mais esforçado em descrever, são daqueles que por si sós se defendem e se impõem ao apreço das pessoas para quem os valores e títulos espirituais não são negócio de camarilha e *coterie*. Apurado senso crítico, percuciente tino filosófico, seguro saber das letras clássicas latinas e esse ingênuo faro de finura estética que não abandona jamais o homem genuinamente do povo, o filho autêntico das classes sertanejas, preservaram o poeta da “Lenda rústica”, d’“Os tabaréus”, d’“Os trovadores da selva”, d’“O beija-flor”, dentro das loucuras mesmas do romantismo agonizante no Brasil, de muitas extravagâncias que andam a afear as páginas de seu grande e justamente admirado êmulo.

Embalde procurareis em seus versos esses “Tiradentes que, com o braço ousado, machucam povos com a robusta mão; esse tempo que, entre os dedos, topando um século, uma nação, encontra nomes tão grandes que não lhe cabem na mão; esse pedaço de gládio no infinito e trapo de bandeira na amplidão; essa eternidade que dialoga com a imensidade, falando o herói com

Jeová; nem esse olhar que não se move, fito em Oitenta e Nove, a ler Homero, escutando Jove, Robespierre e Dantão...”

O senso da natureza, da realidade, das cousas, por maiores que pretendessem ser os desregramentos da fantasia e as petulâncias azougadas do *condoreirismo* hugoano, interpunha-se e revocava o sonhador à normalidade dos fatos verídicos e dos fenômenos observáveis. É por isso que na parte que se salvou de sua obra poética – o tempo tem pouco a riscar nas fronteiras da pura anarquia das metáforas.

Como se na esfera da arte ele se considerasse nos intérminos domínios da liberdade absoluta, segundo a doutrina kantésca, alargada por Schopenhauer, também imaginava um mundo a seu modo, filho da fantasia, mas um tal que não escapava de todo às forças eternas do Cosmos e às leis imanes da humanidade. Dava-lhe quatro representações mais nítidas, quatro encarnações várias em que o brinco da imaginativa, essência de toda poesia, alçava o vôo, sem se perder na vacuidade e no nada, antes guardando sempre vivas reminiscências das cousas reais e equilibradas: o quadro irisado, festivo, embriagante, dos amores; o quadro encantado, hipersensível, docemente quimérico, dos artistas; o quadro pitoresco, folgazão, gracioso, das gentes campesinas; o quadro evolucionalmente progressivo, heróico, da humanidade, das nações, preponderantemente de nosso amado Brasil. Preside-os, na ronda infinita das mutações perpétuas, eternas, incalculáveis, no vórtice perene dos fenômenos sem conta, também um Deus.

Mas este é, alternadamente, artista, providente, humanitário, patriota, conforme as circunstâncias.

Se, aqui, não se furta, nos transes das mais cruciantes dores humanas, a verter essa *lágrima invisível*, que tem *nome caindo n'alma*, e se chama *resignação*; não se esquece, ali, de bradar aos nossos combatentes vitoriosos, sedentos ainda de vingança: “Tranqüilizai-vos, Leões!” e não se dedigna além de recomendar aos anjos inquietos o não perturbarem o sono de um par venturoso: – “São noivos ainda, deixai-os dormir...”

O que não impede, porém, o vate de o interpelar, às vezes num certo tom de verdadeira censura, como é o caso, quando o increpa pela morte de um amigo: – “Morrer tão depressa, quem foi que mandou?...”

*Ah, Senhor! e mais um dia
Que mal voz fazem as rosas?
Nossas coroas mimosas
Por que mandais desmanchar?
Não tendes lá tanta estrela,
Cujos cheiros são fulgores,
Precisais das nossas flores,
Das pérolas do nosso mar?*

Em cada um dos atos desse drama da vida existem gradações. Os aspectos mudam numa hierarquização das cenas, desde o mais longínquo infinito, que encerra os mais afastados sistemas planetários, até um jardim de nossas habitações, um salão de baile, ou uma casa de espetáculos.

Mas são sempre visões deliciosas, cheias de fúlgidas miragens e ternuras, de estranhas serenatas; visões meio fantásticas, perdidas, ora nos lagos em que as deidades nuas lavam, cantando, seus vestidos de ouro, ora no seio de róseas nuvens, ou em ilhas encantadas, ou em ermos graciosamente amenos, nos quais as flores se encarregam de cuidar dos pares amorosos e corças bravias param, pasmadas, contemplando a beleza das mulheres...

São visões, onde passam gênios, talentos, artistas, cantores, crianças, que são folhas de etéreos jasmims, campônias e sertanejas que descantam e dançam nos terrados forrados de luar; matutos e tabaréus recordando e memorando as folganças e lendas da noite de São João, ou batendo o *baiano* ao som das violas. É caleidoscópio que, com peculiar carinho, deixa ver também os “guerreiros, os esforçados batalhadores, os heróis nacionais, esses vultos gigantes para quem morrer é não combater, esses que, fitando a noite estrelada à espera de outra alvorada, dormem nos copos da espada, deixando o sangue escorrer!”

E se surgem “cascatas de vivos diamantes, borrifando um tapiz de esmeraldas, se desfilam deusas travessas, desfolhando lauréis e grinaldas, e avistam-se – virgens formosas, dormindo abraçadas em leitos cobertos de rosas, e auroras que ao longe sacodem áureas franjas de rútilo véu, e se vêem levantarem-se, cheios de pérolas, alvos braços de lindas sultanas, e querubins que apedrejam com astros esses bandos de garças celestes; não se ocultam as nossas cidades, laborando como crisóis, com os seios intumescidos do germen dos grandes vultos históricos, abençoadas colméias humanas, que, com a

morte, bebem a vida, não se abalam nem se doem. É que em suas artérias circula a – liberdade, esse fluido eletrizador, que lhes robustece a medula dos ossos de pedra e cal...”

Nem são esquecidos os sepulcros dos grandes benfeitores do nosso povo, “promontórios do mar da eternidade, de cima dos quais é que bem se avista e descobre o que há de ilustre, glorioso e belo, dirigindo-se a nós, ao nosso mundo, longe no abismo do porvir imenso, branqueando, como a vela de Colombo!...”

E nos arroubos do entusiasmo das glórias que lhe acenam, soergue-se o Brasil, pisando em nuvens, fitando olhos inda mais altos, lançando a voz aos ecos das alturas, aos combates, às lutas gloriosas que o futuro longínquo lhe promete. Leva consigo seu passado ilustre de robustas ações, feitos brilhantes, como os deuses de Homero mergulhavam nas batalhas com seus mantos de púrpura no braço.

E atira a voz aos ecos do infinito, no seu avançar para a conquista das estrelas que além o chamam, tendo na larga destra a tocha do progresso...

Nem nos escapam à vista os povos cativos como esse da Polônia, no qual a garra do despotismo feroz não pôde ainda sufocar todas as esperanças do renascimento e para quem o poeta tem estas palavras que valem por uma filosofia:

*Pois que assim morres tão forte,
Deixa-te agora morrer;
Impaciente da morte,
Tu tornarás a viver...*

E aparecem os povos que rejuvenescem, “como Portugal ressuscitado do sepulcro de Camões”. E desfilam bandos de proletários de “rir nos lábios e calos nas mãos”.

E destaca-se triunfalmente a Humanidade tomando todas as formas, interpelando “ao mar porque chora e ao céu em que pensa...”

E, no seu canto solene, acena a um que se vai azulando, estendendo a mão sobre o outro que lhe diz: *passai...*

Travada em lutas imensas, cansada, ofegante, nua, mas tendo sempre na frente de seu ginete o símbolo do eterno alvorecer: *a estrela da manhã...*

Oh! não vos poder convidar para comigo percorrerdes, aos carinhos da musa da simpatia, as quatro estâncias de poesia de um dos nossos maiores espíritos e mais insolitamente atacado pela malevolência letrada.

Mas “o tempo, essa força que, se diz, tudo consome”, e afinal é o grande reparador, acabará por destruir a obra do despeito, e justiça se fará...

Valentim Magalhães! – Famoso homem de letras em verdade... Foi durante mais de vinte anos o porta-bandeira da oposição tenaz implacável, irredutível, contra tudo o que se pensou e se fez na Escola do Recife nas últimas décadas do século passado. Guerra foi essa cuja constância, nunca desmentida, só podia rivalizar com a sua própria sem-razão, sempre provada. – Os serviços prestados às pátrias letras e ao pensamento nacional por uma legião inteira de combatentes da idéia, os Tobias Barretos, os Vitorianos Palhares, os Castros Alves, os Franklins Távora, os Orlandos, os Beviláguas, os Viveiros de Castro, os Françaes Pereiras, os Teotônios Freires, os Paulas de Arruda, os Alfredos de Carvalho, um Celso de Magalhães, um Rocha Lima, um Siqueira Filho, um Martins Júnior, um Graça Aranha, um Sousa Pinto, um João Bandeira... não têm chegado para desarmar a odiosidade sistemática a uns, as censuras infundadas a outros, os esquecimentos calculados a estes, as meias simpatias àqueles, e até os festejos suspeitos a certos renegados que por qualquer motivo caíram nas graças de determinados críticos, que se arrogam nesta boa terra a função de distribuir os títulos e louvores espirituais.

Entretanto, a cousa não é assim tão simples, nem é daquelas que se riscam do livro da vida com um traço de lápis.

Existem obras que fazem hoje parte do tesouro intelectual da nação, que lhe germinaram n’alma, abrindo-lhe novas e mais rasgadas perspectivas, que se não podem desfolhar ao vento ao gosto das folhas mirradas, imprestáveis... Os *Dias e Noites*, as *Espumas Flutuantes*, *Mocidade e Tristeza*, *Visões de Hoje*, *O Matuto*, *O Lourenço*, os *Estudos Alemães*, os *Menores e Loucos*, os *Estudos de Direito*, a *Propedêutica Jurídica*, *Ensaio de Crítica*, o *Pan-americanismo*, o *Direito da Família*, o *Das Sucessões*, *Princípios de Direito Internacional Privado*, *A Nova Escola Penal*, e cem outros não se deixam sufocar pelo negativismo gamenho dos conferencistas da última hora. Não são da alçada dos que se prezam de saber “colocar pronomes” mas não sabem “colocar idéias”... Não entram na tarefa dos que pensam que tudo está feito,

todos os brilhos de estilo conseguidos, todos os meandros da ciência desvendados, todos os degraus da glória vencidos, quando se teve a ventura de, tratando de cousas do entendimento, achar que se deve dizer *despercebido* em vez de *desapercebido*, formas ambas corretas, *merece contestado* em lugar de *merece ser contestado*, duas frases tão certas uma quanto outra. Com espíritos cujo horizonte mental apraz em apertar-se tão singularmente, em cujo céu do pensamento fulgem apenas esses vaga-lumes em vez dos grandes astros aclaradores dos magnos problemas, não admira a cegueira com que negam os títulos, por exemplo, a um dos mais conspícuos chefes intelectuais da nação, o autor das *Questões Vigentes de Filosofia e Direito*.

Proliferam impertinências, insinuadas nas cabeças de homens como José Maria Mérou, para que os esconjuros negativistas passem a fronteira e se espalhem pelo continente. Percorre-se toda a história de quatrocentos anos das lides espirituais brasileiras e não se encontra, em tempo algum, uma tal e tão prolongada sanha de desprestígio e denegrimento numa gente, que tem, aliás, tão fácil o entusiasmo e sabe como tanto jeito baloiçar os turíbulos diante de uma série quase infundável de manipansos de toda a casta.

Escusado é relembrar as várias formas revestidas pelo demônio da demolição e as capas diversas que tem sido forçado a deixar no meio da rua.

O bioco faz hoje uma confissão e julga-se com ela exonerado de culpa e quite com a justiça e a verdade.

O homem não valia nada; mas, oh! singular antinomia mais embrulhada do que as de Kant!... teve a vantagem de formar grandes discípulos e preclaros admiradores...

Como se um medíocre pudesse fecundar almas, suscitar talentos, mover e pôr a postos os contendores da idéia!...

É uma crítica que evidentemente desnorteia e vai, de queda em queda, de concessão em concessão, até negar-se a si mesma.

O grande brado final é agora: *a originalidade*... Mostrai-nos as novas doutrinas, as originais descobertas do proclamando Mestre.

Pode-se responder com ele mesmo, defendendo um companheiro, a quem, num passo semelhante, pedia a mesma fanfarronice crítica que indicasse a *originalidade* produzida em certo livro:

Não conheço maior extravagância no gênero, não conheço coisa mais deslocada, nem mais extemporânea, do que o gesto magistral e autoritário do censor, afirmando que o autor não é capaz de dizer qual foi a *originalidade* que disse em seu livro, nem de mostrar onde descreveu alguma *experiência própria*. E prometera ele ser *original*, no sentido comum da palavra, para fazer-se-lhe tal exigência?

E que vem a ser, em obras de história e crítica literária, jurídica ou filosófica, a necessidade de *descrever experiências próprias*?

Pergunta qual é a *originalidade* que se encontra no livro questionado e não presente que se lhe possa responder: o livro mesmo, seu método, sua tendência. Já isto vale alguma coisa no ponto de vista elevado da crítica atual do mundo culto; no que, porém, particularmente nos toca, nos estreitos limites de nosso horizonte, vale muito, vale tudo. Não é trabalho de pouca monta, que demande mais o talento da paciência, do que a paciência do talento, escavar e revolver um terreno estéril, tido geralmente na conta de *aurífero*, para dizer-nos enfim: não existe ouro; é apenas uma camada de greda...

Originalidade!... É pedir demasiado. O censor, por certo, não entrou bem no fundo deste conceito. Original em uma criação do pensamento, afirma Hermann Cohen, limita-se a um curto passo que muitas vezes somente pela sua preponderância no andar das idéias, ou pela inesperada direção que toma, atinge a força de reformar, ao largo tempo e ao longo, o domínio do saber. Mas, mesmo assim, quantos são capazes de sair fora de casa, e aventurar esse *curto passo* além do terreno conhecido? Ainda hoje é verdadeiro o que disse o grande Borne: “assim como entre um milhão de homens existem, ao muito, mil pensadores, também entre mil pensadores existe apenas um original.” Não é, portanto, no sentir dos homens competentes, tão importante como parece aos olhos mal educados de levianos e impertinentes aristarcos, para tomar as dimensões de um autor, principalmente de crítica filosófica, ou outra qualquer, a medida retórica da *curésis* ou da *inventio*, a medida da *originalidade*...

Eis aí: nada mais adequado ao caso, nada que melhor caracterize a hilariante atitude dos que articulam censuras, irmãs gêmeas da vacuidade. Do nosso compatriota pode-se afirmar exatamente o mesmo: sua originalidade está em sua obra tomada em conjunto, na ação, nas tendências que despertou, no influxo por ela produzido.

Só pelo mais irracional capricho ou pela mais inexplicável ausência de senso histórico, é possível negar valor e eficácia no Brasil a esses movimentos dele partidos, do *integralismo social* em poesia, do *germanismo* em literatura, do *monismo evolucionista* em Filosofia e Direito.

Uma consideração que não tem sido assaz ponderada, por si só suficiente para aclarar o ponto, destacando a figura do genial agitador, é que os grupos que constituíram as três fases da Escola do Recife, de seu início a seu fim, de 62 a 89, a fase poética, a crítico-filosófica, a jurídica, não foram os mesmos; sucederam-se, havendo, entretanto, um fator permanente, que presidiu os três períodos e esse era exatamente o autor dos *Dias e Noites*, dos *Estudos Alemães*, dos *Estudos de Direito*.

Quantos no Brasil se poderão gabar, com verdade e razão, de um tão harmonioso e orgânico desdobrar de sua ação intelectual?

É preciso ter vivido no Rio de Janeiro, espreitando, mesmo de longe, o círculo dos estudantes, dos professores, dos jornalistas, dos literatos e políticos de toda ordem, para se haver sentido a temperatura espiritual do tempo, nos anos de 1862 a 68, exatamente o período em que se agitava a Escola do Recife, no seu *Sturm und Drang*, e preparava o início da fase crítica.

A poesia movia-se estafada, mofina, pálida e tísica a tossir umas cansadas mágoas de monótono realejar. A *minh'alma é triste como a rola aflita*, e o *se eu morresse amanhã* – andavam nos lábios de todas as belas, e o *qual quebra as vagas do mar* – ressoava dos peitos dos namorados, sonhadores e lamartinescos.

O burguês retrucava com o – *Waterloo, Waterloo!... lição sublime...* e o rapazio patrioteiro com a – *minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá...* O nativista atento, a fantasiar caboclismos de opereta, desfiava como palavras de uma ladainha o – *ó guerreiros da taba sagrada, / ó guerreiros da tribo tupi...*

Alguns cismadores de tristezas indefinidas, enevoadas, dessas que cingem os Hamlets de chapéus descaídos e olhares chumbados nos luars místicos, divisando monjas em cada canto dos céus, seguiam monologando – o *quem passou pela vida em branca nuvem e em plácido regaço adormeceu...* Como diversão, meio brejeira, cheia dos eflúvios das confidências romantizadas de um mundo feérico, na qual a banalidade sabe falar em rimas doces, modulavam mocinhas pálidas, num devanear de descuidosas íncolas de sonhos e miragens o – *lembras-te, Iná? Belo e mago / da névoa por entre o manto / erguia-se ao longe o canto / dos pescadores do lago...* numa terra que não tem névoas nem pescadores de lagos... Ao que a caixeirada sensata, fazen-

do frases à moda geral, retrucava com a – *simpatia, meu anjinho, é o canto do passarinho...*

E os pianos roufenhavam por todos os lados o recitativo que acabava de ser introduzido por Furtado Coelho: *Era no outono quando a imagem tua...*

Asfixiava!...

O romance e o drama moviam-se entre a erótica carioca, meio burguesa, meio fantástica, engalanada de lantejoulas baratas e penas de pavão dos heróis e heroínas de Macedo, de um lado e, de outro, os caboclos hiperidealistas, mestres em platonismo alexandrino, e a avultada galeria de belas raparigas histéricas, nevropatas, de Alencar.

Em Filosofia ainda Victor Cousin era esse Deus que, na frase declamatória do retórico Montealverne, *tinha trazido a ordem ao caos dos sistemas*.

Como supremo esforço do gênio nacional nesse gênero de assuntos recordavam alguns a doutrina de Magalhães na possibilidade de não ter o universo existência real, não passando de um sonho em nós suscitado pela inteligência divina, na qual o vemos, pela mesma forma que o magnetizado vê as idéias na mente do magnetizador...

Era o tempo em que o Dr. Dias da Cruz e o padre Patrício Muniz discutiam com toda a seriedade a *teoria da afirmação pura*.

Um pavor...

A inteligência nacional andava encurralada num círculo de romantismo caduco e de metafisicismo banal, envoltos ambos num retoricismo sovado, balofo, inane, em que velhas frases eram glorificadas e erigidas à altura de teses científicas, de pilastras eternas do verdadeiro. Em política o Visconde de Uruguai e o Conselheiro Zacarias de Góis esbofavam-se por estabelecer a exata doutrina acerca da *natureza de limites do poder moderador*.

Nunca o bizantinismo tinha alcançado mais nítido renascimento depois do século XV. Era o justo *pendant* da disputa da *teoria da afirmação pura*.

Em crítica literária o cônego Dr. Fernandes Pinheiro ensinava com todo o sério: “Preferiu Barros a tuba épica ao buril da história, e *assim como precedera Heródoto a Homero*, publicou ele a sua primeira década no mesmo ano em que Camões partia para a Índia.” E interpretava – *tinherabos, non tinherabos* – por *tinhe-rabos, non tinhe-rabos...*

Que tal! – Cousas professadas no Colégio de Pedro II e repetidas diante do Imperador...

Em crítica de religião e de Direito... nem é bom falar.

Taparelli, Ventura de Ráulica e o Padre Gaume eram a última palavra.

Foi nestas condições que um ar fresco de reforma e renovamento, que coincidia, em Paris, com a decadência crescente do despotismo napoleônico e a ação inovadora dos mais fecundos escritos de Vacherot, Scherer, Taine, Renan, passou os mares e tocou em Pernambuco, primeiro porto nacional, destacado para o oriente, esperando, anelante, as novas do Velho Mundo. Tudo começava a revestir-se de novos rebentos e novas folhagens.

Até os velhos românticos, os Hugos, os Quinets, os Michelets, sempre sequiosos de liberdade e cheios de ardor pelo progresso, modificando as tardas liras, meteram-lhes cordas novas em que deviam soar as aspirações do povo, as dores sociais, as mágoas da multidão.

A Polônia estorcia-se sob a pata do cossaco, o México sob as carabinas de Bazaine, os Estados Unidos, com os Grants e os Lincolns, feriam tremendas batalhas para libertar alguns milhões de escravos.

A Alemanha preparava em Sadowa a sua transformação. Até o Brasil se começava a mover e embarcava na aventura das lutas com o Uruguai e o Paraguai.

Enquanto no Rio de Janeiro os espíritos se diluíam nas divagações das *Cartas de Erasmo*, a mocidade do Recife fremia sob o impulso das tentações republicanas, democráticas, abolicionistas, patrióticas. A expressão desse aspirar tumultuário e intenso era natural que em almas juvenis se manifestasse pela poesia e mais natural ainda era que ela tomasse o tom e a coloração dos grandes mestres que no tempo falavam mais alto aos instintos generosos do coração francês, Victor Hugo e Edgar Quinet.

Eis a razão do que se veio a chamar o *condoreirismo*, o qual deve ser apreciado no sentido íntimo das idéias que espalhou, dos sentimentos a que deu expressão, do ardente lirismo que pôs em voga. Castro Alves foi o apóstolo andante das novas intuições.

Na Bahia, Rio e São Paulo apareceu sucessivamente como alguma cousa de inédito.

A poesia mudou logo de tom em toda a linha.

Deixados os primeiros exageros de forma, dali tinham de partir as escolas naturalistas, a científica, a parnasiana, que se sucederam nos últimos tempos. Mas, como sói quase sempre acontecer, os bem-aventurados das margens de Guanabara esqueceram facilmente o ponto de partida, o centro provinciano, onde as primeiras idéias tiveram a ousadia de brotar.

E agora exigem-nos títulos de originalidade! É curioso. — O que se fez em crítica e história literária, em Filosofia geral e do Direito, em *folklore* e história nacional, em crítica religiosa e política, em questões sociais, de 1868 em diante, época em que Castro Alves deixou o Recife, lides, portanto, em que não tomou parte e nem poderia tomar, porque não estava preparado para elas, sobreleva de muito a ação no mero terreno da poesia, em que ele teve parte conspícua.

Indicar, mesmo em resumo, o punhado de idéias e doutrinas lançadas então na leiva fértil das almas entusiastas, e que nelas floresceram e vieram espalhar dourados frutos por todo o país, não caberia, sem impertinência, nesta ocasião e lugar.

Em ensejo proximamente oportuno será ponto debatido em toda a extensão, com todos os ardores da refrega.

Baste, por hoje, avançar que me não contenta a afirmativa, já feita, da originalidade, por assim dizer, genérica, da obra e da ação do crítico das *Questões Vigentes*, tomada em seu conjunto.

Releva resolutamente responder àqueles que o acusam e amesquinham, sem o haver jamais evidentemente lido, a esses que nunca se lembraram de exigir o *brevet d'invention* das originalidades de outros escritores, vivos ou mortos, que desassisada é a teima de pretender transformar um crítico em o que os franceses chamam, com evidente espírito de mofa, *un théoriste, un faiseur de système*... E, todavia, tantas são as idéias novas, os pontos de vista originais que se nos deparam nos escritos do grande ensaísta brasileiro, que ousou chamar raríssimo o trabalho seu em que não surjam a ponto de facilmente serem notados pelos olhares competentes.

Destarte, novidades escreveu em todas os ramos de crítica de que se ocupou: de Literatura, de Direito, de Filosofia, de Política, de Religião, de Arte musical.

Bastante seria, para destacar esse espírito inovador, notar as análises que fez dos mais variados escritores, S. Tomás, Kant, Jouffroy, Leveque, Francisco Huet, Vacherot, Strauss, Jellinek, Jules Simon, Auerbach, Guiau, G. Le Bon, Carrara, Hartmann, Gneist, Ihering, Alexandre Herculano, Zacarias de Góis, Tavares Bastos, Magalhães, Soriano de Sousa, Oliveira Martins... Ou apreciar o *humour* com que se insurgiu contra as parêmiias consagradas, tidas geralmente por verdades inconcussas, moedas de ouro de lei do mais elevado quilate que não passavam, a seus olhos perspicuos, de solenes tolices: *liberdade, igualdade, fraternidade; idéia perseguida – idéia propagada; benigna amplianda – odiosa restringenda; o estilo é o homem; o Direito não deve ser casuístico...*

Ou meditar nos vivos quadros que traçou do Brasil literário, municipal, cortesão, político, religioso e social.

Podem e devem, entretanto, ser desafiados os aristarcos a percorrer os domínios prediletos do criticar do malfadado escritor.

Na crítica literária, se lhe deparará o conceito mesmo de literatura, corrigindo e alargando a definição do dinamarquês George Brandes; as notações que faz da índole e natureza do estilo da poesia, da confusão desta com o senso religioso em determinados casos; a pintura que traça de Shakespeare, do pensador em V. Hugo, de Herculano estilista e crítico, de alguns vultos da literatura clássica alemã; o paralelo entre Feuerbach e Strauss, e a determinação do que chama o momento trágico na vida deste último...

Em crítica jurídica, várias idéias acerca de tentativa, mandato criminal, co-delinquência, direito autoral; o conceito mesmo que formava do Direito, ampliando a definição de Ihering, ou como a disciplina das forças sociais, o processo de adaptação das ações humanas à ordem pública, ao bem-estar da comunhão política, ao desenvolvimento geral da sociedade.

Por igual a análise da teoria da imputação no antigo Código Criminal Brasileiro. Releva sobretudo salientar o conceito do criminoso como um especial tipo disteleológico, que sai fora da finalidade social, verdadeiro caso de teratologia, que, entretanto, não se deixa explicar pelos fatores apregoados pelas escolas já então em luta, ainda que sejam todos reunidos, os *naturais* (escola antropológica), os *sociais* (escola socialista) os do *livre arbítrio* (escola clássica), fatores estes que, multiplicados entre si, segundo a frase do autor,

não chegam para esgotar a série porque entre eles há termos médios, cujo valor não tem força de determinar.

Doutrina esta expendida logo que apareceram os primeiros escritos de Lombroso e de seu opositor, Tarde, atirando a barra adiante deles.

Claro é que a *terza scuola* teve em nosso criminalista um genuíno precursor, sendo que os conceitos do crime e do criminoso são no escritor brasileiro mais largos do que os de von Liszt, o famoso jurista alemão.

Nova também foi a doutrina por ele ensinada dos delitos comissivos, praticados, entretanto, omissivamente. Novidades para quem anda sequioso atrás delas aparecem na análise do art. 10 do aludido Código, peculiarmente no que diz respeito a mulheres e menores campônios delinqüentes.

E como esquecer as belas e novas cousas acrescentadas à lição de Ihering contra a velha teoria do Direito Natural em prol da doutrina do puro culturismo, e o que expendeu acerca da morfologia, fisiologia e psicologia nos fenômenos jurídicos?

Em crítica filosófica, além de ter sido ele quem iniciou a campanha seguida e vigorosa contra o extenuado espiritualismo eclético de Victor Cousin e consócios, ensinando sucessivamente, como quem reformava seu próprio pensamento diante do público, o naturalismo idealista de Vacherot, o positivismo de Comte, o criticismo agnóstico de Schérer e Renan, o pessimismo de Schopenhauer e Hartmann, o monismo de Haeckel e Noiré, parando definitivamente neste último, cumpre advertir aos conhecedores, se deparam muitos casos originais, espalhados em seus escritos do gênero.

Deste número é o que deixou dito, contra Jouffroy, acerca do papel da imaginação no fato da consciência, e, contra Vacherot, do papel da memória na mesma consciência, até em se tratando de idéias, atos, paixões e sentimentos que formam, segundo a pretensão desse filósofo, o fundo e essência da alma humana. O que escreveu do nenhum valor da achega dos poetas, dramaturgos, romancistas, moralistas em Psicologia, da impossibilidade de esta traçar a história de suas principais descobertas de caráter subjetivo, e fazer previsões exatas nos seus domínios.

A réplica ao aludido Vacherot, quando ensina que o espírito humano se observa de duas maneiras, na parte individual e na parte de seu ser. A análise fina que fez por quatro vezes diversas da filosofia de Kant, principalmente

naquela em que mostra que o pensador de Königsberg inutilizou para todo sempre o chamado *racionalismo*, de qualquer natureza e forma, não bastando afirmar, portanto, que demonstrara a impossibilidade da Metafísica como ciência.

Várias das ponderações que aduziu contra a Sociologia como corpo científico já organizado. O modo como explicou a falta de homocronismo entre a evolução intelectual e emocional do homem.

Em análise política, – a análise do parlamentarismo brasileiro, isto há trinta e cinco anos, em confronto com o britânico. A página profunda em que delineia o que deveria ser o governo e a organização política do Brasil, como um produto de sua própria história e não uma cópia do Estado inglês ou do americano.

A nota que lança de passagem sobre o fato singularíssimo de não se haver o povo brasileiro constituído por si próprio, senão por um poder estranho, de tal arte que, como atividade, como força, como espírito, ele não se deu a si mesmo os órgãos e funções de sua vida social, sendo-lhe tudo outorgado, como a um autômato imenso, que devesse bulir e mexer-se por virtude de quem tivesse aquela mágica e suprema *chave de toda a organização política*, segundo a frase do texto constitucional, metáfora tosca e fútil, que, entretanto, se converteu em princípio diretor dos destinos das nações!

O que aventa sobre o futuro realmente induzido ou simplesmente imaginado em política. Como explica a razão da inexistência de uma intensiva vida municipal no Brasil em face de um provincialismo assaz vivace. A página em que descarna o sistema representativo nos Estados modernos como a estranha organização da desconfiança. Os dizeres humorísticos contra a parêmia de Thiers – *o rei reina e não governa*.

A censura que faz a um erro muito corrente, repetido por Tavares Bastos, do suposto caráter federativo do Estado inglês, cumprindo não esquecer a nota de ser em geral a forma de governo uma questão mais de estética do que de ética política.

Em crítica religiosa histórica – as considerações, contra Herculano, sobre o caráter intrínseco dos males que atacam a Igreja, a suposta imutabilidade antiga da dogmática e pretensas inovações modernas, alegadas pelo his-

toriador português, e, portanto, sobre o sentido e caráter da evolução no seio do catolicismo.

Em crítica religiosa, bíblica, entre outras idéias, as que expendeu do papel de Samuel na instituição da realeza em Israel e a explicação que sugere da oposição que o texto sagrado lhe atribui à vontade do povo que lhe pedia um rei.

As observações que ajunta à crítica de Michel Nicolas a propósito das duas narrativas que o *Gênesis* traz da criação.

A observação que opõe ao teólogo francês no que se refere à crítica deste a Ewald sobre as origens do *Pentateuco*. Na intervenção e corrigenda que faz de parte a parte no debate havido entre Vacherot e o padre Gratry acerca da narrativa evangélica da paixão de Jesus.

Como estas outras idéias jogadas no correr dos escritos que intitulou – *Notas sobre a Crítica Religiosa, A Irreligião do Futuro, A História do Povo de Israel e o Sr. Oliveira Martins*.

Finalmente, em crítica musical, além de repelir o velho sestro, nessa esfera reinante, de tomar meras metáforas por análise, substituindo-o pelo espírito filosófico-histórico, teve ensejo de, a propósito de músicos como Bellini, Carlos Gomes, Meyerbeer, Wagner e críticos como Hanslick e Escragnolle Taunay, espalhar várias pérolas de novo labor. Bastante é lembrar a bela página em que, a propósito da qualidade representativa ou não da música, se encontra indicada a teoria da *associação dos sentimentos* ou das *emoções consensuais*.

Só isto era suficiente para lhe conferir a láurea de pensador original. Oh! não vos poder convidar para, acompanhados pela musa da simpatia, esquecidos os esconjuros dos negativistas que apostaram em tapar os olhos, percorrerdes alguns dos mais sugestivos ensaios do seletor escritor! Se os seus desavisados censores tivessem uma visão clara da evolução total do espírito brasileiro na poesia, uma visão clara da evolução total do espírito brasileiro em Religião, Filosofia, Política, Direito e crítica literária, deveriam saber qual o estado de todas estas cousas nesta terra, em 1862, quando o grande pensador do Norte iniciou no Recife o seu poetar, e em 1868, quando deu começo à sua evolução crítica. Já se viu o detestável estado dessas cousas no período

aludido. Urge mostrar agora a mutação. A fase poética, com ter grande valor, não tem a importância da fase seguinte.

Os decênios que vão de 1868 a 1888 são os mais notáveis de quantos no século XIX constituíam a nossa labuta espiritual. Quem não viveu nesse tempo não conhece por ter sentido diretamente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista católica e eclética a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do aristocratism prático dos grandes proprietários a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe ilustre que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história em um grande país.

De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as cousas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A guerra do Paraguai estava a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão; e então a questão dos cativos se agita e logo após é seguida da questão religiosa; tudo se põe em discussão: o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arrocho das instituições policiais e da magistratura e inúmeros problemas econômicos; o Partido Liberal, expelido do poder, comove-se desusadamente e lança aos quatro ventos um programa de extrema democracia, quase um verdadeiro socialismo; o Partido Republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar.

Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travejamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso.

Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos, hoje, que são elas correntes e andam por todas as cabeças, não têm mais o sabor da novidade, nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande

decênio. Positivismo, evolucionismo, cientificismo na poesia e no romance, *folklore*, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do Direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola do Recife. O escritor dos *Menores e Loucos* foi o mais esforçado combatente, com o senso de visão rápida de que era dotado. Por que contestar o seu merecimento? Por que amesquinhar o seu esforço?

Vós, Sr. Dr. Euclides da Cunha, tendes, felizmente, ficado e ficareis a coberto dessas ásperas contingências de precisar defender uma cousa que, no fundo, não vale dois minutos de esforço neste canto da terra: o renome, a reputação literária... De um ímpeto, adejastes por cima dos mais altos píncaros, onde flutuam aos ventos as flâmulas dos entusiasmos e das glorificações brasileiras.

Lá chegastes e lá deveis ficar, porque não vos fizeram favor.

Fostes levado pelo mérito inegável de um livro que é uma das obras-primas da mentalidade nacional.

Mas cumpre dizer-vos, nada deveis à crítica indígena; porque ela não vos compreendeu cabalmente. Tomou o vosso livro por um produto meramente literário, como as dezenas de tantos outros que se afez a manusear.

Viu nele apenas as cintilações do estilo, os dourados da forma, e, quando muito, considerou-o ao demais como uma espécie de panfleto de oposição política que dizia da organização de nosso Exército, de nossas cousas militares, umas tantas verdades que ela, a crítica, não se atrevia a dizer. Daí os aplausos.

Não era desses que precisáveis.

Vosso livro não é um produto de literatura fácil, ou de politiquismos irrequietos. É um sério e fundo estudo social de nosso povo que tem sido o objeto das vossas constantes pesquisas, de vossas leituras, de vossas observações diretas, de vossas viagens, de vossas meditações de toda hora. Começastes por querer surpreendê-lo na índole, na constituição mais íntima, na essência intrínseca, nessa espécie de *rendez-vous* que ele se deu a si próprio nos campos do Paraguai.

Achastes talvez desmesurado o plano, e recuastes até agora. Creio que o quisestes pegar em flagrante nas cruas lutas de *maragatos* e castilhistas do Rio Grande do Sul, ou nas curiosas aventuras da Revolta da Armada.

Tem sido a iniludível necessidade de dividir o assunto, agigantadamente extenso, para uma só tela. Andais tentado hoje pelo Acre e pela Amazônia, que vos consomem os lazeres; porque vós tomais ao sério vossos estudos e tendes o pundonor dos escritores que forcejam por ser verídicos e escrupulosamente exatos.

Que a musa da felicidade, que deve ser o anjo de guarda dos gênios empreendedores, vos ampare e abrigue sob largas asas e propicie ao Brasil o ensejo de receber de vossas mãos outros livros como esse d'*Os Sertões*.

Nele a narrativa, que ocorre na segunda parte, da campanha de *Canudos*, é uma simples exemplificação de caráter subalterno. O nervo do livro, seu fim, seu alvo, seu valor, estão na descritiva do caráter das populações sertanejas de um dos mais curiosos trechos do Brasil.

Para os que as conhecem, foi inestimável serviço ver, ligados, presos, articulados, – os traços diversos, esparsos na imaginação e na memória. Tomaram eles feição sob a vara mágica e evocativa do poderoso estilo do observador.

Para os que não as conhecem, e é este o caso de todos os deliquescentes que enfiam frases no Rio de Janeiro, foi como a revelação de um mundo longínquo, afastado, estranho, alheio a tudo que os toca, tudo em que pensam, tudo de que fabulam, em suas irisadas vacuidades de imortalizados em vida... Era como se se tratasse de populações da Mongólia, do Turquestão ou do Saara...

Tanto é profundo o inconsciente desconhecimento de nós mesmos!

Tínheis o espírito cheio do ensino do divino Thomas Buckle, de quem me prezo de haver sido o primeiro que lhe analisou a doutrina em língua portuguesa, nos dois mundos, quando estudastes o vosso assunto e escrevestes o vosso livro.

Usastes de seus processos, que são fundamentalmente os mesmos popularizados por Hipólito Taine e diluídos na prosa docemente ondulosa de Ernesto Renan.

Estudastes a terra, sua organização, seus aspectos, sua flora, seu clima, suas falhas, seus recursos, e pudera dizer, seus males, seus padecimentos, e tomastes nas mãos a mor porção dos fios invisíveis com que ela prende o homem e o faz à sua imagem e semelhança.

Surpreendeste-a na lenta e segura laboração das almas e dos caracteres.

De vosso livro deve-se tirar, pois, uma lição de política, de educação demográfica, de transformação econômica, de remodelamento social, de que depende o futuro daquelas populações e com elas o dos doze milhões de brasileiros que de norte a sul ocupam o corpo central do nosso país e constituem o braço e o coração do Brasil.

Dir-vo-lo-ei como; mas antes deixai que exerça livremente o meu direito de admirar.

Também sei queimar gostosamente bagas de incenso, quando o altar não está vazio e nele existe realmente o que se deva venerar. Para tanto, no caso, não hei mister improvisar; basta-me abrir o vosso livro e ler nele como se lê nos *Missais* nas cerimônias do culto.

Vós sabeis retratar ao vivo a natureza física, dando intensidade às notas, sem prejudicar a veracidade dos fatos, a qualidade dos fenômenos.

É o grande escolho da arte da descritiva: exatidão e relevo, naturalismo e brilho, consistência e colorido, poesia e verdade.

Em vosso livro multiplicam-se as páginas comprovadoras do asserto.

Descreveis a terra, os ares, os horizontes, a flora, as secas, as trovoadas, os bons dias das renascenças hibernais, as labutações dos homens; as vaquejadas, as partilhas, as festas das sações propícias, os sofrimentos tragicamente heróicos dos grandes êxodos inevitáveis, e descreveis os costumes, as crenças, as almas, em suma, nas suas mais recônditas fibras.

As dez ou doze páginas consagradas à flora não vejo que encontrem superiores ou sequer iguais em nossa língua.

Pequenos trechos esplêndidos no correr da descritiva:

Dão-lhes na deiscência perfeita como que as vagens se abrem, estalando como se houvessem molas de aço, admiráveis aparelhos para propagação das sementes, espalhando-as profusamente pelo chão. E têm, todas, sem excetuar uma única, no perfume suavíssimo das flores, anteparos intácteis que nas noites frias sobre elas se alevantam e se arqueiam, obstando que as atinjam em chofre as quedas de temperatura, tendas invisíveis e encantadoras, resguardando-as.

.....

Estes vegetais estranhos, quando ablaqueados em roda, mostram raízes que se entranham a surpreendente profundura. Não há desenraizá-los; o eixo descendente aumenta-lhes maior, à medida que se escava. Por fim se nota que ele se vai repartindo

em divisões dicotômicas; progride pela terra dentro até a um caule único e vigoroso, embaixo.

Não são raízes, são galhos. E os pequeninos arbúsculos, esparsos ou repon-tando em tufos, abrangendo às vezes largas áreas, uma árvore única e enorme, inteira-mente soterrada...

.....

Têm o mesmo caráter os juazeiros, que raro perdem as folhas de um verde in-tenso, adrede modeladas às reações vigorosas da luz. Sucedem-se meses e anos arden-tes; empobrece-se inteiramente o solo aspérrimo. Mas, nessas quadras cruéis, em que as soalheiras se agravam, às vezes, com os incêndios espontaneamente ateados pelas ventanias, atritando rijamente os galhos secos e estonados, sobre o depauperamento geral da vida, em roda, eles agitam as ramagens virentes, alheios às estações, floridos sempre, salpintando o deserto com as flores cor de ouro, álares, esbatidas no pardo dos restolhos, à maneira de oásis verdejantes e festivos.

A dureza dos elementos cresce, entretanto, em certas quadras ao ponto de os desnudar: é que se enterroaram há muito os fundos das cacimbas e os leitos endureci-dos das ipueiras mostram, feito enormes carimbos, em moldes, os rastros velhos das boiadas; e o sertão de todo se apropriou à vida.

Então, sobre a natureza morta, apenas se alteiam os *ceréus* esguios e silentes, apurando os caules circulares repartidos em colunas poliédricas e uniformes, na simetria impecável de enormes candelabros. E avultando ao descer das tardes breves sobre aqueles ermos, quando os abotoam grandes frutos vermelhos destacando-se, nítidos, à meia luz dos crepúsculos, dão a ilusão emocionante de círios enormes, fin-cados a esmo no solo, espalhados pelas chapadas, e acesos...

Os *mandacarus*, atingindo notável altura, raro aparecendo em grupos, assomando isolados acima da vegetação caótica, são novidade atraente, a princípio. Atuam pelo contraste. Aprumam-se tesos, triunfalmente, enquanto por toda a banda a flora se deprime. O olhar perturbado pelo acomodar-se à contemplação penosa dos acervos de ramalhos estorcidos, descansa e retifica-se percorrendo os seus caules direitos e corretos.

No fim de algum tempo, porém, são uma obsessão acabrunhadora. Gravam em tudo monotonia inatural, sucedendo-se constantes, uniformes, idênticos, todos, todos do mesmo porte, igualmente afastados, distribuídos com uma ordem singular pelo deserto...

.....

Tem como sócios inseparáveis neste *habitat*, que as próprias orquídeas evi-tam, os *cabeças-de-frade*, deselegantes e monstruosos melocactos de forma elipsoidal, acanalada, de gomos espinescentes, convergindo-lhes no vértice superior formado por uma flor única, intensamente rubra. Aparecem, de modo inexplicável, sobre a pedra nua, dando, realmente, no tamanho, na conformação, no modo por que se espalham,

a imagem singular de cabeças decepadas e sanguinolentas jogadas por ali a esmo, numa desordem trágica...

E a vasta família, revestindo todos os aspectos, decai, a pouco e pouco, até aos quipás reptantes, espinhosos, humílimos, trançados sobre a terra à maneira de espartos de um capacho dilacerador; [...]

Aqui, ali, outras modalidades: as *palmatórias-do-inferno*, opúntias de palmas diminutas, diabolicamente eriçadas de espinhos, com o vivo carmim das cochonilhas que alimentam; orladas de flores rutilantes, quebrando alacremenente a tristeza solene das paisagens...

.....
Vingando um cômodo qualquer, postas em torno as vistas, perturba-as o mesmo cenário desolador: a vegetação agonizante, doente, informe, exausta, num espasmo doloroso...

.....
Compreende-se e verdade da frase paradoxal de St.-Hilaire: “Há, ali, toda a melancolia dos invernos, com um sol ardente e os ardores do verão!”

A luz crua dos dias longos flameja sobre a terra imóvel e não a anima. Reverberam as infiltrações de quartzo pelos cerros calcários, desordenadamente esparsos pelos ermos, num alvejar de banquisas; e, oscilando à ponta dos ramos secos das árvores inteiriçadas, dependuram-se as tilândsias alvacentas, lembrando flocos esgarçados, de neve, dando ao conjunto o aspecto de uma paisagem glacial, de vegetação hibernante, nos gelos...

Não é, todavia, a natureza física que tem o condão de arrancar à palheta do escritor imagens, que são fotografias.

Os tipos étnicos, os caracteres das coletividades, as índoles individuais, moldadas no cadinho dos vícios ambientes, os vincos deixados nas almas pela atmosfera social fazem-se reproduzir com firmeza e são, a meus olhos, mais meritórios; porque mais difíceis de concretizar.

Tal é o estado de difusão da matéria-prima empregada.

Mas o escritor sai galhardamente da empresa.

Já viram cousas esplêndidas. Ouçam agora cousas magníficas. Eis o sertanejo, o tipo aparentemente mole, preguiçoso, nas horas da súbita transfiguração, imposta pela necessidade.

Não há contê-lo, então, no ímpeto. Que se lhe antolhem quebradas, acervos de pedras, coivaras, moitas de espinhos ou barrancas de ribeirões, nada lhe impede encaixar o *garrote* desgarrado, porque *por onde passa o boi passa o vaqueiro com seu cavalo*... Colado ao dorso deste, confundindo-se com ele, graças à pressão dos jarretes

firmes, realiza a criação bizarra de um centauro bronco: emergindo inopinadamente nas clareiras; mergulhando, adiante, nas macegas altas; saltando valos e ipueiras; vingando cômoros alçados, rompendo, célere, pelos espinheirais mordentes; precipitando-se, a toda brida, no largo dos tabuleiros...

A sua compleição robusta ostenta-se, nesta ocasião, em toda a plenitude. Como que é o cavaleiro forte que empresta vigor ao cavalo pequenino e frágil, sustentando-o nas rédeas improvisadas de *caruá*, suspendendo-o nas esporas, arrojando-o na carreira, estribando curto, pernas encolhidas, joelhos fincados para a frente, torso colado no arção, *escanchado no rastro* do novilho esquivo: aqui, curvando-se agilíssimo, sob uma galhada, que lhe roça quase pela sela; além, desmontando, de repente, como um acrobata, agarrado às crinas do animal, para fugir ao embate de um tronco percebido no último momento, e galgando, logo depois, num pulo, o selim; e galopando sempre, através de todos os obstáculos, sopesando à destra, sem a perder nunca, sem a deixar no emaranhado dos cipoais, a longa aguilhada de ponta de ferro encaستoada em couro...

São traços; mas são firmes; destacam com segurança uma das múltiplas faces de um tipo social de nossas gentes dos centros.

Há mister ver o quadro inteiro no livro. É admirável. É uma tela empolgante: desenho e colorido ajustam-se e dão-nos a ilusão da realidade viva e palpável.

Há, porém, ali cousa melhor. Caminhamos por entre as filas dos crentes e sectários do *Conselheiro*; parecem velhos conhecidos com quem já falamos noutro tempo ou poderemos falar ainda, tão lucidamente se destacam e como que vem ao nosso encontro:

...a multidão repartia-se, separados os sexos, em dois agrupamentos destacados. E em cada um deles um baralhamento enorme de contrastes...

Ali estavam, gafadas de pecados velhos, serodiamente penitenciados, as beatas, – êmulas das bruxas das igrejas – revestidas da capona preta, lembrando a holandilha fúnebre da Inquisição; as *solteiras*, desenvoltas e despejadas, *soltas* na gandaíce e sem freios; as *moças donzelas* ou *moças damas*, recatadas e tímidas; e honestas mães de famílias niveladas pelas mesmas rezas.

Faces murchas de velhas, esgrouviados viragos em cujas bocas deve ser um pecado mortal a prece; rostos austeros de matronas simples, fisionomias ingênuas de raparigas crédulas, misturavam-se em conjunto estranho.

Todas as idades, todos os tipos, todas as cores... Grenhas maltratadas de crioulas retintas; cabelos corredios e duros, de caboclas; trunfas escandalosas, de africanas; madeixas castanhas e louras, de brancas legítimas, embaralhavam-se, sem uma fita, sem um grampo, sem uma flor!...

.....
 Aqui, ali, estremando-se a relanços nos acervos de trapos, um ou outro rosto formosíssimo, em que ressurgiam, suplantando impressionadoramente a miséria e o sombreado de outras faces rebarbativas, as linhas dessa beleza imortal que o tipo judaico conserva imutável através dos tempos. Madonas emparceiradas a fúrias, belos olhos profundos, em cujos negrumes afuzila o desvario místico; [...]

... Destaca-se mais compacto o grupo varonil dos homens, mostrando idênticos contrastes: vaqueiros rudes e fortes, trocando, como heróis decaídos, a bela armadura de couro pelo uniforme reles de brim americano; criadores, ricos outrora, felizes pelo abandono das boiadas e dos pousos animados; e menos numerosos, porém mais em destaque, gandaieiros de todos os matizes, recidivos de todos os delitos...

... Prestigia-os o renome de arriscadas aventuras que a imaginação popular romaneia e amplia. [...]

De joelhos, mãos enclavinadas sobre o peito, o olhar tençoeiro e mau esvai-se-lhes contemplativo e vago.

José Venâncio, o terror da Volta Grande, deslembra-se das dezoito mortes cometidas e do espantallo dos processos à revelia, dobrando, contrito, a face para a terra.

Ladeia-o o afoito *Pajeú*, rosto de bronze vincado de apófises duras, mal apurado o arcabouço atlético. Estático, mãos postas, volve como as suçuaranas em noite de luar, olhar absorto para os céus. Logo após o seu ajudante-de-ordens inseparável, *Lalau*, queda-se igualmente humílimo, joelhos dobrados sobre o trabuco carregado.

Chiquinho e *João da Mata*, dois irmãos aos quais estava entregue o comando dos piquetes vigilantes nas entradas de Cocorobó e Uauá, aparecem unidos, desfilar-do crédulos as contas do mesmo rosário.

Pedraão, cafuz entroncado e bruto, que com trinta homens escolhidos guardava as vertentes da Canabrava, mal se distingue, afastado, próximo de um digno êmulo de tropelias, *Estêvão*, negro reforçado, disforme e corpo tatuado à bala e à faca, que lograra vingar centenas de conflitos, graças à disvulnerabilidade rara. *Joaquim Tranca-Pés*, outro espécimen de guerrilheiro sanhudo, que velava no Angico, ombreia com o *Major Sariema*, de estatura mais elegante, lidador sem posição fixa, destemeroso mas irrequieto, talhado para as arrancadas subitâneas e atrevidas.

Antepõe-se-lhe, no aspecto, o tragicômico *Raimundo Boca-Torta*, do Itapirucu, espécie de funâmbulo patibular, face contorcida em esgar ferino, como um traumatismo hediondo. [...]

O velho *Macambira*, pouco afeiçoado à luta, de *coração mole*, segundo o dizer expressivo dos matutos, mas espírito infernal no gizar tocaias incríveis, espécie de *Imanus* decrépito, mas perigoso ainda, tomba de bruços no chão, [...]

Alheio à credulidade geral, um explorador solerte, *Vila Nova*, finge que ora, remascando cifras. E na frente de todos, o comandante da praça, o *chefe do povo*, o astuto *João Abade*, abrange no olhar dominador a turba genuflexa...

No meio destes perfis trágicos uma figura ridícula, *Antônio Beatinho*, mulato espigado, magríssimo, adelgado pelos jejuns, muito da privança do *Conselheiro*; meio sacristão, meio soldado, misseiro de bacamarte, espiando, observando, indagando, insinuando-se jeitosamente pelas casas, esquadrinhando todos os recantos do arraial, e transmitindo a todo instante ao chefe supremo as novidades existentes. Completa-o, como um prolongamento, *José Félix*, o *Taramela*, quinhoeiro da mesma predileção, guarda das igrejas, chaveiro e mordomo do *Conselheiro*, tendo sob as ordens as beatas de vestidos azuis cingidas de cordas de linho, encarregadas da roupa, da refeição exígua daquele, e de acenderem diariamente as fogueiras para as rezas. E um tipo adorável, *Manuel Quadrado*, olhando para tudo aquilo com indiferença nobilitadora. Era o curandeiro, o médico. Na multidão suspeita a natureza tinha, afinal, um devoto, alheio à desordem, vivendo num investigar perene pelas drogarias primitivas das matas.

Eis aí; é uma galeria de indivíduos que são como que índices ou sumários de um meio, de uma situação, de um momento.

São como feixes de fatos, cada um com seu rótulo, sua rubrica inapagável e eterna; são como expoentes indicadores das correntes subterrâneas das multidões; fórmulas lógicas, obtidas por processos indutivos, como integração completa de milhares de fenômenos observados. Mas são definições ditadas pela própria natureza: cada indivíduo é um resumo e um compêndio. Ali estão as cristalizações humanas obtidas por quatrocentos anos do labutar de uma mera cultura incongruente, cheia de falhas, grosserias e indisciplinas de toda a casta. E todas são reais e pegadas em flagrante.

Parece uma página do *Purgatório* ou dos quadros tétricos de Dostoiévski. Mas onde o escritor projeta em cheio os raios de seu aparelho de descrever é quando traça alguma cena de nevrose coletiva. Ouvimos o esplêndido e o magnífico; ouçamos agora o surpreendente. É a cena do *beija das imagens*, após as rezas intermináveis:

Antônio Beatinho, o altareiro, tomava de um crucifixo; contemplava-o com o olhar diluído de um faquir em êxtase; aconchegava-o do peito, prostrando-se profundamente; imprimia-lhe ósculo prolongado, e entregava-o, com gesto amolentado, ao fiel mais próximo, que lhe copiava, sem variantes, a mímica reverente. Depois erguia uma Virgem santa, reeditando os mesmos atos; depois o bom Jesus.

E lá vinham, sucessivamente, todos os santos, e registros, e verônicas, e cruces, vagarosamente, entregues à multidão sequiosa, passando um por um, por todas as

mãos, por todas as bocas e por todos os peitos. Ouviam-se os beijos chirriantes, inúmeros, e, num crescendo, extinguindo-se-lhes a assonância surda, o vozear indistinto das prédicas balbuciadas à meia voz, dos mea-culpa, ansiosamente socados nos peitos arfantes e das primeiras exclamações abafadas, reprimidas ainda, para que se não perturbasse a solenidade.

O misticismo de cada um, porém, ia-se a pouco e pouco confundindo na nevrose coletiva. De espaço a espaço a agitação crescia, como se o tumulto invadissem a assembléia adstrito às fórmulas de programa preestabelecido, à medida que passavam as relíquias sagradas.

Por fim as últimas saíam entregues pelo *Beato*, quando as primeiras alcançavam as derradeiras filas dos crentes.

E daquelas almas simples cumulava-se a ebbriez e o estonteamento. Desbordavam as emoções isoladas, confundindo-se repentinamente, avolumadas, presas no contágio irreprimível da mesma febre; e, como se as forças sobrenaturais que o animismo ingênuo emprestava às imagens penetrasse afinal as consciências, desequilibrando-as em violentos abalos, salteava a multidão o desvairamento irreprimível.

Estrugiam exclamações entre piedosas e coléricas; desatavam-se movimentos impulsivos, de iluminados; estalavam gritos lancinantes de desmaios. Apertando ao peito as imagens babujadas de saliva, mulheres alucinadas tombavam escabujando nas contorções violentas da histeria, crianças aterradas desandavam em choros; e, invadido pela mesma aura da loucura, o grupo varonil dos lutadores, dentre o estrépito, e os tinidos, e o estardalhaço das armas entrebatidas, vibrava no mesmo *ictus* assombroso, em que explodia, desapoderado, o misticismo bárbaro...

Nada, porém, iguala a gravura do fluxo e refluxo da troca recíproca de influências entre o grande louco e a multidão que o seguia. Feitura dela a princípio, veio a atuar como causa por seu turno; mas só chegou à posse completa de sua mesma vesânia, quando a viu compartilhada pelas gentes que o cercavam. Essas variantes sutis, que só poderiam ser notadas por uma alma pro sua vez complicada, ressaltam nestes períodos:

Dominava-os, por fim, sem o querer. No seio de uma sociedade primitiva que pelas qualidades étnicas e influxo das *santas missões* malévolas compreendia melhor a vida pelo incompreendido dos milagres, o seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe, talvez, o temperamento.

A pouco e pouco, todo o domínio que, sem cálculo, derramava em torno, parece haver refluído sobre si mesmo. Todas as conjecturas ou lendas que para logo o circundaram fizeram o ambiente propício ao germinar do próprio desvario. A sua insânia estava, ali, exteriorizada.

Espelhavam-na a admiração intensa e o respeito absoluto que o tornaram em pouco tempo árbitro incondicional de todas as divergências ou brigas, conselheiro obrigado em todas as decisões.

A multidão poupara-lhe o indagar torturante acerca do próprio estado emotivo, o esforço dessas interrogativas angustiosas e dessa intuspecção delirante, entre os quais envolve a loucura nos cérebros abalados.

Remodelava-o à sua imagem. Criava-o.

Aquele dominador foi um títere. Agiu passivo, como uma sombra...

Belo! Belo!...

A Academia recebe em seu seio um poderoso escritor, mas um que pode colocar idéias, além de pronomes, porque estuda e medita, porque sabe ver e inquirir. Mas, afinal, é preciso generalizar e concluir.

Que lição podemos tirar do discurso, dos artigos, dos estudos, do livro do Sr. Euclides da Cunha, eu digo lição que possa aproveitar ao povo que já anda cansado de frases e promessas, desiludido de engodos e miragens, sequioso de justiça, de paz, de sossego, do bem-estar que lhe foge, esse amado povo brasileiro, paupérrimo no meio das incalculáveis riquezas de sua terra?

É a terceira tentação a que não posso fugir, e não me furtarei a dizer meia dúzia de palavras.

Já andamos fartos de discussões políticas e literárias. O Brasil social é que deve atrair todos os esforços de seus pensadores, de seus homens de coração e boa vontade, todos os que têm um pouco de alma para devotar à pátria.

É onde pulsa a mor intensidade dos problemas nacionais, que exigem solução, sob pena, se não de morte, de retardamento indefinido no aspirar ao progresso, no avançar para o futuro.

Vós, Sr. Euclides da Cunha, em vosso discurso, aludindo célere, de raspão, aos nossos desvarios e aos nossos desengonçados e tumultuários esforços e planos de reforma, dizeis que sofremos da vesânia de *reformat pelas cimalthas*.

É a verdade.

Mas por quê?

Reformat pelas cimalthas e não pela base, pelo alicerce... Por quê?

De onde provém esse perpétuo desatino de tantos homens inteligentes?

Em vosso livro, logo nas primeiras páginas, estabeleceis que a nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social: – *estamos condenados à civilização; ou progredimos ou desapareceremos...*

Logo, é que não nos julgais no todo civilizados, e, a despeito de tantas aparências enganadoras, corremos perigo... Por quê?

Claro, existe aí um problema a resolver, uma antinomia a explicar.

Noutro lanço de vosso livro, como uma síntese dele, como a lição que brota de vossas meditações, chegastes a este resultado acerca das populações sertanejas do Brasil:

A sua instabilidade de complexos fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo *desaparecimento* ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes imigratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra... Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo... Além disto, mal unidos àqueles patrícios pelo solo, em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica, – o tempo.

Logo, temos aqui a mais singular das situações sociais, alguma coisa de gravemente inquietante que é indispensável esclarecer para afastar, para corrigir, para conjurar, se possível, como que duas nações que se desconhecem, separadas no espaço, e ainda mais no tempo, e uma delas votada ao desaparecimento, no pensar de um dos maiores talentos de nossa atualidade, um dos mais completos conhecedores de nosso povo!...

Mas essa parte das nossas gentes, destinada, a seu ver, a apagar-se da vida e da história, é a maior parte da nação e é aquela que tem mantido a nossa independência; porque é aquela que sempre trabalhou e ainda trabalha, sempre se bateu e ainda se bate...

Não há nisso uma anomalia, uma raríssima extravagância da evolução histórica? Evidentemente; e por quê?

Eis o problema.

Responder a ele cabalmente não é cousa para ser feita nas quatro palavras do final de um discurso acadêmico.

Uma vista completa do assunto exigiria, por assim dizer, o desmontar das diversas peças que formaram e vão formando o nosso povo; o serem elas estudadas uma a uma na sua constituição íntima e na grande alteração que tem sofrido pela fusão neste clima, neste meio. Haveria mister estudar o país, zona por zona, porque existem diferenciações várias a notar aqui e ali, exigi-

doras de diagnósticos divergentes e terapêuticas especiais. Não é aqui, claro, o lugar de o tentar.

Baste-me consignar que o nosso estremecido povo brasileiro apresenta a sintomatologia geral das nações, a cujo grupo pertence, esse grande número de povos de índole e formação *comunária*, especialmente os latino-americanos, que têm de suportar a nova concorrência das nações de formação particularista colocadas atualmente à frente da civilização industrial do tempo: ingleses, alemães, americanos, canadenses, australianos, flamengos, holandeses, franceses do Norte, povos que retêm em suas mãos os capitais movimentadores do mundo moderno.

Mas apresenta essa sintomatologia, ao lado de caracteres que lhe são próprios e o individualizam mais de perto.

Indicar estes últimos, mesmo de relance, é ter uma resposta à pergunta formulada. Apontarei, por brevidade, minhas observações em frases sinópticas.

A crise universal hodierna entre a velha e a nova educação, entre a cansada intuição *comunária*, que procura resolver o problema da existência, apoiando-se na *coletividade*, na *comunhão*, no *grupo*, quer da *família*, quer da *tribo*, quer do *clã*, quer dos *poderes públicos*, do *município*, da *província*, do *Estado*, dos *partidos*, jogando como arma principal das classes ditas dirigentes a *política alimentária*, o *emprego público*, as fáceis *profissões liberais* ou o mero comércio, a crise entre esta intuição e a educação particularista que encara aquele problema, principalmente como cousa a ser solvida pela energia individual, a autonomia da vontade, a força propulsora do caráter, a iniciativa particular no trabalho, as ousadas produtoras do esforço, essa crise universal acha-se no Brasil complicada por causas e circunstâncias especiais de seu desenvolvimento etnológico e histórico. Entre nós a raça colonizadora, acostumada, geralmente, no comércio, e, em várias zonas do Sul e das montanhas de sua terra, à vida de um fácil pastoreio, e, no resto do país, à cultura doce, que é quase uma *jardinagem*, da vinha, dos frutos arborescentes, como as castanhas, as nozes, os figos, as oliveiras, e, em muito menor escala, do centeio e do trigo, foi obrigada a uma cultura rude e penosa. Recorreu, pela força, ao cativoiro de índios e negros, gentes selvagens, alheias ao trabalho agrícola.

Os mestiços das três raças eram, por via de regra, pela mor parte incorporados entre os escravos.

Os colonos reinóis, de gradações e categorias várias, se encarregavam do suavíssimo ofício de *mandar*...

E como não, se eram os senhores dos outros e os donos da terra?

Mas todo o mundo não podia ser no campo senhor de engenho, fazendeiro de gado ou de café, proprietário de datas auríferas ou diamantinas, o que importa dizer que grande parte, a mor parte da população, o grosso proletariado rural – não escravo – não possuía um palmo de terra, porque esta foi desde o começo ficando açambarcada em enormes latifúndios pelos concessionários das sesmarias intérminas.

O aludido proletariado teve fatalmente de acostar-se, como agregado, à patronagem dos grandes proprietários. É a origem dos doze milhões de brasileiros que habitam todo o interior do país: matas, sertões, campos gerais, chapadas, chapadões e planaltos, fora das restritas gentes das grandes vilas e cidades da costa ou do centro. Destas, dos habitantes das vilas e cidades, os mandões, diretamente vindos da Europa ou já nascidos no país, apoderavam-se dos cargos públicos ou exerciam o comércio, a mercancia, que teve, no correr de séculos, entre nós todos os caracteres de uma pirataria em grosso. O resto da população livre, o maior número, dividia-se nos povoados ainda em dois grupos, o dos que mourejavam na prática de uns ofícios reles que lhes garantiam uma existência penosíssima e o dos que resvalavam numa pobreza abjeta, repulsiva.

Ainda hoje, por essas terras além, o Brasil é fundamentalmente isto mesmo, sendo apenas a grande novidade moderna a incorporação dos escravos nessa enorme massa de população proletária quer dos campos, quer das povoações. Originaram-se dessa anomalia inicial várias antinomias que ainda hoje nos atropelam e fazem manquejar. A primeira delas é a disparidade entre uma pequena *élite* de possuidores e proprietários e o avultadíssimo número de analfabetos ou incultos que constituem a nação por toda a parte.

Esta última extravagância agrava-se de um peculiar despropósito que, repetido a toda hora, nos jornais, nos discursos e nos escritos dos que entre nós dirigem a opinião, tem produzido soma incalculável de males, desviando os governos, e todos os que disso podiam curar, de cumprir o seu dever para com a maioria da população nacional.

Quero falar da singularíssima teima dos nossos intelectuais de toda a casta, de dizerem mal das gentes do centro, sertanejos ou não, sem se lembrarem que, há quatrocentos anos, elas é que trabalham e produzem, elas é que se batem, isto é, sem se lembrarem que elas é que têm sustentando o Brasil como povo que vive e como nação que se defende.

Aos fazendeiros e senhores de engenho tratam como adversários e maus sujeitos.

Magnatas, senhores feudais, déspotas, insaciáveis parasitas, são as gentilezas com que os brindam.

Aos homens do trabalho do campo consideram uma turba amorfa que vai desaparecer, bandos de *sertanejos, jagunços, matutos, tabaréus, caboclos, caipiras, gaúchos*, quase sem valia.

E não lhes ocorre, repito, que essas gentes é que, com os ex-escravos, nelas hoje incorporados, criaram com todas as falhas a riqueza existente no país.

O fazendeiro exerceu e exerce ainda a natural patronagem própria do régimen agrícola ou pastoril dos países como o nosso: os sertanejos, matutos e caipiras, gaúchos e roceiros de todas as gradações – são os únicos operários pastoris ou agrícolas – com que temos contado, não metendo em conta alguns milhares de colonos que só recentemente foram introduzidos e em raras zonas do território vastíssimo.

A força de existência, em que pese aos fantasistas da população nacional, está precisamente nessas gentes do interior, nos doze milhões de sertanejos, matutos, tabaréus, caipiras, jagunços, caboclos, gaúchos...

O problema brasileiro por excelência consiste exatamente em compreender este fato tão simples e tratar de fazer tudo que for possível em prol de tais populações, educá-las nos destinos desta pátria.

O maior obstáculo a isto têm sido as *literatices* dos escritores e políticos que se julgam eles, esses defraudadores de empregos públicos, posições e profissões liberais, os genuínos e únicos brasileiros, a alma e o braço do povo – por isso se arvoraram em nossos diretores...

Outra singularidade latino-americana, agravada no Brasil, e oriunda das precedentes, é que não conseguimos formar ainda um povo devidamente organizado de alto a baixo.

Falta-nos a hierarquização social, o encadeamento das classes, a solidariedade geral, a integração consensual, a disciplina consciente de um ideal comum, a homogeneidade íntima.

Falta-nos a radicação à terra pela propriedade espalhada largamente, pelo cultivo, pela produção autônoma da riqueza nacional. O nosso povo está em geral desenraizado do solo ou nele subsiste como uma vegetação estranha.

Faltam-nos o aferro ao trabalho, a base econômica livre, ampla e segura, e, mais, a masculinidade da vontade, o espírito de iniciativa, a audácia do esforço do empreendimento, da luta pelo progresso e bem-estar.

Nota-se de sobra a indisciplina, o espírito de *clã*, a divisão e a desarmonia, a falta de solidariedade, de consciência coletiva nacional. Destarte, se por um lado não temos o operariado rural organizado, afeito ao trabalho regular e seguido, nem uma classe numerosa, por toda a parte espalhada, de pequenos proprietários da mesma espécie; porque as terras são devolutas, de heréus, ou estão nas mãos dos grandes latifundiários hoje geralmente decadentes; não possuímos, por outro lado, o vasto operariado urbano nacional organizado pelo Brasil em fora; nem a pequena burguesia proprietária, farta e abastada; nem tampouco grande burguesia comparável à das fartas nações particularistas, opulenta, poderosa, progressiva, e, menos ainda, a vasta aristocracia do dinheiro, o grupo dos milionários, dos banqueiros, dos capitalistas compatriotas empreendedores.

Não possuímos os grandes mineradores, os grandes criadores, os grandes agricultores, os grandes industriais à moderna.

Esta geral falta de base econômica estável e autônoma, que repercute na família e na índole do povo, pela incerteza dos meios e modos de viver, leva-nos a não ter, nem como os povos orientais, a estabilidade patriarcal, de uma parte, e nem de outra, a iniciativa de coragem e espírito empreendedor particularista.

É também esta uma antinomia, e das mais sérias, de nossas gentes.

Este mal provém, como se viu, das origens, da matéria-prima humana empregada no povoamento, na formação da nação e também da natureza do meio, *áspero*, em grande parte do país, e ao mesmo tempo *enganoso*, pelas facilidades outorgadas à vadiagem com a abundância de produtos espontâneos, aproveitáveis sem labor; *duro* para a grande e intensa cultura, doce para a vida imprevidente dos improgressivos.

A estes dois fatores fundamentais juntam-se, neste particular, efeitos que estão desde o começo atuando como causas maléficas: os vícios acumulados, por quatrocentos anos, da escravidão, da política meio de vida, da empregomania, do horror pela vida afanosa do campo no meneio das indústrias produtivas, da atração para os folgados afazeres dos órgãos oficiais, das profissões letradas e da mercancia nas cidades.

Outra grande singularidade da evolução brasileira é o fato originalíssimo que não tem sido notado e menos apreciado na sua genuína significação, e é explicável pelos fenômenos sociais e políticos já aduzidos.

Refiro-me à negação pelo Brasil dada à lei histórica, observada na milenária evolução do Ocidente, por toda a parte, quando os escravos e servos se transformaram em homens livres.

Em todo o Ocidente a mor porção daqueles transmudou-se nessa massa de pequenos proprietários agrícolas, presos, pois, ao solo pelos mais sólidos interesses, e que veio a constituir o cerne, o âmago, o nervo das nações modernas; a outra porção transformou-se nesse corpo de operários rurais, também ligados ao solo, e que é outra das bases firmes das nações fortes e futuras. No Brasil nada disto.

Tivemos por duas vezes a solene abolição em massa. A primeira vez foi na última fase do século XVIII, quando foram libertados os escravos índios e mestiços de índios.

Fugiram quase todos para os matos e os que ficaram em aldeamentos não se transformaram em proprietários de terras e nem se entregaram à cultura.

Prolongaram uma vida de miséria, servindo ofícios inferiores até se obliterarem quase inteiramente na massa do proletariado anônimo e apagado das vizinhanças.

A outra vez foi ontem, em nossos dias, quando se libertaram os escravos de origem africana e mestiços deles na penúltima década do século XIX.

A debandada foi ainda mais geral.

O ex-escravo, que não tinha sido preparado pelo colonato, nem pela descrição do solo, devido à solene incapacidade da famosa *élite* de bacharéis palreiros que tem sido sempre Governo nesta terra e tem tido nas mãos os destinos do Brasil, o ex-escravo deu em geral na calaçaria e emigrou para os povoados...

Aí vive aos trambolhões nuns empregos reles.

Ali, nas cidades, como nesta capital, nenhuma aspiração elevada e nobre lhes despontou n'alma.

Aumentaram apenas a nota cômica que nos cerca por todas as faces da existência. Uma das mais características dos dois últimos decênios é o sério com que distintas e graves damas de cor imitam os trajos, os gestos, os cacoe-tes das mais finas arianas européias ou fluminenses, e a doce ternura com que se tratam de *excelências*... V. Ex.^a para aqui, V. Ex.^a para acolá. É um regalo.

Mas não era disto que havíamos mister.

A politicagem, embevecida no desfrutar dos capitais e dos braços estrangeiros, como se estes tivessem sido criados para estar à nossa disposição e nos serem ofertados de mão beijada, nada viu, de nada curou e nem sabia curar...

Pois poder-se-ia lá pensar que avezados cultores da advocacia administrativa, insignes inventores de malabarescas concessões, eles e seus aliados dos Governos dos Ministérios, dos Parlamentos, do jornalismo, espreitadores de lucros, favores e vantagens, interrompessem seus graves afazeres para pensar no povo, na plebe, nos matutos, nos sertanejos, nos ex-escravos, na lavoura!...

Afear o estilo, aleijar a frase, esquecer, por instantes que fosse, os embevecimentos idiomáticos, com esses plebeísmos rebarbativos, especialmente agora que tudo deve ser *chic*, como as avenidas e os palacetes da moda.

Que loucura!...

Mas eu insisto: não era disto que havíamos mister. O que precisávamos, e seria de uma vantagem máxima, incalculável, era que não tivéssemos desmentido a lei histórica; era que no século XVIII e mais ainda no século XIX a massa enorme de três milhões de escravos, ou mais, levando em conta as libertações parciais operadas em todo o correr dos dois séculos, tivesse sido transformada num corpo sólido de proprietários e operários agrícolas.

Havia meios de o conseguir, se o Governo em nossa terra tivesse sido sempre uma função dos mais capazes e não essa seleção inominada, essa floração inclassificável que tem sido o espanto das almas dignas.

E eis porque perdeu-se, em duas ocasiões solenes, o ensejo de se irem enchendo os quadros da população livre com a sua natural hierarquização. E eis porque, e é mais uma das nossas peculiares originalidades, no Brasil são só facilmente realizáveis, sem intervenção estrangeira, os fatos políticos e até

sociais, que podem espontaneamente ser transformados em *temas* literários, em *assuntos* de escritos e discursos, que deixem larga margem a frases bonitas, a períodos elegantes, a meneios retóricos, eloqüentes.

Iludem os faladores toda a gente com os belos e sonoros palavreados. Apontam os díscolos como retardatários, senão inimigos da pátria e do povo, o pobre *João-sem-Terra*, na frase de Prudhon, que é no Brasil amaríssima realidade. Temos chegado a perder até a consciência de nossos destinos e não sabemos mais para onde nos levam.

E eis porque, quando aporta em nossas plagas o estrangeiro inteligente, ilustrado, sabedor, como esse saudoso Luís Couty, cujo livro *O Brasil em 1884* deveria andar em todas as mãos e estar traduzido e espalhado por todas as escolas, apenas lança os olhos para a nossa população, não essa que flana na Rua do Ouvidor, julgando-se digna rival da que percorre o *Bois de Boulogne* ou a *Unter den Linden*, senão a outra, a que produz os pesados milhões com que se pagam os encargos e esbanjamentos da lista civil, do funcionalismo público, das loucuras de uma administração tumultuária ou imbecil; essa que trabalha, porque é ela quem suporta os ásperos afazeres dos seringais, da cana-de-açúcar, do café, da mineração, dos criatórios e pastoreios, das charqueadas e de todos os duros misteres da produção nacional, lá fora nos campos e nos recessos do país, ou nas cidades, nas fábricas e nos mais pesados ofícios; essa que *trabalha* e se *bate*, porque é também ela que na generalidade enche os quadros do exército e da armada, e, quando chega a hora do perigo, deixa, na frase do poeta, *a página da vida dobrada e parte para morrer...* eis porque dizia o estrangeiro, que tem olhos para ver, logo que os lança sobre o nosso tão querido e tão mal dirigido Brasil, é para ter frases como estas, verdadeiras, que nos fustigam como flamas:

Tomemos a questão do alto, estudemos o conjunto da população. O estado funcional da população brasileira pode-se resumir numa palavra: o Brasil não tem povo!

Dos seus doze milhões de habitantes (hoje serão talvez quinze, o que não muda em nada o raciocínio), um milhão é de índios inúteis ou quase, um milhão e meio é de escravos (hoje os ex-escravos e seus descendentes andam quase inúteis, esparsos nos povoados e raros nas antigas fazendas e engenhos). Ficam nove milhões (serão, talvez, agora doze), mais ou menos. Destes, 500 mil pertencem a famílias proprietárias de escravos: são fazendeiros, advogados, médicos, engenheiros, empregados,

administradores, negociantes. Acontece, porém, que o largo espaço compreendido entre a alta classe dirigente e os escravos (agora criados e empregados de toda ordem) por ela utilizados não se acha suficientemente preenchido. Seis milhões (atualmente mais) de habitantes, pelo menos, nascem, vegetam e morrem sem ter quase servido a sua pátria.

No campo serão agregados de fazendas, caipiras, mulatos, caboclos; nas cidades, serão capangas, capoeiras, ou simplesmente vadios e ébrios. Capazes todos eles muitas vezes de labores penosos, como os da desbravação das matas e arroteamento das terras, ou da criação de gados, não terão, porém, nem idéia de economia nem do trabalho seguido e perseverante.

Os mais inteligentes, os mais ativos, dois milhões talvez, serão negociantes, empregados ou criados.

Em parte alguma se encontrarão, nem as massas fortemente organizadas dos livres produtores agrícolas ou industriais, que nos povos civilizados são base da ordem e da riqueza, nem tampouco as massas de eleitores conscientes, sabendo votar e pensar, capazes de imporem aos governos uma direção definida.

É forçoso acrescentar que, com todos esses defeitos e lacunas, trabalham muito mais do que a ex-faustosa *élite* dirigente, cujos esforços negativos têm sido quase sempre em pura perda do país. São os agentes da política alimentária, cujas vantagens práticas para a nação são puramente ilusórias.

E ainda não está terminada a lista das nossas antinomias latino-americanas, nomeadamente nacionais. Uma delas, e das mais sérias, é que não tivemos nunca, durante quatro séculos, senão revoluções e movimentos políticos, que, longe de facilitarem a constituição social do povo, embaraçaram-na ao invés consideravelmente. O começo de falha revolução social que se devia iniciar com a emancipação dos escravos, foi logo entravado e desviado de seu curso pela revolução política da proclamação da República.

O movimento social que devia prosseguir no intuito de se criar um povo de pequenos proprietários agrícolas e de trabalhadores livres, todos ligados à terra, já com elementos nacionais, já com elementos alienígenas, remodelando a propriedade territorial, parou de súbito e tudo atordoou-se com a inesperada e intensa reviravolta política, que atraiu todas as atenções. Veio à tona, um momento ao menos, o militarismo, cercado de abusos.

Surgiu de todos os lados o espírito de revolta e desordem.

Reapareceu a velha tendência oligárquica mais ou menos apagada pela ação do Império e retomou posição em todos os Estados. Desencadeou-se

febrilmente o espírito de ganância e fortuna fácil ou a loucura do encilhamento; parou a colonização; surgiram as crises do trabalho e da produção.

Encilhamentos, revoltas, das quais a de Canudos, tão vigorosamente descrita pelo nosso consócio, foi apenas um rápido episódio, trouxeram a bancarota, a moratória, o *funding-loan*, a desordem econômica geral.

E como era preciso que nos iludíssemos, fascinando-nos com faustosas miragens, decretaram-se avenidas e *boulevards*, multiplicando fantasticamente os empréstimos, avolumando as dívidas a um ponto inacreditável, e gravemente perigoso.

O capital estrangeiro, sempre sôfrego por empregar-se, canalizou-se para cá, mas com a segurança de garantias definidas na hipoteca de rendas aduaneiras e, em vários pontos, com agentes seus nas repartições fiscais.

A escravidão foi abolida e com ela a realeza; mas, com as nossas loucuras políticas todas feitas pelas admiráveis classes dirigentes, não curamos de educar as populações no trabalho remunerador e autônomo, não cuidamos de preparar o operariado livre nacional, nem da colonização habilmente encaminhada, nem da exploração da terra pela indústria magna – a da cultura.

Chegamos destarte à suprema degradação de retrogradar, dando de novo um sentido histórico às oligarquias locais e outorgando-lhes nova função política e social, que estão a exercer nos Estados com o mais afoito desembaraço: e essa nova função vem a ser a consciência geralmente espalhada da impossibilidade de se deitar uma oligarquia abaixo sem que se levante outra, porque ou oligarquia ou anarquia!...

E mais, digo-o com dor, chegamos ao ponto de não poder atirar em terra qualquer um desses *governichos* criminosos e asfixiadores senão pela traição ou pelo assassinato!

Com essas nefandas preocupações políticas, cujo principal móvel é fazer uma parte da população trabalhar para sustentar a outra, não admira que seja detestável o estado social da nação e peculiarmente instável e embaraçosa sua posição econômica.

Não admira que se levantem clamores constantemente de todos os lados. Inteligente, a seu modo, a afanosa *élite* sonha reformas aptas a calarem os brados das populações e mais aptas ainda a conservá-la na direção dos negócios.

É então que surge o negativo esforço de *reformatar pelas cimalthas*, na vossa frase, Sr. Euclides da Cunha. No principal, o estado social do povo que deve ser remodelado por uma educação adequada à vida moderna, e pelo aproveitamento hábil da colonização estrangeira e nacional, não se cogita.

Nas suas reformas começam pelo fim. Julgam que com o alargamento de ruas podem resolver os tremendamente inquietadores problemas brasileiros. A nação chegou ao século XX, o século em que se vai resolver o seu destino, inteiramente despercebida para a luta.

A crise de nossa transformação para o moderno viver, tivemos a infelicidade que viesse a coincidir com o surto assombroso de força e riqueza dos grandes povos progressivos de formação particularista. Assaz temos já sentido a garra do leão em nossas carnes.

As forças vivas da economia da nação estão passando ou já estão quase todas nas mãos deles: o grande comércio bancário, o farto jogo dos câmbios, o alto comércio importador e exportador, as melhores empresas de mineração, de viação, de transportes, de navegação, de obras de toda a casta – acham-se nesse número.

Classes inteiras da antiga mercancia nacional desapareceram na miséria ou debatem-se nos paroxismos de um morrer inglório, como essa dos comissários de café.

A singular rubiácea – incrível fato! – serve hoje para enriquecer com milhões as casas importadoras do Havre, Hamburgo, Londres, Nova York e as filiais exportadoras que aqui montaram, além dos grandes torradores estrangeiros, e só não chega para enriquecer quem a produz: o fazendeiro nacional, reduzido à miséria com a agravação dos impostos, e o operário assalariado que vence mínimas pagas por seu trabalho...

Só falta que os milionários alienígenas, blindados pelos *trusts*, se apoderem diretamente das fontes da produção das fazendas. Caminhamos para lá, porque esta evolução já está iniciada.

Deste modo, claro, não é de *reformatar pelas cimalthas* que havemos mister.

Não estamos no caso de ter academias de luxo, quando o povo não sabe ler; de ter palácios de Monroe, quando a mor parte da gente mora em estalagens e cortiços e as casas de pensão proliferam, e de ter avenidas à beira-

mar e teatros monumentais, que vão ficar fechados, quando não temos fartas fontes de renda, quando a miséria é geral e quase todas as cidades e todas as vilas do Brasil são verdadeiras taperas; de ter cá a reunião do Congresso Pan-Americano, para dar-lhe, como ilustração, as trucidações de Mato Grosso e o assassinato de deputados e senadores, em pleno dia, nos desregramentos de uma política feroz!...

Não estamos no caso de contrair empréstimos loucamente avultados e ruinosos para os aplicar em obras suntuárias, quando os serviços mais simples estão por organizar por todo o país; quando temos enorme *deficit*, não falo do orçamentário, o *deficit* da União, dos Estados, das Municipalidades, falo do *deficit* do povo, aquele que os economistas chamam *deficit de substâncias*, porque, possuindo o país talvez mais fértil do mundo, precisamos de comprar fora a maior parte das cousas indispensáveis à vida... e assaz considerável parte da população desceu até à degradação do *jogo do bicho*...

Os governos, os chefes políticos, os diretores dos partidos, os grandes, os potentados, todos os que formam essa classe dirigente, que nada dirige, não têm querido cumprir o seu mais elementar dever para com as populações nacionais, inquirindo de seus mais inquietantes males, de suas mais urgentes necessidades. A literatura não o tem também cumprido, estudando-a, dizendo-lhes a verdade, educando-as, estimulando-as, corrigindo-as... Entretanto é urgentíssimo que nos aparelhemos. A situação é esta:

O grande proprietário e produtor de toda a ordem do interior, perdeu o escravo, nervo do trabalho; não sendo-lhe possível reduzir o colono estrangeiro, nos pontos onde ele existe, à condição do antigo trabalhador, não tem tido a plasticidade exigida para a transformação imposta pelo novo estado social. E, como não tem capacidade por si para o trabalho, nem o encontra amplo na população rural ambiente, nem lhe ocorre dividir os enormes latifúndios e tentar a criação da pequena exploração agrícola, deblatera-se e decai.

Perdeu o Brasil o quase monopólio do açúcar, do ouro, dos brilhantes, está muito abalado no café, e, pelo sistema seguido no Amazonas, não admira que venha a ficar abalado também no da borracha; e que fará ele?

Isto nos seus eminentes e culminantes ramos econômicos, nas suas mais pingues fontes de riqueza.

O grosso da população é paupérrima e desarticulada. Nos campos, nas roças, nos sertões, no interior, produz, mas produz pouco e sem sistema. Nas vilas e cidades, quase nada produz em pequenos e mal organizados ofícios e um pouco mais nas modernas fábricas, instaladas em vários pontos onde o operariado geme, porém, nas garras de um capitalismo que se poderia chamar *quebrado*: porque nós não temos grandes fortunas, fartas somas acumuladas.

Um funcionalismo incontável se vai encarregando de encher o vácuo. É o caso de concluir convosco, Sr. Euclides da Cunha: *ou nos transformamos pela base ou sucumbiremos*.

Vós vos referistes aos esquecidos e desavisados sertanejos de entre o Itapicuru, da Bahia, e o Parnaíba, do Piauí. Não vejo motivo para essa seleção da morte, essa escolha dos que vão desaparecer!

Desapareceremos então todos; porque todos sofremos fundamentalmente dos mesmos vícios e defeitos. Mas há alguma cousa a tentar para resistir. Olhemos para o Japão; transformemo-nos como ele. Nesta ordem de assuntos, dizia-me, não há muito, um inteligente viajante estrangeiro: Vós brasileiros entrastes agora numa grande febre de melhoramentos nesta cidade e creio que noutras pele país em fora. Sim; é fato. – Mas, obtemperou, tendes tido idéia de iniciar a colonização e povoamento nas admiráveis terras do Rio Branco, reserva providente, que será a única base que tereis para manter a posse do vale amazônico? – Não. – Tendes tido o cuidado de sistematizar os trabalhos dos seringais, vedando o estrago das plantas, e, principalmente, tendes procurado prender ali em pontos vários a população ao solo, pela agricultura e indústrias estáveis? – Não. – Tendes providenciado para que renasça nas vossas extensíssimas zonas pastoris, desde o Norte até às fronteiras do Rio Grande, a excelente indústria da criação em todas as suas múltiplas variedades? – Não. – Tendes, com o sistema das barragens romanas, corrigido as condições do solo de vosso país na famosa região das secas? – Não. – Haveis cogitado do renascimento da indústria do açúcar, fonte outrora de vossa riqueza, e que, por cuidados especiais, pode levar de vencida a beterraba, atenta a superioridade incalculável da cana? – Não. – E o da magnífica indústria da mineração, noutro tempo tão florescente? – Não. – E haveis, sem dúvida, já vos preocupado com o florescimento das culturas do algodão brasileiro, que não tem superior no mundo, e, peculiarmente, com a do tabaco, que riva-

liza com o de Cuba? – Não. – Com certeza, porém, tendes atendido, com peculiar carinho, à produção dos cereais nas regiões aptas do Norte e Sul, para que não andeis a comprar fora os meios de subsistência? – Não. – Sem a menor dúvida, andais preocupados com os meios práticos do povoamento da terra, aproveitando o que se pode chamar a *colonização nacional*, atraindo para o trabalho rural as populações deserddadas, esses esforçados cearenses, por exemplo, fazendo-lhes concessões, dando-lhes terras, meios de trabalho? – Não. – Haveis, em compensação, envidado hercúleos esforços para a difusão cuidadosa dos colonos estrangeiros por todas as boas zonas brasileiras, no intuito de ir reforçando as gentes existentes? – Não. – E, nomeadamente, estais preparando a assimilação dos núcleos germânicos que subsistem íntegros em terras vossas? – Não. – Mas não vos deve, por certo, ter escapado a necessidade urgentíssima de articular o país com vias-férreas de norte a sul e de leste a oeste, vias-férreas que levam sempre consigo o povoamento do país sem falar em estradas vicinais? – Não. – Afinal, porém, haveis acabado com os velhos abusos, com a famosa moleza do meridional, estais, por uma educação rija, segura, forte, enérgica, adequada, transformando o caráter nacional e preparando-o, pela disposição de coragem, espírito de progresso, de atividade, de iniciativa, de ardor pelo trabalho produtivo, para dispensar os hábitos comunários, a tutela do Estado e outros achaques latinos que têm sido a praga de nossas gentes? – Não. – Então, meu caro senhor, não tendes feito nada!... Tendes sido apenas o joguete do capital estrangeiro, sôfrego por emprego a bom juro, e de certas corporações ou indivíduos, postos por ele a seu serviço, e que precisavam de apanhar grossas somas numa espécie de encilhamento... Não consta que, em todo o correr da história de mais de dez mil anos, alargamentos de ruas e aberturas de avenidas numa cidade qualquer, mero luxo a que as nações se entregam quando, cansadas de riqueza, entram a caducar, tivessem sido meio de solver os fundos males sociais, as gravíssimas inquietações de um povo!

Despediu-se e deixou-me triste. Tinha-se desmoronado, a meus olhos, todo o prestígio da *Avenida à Beira-Mar*, por onde eu já andava a ver desfilar o Brasil glorioso e próspero, dando leis ao mundo... E mais ainda essa fantástica raridade do *Canal do Mangue*, que devia ofuscar todas as Venezas existentes e por existir... E, todavia, o programa esboçado, a correr, em meia dúzia

de palavras por meu interlocutor estrangeiro, é o que temos a fazer, especialmente na sua última parte. Senão, cairemos na vossa alternativa, Sr. Dr. Euclides da Cunha. O Brasil progredirá, é certo: porque ele tem de ser arrastado pela enorme reserva de força, poder e riqueza, que está nas mãos de três ou quatro grandes nações postadas à frente do imperialismo hodierno. Progredirá, quase exclusivamente, com os braços, os capitais, os esforços, as idéias, as iniciativas, as audácias, as criações dos estrangeiros, já que não queremos ou não podemos entrar diretamente na faina, ocupando os primeiros lugares como colaboradores.

Progredirá, certo; porque, afeiçoado o país pouco a pouco, a seu jeito, eles, de posse das grandes forças produtoras, de todas as fontes de riqueza, virão chegando oportunamente e tomando posição seleta entre os habitantes da terra; e, se não estivermos aparelhados, apercebidos, couraçados por todos os recursos da energia do caráter, para a concorrência, iremos, nós os latino-americanos, insensivelmente, e fatalmente, para o segundo plano...

Assistiremos, como ilotas, o banquetear dos poderosos; ficaremos, os da *élite* de hoje, na mesma posição a que temos mais ou menos geralmente condenado os negros e índios e seus filhos mais próximos que trabalharam para nós...

Triste vingança da História!

Sabe Deus a mágoa com que o digo...

Portanto, *excelsior, excelsior! Sursum corda!*

Trabalhem, eduquemo-nos, reformemo-nos para viver...

Discurso do
SR. ARTUR JACEGUAI

e

Resposta do
SR. AFONSO ARINOS

*Sessão solene extraordinária
do dia 9 de novembro de 1907*

I

DISCURSO DO SR. ARTUR JACEGUAI

SR. PRESIDENTE da República, Srs. Membros da Academia Brasileira de Letras, minhas Senhoras e meus Senhores.

Conservo a reminiscência de haver lido orações acadêmicas, proferidas em diversas países, inspiradas por situações semelhantes à que ora se me depara. Não me lembro, porém, se nos exórdios dessas peças oratórias predominava uma idéia comum. Também não procurei tornar a lê-los, receoso de ser, pesar meu, arrastado a imitá-los, incorrendo no ridículo do plágio, mais ou menos dissimulado, temível escolho para os que, pouco escrupulosos, se aventuram no pélagos da publicidade. Todavia é de induzir que as convenções e os preceitos da arte mais exigente não devam inibir o recipiendário, como eu, de tentar exprimir em suas primeiras palavras o reconhecimento de que deve estar possuído no ato de alistar-se na ilustre companhia que generosamente o acolhe em seu grêmio resplendente de glória. Nem posso crer que as fórmulas adotadas se apartem do sentimento perfeitamente humano, móvel desta minha introdução tímida e vacilante. É certo estar, igualmente, na nossa natureza presumirmos com exagero do próprio mérito e do valor das próprias obras; mas o mesmo gênio; universalmente aclamado e reconhecido como tal, não ousaria pretender impor-se à escolha de um círculo limitado de intelectuais que trata de completar-se. Não é de esperar que no critério de eleitores seletos prepondera o intuito de aferir o grau de mentalidade e o quilate das produções do candidato. As coletividades, mesmo as de escol, emitindo um

voto de preferência pessoal, não estão adstritas a inspirar-se exclusivamente no sentimento da justiça absoluta. Assim, a Academia Brasileira, verdadeira constelação onde brilham as sumidades das letras pátrias ao lado das mais fundadas esperanças do futuro mental e moral do nosso país, representa, em certo sentido, a quinta-essência da intelectualidade do povo e por que não o direi?... da raça brasileira. Tanto basta para que este instituto não se possa esquivar às influências mais poderosas do meio em que se exercita. Ora, entre essas influências atua, inelutavelmente, a do patriotismo; e por mais ruidosas e capciosas que se acentuem as tendências do pacifismo, em moda, do cosmopolitismo hodierno, resultantes inevitáveis da expansão industrial da época, é muito cedo ainda para extinguir-se a paixão do amor da pátria nos descendentes tão próximos daqueles impávidos colonizadores do mais vasto território deste continente disputado entre os dois valentes povos da Península Ibérica. *Magna parens virum*. E, Senhores, no ponto histórico a que temos chegado, a expressão mais vivaz do patriotismo brasileiro, a nossa Ílion, ainda é a memória da pugnacidade e da constância com que um punhado dos nossos, quase todos já extintos, lutou por cinco anos em um canto mediterrâneo da América do Sul até a completa desafronta do brio nacional ultrajado pela execranda tirania de López, a mancha ominosa do século XIX.

Eu não posso acreditar que exista entre nós um único espírito superior filiado à grei moderna e extravagante, onde se qualifica o patriotismo de sentimento estreito e bárbaro. Na mesma espontaneidade com que me elegestes apraz-me ver confirmação expressiva do meu sentir. A que poderia eu dever tamanha distinção a não ser à circunstância de pertencer a esse pequeno número, cada dia mais reduzido, dos veteranos da campanha do Paraguai, dos *reducci delle patrie battaglie*, na locução máscula da língua do Dante, aplicada aos raros sobreviventes da legião de patriotas que haviam pelejado pela redenção da grande pátria italiana?!... Demais, pertença a uma classe que é objeto do carinho e da especial simpatia de todos os povos em que ela tem existência histórica. Sou um marinheiro!... É-me grato reconhecer que em minha medíocre pessoa, no meu apoucado nome, quisestes render preito à Armada Nacional, em cujo rol figuro há meio século! Senhores! Não é velha a nossa Marinha, nascida com o despontar da independência do Brasil. Esta circunstância nobilita-lhe a gênese e, para identificá-la com as mais caras tradições

da pátria, alia-se a de haver sido guiada em seus primeiros feitos por esse êmulo de Nelson que se chamou Lord Cochrane. Ajuntai a sua adolescência, confirmando a infância titânica, que produziu a alma de ferro de Barroso, do Farragut brasileiro! Não há afetação de modéstia na explicação que procuro para o meu acesso a esta escolhida agremiação, destituído de títulos de familiar das musas inspiradoras de vossas concepções de artistas eméritos nas letras. Não que a minha profissão me alheasse delas. Nem profissão alguma é incompatível com as aptidões literárias. Ao contrário, muitos dos que as têm revelado, em grau elevadíssimo, souberam ilustrar seus nomes em várias províncias do saber ou por ações meritórias de natureza mui diferente. Comprovam-no alguns nomes inesquecíveis de patronos destas cadeiras. Na minha profissão mesma, uma daquelas para a qual o jovem aspirante se preparava, com menor base de estudos secundários, surgiram cultores das letras que não vos envergonhariam sentados entre vós. O Almirante Joaquim José Inácio, mais tarde Visconde de Inhaúma, o Capitão-de-mar-e-guerra Antônio Cláudio Soido, o Capitão-de-fragata Antônio Mariano de Azevedo e o I.º Tenente Sabino Elói Pessoa, entre os mortos, o preclaro Barão de Teffé, retirado há longos anos do serviço ativo, mas felizmente ainda vigoroso entre os vivos, revelaram talentos literários que não desmerecem, antes realçam as brilhantes reputações que conquistaram em outras esferas de atividade ou de aplicação mental. Isto sucedia, entretanto, em uma marinha novel e pequena como a nossa. Nas grandes marinhas seculares, poder-se-iam apontar, em todas as idades, exemplos numerosos, igualmente relevantes. Invocarei poucos, alguns deles, porventura, mal conhecidos. Na Marinha inglesa o Almirante Collingwood, o segundo de Nelson e seu substituto na memorável vitória de Trafalgar, que teve a reputação de um fino estilista, de quem um de seus biógrafos, Campbell, disse: “Sua ilustração era assombrosa, levando-se em consideração a sua vida acidentada.” Eu teria de produzir uma longa lista de nomes célebres se fosse enumerar os de todos os homens de letras portadores do botão de âncora na Marinha francesa. Não posso, porém, resistir ao prazer de registrar aqui dois entre os mais ilustres, muito lidos em nosso país. O escritor justamente admirado e que foi ao mesmo tempo a personalidade simpática e insinuante do Almirante Jurien de La Gravière, e o de um nosso

contemporâneo, muito mais jovem, que a todos os amigos da boa leitura delícia com os seus primorosos romances e suas extraordinárias descrições de viagens.

Adivinhareis sem esforço que vou articular um dos pseudônimos literários mais populares da época, o de Pierre Loti. Na jovem e pujante marinha norte-americana dois nomes também se impõem no mundo das letras, fulgurando, em diferentes épocas, com brilho inextinguível: o do Tenente Maury, em meado do século passado, o autor desse livro imortal, a *Geografia Física dos Mares*; e, recentemente, o Capitão-de-mar-e-guerra Mahan, cuja estréia de autor foi essa obra magistral, profundamente filosófica, *Influência do Poder Marítimo na História*, seguida logo de diversas outras não menos sensacionais pela novidade das conceituosas investigações e opulência do estilo, como: a *Influência do Poder Marítimo nas Guerras da Revolução*, as *Vidas de Farragut e de Nelson*, os *Tipos de Almirantes*. A impressão que esta última deixa no leitor é tão empolgante que eu me julgaria autorizado a transcrever neste momento um de seus formosos períodos, se não receasse, traduzindo-o, fazê-lo perder de sua eloquência inegável, da página em que o insigne historiador descreve em termos de um dramático sublime a perseguição ou a caça da esquadra francesa do mando de Conflans, ao anoitecer de um dia de vendaval, pelo bravo Almirante Hawke, rizadas as gáveas de suas naus, sobre as vagas agitadas da Biscaia, sem um práctico a bordo, *tugged like a maddened horse*, através dos temerosos recifes da entrada da baía de Quiberon.

Inútil seria falar das vocações literárias espontâneas que soem manifestar-se em todas as profissões; o que penso é que, em uma raça inteligente como a nossa, a aptidão para as letras poderia estar mais generalizada se houvesse entre nós educação literária sistemática, para aqueles que a pudessem receber. Julgo-me autorizado a usar desta linguagem porque senti em mim mesmo essa falha, logo nos primeiros passos de minha carreira. E, se devorei com avidez a leitura das primeiras obras literárias que me caíram nas mãos, foi por uma sorte de gosto natural pelas letras, já revelado desde a infância quando, inconscientemente, eu declamava a “Noite do Castelo”, os “Ciúmes do Bardo”, as poesias ardentes de Álvares de Azevedo e a prosa picante, então para mim ininteligível mas sonora, das *Noites da Taverna*, do mesmo jovem poeta da escola de Musset, classificada – byroniana – por alguns críticos da

época. Abstraio, nestas reminiscências pessoais, da leitura e versão maquinais, obrigadas no colégio, da *Seleta Latina* e da *Eneida*.

Era o tempo em que os nossos mestres de Humanidades nivelavam em seus métodos rotineiras de ensino as melhores produções da literatura clássica romana com as teorias áridas dos compêndios de Matemáticas elementares e com as definições rebuscadas dos de Geografia Física: Virgílio como Bézout, Tito Lívio como Gaultier; e faziam-nos decorar as estrofes soberbas do Mantuano na mesma entoação com que nos obrigavam a repetir as regras das quatro primeiras operações sobre números ou a descrição do curso de um dos principais rios da Europa. Na escola superior em que matriculei-me, aos quinze anos, em 1858, a de Marinha, não eram muito mais adiantados o programa e método de ensino. O curso escolar, longe de ser a coordenação racional dos princípios da Matemática e das ciências físicas indispensáveis às aplicações práticas imediatas na arte oficial de Marinha, assimiláveis pela inteligência mediana da maioria dos alunos, era, ao contrário, uma acumulação monstruosa de teorias que algum professor pedante ou algum administrador ignorante inculcava ser o lastro científico necessário à profissão do oficial de Marinha, embora só inteligências fora do comum pudessem digeri-las e guardá-las na memória até o período dos exames de fim do ano letivo. A só enumeração dessas disciplinas teria sobre os seus benévolos ouvintes um efeito soporífero fulminante.

Senhores! A escada pela qual me elevei de aspirante a almirante foi íngreme e acidentada como uma enxárcia já rota depois do combate, agitada pela fúria das ondas e açoitada pelo furacão. A mesma rapidez da minha ascensão obrigava-me a esforços desmedidos para firmar-me em cada degrau galgado, onde a minha pequena individualidade ficava em evidência crescente. Já para o aspirante, disputando um lugar de honra em sua classe entre colegas talentosos, alguns deles reunindo, aos dotes intelectuais superiores, melhor preparo educativo, para a iniciação nas devesas abstrusas das ciências, começou a labuta insana – do afinco para vencer as dificuldades daquele amontoado de disciplinas antes mencionado.

Depois, em cada posto da hierarquia, couberam-me sempre as funções mais árduas e difíceis que lhe podiam corresponder segundo os regulamentos vigentes.

No primeiro posto de oficial de patente, o de segundo-tenente, foi-me logo cometido um duplo magistério no quarto ano do curso da Escola Naval de então, em viagem de instrução, de longo curso. Primeiro-tenente, dos mais modernos, fui distinguido pela confiança do bravo Almirante Visconde de Tamandaré, designando-me para seu secretário e ajudante-de-ordens no comando-em-chefe da esquadra destinada a operar contra o Paraguai. Jovem capitão-tenente e capitão-de-fragata, comecei a sentir o cravo das responsabilidades no comando dos principais navios da Armada, na guerra e no mar. Capitão-de-mar-e-guerra, poucos meses depois de completar 26 anos de idade, tocou-me o comando ativíssimo do maior vaso da guerra da Armada em viagens de longo curso e cruzeiros de instrução para guardas-marinha e aspirantes. Ainda capitão-de-mar-e-guerra e era-me confiada uma divisão de pequenos navios para conduzi-la ao Prata e ali assumir a chefia da nossa estação naval. Nesse mesmo posto, de capitão-de-mar-e-guerra (aquele que, depois do de guarda-marinha, é o que deixa mais saudades no oficial encanecido no serviço), nomeado adido naval às nossas legações junto aos governos de todas as nações marítimas da Europa, onde mais tarde incidiu sobre mim a incumbência de dirigir o armamento e exercer o comando de um dos maiores couraçados daquela época, o *Independência*, vendido, depois de acabado, ao governo inglês, então ameaçado de rompimento com outra grande potência do Velho Mundo.

Nessa carreira, de vinte anos de duros trabalhos e espinhosos encargos, promovido ao primeiro posto de oficial-general da Armada, cada um de meus acessos fora um novo estágio de obrigações que se me atribuía para com o país, para com a marinha e para comigo mesmo. Dessas obrigações eu não podia desempenhar-me por outro meio a não ser por um zelo ilimitado ao serviço e por uma aplicação indefesa ao estudo dos conhecimentos variados, e cada dia mais complexos, que impunham-me não só a rapidez dos meus acessos, como as transformações que se operavam incessantemente em todos os instrumentos da profissão naval. Nem sequer era-me dado dedicar-me a uma especialidade da minha predileção, sob pena de deixar de ser um oficial de Marinha, na acepção nata do termo, para contentar-me com um título de especialista. Por este registro, extraído da minha fé de ofício, podereis formar idéia justa da massa e variedade de conhecimentos, de natureza positiva uns, outros meramente doutrinários, mas que também se adornam e se complicam com teorias científicas, que eu tive de abordar no tirocínio da minha profis-

são. Este extrato, por outro lado, servirá para mostrar a impossibilidade em que me achei, nos diversos períodos de minha vida, de dedicar-me ao cultivo aturado das letras. O oficial que, favorecido pelas circunstâncias, adianta-se singularmente em sua carreira e pressente a possibilidade de alcançar os postos mais elevados de sua classe, é induzido imperiosamente a concentrar-se na meditação e no estudo das magnas questões de organização e técnicas que, aliás, os progressos da época renovam dia a dia. E se esse oficial, ainda no vigor dos anos, atinge as culminâncias da escala hierárquica a que pertence, alentado além disso pela confiança de seus contemporâneos, destarte adquirindo a consciência de que, eventualmente, ele poderá vir a ser um dos fatores principais do poder militar de seu país, dominado por preocupações de tal maneira absorventes, ele deve sentir, para logo, não lhe pertencerem as faculdades de que depende a elaboração de obras literárias ou científicas de fôlego. E, posso dizê-lo, sem incorrer em censurável expansão de orgulho, este foi o destino do oficial da Marinha brasileira que, aos 25 anos, era capitão-de-fragata; com pouco mais de 26, capitão-de-mar-e-guerra, e aos 35, oficial-general; o mesmo que ora levanta a sua voz enrouquecida, neste recinto, perante este auditório conspícuo. Senhores! Não foi de plano, para esquivar-me a divagações imaginativas e considerações filosóficas, que ocupei vossa benevolente atenção com este esboço autobiográfico da minha medíocre existência. Baldo de meios para compor uma oração acadêmica, qual alguns talvez esperassem de mim, e na certeza de que, nesta exibição excêntrica, os olhos de toda a classe militar do país convergiriam sobre mim, tentei bosquejar uma página de ensinamento que me pareceu poder ser de algum proveito, ao menos, para os meus mais jovens camaradas da Armada e do Exército; demonstrando-lhes, palpavelmente, que, entre os deveres morais que o cidadão fardado contrai para com a pátria, está o de estudar, perseverantemente, desde que se matricula na escola preparatória de sua educação militar até a morte. Que esta, se ele não tiver a fortuna de encontrá-la no campo de batalha empunhando a sua espada, não o surpreenda sem o livro ou a pena na mão.

Expressando-me deste modo, acentuo, todavia, a minha convicção de não haver, entre as ciências e as letras, antagonismo essencial; ao contrário, no caso mais comum, umas e outras se permeiam, se penetram reciprocamente como os fluidos de diferentes densidades no conhecido teorema físico.

Nem me julgo obrigado a declinar nomes gregos e latinos famosos, de escritores cujas obras chegaram quase intactas até nós, e que sintetizam a ciência dos antigos em uma linguagem castigada e amena, verdadeiramente literária.

Nos tempos modernos Pascal e Buffon, geniais cientistas, foram e são ainda mestres, jamais excedidos, nas magnificências do estilo escrito. Por outro lado, nada tem de paradoxal a observação muitas vezes feita de que, nos monumentos literários de todos os tempos, desde o Velho Testamento, aos poemas imortais de Homero, Virgílio, Dante, Camões e Ariosto, como nos dramas e comédias de Shakespeare ou nas tragédias de Corneille e Racine, escritos em tempos de obscurantismo, depara-se a intuição de princípios só evidenciados pelas últimas descobertas científicas.

Já tive ocasião de aludir, de passagem, ao Tenente Maury, da marinha norte-americana, e à sua obra científica intitulada *Geografia Física dos Mares*. Pois bem, não conheço livro, em língua alguma, de mais atrativo literário do que esse, contendo ao mesmo tempo copiosa massa de informações e observações, cada qual mais nova e engenhosa, sobre a natureza física dos fluidos que envolvem os continentes terrestres. É, pois, possível que, dado em mim algum sentimento estético inato, e muito particularmente o gosto pela arte de formular o pensamento, arte que na literatura tem o seu mais nobre expoente, é possível, convenho, sem vaidade, que a minha pertinácia em estudos de índole positiva haja contribuído para ensinar-me a emitir minhas idéias e minhas reminiscências, na forma menos fastidiosa para os cultores da beleza da palavra escrita ou falada.

Declaro, porém, que na exteriorização do meu pensamento nunca tive a pretensão de escalar a montanha e penetrar na nuvem, na expressão de Victor Hugo, nessa vossa morada de hoje, a que antes de vós se alaram os talentos insignes de José de Alencar, de Francisco Otaviano, de José Bonifácio, o Moço, de Gonçalves Dias, de Casimiro de Abreu.

Senhores! Por um desses contrastes, não raros em todos os gêneros de sucessões, é na cadeira laureada por este último nome que eu venho sentar-me. Casimiro de Abreu! o poeta de nascença, imaginação rica e docemente melancólica, servida pela mais espontânea e esquisita faculdade de compor versos líricos melódiosos; ele, que, com as suas *Primaveras*, soube eletrizar toda uma geração.

Eu era então menino e lembro-me que todos os dessa minha fase de vida sabíamos de cor as suas maviosas poesias.

Ele, em suma, que viveu e morreu como poeta, antes de haver roçado os espinhos inseparáveis do caminho que conduz à madureza da vida.

Eu! que nunca pude rimar duas linhas em qualquer metro, salvo se o fiz alguma vez inconscientemente.

Byron foi, de todos os modernos poetas, o que mais me apaixonou quando o li, pela primeira vez, na minha mocidade, de tal maneira que tentei traduzi-lo. Só consegui, porém, fazer algumas pálidas imitações do sombrio autor do *Corsário* e do *Childe Harold*, todas, por sinal, em versos de pés quebrados. Por esse tempo, havendo lido, em Lamartine, que “a poesia não era outra coisa senão um produto da exuberância do talento”, fiquei convencido, diante deste conceito do imaginoso autor da *História dos Girondinos*, não ser eu mais do que uma bem caracterizada nulidade.

Quem invocou o nome simpático de Casimiro de Abreu, para perpetuá-lo no *nimbus* de glória desta eminência intelectual, creio haver sido o seu contemporâneo e meu antecessor imediato na Academia de Letras, Teixeira de Melo.

Diante deste último nome sou forçado a calar-me destoando talvez das praxes acadêmicas.

Relevar-se-me-á, porém, a singularidade, ante a minha confissão, ingênua talvez, de não haver conhecido o homem nem a sua obra.

A minha abstenção, neste caso, creio ser a maior homenagem que prestar possa à sua ilustre memória. Não seria digno dela, nem de mim mesmo, ler apressadamente as produções para vir aqui fazer delas e do autor um panegírico convencional.

Só me resta dirigir-me ao jovem literato e publicista Sr. Afonso Arinos, que por um requinte de bondade e de amizade prestou-se à tarefa penosa de vir receber-me nesta corporação que ele tanto abrilhanta com os seus variados talentos.

Se o fato de ser o recipiendário de hoje um veterano da guerra do Paraguai, da qual não pretende outra glória senão a de haver sacrificado nas aras da pátria, durante a cruenta luta, o que então possuía de mais prestante — os melhores anos de sua juventude; se a circunstância notada tiver o efeito de vos

induzir a aplicar as vossas provadas faculdades de investigador do passado a disreter sobre a história, inda não escrita, daquela guerra memorável, não o podereis fazer melhor do que inspirando-vos no gênio do eminente historiador italiano¹ que ilustrou com as suas eloqüentes conferências as últimas reuniões desta Academia, para separardes a verdadeira história das legendas que a deformam e que com relação à guerra do Paraguai, ferida há cerca de quarenta anos, subsistem em toda sua plenitude de falsidade. E, se quiserdes prestar inteira homenagem ao exímio autor da *Grandezza e Decadenza di Roma*, profligai com a vossa habitual independência e vossa estimada hombridade a mais funesta das legendas, a que mais afeia e deturpa as narrativas esparsas daquela gloriosa cruzada nacional, a legenda urdida pelo ódio político, em documentos oficiais da época.

Para concluir, Senhores da Academia Brasileira, volto à imagem desenvolvida do príncipe dos poetas do século XIX, por mim já invocada.

Todos vós tendes conhecimento dos meus temores de tentar a minha elevação ao cimo da *região dos iguais*, onde paira esta Academia; todas as minhas forças, havendo-as eu gasto em outra tentativa não menos arrojada, na qual, entretanto, com a proteção de Deus, eu chegara ao vértice da pirâmide alcantilada.

Mas ali mesmo encontrei afrontosa decepção, debaixo da forma dos botes traiçoeiros do abutre hediondo da inveja; não *das águias, encaradas de perto*, quais entrevira a imaginação prodigiosa do Prometeu de Guernesey.

A palma virente que me conferistes eu a recebo, pois, como gratíssima compensação à dolorosa prova, e, apertando-a em meu seio, a beijo reverente e vo-la agradeço do fundo da minha alma.

¹ Guilherme Ferrero.

II

RESPOSTA DO SR. AFONSO ARINOS

EXMO. SR. Presidente da República, minhas Senhoras, meus Senhores:

Tendes razão, Almirante, em supor que na vossa eleição quis a Academia render culto à Armada Nacional e ao patriotismo. E não preciso dizer-vos quanto vos honra o serdes escolhido como expressão daquela homenagem e deste sentimento.

O nosso objetivo é fazer da Academia Brasileira, quanto em nós couber, o que chamais “a quinta-essência da raça brasileira”, até para evitarmos o escolho apontado nestas palavras de um pensador:

As academias são o refúgio das idéias e do gosto da era precedente; ao mesmo tempo que um homem de ciência chega à superioridade em qualquer de seus ramos, torna-se neste um obstáculo, porque guardará decerto os erros em voga durante a sua mocidade e que a nova geração já tem refutados.¹

E Haeckel, na sustentação e propaganda da teoria evolucionista, confirma aquele conceito, a propósito dos obstáculos que lhe ergueu no caminho a autoridade científica do sábio Virchow.²

¹ W. Bagehot. *Lois scientifiques du développement des nations*.

² Haeckel. Tr. de C. Bos, *Religion et Evolution*.

Onde, porém, vos enganais, é crendo que na vossa obra escrita faleçam as condições indispensáveis à vossa admissão neste grêmio. Quanto a isso, vós mesmo vos refutais no correr do vosso discurso, onde provais, também, que na marinha militar de todo o mundo florescem aptidões literárias casadas com as aptidões científicas e técnicas. Além disso, conheceis perfeitamente que entre os grandes monumentos literários da humanidade estão inscritas obras de militares como vós, que aliaram aos louros de seus feitos na guerra, a glória de os terem sabido transmitir ao futuro pela mais perfeita forma da delicada arte. A *Anábase*, de Xenofonte, os *Comentários*, de César, mais modernamente as memórias de Montluc, as de Joinville e o tão celebrado *Memorial de Santa Helena*, são considerados entre os monumentos acima referidos, confirmando, aliás, o que Luís de Camões já tinha sabido exprimir nos conhecidos versos.

Provastes, do modo mais concludente, que nunca houve antagonismo entre as virtudes militares e o gosto literário; como exemplo desta aliança narrestes as peripécias da campanha em que fostes parte, dando-nos, ao menos quanto eu saiba, o único trabalho crítico até então existente, no ponto de vista militar e nas nossas letras, sobre a guerra do Paraguai.

Estas mesmas cadeiras da Academia não nos evocam a figura inolvidanda de Taunay, sussurrando-nos o nome tão cavalheiresco daquele soldado-escritor, que deixou de um dos mais dramáticos episódios da sua vida militar e da mesma campanha, esta recordação imperecível, a *Retirada da Laguna*?

Não foi ele, decerto, o primeiro, nem o último, a sair das escolas militares para as letras, a política, a diplomacia.

Notastes a singularidade da sorte que vem colocar o autor da *Guerra do Paraguai*, o intrépido comandante do *Barroso*, na cadeira de Casimiro de Abreu, o meigo e sentido poeta das *Primaveras*; na mesma cadeira de Teixeira de Melo, o suave poeta das *Sombras e Sonhos*! Parece um contraste proposital.

Casimiro de Abreu, o magoado intérprete de tantas mágoas do povo, o malogrado cantor das próprias desditas, que, tendo morrido aos 23 anos com a alma torturada pela dureza de um pai incapaz de compreendê-lo, pela crueza de um morbo fatal e pelas amarguras do exílio, renova a sua paixão no

eterno ramadã dos sofrimentos alheios, sempre novos e sempre os mesmos; Teixeira de Melo, o singelo e tímido cantor do sepulcro de si mesmo,

Eu sou como o sepulcro de mim mesmo.

o modesto e infatigável obreiro das *Efemérides* e de tantos outros subsídios históricos que dormem nos *Anais* da Biblioteca Nacional, de que foi diretor, e no *Dicionário Bibliográfico*; Casimiro de Abreu e Teixeira de Melo, dois elegíacos, dois poetas líricos, que tinham medo de magoar as pétalas de uma flor – sucedidos nesta mesmíssima cadeira pelo cabo-de-guerra que repeliu a canhão e a fio de espada a abordagem, que passou impávido sobre torpedos e à boca de baterias ululantes!

Mas, há talvez nesse contraste uma lição sutil. Na mente e no coração das massas andam associados os grandes engenhos que idealizam e executam. À tona das civilizações flutuam confundidos poetas e guerreiros. E foi decerto por isso que, entre os celtas do Norte e os escandinavos, os bardos eram como sacerdotes, sem cuja prece não podiam começar as batalhas e sem cuja bênção as almas errantes dos guerreiros mortos não podiam ter o repouso da sepultura na terra nem a glorificação no paraíso.

A façanha do guerreiro só pode brilhar intensa nas páginas do poeta. Homero e Aquiles completam-se: um não poderia existir sem o outro. E as duas faculdades extremas, a imaginação criadora do sonho e o talento positivo fundador da realidade, embora não possam reunir-se em determinado indivíduo no mesmo grau de intensidade – não se repelem fundamentalmente.

Já Lord Rosebery notou no seu *Napoleão, Última Fase*, que a imaginação ardente é um dos característicos dos grandes homens de ação. Sem ela o jovem vencedor de Marengo e das Pirâmides não teria criado aquelas frases lapidares, que, sintetizando em forma intensa um pensamento, soavam como clarins e valiam vitórias.

Tomemos o mais antigo dos diários militares conhecido, cujo autor é o mesmo comandante da expedição que descreve.

No ponto de vista militar é ainda um modelo, no dizer do seu tradutor, aos generais e oficiais de todas as eras, quaisquer que sejam as mudanças sobrevindas na tática; literariamente é a memória onde o autor deixa falar os

acontecimentos sem visar a efeito, dá a cada personagem vida, movimento, interesse; apresenta-se-nos tal qual é, sem orgulho nem falsa modéstia, contando com perfeita naturalidade o que fez, não cuidando de tomar na narração nem mais nem menos lugar do que teve na expedição, falando de si mesmo na terceira pessoa e com tanta simplicidade e indiferença, como se de outrem tratara.

Acode-nos a propósito o tão famoso episódio daquele capítulo em que a tropa, tendo atravessado a cidade de Gímnias, cujo arconte lhe forneceu um guia para, sob pena de morte, levá-la em cinco dias ao Monte Sagrado – executa as últimas das 215 marchas, nas quais venceu os 5.800 quilômetros de seu percurso por terra inimiga combatendo sem cessar. Ei-la que entesta com a famosa montanha ao cabo do quinto dia. Momentos depois um alarido selvagem atoa os ares. É decerto a vanguarda assaltada pelo inimigo. A cavalaria, abalada após o chefe, perlonga o flanco da coluna em marcha para levar socorro aos camaradas da frente. Mas a grita cresce. Infantes, cavaleiros, retaguarda, trem de equipagens, tudo se reúne no alto – e um clamor gigantesco enche a multidão: “O mar! O mar!” Então atiram-se uns aos outros: os soldados saltam aos pescoços dos capitães e generais, beijando-os com os olhos arrasados de lágrimas. E, sem que ninguém soubesse como, nem por ordem de quem, surgiu de repente um monumento tosco, feito de pedrouços e escudos despedaçados, para guardar a memória daquela data.

Na alegria com que vos recebe este grêmio, Almirante, há alguma coisa do entusiasmo dos gregos de Xenofonte – hoplitas, peltastas, cavaleiros – quando, ao vingarem o Teques, descortinaram o mar. E eu não faço aqui outra coisa senão, como aqueles soldados, ajuntar as pedras do monte e cobri-las de escudos rotos, para erguer um padrão que comemore a entrada da Marinha Nacional no primeiro grêmio literário do Brasil.

O mar! Ele representava para os gregos, como para todos os homens civilizados, um dos sentimentos em que fostes buscar, Almirante, o motivo de vossa admissão na Academia – o da Pátria. Era-lhes a imagem dela quando, a seus olhares nostálgicos de filhos ofegantes da ânsia de revê-la, aflorou na amplidão azulada o que o seu poeta chamava “o sorriso infinito das ondas”. Bem sentimos, bem compreendemos a crepitosa alegria daquele bando êxul de praiheiros, habituados à vastidão e ao frescor da planura marinha, quando,

depois de tresmalhados por mais de um ano, lograram escapar ao âmbito estreito de um continente hostil, por onde erravam marrando com os cerros e os penhascos. Bem compreendemos, bem sentimos aqueles gritos da exultação quando se deparou à coluna pugnaz dos quase prisioneiros dos bárbaros o caminho da pátria no esteiro das naves lobrigadas ao frol das águas e no vô das gaiivotas, aladas umas e outras, evocando-lhes ao vivo imagens longo tempo afagadas e acenando-lhes com esperanças há tanto acalentadas em vão.

Este não era decerto aquele mar nevoento dos poemas de *Ossian*, onde os elfos, vestidos de trevas, derramam a traição e a morte; nem aquele cujo terror fechou por milênios as nossas plagas ao convívio da Europa ocidental; foi, sim, aquele onde a arte, planta nativa, medrou e desentranhou-se em flores, como nos lagos dos nossos jardins medraram e florescem os nenúfares.

O seu poder mágico, nós o estamos sentindo agora, sentiu-o o homem sempre, porque o mar, na sua amplitude e na sua mobilidade, é a mais larga e potente expressão da eterna e incessante aspiração humana para a liberdade. Sendo ele, com efeito, a mais vasta porção da superfície da Terra, é também a que nunca pôde, nem poderá ser dominada, nem possuída por nenhuma aglomeração humana. E assim condenado pela natureza a uma neutralidade perpétua, estrada sempre livre e sempre grande, ele concretiza a idéia de logradouro comum de todas as raças, o ideal nunca atingido, mas nunca esquecido, da solidariedade humana.

Afora a faixa da população que orla o nosso litoral, nós somos, a mor parte de nós brasileiros, um povo intracontinental. Pois bem: é no mais longínquo habitador de nossos sertões, na mais remota caíra de caipira ou de matuto, que mais veemente encontramos a misteriosa nostalgia do mar, mais forte que a fascinação do monstro. Quantas vezes, a mim, que nasci a 1.200 quilômetros da costa e numa terra onde ainda hoje o ponto mais próximo de estrada de ferro fica a mais de 300 quilômetros aquém; a mim mesmo quantas vezes não se depararam patrícios cujo anelo supremo era poderem, como os gregos, subir o Monte Sagrado para embeberem o olhar no infinito azul do oceano!

E é talvez no nosso vocabulário do sertão que mais se guardam os termos marítimos. *Navegar*, no sentido de transitar freqüentemente por um ponto; exemplo: — as tropas *navegam* por este caminho; *tolete*, no sentido de

pauzinho roliço, como aquele a que se prendem os remos; *arribada*, no sentido de voltar atrás; *à toa*, *correr a coxia*, *à riba*, *de riba*, *amarrar* e mil outros – são vocábulos náuticos de uso diário no sertão. Muitas vezes, à saudação: “Como vai?”, a resposta é: “Vou remando”, para significar que se vai mansamente, mediocrementemente, sem vantagens, mas também sem obstáculos.

Ora, essa atração instintiva pelo canto da sereia, cujas lendas, *substratum* da poesia popular milenária do Luso, existem tão vivas entre os sertanejos, vem justificar a seu modo a observação científica de Lapparent.

Este, tratando da morfologia terrestre, assegura que o desenvolvimento e a civilização de cada país são o resultado da proporção entre a extensão da linha da costa e a massa do mesmo país.

Quanto maior é a linha da costa em relação à massa, maior é a facilidade de desenvolvimento e civilização. Assim, na Grécia, a cada 83 quilômetros quadrados de território corresponde um quilômetro de costa; no Peloponeso, considerado à parte, a cada 20 quilômetros quadrados de superfície corresponde um quilômetro de costa; mas a proporção segue neste crescendo:

Por quilômetro de costa:

Europa	289	quilômetros de território		
América do Norte	407	”	”	”
Austrália	584	”	”	”
América do Sul	689	”	”	”
Ásia	763	”	”	”
África	1.420	”	”	”

De sorte que a África, sendo dos continentes o menos favorecido quanto à extensão das costas, proporcionalmente à massa do território, é também o mais atrasado.

Vedes, pois, Almirante, que elevando em vossa pessoa o homem do mar, a Academia não honrou somente o patriotismo, mas rendeu também homenagem ao sentimento de solidariedade humana, à idéia de civilização e de liberdade.

Somos uma nação nascida do mar. A lenda do Caramuru é como o símbolo da nossa origem, da origem da nossa força e da força dos nossos des-

tinus. Como aquele Diogo Álvares que surgiu diante dos olhos assombrados dos tupinambás escorrendo água marinha, é do mar que emergimos para a História.

Vós mesmo nos referis em vossa conscienciosa e documentada *Formação da Armada Brasileira*

De todas colônias americanas a única que, por ocasião de emancipar-se, possuiu elementos para lutar contra o poder naval da metrópole, foi o Brasil, circunstância esta ainda não notada explicitamente por nenhum historiador, mas que talvez tenha sido a que influiu mais poderosamente para abreviar a nossa independência.

De fato, a 11 de março de 1808, logo depois de aportar às nossas plagas a família real, foi o Visconde de Anadía confirmado no cargo, que já exercia na metrópole, de Ministro e Secretário de Estado da Marinha, sendo criadas as repartições do Quartel-General da Marinha, da Intendência, da Contadoria, a Academia de Marinha, o Conselho Superior Militar e o Hospital de Marinha, “não se tendo”, acrescentais, “omitido até a regulamentação do corte de madeiras próprias para construções navais”.

A proclamação da independência deu-nos um respeitável núcleo de armada com os navios da marinha real portuguesa surtos no porto do Rio, aos quais Martim Francisco, o Ministro da Fazenda de então, veio ajuntar os adquiridos com o produto da subscrição nacional, para a defesa da extensa costa do país. E foi esta esquadra que não só nos garantiu a unidade nacional na guerra da independência, impedindo, à ação enérgica do nosso primeiro almirante, Lord Cochrane, a separação das províncias do Norte, como ainda nos deu a supremacia do mar na guerra do nascente Império, de 1825 a 1828, contra os Estados do Prata.

Essa guerra foi a primeira e mais eficaz escola dos marujos, como no-lo assegura o Ministro da Marinha Melo e Alvim, no relatório de 1829, apresentado à Assembléia Geral e citado em vossa obra:

Eu sinto a satisfação de poder afirmar que a nação possui, atualmente, com pequenas exceções, um corpo de excelentes oficiais de marinha, os quais, tanto pela sua perícia em tudo que respeita à profissão naval, como seu valor e prática de guerra, adquirida no fogo dos combates, se acham habilitados a prestar os mais relevantes serviços à nação.

E não faltou, no postrídio da nossa independência para sagrar a Armada Brasileira ainda infante, uma façanha homérica: o episódio da fragata *Niterói*, que, sozinha, perseguiu, desde a Bahia até a foz do Tejo, a armada real retirante, com um comboio de 84 navios, dando-lhe caça e apresando-lhe embarcações, até poder, como primeira, desfraldar ufana, do penol da gávea, às brisas do Velho Mundo, o novo pavilhão brasileiro.

Depois, narraís todas as vicissitudes da adaptação do vapor à esquadra, desde 1830, em que a nossa marinha adquiriu o primeiro, para vendê-lo no ano seguinte *por ter falecido o engenheiro encarregado da máquina e não se encontrar outro para substituí-lo*. Entrementes, os nossos estaleiros não cessaram de fabricar navios, comprávamos outros ao estrangeiro, para atender à repressão das discórdias civis e à difícilíssima e acidentada repressão do nefando tráfico dos negros, em que nos empenhamos, vós o reconheceis, com verdadeiro afinco e a máxima sinceridade.

Em 1847 tínhamos apenas cinco naviozinhos a vapor, empregados no serviço dos correios e no policiamento da costa contra o tráfico escravo. Foi então que Holanda Cavalcanti encomendou na Inglaterra o *D. Afonso*, que devia celebrar o futuro Tamandaré. À construção do *D. Afonso* seguiu-se aqui mesmo, na Ponta da Areia e no Arsenal, a do *Pedro II, Paraense e Recife*. Em seguida fazíamos vir da Inglaterra o célebre *Amazonas* e pela mesma época o Almirante Greenfell executava a passagem de Tonelero, a primeira ação naval em que tomaram parte navios brasileiros a vapor.

Em 1853 expedíamos pela primeira vez um vaso da Armada em viagem de longo curso, a corveta *Baiana*, sob o comando de Francisco Manuel Barroso, o herói de Riachuelo.

Em 1857 seguia a *Imperial Marinheiro*, na nossa primeira viagem de instrução, pelos mares da Europa, sob o comando de Torres Alvim, futuro Barão de Iguatemi. Mas, já então o nosso zelo amortecera e a guerra do Paraguai nos encontrou quase desarmados, conforme o testemunho dos sobreviventes da campanha, os depoimentos respeitáveis do preclaro brasileiro Visconde de Ouro Preto, na *Marinha de Outrora*, e de Joaquim Nabuco, no seu *Um Estadista do Império*, além da palavra oficial, que citais, do Ministro da Marinha de então, Araújo Brusque.

Ora, este fato, ao lado de tantas outras razões, deveria eximir-nos da culpa que nos irroga ilustre e respeitável compatriota,³ dizendo que “vistas ambiciosas de absorção eram os verdadeiros móveis da política do Brasil nessa época”, e que “a falta de elevação mental e moral do governo do ex-imperador nos conduziu a uma calamitosa guerra entre povos irmãos”.

Menos injusto para conosco foi aquele autor anônimo de um panfleto da época, *Maquinaciones del Brasil*, pois este busca uma causa natural mais alta – embora igualmente falsa – do que os simples manejos da política ou a falta de elevação mental de um governo: o próprio instinto de conservação, a necessidade inelutável de território ao sul para a raça branca colonizadora, que perece no esbraseamento das nossas terras tropicais. Para o interessante anônimo platino, o Brasil é a África americana.

Mas, deixando de parte todos os argumentos que poderíamos invocar contra semelhante asserto do nosso compatriota; não falando no testemunho insuspeito de contemporâneos estrangeiros, nem na desproporção entre o exército paraguaio e os dos demais países sul-americanos, inclusive o nosso, reduzido a 9.000 homens, quando aquele, robusto, aguerrido, adestrado, instruído, chamado até “formoso” por um ministro estrangeiro, foi avaliado por Mastermann, pelo ministro inglês Gould, o Coronel Francisco Martínez, o Tenente-Coronel de artilharia Lucas Corriño, o General Caballero e o Coronel austríaco Wiesner, entre os extremos de 55.000 e 100.000 homens, como se vê na obra monumental *A Guerra da Tríplice Aliança*,⁴ anotada com extraordinária riqueza de documentação, sagacidade e critério pela altíssima competência do Barão do Rio Branco; não falando na necessidade iniludível da nossa intervenção armada na Banda Oriental, que López tomou como causa da guerra, intervenção tardia em vista do permanente estado de discórdias no território vizinho, onde foram muitas vezes depredadas estâncias de patrícios nossos e trucidados nossos cidadãos, e tudo sem punição legal possível por falta da ação de um governo regular no país, dividido entre as forças rivais de Venâncio Flores e de Aguirre; deixando ainda de parte os documentos oficiais da missão brilhantíssima do Visconde do Rio Branco e do Conse-

³ R. Teixeira Mendes, *Benjamin Constant*.

⁴ L. Schneider, *A Guerra da Tríplice Aliança*, vol. I, nota.

lheiro Saraiva; o apresamento do *Marquês de Olinda* e o conseqüente e longo martírio de Carneiro de Campos com seus companheiros de infortúnio; pondo finalmente de parte a própria invasão de Mato Grosso com a hecatombe de famílias brasileiras – basta-nos apontar uma causa geral e profunda para o rompimento da guerra: o choque inevitável entre duas correntes de civilização, uma oriental e teocrática, sobrevivência da tradição, ou última vaga, a quebrar-se ali, da dominação inca e das reduções jesuíticas; outra leiga, industrial, democrática, meio anárquica, européia enfim.

A primeira, quiçá a mais própria e a mais consentânea com a grande massa da população indígena, só podia subsistir dentro de si mesma com o mais rigoroso isolamento do mundo. Praticou-a superiormente o sombrio Francia, que por 26 anos, de 1814 a 1840, foi ao mesmo tempo – Licurgo de alma cabocla – o supremo governo, o supremo agricultor, o primeiro negociante, o primeiro professor, o papa do Paraguai. E nem faltou a esse tipo faraônico de ditador sul-americano o cenário empolgante das velhas reduções jesuíticas descrito por Chateaubriand, nem o culto da população, que, reza a lenda, prostrada por terra nas ruas, se não tinha tempo de recolher-se às casas, escondia o rosto nas mãos, quando o sino grande da catedral anunciava aos quatro ventos o passeio do seu senhor.

O isolamento, absolutamente necessário a essa forma oriental de governo, é-o a todas as sociedades, povos ou nações, cuja constituição moral ainda não se fortificou pela ação secular ininterrupta da disciplina. Esta disciplina secular, isto é, a vigência de uma lei durável, de um núcleo de instituições e costumes, a conquista, enfim, do que Bagehot chama a “fibra legal” – é o primeiro passo da civilização. O segundo passo é poder quebrar, sem destruir, os velhos usos conservadores, por atingir alguma cousa de melhor. Todo o segredo da força e da grandeza das nações está neste equilíbrio – a capacidade de variarem dentro de si mesmas. Ele traduz a propriedade fundamental dos organismos – a dupla tendência que cada descendente revela, ao mesmo tempo, de assemelhar-se ao ascendente e de diferir dele ou, numa frase, a tendência das semelhanças e dos contrastes. O “característico de uma civilização parada é matar as variedades na infância”. E o grande obstáculo que a História encontrou na marcha das civilizações, assegura-nos o já citado autor, não foi o que as deteve no primeiro passo, mas o que lhes retardou o segundo.

O regímen de Francia sobreviveu a seu executor, cujo governo continuou de fato após a morte, mesmo sem intervenção da máxima – os mortos governam os vivos: pois, é sabido, só depois de cinco dias do falecimento do ditador, quando a decomposição do cadáver naquela terra tropical nem sombra de dúvida podia deixar nos mais descrentes, foi que se animaram a penetrar no aposento do grão-mestre do Paraguai. Subsistiu ainda sob Carlos López e só no governo de Francisco Solano López, que seu pai fizera viajar a Europa, de onde lhe veio decerto a idéia de um ensaio de colonização francesa na sua *Nueva Burdeus*, foi que se desvirtuou o sistema de Francia e, quebrado o encanto à intervenção intempestiva de López II na política do Prata, soçobrou mais uma vez na América do Sul, onde ficou definitivamente estabelecida, com as línguas da Europa e suas instituições, a supremacia da sua raça e das sub-raças filiadas naquele tronco.

Tais conflitos, pois, têm as mesmas raízes profundas das leis cósmicas, que restabelecem a harmonia dos mundos.

A nossa pobre ciência não pode conhecer-lhes as causas, senão quando constatar-lhes os efeitos. Nós os encontramos a cada passo, na nossa natureza. Nunca me há de esquecer, por exemplo, um quadro de campo de batalha que me impressionou a alma nos dias de minha meninice. Era uma luta entra insetos. À sombra de uma árvore, no chão limpo, um companheiro de campo mostrou-me uma infinidade de pequeninos corpos de abelhas; no galho, acima, a colmeia salteada, rota, vazia de mel e de viventes, manifestava no mudo e modesto abandono a dupla devastação do saque e da morte. Mas o enxame de corpozinhos que juncavam o solo embaixo, narrava com a mais sentida eloqüência o heroísmo da defesa.

Não! Atribuir a causa de tão dura guerra à falta de elevação mental e moral de um governo é, ou amesquinhar o povo, ou exagerar a importância de um homem. Não foi decerto devido a política nem a governo que, mais de dois séculos antes, o regímen que Francia tentou personificar, ampliando-o e unificando-o, sofreu o rude embate dos mamelucos de São Paulo. É deveras brutal a cena, que nos refere o Padre Montoya,⁵ da entrada dos 140 paulistas com 150 índios tupis na redução de Jesus Maria, águas da lagoa dos Patos,

⁵ Capistrano de Abreu, *Capítulos da História Colonial*.

todos muito bem armados de escopetas, vestidos de escupis, ao modo de dalmáticas estofadas de algodão, que os cobria dos pés à cabeça, marchando ao som de caixa, bandeira tendida e ordem militar. Invadiram o povoado sem esperar razões, – dispararam os mosquetes, acometeram a igreja e pelejaram seis horas seguidas, das oito da manhã às duas da tarde, queimando, esquartejando, arrasando. Passava-se isto no dia de São Francisco Xavier da era de 1637.

É bárbaro, convenhamos. Mas foram esses homens que nos deram o território e a fronteira da pátria; foram eles, na sua aparente incoerência, os instrumentos da civilização.

E nesta terra de América, tão misteriosa ainda, onde a arqueologia guarda tantas surpresas para o futuro, conflitos como aquele entre correntes contrárias de civilização existem na história pré-colombiana: os Incas de Tuyuantsuyu, desde Manco-Capac até Huascar, já encontraram aqui os Aimarás, representando uns e outros costumes, línguas, religião e instituições diversas que se entrebateram, reagiram umas contra as outras, misturaram-se, repeliram-se até se acamarem dentro dos dilatados limites de um império, à forte ação de um régimen pacientemente firmado pela autoridade aos Incas.

A viagem de Colombo veio apenas reatar na América uma civilização interrompida por milênios de isolamento. Quem sabe se os nossos selvagens não eram, eles mesmos, ruínas de velhas civilizações, ou, no dizer de Martius,⁶ resíduos de muito antiga, posto que perdida história?

Joseph de Maistre⁷ esboça a teoria de que o selvagem não é senão o vestígio do antigo homem civilizado. Será por isso que na cerâmica de Marajó há um quê da pureza das formas e da harmonia de linhas dos artistas da África? Será também por isso que o velho Montaigne, escrevendo há três séculos de nós, achou numa canção tupinambá, que mandou traduzir, um sabor anacreôntico?

Do fato mesmo de serem inevitáveis tais conflitos, quaisquer que sejam as causas ainda não reveladas pela ciência; a despeito de todo o esforço pela manutenção da paz no mundo – a ironia das cousas fez com que as sessões da

⁶ Eduardo Prado, *Coletâneas*, vol. III.

⁷ De Maistre, *Soirées de St.-Petersbourg*.

Conferência de Haia tenham como salvas regimentais o canhoneio dos marroquinos!

Por isso, tendes mais uma vez razão, Almirante, de arredar-vos da escola que qualifica o patriotismo de sentimento estreito e bárbaro.

Por muito tempo ainda será digna de ser praticada a máxima de Cromwell: “Tem fé em Deus, e conserva seca a pólvora.”

II

“Os progressos da arte militar constituem”, assegura um pensador, “o fato mais notável – eu ia dizer o mais brilhante – da história humana. A força militar da raça humana tem constante e invariavelmente aumentado e tende a concentrar-se nos grupos que chamamos as nações civilizadas.”

Abrindo as portas aos generais, a Academia proclama não só a necessidade das instituições que eles representam, como aparelho indispensável à vida nacional, mas também o incessante aperfeiçoamento das mesmas, como condição indispensável à nossa civilização.

Trazeis-nos, pois, algo de novo e forte. A vossa pessoa não evoca simplesmente o livro, mas a ação. O engenho que urdiu a vossa obra literária conduziu primeiro o *Barroso* através das correntes do Paraguai, sob a descarga dos possantes canhões alinhados nos cinco quilômetros de barrancos de Humaitá. Antes de escrever as vossas páginas de história, vós fizestes, vós vivestes estas mesmas páginas. Deixai pois que o olhar afetuoso de quem dá as boas-vindas ao novo confrade considere ao longe o marujo nas tintas suaves do passado, que, segundo a belíssima frase de Guilherme de Humboldt, é eterno e imutável como a morte, tendo contudo o calor e o interesse da vida. Deixai que eu traga a este salão o jovem oficial, com o rosto fulgorizado pela dupla madrugada da mocidade e da vitória.

Evocais também uma era, representais uma geração; vindes trazer-nos fidalgamente e disparzir por entre estas tranqüilas poltronas onde tanto nos entretivemos com questões de Gramática os louros das batalhas.

Recebendo-vos, como bem o adivinhastes, não simplesmente é mais um consócio ilustre a vir sentar-se a nosso lado e tomar parte em nossas deliberações: vemos em vossa pessoa não só o autor da *Missão do Oficial de*

Marinha, traduzida e louvada em revistas estrangeiras, o narrador singelo, vivo e empolgante da *Guerra do Paraguai*, não só o relator consciencioso e finamente observador da *Primeira Missão à China*, não ainda o expositor claro e persuasivo da *Organização Naval*, o escritor tão sincero e por vezes tão eloqüente do *Dever do Momento*, mas também o “Barão da Frente” dos versos de José Bonifácio e da jornada de 19 de fevereiro de 1868, “Primus inter pares”:

*Foste o primeiro – sim! Do teu navio
Abriu caminho a lúcida carreira;
Se te esqueceram – pouco importa! A glória
Brilha inda mais se a lembram derradeira!*

.....
*Foste o primeiro – sim! Ali teu vulto
A muralha de ferro ergueu fremente!
Já não tarda o porvir; as trevas fogem!...
Serás entre os barões – Barão da Frente!*

*Barão da Frente... é o grito da justiça,
Há de sê-lo também da História um dia!
Repetem-no, ao sussurro da tormenta,
O som do mar e a voz da ventania!*

Assistimos a vosso lado todos os precedentes do tremendo passo, pela viva e quente narrativa que dele fazeis.⁸ Temos a visão do Brasil de quarenta anos atrás. Palpitamos nos anseios da multidão, esbravejamos nas discussões da Câmara diante da protelação da guerra e daquele como estarecimento aos pés da grande Esfinge de Humaitá. Tomamos parte na atividade e energia do Ministro Pinto Lima, que dos nossos estaleiros e dos europeus arranca encouraçados prontos para a ação; teimamos com Inhaúma em não arriscar a esquadra a uma perda certa ou a uma façanha que ele reputava inútil, quando, em carta ao General Mitre, dizia cinco meses antes:

Não farei a vontade, quero antes um conselho de guerra, para o qual me estou preparando; tenho-lhes mostrado que não temo as balas, que nos perigos estou sem-

⁸ Almirante Artur Jaceguai, *De Aspirante a Almirante – Guerra do Paraguai*.

pre na frente; o que não posso é fazer impossíveis – transpor um passo cheio de perigos naturais e artificiais, defendido por mais de 80 peças de grosso calibre, com uma esquadra de dez navios maus, estragados, além disso, por três combates, é um impossível...

Sofremos, durante os seis meses do assédio, todas as angústias e privações daquela esquadra “internada no continente sul-americano a 1.000 milhas do mar”,⁹ esfogueada, em dias de calor ardente, dentro do bojo dos couraçados, alvejada pela pontaria dos canhões inimigos e pelos assaltos, mais cruéis, sem dúvida, das febres, do beribéri, do cólera.

Vibramos nas enérgicas injunções do jovem Ministro da Marinha Afonso Celso, quando menos de dois meses antes do feito determinava ao Almirante:

Quanto posso julgar, é chegada a ocasião de verificar a passagem. Não se desconhecem as dificuldades, mas não há feito distinto sem empresa arriscada. E precisamos desse feito não tanto pela glória como pela necessidade de concluir.

Ponderamos todas as dificuldades da empresa, comparando-a com a que executara Farragut na subida do Mississippi – e dessa comparação resultava, à evidência, o engrandecimento do nosso perigo. As correntes cruzadas no rio Paraguai, a grande muralha natural vestida de mato onde se escondiam os canhões, formada pelo barranco de 30 pés de altura sobre o nível médio do rio, embaixo da qual teriam de passar os nossos navios; a volta apertada que aí faz o rio e, da margem oposta, a mais de um terço da sua largura total, não excedente a 300 braças, um parcel ameaçador; as correntes suspensas, os torpedos subaquáticos, “os traidores remansos onde se neutraliza a ação do leme” e, nas pontas da volta, os fogos convergentes das baterias inimigas.

Para vencer tudo isso tínhamos um material insuficiente. Mas, eis chegam os monitores que Afonso Celso, o Ministro da Marinha, utilizando-se da experiência da guerra nos rios, com o seu patriótico vigor e grande capacidade de trabalho, envia ao teatro da ação. A esquadra exulta na iminência da decisão final. Caxias, prudente, refletido, mas resoluto e firme, vence as últimas hesitações na visita à capitania, em 1 de fevereiro de 1868, decidindo a

⁹ Almirante Jaceguai, ob. cit.

passagem de Humaitá como operação complementar ao assalto pelas forças de terra ao reduto do Estabelecimento.

O nome do *Barroso*, e do jovem paulista, seu comandante, foram já indicados pelo generalíssimo nessa memorável visita.

As águas do rio haviam crescido e com elas a ansiedade da esquadra. Formava-se a divisão para a investida: na frente o *Barroso*, sob o comando de Artur Silveira da Mota, e o monitor *Rio Grande*, sob o comando de Antônio Joaquim; no centro, o *Bahia* e o *Alagoas*, aquele com a insígnia do Chefe Delfim de Carvalho e sob o comando de Pereira dos Santos, este sob as ordens de Cordovil Mauriti; fechariam a coluna o *Tamandaré*, com Pires de Miranda, e o *Pará*, sob Custódio de Melo. Neto de Mendonça, o comandante do couraçado *Mariz e Barros*, chorava por ter sido excluído do número daquelas seis vedetas da morte e o guarda-marinha Mascarenhas desobedecia a ordens e arrostava castigos para entrar na guarnição dos navios da frente.

O prático-mor Etchebarne fizera os últimos reconhecimentos. Chega alfim a noite da batalha. “Agora, avante, meus bravos!” são as palavras do recipiendário de hoje na hora da ação. “Em Curupaiti, de dia, apenas recebemos cinco balas, quando outros receberam cinqüenta; pois bem, em Humaitá, de noite, arranharemos isso por menos. Confiai em vosso comandante como ele confia em vós.”

E seguiu-se a batalha e raiou a vitória. Édipo, mais uma vez, decifrara o segredo da Esfinge.

III

A ação foi digna de nós e assim o foi a guerra. Justificava-a o passado, exigiu-a o presente e não a condena agora o futuro. É certo que não podemos, sem horror, assistir ao exício de um povo heróico, nem verificar, sem admiração, a bravura dos batalhões paraguaios, a disciplina daqueles soldados, que chamavam pai (*Taitá*) os superiores e eram por estes tratados de filhos. Respeitamos, como os que mais respeitam, o heroísmo daquela resistência – certos de que essas virtudes não pereceram naquela terra e hão de elevá-la no futuro, como a honraram no passado. Não podemos, porém, diante daquele infortúnio, calar os nossos grandes sacrifícios e esquecer o mais generoso do

nossa sangue ali derramado. A guerra explodiu como uma erupção para nós e ninguém poderá jamais negar-nos o supremo direito de vida, expresso nas palavras de Gambetta, gravadas no pedestal de sua estátua: “Dai ao mundo o espetáculo de um povo que não quer perecer!”

Para glória do nome brasileiro, nem a tenacidade da resistência, nem a embriaguez do triunfo nos fizeram esquecer o que devemos a nós mesmos e à humanidade – a independência do Paraguai, pela qual nos batêramos antes com tanto ardor, não foi desrespeitada e nenhuma porção do seu rico território veio aumentar o nosso. Demos na guerra exemplos eloqüentes de sentimentos humanitários e nunca mais se apagará da nossa história a ação pessoal do Imperador em Uruguaiana, participando dos perigos e das privações, *por querer viajar como o último dos oficiais*,¹⁰ percorrendo a cavalo toda a frente da linha de ataque e, após a capitulação, desvelando-se no bom tratamento dos enfermos e dos prisioneiros. Numa ordem do dia há esta frase: “Soldados! em nome do Imperador, o general-chefe do Exército Imperial vos saúda e vos conjura a que respeiteis a desgraça do inimigo vencido.”

Isto, depois da hecatombe de Mato Grosso e do trucidamento dos prisioneiros, provado pelos documentos do quartel-general de López, que, com a vitória de Lomas Valentinas, caíram em poder de Caxias.

Era assim a falta de elevação moral do governo do Imperador!

IV

Mas, esses cinco anos de combates formam um episódio apenas da grande batalha que nos tem sido a posse e desenvolvimento do Brasil.

Estamos habituados – é um dos traços da gente brasileira – a maravilhar-nos diante da opulência de nossas terras, de suas belezas sem conta – e raro nos lembram os inauditos sacrifícios, a luta formidável e incessante que nos custou e nos custa a sua conquista e ocupação. Elevamos exageradamente a terra e apoucamos exageradamente o homem. Entretanto – há de verificar-se um dia – em toda a História não haverá nada mais grandioso do que a colonização do Brasil e a criação dessa nacionalidade pelo povo português.

¹⁰ Schneider, ob. cit., I vol., p. 224.

Nenhum outro seria capaz de tamanha obra; só ele, pela sua pertinácia, a sua espantosa resistência aos climas cruéis, a sua pujança procriadora, a facilidade de cruzar-se sem anular as qualidades dominantes do tipo primitivo – só ele seria capaz de fazer o Brasil. Todos os outros que o tentaram tinham mais homens, riquezas e esquadras e não o conseguiram. Os ingleses, com Edward Fenton, um dos vencedores da Invencível Armada, com Cavendish, com Withrington Lancaster, tomam e saqueiam Santos, assolam a Bahia, salteiam Recife; os holandeses ocupam pontos do Amazonas, criam aí feitorias, apoderam-se do Maranhão, do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e, ao cabo de mais de vinte anos de ocupação, são forçados a abandonar a presa; os franceses criam com Villegaignon a França Antártica, tomam duas vezes o Rio de Janeiro, fortificam-se no Maranhão. Por que não ficaram aqui e contentaram-se, entanto, com as nesgas de território chamadas Guianas, ao norte deste continente?

A terra, o clima, o meio enfim, exigiam outra semente. E ela começou a germinar, já afeiçoada às novas circunstâncias, quando criou nas colinas de Piratininga esse rijo e audaz mameluco que devia ser um dos primeiros instrumentos da unificação do Brasil. O europeu, ainda mesmo o português, não poderia sem o cruzamento subjugar a brutal aspereza desse território colossal. A terra brasileira era fundamentalmente nativista; para entregar-se, ela exigiu um tipo de sub-raça gerado e crescido.

Aos primeiros europeus desembarcados que, numa expressão da época, apenas arranhavam nas costas do continente como caranguejos, ela apontou, ao longe, perdida num espaço desconhecido, a crista de oiro da serra Brilhante. As primeiras levas de forasteiros que, incendidos de ambição, avançaram para a conquista do velocino, desapareceram sem deixar vestígios.

Foi então que a raça colonizadora uniu-se à indígena no primeiro abraço de amor; surgiu o mameluco e, como por encanto, a floresta hostil não teve mais traições de Caapora para os homens “de olhos brunos, cheios de fogo e afoiteza, cabelo forte, preto e liso”, musculatura reforçada e impávidos no perigo. Menos de um século após a descoberta já eles penetravam o sertão, arrastando consigo os índios, cujo sangue lhes corria nas veias e cuja língua falavam.

E começa assim o nosso Ramaiana – o duelo titânico entre o homem e a natureza.

Ah! Nunca se medirá a extensão desse esforço! Os seus vestígios estão alastrados aqui e acolá, como os seixos do caminho em toda a extensão dos nossos oito e meio milhões de quilômetros quadrados de superfície.

Essas florestas que os nossos poetas pintam como bosques virgilianos, cheias de frescor e perfume, ou como verdejantes catedrais, onde as ramagens se entrelaçam em arcos de triunfo, tinham filtros mortais para quem as devassasse; esses campos, onde corre o vento, livre como o veado, tinham ardências e sequidões, que matam o vivente à fome e à sede.

Nessa escalada do sertão, temerária como a do Olimpo, entraram isoladamente e a espaços filhos de todas as demais raças européias de onde nos veio o maior número de obras escritas sobre a nossa natureza. E modesto, tenaz, abnegado, precedendo a todos na expansão e no sacrifício – o jesuíta velejou pelo sertão, como as caravelas pelo Mar Tenebroso, tendo impressa no pano a cruz.

A luta foi apurando as energias e a necessidade foi criando os meios de corrompê-la. O vaqueiro, o barqueiro, o tropeiro, o faiscador e o seringueiro foram aparecendo e labutando e trançando-se ao mesmo passo que o braço robusto do africano, na zona mais próxima da costa, e onde era fácil o transporte, foi substituindo a mata selvagem pelo canavial e os cafeeiros.

Foram os rios estradas preferidas e o pintor nacional Almeida Júnior pôde dar vida a uma das cenas freqüentes da época e perpetuá-la na *Partida da Monção*. Só conhece as suas traições quem por elas navegou: o salto, a corredeira, a cascata, o varadouro, a enchente e, após, na descida das águas, as sezões. Mas, o homem insiste. A alguns tenho encontrado à beira da água, pálidos, rotos, os olhos embaciados, aproveitando a remissão dos acessos febris para empunhar o machado e rasgar clareiras ao sol saneante e às searas nutrizas. A morte não os esquece: não tarda o dia em que tombam deixando em torno da palhoça, a brincarem com os cachorros e os bacorinhos, os herdeiros de suas labutas. E mais ano, menos ano, a terra onde penou a família que ninguém conhece, nem chora, nem auxilia; o chão fecundado com os suorres das sezões, vem ajuntar-se, limpo de miasmas e rico de messes, à porção pagante das nossas despesas.

Também esses são soldados sem soldo, da nossa defesa e civilização.

A guerra três vezes secular contra as inclemências da natureza, a conquista e ocupação do solo nacional continua ainda sem tréguas. Os jornais não dão os nomes dos vencedores, nem conhecem os terrenos dos combatentes. É no vale e no monte, no rio e na floresta, por toda a extensão do Brasil. Eles vão varando chapadões, tangendo boiadas com os boiadeiros, pousando nos ranchos com os tropeiros, guiando montarias ou equipando lanchas no Amazonas, metendo o varejão no São Francisco, remando no Araguaia. Eles viajam a pé de norte a sul, carregam malas do Correio, roçam capoeiras e derriçam cafezais em São Paulo; eles são romeiros no Muquém; eles desfraldam também suas bandeiras – a bandeira do divino – e marcham em folia cantando e pedindo em cada porta; eles também montam canoas e jangadas na costa, abrem vendas à beira da estrada, acompanham, como camaradas, os viajantes do comércio, envergam a farda do soldado, a blusa do marujo e cingem o refle do polícia.

Eles também são conquistadores, pois deles era aquele cujo nome não foi esquecido na *Retirada da Laguna*, José Francisco Lopes, mineiro do Piauí, que explorara toda a região entre o Paraná e o Paraguai, pisando lugares não tocados por pé humano e chantando uma cruz com as iniciais gravadas do soberano para tomar posse de uma floresta imensa.

Eles são descobridores: e de sul a norte e de norte a sul acompanham aquele grande canal de mais de 1.500 léguas feito pela natureza para comunicar o Amazonas com o Rio da Prata, esbarrando no estreitíssimo istmo de menos de uma légua, por onde o Governador Luís Pinto de Sousa, no ano de 1772, fez varar uma embarcação de carga de seis remos por banda.¹¹

Deles foi Joaquim Ribeiro, o grande e desconhecido descobridor do caucho, o extraordinário patrício que, em 1862, no departamento de Loreto, próximo a Iquitos, possuía e administrava sua fazenda admirável, onde pela primeira vez, naquelas alturas, se introduziram maquinismos para a fabricação do álcool.¹²

¹¹ D'Orbigny, *Voyage au centre de l'Amérique Méridionale*. Mapa anexo.

¹² Euclides da Cunha, "Brasileiros" (artigo do *Jornal do Commercio*, em 21 de abril de 1907.)

Eles são colonizadores como aquele Pedro de Oliveira, que com um punhado de companheiros, descendo arrojadamente o Ucaiale e o Pachitea, veio fundar Puerto-Vitoria, na terra dos Cashibos ou bebedores de sangue, onde as próprias forças do governo peruano foram topar a morte nas mãos dos selvagens.

Eles são professores. Não me pode esquecer uma pobre escola primária, encravada na garganta de Tapanhoacanga, velho arraial mineiro de Fernão Dias Pais Leme, o caçador de esmeraldas. Numa casinha rústica, sombreada de laranjeiras, a menina afinava a sua voz cantando a tabuada, com os melros do brejo, de plumagem aurinegra. Aquelas mãozinhas que ao pino do meio-dia esfolhavam os livros escolares, já tinham pela manhã ordenhado as vacas leiteiras ou empunhado o cabo da foice nas roçadas.

Aqueles obscuros lutadores são também magistrados paupérrimos e carregados de família, que, com magros ordenados e grandes atrasos no percebê-los, mantêm heroicamente a honra de sua toga diante da prepotência de mandões locais no meio das terríveis e por vezes sanguinolentas querelas de aldeia.

Eles são pobres vigários da roça, engenheiros intrépidos – todos enfim que, sem prêmio, nem garantia, nem fama, nem glória, trabalham silenciosamente pela pátria. Às vezes a história os surpreende em plena ação e dá-nos uma página épica, como a da resistência de Antônio João, em Dourados, ao exército paraguaio de Resquín. Não se perdeu felizmente aquela resposta espartana do comandante de dez homens trucidados todos na defesa de um posto brasileiro contra uma força inimiga sessenta vezes maior!

Não! O nosso povo não é flácido e negligente como assegura o preconceito vulgar. Mas, tudo que ele conseguiu, tudo o que nós conseguimos, foi à custa de fadigas, de penas, de sacrifícios.

Sabei, pois, manejar o instrumento, que ele produzirá surpreendentes resultados e concorrerá, Almirante, do modo mais eficaz para o aperfeiçoamento do Exército e da Marinha, que o Brasil espera dos seus generais.

O próprio indígena, hoje desprezado e abandonado, deu provas não só de aptidão, mas de gosto pela vida militar e o colorido dos uniformes. Um militar eminente, que foi um dos heróis da ocupação e aproveitamento dos nossos sertões, o Coronel Guido Tomás Marlière, francês de nação, conseguiu prodígios dos Nacenuques do rio Doce, militarizando-os e distribuindo

do postos aos que o mereciam.¹³ Perto de um século depois de Marlière, ilustre general do nosso Exército, em missão recentíssima, o Sr. Belarmino de Mendonça,¹⁴ faz tão sincero quão eloqüente apelo aos poderes públicos em prol dos primitivos povoadores, desses descobridores de tantos hoje grandes artigos de indústria, qual o cautchu, e das virtudes de tantas plantas que curam; desses, cujas raças livraram da morte à fome os usurpadores do seu solo; desses indígenas em que agora o nosso operoso compatriota encontrou, estudando-os na bacia do Juruá, o mesmo pendor militar que o Coronel Marlière aproveitou, organizando-os na bacia do rio Doce.

Olhemos para nós, estudemo-nos, busquemos em nós mesmos o segredo da nossa força, sem imitar apressadamente o que a experiência alheia indicou a outros, em meio estranho.

V

Uma pequena parte, apenas, dos nossos feitos pode a história recolher: perde-se o resto nesse anonimato que é a vala comum dos simples e dos pobres. Por isso, Almirante, eu não posso abolir a legenda, que é a única história dos pequeninos. Não creio, porém, que o ódio possa criar a legenda: ela é obra exclusiva do amor.

A história documentada, a história erudita, será em todos os tempos privilégio de um núcleo de eleitos, como vós. Para o resto, a história real não é a que sucede, mas a que se cria. E no fim dos tempos, é esta a única definitiva, porque paira sobre o formigueiro humano como uma poeira de astros. É ela que se infiltra nas massas, repassa os corações, germina, desabrocha, folga nos folguedos, canta nos cantares e chora na dor e no luto.

Ela se irmana com os homens e os seres, ela irradia, eteriza-se, brilha no astro, rescende na flor.

Ela é, finalmente, a história pela poesia, a única história capaz de vulgarizar-se e de ser possuída pelo povo.

¹³ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano X.

¹⁴ *Memória da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Rio Juruá e Relatório do Comissário Brasileiro*.

Poetas são os que sabem exprimir o ideal que a imaginação do povo acaricia; heróis os que podem realizar esse ideal. E entre esses dois pólos da verdadeira grandeza, da única bastante para desafiar as eras, há uma influência recíproca: o ideal incita à realidade brilhante ou à façanha – o poeta provoca o aparecimento do herói; a façanha excita o ideal e o sonho – o herói faz nascer o poeta.

Sem a legenda, como poderíamos evocar a angústia do mísero ou perpetuar o heroísmo do pequenino?

Se o negro e o índio deram à nossa história, para a qual tanto fizeram, apenas os tipos dominantes de Camarão e Henrique Dias, quantos deles, cujo heroísmo não teve assistência ilustre nem palco de gambiarras – vão povoar de sonhos e de esperanças e de consolos os simples e os aflitos!

A história apoderou-se do negro Henrique Dias, mas a lenda pôs um halo místico em torno do negro Jesus, o Corneta da Morte dos versos do poeta, que, no Paraguai, a marche-marche, tocando a investida perde um braço à explosão de uma bomba, segura o clarim com o braço que lhe resta e mais forte e mais alto faz vibrar as notas vitoriosas. A lenda santificou o pardo Isidoro, o garimpeiro do Tijuco, o mártir da liberdade do comércio e da abolição do cativoiro.

“Tudo quanto há de eterno e de heróico no homem e em sua vida incorpora-se à Eternidade, transformando-se, para todo o sempre, numa nova porção divina da essência das cousas.”¹⁵

A legenda tem os seus símbolos inconscientes. Não será um destes a festa popular de Santa Cruz? Em nenhum outro país do mundo a temos visto como entre nós. Por isso, consideramo-la a festa nacional da fundação do Brasil, aliada pelo povo ao culto do símbolo que sagrou a descoberta, a conquista do nosso território e presidiu à nossa civilização.

Em cada crista de monte, em cada chã de morro que domine um povoado, lá está plantada a Cruz, abrindo os negros braços batidos de sol, lavados de chuva, lascados não raro pelo raio e sacudidos pela ventania. O viajor a divisa de longe, acenando-lhe com o descanso no povoado. Outras surgem nas curvas da estrada, nos barrancos, nas encruzilhadas, marcando o

¹⁵ Carlyle, *Cromwell's Letters*.

trespasse de um caminhante; estas têm como soco um monte de pedras soltas e cada pedra assinala uma prece que o passageiro eleva a Deus por alma do finado. É a caridade tocante do pobre a seu irmão desconhecido.

A 3 de maio, desde os cruzeiros grandes, obras custosas de carpintaria, em cujo madeiro estão gravados os instrumentos da paixão e em cujo cimo o galo gira ao sopro do vento, até as cruzinhas de pau roliço, trêmulas na sua cova, desconjuntadas, comidas de cupim – todas as cruzes das serras, das colinas, das estradas, dos adros das igrejas – todas amanhecem coroadas de grinaldas de flores. Nas vésperas, cada trilho de encosta, cada estrada carreira, cada vereda de gado, conduz bandos de mulheres com os braços atulhados de ramagem e de flores.

É decerto por força do símbolo que nas travessias do Atlântico, quando a quilha vem rasgando serenamente as ondas em demanda das terras do Sul, tantas vezes, na aproximação da linha, nós brasileiros abandonávamos os serões de música e nos precipitávamos sobre a amurada, para contemplarmos ao longe, erguida sobre a massa escura do oceano, a constelação do Cruzeiro.

Outras vezes, no coração deste continente, quando, em rancho aberto, estirado num couro, repousava das fadigas da jornada, noite a dentro, vagando os olhos insones pelo espaço, aconteceu-me pensar que todos aqueles seixos dos pés das cruzes – preces ferventes dos desconhecidos – cristalizavam-se nos mil pontinhos luminosos do Cruzeiro e vinham estender sobre os milhões de anseios do nosso atormentado mundo, como um pálio etéreo, a suprema carícia de uma bênção.

Discurso do
SR. AUGUSTO DE LIMA

e

Resposta do
SR. MEDEIROS E ALBUQUERQUE

*Sessão solene extraordinária
do dia 5 de dezembro de 1907*

I

DISCURSO DO SR. AUGUSTO DE LIMA

SENHORES:

Eu vos devia há muito esta visita que, sendo uma prova de gratidão à vossa gentileza para comigo e de apreço à distinção do vosso chamado, é ainda a condição, segundo a pragmática, para a efetividade da minha honrosa investidura.

Acompanhando-vos, de longe, em atitude de simpático respeito, desde que pela primeira vez vos reunistes, eu tinha o desejo, que temia ao mesmo tempo ver realizado, de vir colaborar convosco no cumprimento de um programa, que é tão sedutor pela glória do seu objeto, quanto árduo pela competência que ele exige nos seus executores.

Fundada a Academia, não houve quem duvidasse ser ela destinada a guardar o precioso tesouro da nossa língua e do bom gosto da sua forma literária.

Também não se duvida ter a nossa língua capacidade para abranger o pensamento humano em todas as suas energias e gradações e a civilização em todas as suas faces. O elástico e a plasticidade da sua forma, capaz de adaptar-se a qualquer assunto; a riqueza e a variedade do seu vocabulário, para representar todos os objetos e idéias; a sonoridade da sua fonia, eco musical dos diversos aspectos da natureza; o seu valor, ao mesmo tempo simbólico e material, das cousas que exprime; a rigidez lapidária, que por vezes manifesta,

como reminiscência perpétua da língua latina, são qualidades que lhe devem assegurar um lugar permanente na cultura universal.

Com ela se erigiu o poema dos *Lusíadas*, e material de que se faz tal obra de arte está à prova de séculos e de fronteiras.

Não será difícil continuar o que já vem de tão longe, principalmente quando a esse tesouro original montam guarda legionários cada vez mais numerosos dos que falam o idioma de Camões. E que melhores chefes de tais legiões, do que aqueles que provam, dando-lhe os reflexos da civilização moderna numa pátria nova, que esse idioma, superior ao tempo, não se amesquinha nem degenera nas extensões que o gênio lusitano devassou sob o Cruzeiro do Sul?

É na verdade uma obra “imortal” a vossa, ainda sem a preocupação, que a malícia lhe entreveja, da imortalidade dos seus autores; porque ela é a eternização da pátria na coeficiência da sua mais alta cultura na cristalização perene da sua alma.

A língua, sem ser uma convenção, precisa disciplinar-se a um *consensus*, e esse *consensus* reclama um órgão. Nascestes da consciência de uma necessidade: a de constituir-se esse órgão tão essencial como os das outras funções da vida e da sociedade. As letras não fazem exceção à regra geral das cousas, mas obedecem ao seu determinismo. A lei da representação natural domina também a literatura, como os outros fenômenos sociais.

Sem agremiação efetiva, já formáveis, Senhores, um grupo de representantes, mas sem os laços da solidariedade, que só podem nascer da aproximação íntima e do reconhecimento recíproco.

A vossa constituição, por um pacto escrito, fez essa solidariedade e criou as graves obrigações que são o vosso código. O mandato que assumistes no régimen representativo da língua e das letras nacionais, não podia ser temporário ou periódico, porque o ciclo destas cousas não se interrompe, é contínuo, e não tolera a mutação de programas que refletem cousas também mutáveis.

Não quero com isto significar uma rigidez intransigente da tradição, uma inflexibilidade, que tornaria as obras de arte preciosidades mortas, e a língua um elemento arcaico no turbilhão vivo do pensamento moderno, que, por necessidade de dizer cousas novas, teria de recorrer às fontes peregrinas

dos outros idiomas. Perpetuidade aqui significa durar transformando-se, mas transformando-se sem perder o caráter original, a feição de individualidade.

É preciso acompanhar essas transformações, dar-lhes o cunho da lógica, legitimá-las sob as leis da evolução e vigiar em que não percam, por hiato, absorção ou dispersão, a fisionomia hereditária e atávica.

À arte se reserva uma grande parte nesta obra, mas com a condição de ser exercitada como uma função à parte. Nem por ser lapidado, deixa o diamante de ser natural, ele que não passa de uma expressão química superior do carbono, em que a Arte-Natureza transformou outros seres da matéria primitiva.

No desenvolvimento das línguas há correntes que é preciso ora conter, ora encaminhar. A moda caprichosa ou a convenção de espíritos inovadores fazem freqüentes incursões na trama do idioma ou no seu vocabulário.

O sucesso ocasional opera às vezes uma difusão inconveniente desses *esnobismos*, *barbarismos* e *plebeísmos*, que a dignidade e nobreza devem repelir. Só pode bem exercer essa fiscalização uma guarda que não se rende. A substituição só é possível por partes, com a irremediável intervenção da morte, que facilitará a incorporação de novos elementos transformadores.

Há, entretanto, um acadêmico, na vossa companhia, que nunca poderá ser substituído, e cuja opinião deve ser sempre ouvida: é o Tempo.

Le temps n'épargne pas ce que l'on fait sans lui.

Quanto ao mais, esta Companhia tem a principal condição para não morrer, que é a de ser formada de contrastes, que acharam um ponto comum de apoio. Tais contrastes estão mais permanentemente nela garantidos, do que se à porfia, dentro ou fora dela, se fizessem valer para a exclusão de uns pelos outros. Visando todos à mesma altura para a ascensão comum, todos aí se encontram.

“A paz só habita as alturas, disse Renan na Academia Francesa. É subindo, subindo sempre, que a luta se transforma em harmonia e que a aparente incoerência dos esforços do homem vai ter a essa grande luz, a glória, que é ainda, e a despeito do que se possa dizer, o que tem mais probabilidade de não ser de todo uma vaidade.”

O desejo de empreender essa ascensão impeliu-me para vós. Designando-me este lugar, condescendestes, talvez, levados de uma ironia complacente, em pôr à prova a temeridade da minha pretensão, mais impulsiva que refletida.

Nesta Companhia, onde não faltam contrastes, nenhum tão flagrante ainda se viu como este, que mais parece um capricho do destino, de vir ocupar a vaga aberta pelo riso e pela alegria o mais triste, além do mais humilde, representante da vossa poesia.

Para significar a vacância perpétua de uma cadeira, lança-se-lhe um véu de crepe. Pois, Senhores, foi o que se me afigurou terdes feito com a cadeira de Urbano Duarte, colocando-lhe delicadamente o desconstelado manto da minha musa sombria.

Sinto-me, deveras, diante das sombras joviais de França Júnior e Urbano Duarte, como um epitáfio choroso de duas memórias alegres, sem substituição possível: estranho paradoxo em que a alegria ficou com os mortos e só com o vivo a tristeza.

Pareceu-vos talvez dar assim consagração melhor aos titulares mortos, encerrando com a sua glória o ciclo literário em que viveram. E este vosso elogio, conquanto mudo, seria muito mais autorizado que todo o panegírico que eu lhes tecesse. Não fora isso, e ser-me-ia lícito supor que cedestes à corrente melancólica do temperamento nacional, raríssimas vezes aberto às expansões da alegria e do bom rir; mas neste caso a minha eleição é a derrota das meus eleitores e a bancarrota do riso nas letras. E, contudo, confesso-vos a minha inveja a esses espíritos privilegiados, que têm o dom de lançar na noite da minha alma as nascentes da aurora jovial; admiro-os pela superioridade com que, deixando as formas comuns da emoção estética, estimulam o riso, a graça, a alegria e a saúde.

Todos podem chorar, e nada é tão vulgar como a lágrima, que é o derivativo da dor, partilha dos seres animados; mas só podem rir os indivíduos que progredem para um grau superior da sua espécie, e cujo espírito, como a corrente X, penetrando os tecidos moles, desvenda nos outros a sarcástica estrutura óssea do rosto.

As lágrimas correm todas ao estuário da morte, extremo conforto, mas também horror dos fracos. O riso não! Superpondo-se à derrocada do organismo, zomba serenamente da morte, encarando-a como um simples acidente,

ou riso místico nos lábios dos mártires cristãos, ou riso estóico na face pálida dos que acreditam na supervivência da virtude, ou riso filosófico, apenas denunciado no olhar dos que consideram a vida como um elo ou transição na cadeia das transformações terrestres. É que ele anestesia todos os sofrimentos.

O riso partilhou, nos séculos do maior despotismo, o cetro da realeza, quando os bobos da corte esmagavam a fidalguia insolente, tendo o supremo privilégio, vedado à própria coroa, das indiscrições que devassam, e dos sarcasmos, que fulminam.

Que vale toda a grandeza de Luís XIV na sua esplendorosa Versalhes, em face da risada de Molière, cujo reinado ainda continua em plena república do espírito humano, e cujo brilho sempre vivo mantém a corte da admiração universal?

Nascido nas mesmas fontes psicológicas da dor, o riso lhe é superior, porque, através das contrações musculares, que lhes são comuns, não geme, não suplica, não se humilha: julga, sentencia, condena e... quase sempre perdoa.

É nesta última função, principalmente, que ele se eleva até à ironia, supremo grau dessa sensibilidade esquisita, que só reside nesse que chamamos – *um homem de espírito*. Terrível soberania é esta, que não raro recebe a unção em cabeças conformadas para a coroa de espinhos, mas que ela, a ironia, converte, ainda bem! nos da sátira e do epigrama.

Retorsão dos fracos contra os fortes, ela responde à insolência dos poderosos de hoje com a interrogação do *amanhã*, que para estes é quase sempre uma ameaça e para aqueles é talvez uma esperança.

É a vitória dos vencidos da vida contra os desprezos da vilania de bastão, que as forças momentâneas do sucesso fortuito guindam às eminências.

Nada iguala ao sorriso triunfante de Cirano, quando olha ironicamente para a morte, tendo a fronte unvida do beijo supremo de Roxana, que é também o supremo penacho de todos os Ciranos que agonizam, depois dos sucessos que eles emprestam aos pobres de espírito, formosos de nariz pequeno.

Creio que o riso é a baliza inferior e a ironia a superior natureza humana. Não riem as bestas, nem chegam a sorrir os deuses. A formação embrionária do riso é uma contração espasmódica, uma convulsão de caráter benigno: a evolução superior do sorriso será a serenidade divina.

Eu me explico: o homem não foi o inventor do riso, como o não tem sido de cousa nenhuma. O riso é originariamente uma reação, que tem como órgão o diafragma, como se diz que o fígado é a sede da cólera e o coração das emoções afetivas. Como toda a reação, responde aos estimulantes que lhe são específicos. É uma defesa que não contrapõe golpe a golpe, mas que se manifesta em contrações no semblante, dando-lhe uma expressão singular, que não se confunde com os outros fenômenos biológicos.

Se o cérebro, de que é vizinho o rosto, vibra na plenitude das suas células, essa expressão reflete a inteligência. Se é apoucado, o fenômeno fisiológico não chega a espiritualizar-se. Não há, propriamente, riso nos idiotas, senão uma expressão burlesca que o degrada à semelhança com os símios.

Tem ainda o riso de particular que é a única das reações, que se manifesta com o adormecimento dos músculos que nele não intervêm.

A gargalhada inutiliza um combatente, enquanto a cólera, o amor ou a ambição o avigoram de energias convergentes.

O riso mata a força, e é, portanto, um instrumento de progresso. São, sim, dignos de inveja esses que têm o dom de armar um tribunal instantâneo, na fulguração rápida de um olhar, convertendo o paciente em acusador, réu e juiz de si mesmo perante a galeria dos contemporâneos em gargalhadas. Todos nós o tememos e ninguém há que não se preocupe do receio de parecer ridículo. O acanhamento natural de uns, o desembaraço artificial de outros, as diversas atitudes que a situação em público impõe, é tudo isso influência desse poderoso agente. Quantas precauções, quantos artifícios empregados para que sejamos tomados *a sério!* E não é raro, perante o próprio foro íntimo, sentirmos exprobrações de alguma necedade ou tolice irremediável que, a nosso juízo, tenhamos cometido.

Eis o que dizia o próprio Urbano Duarte no seu ceticismo jovial:

Toda a questão está em salvarem as aparências. A moral social consiste em parecer sem o ser, e este artigo de fé da vaidade humana é observado ainda mesmo pelos que se julgam mais sinceros e menos despretensiosos. Um homem não existe neste pedaço de mundo velho que deixe de ter a sua fatuidadezinha; poderá ser razoável e criterioso em cinquenta assuntos, terá juízo e sensatez como vinte, mas há de por força fazer alguma cousa em que ele seja bobo.

Esse lado fraco, era o que eu dizia, cada um procura subtrair ao holofote da sátira.

E, contudo, raros são os que conhecem o segredo desse poder formidável e mais raras ainda são as obras de arte, em que se pode ver cristalizado o riso, porque entre a vaia da praça pública ante uma deformidade e qualquer dos epigramas de Aretino, o garoto-gênio, já há uma distância infinita.

A nossa literatura, gaulesa a outros respeitos, é de uma escassez mesquinha em produções alegres.

Citar os únicos escritores desse gênero, poetas e prosadores, que temos tido desde os tempos coloniais, e pôr em relevo a nossa pobreza, não digo de espírito, pata evitar equívoco, mas de alegria.

Urbano Duarte pertencia a esse pequeno grupo, que aliás completava em valor o que lhe faltava em número, grupo de que ainda fazem parte dois ou três dentre vós. Bem me pesa, Senhores, não poder apresentar-vos redivivo, no desenho da sua individualidade integral, o meu incomparável predecessor, obrigado, como sou, a tracejar linhas ligeiras apanhadas à flor da sua obra literária e de vaga reminiscência pessoal.

Para o seu perfil exato falta-me a perspectiva da sua figura física, apenas vista por mim, há anos, em ligeiro encontro na Rua do Ouvidor. Não possuo na memória o timbre da sua voz, a expressão do seu olhar, o calor da sua mão, e se a sombra dele pudesse surgir, não sei se me reconheceria sem nova apresentação.

Que adiantaria ao elogio, sequer à biografia do escritor, transcrever a fé-de-ofício do militar? Dizer: Que tinha tantos anos e era natural da Bahia? Que assentou praça a 21 de março de 1874, matriculando-se na Escola Militar, onde fez o curso de artilharia? Que a 31 de janeiro de 1877, tendo completado o curso, com aprovações plenas, obteve o prêmio de alferes-aluno? Que foi promovido a 2º tenente de artilharia a 20 de abril de 1879, 1º tenente a 25 de julho de 1880, capitão a 8 de novembro de 1884, e major a 10 de novembro de 1893? Este desfilar de datas, aliás incruentas, soa-nos aos ouvidos como um tropel ritmado, a dois tempos, pelo clangor vitorioso de clarim longínquo, a proclamar o mérito militar, o que não impede de ficar inédito o escritor, que é a quem procuro.

Há, contudo, aproximações aproveitáveis entre nós dois. Nascemos fronteiros um do outro. Num país grande como o Brasil dois Estados limítrofes fazem vizinhança quase íntima. Os nossos berços são vizinhos de cerca de 300 léguas, o que não é distância para uma estrada larga como é o São Francisco. Esse rio é comum às nossas regiões, sendo que para ele corre o meu natal rio das Velhas. Ele era patrício de Gregório de Matos, eu o sou de Cláudio Manuel e do padre Correia de Almeida.

Demais, a natureza é a mesma, o mesmo clima, os mesmos costumes e, nos sertões comuns, as mesmas tradições. Lençóis, cujos campanários vibraram em 1855, ao nascimento de Urbano Duarte, dorme embalada pelas lendas magnificentes da serra de Sincorá, em cujas entranhas a imaginação popular sonha diamantes incrustados em rochas de ouro.

Embalados pelas lendas do ouro e do diamante, sonham os povoados mais velhos da minha terra natal, que privada de levar a sua alma até o mar, se compensa levantando os seus serros até as nuvens.

A cantilena monótona dos bateiros deve ter deixado no fundo da alma de Urbano Duarte uma nota melancólica, a contrastar com a boêmia humorística do folhetinista. Não mudasse de meio, permanecesse no centro das montanhas natais de aveludado aspecto sombrio, e o escritor dramático que ele tentou ser, talvez suplantasse o autor de *Sem Rumo* e dos *Humorismos*.

Urbano deixou as montanhas, aproximou-se do mar e, ainda em tenra idade, na capital da sua província, como então se dizia, passou a adolescência.

Bahia é a cidade dos folguedos e da faceirice brejeira; mas Urbano só em distância podia ouvir o rumor dessas expansões, no régimen interno do Colégio Abílio; e, apesar da garrulice escolar, o grupo que lhe ficou mais em foco no espírito não era o mais de molde a inspirar-lhe tendências literárias alegres. Estavam ali em gestação as mentalidades austeras de Rui Barbosa, Dantas, Sousa Pitanga e outros futuros parlamentares, juristas, estadistas e publicistas. Nenhum comediógrafo, nem poeta satírico, nem folhetinista. Impregnado desse meio, partiu para esta cidade, aqui chegando a 21 de março de 1874, onde não sei porquê, assentou praça e entrou para a Escola Militar. Até então não se manifestara ainda o humorista, e debalde o procuraríamos antes de 1878, em que, pela primeira vez, apareceu na *Phenix Literaria*, de que era redator principal Rodolfo Paixão, outro militar escritor.

A sua estréia, porém, não foi assinalada por trabalho faceto ou humorístico. Ao contrário, preocupava-o assunto cuja seriedade é atestada por esta epígrafe: “A propósito da chamada poesia científica”.

Era, como se vê, um estudo sabendo a crítica literária onde, por sinal, havia este conceito, de uma gravidade metafísica, mas de um sentido obscuro e de solidez muito problemática:

O Belo é o Belo, é uma forma empírica nascida da Imaginação e do Sentimento, duas entidades eternas e profundamente inerentes à natureza humana. Sua teoria está envolvida misteriosamente nos refolhos da alma.

O estilo e as maiúsculas eram do tempo, e ainda não perderam de todo o uso.

Escreveu depois Urbano Duarte dois dramas que eu tenho o pesar de não conhecer. Mas não foi como crítico ou dramaturgo que ele entrou para esta Casa.

A camaradagem militar, sempre expansiva e folgazã, e o ruído desta Capital, cujo meio o empolgou, haviam apagado da parte superficial da sua memória a paisagem nostálgica da serra de Sincorá e a cantilena monótona dos bateiros. Folhetins, contos, fantasias burlescas, eis o gênero em que não descansou mais o seu espírito, que encontrou no público a mais decidida simpatia. O seu talento, quase repentista, derramava-se pelos jornais em crônicas, em que a graça não era excedida pela finura e originalidade da concepção.

Não houve aspecto cômico do viver e dos costumes nacionais que ele não retratasse com irresistível chiste.

França Júnior foi, como é sabido, quem lhe decidiu a vocação, e de tal modo influenciou sobre o seu temperamento que, salvo as linhas particulares que desenham a fisionomia literária de cada um, a semelhança de ambos acusa próximo parentesco não só na escolha dos assuntos, como na maneira de os tratar. O autor do *Tipo de Brasileiro* não se contentara do folhetim: permaneceu no teatro, para onde se encaminhara desde estudante, quando escreveu *Meia Hora de Cinismo*; e a partir de São Paulo e a acabar aqui no Rio de Janeiro, a graça das suas comédias trouxe em hilaridade o país inteiro, durante todo o tempo que viveu o peregrino autor do *Como se Fazia um Deputado*. O seu sucesso excitou a imitação, mas poucos discípulos se aproximaram do

Mestre, cuja técnica podia partilhar com outros do mesmo gênero, guardando, porém, para si aquele poder que fez o código do chiste na sociedade carioca e incorporou ao vocabulário da língua palavras com que ele designou coisas até então inominadas, por parecerem indiferentes ao comércio da linguagem.

À influência de França Júnior deve Urbano a corrente decisiva que levou o seu espírito do teatro dramático para o folhetim, passagem para a qual não lhe faltavam pretextos, senão motivos. Neste país, dizia com amarga ironia a Artur Azevedo, não vale a pena escrever, senão para fazer rir a certos leitores.

Leio também numa antologia que o Conservatório Dramático havia proibido a representação do drama *Escravocrata*, escrito de colaboração com Artur Azevedo.

Creio que o Conservatório fez bem se preveniu desordens, e que Urbano fez mal em não escrever novos dramas.

Mas ele era estouvado e não quis examinar se o zelo do Conservatório nascia do sucesso provável do drama, com escândalo da situação legal da escravidão, ou se repercutia alguma censura de competição de outro oficial do mesmo ofício. O certo é que, com este e com outro drama, o *Anjo da Vingança*, Urbano abandonou o teatro, convolando da musa de coturno para outra mais faceira que não espantasse a polícia. Mas, com esta outra musa bem poderia ter ficado no teatro, porque os assuntos de que Urbano escrevia, prestam-se maravilhosamente à comédia.

O triunvirato de França Júnior, Urbano Duarte e Artur Azevedo foi durante muito tempo o bloco da graça e do espírito alegre. Homens, acontecimentos e coisas não levaram o seu curso sem ali encachoeirar-se em gargalhadas. Deles só resta o último vivo, são e em plena mocidade do espírito, e a quem, com mais competência do que eu, devia incumbir o elogio dos dois primeiros. Ele dirá se me engano proclamando o mérito moral e literário de Urbano Duarte: o mérito moral na criação das virtudes do seu lar, no cumprimento dos seus deveres e na herança de amizades que deixou; o mérito literário no encanto natural do seu estilo, na vivacidade cintilante das suas criações. Como não teve ocasião de se distinguir por bravuras de artilharia e de efusão de sangue; que toda a sua artilharia só bombardeou a tristeza e o mau humor.

Antimilitarista, o seu ideal de paz transparece de uma das suas melhores páginas – “Um homem contra um exército”, onde se fantasia do alto de um morro, fortificado e inexpugnável, bombardeando o Rio de Janeiro, exterminando o seu exército e, como epílogo, fazendo saltar os próprios miolos. O avesso deste quadro retrata o moral de Urbano Duarte, que não teve um só inimigo.

Rir, dizia Nietzsche, é ser malicioso, mas com uma boa consciência. Urbano tinha a malícia bondosa dos que enxergam o lado cômico da vida sem a preocupação de doutrinar ou reformar.

Também a sua moral intransigente nunca lhe permitiu achar dignas de riso certas deformidades em que outras acham o melhor objeto de sátiras e epigramas. Em seus trabalhos são freqüentes as pinturas, antes caricaturas da vida familiar na sua ingenuidade grotesca, nos seus costumes burlescos, mas honestos. Sem sacrificar a verossimilhança, criou tipos dos nossos costumes. A perspicácia dos seus pequenos olhos vivos, em contraste com a bonomia dos seus traços fisionômicos, sabia discernir no turbilhão das coisas insípidas, indiferentes ou banais, as que tinham o sabor picante do ridículo, mas desse ridículo suscetível de ser gravado numa obra literária.

O ridículo depende das condições de espaço e de tempo: donde as dificuldades dessas criações artísticas capazes de produzir o riso universal e dos vindouros. A moda passa vertiginosamente, e o que hoje é engraçado pode ser amanhã desenxabido. Dizia Banville que em Paris bastam dez anos para se tornar incompreensível uma alusão humorística. No Rio de Janeiro, decorrido igual tempo, seria puro enigma uma *revista de ano*.

A mesma contingência quanto ao meio. Há aqui coisas ridículas, que seriam graves ou ao menos indiferentes numa aldeia do interior, e vice-versa: os arrieiros da minha terra expectoram grossas gargalhadas ao verem como se comporta o janota carioca sobre a sela de um cavalo trotão.

Creio, entretanto, que a maior parte das criações de Urbano Duarte tem duração garantida, porque são contemporâneas de todas as épocas e aclimam-se em toda a parte. Os fluminenses, pelo menos, não esquecerão jamais as duas galerias da antipatia e da simpatia de Urbano. Eis os tipos da primeira: homem de cabeleira saindo do chapéu em forma de S; o que reparte o cabelo atrás; o de chapelinho e casacão; os meninos de cabelos compridos

imitando meninas; a mulher de bigode; o barbudo de óculos verdes; o janota de brilhante e cheirando a heliotrópio. Agora, a caravana dos favoritos: moça seciosa que cheira a manjeriço; homem de nariz grande; senhoras que têm andar de marreco, bambeando-se de um para outro lado; latagões de voz grossa e pulso firme, e... velhas gaiteras... (*Humorismos*, pág. 129).

Através de toda essa galeria veremos sempre passar a sua figura simpática e bondosa, de passos majestosos e tardos, o que fez Artur Azevedo compará-lo a um pastor de elefantes.

De todos os tipos, porém, aí e alhures descritos por Urbano Duarte, nenhum guardará a eterna atualidade e universal ubiqüidade, como o do homem importuno; proteu cujas formas infinitas tem zombado de todas as sátiras, fênix que teria o privilégio de renascer das próprias cinzas, se para flagelo da humanidade ele não fosse incombustível e imortal. O homem importuno, maçante (nome popular antigo), amolador (França Júnior), cacete (Urbano Duarte), por uma necessidade social do presente, dada a nossa atividade febril a reclamar o melhor emprego do tempo, tendo perdido o direito de ser zurzido pela crítica jovial, que mais parece estimulá-lo, deve já agora entrar para o domínio do Código Penal e da Casa de Correção: — que menos dano fazem a vagabundagem, o porte de armas defesas e outras contravenções policiais.

É possível que tal indivíduo, na inconsciência do seu cinismo, não se reconheça no tipo do gênero que Urbano Duarte descreve, porque ele se disfarça sob as formas as mais inofensivas.

É ainda possível que, quanto ao mais, com a transformação quase mágica do Rio de Janeiro, Urbano tivesse de aumentar a sua coleção, transformando também os seus processos de escritor; mas isto já não era preciso à sua glória, como não seria à de Sarcey e de Aurelien Scholl, seus êmulos em Paris. Ela está consagrada nesta Casa pela vossa autoridade, mais persuasiva que dogmática e por isso mesmo acatada pelos espíritos livres e por todos os homens de boa-vontade.

A ela também me submeto, Senhores, porque sou dócil de temperamento e disciplinado pelo hábito de obedecer à lei e de distribuir justiça.

Honrarei a memória do meu predecessor, não repetindo o brilho da sua presença, mas procurando recordar a sua boa companhia.

Pouco me falta para terminar.

Perguntaram um dia a Carlin de que gênero de morte preferia morrer, e ele respondeu que lhe seria grato morrer de rir.

Sem que lho aprovesse, foi Molière ferido de mortal moléstia durante a representação do seu *Malade Imaginaire*.

Urbano Duarte, sem o desejo de Carlin e sem a surpresa de Molière, veio a apagar-se (ironia das coisas!) no meio dos esplendores e do estrondo das folias do carnaval.

O infausto registro, lançado com tinta macabra, tem a data de 10 de fevereiro de 1902.

Eu imagino, Senhores (e que fisiologista mo poderá contestar?), que no estado próximo da agonia, com a obliteração dos registros mais recentes da memória pela destruição das células correspondentes, ficam a descoberto as impressões mais antigas, ainda não atingidas do mal. Estas, embora quase apagadas, formam como um dilúculo dos primeiros dias da existência, vislumbrando paisagens e coisas que nos foram familiares nos anos da infância. E a esse cenário se volta a memória, ouvindo recontar os mesmos contos de fadas e recantar as cantigas já de muito esquecidas.

Dir-se-ia que o moribundo, caminhando para o túmulo, tem a ilusão de regressar ao berço fazendo dos dois pontos invertidos, o de partida e o de chegada, a síntese do seu destino a termo.

– Ele delira, dizem os assistentes, interpretando o devaneio do enfermo, cujas frases, sem nexos para eles, são reconstruções fragmentárias, esboços de recapitulações rápidas, que a febre ainda mais precipita na iminência da partida.

D. Quixote, num plácido sorriso iluminado, recobra a razão.

– Enlouqueceu, murmura Sancho Pança.

O ateu ou ímpio abraça nervosamente o crucifixo, signo da sua crença de antanho, em cujo reflexo metálico divisa (quem sabe?) a imagem materna, movendo os lábios nas singelas preces do berço.

Seria assim também que Urbano Duarte, de todo alheado ao meio atual, e indiferente às fanfarras da mascarada irreverente e ao delírio das batalhas de flores, teria a sua alma inteiramente voltada, através de um crepúsculo cinzento, como deve ser o da memória que entardece, para as magoadas mon-

tanhas longínquas da sua terra e, agonizante, recebia nos beijos reais da esposa e dos filhos, já naquele momento viúva e órfãos, a extrema-unção do imaginário beijo materno, ouvindo, a sorrir, e também a expirar, a cantilena monótona dos bateiros de Sincorá...

Ao carnaval sacrílego ficava um corpo sem vida... e esta fora a sua última ironia.

II

RESPOSTA DO SR. MEDEIROS E ALBUQUERQUE

MEU ILUSTRE Confrade,

Fazeis a todos nós, fazeis, sobretudo, a vós mesmo uma injustiça bem grave, quando dizeis que vos escolhemos para que fôsseis aqui o contraste vivo com o patrono de vossa cadeira e o que primeiro a ocupou.

Certo, não sois como eles um humorista. Mas a vossa obra sadia e forte, por isso mesmo que é sadia e forte, é também de um sereno otimismo.

Por toda parte, nos vossos versos há a apologia da vida, do trabalho, do amor. Por toda parte, há neles a virilidade calma dos que não pedem às crenças enganadoras a força, que só dentro de nós devemos procurar. Nada disso é de um triste, de um epitáfio vivo de alheias alegrias, como, com tanta sem-razão, vos pintastes.

Basta, para vos desmentir, ler os vossos versos.

Passando diante das chamas, rubros ao clarão do fogo, as figuras dos ferreiros vos fazem dizer:

*O vultos varonis, resplandecentes
ao rutilar fecundo do trabalho...
...essas chispas ardentes que desata
vossa bigorna, orvalho são de brasas
para a flor luminosa do porvir...*

Vendo que em vão, apesar da dor, como um polvo, nos sugar todas as alegrias, novas alegrias nascem incessantemente, vós nos pintastes o que ocorre na natureza: também o sol haure em cada um dos seus raios gotas de água do mar. Mas para o mar correm os rios e o mar nunca se esgota! Por isso, do mesmo modo, proclamais com toda a razão que o homem sempre há de achar em si mesmo fontes de novos júbilos:

*Polvo da eterna dor, de balde apertas
em teus fortes tentáculos sedentos
a humana essência, contra a qual despertas,
em teu furor os vários elementos.*

*Por mais que o gozo em rudes sofrimentos,
por mais que em cardos os rosais convertas,
hão de ao homem jorrar novos alentos
da consciência as termas sempre abertas.*

*Assim ao mar, que canta, estua, e brama
há séculos o sol – polvo de chama –
em cada raio suga-lhe uma gota.*

*Mas a seus pés, batidos noite e dia,
os continentes bradam à porfia:
“Rios ao mar!” – e o mar nunca se esgota.*

E fostes vós que dissestes:

*Na orgia dos sons, das cores
ficou minh'alma pagã;
bebendo o aroma das flores,
bebeu a luz da manhã...*

E fostes vós que escrevestes esta risonha profissão de fé:

*Mistério! A vida eu a sinto
como um fluido incandescente
nas veias; porém, não minto
dizendo que a acho excelente!*

Certo, há também na vossa obra versos tristes, versos pessimistas. Mas o que nela domina é a crença num vago e harmonioso panteísmo:

*Há uma só lei da Existência,
sob a esfera luminosa:
partilham da mesma essência
homem, ave, estrela e rosa...*

E que o homem possa talvez ouvir ainda as vozes das coisas, de que ele, por uma lenta evolução, conseguiu ascender, vós o proclamastes num belo soneto:

*Um dia, interrogando o níveo seio
de uma concha voltada contra o ouvido,
um longínquo rumor, como um gemido,
ouvi plangente, e de saudades cheio.*

*Esse rumor tristíssimo, escutei-o:
— é a música das ondas, é o bramido,
que ela guarda por tempo indefinido
das solidões marinhas de onde veio.*

*Homem, — concha exilada, — igual lamento
em ti mesmo ouvirás, se ouvido atento
aos recessos do espírito volveres.*

*É de saudade esse lamento humano,
de uma vida anterior, pátrio oceano
da unidade concêntrica dos seres...*

Vosso exemplo demonstra que um é engano o dos que pensam que os descrentes em velhos mitos obsoletos têm de ser forçosamente tristes. Bem ao contrário! Esses são os que não se agarram covardemente a ilusões que já tão pouco iludem. Esses, por isso mesmo que sabem que os pobres, os fracos, os infelizes, só aqui podem achar lenitivo para suas mágoas, descem até eles para os consolar; descem até eles para afirmar a solidariedade humana; descem até

eles para lhes dizer as palavras, feitas de toques de clarins, que há em vossos versos:

*Da antiga divindade o grande assento
ruiu de há muito às lúcidas procelas.
Não procures mais Deus no firmamento:
– o firmamento só contém estrelas!*

Quem percorre os vossos dois livros de poesias nota como são poucas neles as composições de amor.

Ainda aí eu acredito que tendes razão. Eu sou dos que pensam que a poesia – isto é, a forma metrificada de expressão – tende a desaparecer. Acontecerá – é mesmo evidente que já vai acontecendo – com a civilização no seu conjunto o que acontece com os indivíduos: os poetas velhos são casos raros. A regra é que os escritores comecem pela poesia e passem à prosa.

Não se conhece mesmo nenhum grande poeta moderno que não tenha sido também um prosador. O contrário, porém, é freqüente: não faltam os prosadores que jamais tivessem sido poetas. Por fim, há uma afirmação absoluta, que se pode fazer sem medo de errar: há numerosos exemplos de bons poetas que passaram a bons prosadores; não há nenhum, mas nenhum, absolutamente nenhum, de um grande prosador que, no fim da sua carreira, se tenha convertido em poeta!

Com a humanidade sucederá o mesmo. A forma metrificada é uma forma transitória e inferior. Ela passará.

Vós mesmo, que começastes como poeta, há quinze anos que nos destes o vosso último livro de versos.

Depois, tendes escrito numerosos outros trabalhos, mas em prosa.

O que se pode dizer da forma métrica de expressão – também se pode, creio eu, dizer de certos assuntos. Penso que a muitos ouvidos soará como um paradoxo falar na hipótese de uma literatura de que o Amor seja excluído. A mim, entretanto, me parece evidente que um dia virá em que o Amor deixe de ser assunto eminentemente artístico – em que, pelo menos, deixe de constituir, como hoje, uma espécie de obsessão.

Dir-me-ão talvez que não é possível compreender a perpetuação da nossa espécie sem o Amor. E dirão a verdade. Mas nem tudo o que é essencial

para a espécie é essencial para a arte. Essenciais para todos os seres são principalmente estas duas funções: comer e amar. Uma atende à conservação do indivíduo, outra à da espécie.

A poesia primitiva tratava, se assim se pode dizer, do que era mais urgente: de comer e de defender-se.

Quando se fala em poesia primitiva, é claro que não devemos evocar Homero, nem os autores das grandes epopéias da Índia. É preciso ir para trás, muito para trás. É necessário procurar as mais atrasadas tribos. Um canto de botocudos – poesia! muito boa poesia, que eles repetiam com grande entusiasmo, – dizia: “Hoje a caça foi boa, nós matamos um animal; temos o que comer; a carne é boa...” Que fortes, que deliciosas emoções eles sentiam ouvindo isto!

Da Austrália nós temos canção análoga:

*O canguru corria depressa,
mas eu corria mais depressa ainda.
O canguru era gordo:
eu o comi! eu o comi!
Canguru! Canguru!*

E seria possível citar várias outras.

A nós isto se afigura grosseiro, brutal, sem espírito algum. Mas para esses povos inferiores, cuja alimentação não se achava nunca assegurada, esses versos eram belíssimos. O que eles nunca compreenderiam era que se experimentasse qualquer emoção em recitar, por exemplo, os versos do “Corvo”, de Edgard Poe, tão maravilhosamente traduzido por Machado de Assis, poesia cujo estribilho nos dá um calafrio de pavor: “Nunca mais! Nunca mais!”. Infinitamente melhor lhes parecia aquele outro estribilho: “Canguru! Canguru!”. Fosse algum Bilac precoce, nascido oitenta séculos antes de tempo, lhes falar na hipótese de algum ser “capaz de ouvir e de entender estrelas” e era a ele que os selvagens da sua tribo deixariam sem ouvintes para atender a quem lhes cantasse: “Canguru! Canguru!”

A necessidade da alimentação individual ainda não passou para ninguém. No entanto, a comida deixou de ser um assunto poético. Só por grace-

jo, um ou outro rimador desocupado fala de qualquer coisa comestível. E, se Charles Monselet fez um soneto célebre ao porco, celebrando-lhe as glórias culinárias, não foi senão por troça... É preciso um esforço mental quase impossível para nos representarmos um tempo em que cantar comezainas selvagens fosse matéria de arte. Mas o fato é incontestável. Depois o outro assunto que se impunha, antes ainda do amor, era a guerra: guerra contra os animais: a caça, e guerra contra os outros homens. Tratava-se da defesa pessoal, que criou essa qualidade altamente prezada: a bravura física.

Canções de caça, canções belicosas – achá-las-eis nos graus mais inferiores da civilização, quando ainda pouco se fala de amor.

Ele chega em terceiro lugar.

Mas o homem conseguiu afinal assegurar a sua alimentação. Desde logo, ela deixou de ser matéria de arte. Perdeu o mistério, perdeu o encanto. É certo, positivo. Cangurus, se nós os quisermos comprar, podemos fazê-lo até por telegrama: um telegrama à grande firma holandesa que centralizou o comércio de animais exóticos do mundo inteiro, basta para isso.

Mas a segurança individual, a segurança dos povos, continuou a ser problemática. Por isso a guerra, com toda a sua barbaria, continuou a ser cantada. Por isso, exatamente, os povos cuja vida estava mais freqüentemente ameaçada, mais cantaram a bravura, até mesmo a ferocidade, como uma virtude.

Felizmente, isso vai declinando. As guerras já não são assunto poético, senão muito secundariamente. Tomai ao acaso os cem últimos volumes de versos publicados, e vede quantos se ocupam de sonhos guerreiros. Já não faltam os que os amaldiçoam.

Leconte de Lisle, de quem Teófilo Dias traduziu os versos, dizia:

*Ó glória de matar, cruel, brutal, ferina!
De sangue, ó sede atroz, que não há lei que dome!
Sede malditas vós, das vítimas em nome,
Ante o estúpido horror desta carnificina!*

E que se canta hoje mais do que tudo? Canta-se o amor... Mas o amor já não basta. Vede como os grandes problemas sociais e filosóficos os atraem. Comparai duas datas próximas, 1830 e 1907, e observai que diferença!

Não é mesmo a vós, autor das *Contemporâneas* e dos *Símbolos*, que eu preciso fazer sentir isto: os vossos livros estão cheios de altas cogitações.

Dia virá em que os costumes e as leis modifiquem a posição da Mulher na sociedade; dia, em que ela possa estar em igualdade de situação diante do homem e em que, portanto, as relações entre os dois sexos não sejam, como freqüentemente são, essa luta de faceirice e graça, mas também, de parte a parte, luta de traição, de insídias, de embustes – únicos meios pelos quais a mulher pode às vezes reagir contra a iniquidade das leis atuais que lhe atribuem uma posição inferior, quando ela devia ficar a nosso lado, com iguais deveres, com iguais direitos.

O Amor será sempre para a Espécie uma necessidade tão imperiosa como a alimentação para o Indivíduo; mas deixará, quando se regular, clara, simples, francamente, – deixará de ser o assunto poético; exclusiva preocupação, como já foi...

Em vez do egoísmo a dois, em vez desse delírio de posse recíproca de duas criaturas, em vez do que têm asseverado os poetas, garantindo que o amor justifica tudo, mesmo os piores crimes que, desde que se chamam *passionais*, aparecem como perdoáveis, lembrar-nos-emos que é preciso estender o círculo da solidariedade humana, mais, mais, cada vez mais.

Se os fatos se desenrolarem assim, como eu penso, nada haverá que não seja a norma corrente: a evolução das emoções cantadas pela arte acompanhará a evolução das emoções individuais. Vede o que interessa ao recém-nascido, ao menino, ao adolescente, ao adulto. O primeiro só tem uma preocupação: alimentar-se. O segundo quer o alimento e o brinquedo. E todo brinquedo é jogo, e todo jogo é luta. O terceiro só pensa no amor. E o adulto? O adulto, que continua a alimentar-se, a lutar e a amar, já não põe normalmente o fim exclusivo da sua vida, se ela é nobre, se ela é digna de ser vivida, naquele sentimento. A humanidade seguirá a mesma marcha. A Arte de amanhã será bem diversa da de hoje.

Certo, meu ilustre Confrade, eu não vos quero fazer responsável por todas estas afirmações, talvez um pouco aventureiras. Mas o incontestável é que os vossos versos zombam um pouco do amor sentimental e romântico, e tendem para um mais largo ideal de solidariedade:

*Eu nunca desfolhei as verdes esperanças
sobre o lago letal do negro ceticismo,
nem nunca derramei nos álbuns de lembranças
as lágrimas fatais do velho romantismo.*

*Ó noites ideais dos tristes trovadores,
ó noites de luar dos trágicos Romeus,
nunca me deslumbrei nos vossos esplendores,
nunca vos descantei nos pobres versos meus.*

*Esse mórbido lume, algente, cor de prata,
que derramais a flux das límpidas alturas,
é um veneno sutil e pérfido, que mata
o síngelo candor das belas almas puras.*

*Por isso eu vos prefiro, a vós, a luz candente
do intemerato sol, possante e abrasador,
entornando no mundo a ubérrima semente,
que dá vida à Matéria e aos homens dá valor.*

*Sim! gosto de o fitar, quando, como uma bênção,
se derrama na fronte augusta do Trabalho,
enquanto na bigorna os metais se condensam
ao pesado ribombo esplêndido do malho!*

*...E, pois, o Amor que canto, a sacrossanta chama,
que veste o coração de inextinguíveis galas,
não tem, nem o final triste de um melodrama,
nem o fino perfume exótico das salas.*

*Não é o amor ideal tecido de quimeras,
o amor que se traduz nas doces cavatinas,
e vive de cantar somente as primaveras
e de sugar o mel do cálix das boninas...*

*O amor franzino e meigo, o amor da Decadência,
que anda nos camarins dos teatros de luneta
cheio de pó-de-arroz e a recender a essência
dos extratos sutis da fina violeta...*

*...Eu canto o grande Amor, a eterna lei dinâmica
que imprime movimento às fibras da matéria
e como Maomé, na velha lenda islâmica,
os seres arrebatada à imensidade etérea.*

*...Sim! eu canto esse Amor multiforme e complexo,
espalhado pela alma universal dos mundos,
que num íris eterno e num eterno amplexo,
liga o azul da amplidão aos bátratos profundos.*

*...Sacrossanto, profundo, imaculado, eterno,
ora é como os heróis, robusto, estóico, enorme,
ora, meigo e singelo, é como o olhar materno,
fitando o doce berço onde a criança dorme.*

*É o Amor que sorri, que se expande, que lida
de dia e à noite vela e solícito vem
a correr fibra a fibra o organismo da Vida,
deixando em cada uma o tônico do Bem.*

*...Aí tendes o amor do século pujante,
a portentosa lei que há de reger o mundo,
quando o sol, que hoje rompe apenas no levante,
atingir no zênite o páramo fecundo.*

*É forçoso que após a morte desastrosa
das divindades vãs, fantásticas de outrora,
se eleve como um astro a crença luminosa
e de uma igreja maior, mais forte e duradoura.*

*Seja, pois, o Universo a grandiosa igreja
onde o novo ritual, em pompas de Tabor,
se celebre, e cada um o sacerdote seja
e cada peito o altar da religião do Amor.*

Círculos concêntricos... Primeiro o homem cantou a sua necessidade imediata: a de matar a fome. Era o círculo menor. Depois estendeu o braço em sua própria defesa: cantou a caça, cantou a guerra. Era o segundo círculo. Mais tarde estendeu um pouco adiante a sua inspiração. Quis uma compa-

nheira: cantou o amor. Amanhã, já esse amor não lhe bastara: quererá um círculo mais largo, que vá até os mais remotos horizontes, em que caiba tudo o que é humano...

É nesse círculo que já vão entrando os poetas da vossa estatura, que cantam o amor cheio de uma beleza extraordinária, dentro do qual cabe tudo o que é grande, tudo o que é nobre e digno.

Não quer isso, entretanto, dizer que também não tenhais cantado o que se pode chamar o amor amoroso, o amor simples e ingênuo, que em certa época da vida faz com que descubramos sempre um vulto feminino, que é o mais belo de quantos jamais existiram. Ninguém ignora que ao mesmo tempo cada um dos rapazes de certa idade está apaixonado pela mulher a mais formosa do mundo. Devia, portanto, ser uma só. No entanto não é... Cada um está convencido de que achou a única, a superior a todas... Eu vos pintaria como um ser anormal se não mostrasse que em vossos versos há também vestígios dessa fase:

*Nesse instante brotou em minha mente
como um ideal à flor da fantasia:
a tua imagem cândida, ridente,
coroadas das rosas da alegria.*

*Então no peito, ó virgem dos meus sonhos,
a ti que o Belo universal resumes,
ergui castelos rútilos, risinhos,
feitos de luz, de sons e de perfumes...*

E mais adiante – à mesma ou já a outra? Quem sabe lá! – dizeis ainda:

*Ah! quando de ti junto e comovido
sinto pulsar teu coração e o escuto,
como um suave pêndulo movido
no relógio do Amor, casto, impoluto,*

*minh'alma aspira o oxigenado clima
de um país ideal feito de auroras,
onde o porvir tranqüilo se aproxima
ao sonoro tintinar das horas...*

E mais:

*Não sei de que país de fadas é
o filtro com que encantas os caminhos:
apenas vais ao longe, onde teu pé
pousaste, vem pousar os passarinhos...*

*...Minh'alma é tua sombra, ó peregrina
filha do sol, amiga do luar;
em te seguir minh'alma tem a sina,
porque ela tem a sina de te amar.*

Onde, em todos estes versos, aquele lúgubre e sinistro personagem que anunciastes em vosso discurso? Era evidentemente um ser de fantasia... Vê-se bem que vos deveis sentir à vontade na cadeira que honrais, tanto como a honrou o vosso antecessor.

Nem importa como um contraste que sejais um jurista, quando ele foi um militar. Vós mesmo lembrastes bem que ele próprio apregoou a excelência da paz, a iniquidade das guerras. Raramente o veríeis fardado. Durante anos que o conheci, não tenho idéia de jamais o ter encontrado com o seu uniforme. Era antes de tudo um professor, um escritor, um intelectual.

Certo, as duas coisas nada têm de incompatíveis. Nós temos na nossa companhia quem seja capaz de manejar pena e espada, ambas com destreza.

Mas eu sou dos que crêem, como Urbano Duarte, militar e pensador, eu sou dos que crêem, como Benjamin Constant, militar e pensador, que um momento chegará em que as guerras acabem .

Acabarão! Dia virá em que a associação da palavra *virtudes* ao adjetivo *guerreiras* – *virtudes guerreiras* – soará tão monstruosamente, tão contraditoriamente como a expressão que falasse em *esferas triangulares, cubos redondos, alvuras negras* ou qualquer outro absurdo dessa natureza.

Pouco importam os céticos, que nos mostram um passado de milhares e milhares de séculos, cheios do fragor das lutas incessantes, e dizem que, se sempre foi assim, sempre continuará a ser. Pouco importa que eles nos mostrem as guerras alternando com os congressos de paz.

O que se depreende da argumentação é que uma instituição tantas vezes milenar não pode desaparecer bruscamente. Foi, de fato, o século XIX

que começou a fazer o que se pode chamar a “organização da paz”. E o que admira não é que não tenha conseguido tudo: é que tenha conseguido tanto.

O mundo civilizado teve durante muitos decênios do século que passou, períodos de inteira paz. E isso é absolutamente novo. Tomai qualquer período igual da história, até o século XVIII, e desafiái a alguém que vos possa dizer: “Durante este intervalo não havia em curso alguma guerra.” Havia! Quando cessava num ponto começava em outro. Era a luta por toda a parte. Onde não era a luta, era a sua iminência. Dominava aquele bárbaro conselho que ainda hoje às vezes se lê: *Si vis pacem, para bellum!*

Se queres a paz, prepara a guerra? Não! Se queres a alegria, prepara a tristeza? Se queres o amor, prepara o ódio? Não! A única divisa inteligente é a desse congresso, de onde agora mesmo nós saímos,¹ congresso que ainda não conseguiu tudo, mas que adiantou alguma coisa. A única divisa é a que aconselha: “Se queres a paz, prepara a paz.” Prepara-a pelas alianças, pelos tratados internacionais, pela prática da justiça, da solidariedade, do acordo entre as nações...

Um objeto material, uma instituição, uma qualidade qualquer, que se encontra sempre nos estádios mais baixos da civilização, nas tribos mais atrasadas, só por isso, sem mais exame, se pode desde logo declarar que não é superior aos objetos, às instituições, às virtudes e até às aspirações, que só começaram a aparecer nos estádios mais altos da civilização humana. Desçamos quanto quisermos; acharemos sempre a bravura física. Para achar o heroísmo calmo do homem de ciência, do pensador, do filósofo, é preciso subir.

Um de nossos consócios, no seu soberbo livro sobre o *Militarismo*, o Sr. Guglielmo Ferrero, achou uma fórmula admirável, dizendo “*Solo chi crea è felice.*” Só quem produz, quem faz nascer valores novos, quem aumenta a soma de bem-estar moral e material da humanidade é que representa as tendências do futuro.

E, porque eu penso assim, ouvi com alegria a evocação que fizestes das crenças pacifistas do nosso desaparecido companheiro.

Não importa que haja quem diga que essa aspiração para a paz é apenas um belo sonho. Não é. Mas, mesmo que fosse, há sonhos que valem mais do que realidades. Nenhum sonho excederia a este em beleza. Os sonhos muito puros, muito nobres, muito altos – resistem a tudo.

Nos lugares em que cai neve, a neve que cai em flocos alvíssimos ao longo dos caminhos, basta um raio de sol para a fundir, basta um passo de viajante para a transformar em lama. É o destino, é a imagem dos sonhos ras-teiros, que facilmente passam de arminho branquíssimo a lodo imundo.

Mas a neve que se fixa no alto dos montes inacessíveis permanece imacu-lada. Em vão a asa dos ventos se fatiga a açoitá-la; em vão o sol tenta derretê-la.

É como os grandes ideais – longe da terra, longe do chão, longe do passo dos homens, perto apenas do céu, onde outrora moravam deuses e onde hoje mora só o giro majestoso dos astros... Nada macula e dissolve neve tão alta, sonhos tão altos...

Se essa aspiração para a paz fosse apenas uma aspiração, ainda assim valeria mais do que as realidades grosseiras que se lhe contrapõem...

Não sei, entretanto, se algum malicioso não se lembrará de ir reler a conferência que fizestes em Belo Horizonte glorificando a preguiça. Lá dis-vestes que “a paz universal não é outra coisa senão a preguiça das nações.”

Mas mesmo aí essa designação era elogiosa, porquanto toda a vossa conferência, graciosa e paradoxal, visava a provar que a preguiça era uma vir-tude. Devia ser, pelo menos aos olhos dos que acreditam que o trabalho foi imposto ao homem como um castigo. Se o trabalho veio como um mal, para privar o homem das delícias de um estado anterior, o que havia nesse estado anterior devia ser um bem, ser uma virtude. O que havia era a preguiça...

Vós lembrastes que o mito cosmogônico mais corrente entre nós põe a preguiça no extremo cume da escala de perfeição: Deus fez a terra, as plantas, os animais, o homem, a mulher (e o fato de ter criado a mulher depois do homem é uma presunção de superioridade para ela) e, por fim, não tendo mais o que criar, pôs remate à sua obra, criando a preguiça: ao sétimo dia descansou...

Todos sabem, entretanto, meu ilustre Confrade, que ninguém menos próprio do que vós para tratar desse sentimento que não conheceis. Ninguém menos contemplativo. A poesia não vos impediu de serdes juiz, de serdes pro-fessor, de serdes funcionário, de serdes político militante.

Nos países novos, em que é preciso fazer com brevidade uma obra colossal e em que, por isso mesmo, os homens escasseiam; nesses países, em que não há ainda uma nítida e rígida diferenciação de profissões, esses casos

são mais freqüentes que nos países velhos, em que cada um disputa com afimco um pequeno domínio, no qual se procura manter.

Ainda por este outro motivo ficais bem aqui, porque esta Academia é caracteristicamente uma Academia da nossa jovem América: não há aqui um só acadêmico que viva exclusivamente das letras e para as letras.

É uma inferioridade? – Não sei... Não sei; e me parece realmente discutível.

Toda a vida humana pode ser representada por uma fórmula mais ou menos complexa, em que deve entrar a ação, em que deve entrar o sonho... Não basta a primeira; não basta o segundo... Só com a ação se fazem as vidas grosseiras, dos que se limitam a agir para a satisfação de gozos imediatos. Só com o sonho se fazem as vidas egoístas, dos que se perdem na contemplação e não descem à luta.

O ideal bucólico dos poetas virgilianos, que cantavam as belezas dos campos, a tranqüilidade dos que vivem longe das cidades; ideal que já foi moda, hoje passou... Nós o acolhemos, sorrindo. Nem versos de Camões o podem salvar:

*Ó lavradores bem-aventurados!
Se conhecessem seu contentamento
como vivem no campo sossegados!*

*Dá-lhes a justa terra o mantimento,
dá-lhes a fonte clara da água pura,
mungem suas ovelhas cento a cento...*

*...Ditoso seja aquele que alcançou
poder viver na doce companhia
das mansas ovelhinhas que criou.*

E nos sabemos, no entanto, que Camões dizia isso por pura imitação; guerreiro, cortesão, namorador, ele nunca aspirou deveras ir viver entre mansas ovelhinhas.

E o nosso Gonzaga não era mais sincero com todo o seu bucolismo convencional:

Tenho próprio casal e nele assisto;

*dá-me vinho, legume, fruta, azeite;
das brancas ovelhinhas tiro leite
e mais as finas lãs de que me visto.*

*Graças, Marília bela!
Graças à minha estrela!*

E nós sabemos, no entanto, que este homem se fez conspirador e acabou desterrado...

E, se já no tempo de Camões e de Gonzaga faltava convicção aos que empreendiam a apologia das delícias campestres, hoje esse ideal nos parece quase cômico... A idéia de que o homem de letras e especialmente o poeta se deve isolar do bulício do mundo, para poder produzir, é uma extravagância... O que tiver em si a seiva, o estro criador, há de poder revelá-lo tanto naqueles bucólicos retiros como em pleno bulício das cidades.

Vai um rio a passar... Nas suas águas tudo se reflete. Faz-se azul sob um céu azul; sombrio, quando a tempestade enche o espaço de nuvens negras... Azul ou sombrio, vai passando... Retrata as árvores e flores que se lhe debruçam às margens; reflete o casario das cidades, as grandes usinas, as altas chaminés das fábricas. Retrata e passa... Crianças se inclinam para vê-lo? As águas lhes reproduzem as feições mimosas, como reproduzem as feições trágicas do miserável que, absorto em mágoas íntimas, fita, com os olhos que não vêem, o curso incerto... Reproduz, reflete, retrata mil coisas – e vai passando. Nenhuma imagem lhe altera o sabor... Se era um rio de águas claras e límpidas, se ninguém as turvou, que importa indagar as imagens que no seu espelho se formaram? Continua límpido e claro.

É o que sucede aos grandes artistas. Não lhes é preciso o isolamento para produção. O fragor das cidades, em que são forçados a ver mil coisas, a refletir a vida intensa de nossos dias, não os impede de guardar a limpidez e a frescura da sua inspiração.

O que desorienta alguns dos que não compreendem a vida que os artistas levam, mormente em nossos dias, é que não acharam no passado a mesma proporção de mistura entre vida social e vida artística. Depois, os artistas têm em geral a convicção de que, se tivéssemos tempo bastante, poderíamos produzir uma obra-prima – a obra-prima com que todos nós sonhamos.

Mas na maior parte dos casos essa convicção, embora profunda, seria apenas uma ilusão... Se lhes fosse dado se isolarem do resto do mundo, nem teriam os gozos que este pode dar, nem deixariam o monumento glorioso com que sonham. Seriam vidas estéreis.

Há uma certa beleza neste turbilhão infernal em que vós, meu ilustre confrade, e em que todos nós vamos envolvidos, lutando e trabalhando, fazendo obra de cidadãos e obra de artistas, mal descansados da tribuna, do jornal, da cadeira do professor, da curul do juiz e quase ao mesmo tempo, febrilmente, neste tumulto, neste anseio, nesta caudal vertiginosa pugnando também pela arte, pelo ideal, pela nobreza de altas concepções Há uma certa beleza... Sentimo-nos viver fortemente; viver vidas bem vividas, em que podemos não ter feito tudo o que desejaríamos, mas de que saímos com a consciência tranqüila, porque entramos em mil batalhas – das mais nobres de todas: as que se ferem sem sangue, nem barbaria.

Dizem que Nero fazia untar de pez figuras humanas e queimava-as como archotes vivos. Vós sois dos que a si mesmos fazem o que fazia Nero: dos que se queimam voluntariamente, em um incêndio magnífico, por todos os lados ao mesmo tempo. E é decerto mais belo consumir-se assim rápida e deslumbrantemente do que ser uma frouxa, uma tíbia, uma incerta luzinha, que se gasta durante muito tempo, que dura, mas dura pequena, tímida, bruxuleante... Mais vale a chama viva que ao menos um momento foi língua rubra de fogo, desfraldada na noite como uma bandeira de luz, vibrando, brilhando, queimando, erguida para o alto como uma aspiração sublime!

A vossa é das vidas assim. Poeta, professor, historiador, juiz, político militante, tendes vivido intensamente.

É possível que vos queixeis porque eu insisti, principalmente, no vosso perfil como poeta e esqueci um pouco o publicista, o historiador.

Mas o que domina em vossa obra é realmente o poeta. Com olhos de poeta é que olhais para a História, para a vida corrente e até mesmo para as materialidades mais grosseiras da vida.

Foi de poeta a bela frase que um dia proferistes acerca de Deodoro, dizendo que historicamente o Marechal Deodoro da Fonseca é o Alferes José Joaquim da Silva Xavier, promovido depois de um século por feitos de bravura cívica.

É de poeta a vossa concepção econômica da vida, concepção de que deixastes um maravilhoso espécimen, da descrição de uma visita aos trabalhos das minas de ouro:

*Partindo aos estilhaços o veeiro
a dinamite à rocha dá combate,
e em compassados golpes o mineiro
a rutilante picareta bate.*

*Um estampido – e lasca-se o granito,
outro tiro – e o granito rola em seixos
Das máquinas de ferro, ao forte atrito,
rincham as rodas, nos candentes eixos.*

*E a rica flora mineral desata
e rompe o véu ao rútilo tesouro:
– brota o esmeril, em fios corre a prata,
floresce a gema, abrem-se rosas de ouro...*

E por fim, ao cabo de uma longa e bela evocação de todos os trabalhos, concluí:

*E com a picareta e o camartelo
o homem, que tem da criação o reino,
de destruir o esplêndido castelo,
novo Átila fatal, nada detém-no.*

*Demole e arrasa e quebra e faz escombros,
e ei-lo de novo ascende em áurea insânia,
levando sobre os suarentos ombros
os espólios da flora subterrânea.*

*E toda aquela maravilha imensa,
que de espanto e de luz nos embebeda,
se apouca, se constringe e se condensa
no disco miserável da moeda!*

Chamar à moeda – disco miserável – é bem uma idéia de poeta. Parece uma estranha desproporção a que há entre o formidável trabalho dos mineiros para chegar àquela pequena rodela de metal.

Os economistas achariam que exatamente aí é que está condensado todo o poder do mundo, e seria um assunto digno de tentar a vossa pena fazer a compensação daquele quadro: pintar todo o formidável esforço humano que pode nascer do que chamastes o “disco miserável da moeda”.

Um dos nossos já fez, em parte, sobre isso uma bela conferência literária. Relendo-vos ainda uma vez depois de o ter ouvido, eu me lembrei que um grande escritor francês, falando mal da Economia Política, que ele não considerava uma ciência, chamava-lhe *littérature ennuyeuse*, literatura insípida, enfadonha, aborrecida.

Se a Academia, cedendo à pressão dos interesses modernos, criar um dia uma seção especial encarregada de estudar as questões econômicas, vosso nome e o daquele ilustre confrade estão naturalmente indicados para essa tarefa... E ele, reforçando esse ponto de vista, fará a apologia, não dos que sabem poupar, mas dos que sabem gastar largamente, alegremente.

Podem ser que os chefes de Estado, os ministros da Fazenda, os financeiros, arregalem os olhos espantados lendo tais doutrinas; mas não será, pode-se jurar, literatura enfadonha...

Será economia de poetas... Será ciência de fantasistas...

Certo, achando que a ação não prejudica a arte, achando que o verdadeiro artista é aquele que faz da própria vida uma obra-prima de emoção e de beleza, não há negar que ele deve ter, que ele pode, pelo menos, ter alguma dessas grandes convicções, que vão de encontro às convicções, às crenças, aos sentimentos do meio em que vive – e que nesse caso, contra tudo e contra todos, deve manter a sua orientação. Deve fazer a arte como ele a sente e não como lha impõem as conveniências de momento. Deve guardar o seu ideal acima de todos os ataques que possa sofrer. Não indagar dos aplausos ou das censuras alheias. Não transigir e não temer.

Árvore existe que é o tipo da beleza no reino vegetal. Todos os poetas, mesmo os que escreveram livros, que foram depois considerados sagrados, mesmo esses a cantaram com entusiasmo.

Árvore esbelta, senhoril, tendo um tipo à parte; bela em meio do tumulto das cidades; bela nos desertos onde as outras não se atrevem a viçar – a graça e a distinção da palmeira são inexcedíveis. Onde, porém, reside o seu encanto? É que ela é o símbolo das almas que não transigem!

As outras árvores, mal o caule lhes brota do chão, estendem logo galhos acessíveis a todas as mãos. Não se furtam aos contactos.

Ela, não! Ela projeta o seu tronco para o alto, sempre para o alto, em uma reta ousada. Parece querer ir até ao céu. E é bem lá em cima, bem na altura, que abre o seu ramalhete de folhas verdes e viçosas. Rumoreja, tranqüila por cima dos desertos; tranqüila por cima das cidades, com a mesma serena indiferença.

Árvore, que Salomão cantou, que cantou Gonçalves Dias, ela nos ensina que só devemos viçar e florescer o mais alto que pudermos, o mais longe que alcançarmos subir, firmes no nosso ideal, sem procurar alheios contactos... Ela é o símbolo das almas que não transigem. Ela nos mostra que não é preciso fugir ao rumor das cidades para poder guardar inacessível o amor da arte. Ela consola aos que se vêem arrastados no turbilhão, lutando e cantando – lutando como homens de hoje, cantando como sonhadores, alheados das contingências do tempo e do meio – porque lhes dá o exemplo de crescer nas ruas das grandes cidades e aí mesmo, com igual beleza, viçar como viça nos areais do Saara, como viça sobre as ruínas melancólicas das velhas civilizações extintas... Ela diz aos artistas que, onde quer que estejam e vivam e lutem, podem fazer obra de arte desde que saibam erguer bem alto os seus ideais!

Esse exemplo de amor à arte e amor à vida dos nossos dias, vós o tendes dado tão brilhantemente que a velha praxe em virtude da qual alguém teria de vos esperar aqui à porta da entrada e vos saudar, seria bem fácil para qualquer de nós.

Vim eu...

Qualquer outro seria mais eloqüente. Mas o essencial era dar-vos as boas-vindas... Para isso, tanto era igual o sentimento de universal estima com que sois aqui recebido, que até eu – até eu pude servir.

Discurso do
SR. ARTUR ORLANDO

e

Resposta do
SR. OLIVEIRA LIMA

*Sessão solene extraordinária
do dia 28 de dezembro de 1907*

I

DISCURSO DO SR. ARTUR ORLANDO

EROS, lê-se no *Banquete*, de Platão, fundador da Academia grega, é um poeta tão sábio que de nós todos faz poetas. Cada um de nós, uma vez tocado pelo deus, se torna poeta por mais estranho que tenha sido ao comércio das Musas.

O patrono da cadeira que me destes a honra de ocupar, Luís José Junqueira Freire, foi poeta tão inspirado e monge tão amoroso, que um profano, ao ler as *Inspirações do Claustro*, sente desejos de tomar a lira de Apolo e buscar um mosteiro bem deserto e solitário, não para entregar o espírito à meditação e o corpo à penitência, mas para entoar hinos de louvor a Orfeu, cuja cabeça, decepada e atirada ao Ebro pelas bacantes invejosas do seu eterno amor a Eurídice, não cessava de repetir por entre as ondas revoltas o nome querido.

O amor que no mundo psíquico é como no mundo físico o éter, que apesar da descontinuidade dos seres não cessa de manter o Universo na mais estreita solidariedade; o amor, força mágica que prende, subjuga e alucina, torna a economia da natureza pródiga, fantasticamente pródiga; semeando flores e frutos por toda parte, ornando de atrativos e esplendores o ninho dos pássaros e a câmara dos noivos; o amor que inspirou Miguel Ângelo, Correggio, Rafael, iluminou a cabeça de Moisés no Sinai, do Dante no *Inferno*, de Milton, no *Paraíso*, com Dido criou a *Eneida*, com Catarina, os *Lusíadas*, com Leonardo da Vinci o retrato de Mona Lisa, ainda hoje admirado

como encarnação da beleza e graça feminina, da glória de Francesco del Giocondo passando à imortalidade envolto na beleza da mulher, e atestado da ventura de um artista genial, que levou quatro anos cheios de músicas e cânticos, a desenhar um sorriso de mulher que se não sabe bem a quem é dirigido, se ao pintor, se ao marido; o amor que atirou o indomável Hércules aos pés de Onfália, absolveu Madalena, a pecadora, aos olhos do Cristo, e transformou o corpo de mármore de Galatéia em carne rósea e perfumada, para apaixonar Pigmalião de um bloco de pedra, – o amor foi eixo, sobre o qual girou a vida inteira de Junqueira Freire, o pólo magnético de sua febril atividade, a fonte fecunda de sua sublime inspiração.

Aos 17 anos de idade, quando ainda não se chamava Frei Luís de Santa Escolástica, o enamorado poeta murmurava baixinho aos ouvidos de sua superadorada Sofia:

*Ao gozo, ao gozo, amiga. O chão que pisas,
A cada instante te oferece a cova.
Pisemos devagar. Olha que a terra
Não sinta o nosso peso.*

*Deitemo-nos aqui. Abre-me os braços.
Escondamo-nos um no seio do outro.
Não há de assim nos avistar a morte,
Ou morreremos juntos.*

*Não fales muito. Uma palavra basta
Murmurada em segredo, ao pé do ouvido.
Nada, nada de voz – nem um suspiro,
Nem um arfar mais forte.*

*Fala-me só coo revolver dos olhos.
Tenho-me afeito à inteligência deles.
Deixa-me os lábios teus, rubros de encanto,
Somente pros meus beijos.*

*Ao gozo, ao gozo, amiga. O chão que pisas,
A cada instante te oferece a cova.
Pisemos devagar. Olha que a terra
Não sinta o nosso peso.*

Quis, porém, o destino que viesse pertencer a outrem aquela que era o seu ideal triunfante, aquela que lhe havia de dar fama, glória, imortalidade.

O amor tem as suas razões, que a lógica não compreende, como o destino tem as suas ironias, que a razão não explica.

Entre um e outro caminho qual o rumo a seguir?

Banir do espírito a imagem aureolada da Circe, por cuja magia o canto das aves tinha mais doçura, a luz das estrelas mais brilho, a alma das flores mais perfume?

Impossível, pensando na ideal criatura, que era como uma hosana, uma aleluia, uma ação de graças entre a Terra e o Céu.

Suicidar-se?

“Era boa ocasião para morrer, escreve Junqueira Freire, em sua autobiografia. O padre não me acompanharia o enterro, nem a Igreja me abriria o chão... Em recompensa disso eu teria uma oração fervorosa de minha mãe, que sonharia comigo no meio da noite; e acordaria minha irmã inocente para rezar com ela. Talvez às mesmas horas uma outra mulher se levantasse do tálamo, erguendo-se devagar para não acordar alguém, e rezasse também por mim. Seria ainda crime a sua oração? Seria o seu fervor um sacrilégio? Seria o seu pranto um adultério?”

Não é o lugar próprio, nem a ocasião oportuna, para resolver tão intrincado e melindroso problema de alta metafísica do amor, e ainda menos para discutir se o homem tem ou não o direito de, por suas próprias mãos, quebrar o laço de solidariedade que mantém com a vida universal.

Lembrarei tão-somente que Homero, cego, não reconhecendo nos formosos jardins da Grécia as rosas senão pelos espinhos, e Milton, também cego, não distinguindo na família a mulher e a filha senão pela voz, jamais pensaram em suicidar-se, e respeitaram sempre os direitos da morte, que fez sua entrada nos domínios da vida apoteoticamente, aclamada pela própria vida.

Reagindo contra o suicídio como o sol reage contra a treva, lembrou-se Junqueira Freire desses monges da Idade Média, que simultaneamente recitavam os salmos da Bíblia e cantavam as belezas da natureza; desses anacoretas que viam o reino de Deus menos na contemplação do que na piedade; desses eremitas, que não se desligavam do mundo, de suas afeições e de seus interesses, senão para trabalharem mais eficazmente pela sociedade; desses cenobitas

que convertiam almas ao mesmo tempo que lavravam campos, praticavam a caça e a pesca, teciam panos, tapetes e sedas, quando se não faziam pintores, escultores, cinzeladores; desses missionários, que buscavam as regiões inacessíveis, afrontando perigo, torturas e martírios, para levarem aos desprezados da fortuna, aos enjeitados da sorte o conforto da esperança ou a consolação da graça divina.

“É uma história nova, diz Littré, aquela em que os exércitos são monges, os heróis santos, as fortalezas conventos, as vitórias conversões.”

Encantado por tão resplandecente evocação histórica, Junqueira Freire deixou a casa paterna na manhã de 9 de fevereiro de 1851, e foi internar-se no mosteiro de São Bento, acreditando ser um convento.

*Sou cristão outra vez, sou teu. Venceste!
Quero arrojá-me a dédalos de trevas,
A dédalos de luz. Precisam homens
Desses mistérios, que a razão fascina.
Ainda que depois se cerre em noite,
A face de um crepúsculo me agrada.
Templo, abismo de Deus, abre-me o seio!*

Contavam os antigos monges de Saint-Savin que um dos seus confrades, ouvindo cantar um pássaro, sentiu que sua alma se desprendia de seu peito para se ir confundir com o canto do pássaro e se evolar em ondas de harmonia para o céu. Também Junqueira Freire esperava encontrar na vida monacal uma ascensão para o eterno, mas a desilusão não se fez esperar:

*Eu também antevi dias dourados
Nesse dia fatal;
Eu também, como tu, sonhei contente
Uma ventura igual.*

*Iludimo-nos todos! – Concebemos
Um paraíso eterno:
E quando nele sôfrego tocamos,
Achamos um inferno*

Por quê?

No momento em que Junqueira Freire tomou o hábito de frade, estava desempenhado o papel finalístico, finda a missão messiânica das ordens religiosas no Brasil.

“Infelizes degradados, exclama Frei Francisco de S. Carlos, que ficastes chorando nas praias de Santa Cruz quando Cabral seguiu sua derrota para as Índias, adoçai um pouco de vossa mágoa. Sabei que aqueles bárbaros, a cuja voracidade ficáveis expostos, estão civilizados, que aquelas matas melancólicas, que tiranizavam vossos olhos, já se transformaram em campanhas rissonhas, em searas frutíferas, em sementeiras floridas; que do seio daqueles ermos emaranhados, que denegriam os vossos corações, têm nascido vilas e cidades florescentes.”

Com a catequese, conversão e evangelização dos índios, conseguiram Anchieta e seus companheiros civilizar um país de selvagens por meio do tão simples quão grandioso plano de autocolonização depois de malogrado o sistema que a metrópole havia adotado.

Começaram aprendendo o tupi, em que se fizeram gramáticos, e, Senhores da língua indígena, se embrenharam nas matas, não como caçadores perseguindo a caça, mas como mensageiros da paz, arriscando muitas vezes a vida para salvarem as vítimas votadas aos horripilantes banquetes da antropofagia; subiram o cabeça dos montes, donde dominaram o planalto; abriram caminho para os sertões por entre as lianas e os cipós emaranhados; cobriram os campos de pastos e gados, de cereais, e, em poucas palavras, transformaram um Brasil selvagem, povoado de animais bravios e de feras humanas, em um Brasil civilizado, venturoso, senhor do seu próprio destino.

Depois dos assinalados serviços que ao lado da Companhia de Jesus prestaram também as outras ordens religiosas, os beneditinos, os carmelitas e os franciscanos, quer nas ciências, quer nas letras, quer nas artes, que restava então a um monge senão rogar muito por aqueles que não podem ou não sabem suplicar?

Entretanto, por mais que Montalembert tenha procurado convencer que o equilíbrio entre o céu e a terra está na súplica, é com ironia que Junqueira Freire se refere à prece:

“Feliz quem tem somente o pensamento da devota. Descansa a vida nas mãos do vigário, e adormece apalpando seu rosário.”

Convencido de que havia passado o tempo das clausuras, de que os mosteiros baixos, pesados, sombrios, já não representavam senão evocações simbólicas de outras eras, sendo substituídos pelas catedrais, cuja arquitetura em estilo gótico, com suas flechas lançadas para o céu e os seus arcos quebrados em forma de mãos postas para a prece, bem está indicando serem elas os verdadeiros templos da súplica, Junqueira Freire requereu sua secularização, e a 3 de novembro de 1854 voltava para a companhia de sua mãe e de sua irmã na pitoresca povoação da Barra, onde concluiu seu imortal poema de amor – *As Inspirações do Claustro*, obra-prima que o sagrará o mais livre pensador de nossos poetas-monges, e o mais amoroso místico de nossos poetas-céticos.

*Deserta, ó gênio do covil imundo,
Onde o leão dos vícios se alaparda.
Ah! esta cela, onde a indolência dorme,
Não pode, não, ser tua!*

.....
*Um vate, um vate coligou-te aos seios,
Tu deste-lhe o perfume de teus lábios.
O nó do abraço te estreitou seu corpo,
O mais foi um poema.*

Platão, o mais filósofo dos poetas e o mais poeta dos filósofos, quando resolveu fundar a sua Academia a fim de continuar a obra de Sócrates, convidou a mocidade doirada de Atenas para um festim em sua casa, onde, afirmam os cronistas da época, costumavam reunir-se as Musas e as Graças, acompanhadas de Eros.

O festim custou uma fortuna, dançou-se e cantou-se a noite inteira, e, quando chegou a ocasião de agradecer aos convivas, disse o anfitrião: “Este festim é o último que vos dou. Resigno os prazeres da vida para me consagrar à filosofia de Sócrates. Abandonarei mesmo a poesia, não farei mais versos e vou queimar os que possuo.” Tomou um archote e, caminhando para e interior da casa, lançou fogo ao arquivo, pronunciando estas palavras: “Vulcano, vem; Platão precisa de ti.”

De modo bem diverso se fundou a Academia Brasileira de Letras: poetas, críticos e pensadores se reuniram e formaram um núcleo, que servisse de órgão ao desenvolvimento da Psique nacional.

Assim se explica a fisionomia especial desta associação, onde maior é o número dos poetas que o dos críticos, e maior o número dos críticos que o dos pensadores.

Também em Alexandria, onde ser homem de letras constituía uma profissão oficial, e a literatura tornava-se uma instituição do Estado, a Academia era um *atelier* intelectual, em que fraternizavam os mais belos espíritos do tempo, críticos, eruditos, sábios e, sobretudo, poetas, muitos poetas, como dá claramente a entender o nome que tinha, de *Museu*, “Palácio das Musas”, no qual, além de jardins zoológicos, havia laboratórios e observatórios, salões de recepção e conversação, e uma famosa biblioteca de setecentos mil manuscritos, freqüentada por Lícofron, o inventor do anagrama, e pelo iniciador do madrigal, Calímaco, que fulminou estrofes cheias de indignação contra os ferreiros por terem forjado a tesoura com que a rainha Berenice teve de cortar sua encantadora cabeleira.

É que a poesia é a mais elevada expressão da solidariedade humana.

No poeta, o que vale dizer no artista, pois todo artista é um poeta, a vida social atinge a seu máximo de intensidade e expansão.

Depois, vem a crítica, instrumento de que se serve o homem para colocar socialmente os valores intelectuais, os produtos da vida espiritual de um povo.

O crítico não tem que fazer filosofia, nem história, nem descrição pitoresca da vida íntima dos escritores; mas acumular dados e documentos para mostrar o que uma descoberta científica, uma concepção religiosa, uma criação artística, tem de socialmente útil, fecundo, sugestivo.

Finalmente, é a ciência, cujo papel não se pode dizer que seja “reduzir o ideal conquistando a verdade sobre o desconhecido”.

Não é à custa do ignoto que se alimenta o ideal; pelo contrário, este pode ser comparado a uma esfera luminosa cujos raios aumentam com o brilho do foco.

Em todos os tempos tem havido sábios e poetas; os primeiros são naturezas calmas, serenas, a quem pouco importam as tristezas e as alegrias do mundo, por viverem convencidos de que não está no poder de ninguém que as coisas sejam de outro modo; os segundos são naturezas afetivas, vibrantes, sempre em luta com o determinismo das leis naturais e em busca de um ideal pretendido e aspirado.

Aqueles brilham como estrelas nos horizontes do pensamento, estes guiam como bússolas no mar revolto das paixões.

O Conselheiro Franklin Américo de Meneses Dória, Barão de Loreto, sócio fundador da Academia Brasileira de Letras, foi uma destas naturezas privilegiadas, que têm a suprema ventura de conglobar em seu espírito o saber positivo de um Aristóteles e a inspiração poética de um Platão.

Digo suprema ventura, porque a poesia não é senão a fonte de Castália, em que a ciência refloresce, e a ciência deve terminar pela poesia como a planta termina pela flor.

É bem sabida a reputação de que goza a individualidade do Barão de Loreto na história da literatura brasileira, além do lugar à parte que ocupa no coração de todos os membros desta Academia, para que eu tenha necessidade de ocupar-me de semelhante assunto.

Sobre a sua brilhante carreira política, forense e professoral existem trabalhos definitivos, aos quais seria fazer injúria juntar qualquer traço, fosse o de um Apeles, em relação ao espírito superior, que desde os primeiros passos na vida soube impor-se à admiração e estima de seus pares e conquistar as simpatias e sufrágios de seus concidadãos.

Não adiantaríamos uma linha, se afirmássemos que no Direito não foi um simples jurista, mas um justo, com um alevantado ideal de justiça, espécie de sonho divino a que se votou com toda a poesia de sua alma; que na cátedra sua concepção do ensino foi mui diversa da do *magister dixit*, pensando o eminente professor que em matéria de instrução muitas vezes vale mais a interrogação do que a resposta, pois aquela provoca o pensamento, excita a reflexão, abre novos horizontes, enquanto esta fecha o círculo das investigações, corta o vôo do espírito para as regiões a descobrir, mata a curiosidade científica, alma do ensino; que na política desempenhou cargos importantíssimos, por três vezes foi nomeado presidente de província, eleito deputado geral em várias legislaturas, e, chamado aos conselhos da Coroa, se revelou um consumado estadista.

Todos sabem que em política o Barão de Loreto foi um corajoso:

“Ser corajoso, escreve Júlio Delvaille, é afirmar a superioridade de uma ordem ideal sobre uma ordem material, é desprezar o fato que se impõe à experiência sensível, e lhe preferir o possível, que se julga melhor; é colocar-se

acima das realidades do meio e agir como se o meio não existisse. O soldado que vai ao encontro das balas inimigas é corajoso, porque reconhece a superioridade da idéia de pátria, idéia toda moral *vis-à-vis* dos males reais, que ele corre na peleja. Mas se faria mal em pensar que não há senão coragem física. Também se é corajoso, quando se luta por uma idéia, uma verdade, um direito, contra a oposição toda animal das paixões da multidão, e se prefere a afirmação do que deve ser ao prazer imediato da tranqüilidade, à satisfação do momento.”

Sem ser um revoltado contra a sociedade, o Barão de Loreto, em sua vida de homem público, afirmou sempre esta bravura moral que faz do indivíduo sua própria lei, e, sem constituir-se um cortesão do povo, soube adorá-lo e lhe profetizar a vitória definitiva.

*O povo é como o oceano
Se erguendo livre do chão.
Majestoso e soberano
Como a cruz da Redenção:
É um gigante esforçado
A grandes coisas fadado,
Com direito a todo o bem:
É dos séculos o vulto,
Que mais nos merece culto,
Que irá dos sec'los além.*

.....
*Como a mãe espera o filho
Que pra longe se ausentou;
Como o vale espera o brilho
Da lua que o prateou;
Como o justo espera a morte,
O nauta as brisas do norte,
Para a viagem seguir;
Assim o povo humilhado
Espera longínquo brado,
Espera a luz do porvir.*

*Então, quando o proletário
Olhar pro céu e sorrir,
E o esfarrapado sudário,*

*Ao chão lançando, cuspir;
Quando a estátua preciosa
A pedra misteriosa
Para sempre derribar,
Silêncio! – triunfa o povo!
Abriu-se-lhe um mundo novo,
Ninguém se deve queixar.*

Ferido algumas vezes pelas paixões e ódios partidários, sendo uma ocasião anulado o seu diploma de deputado geral, e outra despojado de sua cadeira de professor, a adversidade não lhe fez senão apurar ainda mais o civismo.

Mais do que jurista, crítico, estadista, o Barão de Loreto foi poeta inspirado, com as cordas da lira bem afinadas para fazer vibrar a natureza inteira. Recitarei apenas as estâncias finais do “Sol nascente”:

*Quão belo é o sol nascente! Ele afugenta
Do ar a cerração grossa e cinzenta,
D'alma a tristeza e os pensamentos vis;
Aos homens todos ao labor convida;
E dá força, e vigor, e alento, e vida
Ao que é desgraçado, ao que é feliz.*

*Ao mendigo, que fina-se, consola
Com a promessa de abundante esmola,
Ou de algum protetor bom, liberal;
Ao pobre manda um raio de ventura;
Ao órfão, desvalida criatura,
Faz sonhar doce afago maternal.*

*Ele diz ao que é forte: Haja clemência!
Ao fraco: – Mais um dia, paciência!
Àquele que lamenta-se: – Esperai!
Aos tristes ele diz: – Sede contentes!
Ao meu influxo borbulhai, sementes!
Preciosas idéias, borbulhai!*

*Ele diz ao poeta: – Alevantai-vos!
Dos grandes pensamentos inspirai-vos!
Ide, correi, correi às multidões!*

*A fé levai-lhes no queimar dos hinos,
Como outrora os apóstolos divinos
Levaram graça e luz a mil nações.*

*Aos lábios todos ele diz: – Sorri-vos!
A toda flor e coração: – Abri-vos!
Lançai perfumes, transbordai de amor!
Para tudo o que nasce e vive e sente
É belo, sempre belo o sol nascente,
Reverberando aos pés do Criador!*

Bem se vê que não é inferior à bela peça, publicada por Sully-Prudhomme como manifesto da poesia científica:

*Em régio tédio imerso, o grande Sol fecundo
Arde no ermo dos céus. À constante influência
Dos raios que ele expede e recolhe, o profundo
Coro dos astros rola em remota cadência.*

*Alto nem baixo está, mas no abismo suspenso;
De foco algum recebe o fogo que irradia;
Sem descer nem subir o seu olhar imenso
Derrama sobre o mundo a força e a alegria.*

*Rutilante, e de tanto esplendor invisível,
As searas produz, que as raças alimenta;
Mas não deixa habitar seu orbe inacessível
Dos famintos mortais a horda turbulenta.*

*Dos negros globos, que de púrpura vestindo,
Em silêncio ele guia aos páramos azuis,
A Terra submissa, enquanto o vai seguindo,
Curva o seio amoroso às carícias da luz.*

*Em seu eixo girando, ela ao Sol oferece
Seu corpo e sua face, onde pulula a vida;
Passam mares, vergéis; cada qual que aparece,
Toma um banho de luz, caminhando em seguida.*

*Mas os homens também, sobre a terra dispersos,
Presos ao chão natal somem-se ou aparecem;
Quando uns pela manhã surgem do sono emersos,
Entre as sombras da noite os outros adormecem.*

*Ah! os filhos de Hélade, os olhos entreabrindo,
Ao ver surgir radiante Apolo no oriente,
Com seus corcéis de fogo o carro conduzindo,
Salve! exclamavam, salve! ó Deus onipotente.*

*Hoje gritamos nós: salve! Infinito ingente,
Todo que a um tempo é padre, altar e divindade!
Força oculta que prende a cada um ente outro ente,
Ao Sol ligando a Terra e à Terra a Humanidade.*

*Para nós já rasgou-se o véu maravilhoso,
Que do mundo real só mostrava a aparência,
As esperanças vãs de eterno e puro gozo
Estão-se esboroando aos golpes da ciência.*

*Sem colunas de apoio, o céu, mais firme agora,
Despe o velho burel da mentira, e descobre
A impotência da fé, com que se impunha outrora:
E uma beleza nova o mundo inteiro cobre.¹*

¹ Além desta tradução do Dr. Antônio Alves Pereira de Lira, existe a que, a nosso pedido, magistralmente fez o Dr. Carlos Portocarreiro:

*Arde o sol, mergulhado em tédio suntuoso,
No deserto do céu. Sob os raios fecundos
Que ele esparge e recolhe – eterno, silencioso –
Nuta, solene, ao longe, o cortejo dos mundos.*

*Do abismo no cairel suspenso ele parece;
Não deve a fogo alheio o seu calor amigo;
E o seu olhar não sobe, e o seu olhar não desce,
Porém tudo se doura ao seu rigor antigo.*

*Flamejante da sua esplêndida riqueza,
Ele é pai dos trigais e avô das gerações;
Mas não se lhe povoa a imensa redondeza
Dum rebanho voraz de túrbidas nações.*

Mas a poesia, em que pese a Sully-Prudhomme, não tem que ser científica, nem realista, nem satânica, nem simbólica, nem impressionista, nem parnasiana; basta que seja social no sentido não somente de ser um produto da sociedade no seio da qual nasce, mas ainda no de constituir uma sublimação da sociedade, uma criação de futuro, que vai além do meio atual.

*Entre os globos sem luz que ele esclarece e guia
Na escuridão, tornada em turquesina estância,
A Terra, em seu volver, o segue dia a dia
E busca-lhe a carícia a léguas de distância.*

*Gira o eixo a vibrar. À luz ele oferece
A espessura soberba e a superfície viva.
E as campinas e o mar e tudo o que floresce
Tinge-se do rubor da aurora alternativa.*

*Mas na terra natal cativo e prisioneiro
Ora surge da treva, ora se imerge o homem;
Quando vêm uns gozar do fúlgido luzeiro,
Os outros no livor das tenebras se somem.*

*Os helenos fitando a glória do nascente
Com os olhos juvenis e a vista radiosa,
Bradavam: "Salve, ó deus, cuja quadriga ardente
Pisa com pés de prata o Olimpo cor-de-rosa!"*

*Hoje bradamos nós: "Salve! Luz infinita!
Deus, templo e sacerdote! Ó grande Todo! Prendes
O ser humano à Terra, e a Terra, que ele habita,
Ao Sol, e cada ser ao ser em que resplendes."*

*Caíram para nós os cândidos refolhos,
Onde erravam do mundo as loucas fantasias,
A ciência venceu as ilusões dos olhos
E o homem já não tem aspirações vazias.*

*O céu fez confissão dos erros seculares.
E quando o gênio humano o sujeitou à prova,
Mais firme ele ficou perdendo os seus pilares.
E o mundo enfim reveste uma beleza nova.*

Social é a poesia, como social é a prosa, social o estilo, social a crítica, social a religião, sociais as artes, sociais as ciências, social a Física estudando as relações intermoleculares, social a Química pesquisando as relações interatômicas, social a Biologia investigando as relações intercelulares, social o éter, social a consciência, social o universo, social o próprio movimento.

Social é o éter, porque, diferenciando-se em partículas atômicas, nem por isso essas deixam de fazer parte do todo, ao mesmo tempo uno e múltiplo, elástico e concentrado, difuso e condensado, justamente como se dá no mundo moral, em que a unidade se manifesta conjuntamente com a multiplicidade.

Social é a consciência, porque desde muito se reconheceu que ela “se abaixa ou se eleva, se retrai ou se alarga, se relaxa ou se fortifica, com o meio social”.

É o que ensinam os psicólogos modernos. Durkheim faz ver que o grande serviço que os filósofos espiritualistas prestaram à ciência, foi combaterem todas as doutrinas, que reduzem a vida psíquica a não ser senão uma eflorescência da vida física. E, sem cair no espiritualismo, acrescenta que “todos os fatos, de que se não pode achar a explicação na constituição dos tecidos, tornam-se propriedades do meio social”.

“Os psicólogos, observa Draghicesco, não fazem diferença entre adaptação ao meio físico e adaptação ao meio social. A consciência para eles é indiferentemente o produto de uma ou de outra. Ora, a origem da consciência, se não o seu desenvolvimento, não pode mais ser atribuída a influências causadas pelo meio físico. Com efeito, estabelecemos que o meio cósmico é, por assim dizer, constante, invariável. Por outro lado, estabelecemos também que a constituição orgânica do homem é precisamente o resultado da adaptação a esse meio. A adaptação, uma vez feita e escolhida em hábitos para sempre invariáveis, não poderia mais ser questão de novas adaptações, este meio não mudando mais. Uma vez por todas está feita a estabilidade da natureza e no homem adaptada. Se, porém, ainda se constatam adaptações, mudanças estas não podem vir senão do meio social; sim, estabelecemos que é ele que, por sua variabilidade e pela luta pela vida, impõe a adaptação. De hoje por diante não será mais possível procurar explicação para a consciência senão nas

adaptações às condições sociais. A consciência não pode ser senão o produto do meio social, exclusivamente.”

Social é o universo, que não significa outra coisa senão um todo coordenado, em que se resumem todos os seres, e o laço que une todos os seres e um só todo é essencialmente social.

Não seria difícil mostrar quanto os insetos, os pássaros e os jardineiros colaboraram no desenvolvimento da beleza das flores, da elegância de suas formas, do brilho de suas cores e da suavidade de seus perfumes, e quanto por sua vez as flores concorreram para se desenvolverem nos homens e nos animais o senso e o gosto das formas, das cores e dos perfumes.

Social é o movimento, porque a observação mais superficial mostra que o movimento não é senão uma mudança das posições relativas das coisas no espaço.

Social é a poesia como linguagem divina de uma pátria ideal, cujo povo não vê, adivinha; não sente, pressente; não deseja, aspira; e não se corresponde senão por meio da beleza e da harmonia, da imagem e do ritmo.

E pronunciamos as palavras – imagem e ritmo, palavras mágicas, que depois da genial descoberta de Goldschmidt, para quem existe relação entre as leis da harmonia e as da cristalização, estão anunciando a aurora de uma nova filosofia e uma revolução nos domínios da Ética e da Estética ainda mais profunda do que a que se operou no seio das ciências físico-químicas após as investigações de William Crooks sobre o estado pré-atômico da matéria, a descoberta da energia introatômica e a demonstração de que a radioatividade não pertence somente a certos corpos, mas constitui uma propriedade geral da matéria, achados em face dos quais não se pode mais pretender que o princípio regulador da solidariedade universal, no qual se resolvem todas as leis do mundo orgânico e inorgânico, seja a gravitação, e sim a sociedade com sua dupla face de unidade e multiplicidade, primordial manifestação da energia suprema do Universo, e, portanto, comum a todos os átomos, moléculas, células, animais.

Essa substância misteriosa que, apesar de imponderável, intangível, invisível, ocupa todos os pontos do espaço e enche todos os momentos do tempo, e sem a qual não haveria calor nem luz, nem eletricidade, nem vida, nem movimento, nem pensamento, já não é mais uma hipótese, que se deva

admitir sem mesmo compreender; pelo contrário, é uma realidade, cuja existência se acha provada pelos princípios fundamentais da mais positiva das ciências – a Matemática.

Sim, enquanto a Aritmética não se ocupa senão do descontínuo, das partes separadas que ela exprime por números, de maneira que para ela a linha é uma série de pontos, a superfície uma soma de linhas, o infinito uma incessante divisibilidade, a Geometria, pelo contrário, faz da continuidade sua base fundamental, da grandeza seu ponto, do círculo sem solução de continuidade, sem começo nem fim, sua principal figura.

Por aí se vê que a Matemática nos dá a noção de antinomias, que não se contradizem, antes se correspondem, e exprimem relações de reciprocidade.

De que se ocupa o cálculo infinitesimal senão da passagem do descontínuo ao contínuo?

Enquanto a Aritmética e a Álgebra “consideram o número como imutável”, a análise e a teoria das funções o têm “como variável, móvel, por assim dizer, fluido”.

“A antítese entre o conhecido e o desconhecido, ensina Hermann Keyserling, é substituída pela antítese entre o constante e o variável. Em lugar da divisibilidade infinita que a Aritmética supõe, a análise postula a infinita mutabilidade, que engendra mutabilidades sempre novas para criar pontos de junção entre as partes discretas, para encher o descontínuo. Desta maneira é possível representar um contínuo (geométrico) por uma série infinita de números que numa aproximação infinita reproduz a mesma coisa que aquele.”

A antinomia entre a continuidade e descontinuidade em seu verdadeiro sentido não significa outra coisa senão dois aspectos de um mesmo fenómeno, que se relacionam e formam uma unidade sintética.

Se no mundo cósmico o éter é a grandeza, imaginária ou não, que confunde o descontínuo da matéria com o contínuo da força, e, portanto, constitui o princípio e o fim de todas as coisas, no mundo moral a poesia se pode dizer o *primum movens*, o *substratum* da solidariedade humana sobre a terra.

Nem fiquem tristes aqueles que não fazem versos, porque há uma poesia da ciência que é a Filosofia, como há uma poesia da crítica, que é o *humour*, além de que a prosa moderna se torna cada vez mais poética.

O pensador hodierno pode não pensar por metros e rimas, mas há de escrever poeticamente para merecer o nome de escritor.

Aqui não receio ser acusado de achar-me em contradição com o que escrevi, há anos, relativamente ao verso.

Afirmei, e não vacilo em reproduzir integralmente, que seria fácil mostrar na antiguidade grega a ciência identificada com o verso nas *Obras e Dias*, de Hesíodo, e no poema sobre a esfera celeste de Aratus, que metrificou o *Tratado de Astronomia*, de Eudóxio.

Na mitologia grega, esse incomparável monumento de saber e arte, a primeira condição para ser poeta é ter memória. Daí a primeira musa chamar-se “Mnemê”. Mas, não bastando ter memória, sendo necessário pensar, surgiu a segunda musa com o nome de “Meletê”, meditação. O poeta tinha de ser ao mesmo tempo cantor e pensador.

Chegando, porém, a uma certa idade, nota Sainte-Beuve, a ciência escapa ao poeta; o estilo dos Laplace, dos Cuvier, dos Humboldt é o único que convém à exposição de um judicioso sistema.

Banido do domínio da ciência, o verso também o foi do terreno da Filosofia, da História e da Política.

Relativamente à Filosofia, enquanto todas as antigas cosmogonias e teogonias foram escritas em verso, os modernos sistemas filosóficos são arquitetados em prosa.

Na Política, antes de Demóstenes fulminar seus adversários em prosa, já Arquilóquio, o inventor do iambo, forçava seus adversários ao suicídio com suas sátiras.

Menipo serviu de transição entre a política feita em prosa e a feita em verso. As *Menipéias*, metade em prosa, metade em verso, são o sinal exterior desta transição.

Houve uma época, em que Atenas fez política em verso e em que mais da uma vez os abusos do coro foram postos em discussão. O poder público teve necessidade de promulgar leis restritivas contra os excessos da liberdade do verso, como os governos atuais as publicam contra os abusos da liberdade de imprensa.

Nas tragédias e comédias gregas o coro representava o mesmo papel que a imprensa moderna: era um órgão social, que tinha por função a censura

do fanatismo, da superstição, dos maus costumes e, sobretudo, dos abusos do poder público.

A prosa na Política, como em todas as produções do espírito humano, marca um grande adiantamento na evolução dos conhecimentos.

Com Péricles, o mais legítimo representante da civilização helênica, começa uma Grécia nova, a Grécia da prosa, em que a Filosofia, a História, a Política e a Ciência sacodem o jugo do verso, e alteiam o vôo com as asas da eloquência.

Para provar que a prosa foi cada vez mais substituindo o verso em todas as manifestações do espírito, basta lembrar que na época em que dominava o gosto das pastorais, então escritas em verso, Sannazaro publicou a *Arcadia*, mistura de prosa e verso, que foi muito aplaudida, e obteve um grande sucesso, que o levou a escrever *Dafnis e Cloé*, toda em prosa.

Não confundamos, porém, a poesia com o verso para concluir com Scherer que “o poeta é um resto da humanidade primitiva”.

A descoberta do papiro matou, com efeito, o verso, e operou uma grande revolução social, dando origem à prosa, que veio a preponderar com a invenção da imprensa, que tornou fácil e pronta a transmissão do pensamento, cuja conservação era, nos tempos antigos, confiada ao ritmo, o amigo da memória, no dizer de George Perrot; mas a poesia continuou a subsistir como a mais espontânea, seivosa e pujante criação da vida psíquica.

Quaisquer que sejam as diversidades dos climas, as aptidões das raças, as variações das épocas, é sempre a poesia que nos faz penetrar nas profundezas da alma humana, como os vulcões nos fazem assistir às revoluções internas do globo.

Por isso, disse Aristóteles que a poesia é mais filosófica e mais seriamente verdadeira do que a história.

A *Bíblia* é o espelho do idealismo hebraico, como a *Ilíada* ou a *Odisséia* é a cristalização das idéias e sentimentos dos tempos heróicos da Grécia; no *De natura rerum* se assiste à representação de todas as lutas, de todas as paixões, de todas as moléstias intelectuais e morais que afligiram a alma do povo romano; chame-se como se quiser a obra genial do Dante, tragédia, drama ou comédia, ela é o poema da Idade Média com sua concepção de um Deus que recompensa ou castiga em uma outra vida, concepção intei-

ramente desconhecida do judaísmo, que não se preocupa senão com a sorte do homem sobre a terra, segundo dá a entender aquela admirável página de Ezequiel, em que o renascimento de Israel é figurado por ossos secos que se aproximam uns dos outros, se cobrem de músculos, de carne, de pele, e de novo se animam ao sopro do criador, da mesma sorte que a *Comédia Humana*, embora escrita em prosa, é o poema da vida contemporânea, mostrando Balzac em seus livros que o *pivot* da civilização atual é a propriedade móvel em sua forma mais perfeita e acabada, a moeda, a mercadoria por excelência, a mercadoria que, no dizer de Lafargue, encerra em estado latente todas as outras e tem o poder mágico de se transformar em todas as coisas desejáveis e desejadas.

Dizem que somos um povo de poetas, e, entretanto, não possuímos uma epopéia nacional: está por escrever nossa *Ilíada*, o poema da guerra holandesa, feito assombroso, com que os heróis do Norte, eu ia dizendo os pernambucanos, salvaram a integridade da pátria brasileira, bem como está por compor nossa *Odisséia*, narrando em linguagem homérica a luta titânica dos povoadores do Sul, ou melhor, dos *bandeirantes*, contra tudo e contra todos, para conquistarem do lado do poente um Brasil ainda mais rico e maravilhoso do que aquele que havia sido descoberto à beira-mar pelos argonautas portugueses.

Se não obstante a predisposição do meio físico, pois o Brasil, embora não ofereça o equilíbrio e a harmonia da natureza grega, pelo seu solo coberto de frondosas selvas matizadas de flores, saturadas de perfumes, umedecidas pelo pó líquido das cascatas, não deixa de ser uma região fadada ao comércio das Musas; se apesar da equiparidade do momento histórico, pois os *bandeirantes* não se achavam em grau inferior de civilização ao daqueles bandidos gregos, que mais tarde se fizeram heróis e semideuses, de balde procuraríamos um poeta épico digno deste nome, em compensação não nos faltam líricos que sabem emoldurar na forma alada de um impecável soneto os mais pomposos espetáculos da natureza ou as mais formidáveis tempestades do coração humano.

Superior ao lirismo, em prosa ou verso, do Barão de Loreto, afigura-se-me tão-somente seu idílio na família, gênero de poesia, que cultivou durante toda a sua vida, e que foi o perene embevecimento de sua existência inteira.

No lar o autor dos *Enlevos* teve sempre ao seu lado, à direita e à esquerda, as duas mais fagueiras musas, a da poesia e a da felicidade.

Tão feliz que pôde fechar o seu livro de ouro com aquele talismã, que por si só lhe abriria as portas da imortalidade:

*Completo o livro está: nele o teu nome escrevo;
Faltava-lhe um remate; achei-o de primor.
Bem sabes que tu és meu derradeiro enlevo,
Ó anjo de bondade, anjo do meu amor!*

Sinto-me sem expressões, pois seria preciso possuir a linguagem das flores e das coisas divinas, a cor do céu e o brilho das estrelas, para contar a vida de casado do Barão de Loreto; mas felizmente aí está sua autobiografia, escrita em belíssimos versos sob o expressivo título “A Felicidade”:

*Ser feliz não é ocioso
Passar dias festivos,
Nem ter cofre precioso,
Pejado de cabedais;
Não, isto não é ventura,
Ao mesmo Crespo tortura
A agonia do sofrer;
Vive o rico na opulência,
Mas desgostoso a existência
Não cessa de maldizer.*

*Ser feliz não é pujante
Conquistar cem regiões,
Mostrar-se um vulto que espante
Pelo brilho das ações;
Acender em cada passo,
Seguro, de glória um traço
Indelével, imortal;
E por fim, coa fronte erguida,
Tranquilo perder a vida,
Tendo ganho um pedestal,*

*Não é, não. Da glória a estrada
De espinhos coberta jaz;
É árdua, longa a jornada
Que por seu trilho se faz.
A fama nos colhe o fruto;
O egoísmo corruto,
Faminto, impudente o rói:
O homem deificado
Foi antes martirizado,
Chame-se gênio ou herói.*

*Ser feliz é nesta vida
Ter um seio a estremecer,
Onde a alma beba insofrida
O frenesi do prazer;
Onde a fronte macilenta
Sinta o calor, que aviventa
Com suave languidez;
Onde perfumes aéreos
Embalsamem os mistérios
Da amorosa embriaguez.*

*Ser feliz é, deslebrado
Dos mundanos vaivéns,
Junto do ente adorado
Gozar inúmeros bens;
Levar tempo indefinido
Em seus olhos embebido,
Como quem atento lê,
Coo peito que forte pulsa,
À mais pequena repulsa,
Dizer-lhe terno: – Por quê?*

*Ser feliz é no retiro
Ter companheira fiel,
Que pague longo suspiro
Co'um beijo que sabe a mel;
Com ela amar os luares,
As aragens salutares,
A sombra que envolve a chã,*

*As flores da sicupira,
E o hino de cada lira,
Que soa pela manhã.*

*Ser feliz é, nessas horas
De tédio e vaga aflição,
De lembranças opressoras,
De opressora inquietação,
Co'aquela que nos entrega,
Ébria de amor, de amor cega,
O fio dos dias seus,
Procurar o santuário,
E bem ao pé do Calvário,
Orando, falar a Deus.*

*Não! tudo não é vaidade:
Não! tudo não é sofrer:
Existe a felicidade,
Logo que existe a mulher.
Amai-a, amai-a deveras;
O amor é das quimeras,
Se ele é quimera, a melhor:
Nutri um amor profundo,
Que há de encantar-vos o mundo:
A flicidade é o amor!*

Bem se vê que é a autobiografia do Barão de Loreto; mas, Senhores, existe realmente a felicidade? A felicidade é realmente o amor?

Não posso responder porque sou vítima da maior das cegueiras, que certamente não é a cegueira da natureza de que fala Victor Hugo, pois afinal o céu possui as estrelas para admirar em todo seu esplendor a Verdade, a Justiça e a Beleza, e sim a cegueira das palavras, que consiste em não descobrir o termo próprio para exprimir a idéia, pois, na frase de Flaubert, “pensar é falar”, e o termo próprio, “o termo sem sinônimo, é o corpo vivo, o corpo único da idéia”; mas recordo-me de que em menino li uma admirável página, que me ficou para sempre gravada na memória do coração.

É a história de um cego, que tinha os olhos límpidos e brilhantes como pedras preciosas, mas não via senão a escuridão, nunca, nunca a luz; uma exis-

tência de eterna noite, sem um dia de sol, e, entretanto, essa criatura se julgava supernamente feliz, porque era amada.

A suprema felicidade da vida é a convicção de que se é amado, esta convicção o cego a tem. Não perde a luz quem tem o amor. E que amor! um amor inteiramente de virtude. Não há cegueira, onde há certeza. A alma, às apalpadelas, procura a alma e a encontra. Esta alma encontrada e posta em prova, é uma mulher. Uma mão vos sustém, é a sua; lábios se abrem em vossa frente, é sua boca; ouvis uma respiração muito perto de vós, é ela. Tudo ter dela, desde o seu culto até a sua piedade, nunca ser deixado, ter essa doce fraqueza, que vos socorre, apoiar-se sobre esse caniço inabalável, tocar com suas mãos a Providência e poder tomá-la em seus braços: Deus palpável, que enlevo!

Enlevos intitulou o Barão de Loreto sua obra-prima, e realmente a poesia não é outra coisa senão enlevo, magia, encanto, feitiçaria.

A musa da poesia é uma feiticeira, que sabe encantar e embriagar aqueles que aspiram a uma vida superior, ideal, e no enlevo da alma, na poesia, estava o segredo daquele néctar, com que os deuses gregos se embriagavam no Olimpo para esquecerem as dores passadas e presentes.

O autor dos *Enlevos* disse inspiradamente que “a felicidade é o amor”, sem que pudesse inverter os termos: o amor é a felicidade.

Sim, a felicidade não aprendeu a conjugar o verbo amar na ativa: ela consiste não em amar, mas em ser amado, e é esta convicção que ilumina a alma dos cegos de amor, e dá aos que não são vítimas da cegueira das palavras, àqueles que, à maneira dos poetas, vêem em uma gota de orvalho o espelho do Universo, em um grão de areia a imagem do infinito, forças para sustentarem sobre os ombros, como um Atlas, o mais pesado de todos os mundos – o mundo da dor.

Como Pascal e Sully-Prudhomme, aquele o mais poeta dos filósofos, este o mais filósofo dos poetas, Junqueira Freire foi uma vítima do coração e da razão, foi infeliz na vida, o contrário do Barão de Loreto, que, vimos, foi habitante do país das Fadas, região encantada, onde impera não o acaso, e sim o destino – *Fatum*, – e políciam não as harpias, mas as próprias filhas do des-

tino – *Fata* – anjos bizarros, de asas invisíveis, e criaturas tão delicadas como as mais impalpáveis naturezas aladas, intermediárias entre a terra e o céu.

Há vinte anos, quando ainda não consagrava o seu formoso talento à ciência e arte da diplomacia, o Dr. Oliveira Lima escreveu no estrangeiro, relativamente ao meu primeiro livro publicado, palavras que, trazidas pelo mar e confundindo-se com o ritmo das vagas e com a melodia das sereias, foram para mim um doce enlevo; hoje o meu enlevo não é menos suave, vendo-me recebido – numa associação, em que vibra uníssona a alma nacional – pelo meu eminente amigo, agora diplomata, mas diplomata conforme já tive ocasião de dizer, capaz de dar lições àquele embaixador, a que se refere Tolstoi em *Guerra e Paz*, e que, ao ver o lenço que propositalmente seu colega deixara cair para o obrigar a apanhá-lo, fez o mesmo, evitando deste modo dobrar o corpo em plena Corte, ou àquele outro que respondeu a Leão XIII, quando este o provocara a dar sua opinião sobre a guerra do Transvaal:

– Santo Padre, meu coração é pelos bôeres...

E como o Papa sorrisse, juntou imediatamente:

– ...e os meus votos são pelos ingleses.

O Dr. Oliveira Lima pertence ao número dos diplomatas brasileiros tão devotados quão simpáticos colaboradores do Sr. Barão do Rio Branco, trabalhando com esforço, perseverança, bravura moral e intelectual para que, contra a sentença *Terræ dominium finitur, ubi finitur armorum vis*, predominem nas relações entre o Brasil e os povos circunvizinhos a idéia e o sentimento do justo, *desideratum* impossível de realizar-se sem uma nítida delimitação de fronteiras, e para que, apesar de trazer em seu pavilhão o Cruzeiro do Sul, a nossa pátria não continue a formar com os outros países da América Meridional uma espécie de “nebulosa geográfica” em face da cintilante constelação que se chama Estados Unidos da América do Norte.

II

RESPOSTA DO SR. OLIVEIRA LIMA

SENHOR Dr. Artur Orlando,

Acedendo à vossa escolha e designando-me para responder, em nome dos nossos confrades, ao vosso discurso de recepção e desejar-vos as boas-vindas no nosso grêmio, a Academia Brasileira confiou-me, podeis estar certo, não só uma honrosa como uma gratíssima incumbência. As simpatias literárias não precisam, para vingar, de outro alimento além da emoção subjetiva, mas é evidente que só pode vigorá-las e contribuir para sua maior resistência o elemento objetivo representado pela amizade pessoal entre os que intelectualmente se estimam.

Recordastes com expressões afetuosas que as nossas relações datam de vinte anos – podíeis dizer dos 20 anos – e que da Europa eu vos dirigia então um público agradecimento pelo prazer que me proporcionara a leitura da vossa *Filocrítica*. Crítica amável, era a que fazíeis na idade em que se é tão facilmente agressivo, porque sentimos em nós ânimo para levar tudo de vencida, idéias e opiniões, crenças e tradições – empresa aliás de êxito seguro quando nada há que se nos não afigure cair de velhice ao lado da nossa mocidade triunfante. Crítica amável é a que ainda hoje habitualmente fazeis, jornalista e publicista de renome, no diário e no opúsculo, deixando de lado as personalidades que são as que provocam o debate odioso, para só examinar fatos e

analisar princípios, cuja discussão pode ser viva, apaixonada mesmo, mas nunca é escandalosa nem soez.

Ainda me recordo, e bem, da impressão que me produziu vossa primeira obra, uma das primeiras sobre que escrevi. Trazia conchegados sob sua capa vermelha bafejos fragrantados da nossa terra comum, e pelas suas páginas cobertas de caracteres miúdos corria o sopro ardente da chamada Escola do Recife, dessa empresa de renovação mental do Brasil montada por Tobias Barreto e de que vos tornastes desde logo um dos agentes mais laboriosos e melhor reputados.

Nem a terra nem a escola me eram estranhas, se bem que respirasse sob outro céu e estudasse noutra meio, em que era a mesma a língua, mas as preocupações distintas. Meu círculo de família bem como meu círculo de amizades formavam pedaços transplantados desse Pernambuco que mais fascinador me aparecia ainda a distância, visto com as lentes da história e à luz das impressões dos viajantes, que todos lhe gabavam a amenidade do clima, a doçura da vida, os encantos da sociabilidade; que falavam dos seus patrícios, desde Duarte Coelho e Bernardo Vieira de Melo até Araújo Lima e Maciel Monteiro, como de homens de alma generosa, de elevação política e de maneiras fidalgas; que descreviam os zelos do poderio, os ciúmes de casta, os melindres de nacionalidade e os anelos de liberdade que levaram aquela gente a repelir corsários inimigos, expulsar ocupadores estrangeiros, embarcar capitães-generais, avassalar reinóis e, mau grado as deportações, as prisões, as forcas e os fuzilamentos, afirmar uma vez a autonomia política e outra vez estabelecer a República, antes que o Brasil proclamasse sua Independência.

Nesse Pernambuco, sempre pugnaz, como o enxergamos ao fazer a história retrospectiva, onde se mediram índios com portugueses, portugueses com franceses, ingleses e holandeses, nobres com mascates, nacionais com europeus, jacobinas com realistas, federalistas com unitários, *democratas* com *cabanos*, *guabirus* com *praieiros*, conservadores com reformistas, *leões* com *cachorros*, republicanos com monarquistas, cabia bem que o filósofo da Escada atroasse os ares com seu clarim vibrante. Depois de haver concitado os espíritos à defesa da fronteira do Sul e à desafronta do brio nacional, o instrumento de guerra, uma vez subjugado o destemido atacante estrangeiro, chamava os espíritos sôfregos de emancipação a destronarem velhas fórmulas

para aclamar novos ideais repassados desse germanismo que também se purificara por um batismo de fogo, e ostentava os louros da vitória estrondosa alcançada sobre o romanismo exangue.

Sob a modelagem daquele grande espírito, para o qual não tinha a natureza direito de conservar mistérios e a cujo ouvido deviam as coisas murmurar todas o seu segredo, que ele se encarregaria de divulgar na forma que lhe era tão pessoal, num estilo que se diria temperado com o mel das nossas uruçus, pois que a ironia lhe ajuntava o mesmo travo emprestado ao néctar das flores pelo fabrico dessas abelhas selvagens, o vosso feitio tornou-se invariavelmente filosófico.

É claro que em vós existia a propensão decidida para indagar das causas primeiras e das razões últimas ou vos teríeis contentado, como o poeta a quem sucedeis ou o outro poeta cujo nome marca a cadeira que vindes honrosamente ocupar, com dizer dos vossos arroubos e com cantar a paixão erótica ou a ternura discreta. Porque é curioso, e dir-se-ia um chasco do Deus que invocastes segundo Platão, que fostes assim chamado a exaltar dois líricos, quando vosso espírito é alheio à projeção restritamente poética da sensibilidade e vossa produção literária estranha às exuberâncias da versificação.

Não vos furtastes à tarefa, que se não era ingrata seria menos tentadora para vossa maneira, inclinada à meditação científica, e a Academia de agradecer-vos o sacrifício, se o foi, tão elegantemente consumado, porquanto ajudastes a reatar uma tradição, tanto mais preciosa quanto as Academias – a observação é antiga – vivem das formas; e aquela precisamente constitui a consolação póstuma da vossa vaidade individual.

Podiam faltar-nos saudades de companheiros e elogios fúnebres de jornais: os que sobrevivem ao seu tempo e desertaram a liça desaparecem ermos de amigos e falhos de popularidade.

A popularidade é ainda mais efêmera do que as amizades. A nossa imortalidade acadêmica, tão precária no geral, só possui a garantia do panegírico, embora crivado de epigramas e bordado de malícia, aqui pronunciado pelo que nos recolher a sucessão, leve ou pesada.

Bem fizestes, pois, Sr. Dr. Artur Orlando, em enaltecer Junqueira Freire e Franklin Dória, os amigos poetas. Eros há de pagar-vos o terdes anuído a encomiar dois dos seus melhores adoradores, transpondo a colunada do

seu templo com a vossa oferenda de filósofo – uma grinalda tão louçã como a entrelaçada por qualquer namorado; tributo bem desinteressado visto que antevedes dissolvendo-se em éter sua estátua branca de mármore de Pentélico.

Pelo fervor com que celebrastes o amor, chego contudo a desconfiar que sois um poeta incubado, um lírico cedo desviado de sua trajetória natural pelas preocupações morais. Com efeito, vosso segundo livro de mocidade não foi feito de sonetos, sim de pensamentos. Chamastes vosso *Álbum* essa série de páginas soltas em que o sociólogo prima mesmo o moralista, sem renegar, entretanto, a emoção, que é meio caminho andado para a poesia.

Tanto é que a conservastes na vossa carreira literária, que encontrastes hoje acentos justos e entusiásticos para descrever-nos as torturas do sentimento, as crises de concupiscência e os assaltos de dúvida do poeta-monge, bem como os quadros panteístas, os suaves enlevos e os castos êxtases do tradutor de *Evangelina*. Encontrastes mais do que isso, que em suma podia ser efeito de uma sugestão pessoal de piedade pelo bardo alucinado de paixão ou de simpatia pelo vate tão seguro da felicidade.

Ao segundo não admira que tão fundo lhe houvésseis penetrado na alma. Tendes com ele numerosos pontos de contacto na gravidade da vida, na dignidade de proceder, na variedade das matérias de aplicação mental, no que definistes por bravura moral, menos vulgar e mais difícil do que a física, porque a não estimula o aplauso, antes a arrefece o silêncio da própria simpatia. Como o Barão de Loreto, sois ditoso em possuir ao vosso lado a companheira dedicada, a mulher superior pela inteligência e pela fortaleza, pela bondade e pelo afeto, que compartilha os vossos triunfos e as vossas mágoas, alimenta as vossas esperanças e abrandas as vossas decepções.

Ao primeiro é entretanto certo que igualmente lhe surpreendestes todas as crispações da sensibilidade. Não fazeis versos, não juntaís rimas, é verdade; mas não desabrocha porventura vosso lirismo sob a ação do monismo do universo, pela compreensão das conexões íntimas que enxergais, relacionando entre si as coisas cósmicas e as coisas sociais, as ciências exatas e as de previsão, a Biologia e a moral? Não acabastes de chamar poesia da ciência à Filosofia, num quadro complexo e todavia luminoso que seria de natureza a justificar a vangloriosa asserção de um eminente consócio nosso, de ser a capacidade sintética característica da raça latina?

Não serei eu, portanto, quem vos despoje do epíteto, que de preferência vos cabe de filósofo. Serdes filósofo é no nosso país uma distinção e no nosso grêmio quase uma singularidade. Somos pouquíssimos os dessa espécie, muitos aqueles para quem são terras pouco exploradas as elevadas regiões do pensamento, para as quais nos arrastastes há pouco cortando um mundo de átomos, moléculas, células, organismos, cerebrações, forças psíquicas, onde respiram um ar rarefeito as inteligências podadas pela especialização, cultivadas em limitadas altitudes.

Conheceis que sentido pejorativo andava, talvez ande ainda, associado ao epíteto de filósofo. À simples menção do termo acode a muitos a idéia de um Diógenes, mal vestido em vez de despido, desde que a moral pública só na arte consente a nudez, provocando os rigores da higiene com a sua falta de asseio corporal, excêntrico nos hábitos e misantropo nas concepções. Velásquez deixou-nos a imorredoura representação artística desses farroupilhas cínicos e sarcásticos.

A hora da reabilitação já soou, porém, para o filósofo, como para o cômico. O geral da gente já se não apavora quer de um, quer de outro. A Filologia ganhou mais uma batalha; venceu o seu princípio etimológico. Vós sois um exemplo de que se pode ser filósofo e ao mesmo tempo sociável, tratável, homem de família, coração meigo, excelente camarada, jornalista bem educado, até deputado.

Um filósofo deputado! Como se não espantariam do espetáculo os da Constituinte de 1823, que da Filosofia só tratavam de extrair-lhe o suco com que, ervando-as, tornavam terríveis as suas setas oratórias, envenenavam suas declamações liberais? Que animal raro não seria um filósofo de profissão entre aqueles padres republicanos, aqueles capitães-mores enfatuados, aqueles desembargadores saturados de pandectas! Da filosofia da Revolução essa gente tinha digerido a polpa sentimental sem morder a semente metafísica: o *Contrato Social* lhe fora repasto substancial sem que libasse o licor capitoso do racionalismo. Políticos até à medula, de uma feitura que aos poucos foi degenerando para maior parte na politicagem, na compreensão estreita dos interesses partidários, mesmo porque os partidos constituíam agrupamentos disciplinados de opiniões e ambições, os antigos, como freqüentemente sucede aos modernos, não separavam os princípios das pessoas, as fórmulas

daqueles que os encarnavam no grande tablado nacional ou nos pequenos palcos provincianos. Neles era, porém, mais natural o sestro. Tachariam de impossível discutir idéias sem envolver indivíduos, como vós hoje sistematicamente fazeis, subindo até às alturas no espaço donde se domina a paisagem sem se distinguir mais do que as suas grandes linhas, perdendo a visão do detalhe. Fazeis isto sempre que vos é possível, porque de quando em vez é mister descer até os caracteres para mostrar que se não perdeu o contacto com a realidade, que não se deixou escapar a noção do caráter da política ambiente.

Neste sentido sois quiçá um original, mesmo com o progresso do tempo. Outrora existiu e floresceu o jornalista doutrinário, da doutrina, bem entendido, dos que presidiam aos destinos da agremiação. Vós sois o jornalista sociólogo, de uma sociologia menos pessoal e mais genérica. O doutrinário pretendia convencer os outros da excelência das suas teses: o sociólogo é menos direto, pois que apenas tira deduções dos fatos e tenta transformar em leis as suas generalizações.

A diferença é considerável no processo, se bem que como resultado varie pouco, já que a persuasão tem de ser o fito comum a ambos. O jornalista que não visasse convencer, é porque só alvejaria destruir, entrando no próprio vitupério o anseio do proselitismo. Não pode, convém observar, haver aí a menor alusão à vossa já longa atividade jornalística. Desdenhais, é sabido, as armas traiçoeiras e cobardes: atacais com vigor e defendei-vos com energia, mas vossas armas são mais corretas e leais. Nos duelos constantes da imprensa, a adaga não brilha em uma das vossas mãos, como nas dos espadachins do século XVII. Contentai-vos com o florete, o clássico florete que fere e mata com nobreza.

Costumais aguçá-lo no dorso dos inúmeros volumes com que satisfazeis, sem jamais a saciardes, vossa intensa curiosidade de saber. Sois um leitor onívoro: daí a abundância talvez excessiva das vossas citações. Viveis sempre cercado de uma multidão desses bons companheiros que são os livros. Tenho-vos conhecido em uma porção de residências transitórias na vossa carreira de periodista e de parlamentar. Em nenhuma ainda vos conheci que não estivesse abarrotada de volumes. A maior dificuldade que tenho experimentado em algumas, é de encontrar onde sentar-me sem faltar ao respeito aos

moralistas russos, aos psicólogos escandinavos, aos ensaístas ingleses ou tratadistas alemães.

A erudição literária assim absorvente incorre no risco de divorciar-nos das trivialidades que constituem a grossa trama da existência humana e de impossibilitar para observador das realidades imediatas o crítico das determinantes afastadas. Livrou-vos desse perigo – que num certo sentido o é – a natureza das funções públicas que, como qualquer outro, tivestes de exercer. Superintendestes a instrução primária e secundária no vosso Estado e pertenceis há longos anos a uma das Casas do Congresso Federal.

O Brasil não esta ainda fertilizado bastante para do seu solo brotar e medrar, como fruto opimo da cultura, uma classe de estudiosos isolados da vida agitada dos seus contemporâneos, libertos das instantes preocupações materiais, cuja pressão os distrai dos puros labores da ciência. Os homens de letras, como os sábios, têm forçosamente de ser empregados de secretarias, advogados no foro, agentes de companhias industriais e corretores internacionais.

Vós sois dos mais afortunados, porque na política armastes a tenda de onde saís para as algaras céleres e ruidosas da imprensa. Como um mouro que fosse arrancado aos seus campos tostados do sol, onde crescem a custo como anões disformes os cactos espinhosos e cujo horizonte se perde ao longe, confundindo-se à claridade ofuscante do dia na mesma névoa pardacenta o azul-ferrete do céu e o amarelado da terra, para de noite tudo se envolver na mesma vestimenta mágica de estrelas cintilantes, vós sentis, porém, nesse outro meio uma grande nostalgia – a nostalgia da atmosfera moral em que vos desenvolvestes, dos estudos favoritos em que vos iniciou o mestre por quem éreis considerado o discípulo dileto.

Vossos artigos partidários não têm a repercussão dos vossos ensaios de crítica filosófica porque não são feitos pelo mesmo gosto e a mesma devoção, e aos vossos discursos políticos sobrelevam vossas páginas de Direito Penal e vossos fragmentos de propedêutica Jurídica, porque por esses professais uma ternura que não sentis pelos assuntos comezinhos, sob o mesmo aspecto que a outros interessa, pela mesma face em que sobre eles incide a ação do legislador.

A tendência tem as suas vantagens e suas desvantagens. Os astros contemplam-se do alto dos terraços dos observatórios, mas o formigueiro humano melhor se surpreende misturando-nos com ele, entrando na fileira, acoto-

velando nossos semelhantes. Vistos dos cumes da Filosofia ou dentre as nuvens da fantasia, os maiores de nós parecerão insetos; admirados muito de baixo, as asas abertas da águia assumem na imaginação proporções colossais. Foi deste modo, erguendo-vos até os ideais e distanciando-vos dos personagens, que acalentastes, vós também, a ilusão do pan-americanismo no seu avatar neomonroísta.

E o mais recente dos vossos trabalhos data de dois anos quando muito, mas tão depressa correm os sucessos e se transformam as sociedades hoje em dia, que a concepção ali idealizada já tem que ser alterada pelo efeito das circunstâncias positivas. Querendo fazer uma obra de filosofia social e de jurisprudência americana, não contastes assaz com a relatividade política e daí o livro elaborado, que traduz, como todos os seus predecessores, a superioridade da vossa visão e reflete o altruísmo dos vossos pensamentos, mas não registra suficientemente a influência das correntes dominantes do egoísmo, patente nas nações como entre os indivíduos, mais feroz até naquelas porque dispõe de meios mais abundantes e mais eficazes de se manifestar.

Não pretendo absolutamente amesquinhar a atividade política. Vós próprio dais testemunho, no terreno doméstico, de que ela pode ser exercida com distinção, e vosso antecessor na cadeira que tão dignamente vindes ocupar, o Conselheiro Barão de Loreto, foi, conforme assinalastes com sinceridade e com eloquência no elogio que acabamos de ouvir com simpatia calorosa pela memória dele e pela vossa pessoa, um belo exemplo de integridade pública e de lealdade política.

Quanto ao seu aspecto internacional, seria mal cabido o momento de pô-lo em suspeição, quando acabamos de presenciar o formoso espetáculo de todas as nações cultas do globo congregando-se no intuito de promoverem a conservação entre si da paz e, na pior hipótese, de reduzirem ao mínimo os males da guerra. Se todos os derradeiros propósitos dessa reunião se tivessem cumprido, é que a humanidade estaria inteiramente mudada e que o reinado da perfeita equidade e bondade haveria substituído o da parcial iniquidade e malignidade.

Fez-se, entretanto, bastante para evidenciar a boa-vontade geral e deixou-se de fazer o que implicaria o prolongamento da desigualdade moral, consagrando a desigualdade política. A diplomacia contou, pois, desta vez

uma vitória certa, não um simulacro de vitória como os que por vezes apregoa como frutos reais da sua diligência.

Não vos é desconhecida, sei mesmo que partilhais minha carência de preconceitos com relação à diplomacia. Se é irreverência não a julgar uma ciência esotérica, fechada aos profanos, de demorada e penosa iniciação, somos nós os culpados desse pecado. As frivolidades mais fúteis podem, de resto, requerer um longo aprendizado, exigir uma educação especial.

No Japão a arte de dispor as flores em vasos segundo preceitos tradicionais, em correspondência com intrincados simbolismos, leva para adquirir-se sete anos, tantos quantos trabalhou Jacó para alcançar Raquel, e ainda foi logrado, como algumas vezes o são também os países na pessoa dos diplomatas. As *geishas* consomem nos estudos das medidas, das danças compassadas, dos cantares monótonos, dos gestos lentos e solenes do *cha-no-yu* tantos anos de adolescência quantos de juventude gastam os secretários de legação em aprender os primores de elegância indispensáveis para borboletear nos salões e suspirar nas alcovas.

Não é esse, porém, o gênero de diplomacia que, mais altaneira, ganha as batalhas da civilização e, mais modesta, faz conquistas econômicas. Esta outra diplomacia, que não será a da acepção vulgar, mas é decerto a da acepção superior, está ao alcance de toda a gente que somente tiver inteligência, critério e boa educação. Ainda esta em alguns casos pode ser dispensada, mas dos dois outros predicados é que não se pode dar a omissão.

Diplomacia, e por vezes da mais consumada, não temos nós todos de empregar cada dia nas relações de sociedade, no conflito de interesses que de todos os tempos foi a vida? A aplicação nos assuntos cotidianos dessa forma particular da atividade humana – não se chama por acaso diplomacia ao jeito de compor as circunstâncias adversas? – pode variar de grau, de intensidade, de indivíduo para indivíduo: na essência é uma só, idêntica a sua aplicação aos problemas transcendentais da política.

Também na essência é idêntica a vibração que se propaga das estrofes candentes de sensualismo de Junqueira Freire, das décimas impregnadas de revólto humanitarismo ou das oitavas túmidas de afetos íntimos de Franklin Dória e dos vossos excelentes ensaios sobre a morte e sobre a vida, sobre as

questões insolúveis do universo e sobre os anseios do espírito, tema eterno da Filosofia.

Vós mesmo recordastes que se história e política, como acontecia na Hélade primitiva, já se não fazem em verso, o que é pena se todos os poetas modernos valessem os rapsodos gregos, a poesia houve que se infiltrar na prosa para dotá-la do ritmo, fornecê-la de imagens, provê-la de colorido. À Filosofia legou ela o resíduo imaginativo que lhe não contrariou, antes favoreceu a evolução, começando por lhe não alterar a natureza.

Que seria da ciência sem a imaginação, a imaginação que lhe descerra os horizontes, que lhe acena com a realidade quando apenas se enxerga a possibilidade, que a consola e sustenta nas horas de desalento, que lhe promete e assegura um progredir incessante? A imaginação é um traço comum na humanidade. Imaginativos foram os dois poetas de inspiração e de gosto que estudastes com rara consciência e celebrastes com um carinho que a todos nos comoveu, como imaginativo sois vós, que nos dados positivos da ciência buscais a substância de elucubrações que não podem deixar de ser chamadas metafísicas, pois que vão além da realidade imanente do mundo tangível.

Ora, a Metafísica é a imaginação posta ao serviço da especulação filosófica, e esta especulação o maior título de glória do espírito humano.

Discurso do
SR. PAULO BARRETO

e

Resposta do
SR. COELHO NETO

*Sessão solene extraordinária
do dia 12 de agosto de 1910*

I

DISCURSO DO SR. PAULO BARRETO

MEUS Senhores:

Por uma certa manhã dos fins do século passado – quase quatro lustros antes da terminação desse memorável século da ciência, da luz e do positivismo – um jovem poeta de Maceió resolveu acompanhar a bordo três amigos, que de viagem se faziam para a Corte, capital do Império. O poeta era belo mancebo tropical. Alto, elegante, bíceps gigantes, largo busto com o desabrocho da cintura estreita, longas mãos, cabeleira crespa formavam-lhe a beleza máscula; e quando ria, um riso jovial, entre a ironia satisfeita e a ingenuidade irônica, mostrava aos que o ouviam uma esplêndida dentadura de trinta e dois belos dentes. Era forte, era são, esse mancebo amável. Chamava-se Sebastião Cícero dos Guimarães Passos, e já na cidade provinciana, cabeça das Alagoas, de costume abandonava o lar que o adorava, aprazendo-se em viver pelas reuniões boêmias, e tendo como única profissão a de fazer versos e como único ideal o de continuar a fazer versos.

O moço poeta entrou para o navio com as melhores disposições de voltar à terra uma hora após. Como sempre foi e ainda é costume, apenas nas viagens por mar, afogar as despedidas numa bebida, qualquer bebida em comum, o poeta e os três viajantes abancaram no convés em torno a uma pequena mesa. A conversa animou-se. Os que partiam confiavam esperanças; o poeta animava tão nobres sentimentos de luta e de vitória. De leve a brisa

soprava; asas de pássaros riscavam rápidas o ar de azul brilhante. O poeta sentia-se bem. E a tarde vinha caindo docemente...

Quando por tal deu, Sebastião dos Guimarães Passos ergueu-se, estreitou nos braços comovidos os três amigos, e com o seu passo solene – o passo heráldico, como vieram depois denominá-lo – encaminhou-se para o portálo. Aí viram seus olhos mover-se à paisagem e no oceano, que é mais ou menos verde, borbotões de espuma branca. O navio singrava havia meia hora e dentro em pouco estaria em alto mar. Sebastião sorriu e voltou aos amigos. Os amigos foram ao comandante. O comandante, velho lobo do mar, como em geral os comandantes dos romances inverossímeis, riu bondosamente. Que fazer? Já agora era continuar. Deu ao poeta cama, a sua própria roupa-branca e de tal forma se agradou daquele mancebo importante, que, ao chegar à Bahia, propôs trazê-lo à Corte. O poeta aceitou. Em Salvador escreveu um soneto saudoso, e, verificando ter apenas nas algibeiras duas moedas de tostão, resolveu, para não ter nenhuma, comprar uma laranja. O comandante, a quem pretendia ofertá-la, compreenderia o sacrifício. Mas, ao voltar para bordo, colocou a laranja na cabine, e, ao chegar ao fim da imprevista viagem, após despedidas, agradecimentos, promessas de eterna lembrança e o desembarque difícil sob o calor pesado, achou-se no cais do Mercado o poeta com a laranja na mão. Há esquecimentos providenciais. Esquecendo dar ao bondoso lobo do mar o presente modesto, agira o poeta movido pelo destino. Assim, pelo mesmo destino removido olhou a rua, reparou nos mercadores, fitou a laranja e logo pensou em desfazer-se de duas dessas três coisas por uma quarta. Passou o pomo cheiroso ao primeiro fruteiro em troca de uma pequena moeda de prata. E, seguro da sua mocidade, caminhou como velho freqüentador para a Rua do Ouvidor, que nunca vira.

De certas figuras humanas não se pode falar senão no estilo da história romântica. Sebastião Guimarães Passos foi sempre uma fisionomia de narrativa, uma criação de romance alheia à vida normal. Nunca agiu por conta própria, deixando ao destino tal esforço. O destino estimava a confiança, e, talvez agradecido, fez dessa vida uma série de acasos simples, uma perpétua legenda. Guimarães deixou a terra natal por acaso e chegou ao centro intelectual do país com quinhentos réis e alguns sonetos, por acaso. Era da província. Podia conquistar tudo quanto os provincianos conquistam com um pouco de perse-

verança. Apenas continuou entregue ao destino, com tranqüilidade e calma sorridente. Ao entrar a Rua do Ouvidor, outro teria temores. Ele não. Parou à porta de um jornal, viu um literato também jovem e também de cabeleira, indagou-lhe o nome, apresentou-se, recitou o seu soneto mais bonito. À noite era amigo íntimo da jovem geração daquele tempo, e uma semana depois os ardentes reformadores da estética de então já o citavam pelas gazetas e dele não prescindiam nas noitadas boêmias. Guimarães Passos não queria mais. E toda a vida mais não desejou como a derradeira personificação do que chamamos boêmia.

A boêmia! A boêmia é uma feição transitória da mocidade, que deve ser brevíssima. Nela desperdiçamos energias e criamos a hostilidade ao ambiente real. La Bruyère se a conhecesse certo havia de considerá-la um vício. Na literatura ela foi bem sempre um vício intermitente que chegou ao apogeu da moda no período romântico. A nossa arte, propriamente nacional, começou nesse período, de maneira que tomou o vício como qualidade fundamental. Durante muito tempo o escritor não passava no Brasil de um curioso anormal, desprendido das coisas terrenas, sem roupa, sem conforto, sem dinheiro, sem poiso certo, lacrimosamente dentro do seu sonho, a escrever sobre mesas de duvidoso asseio os poemas inspirados por uma bela hipotética. Não era conveniente, para ter estro, pensar no dia de amanhã, beber com medida vinhos bons e julgar-se normalmente feliz. A literatura era desgraçada. A influência européia de grandes artistas, aliás bem práticos, agindo entre nós com auxílio do equador, exagerava e abusava. Os poetas como Castro Alves, Álvares de Azevedo, o pobre Casimiro, julgavam-se infelicíssimos. A poesia era uma sinistra floresta, onde o soluço vivia. As gerações literárias custavam a mudar de ideal. Enquanto Victor Hugo economizava, e Théophile Gautier e a banda romântica instalavam no alvorecente *boulevard* o dandismo dos suculentos jantares do Café de Paris, só pensando em imitar Victor Hugo, Lamartine, Chateaubriand, os nossos poetas cantavam como o trovador que ainda hoje aparece nas cromolitografias morrendo de penúria em frente à janela de uma senhora intratável.

A última geração, a que se veio juntar Sebastião Cícero dos Guimarães Passos, já não tinha esse paciente ideal. Ao contrário, queria mais, aspirava mais, fazia com fúria a bancarrota da boêmia, e, vivendo ao deus-dará, desfa-

zendo ídolos, atacando o burguês, republicana na monarquia, revolucionária na ordem, aristocrática posto que igualitária, esperava o momento de vencer.

Guimarães Passos tinha em parte o fundo da primeira geração e o aspecto da última. Chegou e foi envolvido pelo turbilhão. Pelo turbilhão, sim! Era um curioso estado d'alma geral. Os jovens literatos viviam barulhentos, impondo-se. Andavam com barulho, comiam com barulho, dormiam com ruído, moviam-se com espalhafato, trabalhavam menos e davam muito mais na vista. Se os passados eram os ciprestes de um campo-santo onde a desgraça os prendia, eles eram o clarim de guerra infrene contra uma porção de coisas que ninguém ao certo sabia quais fossem. Se os outros amavam Lamartine e o Sr. Visconde de Chateaubriand, eles amavam Musset, Banville e Shakespeare. O egoísmo era, no bando, o de saldunes crianças. Quando um ia, levava os outros e dos outros escrevia. A fama transitória não se fazia assim de um, mas de todos. Se caminhavam pelas ruas, eram como conquistadores, quando abancavam nos cafés, abancavam tremendamente. Diziam versos, jogavam o murro, propunham duelos. Eram os mosqueteiros literários. A sua vida econômica baseava-se nesse princípio que os economistas repeliriam: nunca ter dinheiro e ser sempre generosíssimo. A caridade oficiosa desfrutava-os para as conferências em prol das crianças sem pai, das mulheres sem proteção, dos escravos sem liberdade. Quando um deles, por acaso, tirava o prêmio na loteria ou na tómbola, ia com espalhafato, aplausos e palmas à diretoria de qualquer asilo e entregava o prêmio intacto. Depois ficavam furiosos contra o burguês rico, julgando-se vítimas, mas vítimas de um orgulho tão impertinente que quando algum filisteu fingia mantê-los para passar por poeta, levavam o caso a sátira e só não o espostejavam fisicamente, porque já o haviam escorchado pelo ridículo. O exagero era o fundamento das suas ações. Implantaram assim o reclamo dos nomes superiores pela teoria das falsas aparências. “A obra de arte é uma série de atitudes, e o artista criador um mimo especializado.” Como, na velha Grécia, o esplêndido Alcibiades foi o primeiro a criar o reclamo intensivo, aproveitando até a cauda do seu cachorro, a boêmia artística aproveitava as falsas aparências para dar que falar. Se um era pacifista de ânimo, usava colete cor de sangue de boi, se outro não gostava de se singularizar nas reuniões e via que ninguém usava polainas, punha polainas, mesmo no teatro, mesmo nos bailes, de seda branca sobre as botinas de polimento.

Todos tinham largos chapéus, largos gestos e largas gravatas. Se alguém não lhes agradava, passava a filisteu; se não os apreciava como gênios, era reduzido a cretino, e os amigos de semanas dormiam juntos sobre jornais nas redações transitórias, beijavam-se na face e tratavam-se fraternalmente de irmãos.

Catão, o jovem, ao discutir o caso Catilina no Senado de Roma, disse cheio de cuidados: *Jam vera rerum amissimus*. O pobre homem achava que não se dava às coisas o verdadeiro nome, perdendo os termos a sua propriedade. Catão ficaria louco entre os boêmios de 1886 e furioso agora, tanto as sementes deram frutos depois... Os boêmios exageravam para que lhes dessem passagem. Havia entre eles os fazedores de frases de espírito, que toda a vida não fizeram senão frases de espírito. Guimarães não tinha esse gênio. Havia os grandes poetas, que são hoje a nossa glória desde os parnasianos até os filósofos e cientistas. Guimarães não chegou à pureza daqueles nem à fácil cultura destes. Havia cronistas, romancistas, panfletários, jornalistas. Guimarães não era panfletário, nem romancista, nem cronista de índole. Havia violentos que chamavam o criado a tiros de revólver como o Sr. de Bismarck. Guimarães era fortíssimo e não detonava o seu revólver, mesmo para chamar o criado como o Sr. de Bismarck. A mocidade tinha tudo, menos a ironia, que é a complacência do sábio. Guimarães adaptava-lhes os moldes. O credo da arte pela arte era a preocupação geral. Eles bradavam como um insulto aos utilitários: a arte não se vende! E desejavam ir para diante.

O dinheiro para o bando não passava de um meio de comunicação social deprimente. Das quatro operações conheciam apenas a de dividir com os outros, e contar, contavam sim as sílabas até ao verso alexandrino. Quando, por acaso, acontecia algum deles ter dinheiro, gastava-o logo todo, para se ver aliviado, e cada amigo presente era obrigado a repartir com o infeliz a carga dos bilhetes que tudo conseguem, mesmo o talento, no deplorável leilão da existência. Mas desse mesmo desprezo pelo dinheiro viviam eles. Achariam mesquinho trabalhar pouco um mês inteiro, para receber ao cabo dele parca e certa quantia. Mas trabalhavam muito mais sem ganhar nada e pediam emprestado com a maior serenidade. O que é meu é teu, logo o que é teu é meu. Um comunismo à Proudhon, que, aliás, considerando a propriedade um roubo, punha nas edições dessas teorias: direitos de propriedade reservados. Por isso não jantavam, não almoçavam, mas banquetevam-se às vezes. Muito

mais simples é, para quem não tem dinheiro, com brilho e audácia banquetear-se, do que jantar simplesmente.

Se o dinheiro era assim incompreendido, o amor tomava para eles sempre as proporções das tragédias e das paixões ardentes do Renascimento, no tempo de Cosmo de Médicis e de Lourenço, o Magnífico. O amor era tormento, fúria, delírio, pretexto para excesso, febre má, febre intermitente, que mudava e passava e voltava segundo a ocasião. Quando o poeta amava, a inspiradora dos seus sonhos era uma deusa; quando o poeta estava zangado, era uma infame. Muito deviam ter sofrido as musas da boêmia de 1886!

Sebastião Cícero dos Guimarães Passos, filho do mais antigo tabelião das Alagoas, talvez não tivesse esse temperamento de perdulário sem capital. Mas em compensação, mais que os outros, real, palpável, desenvolvidíssima, tinha a feição sensual. E fazia versos saudosos às mulheres, como um trovador. Quando chegou da província já trazia o soneto que lhe deu renome, lírico e ingênuo:

*Esse teu lenço que possuo e aperto
De encontro ao peito, quando durmo, creio
Hei de um dia mandar-to, pois roubei-o
E foi meu crime, em breve, descoberto.*

*Luto, contudo, a procurar quem, certo,
Possa nisso servir-me de correio;
Pois nem calculas qual o meu receio,
Se em caminho te fosse o lenço aberto...*

*Porém, ó minha vívida químera!
Fita as bandas que eu moro, fita e espera:
Que enfim verás, em trêmulos adejos,*

*Em cada ponta um beija-flor pegando,
Ir o teu lenço pelo espaço voando,
Pando, enfunado, côncavo de beijos.*

Guimarães era um troveiro simples de alma, naturalmente sonhador, fazendo do sonho a vida e povoando-a de criaturas a quem devia amar em verso. Teria uma única musa, como Petrarca, como o Dante, ou como alguns

que, dirigindo-se a várias, só de uma não podem tirar o pensamento? Muita vez, quando as conversas eram mais satânicas em torno às mesas dos botequins, Sebastião levantava-se e saía sem cumprimentar aos mais. Ia meditando. Criminaram-no por tal falta em certa ocasião, e o poeta suspirou com os olhos rasos de água: – “Vou pensar na mãe de Antônio!” Houve um silêncio grave. Coisa importantíssima! Descobriam a musa do poeta. Então ele contou que a mãe de Antônio era uma menina amada desde criança, como em *Paulo e Virgínia*, à sombra das palmas verdes. Apenas a mãe de Antônio casara, e do consórcio nascera Antônio, filho do seu marido. O poeta, entretanto, não tendo dado um passo para obstar o enlace e nem mesmo após o enlace a aparição de Antônio, considerava esse filho seu – porque há sempre uma alma à espera da criança ao nascer e essa alma era filha da sua. Curiosa filosofia! A roda ouvia-o comovida. A norma era extravagância. Eram assim em 1886. Ninguém riu. A teoria parecia exata.

Todavia o amor platônico à mãe de Antônio não o impedia de amar outras senhoras com o lirismo da carne. Eram amores transitórios. Os poetas sentem num segundo o que os outros levam anos a gozar. As mulheres eram motivos emocionais para a sua musa. Em cada uma encontrava o pretexto para sofrer, chorar, ser lúbrico, ser lírico, ser violento, ser doce. Depois andava, sem pensar nos sofrimentos reais que talvez após se ficassem a soluçar. É que a mãe de Antônio, Cloés, Laura, Dulce, Maria, e as outras todas eram, apenas, para esse romântico, formas da Mulher – da Mulher instigadora e vítima, companheira e assassina, da Mulher anseio, desejo, domínio, da Mulher que está em todas as coisas, poliforme e sutil, nas asperezas e nas carícias da existência, nos espinhos e no odor da flor, no encanto das aves e no perpassar da brisa, mulher musa, mulher rima, mulher vida, mulher onda, mulher estrela. Os poetas menores corporificam todos os espantos e todos os encantos na mulher com o intuito de resumir, condensar e fixar o fim da própria existência. Pode-se dizer que Sebastião Guimarães Passos só falou e só pensou no sexo inimigo. O seu viver é uma súplica, um balbucio amoroso e, mesmo não amando, amava, prostrava-se, rojava, num permanente espasmo de saudade por uma Vênus que era um misto de paganismo e romantismo...

*No momento em que te deixo
Deixa-me toda a alegria;*

*A porta dos olhos fecho,
Porque não vejo o que via.*

*O amor as almas enleva,
Mas eu por causa do amor
Caminho dentro da treva,
Por guia só tendo a dor.*

*Além de ti não conheço
Nada, apenas quero ver-te:
Se te vejo, tudo esqueço,
Não tenho nada a dizer-te.*

Estas quadras, que o poeta denominou “Simplicidade” e são a sua habitual maneira de versejar, bastam como profissão de fé. Quando elevava a Musa, falando na “glória dos helenos” e nos “cânticos de Orfeu”, era para sonhar sonhos de extrema sensualidade, como na “Estátua do Pudor”, e para dizer brejeirices por fim.

*Misera aspiração humana! Rematada
Ambição do mortal! Terrena pequenez
O sonho nos eleva ao céu e o sonho é nada!
A vida – uma tragédia, acaba em entremez!*

*E tu, visão radiosa, alma da cor do lírio,
Preferirias, sei, o mais cruel martírio,
Cópia viva e mortal da caçadora Diana,
A que te visse nua alguma vista humana.*

*Mas os olhos do amor, os olhos do desejo,
Vêm mais do que os que pôs Juno à cauda do pavão.
Que importa ao louco amante a convenção do pejo?
Que importa a veste austera aos olhos da paixão?*

*Ao curioso olhar perspicuo dos poetas
Todo mistério cai, tudo se desaninha,
E um dia um deles disse em rimas indiscretas:
“Quando se vê o pé, a perna se adivinha.”*

*Olhos de artista são como o sol que vê tudo,
Olhos de artista são como o invisível ar;
Éter que em tudo está completamente mudo,
Luz que descobre tudo, altíssima a cantar.*

*Vi teu pé... Meu olhar lambendo a pele, ardente,
Esgueirou-se. E ei-lo já no teu rosado artelho,
Ei-lo que sobe mais... ei-lo tremulamente
Serpenteando, a beijar-te a curva do joelho.*

*A estranha embriaguez não o prostra, ao contrário,
Mais o embriaga o fervor de indômito subir.*

.....

E continua. Os versos não são sempre perfeitos, há até erros mais graves. O poeta, entretanto, beija, continua a beijar num delírio, para cima...

Estes versos de paixão, cantando os olhos, as faces, a curva da cintura, os cabelos da amada e as torturas do amor, quantos antes de Guimarães não os disseram? Quantos após Guimarães não os repetirão? São idéias eternas, posto que pequenas idéias. Já estão nos poetas clássicos, em Catulo, em Ovídio, em Tibulo e estão inexoravelmente na abundância de rimas da nossa excessiva poesia. Guimarães, quando não era o simples Guimarães, com ironia meio espanhola, repetia os motivos emocionais de sempre. Ele também tem um ébrio que por mais que beba não esquece o seu amor, também tem uma senhora mística e também exagera os nada da paixão. Talvez por isso escrevesse num momento sincero este sentidíssimo soneto:

*Muitas vezes eu li, triste e chorando,
Sentidos versos que outros escreveram.
Assim também, aqueles que sofreram
Hão de sofrer de novo me escutando.*

*Hão de reler aquilo que disseram,
Datas apenas e sinais trocando,
E sem pensarem no que estou pensando
Crerão nas mágoas que em meus versos leram.*

*Porque o amor que a todo mundo inflama
É o mesmo amor, e um coração quando ama
Nunca esquece o tormento da paixão.*

*E às vezes, quando menos esperamos,
Num poeta obscuro, que jamais olhamos,
Encontramos o nosso coração.*

Musset, com justeza insolente, já tinha de resto dito:

*Il faut être ignorant comme un maître d'école
Pour se flatter de dire une seule parole
Que personne ici-bas n'ait pu dire avant vous,
C'est imiter quelqu'une que de planter des choux.*

O poeta não saía a passear sozinho apenas para pensar na mãe de Antônio. Era para pensar em outras, se é forçoso pensar quando se anda só. Ia pelas ruas escuras, noctâmbulo, a devanear; e diante do oceano, sob a lua, caminhava dizendo frases incoerentes. Desejava não encontrar ninguém e quase sempre, nesses passeios poéticos, tinha encontros desagradáveis. De uma feita um guarda tomou-lhe o passo: – “Que me queres, vérmina humana?” O guarda irritou-se. – “Aonde vai assim?” – “Urbi et Orbi!”, respondeu o poeta num gesto largo. Era, numa pilhéria, uma confissão. O polícia assim não compreendeu, levando-o ao posto: – “Cá trago este homem”, gritou ao delegado; “insultou a autoridade, chamou-me de Urbi et Orbi...”

A polícia! Era um dos prazeres da boêmia violentar as leis policiais. Sebastião dos Guimarães Passos divertia-se com isso. Certa noite, depois de belo jantar, indo com um desses amigos que são os satélites dos satélites dos sóis literários, avistou no meio de uma rua deserta uma barrica. O poeta lembrou o filósofo cínico: – “Vês aquela barrica? Um filósofo, que o mundo admira, viveu dentro de uma cuba por sistema. Um poeta que o mundo considera, pode dormir numa barrica por necessidade. Ajuda-me a rolá-la para a treva!” Um soldado apareceu infelizmente e resolveu impedir a operação. O delegado recebeu-os de cara fechada: – “Como se chama?”, indagou do poeta. – “Guimarães Passos.” A autoridade estourou: – “Nada de brincadeiras. Fale sério, ouviu? Já outro dia um tipo da sua espécie disse que era Fagundes

Varela. Deram agora para isso. Não pega! Deixe o nome de um poeta distinto e que, além do mais, escreve nos jornais.”

Era, porém, o fim da Monarquia. O Brasil ia transformar-se. Se a primeira tentativa de República sacrificou um alferes dentista amador e degradou vários poetas, é fato positivo que a República afinal se fez também de colaboração tanto dos quartéis como da poesia. Talvez fosse esse o motivo de só haver flores e retórica na proclamação e tão pouco juízo nos primeiros tempos. Os poetas eram todos republicanos. Michelet, os Girondinos, a tomada da Bastilha, – que foi apenas no momento obra de uma sugestão indireta do Marquês de Sade sobre as multidões – a deusa Razão, os lemas definitivos, a Convenção, prestavam-se a belas imagens, belas bravatas, fantasias esplêndidas. A mocidade ardente e quimérica discursava ao lado dos propagandistas. Ao contrário do conselho de César: “Fugi à expressão estranha como de um precipício”, os oradores empolavam tropos delirantes. Na mais completa liberdade os poetas pediam liberdade, não a dos romanos, a doce liberdade, *taela pax*, mas a que leva à cadeia a rubra liberdade da deusa Revolução. Guimarães Passos continuava a amar, a fazer versos e ainda não arranjava um emprego. Um emprego pode ser um ideal mesquinho para os sonhadores. É sempre, entretanto, um ideal, e o Acaso, o maior dos deuses, ainda não se lembrara de realizar esse ideal pequeno a Guimarães, que com ele não sonhava.

Certa tarde, entretanto, o poeta, ao dar com um amigo, fez-lhe esta confidência fascinante: “Se tivéssemos dois tostões, jantaríamos esplendidamente.” O amigo fizera na véspera uma conferência de caridade, recebendo em troca muitos aplausos; trabalhara o dia inteiro a escrever o jornal, apenas com a certeza dos vencimentos dobrados. Mas só tinha um níquel, foi arranjar outro. E partiram ambos para a Quinta da Boa Vista, num bonde de segunda classe. – “Onde vamos?” – “Comer a carne com que S. Majestade sustenta as feras.” Era uma idéia tão plausível como qualquer outra nesses remotos tempos de extravagância normal. Entraram, pois, ambos o grande portão, resolvidos a disputar o *beef* às panteras. Junto às jaulas estava um homem cabeludo, bronco e insolente. Era o beluário. A tarde caía como uma pérola diluída por sobre a muda harmonia do arvoredo. Guimarães pretendia apenas pedir o *beef*. Dotado de uma força física enorme, jamais abusava. O

confrade, porém, nervoso e imaginoso, sentiu-se cheio de reminiscências do Baixo-Império. Era Bizâncio que ele via, eram as feras do Coliseu que ali dormitavam. E contra o humilde tratador a sua erudição caiu como um azorrague. O homem a princípio disse: “Os meninos vão embora, ou depois não se arrependam.” Sebastião achou ameaçador o conselho e quis humilhar o beluário. A cada uma das suas frases, o tratador, sem compreender, mais colérico ficava. Já rangia os dentes. E, num arranco, furioso: – “Ou vão-se ou solto as feras!” – “As feras? Pois solte se é capaz!” Pálido de raiva – pálido e desvairado – o beluário trepou jaula acima a suspender a grade. O urro tremendo de um tigre de Bengala fez-se ouvir. – “As feras!”, bradou o amigo de Guimarães, deitando a correr. – “As feras!”, bradou Guimarães, imitando o amigo. Ambos, na corrida espavorida, mais apavorados ficavam com o tropel dos próprios pés sobre a areia, a visão tumultuária das árvores, e, longe de parar, cada vez mais corriam.

Foram esbarrar, extenuados, de encontro a uma das paredes laterais do palácio. De uma das janelas um homem grave sorria. Era o bibliotecário. – “Que é lá isso, amigo Guimarães?” Mal podendo falar, Guimarães contou o caso, omitindo a fome. O bibliotecário, amador de boas letras e com a tentação dessa juventude irrequieta, ria maternalmente. Mandou-os subir, instalou-os com conforto. – “Já agora não vão sem jantar comigo. Façam companhia ao solitário. Certo ainda não jantaram?” – “Há três dias.” – “Pois terão mais apetite.” Fez servir, no seu gabinete, os pratos das cozinhas imperiais, tratou-os com prazer, e para o fim, filosofando, com o Havana entre os dedos: – “Não lhe cansa esta vida, amigo Guimarães? A sua obra necessitaria de quietude, de descanso...” – “Oh! descanso! Olhe, eu desejaria passar a vida como o senhor. O destino é que ainda não quis...” – “Mas é sempre possível ajudar o Destino. Estava exatamente a precisar de um homem capaz para certos trabalhos da biblioteca...”

Três dias depois, tendo lá ido com o desejo de disputar a carne às feras, Sebastião Guimarães Passos encontrava o seu primeiro emprego como arquivista da Quinta Imperial. Parece conto, dirão. Sim, conto – o perpétuo conto da sua vida inteira.

Cedo, pela manhã, o poeta aparecia com a tranqüilidade do bem-estar na nave da biblioteca. Passeava por diante dos livros, lia, almoçava, contava

anedotas. Fez aí a maior parte da sua cultura que estava muito por fazer, leu os autores estrangeiros, amou o padre Vieira, afeiçoou-se aos espanhóis, de que a sua obra tanto se impregnou. A uma certa hora, S. Majestade aparecia. Ia ler, estudar. O silêncio fazia-se religioso. O soberano, a cabeça pendida, trabalhava.

E uma vez em que o poeta também lia noutro extremo, o Imperador chamou-o:

– Senhor Guimarães, como traduziria você estes versos de Zorilla?

O poeta, já então monarquista, adiantou-se com respeito. Sobre o mesmo livro a imperial barba argêntea e a cabeça juvenil do poeta curvaram-se.

– Já os estudei, Majestade, e até cheguei a traduzi-los.

– Como?

– Assim...

Eram dois versos apenas. O soberano sorriu satisfeito:

– Agradável coincidência, Sr. Guimarães. Acabo de traduzi-los do mesmo modo e a sua tradução restitui-me a confiança que em mim não tinha.

Tempos que já lá vão, em que os destinados a cuidar da mais difícil das artes, que é a da governar os homens, tomavam pela poesia interesse, protegiam os poetas e com eles traduziam os mesmos versos!

Mas veio a República. Tanto tinham feito por ela os soldados pouco desejosos de sair dos grandes centros, como os poetas ardentes, como o próprio Imperador – talvez o único grande republicano histórico sacrificado pela República. Os militares tomaram as posições e os poetas cuidaram de também ter o seu pedaço humano. Não houve mortos. Houve apenas um desaparecimento definitivo: o da boêmia. A boêmia literária faleceu para sempre depois de sua crise hiperestésica. Os ideais transformaram-se. Nas revoltas e nos pronunciamentos havia ao lado de militares homens de letras, no exílio e nas prisões o verso defrontava com o galão e com a divisa. Era a geração pensante tomando parte ativa na vida do país. A estética em que o belo escorraçava o útil e o bem negava o interesse, que é, entretanto, a única e grande força do bem universal, desaparecia. Na Constituinte, os representantes da boêmia de 1886 davam o seu voto e faziam projetos. Em palácio e nos ministérios os potentados do momento procuravam o meio de exterminar o literato-jornalista, possuidor do florete-sátira, do punhal-pilhéria, da adaga-artigo de

fundo. Os boêmios, que eram o brinco alegre da opinião, tornaram-se a voz da opinião pública. O encilhamento, o período áureo das concessões e das companhias, tinha poetas no meio. E Guimarães Passos, levado na onda, cada vez mais boêmio, agia sem saber, nada desejando, mas acumulando pilhérias contra os outros com o bom humor de sempre.

Nas comoções sociais, violentas sempre, aparecem, impondo-se aos partidos, alguns bandidos. O que a Europa viu no período escurecido da Idade Média, a América também tem visto. É lei que as águas revolvidas de um lago trazem à superfície os horrores do fundo. Ora, os bandidos não toleram pilhérias e Guimarães acumulava-as, quando rebentou a revolta – a grande e até hoje última. Fazia-se a resistência da terra contra o mar e a onda dos assalariados subia. Um desses, cuja vida foi na América, da Venezuela à Argentina, drama contínuo de torpeza e sangue, o *bluff* da ignorância impotente, de que até hoje ninguém quis contar a fantástica vida aventureira, era solenemente posto elevado da Guarda Nacional em exercício. Ao famoso sujeito sobravam as sátiras do poeta. Então, na primeira ocasião, antegozando a vingança, prendeu-o e ditatorialmente fê-lo assentar praça no seu batalhão, como cabo. Guimarães não perdeu o grande ar de sempre. Preso, passou a um amigo do jornal favorável ao Governo um bilhete rápido: “Salva-me de ser cabo para ser alferes ao menos. Do irmão Guima.” O irmão marchou para o coronel diretor da folha, tão nobre homem que se comoveu, promoveu em horas de cabo a tenente e ainda lhe adiantou o dinheiro para a farda. Montando guarda, Guimarães-cabo esperava. Quando a promoção e a farda chegaram, o poeta enfiou a segunda, pôs o quepe, esqueceu a promoção sobre a mesa, apertou a mão do cabo substituto e saiu. Ninguém mais o viu. O amigo aflito recebeu à noite outro bilhete: “Promovido tenente, sigo grato rumo ao mar.” À mesma hora, num pacote armado em guerra, Sebastião Guimarães Passos atravessava a barra sob a chuva incerta da metralha oficial – revoltoso e político.

Era o mar, a quem sempre o prendeu um secreto amor, que pela segunda vez o levava inesperadamente, fechando o ciclo mais alegre da sua existência. O oceano marcou, de fato, as três grandes partidas em que se dividiu essa vida: a partida para a alegria radiante, a partida para a tristeza solitária, a partida para a morte. Um romântico diria desejo consciente do mar atirá-lo aos

astros na ânsia de vê-lo melhor... A segunda proeza marítima, entretanto, levou-o à guerra, a secretário de governo ilegal, ao exílio amargo, alias bem adotado pela despreocupação e pelo amor – “o amor que não é nem alegre nem triste, e sonha trabalhando, e trabalha sonhando...”

Da revolta criaram raízes muitas fortunas, de ordem política e de ordem econômica. Ele sofreu reveses, nunca procurou juntar dinheiro, passou com passo fidalgo, amou, contou com a amizade para alimentá-lo. No exílio, vivia em companhia de alguns amigos.

Do Brasil lembrava-se para fazer troças. Entre as pilhérias desse tempo, uma contam que é característica do seu gênio alegre e do seu fetichismo da vida livre. Ao chegar a uma esquina, durante vinte dias, Guimarães atravessava a rua a correr e esperava os amigos do outro lado. Um dia indagaram a razão daquela extravagância. – “Não vêem a placa?” respondeu o poeta. “Vejam a placa: *Calle Brasil*. Passo ali correndo, porque se for a passo sou preso..” Brincadeiras...

No mais, fazia versos. Propriamente nem muitos versos fazia, nem muito os lavorava. O seu poema contínuo foi o romance da sua vida de aparência sensual, e ao fundo triste sem saber por quê.

Ele, de resto, o disse em versos trêmulos:

*Na noite em que eu nasci, noite profunda e escura,
Em que apenas se ouvia o gemido do mar,
Creio que minha mãe chorava de amargura.
E abrindo os olhos, sem olhar,
Vi que no quarto em que eu nascia
Um anjo, ou um pássaro no ar,
Ruflando as asas, fugia.*

*Mais tarde, quando entrei na minha adolescência,
Alguém, piedosamente, abraçou-me a chorar
E falou-me a tremer, com mágica eloquência.
Porém, apenas volvo o olhar,
Uma figura que me via,
Um anjo, ou um pássaro, no ar,
Ruflando as asas, fugia.*

*Depois, na idade em que a alma ébria de gozos voa,
A minh'alma partiu, deixando em seu lugar
Outra alma iluminada e compassiva e boa.
E quando a banho em meu olhar
E nos meus braços a envolvia,
Um anjo, ou um pássaro, no ar,
Ruflando as asas, fugia.*

*Uma vez que julguei terminada a campanha
Sobre os louros dormi a sonhar, a sonhar...
Mas a sombra fatal que me foge e acompanha
O meu olhar, ao meu olhar,
Vendo a fortuna que eu fruí,
(Ou anjo, ou pássaro no ar,)
Ruflando as asas, fugia.*

*E desde então, em toda a parte,
Ou no prazer ou sofrimento,
Ao ver-me a sombra, num momento,
Rapidamente pelos ares parte.*

*Mas quando o bem mais me acenava,
E um céu mais claro se me abria,
Ao ver a sombra fugidia,
Que bruscamente assim me abandonava,*

*Eu perguntei-lhe com tristeza:
– Sombra que foges, sombra errante,
Dize-me a tua natureza.
Em toda a parte em que te avisto,
Sombra fugaz, no mesmo instante,
Foges de mim, de mim te vais.*

*Quem és? Quem sou? Eu não existo,
Sombra, senão para sofrer...
Desde que a luz do mundo vejo,
Que sob a luz do sol padeço;
Do beijo apenas conheço
O fel que oculta qualquer beijo.
O mal que existe no prazer.*

*E tu, que quando alguma paz
No meu espírito alvorece,
Levas-me o bem que me aparece
E todo o amor, toda a esperança
Levas na tua asa que não cansa.
Quem és? Quem és, sombra fugaz? –*

*E de uma altura inacessível,
Essa misteriosa, essa vaga entidade,
Com um tom de voz indescritível,
Inexorável e terrível:
“Poeta, me respondeu, sou a felicidade.”*

Por isso talvez a procurasse no exílio da Argentina, essa fugace felicidade que o acompanhava afinal, como um anjo da guarda discreto e amável.

Quando voltou do exílio, a geração em que formara estava vitoriosa. E deu-se com ele o triste horror do homem que sobreviveu à sua época. Em vão, queria ver os seus amigos de boêmia tal qual eram. Os amigos estavam colocados, pretendiam dirigir o país, temiam a opinião pública – que a vida começa por afrontar essa opinião, ascende a dirigi-la e pende dela escrava, quando se atinge o máximo da fama. Em vão Guimarães falava no estilo de outrora. Os amigos nem riam. Haviam casado, educavam os filhos, juntavam dinheiro. Nos cafés já não havia boêmia literária e a boêmia era dourada, nos salões. Dia a dia o mal aumentava sem remédio. O poeta era o derradeiro ser vivo de um país que desaparecera, de uma época tão remota como a dos Farnese, como a de Cleópatra, como a do rei D. João VI. Resignou-se. Não tinha outros amigos senão aqueles de físico parecidos com os antigos. Com eles então fez-se imortal, com eles elegantemente frequentou salões, com eles obteve o maior êxito recitando versos, vestindo uma casaca de pano tão leve que das abas dizia serem asas de borboleta. Mas vendo os outros vencedores, nunca sentiu a necessidade de vencer, ele, que parecia ter vencido. Nunca persistiu na crônica. Escrevia por encomenda, desinteressava-se da obra, tendo pelo esforço alheio desconfiança. Como Diderot, que escreveu muito, talvez pensasse: “Feliz o país em que não há nem pena, nem papel, nem tinta senão para escrever o registro das crianças que nascem!” Vivia só, sempre às voltas com grandes paixões transitórias e breves. Saía tarde Quase não comia. Conversava pouco com um perpétuo ar de troça, e horas inteiras passava nos

terraços das confeitarias, diante de um *bock*. Era a última negação do trivialismo, o derradeiro boêmio. Abandonou as festas mundanas. Só ainda aparecia na Academia. Para essa criança que continuava a se julgar o jovem irrequieto, era prazer surgir nas grandes festas acadêmicas, com o porte ereto, o ar galhardo de sempre e aquele riso de ironia ingênua que já não mostrava uma esplêndida dentadura de trinta e dois belos dentes.

De vez em quando, os jovens de uma geração que não era já a sua diziam-lhe, sem motivo, coisas desagradáveis. Ele, porém, continuava a caminhar.

Certo nada pode apagar um homem como o elogio unânime. Elogiar sempre é o meio de inutilizar sem luta. Ser elogiado sem um grito de oposição, sem vários gritos, é deixar-se arrastar por uma envenenadora melodia. O homem que sabe, espera apenas o elogio do seu igual porque é vitorioso e fatalmente generoso. Como, porém, a vitória é rara nas letras, o artista pode fitar as estrelas, sentir a vida dar forma e cor à beleza impalpável, educar a visão da própria natureza. De esconderijos e poças lóbregas chega aos seus ouvidos o coaxar dos batráquios e a seus pés, no terreno viscoso, saltam grotescamente, zebradas de verde-limo e de verde brônzeo, as carapaças pustulentas dos sapos, que para ele olham como olhavam o boi do fabulista e a lua dos românticos. Lamentáveis sapos inofensivos! O artista que se inebria na missão de suggestionar, de mostrar o não visto, pára, observa, analisa, sorri. Por onde espinoteiam os sapos há muita vez a inocência de verdes flores silvestres, e quem sabe?, grandes flores perversas de odor intenso. Se não houvesse o sapo, ninguém saberia bem o que é a vida. E os risos maus, o ríctus da inveja, da torpeza, da calúnia, não passam afinal para os fortes, os que vencem, senão do nojo, do asco, da repugnância que a todos causa a acrobacia macabra de um batráquio emergindo do charco.

Guimarães Passos era um grande afetivo. Nunca muita importância lhes deu, e como um outro acadêmico, o boêmio Abbé Poissat, o verdadeiro organizador da Academia Francesa, julgava-se de uma boêmia superior. A sua resposta está neste paradoxo:

*Se encontrares alguém no teu caminho,
Que do teu pranto menoscabe rindo,
Que, ouvindo gemer, teus ais ouvindo,
Quebre na face o ríctus do escarminho;*

*Se encontrares alguém que, descobrindo
No recesso do tua alma íntimo espinho,
Em vez de dar-te fraternal carinho,
Aprofunde-te a dor que estás sentindo;*

*Não te zangues com ele, não te zangue
O desgraçado riso que lhe vires;
Toca-lhe o peito – que poreja sangue;*

*Toca-o: verás fementidos modos!
Sonda-o: verás por tudo que lhe ouvires
Que ele é mais desgraçado que nós todos.*

Mais do que nunca o seu alheamento da vida ambiente afastava-o de qualquer luta. Era o homem que sobreviveu à sua época. Quase no fim, entretanto, sem sentir o sonho fraternal da antiga boêmia, começou a amar as coisas, os objetos, o inanimado. Parava para o sol, murmurava: o “nosso sol!” Demorava vendo as árvores urbanas das avenidas. “Estão a crescer, venho vê-las todos os dias.” Pediu certa vez a uma senhora uma boneca e levou-a nos braços. Penteava-a, recitava-lhe trechos de Manuel Bernardes e versos de Tirso de Molina, fazia-lhe o rol, dava-lhe banho.

A tuberculose, a que resistira o seu organismo em vinte anos de vida airada, infiltrava-se como mal secreto, puindo-lhe os pulmões. Então Sebastião Guimarães Passos reparou totalmente na verdadeira vida, ao lado da qual passara sem atentar bem, viu o mundo com as suas dores, as suas alegrias breves, a sua eterna ânsia de bem no sofrimento, e notou que abaixo das boêmias literárias e artificiais, muito abaixo, muito lá embaixo, há uma outra boêmia amarrada no azar, sem pensar nos riscos, trabalhando, penando, arquejando, entre a cadeia e a dura enxada, entre a lei áspera e a sepultura. E essa boêmia involuntária, sem tempo para aprender, sem tempo para sentir, sem tempo para pensar, – essa boêmia sentia a beleza do ritmo, e nas horas roubadas ao repouso, após a labuta ou o crime, que é o maior dos labores, cantava e transfigurava-se. Nem o poeta a conhecera nem ela sabia do poeta, seu filho legítimo perdido no artificial.

O poeta sentou-se. Tinha febre. E escreveu para os boêmios miseráveis a “Casa branca da serra”. Era o grande amplexo do reconhecimento. Como

por encanto, divulgada nos almanaques do povo, a canção dominou mares e selvas, céus e vergéis do Brasil. Em cada canto, nas alfurjas sórdidas das cidades, nos campos iluminados pela lua, após a faina, da rótula das perdas e à janela das namoradas, sobre a carícia dos violões a canção adejou, vibrou, suspirou, queixou-se. Era o lirismo platônico do brasileiro, era a fascinação que domina a nossa raça, era a mesma e imensa paixão da mulher inacessível por mais que possuída, paixão dos trovadores, paixão saudosa.

Para o poeta o encontro vinha tarde. Não se volta ao simples, mesmo sendo simples, quando outro sonho nos fez a vida. A moléstia, ao demais, progredia. Os amigos, alarmados, resolveram retirá-lo da fornalha urbana, dar-lhe leite em vez de cerveja. Arranjaram-lhe um lugar em Minas. Seguiu, passeou, melhorou e de novo em frente às confeitarias veio abancar. As faces se lhe encovaram, a lebre reapareceu. Encontrei-o uma vez assim. Era no cais, perto do mar. O poeta olhava as ondas revoltas. Disse-me: “Todos têm o seu sonho. Sabes qual é o meu agora? Morrer em Paris.”

Dias depois, quase tão inesperadamente como quando partira de Maceió e partira para a revolta, o poeta partiu para a ilha da Madeira. Era a última partida.

A ilha, paraíso verdejante para quem não conhece a coleção de paraísos idênticos das nossas montanhas, é sem vida. Nos hotéis caros consertam os pulmões ingleses milionários ou arranjam negócio alemães gordalhudos. Nas praias, adolescentes, belos, como devia ter sido Apolo, mergulham no oceano, e na montanha, toda verde, os íncolas de falar cantado têm no olhar o mistério da incompreensão. Guimarães escreveu de lá. Estava pior. “Cá vim pedir à ilha da Madeira a saúde que o seu vinho me levou”, dizia uma carta que era um esgar. Já a morte o acolitava.

*Morte, há no mundo tanta dor contida
Que tu, que findas todo bem do mundo,
És a coisa melhor que há nesta vida!...*

De repente, entretanto, antes de morrer, embarcou-se, num subitâneo ímpeto. O Destino queria ser amável até o fim para quem toda vida só nele crera. Ia para a Suíça. Abateu no boulevard, branco de neve, chegou a Paris em pleno inverno, transido e só, olhou com olhos já do insondável, aconche-

gou-se a tremer sob a neve que parecia o deplumar de asas brancas no céu azul. E morreu oito dias depois de lá chegar, à noite, na cidade que ignorava e que o ignorava, realizando o último sonho, sonho de criança, que antes de morrer deseja um enorme brinquedo de feeria; e morreu no grande rumor orgiástico da Cidade Luz – derradeiro presente monstro com que o maravi-lhava, enfarinhado de neve, o Destino, pai dos deuses e dos sonhadores.

Assim acabou o último boêmio romântico. Era na sua modéstia de poeta simples bem o reflexo de um momento da nossa raça, era o derradeiro representante da boêmia amorosa em que se cristalizara durante muito tempo a vida contemplativa de todos nós. E a sua grande culpa foi ficar no sonho, fora da vida, teimosamente fora da vida sem senti-la e sem a aproveitar quando os outros marchavam para compreendê-la como a realização do mais belo sonho.

Dele pode dizer-se que teve tudo e nada teve, que tudo fez e nada fez. Sotião, filósofo peripatético, que amava as anedotas e com elas fez um livro abundante denominado *o Corno da Cabra Amaltéia*, escreveria outro talvez maior com as anedotas da vida desse boêmio. A abundância de anedotas numa existência é a característica da sua irregularidade.

Sem as anedotas não se faria idéia de Guimarães.

Para os perigosos cultores da moral ao alcance de todas as bolsas, da moral em moeda de cobre, Guimarães surge como perigoso egoísta amoroso. Para os que estudam a sua obra modesta: dois volumes de versos, uma comédia, um dicionário de rimas e os humorismos de jornal, contos ariscos, epítáfios, pilhérias de duas linhas, será sempre um desses poetas de fonte romântica, satélite de uma escola desaparecida, perdido noutra escola até à morte sem sofrer a menor alteração, a não ser no espírito que, rareando a produção, nela condensou um triste e profundo amargor. Para os conservadores de coração estreito, uma criatura que estragou a vida. Para os que pensam e sentem e acreditam na ilusão como a única verdade, foi uma deliciosa e enternecedora figura. Não era um criador. Mas era bom, leal, amigo. E Zaratustra disse: “Os bons não podem criar, são sempre o começo do fim. Seja qual for o prejuízo causado pelos maus, o prejuízo dos bons é muitíssimo maior.” Não era uma personalidade fixada pelo próprio esforço, era uma fantasia real, inventada pelo Destino, de que o próprio Zeus tinha medo. Da sua vida poder-se-ia escrever um conto muito grande, que começasse no estilo de Cervantes, pas-

sasse à maneira de Sterne e terminasse como certos romances de Wells, quando coloca os homens de uma época em épocas futuras.

À Academia aprouve eleger-me para ocupar a vaga aberta pela morte do poeta. É de estilo em tais solenidades não deixar o recipiendário de agradecer, cheio de modéstia humilde e às vezes longa, a honra merecida. A honra foi para mim imensa. Seria faltar à verdade visível negar a minha comoção. Mas eu chego muito jovem – o que não é, aliás, tão visível – a uma Academia muito moça para poder abreviar o agradecimento. À juventude tudo se perdoa, menos a pretensão de parecer velho. Nada mais pretensioso do que abusar da ponderada modéstia da velhice. A Academia é já entre nós uma tradição, mas uma tradição juvenil e poderia responder a quem lhe pediu, como o maior elogio, um lugar na sua companhia, o que dizia Shakespeare: um elogio feito em idade avançada é um elogio estéril. Ao recebê-lo antes de considerá-lo estéril, não me prendem só o contentamento e a gratidão, mas também o desejo de explicar a sua intenção.

Há em todas as coisas uma razão sutil, que é o direito da fatalidade. Sebastião dos Guimarães Passos foi a última fisionomia do romantismo. Dar-lhe idade seria diminuí-lo. Sobre a sua alma os anos não passavam nem por eles o poeta pensava caminhar. Morreu quase jovem de corpo e com a alma de uma época que não envelhece, mas se classifica. Era egoísta fantasista, era o egoísta bom. Quem o substitui trocou sempre a quimera pela curiosidade, o entusiasmo pelo fato, o próprio sentimento pela sensualidade dos sentimentos alheios. Veio para a vida ver. Ele foi ator. Eu sou espectador... Ambos vestíamos aquelas roupas que Carlyle, no *Sartus Resartus*, dizia serem as idéias divinas ou infernais, suscetíveis da Moda. Ele vestia uma casaca de cor, com bofes de renda. Eu visto uma casaca preta sem bofes. E está principalmente na escolha dessas vestimentas simbólicas que escondem a eterna Idéia Pura, a intenção da Academia. A obra de arte é inteiramente inútil quando não exprime, através de uma personalidade, as aspirações do mundo ou o reflexo dos sentimentos de moral e beleza da época em que surge. Os grandes poetas refletiram sempre a aspiração universal, foram os vates, os que diziam as ânsias e ao mesmo tempo o imenso desejo de escalada da espécie humana. Os poetas descobriram os astros antes dos homens, e poetas como Dante, adivinhavam constelações num hemisfério ainda por conhecer. Antes da realização

das ousadias da Mecânica, os poetas sonhavam o vapor, o telefone, o fonógrafo, a máquina, o automóvel, o aeroplano, que é o mais velho sonho da humanidade. Guardas das tradições, sentiam a natureza pasmada e dominada pelo homem. E enquanto o poeta ficava assim reflexo incentivo da humanidade e os pequenos aedos serviam a satisfação dos egoísmos limitados, o homem penava, sofria, fazia do sangue suor e materializava o sonho. Quando a inspiração ficou abaixo da Mecânica e as fantasias delirantes não ultrapassaram a conquista do conforto, os grandes poetas tornaram-se analistas, e a poesia pessoal, repetindo com convicção pequenas coisas particulares, passou à confecção de bugigangas industriais, em que o molde é tudo. O sonho particular não interessa mais, porque todos nós vivemos num extraordinário sonho de Beleza e de Força. Nunca houve na vida humana um momento igual ao presente, o momento em que todos são poetas e a poesia vive nos menores gestos, nas menores idéias em cada canto, em cada corpo, em cada cidade. O ritmo mecânico regra como uma apoteose a beleza, todos os delírios, o do prático que descobre, o do rico que esbanja, o do ladrão que mata, o do anarquista que incendeia, o da mulher que perde, o da multidão que freme com a fúria da satisfação na beleza. Tudo quanto parecia impossível ao mundo antigo e não passava de símbolo e de ficção, a imensa e infinita aspiração dos homens desde os árias para conhecer e fixar, domar os elementos, criar, gerar, inventar, realizar, descobrir o mundo onde habita e os outros mundos e o seu próprio ser e a sua própria alma, sentir o inanimado, e animar o aço, descer ao oceano, subir aos ares, consciente e seguro — tudo o homem realizou, materializando o sonho. É o milagre permanente, é a maravilha normal. Nada pode ser impossível e o impossível desaparece na lenta audácia secular dos demiurgos. O artista sente os velhos processos ridículos, o vazio de repetir diante da imensidade atual. O presente criou as coisas que se não vêem mas se presumem, a atmosfera de assombro em que todos nós, sem espanto, erguemos alto o archote da visão. O presente personalizou o inerte, deu cérebro e pensamentos às máquinas, descobriu a não sonhada vida das profundidades oceânicas, a vertigem vencida dos espaços livres, fez a estética da velocidade, a fúria metálica da rapidez, e ao cérebro deu força infinita e o sentimento do impalpável. Os oceanos ele os estreitou, o aço e o ferro armou-os com o calor para correr parado, para voar deitado, pensando. As grandes florestas, onde

outrora os semideuses moravam, ele as desfez; os montes ingaláveis, galgou-os; as entranhas da terra e o fundo do mar impenetráveis, penetrou-os; dos rios fez estradas, das quedas d'água tremendas, força represa; e, com todas as energias dispersas reunidas, criou o conforto, que é a maravilha da rua, da casa, da roupa, do conjunto, das cidades, das sociedades em que a vida parece acudida por um bando de fadas legendárias. E pensando, pensando, querendo ser mais. Em cada crânio há uma partícula de um metal mais forte que o mundo – que é a idéia. E jamais cansado o homem possuidor do Egoísmo, a qualidade fundamental que cria a solidariedade pelo interesse e o amor pela satisfação mútua, o homem tem mais ambição. É a aspiração máxima, um conjunto exasperante em que todos querem ter mais, ser mais, vencer mais, do artífice ao que mais pode, em pleno sonho, o sonho ainda maior de superar, de criar o super-homem, de ser maior que a espécie.

A arte é a placa sensível da vida. Fídias diz o mundo grego como Rodin o mundo de agora. Uma estética nova surge, a estética do milagre animador. A natureza é outra, utilizada pelo homem, vista na corrida dos automóveis. A vida das cidades tem esse frenesi de saber, esse desespero orgíaco de domínio, de audácia, de energia cerebral. O homem é outro com os instintos aguçados e os sentidos duplicados. A mulher é ainda mais mulher. Para que repetir o que disse o venerável Lamartine? Para que reproduzir os desesperos de Byron?

Para que fingir lágrimas e escrever sonetos contando velhas coisas líricas que já se não usam e sabem tanto a recantos de antigas bibliotecas? A vida fez a renovação de todas as figuras estéticas, dos velhos moldes literários. A paisagem com a vegetação dos canos das usinas, as sombras fugitivas dos aeroplanos e a disparada dos automóveis, os oceanos sulcados rapidamente, desventrados pelos submarinos, os dramas que esses ambientes novos dão às cidades cortadas de aço, cachoeirando por cima, por baixo em borbotões, as multidões apressadas, a exibição do luxo, a nevrose do reclamo em iluminação de mágica, os negócios, o caráter, as paixões, os costumes, em que o sentimento das distâncias desaparece, o crescente esmagamento do inútil, a flora formidável do parasitismo e do vício, o amor, a vida dos nervos centuplicada, obrigam o artista a sentir e ver de outro feitio, amar de outra forma, reproduzir de outra maneira. Faz-se um poema de maravilha visível e de emoção

aguda vendo uma fábrica. Têm-se todos os horrores e todas as delícias do mundo, sentindo uma rua. E em tão dramático deslumbramento, no *mals-trom* do sonho realizado, no excesso de poesia ativa que diminuiu os poetas, o artista é, mais do que em outra qualquer época, o primeiro, porque vê enquanto os outros agem, reflete enquanto os outros sentem, e, dominador, guarda consigo a imensa e suave força transformadora, a força que mostra os ridículos, indica as falhas, reduz a vaidade, diminui os poderosos, mata os imbecis, esmorece os fracos, incentiva os fortes e julga o mundo, a força da ironia que nas figuras de Leonardo é o sorriso da esfinge, nos bronzes de Benevenuto o desafio voluptuoso, nos mármore gregos a placidez inquietante, e se torna o cunho da obra de arte perdurável, e fixa a imortalidade, num pequeno poema, numa página, numa frase – porque é o sorriso complacente da cultura, a flor do espírito sutil, o ceticismo tranqüilo do raro, a divina ironia, que nem os deuses tiveram, a ironia poliforme que sorri em Luciano e faz pensar em Cristo, a ironia de que um escritor disse: “Sem a ironia o mundo seria uma floresta sem pássaros.”

A Academia – para que dizer coisas por todos sentidas? – é o escolar mental do país.

Renan disse que um país vale pelo seu escolar. Neste momento o país entra na grande corrente humana, com a força e a ingenuidade de um gigante criança, que muito tempo passou sem nada fazer além de castelos no ar e versos à sombra das palmeiras. É a transformação nos hábitos, nos costumes, nas idéias, um súbito grito de triunfo, a grande força do progresso que é a força de fugir de si mesmo.

Da vida desapareceram os boêmios líricos. Na arte extinguiu-se o sentimentalismo.

A aspiração dos artistas novos seria a de fixar através da própria personalidade o grande momento de transformação social da sua pátria na maravilha da vida contemporânea; a de refletir a vertiginosa ânsia de progresso, esse aspecto incompleto, pouco constituído, agregado heteróclito de apetites bárbaros e delicadezas civilizadas da raça agora; a de agravar o instante em que os velhos sonhos afundam, com todas as valetudinárias superstições de outrora, inclusive a da moral, na eclosão de uma vida frenética e admirável.

Não quisestes em tal hora, Senhores meus, chamar para vossa companhia e para a cadeira de Laurindo Rabelo alguém que como Laurindo e Guimarães fosse na vida o prisma azul, por onde não se vê a vida. Quisestes, ao contrário, o espectador incompleto dessa sociedade que se constitui. Em vez da obra perfeita e de saber conhecido, tomastes como exemplo da época na Academia aquele que fixa tumultuariamente alguns aspectos do esplêndido espetáculo. A ironia é também incentivo, quando generosa. Há intenções sutis que esperançam e delíam. Ao entrar na Academia, sob o louro deste acolhimento, quero ver apenas no vosso gesto para o companheiro muito jovem a doce e boa ironia de um incentivo amigo.

II

RESPOSTA DO SR. COELHO NETO

*C'était un noble cœur naïf comme l'enfance,
Bon comme la pitié, grand comme l'espérance,
Il ne voulut jamais croire à sa pauvreté,
L'armure qu'il portait n'allait pas à sa taille,
Elle était bonne au plus pour un jour de bataille,
Et ce jour-là fut court comme une nuit d'été.*

Aqui o tendes em uma estância de Musset – o estojo é digno do extinto e através dele, como pela tampa de cristal de um esquiife, vê-se o lírico suave das *Horas Mortas*.

Era assim o pobre Guima e, como e seu poeta favorito, ele podia dizer, saudoso do tempo afortunado, quando os deuses andavam na terra entre os homens:

Je suis venu trop tard dans un monde trop vieux.

Não venho evocá-lo ante vós que o conhecestes e ainda o tendes presente na memória dos olhos, com a sua figura de outono, o passo lento e medido, dum alar augusto, seguindo sem rumo, passando aqui, ali, a cabeça erecta, o olhar em largo descortino curioso, como estrangeiro em trânsito que admirasse a beleza da terra jovem e a graça, no que ela tem de mais airoso, que é a mulher; e a cor onde ela mais realça, que é no relevo da paisagem e no límpido azul do céu.

Não o evocarei.

Já a sua imagem passou de leve nos períodos flóreos do discurso que enlevadamente ouvistes como a de um místico no arvoredo de um bosque sacro, matizado a luar.

Seja-me, porém, permitido, enquanto me curvo ante o seu túmulo recente, que é um pouco meu – porque lá dentro há muito da minha mocidade – dizer algo desse que foi o último trovador da nossa terra e ceifeiro comigo na seara das ilusões.

Trovador, ele o foi, e da boa, genuína, raça daqueles que, como Ventadour e Ausias March e os que enxameiam sonoramente o cancionero do rei Dinis, trilhavam estradas cantando e, diante dos castelos fortes, anunciando-se ao som da “rota” que atraía à ogiva a solariega loura, pediam pousada e, acolhidos ao lume nas salas apaineladas, diziam sagas e baladas para barões e damas.

Guima, poeta do amor, dele penas viveu e por ele. Atravessou a vida com o mesmo descuido de si com que a cigarra atravessa o verão radioso, mas, ao contrário do inseto estivo, que parece viver do sol, sempre recôndito, concentrado no ideal, amava a lua silenciosa e fria.

Vivemos juntos alguns dias, eu seu hóspede em uma água-furtada lóbrega, onde um catre, que era “um hemistíquio” que apenas comportava metade do poeta, porque os pés transbordavam; uma rede, a mala encourada, que servia de mesa, um retrato de Hugo e livros. Um postigo abria sobre o telhado.

Guima, nos dias quentes, sentia o sol nas telhas da estufilha e, ouvindo-as crepitar ao calor abrasante, resmungava enfezado e suando:

“Lá anda o monstro a patejar no cimo!”

O monstro era o sol. À noite, porém, abria o postigo à lua. Ela entrava tímida, sorrateira, pálida, tal descia Selene na colina helênica a beijar o pastor Endimião formoso.

Ele rejubilava, vestia-se cantando e, não raro, com o estômago vazio, descia as escadas e entrava na rua, como Gavroche a buscar solidão e silêncio na cidade que adormecia. Andava. Era visto nos teatros, nos hotéis, nas tascas e, quando, de todo, cessava a vida na morte efêmera do sono, ia esperar a manhã à beira-mar. Vê-la nascer no céu, lavar-se nas ondas, subir triunfal e de ouro dourando a terra. Aguavam-se-lhe os olhos de emoção

Mas começava o rumor, acendia-se o sol, e o poeta regressava ao “cimo”, a pôr em rimas amores que sonhara, ouvindo ruflar a onda, saudades d’antanho, que lhe acudiam, visões e tristezas que trouxera de fora.

Noctâmbulo, ainda assim a sua noite não era a que corria no céu e na terra, com estrelas estudadas e combustores de gás, mas a noite velha dos astros inominados e dos brandões e trípodes cheirosos, quando as constelações eram ainda divinas e os bosques densos e redolentes murmurejavam beijos no férvido estuar de sátiros e ninfas.

Teve todas as aventuras que romantizam a vida dos poetas – amou e sofreu de amores; dormiu, como Gringoire, à luz das estrelas claras; experimentou, como Ovídio e o Dante, as agruras do exílio; peregrinou em mares assolados da guerra; foi o chefe de polícia de Gumercindo, em Santa Catarina; esteve em vésperas de ser passado pelas armas – tanto, porém, que a oliveira reverdeceu na Pátria, regressou pressuroso à sua beleza, da qual andava ajuado e receoso de a não tornar a ver.

Guima foi poeta de temperamento: o verso era o seu destino – rimava com a facilidade natural com que o pássaro canta e, por isso, sendo d’alma a sua poesia, infiltrou-se nas almas, como o filete d’água corre para o rio, até com ele perder-se no mar. Não era o poeta do livro – lido, não impressiona; ouvido, encanta.

Foi num rincão do pampa, à beira agreste do Camaquã, que senti verdadeiramente a poesia de Guimarães Passos.

Era noite, uma noite mística, de sossegado luar; as árvores reluziam imóveis na paisagem marmórea. Alegre, num rodeio de gente, flamejava o fogão gaúcho. A cavallhada, à soga, movia-se em sombras lentas. A peonada churrasqueava.

Docemente, querulo, um violão ressoou, cavaquinhos vibraram, uma flauta lânguida desferiu e, por entre o som dos instrumentos concertados, alou-se a voz de um cantor.

A melodia era doce e as palavras sentidas.

Ergui-me do meu leito folheiro, saí à porta da ramada, pisando descalço o relvedo frio e, quieto, encostado ao esteio, deixei-me estar embevecido na cantiga tão sugestiva e tão doce naquele vasto cenário bíblico. Ao fim,

curioso, dirigi-me ao cantor, pedi-lhe o nome do poeta. Não sabia. Em compensação várias vezes disseram o título da modinha: “A casa branca da serra”.

– Mas é do Guima! – exclamei em comovida surpresa, e a minha emoção foi de tal maneira viva que os olhos se me arrasaram d’água. É que eu vira o poeta construir aquela morada; vira-a subir desde os alicerces do amor até a última rima; vira-o preocupado com o vocabulário, escolhendo expressões mimosas que ficassem bem e bem ornassem o templo do seu afeto e, depois de pronta, por que negá-lo? a casa pareceu-me tosca.

Entretanto, ali na solidão, às estrelas, entre a gente nômade e cheia de som dos instrumentos, como a achei formosa!

E só naquela noite compreendi o poeta porque o achei no seu meio, entre os simples.

Só naquela noite, ouvindo-a na voz de um rústico, provei o suave encanto da sua poesia. E ela por aí anda de vila em vila, de rancho em rancho, abalsando-se e mais e mais; ela por aí anda ao som de violões e guitarras, amenizando a vigília dos serranos, aligeirando a jornada dos tropeiros, em serenatas ao luar sereno.

Refluindo da cidade, só no campo é sentida e amada. Se a Posteridade não a encontrar no livro, há de ouvi-la da boca de algum sertanejo e, talvez, a exilada regresse à cidade trazida por um folclorista e reentre anônima nas letras, até que algum investigador paciente, esmerilhando, encontre o nome do poeta e restitua à sua glória o que ele lançou abandonadamente ao povo.

Pobre Guima!

Morreu longe, em Paris, à neve, e lá está, no mesmo cemitério em que jaz o seu poeta favorito, e os pardais que trilam sobre o túmulo de Musset voam de leve e pousam entre as rosas que enfloram a cova do poeta alagoano.

Viveria hoje como viveu? Não creio. A cidade que o acolheu era outra, ainda permitia essa vida dissipada e indiferente em que ele esgotou as energias. Vivia-se com sobriedade. As horas eram lentas e tudo se fazia com preguiçoso vagar, sem ânsia, sem o afogadilho de ambição – o tempo era vasto e vazio.

Um soneto bastava para dar glória a um nome, uma atitude celebrizava um indivíduo – um homem destacava-se na multidão com escândalo por trazer uma rosa à botoeira e Guima tinha o “Lenço”, o famoso soneto com que acenou à celebridade, tinha o aprumo e andava sempre florido. Impôs-se.

Tinha admiradores que paravam para vê-lo passar, majestoso e indiferente: os moços imitavam-no, disputando a sua convivência, chegou a ser temido das mães de família como um Satã perverso e as janelas cerravam-se sobre rostos de donzelas quando ele aparecia guapo, o olhar a fito, pisando com solenidade heróica a laje das calçadas.

E assim, temido, cortejado, admirado, fazia a sua hora de “mostra” à porta de uma livraria, e era ver-se-lhe a figura viril, em porte de estátua, gozando a admiração das gentes como um deus vaidoso do incenso que subia da terra e o envolvia no fumo dos arômatas oblativos.

Uma manhã, porém, descendo a escadaria da sua torre de sonho, em vez de encontrar a cidade como a deixara, pacata, com as suas calejas e vielas dessorando umidade, à sombra triste de velhos muros esborcinados e gente a barbarizar coscuvilhices de aldeia, ou lerda, bocejante, remancheando em serviço, achou-se, e com deslumbramento, no vasto esplendor das avenidas, na alfombra macia dos relvedos cuidados, diante de palácios, e rolou no turbilhão das turbas açodadas, atordoado com os veículos lustrosos que se cruzavam em velocidade de fuga, ante um fausto improvisado, uma agitação repentina, um ardor novo, um desusado arrojamento para a vida.

Densas massas passavam por ele desatentas, nem um olhar, nem um murmúrio – os próprios amigos que, na véspera, se amesendavam com ele, ouvindo-o, aplaudindo-lhe os versos, mal lhe acenavam adeuses. A sua primeira impressão foi de espanto. Quedou olhando, certo de que estava dentro de um sonho, ou imaginando que acordara do sono de Epimênides e que a sua cidade, com a gente balorda que a povoara, desaparecera nos séculos, desfizera-se no tempo, e sentiu-se só e desamparado.

Ainda tentou um supremo esforço para acompanhar a investida vertiginosa; logo, porém, fatigou-se e, inerte, sem ânimo, descoroçoado, deixou-se ficar imóvel, olhando sem compreender o que via, perdido e solitário. “Toutes nos passions”, diz Zimmermann, “nous suivent dans la solitude. La moindre maladie morale s’y aggrave, parce qu’on se représente vivement et sans cesse ce qui était et ce qui est. Là, on n’oublie rien; là, toutes les vieilles plaies se rouvrent; là, nulle pointe de flèche ne s’émousse. Tout ce qui nous a jadis agité, tout ce qui s’est gravé dans l’imagination nous apparaît alors, ou

comme un spectre qui nous poursuit avec une rage infatigable, ou comme un ange qui nous montre à tout instant une félicité céleste.”

Pobre Guima! Essa foi, talvez, a causa da sua morte – acabou com a cidade que o amara: o ídolo desapareceu sob as ruínas do templo.

Sem forças para acompanhar a marcha acelerada em que vai a vida de agora e não querendo que o vissem combalido, não cobriu o rosto para morrer, fez mais – fugiu da Pátria e foi cair longe, em terra alheia, onde não soubessem que ele tivera dias de triunfo, para que não lastimassem a sua derrota e decadência.

E assim morreu como vivera – altivo. Pobre Guima!

Arrasada a velha cidade, como dum campo lavrado a ferro e fogo, a vida repontou mais vigorosa e mais farta. A tibieza dos dias moles, de entorpecida modorra, sucedeu a azáfama desensofrida das horas rápidas.

Já se não caminha automaticamente para o ramerrão do salário, corre-se em tumulto ao assalto da fortuna e o homem afronta-se com o desconhecido – atreve-se a perlustrar os extremos frios da terra, na eternidade álgida dos gelos, ala-se aos ares conquistando o espaço.

O progresso trabalha como Dédalo, pondo asas nas espáduas de Ícaro.

Que importa a queda de um se outro, em surto ousado, alcança a nuvem, balouça-se na altura, paira acima dos mais altos visos, dominando a terra e o mar, lá de onde os astros nos mandam claridade?

É a corrida frenética para a riqueza, para a glória, para o gozo que tudo isso, em suma, se resolve na mesma meta – que é o túmulo.

A ambição põe asas no calcâneo e acoberta o homem com o pétaso divino: pressa no movimento, pressa no pensamento.

Hermes é o símbolo da era.

Tudo se conjura contra a lentidão: a máquina suprime o braço, o dinamô vale por legiões. O raio de Júpiter passou às mãos de Prometeu e recomeça a escalada do céu, agora com certeza de êxito, porque não a tentam gigantes brutos, mas homens, e alados como os próprios deuses.

Esta mesma festa é uma vitória da vida intensa. Um moço é o triunfador, ei-lo aí conosco. Nós subimos passo a passo a montanha e chegamos ao cimo já com os cabelos brancos, ele vingou-a alígero e com todo o viço da mocidade.

É o primeiro que nos chega do novo tempo, citando como da história antiga dias, para nós saudosos, da nossa adolescência.

Ei-lo aí com a vivacidade de juventude e o afogo dos que ambicionam.

Vem para a cadeira do poeta moroso que passou pela vida com a indiferença dos resignados, desejando, mas sem energia bastante para investir com o ideal.

Este, no pouco que tem vivido, não perde um instante: de cada minuto de sua curta vida, explui uma ação como de uma semente mínima rebenta uma árvore.

Vem da mocidade e, moço, entra-nos pela casa como um raio de sol.

Bem-vindo seja o precursor da nova geração que chega para colaborar conosco. Não está só o Passado, tem o Futuro consigo.

Hosana!

Não se alegue que venho louvar o acadêmico por injunção da Academia, em obediência à pragmática oficial – antes de o ter por nosso, nesta assembléia, já eu dele dissera o que vou repetir:

Dois volumes em uma quinzena, outros no prelo, artigos escritos a bordo, no atabalhão alegre da travessia ou nos hotéis das cidades que perlustra à pressa observando com a serenidade de um indiferente, eis, neste momento, a história do escritor curioso e verdadeiramente bizarro, único em nosso meio, que é Paulo Barreto.

Quem o vê, sempre no mais apurado alinhado, elegante no traje, displicente nos modos, lento, o ar entediado e farto de quem já experimentou todos os gozos que propina a doce embriaguez do vinho de Hebe e começa a sentir a lia amarga do fundo da taça não suspeita que há nele, esperto e cintilante, o espírito vivaz de um escritor moderno.

Traça-lhe o viver pela aparência, imagina que é um voluptuoso, dessa volúpia inerte de preguiçamentos, que reclama penumbras silenciosas, amplos e flácidos sofás de molas, vinhos doces, cor de âmbar, resinas d'Ásia, trescalando em nuvens de fumo azul, tapetes aveludados, cortinas e reposteiros pesados que coem a luz e amortecem os ruídos e, para encanto da inteligência, uma biblioteca de livros raros, encadernados como os queria o Duque de Brabante; para regalo dos olhos a alvura de mármore em femininos corpos nus, e dominando o seu ádito um símbolo misterioso como uma legenda em hieróglifos áureos.

Ninguém o dirá capaz de aventurar-se, à noite, longe do seu retiro sossegado a buscar impressões em bairros sórdidos e de má fama: sentar-se à mesa de tavernas suspeitas, entre a farandulagem calaceira, afundar à luz vasquejante de lanternas imun-

das, em cafuas onde o Sono, por um óbolo, como o Caronte, dá passagem no rio do esquecimento efêmero, visitar tavolagens e antros obscenos, descer a rampa resvaladia do cais a ouvir conversas de catraeiros; correr betesgas e vielas, iniciar-se em religiões para estudar-lhes o rito, postado à beira-mar entre rochas, adorando maravilhadamente o sol no ocaso e correndo, na escuridão do crepúsculo, para chegar a tempo de assistir ao “Intróito” de uma missa negra; respeitoso ante o fetiche do “mina” e venerando a cruz, indo a tudo com a mesma sôfrega ansiedade de “novo” à cata do inédito, reqüestando apaixonadamente essa eterna e deslumbrante miragem que é a – alma da multidão.

Pois é justamente em tal diorama que se compraz o escritor estranho que, sob a aparência de um enfarado da vida, é dos que a amam com o amor exaltado que leva ao sacrifício.

E a vida é assim – uma palheta onde o artista vai buscar as tintas com que ilumina a sua obra – de longe é como o íris, uma faixa de sol, na câmara escura, é o espectro, o heptacromo, as sete cores, desde o vermelho até o roxo da mágoa e, entre elas, o azul e o verde, como a inocência e a esperança e outras ainda que o prisma da observação decompõe na sombra.

Para sentir a vida é necessário penetrá-la, ir-lhe ao fundo e é o que faz o jovem escritor, sempre flagrante.

Como o lendário califa, percorre as ruas desertas escutando às portas para surpreender confidências, ouvir sons de beijos ou anseios de morte, palavras ou doces murmúrios de idílios, ver o Belo e o Hediondo, o Sublime e o Ridículo, a Candura e a Torpeza, a Comédia em uma calçada e a Tragédia na outra, uma a rir, outra a chorar, mordendo os pulsos.

No salão, no intenso fulgor das lâmpadas, entre decotes e casacas, ele é o anotador da elegância e colhe das almas superiores a essência requintada da civilização. Sai, a manhã vem longe, sobram-lhe horas de treva, esse manto da miséria, e lá vai ele às alfurjas e, ainda recordando o encanto de onde emergiu, mergulha no horror – é a descida ao Inferno com as sandálias rutilantes do pó dos astros do Paraíso.

E o escritor abeira-se do bagaço humano, ainda o espreme aproveitando-lhe a angústia e faz com ela e com a alegria que trouxe do salão esse elixir de sonho que nos dá, como nas visões do ópio, ora o encanto que delícia, ora o horror que retranse.

Abelha, aproveita todas as flores, a do jardim e a do paul, e delas extrai o mel que é doce e trava, porque é um composto de ventura e dor.

É assim o homem singular dos livros *As religiões do Rio*, *A Alma Encantadora das Ruas*, *O Momento Literário* e *o Cinematógrafo*.

Paulo Barreto desorienta-nos pela sua indisciplina literária – ora é um “clássico”, surge-nos sereno, como saindo dentre os plátanos, meditando ainda os ditames do filósofo. É um grego da grande era e fala dos deuses e das hetairas, descreve-nos os

jogos da arena e o culto dos templos, sabe das expedições por terra e mar e anuncia-nos a vitória de um condutor de quadriga ou a coroação de um poeta.

Súbito, num salto sobre o espaço e o tempo, transfigurado, ei-lo a referir-nos o último caso da cidade, correndo o reposteiro de seda de uma câmara cor-de-rosa que vela e sensualiza o ambiente do adultério galante ou levando-nos à baiúca, ainda manchada de sangue, onde caiu, a golpes, a michela traidora, ou tirando do bolso, entre flores secas e um pergaminho antigo com invocações a forças ocultas, um amuleto, búzio ou hipocampo, presente de um feiticeiro ou dádiva de uma supersticiosa.

Sente-se que tal homem é um excêntrico que, negligentemente, ou para gozar o disparate, orna a gorja de Vênus de Milo com um colar de conchas, ou cinge-a, à maneira de cesto, com uma tanga de barro cozido; um curioso que tem à sua cabeceira Homero e Brisson, Ésquilo e Bernstein, Aulo Gélío e Huret, Dante e Conan Doyle; e, deixando Ulisses na terra dos Feácios, segue um inquerito com Anatole France; desce do Cáucaso, onde ouviu Prometeu, para a violência mundana da *Rafale*; saindo das *Noites Áticas* acorda na Alemanha, com o repórter, e na volta de um círculo do *Inferno* encontra com Sherlock Holmes e esquece-se, distraído, a conversar com ele.

O estilo do escritor ressent-se de tais leituras e, ainda mais, da sua vida, de observador constante: é um misto de clarões e sombras.

Há neles períodos de um trabalhoso retraço, onde os vocábulos precisos adaptam-se com justeza e brilham, os epítetos são perfeitos e a forma nobre, polida, é de um remate impecável. Improvisadamente, em fuga, rápida, a anotação, a cor sem o desenho, um golpe de espátula dando a impressão forte. De longe encanta, perto a mancha aparece.

A pressa fá-lo transigir com a Arte, mas, no correr das páginas, períodos tais, longe de as comprometerem, dão-lhes um cunho original, e quem os lê tem a impressão exata da vida, ora lenta, grave, olímpica, como as dos tempos augustos de serenidade, ora impetuosa, ríspida, violenta, como nos dias de pressa e ânsia em que rolam.

A visão do conjunto obriga à síntese, a síntese força ao resumo, daí as representações, por vezes obscuras, mas sempre intensas, de que se serve o escritor. Taine esmiúça no estilo de Balzac grande número de metáforas atordoantes – algumas parecem arranques de loucura, vozes desvairadas de um delírio, outras são verdadeiramente cômicas, resvalando no ridículo, e o grande crítico justifica-as com o gênio poderoso do escritor formidável – dando-as como a tradução de pensamentos complexas, a preocupação de condensar em uma frase toda uma impressão de natureza ou de alma.

Dessas metáforas encontram-se em todos os criadores. São como os rochedos na natureza, disformes e admiráveis.

Há em Paulo Barreto metáforas que confundem, vocábulos que atarantam, construções que desatinam. Tal barafunda é o escachoar, o precipitoso despenhar da

idéia, a viva, indomável corrida do espírito empós do fato, em curvas e coleios, vieses e viravoltas, até apanhá-lo e fixá-lo com adjetivo forte, no período.

Todos os livros de Paulo Barreto são brilhantes, palpitam neles vasquejos, mas a claridade reabre-se, mais viva e esplêndida.

Mas o que deles ressalta à primeira vista é o vigor do talento, manifestado na poderosa faculdade de observação que nos anuncia, para os dias repousados que hão de vir com a metamorfose do jornalista apressado no escritor paciente e sereno, quando o repórter do fato passar a ser o analista das almas, um romancista robusto, que entrará na arena aparelhado para uma grande obra com a leitura dos mestres, com o conhecimento amplo da natureza e das almas e o tesouro de um vocabulário que, dia a dia, avulta em abundância e extrema-se em vernaculidade e que, perdendo todas as impurezas que o maculam de jaças, há de fulgurar diamantino, encarnado em páginas de arte perfeita, opulentas de vida, e flagrantes de verdade.

Mas o escritor em que possamos confiar para o registro da nossa época tumultuosa é esse que, sob a aparência flácida de um preguiçoso indiferente, é uma atividade que assombra e o mais intrépido e o mais esforçado dos que servem à Arte pela glória da Vida e labutam na Vida pelo esplendor da Arte.

Estas foram as palavras de ontem e serão de hoje: o hino é um para todos os momentos. A Academia acaba de abrir as suas portas aos novos; bom é que assim seja para que se não insista em dizer que, nesta Casa, onde assistem – e excludo-me da referência – os espíritos superiores da nossa literatura, tudo é gélido e retransido e pelos cantos, enconchadas em sono veterno, jazem ancianias tórpidas que, ao estremunharem, resmungam conceitos serôdios, esmoem versos cediços, bradam contra a irreverência dos moços e, cabeceando, recaem na moderna, arrepanhando às gelhas e aos perigalhos as pontas da túnica.

Bem é que venha a mocidade ver como aqui se vive e trabalha, e trazer-nos o seu ardor, o sol do espírito, que é o entusiasmo e o sonho, que é a flor que nos perfuma e alegre a vida árida e triste. E a Mocidade aí está.

Alas à Primavera!

Discurso do
SR. PEDRO LESSA

e

Resposta do
SR. CLÓVIS BEVILÁQUA

*Sessão solene extraordinária
do dia 6 de setembro de 1910*

I

DISCURSO DO SR. PEDRO LESSA

PERMITI, Senhores, que, antes de vos exprimir o meu profundo reconhecimento, eu desempenhe este outro dever, o de penitenciar-me solenemente. Nunca, presumo, recebestes um confrade, que tenha sido tão contrário à Academia, como fui eu, na época de sua fundação e nos seus primeiros tempos. Uma boa parte das censuras e alusões satíricas, em que se desentranhou a velha, mas não cansada, maledicência indígena, a propósito da criação da Academia e da utilidade do seu concurso para o progresso intelectual do Brasil, eu repetia com aplausos, acrescentando-lhe de minha lavra algumas notas, de que resumbrava um certo malquerer. Felizmente, não teve a minha crítica a menor publicidade; escoou-se na intimidade das palestras entre amigos. E a um observador perspicaz não teria sido talvez impossível vislumbrar nas minhas frases e nas dos outros detratores da Academia, no tom e excepcional interesse com que falávamos dela, qualquer coisa, que lhe recordasse um desses jovens que, nos romances e na vida real, abespinhadamente murmuram, ou deblateram, contra aquela por quem mais tarde se mostram doidamente apaixonados.

Não haveria em toda essa dicacidade um grão de inveja, ou de despeito? No que me toca, julgo difícil responder à pergunta com segurança. Muito embora não acompanhe os filósofos, que condenam, por impossível, ou pelo menos sujeita a freqüentes erros, a observação subjetiva, reconheço de que árdua contensão precisa o espírito humano para ser ao mesmo tempo o sujei-

to e o objeto do estudo, apreendendo nitidamente certos fenômenos internos complicados, e formulando com imparcialidade conceitos verdadeiros acerca da exatidão de alguns dos nossos juízos e raciocínios, em que não raras vezes penetram sutilmente sentimentos, bons ou maus, a perturbarem a pura função do entendimento.

O que posso assegurar-vos, é que ao cabo de algum tempo se deu um completo reviramento nas minhas idéias, e creio que ainda aqui o meu estado d'alma resumia fielmente o pensamento comum dos nossos compatriotas. Comecei a anelar ardentemente a Academia, sem refletir na inópia dos meus títulos. Tanto pôde comigo essa constante aspiração, que afinal assumiu modalidades e formas inesperadas. Assim, por exemplo, de há muito não me aproximava de um acadêmico sem um certo temor reverencial. É, pois, fácil imaginar com que prazer e orgulho recebi a notícia de vossa generosidade para comigo, isto é, de minha eleição.

A Lúcio de Mendonça, o iniciador da idéia de se instituir a Academia, coube, o que era natural, o maior quinhão nos louvores de alguns e nos epigramas de muitos.

Até então eu não conhecia pessoalmente Lúcio. Quando fui matricular-me na Faculdade de Direito de São Paulo, já ele concluíra o seu curso jurídico. Mas, lá estava ainda bem luminoso o sulco aberto pela passagem do jovem poeta e jornalista democrata: o seu nome, envolto numa auréola de estima, de admiração e de respeito, enchia a Faculdade de São Paulo. Nessa quadra da mocidade foi Lúcio de Mendonça, intelectual e moralmente, o que sempre continuou a ser, e qual o tratastes na idade madura. É raro conhecermos um homem, no decurso de cuja vida, ao lado de uma incessante leveza de espírito nas produções literárias, se note uma tão inalterada coerência e perfeita unidade nos princípios, nos sentimentos e no caráter, coerência que ele sempre zelou com ufania e, algumas vezes, com excesso.

Na cidade acadêmica daquele tempo, toda impregnada das tradições românticas de Álvares de Azevedo e seus companheiros, e da glória alvorecente de Castro Alves e Fagundes Varela, cidade acadêmica tão bem descrita por Alfredo Pujol, na conferência *Mocidade e Poesia*, ser poeta era a primeira das distinções da aristocracia intelectual. Creio que para os moços de hoje a poesia

não tem a fascinação com que dominava os estudantes daquela época. O belo talento de Lúcio facilmente se amoldou à sedutora influência do ambiente.

Percorrendo-lhe as poesias, mesmo os olhos profanos, como os meus, vêem que ele não fazia parte dessa família, nascida mais tarde, de cinzeladores do verso, dominados pelo culto meticuloso da forma e pela obsessão da arte, que tão fina e tão profundamente sabem combinar a análise e a síntese e da qual são membros preeminentes Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Augusto de Lima e alguns poucos mais. Filiava-se a fase inicial do poeitar de Lúcio em uma feição literária, muito brasileira, que tem suas origens em remoto período de nossa história. Não lhe podemos reler as primeiras trovas, sem recordar a impressão que teve Machado de Assis, o mestre inolvidável, quando lhe prefaciou o livro de estréia: sendo o amor o assunto predileto do poeta, a nota predominante em suas composições é a nota elegíaca. Nos belos sonetos de Cláudio Manuel da Costa e em várias poesias de Silva Alvarenga vemos despontar bem manifesta essa tendência romântica, transformada depois em verdadeira escola, de numerosos adeptos. O que não me parece suficiente é a explicação que do fato dava o padre Sousa Caldas, o príncipe da poesia sacra entre nós:

*Nos climas do Brasil, onde amor vive,
De esquisitos deleites, de finezas...
E de ternas meiguices rodeado.*

O meio físico poderia, quando muito, explicar a freqüência com que esses poetas cantaram os seus amores. Mas, o amargo prazer de lastimar as infelicidades íntimas do sentimento, a constante reiteração da nota elegíaca, isso cuida que só se poderia atribuir ao que Machado de Assis, com a delicadeza do seu aticismo, denominou uma *intimidade intelectual*, ou a influência resultante da assídua leitura de certos poetas.

Na verdade, Senhores, conquanto não se possa bem ajuizar da sinceridade dessas revelações, de outro modo não se compreende por que, sendo tão vasta a profusão dos assuntos líricos, o que não se esqueceu de assinalar o velho Hegel em um dos cânones sagrados da sua *Poética*, hão de tantos dos nossos poetas ser tão pervicazes nas confidências acerca das suas mágoas de amor.

Em relação a Lúcio de Mendonça não exagerei no que disse. Ainda por certo não esqueceste, entre muitos outros, estes versos, colhidos a esmo nas *Névoas Matutinas*, todos de um lirismo saturado de tanta melancolia:

*À terra morta num inverno inteiro
Voltam a primavera e as andorinhas...
E nunca mais vireis, ó crenças minhas,
Nunca mais voltarás, amor primeiro!*

Penso que aqui não é necessário um grande esforço para descobrir qual era a maior *intimidade intelectual* do poeta, quando aos dezessete anos assim desafogava o seu pessimismo romântico. Do cantor d' *O Evangelho nas Selvas*, o imortal patrono desta cadeira, em que os excessos da vossa magnanimidade permitem que eu me assente, há versos, escritos quase na mesma idade, repassados desse prematuro desengano:

*Os invernos me despiram,
E as ilusões que fugiram
Nunca mais hão voltar!*

O que não é possível desvendar nas poesias de Lúcio, é o sincero desapego à vida, que levou Fagundes Varela a invocar a morte, chamando-lhe calma e carinhosamente:

*Pobre noiva tão formosa
Que nos espera amorosa
No termo da romaria.*

Os mais sentidos queixumes de Lúcio são mesclados a uma certa volúpia, que bem revela o amor da vida e o intenso desejo de viver. É só depois de cantar os inestimáveis dotes de Alice, o sorriso de criança, todo candura, e junto à meiguice de um sorriso de mãe; o olhar, mistério e sonho, cheio de luz, de glória, de doidice; a voz, uma grave melodia, tão doce como nunca mais se ouviu; o andar, comparável ao movimento do cisne que fende o lago, ao da pomba-rola na clareira, ou à névoa que desliza na planície; a boca, a macia pétala corada de rosa que de todo não abrisse, o mimo da conchinha

nacarada; que o poeta volve ao seu sentimentalismo lírico a propósito da insensibilidade do coração de tão formosa e gentil criatura.

A própria natureza inspira a musa romântica dos dois poetas, diversificando-lhes o sentimento: em Varela mais profundo e eivado de pessimismo, em Lúcio mais à superfície d'alma e a exprimir uma modalidade poética transitória. O mais belo e risonho quadro da natureza não tem o poder de lenir o sofrimento íntimo de Varela:

*O céu de azul me iluminava a fronte
Com torrentes de luz, as flores todas
Me incensavam de aromas suavíssimos.
Mas o riso da flor, o som das brisas,
A criação pejada de perfumes,
Contando aos astros em linguagem doce
Suas lendas de amores e sorrisos,
Não podiam sequer matar-me n'alma
O negro viso de uma dor sem termos!*

Descrevendo-nos com expressões vivamente coloridas a flor do ipê, a loira filha da mata, de um vicejar tão luxuriante e tão passageiro, na qual

*De ramo em ramo o tiê
Cai, como gota de sangue;
E a coral se enrosca langue
Nos teus braços, flor de ipê.*

Lúcio apenas lamenta uns amores extintos:

*Eis-te da sorte à mercê,
Já sem viço, já sem flores...
Aqueles pobres amores
Foram como a flor do ipê!*

Uma outra expressão do estro de Lúcio de Mendonça é a poesia de combate, inspirada em teses sociais e políticas, especialmente nestas últimas.

Se aos que, como eu, tendo o espírito constantemente voltado para outra ordem da idéias, apenas acidentalmente são forçados a versar assuntos

literários, fosse lícito ter uma opinião nesta matéria, eu diria que não estou com o autor dos *Esmaltes e Camafeus*, no exclusivismo com que preconiza a *pura arte*, a *arte pela arte*, nem com o ardente e convencido apóstolo da doutrina radicalmente oposta, Tolstoi, nessa generosa proclamação em que se evangeliza a teoria da arte como veículo, ou pregão, de verdades científicas e princípios éticos. O castigo, a excomunhão, que Théophile Gautier fulminou contra os poetas, que lhe transgredissem o mandamento, é terrível: a musa tem a altivez de uma deusa. Repugna-lhe sujeitar-se ao serviço de uma idéia:

...se o poeta, seu único soberano, a constringe a caminhar à frente de uma facção, cantando hinos, ou fazendo soar uma fanfarra, cedo ou tarde dele se vingará. Não mais lhe inspira os sons alados, que zumbem ao ar como abelhas doiradas, retira-lhe a harmonia sagrada, o número misterioso, balda-lhe o timbre das rimas, e permite que se lhe introduzam nos versos frases pesadas como o chumbo, somente próprias do jornal do panfleto.

Houve quem afrontasse a temerosa cominação, no próprio momento em que ela baixava das alturas de que foi lançada. É verdade que esse era um atlante, com uma inquebrantável confiança em sua predestinação, certo de que nenhum dos contemporâneos o atingiria. Victor Hugo respondeu com uma esmagadora demonstração prática, escrevendo *Les Châtiments*. Desde esse período literário parece que, exceto para uma exigente minoria, ficou o pleito definitivamente encerrado. Posto que, com diversa emoção, lemos com igual encanto os versos impessoais do mais impassível dos poetas e as poesias em que se condensam todas as cóleras e todos os ódios, que podem inflamar e sombrear o estro de um revoltado; os versos descritivos, plásticos, dos *Poemas Bárbaros* de Leconte de Lisle, ou dos *Troféus* de Heredia, e essa tremenda “Expição”, dos *Châtiments*. O que é indispensável é que nos versos haja poesia.

No Brasil, durante todo o longo ciclo do Segundo Reinado, por infortúnio dos poetas revolucionários, não houve um tirano, cuja atrocidade, ou cujo arbítrio sequer, fosse bastante para acender a indignação de um patriota. Versando, não há muito, a admirável síntese de história pátria, *Da Independência à República*, de Euclides da Cunha, notei que nem o talento impetuoso e a coruscante imaginação desse vosso saudosíssimo confrade lograram

descobrir e revelar-nos no segundo imperador traços cesarianos perceptíveis. Do que todos se queixavam, era da ausência nos partidos políticos de idéias bem acentuadas, servidas por caracteres fortes e resistentes. Esse mal a República se encarregou de provar que não era devido ao regime político, mas ao nosso atraso intelectual, e talvez a outras causas ainda menos confessáveis.

Como, dada esta sensível falta de um poder despótico, cultivar com espontaneidade, vigor e brilho, a poesia social, ou política? Nos meus belos tempos de estudante, costumavam alguns poetas novéis, neste passo imitados por alguns oradores estrepantes, evadir a dificuldade, pedindo inspiração à Revolução Francesa. Incendiavam-se contra a tirania brasileira na contemplação da eloqüência de Vergniaud, da convicção pertinaz de Robespierre, da infatigável e corajosa dedicação revolucionária de Madame Roland, das incisivas e curtas arengas que Danton trovejou diante da plebe de Paris. Esqueciam-se de que não raros dos protagonistas da tragédia de 1789, por não verificarem no indeciso e tímido Luís XVI os caracteres conotativos de um déspota sanguinário, tinham sido forçados a aquecer a imaginação na história de reinados anteriores, ou na própria história romana.

Em um meio político, especialmente assinalado pela escrupulosa tibieza de quem encarnava a monarquia, não podia ser muito fecunda a musa revolucionária de Lúcio. Legou-nos algumas sátiras a altas personagens do regime imperial, e versos mais de uma vez sugeridos por fatos estranhos ao nosso país.

Aos que não conheceram pessoalmente Lúcio, certas composições das *Vergastas* e das *Visões do Abismo*, dão uma falsa idéia do caráter e dos sentimentos do poeta, notáveis pela afetuosidade e pela doçura. Tais são, por exemplo, estes versos da “Morte do Czar”:

*Graças! louvado seja o braço niilista,
Que acertou afinal!
Matou-se a velha fera, o abutre da conquista,
O urso imperial.*

Este rubro e truculento republicano, que no verso tão ferozmente aplaudiu a morte do Czar, não cessou durante toda a sua vida, na intimidade da família, de lamentar profundamente, pungido por verdadeiro e sincero remor-

so, o ter uma vez, quando pequeno, com alguns companheiros de jogos infantis, por um gesto imprudente, furado os olhos de um passarinho.

Se quisermos aquilatar o talento de Lúcio para a poesia social, havemos de nos deter diante do admirável quadro, em que, com a fidelidade de um naturalista, nos desenha um dos aspectos do instituto civil que por algum tempo nos infamou, a escravidão. Começa por estes versos:

*Na senzala, no chão, numa esteira amarela,
Jaz o filho de Cam, o maldito. É um velho.
No mal coberto ombro os vestígios do relho
Traçaram-lhe uma cruz, a única que o vela.*

Lúcio não era somente poeta, mas também prosador, sobretudo prosador. Ensaiou o romance, e deu-nos *O Marido da Adúltera*, cujo defeito capital foi não ter animado o autor a prosseguir no gênero.

O romance, escrito num estilo espontâneo, simples e atraente, é a explanação de uma tese moral, e todo composto sob a forma de cartas, o que não ficava mal a um discípulo e admirador do *cidadão de Genebra*. Apenas, as cartas, em vez de serem de Saint-Preux a Júlia e de Júlia a Saint-Preux, são muito brasileiramente dirigidas à redação do *Colombo*, em Campanha, Minas. Uma senhora casada, por um grave deslize da ética, foi causa do suicídio do marido. Aguilhoada pelo remorso, e querendo desoprimir uma profunda angústia, e ao mesmo tempo convencer aos amigos do esposo de que, posto muito tarde e para sua irremediável desgraça, chegou a compreender o homem honrado que foi seu marido, resolveu escrever e publicar a história de sua grande desventura. Conta-nos, então, como lhe correu a infância e a juventude, as más companhias que teve, às quais, fora supérfluo acrescentar, atribui uma boa parte de suas culpas, o relativo bem-estar e a decadência econômica da família, seguida logo da queda moral de uma irmã, e depois da grande falta, já precedida de outras, que determinou a terrível catástrofe, o suicídio do marido, moço, de brilhante talento, poeta admirado, e um caráter nobre e altivo. Às cartas da desconhecida são entremeadas cartas de um colega e amigo do suicida, o qual nos descreve a vida acadêmica de Luís Marcos, tal o nome do *marido da adúltera*. Este, quando estudante em São Paulo, já havia formulado a sua doutrina acerca da punição do adultério da mulher, que mais

tarde pôs em prática. E, não tivesse ele revelado essa coerência, certo não merecera a simpatia e admiração com que Lúcio lhe traçou o retrato moral. Foi numa *república* de estudantes, a propósito do *Processo Clemenceau*, de Dumas Filho, que Luís Marcos expôs as suas idéias sobre o assunto. A conclusão era oposta à de Dumas. O marido enganado não deve matar a esposa que o enganou; deve suicidar-se. Embora à primeira vista pareça extravagante, a teoria é engenhosa, e assenta num interessante raciocínio filosófico. O marido da adúltera é um homem desonrado. Pode haver injustiça no conceito social; mas o fato positivo e incontestável é este: o marido da adúltera é um homem desonrado, ainda que injustamente. Sendo assim, o adultério da mulher é um fato, que o homem deve prever e evitar, como se deve prever e evitar a prevaricação, a calúnia, o estelionato. Se o não prevê e evita, é culpado. Pode-se prever sempre. Na vida do homem não intervém a Providência, nem a fatalidade. É dominada unicamente pela previdência do indivíduo. Primeiro que tudo, importa escolher cuidadosamente a esposa, o que não é difícil, quando se atende a que a hereditariedade é uma lei inflexível. Escolhida a esposa pela família, resta a educação da eleita pelo esposo. Essa educação é de extrema eficácia. A própria nobreza de caráter do marido constitui maravilhoso preservativo contra os desmandos da mulher; custa mais do que imaginamos rebelar-se contra a influência da honra: há altitudes morais, que a infâmia não atinge, assim como há alturas físicas, a que não chegam as infecções. Quanto à punição do sedutor e da família da seduzida, enquanto não se moraliza a sociedade e não se aperfeiçoa o direito ao ponto de equiparar ao homicida o causador imediato do suicídio e a família da adúltera, e puni-los todos pelo crime de morte, temos a sanção moral; a reprovação pública há de cair como um estigma formidável no autor da desonra, e na família que mal educou a esposa infiel: o marido da adúltera, eliminando-se, deixará os outros culpados inteiramente expostos à condenação da sociedade. O criador desta doutrina se casa, naturalmente, com os olhos fitos na lei da hereditariedade, e escolhendo a consorte pela família. Ao cabo de alguns anos sucede o irreparável desastre, e o jovem esposo põe em prática a sua teoria. Assim como na discussão entre rapazes, tem Lúcio o cuidado de acrescentar, nem um só momento lhe faltou a réplica, assim na trágica realidade nem um só instante vacilou na ação. Laura, a bela pecadora, recolhe-se, arrependida e

envergonhada, a um canto de sua província, donde divulga, para completar a própria expiação, e reabilitar o infeliz esposo, a comovente história dessa miséria moral.

Aí está, em síntese, todo o romance. O que não é possível reproduzir, e muito menos resumir, são os vários trechos de uma forma encantadora, pela simplicidade, pela veracidade e pelo modo leve de revelar uma minuciosa análise penetrante. Poucos melhor do que Lúcio terão descrito o interior de uma família que de um viver de relativo bem-estar se vai despenhando na voragem do infortúnio econômico, predecessor do infortúnio moral: as graduações por que passa a crescente penúria, a acridez de espírito, prenhe de convícios, que a cada passo explodem sem motivo, e a progressiva diminuição da resistência moral.

A teoria de Lúcio pode ter grandes defeitos, e creio que os tem, como a tese contrária do autor do *Homem-Mulher*. Nesta complicada matéria a doutrina completa seria provavelmente a resultante da combinação das duas, devendo-se pôr em prática, está subentendido, primeiro a de Alexandre Dumas, e imediatamente depois, em ato contínuo, a de Lúcio de Mendonça.

O que não posso admitir, é uma certa crítica literária, que condena e proscree os romances, assim como os dramas em que se ensinam, ou, pelo menos, se estudam, os remédios para os males sociais, que com aplausos dessa mesma crítica são minuciosamente descritos, meticulosamente analisados, rigorosamente dissecados, em outra ordem de romances. Se as questões sociais podem ser discutidas nas produções literárias, ao lado da exposição da moléstia deve estar a indicação do remédio. E, se este freqüentemente não cura, é porque tal tem sido a função normal da maior parte dos remédios, tanto dos terapeutas como dos sociólogos.

Por alguns anos consagrou-se Lúcio à imprensa de propaganda democrática, redigindo o *Colombo*, de Campanha, em Minas. Quase todos os artigos, então escritos, reuniu em um livro, a que deu o título – *A Caminho*.

Republicano feroso e intransigente, aos que têm notícia desse período da história dos nossos partidos políticos não é difícil conjecturar, com probabilidade de acerto, o que foi o ardente jornalista. Havia então um documento político, em que se compendiam as idéias aceitas por todos os adeptos da forma republicana: o manifesto de 3 de dezembro de 1870. Para esse decálogo do início da propaganda democrática duas reformas sobrelevavam todas as

outras, por se reputarem a expressão das mais prementes necessidades políticas do país: a abolição do poder moderador, apontado como causa primordial, senão única, de todos os nossos males sociais, elimináveis pela atividade política, e a instituição do regime federativo, que se afirmava ser imposto pela natureza, pela topografia do Brasil, pela diversidade de zonas em que se divide, climas vários e produções diferentes. Desses dois pontos essenciais do novo credo político de então era a crítica do poder moderador, teórica e praticamente examinado, a tarefa absorvente da imprensa democrática. O regime federativo, por quase todos os republicanos ardentemente almejado, por quase nenhum era estudado, ou conhecido, superficialmente sequer. Eis uma verdade, da qual nos têm ministrado provas abundantes as vacilações, os avanços e recuos, e os desvios dos três poderes constituídos, o legislativo, o executivo e o judiciário. Com a mesma descuriosidade quanto ao presidencialismo, que nunca foi objeto de um estudo comparativo, aliás imperiosamente exigido pelo método positivo, o único hoje aplicável ao conhecimento dos fenômenos sociais, propugnavam não poucos a adoção desse sistema.

O espírito revoltado de Lúcio, impelido pelo influxo do meio, também se interessava de preferência pelas polêmicas concernentes às atribuições e ao exercício do poder moderador, “o único poder ativo do país, onímico, onipotente, perpétuo, superior à lei e à opinião”. Consistiam, em geral, os escritos do jovem e infatigável jornalista em uma censura sem indúcias dos atos desse poder, acoimado de usurpador de todas as funções políticas.

Nos seus artigos não faltavam de vez em quando algumas arremetidas imprevistas, que deviam provocar ao adversário um irreprimível movimento de surpresa. Aludindo a uma das mais consideráveis personagens da política imperial, escreveu de uma feita: “Efetivamente, ele é um Luculo, depois de voltar do Oriente, forrado de Cartouche, e tendo aprendido a amar com D. João e a discursar com Tartufo.” Por mais habituado que estivesse à linguagem de nossa imprensa diária, cuja liberdade nos últimos tempos do Império, D. Pedro II manteve ostentadamente, com certeza o velho servidor da pátria não pôde evitar um gesto de espanto, ao ver-se, em idade já avançada, e em meio de suas graves ocupações, comparado simultaneamente a Luculo, Cartouche e D. João Tenório.

Lúcio voltava sempre aos seus primeiros amores: o jornal e a advocacia não o fizeram esquecer a literatura. São desse período muitos dos contos, que depois se enfeixaram no livro *Esboços e Perfis*, a que se seguiu mais tarde um outro volume – *Horas do Bom Tempo*.

Alguns desses contos são primores de observação e de estilo, e nele temos a melhor parte da produção literária de Lúcio de Mendonça. Distingue-os, geralmente, um acentuado brasileirismo, naturalmente explicável por muitos anos de vida provinciana, e de contato quase ininterrupto com a natureza e com os habitantes do nosso interior. As viagens, que Lúcio apreciava, eram as viagens na província. “Viajar, escreveu ele nos *Esboços e Perfis*, é uma bela coisa, não lhes parece? O simples verbo evoca um bando de imaginações deliciosas... – a estrada vermelha, orlada das verduras do mato; ou os campos extensos, onde os fortes bois pensativos lembram Virgílio e a *Écloga*; ou, além, no fundo do vale, a água tranqüila, à sombra dos ramos vergados, em plena poesia bucólica; ou, na estrema do horizonte, a linha azulada das serras longínquas, por onde o nevoeiro vai arrastando os seus fantasmas lendários...” As próprias personagens, por ele criadas, amam as viagens pelos nossos sertões exprimindo o seu entusiasmo por frases como estas:

Quem já viajou de madrugada, na província, na minha principalmente, pelos extensos chapadões forrados de verdura, donde os primeiros beijos do sol erguem tênues brancuras de nevoeiro das moitas de capim, onde a noite entesourou as pérolas do orvalho; quem, nas frias manhãs mineiras, já viu adiante e por todos os lados o horizonte vastíssimo, limitado pelas serranias que a distância azula, respirando a plenos pulmões o fino ar puríssimo, perfumado como se dormira a noite no seio das flores; rodeado das vivas alegrias da alvorada ouvindo a música dos pássaros, admirando as pompas com que o céu se veste para a chegada do sol; forte, repousado, sentindo-se vigoroso e armado para todos os combates; esse compreenderá o estado de espírito em que eu me achava...

Não se procure nos contos de Lúcio uma observação paciente, trabalhados exames psicológicos, que denunciavam uma investigação aturada, longa, poderosa, o estudo profundo, que nos dá os tipos compreensivos, a intensa preocupação artística, um conjunto sistemático. São quadros da vida, desenhados com dois traços leves, a reproduzirem rapidamente, em um instantâ-

neo, caracteres e fatos, não raro vulgares, as alegrias fugazes de todos os dias, e as decepções, as tristezas, as dores comuns, que compõem o tecido da existência humana. Bem se poderia dizer dele o que a propósito de um célebre mestre no gênero, cujo nome várias vezes, em escritos e na conversação, tem sido lembrado pelos que se ocupam de Lúcio, escreveu Anatole France, notando que toda a sua filosofia está encerrada nesta pequena canção, que as amas repetem às crianças:

*Les petites marionnettes,
Font, font, font,
Trois petits tours,
Et puis s'en vont.*

O escritor a que aludi é Guy de Maupassant, e a comparação, Senhores, não claudica. Ambos desenham os tipos que se lhes oferecem, sem preocupações de qualquer espécie. Em ambos a linguagem é espontânea, sóbria, simples, natural. E, se fosse preciso um traço particular, que aproximasse um do outro, ainda o teríamos nessa predileção e rara felicidade, com que Maupassant nos descreve o camponês do seu país, e Lúcio o nosso caipira. Lúcio no-lo apresenta palpitante de realidade, com as suas qualidades e os seus defeitos, com uma grossa camada de superstição, vingativo, dissimulado às vezes, violento até ao homicídio, mas probo em geral, com o seu inerradicável fundo de honestidade, a sua rude compreensão da honra e da justiça e sempre com a sua tosca linguagem de um sabor peculiar, tão expressiva, tão pitoresca. *João Mandi*, o barqueiro, “um robusto homem de calças arregaçadas até os joelhos, mostrando as fortes pernas musculosas, e a camisa desabotoada no pescoço, deixando ver o peito cabeludo”, casado com a bonita “morena, cujo cabelo negríssimo emoldurava uma testa admirável, pensativa e tranqüila; mas, a grande maravilha daquele rosto acabadamente mineiro, eram os olhos, amplos, luminosos, idílicos, tão afogados em ternura que se diriam lâmpadas misteriosas, acesas por magia divina para alumiar os momentos supremos da paixão”; João Mandi, que afoga o seu galante hóspede, pelo motivo que bem se adivinha; e, voltando do rio, quando “a chuva engrossara e caía uma carga d’água violentíssima, entre fuzis e trovões horríveis”, ao ver a mulher prostrada e arquejante junto de um círio aceso “à imagem grande de

Nossa Senhora do Socorro”, lhe brada, com uma sombria entonação de blasfêmia: “– Não perca o seu tempo: com um temporal destes, todos os santos do céu estão surdos”; o tipo de *João Mandi* não se apaga da memória dos que leram os contos de Lúcio. E que melhor sinal de uma boa criação literária? Igual impressão nos deixam o *Coração de Caipira*, o *Defunto Alegre*, cuja leitura nos traz à lembrança *La Roche aux Guillemots*, de Maupassant, o *Luís da Serra* e alguns outros

O espírito leve, juvenil, de Lúcio, comprazia-se em recordar os episódios da sua vida de estudante; e mais de uma vez o seu bom humor, ressuscitando esse passado, no-lo descreveu com a frescura e o interesse primitivo. As *cenhas da vida boêmia*, em geral, só nos prendem o espírito, e excitam o riso, quando somos adolescentes, e as presenciamos. Trasladadas em livro, formam um dos gêneros literários mais difíceis. Tentando dar-nos a conhecer a vida do estudante coimbrão na biografia acadêmica de João Penha, Gonçalves Crespo narra-nos como um dos culminantes eventos dessa quadra boêmia o “famoso duelo” em verso do poeta do *Vinho e Fel* com o autor da *Morte de D. João*; mas, os improvisos dos dois vates não merecem sequer a honra de ser transcritos na obra poética de ambos. Se Eça de Queirós, o divino Eça, nos faz ler de uma assentada, com um sorriso ininterrupto, que traduz um intenso gozo intelectual, as suas anedotas acerca de Antero de Quental, em Coimbra, vemos bem, logo depois, que o sucesso do narrador é devido quase exclusivamente ao mágico poder do seu espírito e ao encanto particular do seu estilo. Reconheço que sou um pouco suspeito ao emitir estes juízos: nós, os que somos, ou fomos professores, raras vezes descerramos os lábios, num começo de sorriso, ao ouvirmos contar essas farsas e aventuras de rapazes. Estamos habituados a ter notícia de novos gracejos e zombarias, algumas vezes mais picantes do que os antigos, e nutrimos sempre um íntimo receio de ser vítimas desses lances de vindita dos nossos alunos. Daí o estarmos continuamente em guarda, quando lemos essas histórias. Pois bem: os contos de Lúcio, tão cheios de vida, e escritos com uma certa ingenuidade, são lidos com prazer pelos moços e até por alguns velhos professores.

Nem sempre é a nota alegre que sobreleva nessas ligeiras memórias e fantasias. Pela *Exumação* perpassa continuamente um sentimento de afeto e de ternura. É a amizade de Lúcio ao seu companheiro de Academia em São

Paulo, há tantos anos e tão prematuramente morto, o poeta das *Flores do Campo*. Aí temos o vosso saudoso confrade a vaguear sobre um assunto em que muito poucos poderiam competir com ele; pois, a muito raros é dado escrever, ou falar, da amizade com um coração tão sensível e tão franco.

De fato, Senhores, era o coração de Lúcio um tesouro inesgotável de afetos para os amigos. Para ele a amizade nunca foi isso que Edmundo de Amicis nos descreve minuciosamente, em uma longa resenha das várias espécies de amigos:

...a pobre amizade de todos os dias, incerta como o tempo, móbil como o ar, continuamente atormentada de mil pequenas e míseras paixões, hoje afetuosa e gentil, amanhã desconfiada e vingativa, algumas vezes generosa, muitas outras bisbilhoteira, quase sempre leviana, não raro mentirosa, por nós mesmos julgada de cem modos vários, que fazemos servir a fins inúmeros, ora objeto de mofa, ora tomada a sério, já atirada para um canto, já requestada com amor, constantemente concedida, recobrada, recusada, profusa, extinta, implorada, conforme as nossas disposições de ânimo, as nossas necessidades e caprichos, demasiadamente volúvel como o amor, complexa, profunda, maravilhosa, como o próprio coração do homem.

Não era, tampouco, a amizade que Emilio Faguet, esse outro monógrafo, tão sintético, da amizade, reduziu toda a este conceito: defender-nos diante dos que nos acusam, ou nos ridicularizam. Não direi que fosse a amizade destes versos de Gonçalves Dias:

*Meus prazeres
Foram só meus amigos; meus amores
Hão de ser neste mundo eles somente.*

O espírito de Lúcio era bastante complexo, e dotado de bastante alacridade, para se encerrar em um prazer, ou em um sentimento exclusivo. Mas, foi com certeza a amizade da *Ética Magna* de Aristóteles, ao mesmo tempo um espontâneo e profundo sentimento e uma grande virtude. Quem não lhe conhece a dedicação comovente ao irmão mais velho, que o iniciou em todos os estudos, desde os mais tenros anos, o vosso eminente confrade Sr. Salvador de Mendonça?... Iniciou em todos os estudos... não disse bem. Lúcio nunca teve professor de primeiras letras. Na idade de cinco anos, ouvia ler um

pequeno trecho de um jornal, ou de uma carta, retinha-o na memória, e depois ia casando os sons com os caracteres gráficos. Foi assim que aprendeu a ler e escrever, sem nunca ter tido mestre.

Nos fatos mais insignificantes revelava-se a afeição e o carinho de Lúcio para com os amigos. Tinha delicadezas de sentimento, que pareceriam impossíveis a quem só conhecesse as bruscas irrupções do seu temperamento quase impulsivo. Quando estudante em S. Paulo, moravam na mesma casa ele, o eloqüente e ilustre orador sagrado padre Francisco de Paula Rodrigues e mais um ou dois companheiros. Um dia, Ezequiel Freire, o amigo inseparável de Lúcio, a quem já me referi, lia um romance, em que abundava excessivamente a nota crua, em um dos aposentos da casa; e Lúcio, que foi sempre livre-pensador, tão cioso de sua coerência em princípios filosóficos e políticos, bruscamente interrompeu o leitor com estas palavras: – “Vamos ler no meu quarto; nesta sala o padre Chico lê o seu breviário.”

Vede agora o reverso da medalha, sem o qual não vos daria idéia exata do que foi Lúcio de Mendonça: não era raro dizer-lhe algum colega na Faculdade de Direito: – “Parece que estás ficando católico; a convivência com o padre Paula Rodrigues vai pouco a pouco modificando as tuas crenças religiosas.” Já estavam todos certos de que no dia seguinte apareceria infalivelmente na *Província de S. Paulo*, o jornal de Rangel Pestana e de Américo de Campos, um tremendo e descabelado artigo contra a religião e contra os padres.

Proclamada a República, o mais ardente sonho... (aqui, por ser a exata expressão da realidade, bem pode ser permitida a tão estafada frase), o mais ardente sonho de toda a sua mocidade, não quis Lúcio ocupar nenhuma posição política de combate, o que tão bem se ajustaria à sua índole e qualidades de lutador. Depois de exercer alguns cargos burocráticos e de auxiliar da magistratura, veio afinal refugiar-se nesta. Que se teria passado naquele nobre espírito, dominado sempre até à obsessão por estas duas idéias, que foram os lemas supremos de toda a sua vida: coerência e independência? Menos feliz do que o trovador da Aquitânia, que, embalado nos braços de sua princesa adorada, mas não possuída, ouviu, à guisa de consolação extrema, estes versos sonoros e de um conceito tão verdadeiro:

*Tu n'auras pas connu cette tristesse grise
De l'idole, avec qui l'on se familiarise,*

ele viveu muitos anos em íntimo contato, a familiarizar-se com o seu ídolo, cujos defeitos, erros e delitos, assim foi constringido a conhecer.

De Lúcio, juiz, muito pouco direi. Não receeis que eu cometa a profanação de, no recinto da Academia, aludir às suas opiniões acerca do *habeas corpus* e do recurso extraordinário. Notarei unicamente que a sua variada cultura jurídica, a pureza do seu caráter, a sua grande elevação moral e o próprio exaltado sentimento de independência haviam forçosamente de fazer dele o digno e eminente magistrado, que foi.

Uma das mais úteis e patrióticas obras de Lúcio de Mendonça (desculpai-me, Senhores, se neste momento vo-lo digo) foi a fundação da Academia. Num período histórico, em que um vão desejo de notoriedade perturba tantos espíritos, arrastando-os a singularidades injustificáveis, e a anarquia das idéias pede meças às extravagâncias da forma; quando é preciso, para me servir das palavras de Ferdinand Brunetière, “defender os direitos da tradição contra o assalto tumultuoso do modernismo”; que mais eficaz instituição, que melhor autoridade moral, a única possível no caso, do que a Academia, onde, em um terreno neutro, se encontram os velhos e os novos, sempre que as inovações destes não se traduzem em investidas contra o bom senso e o bom gosto? Se, antes de uma longa tradição, que o grande morto de ontem, Joaquim Nabuco, julgava indispensável para o prestígio de uma academia, já a vossa fama fascina o espírito dos homens de letras e dos cientistas do Brasil, ao ponto de um mero cultor do Direito, que apenas teve como título de apresentação a vossa benevolência e magnanimidade, considerar o seu ingresso nesta companhia o maior prêmio do seu amor ao trabalho; é fácil presumir o que será a Academia, quando ao renome dos seus mais ilustres consócios se aliar a consagração do tempo, o poder ampliador da tradição e a idealização por que a história faz passar os seus eleitos.

Ainda quando se limitasse a Academia a zelar a pureza da língua pátria, a vedar que se enxovalhasse, pelos iconoclastas da vernaculidade, que se perdesse, ou se diminuísse, a energia, a frescura, o perfume e a cor, que ela sempre conserva, quando tangida por uma pena hábil e carinhosa, que maior ou mais patriótico serviço fora possível prestar à nossa pátria?

É sob esse aspecto moral que eu julgo boa a última criação de Lúcio. Foi uma obra eminentemente patriótica; pois, quando lhe negassem todos os

benefícios que pode trazer-nos, nunca fora possível contestar à Academia o mérito que o ceticismo galhofeiro de Camilo Castelo Branco não recusou às academias congêneres do século XVII, o de “estimular algumas ambições honrosas”.

II

RESPOSTA DO SR. CLÓVIS BEVILÁQUA

PARA dizer-vos, numa sincera efusão de simpatia, que a vossa ausência era sentida nesta Casa, e que a vossa presença nos desvanece, teria qualquer outro mais louçania na frase, maior elevação nos conceitos; nenhum, entretanto, poria mais forte vibração de sentimentos, não no dizer, porque a palavra reflete a feição mental de cada um, mas no simples gesto de vos abrir a porta, porque todos desta família vos estimam com igual afeto. E a oração, que acabamos de ouvir, carinhosa evocação de uma fecunda e nobre existência, que se afirmou na sociedade, com distinção e brilho, excelentemente corresponde a esse estado d'alma, em que nos achamos para convosco.

A arte superior, com que desenhastes a figura inolvidável de Lúcio de Mendonça, porque a recebestes do sentimento afetivo e da sinceridade benévola, avultou, na memória do nosso coração, a saudade do morto e, ao mesmo tempo, nos fez sentir quanto andamos bem inspirados, colocando-vos na cadeira, que ele ilustrou, sob o patrocínio do vate iluminado, em cujo estro passaram doloridas as tristezas íntimas da alma nacional.

Entre vós e o confrade que substituíis, há irrecusáveis analogias. Será puro acidente ter ele pertencido ao elevado Tribunal de que sois um dos mais puros ornamentos; mas, viesse de combinações inaveriguadas de hereditariedade, ou fosse que o feitio de vossas almas recebesse a impressão de um modo semelhante ao se individualizarem, o certo é que eu vos sinto irmãos, no modo grave e simples de encarar a vida, no desassombro em face das dificul-

dades de toda ordem, sociais ou intelectuais, e nas aspirações de liberdade, em que o espírito se alça para regiões superiores e mais dilatados horizontes.

Destacastes, com muito critério, a característica primacial do nosso confrade extinto, como homem social, como elemento ativo do organismo político, a que pertencia: “a inalterada coerência e a perfeita unidade nos princípios, nos sentimentos e no caráter”. Mas essas prendas morais são igualmente vossas!

Se Euken é um idealista, que lembra Plotino, pelas concepções fantasiosas, não é simples miragem de sonho a sua idéia de que a vida é um animado drama cósmico, em que se desdobram as faculdades concriadoras da natureza e do homem, esforçando-se o espírito por quebrar os grilhões, que o prendem à matéria, forjando esta as cadeias com que intenta subjugá-lo e impedi-lo de sereno librar-se no azul. Não vos arreceeis deste dualismo oposto às idéias de vossa predileção, e da minha também, seja-me permitido recordá-lo, pois, se a vossa visão do mundo não coincide com a minha, em todos os seus pontos, como dois círculos de raio igual, são comuns os fundamentos das nossas convicções filosóficas. Aceitemos, da concepção de Euken, apenas o que sobrenada à flor do pensamento, e não nos aventuremos pelo mar sem fundo e sem margens da sua metafísica. Para afirmarmos que o espírito atua sobre a natureza, não é preciso adotar o credo idealista do filósofo alemão. Basta olhar para a história das civilizações. É suficiente considerar as maravilhosas transformações operadas pela indústria, pelas artes, pela ciência.

Vós mesmo dissestes:

Nem os grandes homens podem tudo, nem deixam de poder alguma coisa, para o bem ou para o mal. Sem o poder mental de Sócrates, de Platão e de Aristóteles, provavelmente não teríamos tido aquelas profundas concepções filosóficas que, ainda hoje, os cérebros mais potentes nada mais fazem do que desenvolver.

E não é somente como inteligência que o homem revela as suas faculdades concriadoras, ao lado da natureza. Força produtora considerável lhe é também a vontade, quando é o expoente de um caráter enérgico, ou, como diria Maudslay, de um *eu* fortemente constituído. Em Lúcio de Mendonça, a atividade intelectual era dirigida pela integridade do caráter; de modo que a sua influência no meio social, em que viveu, foi um assinalado impulso para o

progresso de sua pátria, não simplesmente pelo aspecto literário, mas, ainda, pelo moral e político. As idealidades sociais, como a escola de Ardigò costumava designar as belas aspirações que iluminam, dirigem e consolam a porção mais elevada da alma humana, tinham para ele uma sedução incontrastável, e multiplicavam-lhe as capacidades de resistência e combate. Variando os modos e os processos, tendes muito de semelhante a essa organização moral e, com fervor correspondente, prosseguis um ideal de liberdade organizada pela justiça, que imprimirá, naturalmente, aos resultados de vossa ação sobre os vossos patrícios, uma fisionomia, que não há de diferir muito do precipitado moral da influência de Lúcio de Mendonça na sociedade brasileira.

Compreende-se que as palavras – justiça e liberdade – não foram aqui empregadas para um simples efeito literário de momento. Falo da liberdade externa de agir na vida social, conquista do indivíduo, que consegue, sem sair do meio que o circunda, destacar-se da massa homogênea da coletividade, por esse mesmo processo de diferenciação, que suscita, no universo, o aparecimento indefinido das variedades fenomênicas, para, aceitando as normas, que lhe são impostas pelas necessidades da vida em comum, ser uma força consciente a impulsar a máquina poderosa e vasta do mundo social, ainda que numa quantidade mínima, desaparecendo rápida no eterno volver dos tempos.

Olhada por este ângulo, a história se nos apresenta como um longo e penoso, mas confortante processo de emancipação; podemos dizer, ampliando um pensamento de Berolzheimer: emancipação do escravo, do poder do senhor; emancipação da plebe, da dominação patrícia; emancipação do Estado, da autoridade da Igreja; emancipação da inteligência, das malhas da superstição; emancipação política; emancipação doméstica, jurídica e espiritual da mulher. Mas emancipação não quer dizer eliminação das leis, subversão da normalidade. Se o indivíduo consegue destacar-se da confusão coletiva, não é para viver soberano e estranho à comunhão. Tal não pode ser. Como os corpos físicos se acham, necessariamente, dentro do éter que os envolve, domina, penetra e movimenta, o indivíduo tem de viver no meio social, onde se move, para o qual coopera, e sobre o qual reage, partícula infinitesimal das energias que trabalham o universo. Para que, portanto, seja possível a liberdade, como expressão do valor do indivíduo perante a comunhão, necessário se faz, igualmente, que esta seja contida por um princípio superior, a cujo impe-

rativo não lhe seja permitido desobedecer. A sociedade não pode viver sem o equilíbrio dos elementos que a compõem. Para manter esse equilíbrio foi criado o Direito; e o ideal deste é estabelecê-lo, sem prejudicar o desenvolvimento íntegro e harmônico das energias sociais. Nisto consiste a justiça, que pode achar-se em desarmonia com a lei política, porém nunca em antítese com as necessidades fundamentais da vida social, que as consciências de escol retratam. A liberdade organizada pela justiça é, pois, a expansão da atividade normal de cada indivíduo ou agrupamento de indivíduos, tão ampla e tão intensa quanto for possível, sem perturbação da atividade lícita dos outros, e sem oposição aos interesses vitais da sociedade.

Mas, se a vossa organização moral apresenta pontos de notável semelhança com a de Lúcio de Mendonça, a fisionomia intelectual é bem diversa. Poeta, jornalista, político militante, predominavam, no autor das *Visões do Abismo*, a emoção estética e a emoção social, e, muitas vezes, os entusiasmos como as irritações desta afogavam, numa quente labareda de vulcão, as suavidades líricas, em que a primeira começara a florir. Formado em Direito e, mais tarde, exercendo, muito distintamente, alta função na magistratura, as abstrações do Direito não lhe atraíam, preferentemente, a inteligência límpida e vivaz.

As cogitações filosóficas também não lhe despertavam o mesmo interesse que em vós despertam. Ele era um fino literato a perلustrar os domínios do direito, tendo por guias o sentimento de justiça, que era nele claro e forte, e os princípios políticos, bem cimentados pela consonância da educação com o temperamento. Vós prezais, em muito, as boas letras, mas ao estudo do Direito e da Filosofia tivestes de consagrar mais demoradas horas, casando as tendências do espírito com as exigências da vida.

Em Filosofia sois evolucionista com Spencer e, através dessa doutrina filosófica, olhais o evoluer da sociedade, as prescrições do Direito e as lutas em que se debate a alma humana, presa no tórculo das solicitações divergentes. Certo não fazeis dos livros do filósofo inglês um Alcorão intangível; o espírito vos fica livre, não somente para recusardes algumas das conclusões do mestre, como, ainda, para tentardes as vossas próprias induções ou aceitardes as que, encontradas por outros, vos parecerem dignas de ser incorporadas à sistematização da experiência; mas o encadeamento dos fenômenos se vos afigura, como ao pensador britânico, um natural desdobrar de forças, que se

transformam indefinidamente, idênticas na sua substancialidade, apesar da variedade dos modos, pelos quais no-las revela o nosso aparelho perceptivo.

Tem-se exprobrado, ao evolucionismo, sua feição materialista, pela qual, se acaso se prende aos grandes espíritos da antiguidade grega, à escola científica de Alexandria, e aos admiráveis sistematizadores do século XVIII, tornou-se impróprio, sentenciam, a permitir desafogado surto a certas qualidades, sem as quais o homem é um ser mutilado.

Esses predicamentos, que se supõem sacrificados pela filosofia empirista, são os impulsos generosos da alma, que atenuam as asperezas da vida, espargindo sobre elas a unção da bondade, quer sob a forma passiva da tolerância, quer sob a modalidade ativa da beneficência; ou fazem menores as dores do presente, anestesiando-as com as esperanças de reparação no futuro; ou colocam, ao lado da lei austera, a mansuetude da equidade, que desvenda os olhos à justiça, para que não vá ferir a quem devera amparar.

Seria inoportuno desenvolver a defesa do materialismo, quando esta resulta das investigações severas de idealistas sinceros, como Lange, e a do evolucionismo, quando a temos completa e brilhante em Sívio Romero.

Inoportuno seria, também, reconsiderar as objeções levantadas contra a doutrina da evolução, porque há quem não compreenda a vida psíquica e a organização social, como estados diferentes da mesma força, que elaborou a nebulosa primitiva, dela arrancou os astros, e fez surgir a vida, na terra resfriada; e porque alguns entendem que a relatividade objetiva e subjetiva dos conhecimentos humanos, princípio, aliás, comum a várias formas da Filosofia moderna, outra coisa não é senão o ceticismo, que a mente enferma produz.

Faz-se a primeira destas objeções em nome do empirismo pluralista, segundo a denominação de um dos seus próceres, William James; faz-se a segunda, em nome desse estado de consciência, que o *Fausto*, na tradução de Castilho, chama

*ânsia inata,
que nos ala a querer no infinito escuro val
às altas regiões, onde a alma se dilata,
em comunicação com o sobrenatural.*

Esse amor ao que transcende a esfera da experiência, é tão imperioso que, às vezes, irrompe, inopinadamente, para coroar de fantasias um sistema, que declarara afastar todo método que não fosse o experimental. Mas... não disputemos. Antes, voltando-nos para os que podem ter voto neste pleito, digamos como o poeta soberano:

*O voi ch'avete l'intelletti sani,
Miratte la dottrina che s'asconde
Sott'il velame degli versi strani.*

Não disputemos. Seja-me, porém, lícito declarar que, nos domínios das minhas pesquisas mais freqüentes, que também são as vossas, encontro, sempre, confirmações da doutrina evolucionista.

Na Alemanha, o evolucionismo jurídico, depois de ter, com o princípios do interesse, alcançado as generalizações tão profundas quanto luminosas de Ihering, depois das assombrosas condensações da jurisprudência etnológica de Hermann Post, aproxima-se agora de Hegel, e o mais estimado representante da Filosofia Jurídica de hoje, naquele país de intensa cultura, Joseph Köhler, é neo-hegeliano. Os desta escola repelem o apriorismo racionalista de Stammler, que pretende ressuscitar o finado Direito Natural, aceitando o método empírico dos novos tempos e vêem, no Direito, um resultado da cultura, que lhe reflete os vários componentes ideais e materiais. De Hegel lhes ficaram a razão imanente do Direito e a relativa justificação dos vários estádios de seu desenvolvimento. Não estaríamos longe da verdade, insinuando que, apesar do nome e de algumas fórmulas do sistema, o neo-hegelianismo, tal como o adotam os luminares da ciência jurídica alemã, é um empirismo, que procura destacar dos fatos as uniformidades de existência e sucessão, e a razão de ser das transformações, que se operam na história. Apenas, para que as explicações não fiquem a meio caminho, permite-se que o resto da jornada seja feito à luz da Metafísica.

Na Itália, mercê da influência de Spencer e Ardigo sobre um considerável grupo de juristas egrégios, como D'Aguzzo, Vanni, Brugi, Miceli, Groppali, o evolucionismo jurídico é de feitio mais positivo.

Em ambos os países, e preferi falar daqueles em que mais se têm aprofundado, em nossos dias, os estudos de Filosofia Jurídica, aceito o ponto de

vista evolucionista, o Direito se compreende como um fenômeno social, que se revela na História. O observador apenas o vê atravessar as épocas e os povos em constante remodelação, e o teorista indica-lhe as curvas da marcha para assinalar como reflete a cultura dominante e como realiza a justiça. Outros dirão que o Direito é necessidade ética e não existência de fato; o evolucionista quer remontar às categorias, pela observação de que existe ou se realizou na História.

Entre estas duas poderosas correntes, eu, como vós, inclino-me para o empirismo evolucionista, ainda que veja o novo idealismo puro. Para instilar no Direito as idéias da ética, as expansões do liberalismo, as solicitações da equidade e do humanismo, basta não procurar segregá-lo do conjunto social, não desconhecer as relações de mútua penetração entre ele e as diversas formas da atividade humana, não turvar as soluções da razão esclarecida pelo saber com as considerações de origem menos pura.

Com apoio no evolucionismo, expusestes a doutrina jurídica, em toda a sua amplitude e complexidade, quando lente na Faculdade de S. Paulo, cujas gloriosas tradições soubestes honrar, a cujos fastos acrescentastes uma página animada, que se não apagará. Ensinastes, ali, que o Direito não é a disciplina obscura e rígida que muitos suspeitam, e escrevestes essa erudita e bem deduzida dissertação de Psicologia aplicada ao Direito Penal, que vos sagraria mestre, se já não tivésseis conquistado o título por outros feitos.

Estes resultados vos devem deixar tranqüilo, quanto à orientação que destes ao vosso pensamento, e vos dirão que ainda não soou a hora de mudá-la.

Fora do domínio do Direito, mas, ainda dentro das raias das investigações filosóficas, debatestes a questão da classificação da História entre as ciências. Tratava-se de publicar uma tradução da obra magnífica de Buckle, *História da Civilização na Inglaterra*, e, chamado a prefaciá-la, examinastes, uma por uma, todas as doutrinas sobre o valor e a categoria da História, pesastes todas as idéias, discutistes todos os autores, que se externaram sobre o assunto, e, depois dessa paciente inquirição, concluístes recusando a essa disciplina o caráter de ciência. Vosso trabalho é de 1900. Em dez anos, as idéias, que se não petrificam na intransigência do sectarismo, podem sofrer modificações, e vós fechastes o trabalho de então, como quem não considera o caso irrevogavelmente julgado, despedindo-vos do leitor com a célebre frase

de Shakespeare, que escarnece das pretensões da pobre filosofia humana a desvendar o mistérios do mundo. Esse tom dubitativo de vossa conclusão leva-me a crer (esta crença pode ser uma forma do desejo) que a vossa inteligência ávida de verdade, pronta a perceber a ordem natural dos fatos e a correlação das idéias, tenha reconhecido que ao lado da sociologia, ciência abstrata, que procura determinar as leis referentes aos fenômenos sociais, e de cujo valor estáveis convencido, é possível a História, ciência concreta que apresenta a sociedade em marcha para o seus destinos, crescendo e desenvolvendo-se, de acordo com as leis que a Sociologia tenta extrair do confuso enovelamento dos fatos.

Dissestes que “a História coleciona e dispõe, metodicamente, os materiais, em cuja observação e comparação haurem suas induções ciências diversas. O método descritivo, aplicado pelo historiador, é um excelente instrumento, acrescentastes, para a aquisição de verdades gerais da Sociologia e seus ramos especiais”.

Este pensamento é justo e corresponde ao que, não há muito, externava Samló, reclamando a criação de uma Sociologia rigorosamente descritiva, para tornar possível à Sociologia abstrata encontrar as suas induções na floresta inextricável dos acontecimentos. Mas, se assim é, forçoso se faz reconhecer que o historiador, para apanhar a verdadeira expressão dos fatos e a sua natural filiação, tem de penetrar-lhes o âmago e descobrir as influências físicas, econômicas, étnicas, morais e até individuais, de cujo concurso resultaram. Não será um simples narrador; há de ser um psicólogo da sociedade, porque é a alma social, o homem no seu aspecto geral de ser talhado para a existência coletiva e não incompleto pela desagregação individual, que lhe cumpre apanhar em ação constante, no trabalho intermimo e grandioso da civilização.

E nessa tarefa, sem dúvida escabrosíssima, há os elementos de uma ciência, não de leis ou de noções, mas de fenômenos, que se expõem metodicamente, coordenados, segundo a elação da casualidade.

Perdoai-me, se não compreendi bem o vosso pensamento neste particular. Isto, aliás, pouco importa. O que mais do que essa possível divergência me interessa, é poder afirmar, como síntese da apreciação de quanto de vós conheço, que possuí, bem acentuadamente, isso que Renan chamou boa saúde intelectual, exemplificando com as mentalidades tão diversas nos seus

produtos, mas tão semelhantes na sua constituição e na sua força, de Luciano, Montaigne e Voltaire. Não pretendo comparar-vos com qualquer desses escritores de ceticismo jovial ou áspero, panfletários de gênio, que dispersaram, numa congérie de ensaios multifários, ditos picantes, observações sagazes, pinturas de surpreendente verdade. Vosso feitio é outro. Mas se a saúde mental é o equilíbrio das faculdades do espírito, que dá o bom senso, a visão clara das coisas e o poder de transmiti-la aos outros, com sinceridade e sem os arrebatamentos, que desviam o juízo da trilha da retidão, vós a tendes, sem dúvida. E, de par com a saúde intelectual, tendes a saúde moral, quero dizer, essa inteireza de caráter e amor da justiça, sobre que tão adequadamente assenta a vossa toga de magistrado, e que tanto vos eleva na estima dos contemporâneos.

Discurso do
SR. DANTAS BARRETO

e

Resposta do
SR. CARLOS DE LAET

*Sessão solene extraordinária
do dia 7 de janeiro de 1911*

I

DISCURSO DO SR. DANTAS BARRETO

SEJAM as minhas primeiras palavras, nesta solenidade regulamentar, do mais vivo reconhecimento para com os eminentes escritores que me deram entrada na Academia Brasileira de Letras, em cuja serena atmosfera eu procurava, desde muito, um lugar, embora o último, para desafogo de uma existência intelectual que me seguia com permanente insistência. Evidenciado, entretanto, que não posso aspirar neste instituto senão o que ao mais obscuro dos seus associados compete, é certo que não venho preencher, assim, o vazio que se fez com a morte de Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, um dos brasileiros que mais dignificaram sua pátria e que melhores vestígios deixaram da sua passagem pela vida.

E se as dificuldades com que lutei para vencer a distância que me separava de tão valentes peregrinos, eram para desanimar um espírito menos resolutivo, sem os hábitos das contrariedades torturantes, maiores proporções tomara o meu empenho de triunfo.

Por isso a minha vitória, de certo indiferente à grande totalidade dos nossos homens de letras, tem o alcance para mim de um sucesso francamente premeditado, de uma aspiração vivamente satisfeita. Confesso-vos que me sinto orgulhoso desta aproximação que me deu a segurança da vossa generosidade sem restrições.

Contudo, não levo a minha vaidade natural ao ponto de acreditar que resultasse do meu valor pessoal o acolhimento que tive nesta Casa. É que

todos vós tendes acompanhado o desdobramento dos fatos que, desde muito, ilustram os melhores capítulos da nossa história e sabeis que à instituição das armas cabem algumas dessas conquistas com que vamos entrando no concerto da civilização universal. Sabeis ainda que o estandarte dos nossos regimentos e batalhões sempre tremulou arrogante nas mais longínquas paragens deste continente, onde o dever militar nos tem conduzido, e quisestes, talvez por este meio fidalgo, dar uma prova solene de consideração ao Exército brasileiro na pessoa do seu obscuro representante, que buscou a vossa companhia. Não fosse o vosso sentimento de patriotismo tantas vezes manifestado em produções que vão além das nossas fronteiras literárias, vitoriosamente; não vos arrebatassem os feitos das nossas legiões antigas, através de aldeias e cidades remotas, para reprimirmos os excessos dos tiranos, para libertarmos povos escravizados e não me concederíeis certamente tamanha distinção. Não foi, portanto, ao modesto narrador das nossas últimas desavenças políticas que prestigiastes com o vosso acolhimento franco, mas sim ao Exército nacional, que resumistes no mais obscuro dos seus generais. E assim, profundamente convencido dessa palpitante realidade, eu vo-lo agradeço em nome da minha classe, em nome das suas gloriosas tradições.

E contudo se eu não viesse ocupar o sólio de onde pontificara Joaquim Nabuco, sob a evocação de Maciel Monteiro, talvez não me pesasse a responsabilidade esmagadora de que não tenho meios de libertar-me airosamente.

A última vez que o laureado escritor e diplomata veio ao Rio de Janeiro, em 1906, eu estava em Mato Grosso e nem sequer me foi dado, nessa quadra de intensa vida internacional americana, ver os estragos que o tempo havia produzido nesse moço elegante e forte, de uma beleza insinuante e atraente, que até aos homens impressionava e atraía. Ele dirigia os movimentos de um congresso em que se trabalhava pela aproximação continental americana; eu conduzia batalhões e bocas de fogo para restabelecer a harmonia de uma população, alarmada pelo incêndio da luta civil, a mais brutal e apaixonada de todas as lutas humanas. Aí se fazia a apologia da força do Direito, tão belamente desenvolvida entre nós, pelo nosso brilhante compatriota Dr. Sá Viana; aqui, se ostentava o direito da força, que não é uma convenção formulada em capítulos admiráveis, cuja técnica constitui o encanto dos protocolos complicados e cujos textos se rompem ao primeiro assomo de violência

mal contida. “*Le droit de la force, tant honni, est non seulement le premier en date, de plus anciennement reconnu, mais la souche et le fondement de toute spèce de droit*”, dizia Proudhon. Nós, entretanto, nunca usamos desse direito senão em defesa legítima, senão para mantermos ileso a soberania da Pátria.

Acredito que um diplomata pode bem ser substituído em lugar de destaque por um general, porquanto um general, como o idealizam os mestres da guerra, deve ser invariavelmente um diplomata tão galante e astuto nos salões das grandes embaixadas, como sereno e vigilante nas lutas internacionais, onde se jogam os destinos das nações em litígio. Nabuco, porém, não era simplesmente um diplomata como qualquer pretensioso, apenas recomendável pela correção da sua farda bordada ou de uma casaca da última invenção do Príncipe de Gales: era primeiro um intelectual apaixonado pelos grandes acontecimentos da história, e, como ele mesmo refere, ainda novo, Lamartine, Thiers, Mignet, Louis Blanc, Quinet, Mirabeau, Vergniaud e os girondinos, tudo passava sucessivamente pelo seu espírito, já grandemente ilustrado nos fatos políticos dos principais povos do mundo. Depois era um mundano dos mais requintados e vitoriosos, que passara por todas as sensações violentas dos meios mais exigentes, das sociedades mais aparatosas, na Inglaterra, como na França, na Itália, como nos Estados Unidos da América do Norte.

Nascido na então província de Pernambuco, em 1849, Joaquim Nabuco fez a travessia da existência, de criança a adulto, sem dificuldades materiais, sem os embaraços que a escassez de recursos cria, e, já do colégio, se interessava pelas idéias políticas de seu pai, o Senador José Tomás Nabuco de Araújo. Sua educação literária foi desde começo encaminhada para centros de maior atividade, para outras civilizações mais ruidosas, sem que talvez ele mesmo percebesse a intenção de quem o guiava com esse destino. Daí resultava conhecer melhor o francês e o inglês do que a língua de seu país, que lia relativamente pouco. E assim, quando foi impelido pela espontaneidade do talento às suas expansões literárias, fez prosa e versos em francês e lançou à publicidade um volume intitulado *Amour et Dieu*, que, segundo Renan, a quem fora destinado um exemplar, traduzia o sentimento de um verdadeiro poeta.

Uma vez em Paris, aos 24 anos de idade, Joaquim Nabuco conseguiu aproximar-se do autor da *Vida de Jesus*, por quem nessa fase da sua vida tinha o fanatismo das grandes admirações, o respeito quase divino de um deus

em plena terra. Por intermédio de Ernesto Renan conheceu Taine, Scherer, Littré, Laboulaye, Charles Edmond, George Sand e Saint-Hilaire, que o apresentara a Thiers como, de resto, ele próprio conta no livro da sua *Formação*.

Não podia haver melhor companhia para um homem de letras estrangeiro e é fácil de perceber com que distinção, assim prestigiado, Joaquim Nabuco aparecia nos principais focos mundanos de Paris.

É um trabalho singularmente penoso, meus Senhores, para quem não viveu na intimidade do eminente brasileiro, que foi o nosso Embaixador na América do Norte, traçar a síntese da sua fulgurante carreira, como político, escritor e diplomata, e de quem dizia o ex-ministro Root:

A largueza da sua filosofia política, a nobreza do seu idealismo, a visão profética da sua imaginação de poeta, eram nele reunidas à sabedoria e sagacidade prática de homem de Estado, a um simpático conhecimento dos homens e um coração sensível e afetuoso, como se fosse uma mulher.

Por isso que aí fica já se vêem traços ligeiros da sua fisionomia moral e intelectual, da sua individualidade, evidentemente superior.

E, contudo, se fosse mister isolar-se das grandes fascinações que estragam a alma e o corpo, que constituem a suprema felicidade de quem nunca soube o que eram restrições nos seus desejos saciados, Joaquim Nabuco não resistiria decerto. Se tivesse de embrenhar-se nas solidões de um país selvagem, como Humboldt ou Euclides da Cunha; nas sombrias regiões dos Andes ou das florestas amazônicas brasileiras, não suportaria um mês. Matava-o a nostalgia desse tumultuoso meio onde formara o espírito delicado.

Não me parece que Joaquim Nabuco tivesse jamais dificuldades que o contrariassem de leve ao menos. Em vez disso foi um vitorioso por toda a parte, onde quer que o levassem os sucessos do seu tempo. Ainda criança começou a viver numa atmosfera de homens ilustres, cujas doutrinas políticas ouvia com o interesse que lhe vinha das primeiras preocupações da sociedade política: Tavares Bastos, Teófilo Ottoni e Saldanha Marinho, para não falar de outros que ainda existem dessa fase, cada um com seu feitio próprio, nas combinações da sua estratégia de combate. Demais, quando se é filho de um primeiro-ministro, mesmo em adolescente, não se podem evitar carícias requintadas, de uma ternura muitas vezes doentia, solicitações as mais insis-

tentes para o gozo, para as alegrias da vida, de toda a gente que tem os olhos no sol e até da que vive em torno do sol, bem aquecida dos raios abrasadores do grande astro. Isto é humano, e Joaquim Nabuco não escapara às condições mesológicas do seu tempo. Começou o jovem brasileiro a desenvolver-se num ambiente calmo do Segundo Império, na convivência dos reguladores das situações dominantes, e por maiores que fossem as suas impressões sobre os sistemas políticos vitoriosos nos Estados Unidos do Norte, na França e na própria América do Sul, e, apesar de lhe contarem os seus autores as peripécias das grandes revoluções da humanidade para vitória da democracia, cedeu às contingências do meio que o absorvia e fez-se monarquista decidido, inflamado, de cujas normas se convenceu ainda mais com a leitura de Bagehot, que lhe pintara a Monarquia inglesa com o prestígio deslumbrante da majestade, *da pompa, do aparato, para satisfazer a imaginação das massas*. Era, todavia, suscetível de modificação radical política e, de fato, mais tarde, tivemos-lo na vanguarda das nossas instituições vencedoras em 15 de novembro de 1889, honrando sua Pátria e conquistando mais brilho para o seu nome já feito.

O que admira é que esse homem nascido sob tetos de ascendentes já então cercados de recursos abundantes e que viveu como os príncipes de raça nos paços de seus pais, indiferente às necessidades do dia seguinte, consciente do seu valor, consagrado pelo talento dentro e fora do Brasil, fosse de uma acessibilidade cativante, quase ingênua, dizem os que ainda restam do seu convívio inesquecível.

Podendo tornar-se um déspota intelectual em seu país, como foi Goethe quando se apercebeu da sua influência na Alemanha; podendo cercar-se da legião dos incapazes que formam as maiorias nas letras e nas artes, para abater o ânimo dos que lhe pudessem fazer sombra, segundo o processo do autor do *Fausto*, dominou pela bondade, pela fidalguia do seu trato e pela elevação dos seus princípios. Andou pelo jornalismo de São Paulo, desta Capital e de Pernambuco, doutrinando os princípios reguladores de seu monarquismo vitorioso na Inglaterra, onde as instituições refletem a vontade de um povo normalizado pelos sentimentos de raça, de disciplina social e de confiança nos seus destinos; depois entrou para a Câmara dos Deputados e logo se manifestou um orador eloqüente, arrebatador e emocionante, ao serviço da liberdade de tantos brasileiros que concorriam para a nossa prosperida-

de, que faziam a nossa riqueza e até que iam de terra em terra, conscientemente defender a honra da Pátria comum; a isso juntou-se o polemista elegante, incisivo e cruel, que feria sem deixar cicatrizes no adversário.

E, contudo, não ficavam aí as cogitações da sua atividade política e social. Era preciso não adormecer sobre os louros das últimas vitórias. Por isso, acreditando numa monarquia que pudesse conciliar as nossas aspirações do momento, como se tivéssemos as tradições, os costumes e a educação do povo alemão, tentou, por meio de um projeto de lei, desdobrar a forma unitária do império gasto, numa monarquia federativa aliás de alguma sorte simpática aos republicanos ativos, porque dava esperanças de uma transformação radicalmente democrática, definitiva.

Sempre apaixonado pela liberdade da nossa população escravizada, cuja nódoa infamante para a Nação ele via com seu grande coração dilacerado, nunca os comícios populares aqui e no Recife tiveram mais arrojado tribuno e nunca esses abandonados da sorte ouviram palavra mais convencida, cruzado mais cheio de fé. Foi talvez a fase mais brilhante da sua vida. Richelieu destruiu a importância política e tirânica dos protestantes na França de Luís XIII; Joaquim Nabuco fez mais: conquistou para uma raça maldita todos os favores da civilização e do trabalho. Não precisava mais nada para a sua imortalidade.

Tomemo-lo agora, de relance, como o investigador que leu com a impaciência das grandes curiosidades as obras-primas de todas as literaturas, desde a mais remota antiguidade até os últimos dias da sua vitoriosa existência.

Nada lhe escapou nessa busca incessante pelas bibliotecas mais afamadas do Oriente e da Grécia, de Roma e da Itália, da França e da Inglaterra, da Alemanha e de Portugal. Mas, quando me fosse dado acompanhá-lo de longe, sequer, por entre as escavações das obras lidas, que ele ia abandonando após uma assimilação exata, não era isso trabalho para uma solenidade que tem as horas contadas, muito restritas. E depois dessa peregrinação intelectual em cujo longo percurso foi Joaquim Nabuco caminhando de braço dado com Moisés na obra-prima da humanidade; com Homero e Ésquilo na epopéia e na tragédia; com Virgílio e Dante, Tasso e Camões, e depois de colher os melhores ensinamentos de letras e artes, resumidos nos monumentos literários desses divinos guias, escreveu e publicou trabalhos que ilustram a nossa litera-

tura, aliás já bem enriquecida por muitos escritores de nota e principalmente por aqueles de quem venho de me aproximar nesta Casa.

Figuram no mercado das livrarias e nas estantes dos escritores mais exigentes, onde se lê o português e o francês, os seus livros que se denominam: *Camões e os Lusíadas*, *Minha Formação*, *Pensées Detachées et Souvenirs*, *Um Estadista do Império*, *Balmaceda* e outros trabalhos colecionados em volumes de mérito.

De todos os grandes poetas enumerados, entretanto, o que mais feriu a imaginação de Joaquim Nabuco, pela forma e pelas torturas da sua vida martirizada, foi o divino Camões, com os seus amores infelizes, sempre perseguido dos homens e da sorte.

E para exaltar o gênio do grande poeta lusitano, Nabuco afirma que a *Divina Comédia* não vale os *Lusíadas* e acrescenta que a trilogia dantesca não é propriamente um poema épico: acha que é um poema fantástico.

E terá razão o investigador brasileiro? Di-lo-á o eminente escritor Dr. Carlos de Laet, se quiser amparar-me nesta questão que, decerto, envolve o amor-próprio de Portugal, a simpática e auspiciosa República de hoje. Contudo, eu penso que para dar corpo ao que existe, visível ao observador atento, basta conhecer os processos de reprodução dos objetos que vos ferem a imaginação, e essa cópia será tanto mais exata quanto maior for a habilidade do artista, do mecânico ou do cientista, encarregado de semelhante cópia. Efetivamente, traçar as normas de um poema heróico, condensar os elementos que fazem o seu objeto, dar vulto à idealização da epopéia e por fim movimentar o seu conjunto com a regularidade dos astros, eternamente em giro, na imensidão do espaço é empresa para o gênio de Homero ou de Camões, em cujos cantos a paixão, o heroísmo e o amor nunca foram mais prestigiados. Eu penso que Homero e Dante modelaram os dois grandes tipos do poema heróico, cada um com o seu feitio original, cada qual exprimindo as ações do seu tempo, pelo heroísmo de povos conquistadores ou pelas discórdias e pelas injustiças dos homens contra os homens.

Na realidade, Camões foi o eco vibrante das tradições gloriosas de um povo destemido e laborioso, que teve domínios nos mares e continentes, mas no Dante, por isso que prepondera na *Divina Comédia* a imaginação e a fantasia, há mais gênio criador do que no poeta dos *Lusíadas*, há mais originali-

dade, há mais poder emotivo e só pode ser comparado com Homero, de cuja obra gigantesca se originaram as artes e as letras da Grécia. Homero, entretanto, teve imitadores em Virgílio e Camões, para não falar de outros; o Dante ainda não foi imitado por ninguém, e tal é a grandeza da *Divina Comédia* que, segundo o próprio Nabuco, *é a criação da Idade Média com a sua lógica, seu mundo de espíritos, sua escuridão, sua noite.*

Joaquim Nabuco atravessava a melhor quadra da sua radiante mocidade, quando, em 1872, publicou o seu livro *Camões e os Lusíadas*. Identificado, por uma forte concentração de estudo, com os sentimentos do poeta lusitano, pintou o seu ídolo com excepcional relevo, através da sublime epopéia cheia de incidentes valorosos, em cujo desdobramento transparece nitidamente a história de Portugal e para cujo pretexto buscara Camões a temerária viagem de Vasco da Gama às terras meridionais da Ásia Central. Os amores, as desventuras, os sofrimentos e as melancolias de Camões, inspiram essas páginas de erudita eloquência a que o escritor brasileiro deu todos os tons de desalento, de paixão veemente fazendo por vezes cotejos entre os maiores poetas da humanidade, sempre arrojados.

E concluiu daí Joaquim Nabuco que *nenhuma vida foi mais cheia de amarguras, nem mais digna de estima* do que a do cantor dos *Lusíadas*.

Buscar de novo o delicado escritor nacional na turbamulta dos homens e dos fatos que ele examinou em toda a sua obra política e literária, seria mostrá-lo com todas as proporções do seu privilegiado talento; mas eu já tenho abusado muito da vossa generosa atenção, de modo que nem sequer me é dado ferir as passagens mais tocantes do livro da sua *Formação*, por onde decorre todo o perfume de sua existência de menino e adulto, e nem ao menos posso falar da personalidade simpática e serena de seu pai, o Senador Nabuco de Araújo, que ele estudou em três fortes volumes e em cujas últimas páginas, decerto as melhores da obra inteira, sente-se a mágoa da ingratidão com que feriram a alma sensível do notável estadista em face de uma preferência talvez injusta do imperador D. Pedro II.

Dizem que Joaquim Nabuco não foi bem um escritor profissional, um poeta ou um artista, como o entendem os conhecedores dessa técnica do belo. Não posso entrar nesta apreciação escabrosa, tanto mais quanto apenas fiz

uma leitura superficial das suas obras, e também porque me falta competência para julgá-lo.

Percebe-se que em Nabuco predominara o sentimento do aparato, a paixão do ruído mundano e que ele não seria capaz de sacrificar um momento dessa necessidade psicológica a uma inspiração genial, cuja síntese fosse preciso aproveitar no isolamento de si próprio, imediatamente, como o faria Coelho Neto, por exemplo. Penso, entretanto, que, no publicista espontâneo e elegante se encontra o escritor, o artista emocionante, profissional ou não, e, por fim, o diplomata de raça.

Foi esta última feição dos últimos tempos da sua vida que lhe deu grande relevo na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte e em cujas complicações oficiais tornou-se digno de um príncipe de Metternich ou de um príncipe de Bismarck.

Os trabalhos que desenvolvera na Itália em defesa do nosso litígio com a Inglaterra e que ecoaram em todas as chancelarias dos grandes países; a confiança que inspirara no corpo diplomático americano, chegara, no dizer de Root, a dar-lhe o cunho *de figura dominante do movimento internacional da atualidade*.

A diplomacia absorvia assim, por vezes, o homem de letras, o artista da prosa e verso, por vezes também abrasado de entusiasmo e paixão.

É de fato averiguado que a literatura de um povo dá exatamente a medida dos sentimentos deste, da sua civilização, dos seus hábitos e costumes e, no dizer de H. Heine, sua história é a grande *morgue où chacun vient chercher ses morts, ceux qui ont des liens de parenté*. Da sua feição preponderante se coligem as situações e tendências de uma época, assinalada por acontecimentos que perduram e que refletem as condições mesológicas de uma coletividade. Nem outra idéia nos alimenta a filosofia da história.

Assim é que até o aparecimento de Goethe e Schiller, os escritores da soberba Alemanha, gastavam o seu talento e a sua erudição em descoradas imitações de uma antiguidade grega já desfigurada em França e faziam reviver o prestígio da Idade Média com tudo que falava desse piedoso tempo, com as suas catedrais misteriosas, no seu conjunto arquitetônico suntuoso, na sua ornamentação aparatosa, e nem mesmo o espírito cavalheiresco de campeões aventureiros se lhes apagara da imaginação, incapaz de produção original.

Imitaram-se com toda a santidade as peças de Calderón de la Barca, de cujas páginas, inspiradas nas doçuras do Cristianismo, tinha-se a sensação do perfume que se evolava do sagrado incenso pelos templos abertos à contrição dos fiéis; era o espiritualismo com a sua feição melancólica, renascido das obras de arte católicas da Idade Média: na tela, no mármore e em todos os atos dessa tocante religião poética. Era o sentimentalismo de uma fase doentia da humanidade, reconstituída num país cuja originalidade literária havia desaparecido com os seus grandes escritores. Cada país, portanto, vazado em moldes de civilização antiga ou moderna, tem os seus escritores que falam do seu tempo na posteridade e nós tivemos-los também resumidos em Tomás Gonzaga, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo.

Joaquim Nabuco pertence entre nós a essa família de escritores que mais realce têm dado às nossas glórias, a qual vem de quarenta anos se renovando sempre, e que atravessa vitoriosamente esta fase movimentada da nossa vida política e social, fortalecida pela fé que lhe domina a alma generosa, cujo sentimento constitui o primeiro elemento do triunfo artístico.

Algumas das suas obras irão à mais remota posteridade e nunca, portanto, seu nome desaparecerá da nossa literatura, já hoje a mais rica, talvez, do continente americano.

A triste notícia da sua morte, lançada de repente, inesperadamente, no Brasil inteiro, tomou as proporções de um desastre colossal! Estava muito em evidência nesse momento terrível para não ser assim. Ninguém calculava, decerto, que esse homem havia pouco tão empenhado nas questões de maior vulto das duas Américas, estivesse às bordas do esquife que o recolhera, por entre as saudades do grande povo cujo luto, nesse momento, se confundiu com o nosso.

Sabem todos o respeito com que foi tratado o cadáver de Joaquim Nabuco pelo Governo dos Estados Unidos e as solenes manifestações de pesar que foram tributadas em sua honra. Essas demonstrações na hora derradeira tomaram as proporções dos grandes acontecimentos na América do Norte, tal era o valor do nosso egrégio morto na poderosa República amiga, e, ainda hoje decerto, a casa em que morreu o ilustre brasileiro será olhada com acentuado pesar pelos homens de espírito que privaram com o nosso imortal pátrio. Sirva-nos ao menos tão significativa homenagem ao diplo-

mata extinto de imperecível consolo. Conduzido a seu país num elegante cruzador, dos mais poderosos atualmente, coube-me a piedosa missão de assistir, em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao desembarque do caixão que encerrava os seus despojos e depois acompanhar todas as cerimônias dos seus funerais pranteados, até a partida do féretro para a cidade do Recife, onde o deixaram, por fim, na solidão de um campo santo.

Sigamo-lo agora nos seus exemplos de patriotismo, na justiça das boas causas, em torno das quais se bateu, entre os mais arrojados. Em vez da luta esterilizadora em que nos empenhamos, desde algum tempo, proclamemos cheios de confiança o direito de todos os brasileiros aos favores do nosso pacto fundamental e, se houver classes privilegiadas no país, acabemos com essa ilegalidade que o nosso regime não comporta. Acentuemos bem que todos os homens desta nação livre devem ter os mesmos direitos políticos e de representação, na esfera da sua competência, seja socialista exaltado ou republicano radical, católico ou protestante. Na luta pelos princípios o vencido de ontem pode ser um bom elemento de conciliação amanhã.

No trabalho de reconstituição da Pátria sejamos todos brasileiros e respeitemos os direitos de todos.

O que precisamos neste momento é de orientação político-social e que a força brutal dos canhões aperfeiçoados seja apenas um instrumento de civilização, da liberdade e da justiça.

Onde houver o culto da justiça não pode vingar a planta da tirania, cujos últimos rebentos se extinguíram nos países americanos.

É sob estas singelas impressões, vingadoras desde que as ciências exatas libertaram o sentimento humano de teorias imaginosas, subjetivas, que venho ocupar o lugar que me destes na Academia Brasileira de Letras e de cuja posição me sinto profundamente orgulhoso.

II

RESPOSTA DO SR. CARLOS DE LAET

SENHOR General Dantas Barreto.

Não há para nós, os membros da Academia, senão fundado orgulho no júbilo que manifestais pela vossa eleição, objeto, como dissestes, de uma aspiração longamente premeditada e prosseguida com laborioso empenho.

Por um impulso de modéstia, que é a polidez dos que do seu próprio mérito têm nítida consciência, começastes ponderando que os sufrágios concedidos à vossa candidatura, antes do que a vós, o foram ao Exército brasileiro, fidalgamente ora acolhido nas fileiras acadêmicas, como valioso colaborador que já iria entrando no concerto da civilização universal. Vossa eleição teria, assim, a nota de uma distinção impessoal, não deferida a um escritor, mas ao soldado brasileiro. Ora, escusai-me, General e Confrade, se nesse atalho da vossa modéstia ousou antepor-vos as resistências da verdade. O triunfo agora é vosso, e todo vosso, porque entre nós, os homens de letras, a vitória do exército já desde muito se pronunciara, e com alguns eventos célebres, sem as rudezas sangrentas de um combate, e muito mais filosoficamente por um concerto de adesões.

Se, como lá disse o quinhentista Ferreira, *não fazem mal as Musas aos doutores*, bem certo é que sorriem aos militares; nem precisamos sair da península donde nos veio o sangue e a civilização, para lembrar que militaram Camões e Cervantes, isto é, a poesia portuguesa e a prosa espanhola; que foi um oficial do exército aquele Francisco Manuel de Melo, historiador das

guerras da Catalunha, inimitável dizedor de vernaculidades em dois idiomas; e que, em quadra mais moderna, galhardo, comandou Latino Coelho o batalhão de estilistas portugueses. Mas por que, Sr. General, atravessarmos o Atlântico em busca de exemplares onde se tenham aliado armas e letras, se mesmo entre nós, nesta nossa Academia, ainda ontem nascida, vários já se contam os militares que nela têm tido assento?

Mesmo antes de envergarem a farda acadêmica, alguns de nossos confrades poderiam garbosos ostentar a das milícias pátrias; e não porque o ignoreis ou o tenhais esquecido, mas pelo prazer que sinto em falar-vos deles, permiti que vo-los mencione.

Sem já vos dizer do nosso ex-Secretário-geral, Medeiros e Albuquerque, cuja ausência deploro e que é coronel de uma artilharia cidadã, eu vos cito Urbano Duarte, oficial como vós, do Exército, e nem por isto menos laureado como foi nas lides do jornalismo; Alfredo d'Escagnolle Taunay, que vos precedeu imitando a Xenofonte e narrando proezas da expedição em que tomou parte conspícua; e esse Euclides da Cunha, que também foi soldado, que também foi general das letras, e cuja trágica sombra como que entre nós ainda vagueia, semivelada em um nimbo de saudade.

Pertenceis, portanto, ilustre Confrade, a uma classe que nada tem de antinômica às letras; e, se mesmo aqui fizésseis questão das vossas bordaduras de general, nós vos sentaríamos de par com Jaceguai, o glorioso Barão da Frente, hoje o mais lendário vulto da nossa Marinha de outrora, e que, nos intervalos de uns debates onde apurássemos questões lexicográficas, poderia contar-vos feitos de outros tempos, quando os nossos navios, pujantes anfíbios, se entranhavam rios a dentro, espedaçavam cadeias, e no âmago do continente plantavam a nossa bandeira e firmavam a nossa hegemonia.

Não são, pois, os vossos títulos militares que vos dão entrada neste recinto, mas as valiosas contribuições com que tendes aumentado o cabedal da nossa literatura histórica.

Há quem prefira neste gênero as ponderadas sentenças de escritores que de muitos anos, se não séculos, foram posteriores aos sucessos. A História (dizem esses tais) por semelhante modo manterá a fria e imparcial compostura do juiz, cujo espírito queda isento de toda paixão conturbadora. Talvez assim seja para a correta judicatura dos fatos; mas não em assuntos

literários da história, tanto mais sentida e vivida quanto mais próxima dos eventos que relata. E por que, eu vou-lo pergunto, por que é que entre todas as histórias européias é a francesa a mais interessante, a que mais na memória se nos grava, a que em relevo mais nos deixa as suas personagens, aquela, enfim, de que mais duradouras nos permanecem as impressões? Simplesmente por ser a mais opulenta em memórias.

Quase todos os homens notáveis da França têm querido por si mesmos falar à posteridade e dizer-lhe de si e das coisas da sua época; e assim como, na região amazônica, tantas vezes magistralmente descrita pelo nosso José Veríssimo, paralelos ao curso do rio gigante se deslizam, cruzam e anastomosam infinitos *furos*, igarapés e braços secundários, complicadíssima trança que permite seguir a direção do Amazonas sem propriamente navegar no Amazonas, assim também na vasta biblioteca das memórias, epanáforas e monografias históricas francesas, uma inteligente escolha desses escritos, metódica e cronologicamente coordenados, bem poderia, como alguém já disse, suprir a verdadeira e clássica História tal qual a entendem os tratadistas.

Vossos trabalhos, Sr. General e Confrade, não são exatamente *memórias*; mas destas se aproximam pelo cunho da presença individual que em quase todas imprimistes. Os casos de guerra que recontais, vós neles houvestes grado quinhão, *quorum pars magna fuisti*. Vós as vistes sibililar, as balas que perpassam em vossas narrativas. Vós as padecestes, as angústias de intérminas jornadas. Vós os vistes malferidos e agonizantes, os camaradas cujo trânsito comemorais... E, sob a calculada placidez do vosso frasear, ainda quando de vós mesmo, *more Cæsaris*, apenas falais em terceira pessoa, sente-se que no escritor está o combatente e que, desoprimido da farda nos lugares literários, ainda sob a impressão da campanha vos palpita o coração de soldado.

Assinalando destarte as qualidades e excelências de vossa obra histórica, tenho implicitamente desenhado o reverso das medalhas que burilastes: quero dizer que vossos livros, e aliás todos os congêneres, cumpre que sejam tomados como prestantes e proibidosos depoimentos para o definitivo juízo da posteridade, e não como sentenças finais de graves pleitos. Homem da vossa época, participais das paixões e preconceitos da ocasião e nem sempre vos isentais do influxo político.

Tal sucede, por exemplo, ilustre General e confrade, quando, ao narrardes o abandono de Corumbá, na vossa obra *Impressões Militares*, achastes ensejo para profligar o descalabro do nosso Exército, dolorosamente surpreendido pelas brutalidades da agressão paraguaia, e então dizeis que neste continente vivíamos – “apenas confiados na muito apregoada sabedoria de um rei inimigo do Exército”.¹

Relevai, General, que vo-lo diga, não há nisto a imparcialidade de que em outros lugares destes provas. O desprezo dos nossos elementos bélicos, quando inopinado nos atacou o segundo López, era antes o resultado não da hostilidade ou desarmonia do Soberano para com o Exército de Caxias e a Marinha de Tamandaré, mas o consectário de uma política que, tendo criado a organização militar do Paraguai, e esperando que em boa e leal amizade frutificasse a sementeira de tal política, absolutamente não curava de agressões externas, e de corpo e alma se entregava aos labores do seu desenvolvimento nas indústrias e no comércio, nas letras, nas artes, nas onímodas manifestações de uma labuta fecunda.

Felizmente, Sr. General, para a causa e final apuração da verdade, pertenceis ao número daquelas honradas testemunhas que, citadas ou para a acusação ou para a defesa, em nada alteram a legítima exposição dos fatos; e assim já em outro lugar desse mesmo livro eu vos encontro a bosquejar as ruínas do Exército em 1894, cinco anos após a decretação do exílio do último Imperador, e quando os revoltosos ameaçavam o Paraná. Aí citais palavras de um cabo-de-guerra, o General Argolo, em longo despacho ao governo da República. Lícito me seja lembrá-las:

“É indescritível – escreveu Argolo – a balbúrdia e o estado de desorganização em que tudo encontrei, quase nada existindo. Não há infantaria e a insignificante que existe está desprovida de fardamento, absolutamente sem instrução; a cavalaria sem pessoal e sem cavalos; armada agora de carabinas que o Governador emprestou; a artilharia não tem arreamento ao menos para puxar uma peça, porque o existente foi dado em consumo *há quatro anos*; pelo que mandei aprontar rapidamente, no comércio deste lugar, o necessário

¹ *Impressões Militares*, p. 3.

para quatro canhões. Não há munição alguma e só a custo consegui saber o material e o pessoal de cada corpo...”²

Outro qualquer, Sr. General e Confrade, cuidadoso ocultaria esta grave e deprimente revelação: vós corajosamente a exarastes. Na primeira página de cada um de vossos livros poderíeis ter escrito aquilo do Montaigne: – *C’est icy un livre de bonne foy...* Mas, por outro lado, deixai que disto, em prol da justiça, eu tire proveito e concedei-me, ao menos, que no descabro de 1894 nenhuma culpa teve o Soberano que pintais como infenso ao Exército.

Em uma de vossas narrativas, a que se intitula *Acidentes da Guerra*, entremeastes de um episódio romântico o triste capítulo das operações de Canudos. Ainda vibrante dos recontros, procurastes elevar o vôo acima do solo ensopado em sangue, e alar-vos aos páramos da ficção; porém, mesmo aí, permaneceis historiador. *Trahit sua quemque voluptas*. Se Coelho Neto, o fantasista infatigável, tentasse escrever uma história, acredito que sairia um romance: vós tentastes esboçar um romance, e as vossas personagens, fictícias ou romantizadas, diluem-se e desaparecem no severo quadro da história. São páginas verdadeiramente históricas as dos *Acidentes da Guerra*; e quem quiser conhecer o que foi a derrota de Canudos, consecutiva à morte de Moreira César, tem de ler e meditar as sinceridades do vosso livro.

Não reproduzirei aqui os pungentes lances dessa obra por não lançar na vossa festa a nota melancólica de tamanho morticínio; mas dever meu é assinalar a pujança pitoresca, a faculdade de pintar escrevendo que em vossos livros se depara – faculdade que sem dúvida tinha em vista o velho Horácio quando no mesmo verso, ampliando licenças para duas classes de artistas – *pictoribus atque poetis*, – assim equiparava os poetas da pintura e os pintores da palavra.

Abrimos, por exemplo, os citados *Acidentes da Guerra*, e aí, por sobre a agonia de Moreira César, encontramos:

a madrugada cariciosa e pura, que ao fulgor das estrelas rebrilhantes no engaste azul do céu, dava umas tonalidades vivas à terra, e esta, nos focos da grande vida universal, começando a despertar para o eterno concerto do trabalho e movimento. (p. 140)

² *Impressões Militares*, p. 55.

Os intrépidos cavaleiros dos pampas nós os vemos, na *Invasão do Paraná*,

em cavalgadas emocionantes, através de campinas intermináveis e verdes coxilhões serenos, de *sombreiro* ladeado, com sua fita larga em torno da copa afunilada, lenço de vivas cores ao pescoço, cujas pontas esvoaçavam ao vento rijo, às vezes morno pelo contacto da terra abrasada, outras vezes frio como os gelos das regiões antárticas, por onde passavam.³

Aí, nesse mesmo volume, está a pintura de uma cidade donde se foge por temor do inimigo. Era Curitiba, e dai-me vênua para vos transcrever:

As ruas povoadas da cidade, cujo movimento nos tempos normais dava a nota alegre de uma vida intensa, achavam-se desde o dia 18, quase totalmente desertas no desolamento de um abandono precipitado; em todas as direções viam-se grupos sem destino, ao acaso, olhando fixamente para quem encontravam, dominados do mesmo terror, com gestos de interrogação, quase desvairados. Homens e meninos, trepados pelos telhados dos mais altos edifícios, afirmavam que viam, para as bandas do sul, fortes colunas federalistas descendo das colinas, com as suas baionetas reluzentes, ao sol chispante de janeiro; outros, aplicando o ouvido, numa atitude de atenção concentrada, garantiam que estavam ouvindo o troar da grossa artilharia implacável, e, nessa desordem dos sentidos abalados, já pressentiam a cidade arrasada pelas balas de Gumerindo... Carroças grandes, coloniais, abarrotadas do que mais facilmente podiam transportar, em cuja confusão de objetos necessários se viam canas de todos os feitios, colchões velhos ou novos, travesseiros de fronhas rendadas ou nus, e, se é possível avivar um pouco este desenho a que faltam tintas vigorosas, – viam-se ainda ao colo de mães robustas, quase loucas de medo, gentis crianças sonolentas, dormindo despreocupadas, com os labiozinhos semi-abertos, por onde, de quando em quando, se escapavam sorrisos cândidos e puros. (p. 134 e seg.)

Algum receio, general e confrade, vos acomete de não possuídes tintas assaz vigorosas, – e não sem motivo, pois que a certo grupo há de o vosso estilo parecer menos colorido, e talvez o vosso léxico menos opulento, nesta quadra de exagerados cromatismos e de orgias vocabulares. Quando nas literaturas em crise reina o abuso do esquipático, incorre em desdém a sobrieda-

³ *Impressões Militares*, p. 93.

de dos termos e o singelo da construção. Literatos há, aliás de provados méritos, que andam sempre à cata do vocábulo estrambótico, como esses desocupados que por grotas e barrancos se atiram caçando parasitas, certamente menos belas do que as rosas, mas com o requinte da esquisite.

Não assim, quando escreveis. Límpida vos sai a frase. Evitais o artifício. Falais como toda gente fala, – o que já constitui bom predicado para o primeiro escopo do escritor, isto é, ser compreendido.

“Nunca foi historiador estilista, – diz de César um moderno crítico, o Sr. René Pichon, na sua *Histoire de la littérature latine*. Posta de parte a pureza do vocabulário e a nitidez da sintaxe, nada absolutamente há que notar em seu estilo, porque ele assim o quis. O grande mérito do estilo de César é não existir, porque tem uma transparência absoluta.”⁴

Isto, entretanto, não impede que, no entender de Cícero, correção e limpidez sejam as qualidades dominantes do autor dos *Comentários*, nem que do seu vigor e vivacidade fale com admiração Quintiliano. Contentai-vos com isto, General: tomai para vós as rosas fragrantas e deixai a outros as parasitas rebuscadas.

No meio de tudo não vos descuidais de emitir opinião sobre as insuficiências práticas do nosso ensino militar e sobre a ação dissolvente do filosofismo que propende a emasculá-lo; nem a ervadas alusões vos escapam esses oficiais – “cientistas apreciáveis, (palavras vossas), conhecedores de todo movimento filosófico da França e da Alemanha, de Descartes a Emmanuel Kant, de Gottlieb Fichte a Augusto Comte, mas em grande parte adversários do Exército, a que deviam educação e tudo.” (p. 161)

Percebe-se que, quando assim opináveis, se de chofre vos houveram dado o poder, prontamente acudiríeis com o remédio. Perderiam talvez com isto a filosofia, a pedagogia, a matemática transcendental e a catequese... mas ganhariam os altos interesses da defesa nacional.

Onde mais transparece em vossa obra a observação do homem político, é nessa Expedição a Mato Grosso, em que referis o malogrado tentame da restauração de um governador exautorado. Longe de mim, neste lugar e nesta ocasião, embrenhar-me em melindrosas ponderações. Assaz conheço as con-

⁴ Ob. cit., Paris, 1908, p. 239.

veniências para tal fazer. Em salões de baile não se entra com armas de guerra. Eu por isso deixei lá fora a minha escopeta de livre-atirador. Basta-me aqui dizer que na vossa epanáfora assistimos a um dos muitos atos em que se tem desdobrado a peça federativa; compreendemos o estado da alma das populações ignaras, trabalhadas por paixões violentas; e nos lúgubres disparos que ali terminaram o pleito, reconhecemos, entristecidos, quanto ainda nos falta para o tranqüilo gozo da liberdade.

Representante, em todos estes sucessos, da força que solícita ocorre para salvar o direito, certa razão vos assiste, General e Confrade, para, talvez, propenderdes a esses terríveis meios de convicção cujos dizeres se pontuam com a fuzilaria e o canhoneio. A antinomia, contudo, entre vós e os partidistas da paz universal é antes logomaquia do que formal contradição.

Não há, com efeito, nenhum espírito generoso e de alto descortino (e entre eles o vosso) ao qual não sorria a perspectiva da universal concórdia humana.

A idéia de um vasto convênio em que se estabelecesse a polícia mundial, para impedir e dirimir conflitos internacionais, não é aliás tamanha utopia quanto em geral se pensa.

Transportemo-nos, pela imaginação, aos tempos em que num desfileiro da antiga Hélade se encontraram, de ferro em punho, e disputando-se o passo, Laio, o inditoso rei de Tebas, e seu filho Édipo, ainda mais inditoso. Se, naquelas angústias, e quando mais se encruava o duelo, alguém, um de nós, estivesse presente e fizesse ouvir o trilo de um apito, nenhum dos combatentes nos percebera o intento. Seriam precisas muitas palavras para lhes explicar que éramos utopistas e que antevíamos o mecanismo de uma *polícia*, isto é, de uma criação social para evitar que homens se degolem à vontade. Pois bem, General, o que eu e outros esperamos é que chegue um dia em que se crie a polícia internacional; e nesse dia não mais se mancharão os desfileiros com o sangue dos irascíveis.

Já na visão de Isaías, filho de Amós, se nos prenunciam pacificadas as nações, que das suas lanças terão forjado foices, e das suas espadas relhas de arado.

“Não levantará (diz o Vidente), não levantara uma nação a sua espada contra outra nação, nem mais se adestrarão para a guerra.” (Isaías, II, 4)

Nós os católicos, Sr. General, temos um livro, a Bíblia, onde está quase tudo: e, como vedes, aí também se acha a questão dos desarmamentos e a paz universal. Queira a mão misteriosa, que para uns é a evolução ou fatalidade, mas em que nós adoramos o Deus criador e providente, aproximar de nossos dias o implemento da profecia!

Mas, por outro lado, quando nos próprios congressos de paz a importância dos grupos humanos ainda se calcula pela das suas forças de terra e mar, pelas florestas de baionetas e pela possança dos monstros marinhos, não há quem, com verdadeiro patriotismo, não hipoteque suas simpatias àquela fração nacional que, armada e disposta ao sacrifício da vida, é o maior penhor da segurança interna contra os botes da anarquia e, no exterior, contra as injustas e trêfegas cobiças do estrangeiro.

Não se trata de apurar o que haja de ser; mas discretamente indagamos, qual é agora o estado desse problema humano. E, infelizmente, nos não sai cor-de-rosa a inquirição.

Conheceis todos sem dúvida esse moderno livro, *The Valor of Ignorance*, em que um distinto oficial da União Americana, Homer Lea, consecutivamente ao tratado de Portsmouth, tocou a rebate, denunciando a defeituosa organização militar de sua terra em frente da progressiva pujança japonesa. Pois bem, dessa obra, que não é só de patriota, mas de pensador, tiremos a conclusão do nosso inquerito:

Uma análise da História (diz ele) demonstra que desde o décimo quinto século antes de Cristo até hoje, isto é, em um decurso de três mil e quatrocentos anos, não tem havido mais de duzentos e trinta anos de paz. Umas às outras se têm sucedido as nações com monótona semelhança em sua origem, seu declínio e sua grandeza. Todas elas têm sido construídas por arquitetos que foram generais, alvanéis que foram soldados, trolhas que foram espadas, e com pedras que foram as ruínas dos Estados decadentes. Seus períodos de grandeza inteiramente coincidem com as suas proezas militares e com as expansões que destas resultaram.⁵

Diante disto, senhores, não creio haja brasileiro que das ruínas da sua pátria deseje se tirem as pedras para as fundações do estrangeiro. Assim, os sentimentalistas que declamam contra a guerra em todo e qualquer caso,

⁵ Ob. cit., New York and London, 1909, p. II.

andam errados; perseguindo a sua mosca azul, dão tombos desastrosos; e, finalmente, chegam a um termo bem diferente do que se propunham. Um exemplo que me parece gracioso pode talvez ilustrar o assunto.

No saguão do *Jornal do Brasil* tereis todos visto um grande quadro preto onde a simpática Sociedade Protetora dos Animais exibiu, como reprováveis instrumentos de tortura, – o freio, as esporas e o chicote. Ora, aconteceu que, quando eu contemplava aquilo, havia ao meu lado um homem que não se cansava de dar mostras da mais viva indignação contra os objetos abomináveis.

– Mas, timidamente lhe ponderei, se eu montar sem esporas, e numa cavalgadura sem freio, não há dúvida que me arrisco a vir ao chão.

– E que desgraça haveria nisso? perguntou-me o sujeito.

– A desgraça, respondi-lhe, é que eu também sou animal, e assim sempre ficaria trilhado um elo da cadeia zoológica...

O mesmo se dá com os insaciáveis ideólogos que, descurando o mundo concreto, pretendem imitar aqueles cidadãos de Atenas eternizados pela veia cômica de Aristófanes, que em aladas montarias se remontavam à *Cidade das Nuvens e dos Cucos* – imaginária construção, que de tantos anos precedeu as novidades do *Chantecler*. Tais sonhadores acreditam, por exemplo, que os povos são massas plásticas e que, inertes, se conformam às filosofias por decreto; suprimem a religião sem se lembrarem de que assim bem no âmago vulneram as consciências; e, quando ainda mal desponta o primeiro e indeciso clarão da paz universal, já intimam que nos desarmemos em frente do mundo armado. O melhor de tudo – quem o contesta? – seria que nunca brigássemos; mas na hipótese desagradável de uma luta, ou pela vida ou pela honra, eu prefiro que os derrubados não sejamos nós.

Muito longe, porém, nos levaria esta digressão – e já me corre outro dever, qual o de responder às considerações tão nobremente sentidas que adiantastes sobre o vosso antecessor na cátedra acadêmica.

Foi ele, efetivamente, uma distinta e agigantada figura no nosso meio literário e social. A diversidade dos nossos temperamentos era-nos antes um incentivo à mútua simpatia; e pelo seu esplêndido talento, pelos teus triunfos na tribuna parlamentar e popular, pela bondade do seu trato cavalheiroso,

pela identidade dos nossos ideais, eu o amava como se ama tudo que é moralmente grande e belo.

Eloquência parlamentar, crítica literária, filosofia, história, jornalismo, poesia, ele os perlustrou, esses diversos gêneros, e em nenhum decaiu da sua fama, posto que fosse principalmente um orador. A forma política então vigente lhe deparava na Câmara dos Deputados arena admirável e condigna da sua estatura. A imprensa, que no dizer de Jules Janin, desempenha no mundo moderno função análoga à daqueles vasos de bronze que no teatro antigo reforçavam a voz dos atores e lhes prestavam valentes sonoridades, a imprensa também foi para Nabuco um instrumento de glórias. Com a intuição da popularidade, Nabuco escolhia sempre as causas simpáticas, generosas, adiantadas. Aristocrata de índole, fez-se democrata, abolicionista, federalista; e foi preciso que da abolição saísse a República, que ele não amava nem queria, para que durante dez anos se retraísse ocupando-se em reconstruir a fama paterna e deixar de si mesmo um padrão da autopsicologia.

Um dia, em 1889, na última sessão da Câmara dos Deputados da Monarquia, quando ali se apresentou o Gabinete de 7 de junho, eu ouvi de Nabuco um daqueles períodos em que luminosas se desenhavam imagens indeléveis...

Sentia-se no ambiente a aproximação da tremenda procela que estalou cinco meses depois; tinha ecoado no parlamento o primeiro *viva a República*, por boca de um padre católico, João Manuel; impetuosa e firme como a réplica de um mestre esgrimista havia lampejado a palavra do Visconde de Ouro Preto; e então Joaquim Nabuco proferiu aquela sua comparação: – ele assemelhou-se, na defesa de seus compromissos, ao imóvel rochedo que debalde açoitam as vagas na preamar, e quedo permanece, assinalando as raias do verdadeiro litoral... E, desde ali, General e Confrade, eu prestei àquele vulto a maior homenagem das minhas energias, e a mim mesmo prometi ficar com ele, e com ele aguardar o refluxo dos acontecimentos...

Sabeis o que depois houve. Quando Nabuco, sempre vitorioso pelo donaire e fidalguia, sempre festejado como o exigiam seus elevados méritos e incomparáveis dotes pessoais, quando Nabuco em torno de si via estrondar os aplausos de seus antigos adversários, claro é que meu coração já não podia

estar com o dele, porque o meu ficara no penhasco onde ele me assinalara o posto de honra...

Para o encargo de que ora tão desjeitosamente me estou desempenhando, eu fui designado pelo então presidente *ad interim*, o prezado Sr. 2.º Secretário, que nesta Casa dignamente continua o nome de Alencar. O feito moral desse ilustre companheiro é antes modelado pelo de Machado de Assis, com quem conviveu, e que parece ter-lhe deixado a herança de suas finas malícias que aliás benévolas paravam às portas do sarcasmo. O honrado presidente *ad interim*, nomeando-me, quis, talvez, delicadamente, fornecer-se o gozo de duas antíteses, dando-me a palavra, a mim, o mais bronco dos paisanos, para receber um brilhante general, a mim, o mais teimoso dos impenitentes, para dizer sobre uma das valiosas aquisições da República. Mas não há, como estais vendo, dificuldade alguma em minha posição, nem outro receio agora nutro senão o de vos estar enfadando.

Poder-se-á conjecturar que, tendo eu atacado a Joaquim Nabuco na última fase da sua carreira pública, seria o menos próprio para dele agora falar; ou que nestas minhas palavras se envolve remorso ou retratação.

Nada menos exato.

Senhores, eu falo em uma assembléia de filósofos que, para os casos difíceis, conhecem admiráveis saídas, alçapões silogistas, pontes de argúcias sobre abismos de fatos; em um cenáculo de literatos que, fascinados pela forma, para a segunda plana relegam impertinências da moral; estou rodeado de jornalistas, cuja obra-prima é esse palanque de neutralidade sobre todas as opiniões; mas também aqui haverá soldados e por eles quero ser julgado.

Imaginaí, General e Confrade, que apenas sois uma praça de pré, sentinela postada nas linhas extremas de um acampamento, após temeroso desastre que vos impõe dobrada vigilância... A noite é escura – e bem escura aquela em que ainda nos achamos, pois anoiteceram os princípios e bruxuleia a fidelidade aos ideais... Súbito, um vulto transfoge. Fitais a escuridão por lobrigar quem seja... Não, não se trata de um simples subalterno. Discernis as insígnias de alto posto. É um chefe, um chefe querido, que vai levar aos adversários o contingente do seu mérito e talvez o segredo da vitória... Levais arma à cara e fazeis fogo... Francamente, General, vós teríeis feito o mesmo – e foi o que eu fiz.

Os aplausos, porém, com que a República aceitou a Nabuco, longe de me contristarem, pelo contrário me envaideciam. Suas láureas, mesmo no campo adverso, eram até certo ponto nossas. Ele era o documento vivo do que podia dar a antiga cultura, em um meio fartamente oxigenado pela liberdade. O terreno donde subia uma seiva tão vigorosa que de pais a filhos garantia a vivacidade intelectual, e sem descansar produzia dois Nabucos, dois Afonso Celso, dois Rio Branco, – esse terreno pode havê-lo fulminado o céu, podem tê-lo assolado os homens, mas não o digais infecundo, não lhe lanceis o anátema da esterilidade!

Nabuco voltou vivo à pátria, mas eu não mais o procurei, não mais me comprazi na sua palavra, que na tribuna era um clangor de combate e na intimidade um suavíssimo arpejo. Depois voltou... morto. De uma das eminências a cavaleiro da cidade, vi alongar-se o navio que levava o féretro de Nabuco. Lentamente o acompanhei com a vista até sumir-se nas fúmbrias do horizonte; mas antes que de todo, e para sempre, ali se perdesse, não vos oculto que outras brumas, que não as do mar, me embaçavam os olhos turvados de emoção...

Aludistes, General e Confrade, a uma opinião de Nabuco, alvidrando pela superioridade da epopéia camoniana sobre a *Comédia* dantesca que os pósteros condecoraram com o epíteto *Divina*. Permitti que nisto aceite respeitoso a vossa decisão. Em outros tempos, quando ainda estudante, formei parte de um grêmio literário chamado *Amor ao Estudo*. Aí fazíamos paralelos entre os grandes homens. Certa vez discutimos qual seria maior, se Alexandre, se Napoleão. As sentenças dividiram-se e foram calorosamente sustentadas. Afinal votou-se e, se bem me lembra, Napoleão ganhou por dois votos. Eu, que tinha de cor o meu Quinto Cúrcio e ainda não lera Thiers, era partidista de Alexandre. Sua derrota muito me foi sensível, e desde então perdi o gosto para trabalhos de tal gênero.

Creio mesmo que difficilmente eles se operam dentro da verdade. No tempo de Dante faziam-se catedrais. O espírito medievo cantava entre as naves as matinas do romantismo, povoava de estátuas as fachadas, enastrava com flores de pedra as criptas, os altares, as janelas ogivais, e subindo, subindo sempre, rendilhava as torres esbeltas e só parava no azul da imensidade, onde cravava as flechas pontiagudas. Na época de Camões, o Português tinha dois credos: o do Cristo e o da Pátria. No peito heróico, como lá diz o Sá de

Miranda, ele trazia entalhadas as suas quinas. Cada poeta reproduziu a feição característica das suas crenças e do seu patriotismo. Um olhava para o céu; outro para o mar. Ide fazer o confronto entre a catedral e a caravela!

Nabuco negou à obra capital de Alighieri o caráter de epopéia. Formais palavras suas:

A *Divina Comédia* não é propriamente um poema épico: é um poema fantástico, é o sonho de uma imaginação tão grande quanto melancólica. Nada há aí de real; são espectros que fogem e se evaporam...⁶

Não vejo nisto razão maior. Camões nunca foi mais épico do que quando engendrou o Adamastor, colosso fantasma que suscitou a admiração mesmo do tantas vezes leviano Voltaire; e bem me custaria, se em julgado passara tal opinião, riscar da lista das epopéias a *Messíada* de Klopstock, a *Assunção* do nosso São Carlos, e o *Paraíso Perdido* de Milton.

O fato é que, em toda a criação épica, ao lado da realidade fria e palpável há de haver lugar para a natureza moral com as suas indefinidas aspirações e surtos incoercíveis. Não amesquinchemos, portanto, como fantástico, o que talvez não exista, mas, repentinamente gerado pelo *fiat* do gênio, logo acode a uma das indeclináveis necessidades do nosso espírito. Na obra de Dante essa Francesca de Rimini, apenas lobrigada na história, eu a vejo tão viva e tão bela como a Lindóia do nosso *Uruguai*, cuja realidade ainda é mais problemática, e ambas como a Inês de Castro, que certamente viveu, e mesmo antes de Camões já se idealizara nas estâncias de Garcia de Resende. O fantástico, pois, não exclui o épico; e, se me disserdes que as figuras dantescas não passam de espectros, eu vos responderei que antes são visões luminosas, e que com elas, na Itália medieva, se guardou o clarão intelectual da Antiguidade e à tradição virgiliana se ligou o florescer da Renascença.

Assaz, porém, me tenho demorado neste ponto; e já me tarda rematar com alguma coisa no tocante àqueloutra dificuldade em que me colocou a designação para ocupar esta tribuna.

⁶ *Camões e os Lusíadas*, Rio de Janeiro, 1872, p. 78.

Qualquer que fosse a divergência que entre nós existira, Sr. General, e que me dificultasse a tarefa de receber-vos, cederia o passo a uma consideração de ordem superior: – e é que, por compensar as dissidências, que tanto se refletem no que escrevemos, entre nós existe um liame duplo, de natureza filosófica e literária.

Para mim representais, Sr. General, o princípio da autoridade que paira acima das formas de governo. O que ora está verdadeiramente em questão, não é se o supremo magistrado tem de ser vitalício ou quadrienal, se por investidura hereditária ou se mediante o que chamais eleição: o que se agita na profundidade das consciências em revolta é a supressão de toda fé, de todo culto, de todo governo. Os que se alegram quando uma realeza vem abaixo, mal reparam na grande semelhança entre as cátedras chamadas tronos e os tronos em que se assentam as magistraturas democráticas. O dia de amanhã, para todos os povos, denuncia-se cheio de borrascas. Encostai ao chão o ouvido, como fazem os nossos indígenas, e aprendereis que não longe vem a turba desvairada e destruidora.

Nestas condições, em meio das tendências anarquizantes da atualidade, eu vos considero, a vós e aos vossos companheiros de armas, como o último baluarte de uma ordem de coisas periclitante nas sociedades modernas, e cuja queda marcaria o mais fragoroso desabe social.

E o vosso papel nesta Academia, folgo em dizê-lo, é ainda um prolongamento da vossa missão no mundo político.

Esta Academia, como todas as suas congêneres, é um corpo de prontidão em defesa das letras nacionais.

Não devaneio.

“Nosso desejo (foi Machado de Assis quem o disse no seu discurso da sessão de abertura em 20 de julho de 1897), nosso desejo é conservar no meio da federação política a unidade literária.”⁷

Eis aí: – a unidade nacional que com a espada prometestes defender lá fora, aqui com a pena esforçado a propugnareis.

⁷ *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano I, n.º I, p. 165.

Não vos assuste o temperamento revolucionário de alguns dos nossos confrades. Suas tendências demolidoras não passam de aparentes. Fundamentalmente todos somos conservadores.

Eles mudaram, por exemplo, a ortografia, contra o meu voto tradicionalista. Vestiram de *kaki* o dicionário; mas isto é apenas uma questão de uniforme. Na tática e estratégia eles dispensam missões estrangeiras. Todos os dias escrevem formosas páginas, versos adoráveis, venustas prosas, em castiça linguagem, e sempre zelando as gloriosas tradições do vernaculismo.

Havia antigamente um remédio que se chamava *triaga*, – electuário em cuja composição entravam inúmeras substâncias heterogêneas. Destas algumas eram tóxicas, mas logo na mistura perdiam a peçonha. O efeito final tornava-se magnífico. A triaga curava, diz-se, mordeduras de cobras e uma infinidade de mazelas. Quer-me parecer que com as academias se dá o mesmo. Entram nelas ingredientes formidáveis; mas, finalmente, o resultado é benéfico. Esta Academia é uma corporação conservadora.

E vede como por isto alacremenente ela vos recebe! Está formada a guarnição da nossa acrópole. Perfilam-se corretos seus ilustres batalhadores. Ressoa, em honra vossa, uma fanfarrinha de aplausos. Estais no meio dos vossos camaradas. Sede bem-vindo, General!

Discurso do
SR. AFRÂNIO PEIXOTO

e

Resposta do
SR. ARARIPE JÚNIOR

*Sessão solene extraordinária
do dia 14 de agosto de 1911*

I

DISCURSO DO SR. AFRÂNIO PEIXOTO

SENHORES:

Minha primeira ambição consciente foi esta: ser acadêmico. Na infância, as tendências de cada qual nos levam, sem modéstia nem jactância, aos postos mais humildes, como às situações mais culminantes: à frente de um exército ou à boléia de um carro.

Tive a meninice enfática. Passados alguns anos desse sonho, a Academia era realidade e a vossa indulgência consagra hoje minha ambição de criança: vós me fizestes acadêmico.

Não me direi surpreso, como é de uso em todas as investiduras cobiçadas, porque pedi os vossos sufrágios, nem escondo o contentamento de os ter alcançado. Volvido da primeira emoção da escolha, a humildade, que nos seres orgulhosos é uma espécie de pudor da inteligência, leva-me a procurar a razão dessa bondade que não encontro. Perdoai-me se, por vezo de educação, busco, ainda aí, a causalidade necessária. E porque não acho, imito os espíritos positivos: imagino...

A Academia Brasileira atravessa neste instante, de seus quatorze anos, aquele delicioso e encantado período da vida que um dos mais suaves líricos de nossa língua chamou de *menina e moça*.

E pensei que se de uma pôde ter a reflexão com que vos escolheu a todos vós, bons partidos do talento e da cultura, não recuou da sagrada leviandade da outra, buscando alguém sem glória e talvez sem esperanças, para

o qual ela fosse, só e completamente, a grande consagração de uma vida por encher. De fato, senhores, vós a amareis menos, porque a adornais com o favor do vosso nome... o meu, obscuro, ilumina-se na sua companhia e ela sente que essa dádiva que me fez não é remate de um programa literário, mas uma existência toda, ocupada em reconhecimento e amor, pela sua formosa incoseqüência.

Este pequeno e único desvario em todas e tantas escolhas felizes representa apenas a quota insignificante de altruísmo, sem a qual a Academia não seria um instituto humano, incapaz de ação sem interesse...

Não quisestes, porém, ainda num ato de bondade singular, esquecer-lhe a origem e o destino humano: temperaste-lo de malícia, fizestes-me suceder a Euclides da Cunha...

Sobre humildade não dissimulada, humilhação bem recebida, porque vem de vós... Depois, nesse consolo jactancioso que vai tão bem às situações irremovíveis, pensei que se outros podem mais nobremente, ou mais justamente, falar dele, estava eu indicado para fazê-lo com melhor amor, com maior admiração. Amei-o e admirei-o pela distância de mim, pelo contraste comigo. E é o que vos venho dizer.

EUCLIDES DA CUNHA: O HOMEM

Euclides da Cunha, como devia ser, veio da Bahia. Como tantos outros iguais – Rebouças, Nabuco, Murinho, Bilac, Rio Branco... de ascendência baiana e nascidos pelos acasos da vida longe de sua origem – foi dádiva feita ao Estado do Rio pela generosidade perdulária daquela terra, que, além de dar ao país os seus melhores homens, ainda possui com que enfeitar e servir as suas irmãs menos fartas. Sem lhe apontar essa proveniência, não o podereis compreender. Aquela bravura improdutiva e arrogante, aquele amor do gesto vistoso e da palavra sonora, aquele despreendimento das utilidades e das conveniências, contidos dentro de timidez, que era antes a suspeição tácita da inferioridade dos outros, de modéstia, que era apenas a consciência segura de um justo orgulho, e que sintetizam a sua vida, ruidosa e vazia, gloriosa e desaproveitada, admirada e desquerida, vêm todas das qualidades primaciais daquela terra, a mais generosa e menos interesseira das nossas, que depois de

gerar, criar, educar e governar o Brasil, deu-o às outras, em seguida, para a sorte comum dos nossos desmandos. Na vida curta e impetuosa de Euclides da Cunha vereis todos estes caracteres concretizados, como num símbolo vivo. Permitti que vo-la recorde, contando os lances maiores.

O GESTO DA ESCOLA MILITAR

Sáira ele da meninice para a Escola da Praia Vermelha. Era por volta de 88. A *Questão Militar* havia provado evidentemente o desapego das Forças Armadas ao regímen dinástico. Nas escolas militares sobre o entusiasmo altruístico dos moços caía a doutrinação liberal de mestres indisciplinados. Incidentes menores vinham todos os dias acirrar ódios latentes entre inimigos, que haviam apenas adiado o duelo de morte de um ano mais tarde. Propalava-se que o Governo Imperial pensara em distrair do centro da atividade política, para remanso discreto, em Angra dos Reis, a Escola Militar. Os ânimos assim postos em suspeição, por isso que merecida, explodiram em doestos e veleidades de reação contra o exílio preparado. Os mais ousados encabeçaram o grupo e um esboço de conjuração formou-se, para reagir. Cumpria começar, mostrando ao Governo, pelos seus mandatários, o descontentamento da mocidade melindrada.

Estava anunciada visita do Ministro da Guerra à Escola. Prepararam-se os rebeldes, em conluio, para manifestação de indisciplina. À tarde, já formado o corpo de alunos ao longo do corredor que se estendia por toda a frontaria do edificio, soube-se que a visita fora adiada para a manhã seguinte, um domingo, em que, desfalcados os rebeldes de numerosos elementos, a manifestação surtiria diminuída. A exasperação, tão fácil em ânimos juvenis, levou-os, à voz de comando – descansar armas! – a fazê-lo tão violentamente que o assoalho abateu. Contudo a forma debandou sem maior. Na manhã seguinte, ainda cedo, antes da hora habitual em que os licenciados deviam chegar, apresentou-se o Ministro, acompanhado por um senador, que tinha filho entre os rebeldes. Era talvez um meio jeitoso de armar à sensibilidade, e no Brasil ela dominou sempre a inteligência e o caráter. No pátio central da Escola os alunos formaram pelotões que marchavam em evolução, diante da autoridade militar e civil. A primeira com-

panhia desfilou sem incidente, na ordem perfeita de uma disciplina de parada... Assim iriam naturalmente as outras... Quando chegou a vez da segunda companhia, um aluno abandonou a forma e deu alguns passos à frente; tirou do sabre, tentou debalde quebrá-lo, forcejando sobre o joelho, conseguindo apenas amolgar-lhe a lâmina inteiriça, e atirou-o ao chão, proferindo algumas palavras:

– Infames! A mocidade livre cortejando um Ministro da Monarquia!

Era Euclides da Cunha. Havia sido dos conjurados mais ardentes, vira como o acaso e as circunstâncias diminuiram o êxito da rebeldia premeditada; assistia à deserção coacta dos ânimos mais exasperados, observava ali mesmo naquele instante a passividade inerte com que se submetiam todos numa disciplina prestigiadora da autoridade. Tinha a hombridade da revolta desacompanhada, da rebeldia solitária. Não era dos que só lutam para vencer: sacrificou-se. Sabia do que o esperava: o regimento do Conde de Lippe. Arrostando-o.

Salvou-o, num favor prestado à Monarquia, a bondade de um de seus mestres, ao mesmo tempo também médico da Escola, o Dr. Lino de Andrade. Chamou inferiores e ordenou que o recolhessem à enfermaria: devia estar doente. Este ato, que produziu uma primeira surpresa, foi considerado depois como habilidade política, acrescida ao que tinha de sensivelmente humano. Superexcitação nervosa por excesso de trabalho mental – foi o diagnóstico: era bom, sem deixar de ser verdadeiro. Da tribuna parlamentar Silveira Martins tachou de *histeria* e a imprensa, que depois viria a glorificá-lo, chamou ao rebelde *pobre moço*...

Não o quis ser Euclides da Cunha. Transferido para o Hospital Militar do Morro do Castelo, permaneceu aí vestido, de pé, junto do leito que lhe destinaram, recusando comprometer-se na bondade ou na evasiva que o pretendia salvar. Lá ficou no ângulo de uma vasta sala, isolado pelo seu orgulho e pela prevenção dos que se não queriam arriscar em perigo de suspeição ou cumplicidade.

Só muito tarde alguém se aventurou a procurá-lo: era uma velha irmã de caridade que essa não tinha quem temer, e o compreendera. Achevou-se mansamente, com um sorriso bom nos lábios, e perguntou-lhe, simplesmente, há quanto tempo não rezava. Não o sabia. Tomou-o pela mão e, sem palavra,

mas com a suave persuasão do carinho, conduziu-o até à Capela. Ajoelhou-o a seu lado e deu-lhe um livro de horas... Aqueles dias e aquelas noites agoniadas, de excitação e de ansiedade, de revolta e de ódio, fundiram-se, acabando num gesto de sensibilidade humana: beijou-lhe a mão que o acariciava, e chorou a seu lado, como criança que era, sem pejo ou temor da curiosidade indelicada dos mais. Foi, na vida que começara a sofrer, a vez única que lhe veriam lágrimas nos olhos.

Ela o consolou sem voz, maternalmente, deixando que vazasse em seu santo regaço todo o fel humano de que precocemente se envenenara... Vinte anos depois, a imagem dessa criatura passava ainda na memória dele num embevecimento de êxtase...

Os outros – doentes, enfermeiros, internos e médicos – dele não se aproximavam: temiam talvez comprometer-se com o réprobo. Um dia, porém, na enfermaria quieta e silenciosa, de onde os curativos e as visitas haviam passado, deteve-se um homem alto, trajado de negro, macilento de aspecto, barba talhada à nazarena e face pálida pelas vigílias contínuas... Aproximou-se tranqüilamente e, ao alcance, travou-se um diálogo...

– Posso servir-lhe de alguma coisa?... De que sofre?...

– Não lhe importe... Não sou doente... não preciso dos seus cuidados...

Era desabrido o tom da resposta: movia-o repelir com brio a piedade que o insultava, defendendo-se de confissão que julgava covarde...

Não desanimou o outro; com voz mais branda, na qual se denunciava um laivo de sentimento ofendido, replicou: – Não sou quem o senhor imagina... Não vim compadecer-me, nem agravá-lo... sou passível de simpatia humana. Pois que o evitam, devia aproximar-me para dizer-lhe que nem todos os que o cercam são incapazes de refletir a beleza de seu gesto e a generosidade de sua ambição... Perdoe-me se lhe magoei a suscetibilidade... quis apenas estender-lhe a mão, mais que num aplauso... numa solidariedade...

A voz ia pronunciando palavras polidas num esforço de comoção... e antes que acabasse, tocado por essa outra bondade que encontrava em seu caminho, Euclides estendeu as mãos ao desconhecido, para apertar afetuosamente a que lhe oferecia.

Era o Dr. Francisco de Castro.

Não faltaram na vida, a Euclides da Cunha, esses impulsos de bondade: foi como teve ânimo para vencer as agressões que seu talento e seu brio fizeram, tantas vezes, brotar no seu caminho.¹

A “PARADA” DA REPÚBLICA. A REVOLTA. PARTIDA DA FILEIRA

Menos de um ano, já desligado da Escola Militar, e cursando a de Engenharia Civil, ele o sentiu de novo, a 15 de novembro.

Realizava-se a sua ambição de adolescente: proclamava-se a República. Antes que o País acordasse, assustado e perplexo, entre um hábito antigo e uma moda nova, Euclides abalou a pé, de São Cristóvão, onde morava, guiado por instinto divinatório, para alcançar em meio do trajeto os seus condiscípulos, que agora marchavam de fato contra a realeza, desarmado e à paisana, embora, mas para conduzi-los à vitória, eles que o deixaram partir sozinho, sem um protesto e depois de uma conjura, degradado por uma baixa e dissimulado por um diagnóstico... Vingou-se destemidamente, sem prever a consequência, cuidando até marchar para o perigo...

Mas a proclamação da República nem mesmo foi parada vistosa: ameaça na sombra e capitulação apressada. Apenas, no outro dia, quando se apuravam feitos heróicos por fazer e possíveis perigos transpostos, no crepitar dos entusiasmos precoces pela ficção coletiva que faz da forma de governo decorrer mirificamente a felicidade do povo, o Marechal Deodoro, soldado lógico e coerente, não compreendeu esse heroísmo em disponibilidade, sem a fórmu-

¹ Em artigos publicados no *Jornal do Commercio*, contestou o Sr. Dr. Alberto de Faria a fidelidade da versão que aceitei. Teria sido do Ministro da Guerra, Conselheiro Tomás Coelho, a iniciativa da bondade com que foi tratado o autor da indisciplina. Com efeito, na sessão da Câmara, de 5 de novembro de 1888, leu o Ministro do Império carta do seu colega, em que dizia: “Atacado visivelmente de um acesso nervoso foi (Euclides) recolhido por minha ordem à enfermaria militar, onde deveria ficar em observação; sendo certo que, logo depois do incidente, foi ele socorrido pelo médico que estava presente.” Narrei o que ouvira ao próprio Euclides. Convenho que não teria, no caso e no momento, isenção, para imparcialidade, ou calma, para boa memória.

la prestigiadora de uma farda. E perguntou a Euclides da Cunha, que lhe apresentaram no momento, aonde estava a sua.

Percebeu-o o moço aventureiro. Ganhou imediatamente o pátio do quartel-general, cavalgou a primeira montaria desocupada, endireitou rumo da Praia Vermelha, entrou pelos alojamentos abandonados, enfiou o primeiro uniforme que se lhe ajustava menos ridiculamente, e assim, desengonçado, desgraçoso, destemido, entrou na fileira, para a vida militar que o enjeitara em uma parada e em outra o adotara.

Não se lhe esmoreceu mais o ardor pela República. Volveu aos cursos à procura dos galões que os estudos deviam dar-lhe, e continuou por merecê-los, até a nossa guerra civil.

Atravessava o Brasil um desses períodos climatéricos da vida política da América do Sul, em que a suspeição, o medo, a corrupção e a crueldade recebem nomes de *revolta* ou de *pronunciamento*. Foi em 93. Da competição de militares que se apossaram do governo surgira dissidência pessoal, que, abrigada sob o nome pomposo de reivindicações constitucionais, armou o marinheiro contra o soldado. A ambição de mando, desvairada e agressiva em um, aguerrido o outro na defesa da própria vida e do bem apoderado, e projetou, na cenografia bamba de história lamentável e efêmera, luta civil, em que irmãos chegaram a se convencer de que assassinavam por convicções. Nuvens prenhes de tormenta que se encontram, em colisão, no espaço, são sempre a resultante de um estado vesiculoso, ia dizer enfatuado, a que servem de núcleo grãos de poeira, ensoberbecidos na altura...

Eram os dois inimigos igualmente fracos: não se decidira ainda por nenhum deles o contingente grosso e sempre alerta das adesões, que esperam dar razão ao mais afortunado. Por isso, enquanto em escaramuças ensangüentadas, canhoneios, assassinos, entradas e saídas apenas imprudentes pela barra, esperavam o imprevisto... os ares eram turvos e abafados. Pesavam de suspeição e de medo. Não se sabia com quem contar: duvidava-se de todos. Olhavam-se de esguelha os homens e guardavam impressões para a delação. Era suspeito quem se não excedia em clamores e protestos. Quem não tinha sua idéia cruel e executada, era vigiado. Cultivava-se a maldade por seleção. Faziam-se prisões por adiantamento e julgamentos sumários por previsão...

Indivíduos desclassificados, talvez inocentes, foram acusados de pretender explodir os túneis da Estrada de Ferro Central... O outro dia apareceu, expectante, uma bomba de dinamite, na redação de um jornal. Era testemunho e ameaça; deu-se alarme: tentavam destruir os bens do Estado, agravar dificuldades ao Governo, fazer calar o órgão das opiniões do poder...²

Não se conteve, então, um senador da República, e escreveu carta pública ao jornal ameaçado, pedindo a morte para os rebeldes presos, ou, “se faltasse essa medida necessária e benéfica”, lançarem eles, os patriotas, mão das mesmas armas, reduzindo a ruínas os calabouços e enxovias, matando a todos os que as enchiam, por esse processo sumário e digno. Depois seria a vez dos bens, casas e haveres, fossem nacionais ou estrangeiras as vítimas. . . só assim a República seria vingada de seus inimigos como cumpria...

Nunca o crime de não ter opiniões políticas iguais às nossas excitou apetite mais ganancioso de vingança sanguinolenta. E a ninguém repugnou o horror do conselho ou da incitação. Se alma nobre existiu que protestasse, foi talvez algum Tácito furtivo que pensou em escrever para o futuro... Entre brasileiros coactos e brasileiros desçaímados, não houve quem punisse pela honra de uma civilização que recuava assim até se renegar, menos que em tirania cesariana, na chacina da caudilhagem.

Houve apenas um homem. Foi Euclides da Cunha.

Escreveu revide heróico e abnegado à barbaria. Não encontrou letra de fôrma que lho quisesse publicar. Os que o deviam, pela simpatia da idéia, temiam pela própria conservação, tinham a paixão alarmada e insaciável de brutalidades maiores, para se deterem em censurar uma, apenas aconselhada. E assim não o podiam nem o quiseram imprimir. Por fim, o artigo foi ter às mãos de alguém que tinha a paixão de seu ofício, um destes românticos retardados que em tempo de industrialismo utilitário faziam ainda bravatas de

² Tentativa malograda de exploração à dinamite, contra a redação do jornal *O Tempo*. Ao redator Dr. F. Borges escreveu o Senador J. Cordeiro a carta aludida, publicada no número de 17 de fevereiro de 1894. O artigo de Euclides da Cunha saiu na *Gazeta de Notícias* de 18. A 20, novo artigo, de réplica, no qual se declara tão republicano quanto o velho político, “havendo, entretanto, no culto que ambos tributamos à República uma diferença enorme. S. Ex.^a tem por ela um amor tempestuoso e cheio de delírios de amante; eu tenho por ela os cuidados e afeição serena de um filho.” Saiu-lhe madrasta.

afrontar as próprias conveniências. Ferreira de Araújo publicou na *Gazeta de Notícias*, cercando-o de cautelosos comentários, mas publicou-o. Essa denúncia de um grande crime a perpetrar poupou à nossa vergonha mais um, daquelas tantas de que essa época foi pródiga.

Mas não se perdoa facilmente a quem não comunga dos nossos ódios; Euclides da Cunha ficou desde aí suspeito à legalidade: era o nome pelo qual se davam, como sempre, os abusos do poder. Não lhe valeram os sacrifícios e os perigos, a morte tantas vezes arrostada com bravura e sem escarcéu, quando, em meio dos tiroteios, andava a construir e a velar pela segurança das trincheiras, cumprindo o seu dever de engenheiro militar. Começou para ele a reserva ostensiva, a desconfiança tácita, o afastamento premeditado da ação, isolando-o em passividade ou em suspeita, que não podia sofrer o seu brio.

Esmoreceu-lhe a fé militar: determinou deixar as fileiras. Carta de seu sogro, o General Solon,³ um dos autores da República e dos primeiros perse-

³ “Bahia, 20 de março de 1896. Dr. Euclides. Proposital e refletidamente retardei a resposta de sua carta de 10 de janeiro do corrente ano, para fazê-lo no momento mais oportuno. Em sua carta pediu-me um conselho com relação à sua volta ao serviço militar; pois bem, como está a terminar o tempo pelo qual ficou agregado, sem a intenção de dar conselhos, dir-lhe-ei, com a mais rude franqueza, o que penso a respeito. Em minha família tenho exemplos frisantes para oferecer à vossa inteligente observação. Dois de meus irmãos, muitos primos e outros parentes que abandonaram a carreira militar, uns para utilizarem heranças que receberam, outros para ocuparem lugares na carreira civil, ficaram paupérrimos e alguns até na miséria, ao passo que os poucos que com perseverança continuaram e fizeram profissão da carreira militar, estão independentes e têm servido de proteção e amparo aos outros. Aí está no Rio de Janeiro a família Lima e Silva, na qual todos os que abandonaram a carreira das armas para usufruírem grandes fortunas que lhes foram legadas por seus progenitores, outros para exercerem elevadas colocações no período em que o prestígio daquela família predominava, estão hoje mendigando, com humilhação, pequenos empregos e pesando aos que, com perseverança, não abandonaram aquela profissão. Se voltarmos as vistas para o Rio Grande do Sul, além de minha família já referida, encontraremos nos descendentes das três mais poderosas famílias, Menas Barretos, Azambujas e Sarmiento-Minas, um resto de militares para amparar da pobreza, e até da miséria, centenas de seus membros que por falta de perseverança não estão hoje figurando na carreira das armas; além de muitos outros exemplos que seria fastidioso enumerá-los. À vista, pois, do que venho de expor, aliado à opinião de alguns amigos que consultei, penso que será em desastre abandonar a melhor profissão que existe no País, e que

guidos por ela, procurara dissuadi-lo, lembrando quantas vantagens tem a carreira das armas e concluía: “*será um desastre abandonar a melhor profissão que existe no país*”. Mas não o atendeu. Foi insensível à sedução do interesse. Sentiu, claramente, que tendo uma pena que havia de ser instrumento de civilização no Brasil, a espada e a forma, a disciplina e as conveniências o coagiriam em subalternidade dolorosa e peca, enquanto esperasse as promoções. Não era dos ânimos que se prendem aos proveitos e garantias. Abandonou a farda pela segunda vez... A criança indócil repetiu-se no homem experimentado... Agora, porém, tranqüilamente, refletidamente, talvez apenas com maior mágoa no coração. Repudiar o ideal é, certo, mais doloroso do que vê-lo morrer, ainda aviltado e incompreendido.

Foi então engenheiro e foi jornalista, em Minas e em São Paulo. Construiu vigamentos de aço e armou peças temerosas de artigos, uns e outros possuidores do poder formidável de desígnios fortes, expressos numa forma intrépida. Assim até 97.

CAMPANHA DE CANUDOS

Fato policial, transformado por incúria e descaso em calamidade pública, chamou para os sertões da Bahia a atenção do País. Em um recanto abandonado, como tantos do interior do Brasil, de que nos falta até a consciência, sem vias de comunicação, sem liames morais de instrução ou dependência administrativa, formou-se sociedade rudimentar em torno de uma fé simples, que lhe dava esperanças em Deus, já que fora completamente largada da providência dos homens. Fanático, do qual a lenda fez celerado, réprobo e até – monarquista – atentando contra a moral e ameaçando a ordem estabelecida, reuniu em torno de si alguns milhares de pobres gentes sertanejas, que viviam parcamente de lavouras e rebanhos, até o dia em que uma autoridade leviana e má interveio desmandadamente em agressão. Talvez apenas imprudente, ou estouvado – e resultou a provocação irritante de um conflito. Começou a guerrilha, no desbarato sucessivo dos destacamentos de polícia, dos contin-

com tanto lustre soube iniciá-la e nela se tem mantido. Todos desta casa, etc. – *Frederico Solon S. Ribeiro.*”

gentes de tropa de linha, chegando finalmente às provações aflitivas de mobilização do Exército nacional, dobrado de milícias dos Estados. Foi história triste e vergonhosa. E porque éramos os únicos culpados, por não termos sabido dar-lhes cultura e civilização, vingamo-nos com violência espantosa: imolamos, inermes, os milhares de vagabundos e párias, que assim mesmo só conseguimos vencer pela desproporção formidável do número e dos meios de luta. Fizemos como as crianças ou os selvagens com brinquedos desajeitados e os artefatos perros, que não têm habilidade para consertar: quebram os objetos. Por isso assassinamos milhares de brasileiro em Canudos. Se houve voz de protesto, foi débil e partiu de alguns moços generosos e destemidos, alunos das faculdades da Bahia, que o ousaram dizer de frente, no rosto dos responsáveis. Mas não foi ouvida pelo País: o clangor das fanfarras e as passeatas gloriosas que deviam fazer os triunfadores pelas ruas empavesadas das capitais, abafou-a no esquecimento merecido.

Só ficaram *Os Sertões*: depoimento, libelo, sentença, que punirá, no dia em que tivermos consciência, a crueldade dos mandatários e a inépcia dos mandantes. Euclides da Cunha partira para o lugar da ação, levando o compromisso de escrever para um diário, *O Estado de S. Paulo*, mas o maior de testemunhar esse crime coletivo de uma civilização incapaz. Cinco anos depois estava o livro publicado, e foi como um ato de coragem desesperada.

Ficou sem resposta, e quase sem comentário na substância. É um dos meios de justiça no Brasil: o silêncio responde à acusação mais provada... Apenas a ousadia e o gênio de Euclides da Cunha contarão no futuro aos historiadores curiosos, como ainda às portas do século XX, as aparências civilizadas interrompem, de espaço a espaço, essa idade de bronze de nossa nacionalidade, que vamos vivendo.

A GLÓRIA LITERÁRIA

Depois d'*Os Sertões*, exerceu Euclides da Cunha engenharia e fez arte. Teve a celebridade. Se não se pejaram do crime que ele denunciou, regozijaram-se ao menos com a pompa esplendorosa do seu estilo. E glorificaram-no. Escreveu então artigos apressados para os jornais e começou a dar estabilidade àqueles ensaios históricos, políticos, sociais, que seriam gênero literário a

propagar no País sobre o outro, mais meritório, de fazer-lhe admoestações e ensinamentos duros e necessários.

Dessa pausa espiritual saiu para missão de caráter técnico e ao mesmo tempo diplomático, chefiando a missão brasileira de reconhecimento do Alto Purus. Custou-lhe imenso esforço e tremendas provações e foi empresa quase malograda. A pequena restrição vai devida a tudo o que viu, experimentou, deduziu e escreveu em páginas magníficas depois, para compensar-se de esforço inútil e de pena baldada. Partidos para o Amazonas perderam a paciência e o tempo, esperando instruções que só chegaram quando a vazante impedia quase a viagem e punha obstáculo ao termo do empreendimento. Lêem-se nas entrelinhas do relatório que escreveu, e até no desabafo das notas, as queixas e os protestos. Elas não contam, porém, todas as vicissitudes dolorosas experimentadas no contato irritante de uma comissão estrangeira, suprida de supérfluos e fartas suscetibilidades, muito ao invés da nossa, à qual tudo faltou, e a que só resistiu, sem humilhação e com decoro, porque velava Euclides da Cunha. O seu brio defendeu sempre, até o sacrifício, a nossa vergonha. Esta expedição, se fora contada, daria a *Os Sertões* uma parêntese, na intensidade da descrição e na intrepidez da acusação. Guardo ainda comigo os acentos épicos do que lhe ouvi... Testemunhos singelos confirmaram-me que aquela epopéia obscura e destinada ao esquecimento, não era ficção de mente escandescida...

Voltando ao Rio, continuou a faina intelectual. A Academia Brasileira, que o elegera, recebeu-o em sua gloriosa companhia. Continuou a escrever para a imprensa. Publicou num livro, *Contrastes e Confrontos*, ensaios dispersos, e noutro, *Peru versus Bolívia*, razões de um litígio internacional. Ainda mais ensaios, reunidos depois no volume último *À Margem da História*. Tentou o magistério, concorrendo a uma cadeira de Lógica, no Ginásio Nacional: vieram-lhe então no enalço todas as mediocridades que ele tinha o dom perigoso de açular. Parecia não haver lugar para ele, onde tanta gente andava indevidamente. Contudo, e isso é digno de ser assinalado, ao contrário do que seria de esperar, veio-lhe a justiça da escolha.

A vida lhe correria agora tranqüila e segura, sem dispersões vãs, nem aventurosas ambições. Galgara apurado e decidido, como as árvores dos acíves empinados, o topo da montanha. Não iria transmontar, porque, aos

quarenta e três anos, posto grande escritor e conhecido grande caráter, se distendiam para ele caminhos largos nas rechãs indefinidas...

Foi neste momento que um grande infortúnio se abateu sobre nós. O ponto final de uma bala assassina pôs fecho trágico nesta vida, cujas possibilidades seriam ainda maiores do que deviam ser o remorso de alguns e até, de todos, a mágoa inconsolada.

EUCLIDES DA CUNHA: O ARTISTA

Tal foi o homem. Superpõe-se-lhe a obra num decalque preciso... sem se acrescentar num paralelo espiritual da ação, mas se desdobrando como derivação lógica e necessária daquela vida...

Um de vós, pensador sutil,⁴ atinou com a razão de ser dessa qualidade indefinível na obra de arte, que é ter estilo. Seria como que a revelação sensível do caráter. Tomou por exemplo a Frei Luís de Sousa. Se buscasse símile nacional, desmedido e bárbaro, como era a feição do homem e do seu meio, teria Euclides da Cunha.

Não vai aí restrição, nem revide, à fórmula clássica, consagrada pela repetição de uso, nem sempre consciente. O estilo é, sim, o homem, sem que por isso todos os homens tenham estilo. É preciso primeiro ser homem, distinto dos outros homens, afirmando uma personalidade, na posse de um caráter. A vontade, revelada pelo talento... eis o estilo.

E assim chegamos a concluir que se o estilo pode ter qualidades julgado em si, não tem graduações julgado nos homens. Porque são falsas essas expressões que emprestam a todo o mundo caráter, deste ou daquele feitio. A distinção será simplesmente entre os que não o possuem, imensa maioria, e os que o possuem, bom ou mau, segundo o júízo vário do sentimento. Ordinariamente, quando se tem caráter, disse um que o tinha, ele é mau... Porque se impõe deliberadamente, decisivamente, vitoriosamente; afirma quando todos duvidam, ousa quando todos vacilam, tem vontade quando ninguém possui orientação... os outros, os invertebrados, os amorfos, o rebotalho, hão de vingar-se no insulto, que é já reconhecimento...

⁴ João Ribeiro.

Assim também do estilo. Muita gente escreve; toda gente pode escrever. Chega-se até, tanto o hábito tem força, a escrever legivelmente. Mas o artífice jamais chegará a artista, se o não for, se não tiver sensibilidade. Tão difícil e mais raro ainda que a sensibilidade é a vontade. Cultiva-se, depura-se, aprimora-se um estilo, porque o caráter se desenvolve, se tempera, se aperfeiçoa. Não se *faz estilo*, como o supõe a ingênua vaidade. Por isso, havendo tanta gente que escreve no Brasil, tem ele tão poucos escritores dignos desse nome.

O ESTILO É O HOMEM

Euclides da Cunha, pois que teve caráter, devia ser um estilista. Tinha, ao demais, o que dizer, e fazia-o, como devia, coerente com sua fé. No seu estilo, como naquele caráter, havia, porém, qualidades impetuosas e dominadoras, que lhe criariam, desde logo, um círculo enorme de submissões simpáticas e de irrefletidas admirações. Era como nervosidade comunicativa e entusiástica, que despertava em violenta contradição a indolência e a frouxidão de nossa índole. O momento em que surgiu talvez fosse propício a esse contraste e ao enorme sucesso que o acolheu.

Quando *Os Sertões* foram publicados andávamos num período de estagnação literária. Haviam calado os últimos românticos. Machado de Assis e Coelho Neto não tinham discípulos. Parnasianos em poesia e naturalistas na prosa de ficção estavam sem progênie. Dissolviam-se aqui por imitação de modas francesas, pequenos engenhos ruidosos e vazios, em uma literatura arrebicada e presumida, na qual o artifício fazia de gosto e a extravagância de senso comum. E como escasseavam os letrados, multiplicavam-se as escolas literárias: por toda parte eram grêmios e discussões. Chamavam-se pelos nomes mais ridículos, viviam o tempo em que os seus programas atroavam pelas páginas de revistas efêmeras, e desapareciam, diluídos, para reaparecerem conglomerados em outros conluíus, sob outros rótulos e as mesmas ameaças. Resultou porção de livros de versos sem sentimento nem sentido, de contos e novelas difusos e caóticos, impressos em todos os formatos, com as mais exóticas tipografias, maiúsculas disseminadas às tontas, epígrafes e *ex-libris* sibilinos... tudo cheirando a cera, incenso, almíscar, mofo, decomposição, porque

os mitos, as lendas, os sortilégios, as catedrais, as flores místicas, os romances medievos se repetiam numa estafada lengalenga.

Junto a essas provas de decadência, acrimônias naturais da impotência impolida, vaidades irritadas dos *clans* e dos cenáculos, que fulminavam doestos e decretavam as próprias beatificações, sem apelo nem conformidade... Em suma, estagnação de marema: as vozes eram de rãs inchadas e de fogos-fátuos os clarões de incêndio... Poucos bois ruminavam. Esses tempos de literatura – simbólica, fantástica, mitológica, evocativa, medieval, exótica, amoral e decadente... – quase não deram que ficasse: alguns livros subsistiram e raros nomes passaram a outra geração. Ficou principalmente o cansaço mútuo e o tédio maior do público que os aturava a se elogiarem ou a se descomporem... sem produzir nada.

Nesse momento, apareceu Euclides da Cunha. Escrevia de coisas do Brasil: mérito hoje pouco freqüente em escritores... A nossa curiosidade espantou-se desinteressada um momento das intrigas políticas e das modas francesas, reconhecendo que havia alguma coisa a mais na vasta curiosidade humana, que essas de seu pábulo habitual, e, sobretudo, vingou-se dos outros todos que a enfastiavam, glorificando o novo escritor. O sucesso só foi comparável ao d’*O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, e ao de *Canaã*, de Graça Aranha. Em alguns meses era nome célebre por todo o Brasil.

Mas como nada fazemos sem exagero, substituindo a veemência pela convicção, se não lhe penetramos a obra profunda e difícil, colhemos pela rama impressões de outiva bastantes para o glorificarmos. Aclamaram-no, sem mais, simultaneamente, geógrafo, geólogo, etnógrafo, sociólogo, filósofo, historiador, estrategista, engenheiro, estilista principalmente... mas não perceberam do conteúdo das idéias e nem tocaram no valor do seu quilate... De longe, porém, um sábio anglo-saxônio, do recuo de uma Universidade da Califórnia, o Dr. John Branner, que sabe a nossa língua e mais ainda a nossa terra, mandou-lhe, como louvor, palavras do próprio Euclides: “O poeta é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia.” Era enigmático e profundo: Euclides não teve melhor crítico, pelo menos mais justo ou mais lúcido. Todas aquelas qualidades dissimulavam de fato apenas o poeta...

Se o não era no dom da expressão metrificada e disposta em forma definida, como aliás o pretendia, enaltecendo uns primeiros ensaios que mais

tinha em conta que às suas notáveis construções em prosa, de fato em Euclides da Cunha dominava o poeta. O geólogo que lera na terra as suas vicissitudes milenárias, o sociólogo que avaliara as componentes novas para traçar as ambições possíveis, o diplomata que discutia textos perplexos de tratados para acordar as vantagens de sua demonstração... o geógrafo, o historiador, o político... por amor de palavra sonora ou pela sedução de imagem brilhante... do estiramento de período em marcha desabalada e vitoriosa... do icto ou inibição de frase curta, estacando fulminada... ele os sacrificava todos, intimamente ao outro, o poeta, sempre presente, promovendo o espanto e o entusiasmo, no ritmo sacudido e atropelado das frases que se desenvolviam em crescendo de explosões, ou se arrepelavam, de súbito, refreadas, num clamor de epopéia.

Por isso se há de repetir o que Taine disse de outro: que não escrevia para os leitores. Euclides esqueceu sempre a finalidade da palavra escrita e o destino exato dos livros... Pode-se mesmo dizer que os escreveu para si... Retratou-se, para neles se rever... Não cuidou de nós.

Não querem descrever *Os Sertões* essas terras desertas do Brasil, dignas de senhorio mais ambicioso, nem o depoimento das gentes esquecidas pela nossa incúria ou incompetência em educar e aproveitar; nem ainda, como pretende o seu subtítulo – Campanha de Canudos –, denunciar grande crime coletivo que nos aviltou numa sangueira inútil... Não; é principalmente o cenário, desmedido e grandioso, rude e magnífico, em que viveu, sofreu e pensou, a personagem silenciosa que não se descreve e está entretanto sempre presente naquelas páginas... Não é livro de história, estratégia ou geografia, é apenas o livro que conta o *efeito dos sertões* sobre a alma de Euclides da Cunha.

Não são razões de um pleito a se decidir em juízo, trazendo ao debate o esclarecimento final para a justiça devida ao constituinte defendido... *Peru versus Bolívia* é apenas ensaio de crítica sobre tratados e crônicas, mapas, levantamentos, que permite ao autor sentenciar sobre assuntos literários, políticos e sociais relativos aos contendores... O advogado tem menos em conta a causa que os autos, pensa mais em si que no réu ou na vítima, e prefere seduzir o juiz a decidir a justiça.

Nos *Contrastes e Confrontos* e em *À Margem da História*, a sua geologia, a sua etnografia, a sua sociologia, a sua política, têm por isso mesmo o rigorismo absoluto de fórmulas que não condizem com a relatividade tateante e cética de nosso conhecimento... que não existe talvez nas realidades observadas, mas somente nas concepções várias e móveis que delas fazem os nossos entendimentos crédulos e expandidos... É que, propriamente, ele não observava para descrever: comentava-se na natureza, nas gentes, nas idéias, retratando-se nelas. Ilustrava na realidade o seu pensamento... E como ele todo fervia tumultuoso e transbordante, sente-se menos o que descreve, profliga ou ensina, que todo o seu espírito agitar-se em sua obra, assanhado e rebelde, soberbo e vitorioso.

Semelham-se os seus cenários a essas caricaturas de Forain, violentas e grossas, arcabouço trágico de um desenho que se imagina, mas que o autor desdourou de traçar: é impressionismo espantoso em que os riscos interrompidos e as cores cruas sugerem antes que definem. Têm as suas gentes o grotesco sinistro, ou a fantasia heróica que lhe inspirou o mais querido de seus mestres, Paul de Saint-Victor: desfeioou as realidades sensíveis que o viram, e projetou nelas sua imaginação. O jagunço, que ele admira, ou o caucheiro que ele deplora, ficaram assim, para nosso pasmo, comparsas gigantescos de epopéia ou de geenas... Entrechocam-se as suas idéias sem o seguimento lógico e desdobrado das deduções: irrompem tumultuárias, desconexas, divergentes, paradoxais, como as daquele outro de quem foi aluno, o bárbaro Carlyle, extravagante e insolente, e por isso mais admirado, pela fria e comedida Inglaterra.

E sempre, não descreve, não discute, não convence... falta-lhe a miudeza pertinaz da expressão, a continuidade articulada dos argumentes que se coordenam, a certeza fria de demonstração, que apenas espera ser feita. Não, num arremesso de traços rápidos e incisivos, ele impressiona, grava, aprofunda... Risca sumariamente a síntese linear de uma figura e de uma paisagem, deforma-a como caricaturista invertido, que em vez de deprimir quisesse sublimar, e dispara em outra arremetida, num ímpeto de imagens e de idéias, não raro lugares-comuns projetados como escárnio a relutâncias obsoletas, paradoxos retorcidos ou humorismos macabros... vertiginoso, possesso, divino... às vezes fatigante.

“FALAR DIFÍCIL”

Cultivou por isso esse mau gosto nacional, espécie de gongorismo retardado, que o povo chama, avisadamente, *falar difícil*. Não é vezo literário remanescente daquele romantismo atroante e inflamado, que veio de Hugo a Castro Alves. Não, o romantismo foi moda passageira. Antes dele já éramos assim; assim ficamos. Está na índole mesma de nossa gente. Já ouvi em dia de exaltação popular um orador ser impedido de prosseguir, pelo clamor dos aplausos, só porque, ao começar o discurso, a voz plangente se detivera em duas letras enfáticas... “De vitória... em vitória...” Esse tropeço e aquele entono fizeram, sem mais, delirar a praça pública repleta... Parlamento vi em êxtase porque, em oração vibrante, um dos nossos tribunos escandia as sílabas, revelando vogal-muda, a propósito de “conquistas liberais”. Se não se compreendem as palavras, ou se elas se arrevesam em esgares ou convulsões, o triunfo é então definitivo... e explicável...

Os brasileiros continuam assim pomposos, sonoros, vazios, enfatuados, exprimindo idéias raras em termos impróprios e difíceis... Não renegava Euclides o seu povo. Tomava nota, nos punhos da camisa, de palavras estranhas que ouvia, ornava com elas frases refulgentes, e talvez buscasse assuntos heróicos ou sinistros para as ensartar. Os seus cadernos íntimos denunciavam esse hábito. Um dia, em São Paulo, na porta da Livraria Garraux, conversava com amigos. Achevou-se um homem humilde, que se pôs a contar façanhas sertanejas. Era por uma trovoada passageira de verão... “de repente, o céu *escampou*...” O matuto ainda não acabara, e já Euclides não estava... o verbo se fora gravar numa página imortal, feita talvez para ele... Bem pouco importam, haveis de convir, doutrinas e idéias, imagens e frases... quando há um céu *escampo* e admiração para se extasiar nele.

Se lhe faltava o gosto às vezes, tinha sempre o seu gosto: a palavra havia de ser sonora e rara; a imagem era enjeitada se não crepitasse em deflagração ou lampejasse em deslumbramento; o próprio pensamento, dom sereno dos que meditam, sem fadiga nem pressa, parecia-lhe espúrio, se não lhe empinasse o dorso atitude arrogante de ênfase.

Nele assim tudo eram explosões e arestas. Não tinha matizes nem inflexões. Desconhecia os meios-tons e as transições insensíveis. Era por isso

incapaz da ternura e da piedade: não há uma só de suas páginas em que a gente sinta os olhos se molharem de suave quentura comovida. Não escreveu de um regato, de um crepúsculo, canto de pássaro ou capricho de mulher. Jactou-se mesmo, certa vez, de não haver em todos os seus livros uma só destas criaturas. Talvez venha daí a admirável coerência de sua obra. Certamente, por isso, lhe falta aquele encanto frívolo e frágil, aquele melancólico e doloroso desencantamento, que só elas conseguem dar a todos as aspirações e esforços humanos.

Ao invés, porém, os chapadões bravios, os rios grossos, as florestas despenheadas, as torrentes em fúria, as soalheiras sem tréguas... a fome, a guerra, o medo, o ódio, o sarcasmo, o espanto, o mistério, o delírio, a morte... em frase curta e emperrada, ou no arranco distendido dos períodos, se apoderam de nós, com arrepios de horror, comoções de pasmo, frêmitos de entusiasmo, para nos levarem, não raro... ao cansaço...

Essa crítica que lhe fizeram doeu-lhe porque era justa. Vinha de um espírito destemido e sincero,⁵ que o aplaudira na primeira hora, e se afligia por vê-lo sem progresso e sempre sem medida. Poder-se-ia, para escusá-lo, dizer que possuía os defeitos naturais de suas qualidades. Os clarões vivos são deslumbrantes... o ruído contínuo é insuportável... seja a luz mais pura e a música mais harmoniosa... A descontinuidade é o único meio psicológico de prover à fadiga da monotonia. Por isso, a perfeição é simples e deve ser vazia a beatitude.

Mais por diante, porque lhe descobriu talvez vestígio de sentimento, punziu-se de outra crítica. Não a escreveram, mas foi atribuída a autoria ilustre. Contava-se que Joaquim Nabuco dissera de Euclides que ele escrevia com um cipó. Ainda aí podia achar fácil conformação. Mas não o quis, para não se convencer. É que só queremos ser o que não somos: e saímos, assim, caricatura do próprio ideal. Aquele bárbaro, espantado e espantoso, quando escrevia, supunha-se policiado, civil e measureiro. Pretendia talvez o aticismo de Aristófanes ou a ironia de Renan. Traçaria linha reta que o prendesse à graça parisiense ou à sutileza helênica... E podia tanto se ter consolado em ficar brasileiro... e por isso em escrever com cipó...

⁵ José Veríssimo.

A OBRA DE EUCLIDES, RETRATO DO BRASIL

De fato, Euclides da Cunha, cuja vida se superpõe como esquema reduzido ao destino da terra originária, retrata nos caracteres de sua obra a impressão conjunta das paisagens e das gentes do Brasil. Nenhum dos nossos artistas é como ele representativo deste meio e deste momento que atravessamos. Influência de viagens e de cultura, talvez originariamente ascendência de raças peregrinas, importadas e dissolvidas aqui, ainda sem adaptação, façam dos nossos artistas, na maior parte, amostras divagantes e imperfeitas de outros climas, outras civilizações, que reagem mediocrementemente, não ainda conformados à situação em que apareceram. Euclides, não; filho de antigos sertanejos da Bahia, a terra dos mais velhos brasileiros, aqui vivendo, aqui sofrendo, aqui pelejando, não só se plasmou produto genuíno desta ocasião étnica e civil da *única* definida de nossas raças, como, por isso mesmo, refletiu poderosa e integralmente a sua terra e a sua gente. E olhando em torno, que havia de observar e escrever? O Brasil, como é ainda hoje... terra bárbara e prodigiosa, cheia de encantamentos e decepções, onde se dispõem e se misturam todos os climas, vários povos, muitas aspirações e, apenas, ainda bem poucas realidades práticas, definidas e definitivas... Reproduziu-os, pois, terra grossa e gentes grosseiras... Como deixaria de escrever com cipó... senão nos traindo ou traindo a si próprio?

Daqui mesmo ele vos fez uma confidência e uma confissão, com aquela valentia de seu caráter, maior e só capaz de vencer o seu grande orgulho. Foi quando, ao narrar a chegada ao estuário do Amazonas, referiu que nem a expectativa da imaginação e da descritiva, nem a sugestão tão fácil do já visto e já sentido por outrem, lhe comunicaram a impressão justa daquelas terras, ainda encharcadas de um dilúvio, daquelas águas barrentas, sempre em decantação, como infirmes e tateantes, umas e outras, diluídas em vasa ou emersas do pélagos, na sedimentação construtora da profundeza ou aflorando à luz batismal do sol para contemplação muda dos céus e para maravilha ruidosa dos homens... Não soubera soletrar essa página contemporânea do cosmos... Não vira mais do que um oceano desatado e um céu monótono. E a arqueadura imutável de um se fundia, nos horizontes rasos, com o baço espelhamento do outro, na mesma decepção fatigada. Algumas horas no Museu de

Belém, a leitura de textos semibárbaros de um sábio que prefigurara e lhe sugeria uma visão do *Gênesis* naquelas paragens, e após nova contemplação de mangues, de águas e de céus, diz ele:

O que eu, filho da terra e perdidamente namorado dela, não conseguira, demasiando-me no escolher vocábulos, fizera ele usando de um idioma estranho, gravado no áspero dos dizeres técnicos. Avaliei, então, quanto é difícil uma coisa trivialíssima nestes tempos, em que os livros estão atulhando a terra: escrever.

É que não basta, para falar e escrever, possuir a riqueza inesgotável do verbo que serve a quantas dificuldades e vai ao encontro de tantas expectativas, que arma a sentimentos desejados e chega além até das admirações mais insofreadas... Não basta ter a arte incomparável de mandar nas palavras e nas vozes, obrigando-as a todos os caprichos e ousadias, para efeitos prodigiosos de colorido, de graça, de força ou de paixão... Essas são as que encantam e seduzem olhos e ouvidos, em frêmitos, êxtase ou comoção, em um momento, como paisagem efêmera ou música passageira...

Mas não atingem a alma... não se lhe entranham na intimidade, não comunicam com sua essência secreta, como as outras, mais raras, mais pensadas ou sentidas, mais sinceras com certeza, e por isso mesmo mais simples, que lhe acertam o caminho do coração. Porque valem pelo que comunicam e mais pelo que deixam a adivinhar. Volvendo no tempo, quando outros sucessos distraem a atenção dispersa e erradia, fica na memória a imprimidura forte que lhe conserva o vestígio, como o metal mordido pelo ácido guarda, indelével, a marca de uma posse definitiva.

Cícero ou Vieira, talvez os maiores talentos verbais de nossa linhagem intelectual, encantaram e surpreenderam a admiração e o entusiasmo de ouvintes e de leitores, através de séculos, com o patético, com a ironia, com a dialética ou com a graça, que prestigiava a retórica ou o instinto de uma arte incomparável... Mas passariam nas almas, se não vivessem sempre gravados nelas pelos acentos poderosos ou pelas dolorosas exprobrações com que um recuou além das portas de Roma os inimigos da pátria e o outro puniu os inimigos da humanidade, que atentavam contra a vida e a liberdade dos primeiros brasileiros.

SURPRESA E MARAVILHA DA OBRA DE EUCLIDES

Surpreendeu e maravilhou Euclides da Cunha a muitos, se não a quase todos, pelos dons de um estilo túrgido e veemente, a que uma contração contínua, tal como uma contratura ou um espasmo de frase, dava o aspecto falso e artificial, por isso mesmo mais acessível ao vulgo, de rebuscamento e de acrobacia... É que não teve tempo de ser simples... de somente atingir as almas, sem satisfazer de caminho entusiasmos fáceis e comparsarias equívocas de uma turba quase iletrada, pelo menos impolida, que se paga com sonoridades ocas ou cenografias coloridas. Rufou tambores... acendeu fogos de vista. Escreveu com cipó, como lhe apodaram...

Esse mérito menor de sua obra, que ainda assim foi um, sabendo do público a que se dirigia, reclamou talvez decisivamente a atenção entorpecida e dispersa da multidão para as idéias que propagava... Escreveu por isso mais facilmente nas almas recuadas e tímidas, indolentes ou atônitas, que vivem nos milhões de gentes desconsoladas deste país...

Se não depois dele exatamente em tempo, ao menos por causa dele em intensidade e prestígio, começamos a nos interessar, a pensar, e até a escrever, dessas terras largadas do Brasil, das gentes abandonadas do Brasil, que, ainda trezentos anos depois de reveladas ao mundo, estão por se descobrirem e serem civilizadas... Será esse o seu mérito... de ter sido perdidamente enamorado delas para lhes querer presente melhor e, desesperado de o conseguir, sonhar com futuro digno delas.

Por isso ele viverá ainda, quando outras vozes mais cultas, mais polidas, mais harmoniosas, se não mais presumidas, se tiverem calado. É que escreveu dos *sertões*, o nosso coração, portanto para a alma do Brasil...

Foi o guieiro de uma bandeira gloriosa de intelectuais que o hão de seguir na mesma faina civilizadora... a de integrar a pátria pela conquista política, social e moral dos *sertões* brasileiros, acrescidos a este litoral, em que há três séculos vivemos, contentando a ambição vazia apenas com a vaidosa contemplação das cartas geográficas que mostram a distensão de nossos domínios como se não nos devêssemos correr de vergonha por nos crescerem as terras, à medida que nos vai minguando o mérito de possuí-las...

Euclides da Cunha foi o primeiro bandeirante dessa *entrada* nova pela alma da nacionalidade brasileira. Seu nome ficará até lá onde foi ter o seu arrojo e a sua ambição.

Porque o compreendo assim, e muito o invejo por isso, mal me sofre o ânimo a humilhação de o substituir entre vós. Apraz-me pensar ser em situação semelhante que se diz de muita gente, que ocupa os lugares sem os preencher. E porque há aqui tantos, todos, capazes de trabalhar e fazer pela glória das letras, das artes e da civilização do Brasil, sinto-me, por isso mesmo, estranho e demais. Com ser invejada, não me desvaira, como vedes, a imortalidade usufrutuária, que vossa incompreensível bondade me conferiu.

Mas já tentei explicá-la, e aqui fico, com aquele carinhoso simbolismo, que vos dará irrefletida preferência e a mim dedicação para vos servir.

II

RESPOSTA DO SR. ARARIPE JÚNIOR

SENHOR:

Na vida dos artistas há situações que sublevam quanto existe de original e profundo nas origens do seu pensamento e desdobram ao desenvolvimento de sua obra horizontes novos, novas sensações.

Fostes um místico por emulação. O simbolismo da escola a que vos filiastes nos primeiros anos de vossa carreira literária vos envolvia num nevoeiro estético, do qual começastes apenas a libertar-vos depois que a ciência, e especialmente os estudos de psiquiatria, empolgando o escritor, mostraram-lhe as causas mórbidas das manifestações caóticas e indecisas dos novos daquele tempo.

Os livros de ciência encarregaram-se de corrigir as hesitações do homem de letras, que não tardou em abandonar o sonho deliquesciente dos simbolistas palavrosos, para exercer a imaginação criadora no campo da realidade, onde atua a vida e se exagera a energia do pensamento.

Num momento de ilusão pensei estar em Alexandria ou Heluã; e via-vos, à margem do Nilo, escrevendo os primeiros capítulos do vosso último livro. Com certeza, se se tratasse do poeta de outrora, encontrar-vos-ia impressionado diante das pirâmides pela religião subterrânea dos faraós e dos sacerdotes do Egito em busca, na lição do *Livro dos Mortos* e nas aparições monstruosas de Ftá, de Ísis e Osíris, de novas sutilezas para exprimir as incoe-

rências do sonho estético. Quero crer que, longe disto, o Egito que se vos revelou foi o dos Ptolomeus. Descobristes a Esfinge semi-sepultada nos areais do Nilo; mas o vosso pensamento não se remontou ao mistério da eternidade, nem se precipitou nas trevas da morte que envolviam as populações petrificadas pela preocupação dos seus enigmas infernais. Destes porventura outra significação ao símbolo egípcio e o transformastes no problema psicológico dos tempos modernos. Aos olhos de vossa imaginação teria ressurgido essa adorável Cleópatra que Shakespeare adivinhou.

Domitius Aenobarbus repetiria a frase cruel que desvenda a astúcia da maravilhosa egípcia dominadora do coração do guerreiro Antônio. Vistes, então, a deusa descendo o Cydnus para enfeitiçar o César. Ísis e Osíris, fulgurantes da civilização grega dos Lágidas, marchavam um para o outro, esboçando nos confins do Mediterrâneo o projeto sensual do império que pelas armas e pelo amor abalaria Roma.

Cleópatra ter-vos-ia, assim, aparecido envolvida no prestígio da mais bela e misteriosa criação da natureza. Esfinge viva, cujos olhos se moviam perversamente, cujos lábios destilavam filtros terríveis, cuja voz se perdia na ameaça enigmática: – decifra-me ou te devoro.

Tranqüila navegava a sua galera de popa de ouro. As velas de púrpura, enfunadas, davam à embarcação o aspecto de um cisne estranho na cor e na formosura. Os remos de prata obedeciam à cadência musical das flautas. E o marulho da vaga mal se deixava perceber, abafado pelo canto das sereias, pelo som das liras e das lânguidas charamelas. A deusa, cujo semblante irradiava a fascinação da beleza, recostada sob um toldo bordado a ouro, sorria para os amores *travestis*, que lhe aflagavam os cabelos. As donzelas que a cercavam, em figura de ninfas e nereidas, companheiras de outra Calipso, embalsamavam o ambiente dos mais finos e esquisitos perfumes. Regia a marcha do navio leme fundido de metais preciosos por divino artista; e uma sereia fazia a rota consultando os mais recônditos desejos da rainha do Nilo.

O sortilégio dominava subitamente a alma de Marco Antônio, como dominou a vossa, surgindo das páginas da História. E essa mulher, viúva de dois maridos da raça dos Ptolomeus, aliás na florescência da mocidade, ainda quente dos braços de Júlio César, que lograra escapar aos seus encantos e enredos políticos, possuía o segredo de suplantar a energia dos homens e tato

para encobrir a ambição e a cólera com as lágrimas das vítimas do amor. Entre a astúcia e os instintos do sexo flutuava a sensibilidade que demolia o valor masculino de generais invencíveis nos campos de batalha.

Tivestes a revelação dessa psicologia complicada durante as vossas meditações em Heluan, reconstituindo a alma da mulher mais enigmática de quantas falam os arquivos da vida humana.

O vosso caminho estava traçado na literatura. O arrasamento da esfinge viva.

Podíeis, não o nego, ter ficado no idealismo puro de Ruskin, quando afirma que “toda arte verdadeira é adoração”. Renunciastes em tempo o incenso e a mirra; trocastes o paraíso de Beatriz pelo inferno de Francesca de Rimini. A psicologia do gênio, o mistério dos caracteres, a tortuosidade da índole da mulher, era o campo que mais conviria ao vosso talento de observador e de clínico da alma humana.

“As paixões, cujo fim é a continuação da espécie, diz aquele mesmo mestre, a indignação que se arma contra a injustiça ou que lhe dá força para resistir à injúria gratuita e o temor que é o fundamento da prudência, do respeito e do horror sagrado, são coisas dignas de louvor e belas, tanto que se considera o homem em suas relações com o mundo existente; o naturalista capaz de simpatizar com todas as paixões e formar com elas uma majestosa harmonia, representa arrojadamente o homem em todos os seus atos e pensamentos, no arrebatamento, na cólera, na sensualidade e no orgulho; nada lhe repugna confessar do ser humano vencido ou triunfante, ao contrário do que pratica o místico, o religioso puritano que o descreve desligado das relações terrestres, sem fisionomia ou vestígios de qualquer paixão transitória como abstrações iluminadas pelo clarão vago de uma serenidade não menos indecifrável que a paz celestial.”

Ninguém mais apto para tratar do autor d’*Os Sertões*, que foi um acaso excepcional e curioso de psicologia, do que o homem de ciência e de letras que sois.

Euclides da Cunha era um artista torturado pela ansiedade científica e pelas fulgurações das idéias que ele procurava transformar em imagens. Conceber as coisas com vigor e desentranhar da língua os elementos necessários para a expressão do que lhe penetrava na alma, era o seu suplício. Mais

arrebatamento do que perfeição. E foi seguramente o superaquecimento *ultra vires* das suas faculdades, a causa principal da catástrofe que o subverteu. Espírito trágico, ele não podia desaparecer senão na voragem esquiliana. O cérebro não descansava. Trabalhava incessantemente sob alta pressão e ao impulso de máquinas formidáveis. Calcinou-se fundindo nas fornalhas do talento os materiais incendiados que se transformaram nesse drama tenebroso de tendências dantescas, que se denomina *Os Sertões*.

Não carecíeis, pois, da ênfase da vossa puerícia literária para analisar as “pomposas esplendorosas” – a frase é vossa – de um estilo sem par na literatura nacional. Não houve, assim, “malícia”, como pretendestes, da parte da Academia, dando-vos a cadeira de Euclides da Cunha. Apesar do contraste existente entre os dois temperamentos, – entre o de um bárbaro genial, que se exprimia e descrevia, por meio de relâmpagos coetâneos da formação da terra, as sublevações, a ferocidade da sociedade bravia e inconsciente do sertão, e do ateniense tranqüilo, ditirâmico e ao mesmo tempo satírico, embalado no colo de Helena, a bela alma da Hélade, cuja missão tem sido modular a vida planetária: é preciso convir que nenhuma sucessão seria mais propícia do que esta, – a do espírito dionisíaco pelo apolíneo. As fulgurações do estilo alcantilado deviam abrir espaço às doçuras de linguagem mais serena.

Seja eu neste instante o enfático. Nenhum talento mais próprio para admirar a tortura selvagem de Laocoonte do que o artista que voltou de sua visita aos mármore de Atenas com o espírito cheio de serenidade, todavia mais apurado relativamente a qualidades que já possuía. Refiro-me às malignidades aristofanescas.

Literato e sociólogo, pudestes sentir tudo quanto há de extraordinário n’*Os Sertões*. Nas páginas do livro sentistes palpitar a alma inculta e sangrenta do interior do Brasil. Através da frase se vos desvendou o caráter do artista; a sua filosofia transpareceu no relato do historiador.

Em Canudos existiam negros, mulatos, índios, cabras, curibocas, também brancos, dessa raça de homens fortes quase loiros, cujos resíduos mal se dissimulam nos nossos centros. Examinando o resultado de tão antagônicos elementos nos sertões desamparados de cultura, Euclides da Cunha inflamou-se na visão daquele abismo de selvageria. Da sua pena saiu, então, a pintura

do estado social, onde se produziu a tragédia de que se constituiu herói o energúmeno Antônio Conselheiro.

No livro não se cuida tanto de raças, como do encontro de duas massas de homens cuja contigüidade provoca movimentos hostis. São etapas inimigas na vida coletiva do mundo, profundamente separadas pela mútua incompreensão. E quando lemos essas páginas experimentamos uma grande tristeza persuadidos de que a humanidade ainda está muito longe de ver excluído de seu seio o *Homo homini lupus*.

O crítico e psicólogo na sua apreciação não deixou passar esta circunstância. Era fenômeno digno da maior atenção o dos trezentos anos de atraso daquelas populações perdidas ainda no fetichismo. Fizestes o terrível diagnóstico. Não desconhecendo a comoção de Euclides da Cunha diante da carnificina de Canudos, a exaltastes. “Depoimento, – ainda há pouco, o dissestes, – libelo, sentença, que punirá, no dia em que tivermos consciência, a crueldade dos mandatários e a inépcia dos mandantes” desse crime coletivo.

Tal agudeza de vistas só por si dar-vos-ia direito à cadeira que vos destinaram nesta corporação, se em favor dessa candidatura não militassem outros títulos.

Esse vosso feitio é recente. Afirmei-o em princípio: o prosador de hoje começou usando de estilo abstruso. Coube-me, entretanto, quando se publicou a *Rosa Mística*, tecer aplausos ao talento poético que ruflava as asas da poesia num livro vazio de amor, porque litúrgico.

Eu via apenas o trovador impenitente da *Rosa Mística* e o devoto incondicional da mulher intangível, sem sangue, incolor, – abstrata, somente perceptível pelo ascetismo louco dos claustros. Como Augusto Comte, entendia o poeta que na companheira do homem residia o dogma da redenção da humanidade. Até aí nada de censurável. No poema, contudo, havia o estilo da escola, em letras que recordavam a uncial colorida dos missais e livros sagrados, a obscuridade, a extravagância de ritos obsoletos. Nesse poema de feminismo místico o escritor pregava a glorificação do sexo frágil, remodelando o homem pela submissão das energias da vontade e da inteligência ao puro sentimento da castidade, da ternura, da angelitude feminil.

Celebrando Atma, que é a heroína do livro, a expressão literária assume as formas da vertigem religiosa.

“Teu corpo tem a santidade dos sacrários, diz o poeta, é um templo de suntuosidade magnífica e divina que só a contrição da prece não poderá ofender, tu’Alma, jardim secreto, horto concluso, cheio de sombra e mistério, onde florescem os junquinhos e as rosas, os mirtos e os rainúnculos, as anêmonas e as hortênsias, onde salmodiam fontes de águas vivas, ritmos de uma eussonância perfeita, onde voam nas auras amigas todos os perfumes esquisitos das flores dispersas, símbolos de pensamentos variados, perfeitos, harmônicos, odorantes.”

Reproduzindo esse trecho de poesia cheia de incenso, sutil e vaporosa, cinzelada de acordo com o cânon dos mestres, René Ghil, Verlaine, Rimbaud e Eugênio de Castro, pretendo apenas mostrar em como um prosador de alma peregrina podia ficar errante na Galáxia tornando para sempre o seu verbo ininteligível e incapaz de exprimir os aspectos da vida terrestre; porque na retórica dos mais autorizados decadentes, por semelhante modo de apostrofar a natureza, o pensamento e a reflexão, sob o regime da idéia articulada, constituiria a maior das degradações para o poeta, cujo destino é sentir e reduzir a simples gestos os movimentos da alma, vaticinando a vida celestial.

Ora, não nasceste para perpetrar vaticínios sobre a vida incriada, nem muito menos para empreender navegações através do azul. A *Rosa Mística* foi uma diversão de criança no período de vossa carreira literária. O temperamento do autor da *Esfinge* era incompatível com a estética decadente. Alegre, expansivo, dotado de um fundo de humorismo mais que suficiente para colorir-lhe o estilo e a crítica social dos ressaibos de ironia moderna, desceste, das regiões sidéreas onde os corações não palpitam, nem os sentidos têm a percepção real das coisas, e vos deixastes cair na terra, em pleno século XX, quando a atividade pela vida intensa converteu o mundo no laboratório dos grandes inventos e também das paixões violentas.

Em um dos vossos escritos científicos encontro curiosa observação sobre a hiperideação maníaca. Explicando aquilo que ordinariamente nas descritivas clínicas se designa por *fuga de idéias*, ensinaiis que a expressão não compreende verdadeiras idéias mas apenas “imagens verbais que se sucedem, ininterrupta e irregularmente, ao sabor de associações mal feitas, quando não seja em casos de meras assonâncias”. O cientista varreu assim todas as preten-

sões da retórica dos decadistas. Idéias mal coordenadas, imagens verbais, simples assonâncias...

A curiosidade do beletrista não devia estar satisfeita nesse mundo doentio. O progresso das descobertas científicas, a observação da alma da mulher, com todas as incoerências do amor, o estudo dos nervos do artista supliciado pelo ideal, ofereciam outros encantos e mais sólido terreno à vossa atividade. Ao vôo indeciso para regiões ignotas preferistes o exercício da imaginação sobre a realidade.

Não há como elogiar a ironia e a malignidade sorridente quando descrevestes o meio social em que vivemos. O escalpelo nas mãos desse operador delicado retalha as carnes sem dor. O caso da *Esfinge* aguça as qualidades do observador. Trata-se aí do conflito entre o temperamento flutuante de uma mulher hipócrita, sensual e ávida, e a ingenuidade de um artista de caráter fraco, não menos sensual, mas perturbado pelo culto da beleza plástica.

O romance roda sobre o texto que precede o primeiro capítulo da obra: “Na estrada de Tebas Édipo encontrou a *Esfinge*, que lhe propôs um enigma tremendo. – Se o não decifrasse fora devorado, como os outros; decifrou-o, e foi o mais desgraçado dos homens.”

Eis o problema da felicidade. A vida transcorre angustiada por duas pavorosas negações. Enquanto desejamos, a cobiça nos excrucias; vem a posse, após grandes batalhas, e, enfatiados, nos amortalthamos na vitória.

Paulo, que na *Esfinge* representa o eterno aspirante da posse da beleza, realizada no bronze e igualmente vivida na carne da mulher formosa que o apaixona, funde o seu ideal artístico; mas o desventurado, por fim, profanado o trabalho do coração do poeta, amesquinha-se no pecado da sensualidade, conspurcando o modelo da estátua esculpida com tanto amor. Não pode haver maior degradação. E aí têm mais um infeliz. A sensualidade da carne acaba matando o entusiasmo da inspiração. Deste modo verifica se ainda uma vez o que existe de terrivelmente irônico no mito do caminho de Tebas. Eis toda a filosofia do novo romance. Resta a encarnação dos tipos que nele vivem e denunciam a perspicácia de quem os copiou do natural.

Quem é essa mulher orgulhosa que atravessa os salões vazando tamanho sofrimento na alma do escultor que adora? Di-lo-ei. Lúcia não passa de uma dissimulada. Envolvem-na falsas aparências de dignidade; astuta, espreita

ocasião para surpreender, por meio de seus encantos, de sua compostura, da soberania de seu porte, posição e cenário, a fim de saciar desejos talvez inconfessáveis.

As damas em geral, nas sociedades latinas, entregam-se ao *flirt* por leviandade. Lúcia o praticava como ciência; ela utilizava-se do *flirt* à maneira de uma arma necessária à defesa de sua dissimulação, se não de sua hipocrisia. É assim que a encontramos animando este, cavando a ruína daquele outro, entregando-se, afinal, pelo casamento ao mais grosseiro dos cavalheiros que a requeestam, por ser ou lhe parecer o homem forte da situação, – o prestígio político nos salões, a ostentação, a perspectiva do luxo, do gozo, da ambição.

Por que casou Lúcia com o Dr. Vicente Câmara? Com certeza ela não o teria feito senão por uma depravação do sentimento. O candidato a ministro de Estado, solicitando-a, dissera-lhe que, como grande político que era, necessitava de uma mulher que constituísse o ornamento de sua existência, e ao mesmo tempo o assistisse, colaborando inteligentemente nos seus planos de conquista e dominação, – uma mulher que o agradasse física e espiritualmente, e soubesse ser a um tempo “a sedução, o encanto, a graça, o conselho, a providência, o auxílio, a associada”.

Não lhe escaparia o estúpido ridículo dessa proposta. Inteligente e sagaz, Lúcia compreendia bem a natureza do homem que se propunha desposá-la. Um charlatão político, metido a estadista, mas muito próprio para fazer-se gente em uma sociedade de *rastaqüeras*, igual à de Petrópolis. O Dr. Câmara, porém, servia-lhe. Capitulou, pois, convencida de que esse político, destituído de tato para mulheres, dar-lhe-ia toda a liberdade de que ela carecia para ser feliz a seu modo.

Lúcia não esquecia as expressões triunfais do futuro ministro. “É mulher como todas as outras, tem romantismos e fantasias piegas de todas.” A estas palavras imprudentes o que poderia ela ter respondido, com o espírito de que era dotada, senão que reputava tudo quanto o pretendente lhe propunha muito louvável, se bem que não fosse correto dizer o candidato à posse de uma mulher coisas daquelas! “A posse de uma mulher não era na vida um remate de programa, mas um programa.”

E todavia se matrimoniaram. O Dr. Vicente Câmara orgulhava-se – o conceito é dela – de levar para casa uma mulher que não faria “má figura entre os seus móveis, os seus quadros, as suas orquídeas”.

Lúcia intrometeu-se, assim, no lar preparado por tal marido, incubando dois pensamentos, que a vossa delicada psicologia faz transparecer no livro com uma leveza de traços a esfuminho. Esses dois pensamentos são: a exploração das pompas da vida política do esposo e a liberdade de agir segundo o temperamento que lhe era a própria existência.

Paulo, entretanto, justamente quando o amor perverso de Lúcia lhe dourava os horizontes da vida, desprezado, transpunha o calvário da mais profunda decepção e, vagabundo do ideal, corria ao suicídio. Não o pôde realizar.

“Deuses! homens! eu vi, eu vejo Helena!”. E foi, assim, pelo verso de um poeta amado, que Paulo rezara a sua primeira oração de amor. Pusestes estas palavras na boca do escultor, quando este, ao lado de Lúcia, contemplava da estrada do Pireu a Acrópole de Atenas.

Quanto não lhe foi depois fatal essa reminiscência de Helena transfigurada ali na mulher que o encantava? Antes não a visse no meio dos mármore da Grécia e ficasse no seu isolamento de artista entre as estátuas e os monumentos de Fídias, mergulhado nas recordações históricas da época incomparável de Péricles. E regressaria, então, à sua pátria dominado apenas pela paixão da arte pura, isento da colaboração carnal desse amor nefasto que devia pôr termo à sua carreira.

Estava, porém, escrito que a Esfinge, o monstro, lhe atalharia o caminho da felicidade.

Quando, de novo, Paulo viu Lúcia em Petrópolis, não escapou a esse pressentimento. – “Há maldade inocente e deliciosa, dizia ele, em todas as coisas belas. Uma flor, uma ave, uma mulher, não nos podem ser indiferentes, quando são bonitas. Há desejo de perfume, de vôo, de proximidade que nos perturba e às vezes faz sofrer.”

Efetivamente a perversidade de Lúcia, ao sentir a fraqueza desse coração de artista, não só o magoou, mas também o encheu de irritação, quando ela lhe permitiu substituir a frase por esta outra – “uma ligeira faceirice... sempre amável”.

O coquetismo da moça, todavia, o inquietava, e, desde que o experimentou, a alma do artista perdeu a tranqüilidade. Percebia o mísero que fora colhido nas malhas cruéis da incerteza do amor, o amor *a priori* não correspondido. O enigma do caminho de Tebas o assediava.

Não há amante delicado que não atravesse a sua crise hamléctica. O amor e a arte serão o princípio da morte ou o ingresso na região do sonho? O pesadelo... quem sabe?

Paulo vivera demais no mundo das ilusões. Sonhara um *Prometeu* sem os atributos divinos de origem, mas já com a fraqueza da contingência humana.

Era um homem, ser de compleição robusta, mas harmoniosa, em atitude enérgica e decidida. Duas asas possantes ensaiariam voar, explicadas, como vencendo o ar imóvel. Os olhos fitariam de frente e fixamente, para longe, como se quisessem aproximar o horizonte. Na fronte desdobrava-se a aspiração insubmissa de conquista. Na cabeleira revolta assanhavam-se ímpetos de vontade dominadora. Quem o contemplasse assim, não duvidaria um instante que ele poderia altear para o sonho, em vôo ousado e irreprimível, atingindo o destino. Mas, ah! ironia vingadora da necessidade! o corpo descia duro, pesado, bárbaro, afundando-se pelos pés calosos e grosseiros na gleba originária, aglutinada e coesa, como grilhão que o prendesse indissoluvelmente à contingência terrena... pisando o lodo abjeto, chumbado a irremovível miséria... Essa antinomia divina e monstruosa, pobre Prometeu que deseja voar e é condenado a arrastar os pés na lama, seria a imagem de nossa vida, arroubada em visões e desprendimentos, mas conduzida em cada momento à mesquinha, original e eterna necessidade... Se possuímos asas da imaginação e do desejo para voar e nos desprendemos na dedicação e no altruísmo, ainda e sempre teremos resíduo feroz de animalidade que faz a nossa vergonha no interesse e às vezes na maldade.

Assim falava Paulo, encerrado no sonambulismo louco de artista.

Não chegou a realizar, como queria, esse *Prometeu*, saiu-lhe uma obra falha; mas esculpiu com intensidade e valentia a estátua da *Paixão*. Lúcia fora a causa de se lhe enterrarem os pés no lodo. Tentando remir esse pecado, constituía a estátua o nexo entre a pureza de suas intenções exteriorizadas no mármore e a miséria carnal em que por último vieram a rebolear-se como dois brutos.

A *Paixão*, em suma, era a mesma *Lúcia*; e ela se reconheceu no mármore. Todo o trabalho executado na obra sublime fora argamassado e plasmado pelo escultor sob o domínio da carne cobiçada. E a lubricidade triunfou.

Em breve essa mulher desafiava-o em plena orgia de formosura, oferecendo-se, ávida, ao primeiro cretino elegante que a namorou. Foi, entretanto, a derradeira provocação atirada a Paulo; e este sentiu bem pronunciado o horror físico dessa abjeção que o brutalizava no feitio do sátiro bêbado de luxúria. E marchou para a ignomínia sem o menor escrúpulo. Lúcia, que até aquele instante fora pura aspiração, agora não passava de desejo lúbrico, anseio desesperado. Qual não foi a sua surpresa ao ver a ingênua *coquette* de outros tempos, solicitando-o depois de um baile à porta de sua *garçonnière*, no estilo das hetairas profissionais do Rio de Janeiro?!

Desabava o mundo. O escultor-poeta ensandecia.

Não me propus aqui fazer a crítica da *Esfinge*, o que seria descabido. Traduzo-a a meu modo, isto é, na conformidade das sugestões que recebi do livro.

Em toda a obra de arte há duas faces: uma, visível para todos, preparada pelo esplendor das cenas escritas com maior ou menor naturalidade; outra, subordinada à reflexão e à inteligência dos intuitos do autor.

Lendo o vosso livro procurei a lógica dos caracteres lançados no conflito do drama; e foi a impressão do que propriamente se não vê, mas se deduz da natureza dos tipos o que me preocupou e busquei interpretar. Eu vi Lúcia; afirmo que a vi e tão exatamente como a pessoa conhecida, que sem embargo tenta esconder a sua índole e os seus maus pensamentos. E a mim pouco importa que empregásseis todos os vossos artifícios e carinhos de estilista para dourar a sua maldade. As últimas páginas do romance mostram de modo irrefragável a depravação sensual dessa mulher. Não me cabia, pois, o encargo de atenuar a hediondez desse caráter.

Não terminarei esse discurso sem dizer o que me ocorre relativamente ao pessimismo, que forma a atmosfera do livro, e ao estilo de quem soube tão vivamente dar corpo e colorido à sociedade de Petrópolis.

Discrimino três espécies de pessimismo: o pessimismo filosófico, que arrebatando ao homem as próprias causas de viver, suprime a vida como único meio de eliminar a faculdade de sofrer; o pessimismo criado pelas ansiedades da vontade e que devastam a alma ávida de futuras coisas belas que custam a chegar; finalmente, o pessimismo de espíritos independentes e finos, que, desdenhando um pouco a dor alheia, consolados com a sua superiorida-

de, menoscabam a tolice humana e divertem-se na contemplação das infantilidades e grosserias do maior número, causticando com ironia, às vezes impiedosa, o egoísmo inconsciente daqueles que se julgam no direito de conduzir os destinos da sociedade.

Tenho receio de ofender-vos classificando-vos entre os últimos. Seria, contudo, injusto se não o fizesse, porque, apesar de serdes dotado de uma natureza alegre e aberta a todas as generosidades e de uma imaginação desanuviada dos pavores da morte, incapaz de denegrir a vida, fostes cruel com a sociedade petropolitana, sociedade de rastaquêras, onde nem ao menos se encontra originalidade no vício, corrompida por emulações de aldeia e depravada por costumes de importação.

O vosso estilo não tem escarpas; é fluido, correntio e cantante. Seria inútil procurar nas páginas da *Esfinge* as notas graves da tragédia. O registro da frase é o médio, o mais próprio para as pinturas da vida mundana e porventura o mais consentâneo com a análise psicológica dos caracteres e especialmente do coração retorcido da mulher.

Nas descrições da vida de salão, nos diálogos, sentem-se as peregrinas qualidades do *causeur*, que todo o Rio de Janeiro conhece. Isento de arrebatamentos e vibrações, sem a persuasão dos escritores russos e escandinavos, o vosso estilo é, no entanto, sedutor pela limpidez e pelo aticismo. Sabeis dizer as coisas mais escabrosas com clareza e propriedade, fugindo sempre com delicadeza ao equívoco indecente e à frase indecorosa. Dir-se-ia que sobre a face polida e digna da frase, como nas águas tranqüilas de um lago iluminado, os pecados que descreveis refletem-se atenuados pela sombra colorida da paisagem circunjacente.

Para dar a minha impressão exata, quanto ao estilo, máxime na *Esfinge*, não farei melhor do que escolher e transcrever.

A noite ia longe. O silêncio era mais denso; muitas vozes se calaram, adormecendo. Apenas, distinto, ouvia-se, de quando em quando, o cincerro de um cavalo insone, tosando no pasto a relva úmida. E intercadente, em um ritmo melancólico, um pássaro da mata mandava à noite clara sua canção dolente, queixume íntimo que ouvira traduzido diferentemente, mas cuja significação agora atinara.

– Peito ferido!... Peito ferido!...

Quem sabe se aquela ave solitária não era como ele um desgraçado a que uma queixa de amor roubara o sono e se comunicava com a natureza confidente pelo seu canto triste?

E as mãos completaram o pensamento, apenas formulado, tomando o amado violão ao peito, afagando as cordas tensas e cravelhas firmes, e preludiando um canto que lhe exprimisse a tristeza, com a sinceridade dolorida do pássaro da mata que chorava o peito magoado. Insensivelmente, como se o coração cheio se lhe vazasse, uma plangente serenata, meio-tom, depois a gama inteira, correu em frêmitos de dor pelo pinho soluçante... Parecia que a música chorava miúda como uma prece medrosa e depois se alteava num canto largo e expansivo como reprimida confiança de amor, até recair na mesma dolorida lástima arrastada e infindável. E assim, aos azares tumultuários, ora de queixa, ora de exprobração, aqui de desespero, além de confiança, o violão cantava toda a poesia intensa da paixão rústica.

De repente uma janela estalou no oitão e pela banda aberta uma cabeça de mulher espiou para fora. Depois, confiante, surgiu no retângulo escuro que o luar emoldurava. O rosto apoiava-se no umbral e permaneceu imóvel longo tempo. O violão continuou sua oração sem palavras, cada vez mais triste e mais desesperado. Depois, morrendo em um desenlace final, extenso e lânguido, emudeceu de todo...

Essa toada, dolorosa e meiga, tem encantos indizíveis para as mulheres, a quem de preferência vos dirigis. Para a Academia, que vos acolhe com a alegria dos que rejuvenescem ao contacto do espírito novo e da malignidade juvenil e despreocupada, fica a fraseologia do sociologista, cujos conceitos constituem, talvez, a parte mais apreciável da vossa obra.

Discurso do
SR. OSVALDO CRUZ

e

Resposta do
SR. AFRÂNIO PEIXOTO

*Sessão solene extraordinária
do dia 26 de junho de 1913*

I

DISCURSO DO SR. OSVALDO CRUZ

CONSTITUI sempre motivo de prazer o encontrar oportunidade para manifestar reconhecimento pelo que de bem se nos faz. Tanto maiores são esses sentimentos de gratidão, quanto sou o primeiro a reconhecer que razões de especial indulgência foram os móveis dos atos e feitos que motivaram a minha presença hoje aqui.

É próprio, porém, dos homens não medir a extensão de suas manifestações, já no louvar, já no censurar, e tanto mais acerba é a censura e tanto mais acrimoniosa a invectiva, quanto mais enérgica, quanto mais intensa, quanto mais exagerada, mesmo, será a reação contrária: a censura se transfigura em elogio, a injúria em louvor, a ofensa em encômio. Tudo isto se deu neste caso concreto por um desses caprichos costumeiros da sorte, que faz mudar a direção da corrente das opiniões. A reação é sempre mais intensa que a ação, fenômeno, aliás, que a Biologia consagrou numa lei, que de Weigert tomou o nome. Foi por isto que um modesto homem de laboratório, um trabalhador que só tem o mérito de prezar, antes de todas as coisas, a profissão que abraçou, depois de atacado com veemência, no começo de sua vida pública, se vê elevado à culminância que hoje atinge – tomando lugar entre os que formam a *élite* da intelectualidade brasileira. Verdade é que este que hoje se sente feliz em mostrar o fundo do coração, bem sabe, bem sente, que a suprema honra, que lhe é conferida, tem menos em mira sua insignificante personalidade que os médicos, higienistas e experimentadores abnegados, que abraçando o ideal

de que foi ele apenas o porta-bandeira, quiseram acudir ao apelo de um Governo providente e sábio e empregaram o melhor de sua atividade e talento, uns, no libertar nossa pátria de uma mancha vergonhosa que a enlutava, e outros no lançar entre nós, de maneira sólida, as bases da Medicina experimental. O acaso e um conjunto feliz de circunstâncias fizeram com que o mais humilde dentre eles fosse o depositário da força e confiança dos que governavam. Toda a honra, pois, todo o brilho que emana da suprema distinção que ora se concretiza, cabe, em realidade, aos verdadeiros fatores da obra, que a necessidade de sintetizar atribui a quem se aproveita desta ocasião para vos dirigir, Senhores Acadêmicos, um muito sentido *obrigado*. Aqui está, pois, quem receberá desta Casa todo o brilho que dela emana, e que, infelizmente, em nada poderá contribuir para aumentar aquele que daqui parte e já nos ofusca.

Cabe ao recipiendário de hoje a árdua tarefa, e para ele difícil, de rememorar aqui, – o que faz com profunda emoção – o que foi aquele, cuja herança pesada lhe coube nesta ilustre agremiação.

A Cadeira de Bernardo Guimarães, onde se sentou Raimundo Correia, está de luto e de luto ficará, porque o poeta genial que a ilustrou não teve substituto. Sua vaga, como acadêmico, foi apenas preenchida.

No julgamento de um autor podem ser seguidos dois caminhos: analisar a obra através do indivíduo ou idealizar o indivíduo pelo estudo da obra.

Esta segunda vereda foi aqui a trilhada.

Não logrou, quem vos tem a honra de falar, a ventura de conhecer, em pessoa, a Raimundo Correia. Nem puderam mesmo ser utilizadas aqui as idéias que, à simples vista da personagem, se costumam formar. Raimundo Correia foi julgado por sua obra e pelas informações que amigos seus diletos bondosa e gentilmente quiseram pôr a serviço da verdade – pelo que ora se lhes rende o mais sentido preito de gratidão.

A personalidade do nosso biografado será encarada sucessivamente como homem, como juiz e como poeta. Esta última separação se tornava especialmente necessária, porque ele assim, em vida, ciosamente a fazia. Não tolerava que lhe falassem em poesia, quando funcionava como magistrado. A esse propósito conta-se, mesmo, um fato interessante que com ele se passou,

quando promotor público. Foi procurado certa vez, em São João da Barra, por um chefe político, que com ele desejava se entreter em particular: – “Contaram-me, doutor, – disse, – uma coisa muito grave a seu respeito, mas, confesso-lhe, não acreditei. Para tranqüilidade minha, porém, desejo ver a verdade surgir de seus próprios lábios” – e trêmulo de emoção, confuso, receando proferir injúria ou blasfêmia, murmurou junto ao ouvido de Raimundo Correia: – “Disseram-me que o senhor é poeta, mas eu não creio, repito.”

Escusado é dizer que o Dr. Promotor defendeu-se com veemência contra a *ofensa* que se lhe fazia e autorizou o amigo a lançar aos quatro ventos o mais formal desmentido.

A 13 de maio de 1860, a bordo do vapor *S. Luís*, na baía de Mangunça, nas costas do Maranhão, nascia Raimundo da Mota de Azevedo Correia. Depois dos indispensáveis estudos de Humanidades, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde, em 1882, recebeu o diploma de bacharel. Abraçando a magistratura, exerceu os cargos de promotor público em São João da Barra, juiz municipal em Vassouras (Estado do Rio), pretor da 2.^a Pretoria da Capital Federal e, finalmente, juiz da 3.^a Vara Cível do Distrito Federal. Foi secretário do Governo da então província do Rio de Janeiro, quando presidente o Conselheiro Carlos Afonso, diretor de secretaria e professor da Escola de Direito de Ouro Preto, quando presidente do Estado o Conselheiro Afonso Pena, professor e diretor do Ginásio de Petrópolis, durante o Governo Alberto Torres. Na Presidência Prudente de Moraes, foi nomeado adido de Legação em Portugal.

A bondade era o traço dominante do caráter de Raimundo Correia. Em todos os atos de sua vida, quer como chefe de família, quer como juiz, quer como professor, era ela a característica desse espírito, que se movia num ambiente por ele impregnado daquele sentimento. Irritado por vezes, reagiam dolorosamente sobre ele os atos que um transitório arrebatamento fazia nascer, mas que logo se transfiguravam em fatos que a sua inesgotável bondade exagerava, procurando fazer esquecer aquilo que dali par diante lhe era motivo de constantes nevalgias de alma. Sofria, e, com carinhos inexcedíveis, procurava fazer esquecer o mal, que, por arrebatamento de um instante, pensara causar, magoando quem quer que fosse, amigo ou não.

Impressionável em excesso, tudo se lhe aumentava, e sofria mais que outros, de coisas em aparência insignificantes.

Tinha verdadeiro pavor das moléstias contagiosas, não por si, mas pelo perigo a que ficaria sujeita sua família.

Certa ocasião, de caminho para Ouro Preto, teve que pernoitar na Barra do Piraí. Ao descer à cidade encontrou-se com um doente, que lhe informaram estar atacado de varíola. Perdeu imediatamente toda a alegria, ficou pensativo, indagava dos amigos o que sabiam sobre a sintomatologia inicial da terrível peste. Não se alimentou e ao recolher-se ao aposento, em casa do amigo que o hospedava, mostrou-se inquieto, desassossegado, o que naturalmente provocou interpelações: – se lhe faltava alguma coisa, – se de algo carecia? Ao que, tímida e veladamente, Raimundo Correia respondeu: que nada lhe faltava, que estava bem, mas que desejava saber, caso se sentisse mal à noite, de que recurso deveria lançar mão para chamar alguém. Não havia instalações de campainhas elétricas, nem de telefônios internos. Deram-lhe uma bengala e convencido ficou que, se carecesse de alguma coisa no correr da noite, deveria bater com o bastão de encontro ao soalho até que o atendessem. Ficou assim convencido, e, como a noite já ia adiantada e o cansaço convidava ao sono, retiraram-se todos para os aposentos que lhes estavam reservados. O silêncio invadiu a morada, os ecos da conversa de há pouco desapareceram nas espaçosas salas da casa de campo. Mas, se houvesse alguém desperto, este teria ouvido passos abafados no quarto de Raimundo Correia. O poeta não dormia, embora extenuado por longa viagem. A vela continuava acesa. Contava as pulsações, sentia a cabeça a estalar, estava nauseado e torturava-o intensa dor de cadeiras. Não havia dúvida, era a sintomatologia da varíola, de que lhe tinham falado. Estava febril. Ia incomodar os amigos, mas, paciência; se o não fizesse, não se trataria a tempo e infectaria a família querida e os amigos dedicados. Às 3 horas da madrugada, toda a casa despertava com o bater repetido da bengala de Raimundo Correia sobre as tábuas do soalho do quarto. Acudiram pressurosamente os amigos e difícil foi convencer ao impressionável poeta que as dores de cadeiras eram muito naturais, após tão extenuante viagem, que a cefaléia era fatal com tão longa vigília, e a preocupação era justificativa mais que razoável para as acelerações do pulso. Que se acalmasse, a impressão podia fazer com que suas resistências natu-

rais sofressem e poderia então adoecer, e, desta, vez, seriamente. Com os bons argumentos de que a boa amizade sabe sempre lançar mão, voltou a tranqüilidade àquele espírito impressionável, que vibrava sempre às menores solicitações.

A indecisão constituía um outro traço do seu temperamento. Mas é a indecisão lógica, argumentada, é a conseqüência de trabalho cerebral metuculoso, que analisa com cuidado, antes de resolver, e que sofre quando, por motivos imprevistos, a análise não pode ser completa e quando se convenceu de que a resolução era ainda passível de modificações.

Recorda-se um fato da vida de Raimundo Correia, que vem, de modo grosseiro embora, mostrar a que ponto levava a minúcia da análise, mesmo nos casos mais simples, da vida diária. Recolhia-se Raimundo Correia ao lar, de volta de uma excursão que fizera em virtude de desempenho de obrigações do cargo que exercia. Poucos minutos faltavam para a partida do comboio. Quis adquirir um par de calçado para pessoa de família. Pressuroso, um amigo o levou à casa mais próxima, onde se poderia encontrar o objeto desejado. O negociante trouxe a coleção completa que possuía. Todas as cores e delas os matizes mais vários estavam representados. Tratava-se de escolher. Começou a dificuldade. Foram abandonadas, lentamente, uma a uma, diversas cores e a escolha teria que se fazer, finalmente, entre o vermelho e o azul. O trem dera o primeiro sinal de partida e Raimundo Correia fazia passar as cores escolhidas pela fieira de seu julgamento de poeta. O vermelho – dizia – tem a cor do sangue e o sangue é a vida, é com ele que a natureza tingiu os lábios da mulher; vermelho era o cravo provocante da Cármen sensual, vermelha era a toga dos romanos, é a púrpura cardinalícia, é uma cor evocativa de vida, de vigor, de glórias passadas e de honras atuais. Decidir-se-ia pelo vermelho... Mas, não – o vermelho é o sangue que do inocente faz correr o assassino, é a papoula que simboliza o sono eterno, vermelho é o véu que envolve a cólera e a peste – vermelha é a varíola. Não, vermelho, nunca – prefiro ainda o azul, que é a cor do céu, que é o matiz dominante das asas das nossas borboletas, azul é a miosótis expressiva da lenda do Reno e que agora bem traduz a intenção de meu pensar. O trem dava sinal de partida, o calçado foi envolvido às pressas num pedaço de jornal. Após a escolha, o poeta, que se conservara mudo e pensativo, tomava rápido o trem, já em movimento, sem mesmo se despedir dos amigos. Eis que, nervoso, ele assoma à janela de um

dos vagões, e os amigos, que esperavam o adeus, que se não dissera e a despedida que se não fizera, viram ao longe Raimundo Correia, que, agitando o embrulho, gritava-lhes: “*Antes tivesse trazido os vermelhos.*”

Tinha por hábito forçar a inspiração com usos de excitantes cerebrais. Veio a moléstia e os médicos proibiram o uso deles: quando se tratou, porém, do fumo, Raimundo relutou: “Se deixo de fumar, deixo de cantar – dizia – e não cantando sei que mais rápido morrerei”, e não deixou de fumar, e, poeta, morreu, cantando, reclinado sobre o seio da esposa amantíssima, após um passeio ao evocativo jardim das *Tuilleries*.

Foi para Raimundo Correia enorme tortura quando certa reforma judiciária veio estabelecer o julgamento de alguns crimes pelos juízes singulares. Teria, por si só, de resolver da sorte e da liberdade de indivíduos, visto que fora investido das funções de pretor, a quem competiam julgamentos tais. O menor pleito judiciário era para ele verdadeiro caso de consciência. Pesava todas as circunstâncias, procurando sempre se apegar àquelas que fossem atenuantes, quando não podia encontrá-las dirimentes. Sabia, pelo estudo da história da Criminologia, que as provas materiais, mesmo as que parecem as mais nítidas, as mais eloqüentes, podem não valer coisa alguma. Ciente estava que seu julgamento podia, se não destruir a vida, ao menos aniquilar a honra de um indivíduo, ou, o que é mais, de uma família. Quando tinha de se pronunciar de modo categórico, o nosso “bom juiz” sofria, torturava-se e sempre que era possível absolvía o réu. Naturalmente, se assim o fazia, é que, mesmo nos casos patentes de crime, se tinha podido apegar a uma dessas nugas que a pragmática forense exige, e cuja não observância pode tornar nulo um processo ou insubsistente uma ação judicial. As agitações íntimas que se desencadeavam no cérebro e coração de Raimundo Correia eram verdadeiras procelas. Muitas vezes, a razão votava, condenando, mas o coração absolvía e nessa difícilíssima conjuntura, em que espíritos menos perfeitos vacilariam em se resolver ou pelo cérebro ou pelo coração, o nosso juiz encontrou uma fórmula verdadeiramente milagrosa, ditada pelo coração com pleno assentimento da razão e que deve servir de norma, de roteiro para aqueles que têm de exercer o difícilíssimo mister de julgar e punir. Raimundo Correia, com sua inteligência primorosa, com sua cultura jurídica perfeita, sabendo a fundo o valor das leis, o porquê e para que foram elas feitas, pensou – e pensou muito bem – que o

juiz não deve ser um autômato, que se não deve cingir exclusivamente ao texto escrito, senão interpretar e aplicar, com inteligência e bondade, ao caso concreto as disposições legais correlatas.

Assim, pensava que o castigo, a punição e o público vexame só valiam como tais. Para certos espíritos, essas medidas eram contraproducentes; obrigavam a seguir sempre pelo caminho do mal indivíduos que, dotados de bom temperamento, foram vítimas de reflexo de momento, que fez com que incidissem em penalidades dos códigos, tornando-se eventualmente delituosos. Ora, observou Raimundo Correia, conhecedor como era da psicologia humana, que para tais pessoas mais valia que se lhes reconhecendo o crime não se lhes desse o público castigo a que tinham feito jus, segundo a lei escrita. Absolvía. Com um apelo em regra aos bons sentimentos que restavam, e, por vezes, sobravam, entregava o criminoso de novo à sociedade, cobrindo-o com o véu protetor da bondade. Com o estímulo que fazia dos bons sentimentos, despertava-os, e, assim acariciado, e preso pela gratidão, fazia bom e útil tal indivíduo, que num desvario de momento se tornara criminoso ou a tal outro, que mal orientado na vida, sem o apoio de uma palavra ou conselho amigo, se tornara, quase inconscientemente, culpado, ou ainda aquele que, vítima da injustiça humana, se fazia criminoso por vindita contra uma sociedade toda cheia de falhas e que se arvora em puritana para torturar os infelizes que a desgraça momentânea, ou o mau entender do que seja a moral social, tornou criminosos. Em casos tais Raimundo Correia absolvía ainda. Dada, porém, a liberdade em público e para o público, chamava em particular o delinqüente a seu gabinete, e, portas a dentro, a sós, com os ferrolhos corridos, sem testemunhas, exprobrava forte e dolorosamente o criminoso, mostrava-lhe as bases fundadas que tinha para condená-lo, e, com a lógica acolchoada de bondade, com sua palavra meiga, com seu espírito de poeta, fazia um pedido, solicitava, implorava ao infeliz que abandonasse o mau trilho em que se metera. Dizia que lhe dera a liberdade em troca da promessa formal que estava certo de obter, de que não reincidiria na culpa e que se tornaria um cidadão prestável. Acabava sempre solicitando que não consentisse que a sociedade o acoimasse, a ele, de juiz injusto e mau, que abria as prisões para soltar no seio da sociedade os criminosos, quais outras “feras”, destinadas a destruí-la. E os argumentos calavam fundo, e, não raro, as lágrimas que corriam aos pares dos quatro

olhos que se fitavam, eram o selo do pacto que tacitamente se firmava... e a sociedade lucrava um elemento são que a ela de novo se assimilava como quantidade útil e produtiva, e o juiz sentia o indizível prazer do dever cumprido, satisfazendo plenamente sua consciência, ao passo que o coração se dilatava, cômico de ter efetuado obra meritória.

E assim eram os julgamentos de Raimundo Correia.

É indubitável que não faltam espíritos irreduzíveis que julgam que a espada de Têmis deve ser maciça, pesada e inflexível, que não pode ter a maleabilidade do florete, que é preciso ferir sempre fundo o coração e não pode provocar arranhadura compatível com a conciliação. Espíritos há que pensam que o crime, quando crime existe, só encontra remédio nos formulários dos códigos e que só estes são capazes de trazer a cura para essa moléstia social. Se assim fosse, não havia mister de juízes. Bastava que se encomendasse ao inesgotável gênio inventivo dos americanos do Norte certa máquina, destinada a fazer julgamentos, e em que se entrasse com o fato argüido de criminoso e os artigos do Código.

Qualquer operário boçal daria à manivela e a pena seria distribuída pelas entrosas do maquinismo. Não é essa a função do juiz e nem há código possível que pretenda encarar todas as faces do problema, tão multifária é a psicologia humana. Os códigos são somente instrumentos grosseiros para avaliar os fenômenos psicológicos. Devem consignar as oscilações máxima e mínima a que pode ser levado o espírito do juiz, mas não devem constituir um aparelho de precisão para medir delitos e distribuir justiça. Os remédios que aconselham, por mais anódinos que pareçam, são por vezes recursos últimos e ainda muito grosseiros e de que os juízes só devem lançar mão como medidas supremas e que, praticamente, devem dormir na gaveta dos que julgam. A persuasão, as boas palavras, a convicção, a tolerância bem entendida e ampla, o exemplo e a justiça que na balança de julgamento use como peso a bondade e a clemência, colocando-se sempre, no julgar, o juiz na posição do réu, eis as boas normas que devem seguir aqueles a quem é confiada a difícilíssima tarefa de julgar e a mais difícil ainda de punir.

Esse modo de encarar a justiça no julgamento das culpas, quando abandonado, deu por vezes lugar a resultados verdadeiramente desastrosos. Se folharmos a coletânea criminológica, vemos que muitos dos criminosos céle-

bres se tornaram tais como represália à injustiça de que foram vítimas por ocasião da primeira culpa. Muitas vezes era esta perfeitamente justificável e sobre ela bem se poderia deixar cair o esquecimento. Assim, menos criminosos e mais homens proveitosos haveria na sociedade. O tipo do “Plumitas”, o bandido célebre, temor da Espanha, tão bem estudado por Blasco Ibáñez, em seu livro *Sangre y Arena*, é um desses monstros sociais filho da injustiça humana. O genial Victor Hugo encarna na figura simpática do tão bom quanto infeliz *Jean Valjean* a vítima dos juízes que só julgam pela razão. Essa maneira de interpretar a Justiça concretizou Hugo ainda na figura mesquinha, de horizontes limitados, do impoluto executor da Justiça humana, Javert, que preferiu a morte a analisar à luz serena da bondade a decisão dos Tribunais que condenou ao cárcere *aquele que furtou um pão*.

De monstros, filhos da maneira ilógica de distribuir a Justiça, estiveram e estão ainda cheios os sertões de nosso país.

Os sertanejos honestos, de ontem, hoje cangaceiros criminosos, por vingança, acham, por ignorância de nossa moral social, que castigar o indivíduo que os injuriou é ato meritório, não passível de pena. Punidos, preferem romper com a sociedade e se tornarem bandidos. Assim surgiram o Jesuíno Brillhante e o famigerado José Antônio, do Fechado, no Ceará, e o terror atual dos nortistas, Antônio Silvino, que ainda hoje rega de sangue os sertões adustos dos ressequidos Estados do norte do Brasil. O ponto de partida da vida ensangüentada dos cangaceiros foi quase sempre um desses rigores mal interpretados na aplicação da Justiça em crime inicial passível de tratamento que entre nós instituiu o juiz-poeta, que foi Raimundo Correia, que tão bem soube aliar os ditames da razão aos do coração, sem subordinar um ao outro.

Com a prática desses são princípios as penitenciárias teriam menos habitantes e a sociedade lucraria outros tantos elementos de utilidade... Quando muito, haveria mister de mais alguns lugares nos manicômios: — são os casos incuráveis.

As idéias diretrizes dessas considerações já impressionaram certos países, como a França, que fez incluir nas suas leis a denominada *lei Béranger*, que só dá a condenação moral sem exigir o cumprimento da pena aos que, gozando de bons antecedentes, cometeram a primeira falta. É o reconheci-

mento, de um lado, da falibilidade da Justiça humana e de outro lado da confiança no estímulo às forças de regeneração de caráter dos culpados.

As conseqüências práticas desta benéfica lei não têm ainda o alcance considerável da solução que ao problema deu entre nós Raimundo Correia, que absolvía publicamente e condenava em segredo e juntava, assim, no seu condenado todos os sentimentos íntimos e esparsos que formam o *brio* e obtinha a cura de seu doente moral.

Naturalmente, o sistema de terapêutica jurídica de Raimundo Correia não pode ser substanciado em lei, é uma ação personalíssima: o remédio é o juiz. Seria necessário que desaparecesse: primeiro, o julgamento pelas coletividades como o “júri” – teoricamente instituição admirável, na prática péssima; que, segundo, todos os julgamentos fossem feitos por juizes singulares que deviam pautar seu proceder pelo do inolvidável juiz que foi Raimundo Correia, o médico leigo dos espíritos, que mais fez, absolvendo, que os outros condenando.

Raimundo Correia sentia-se melhor escrevendo o verso que a prosa. São escassas até as páginas que deixou não metrificadas. Não obstante, quando se tratava de um amigo, não trepidava em abandonar a lira e, polemista vibrante, saía a campo, como, por exemplo, se deu quando tomou a defesa de Valentim Magalhães contra a crítica do romance *Flor de Sangue*, crítica que lhe pareceu má e injusta. Ou então, em sentidos períodos, escrevia em prosa admirável a biobibliografia de Lucindo Filho, seu companheiro e amigo querido.

Primeiros Sonhos – Sinfonias – Versos e Versões – Aleluias e Poesias. Pelas páginas desses livros do mais formoso lirismo, Raimundo Correia, em aperfeiçoamento gradual e progressivo, deixou gravadas em versos burilados as vibrações de um espírito de escol, onde a idéia não é sobrepujada pela forma, nem a forma é sacrificada à idéia.

Nos versos de primorosa beleza onde o sentimento artístico enleva e a pureza de estilo encanta, não se encontra, como norma, o fraseado nebuloso e o escrever arrevezado que caracterizam o estilo falso, afetado, absurdo e gongórico. O poeta quis mostrar que, se não adotou esse modo de escrever, fizera-o por estética e não por desconhecê-lo, e a prova está na “Ode parnasiana” onde, na feitura dos versos primorosos em que a Musa, atendendo à sua evocação: “*Em raptó audaz, nos rêmiges possantes transporta o meu ideal*”, usou

de termos empolados e alambicados, abandonando o vocabulário simples e sonoro que constitui, entre muitos, um dos encantos da poesia de Raimundo Correia.

A obra de nosso poeta é um hino constante ao “Belo”, quer a beleza se encarne na mulher – a obra-prima da Natureza – quer ela se concretize na paisagem encantadora com que o Criador dotou este nosso recanto abençoado do mundo, o Brasil. E no cantar a mulher, mãe, esposa, filha ou amante, ou no cantar a Natureza: céu, luz, flor ou verdura, fez vibrar tão intensamente os sentimentos amorosos, que bem podemos cognominá-lo: “o poeta do Amor”. E todo esse encanto, que nos deleita o espírito e que nos faz palpitar de emoção, está envolto em tênue bruma de doce melancolia que nos vem trazer suave repouso ao espírito quando se empolga de entusiasmo, vibrando fortemente em uníssono com as harmonias que se desprendem das primorosas estrofes do nosso Benevenuto do verso.

A obra poética de Raimundo Correia é o evangelho do Amor, sentimento delicioso, que ele estuda sob todos os aspectos. É o Cântico dos Cânticos. A força indomável surge no “Eterno amor” e, ao nascer, já é tão forte que resiste à cólera divina. É o amor de nossos primeiros pais que, surpreendidos aos beijos e ais no Éden pelo *Bíblico Deus, severo e rigoroso*, sofre o castigo desse Deus que *sobre ambos, vingadora a destra estende*. Arrependem-se os culpados, mas o amor, que nasce, não finda, “pois o par amoroso se arrepende de ter amado, mas... amando ainda”, e assim nasceu o primeiro amor com o primeiro casal que veio à terra. E o sentimento que surgiu tão cheio de viço, vigor e força se foi alastrando pelo mundo afora, e ressurge cada dia, ou na donzela que como “Jéssica” ao sair do ninho espera o Romeu que lhe venha beijar “a púrpura em flor dessa pudica boca”, ou quando incandesce de desejos o adolescente, que, nas suas *primeiras vigílias*, sente o fervor de paixões no peito e, a *gemer*, exclama: “*Abeirai-vos de meu leito, ó sensuais visões da adolescência.*”

O amor desabrochado vai crescendo em cada um – porque o Amor é único, mas só vive em dois. – Já nos idílios do “Madrigal” suas metades se procuram.

E o amor criança se torna adolescente e vai progredindo, criando raízes e como a liana de nossas florestas enlaça os entes que se aproximaram e já no

“Passeio matinal” o apaixonado lança o convite à sua bela para que desperte e venham fazer juntos o passeio matutino “*cantando e rindo pelo bosque afora*”, e com almas tão unidas que ele já não sabe “*qual seja a tua, nem qual seja a minha*”. O amor se fortifica, cresce a olhos vistos. Na “Missa da Ressurreição” Raimundo Correia nos leva, por uma madrugada de abril, através de uma de nossas perfumosas matas, onde a natureza, ainda mal desperta, se estremunhava nas frondes. Os jasmims alcatifavam a trilha por onde passava a Ema querida, embuçada na capa que a envolvia toda e de tal modo que unicamente:

*Dois olhos de azeviche enamorados
E a ponta de um nariz mimoso eu via.*

As árvores sonolentas despertavam e os ventos remexiam-se:

*Pelos bambus em bamboleios lentos
E na espata e nas palmas dos coqueiros.*

Assiste-se ao romper da aurora, ao partir gárrulo das aves que entoavam seus hinos amorosos, fornecendo o *leitmotiv* do amor, que era secundado pelos fulvos enxames zumbidores dos besouros, das moscas, marimbondos e vespas.

Pintando com as cores as mais adequadas o amanhecer de um de nossos brilhantes dias de abril, prolonga o poeta o passeio para prolongar o enlevo amoroso com a bem amada que chega à Igreja, já finda a missa da Ressurreição, quando “*as girândolas rápidas voavam*” e “*da igreja ondas de povo borbotavam*”.

A evolução do amor pelos diferentes estádios da vida humana é estudada progressivamente. Raimundo Correia nos faz presenciar a cena do casamento de “Zulmira”, e mostra-nos o amor paterno na dor dos pais ao se separarem da filha querida, que era o mimo, a frescura, a mocidade.

E como epílogo do amor puro que Raimundo Correia cantou desde a origem até a realização do casamento que une com os vínculos sociais e religiosos os amores amadurecidos, entoou o poeta o hino à maternidade na sua bela poesia “Fantina”.

E continua a cantar o amor. Mais tarde, quando a existência começa a bruxulear e os desenganos a envenenarem a vida, o velho de cabelos brancos, já despido dos belos sonhos e ilusões da mocidade, ainda sente palpitar no peito o amor da neta, em que vê ressurgir duas vidas. E a “Luizinha”, gárrula e ridente, ameiga como um alívio:

*O avô – ancião de rosto austero e duro,
De néveas barbas e cabelo níveo.*

Mas o amor não vive livremente. Parasitas se prendem à árvore em que frutifica, atrasando-lhe o desenvolvimento, fazendo-a definhar e matando-a, mesmo: a desilusão, a traição, o ciúme, o ódio são todos cantados sentidamente nas deliciosas estrofes de: “Sóror Pálida” – “Vulnus” – “Missa aldeã” – “Beijos do céu” – “Continua” e... e tantas outras pérolas desse escrínio inigualável, que é a coletânea poética de Raimundo Correia.

Mas toda essa obra é coberta de nevoeiro diáfano de melancolia, que ora se condensa em lágrimas suaves como nas “Peregrinas”, ora, como nas “Pombas”, envolve os sonhos que céleres voavam e “*que ao coração não voltam mais*”, ora amortalha a mocidade que, como no “Vinho de Hebe”, passa por nós “*e não torna atrás o seu caminho*”.

Outras vezes, vai até o fundo do coração e da “*alma, esponja de lágrimas e fel*”. A “estrela funesta” das “Harmonias de uma noite de verão” envenena o espírito que sucumbiria se “*uma alma compassiva*” não fizesse que todos os males se cristalizassem na dor que destilada no coração deu a lágrima consoladora que tremula e reluz. “*Subiu do coração, dos olhos vai cair*” e se transforma em prantos, último alívio de quem chora e que leva o nosso poeta a bendizer a dor que pôde, como no “Bálsamo dos prantos”:

*Na aridez desses olhos sempre enxutos
Duas fontes de lágrimas rasgar.*

E saudades, e esperanças, e desilusões, e temores se sucedem e se entrecrocavam nos versos maviosos e formam a essência desse véu brumoso, tecido de tristeza, que envolve a obra máscula do “poeta do Amor”.

Mas Raimundo Correia é brasileiro, nasceu na terra que a natureza dotou com as maiores belezas que se conhecem e que imaginar se podem. Por isso, poeta, – exímio pintor, – que sabe dar com a pena os coloridos vivos e quentes de nossa natureza, traçando as mais belas paisagens de nossa terra; – cenógrafo incomparável – emprestou ao colorido de nosso céu, às infinitas variantes de nossa verdejante vegetação, às cambiantes de nossos incomparáveis crepúsculos o cenário em que canta o poema inesgotável do Amor, acompanhando-o das sinfonias compostas do sussurro de nossas fontes, do cantar de nossos pássaros, do ciciar das brisas pelas frondes dos coqueiros. Tudo nos faz cair em místico panteísmo diante do esplendor de nossa natureza e de nossa poesia.

Na técnica do verso Raimundo Correia foi de admirável correção. Seus versos de ductilidade pasmosa não são forçados e correm da pena fáceis e cheios de graça e de belezas outras, que não exclusivamente a da forma métrica.

Soube, com um malabarismo admirável dos vocábulos, tirar deles efeitos surpreendentes. Usou das figuras por contraposição com elegância e parcimônia. Colocava, um ao lado de outro, termos de contraste que se realçam mutuamente e que dão maior destaque à idéia a que servem. Outras vezes na sucessão dos vocábulos vêem-se colidir idéias antagônicas com o mesmo intuito de fazer ressaltar a idéia diretriz. Lembra a feitura desses versos a aplicação das leis dos contrastes simultâneos, sucessivos, e mistos das cores, de que o imortal Chevreul soube tirar tão grande partido e cujas leis estabeleceu em bases tão científicas. Esse modo de empregar palavras que nos fazem a impressão de serem coloridas, nos dá idéia da disposição conjunta das cores complementares que nos proporcionam as harmonias do contraste e se fazem sobressair mutuamente, dando mais vida ao assunto tratado. É como a colocação, lado a lado, do vermelho e verde, do alaranjado e azul, do amarelo e violeta.

Pode-se afirmar que poucos em nossa língua levaram mais longe o apuro do verso. Seus decassílabos e redondilhas, principalmente, são de inexcusável perfeição. Muito poucos são os poetas que, como ele, souberam variar ou deslocar nos versos as pausas, por necessidade de melhor expressão ou por quebrar a monotonia do ritmo.

O emprego parcimonioso e artístico do transbordamento (*enjambement*) é outra de suas admiráveis qualidades.

O adaptar com precisão o vocábulo á idéia ou sentimento a exprimir, o acerto dos epítetos, fazem de Raimundo Correia, neste particular, êmula digno de Garção e Tolentino, em cujas poesias raro se poderá substituir com vantagem, por outro, tal verbo ou qualificação. Suas rimas, nunca vulgares ou pobres, têm excelsa nobreza. Sente-se que elas nasciam sem esforço e já opulentas e belas, esmaltando, quais gemas preciosas, suas estrofes inimitáveis, verdadeiras jóias celínicas.

Havia em Raimundo Correia um poeta que, se escrevesse na língua que adotou Heredia, seria capaz de ter produzido a coleção dos *Trophées*; mas aí estão suas *Poesias* para encher de patriótico orgulho os que falam a suave língua que embalou a nossa infância.

Quanto à escola poética, era sincero e fervente entusiasta do parnasianismo francês, como aliás consta da profissão de fé exarada no prefácio da primeira edição das *Poesias*, e como se manifestou praticamente na execução da sua obra poética.

Relanceemos por essa escola e vejamos quais os estádios de sua aclimação nos países de língua portuguesa, mormente no Brasil.

Em 1865, em Paris, certo número de poetas novos rimava, obedecendo à orientação de alguns nomes que tinham conseguido primazia entre eles.

Eram mestres Leconte de Lisle, em torno do qual se grupavam Sully-Prudhomme, J. María Heredia, Armand Silvestre e Léon Dierx. Outros obedeciam à orientação de Catulle Mendès, o poeta proteu, o rei do símil, o corrução da literatura, que ora tomava a pompa de Victor Hugo, ora se confundia com Gautier, na admirável memória dos vocábulos, ora se tornava encantadoramente diabólico como Baudelaire, ora era Heine na sua divinização mórbida da mulher, ora Zola no seu realismo, por vezes revoltante. Catulle Mendès fundara uma revista, a *Revue Fantaisiste*, em que publicaram seus versos François Coppée; Albert Glatigny, Villiers de l'Isle-Adam, Mérat e Vallade.

O livreiro Lemerre, que se fizera editor de um jornal de Louis Xavier Ricard, intitulado *L'Art*, entrou em acordo com os representantes desses diversos grupos de poetas, que se afastavam francamente do velho romantismo que até então preponderara na poesia francesa, e lembrou a idéia de se fazer da revista um repositório poético como os que se encontravam no século XVI. Publicá-lo-ia em fascículos, que pudessem ser ulteriormente reunidos

em volume. A idéia foi aceita, e, discutindo-se o título da nova revista, acordaram em que se lhe desse a denominação de *Parnasse Contemporain*, como um cartel atirado aos críticos. Com efeito, a este nome *Parnasse* a poesia do século XVIII e do império tinha afivelado a idéia do ridículo.

O novo jornal de arte poética deveria ser para a poesia, segundo o desejo de seus fundadores, o que o *Salon* era para a pintura. Fundado o *Parnasse Contemporain* em 1866, nele começaram a aparecer os versos das escolas reformistas de Leconte de Lisle e Catulle Mendès, e mais os de outros poetas que se grupavam em torno dos nomes de Th. Gautier, de Théodore de Banville, de Charles Baudelaire. Todos eles se tinham reunido ali sob a égide e à sombra do grande carvalho da poesia francesa: Victor Hugo.

O *Parnasse Contemporain* se apresentava como reformador e, como tal, logo alvejado pelos mais acerbos ataques. Foram, então, os poetas que nele colaboravam intitulados pela crítica mordaz de *parnasianos*, vocábulo que corria nos dicionários da época como significando *fabricante de versos ridículos*.

A escola que então se instituíra, se apresentava, sobretudo, como vestal do estilo, ciosa antes de mais do ritmo e da beleza plástica do verso. Era o renascimento poético, sucedendo ao romantismo esgotado. E como a forma correta e a pureza do estilo constituíam preocupação capital da nova escola, foram os seus adeptos cognominados pejorativamente de *estilistas*, *formistas*, *fantasistas* (alusão à *Revue Fantaisiste*, de onde tinha tomado uma de suas origens).

O ridículo, lançado sobre os novos, caíra no domínio do povo. A coisa chegou a tal ponto, que, conta Catulle Mendès: Por ocasião de um atropelo de carros numa rua de Paris, um dos cocheiros que se disputavam – porque o disputar é próprio dos cocheiros de Paris – depois de esgotado o enorme vocabulário de insultos populares, atirou a seu adversário vencido essa injúria suprema, contra a qual não havia a retorquir: *Parnassien, va!* E assim eram tratados os parnasianos, que, segundo Catulle Mendès, só tinham o crime de não ignorarem completamente a sintaxe francesa e se deleitarem com o som das boas idéias.

Pouco a pouco os poetas do *Parnasse* se foram dispersando e readquirindo liberdade, formando escolas outras. Dentre os talentos mais originais, que momentaneamente se tinham grupado em torno do programa da nova revista e que se foram libertando para constituir novos centros, cumpre citar

Ch. Baudelaire, Sully Prudhomme, Fr. Coppée, Stéphane Mallarmé e Paul Verlaine. O evolver destes dois últimos teve repercussão especial e imprimiu grande força sobre a direção do recente movimento poético francês, a que pertencem os poetas a que se têm dado sucessivamente as denominações de *decadentes*, *deliquêscientes* e *simbolistas*.

E foi assim que se originou a *escola parnasiana*.

Ao mesmo tempo que em França se fazia a reação a favor da forma e do estilo, em Portugal, igual movimento se processava.

Antônio Feliciano de Castilho, em carta que dirigiu ao editor do livro *Poema da Mocidade*, de Pinheiro Chagas, acusa de falta de bom senso e bom gosto os literatos que, em Coimbra, se tinham filiado ao grupo capitaneado por Antero do Quental, Teófilo Braga e Vieira de Castro.

Essa carta deu início à denominada questão coimbrã – 2 de novembro de 1865. Ao escrito de Castilho, que contava então 60 anos, responde Antero do Quental, que tinha apenas 25, com outra carta intitulada “Bom Senso e Bom Gosto”. Aí se faz o mais agressivo ataque ao ancião ilustre. É acusada a escola lisboeta, de que era chefe Castilho, de não ter idéias e de não serem seus adeptos senão “adoradores da palavra que ilude o vulgo e desprezadores da idéia que muito custa e nada luz”.

São os lisboetas considerados “apóstolos do dicionário que têm como evangelho um tratado de metrificação”. Antero de Quental julga que o ataque da escola de Lisboa não visa à escola coimbrã, senão “à independência irreverente dos escritores que entendem fazer por si seu caminho sem pedirem licença aos mestres, mas consultando só o seu trabalho e sua consciência”.

Assim se travou em Portugal, no terreno literário, uma das mais apaixonadas lutas em que, de parte a parte, houve os maiores excessos de linguagem e injustiças de julgamento. Não cabe aqui assinalar os marcos desta luta que envolveu quase todos os literatos da terra de nossos antepassados e nem se pretende fazer alusão aos numerosos folhetos e pasquins que então se publicaram, e onde corre o fel duma discussão envenenada e agressiva.

Lisboa batia-se pela forma, pelo bom estilo, pela sintaxe, pela beleza da língua. A escola coimbrã achava que a idéia sobrepuja a tudo, mesmo quando era nebulosa e exposta em estilo falso e afetado. E o era de tal modo, que

Bulhão Pato, a ele se referindo, dizia que uma das maiores provas de absurdo daquele estilo é “que até para o defenderem precisavam de o abandonarem”.

A refrega continuou e nela tomaram parte saliente, além de outros, Pinheiro Chagas, Júlio de Castilho, Camilo Castelo Branco, Teófilo Braga e Ramalho Ortigão. O resultado favorável não tardou em se manifestar e as letras portuguesas só tiveram que lucrar.

Foi por volta de 1880 que aqui no Rio se reuniam, no antigo Café Cruzeiro, alguns talentos que se formavam promissores das celebridades que hoje nos honram, para ouvir as impressões e a palestra amena daquele que transplantou para o Brasil o parnasianismo francês, e que aqui fez a sua aclimação. Artur de Oliveira, que privara na intimidade dos que freqüentavam a redação do *Parnasse contemporain* e que se identificara com as diretrizes da escola, referia a nossos jovens poetas como os parnasianos intentaram estabelecer na França o culto da forma, como se trabalhava ali no burilar do verso, como se afinava a pena para obter a música dos sons, como se combinava a sílaba aguda à grave na harmonia dos vocábulos. Prelecionava com entusiasmo sobre a composição do verso, sobre a maneira de vestir a idéia com graça e donaire, e não deixá-la andrajosa e analfabeta. Foi aí, nesse Café, que se acrisolou entre nós o núcleo dessa poesia artística onde os novos admiravam e pensavam fazer no verso o que na estatuária fizera o imortal autor do *Perseu*, que enriquece a “Loggia del Lanzi”, na capital artística da Itália.

Nessas palestras, Artur de Oliveira relatava a emoção que experimentara quando foi apresentado a Victor Hugo e o horror que sofrera ao se sentir em casa de Hugo caricaturado por Gustave Doré: a caricatura – a prostituição do semblante – como ele dizia horrorizado.

Ouviam-no recitar as belas peças de poesia parnasiana, entre outros Teófilo Dias, Raimundo Correia e o mais brilhante dos parnasianos, a glória mais pura da poesia brasileira contemporânea, cujo nome vejo brotar dos lábios de todos e que não declino, medroso de ofender a pureza de sua modéstia, tão grande quanto o talento que originou a “Ode ao Sol”.

E foi assim que se fundou entre nós a escola parnasiana, de que Raimundo Correia foi um dos mais lídimos representantes.

Homem – personificação da bondade que se cristaliza no juiz que corrige, perdoadando. Poeta mavioso – que entoou o mais empolgante hino ao

Amor, em estâncias em que as mais belas idéias são vestidas da mais impecável forma. Conhecedor profundo das belezas de nossa língua. Estatuário da poesia, cinzelador do verso, pintor de nossa natureza, músico das mais harmoniosas e sonoras rimas, Raimundo Correia foi glória puríssima das letras pátrias: estilista, formista, fantasista, parnasiano – injúrias de outros tempos; hoje, títulos de invejáveis glórias.

II

RESPOSTA DO SR. AFRÂNIO PEIXOTO

SENHOR:

Vossa presença aqui nada tem de surpreendente. Consideramos que ocupais agora um dos lugares que vos devem caber, por toda a parte onde a benemerência seja acatada. Cumprimos conosco, num dever de nossa honra, antes de vos agradecermos com uma distinção.

Podereis passar sem nós; a Academia vos requestou. Nisto ela é bem feminina – que pecado feliz! – quando procura possuir todas as jóias ao seu alcance.

E, se os que a invejam, neste momento, fingem exigir razão prática de sua escolha, ela lhes confia que não conseguiu ainda divulgar diferença essencial entre ciências e letras, a não ser que umas se fazem com as outras, e estas, pela literatura – revelação do ambiente, do povo, da ocasião – incluídas assim no determinismo científico.

CIÊNCIA E LITERATURA

Nunca essas separações foram exclusivas no passado e nem o são ainda agora. Homero é acusado de ter escrito, em versos, um guia de viagens pelo Mediterrâneo: é a *Odisséia*. As *Geórgicas* são um tratado de meteorologia aplicada, de agricultura e economia rural, pedido por Mecenas a Virgílio,

como tal ministro de hoje encomendaria livro de propaganda a um entendido. O poema de Lucrecio, sobre a natureza das coisas, é o prefácio encantador da ciência contemporânea. Ensinam os sábios a escrever aos letrados: Buffon define e esclarece o estilo; no *Código Civil* se exercita Stendhal; e Abel Hermant, o Saint-Simon da sociedade contemporânea, aprende na *Introdução ao Estudo da Medicina Experimental*, de um dos vossos colegas, que não teve culpa de inspirar toda uma literatura pedante, chamada naturalista, no fim do século passado. Tudo é comum à inteligência; o *folclore*, ocupação de literatos até ontem, é a fama,¹ de agora, estudo de etnografia. Reclama a história leis científicas, para se acreditar de verossímil; toma borla e capelo a filosofia, para parecer psicologia experimental.

Taine admitiu a possibilidade de uma *história natural* dos espíritos, regida, como a outra, por leis positivas; estudou Brunetière a evolução dos *gêneros* na literatura e o nosso João Ribeiro já se preocupa com as mutações ou variações repentinas das *espécies* literárias. Certo que os entenderéis melhor do que o maior número dos literatos de oitava. É tão medíocre expelir as ciências de entre as letras, como seria exigir que só se considerem estilistas aos que escrevam com um estilete. Já existem obras-primas datilografadas.

A tradição, que nos serviu de exemplo, no intuito dos que fundaram esta companhia, impôs em França a certeza de que “a glória das letras faz parte integrante e necessária de um povo”, e por isso, deliberadamente, ao lado dos fidalgos, prelados, chanceleres, militares e sábios, fez sentar os poetas, romancistas, historiadores e filólogos. Por que agora, no momento em que se admitiu a dignidade da condição destes, suprimir os outros, que os dignificaram num tempo em que, por vezes, os nobres e poderosos até de saber ler e escrever se desdouravam? É esta a razão de honra por que todas as glórias nacionais têm direito a uma representação entre acadêmicos. Príncipes, cardeais, ministros, almirantes, são aí recebidos como os homens de ciência mais transcendente ou especializada... Vicq-d’Azir, d’Alembert, Flourens, Littré,

¹ Nome proposto por Hüsing para designar tudo o que se inclui na estranha expressão *folclore*; parece admirável, por vários motivos, não sendo o menor a analogia com os termos consagrados *flora* e *fauna*, que se referem a vegetais e animais: na *fama* se reuniria o que importa à história *natural* humana.

Lesseps, J.B. Dumas, Bertrand, Berthelot, Poincaré... foram aí festejados... Pasteur principalmente, que nem livros de ciência escrevera, e passou a vida a fazer bem maior e a construir glória mais duradoura. E não se cuidará que naquela terra, farta, sobre todas, de grandes homens, não sobrem poetas, romancistas, oradores e homens de teatro... com que preencher grêmio tão reduzido.

Também aqui sempre pensamos assim. No passado dos vossos confrades, nestes que vedes em torno, encontrareis alguns que não cometeram novelas nem poemas? Por que exigir de vós esses atentados? Lembra Renan que não foi aquela tragédia, trazida por Claude Bernard da província, que lhe abriu as portas da Academia...

Possuís talento mais raro e talvez melhor. A humanidade é agradecida, com excesso bem explicável, aos que a divertem. Nessa glória ruidosa dos artistas vai implicitamente a confissão da decepção e do tédio que vivem num mundo áspero e triste. Eles nos distraem com as suas imagens, figuras, enredos, rimas e melodias, conduzindo-nos fora da vida quotidiana, para a realidade melhor do sonho em que vive o nosso desejo. E tanto mais sentimos que o engano foi grande, porque o sonho é magnífico, mais nos deliciamos, e somos reconhecidos a esses sedutores que nos fazem crer um momento na ilusão.

Entretanto, ela esquece, ou não lhes rende a tempo a justiça da gratidão, àqueles que lhe preparam uma vida mais fácil e quase benigna, pela dominação de todas as forças naturais postas ao seu serviço, pela posse de todas as riquezas e proveitos do mundo ao alcance de sua utilidade, pelo conforto, saúde, segurança, com que, ao invés de um prazer efêmero, se tem uma tranqüilidade permanente. Chegará, porém, o tempo dos vossos. Quando, enfim, ela tiver consciência, volvendo os olhos para trás, essa humanidade doída que ainda agora se esquece numa festa breve e tumultuosa, refletirá sobre o que deve a vós, homens de ação.

Então, os que inventaram imagens e fábulas, e acharam algumas palavras, telas ou bronzes para as exprimir, valerão menos talvez do que os que lhe criaram a felicidade. Nesse dia, por vingança, não os excluireis: eles são o ornato da vida, necessário sempre, ainda quando sobra a abundância dos meios, a confiança da paz e a alegria da saúde.

DONS DE SENSIBILIDADE E DE CARÁTER

Quis a Academia Brasileira fazer esta justiça desde já. Por isso, tão solícita, vos acolheu.

Sucedeis a um poeta: até nisso ela marcou o propósito de firmar que se abrem aqui sucessões à inteligência e não à herança de colaterais ou de descendentes, na semelhança do espírito, como na ordem civil. Aliás, não seria difícil justificar uma contradição, tão da índole humana, como um sábio é o parente próximo de um poeta. No amor da natureza, e nas ânsias por seduzi-la ou por compreendê-la, há entre os dois apenas a diversidade dos meios. E não raro eles se encontram: Goethe não será exemplo singular. O vosso discurso é agora revelação nova. Vós sois, porém, como os grandes poetas que não fazem versos: nem sempre estes têm poesia e ela sobeja na vossa vida e na vossa obra.

Sois sentimental: basta ver-vos, para sentir que tendes coração terno e sentidos delicados.

Tendes a piedade religiosa que já fugiu do comum dos homens; chegais até ao fetichismo, e às vezes à superstição, que as mesmas mulheres do nosso tempo vão esquecendo. Enquanto resolveis difícil problema sanitário, na paz do vosso gabinete de trabalho, guarnecido de móveis de gosto e de quadros escolhidos, de um incensório oriental escapam-se meadas de fumo, que descrevem volutas azuis e arabescos caprichosos, e seduzem pelos sentidos a um deliqüescente bem-estar, e pela imaginação levam para a distância comprida do sonho; só vos prendeis à realidade se vos dão esse ambiente de poesia.

Por isso, do vosso instituto, perdido numa restinga de mangue, fizestes palácio encantado, como a fantasia dos califas nunca realizou algum no Oriente; na maravilha da construção arquitetônica não faltam entretanto os mínimos requintes de comodidade e de técnica: ele é o vosso grande retrato, objetivo e espiritual, traçado com a sinceridade dos que pensam realizar apenas uma idéia e refletem nas coisas a própria natureza. É nesse cenário, que preparastes para a vossa família intelectual, os discípulos, que passais os vossos mil e um dias, embevecidos e extáticos, na pesquisa da verdade e na contemplação da ciência.

Todo vós, na aparência externa e manifesta, esquiva e desprendida; bem trajado, mas sem propositado apuro no vestir; o precioso chapéu de palha desabado; os olhos tímidos e profundos, que olham de longe em cintilações; a palavra rara e sugestiva, mandando sem apelo, como quem aconselha e suplica; o perfil nítido e voluntário; a cabeleira basta, empoada precocemente pelo tempo... vos dão aspecto romântico e aventuroso, que contrasta com as certezas positivas de vossa vida de sábio, provocante como paradoxo vivo. É que sois um poeta desgarrado na ação, provando a plasticidade maravilhosa desse plasma do entendimento que nos faz o que queremos e dos outros o que soubermos querer.

É uma das vossas idéias favoritas, e pelas quais tendes triunfado na vida, que a vontade eficaz basta para suprir a todas as insuficiências das coisas e dos homens. Não escolheis os vossos comandados pelo favor enganoso do sentimento ou pelo concurso de provas falíveis; quaisquer que eles sejam, e os acasos da vida vo-los deparem, vós os fazeis bons, dedicados, inteligentes e capazes.

Não que o não fossem, ou não o sejam de antes, mas os faríeis, se até não fossem. É o método seguro das grandes vontades. Jesus elegeu em quaisquer os seus apóstolos. Improvisou Bonaparte os seus marechais. Tendes um seminário de sábios, que o não eram, não o seriam provavelmente, mas os fizestes, como vos fizestes, mudando talvez as vossas primeiras inclinações, denunciadas ainda nas aparências da vossa obra e até no aspecto de vossa pessoa.

Este poder absoluto da vontade, em que acreditais e que exerceis, é a vossa força e dela vos veio a glória. Falta-nos competência para discuti-la, no que tem de técnico; os nossos sapientes vizinhos da Academia de Medicina vos conferiram certamente essa honra, com os seus aplausos. Retemos apenas o traço forte de vontade, com que libertastes a nossa pátria do flagelo que mais de uma centena de milhar de vidas lhe consumira e por mais de meio século a injuriava diante do mundo civilizado; retenho o epíteto que vos conferiu nesse momento histórico o assombro e a admiração de alguém que vos compreendeu.

A CAMPANHA DO SANEAMENTO

Depois de guerrilhas intermináveis, de doestos e represálias, em que nos vimos sempre humilhados, as suas conveniências econômicas moveram os

nossos vizinhos do Prata a procurar conciliação sanitária, de onde viriam outras, já que os novos processos de saneamento pareciam restituir a salubridade do Rio de Janeiro. Veio então enviada uma missão científica, para negociar. Os nossos representantes, e fostes um deles, asseguravam pela eficácia da profilaxia recente e recusavam as práticas antigas de desinfecção, nesse caso incômodas, onerosas e ineficazes. Os estrangeiros não achavam, numa campanha ainda em prova, elementos para tanta opinião. Como nos julgaram incapazes de tanta leviandade ou má-fé, devíamos ter razões cabais; e pois que não as declarávamos, cumpria obtê-las a todo o transe. A sós, convosco, um deles, em momento azado, vos interpelou sisudamente, sobre o mistério da vossa fé. Vós lhe destes então o vosso segredo. Ele é terrível, e está guardado até hoje. Pois que é a verdade, e ela vos honra, só conhecendo a grandeza do sacrifício que fizestes por nós, é que poderemos vos louvar, como mereceis, pelo benefício prestado.

Pretendia um sábio cubano que eram os mosquitos os agentes propagadores da febre amarela. Quando foi da ocupação militar da grande Antilha pelos americanos, tendo de um lado as antigas doutrinas, batidas e debatidas, que se revezavam, sem dar solução útil ao problema, e do outro pista nova e esperançada, seguiram por ela e lhe confirmaram a excelência. Devia a defesa sanitária ser feita, combatendo os mosquitos e privando-os de se infeccionarem nos doentes, para depois aos sãos não transmitirem a doença. Os ensaios realizados surtiram resultado surpreendente.

Para nós, apossados pelo mal havia tanto tempo, o caso parecia bem árduo e mais difícil. Governos passavam e desesperavam de resolvê-lo. Foi nesse momento que uma atilada perspicácia vos chamou à direção da saúde pública. Trazia o Presidente Rodrigues Alves nas suas promessas de administração a de sanear a capital do país, que dava internamente o exemplo da corrupção, e ao estrangeiro fazia justamente suspeitar de todo o Brasil. Antes de pretendermos lugar no mundo, cumpria prepararmo-nos para ele, com decência e confiança de civilizados. Qualquer sacrifício seria pequeno para tamanha aspiração. Pôs em vós o governo sua inabalável confiança e não mediu esforços nem provações para o êxito. Compreendestes logo que tais interesses em jogo e tão profunda fé em vosso critério exigiam experiência e observação que não possuíeis. Não seria de sábio cega obstinação: só a dúvida que investiga e

ensaia, para não duvidar mais, traz certezas úteis, embora às vezes relativas. Foi então que vos quisestes convencer, para convencerdes os outros, para salvardes o país da afronta e do luto. Foi então que permitistes a uma comissão de sábios europeus, que aqui viera estudar o mal, e trabalhava sob a vossa guarda, que ensaiasse, como outros já haviam feito nas Antilhas, *in anima nobili*. Aparecem sempre destemidos ou aventureiros que se expõem ao perigo vendo o proveito: foram informados dos riscos possíveis e prováveis, aqui-nhoados com um seguro material pelos azares da experiência, que seria grave e podia vir a ser funesta. Mosquitos infeccionados, que haviam picado doentes de febre amarela, foram postos à prova, nesses nobres animais de experiência. E a febre amarela, verdadeira, natural, autêntica, se declarou neles... Mais de um morreu...

“UM HOMEM...”

Até aí vós surgis diante dos olhos pasmados uma verificação científica que vos infundia certeza prática e maior, de que sereis capaz de redimir, por esse modo, a vossa pátria de flagelo assassino e degradante. Mas, quando se ultimou o sacrifício das vítimas imoladas em holocausto a esse novo ídolo, feroz e canibal, por vezes, como os outros, a Ciência, para pesquisar ainda no cadáver as alterações estruturais que comprovam a doença e dão ao diagnóstico segurança incontestável, esquecido que andáveis num delírio altruísta pela humanidade, tornastes à condição misérrima de homem, que sente e que sofre. Dos olhos vos escorriam lágrimas que empanavam a vista, e na mão vos tremia o bisturi de dissecação, recusando-se a prosseguir. Os vossos companheiros, sábios também, choravam e tremiam como vós... Nenhuma homenagem melhor poderíeis, homens fortes de ciência, prestar a essa humanidade, que às vezes esqueceis para servi-la melhor, do que no momento mesmo da posse da verdade salvadora de milhares de vidas, tontos de orgulho e de esperança, serdes obrigados à fraqueza do coração e ao temor da consciência, até curvar a frente, e chorar, e tremer, pelas criaturas que sacrificastes ao bem comum.

Todos os dias reis e estadistas, industriais e aventureiros imprudentes e desastrados, causam a morte a milhares de homens na chacina bárbara das guerras, na ganância criminosa das empresas, na imprevidência tonta dos aci-

dentés, sem responsabilidade, sem remorso. Mas vós, sacerdotes de uma religião, porque o deve ser a vossa medicina de desprendimento e de altruísmo, pelo bem de todos, pelo bem de cada um, a vós deve ter pesado muito e feito muito sofrer vos encontrardes diante da dolorosa necessidade. Estou que alguns dos vossos precoces cabelos brancos alvejaram nesse dia... A vossa consciência justa vos deve ter consolado de que éreis apenas sacrificador eleito pelo destino: fostes forçado a cumprir, uma vez mais, a velha lei da história, que exige, para a menor das conquistas na felicidade do homem, um pouco de sangue derramado. A remissão do pecado, a liberdade, a honra, a glória, a justiça, e até a mesma verdade, custam sangue... Resgate pago a uma sina violenta que nos persegue...

Mas porque sofrestes, tivestes o prêmio que não falta a toda sincera piedade. Do sangue das vítimas colhestes prova, que talvez faltasse de outra sorte, para conseguirdes o benefício imenso de uma redenção sanitária. Ganhastes a confiança, a tenacidade, a pertinácia, com que redimistes o Rio de Janeiro e ides redimindo todo o Brasil.

O sábio estrangeiro que, muitos anos antes destes dias felizes de hoje, vos ouvia em confissão para se convencer, quando ainda em meio da campanha já possuíeis a certeza do triunfo, só pôde traduzir o seu assombro e a sua admiração por esta palavra, que lhe ouvimos: — “Oswaldo Cruz... é um homem!”

É o epíteto mais belo, e o mais nobre, que o homem costuma dar ao seu semelhante. Talvez porque raríssimos deles o merecem.

Tem a ciência, pois, a sua poesia, áspera e forte, poesia violenta de ação, feita também às vezes de sofrimento, mas de vontade dominadora, outras muitas, diante da qual a da imaginação é frágil e efêmera, como sonho de criança.

Reunis, por conseguinte, todos os méritos que fazem grande o homem, orgulho da sua espécie: a sensibilidade com que no trato íntimo, na família, entre os amigos e os discípulos, colegas e subordinados, sois querido e venerado; a inteligência com que ides abrindo caminhos novos ao conhecimento, educando uma geração de sábios que já honram ao mestre, e serão ufania desta terra; a vontade, finalmente, com que em todos os dias de vossa vida ajuntais serviço novo e relevante aos que já nos prestastes e beneméritos, de

salvação pública, por toda a parte, do Rio de Janeiro aos confins da Amazônia. Não receareis contraste.

A Academia Brasileira, que pretende ser o índice abreviado da cultura nacional, faltaria à sua nobre ambição, se não vos cobiçasse. E se vos tem hoje, não lhe deveis por isso gratidão; não o estranhará a ninguém; é porque tínheis aqui, desde muito, um lugar obrigado.

RAIMUNDO CORREIA

O poeta a quem sucedeis vos merecia. Deus fez diferentes, na aparência, as belas coisas e os grandes homens, para que a nossa faculdade de admirar não conhecesse o fastio. O coração e o espírito de Raimundo Correia foram, de fato, uma das obras-primas da criação.

Alguns anos antes de Gonçalves Dias morrer, no naufrágio do *Ville de Boulogne*, nas costas do Maranhão, nascia por ali mesmo, a bordo do vapor *S. Luís*, Raimundo Correia.² Era predestinação. Se a nossa opaca inteligência não consegue achar o nexos dos acontecimentos, a simples associação deles nos impressiona como sinal persuasivo de que não é só tonto acaso que faz a sorte dos homens. Raimundo nasceu grande poeta, continuando o gênio do outro, também orgulho da sua terra.

Desde cedo se lhe revelou o estro, e tão espontâneo, que muitas vezes escrevia da escola, em verso, as cartas à família, evitando a prosa difícil, com a qual nós outros, do vulgo, mal nos entendemos. Tudo lhe era pretexto de poesia, e uma página aberta, em língua diferente, enquanto esperava aula ou fazia visita, logo era mudada em vernáculo; por isso tantas traduções se depararam entre os seus primeiros volumes, sem propósito nem preferência, impostas apenas pela força dos encontros.

Aos 19 anos publicava o livro de estréia, composto já de idade mais temporã, os *Primeiros Sonhos*. Pela ingenuidade da imitação, fatal de todos os começos, pela sinceridade tumultuosa e forçada da idade, talvez viesse a

² Também Virgílio vestiu a toga no dia em que morreu Lucrécio. Não faltou, na latinidade, quem pensasse que a alma sutil e profunda de um viesse, no corpo do outro, continuar, agora meiga e ardente, a mesma obra divina.

justiça que lhe fez o poeta, esquecendo-os, como aliás é sempre a sorte dos sonhos da puerícia; nenhum vestígio passou deles nas suas obras ulteriores.

Já em 1883, um ano depois de bacharel por São Paulo, as *Sinfonias* eram publicadas, e Raimundo Correia, aos vinte e três anos, aclamado poeta. Machado de Assis, antes de o apresentar ao público, com a indulgência de prefaciador, sempre paraninfo e portanto suspeito de parcial, afrontava a mais exigente crítica publicando na primeira das suas páginas uma das do poeta, o “Mal secreto”, que é obra-prima. Mais outra foi divulgada pela opinião, e ganhou mundo, até os confins do Brasil e de Portugal, mil vezes reimpressa, lida, recitada, e certo por muito mais tempo ainda, enquanto existir essa formosa língua portuguesa, de cuja alma suave e melancólica ela é expressão genuína. É esse famoso soneto “As pombas”, que está agora mesmo balbuciado pela vossa saudade, dentro do coração que os sonhos abandonam de ingratos, e a que não voltam mais, como voltam as pombas aos pombais...

Outras muitas, menos famosas, mas de valor igual, em que o poeta se vai revelando, ainda sob a influência dos mestres que lhe enlevaram a adolescência poética e que lhe ensinaram a voar... Banville, o domador dos ritmos e acrobata das rimas; Gautier, o colorista que pinta quadros vivos e paisagens sonoras; Baudelaire, quase satânico, às vezes, impregnado de um relento de pessimismo e de morte; Heine, que mistura o riso às lágrimas e acaso num verso frívolo soluça uma traição... foram seus mestres. Mais tarde os do Parnaso, Leconte de Lisle, Sully Prudhomme, Coppée, Heredia, que transmitem à mocidade do tempo o culto da forma, única essência capaz de embalsamar a idéia, num transunto incorruptível e eterno, completaram a educação de Raimundo.

O estudo que lhe consagrais nesse momento, ou a esta face da sua obra, demonstra um conhecimento literário que nos envaidece, porque é prova ainda das afinidades de espírito entre o poeta e o sábio que aqui lhe sucede.

Raimundo dessa crisálida desprende-se por fim, para voar sozinho, na posse do seu pensamento próprio, da sua sensibilidade natural. Escreveu e publicou, em 1887, *Versos e Versões* e, em 1891, as *Aleluias*. Nenhum deles logrou o mesmo êxito no público, embora talvez melhores, revelando, diz o poeta, modestamente, “algum progresso e mais independência”; ficara o autor das *Sinfonias*, e pode ser que apenas para o maior número, o poeta d’“As

pombas”. A multidão, sacudida num pasmo imprevisto, ou para uma admiração nova, confere logo o prêmio de um sinal ao herói ou ao poeta que a comove, e pelo qual, daí por diante, é reconhecido como soberano, que não se julga mais, que se admira sempre. A despeito de cem batalhas de gigantes, Bonaparte continuou o herói da campanha de Itália; Sully Prudhomme, mau grado de cinco volumes de poemas profundos, de divinas expressões de sentimento, foi toda a vida o poeta do “Vase brisé”. Raimundo, como os outros, não pôde tolerar bem esse julgamento definitivo, sem apelo, a seu favor embora, mas injusto para todas as possibilidades que sentia latejando dentro de si. Talvez por isso se estancasse ou lhe derivasse, agora tênue e sem ruído, a veia poética, íntima e para o próprio gozo, pois que a opinião se contentara com os primeiros versos felizes.

ELEIÇÃO DE ARTISTA

Pôs-se a revê-los. E “como em tudo há sempre o que corrigir”, é o poeta quem o diz, naquela adorável simplicidade tão sua, deu-se agora ao labor de aperfeiçoar a própria obra, aplaudida e consagrada.

Corrigir para Raimundo não era só emendar, muitas vezes era suprimir. As suas edições são, assim, corretas e diminuídas. Refez Pascal treze vezes uma das *Provinciais* e se escusa de ter deixado muito longa alguma delas, porque não teve tempo de fazê-la mais breve. Desse jeito, logo que o nosso poeta teve folga, começou a encurtar o vôo e até a aparar as asas. Numa seleção de *Poesias*, publicada em 1898, eliminou a maior parte das que compunham os três livros anteriores, e, das que restaram e raras subseqüentes, fez esta edição, depurada, sucessivamente, nas que se lhe seguiram, em 1906 e 1910.

Todas foram aferidas por exigências crescentes de perfeição. Até “As pombas” e o “Mal secreto”, havidos unanimemente como obras-primas, não se privaram de acerto. Pouco escutava o aplauso alheio quando não coincidia com a própria sentença.

Compreendia que há admirações humilhantes: as de toda a gente, em que o voto de mau gosto, bem numeroso, se mistura ao louvor tão raro, da capacidade. A unanimidade de aplauso é prova, certa, de mediocridade, que

deixa de contentar a alguns para satisfazer a todo o mundo. Até o ouro, para circular, tem de se aviltar e diminuir em liga espúria.

Por isso o orgulho dos artistas, e são grandes somente os que têm muito, não sofra a deprimente popularidade. Renan diz de Flaubert que se consolou do êxito de *Mme. Bovary*, louvada universalmente, publicando a *Tentação de Santo Antão*, que raros podiam gostar. Na centena de poesias que escolheu, distinguiu Raimundo apenas umas dez, das que o consagraram com as *Sinfonias*. Machado de Assis, gosto fino e juízo difícil, entre as páginas do livro que serviam para dar o quilate do artista, cita mais de uma dezena: Raimundo, – admirai esta abnegação rara de autor que a própria obra aplaudida rejeita, se lhe descobre defeito! – não atendeu ao mesmo Machado, e delas apenas duas, entre as que lograram gabos, passaram adiante. Outras não louvadas aí estão, porém, justamente para mostrar aquele pundonor de grande artista que nem ao público que o festeja, ou ao crítico que lhe realça os melhores passos, é submisso.

Só ele é o árbitro da perfeição que deseja. Não conheço, nos nossos costumes, exemplo igual de probidade literária.

À medida que avançava na vida, experimentada a dureza dos homens e o desencontro dos sucessos, perdia a exuberância natural de se exprimir e ganhava aquela profundidade dolorosa que confere a meditação. Ia-se afinando, depurado, numa essência condensada e forte.

Há versos seus, há estrofes suas, que se desdobrariam em poema ou em dissertação filosófica. Só escreve demais quem não sabe bem o que quer dizer, pouco ou quase nada tem que dizer. Grande artista é o que dá à sua idéia a forma precisa, como túnica apenas discreta que lhe molde exatamente a nudez, antes para a denunciar do que para a esconder. O que sobra de tela, é imperfeição, se é sobejo.

POETA-FILÓSOFO

E Raimundo, além de artista raro, sincero para não recorrer ao artifício das palavras escusadas, e honesto para produzir a notação exata e devida, era ao mesmo tempo meditativo e pensador. Poeta que pensa? Parece que não é o

ofício deles. Basta que produzam emoções, pelo aspecto exterior das palavras, pela cadência do metro, jogo da rima, música dos sons.

Foi Raimundo este sensitivo e aquele refletido, alternativamente dominante na juventude e na maturidade da sua obra.

Se, como dizeis, com tanta felicidade, existe em seus versos todo um “evangelho do amor”, o “Cântico dos Cânticos”, não está longe a dúvida e reponta a negação do Eclesiastes. Com efeito, desde os primeiros versos, se lhe descobre o vinco doloroso da meditação, que se viria a afundar, na ruga permanente que lhe trouxe a experiência do sofrimento.

A sua filosofia, se esta palavra não é presumida para natureza tão simples e tão estranha a qualquer ênfase, é a da resignação mesmo no ceticismo, ainda no pessimismo mais desenganado. A realidade quase não existe, talvez, apenas uma aparência... Assim tudo é sonho. Íxion hesita, até abraçando a figura amada:

*Minha ventura, ó céus! é tão profunda,
Tão larga e tanta, que eu duvido dela!*

E a dúvida só não é coerente porque, de fato, se engana! Aquele “Sonho turco” em que a Fortuna mostra e confere a um miserável Trácio adormecido todos os impérios, todos os tesouros, todos os amores, e que se esvai com o despertar, é igual daquele em que vive, acordado, o sultão de Constantinopla:

*“Mal hajas tu, mendaz Fortuna! Certo,
Que enorme dita, ou desventura enorme
É tudo um sonho!” – diz Nasah enfim.
“Tu fazes que Mamu sonhe desperto
O que sonha um vil Trácio enquanto dorme,
E de ambos vives a zombar assim!”*

E se a dúvida não é permitida e alguma coisa existe, é a dor, que é imortal, de jeito que

*... Por um só prazer, mesquinho e raro,
A desventura cobra-se tão caro,
Que aos tristes o menor prazer assusta.*

E os tristes somos todos nós, o mundo todo, porque

*Tristeza funda, indefinida e vaga
Que o coração te esmaga
Todos a sentem, mas ninguém a exprime...*

Contudo, se a única certeza relativa é a dor, e a felicidade desejada vem da comparação de um mal menor do que o dos outros,

*Entre dois homens que o fado
Juntou nenhum deles diz,
Mas cada um há porfiado
Com o outro em ser mais feliz.*

*Depois... nenhum deles diz,
Mas cada um, desanimado,
Já se julga bem feliz
Com ser menos desgraçado...*

Não importa, a vida deve ser vivida como é; a razão que deu ao homem a consciência do sofrimento não o deve furtar ao dever de suportá-lo.

Nesta antinomia de pena imanescente e de uma resignação necessária se debate todo o coração suscetível e toda a sutil inteligência de Raimundo Correia. Ele a resume nos versos com que abre o seu volume final, como uma profissão de fé:

*Viver! Eu sei que a alma chora
E a vida é só dor ingrata,
Pranto, que a não alivia,
Olhos, que o estão a verter...
Sofra o coração, embora!
Sofra! Mas viva! Mas bata
Cheio, ao menos, da alegria
De viver, de viver!*

Essa é a alma, resignada, de sua poesia.

SÃO RAIMUNDO

Raimundo não era, porém, só pensador cuja concepção do mundo, idealista e, portanto, cética e pessimista na realidade, o tornasse incompatível com ele ou contraditório consigo mesmo. Era um ser bom, sensível, impressionável, que temperava a visão filosófica com a piedade poética, de onde, no seu niilismo intelectual, uma resignação ativa. E nada convencerá melhor dessa complexidade de coração e espírito, exercendo-se na personalidade, do que a sua mesma história.

Não lhe foi a vida fácil nem alegre. Se logo depois de formado encontrou no coração da esposa um elemento de felicidade, a incerteza e falibilidade dos meios tranqüilos de subsistência deixavam-lhe sempre travo amargo nos melhores momentos. Lembrastes fielmente todos os acidentes e desencontros da sua carreira. Promotor público em São João da Barra, juiz municipal em Vassouras e em São Gonçalo de Sapucaí, secretário da Província do Rio de Janeiro, professor da Escola de Direito de Ouro Preto, diretor de Fazenda em Minas, professor e vice-diretor do Ginásio de Petrópolis, adido à Legação brasileira em Lisboa, finalmente pretor na Capital Federal e daí, agora tranqüila e assegurada a vida, nas promoções devidas, juiz do crime e juiz do cível... Esses avatares todos, às vezes, atormentados, interrompidos por pausas de inquietação e desesperança, não raro pelo sofrimento físico... Imaginai no que seria isso para a alma boa, mansa, delicada de Raimundo. Só lhe valeu, através dos seus passos, a companheira que elegera na vida, e que foi, a um tempo, sua esposa, sua irmã e sua mãe. Protegeu-o e guiou-o na vida, contra a adversidade, consolou-o e animou-o entre os sofrimentos, e por ela e por causa dela, Raimundo viveu e se conservou para nós. Eu sei que molesto a delicadeza de um grande sentimento na indiscrição destas palavras, mas não cumpriria a minha tarefa de louvar hoje aqui a Raimundo Correia, se não associasse nesta homenagem aquela a quem nós todos, os que conhecemos e admiramos o poeta, rendemos o respeito que inspira e merece uma grande virtude.

Só compreenderéis o que foi essa longa tortura da vida para Raimundo, se lhe lembrardes a sensibilidade extrema e suscetível... Sensibilidade que vibrava, meiga e dolorosa, pelas penas do mundo, pelas mágoas das criaturas e até pela tristeza das coisas. Vede alguns traços.

Vivia em São Paulo, ainda estudante, quando certo dia souberam os seus íntimos que ia estrear bonita roupa nova, mas com o chapéu muito usado, que não o largava. Os amigos, em troça, Valentim Magalhães, Silva Jardim, Assis Brasil..., intimaram a que comprasse outro. Faltava dinheiro, mas logo que a mesada próxima chegasse, seriam satisfeitos. Foi adiada a estréia. Tanto se ocuparam com isso, que um dia o poeta lhes anunciou o acontecimento esperado: já poderiam ir procurar o chapéu novo.

Foram todos, e Raimundo ensaiou um, bem chibante, que iria com o terno, comprou-o, e ele mesmo o conduziu para casa. Ao outro dia, na Faculdade, surpresa geral: Raimundo aparece mudado de traje, mas ainda com o antigo chapéu... Distração? algum roubo? desastre? – e se aproximaram, indagadores. No seu círculo restrito, explicou. Ia sair, pronto, de chapéu novo na cabeça, quando, ao fechar a porta do quarto, deu com os olhos... no outro: triste, mudado de cor, puído e esgarçado na fita, que o olhava, abandonado no cabide. Parecia dizer-lhe... “É assim mesmo, acompanhei-te fielmente, por soalheiras e garoas, pensei e sofri contigo, longos meses, e agora, no dia de tua glória, em que vestes uma bela fatiota nova, que vai ser admirada e invejada, é o outro... um desconhecido, estranho, apenas adquirido ontem, que tu preferes...” Não resistiu: entrou, no cabide pendurou o chapéu novo, tomando o velho; e estava com ele, alegre, passeando-o pela última vez, no triunfo da roupa nova, consolando-o, enfim, da irremovível decadência... Haveria sempre tempo para a mocidade e para a fortuna aparecerem e triunfarem.

Muito mais tarde, já magistrado na Capital, não mudara. Tratava-se num consultório de médico,³ de magrém extrema, de nervos cansados e doentes, e um dia toma à parte o clínico, e diz, seriamente, que o quer consultar, para um amigo. Em sua casinha de Niterói, onde morava, tinha quintal e havia nele um pé de sabugueiro, ao qual criara amizade... Era tão confiado o pobrezinho que se debruçara para dentro de sua janela, olhando-o com as florezinhas brancas, penduradas na ponta dos ramos... Mais alguns dias e já não poderia fechar a janela. Pois bem, notara que começava a adoecer... as folhas amareleciam e as flores pendiam flácidas nos galhos... Tudo era grave em

³ Tive o bom gosto de não me dizer esse médico, vanglória talvez arriscada, de que me arrependo, e confesso, tanto por penitência como por malícia: é que me têm vindo contar, e já tenho lido outras versões da história do sabugueiro...

Raimundo; ele consultava sobre o seu amigo, de tal jeito, que o médico não se recusou a receitar, com essa inconsciência, tão geral, com que damos e tomamos receitas... Adubos, terra revolvida, água principalmente.

Dias depois voltou triste: tinha executado as prescrições e não surtira efeito o remédio. Seria possível que lhe morresse o amigo? Então, esse imenso progresso da ciência, de que tanto se enchia a boca, dava nisto? Ah!... se ele vos conhecesse... e pudesse imaginar na admiração nobre que lhe votais... ter-vos-ia consultado! Em falta de outro apelava ainda para o mesmo clínico. Não lhe deixasse morrer o pobrezinho. Parecia-lhe todos os dias que as florinhas brancas, quase murchas nas hastes, se despediam, e sem uma queixa, resignadas. Doía-lhe mais ainda a confiança que empregaram tão mal nele, que de nada lhes prestava... Desse-lhe outro remédio... Sabeis como a ignorância da causa e da natureza das doenças torna a terapêutica mais categórica... Guano, nitro, água ainda, bastante água...

O muito amor de Raimundo valera mais que a medicina. Tanto que desesperou dos recursos dos outros, que supusera capazes, dedicou-se ele mesmo ao sabugueiro. Pôs-se a remexer e a sondar a terra, cautelosamente, para não magoar as raízes, e lá embaixo encontrou um corpo duro. Cavou... era uma enorme pedra, que impedia a raiz mestra de prosseguir... retirou-a, repôs a terra no lugar e, daí a dias, já não podia mais fechar a janela, porque a gratidão do sabugueiro, re florido, lhe entrava alegre pelo quarto.

Não deveis rir... Com a mesma sinceridade falou São Francisco de Assis às irmãs andorinhas e ao irmão lobo, e eles, os brutos, lhe ouviram a voz e se amansaram para o atender... Há uma afinidade secreta entre os obscuros sentimentos das coisas e das criaturas e os corações capazes de os entender. Somente é preciso que o coração seja simples, seja bom, seja grande, e colocado bem alto, para ser acessível. Como hão de os nossos, mesquinhos, terra-a-terra, sentir e, compreender isso? Passarão sobre nós, despercebidas, as vibrações do éter, que comunicam espaços indefinidos... a ponta elevada das antenas as ouve, entretanto, e no-las transmite em fórmula ordinária, compreensível pela nossa vulgaridade. As crianças, os poetas e os santos, que não duvidam, realizam esse milagre de não contarem com uma aparência enganosa e de a substituírem pela certeza efetiva com que, pelo sonho, pela imaginação, pela fé, tudo é possível.

Mas não só as coisas e as criaturas de Deus impressionavam a Raimundo Correia, os homens principalmente. A sua bondade, a sua pureza, a sua simplicidade, no trato da família e da sociedade, mereciam bem que se lhe chamasse, como alguns o fizeram, São Raimundo. Um dia em que assim me exprimi a seu respeito, diante de Alúísio Azevedo, em Nápoles, reivindicou o romancista a prioridade desse apelido, que supunha de sua invenção. Formulado ou não, era de todos os que privaram com Raimundo.

For isso, nas suas funções públicas, não houve juiz mais honesto, mais reto, mais justo. Vós lhe prestais, confirmando-o, alta e devida homenagem. E não só no momento sagrado da sentença, mas no trato quotidiano da magistratura, era a mesma isenção, o mesmo desprendimento, a mesma brandura. As custas, contra o hábito do foro, eram estritamente as do regimento, quando as havia, e isso num tempo em que ainda vivia na penúria. Sempre que a sua intervenção privada podia defender o órfão, acomodar o esposo, obter o acordo dos herdeiros e a paz da família, esquecia-se de que era a justiça cega e passiva, para só cuidar em que a bondade deve ser diligente.

Certa ocasião, presidia sessão de júri, com aquela severidade sem dureza, que era a sua compostura no cumprimento do dever. Assassino confesso, por um dos fáceis mistérios da incapacidade ordinária desse tribunal popular, a despeito de acusação esmagadora e de defesa sem calor, viu-se absolvido, porque os quesitos foram todos negados e o réu declarado inocente, por unanimidade. Tinha apenas o juiz, conforme a sua obrigação, de julgar pelo veredicto do conselho e de absolver o acusado, sem apelação, imediatamente. Proferindo a sentença, enquanto se lavrava o mandado de soltura, Raimundo falou. A princípio os homens apaixonados ou indiferentes começaram a sorrir do discurso que se afigurava exortação à virtude.

Dizia Raimundo que o acusado fora havido como inocente, pela justiça dos homens. Só ele, na sua consciência, e Deus, saberiam se esta, de fato, era a justiça. Porque uma se pode evitar; à outra, no foro íntimo de cada um, no temor do julgamento final, ninguém escapa. Considerasse, pois. Se, com efeito, nada devia, humildemente lhe pedia perdão, pela sociedade enganada, da injúria que lhe fizeram, do que sofrera, até esse dia de reabilitação. Mas, se era culpado, embora solto e livre pelos homens, continuava preso e seria condenado por um tribunal infalível, ainda na terra e talvez além dela. Havia, po-

rém, um meio de se livrar dessa condenação e dessa pena. Era reparar, com o bem, o mal feito, todos os dias da vida, dedicado a essa redenção demorada, mas certa, com que Deus permite na sua misericórdia que se expiem todas as culpas... No seguimento da oração, as palavras sem artifício, mas comoventes pela simplicidade posta ao alcance de rude e curto entendimento, dissiparam o riso, deram às fisionomias austeridade súbita e em pouco o coração oprimido se desafogava numa umidade quente e boa de lágrimas. Por fim, todos choravam.

Não sei se estas lágrimas salvaram para a virtude um criminoso e se os homens duros não volveram aos erros antigos: sei que exemplares de humanidade como este são capazes de um efeito, momentâneo embora, quase absurdo, mas provado e real, de nos fazer acreditar que a perfeição é possível neste mundo. Só esta consolação basta, para as almas sensíveis, de muita repugnância e muita mágoa, pela vida afora.

A HERANÇA DE RAIMUNDO CORREIA

Dono daquela alta inteligência que pelo idealismo transcendente chegara só a admitir a ilusão da felicidade e apenas pela experiência a realidade da dor eterna, desta sublime bondade que amava talvez o próprio sofrimento e atingia a resignação bastante para viver, fareis a justiça de concluir que Raimundo Correia foi o homem da sua obra, e que nos seus livros, como na sua vida, há uma concordância inteira e perfeita entre o coração de um e a razão de outro. E não sei deles qual o maior, porque ambos são admiráveis, porque só um talvez existe, o grande homem, de que o grande poeta foi retrato fiel, que Ihe conservará a memória, por muito tempo, quente e viva.

Nós somos, por agora, os zeladores dela, como aqueles que o amaram e o admiraram, muito e por último, sem discrepância, como era devido a tamanha exceção. A necessidade, bem humana, de preencher um vazio que ficara, deparou-nos, porém, o ensejo de um mérito excepcional com que honrá-la: nenhuma homenagem melhor prestaríamos à memória de Raimundo Correia do que vos darmos aqui o lugar dele. Também nenhuma palavra vos saudaria melhor do que a confissão íntima das razões desta escolha.

Sede bem-vindo.

Discurso do
SR. FÉLIX PACHECO

e

Resposta do
SR. SOUSA BANDEIRA

*Sessão solene extraordinária
do dia 14 de agosto de 1913*

I

DISCURSO DO SR. FÉLIX PACHECO

AINDA a mim mesmo pergunto a razão de meu ingresso neste cenáculo respeitável em que se agremia o fino escol de nossas letras. Desejaria atribuí-lo à minha própria vaidade convencida, fruto perdoável de obras realmente feitas ou de merecimentos que, na verdade, pudessem justificar esta alta honraria final, que representa uma doce e grata esperança de sobrevivência na dispersão implacável do tempo. Mas só posso responsabilizar a vossa extrema benevolência, que naturalmente o que quis foi, mais uma vez, fazer sentir a todos que esta Instituição não se propôs a erigir quarenta marcos pesados sobre as idades em evolução, nem fechou suas portas à mocidade cobiçosa e febril, renovadora de tudo, presumida às vezes, mas sincera e desculpável sempre.

Vão avultando no vosso meio as almas em flor, que o vosso generoso estímulo atraiu e engrandece. Será talvez um mal esse critério. Adormecem lá fora, na meia sombra do esquecimento voluntário, muitas sumidades conspícuas, que deviam figurar entre os pilares do vosso zimbório. Mas não é culpa vossa, se elas fogem obstinadamente ao trato ameno desta Casa. A juventude, mais afoita, percebe bem esse afastamento dos luminares irredutíveis; e aí está o motivo principal por que se acerca de vossos umbrais, na esperança, que nunca repelistes, de colaborar também convosco na árdua, mas consoladora tarefa de salvar o sonho, o gosto da arte e a pureza da língua, num meio hostil e indiferente, que só liga uma atenção passageira a essas coisas maravilhosas do espírito.

Sobram, entre nós, desculpas para a impaciência dos moços. Não é o insofrimento europeu utilitário e feroz, ansioso por chegar e vencer na glória e na perfeição. Parece antes uma necessidade espontânea, em harmonia com a exuberância transbordante da vida no trópico, onde as inteligências, como as selvas, desabrocham cedo e cedo se expandem nos grandes anelos e nas altas febres transformadoras, que simbolizam a nossa natureza e marcam de um traço característico inconfundível a nossa feição mental inconstante, impetuosa, desconexa, mas inquestionavelmente bela, forte, soberana esplêndida.

O melhor sinal de vossa vitalidade está justamente nessa fascinação que exerceis sobre os inquietos que vão chegando, para formar os novos elos da cadeia luminosa, através da qual se perpetua com segurança a formosura e o brilho dos destinos literários do Brasil. Todos eles nascem gritadores e rebeldes, possuídos de si e ufanos da missão que lhes toca, mas deslembados de que as horas que batem não representam senão o desenvolvimento lógico de um vasto círculo, cujo imenso diâmetro ninguém mediu nem medirá jamais.

Eu não fugi à regra geral, à puridade vos confesso, nem me pejo de o dizer, que os anos parcos e meus ardores juvenis intemperantes largamente me escusariam.

Aliás, a vossa própria origem e seguimento dispensariam a penitência. Nunca, pelo menos, a exigistes da “meninice enfática”, a que com tanta propriedade aludiu Afrânio Peixoto no seu formoso discurso de recepção, confessando desembaraçadamente que já desde esse tempo longínquo aspirava ser acadêmico. Tampouco a cobrastes ao espírito frondista de João do Rio, que agora vemos com alegria no alto posto de redator-chefe e diretor de verdade da *Gazeta*.

Il faut que jeunesse se passe; e eu não preciso, entrando aqui, desfazer-me das minhas admirações pelo gênio maravilhoso de Cruz e Sousa, cujo verbalismo estuante não era senão a roupagem de um esteta delicadíssimo, nem necessito igualmente renegar as predileções que tive e que conservo por Verlaine, Rimbaud, Mallarmé, Moréas, Regnier, Maeterlinck e tantos outros, quando hoje o simbolismo nalgumas coisas venceu e quando já por aí vem Marinetti com o futurismo, deixando a perder de vista *Les Villes tentaculaires* et *les Campagnes hallucinées*, de Verhaeren.

Estou tanto mais no direito de ser crido quando é certo que os não imitei ou segui, deixando-me ficar na transição e procurando as mais das vezes enquadrar as minhas brumas e os meus delíquios nos preceitos que a escola anterior estabelecera como decretos irrevogáveis da beleza do Parnaso. O ter permanecido assim, admirando por igual a perfeição da forma de Heredia e as rebeldias do metro vário, que aqui mesmo na Academia já foram louvadas pela palavra autorizada de Medeiros e Albuquerque, parece-me desculpa bastante e razoável e não me acanho de apresentá-la.

A Academia, como acertadamente o disse o seu primeiro e para sempre lembrado Presidente, na memorável sessão de abertura, em 20 de julho de 1897, foi “iniciada por um moço, aceita e completada por moços”; nasceu portanto – são dele ainda as palavras – “com a alma nova, naturalmente ambiciosa”.

Nessa mesma sessão, Joaquim Nabuco, com a sua linha incomparável de Apolo encanecido, mas sempre jovem, e com aquela dionisíaca profundidade interior que lhe completava a figura excelsa, aludiu à necessidade ou colaboração dos novos, acentuando com júbilo que a Academia não se erigira em “gabinete de antigualhas”.

Linhas adiante frisou:

É um anacronismo reear hoje para as Academias o papel que elas tiveram em outros tempos, mas se aquele papel fosse ainda possível, nós teríamos sido organizado para não o podermos exercer.

Era a própria evolução que ele louvava, o círculo sem diâmetro mensurável a que acabo de referir-me e de que também falou, por outras palavras, aquele mesmo e grande brasileiro, que foi como um filho espiritual de Atenas, educado na elegância mental de Lutetia e repolido na austeridade puritana de Oxford e Boston:

Não haverá nada de comum entre nós? Há uma coisa: é a nossa própria evolução; partimos de pontos opostos, mas, como os astros que nascem, uns a leste e outros a oeste, temos que percorrer o mesmo círculo, somente em sentido inverso. Há assim de comum para nós o ciclo, o meio social que curva os mais rebeldes e funde os mais refratários; há os interstícios do papel, da característica, do grupo e filiação literária de cada um...

A utilidade desta companhia será, a meu ver, tanto maior quanto for um resultado da aproximação, ou melhor, do encontro, em direção oposta, desses ideais contrários.

Depois destas citações, posso agora dizer-vos também, em aumento de minha defesa, que eu não chegara à poesia por um refinamento de cultura, como às vezes acontece, nem ao jornalismo por calculada preferência. Ainda hoje penso que o que me conduziu da puerícia deformada pela irregularidade dos estudos à mocidade livre e solta, embora dura e trabalhosa, foi um como abandono propositado a certos pendores inatos, cujo curso espontâneo nunca procurei obstar.

Não há por aí quem não deseje dizer o seu segredo à vida. É na extensão e na forma dessa confiança que reside a alma do verdadeiro artista.

Tenho para mim que fali nessa dourada aspiração, espécie de suplício delicioso em que muitas vezes o pensamento naufraga, quando não oscila entre as suspensões de sentido, que a visão interior sugere e as incertezas da força anímica justificam, ou quando não se esbate, como sombra difusa e vã, nos longes sentimentais que o poeta idealiza, mas que se vexa de concretizar em estrofes que digam tudo.

Três coleções de poesias, que só agora logrei refundir e aumentar para a publicação de um livro ainda assim nada definitivo, não eram cabedal que me autorizasse a pleitear aqui uma cadeira. Não o era também um modesto trabalho de ocasião, feito às pressas e no verdor dos anos, para apanhar o centenário do formador da imprensa livre, honesta e democrática em meu país. Tampouco valiam para esse efeito outros rápidos escorços históricos e biográficos, conferências várias e discursos breves, artigos perfunctórios de crítica literária e social, traçados no atropelo da profissão, que cada vez me prende mais às contingências do dia e da hora e me separa e me afasta dos suaves recantos por onde andei com a alma em soluços e o coração fremindo por amores que se partiram, como expressões de um desejo apenas esboçado e para logo extinto na crepitação da própria chama. Menos legítimos igualmente os títulos de público serviço, em digressão de leigo por um ramo de ciências aplicadas, nos seis ou sete anos gastos com entusiasmo para difundir entre nós um método que consultasse melhor aos interesses da segurança social em matéria de identificação das pessoas.

Ao fim do meu balanço e sem querer aludir a um breve trânsito forçado pela política, de que talvez me sinta sempre e cada vez mais distanciado, com uma escassa produção legislativa que não me honra como parlamentar, embora não me entristeça como servidor do régimen, vejo, desolado, que talvez só o exercício continuado do jornalismo profissional haja concorrido para que eu merecesse a simpatia de vossos sufrágios.

Nunca fui, não sou, não quero ser de fato outra coisa. Sinto-me bem comigo mesmo e abenço o meu destino, orgulhoso, sem dúvida, de haver obtido, mais pelo meu trabalho do que por virtudes intelectuais que não possuo, o modesto posto que a confiança do mais velho e mais eminente de nossos jornalistas me conferiu na grande e venerável instituição de imprensa que dirige.

Foi ali que me disciplinei na experiência e aprendi a amar a tradição, que liga as almas no tempo e dignifica as idéias no espaço, fundindo os homens e as coisas, como expressões de um mesmo ambiente, que se altera e se modifica, mas que nunca desaparece ou se dissolve, antes cada vez mais se renova, se embeleza e se prolonga.

Quase três lustros passados nessa tenda repousada, em contato frequente com o que de melhor possui o Brasil em todos os ramos de sua cultura, talvez me houvessem deformado o antigo aspecto.

Pelo menos, ando meio esquecido dos ímpetos irreverentes da primeira idade, quando, nas nossas revistas de papel de linho, cheias de caixas altas e novidades que só agora andam na berra, vociferávamos contra os velhos, que continuam aliás a passar excelentemente de saúde e hoje só me parecem réus de um pecado, que vem a ser o da maior indulgência para com os despautérios da precocidade feroz que sonha com a derrocada de tudo, sem conseguir às vezes edificar a si própria.

Não retive o nome do displicente malévolo que apregoou que “*le journalisme mène à tout, à la condition d’en sortir*”. Antônio Leitão, o saudoso mestre, com o ceticismo natural dos que já viveram demais para guardar ainda ilusões, costumava repetir sorrindo essa frase aos mais novos do *Jornal*, à guisa não sei bem se de conselho ou se de advertência. Deve ser exato o conceito, porque é sempre avultado o número dos que desertam da classe, mal obtêm os proventos da incursão transitória pela floresta benéfica, maravilhoso

degrau para todas as ascensões e instrumento admirável de não importa que conquistas se queiram fazer. Mas é injusta a sátira, se visa os oficiais sinceros do ofício. Para estes, o jornalismo, longe de ser o jardim das delícias, que outros procuram e sabem achar, é uma dolorosa selva selvagem que devemos perlustrar com as cautelas máximas e sem escusados pavores, para que possamos fruir, na tranqüilidade do dever cumprido lealmente, os contrastes de beleza e de horror que ela oferece no desdobramento magnífico de suas árvores fecundas, por baixo das quais passam e repassam, mergulhadas nos paus, as figuras de perdição, opróbrios da sociedade, na eterna comédia da vida, que todos nós precisamos conhecer, para nos elevarmos acima das misérias, que, envergonhando a espécie, inutilizam o homem.

Foi por esse caminho que cheguei até vós, perdido na abundância forçosa da produção anônima, quero dizer quase sem títulos pessoais provados, o que agrava ainda mais o erro de vossa benevolência e aumenta sem dúvida a carga de vossa responsabilidade.

Na opinião de muitos, o jornalismo vai-se distanciando tanto das letras que não deverá mais existir aqui nenhum lugar para os servidores desse velho e belo ofício, modernamente transformado e modificado pela vertigem estonteante da informação. É certo que vejo neste recinto algumas cadeiras ostentando veneráveis nomes da profissão. Mas são modelos extintos, que só sobrevivem no presente, porque nos resta ainda, por fortuna nossa, o gênio assombroso de nosso Presidente atual, o arquétipo incomparável da majestosa espécie infelizmente morta.

Noutros tempos a carreira se resumia no publicista e na idéia. Era o homem, pensando e agindo na ordem mental, como um semeador. Hoje é o repórter e o fato, num cruzamento incessante de espelhos que se refletem multiplicados ao infinito.

Que pensamento de arte ou de gosto, de forma e esmeros de estilo poderão caber nesse choque brutal e contínuo, puro trabalho mecânico e inconsciente, em que a curiosidade se devora a si mesma, numa autofagia que não pára, com a fome sempre renovada dos alimentos grosseiros preferidos pela massa exigente e inculta?

É mais difícil do que parece a resposta a essa pergunta. Poderei tentá-la para justificar de longe a minha presença no vosso grêmio.

O jornalismo não deve ter perdido os foros que possuía, só pela simples modificação de sua natureza e de seus processos. Ainda se pode entrar nele pela porta larga do sonho, que a intensidade da vida contemporânea não fechou.

E nada impede que a chama do ideal, a cada instante reacesa pela necessidade irreprimível de clarear o mundo, consiga manter-se no turbilhão fantástico das horas atuais, menos vagarosas e mais alucinantes do que as antigas.

Eu, por mim, não adotei a carreira sem aquela paixão recôndita, que é em tudo o segredo do êxito. Envenenado pela tinta de impressão desde a infância, na província, onde um dos meus gostava do mister e o praticava, deixei que essa tendência tomasse o tempo aqui no Rio aos meus estudos no Colégio e de tal sorte e com tamanho fervor, que ainda hoje a convicção que me resta é de que vim marchando sem solução de continuidade pelo caminho que foi mais de meu agrado, a despeito dos ralhos muito justos de meu pai, jurista austero e educador sisudo, que nunca confiou nem devia confiar nas virtudes problemáticas desse processo autodidático.

Revendo provas e compondo versos, antes de chegar à mesa de redator, fiz os estádios clássicos, e não é culpa minha se os erros que não corrigi, meus e dos outros, e os sonhos, que alimentei e vi dispersarem, não me curaram da grave moléstia e me deixaram continuar errando e sonhando impenitentemente...

Os espetáculos multiformes da vida e do progresso, com o seu tumulto e os seus rumores perceptíveis ou subterrâneos, nunca foram obstáculo à florescência das coisas belas, que perfumam o espírito e consolam a alma. Errará crassamente quem supuser o jornalista profissional desligado dessas formosuras balsâmicas, sem as quais a terra seria um antro abjeto e o homem o mais miserável dos seres.

Todos nós devemos restituir à vida aquilo que ela nos dá, na livre expansão revolta de suas forças, isto é, a experiência, que ninguém fora dela nos pode ensinar. Nós outros tivemos sempre adstrita à carreira a presunção de uma tarefa educativa. Não descobriu ainda a nossa vaidade que essa missão tutelar, que nós mesmos nos atribuímos, não provém de nós, senão e apenas do que vemos e aprendemos, para transmitir por ação meramente reflexa.

Não importa esse destino na supressão da vontade e da iniciativa, nem no apagamento definitivo do ideal. O ideal é a razão da vida. Sem ele, como sem a luz, tudo se afogaria na amálgama imprecisa e indefinida, onde as coisas e as idéias perdem os seus contornos e formas, sumindo-se na confusão caótica e rudimentar, que nada exprime e nada significa. É pelo ideal que o homem se levanta da terra e anda e trabalha e pensa, amando, rindo, sofrendo, na fé como na desesperança, com a plenitude consciente da sua fortuna vária.

Se alguma vez lhe acontece perder essa força misteriosa e onímoda, que resume o segredo de todas as vitórias, o que lhe cumpre é tocar de novo, como Anteu, o solo sagrado, e receber outra vez o generoso alento, reerguendo-se da queda com redobrado vigor.

O jornalista deve conservar sempre, na banalidade prosaica dos fatos, como nos arremessos tempestuosos a que assiste, aquela parcela de ilusão, que tudo redoura, e sem a qual nos perderíamos nos desertos vazios e secos, que a morte espalhou pelo mundo como as antecâmaras de seu sólio.

Ai de quem vive preenchendo apenas a vida, na inutilidade de vê-la decorrer, sem o orgulho de participar ativamente dela!

A terra é inteira vibração e poesia. O homem precisa ser o sentimento e o sonho, carregando estas asas leves e irisadas através de todas as futilidades afanosas que o preocupem.

O jornal, como o entendem hoje em dia, é o mergulho absoluto na intensidade da vida. E, neste mar imenso e sem fundo, em que todos nós bracejamos como náufragos, de ouvido atento aos menores rumores e levados por correntes irresistíveis, sobram felizmente ainda, como nas idades abençoadas da Hélade e do Latium, as sereias divinas encarnando a beleza que não morre.

São as formosuras ondeantes, que reaparecem em nossa frente na travessia penosa, símbolos exatos da febre interior que vai conosco num porfiado esforço pela elevação do senso moral e apuro do gosto no trato das coisas nobres.

Ninguém pensou ainda nos milagres estupendos da curiosidade, que é a alma da imprensa contemporânea e o significado principal das eras que hoje desfilam.

Nunca a lição da vida foi tão completa como depois do advento dessa deusa insaciável e fecundíssima, que tudo absorve e relata e perquire e desven-

da, deixando-nos apenas o grato e fácil trabalho das deduções, poupando-nos a todos os sacrifícios de adivinhar, e reduzindo o poder da intuição que era outrora um predicado raro, à simples obrigação comum de ver, raciocinar e sentir.

E se assim é, como parece, ninguém deve estranhar que, uma vez por outra, procureis trazer para o vosso grêmio alguma dessas almas enamoradas, perdidas no vórtice trágico.

Decerto nenhuma delas vos oferecerá o tipo modelar que sobeja na vossa companhia excelsa. Esta devera ser, em rigor, a galeria dos repousados, que viessem para a glória no isolamento radioso de suas predileções: poetas, romancistas, oradores, historiógrafos, pedagogos e sábios, reunidos e associados num mesmo sentimento de zelo e de amor pelo culto desta língua remoçada, cuja admirável plasticidade e cujo maravilhoso surto de beleza e de força, pelos séculos em fora, hão de fazer de vosso Dicionário uma tarefa sem fim.

Mas assim me quisestes e aqui me tendes. Não vos trago senão uma leve aptidão modestíssima, que, forçada a aparecer polimorfa, já perdeu de todo as esperanças de brilho e perfeição, e só se contenta de procurar mostrar-se laboriosa e sincera.

Da burocracia oficial e da política parlamentar, tranqüilizai-vos, nada conduzo que possa afetar o vosso luminoso sossego. Passei pela primeira e ando à margem da segunda, sem propriamente tocar nenhuma delas. É possível que dessarte haja perdido ensejo de melhorar a mim mesmo e remir-me de muitos pecados e defeitos. Alegro-me, porém, com algumas virtudes que acaso me tenham ficado de minha própria esquivança a esses contatos em geral propícios, mas também não raro incômodos e deformadores.

Tenho certeza de que me não desconheço e nem me iludo sobre o nenhum valor de minhas pobres obras ou ações. No próprio jornalismo, serei, quando muito, um discípulo de outros, que generosamente me vieram podando as demasias, para nivelar em mim o sentimento da independência na medida do justo critério, que é mais difícil de achar-se do que alguns imaginam.

Chego, portanto, sem bagagem apreciável, e não serei bastante severo se me julgar apenas um espírito versátil, a quem os deveres da profissão impediram que se fixasse em qualquer ramo, dispersando-o por todos e habilitando-o,

por uma espécie de ginástica especial, que outra coisa não é o tirocínio diário e ininterrupto, a aparentar uma idade maior do que a que realmente possui.

É, na verdade, escasso esse cabedal; mas eu espero vê-lo acrescido ao calor de vosso convívio e pelos outonos e invernos que hão de vir, sem a melancolia das folhas caindo e sem os desesperos reumáticos que o frio costuma acarretar...

Coube-me aqui a Cadeira, que se poderia talvez chamar da irreverência, personificada no vulto extraordinário, mas ainda pouco conhecido, de Gregório de Matos. A sua obra travessa, diabólica e irregular, que passaria como de positiva demolição construtora, se não fora também pontilhada de graves lacunas morais e de várias subalternidades, o meu saudoso antecessor deixou-a realçada num brilhante ensaio, que o conhecimento dos restantes inéditos do poeta talvez houvesse lhe aconselhado a refundir.

O meu protesto inicial deve ser o de fazer quanto em mim caiba para fugir aos manes do incomparável satírico baiano, aproximando-me, por outro lado, o mais possível, das lições do grande espírito, que procurou fixar na memória do país a lembrança do discutido e endemoninhado patrono.

Temo que a disparidade destas duas referências vos inculque a idéia de que estou a dizer-vos sim e ao mesmo tempo não.

A questão é realmente de afirmar e negar, e eu nunca vi juntos na história filósofo e poeta de aspectos tão diferentes. Admira até que o desregramento e a petulância dissolvente e lasciva do bacharel mordaz da Colônia, nos seus desconcertantes remoques em verso, hostilizando o reinol e criando virtualmente o nativismo pelo culto obcecado das crioulas ardentes e sensuais, tivessem de tal forma atraído o espírito severo e ponderado de Araripe, cujos pequenos olhos vivos e luminosos só por exceção se voltavam para as misérias cá de baixo, preferindo sempre encarar as coisas altas e profundas da vida, às quais amou como ninguém e mais do que ninguém, no nosso meio, admirou e serviu.

As fórmulas acadêmicas, que nenhum desejo tenho de transgredir, antes procuraria de bom grado fielmente observar, exigem que eu retrace, neste discurso de recepção, a figura literária do meu antecessor.

Grata incumbência seria essa para qualquer dos novos de nosso país. Todos eles enxergavam no mestre extinto o juiz bondosamente equânime, que, a desfechar uma censura, preferia sempre opor um conselho, guiar, esclarecer. Ninguém, nestes dois ou três últimos decênios, animou mais a juventude literária do Brasil do que Araripe Júnior. Ele foi uma espécie de pai espiritual de todos nós. Considerávamo-lo geralmente como um amigo mais velho, e nos aproximávamos dele sem o temor das reprimendas severas que, em vez de corrigir, descoroçoam. Essa benevolência natural e a modernidade permanente de sua cultura fizeram dele o dileto mentor afetuoso de quantos no Brasil começavam a perلustrar a áspera via do romance, do verso, das belas letras em suma.

Foi sempre assim, desde a época feliz d'*A Semana*, de que ainda recentemente nos falou, num belo artigo, Escragnolle Dória, até os tempos do *Pão Espiritual*, da *Gazeta*. Daí para cá, Araripe não mais sistematicamente se ocupou de livros novos. O seu espírito apurara-se demasiado no trato das grandes questões filosóficas e literárias, escasseando-lhe então o tempo para cuidar de estreantes. Ainda assim, por vezes apareceu a ungir e encorajar os recém-vindos, como por exemplo Agripino Grieco e essa romancista viril e quente, cujo pseudônimo de Albertina Berta logo se descobriu na roda dos poetas delirantes, como uma flor nova que se abrisse no tumulto das grandes paixões ardentes e dominadoras.

Araripe realizou no Brasil o verdadeiro tipo do intelectual moderno, que nada de humano reputa alheio a si e que, multiplicando, como um deleite, a sua própria curiosidade dispersiva, toca nos mais variados assuntos e os aprofunda como se quisesse devassar todos os recantos, para adquirir com isto aquela admirável visão de conjunto, que acaba substituindo o crítico pelo filósofo e trocando o comentador de livros pelo observador social, tão atento às aparências dos fenômenos como à natureza interior das grandes almas, reveladoras dos segredos terríveis, que formam o *substratum* da vida, como o Dante, o Shakespeare, o Poe, o Carlyle, o Emerson e o Ibsen, com os quais ele se familiarizou estreitamente.

Um de seus colegas de repartição, talvez o mais autorizado entendedor de música no nosso meio, o que quer dizer uma figura altamente espiritual,

seu amigo de todos os dias e seu companheiro de todas as horas, costumava defini-lo como um perseguidor do *insaisissable*.

Perseguidor ou perseguido... E quem o não é das coisas misteriosas que enchem o mundo? O homem, apesar de todos os seus orgulhos olímpicos, há de ser sempre um emparedado, e o artista muito mais ainda, como o disse o extraordinário esteta das *Evocações*. Pode subir e aproximar-se o mais possível das estrelas radiosas e cobiçadas, sem nunca as alcançar na liberdade do vôo para o alto. A sua força de ascensão jamais encontrará limites nem óbices; mas em derredor, fechando o âmbito vasto e tapando a imensidade infinita, que se prolonga na escuridão tenebrosa para o lado de lá, as quatro paredes fatais subirão paralelamente ao seu esforço, para lhe impedir o conhecimento exato do inapreensível.

Araripe, na sua expressão mais distinta, foi uma vítima dessa febre eterna, em que os sábios como os taumaturgos, os artistas como os selvagens, acabam sempre no desalento final do mistério, impotentes e em desconsolo, nivelados na mesma curta estreiteza de entendimento.

Ele era, entretanto, equilibrado e medido, perscrutador e seguro na análise e no comentário. Nunca se apavorou com a certeza das grandes anomalias, que desconcertam a ordem das coisas e modificam o aspecto interior das almas. A sua vasta cultura filosófica e literária, feita com verdadeiro espírito de ecletismo, reunia, além dos clássicos, Taine, Spencer, Comte, os idealistas alemães da última metade do século XIX e os inovadores mais modernos como Ruskin e Bergson, com trânsito forçado pelos grandes místicos e pelos grandes espiritualistas que, isolados à margem da idade contemporânea, fizeram o milagre de renovar na clareza a velha metafísica absurda e incongruente.

A excelência desse cabedal facultava-lhe poderosos instrumentos de observação e habilitava-o a perquirir da estética macabra de Edgard, das maravilhas pungentes de Dostoievski, ou das expressões perturbantes do inferno dantesco, com a mesma calma com que meditava um parecer jurídico ou compunha um artigo sobre fatos do dia.

Considerava o terror uma função normal. Mas a ânsia superior não o deixava nunca. Dele se pode dizer que andou sempre a procurar o nexos imaterial das idéias e a explicação impossível dos destinos humanos.

Analisando um dia a simpática e esquecida fisionomia literária de Lacerda Coutinho, outro ilustre intelectual, que foi também seu colega de repartição, refere-se a um bilhete que este curioso pessimista recebera de um velho amigo louco, no dia de seus anos, e confessa:

Abalou-me esse documento; e, apesar do meu otimismo e da crença que tenho sempre depositado nas forças benéficas da natureza, fiquei pensativo, perguntando a mim mesmo se não terá seu fundo de verdade o princípio hostilizador, a que a superstição astrológica subordinava a vida de algumas pessoas.

A opinião, que cada vez se me arrega mais da leitura de suas obras, é que Araripe representava sobretudo um divagador, mas um divagador profundo e surpreendente. Dizem os seus íntimos que teve, antes do meio século, crises neurastênicas sérias. Houve até uma vez em que precisou ir ao estrangeiro, procurando então em Buenos Aires, no derivativo dos espetáculos novos, sossego para a sua inquietude latente. Isolava-se de tudo nesses momentos. Ficava, como nos conta o antigo secretário *d'A Semana*, “no fundo de seis ou oito meses de absoluta inaptidão para o trabalho”.

Num desses dias amargos, disse a filha dileta, em cuja privilegiada inteligência e amoroso coração se remirava com a mais angélica meiguice de pai que já vi neste mundo:

“Trago a alma mergulhada em tristeza. Por que um céu tão azul, tão formoso e eu sem poder gozá-lo?”

Mas o fato é que saía sempre dessas dolorosas pausas mais espiritual e mais sutil e luminoso do que dantes.

Ele amava a vida com todos os otimismo e dissabores a ela inerentes, a vida no seu desdobramento ilógico mas certo e inevitável, a arte com as suas formosuras e os seus pavores trágicos, a humanidade como ela é, estranha, complexa, vária, difícil.

Era por isso talvez que divagava. Que há de positivo na vida senão a divagação, formadora dos sonhos belos e descobridora de verdades ocultas?

Araripe foi um leitor insaciável e punha nesse árduo trabalho um zelo que ia até os extremos do cuidado material com os volumes, seus diletos amigos hoje dispersos.

Se escrevia, era extravasante, obedecendo a uma necessidade intelectual irreprimível. No seu andamento vertiginoso, não raro deixava de obedecer a propósitos deliberados; e sempre que podia intercalava figuras novas nos seus trabalhos.

Numa carta que me mandou no dia da morte de Machado de Assis, a quem admirava sem reservas, mas cuja absoluta e formosa castidade nunca pudera compreender, remetendo-me um lindo artigo sobre a figura extinta, e aludindo, no *post-scriptum*, à continuação de outro *Diálogo* que já vinha anteriormente rabiscando e que parara de publicar, usava destas expressões:

“O automóvel perdeu um pneumático. Está se endireitando. Sabe quantos passageiros já subiram? Dez. É demais! Está completa a lotação. Vou voltar para a cidade. Nas *Furnas* (o *Diálogo* era num passeio à Tijuca), havia tanta lama que foi preciso drená-la. Isso competia ao ajudante do *chauffeur*, que fez serviço pronto e asseado.”

Aí tendes, no pitoresco de uma carta íntima, a feição aparentemente irrelevante, mas, no fundo, substancial desse grande espírito solidamente preparado e incorrigivelmente divagador.

Essa febre de espraiamento tinha, porém, a vantagem de reconduzi-lo outra vez aos recôncavos quentes, úmidos e deliciosos da vida. O homem reaparecia nele com uma sinceridade panteísta, às vezes chocante.

Muitos escritores realistas, relendo-lhe trechos esparsos, alguns pedaços, por exemplo, do *Cajueiro do Fagundes* ou da *Miss Kate*, onde o psicastênico Agripino Simões sonha sonhos eróticos cheios de morbidez, talvez se sentissem pasmados das predileções ardorosas do romancista e do crítico pelos temas quentes e desabridos. Mas esses temas constituem no fim de contas o verdadeiro poema da vida forte, bruta, fecunda, sensual, que se multiplica e se perpetua, graças ao instinto rudimentar e maravilhoso, que reaparece sempre, porque é o gerador de tudo e o pai da beleza eterna e prolífica, expressão da força, da vontade e da glória, na revivescência continuada do paganismo, de que todos nós, pecadores e gozadores disfarçados, afirmamos fugir, mas no qual vivemos prazenteiramente mergulhados...

Ou não tivesse ele sido sócio daquele famoso *Club de Rabelais*, cuja história daria pano para as mangas e apresentaria sob aspectos boêmios curiosíssimos não só o próprio Araripe como os seus caros amigos e fulgurantes

companheiros de troça literária, Valentim, Artur, Pompéia, Lúcio, Said Ali, Rodrigo Octavio, Xavier da Silveira, Max Fleiuss, Urbano Duarte, João Ribeiro e tantos outros sisudos cavalheiros, alguns dos quais já começaram a reviver e outros aí estão brilhando nas letras, na administração, no magistério e na imprensa.

Essas coisas se deram no ano da revolta, pelas alturas de 93, o que quer dizer há dois decênios passados. O clarão da tragédia, para falar a linguagem do saudoso amigo, pareceu normalizar na sociedade daquele tempo a função do terror. Ele viu o drama e, para o sentir mais de perto, alistou-se num batalhão patriótico e montou guarda ao Flamengo. Passado o temporal, voltou ao *Club* e achou-o mudado. A política separara os convivas, a política ou o sentimento da tragédia, com o terror correspondente... Mas ainda houve uma refeição, e Araripe continuou esticando o *Retrospecto Literário*...

Foi ele próprio que um dia contou, na *Revista* desta casa, certa pilhéria com que pretendeu desconcertá-lo, *inter pocula*, num daqueles banquetes tremebundos do pessoal d'A *Semana*, o espírito travesso de Urbano Duarte, a quem conheci no Colégio Militar, fardado de major, dando lições sérias aos meninos do curso primário e colaborando com os rapazes mais velhos n'A *Aspiração*, minha saudade perpétua e meu primeiro ninho de plumitivo, que aliás ainda não deixei de ser.

A história tem graça e vale a pena repeti-la, ao menos como lembrança da gastronomia descompassada e demasiado picante daquelas estreladas inteligências, que já nessa época podiam pagar-se o luxo de banquetes licenciosos a 10\$000 por cabeça na "Maison Désirée" ou na "Vila Moreau", e pouco mais tarde se recompunham na moralidade, agremiados aos do Centro Artístico, com exposições notáveis e espetáculos nacionais representados por amadores e amadoras familiares no palco histórico do S. Pedro, ou reunidos nos ágapes menos furiosos da *Panelinha*, quando nós, os mais moços, mal começávamos a encher as esquinas e a empanturrar-nos com as feijoadas desconcertantes do *Gêlobo*...

Falava-se em cozinha.

Urbano então lembrou-se de atacar o processo de crítica literária, a que ele dava o nome de "descascar cebolas".

– Que tem isso com a crítica? perguntei-lhe.

– Tudo! respondeu o humorista.

– Explique, se me faz favor.

– Descascar cebolas fazem todos aqueles críticos, que sobre três ou quatro conceitos literários, resumíveis em meia dúzia de páginas, escrevem livros. No centro do fruto, cebola ou qualquer outro, pode existir uma amêndoa de valor; mas para que o leitor atinja esse objeto, tem de percorrer capítulos extensíssimos, nos quais o escritor se alarga à vontade, dando-se ao prazer pouco lisonjeiro de flunar através de assuntos completamente estranhos à obra criticada. É uma cilada, já se vê, armada à boa-fé dos inexperientes. Talvez um bom modo de descartar-se da obra, que o crítico não pretendeu ou não pretende analisar.

Araripe remata a narrativa dizendo com muito bom humor:

“Ri-me, porque a sátira vinha com endereço a mim.”

As deformações pitorescas da ironia exprimem às vezes melhor as coisas do que a seriedade lírica dos ditirambos e a eloquência condoreira dos panegíricos. As “cebolas descascadas” só eram pejorativas na aparência. No fundo chistoso da frase estava expressa uma verdade que vem a ser esta: Araripe punha muito de seu no brilho nos outros. Se não fora essa preocupação perdulária, ele teria realizado uma obra própria de escritor de grande intensidade e pujança e não haveria seguramente ficado nas tentativas quase falhas do romance...

Há nos seus livros páginas admiráveis de estilo, notações psicológicas felicíssimas, paisagens quentes, pintadas com energia, alegorias fortes e lindas, diálogos espontâneos e vivos, tudo que pode fazer do homem um grande e legítimo servidor direto da arte e da imaginação. E, renitente áureo, insofreável, repontando aqui e ali, passa na sua obra literária o sopro da vida cálida, o sensualismo tropical espontâneo.

Não lhe estou a fazer malevolência alguma com a sinceridade deste elogio na parte concernente à natureza intrínseca da grande figura que comemoramos. Todos nós precisamos de alguém que nos levante a ponta desse véu com que nos cobrimos.

Quando publiquei o meu segundo livro de versos, ele não se conteve que não indicasse em mim, entre tanta névoa e tanta mágoa, o sinal oculto da voluptuosidade. Não era, aliás, de estranhar que o tivesse o místico no desdobrar da mocidade. O espiritualismo velado e discreto conduz mais depressa aos gozos ardentes do que o próprio materialismo declamador e grosseiro.

Albert Leclerc, no seu interessante livro *Le Mysticisme catholique et l'âme de Dante*, descreve com científica precisão o segredo esquecido:

Il faut reconnaître, avec la physiologie contemporaine, que les centres cérébraux intellectuels des êtres prédisposés à une émotivité de ce genre sont le siège d'impressions voluptueuses d'un ordre spécial mais très vives; il faut encore remarquer la transposition considérable d'émotions sexuelles que révèle l'expression des passions que peuvent d'abord paraître asexuelles; la psychologie a même établi que l'apparition première chez l'individu, et que l'évolution individuelle ou sociale de tout ce qui a une valeur d'art dans toute les œuvres humaines, étaient dues en partie au stimulant de cette puissance mystérieuse, mère aussi des plus ignominieux mouvements, qui réside, en notre système nerveux central, à l'opposé de l'encéphale.

Justificando-me assim da increpação oportuna que o saudoso e querido mestre e amigo me fez, a ele próprio aplico agora as escusas científicas do mal divino, que nunca foi privilégio dos simbolistas mórbidos, podendo, como se vê, alastrar-se sub-repticiamente até aos críticos mais austeros...

Poucos, raríssimos no nosso país, terão enchido tão ampla e dignamente uma longa vida de inteligência, de estudo, de bondade e de trabalho, como esse cearense maravilhoso e irônico, cuja boca breve e cujos olhinhos perquiridores pareciam protestar contra a austeridade um tanto rude do semblante, onde aliás as rugas não eram senão expressões do sonho torturado, que tudo ambicionava conhecer e decifrar, desde os grandes lances trágicos de Ésquilo, até as rebeldias inovadoras dos dramaturgos e filósofos escandinavos.

Tendo herdado de seu velho e digno pai o hábito da leitura, o prazer da discussão, o gosto da história e das letras, o método no trabalho, a vontade firme, foi de direito um continuador brilhante da justa fama e glorioso prestígio da família ilustre, cujo sobrenome três vezes brilha nesta Casa.

A sua obra assume aspectos imprevistos. Esplende o autor na ficção, como romancista, percorrendo toda a gama, desde a suavidade imaginosa até o pinturesco regional e a complicação psicológica, que nivela os escritores aos alienistas.

Há muito que ler e admirar em todos esses trabalhos de imaginação, desde o *Ninho do beija-flor* e *O reino encantado* até *Jacina – a Marabá*, *Miss Kate* e *O cajueiro do Fagundes*.

Na crítica, embora em regra se servisse dos livros de que tratava como um simples pretexto para se expandir e se espalhar, adquiriu uma autoridade incontestável e primou sempre pela acuidade de seus processos, vastidão de sua cultura literária e filosófica, segurança de critério e autoridade dos conceitos.

Ele era de fato um crítico, se fazem grande questão de apelidá-lo; mas ninguém pode filiar sem maiores explicações o seu poderoso espírito a essa missão dogmática de comentador oficial, caída hoje em descrédito.

Araripe tinha em alto grau a paixão do belo, vibrava com os grandes autores, delirava com eles, possuía sempre do fogo interior que cria, vivifica e deslumbra. Ora, a crítica não se apaixona, não vibra, não delira; esmiúça, conta, mede, pesa, apara, censura, tudo com pausa, tudo sem alma, irritantemente estéril na sua função parasitária...

Convém lembrar o que Araripe Júnior disse um dia, por desencargo, salvando embora os tipos consagrados de Paul Saint-Victor, Sainte-Beuve, Hippolyte Taine, John Ruskin e outros de sua predileção:

Eu não creio que a crítica seja uma ciência fundada. Não lhe conheço os princípios abstratos. A crítica, portanto, arvorada em magistratura, é um escândalo tão digno de ser profligado como as antigas justiças consulares.

Os críticos que ele admirava e cujos processos procurava seguir não eram propriamente os *que tudo explicavam, à maneira de Taine, nem os que deduziam regras como de uma ciência independente, e se tem tentado infrutiferamente de Baumgarten até o malogrado Hennequin.*

Isto, que ele escreveu em janeiro de 1907, combina perfeitamente com o seguinte, que deixara impresso em maio de 94 no prefácio da primeira edição do *Gregório de Matos*:

Orientado no evolucionismo spenceriano e adestrado nas aplicações de Taine, procurei depois fortalecer-me no estudo comparado dos críticos vigentes. Todos os pontos de vista da exegese moderna têm sido objeto de minhas preocupações. Toda idéia, boa ou má, exequível ou inexecuível, é sempre humana. Assim, pois, acostumei-me a nada desprezar. O próprio pessimismo e os seus variadíssimos dialetos literários, ocultismo, decadismo, pré-rafaelismo, wagnerismo, têm-me ensinado a discernir melhor as coisas humanas e a dirigir o espírito, pondo de lado o que é fortuito. Devo declarar também que muito continuo a aprender relendo Aristóteles,

Longino, Horácio e principalmente o bom Quintiliano. O *Laocoonte* de Lessing fez época na minha carreira de crítico, apesar de havê-lo conhecido quando já estava muito familiarizado com a estética de Taine. Lessing, pelo menos, convenceu-me de que os princípios da arte, os elementos simples, já eram conhecidos da antiguidade grega e que a crítica moderna apenas desenrolou, equilibrando-os, e agora trata de adaptá-los à vida complexa do espírito secular.

Por estas palavras, que são dele próprio, facilmente se verifica quão longe andava o crítico da crítica, tomados esta e aquele no sentido comum e vulgar.

Mais recentemente ainda, em julho de 1909, repetindo e ampliando uma contestação que opusera ao doutíssimo José Veríssimo em 1905, fez timbre em explicar miudamente a influência de Taine nos seus processos de crítica, declarando então abertamente que, sem negar essa influência, tomava rumos próprios, por uma discordância visceral de sua natureza com as *tendências pessimistas*, o *determinismo seco* e a *falta de lirismo* do autor da *História da Literatura Inglesa*.

Liberto do monopólio das escolas, pelo estudo da sociologia contemporânea, que parece ter destruído o velho espírito de sectarismo, voltou a Taine, mas só para procurar, como refere no seu último livro dedicado ao Conde de Prozor e que, por ser uma maravilha que nos honra, já devia estar traduzido para língua mais falada, as *correlações dos estilos e as suas influências à distância no tempo e no espaço*.

Foi então que ele tomou a Arte nas suas expressões mais altas e ma perfeitadas, pondo-se a estudar o sentimento da tragédia, desde Ésquilo até Ibsen, e enfileirando de permeio Alighieri e o grande Will, para chegar finalmente aos altos pensadores e escritores do século XIX, sustentando, apoiado em Nietzsche, que o sentimento trágico virá a constituir a verdadeira base da obra artística do século XX.

Araripe confessava que daí lhe viera uma grande alegria interior, o gozo de viver compreendendo a vida em toda a plenitude de suas manifestações. Mas não sei se combateu e destruiu, como ingenuamente imaginava e dizia, “as duas supremas negações, o diabo e a morte”, que eu, na minha insignificância, continuo a reputar dois símbolos eternos, duas figuras inextinguíveis, causa e finalidade das tragédias todas...

No comentário, ninguém foi mais vivamente pugnaz e buliçoso do que Cosme Velho, cujos diálogos cintilantes, lépidos e uma vez por outra cáusticos, diziam com independência das novas grandezas do Brasil.

Como burocrata, a sua tarefa representa uma soma formidável de trabalho. Seus pareceres, guardados no Arquivo da Secretaria da Justiça e Negócios Interiores, dariam volumes e volumes de doutrina e praxe administrativa.

Para esse ministério só entrou em 1886. Havia sido já secretário do Governo em Santa Catarina, de janeiro a dezembro de 1871, deputado provincial do Ceará nos dois biênios de 1872 a 1875 e juiz municipal de Maranguape, do penúltimo ano indicado até 1876. A advocacia nunca lhe sorrira, como também não lhe tinham agradado a política e a magistratura. Ele não era homem da lei, mas da doutrina, nem dos partidos, mas das idéias. A própria carreira para que se titulava, como que se lhe afigurava uma permanente deformação intelectual para servir a interesses particulares nem sempre legítimos. Faltava-lhe tentar a burocracia. Aproximou-se dela com o vago pavor de encontrar-lhe os mesmos defeitos das outras profissões pelas quais transitara. Mas a nossa burocracia, naqueles tempos, era uma severa escola, e ele pôde por fim sentir-se bem no lugar a que concorrera. A República ali o encontrou e foi premiando-lhe os méritos, até que lhe criou um lugar privativo, como a sua capacidade reclamava.

Jurista, consultor geral da República, foi durante anos uma admirável enciclopédia do Direito posta ao serviço dos interesses superiores do país, esclarecendo e guiando o Governo em um sem-número de questões relevantíssimas, tratadas exhaustivamente pela sua sapiência indiscutível, que pôde substituir sem demérito o aparelho suntuário do antigo Conselho de Estado.

Na resenha dessas questões encontraremos monografias completíssimas sobre os mais importantes e variados assuntos, de que apenas enumerarei estes, a título de simples nomenclatura:

- I – Imunidades parlamentares;
- II – Mineração;
- III – Taxação dos Estados e do Distrito Federal;
- IV – Prescrição (vários casos);
- V – Montepio (*idem*);
- VI – Acumulações remuneradas;

- VII – Leis de amortização;
- VIII – Catequese;
- IX – Funções públicas vitalícias – Direitos e garantias dos funcionários vitalícios;
- X – A telegrafia sem fio em face do regime da Constituição Federal sobre o serviço de telégrafos;
- XI – Propriedade e servidão militar;
- XII – Irredutibilidade de vencimentos da magistratura;
- XIII – Monopólios municipais em concorrência com serviços federais;
- XIV – Expulsão de estrangeiros;
- XV – Direitos autorais de estrangeiros não residentes no Brasil;
- XVI – Distribuição constitucional e registro nacional das águas;
- XVII – Intervenção federal nos Estados (vários casos);
- XVIII – Vacância de bens de ordens religiosas;
- XIX – Intervenção do Governo Federal na instrução primária do país;
- XX – Cessões territoriais feitas pelo Governo Revolucionário do Acre.

Esbarrei há dias, na Biblioteca da Câmara, com um volume do *Espírito das Leis*, de Montesquieu, com a capa estragada e indícios evidentes de trato constante.

Na primeira página está escrito: Araripe Júnior, Recife, 1868. Como ele nasceu em 1848 (27 de junho), segue-se que aos vinte anos, doze meses antes de formar-se, já trocava os compêndios pelas obras mestras.

Quarenta anos decorridos dessa primeira leitura, na sucessão interminável de outras igualmente valiosas para a compreensão larga do direito e da democracia, por força apuraram o seu sentimento político no liberalismo e na tolerância.

Na mesma Biblioteca estão hoje alguns de seus cadernos de retalhos e notas. É preciso consultá-los para se ter idéia do seu método admirável de trabalho e da segurança de suas fontes de informação.

Escrevendo a respeito do primeiro volume de seus pareceres, disse o ilustre Dr. Valadão:

O seu processo de orientação é sempre seguro. O texto da Constituição não lhe inspira timidez. Além de crítico, Araripe Júnior dele se aproxima desassombrado:

examina-o, desdobra-o, até que ele se possa harmonizar com a sua finalidade social. Não é um fetichista da lei; é um cultor do Direito.

Personificando o tipo ideal do perfeito polígrafo, a sua ação educadora no nosso meio se dilatou de um modo realmente prodigioso.

Pasmava a gente de encontrá-lo tão modesto, a cuidar de coisas mínimas, contente da vida entre os seres que adorava, e feliz também dos amigos que possuía e das admirações que suscitava, sem parecer que atentasse nisso.

Quem o visse, nos últimos tempos, quase infantil, a ajeitar sem descanso o microscópico *pince-nez* azul que parecia reputar um hóspede importuno no seu nariz reto e curto, quem o visse, despreocupado e moroso, a sair de um cinema para entrar no imediato, lado a lado de Euclides da Cunha, este outro incomparável gigante que ele revelara ao Brasil estarecido em dois ou três artigos de crítica, mal suporia que aquele velho simpático e palestrador fosse, na verdade, a capacidade complexa e multiforme, admirada por todos os seus contemporâneos.

Escragnolle Dória no-lo descreve como um avô caroável, fazendo com os netinhos passeios longos, que terminavam em regabofes de frutas, ou conduzindo-os com extremos de ama-seca aos circos de cavalinhos, para que vissem os trapezistas e palhaços e se divertissem e o alegrassem também com a angelitude de seus brincos.

Eu não poderia de modo nenhum fixar neste breve discurso os traços principais da saudosíssima figura que me precedeu e cujo lugar aqui ficará mais vago ainda com a insuficiência palpável de minha presença.

Dele recebi, nos intervalos da moléstia que o prostrou, reiterados bilhetes para que apresentasse a minha candidatura à vaga de Raimundo. Guardo esses autógrafos, como relíquias da bondade que se partiu, e choro a fatalidade que me trouxe por afeto a pleitear-lhe a sucessão. Não careceis de perspicácia para compreender que os vossos votos claudicaram na escolha, nem eu me animo a escusar-me da audácia de havê-los impetrado. Culpai a solicitude benevolente de Araripe Júnior e de outros que moram convosco e afinam pela mesma corda sentimental e gentil.

Ele imprimiu sempre em relevo esta nota suavíssima nas faces poliédricas de seu grande e formoso caráter de homem e de escritor.

José Veríssimo, seu digno êmulo e irmão nas letras, acentuou-lhe essa qualidade primacial no breve e sólido necrológio que pronunciou à beira de seu túmulo, no dia do seu sepultamento. A presença de nosso digno Presidente nesse enterro foi outro testemunho eloqüente do reconhecimento das qualidades morais do morto. Ele nunca poupou flagelações ao gênio de Rui Barbosa, mas este, que lhe era rival na bondade sem fim, compreendeu com tocante indulgência, no instante de seu desaparecimento, que todas aquelas investidas, como as que, por exemplo, se adivinham nos *Dous Grandes Estilos*, significavam apenas represálias nobilíssimas da piedade filial magoada e sincera, embora talvez sem causa que justificasse tamanho ardor e tão vivos ressentimentos.

Pena foi que tais represálias houvessem até chegado a ocasionar, da parte dos melindres ofendidos, o rompimento com outro intelectual distintíssimo, perfeitamente inocente de semelhantes diabruras...

Senhores: Antes de compor este discurso, que me vai saindo tão incolor e sem nexos, quis reler todos os outros aqui pronunciados em ocasiões análogas, no propósito mental e geométrico de regular por eles a forma e extensão do meu. Encontrei-os de todos os tamanhas e feitios, excelente afirmação de que a Academia não fixou ainda o seu metro à loquacidade dos recipiendários. Vejo, com pesar, que estou enchendo de coisas vazias a minha fala sem tom e sem fundo. Perdoai-me, com o precedente de outros, que por pouco se não esqueceram dos seus grandes patronos. Eu vos fatigaria se me propusesse a trazer-vos minúcias biográficas e analíticas. Contento-me com o bastante para vos mostrar que entro desolado pelo não poder jamais honrar suficientemente a sucessão difícilíssima. A sinceridade de minha saudade possa ao menos justificar o excesso da pretensão que inadvertidamente coroastes. Tomo o exemplo sóbrio de João Ribeiro e vos digo, como ele o fez do suavíssimo Luís Guimarães, que o dia é do louvor e não da crítica.

A crítica é uma função do negativismo. Quem critica de verdade só por exceção admira. A justiça do preclaro acadêmico designado para me receber não olvidará naturalmente o castigo do vício apologético, hoje tão radical em mim como a virtude contrária me foi na primeira idade. Acatarei a pena como lição profícua, porque sei que ele educou o seu fino espírito na observação, que hoje substituí, como mestra da vida, a velha História, que escrevia sem

penetrar o sentido dos fatos e, apesar disto, se jactava de ser, na frase de Cícero, a testemunha dos tempos e a luz da verdade.

Permiti que registre, para concluir, outros aspectos curiosos da personalidade de Araripe Júnior, falando, por exemplo, do que José Veríssimo chamou nele “o pico de exotismo e singularidade com que se lhe comprazia o gosto do estranho”.

Não tomemos semelhante alheamento ao pé da letra, pois muito certo é que não haja sido esse o objetivo da referência autorizada.

Ninguém foi mais lididamente e superiormente nativista do que ele, a quem o próprio e ilustre José Veríssimo considerou “um dos mais compenetrados da obrigação de fazermos essa obra, mais que todas patriótica, da cultura nacional”.

Machado de Assis queria que a Academia servisse sobretudo para “conservar no meio da federação política a unidade literária”. Ninguém serviu melhor a esse ideal do que Araripe Júnior.

Devemos atentar nisto com o maior cuidado. A federação política está feita, embora ande por aí adulterado e claudicando o pensamento constitucional que marcou ao Brasil essa forma de vida, que os espíritos mais adiantados do Império, nos últimos tempos deste, já namoravam, desiludidos de corrigir a atrofia do centro.

A unidade literária será uma função lógica e natural do triunfo do idioma. Graça Aranha entreviu essa vitória nas mais belas páginas de seu livro, mas não devemos confiar que ela nos esteja assegurada sem um esforço constante de nossa parte para manter tão alta e bela conquista. Só esse trabalho, pelo comércio ininterrupto das letras e pela difusão ampla e larga do ensino, poderá nivelar as dessemelhanças lingüísticas regionais, que as disparidades mesológicas favorecem num país vasto como o nosso e a invasão em massa de elementos de fora agrava sobremodo. Todo homem de inteligência e de preparo entre nós deve ser uma força militante e educadora, escrevendo o mais que puder para assegurar o patrimônio inestimável e habilitá-lo assim a resistir melhor, pelo apuro da cultura, à fragmentação dolorosa que se receia.

A propósito desse assunto, a referência ficaria incompleta se eu não aludisse a uma passagem muito interessante dos “Lucros e Perdas”, crônica

mensal dos acontecimentos, que Araripe Júnior redigiu em 1883, de colaboração com este outro luminar da crítica no Brasil, Sílvio Romero.

O destino de nossa literatura foi ali nitidamente fixado pelo segundo com pincel de mestre. Ouçamo-lo:

Todo e qualquer problema literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento humano e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso país. A literatura no Brasil, a literatura em toda a América, é um processo de adaptação de idéias européias às sociedades do Continente.

Para que a adaptação de doutrinas e escolas européias ao nosso meio social e literário seja fecunda e progressiva — é de instante necessidade conhecer bem o estado do pensamento do Velho Mundo e ter uma idéia nítida do passado e da atualidade nacional.

Araripe fulgiu nessas duas modalidades imprescindíveis à formação do ambiente compósito que o seu colega de panfleto reclamava para exprimir as conveniências de ordem cultural no Brasil.

As névoas intelectuais, em que gostava de mergulhar, não lhe tiraram a marca de nascença. O cearense perdurava nele, como um bom e amoroso filho da terra ardente, brasileiro e entusiasta, cheio, é certo, de curiosidades universais, mas fiel e apegado ao sentimento da pátria, que as suas intimidades mentais com os credos libertários mais avançados nunca lhe modificaram. Gabouse até disso quando, no momento da irrupção jacobina, conseqüente ao triunfo da primeira resistência militar na República, lançou à publicidade o seu notável estudo sobre Gregório de Matos, erigindo-o num símbolo inicial da revolta nativa. Bisneto de Bárbara de Alencar, a heroína e mártir, a quem ele próprio chamou de Cornélia e a quem o padre Joaquim Dias Martins se refere com tantos gabos; neto do intrépido e malogrado Tristão Gonçalves, cuja cabeça Lord Cochrane pôs a prêmio, e daquela doce e abnegada Ana Triste, que fez de sua longa viuvez um noivado de lágrimas; filho do segundo varão daquele nome e ligado pelo sangue ao famoso padre José Martiniano e ao notável romancista e político José de Alencar, ele encarnava por sucessão legítima a glória do Ceará na amplitude de suas tradições liberais e nacionalistas e na refulgência de suas letras apuradas e distintas. E foi mais pelo renome do

Brasil do que pelos braços da família colateral, que eternizou a figura do autor do *Guarani* e fixou nos seus variados trabalhos tantos outros tipos excelsos de nossa galeria, chegando até ao misticismo doentio de Anchieta, que aliás não creio ter saído muito diminuído de suas irreverências

O seu gosto pelo estranho não era também só o extravasamento da gentileza literária enaltecendo os de fora, como fez com o alto e brilhante espírito de Garcia Merou, para retribuir o galante favor de sua assiduidade nas palestras finas d'*A Semana* e não sei também se nos chás deselegantes mas saborosos da antiga e celebrada *Revista Brasileira*, cujo nome todos que aqui entram estão no dever de citar porque foi ela o verdadeiro núcleo formador desta Academia.

No fundo, essa tendência para o estranho não significava da parte de Araripe senão o horror da banalidade e a propensão intelectual incoercível para penetrar e discutir aquilo que ele próprio chamou uma vez, referindo-se, se bem me lembro, a Alighieri, *a parte noturna das coisas humanas*, ou sejam os “temas eternos” sobre que palestram as figuras imortais de Milkau e Lentz na *Canaã*, verdades absolutas e inexplicáveis que ficam representando, em todas as literaturas, como na longa história dos sistemas de filosofia e de crítica, os grandes marcos miliares do pensamento e da arte, à semelhança daqueles faróis soberbos de que nos fala Baudelaire, nas lindas quadras que consagrou aos pintores de gênio:

*Car c'est vraiment, Seigneur, le meilleur témoignage
Que nous puissions donner de notre dignité
Que cet ardent sanglot qui roule d'âge en âge
Et vient mourir au bord de votre éternité!*

Dele posso dizer que foi talvez o único que compreendeu a geração de que sou parte mínima e que devia de preferência ser representada entre vós por algum dos artistas puros que produziu e que o jornalismo não estragou.

Quando Cruz e Sousa apareceu com o *Missal* e os *Broquéis*, todos se conclamaram contra o esteta novo e estranho, apedrejando-o como um vazio e campanudo arrumador de frases. Araripe, não. Deteve-se a examinar longamente aqueles dois livros, que já anunciavam o poder das *Evocações*, a clareza dos *Faróis* e a sabedoria dos *Últimos Sonetos*. É possível que, com o

querer tornar-se exaustivo, tivesse parecido cruel. Mas não deixou de reconhecer que as novas fórmulas ficavam sendo uma transformação necessária do Parnasianismo. Foi mais longe, confessou que a aspiração da escola era “criar aptidões novas, nova afinação aos nervos, exprimir o inexprimível, transformando o poeta no microfono vivo da vida terrestre invisível”. Considerou-nos, apesar de tudo, “um sintoma de fenômenos mais elevados”. Não foram de outra ordem os conceitos mais recentes de Bergson, que o professor Dumas divulgou entre nós, sobre o significado e o alcance do movimento simbolista.

Seis anos depois, na monografia do Livro do Centenário, Sílvio Romero incluía o negro admirável entre os reis do verso no Brasil, dizendo que ele era a muitos respeito “o melhor poeta que o nosso país tem produzido”, o verdadeiro “*ponto culminante de nossa lírica após quatrocentos anos de existência*”. Não tardou que nos chegasse do estrangeiro o eco dessa consagração na admirável conferência de Ricardo Jaime Freire. E, há poucos meses, o espírito eminente e gentil que preside esta sessão, o Sr. Conde de Afonso Celso, fechava o seu formoso discurso aos novos bacharéis em Direito, recitando-lhes com alma e sentimento quatorze lapidares decassílabos do grande artista morto.

Por ocasião do passamento de Araripe Júnior dei no *Jornal* a notícia comentada que a aflição do momento me sugeriu. Vossa *Revista* considerou-a bem feita e a transcreveu. Não é demais que eu lhe reivindique a paternidade, reportando-me aos seus termos, como escusa da estreiteza deste discurso, a que tive de fazer numerosas aparas, pelo respeito que me merece a vossa atenção.

Posso rematar sem atavios, voltando ao começo, para ligar pelo mesmo traço comum a febre da indagação moderna, perfurante e sutil, que deve ser o apanágio do jornalismo de nosso tempo, e os aspectos proteiformes dos grandes espíritos como o de Araripe Júnior.

É a vida que nos interessa, na complexidade imensa de suas manifestações, sejam estas visíveis e claras ou sejam sibilinas e trevosas.

Todos nós somos arrastados na onda universal da curiosidade, que não se exerce só sobre os fatos, antes persegue e devassa as idéias, até para além dos segredos da morte. Araripe foi um ousado navegador destes mares imensos e sem praias, onde a ilusão humana chora os desesperos de sua impotência. A sua substituição devia caber a alguém da mesma envergadura e possan-

ça, nunca ao frágil aprendiz sem condições e incapaz de falar-vos a linguagem reveladora e profunda de que o Mestre se servia para desvendar os mistérios da razão e explicar na Arte os fatalismos do destino social. Ele ocupou, entre nós, um píncaro soberbo, e eu só devo esperar que a lição de seu descortino continue projetando sobre a planície modesta, onde vivem os humildes, um pouco da luz divina, para consolar as almas rudimentares, que não podem subir às alturas soberanas de onde tudo se abarca e se avista no gozo radiante e perfeito da eterna beleza!

I

RESPOSTA DO SR. SOUSA BANDEIRA

SR. FÉLIX Pacheco:

Num gesto de perdoável modéstia, começais perguntando a vós mesmo a razão do vosso ingresso nesta Casa. Passais uma rápida revista na vossa fé de ofício, tão curta em anos quanto longa em brilhantes serviços, e concluíis supondo que em vós a Academia escolheu o jornalista. É interessante o vosso esforço em menosprezar a própria bagagem intelectual, belos versos, pensados ensaios de crítica, proveitosas incursões nos domínios da História, interessantíssimos estudos de criminologia, luminosos trabalhos parlamentares. Nada disso, segundo vós, justificaria os nossos sufrágios. Pretendeis termos querido apenas chamar ao nosso grêmio o moço de talento, que em tão pouco tempo chegou a tão elevada posição num dos mais importantes jornais do continente. Começarei tirando-vos essa ilusão.

Longe de mim a idéia de diminuir o valor da imprensa. A vertigem com que se vai desenrolando aos nossos olhos a História contemporânea e as exigências da nossa existência febril e intensa, deram um grande papel intelectual ao jornalista, que recolhe os mil aspectos da vida e sabe em poucas frases, incisivas e fortes, transmitir a milhares de leitores a vibração que forma as grandes correntes da opinião.

Superioridade de intuição, golpe de vista seguro, cultura variada e pronta, talento de forma, são condições indispensáveis ao trabalho insano do

jornalista. Tais qualidades se encontram admiravelmente em vós, e o mestre provecto de jornalismo que o diretor do *Jornal do Commercio*, confiando-vos, ainda tão jovem, a perigosa honra de substituí-lo, revelou, mais uma vez, como sabe conhecer os homens. Da vossa capacidade jornalística damos pleno testemunho. Do sisudo artigo de fundo sobre coisas financeiras ou militares passais insensivelmente a uma acirrada discussão política; um belo artigo literário sucede a uma vária maliciosa e por vezes perversa; um elegante *tópico do dia* fala com graça comedida de um acontecimento mundano; as discussões que tendes travado com os vossos colegas de imprensa passam logo a fazer época no jornalismo, e não vos desdenhais também de sugerir no “Diabo a quatro” coisas de faceta brejeirice. Se por uma fatalidade faltassem um dia todos os vossos companheiros de trabalho, e estivésseis só na sala de redação, nem por isso o *Jornal do Commercio* deixaria de sair no dia seguinte. Como todos os vossos leitores, reconhecemos em vós tão altas qualidades de cultura e de trabalho, e é com o maior prazer que em nome da Academia eu as proclamo daqui.

Não foi, porém, somente o jornalista que nós apreciamos na vossa individualidade literária. Foi o intelectual, o esteta, o homem que tem o nobre culto da beleza, e, ao contato com as vulgaridades da vida quotidiana, nunca perde a sobrançeria de espírito com que fita as coisas do ideal. Foi o poeta que soube fazer passar um frêmito novo de mistério e de sonho através dos cânones estabelecidos da poesia parnasiana. Foi o espírito sincero que, à busca de novas emoções estéticas, veio das ardentias da adolescência irreverente para a ponderação de um homem consagrado, sempre fiel aos seus ideais artísticos.

Não passou despercebido à vossa malícia de jornalista que a Academia se lembraria dos tempos, não muito remotos, em que foi alvo dos vossos veementes ataques, das vossas aciculadas ironias. Nas revistas em que se espalhava a vossa exuberância juvenil e até nas graves colunas do *Jornal do Commercio*, já dissestes mal de nós. Que importa, se o fizestes com talento, com graça e com cultura? A Academia sabia apreciar o vosso valor e através das vossas diatribes via perfeitamente que vos estava reservado aqui um lugar. Não é o caso, pois, de vos penitenciardes, como fazeis. Sois hoje um consagrado nas letras, na política, no jornalismo. Alcançastes essa posição pelas qualidades que já possuíeis no tempo em que agredíeis os consagrados. Hoje,

quantos jovens Félix Pachecos vociferam contra vós com a mesma vossa antiga veemência! Sossegai!... Os que tiverem valor real chegarão como vós a ser consagrados, e por sua vez serão vítimas dos futuros novos.

Na vossa carreira literária não perdestes tempo. Fostes um precoce. Recém-chegado da província, e matriculado no Colégio Militar, fundastes revistas e associações literárias. Ultrapassando os limites da literatice palavrosa e estéril, que, em geral, faz a base de nossa produção de colegiais, tínheis desde menino as vistas voltadas para os grandes vultos da nossa velha cultura, e no colégio promovestes os centenários de Basílio da Gama e de Gregório de Matos. Deste último, cuja cadeira ides hoje ocupar, acabais de falar com tanta autoridade, que vos constituístes na obrigação de escrever um estudo magistral como os sabeis fazer, completando assim os do vosso antecessor, a quem não foi dado versar os preciosos manuscritos da Biblioteca Nacional.

Não sei se o vosso confessado e talvez afetado horror à Matemática (pecado deplorável num membro eminente da Comissão de Orçamento); não sei se certa inaptidão pessoal para a carreira das armas, vos fizeram deixar o Colégio Militar. Assim, ao vosso modo, fostes também um *egresso da farda*, epíteto que com tanta propriedade aplicais a Euclides da Cunha e ao Sr. Alberto Rangel, no belo ensaio que consagrastes ao *Inferno Verde*.

Tendes, entretanto, sido um indefesso propugnador da melhoria do nosso Exército e da elevação moral e material das classes armadas.

Quanto à farda, contentai-vos com a que hoje trazeis e que, valha a verdade, vos fica muito bem.

Abandonando os estudos regulares, entrastes em plena imprensa, em pleno sonho, em plena liberdade.

Adotado o jornalismo como profissão, galgastes rapidamente todos os postos até o de redator. Colaborastes em revistas independentes, tumultuosas e efêmeras. Versejastes com inspiração, sentimento e desenvoltura. Assumistes a posição ardente do efebo atrevido e corajoso que se atira de lança em riste contra a sociedade burguesa. E, divertido, como tantos outros, com o movimento delirante da vossa hostilidade, desvanecestes-vos com o título glorioso de revoltado. Creio que datam de 1897 os vossos primeiros versos impressos. Têm o título sugestivo de *Chicotadas*, com a subepígrafe: versos revolucionários. Nesses versos, a propósito de Cuba, declarais pura e simplesmente a

guerra à Espanha, e concitais a América a tratar a Europa como inimiga. *Il faut bien que jeunesse se passe*, como acabais de dizer. Mas quanto talento despendido em tão inocentes divertimentos!

Enchéis os jornais com a prosa anônima do noticiário e do artigo de fundo, mas ao mesmo tempo continuáveis a vossa rota poética, publicando sonetos sobre sonetos, em que íeis polindo carinhosamente a forma e apurando o gosto pelo estado vago, cambiante e brumoso que constituía o feitio da mocidade da época, então em plena reação contra os versos marmóreos e espaçosos que Leconte de Lisle apregoava serem o cânone do Parnasianismo.

Foi nessa ocasião que o acaso da camaradagem de imprensa, as longas conversas das noites de plantão, com um grupo de rapazes inteligentes e ousados, vos fizeram imergir resolutamente nas novas correntes estéticas que então revolucionavam a literatura.

O Parnasianismo, depois de reagir em nome do gosto contra os desmandos do Romantismo, agonizava anquilosado na repetição sistemática dos imitadores de segunda mão, que copiavam as obras-primas dos mestres, querendo reduzir a arte à precisão geométrica dos jardins de Le Nôtre. O Naturalismo, que se erguera contra os velhos ideais, em nome da verdade experimental e da ciência moderna, depois de ter ocupado a praça conquistada em batalhas ruidosas e triunfais, começava a sentir o vazio da sua tentativa. A vossa geração sentia-se penetrar por um novo influxo. Pairava no ambiente uma atmosfera de misticismo e de mistério, contra a qual eram impotentes as afirmações dos homens da arte experimental. Brunetière apregoava a *falência da ciência*. De todos os pontos do mundo culto vinham informações de um novo estado de alma vago, indefinido. Hauptmann, Mæterlinck, Ibsen, D'Annunzio, Oscar Wilde, falavam uma estranha e sedutora linguagem, em que os homens de todas as raças fundiam a arte numa sã bruma, através da qual refulgiam em deliciosa meia-tinta sonhos vaporosos e etéreos.

Da França, meticolosa alfândega intelectual, por onde tem de passar forçosamente tudo o que importamos do estrangeiro, vinha-nos a grande corrente do Simbolismo. Verlaine, Mallarmé, Rodenbach, Rimbaud, Regnier, Moréas, pregavam a nuance, a imprecisão, o mistério, a fusão harmoniosa do som, da cor, do perfume, num halo colorido e sonoro que transformava a própria língua, e desorganizava as velhas regras de arte poética. Em Portugal,

já se havia também formado o movimento nefelibata, que, não sei por quê, vós e os vossos injustamente renegais.

Era este o estado de espírito da vossa geração. Tínheis forçosamente que acompanhar a corrente. Fizeste-lo, honra vos seja, com brilho para vós, e com proveito para a arte. Data daí a vossa grande fascinação por Cruz e Sousa, o admirável poeta negro, tão mal compreendido pelos seus contemporâneos, e cuja obra tem sido vítima, ou da demolição sistemática dos adversários ou do louvor exagerado dos amigos.

Não conhecestes, suponho, pessoalmente, o autor dos *Faróis*. Ligado intimamente, porém, a alguns dos seus amigos dedicados, começastes a professar por ele um culto de que ainda hoje não vos arrependeis. A vossa admiração ardente e sem limites se espalhava em desordenados ditirambos que eram a moeda corrente nababescamente espalhada pelos vossos companheiros nas revistas em papel de linho, recheadas de caixas altas e de sinais esotéricos. Dei-me ao trabalho de colecionar as frases em que se manifestava a vossa admiração por Cruz e Sousa. Formam uma curiosa ladainha em estilo místico: Peregrino das Ânias, Incomparável Eleito, Negro de Ouro, Arcanjo Rebelado, Glorioso Artista, Dor Personalizada, Ser Privilegiado, Magoado Eleito, Semideus. Tudo isso em caixa alta. Não vos bastavam as palavras conjugadas que, duas a duas, formam ordinariamente as litanias. A vossa admiração transbordante pedia mais, exigia três palavras, e, como no fim do antifonário litúrgico, os epítetos acabam se abrindo em ousados trípticos. Tedioso e Torturado Sonhador, Grandioso e Imaculado Cenobita, Formidável Dante Negro. A vossa admiração por Cruz e Sousa não decresceu. Talvez mesmo tenha aumentado. Vede, porém, com que sobriedade nos falais hoje dele, chamando-lhe apenas, sem maiúsculas, *gênio maravilhoso*, *esteta delicadíssimo*, *negro admirável* e, como tríptico, *esteta novo e estranho*, qualificativos esses que o mais irredutível burguês lhe poderia conceder.

Não vos censurarei a admiração pelo malogrado poeta, pois que também a professo. Não lhe compreendo, talvez, a prosa torturada, e por vezes vazia, em que as palavras se sucedem, quase sem nexos, ora traduzindo pensamentos elevados, ora se diluindo em verdadeiros trocadilhos e charadas. Só um admirador incondicional poderá classificar como obras-primas todos os seus escritos em prosa, onde, a par de reais belezas, se encontram trechos que

deixam positiva impressão de mal-estar. Como poeta, porém, que admirável evocador de sons e de imagens, que formidável e ao mesmo tempo delicado criador de sonho. Parece-me ao lê-lo que as harmonias errantes da nossa língua, animadas por um sopro estranho, insuflam alma nas palavras, fazendo-as sentir e viver como se fossem seres reais, a fim de colaborarem na deliciosa música do ritmo. Não é aqui o lugar de apreciar a obra poética de Cruz e Sousa. Não resisto, porém, ao prazer de vos lembrar os seus “Violões que choram”, onde soluça, lânguida e sensual, a alma dos trópicos ao palor misterioso do luar, ao compasso plangente da surdina monótona dos violões:

*Quando uma voz em trêmulos, incerta,
Palpitando no espaço, ondula, ondeia,
E o canto sobe para a flor deserta,
Soturna e singular da lua cheia;*

*E sons soturnos, suspiradas mágoas,
Mágoas amargas e melancólicas,
No sussurro monótono das águas,
Noturnamente, entre ramagens frias;*

.....
*Vozes veladas, veludosas vozes,
Volúpias dos violões, vozes veladas,
Vagam nos velhos vórtices velozes
Dos ventos, vivas, vãs, vulcanizadas.*
.....

Não conheço, em língua portuguesa, poesia em que a impressão musical tenha uma representação tão completa, como nesses admiráveis versos. Alberto Nepomuceno, o nosso artista que tão bem sabe reproduzir nas suas rapsódias o ardente sensualismo da nossa natureza e do nosso povo, deveria compor uma música para os “Violões que choram”.

O entusiasmo, vosso e de vossos companheiros, pelo poeta, levou-vos a fundar a *Rosa-Cruz*, interessante revista que viveu dois anos, se não me engano. A história da *Rosa-Cruz* dará lugar um dia a curiosas investigações. Fundou-se poucos anos depois da morte de Cruz e Sousa, a cuja memória era quase que exclusivamente consagrada, pela iniciativa de Saturnino de

Meireles, o poeta dos *Astros Mortos*, morto ele por sua vez aos 25 anos. Meireles, que tinha um pequeno emprego, era o mais abonado do grupo e portanto quem tinha o maior encargo da revista. Os demais colaboradores, pouco mais de meia dúzia, concorriam com 50\$ por mês para a publicação, que sempre dava *déficit*. 50\$ mensais, tirados de ordenados de repórteres, ou de mesadas de estudantes, calcula-se bem que sacrifício.

Não creio que fosse muito numerosa a folha dos assinantes, nem que a venda avulsa desse resultado apreciável. A *Rosa-Cruz* não publicava anúncios. Não se parecia nisso com as suas correligionárias em estética. Adolfo Retté conta com espírito como pôde arrancar de uma feita cem francos por um artigo literário servindo de reclame ao cacau van Houten, para a famosa *La Vogue*. Numa das efêmeras revistas que precederam a *Rosa-Cruz*, e em que colaborastes, eu vejo sonetos exaltando o leite Itatiaia e o vinho de Pelotas. Mas na *Rosa-Cruz* não era assim. Só se fazia arte, e arte simbolista. Cruz e Sousa era conservado como um deus tutelar da publicação. Dos consagrados, Luís Delfino era o único que lhes merecia consideração. Tudo mais nada valia: *fósseis e desonestos*, na vossa classificação de então. Quando faltava matéria, transcreviam-se trechos de Nietzsche, Paul Adam, Mallarmé, reproduziam-se rimas dos *poetas malditos*. Ninguém podia entrar no Graal, mesmo para prestar um serviço, sem ser iniciado. De uma vez, corria perigo a publicação da revista. Faltavam cinquenta mil réis, e o editor era implacável. Um amigo, sabendo das ânsias em que vivia o grupo, ofereceu-se generosamente para entrar com a quantia. Mas ele não fazia arte, e o dinheiro assim oferecido teria um caráter mercantil que repugnava aos cavaleiros do Graal. O dedicado mancebo submeteu-se à iniciação. Rodeado dos redatores da *Rosa-Cruz*, instalou-se nos fundos de um botequim da Rua da Assembléia. Auxiliado por todos, tentou fazer uma obra de arte. Duas horas depois tinha produzido um soneto. Assim, pôde adquirir o direito de completar a soma reclamada pelo editor. Estava salva a *Rosa-Cruz*.

Durante este período começou verdadeiramente a vossa obra poética, que tendes incessantemente polido e repolido, no anelo constante de conseguir a perfeição. Nas vossas várias recoltas os versos figuram sempre modificados à procura da forma definitiva. Na vossa estética é essencial o respeito à

forma consagrada, e isto mesmo o acabais de confessar. Podeis vos apropriar da regra do poeta:

Sur des sujets nouveaux, faisons des vers antiques.

Sois ainda um artista sincero. Traduzis com toda a verdade, com ingenuidade mesmo, os vossos estados de alma. O vosso espírito não se sentia à vontade no satanismo puramente literário dos vossos primeiros versos, quero crer que mais devidos à leitura de Baudelaire do que aos amores diabólicos a que se volviam os vossos ardores.

Quando, desprendido de tudo, *novo arcanjo revel*, cantais a Morte, insultais lindamente umas senhoras a quem infligis suplícios horríveis, e vos queixais da vida e da sorte, em frases de duvidoso estoicismo, a gente hesita em vos fazer crédito de tanta desilusão. É deste gênero o vosso belo soneto “Estranhas lágrimas”:

*Lágrimas... Noutras épocas verti-as.
Não tinha o olhar enxuto como agora.
Alma, dizia então comigo, chora,
Que o pranto afoga e anula as agonias.*

*Ah! quantas vezes, pelas faces frias,
Por mal do meu amor, que se ia embora,
Gota a gota rolando, elas, outrora,
Marcaram noites e marcaram dias!*

*Vinham do oceano d'alma imenso e fundo
Ondas de angústia em suspiroso arranco,
Numa desesperança acerba e louca.*

*Nos olhos hoje as lágrimas estanco:
Rolam, porém, sem que as descubra o mundo,
Sob a forma de risos, pela boca.*

No vosso ser equilibrado palpita o anseio de amores calmos e castos. Essa vida de dissipação não vos convém. Sonhais venturas ignotas que vos parecem longínquas, vogando esperançoso

Na áurea trirreme real das vossas esperanças

sobre que brilha o *luar de amor* tantas vezes cantado em vossos versos até que sobre vós resplende enfim

O plenilúnio do carinho eterno.

Então, feliz, tranqüilo, abjurais os amores profanos, e no soneto “Orfeu cativo” assim dizeis à vossa esposa, já livre das pérfidas ondinas que tanto vos atormentaram:

*Mas, desde que chegaste, o pobre nauta
Que um dia às lindas plagas arribara,
Mísera sombra errática de Orfeu,*

*Jogou no glauco abismo a doce fruta,
E sem lembrar as pérfidas que amara,
Abençoa os grillhões deste himeneu.*

É a arte, pura e serena, que vos permite sonhar à vontade suspendendo os vossos sofrimentos antigos, transformados em belos versos, na panóplia azul em que enastraís os vossos poemas. A felicidade da família não esterilizou o vosso espírito de poeta, nem embotou a vossa força de trabalho.

Na direção do Gabinete de Identificação fostes o propagandista da dactiloscopia, que conseguistes fazer triunfar nos conselhos do Governo e nos Congressos Internacionais e é hoje adotada como sistema oficial, com resultados excelentes, graças aos vossos esforços.

No *Jornal do Commercio* o vosso papel tem sido o que já vimos. Em vós o jornalista não matou o poeta. Acabais de expor com formosura o que se pode chamar a poesia do jornalismo. Apanhar num ápice a centelha produzida pelo acontecimento que passa, transformá-la em clarão, projetar as suas luzes sobre todos os horizontes escuros, penetrar o mistério das coisas que nos cercam, converter tudo isso em ondas constantes de sentimentos que alimentam as multidões, a quem se domina pelo mágico prestígio da palavra escrita. Que bela tarefa para um poeta, quando como vós pensa que ainda se pode entrar no jornalismo pela porta aberta do sonho e do ideal.

De consagração em consagração chegastes à política. Vieram oferecer-vos uma cadeira de deputado pela vossa terra natal. O que tem sido a vossa vida parlamentar, dizem-no os *Anais* do Congresso. Sem vos envolverdes nas malhas da política, mais do que vos determinam estritamente os vossos deveres de lealdade partidária, tendes sempre discutido, exaustivamente, as questões financeiras, administrativas e pedagógicas. Tendes sido um deputado útil e, apesar de novo no Congresso, a vossa palavra é solicitada com instância e ouvida com acatamento. No belo discurso que acabais de pronunciar, como que vos desculpais de vossa entrada na política, e pareceis dar a entender que é vossa intenção vos afastardes dela. Só vejo motivos para que continueis a prestar ao país os brilhantes serviços que iniciastes. Basta que vos mantenhais no ponto de vista em que vos colocastes quando em um discurso na Câmara dissestes onde estáveis e onde queríeis ficar: “com a República liberal e da ordem, única capaz de assegurar ao país o grau de prosperidade a que ele tem o direito de aspirar”.

Sem esquecerdes que sois um artista e um paladino do ideal, continuai a trabalhar desassombradamente pelas coisas públicas. A vossa concepção de arte vos manterá bem superior a mesquinhas combinações de politicagem, que podereis atravessar sem vos contaminardes.

Na crise de caráter e de inteligência por que passa a nossa política, são necessários homens do vosso valor intelectual e moral, para que se não nos desvaneça de todo a esperança de regeneração.

E para repousardes da cansaça do jornal e das lutas políticas, freqüentai esta Casa que hoje vos abre as portas. Neste sereno recanto, longe do bulício da cidade e das misérias humanas, encontrareis a paz de espírito que só pode ser dada pelo recalcar do solo sagrado, a que vos acabastes de referir relembrando a lenda de Anteu.

Tratando de coisas do espírito, lendo e ouvindo versos, colaborando num dicionário cujo encanto é ser interminável, passareis algumas horas de vida contemplativa, bálsamo necessário para as feridas das batalhas que lá fora se travam. Encontrareis confrades do Congresso e da Imprensa, e neste meio em que ninguém vive exclusivamente das Letras, achareis também representadas a Magistratura, a Medicina, a Engenharia, o Funcionalismo, a Advocacia, a Diplomacia, o Comércio, o Magistério, o Exército e a Armada.

O vosso faro profissional vos terá revelado que um dos nossos magnos poetas conta, entre os seus pecados de mocidade, um diploma de farmacêutico. E toda essa gente suspende um momento a sua vida intensa para se saturar aqui de uma atmosfera de arte e de cordura.

Sucedeis a um poderoso espírito que tinha convosco muitas afinidades. Funcionário público cheio de graves responsabilidades, o nosso querido Araripe Júnior nunca se esqueceu de que era um intelectual. Espírito liberal e aberto, dominava-o uma ardente simpatia por tudo o que era novo, pessoas e idéias. A sua crítica, cheia de bondade e de carinho, adivinhava os talentos que despontavam e os apresentava ao público, acobertados com a sua autoridade. Foi dos primeiros a descobrir o valor de Cruz e Sousa. Com relação a vós próprio, teve, logo às vossas primeiras produções, a perfeita intuição do artista que um próximo futuro devia revelar. Atraído pelo sonho, teve Araripe a noção exata do Simbolismo, que veio num momento preciso em que a Humanidade culta parecia submergir por falta de ideal.

Em todas as suas preocupações domina a idéia de subordinar os fatos aos princípios e procurar a razão secreta das coisas. Tive a ventura de trabalhar a seu lado, durante anos seguidos, no Ministério do Império, depois do Interior, com intelectuais como Franklin Távora, Medeiros e Albuquerque e outros, que faziam da Secretaria do Estado um pequeno cenáculo literário. Que gratas recordações guardo daquelas conversas, onde a literatura nos fazia repousar da burocracia! Ao ser proclamada a República, Araripe Júnior julgou-se no dever de acompanhar intelectualmente a evolução política do país. E enquanto o Congresso discutia o projeto de Constituição, ele lia Bryce, que era então a mais fresca novidade, para interpretar o sentido das novas instituições. À elevação das suas vistas e à profundidade dos seus conceitos somente se igualava a bondade com que acolhia os moços e procurava interessá-los pelas suas cogitações sociais.

Acentuastes bem a tendência de Araripe para o mistério, para sondar o incognoscível. Era realmente esta a sua grande preocupação intelectual, como é a de todos os espíritos abertos, que se detêm um pouco à margem da rotina da vida e mergulham o olhar pelos atalhos, tão impenetráveis quanto sedutores, que nos conduzem fora do caminho trilhado. Todas as conclusões da ciência nos chegam hoje a revelar apenas a existência de fenômenos, isto é,

relações entre a nossa vida subjetiva e a imensidade desconhecida que nos envolve. Os dados experimentais nos demonstram a inconsistência das nossas sensações, impotentes para reproduzirem todas as infinitas formas de manifestações das forças do mundo. Por outro lado, as nossas expressões plásticas ou sonoras são insuficientes para traduzir o delírio de sentimentos e idéias que nos borbulham no espírito. Toda a correlação entre as forças conscientes de nossa alma e a esmagadora inconsciência das coisas reduz-se a uma longínqua e fugidia aproximação.

Não podendo traduzir exatamente o que é a natureza e a vida, nem ao menos exprimir em fórmulas exatas o que nós pensamos delas, vivemos a povoar o mundo de entes imaginários, que nos enchem de delícia e de terror. E, engolfados em símbolos, investimos através deles para o desconhecido, realizando eternos périplos, comparáveis ao do cartaginês Hannon, que tão sabiamente estudastes, e que antecedeu de tantos séculos o novo périplo com que a raça celtibérica, realizando o angustioso ideal dos atavos arianos, preencheu a sua missão histórica com a cavalaria do Oceano.

Destas peregrinações pelo desconhecido trazem os pensadores como Araripe, os poetas como vós, pedaços de azul, frutos dourados e brilhantes, quimeras entrevistas, aspectos cambiantes e luminosos de ilusões, doces mentiras com que se mitiga a trivialidade da vida, e que confortam o espírito dos que bravamente se animam a encarar assim o mundo.

Estabelece-se então, graças ao poder sugestivo da arte, uma comunhão absoluta entre o eu e o não eu. O mundo externo povoa-se de seres animados, a natureza palpita em nós num panteísmo irrealizado, ondas de harmonia nos entram pelos sentidos sem que se possa nitidamente distinguir a natureza das sensações, e uma auréola irisada e brilhante transforma tudo que nos cerca numa confusão deliciosa de sons, de perfumes, de cores, que se combinam e se desfazem no evolver mágico de um belo sonho. É o estado de espírito que Baudelaire traduziu no seu soneto imortal das correspondências:

*La nature est un temple où de vivants piliers
Laissent parfois sortir des confuses paroles;
L'homme y passe à travers des forêts de symboles
Qui l'observent avec des regards familiers.*

*Comme de longs échos qui de loin se confondent
Dans une ténébreuse et profonde unité,
Vaste comme la nuit et comme la clarté,
Les parfums, les couleurs et les sons se répondent.*

Procurando explicar cientificamente este estado de alma por uma associação entre sensações de ordem diferente, dão-lhe os médicos os nomes de sinestésias, hipercromatopsias, pseudocromestésias, fonismos, fotismos e outras denominações mais ou menos arrevesadas e pedantescas.

Os estetas do Simbolismo procuram por sua vez basear nisto teorias de arte, em que se disciplina o imprevisto. É o famoso soneto das vogais de Rimbaud, as notações de Mallarmé, as teorias de René Ghil no *Tratado do Verbo*. Tal estética tem a pretensão de enfeixar em fórmulas precisas a correlação misteriosa entre o sonho poético e a harmonia cambiante do mundo objetivo. Nada consegue, porém. As teorias sistemáticas do Simbolismo caíram no mesmo descrédito que as normas com que os parnasianos quiseram imobilizar a poesia num áureo leito de Procusto, ou os decretos retumbantes com que os românticos quiseram disciplinar a sua indisciplina, ou os cânones sagrados com que os clássicos pretenderam acorrentar a inspiração à cópia dos divinos modelos da Hélade. Desde o momento em que se queira enfeixar o sonho numa fórmula precisa, ele se esvai docemente, e ficam vazias e secas as regras em que se tentou prender tudo o que o espírito tem de mais nobremente inatingível. Desde Boileau, que as artes poéticas, correspondendo um momento a uma tendência passageira, convertem-se com o tempo em fastidioso amontoado de fórmulas inúteis.

Felizes os artistas que, como vós, se libertaram das peias das escolas, e mantêm constantemente o sonho que tudo penetra e anima, transformando a vida numa fonte eterna de inspirações. Olhado de tão alto, o mundo se afigura um infinito oceano de sensações, sonoro e luminoso, cujas ondas se sucedem perenemente, sem se parecerem, numa cintilação radiosa de força e de beleza.

Discurso do
SR. ALCIDES MAYA

e

Resposta do
SR. RODRIGO OCTAVIO

*Sessão solene extraordinária
do dia 21 de julho de 1914*

I

DISCURSO DO SR. ALCIDES MAYA

SENHORES:

“Conservar no meio da federação política a unidade literária”, eis, na frase sintética de Machado de Assis, ao abrir a sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras, o desejo que vos reunia. Completaram o luminoso dizer outras palavras luminosas: “A formação da Academia – sentenciou Joaquim Nabuco – é a afirmação de que literária, como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, o seu caráter distinto, e só pode ser dirigida por si mesma, desenvolvendo a sua originalidade com os recursos próprios, só aspirando à glória que lhe possa vir do seu gênio.” À luz destas idéias, era à nacionalidade que pretendíeis erigir um monumento quando, sob a invocação dos grandes nomes da literatura pátria, lançastes no passado os fundamentos da vossa construção.

Poemas iniciais da terra, ainda escritos, em prosa ou verso, com a tinta dos cronistas e dos poetas lusos, e decantando a travessia, a conquista, a catequese: primeiras manifestações de lirismo americano; a imprensa e a tribuna da independência; carmes românticos; comoções, entusiasmos, glórias, desastres, esperanças da nação, tudo isso revive no culto a que vos dedicais. Consagrando-lhe as energias do vosso espírito, revelais possuir elevadíssima idéia da influência que poderá exercer sobre o nosso futuro de povo a cultura artística. O destino do Brasil é o oriente desta Casa de alicerces enterrados

sociologicamente numa história de três séculos. Por isso, a Academia Brasileira há de ser sempre o sonho querido das gerações novas.

De mim, direi que um dos mais fortes motivos do meu orgulho ao transpor estes umbrais, é vir ocupar uma cadeira que simboliza a alma nacional.

Basílio da Gama e Aluísio Azevedo são dous atestados eloqüentes da diferenciação americana da língua e da raça portuguesa. É clássico o risco do *Uruguai*; mas quem não sentirá que nasceu nas solidões do Novo Mundo a musa do poeta? Adorável adolescente musa de um continente virgem! Nos versos que inspira, nos conceitos que comunica, nas ânsias que desperta, na melancolia que verte n'alma, nos ímpetos com que abala, no amor que ensina, já que existe a selva, a montanha, o pampa, o rio da América e já, em cenário imponente, se mescla o rito cristão aos ritos bárbaros, enquanto, orchestra inaudita, com os címbalos da Ibéria se confundem os maracás em retroada.

Aquele sonho de poesia selvagem, cantando em metros em que há

*Um não sei quê de magoado e triste
Que os corações mais duros entenece,*

aquele sonho será logo em seguida um ideal de pátria. Foi a esse ideal que serviu Aluísio Azevedo; será a pátria que ao vosso lado servirei.

Era justo que o Rio Grande do Sul fosse representado aqui: o gaúcho defende e mantém nas fronteiras do Sul a obra titânica do bandeirante. Ele é o irmão do sertanejo. Sirva e amparo ao meu áspero e rude regionalismo essa verdade de sangue, de sacrifício e de sentimento comum.

A função da Academia é ligar o Brasil de norte a sul, sistematizando e consagrando todas as manifestações da alma coletiva, ao invés de as repelir a pretexto de bom gosto ou de as esquecer em nome da metrópole. A não ser assim, a vida brasileira ficaria reduzida nas letras ao espetáculo cosmopolita das cidades litorâneas, a língua se limitaria à versão dos clássicos, teríamos uma arte de reflexo estrangeiro. A não ser assim, por que estaríeis reunidos?

Modelo de unidade superorgânica é a França, que tem em Paris o coração e o cérebro, e ao respiro da Capital aviva o sangue das artérias sempre jovens. O esforço dos estadistas, dos capitães e dos poetas realizou naquele país, de origens bárbaras, mas, pela cultura, herdeiro de Roma, o milagre de uma perfeita fusão espiritual de elementos étnicos heterogêneos. Abrasadas no

mesmo ideal, sucedem-se gerações e gerações, umas vencidas, outras triunfantes, estas cavaleirescas, aquelas práticas, e, afinal, as populações justapostas se unem agregadas, as células sociais adquirem consciência, forma-se a nação. Mas, em Paris, coexistem harmoniosamente todos os bairrismos franceses, os acentos das velhas províncias, os pendores utilitários da Normandia, a meditação bretã, a poesia sentimental da Provença, a bravata do gascão. Floresça também entre nós, no vasto sistema das forças nacionais, com o regionalismo sertanejo, o regionalismo da campanha gaúcha, e sobre as vossas mesas de trabalho, às horas de criação, respirareis um aroma exalado do próprio seio da terra brasileira.

Aluísio Azevedo revelou-se, à sua feição, um regionalista, apesar de desviado pelo naturalismo do rumo que devera ter seguido.

Processos de composição literária não mudam a alma de quem os emprega, e a do autor d'*O Mulato* e d'*O Cortiço* era tipicamente americana. Fixemos este ponto, antes do estudo que vamos fazer sobre os seus esforços de paladino entre nós, de uma escola nascida na Europa de circunstâncias locais alheias ao nosso desenvolvimento de nacionalidade em formação. Aluísio Azevedo adotou um programa cujos artigos essenciais gerais de estética, aceitos em todas as grandes épocas, e esquecidos ou falseados pelas últimas gerações românticas; mas, ao mesmo tempo obedecia a razões que não podíamos adotar na remodelação da arte nacional, sem cairmos de um erro ingênuo em falta grave.

Os românticos haviam abusado dos proscênios medievos, dos tons do Oriente, do pitoresco sentimental nos quadros da Natureza. Essa destemperada cenografia reflete o desregramento emotivo produzido pelo desmoronar da antiga sociedade. Aos próprios desertos da América viera pedir tinta, linhas e figuras a grande escola revolucionária; pedira-as ao lendário nórdico, às canções de gesta, ao romanceiro espanhol; à floresta, à montanha, ao oceano. Em praias ermas, através de selvas, na monotonia de rochedos islenhos ou à borda em lânguida curva dos lagos tranqüilos,

Qu'effleurait l'hirondelle agile

deparava retiro de sonho o revel, a fugir preconceitos, ou o triste, ávido de solidão. A princípio, a meia-idade reviveu entre campanário e barbacã, a fan-

tasia errava de claustro em claustro, de castelo em castelo, namoradiça das cortes de amor, das justas, da sombra silenciosa das naves, e a bruma das lendas, entretendo a imaginação, esbatendo a realidade, amenizando o enlevo das evocações o escalavro das ruínas, compunha o fundo incerto, mais sedutor na incerteza, dos devaneios artísticos.

Mas, à poesia do Rei Artur, de Rolando e do Cid aliou-se em breve a de Antar, a sultana apareceu ao lado da castelã e da monja, aproximou-se da torre nevoenta o minarete soalheiro, e o Oriente, lindado pela tradição à orla dos Pireneus com a espada carolina, fascinou os românticos, oferecendo-lhes ao pensar inquieto uma pausa de miragem sensual. Receberam matiz que lhes faltava as ondas azuis do mar latino, os perfumes de Provença e da Andaluzia foram mesclar-se aos de Istambul, adquiriu prestígio entre amadores o luar do Bósforo, e, em moda bailadeiras e paxás, iatagãs, oásis e turbantes, tornou-se o harém para todos os bardos um termo de encantadora cruzada imaginária.

O êxito popular de certos romances de aventura mostra a influência dessa escola, a exaltação imaginativa do público, alimentada por essa poesia de tesouros ocultos, e gôndolas misteriosas, de calabouços à beira-mar, de combates, de raptos, de bandidos generosos, grandes tipos heróicos agindo solitários contra a sociedade organizada... Revela-a ainda o fato de haver extraviado vistas na mesma direção Honoré de Balzac, imitado por Flaubert, que, segundo confessou em graciosa confidência a Maxime du Camp, receava morrer à mágoa de não visitar Benares...

O caso ideal do homem novo ninguém o formulou com a grandeza simbólica de Goethe; mas foi Lord Byron quem abalou mais profundamente a sensibilidade e a imaginação da época. O passeio triunfal dos seus personagens através das literaturas contagiou de rebeldia os poetas, da Alemanha à América, de Paris a Petersburgo, de Portugal à Itália.

D. João, Manfredo, Lara, O Corsário e Childe-Harold apareceram quase ao mesmo tempo em reflexo às rochas do Cáucaso, ao longo do Mediterrâneo, deste lado do Atlântico.

Apesar de refutado por muitos, o *Contrato Social* fora bem lido por todos. A Revolução, embora aqui e ali denegada, continuava a vibrar na memória daquelas gerações. Alucinava-as ainda o titanismo napoleônico.

Às margens do Sena, as principais correntes literárias da Europa, a de Walter Scott, a de Goethe, a byroniana, fundiram-se com o gênio local, representado por Alfred de Vigny, Chateaubriand, Lamartine, Hugo, Musset, George Sand, Gautier, na floração estranha porém magnífica do romantismo francês, de todos o mais impressionante pela variedade e pela reforma verbal.

Não tardou o descomedimento. Solidão da alma, – a sombra constelada de sonho dos primeiros gênios, – liberdade de amar, – o ímpeto que sublevara os maiores poemas do século, – princípios humanitários na ideação do passado e do porvir, espírito, forma, tudo se complicou de elementos disparatados, numa subjetividade sem termos. Exagerou-se o pendor místico, a cena de paixão, o lirismo nacionalista, a tristeza, a revolta...

É o desgosto do presente que gera nas civilizações convulsionárias a paixão exclusiva da natureza, a fuga para as idades pretéritas, o amor ao exótico. Primam em comemoração social os períodos assinalados pela consciência de um grande destino. A obediência espontânea e orgulhosa a ideais comuns sói exprimir-se em poemas cíclicos em livros sadios, numa arte de harmonia. Na Grécia, foi assim; foi assim em Roma, cuja epopéia máxima, a de Virgílio, consagrou os ideais capitolinos; assim na Renascença, movimento afirmativo do valor do homem, e assim, finalmente, na França dos séculos XVII e XVIII, quando a unidade nacional, assegurada pela realeza, permitiu o predomínio europeu da sua cultura.

Ao sobrevir a Revolução, que literariamente se chama Romantismo, a rebeldia contra os clássicos, coincidindo com o novo espírito filosófico e com os fragorosos acontecimentos do tempo, engenhou do apogeu à ruína da escola as criações mal esboçadas neste ligeiro ensaio.

O Naturalismo surgiu oportunamente, inscrevendo no seu segundo manifesto, como cláusulas matrizes, dissemos, a verdade psicofisiológica das ações na contemporaneidade dos ambientes. Traçara-lhe rota desde os primórdios do século a obra dos dous maiores romancistas modernos: Stendhal e Balzac.

Mas, a questão social se desdobra. *Rouge et Noir* e *La Chartreuse de Parme* abrolham da ética individualista do Império, a *Comédia Humana* é a Revolução Francesa em fábulas burguesas, ao passo que os *Rougon-Macquart* representam, com o materialismo que avassalou certo período do século XIX,

o aproveitamento em arte de vagos motivos socialistas, a poesia do operariado, a defesa dos miseráveis, a luta contra o capital. Homens e cenas de hoje, destacando em tela viva, indistinguível da própria natureza, eis a primeira regra do Naturalismo; e como, em não havendo heróis, a arte, por uma tendência infalível, no íntimo religiosa, elege vítimas simpáticas, os naturalistas, nos seus libelos entrecalhados, em que o trágico alterna com a sátira e o épico se perde em licença, criaram, numa congêrie dantesca de miséria e torpeza, o *Inferno* contemporâneo dos corruptos, dos frustrados, dos desvalidos, – insontes no vício, irresponsáveis no crime, ingênuos na objeção hereditária, assimilada ou imposta.

Mas, a nova escola transcendeu os princípios da estética.

Em arte, o teatro de ação vale pelos efeitos de ação, pelo desenho ideal do sentimento e das paixões, pelo símbolo de vida que o anima, releva e eterniza. Sem o dom de *amar no sonho*, o artista não alcançará jamais a perfeição, quaisquer que sejam o estilo, a forma e os visos naturais impressos à matéria em lava.

Nos laranjais doirados da *Canção de Mignon*, a imagem sutil do poeta encerra não só o encanto do céu e da terra italiana, mas também a poesia do isolamento no amor, considerado como uma impulsão do destino.

A que montam pormenores em arte sem a sugestão de complexos estéticos de que a alma seja o centro? Não basta ao artista modelar tipos ou desenrolar painéis: para ser verdadeira, isto é, ordenada com beleza no sentido humano, a natureza – há de fremir de comoção, vibrar à idéia.

Aludindo ao debate entre o idealismo e o realismo na arte, redutível a um equívoco, Bergson afirma que “o realismo está na obra quando o idealismo está na alma” e que “é à força de idealidade que se toma o contacto com a realidade”. “E a arte, acrescenta, não tem outro objeto senão afastar os símbolos praticamente úteis, tudo o que nos mascara a realidade, para nos pôr face a face com a realidade mesmo.”

Essa proposição confunde verdade e erro. A tarefa do artista não é só comunicar imediatamente com as cousas, surpreender os ritmos fundamentais da vida, arrancar aos fenômenos “as etiquetas coladas sobre eles”.

É isso e é mais do que isso: é *revelação* e *criação*.

A arte impressiona mais que a vida se o gênio provoca em torno das figuras e das cenas a percepção direta das relações de assunto com a humanidade, com o que nos parece ser a natureza, com o que chamamos vagamente de alma das cousas, tão esbatida sempre às nossas vistas no infinito parcelamento fenomenal do Cosmos.

Mas, a que *realidade* se refere Bergson?

Haverá no universo uma *ordem ideal* ou uma *natureza essencial*, acessível às intuições do gênio, de que o belo seja reflexão, que o artista nos revele e cuja descoberta constitua o fim da arte?

Quem o sabe! A intuição, faculdade cerebral, a que Bergson dá um valor tão grande na sua crítica do entendimento, é, como todas as outras, relativa. Sabemos que arte é a exaltação poética, antropomórfica, sempre idealista, da realidade perceptível, não a sua compreensão intrínseca.

O artista não se limita a ver e revelar essa realidade: retoca-a, embeleza-a, representa-a à sua própria imagem, sonha-a melhor e mais bela e não a sonha ao acaso da fantasia. A imaginação e o sentimento estão sujeitos a leis: a representação estética do mundo depende do desenvolvimento do cérebro, das doutrinas, das idéias dominantes.

Surpreender a realidade (fenômenos e séries, interdependência, relações de fenômenos), isso compete à ciência, não à arte.

O Naturalismo errou neste ponto; mas, de outro lado, erra também Bergson, que o reprova.

Foi a ciência, por exemplo, que da queda de um fruto extraiu a lei da atração universal. Qual era a realidade que ainda se não manifestara de forma positiva ao homem, a realidade encoberta até aquele momento, não pelas *etiquetas do útil*, mas por falta de preparo mental anterior? A que Newton formulou cientificamente.

A partir daí o que no tema compete ao artista é exprimir a beleza dos mundos equilibrados no espaço pela força, erguer o homem vibrante à harmonia das esferas, aformosear com uma utopia nova, coadunada à consciência humana, a trama doirada dos nossos eternos sonhos.

Quando o divino Alighieri, concentrando num verso toda a luz espalhada, através do *Paraíso*, na ronda das estrelas e dos planetas, cantou

L'amor che muove il sole e l'altre stelle,

a realidade não era este *amor*, e sim a lei expressa mais tarde na fórmula newtoniana...

A ser exato o conceito de Bergson, se a realidade viesse impressionar diretamente os nossos sentidos e a nossa consciência, se pudéssemos entrar em comunicação imediata com as cousas e conosco mesmos, a arte seria inútil, porque ouviríamos cantar ao fundo da alma, como uma música ora alegre, ora triste, quase sempre triste na sua originalidade, a melodia ininterrupta da vida interior; e porque os nossos olhos, auxiliados pela memória, recortariam no espaço e fixariam no tempo quadros inexcedíveis, esculpindo de relance em mármore vivo fragmentos de estátua tão belos como os da estatuária antiga.

Ora, entre os antigos, a escultura analisada, *verbi gratia*, nos monumentos supremos da arte grega, não se contentou com a realidade plástica obtida no exame das perfeições individuais. O estatuário obedecia aos cânones, mas, em sentindo o ardimento do gênio, logo atribuía à obra uma *beleza sonhada*.

Pensai na Vênus de Milo ou no Apolo de Belvedere: por que se diferencia de todas esta Vênus e por que excede este Apolo às outras representações do mesmo deus? – Porque, ensina Winckelmann, citando o último, – para compreender esta obra-prima é preciso ir em espírito ao reino da beleza incorpórea, como a não há no mundo real.

“Nenhuma veia, nenhum nervo aquece e agita esse corpo, mas um espírito celeste, que circula como doce eflúvio, enche por assim dizer todo o contorno da estátua.”

Não é outra, em face da Vênus de Milo, a impressão de Saint-Victor. Confirmando o juízo do esteta, o fino colorista da prosa francesa soube ver naquele bloco sem símile, “não a família de sangue e de lágrimas de Eva, mas a raça lapidar de Deucalião.

Na frente, reside um pensamento divino; recobertos de sombras, os olhos mergulham sob a arcada das sobranceiras; mas o olhar, cego para o mundo exterior, concentra e irradia a luz...”

E não por serem deuses a Vênus e Apolo, trabalhou assim a escultura: esses traços, Senhores, são, em figurismo divino, a projeção ideal da nossa imagem, liberta das contingências materiais, – obra e sonho do homem, corrigindo e sublimando a natureza.

Em todas as artes, além do que Bergson chama revelação, vemos, atestado pelas obras-primas, o dom de combinação espiritual, o *fiat* humano de beleza humana. O que domina esta paragem de encanto na aridez da terra é a ansiedade comovente de realizarmos uma vida superior à nossa vida. E quando o artista, na hipótese do pensamento despeado das formas concretas, devassa o destino, sonda a consciência e escruta o ideal, o que ele tenta surpreender nos vortilhões aparentes da vida e da morte não é o misterioso ritmo que as regula (isso cai no domínio transcendental das teologias); mas a poesia da morte e da vida, misto de instintos, de paixões, de fatalidade, de aventura, de sentimento e de idéia, amor ou ódio, ventura ou mágoa, esperança ou desengano. E no ato de criar, a imaginação espiritualiza todos os elementos, agrupando-os simbolicamente.

Eis a causa de viver o poeta em evocações, em aspirações, de resumir em sonho o universo e de emprestar aos arquétipos criados o toque subjetivo de ideais não atingidos ou que se perderam. E é por isso que os trabalhos artísticos formam um passionário personalíssimo, harmonia espiritual nascida ao tumulto dos sentidos abalados. E daí para o autor, executada a obra, o minuto supremo de um gozo quase divino. O semideus soube tecer a ilusão das formas, animar o vago, apor no mesmo plano o concreto e a idealidade; e agora, ao raio de sol que de si mesmo irradiou, vai estremecer consciências... A substância eterna, velada nos temas, por vastos, excede a expressão, as imagens, ainda as grandes, riscam cintilando a sombra em torno, adivinham-se na obra, embora profunda, larvas e larvas de pensamento; mas que importa? Ele mostrou possuir um senso de unidade, o entendimento da alma, o poder de representação pessoal dos seres e das cousas, fundidos pelo seu gênio num quadro ideal mais belo que a existência real.

O Naturalismo quis arrancar ao artista a sua faculdade característica, esqueceu que arte é realidade idealizada, não a cópia da realidade; e falhou por isso, e por haver tentado substituir o símbolo pelo modelo, a intuição pela experiência, a síntese pela análise. O Naturalismo recebeu a herança de Beyle e de Balzac, atraiu o talento verbal de Flaubert e dos Goncourts, contou com a veracidade amável de Daudet, obteve as rutilações de Maupassant, inspirou a novela psicológica à Bourget e à Barrès; mas, quem o impôs como escola foi Émile Zola, mestre de Aluísio Azevedo.

Ora, ninguém compreenderá os *Rougon* sem o estudo preliminar das influências teóricas e práticas recebidas pelo autor. No seu tempo, através dos sistemas em controvérsia, predominava a noção da lei, que não era nova, – datava de longe, – mas estava em evidência pelas descobertas da Química e da Biologia, legado da fase enciclopédica anterior.

Zola ignorava que o desenvolvimento das ciências deve ser apreciado sociologicamente, que Ciência e Filosofia sempre tenderam a sínteses subjetivas e que a arte, apesar de submetida à sistematização dos conhecimentos gerais, só inteiramente falseada em essência, em intuito e em processos, adotará as vistas particulares ou os métodos empíricos dominantes nas especialidades. Um ensaio acadêmico sobre paralisia geral progressiva, como verdade clínica, terá mais valor que a tragédia de *Hamlet* aos olhos de um clínico, não aos nossos olhos, como verdade humana. E quem, ante o amor de *Desdêmona* pelo *Mouro*, indagará se conviria submeter a peça a observações médicas, resumidas em sucinta memória sobre o histerismo? Os lances morais em arte não podem ser interpretados conforme teorias tomadas de empréstimo a ciências mais ou menos especializadas, que no atropelo dos laboratórios, nos acasos de hospital e na tonteira dos gabinetes fechados às grandes sínteses levam a soletrar lentamente sobre fatos, fatos e fatos, pequenas certezas de um dia...

Quando foi da recepção de Pasteur, sucessor de Littré na Academia Francesa, Renan aconselhou ao sábio, naquela frase elegante em que a ironia, recortada em arestas de cristal, se forrava de seda, moderação no preconício do critério experimental, aplicado à História e à Filosofia...

De certo, Littré não fizera experiências... “*mais, vraiment, il n’en pouvait pas faire*”...

Sobejava-lhe razão, a Renan: o domínio de Littré, cujo positivismo Pasteur atacara em nome dos laboratórios, era o espírito humano e não se subordina o espírito, a mais complexa e delicada das relações, às mesmas pesquisas feitas no estudo de um metal ou num exame de bactérias. Dante, Shakespeare, Cervantes... esses não esperaram as provas científicas obtidas por Claude Bernard nos cursos práticos do Colégio de França, nem as leis de Darwin ou as hipóteses de Lombroso, para acabamento das obras-primas imortais que nos legaram. E eu vos pergunto: qual dos tarados de Zola se aproxima, como patologia, de *Don Quixote de la Mancha*? qual dos crimino-

tos do Naturalismo, todos mais ou menos acordes etiologicamente com os princípios e as observações da escola antropológica, excede *Lady Macbeth*? qual dos amplexos brutais, dos ferozes, quando não depravados, espamos de amor dos romances realistas emparelha, como sentido sexual e como fado, ou lei, um dos minutos de *Capuleto*, em *Romeu e Julieta*, ou o beijo irresistível, que, tendo caído sobre o lábio frio de *Francesca de Rimini*, nos inexcedidos tercetos da *Divina Comédia*, desde então auréola de eterna glória a lembrança dos condenados sublimes?

A França vive no teatro de Molière, estua no mundo de Balzac e não está nos *Rougon-Macquart*. Por quê? Uma das causas da inferioridade representativa dos personagens de Zola foi sem dúvida a preocupação, no momento taineano, de os explicar cientificamente, colocando o movimento contra os excessos românticos, tão necessário no puro domínio da arte, entre a Química e a Fisiologia Experimental.

Meio, raça e momento, clima, alimentação, fatores hereditários, desvios atávicos, – vício e virtude considerados como o açúcar e o vitríolo, – o espírito decomposto de peça em peça com exibição de nomenclatura, qual se fora um aparelho mecânico, o coração retalhado como se retalham, músculos de carniça, foi a isso que o empirismo letrado arrastou aquele brilhante e generoso escritor.

Quantos sofreram a dissolvente influência dessa crítica mascarada de ciência, porém artificiosa e vã, cujos ensaios lembram em verdade uma série de romances naturalistas sem enredo, de romances abortados!

Que missão lhe coube, a esse grosseiro fatalismo mecanicista, nas letras modernas? A de abafar sob as camadas anônimas da massa as originalidades pessoais, reduzindo à multidão o herói e o gênio, convertidos em instrumentos, e fazendo o indivíduo desaparecer na mole incerta dos fatos, quando todos os fatos cognoscíveis somados não valem uma idéia, um sentimento, um impulso da vontade!

O século XIX foi um glorificador do homem: das meditações de Comte, ele surgiu santificado na História. Carlyle armou-o de impassibilidade mística para arrostar o destino; na obra de Nietzsche ele desperta como um Hércules tonto, mas com a expressão divina de um Apolo no semblante

transtornado. E, das páginas de Taine, como sai o homem? Miserável, triste, acalcanhado pelo materialismo...

Não teve outra filosofia Émile Zola e a sua estética ostenta bem visível a marca de origem... Felizmente, uma contradição livrou a escola naturalista de repúdio total: a piedade, a simpatia pelos humildes, a revolta contra as demais e as injustiças do regímen burguês, o apelo para a solidariedade humana.

Ao terminar o estudo das grandes criações de Zola, conclui o leitor, – contra Zola, – que o homem não é a *bête humaine*. Nas torpezas da grande família degenerada há às vezes resplendores, e certos personagens poderiam inspirar de novo a Baudelaire o verso melancolicamente humano em que o poeta aureola o dissoluto adormecido:

Dans la brute assoupie un ange se réveille.

Vede *Germinal*: sem o princípio humanitário que envolve aquelas dores, os aspectos objetivos da obra não produziriam o efeito de belo-horrível com que nos esmaga o sonho redentor de Zola, não a aparência da mina, geograficamente descrita, economicamente integrada no quadro geral do capitalismo. A mina é um símbolo, como os que há em todas as outras obras do escritor. A própria *Nana* é um símbolo infeliz, mas enfim um símbolo.

A Zola salvou-o a imaginação poderosa. Apesar de obsesso pela teoria dos documentos, do *instantâneo de arte*, do *pedaço de vida*, espostejado, sangrando e ainda palpitante, ele foi um poeta, um sentimental (e por que não insistir?) um sonhador: ressurgiu sob novas formas as visões de Hugo, em cujo profetismo atacara a golpes de sarcasmo a escola anterior.

* * *

Aluísio Azevedo apareceu em hora propícia às imposições artísticas de uma grande personalidade.

Iniciara-se no país uma renovação de pensamento e, fato característico, era a investida contra os românticos.

Na Europa, são as idéias que retraçam a cronologia das escolas; entre nós, a sucessão das escolas coincide com a das gerações, classificáveis de ordinário em turmas acadêmicas.

Estudemos a Aluísio no seu momento, que teve a colaboração de velhos, de novos, de novíssimos...

Não há fase mais interessante na história do Brasil intelectual: efetuou-se então, através da anarquia das opiniões, um belo movimento de Ciência, de Filosofia e de Arte. O que a esta destacava, em tentativas nem sempre bem sucedidas, era, dentro das correntes de idéias em debate, o cuidado de mentalizar as produções, arrancando-as a velhos moldes de paixão tropical...

A propaganda romântica fora feita sobre motivos emocionais: a escola triunfante na Europa podia vencer e venceu na América mercê do seu sentimentalismo e das suas utopias humanitárias. Despertávamos para a vida livre e recebêramos, combinada com outras, a herança ibérica. Por isso, duas notas assinalam o Romantismo sul-americano: a visão pessimista e o sentimento otimista, o supremo desengano da vida contrastando com todas as ilusões cívicas e doutrinárias da adolescência...

Mas o tempo de Aluísio foi diferente: a Arte dava o braço à Ciência, à Filosofia, à própria Política... Havia mestres que pregavam Kant, Hegel, Hartmann, Schopenhauer; havia discípulos que desejavam matar a Metafísica; havia a prédica de Darwin, de Comte, de Littré, de Spencer, de Stuart Mill. Em crítica, H. Taine.

Que sairia de tudo aquilo no puro domínio da literatura de ficção? A princípio, em poesia, a orientação *cientificista* ou *savantista*, como a classificou o nosso eminente confrade Sílvio Romero, depois, o Parnasianismo; e, em prosa, a estética naturalista. Dous elos prendem umas às outras essas escolas, outrora inimigas: a ânsia de se firmarem contra os românticos em princípios de cultura moderna (era moda em certos círculos escrever *Kultur* em germânico) e uma irresistível influência dos problemas sociais discutidos no país. Os próprios parnasianos constituíram uma geração ardente, impregnada de abolicionismo e de republicanismo, apesar da frieza e da imobilidade marmórea que lhes distinguem os poemas.

Dos poetas mais velhos, no fervor da refrega, salvaram-se apenas, às abas do Parnaso, Machado de Assis e Luís Delfino, aquele pelo tom de estilo clássico dos seus metros e este por ter sido aclamado desde logo, nas colunas d'*A Semana*, um pequeno Victor Hugo nacional. Valentim Magalhães consa-

gra o primeiro; em torno do segundo, em renhida polêmica, explanara Luís Murat a profunda e complexa questão do que deve ser a poesia de hoje.

A plataforma dos *Novos* condenava as liberdades poéticas (aquém do oceano, elas possuíam um sentido especial étnico, *sextiário*), exigia opulência nas rimas, variedade nos metros, vogalização do verso, impunha o culto dos léxicons, preconizava a pureza da sintaxe e celebrava a plástica helênica. Prestou estes serviços. Aparentemente, a forma era tudo e, vitoriosa, fez o sátiro penetrar na terra do Currupira e serem as telas gregas reproduzidas entre palmeiras; mas, as tintas eram as mesmas que já haviam enriquecido a palheta romântica, na desfiguração americana dos heróis medievos ou revolucionários da Europa.

Sem dúvida, foi o Parnasianismo que, em verso, dominou essa época: asseguram-lhe a glória os maiores poetas do nosso presente, sem esquecimento daqueles cujo nome, como o de Raimundo Correia, já resplandece na imortalidade. Todavia, aquela geração apaixonada pela métrica de Leconte, de Heredia e de Banville, nascera realmente do humanitarismo romântico, acorde com as preocupações e com os sentimentos da pátria. Quando o mais ativo dos seus membros, Valentim Magalhães, apresentou

Victor Hugo fitando Inácio de Loiola,

indicou sem querer a verdadeira filiação espiritual da falange que pretendia chefiar e cujo antecessor no Brasil fora Castro Alves, o ridicularizado vate do *condor* e do *jaguar*, que não sabia, é certo, fazer alexandrinos, mas soubera idealizar os aspectos e os fatores essenciais da nossa evolução.

A linguagem poética aprimorou-se no culto parnasiano da forma e quadrou ao plano de uma gramática de beleza, nossa, sem árcades, o processo francês, revivendo a *Plíade* e decantando o Parnaso com o gosto do século XIX; mas só a expressão poética diferiu da dos românticos. A essência, de inspiração emotiva e concepcional, foi idêntica. Esses e os outros poetas do tempo culminaram no mesmo romantismo, quer prendessem à cinta flexível das morenas da América a faixa simbólica da graça helênica, em cenários helenizados, quer decantassem, com rimas, a *lei dos três estados*, ou repetissem, arautos mais ou menos eloquentes, mas todos sinceros, as maravilhas da Idéia Nova...

Prende-nos, porém, à prosa o objetivo desta oração, e, em prosa, consoante vimos, foi a estética naturalista que se delineou no informe daquela transformação psíquica do Brasil velho, sentimental e metafísico.

Colhidos pelo movimento, vários escritores, avessos de índole ao novo feito, limitaram o seu realismo à pesquisa da verdade psicológica.

Quase todos estão vivos e libertos da sugestão passageira. Dos mortos, o maior foi Raul Pompéia, um puro stendhaliano. Todavia, o romancista por excelência, nesse período, parece-nos ter sido Aluísio Azevedo. Fez discípulos e continuadores. Cessara o reinado efêmero das *Inás*, das *Lucíolas* e das *Carlotas*, substituídas pelas *Lenitas* e pelas *Hortênsias*. A sânie sucedeu nos tinteiros ao bistro das olheiras de paixão; a literatura tornou-se um anfiteatro de anatomia e os alunos estreavam de avental, para disseções. Fora-se o sonho: agora, *bisturizava-se...* Mostraram-se avisados os que assim procederam? Vejamos. O romance brasileiro oscilava entre Alencar, Bernardo Guimarães, Macedo, Franklin Távora e Taunay. Recortada no vivo na crônica local, a novela de Almeida, por mal escrita, não recebera a consagração da crítica erudita (terribilíssima!) e demorava nas camadas anônimas de um leitorado plebeu. Machado de Assis principiava a isolar-se no ceticismo ideal que lhe singulariza as criações.

Em novelística, ao termo daquela época, o que aos novos incumbia era a reforma dos moldes alencarescos.

O autor de *Iracema*, que foi o romântico mais sincero do Brasil, tentara a nacionalização do nosso romance pelo emprego de crônicones da Colônia, de aspectos provincianos e de temas sentimentais na sociedade do seu tempo. Quanto aos primeiros, diremos com justiça que Alencar não foi um simples pintor de índios, e, sim, o épico admirável das duas raças que se chocaram na América, de cujo meio bárbaro é o maior poeta até hoje conhecido. Por que há de reduzir-se à mera reprodução dos aborígenes a obra evocadora do grande escritor? Por que falar de *Iracema* e esquecer a *Martim*? Pois *Álvaro*, como guerreiro, não destaca ao lado de *Peri*? Pois *Isabel* e *Ceci* não valem mais, como perfis femininos, que os das mulheres indígenas, sombras quase apagadas ao fundo de quadros em cujo primeiro plano aquelas se debuxam em deliciosa silhueta? À ronda dos Aimorés não corresponde a teoria dos *Aventureros*? E a *D. Antônio de Mariz*, que chefe guarani se lhe contrapõe em ma-

jestade? Romance de índios é *Ubirajara*, caso de união exogâmica entre duas tribos; mas, se toda a sua obra fosse assim, não teria a virtude que a assinala, nem despertaria o interesse com que a lemos. Ele descreve no meio selvagem a raça vermelha diante da raça branca, fundidas na nacionalidade que ia nascer. Fixa depois em torno da mulher os primeiros resultados do povoamento e da organização social. *D. Flor* ao Norte, e *Catita*, no extremo Sul, são, como as suas irmãs dos outros romances, delicados símbolos da natureza aos poucos vencida pelo heroísmo do homem sob o estímulo da beleza. Alencar não passou de um poeta e não era a poesia deveras notável das suas criações que aos novos cumpria alvejar.

Nos *verdes mares bravios* palpita num período a alma da natureza americana e a nossa vibração ancestral de saudade, casada à desolação do ermo. Depois, como figurista de lendas, ele merecia ser continuado. Falsas *Iracema* e *Ceci*? Mas, as heroínas do amor, em poemas de caráter primitivo, vivem limitadas a situações culminantes do instinto e do coração. E não só nesses: um segundo de *pose*, perpetuado com gênio em mármore ou painel, excederá sempre *como vida* a biografia íntima dos modelos... *Iracema* e *Ceci* pertencem a uma classe chateaubrianesca de criaturas românticas do Novo Mundo; mas, apesar disso, a significação humana de ambas aumentará com o tempo. A crítica há de olvidar no futuro aquilo em que elas contrariam a *nossa realidade* e, então, a sua beleza brilhará frágil e poderosa entre forças indomadas nas primevas solidões da América. E se, no decurso das idades, outros artistas as alterassem esteticamente, em reconstruções do passado, aproveitando-as para crônica, novela ou verso, mais belas ficariam; porque, não o esqueçamos, é feito de sonho o tecido das lendas...

O erro de Alencar foi, a princípio, a limitação dos assuntos, e, a seguir, quando os ampliou, a desfiguração romanesca dos tipos e dos costumes contemporâneos.

Erro sociológico e estético. O passado nacional na existência do interior bravo, embate formidável de massas humanas heróicas com obstáculos de toda ordem, num *habitat* virgem, exige proscênios artísticos mais compreensivos étnica e socialmente que os do glorioso romancista. Na formação do Brasil-povo, há elementos que lhe escaparam à retina.

Imaginada sobre a vida moderna, e versando teses ingênuas, de uma psicologia amorosa convencional, a novela de Alencar e dos seus discípulos rematou numa série de transuntos deformes das grandes literaturas românticas.

Ao despontar Aluísio Azevedo, semelhante gênero estava em decadência, pelos excessos de fantasia e de sentimentalidade nos enredos urbanos e por um incompleto e vacilante critério nacionalista no regionalismo que nas crônicas sertanejas procurava sobretudo tipos irregulares ou, por sugestão romântica, os anormalizava em traços exteriores de drama rústico...

Mas, se o Romantismo repetiu em miniaturas tropicais vultos e prosclênios do europeu, também os nossos naturalistas importaram dos franceses psicologia e descrições.

Quando, em 1880, editou *O Mulato*, romance de tese, correspondendo simultaneamente ao espírito de reforma realista, que já assaltara a língua portuguesa nos inquéritos irônicos do Eça, e ao problema absorvente do sangue negro, a gotear sobre a sociedade brasileira por todas as feridas e úlceras da escravidão, o escritor maranhense suscitou esperanças de se tornar com o tempo o grande romancista da nossa gente.

Depois, no Rio, para onde o arrastou o êxito excepcional do comovente e formoso volume, entre publicações de vária marca, poesias, romances, contos, dramas, folhetins, resolveu dar à sua obra um caráter geral com o cunho de livros seriados, cujos personagens se ligassem à vida nacional, espelhando-a.

Esse trabalho, que teria por título “Brasileiros antigos e modernos”, constava de cinco partes, todas amoldadas à *Casa de Pensão*, *O Cortiço*, *A Família Brasileira*, *O Felizardo*, *A Loureira* e a *Bola Preta*.

O plano, inseriu-o *A Semana*, em cujas colunas o divulgou o próprio autor:

A ação principia no tempo da Independência e acabará pelos meados de 1886 ou talvez 1887 (Aluísio contava que estes dous anos ainda não vividos lhe forneceriam uma cena política de que ele precisava para fecho do seu trabalho). Tenciona pintar cinco épocas distintas, durante as quais o Brasil se vai transformando até chegar, ou a um completo desmoronamento político e social, ou a uma completa regeneração de costumes, imposta pela revolução. O primeiro romance, *O Cortiço*, faz nos ver um colono analfabeto, que de Portugal vem com a mulher trabalhar no Brasil, trazendo consigo uma filhinha de dois anos. Esta criança vem a ser a *menina do cortiço*, um dos tipos mais acentuados da

obra, o qual será ligado imediatamente a um tipo novo, o *tipo do vendeiro amancebado com a preta*. O colono deixa a mulher por uma mulatinha, e deste novo enlace surgem o *Felizardo* e a *Loureira*: participa deste grupo o tipo do *capadócio*, o pai-avô do *capoeira*, que mais tarde é chefe de malta e força ativa nas eleições. Ligado a este chefe de malta está um tipo que contrasta com ele: é o antigo Conselheiro de Estado, político formado durante a menoridade do Sr. D. Pedro II e graduado pelos seus serviços à causa da revolução mineira. Do Conselheiro nasce a *família brasileira*, composta de quatro figuras, a saber: o chefe, Conselheiro, de cinquenta e tantos anos, conservador e lírico; a esposa deste, senhora de quarenta, muito apaixonada pela *História dos Girondinos* de Lamartine, sonhando reformas e lamentando não ser homem para desenvolver o que ela julga possuir de ambição política no seu espírito; a filha, a moça de vinte anos, prática e interesseira, vendo sempre as cousas pelo prisma das comodidades e das conveniências sociais; e o filho, rapaz de dezesseis anos, presumido filósofo, e muito convencido de que está senhor de toda a ciência de Augusto Comte.

É sobre esta família que tem de agir o *Felizardo* e a *Loureira*: é nesta família que a *Loureira* vai buscar o amante, o filósofo de dezesseis anos, a quem não valera toda a teoria científica de Comte e Spencer e que dará um dos bilotras da Bola Preta; enquanto que o *Felizardo*, conseguindo casar com a filha do Conselheiro e conseguindo, uma vez rico, fazer carreira política, vai influenciar nos destinos do Brasil e comprometer a posição do monarca, como se verá no último livro...

Cortemos a citação: semelhante família seria, afinal, nos trópicos, um ramo pitoresco da árvore genealógica dos *Rougon-Macquart*...

O documento é preciosíssimo, porque ilumina sem artifício, com a verdade de uma tira ainda úmida de tinta, arrancada à pasta íntima do artista, os propósitos, os processos, as idéias, a visão estética de Aluísio Azevedo e da sua roda.

Na execução, o escritor emendou, desenvolveu ou restringiu o projeto. *A Filha do Conselheiro* passou a chamar-se *O Homem*, Pombinha substituiu a *menina do cortiço*, no desempenho de um papel modificado, o político do Império, revolucionário em Minas, conservador nos últimos dias da Monarquia, – e lírico de Menoridade à Propaganda – limitou-se a altear de passagem no *Coruja* a figura altiva, do aristocrata colonial, ao lado da loureira, convertida numa histórica, o presumido filósofo comtista tornou-se um manso rapaz, formado em Medicina, e a teoria dos capadócios e capoeiras

resumiu-se, sem complicações políticas, num admirável estudo de costumes. Mas, a partir daquele esboço, e não citando os livros em que, por desfastio, o escritor se colocou entre Walter Scott e Ponson, todos os romances de Aluísio, com exceção do derradeiro, o *Livro de uma Sogra*, têm a chancela do *zolismo*. O que, sob a influência do mestre, ele pretendeu analisar não foi a formação, foi a dissolução da família brasileira, limitada a certos usos, tipos e aspectos da antiga Corte. Assim, após a deformação otimista ou sentimental da sociedade pátria, pelos românticos, tivemos a deformação pessimista, carnal, nos livros de Aluísio e dos que o imitaram. Nas peças que correspondem ao referido plano, há apenas a preocupação da cor local, o apanhado minucioso de hábitos individuais pintados à vista, e de vícios, enfermidades e crimes expostos com espírito clínico ou judicativo. Em todas, patenteia o autor poderoso talento, prejudicado não tanto pela técnica realista, quanto pelo espírito da escola, – inclinada às brutalidades do instinto e ao predomínio do mal. São relatórios dialogados, em que numerosos lances de soberbo relevo artístico revezam com outros, iguais a peças de processo e a tabuletas hospitalares. Imaginemos um momento que João Coqueiro, na *Casa de Pensão*, não houvesse assassinado a Amâncio após a absolvição deste pelo júri; sem o desfecho dramático, imprevisto, que é a cena *menos naturalista* do volume, pois, em suma, desmente o passado daquele explorador da irmã e da mulher, o livro não merecia o nome de romance, seria uma simples crônica bem animada e escrita com esmero. No *Homem*, a situação preambular, um amor entre irmãos ignorantes de sua germanidade, tê-la-ia transformado Aluísio, mercê do Naturalismo, em extensa comunicação de manicômio sem a beleza dos sonhos de Magdá.

Apesar disso, quantos diagnósticos e receitas! *O Cortiço* é o mais perfeito dos seus romances. Vê-se a habilidade com que o artista aplicou os seus princípios estéticos. Demais, uma luz forte de simpatia e de justiça banha os quadros, os protagonistas, os comparsas, a multidão de deserdados que ali se agitam. Aluísio sofreu, como homem e como brasileiro, ao medir a extensão da geena pululante, de onde, amodando sofrimentos alheios, João Romão ascendeu à fortuna e as comendas. Que sátira cruel, a Bertoleza! *O Cortiço* resume as melhores qualidades literárias do escritor: é completa e bem estilizada a pintura da vida, os caracteres surgem inteiriços, os pormenores princi-

pais estão agrupados harmonicamente. Por infelicidade, nota-se a espaços demasia no rebaixamento do homem do povo, imerso numa lama inútil, quando não prejudicial à observação dos efeitos gerais. Mas que poder descritivo! A luta de Firmino com Jerônimo agiliza a imaginação do leitor; baila e canta na página o chorado em que a Rita Baiana fascina o português com a sua graça serpentina; e que originalidade e leveza no traço ardente desse perfil! Entretanto, a grande criação de Aluísio Azevedo é outra, é uma figura sombria crispada comicamente a sofrimentos de tragédia interior, é um ser humilde, feio e miserável, quase Alceste, meio Quasímodo, triste como a dor, grande como um protesto atirado ao destino, é o Coruja.

Esta criatura de arte, que roça pelo símbolo, não tem rival no romance brasileiro. À verdade pessoal junta a poesia amarga de um combate sem tréguas com a sorte injusta. Ergue-se na existência como a imagem do dever e é o dever que o esmaga; a sua única ventura é a bondade e chega a duvidar dela, a odiá-la; o amor é o seu sonho de todas as horas e só inspira aversão; possui todas as virtudes e são as próprias virtudes que o atraíam, que o condenam à derrota, que o matam. Ah! que pena sentimos pensando no que poderia ter sido *O Coruja*, se Aluísio Azevedo houvesse compreendido o valor excepcional, na sua obra, dessa criação! É o seu volume mais descuidado, talvez o único de que desdenhara. Dá-nos a impressão de ter sido composto às pressas, sobre o joelho. Registram-se casos assim na vida literária: — quem soube penetrar em tantas consciências, não se entendeu a si mesmo...

Do rumo que o seu talento poderia ter seguido, sem as lições de Zola, deparamos seguro indício nas primeiras produções e nos contos.

Naquelas, há em gérmen um idealista. Aluísio apareceu no Maranhão com o romance *Uma Lágrima de Mulher*, estréia romanesca ao sabor francês, lembrando a poesia da *Graziela*, de Lamartine, e de *Paulo e Virgínia*, de Saint-Pierre: rochedos de Lípari, casebre de pescadores, figurilhas ingênuas em marinhas soalheiras. A esses quadros, tão repassados de romantismo, nem faltou, para fidelidade de caracterização, “Castor”, o cão amigo, deitado aos pés de Miguel, um artista rústico, enquanto o rapaz lia contos sentimentais ou executava músicas da sua imaginação, como *Teu nome...* A paisagem não é da América, nem das costas da Itália, nem da Ilha de França; pertence à escola romântica. E os personagens? Três únicas figuras em primeiro plano: um velho

áspero, que cisma, uma devota, que reza, uma filha que suspira; e lá ao fundo, meio escondido nas névoas do poente, um vulto a esbater-se nas tintas do horizonte, um homem chorando, abraçado a uma rabeça... E o amor que, mais tarde, sob as inspirações de Zola, havia de aparecer apenas como instinto, e, menos que isso às vezes, – como um recurso de luta feroz na vida – o amor era culto, adoração, e recordava, nas imagens do artista incipiente, aquelas plantas orientais que tanto mais perfume exalam quanto mais grosseira for a mão que as triture; amor que se compraz em representar-se na morte, para, inconsolável e invisível, ir à noite deitar-se à soleira da casinha branca da amada...

Neste romance, que tem todos os defeitos do gênero e da juventude, a crítica seria capaz de mostrar alguns atributos que, infelizmente, não foram cultivados na segunda fase. Eles transparecem nos contos. Um livro de pequenas composições encerra sempre flagrantes de alma, fantasias, reminiscências, juízos sinceros sobre o homem e a vida. Quem escreve contos se confessa... Nem sempre o faz o romancista, ou, se o faz, quase sempre foge às análises diretas da personalidade. No romance, intenções gerais, superiores à página, dominam o trabalho, e o apuro no desenvolvimento das idéias apaga as notas particulares, os apontamentos, os fins.

Aluísio não é o único escritor cujo temperamento se denuncia mais claramente no conto que no romance. Dentro do próprio Naturalismo, cuja estética exagerou a impassibilidade dos autores em relação aos entretuchos, há exemplos disso. Há, entre outros, o de Eça de Queirós, em língua portuguesa.

Na crônica, no folhetim, na simples novela de improviso romanesco, o grande e querido Eça é um amigo a conversar conosco, a dizer-nos em frases finas e tocantes, com verdade e sentimento, o que pensava do amor, da glória, da beleza, da bondade... Há em França o de Flaubert, que só era absolutamente perfeito quando se resumia, o de Maupassant, que se retratava de corpo inteiro em dous ou três períodos de uma anedota original, o de Daudet, cujos romances parecem contos grandes, o de Anatole, que tão sutil e adoravelmente sabe fragmentar, na insídia de meia dúzia de linhas, as maiores paixões humanas. Zola, esse ignorou sempre a arte de fazer contos... Inclinado às epopeias, desprezava as historietas... Aluísio dedicou-se caprichosamente ao gênero. Era um *conteur* nato. “Último Lance” afigura-se-nos um primor narrativo. Fluência, simplicidade, cálculo de efeitos, idéia final, imprevista, mas

impressionante de acordo com as anteriores, há tudo isso no conto. Outro escritor, menos hábil, talvez tivesse levado o jogador a perder a última parada. Aluísio matou-o. Tê-lo-ia feito Maupassant. Nas coleções publicadas, à melancolia, – uma branda melancolia dissimulada quase sempre um tom levemente facetado, – sucede uma jovialidade forte, que às vezes se empana em repente amargo. “A Serpente”, que, ampliada, nos deu o *Livro de uma Sogra*, “O Macaco Azul”, “O Impenitente”, esses e outros desenharam o Aluísio irônico; “Pelo Caminho”, “Vícios”, “Inveja”, revelam o Aluísio comovido, – um Aluísio bem diferente nos dois casos do observador cruel dos romances realistas.

É tempo de resumir, Senhores: Aluísio não reuniu num escol de entidades sintéticas os aspectos físicos e morais do nosso povo. Fato que merece registro: o personagem é verdadeiro e não o é a sociedade a que pertence. Estes homens e estas mulheres andam, vestem, falam, agem, à moda do tempo, e o tempo, como espírito, não está neles.

O meio em que se agitam é monótono, limitado, quer enverguem o rodaque de linho branco de jantarinhos domingueiros, no remanso burguês do arrabalde, onde inda impera a cadeira de balanço das nossas varandas de fazenda, quer afrontem as luzes dos salões elegantes ou enxameiem boêmios nos círculos de vida irregular. Salva-o o estilo, amável e sóbrio, e a forma, nítida, espontânea numa palavra artística, embora de quando em quando lhe faleça labor. Há críticos entre nós (atenienses fora da Ática), que a cada instante aludem à simplicidade. Um sorriso responderá dessa banda à nossa observação... Mas, também deixamos aqui algumas reticências... A simplicidade não é assim tão simples... O entalho na madeira, a rendilha no granito e o estriamento no mármore são requintes de forma.

Será absurda a catedral gótica pelo misticismo aparentemente inextricável das linhas, dos adornos e das massas? Vede bem, ó tropicais helenos, que não desmerece a coluna quando a riscam em caneluras e a enfolham de acanto! Nem o crivo miudinho da traça, a devorar livros e livros alheios, é perfeitamente simétrico...

Aluísio, quando queria, trabalhava a buril. Trabalhou assim as suas melhores passagens. Quereis páginas bem estilizadas de sofrimento? Lede as que pintam a morte do português tísico do n.º 7, na *Casa de Pensão*, a evocar durante a agonia a aldeia longínqua da infância. Preferis um trecho america-

no, torpente como a nossa natureza? Abri o *Cortiço*: tendes ali a luz do meio-dia, o calor vermelho das sestras da fazenda, o aroma quente dos trevos e das baunilhas, a palmeira virginal e esquiva, o veneno e o açúcar gostoso, o sapoti mais doce que o mel, a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo, a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida... isso e mais que isso na esveltez bruna, no serpentear gracioso, na irresistível denguiça da Baiana.

Sim, Aluísio era um artista. Vitimou-o o excesso de produção, o tempo, o meio. O seu caso é mais ou menos o de todos nós. Vivemos na América e respiramos a atmosfera de uma época infensa à arte. Entretanto, quantos sonhos pairavam sobre aquela valente plêiade de artistas! Cedamos ao encanto de exalçar à distância de alguns lustros a sensibilidade congênita que tentavam dissimular. Tocante contradição: Aluísio e seus companheiros afetavam o culto da realidade e eram finamente espirituais; sabiam de cor *Une Charogne*, cortejavam a *Bête Humaine*, em caixa alta, reduziam tudo à Força e à Matéria e liam trêmulos de comoção Michelet, Quinet, Saint-Victor, Victor Hugo, e vibravam na cruzada artístico-boêmia de Patrocínio e devoravam depois os manifestos republicanos, traçados entre o busto de Washington e a figura simbólica, de barrete frígio, da Liberdade (também com maiúscula)... A Realidade! Essa, conhecemo-la nós, das gerações seguintes, cuja adolescência alvoreceu não entre utopias de doutrinários de fora, mas nas dores da ação, quando, dobradas as páginas dos poetas, dos publicistas, dos filósofos e dos sociólogos estrangeiros, vimos a pátria despojada de ficções, sem atavios imaginativos, com a poesia das palmeiras e dos sabiás substituída por impressões de deserto a vencer e com o prestígio das lendas arranjadas romanticamente, desfeito aos impulsos tumultuários de um povo que afinal desperta e compreende... Mas, como aqueles irmãos mais velhos (iludidos sobre si mesmos), saberemos manter conscientemente o idealismo da raça. Seremos idealistas a frio, se é possível... Notai, senhores, que, para os artistas, a suprema desventura é não poderem ter gênio em meios que não possuem ideal. Nada impede a composição de obras-primas, se o espírito se expande ao ar livre, luminoso e puro, de um grande tempo! Miséria qual a de Camões, com a poesia inspiradora da saudade aliada no exílio ao orgulho de um passado heróico e à glória dos avoengos, com a beleza magnífica da

Renascença a atraí-lo, num desfile interminável de cenas e de figuras grandiosas, com a sedução ainda virgem de ondas desconhecidas, esquivando-se na bruma dos horizontes à carícia do olhar e à audácia das quilhas, com os esplendores do Oriente, desdobrados indefinidamente na majestade de mitos milionários, miséria assim é opulência.

Tristeza, ainda nos limites da nossa língua, é a de Camilo Castelo Branco, o perdulário cético de períodos de ouro, a dissipar em novelas destinadas a classes mercantis, ou mais ou menos mercantilizadas, o talento que imaginou o *Amor de Perdição*, e que seria capaz de criar de novo o *Tio Goriót*. Desgraça, a nossa. O belo reside na consciência, a obra de arte – fruto de amor – só a fazemos quando o amor nos tempestua no peito, nos empalidece a fronte, nos enregela a mão, ora trêmula, ora crispada sobre o papel, e, apesar disso, somos obrigados a trabalhar de janela aberta, para a rua, diante das massas curiosas, irônicas, apressadas. Pedem-nos uma literatura de quarto de hora e sobre a página efêmera, composta às pressas, para lazeres de negócio ou intervalos fúteis de prazer mundano, atiram em paralelo as grandes obras em que o sentimento reveste formas eternas. E dizem: Não queremos as vossas idéias, nem a vossa fantasia, nem a vossa graça, nem o vosso pranto; sede impessoais, breves, simples; adivinhei os nossos pendores secretos, o que diverte em ironia, o que impressiona sem abalo, o que não convida a pensar; fazei da nossa vida uma religião...

Pobre Aluísio! Evoquemos fraternalmente as lutas que travou, os triunfos que obteve, os desenganos que o feriram. Jovem, soube distinguir a estrada florida, plana e tranqüila da áspera e tumultuosa, cujas pedras guardam vestígios sangrentos e cujos fontes têm um ressaíbo de lágrimas. Foi a esta que escolheu, fascinado pelas miragens do seu ermo traiçoeiro, pelo encanto do seu mistério azul e pela fugidia beleza, quase sempre intangível, da glória. Ah! como resistir à doce e cruel fascinação? Que outra existe no mundo mais poderosa? Não o amor – a arte, sim – “é mais forte que a morte”, quando a arte se torna a condição plástica do amor... Neste *dom-juanismo* ideal, que se não restringe às sensações imediatas, mas, através das formas imperfeitas, aspira à perfeição da Forma, não há saciedade, nem remorso, nem velhice. À medida que os anos passam, embora cada hora valha uma decepção, aumenta o atrativo das quimeras, e o culto estético, ao contrário do que sucede nos

afetos vulgares, é a própria mesquinhez da realidade conhecida e praticada, que o afervora. Certos artistas, com o tempo, sabem calar-se. Calou-se Aluísio Azevedo. Tinha o direito de fazê-lo. Ainda assim, que vos não engane aquele silêncio no degredo... Como os outros intelectuais brasileiros, ele estava condenado, após a mocidade, ao deserto e à sombra; mas, na solidão interior do seu fim de vida, conheceu, sem dúvida, o enlevo de supremas visões de arte. Quem sabe se não adormeceu para sempre beijado na fronte e nos lábios pela mais linda de todas!...

II

RESPOSTA DO SR. RODRIGO OCTAVIO

SENHOR Alcides Maya:

É sempre com acentuada satisfação que a Academia se adorna e se ilumina para festejar a chegada de um novo eleito.

E isso porque ela, nesse ato, não só acolhe, com extremos de mãe, o novo filho que adotou e vem, completado o ciclo da gestação gloriosa, exercer a função de assegurar a perpetuidade de sua vida, como porque, vaidosa, assiste à glorificação de outro cuja ausência não chora, pois que ele, desertando o mundo, imergiu na vida imorredoura dos que se esgotaram e tombaram na luta pelo ideal.

Vós, que agora nos chegais, trazendo-nos a exuberância sadia e rubra dessa vida da campanha gaúcha, cuja perspectiva pitoresca e agitada as páginas de vossos livros estereotipam numa viva impressão de água-forte, em que as minúcias do desenho de pequenos recantos não comprometem a realidade flagrante do quadro, vós que nos chegais, melhor do que outros, fazeis jus ao nosso regozijo porque, se moço ativo, sois a esperança de um contingente de esforço, consagrado e já glorioso, sois a certeza do êxito dessa expectativa.

Acabais de dizer no primoroso discurso, com que viestes enriquecer, desde logo, os anais da nossa Academia, que a função dela é ligar o Brasil de norte a sul, sistematizando e consagrando todas as manifestações da alma coletiva.

Disseste-lo e o dissestes bem. A Academia aspira exercer na formação e apuro desse idioma nosso, tão opulento e flexuoso, a ação paralela de o preservar de desvios que o deturpem e desfigurem, e de lhe enriquecer o mealheiro de vocábulos e expressões típicas e sugestivas, que o gênio de nossa raça por toda parte engendra, transmite e perpetua. Assim se formaram, em todos os tempos, as línguas nacionais, que a cultura depois, tomando-as no toco de sua criação original, lavou do pecado com a sua água lustral da vernaculidade.

E ainda sob esse ponto de vista adquirindo-vos, assegurando para a sua obra o contingente de vossa colaboração efetiva, a Academia andou acertada, porque vós vos constituístes o eco dessa terminologia cantante e onomatopáica com que, nos rincões e descampados de vossa província guerreira e campestre, se encontram expressões, peculiares e múltiplas, para toda a gama das cousas de guerra e de campo.

As páginas de vossa obra de ficção, acentuadamente provinciana e bairrista, podem constituir a célula de uma literatura nova, o cânon de uma nova língua. Há períodos em vossos livros nos quais, expurgada uma terça parte de vocábulos nossos, o resto não é nem português nem brasileiro, e não só por isso, como pela natureza das cenas que se sucedem nas páginas das *Ruínas Vivas*, fizestes bem em dizer que elas eram um “romance gaúcho”.

Por toda a vossa obra, página a página, se encontram exemplos, que eu me dispense de citar, mas que me não deixariam mentiroso. E de períodos tais estão urdidos capítulos de novela e romance.

Através, porém, dessa *selva oscura*, onde não raro se perde a esperança de penetrar no entendimento nítido e perfeito do sentido, muita vez ressumbra, na eloquência de uma linguagem, a que não prejudicam os vocábulos exóticos, porque a verdade do quadro revela a significação das palavras, a flagrância da vida da região onde vossa inspiração nasceu, se criou e se apraz de ficar, num sentimento de verdade e humanismo que empolga e comove. E é ao ar livre que ela fica, à vista dos vastos, infindáveis horizontes onde irradia e ululante voga a canção dos ventos, ora brandos, ora impetuosos, e em cuja vastidão, descampada e nostálgica, a mancha corpulenta do umbu surge e cresce como um acidente do terreno, que prende a atenção, que caracteriza o sítio.

E aí, é a existência incerta e desolada dos tristes e dos desamparados, que de preferência desenhais.

Ruínas Vivas chamastes vosso romance gaúcho, porque todos os que no cenário se movem, o próprio cenário mesmo, tudo não é mais do que restos, restos de velhas crenças, de velhas construções, de velhas raças.

Esse romance vosso em que se encontram reunidas, no consórcio ideal da beleza e da verdade, todas as qualidades do Romantismo, sem os exageros sentimentais da escola, e de um sentimento naturalista, discreto e limpo, esse romance vosso é a fragrância mesma da vida gaúcha, apanhado nas noitadas insones do rancho, na azáfama rubra e fumegante das charqueadas, na agitação apaixonada e emocionante das carreiras, nas lôbregas barracas das chinas impudicas, nas estações das carretas para repouso das longas viagens solitárias, dispersos os bois nos aramados próximos. Perpassa por suas páginas um sopro de rebeldia e de liberdade que nenhum preconceito ou sujeição respeita, como por entre as frondes e ramarias de um matagal cerrado, impávido minuano que abre, ovante, caminho à sua correria infrene e vai a se perder além. Esse Miguelito insubmisso e altaneiro, em cujo sangue “rolavam inimigas almas de mortos”, é a alma mesma dos pampas, nômade, vagando de restinga a coxilha, de rincão a descampado, na peregrinação infundável atrás de um pouso inatingível, impulsionada sempre pela fatalidade ancestral da raça.

* * *

Na *Tapera*, esse mesmo espírito vive. São páginas soltas, pequenos episódios, trechos de paisagem, retratos, que poderiam ter entrada para avolumar o lindo e forte livro das *Ruínas Vivas*.

E isso principalmente porque os contos e a novela são na verdade cenas da vida real do grande romance da campanha gaúcha. Na sinceridade do narrador, na fulgurância da linguagem, rútila e às vezes bárbara, que enroupa a idéia, sente o leitor, mesmo que não conheça a terra e a gente, sente o leitor a palpitação real da vida. Aquilo deve ser assim.

Não resisto ao desejo de proporcionar ao seletto auditório o prazer de uma leitura. Não respingarei, porém, aqui e ali, aspectos de campo ou fisionomia de gente, que os há, magistras e impressionantes, nas páginas do livro. Desejaria tomar um conto, e tomá-lo todo, para que, ao mesmo tempo, se tivesse a impressão da forma nítida e sugestiva e do conjunto harmonioso e inteiro. Mas alongaria de mais esta oração. E, para dar uma simples impres-

são da linguagem e do estilo, leio apenas a invocação que abre o livro da *Tapera*. Ei-la:

Morta, mas ainda de pé, em debuxo ao fundo ermo dessa imensidão triste, que sensações estranhas provocas!

Abandonaram-te, talvez, por velha; sucumbiste, quem sabe, a algum pampeiro: não tens o passado de glória dos lares que tombam heróicos por entre chamas ou se despovoam tumultuariamente numa tragédia de ciúme, de vingança, de ódio.

Neles, evocativo, perdura o prestígio de paixão e de poesia que anima e consagra a poeira.

– Foi aqui! – murmura quem passa, e logo o gênio do amor e da guerra embelece de idílio, enche de rumores de luta, decora de simpatia, de saudade ou de terror a habitação derruída.

Como um nome de mulher em lenda triste aformoseia um sítio agreste! Como sonoro reboia num silêncio de ruínas a brutalidade do apelido de um bravo!

Nada, porém, te resta, merencório tijupar.

O tempo irônico, depois de dispersar aos acasos da sorte a raça modesta que lutou e sofreu sob esse teto humilde, deixou erguidos no anonimato da morte, sem sombra de tradições, os teus muros solitários, que ora parecem rir para o caminho, pelas janelas e pelas portas escancaradas, um riso escarninho, doloroso do vazio que és sob o firmamento radiante, ora ameaçar soturnamente, enoitecidos e torvos, o horizonte remoto.

No sertão, ao menos, não é assim: a mataria invade as mansões derruídas. Ao sol que magnífico resplende ou nas longas noites perfumadas e tépidas, árvores e raízes avançam, lutam, firmam-se no solo conquistado, apagam os vestígios do homem. Flores olentes crescem à sombra das paredes arruinadas; pelas vigas apodrecidas enroscam-se trepadeiras virentes; colméias regurgitam de abelhas de ouro; borboletas volitam multicolorindo a paisagem viva; há colibris através as frondes, circulando troncos, vibrando por entre túmidos rebentos tenros; ergue-se das folhagens o epinício luminoso das cigarras; onde palpitarão humanos corações, os pássaros aninham; e a verdura atenua com o seu úmido relevo luxuriante, sob os reflexos do céu, a ausência das almas que se foram.

O homem passa, porém, não passa a vida, panteisticamente afirmada no colorido opulento das pétalas, no fremir leve das asas, no balbucio das auras mansas, no fagulhar dos feixes de luz sobre os arvoredos enseivados, no espasmo fecundo da natureza em fogo, a arder, a chispear, a fulgurar. Não mais lágrimas, risos, brados de vitória, imprecações sentidas; mas ao braço que vessava a terra e

as selvas desbravava sucedeu o tatarar das aves módulas; aos gemidos e aos brados, aos suspiros e às juras, o sussurro da mata.

No pampa!

Sozinha entre solidões áridas, ponto mais deserto e mais nu da paisagem deserta e nua, a tapera fica, perdura nos escombros, sarcasticamente ereta e descolmada, altivamente serena, morta e de pé.

Ao vê-la, desolada e informe, batida sempre do vento, dos nossos ventos sibilantes do Sul, lembra-me (amontoamento orgulhoso de pedras no cinzento das tardes), lembra-me consciências tristes de vencidos, firmes no desespero, impassíveis na ferocidade das resistências.

Às vezes, a coloração de alguma aurora, quando o estilo fulgura no firmamento ou a primavera esplende nos campos, ilumina os destroços mudos no longe indeciso dos panoramas amplos. E há como uma ressurreição: despertam legenda e sonho; tremulam de novo as palas no horizonte; condensam-se na espira arritmica dos fogões os vapores pampianos; vai recomeçar a vida...

Brumas, brumas efêmeras, em combinações de íris, que se dissipam apenas o sol ascende esbraseado no espaço, impondo, na realidade do dia, a miséria da ruína...

É interessante registrar que vós, nesse impenitente regionalismo em que, orgulhoso, vos acastelais, viestes, entretanto, ocupar a Cadeira que aqui ocupou quem pretendeu dar à sua obra um largo cunho de generalização dos aspectos da vida nacional. Aluísio Azevedo começou, como vós, escritor provinciano, isto é, tomando o assunto de seus livros nas cenas da vida de província. Logo, porém, transportado para a antiga Corte, o romancista de *O Mulato* sonhou com a glória de ser o historiador da vida social brasileira. E, como Zola escrevia a história natural e social de uma família no Segundo Império, Aluísio quis também escrever a história de nossos Rougon-Macquart e esboçou o plano da seriação de seus romances sob a denominação genérica de “Brasileiros antigos e modernos”.

O que foi ele como escritor, como artista sensível e verdadeiro, vós o dissestes com uma sinceridade que vos honra e com uma simpatia que merece os nossos comovidos agradecimentos. Dele não direi, pois, como artista e escritor. Mais velho que eu e mais antigo na luta, mas generosamente amigo e companheiro, desde o momento em que principiei a terçar as primeiras armas numa arena que não a saudade de tempos idos, mas a justa apreciação da verdade, me faz ver digna, convidativa e compensadora, e a que nada do que hoje

existe se parece de longe como emulação aos que começam, solidariedade aos que trabalham, acoroçoamento eficaz aos que triunfam; amigo e companheiro, não me abalançarei a um exame para o qual a amizade me tornaria suspeito; apenas deixarei falar o coração, dizendo de quem tanto mereceu na simples linguagem de minha saudade.

Foi um bom, foi um desinteressado, foi um generoso. Não existe quem dele haja recebido uma palavra má; quem lhe guarde o ressaibo de um mau movimento. Afável e insinuante, no fastígio da popularidade, lisonjeado e procurado, Aluísio jamais se despiu da simplicidade de seu modo, atraente e caricioso.

A ele, pela persistência do bom humor, não se poderia aplicar o hemistíquio de Virgílio que a Briseux coubera pela triste e confrangida expressão do poeta armoricano: *cui non risere parentes*.

Ao nosso, por certo, a mocidade correu alegre, não lhe deixando na alma o travo das tristezas vistas e sofridas, a desconfiança no futuro pela aspreza do prólogo da vida.

Amando estremecidamente essa terra sua que o viu nascer e que queria grande, ele se quis libertar da contingência do trabalho de dia a dia, para, desafogado, produzir, pelo só prazer de a compor, a obra que fosse digna dela; ardia na louvável ambição de dotar nossas letras dos livros que se sentia capaz de escrever, cujas cenas lhe tumultuavam no espírito enchendo-lhe a vida do pensamento. E essa libertação sonhada não se fez esperar; veio numa nomeação de Cônsul. Aluísio partiu. Levava no espírito um programa de trabalho para uma longa existência de esforço. Partiu; permaneceu ausente anos e anos. Andou por várias terras, por lindas terras. Depois da graça e do calor vivificante da Andaluzia travessa, teve os cenários exóticos das Ilhas Nipônicas; amendoeiradas a se desfazerem em chuvas de pétalas, campos estrelados de crisântemos e lírios. Daí o levou o destino para a sombra do Vesúvio, à margem do golfo onde à flor das águas azuis vaga na barquinha leve a poesia das canções de amor.

E apesar dessa mutação de perspectiva, desafiando a imaginação, estimulando o sentimento, os anos passaram e o livro esperado não chegava. Calou-se Aluísio, vos o dissestes, reconhecendo, generosamente, que ele tinha o direito de o fazer.

Sim, calou-se, mas o silêncio para ele representava uma dolorosa renúncia. Eu recebi, contristado, a impressão de seu estado de alma, quando em 1907 o visitei em Nápoles. Nossos primeiros encontros foram para matar saudades; falamos de tudo e de todos; eu desejei de tudo contar, ele ansioso por tudo saber. Rimo-nos da recordação de alegres episódios, e choramos também, que muitos dos nossos haviam fugido à vida, deixando-nos a saudade. A nossa companhia literária de então era quase uma família. *Frères, plus encore que confrères*, na incisiva expressão de Hugo. Do convívio e da solidariedade nasceu que nós nos amávamos, vivendo na comunhão das glórias e das tristezas e dores comuns. Mas, passadas essas primeiras expansões da curiosidade, falamos de trabalhos. Aluísio tinha sempre seus planos, sua exuberante ambição de produzir. Certa manhã, nesse insaciável anseio por tudo ver, que me domina, quando viajo, quis ir a Capri, e Aluísio me acompanhou: ao almoço, num toscano albergue mal protegido do sol pelas largas folhas de um parreiral que sobre nós se estendia como um pálido esfarrapado, perguntei-lhe pelo livro que devia ter na forja.

Aluísio olhou-me longamente, e contendo a natural vivacidade do gesto e dos olhos, respondeu: – Não tenho escrito nada. – Houve um instante de constrangimento. A visível comoção do meu amigo se me comunicou. Entretanto, a rapariguinha que nos servia, – belo e vivaz exemplar da flora feminina da ilha, – aproximou-se de nós trazendo-nos um prato de figos que colhera no momento, enormes, roxos, arrebatados como beijos úmidos, que sorriam.

E a atração gulosa das frutas frescas e orvalhadas, cheirando ainda à árvore de onde acabavam de ser desprendidas, nos salvou. A chucharra riu de nosso entusiasmo ante o prato apetitoso e aceitou, num gesto arisco, a fruta que Aluísio lhe oferecera.

Eu não insisti na minha questão indiscreta, mas o romancista voltou ao caso, e explicou longamente, particularizadamente, como quem quer achar argumentos para si próprio. Queria trabalhar, por certo ansiava por produzir, mas faltava-lhe a paisagem, o ambiente, o espetáculo. Se fora um poeta, faria versos em que falaria a saudade que tinha da terra; mas não era senão um pintor e faltava-lhe o modelo. Estava estudando, acumulando elementos espiri-

tuais, mas que só se poderiam materializar no livro quando voltasse à sua terra e à sua gente.

Escrever assim, longe e de memória, não devia; e tinha força para resistir ao desejo sôfrego que o queria arrastar, como se resiste aos prazeres do fumo e do ópio. Mas sentia que o livro sairia artificial e imprestável.

“*Artiste on donne sa propre vie à ses créations, ou bien l'on taille des marionnettes, et l'on habille des poupées*”, observou um dia o autor do *Crime de Sylvestre Bonnard*. Aluísio, para não fazer bonecos e vestir manequins, renunciou à produção literária.

Seria uma simples explicação? Seria uma confissão disfarçada de esgotamento e impotência? Não sei. Mas, foi dolorosa essa acalorada exposição em que a insistência nas minúcias e nos argumentos denotava a insinceridade inconsciente de quem se defende ou se explica, querendo convencer-se, primeiro, a si próprio da sinceridade de seus argumentos.

O que me pareceu verdadeiro, era que a Aluísio faltava a inspiração, que talvez, como ele dizia, só lhe pudesse dar de novo a vida ao sol vivificante do torrão amado.

A obra que escreveria seria o simples fruto do engenho, sem a participação do coração, e não quis fazê-lo, esse puro trabalho de esforço. Talvez, como a mim, se lhe houvesse deparado, em suas peregrinações pela Itália central, na recolhida capela do convento de Greccio, perto de Assis, tão cheia das tradições do Santo, a nítida inscrição esculpida na parede do coro:

*Si cor non orat
In vanum lingua laborat.*

Convenceu-se da verdade do velho dístico monacal e a língua não trabalhou, não quis que trabalhasse em vão. Anos ainda passaram sobre essa pitoresca, frugal *colazione* de Capri; anos passaram e a obra não veio e já agora não virá mais, que a luz de onde podia jorrar empalideceu e se extinguiu.

A terra amada, a que tornou alfim o filho pródigo, apenas lhe recebeu o corpo inanido e frio, para o guardar no seio em que se operam as transformações misteriosas da matéria e o trazer de novo à luz nas manifestações exuberantes da natureza tropical, que ele tanto amara.

A Academia vos agradece, Sr. Alcides Maya, o magistral perfil de seu querido morto. Ele foi dos da primeira hora, entrou para esta Casa quando a iniciativa de Lúcio de Mendonça frutificou e a todos convenceu da necessidade de se criar a Academia Brasileira; mas, não é só por esse trabalho de simpatia por Aluísio Azevedo que vós vos fizestes merecedor da gratidão de nossa companhia. Outro serviço de maior vulto lhe prestastes já, com vos terdes ocupado, e longa e minuciosamente, de outro dos nossos e primeiro de todos por todos os títulos. Escrevestes um livro sobre Machado de Assis, a que modestamente chamastes “ensaio de crítica” e “esboço de livro”. Foi esse certamente o elemento decisivo da vossa acolhida triunfante nesta Casa. Esse livro em que delineastes, com fino espírito crítico e um perfeito sentimento de verdade, o humorismo doloroso de Machado de Assis, sobranceiro à nossa vida social, apercebendo-se de suas pequenas misérias e lastimando-as com jeito de quem ri delas, esse livro me dá ensejo para apreciar outro aspecto de vosso talento e talvez mais promissor que o de novelista, embora humano e sugestivo. Nele não se encontra uma biografia do mestre querido; não há ali datas e genealogias. Em compensação, toda a alma de Machado de Assis ali está. Vós procurastes penetrar no espírito do inimitável autor de *D. Casimiro* para transmitir ao vulgo o vosso sentimento e não vos esquecestes do conceito de Balzac: “*Pour juger un homme, au moins faut-il être dans le secret de sa pensée, de ses malheurs, de ses émotions; ne vouloir connaître de sa vie que les événements matériels c’est faire de la chronologie, l’histoire des sots!*”

Destes como subtítulo do vosso estudo – algumas notas sobre o *humour* – e, destarte, desde logo fixastes a linha característica da fisionomia do grande escritor. Não viu ele, certamente, o mundo através de vidros cor-de-rosa, o travo de circunstâncias fatais que lhe doíam intimamente: as reminiscências das primeiras horas de esforço para ascender de um mundo onde o destino o depusera; a consecução das lutas que constituem a vida do ideal; as tendências do espírito que procurava de preferência o convívio dos espíritos azedos e rebeldes; tudo criou, desenvolveu e lhe manteve na alma essa bruma de pessimismo que nenhum raio de sol, mesmo pálido e atrasado, veio de leve espancar.

Fundamentalmente bom e caridoso, porém, seu pessimismo não conseguiu infundir-lhe maldade. A maldade que era, no sentimento dele, entretan-

to, quase um elemento de êxito. “Se alguém lesse isto achar-me-ia mau”, disse Machado, no *Memorial de Aires*, o derradeiro de seus livros, onde confessou cousas que em outros não tivera coragem de afirmar: “Se alguém lesse isto achar-me-ia mau, e não se perde nada em parecer mau, ganha-se quase tanto como em sê-lo.”

Entretanto, ele não foi mau, nem irônico, sendo a ironia uma forma dissimulada e amável da maldade, nem maledicente. “Jamais lhe surpreendi um gesto de maledicência”, escreveu dele Mário de Alencar, o mais dileto de seus amigos.

Do mal que pensava, todo ou quase todo provinha da suspicácia própria de um tímido e de um experimentado que sabe discernir e raciocinar o sofrimento... Sabia que o que é, é porque tem de ser... Admirava o idealismo da regeneração humana, entendendo a sua inutilidade e ineficácia; não tinha nenhuma forma de religião e admitia e respeitava todas as religiões. Tudo era expressão humana, e não lhe cabia senão olhar e comentar os homens. Não os acusava, reproduzia-os; e à natureza má opunha o sorriso inteligente, que é o gesto adequado à beleza, melhor que as lágrimas indiscretas...

Foi justamente este Machado, bom e compassivo, que às tristezas circunstantes sorria para não chorar, foi esse o Machado que surgiu nítido e triunfal de vossa análise sincera e conscienciosa, que é também uma defesa intencional contra injustificáveis ataques. Assinalastes o sentimento de *humour* que domina seu espírito. E o *humour*, conforme o caracterizastes no erudito artigo inicial do livro, e o *humour*, para vós, como psicologia, encontra dous elementos notáveis no “enfado e tristeza do mundo e do homem, mas tristeza mista de impassibilidade e de pena à percepção das cousas, e enfado que o prazer da análise tempera de orgulho”.

“O *humour* é revolta, melancolia e piedade”, escrevestes ainda, “fora apenas revolta e não se exprimiria em forma artística, embora irregular; mas também é sombra de alma, humanidade que não se resignou de todo, que ainda sonha”...

E no desenvolvimento interessante e vivo de vossas idéias chegais à definição de Paulo Stapfer, que Eduardo Scherer resumiu: “O humorista é o pintor tragicômico do homem e do absurdo humano.” Por isso, achais que Machado de Assis avulta singular nas letras nacionais, e a parte que teve na

evolução delas é toda ideal, no sentido humano da palavra; sendo o domínio que lhe cabe o homem e o seu absurdo.

Ele não era um colorista local, vós o dissestes também, e pensava que, qualquer que fosse a latitude, o homem lhe apareceria sempre idêntico, tendo apenas de nacional o feitio exterior. Em essência, palmilhe este ou aquele solo, os mesmos instintos vibram nos mesmos órgãos e invariáveis exercem-se, sujeitas a limitações intransponíveis, as mesmas transitórias faculdades. Entretanto, a esse mordente caricaturista de almas devemos alguns tipos de romance, de conto e de novela admiráveis de verdade como representação social. Resulta-lhe nota predominante no desenho e exagero cômico; não descreve costumes; raro delinea um panorama; e nada obstante, das suas páginas poderá extrair o crítico – se curioso de tal assunto – preciosos documentos sobre a nossa índole coletiva, pelo menos nos centros de cultura. Certas classes, resumiu-as em indivíduos completos, alguns dignos da firma dos grandes naturalistas, tão bem lhes dissecou os caracteres predominantes e tanto os depurou do postiço que, em geral, lhes atribui uma literatura de reflexo.

São de toda a justiça estes conceitos. Tendo educado o espírito e disciplinado a arte no estudo dos grandes mestres e nos ensinamentos das literaturas estrangeiras, as criações de Machado de Assis, arrancadas à própria vida sem intenção de escola artística, estampam como poucas, apesar do pessimismo do autor, a psicologia real da sociedade.

A obra de Machado é essencialmente nacional. A gente que o seu gênio animou é positivamente a nossa gente; e se esse grande fim ele conseguiu, o de, imbuído de educação estrangeira, mais do que isso, universal, vazar tipos de natureza, aspecto, sentimento e ação, nossos, inteira, perfeitamente nossos, nós lhe devemos ainda, graças à ductilidade maravilhosa de seu espírito, o benefício do seu exemplo num largo trecho da nossa vida literária, afazendo-se ao sentimento da época, amoldando-se ao feito contemporâneo.

Por isso escrevestes com muito acerto que ele “não se dobrou a escolas nem se dedicou a uma literatura de proselitismo; ao surgir, manteve-se sereno entre os exageros clássicos e românticos, e quando, após as obras iniciais, se afirmou integralmente em arte, surgiu cultivando novas formas. Era um humorista. Impressionara-o a cultura das grandes nações: adquirira uma concepção geral do mundo, da vida e da história; ocidentalizara o seu gênio.

Dispondo de vastos recursos picturais, pudera ter feito quadros de gênero; preferiu analisar caracteres, casando com o próprio temperamento na figuração moral do homem o espírito de ceticismo, que é uma das notas próprias de nosso tempo”.

Tantas e tão belamente ditas são as passagens em que no livro sobre Machado de Assis assinalais um traço da fisionomia personalíssima do mestre, ou se insinua uma observação original e profunda sobre sua obra e sua maneira, que mal me tenho contido do prazer de transcrever ainda. Os meus ouvintes me agradecerão sem dúvida o encher eu o tempo destinado à minha oração mais com o labor daquele a quem recebo do que com o desalinho da minha linguagem própria. Não devo, porém, abusar, nem quero incidir na censura dos que possam ver neste discurso, que se não quer enfadonho, um desrespeito ao oportuno conceito horaciano.

Fecho, pois, o ciclo das transcrições dando os meus agradecimentos ao novo companheiro pelo ensejo de ter feito ecoar sobre o simbolismo da nossa cúpula o entre todos querido nome de nosso primeiro e glorioso Presidente. A justiça vai-se fazendo lentamente em torno dele; mas vai-se fazendo, e ela nunca vem tarde. A justiça pode escolher a sua hora, na frase desse místico pagão que foi Louis Menard, a justiça pode escolher sua hora, pois que ela é eterna.

Eis, ditas com a sinceridade desataviada de minha convicção, as razões por que a Academia atendeu ao vosso desejo de pertencer ao seu grêmio e hoje vos acolhe com o ritual do costume, mas com acentuada satisfação e justificada esperança. Tendo-vos esforçado, na preocupação do ideal, por merecer a escola da Academia, tivestes a satisfação de ver esse esforço coroado e vosso nome harmonioso é hoje levado aos quatro cantos do país pelas auras da fama. É isso certamente a glória, que a precariedade da nossa condição permite aos eleitos do destino. Contentai-vos com ela, entretanto, procurai manter-vos nessa latitude, prosseguindo na obra sob a inspiração dos mesmos sentimentos que até aqui vos têm animado. Se vos sentis glorioso, não desejeis ser popular. Da glória para a popularidade não há senão alguns degraus, disse com seu fino espírito aristocrático Barbey d'Aurevilly; mas degraus que descem. Permanecei, pois, onde vos achais e continuareis a ser digno.

Montalembert, num famoso discurso em sessão pública do Instituto de França, em que fez o elogio de companheiros desaparecidos, observou: “*Ces grands morts nous rappellent des grands devoirs. Il ne suffit pas à notre renommée d’avoir été leurs confrères, d’avoir vécu – avec eux et après eux; il nous faut encore vivre comme eux; il faut, comme eux, aimer et servir la vérité.*”

A Academia Brasileira ambiciona destacar-se do espírito predominante do utilitarismo em que hoje se vive mergulhado. Reunindo em seu convívio alguns dos nomes que a cultura literária possui de mais significativo entre nós, ela procura manter acima das preocupações gerais de riquezas, de bem-estar material, de epicurismo, que tudo avassalam, aquele sentimento ideal que Montalembert chamou – *la passion des choses élevées* – e com a qual se queira armar para opor ao declínio contemporâneo que se ousava apregoar como progresso, as altas e livres meditações do pensamento; aos triunfos efêmeros de Plutus, as derradeiras vitórias puras e magnânimas da inteligência.

Vós, com vossos livros, com a ação que já soubestes desenvolver em vossa terra natal, agremiando em torno de um ideal de arte, alto e desinteressado, uma plêiade brilhante de jovens engenhos, o que vos valeu ali um título honroso de *leader* dos novos, vós nos destes seguras arras de que vossa colaboração no prosseguimento dessa obra será profícua.

Soubestes fixar a fisionomia literária e moral de dous grandes mortos de quem a saudade vive nesta Casa; sois, pois, apto para os imitar e dar continuidade àquelas vidas a que um ideal superior impunha a diretriz.

Zombem os impotentes da aristocracia que querem ver em nossa sociedade; proclamem outros, mal avisados, a inutilidade da instituição que dizem anacrônica e inócua. Ela que continue a existir. Basta que ela exista como um simples núcleo de escolha, ao qual se ambiciona pertencer, cuja acolhida nos dê, subjetivamente mesmo, de nós para nós, uma parcela, pequena que seja, de convicção de superioridade; basta isso para que a Academia seja um elemento de aperfeiçoamento social. Perpetuemos, pois, a existência dela, a despeito de tudo, e teremos assim estimulado esforços isolados que refletirão sua influência benéfica na coletividade, procurando fazer com que se queira ser melhor, para que cada qual se sinta digno de levantar os olhos até ela; continuemos a ser, no conjunto de nossa organização, esse pináculo a que nem todos podem pretender elevar as vistas; e, quando nada mais fizéssemos, isso bastaria para

defender a oportunidade de nossa existência; para justificar a conveniência de nossa perpetuidade. Mas, para nos mantermos nessa desejada altura, é preciso que não nos contentemos em ser os simples companheiros de nossos colegas, os meros sucessores de nossos antepassados espirituais. É mister que queiramos ser os continuadores de sua obra, e que, absorvidos pela paixão das coisas elevadas, nos saibamos conservar isentos de cumplicidade na depressão moral e intelectual de nossos tempos, assegurando, pela imitação da vida dos que foram grandes e nobres, as perspectivas de um futuro melhor.

Discurso do
SR. ANTÔNIO AUSTREGÉSILO

e

Resposta do
SR. MÁRIO DE ALENCAR

*Sessão solene extraordinária
do dia 3 de dezembro de 1914*

I

DISCURSO DO SR. ANTÔNIO AUSTREGÉSILO

SENHORES:

A filosofia humana, em todos os seus sistemas, altos, complexos e transcendentos, parece ter uma origem humilde no problema elementar e quase instintivo da felicidade individual, que o homem procura nas peregrinações da vida.

Ser feliz é a nossa aspiração solícita, o sonho de todos os ideais humanos, a própria vida projetada por lentes enganadoras, a ilusão do futuro, a terra prometida, o desejo insaciado, a miragem permanente.

Mas o homem é o mais incontentável dos seres e não lhe é dado definir a sua ambição de felicidade, que é o mais relativo de todos os bens, e que varia de pessoa a pessoa, segundo o meio, a raça e a religião.

Houve um poeta que almejou como ideal um trecho da terra, medido pela projeção da sombra da mulher amada; a Napoleão só contentaria a conquista brutal de toda a terra.

Nos limites das cousas possíveis, no livro dos meus sonhos, na página dos grandes desejos, inscrevera eu a Academia. Esta foi durante alguns anos, para mim, um problema de felicidade, por isso vos direi que chego a ter agora a ilusão de que sou feliz. É este um dos momentos de repouso da minha aspiração, e a vossa companhia e o sentimento desta solenidade dão-me a impres-

são de que afinal alcancei a miragem fugidia, sonhada não por mera ambição da vaidade, mas como ideal desinteressado e nobre, como prazer intelectual.

Sob o médico, não deixara eu apagar de todo o homem de letras que eu poderia ter sido. Preferi certamente as urgências profissionais, os deveres do magistério superior, ao labor continuado da produção literária, e não tenho publicado livros deste caráter, além dos ensaios da mocidade. Mas o amor das letras não me abandonou e foi sempre o refúgio de esperanças adiadas, de lenta ânsia, que eu reservava para a minha beatitude espiritual.

Aspirava, em suma, sentar-me ao vosso lado, pelo prazer do vosso convívio de eleitos da intelectualidade. Foi só ao transpor este nobre limiar que vacilou a minha ambição, lembrando-me o que também ao meu mestre, vosso companheiro de alguns dias, Francisco de Castro, pareceu deter um instante, a divisa que viu reproduzir-se no pórtico desta Academia, e que fechara outrora aos profanos e a Platão: *Só entre aqui quem for geômetra*.

Peço-vos, agora, que me releveis a ousadia. Sou como aquele personagem de certa ópera, o qual, apesar da proibição severa, se atreveu a levantar os olhos para a princesa que passava.

Procurei a Academia não como refúgio de descansos ou como um baronato da inteligência. Considerei-a sempre uma instituição de destinos ativos, fundada para a unificação da nossa inteligência, “uma torre de marfim onde se acolham os espíritos literários”, como já disse Machado de Assis, e louvava-me nas palavras com que a inaugurou o seu primeiro presidente e hoje patrono desta Casa.

Modelada na Academia Francesa, pareceu-me, entretanto, que esta Academia tinha de diferenciar-se dela, obedecendo ao influxo das nossas condições sociais diversas, de país em formação, no qual os elementos étnicos estranhos ainda perturbam o equilíbrio definidor do caráter nacional, a unidade e a feição da nossa intelectualidade. Lá na França a instituição é o remanso dos consagrados, o jardim dos fidalgos da inteligência; aqui deverá ser a tenda carinhosa dos glorificados e de alguns imaturos que prometem entregar o oiro da sua inteligência como recompensa à fidalga hospedagem que dispensais.

A ação da literatura tem importância capital na orientação e no esclarecimento dos nossos esforços em prol da preponderância, sobre todos os fato-

res adventícios, do fator brasileiro, representado nas nossas tradições e na nossa língua.

A Academia Brasileira tem aí o seu fim capital, como corporação por excelência da literatura e da intelectualidade pátrias. Considero-a, pois, um corpo vivo, em plena seiva, em franca assimilação, cujo biótono intelectual será capaz de energias poderosas.

O homem do Oriente ou do Ocidente, dos gelos ou dos trópicos, tem mais ou menos os mesmos ideais, – de religião, de estética, de filosofia. Há povos mais inclinados a esse ou àquele ramo de atividade intelectual, mas, no conjunto a *idéia* tem atravessado os séculos, modificando-se apenas pelos moldes das civilizações que surgem e que sucumbem, mas sempre com o mesmo potencial energético. Sou dos que acreditam e confiam na inteligência brasileira.

Afastemos de vez a ingrata e atormentadora descrença do espírito nacional, que a inferioridade da raça e os rigores do clima nos detêm os passos e não nos deixam atingir as civilizações das grandes raças, nem manter a estabilidade do progresso.

A questão de climas e de raças é demais complexa para consentir afirmações dogmáticas, mas basta lembrarmos que, durante algum tempo, quando o norte do Brasil estava em pleno desenvolvimento e onde o clima é verdadeiramente tropical, o maior número de intelectuais brasileiros surgia de lá. E quanto a nós, americanos do Sul e do Norte, convém notar, como bem observou Joaquim Nabuco, que a civilização nos foi plantada de galho, vicejou e floresceu por processo diferente do dos outros povos.

Ao pessimismo dos desanimados ou dos *snoobs* prefiro o otimismo exuberante de espíritos como o de Afonso Celso, que não julgam desdoiro falar bem da nossa intelectualidade e dela se ufanam.

Estamos sem dúvida ainda – pois somos um país novo – nas condições de parasitos da inteligência e dos progressos da Europa, mas, – e isto não se justifica por sermos um país novo – temos em geral a tendência para o mimetismo exagerado das coisas do Velho Mundo, com o correlativo desdém das nossas qualidades originais. Chamo-lhe o *americanismo intelectual*, e conviria que nos livrássemos gradativamente deste processo de importação ideativa,

pois somos mercado dos livros científicos e literários de além-mar, e há consumo luxuoso, prejudicial, portanto, às nossas qualidades intelectuais produtoras.

Na América do Sul, e como consequência no Brasil, a face da civilização está no mercantilismo e no industrialismo, na influência sedutora da política sobre quase todos os homens, no problema econômico industrial, de modo que o cultivo aprimorado da inteligência é feito parcialmente, pelo aspecto de êxitos pessoais, com sacrifício da arte ou da ciência em si.

Falta-nos na produção intelectual concreta ou abstrata o estoicismo ou a *beata solitudo* dos capuchinhos d'Evreux, para a meditação e construção do edifício permanente do gênio nacional.

Infelizmente para os triunfos sociais não precisamos da estratificação iterativa dos trabalhos do espírito; o êxito não está na firmeza do saber ou da criação mas na indústria do *savoir-faire* e nas surpresas da felicidade. Mas, apesar de tudo, o gênio brasileiro já se revelou brilhantemente na criação literária; e se a nossa ciência ainda não atingiu a maturidade dos grandes centros, conservamos, contudo, na arte o sentimento do belo, que nos veio da alma latina onde paira de maneira mais ou menos completa o sonho da perfeição, como expressão de prazer intelectual.

A nossa literatura começou antes da nossa vida de nação emancipada, e na longa série de nomes que fazem a história literária nacional existem grandes poetas, romancistas, oradores e publicistas.

Entretanto, porque são nossos, conhecemo-los apenas de nome. Falta que o estrangeiro nos revele a nós mesmos, e essa revelação só virá quando a nossa importância política ou econômica atrair sobre nós a atenção e o estudo do mundo.

Ferrero demonstrou a influência do expoente das nações sobre o valor dos grandes homens. Para muita gente Shakespeare foi o maior poeta da humanidade porque a Inglaterra é a nação mais rica e uma das mais fortes do mundo.

A Alemanha exerce uma espécie de deslumbramento às inteligências novilatinas, porque a Alemanha é poderosa pelo comércio, pela indústria e pelo militarismo.

Os nossos escritores não são estimados porque nasceram aqui e vivem ao nosso lado, porque somos nação militarmente pequena; falamos o portu-

guês, uma língua desviada da moda, isto é, “falamos a portas fechadas” na expressão de Herculano; falta-nos a egolatria das nações que se julgam fortes e possuímos o pessimismo e o paradoxo que são os sestros e a expressão do *humour* brasileiro.

À Academia Brasileira penso que incumbe o dever de contrariar essa tendência nacional do menospreço, e só ela pode fazê-lo com eficácia, por ser o centro da federação literária do Brasil. Cabe-lhe dirigir a nossa literatura, zelar por ela, protegê-la, ativando, propagando, disseminando o conhecimento das nossas produções, estimulando o gosto literário e firmando a nossa tradição.

Quantos de nos mesmos ignoram as obras preciosas dos nossos grandes escritores! E temo-las algumas perfeitas, e em grande número admiráveis e fortes, mesmo quando lhes faltam a paciência e a exaustão das obras dos países cultos, onde os problemas vitais não absorvem as energias da inteligência com a peculiaridade da vida sul-americana.

Penso que a alma brasileira tem de ser formada pela tradição das grandes obras nacionais. A lição do gênio deve aproveitar a todos, porque os gênios são a síntese dos povos e o caráter destes deve ser constituído pela filosofia das grandes personalidades pátrias.

A leitura do *Guarani*, das *Minas de Prata*, do “Navio Negreiro”, de “I-Juca-Pirama”, de *Inocência*, dos *Sertões* e de tantos outros trabalhos nacionais deve despertar em nós qualquer coisa de nós mesmos, da nossa raça, da nossa pátria, que estava latente ou esquecida em nosso pensamento, da mesma maneira que a leitura dos *Lusíadas* deverá despertar no povo português efeitos análogos, e reverdecer a alma lusitana.

Pena é que o sucessor de Heráclito Graça tenha insuficiência intelectual para colaborar convosco na obra nacional da nossa valorização, pois o que se foi gozava do conceito dos fortes e o que vem aqui penetra pela vossa complacência.

O espírito de Pardal Mallet, que vela esta Cadeira, preenchê-la-á provisoriamente, até que apareça o digno sucessor do sábio que perdestes.

Trago-vos, porém, a fé sincera, o coração convencido e a inteligência afeita ao trabalho.

Animou-me particularmente a pedir-vos uma parte no esforço para esse nobre empreendimento a consideração de que vinha ocupar o lugar de um

homem que, podendo ser escritor notável, preferiu ser modesto trabalhador em prol de nossa língua.

Foi no exercício da minha profissão que conheci Heráclito Graça. Jungido ao leito, suportando dores cruciantes, o caro filólogo pátrio, com a fisionomia austera, sofredora, mas denunciando senescência vigorosa, deu-me a impressão de um estóico que sofria por bem de sua alma. O primeiro contacto com este grande estudioso despertou-me piedade e admiração: piedade, porque o via condutor de doença incurável e eu não lhe poderia remover os padeceres; admiração, porque, sabedor da profundez de seus conhecimentos literários, *maxime* vernáculos, surpreendi de perto o que a voz dos eruditos anunciara, apesar do espesso véu de modéstia que envolvera sempre tão original personalidade.

Heráclito Graça falou-me de seus males minuciosamente, interpretando-os, justificando-os, cobrindo-os amiúde com o otimismo salutar de quem quer longamente viver, mas revelando sempre, na dor, o espírito arguto e amante da minúcia. E quando algum fato lhe escapava no histórico da doença, socorria-se da solicitude da esposa sofredora e da filha amantíssima, que, juntas, entre animações exteriorizadas e tristezas íntimas, iam auxiliando a narrativa da dolorosa enfermidade.

Ele esperava que a medicina ou o acaso o tirasse do perigo – *casus medicusve ægrum ex-precipiti*, – no dizer de Horácio. Depois do dever médico, fomos impedidos, eu com o fim de distraí-lo, ele pelo automatismo do saber, fomos impelidos para a literatura.

Sabia-o educado no Maranhão e por isso falamos da vida intelectual da Atenas brasileira.

Pasmei de ver memória tão fresca: versos de Gonçalves Dias, trechos de Lisboa, incidentes da vida literária do seu tempo foram alegremente narrados.

A palestra não lhe foi nociva, pois os sofrimentos como que se amainaram.

O fulgor do seu espírito, irradiado da fisionomia onde a dor deixara fundos sulcos, a cabeça pálida, emagrecida, de olhos em que outrora houvera magnetismo, trouxeram-me a evocação de um filósofo antigo que surgira como o símbolo do saber e da resignação.

Para o não fatigar muito, retirei-me, voltando alguns dias depois. Falou-me pouco dos males, das prescrições feitas, e do quase nulo resultado delas; e no decorrer da palestra que se desenvolveu, sempre se foi revelando, apesar da doença prolongada, o profundo glotólogo e classicista acatado.

Infelizmente foi a última vez que vi Heráclito Graça. Soube então que a doença se agravara e dois ou três meses após deixara o vazio impenhável nesta Academia e nas letras pátrias.

Os seus últimos dias foram tristíssimos!

Poucos o conheciam bem; cultivara raros amigos e dentre eles o Barão do Rio Branco, de quem me falou com especial veneração, lisonjeado com a amizade que lhe havia votado o grande brasileiro.

Heráclito Graça foi um beneditino nos estudos vernáculos. Para demonstrar-vos o seu amor paciente aos livros, basta lembrar que leu todo o *Elucidário* de Viterbo, palavra por palavra, e ao lado de cada vocábulo deixou escritos, em letras miúda, só visível, não raro, com uma lente, termos, frases, comentários, documentações do seu rico saber. *In finis* escreveu a seguinte nota explicativa: “o *Elucidário* contém 6.143 vocábulos; foram acrescentados 7.457, perfazendo o total de 14.600” – isto é, mais do duplo do texto original.

A sua feição psicológica era a de analista e de comentador. Lacerda, considerado por ele um dos melhores dicionários da língua portuguesa, sofreu a mesma monda de erros e o replantio de milhares de vocábulos. Os comentários nascem desde a introdução gramatical e vão atravessando as palavras, caminham, como um rio que se espalha pela vargem, inundam o volume inteiro, em todas as direções das palavras impressas, nas margens, em cima, embaixo; onde há uma entrelinha se depara uma nota, de modo a nos dar, à primeira vista, a impressão de danos causados por mãos de colegial ou de um grafômano, como não raro encontramos nos frenicômios. Mas o exame acurado demonstra a construção lenta e erudita do grande solitário, que só tinha vagas para o saber! O obra do glotólogo inédito faz arrancar instintivamente a frase de Castelar: “Pasma o atendimento e cansa a admiração.”

Cheios de notas e observações estão quase todos os livros de sua primorosa biblioteca de clássicos portugueses, quinhentistas, seiscentistas e os modernos mestres da vernaculidade, e posso, entre muitos, citar-vos o *Leal Conselheiro*, as *Ordenações Afonsinas*, os livros de Fernão Lopes, Rui de

Pina, Azurara, *Glossário das Palavras e Frases da Língua Francesa*, de Frei Francisco de S. Luís; e só acerca de Vieira escreveu quatro cadernos de um trabalho inédito, *Notas filológicas e gramaticais sobre os “Sermões” do Padre Antônio Vieira*, I.^a edição, I.^a parte, por ele dirigida e por ele impressa em Lisboa, “nas oficinas de Ioam Costa. MDCLXXIX”.

Este homem teria sido preciosíssimo à Academia, e, se não fora de caráter retraído, poderia ter-lhe dado parte dos seus haveres filológicos. Preferiu, porém, pela feição de ancoreta, fazer dormir os tesouros no silêncio da modéstia, a entregar-se a uma colaboração assídua, ao vosso lado.

Talvez a fama do filólogo ficasse ainda mais restrita, se um sucesso de ordem material o não impelisse à publicação dos artigos acerca dos fatos de linguagem.

O ilustre acadêmico atravessava uma fase difícil da vida, quando um dos diretores do *Correio da Manhã* o convidou para colaborador do jornal, em questão de Filologia.

Iniciou então a série dos “Esboços críticos a alguns assertos do Sr. Cândido de Figueiredo”, publicados naquele diário, de 26 de fevereiro a 16 de novembro de 1913, sob a epígrafe “Notações filológicas”.

Tendes conhecimento do espetáculo às vezes grandioso, às vezes assustador, das chuvas abundantes após as secas do sertão. O livro de Heráclito Graça, modestamente impresso, deu-me, aos primeiros manuseios, o mesmo sentimento que teria o sertanejo, quando, após a tristeza de uma longa seca, recebesse de chofre, para os seus campos, muita água, mas em caudais: alegria e assombro. De fato. Ouvira dizer que Heráclito Graça era exímio cultor da língua materna: mas isto constituía sussurro de alguns eruditos, justa reputação feita, mas sem quase documentação. Cândido de Figueiredo fizera editar as *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, e o vosso companheiro, para demonstrar “certos desacertos doutrinários que na sua opinião o polígrafo português cometera”, provavelmente por escassez de tempo para consultar com vagar os mestres da língua, publicou o livro que conheceis. “O português e o brasileiro, disse Heráclito Graça em estilo sóbrio e puro, sabem mal a língua riquíssima e harmônica que lhes tocou em sorte, e, desdenhando-a, lêem e aprendem por livros franceses em toda a carreira da vida.”

Comparei o livro de Heráclito Graça a um caudal. Realmente. A oposição aos argumentos de Cândido de Figueiredo causa pasmo, pois não há documentação que não seja feita com basta messe de exemplos dos mestres da língua, antigos e modernos, como João de Barros, Heitor Pinto, Azurara. Rui de Pina, Frei Luís de Sousa, Fernão Mendes Pinto, Bluteau, Filinto, Castilho, Latino Coelho, Herculano, Rebelo da Silva, Garrett, Camilo e até Eça de Queirós da última fase, o qual, no dizer do nosso patrício, se transformara em consciencioso cultor da língua.

Talvez na paixão de crítico, impelido pela abundância do saber, agredindo cavalheirosamente, levando algumas feitas de vencida o adversário, penetrasse demais no recesso dos alfarrábios, para deles arrancar os fatos de linguagem; talvez nem sempre as suas idéias e asserções lograssem a verdade doutrinária.

O português não é uma língua de bases sólidas; a sua evolução sofreu a influência natural da quase parada da civilização lusitana. Afastada um pouco da cultura moderna, obrigatória, e pela condição social das nações em que era trafegada, a língua portuguesa teve de receber os reveses naturais de todos os povos que se acham em progresso lento.

O desenvolvimento de uma língua deve acompanhar o estado social das nações em que é falada, e, como disse Latino Coelho, no elogio a Frei Francisco de S. Luís, “é o idioma de um povo a mais eloqüente revelação de sua nacionalidade e de sua independência. Na linguagem andam vinculadas as suas grandezas e as suas tradições gloriosas”.

O estudo científico ou a filologia moderna tem revelado novos aspectos gerais, que podem ser adaptados ao nosso vernáculo. Nem sempre o que foi dito por clássicos é absolutamente puro; e podemos opor-lhes o nosso critério para o que for consentâneo e justo à inteligência da linguagem. Quer no aspecto etimológico, sintático ou semântico, as modificações hão de surgir naturalmente no conceito dos povos acerca dos fatos idiomáticos.

Esta liberdade de reforma é moderada pela Gramática, que acompanha de perto a língua, e diminui as mesnadas de erros da maioria. A Gramática não faz estilistas, mas é uma espécie de terror necessário aos escritores.

O evoluir a língua deve fazer muitas concessões aos cultores modernos do português. Como refere João Ribeiro, “pouco valerá a razão de que a lín-

gua se acha constituída; o caráter mesmo de todas as línguas é ser um superiororganismo em progresso ou em decadência, e sempre em movimento”.

Cândido de Figueiredo, na resposta à crítica de Heráclito Graça, desfaz, algumas vezes com razão, na autoridade de Filinto, Camilo, Adolfo Coelho, Garrett, mas é sabido que alguns destes foram iniciadores do renascimento, da maleabilidade da língua portuguesa.

Garrett e Camilo, podemos dizer, tiraram a gravidade do português e provaram a sua leveza e fartura, ora despertando a solenidade, ora a criabilidade do idioma lusitano, como fez, sobretudo, Camilo, que, depois de Vieira, deve ser considerado o malabarista mais ágil do vocabulário português.

Essa reação foi desvirtuada pelo gênio cintilante de Eça de Queirós, e pelos ousios brilhantes de Fialho de Almeida.

Felizmente Ramalho Ortigão, em sua sobriedade e elegância, ateu-se um pouco mais ao regime dos puros, mas cedeu ao francesismo, a fim de não fugir à moda do seu tempo. Eça, que foi um dos maiores artistas contemporâneos, e que provou exuberantemente a gracilidade da língua, a sua pouca barbarie, fugindo da ênfase e seduzindo toda a mocidade portuguesa e brasileira com estilo simples e elegante, Eça, dizia eu, poderia ter sido, pelo seu gênio, o iniciador da moderna fase da língua vernácula, se não vivesse tão dominado pela influência francesa, e a tal ponto que motivou a frase do conhecido crítico português: é pena que este rapaz escreva as suas obras em francês.

Sem exagero de patriotismo podemos dizer que cabe, talvez, a Machado de Assis a honra que Eça de Queirós não soube lograr, um dos raros escritores da língua portuguesa que, pela sobriedade helênica do estilo, é comparável a Renan e Anatole France.

A ênfase, porém, é a maneira habitual dos escritores dalém e daquém-mar que manejam o português, e é muito difícil agradar à maioria dos leitores em nosso idioma, sem a ênfase e, às vezes, sem a barbaria. É, possivelmente, uma condição do nosso meio, da nossa civilização, do tropicalismo da nossa imaginação, do nosso gosto literário. Entre nós a simplicidade se confunde com a trivialidade, e aí do escritor que não provar exuberância de imaginação ou riqueza de vocabulário!

Sabemos bem que o renascimento de uma língua não surge pela vontade das academias. Como disse Comte, o homem se agita e a humanidade o

conduz, e se parafrasearmos a verdade do filósofo, poderemos firmar a mesma lei para as línguas, que são organismos em movimento. No aspecto ortográfico, fonético, sintático, etc., as leis da linguagem moderna não podem ser moldadas cegamente pelos clássicos, sem o caldear necessário, sem o método comparativo das outras línguas da mesma origem, sem atender à época, sem consultar o espírito científico da Glotologia, isto é, a base do senso da linguagem.

Foi muito mais fácil a João de Barros e a Vieira escreverem o português puro que a Latino Coelho, a Machado de Assis e a Rui Barbosa. A razão é simples. No tempo daqueles escritores a influência sintática era latina, e Portugal florescente recebia influxo da civilização espanhola. O latim já era língua morta, e a sintaxe espanhola em nada prejudicava o espírito da língua portuguesa. Hoje não. A sugestão francesa é fatal. O predomínio do espírito científico e literário na orientação da alma latina força o escritor a descambar, pela lei do mais forte, para o galicismo. O caturrisimo é, às vezes, uma doença, como o erro gramatical; no primeiro caso é uma ancilose, no segundo um parasito. Cumpre, pois, que o estilista moderno escolha o menor dos males, a linguagem correta, sem pergaminho nem tatuagens, sem as lesões da gramática, nem a imobilidade dos caturras, para falar um pouco medicamente, pois os modernos filologistas consideram o idioma um organismo vivo, e quem vos fala é clínico.

A crítica feita por Heráclito foi tão notável que mereceu de Cândido de Figueiredo a publicação de um livro, em resposta ao crítico patricio. Em mil e setecentos pontos doutrinários do gramático português, Heráclito Graça encontrara cinquenta e nove desacertos; mas Cândido de Figueiredo nem sempre aceita as opiniões do vosso confrade. Não poderei entrar na minúcia das discussões, mas, da minha leitura desapaixonada parece-me que Heráclito Graça revelou sempre farta erudição; muitos pontos há, defendidos pelo autor português, mais consentâneos com a verdadeira índole da língua, que os criticados pelo saudoso acadêmico.

Ficou em evidência a característica da sua vida intelectual, mas nela não se esgotou de todo a personalidade de Heráclito Graça.

Nascido no Norte e lá educado, conservava do nortista os caracteres principais: – amor ao trabalho, inteligência arguta e modéstia apurada. Formou-se em Direito em 1857, e fixou residência no Maranhão. Iniciou a

vida publica na magistratura, como promotor, em S. Luís. A serenidade da vida provinciana permitiu-lhe lazeres para o apuro do gosto da literatura, já esboçado nos tempos acadêmicos, em que fizera versos, desconhecidos do público, mas guardados pela família, como amada relíquia. A sua tendência, porém, não se firmou na poesia. Quase todos nós temos, no princípio da formação da alma, declives para a rima, e versos mais ou menos inspirados traduzem o sentimento romântico que em nós floresce quando floresce a mocidade. O verso é um estágio, a conseqüência ontogênica da alma dos nossos avitos, e progressivamente se vão apagando no espírito as fórmulas provisórias. Eis porque nascemos na rima e amadurecemos nas fórmulas concretas das tendências espirituais, bem diversas daquelas que nos deu a fase poética da inteligência. Felizes daqueles, porém que nascem cantando e morrem cantando!

O poeta, na sua mágoa, é feliz, porque os versos podem ser lágrimas que encontrem ecos nas lágrimas alheias, e assim a dor do poeta corre de boca em boca, de coração em coração, e faz-nos bem à alma ver alguém sentir as mesmas mágoas!

Durante quatro anos Heráclito Graça exerceu o ministério público; não se sentiu bem nos estreitos limites da magistratura provinciana. Quis a advocacia e o jornalismo.

O jornalismo é a feição natural com que as inteligências entre nós formam reputações literárias.

Há simbiose do jornal e da literatura, de modo que comumente os homens de letras nascem do jornal. Só mais tarde é que surge a diferenciação dos espíritos combatentes e doutrinários da imprensa e dos que serenamente lançam no papel as magias silenciosas e inspiradas dos sonhos.

Filiado ao partido conservador, fundou o jornal político *A Situação*, em companhia de Vieira da Silva, Gomes de Castro e outros. O jornal na província constitui celeiro de paixões e há grande prazer nas polêmicas violentas, agressivas, guerreiras, lutas de extermínio, que cessam, como por encanto, ao primeiro sinal amistoso do chefe político. *A Situação* era também uma espécie de órgão oficial da literatura do momento, porque nela colaboravam Joaquim Serra, Gentil Braga, Trajano Galvão, enfim, a fina flor das letras maranhenses.

As inteligências distintas entre nós perlustram, na vida social, pontos habituais às conquistas: jornalismo, letras, profissões liberais e política. Heráclito Graça não poderia fugir desta trajetória: foi eleito sucessivamente, a princípio deputado provincial, depois geral em três legislaturas consecutivas de 1868 a 1878, e trabalhou sempre pelo partido a que se filiara. Figura simpática, metal de voz agradável, palavra fácil, lógica segura, o deputado maranhense, se não foi grande parlamentar, adquiriu, contudo, o bom conceito dos seus pares pelos pareceres e discursos que ainda hoje podem ser lidos com proveito, principalmente os que se referem ao recrutamento, à reforma judiciária em 1871 e à reforma eleitoral de 1876. O critério e a solidez em questões jurídicas puseram-no em plano superior, sobretudo nas Comissões de Contas e de Justiça, anunciando desde então o futuro jurisconsulto.

Heráclito Graça foi ainda Presidente de província na Paraíba e no Ceará, sua terra natal.

A passagem dele pela política foi um estágio, espécie de batismo forçado; mas esta não era a feição psicológica de Heráclito Graça: faltava-lhe a paixão, o nervo do combatente, a alma preparada para as comoções fortes e para os mergulhos das eventualidades. Seguiu o destino: poeta, magistrado, jornalista, político e advogado; fixou em 1877 residência no Rio de Janeiro, onde se lhe confirmaram as maiores e melhores tendências espirituais: de filólogo e jurisconsulto, como advogado e depois consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores. Falta-me senso crítico para avaliar do mérito do cultor do Direito, mas o convite de Rio Branco para que tomasse parte como advogado do Brasil nos Tribunais Arbitrais com o Peru e a Bolívia constitui boa prova de saber e competência.

Digamos, entretanto, a verdade, que não será ofensiva. O Direito não foi a fórmula eletiva do seu espírito, como o fora a Paula Batista, Teixeira de Freitas e Tobias Barreto. A feição principal, a tendência de Heráclito Graça definira-se pela cultura da língua materna, em que vivia, vibrava; deixou-se envolver nessa paixão e, solitário, gozou a alquimia da língua portuguesa. Permitiu que a luz da inteligência se extinguísse dos outros cantões dos seus conhecimentos para que mais se lhe alumiasse o amor ao vernáculo. Esse beneditinismo fora religioso e obsidente.

A não serem os íntimos e os contemporâneos que com ele mais privavam, pouca gente sabia do grau dos seus conhecimentos filológicos. Esta opinião não é pessoal. Quando Cândido de Figueiredo recebeu os primeiros artigos do *Correio da Manhã*, enviados por um amigo residente no Rio de Janeiro, recebeu também a seguinte nota explicativa: “O autor é advogado conceituado e foi deputado no tempo do Império. Não sabia eu que ele se ocupasse de vernaculismo; como, porém, é filho do Maranhão, a terra de Sotero, Odorico Mendes, Lisboa e Gonçalves Dias, e talvez com eles convivesse, não admira esta predileção.”

E por esse amor que quase conservava ocultamente, deixou de ser grande jurista ou literato, no rigor do termo, sofrendo os desgarrões da pobreza, dominado pela nota de seu caráter: modéstia e escrúpulo. Este levava-o ao excesso da autocrítica e da censura aos trabalhos alheios: apurava demais a perfeição e só admitia obras impecáveis, sobretudo no aspecto vernáculo.

De uma feita, contou-me um dos amigos íntimos de Heráclito Graça, certo poeta simbolista lhe pedira juízo crítico e um prólogo para o seu livro. O filólogo, depois de ponderada leitura, aconselhou ao poeta quebrar a lira. Este, tocado no amor-próprio, revoltou-se contra o juiz severo, dizendo serem seus versos *novos* e pertencentes a uma escola literária dominante. O sábio, cheio de bom humor, respondeu-lhe serenamente: “desde menino ouvira dizer que asneira é cousa velha”.

Pena é que Heráclito Graça, um benemérito da língua portuguesa, como lhe chamou Cândido de Figueiredo, fosse alquimista e levasse para o túmulo o segredo de muitos dos seus saberes.

Basta lembrar-vos que se ele aproveitasse em vida os comentários e notas feitas aos vocabulários de Viterbo e Lacerda, teríamos uma das obras mais documentadas e mais originais da língua materna.

Mas esta especialização fora impulso íntimo, paixão ruminadora, pois abandonara os proventos materiais da vida em busca dos segredos, das belezas do vernáculo, que gozava com a volúpia dos grandes sonhadores de tesouros ocultos.

Antes de terminar, permiti, senhores, que externe o meu primeiro voto, que será ato de justiça, e constituí certamente tácita aspiração de todos vós: a

volta de Heráclito Graça ao vosso seio. A obra inédita deste acadêmico é a sua vida, a história do seu sangue e da sua alma, porque nela viveu e nela morreu.

À vossa carinhosa guarda devem ser entregues os esboços, os fragmentos da obra pacientemente preparada para a vossa glória. Tendes artistas que poderão completar o minucioso labor por muitos anos delineado, e, assim, o grande solitário que partiu, continuará a viver na vossa saudade, trabalhando ao vosso lado, ajudando-vos na construção deste edifício feliz, que possui a bênção dos deuses e é defendido pelas aspirações dos espíritos literários do país.

II

RESPOSTA DO SR. MÁRIO DE ALENCAR

A ACADEMIA Brasileira tem o prazer em receber-vos, Sr. Antônio Austregésilo.

Não estranheis que nesta solenidade eu vos falte com o tratamento que é prerrogativa da vossa graduação; omitindo-o, agora, quis manifestar-vos logo a significação da vossa escolha e a qualidade do nosso instituto. Aqui neste recinto não conhecemos profissões, nem exercemos outro ofício senão o de compor a euritmia do pensamento.

Não somos uma agremiação de sábios, nem temos sido, apesar do nosso título, nem podemos ser uma privativa companhia de puros homens de letras.

Os homens de letras em todos os tempos foram uma casta que se distingue pela suscetibilidade irritadiça. *Genus irritabile* chamou-lhe o primeiro classificador experimentado, e a essa caracterização incisiva nenhuma experiência nova achou que alterar. Perpetua-se a contradição fundamental dos espíritos criadores, que operando em idéia a síntese dos aspectos da vida e a harmonia das formas dispersas da beleza, são na realidade almas solitárias, incongruentes, insubmissas e dominadoras. Em cada escritor e de um modo geral em cada artista, pequeno ou grande, há sempre a subconsciência de absoluta soberania. Não nos enganam as suas atitudes modestas; são os meios blandiciosos de avassalação com que os tiranos exercem a força. O espírito criador é o mais despótico, o mais dogmático dos espíritos, e realiza o estado intelectual do androcentrismo. O universo é uma irradiação da sua personali-

dade; ele é o Deus, satisfeito e sereno, se a ilusão lhe consente o domínio regalado da turba admirativa; inquieto e arremessador de raios, se a multidão lhe interrompe o gozo da divinização; pessimista e negativo, se o mundo parece ignorar a sua presença dominadora. Admite a concepção do Olimpo, em que ele seja o Zeus, senhor e pai dos deuses: e quando, por calculado consenso de muitos, congrega-se o Olimpo, cedo se reproduzem as conspirações e os destronamentos divinos; e a estabilidade da supremacia repousa na força e no ardil dos Titãs. Ele é o sol, é o centro do sistema no qual traçou aos planetas as órbitas obedientes ao seu império; e não concebe que outros astros formem sistemas senão para a possibilidade de outros mundos, nem deixa que irradiem da própria luz senão longínquos e minúsculos, e nas horas em que ele, o sol grande, repousa do seu caminho de cintilação ofuscante.

Tal é o estado de subconsciência dos espíritos criadores. Como poderiam associar-se, e de que proveito seria a associação para cada um, ou para os que se beneficiam das suas criações?

A produção artística vale sobretudo como expressão de personalidade, e deve ser obra independente e individual. O esforço coletivo só é eficiente em trabalhos de outra natureza nos quais a colaboração é ato de abnegação silêncio e de paciência submissa, ou como na esfera política e econômica e no conjunto das atividades humanas, em que o resultado é sempre a diferença de forças antagônicas ou o total de forças desvairadas.

A associação estrita de puros homens de letras, quando se efetua, produz a constituição planetária das arcádias, só proveitosa ao renome efêmero dos submissos, mas nociva à glória do espírito criador que eles refletem, copiam e desvirtuam. É o caso das escolas artísticas. Se a associação se esquivava ao teor arcádico e adota fins de operosidade concreta, por exemplo o estudo das formas das línguas, ou não influi o trabalho coletivo, ou é perturbador por falta de unidade de pensamento, ou se esta se verifica, abaixa o espírito de criação ao mister de inquirição gramatical, que, salvo casos raros como o do nosso João Ribeiro, o admirável artista, tende a perverter e aniquilar o senso estético. Todos sabemos que o instinto belicoso da humanidade primitiva tem um dos seus redutos na gramática. *Grammatici certant* era já na Antiguidade a voz de alarma para os espíritos pacíficos.

Há, porém, ainda uma nobre função da inteligência que só pode ser bem exercida coletivamente por espíritos de eleição capazes de abstrair, no convívio de algumas horas, a ambição da supremacia individual, os cuidados técnicos de gêneros e profissões, e as preferências sectárias. É a composição da eurrítmia, em que todas as modalidades do pensamento, todas as aspirações do ideal se conjugam para o gozo desinteressado e tranqüilo. Chamo-lhe a função moral da inteligência, e imagino-a como a arte da orquestração espiritual em que todos os instrumentos sonoros, conservando a sua feição e a variedade dos sons, se combinam na plena harmonia que abafa e esconde, sem anulá-las, as diferenças da gama humana.

Essa é a obra coletiva dos bons espíritos, os quais, possuindo realmente ou virtualmente a capacidade criadora, possuem ainda o dom da ressonância, que é o sexto sentido da inteligência, a aptidão musical para o convívio imperturbável do pensamento.

Essa é a obra realizada pela Academia Francesa, admirável expressão do espírito flexível, sensitivo e urbano, que emudecido desde o seu berço, que foi a Atenas de outrora, ressurgiu em Paris pelo acaso da convergência de elementos ignorados inexplicáveis ao critério das raças, da sucessão dos fatos e das zonas geográficas. Haverá dados de observação humana que expliquem a predileção humana que expliquem a predileção dos deuses? As musas aticas, no seu regresso à terra de onde haviam fugido assustadas pela presença dos bárbaros, pousaram em Paris e ali moram contentes.

Advertistes já que em todo o mundo no espaço de três séculos só tem havido uma Academia de psique intelectual, a Academia Francesa, e há dezotoito anos uma imitação dela, que é a nossa Academia?

Não é uma singularidade insignificante. O certo é que onde as houve, em países de cultura equivalente à francesa, frustraram-se as tentativas de academização. Não me refiro às agremiações científicas de fim utilitário ou positivo: estas surgem por toda a parte. Mas para uma associação nos moldes da Academia Francesa há em toda a parte condições negativas.

Na Inglaterra o individualismo não é somente um preceito de filosofia prática, nem uma feição de natureza política, é antes a necessidade do próprio espírito inglês. Naquele povo excelente, que realiza o perfeito equilíbrio da razão na sociedade humana, o espírito opera isolado e em silêncio; pede mais a

companhia e o testemunho de Deus do que o estímulo dos homens. O inglês é naturalmente concentrado, conversa a sós, e ainda quando é folgazão e *gentleman* a sua polidez e o seu humor se comprazem de preferência no *home*.

O espírito alemão tipifica dois extremos: a liberdade mística, que é a atividade do pensamento solitário do filósofo e do artista, e o jugo disciplinar à especialização do saber. São as duas formas de refúgio da inteligência superior no vasto acampamento de manobras, em que se exercita a aspiração nacional de guerra. A convivência dos homens de ideal com o público, a reciprocidade de influxos, é ali, suponho eu, cada vez mais difícil. Naquela ressurreição medieval a comunicação dos espíritos só subsiste no sentimento calculado do pan-germanismo comercial e belicoso. O pensamento isola-se no ascetismo das pesquisas científicas ou na libertação da música que não tem fronteiras impostas pela língua ou pelo interesse terreno. Entre esses dois pólos da humanidade germânica há a impenetrável couraça do industrialismo armeiro e as muralhas do quartel, que é toda a Alemanha. Nesse ambiente não medraria uma Academia Francesa.

Também não a consente a feição enfática do espírito italiano e do português, nem a farfalhante do espanhol. O italiano e o português são arrogantes na afirmativa, o espanhol é derramado e pomposo no conceito; cada um deles presume a suficiência individual. Não há conversar demorado nem contente, nem desinteressado entre gente assim condicionada; falta-lhes o bom espírito.

Só em Paris, a terra adotiva do bom espírito, era possível a Academia Francesa, e somente o foi no Rio de Janeiro, miniatura intelectual de Paris, numa rara conjunção ditosa de alguns homens de letras de boa fé, iluminados pela presença e pela graça de Machado de Assis e de Joaquim Nabuco.

Sem propósito de particular imitação, foi semelhante o início das duas Academias. A francesa surgiu em 1629 do agrupamento de alguns camaradas, nove ao todo, homens letrados, escritores ou só estudiosos, os quais se reuniam uma vez por semana em casa de um deles para conversarem como em visita ordinária e familiarmente; e conversavam acerca de tudo, negócios, fatos do dia, belas-letas. O que havia escrito trabalho, lia-o aos outros, ouvia-lhes o parecer desembaraçado; e em regra acabavam as palestras em passeio ou em refeição modesta. Assim passaram alguns anos, até que o Cardeal Richelieu

teve a previdente idéia de aproveitar essas palestras como o núcleo da instituição literária oficial que é hoje secular e já perpétua. As honras dispensadas e as vantagens econômicas e sociais desse engrandecimento, por muito que valiam, ainda não deixavam esquecer aos sobreviventes daqueles nove amigos os primeiros anos precursores da Academia. “Falavam desse tempo, escreveu Pelisson, o historiador da Academia, como de uma idade de ouro durante a qual, com plena inocência e liberdade dos primeiros séculos sem ruído e sem pompa e sem mais leis que as da amizade, gozavam juntos tudo que a sociedade do espírito e a vida da razão têm de maior doçura e maior encanto.”

Aí está o índice fisionômico da inteligência parisiense. O francês de Paris ou o que respirou o ar de Paris, como o morador de Atenas antiga, tem o espírito político, o que quer dizer o sentimento e a necessidade de associação, que se exprime no gosto e no dom de conversar. Não importa sobre quê. O essencial é que haja ocasião de conversar, não puramente de falar como discursador com a conclusão dos outros, mas de falar e ouvir pelo prazer de falar. Isso complica a condição de amenidade, graça, polidez, presteza, versatilidade do espírito. Foi esse prazer alado que engenhou a cultura dos atenienses, congregando-os ao ar livre, nos pórticos dos templos e nos ginásios, pelo interesse de dialogarem sobre Filosofia, de porfiarem nas justas poéticas, de tagarelarem sobre a vida.

Em Paris formou o salão, originou a Academia Francesa, e passado o Império com a sua corte, que foi a escola do salão parisiense, mantém numa milagrosa continuidade de séculos a comédia francesa, que é uma trama admirável de diálogos em cuja ilusão se satisfaz a curiosidade conversadora do francês que não acha interlocutor.

Nós também, os brasileiros, gostamos de conversar, e é certo que com muita diversidade, em tamanho e variado território, somos um povo de faladores. E aqui na nossa Capital houve um momento que foi a conjunção ditosa a que me referi, em que o gosto de conversar não se contentava de simples maledicência costumeira ou de novidades partidárias, senão do prazer do comércio intelectual.

Foi assim que principiou a nossa Academia. Aos que lhe conheceram a infância, é justo que recordem como a sua idade de ouro os anos decorridos na pequenina sala da *Revista Brasileira*, à Travessa do Ouvidor, onde o nosso

confrade Sr. José Veríssimo exercitava as energias juvenis do seu nobre espírito, renovando a tentativa tantas vezes falhada de uma revista literária do Brasil. Aos desalentados como aos inexperientes, ele sabia inculcar ânimo e criar estímulos; e quantos lhe logravam na intimidade intelectual a palavra esperançosa e persuasiva, sentiam-se atraídos para ele pelo grande amor das letras, pelo engenho forte e culto, pela honestidade do pensamento que tanto dignificam esse nosso verdadeiramente ilustre escritor. O tempo faz esquecer a obra silenciosa, embora ativa e eficaz. Hoje poucos saberão calcular o valor e a persistência do esforço inteligente e – aqui fica bem dizê-lo – patriótico, com que agiu então aquele nosso confrade. Preocupava-o o empenho de ver orientada a nossa literatura como expressão nacional pela observação direta das coisas brasileiras e a continuidade da tradição que, haurida na fonte popular e nas obras dos nossos maiores, formasse a alma brasileira. Ele mesmo dava-nos o exemplo nos seus livros, dava-nos aos que começávamos o conselho, e promovera o meio de suprir o convívio intelectual dos brasileiros tão distanciados. *A Revista Brasileira*, mantida com sacrifício durante alguns anos, acabou por falta de ajuda de leitores e de colaboradores, mas criou as palestras da Travessa do Ouvidor e por elas a nossa Academia.

Ali, na pequenina sala, diariamente, entre 3 e 5 da tarde, reuniam-se cerca de 12 pessoas. Variavam os freqüentadores; mas eram habituados de todo o dia, além do hospitaleiro diretor da *Revista*, Machado de Assis, que ia repousar da tarefa burocrática, e Joaquim Nabuco e Taunay, aposentados e descrentes da política. Com os escritores consagrados apareciam os novos ainda não conhecidos, Graça Aranha, Sousa Bandeira, Calógeras; apareciam também outros, artistas de outras formas de arte, advogados, políticos, curiosos de letras. Conversava-se de tudo, sem programa, como num encontro casual. Havia chá e biscoitos, havia cordialidade, havia prazer sem constrangimento. Nenhuma formalidade de cerimonial, nenhum título de iniciação, nenhum limite de número; o que era imprescindível, mas não se anunciava, era a seleção moral, que se fazia por si mesma, na afinidade do gosto, no concurso espontâneo dos conversadores. E ali, naquelas palestras, naquela *Revista*, apontou *Canaã*, afirmaram-se os *Estudos* e os *Ensaio*s de Sousa Bandeira, iniciou-se o grande livro de Nabuco sobre o pai e achou a ocasião de conceber-se e acabar-se muita produção que não surgiria talvez sem o

toque da simpatia intelectual e o calor do estímulo que é a determinante aleatória de tantas obras. Mas já se pressentia a dispersão de amigos, pela ausência ou pelo cansaço da vida; ia desaparecer a *Revista*, cuja existência era precária, e houve então o pensamento de perpetuar aquelas palestras numa associação permanente, amparada pelo favor oficial. Por força da contradição humana coube essa iniciativa conservadora a um homem de temperamento acentuadamente revolucionário; o promotor da fundação da Academia foi Lúcio de Mendonça.

A idéia, pois que era de empreendimento novo, teve a aceitação geral; nem lhe faltou a complacência de Machado de Assis, a qual com o tempo se mudaria em zelo prestigioso. A Academia tinha um grande e único modelo, e Joaquim Nabuco incumbiu-se de justificar a imitação com a sua inteligência penetrante e sinuosa, que lhe inspirou então um dos seus mais formosos trabalhos. Machado de Assis esqueceu um momento o seu ceticismo essencial e anunciou num discurso sóbrio e convencido os fins dos Estatutos. A Academia tinha assim, como as obras projetadas por homens, a finalidade que o nosso espírito lógico atribui a todos os atos na natureza. O finalismo será porventura a derradeira das ilusões a abandonar-nos, porque embalde nos acena à visão essa divindade sem culto que é o Acaso, o semideus que atua nos intermúndios entre a terra e o céu infinito. Bem-aventurados os que não crêem na ação do acaso.

A Academia vive e continua a ter a sua finalidade, que é uma razão para ela viver. Faremos um dia o grande dicionário da língua, fixaremos a distinção crescente do falar português e brasileiro, daremos aos brasileiros desdenhados a autoridade oficial. São esses os nossos desejos ilimitados em intensidade. É tão bom afirmá-los e animá-los!

Mas o acaso, que talvez sorri dos nossos esforços, contenta-se em não nos deixar esquecer a inocência e a liberdade da nossa idade de ouro; e a Academia tem sido apenas uma reprodução mais espaçada daquelas boas palestras de uma revista. E para que mais? O nosso gozo, a nossa utilidade, a nossa razão de ser é o prazer espiritual desta convivência. Para que o nosso encanto seja completo convém eximir-nos de obrigações. O limite dos admitidos aguça a aspiração dos que não chegaram a tempo; a mesma previsão da morte de cada um de nós compensa-a o sorriso de esperança dos que se

aproximam para substituir-nos; equilibramos a saudade dos que partem com a boa-vinda dos que chegam; conversamos sem acritude de coisas altas; e compomos pela consonância dos nossos espíritos a ilusão de uma glória perene.

Não cogitando em influir, influiremos talvez. A possibilidade da nossa eficiência coletiva depende menos da deliberação de orientarmos a obra literária do Brasil, do que da obra individual dos que forem sucessivamente compondo a Academia. E como no limiar desta Casa se desvanecem as linhas da nossa subdivisão política, podemos realizar, melhor do que todas as criações políticas, o conceito da nacionalidade brasileira; podemos ser um centro do sentimento e da inteligência do Brasil, aparelhado com a engenhosa mecânica do coração, que pulsa pelo sangue que dá e pelo sangue que recebe sem a consciência orgânica do seu trabalho, em que não há fixar o ponto de partida, nem a cada momento, a cota de contribuição, baseada na reciprocidade de dívida entre os grandes vasos centrais e as capilares periféricas. Sejam como o coração, que não adverte o que vai operar e opera sempre. Basta que não nos falem os bons espíritos, que nos venham trazer a renovação permanente, animados um por um do desejo de partilhar o nosso convívio.

Sois por isso bem-vindo, Sr. Antônio Austregésilo. Honra-nos a vossa companhia, honra-nos o intento, que, segundo agora manifestastes, vos induziu a pleitear uma das nossas cadeiras. Trazeis-nos, com uma cordialidade que nos lisonjeia, um alto entendimento do trabalho, a admiração da nossa obra realizada e o conselho avisado de novas iniciativas; trazei-nos ainda o vosso prestígio de homem de bem e o valor do vosso talento. Se, alcançando agora um antigo sonho, quisésseis repousar como um bem-aventurado, não fora inútil a vossa presença entre nós, porque nos comunicastes, neste momento, a sensibilidade de um destino social ativo, que é o de acordarmos nos brasileiros o amor brasileiro, a fé na nossa capacidade, e o respeito carinhoso das glórias do Brasil.

Tendes razão em supor que nós não nos conhecemos mutuamente. Dividem-nos grandes distâncias no espaço e na curiosidade. Mas nos chega o tempo de lermos nós, os escritores, as obras uns dos outros. Orientar a nossa atenção desviada e fazer ressurgir o sentimento nacional literário, pode ser isso incumbência eficaz da Academia? Vós o afirmastes agora, e é já um tema que nos dais para as nossas palestras. Ao vosso entusiasmo de crente na ação

coletiva, opõe-se a minha resignação de crente do acaso, mas fervor e ceticismo, sem concordarem, se harmonizarão aqui, graças à atmosfera musical desta Casa, e eu verei contente a vossa atividade individual esforçada suprir o que não possais obter da nossa obra no sentido das vossas idéias.

Confiamos na vossa intenção de trabalho, e não ouvimos como vã palavra a declaração de que não vos moveu para nós o só capricho de uma vaidade. É certo que não precisáveis da Academia para a vossa fama. A Academia pode morrer e acabar na memória dos homens, mas o vosso nome não cessará de ser repetido, porque está conjugado à Medicina, e a Medicina é eterna como a dor da natureza. Já no estrangeiro não é raro que bocas de sabedores, ao verificarem um diagnóstico difícil, profiram familiarmente o vosso nome, pesquisando o *signal de Austregésilo*. Revistas e tratados médicos da Inglaterra, da França e da Alemanha imprimem-no com referência ou citação ou análise de vossos estudos, ou publicando integralmente os vossos trabalhos, confirmadas as vossas investigações e aplaudidas as vossas idéias por grandes mestres que nunca vos trataram pessoalmente. Onde quer que se depare um caso de *uncinariose de bouba*, de *polinevrite escorbútica*, quando se discuta sobre os *síndromas poliglandulares endocrínicos*, ou sobre as *cápsulas supra-renais*, estará presente a vossa lembrança, realçada pela palavra de mestres da Medicina, como Mense, Brianchon, Roussel, Marchoux, Max Shubert. Não será isso a glória de um pesquisador da ciência? Mas não sois somente um professor notável; sois também um clínico afamado. Não se circunscreve o vosso renome a um bairro da cidade senão a toda esta vasta cidade. Em quinze anos de trabalho alcançastes o que a maior parte dos vossos colegas não conseguem pelo esforço de toda uma vida. Os vossos colegas, ao termo das suas fadigas, convencem-se de que para vencer não basta só o esforço, e vos contestarão com o vosso próprio exemplo as palavras que proferistes num encerramento de curso aos vossos discípulos: “Não tendes orgulho da vossa conquista profissional, disseste-lhes, porque a medicina é uma profissão de aura fácil.” É uma conclusão que contrariais com a vossa vida e outras palavras desse mesmo discurso:

O médico precisa de um grande esforço para o êxito profissional... Não pode viver no torvelinho ridículo das ambições comuns, nem envolto no manto esburacado das vaidades. Quereis o vosso triunfo profissional? Fugi da inveja e

das vaidades, cultivai os princípios da deontologia médica e o bem vos cairá nas mãos. Trabalhai, trabalhai, sempre sem pensar em um repouso próximo, em olhar para as glórias de outrem.

Era o que tínheis feito, Sr. Antônio Austregésilo, e por isso vos foi fácil dar aos vossos discípulos esses conselhos judiciosos; mas esqueceu-vos, ou não vos convinha, acrescentar que tudo era inútil sem o vigor da inteligência, sem o talento que é a incógnita da vocação.

Ao vosso talento é que deveis o que sois; foi ele que preparou a série de circunstâncias e de condições cuja conexão favorável traduzis como efeito da vossa vontade; ele vos deu a cultura, fez a vossa coragem, fez o vosso triunfo.

Tínheis 17 anos quando sentistes os primeiros impulsos do ânimo despertado pela orfandade da afeição e dos conselhos paternos; faltara-vos o vosso melhor amigo e ficastes só lutando no Rio de Janeiro, acalentado pela lembrança do doce carinho de mãe, que vos mandava da província o seu triste sorriso de dobrada saudade. É uma das vossas boas páginas em que fixastes o caráter do vosso coração de filho. Era o mais firme degrau para a ascensão do homem futuro. Em alguns anos o estudante que fora hóspede do convento de Santo Antônio, sem outro apoio senão o seu próprio trabalho, era já o professor da Faculdade de Medicina, de cadeira que obteve por merecimento incontestável, depois de dois concursos em que partilhou a primazia com insignes competidores. Fostes mestre aos 33 anos e hoje, antes dos 40, sois um médico exímio.

Não precisáveis, pois, para a vossa fama da nossa Academia. Quisestes porém acompanhar-nos, e, com a vossa candidatura sinceramente empenhada, destes-nos a melhor prova de um apreço que nos desvanece. Não elegemos o médico, mas a vossa qualidade profissional não vos podia incompatibilizar conosco. Na Medicina temos espíritos irmãos além dos que nos pertencem; poderia citar-vos o nome de alguns para os quais a sorte há de vir abrindo a estrada desta Casa. Não calarei um, dentre eles, já nosso confrade virtual, grande na medicina de qualquer país e que modestamente anda escolhendo o seu talento de escritor. Já presumistes que me refiro a Miguel Couto, a quem devo a rara sensação de algumas páginas perfeitas.

O que elegemos em vós foi o vosso bom espírito, o espírito que eu procurei definir como dotado da capacidade de ressonância, sem a qual não

faríamos a união harmoniosa, a eurritmia da nossa inteligência. A vossa atividade de escritor literário, segundo nos confessais, cedeu à urgência dos trabalhos da profissão, e não se exerceu efetivamente depois dos primeiros ensaios dos anos acadêmicos. Compusestes nesse tempo versos, contos, uma novela, e iniciastes um romance. Foi a vossa literatura fácil, de cérebro novo, afeiçoado às influências do momento. Era a fase das letras maiúsculas, dos símbolos a granel e das ficções enigmáticas. Hoje, que já vos é possível voltar ao repouso da literatura, se não desdenhais aqueles ensaios, não quereis firmar neles a vossa reputação. Ampliastes a cultura, o vosso gosto está modificado, e suponho que não vos resta mais o desejo de cultivar nenhum daqueles gêneros literários. Preferis agora, e preferis bem, essa outra forma que se pode chamar ocasional, porque é a ocasião que a determina, sem dependência de classificação e obediente apenas ao assunto que a inspira.

Há tanta maneira de ser escritor fora dos gêneros clássicos! A submissão aos gêneros, ao contrário, tem transviado e mangrado muito talento. Quanto romance há por aí sem romance, e poesia sem poesia e drama sem drama! Os gêneros literários foram uma formação; e, como a flora de certos climas, não deve ser fácil transplantá-los, pois a sua aclimação proveitosa pede condições, que raramente se verificam, de temperatura e de húmus. A paciente adaptação de estufa é um esforço de artifício que não supre a força natural. É o que quase todos deixamos de ponderar e por isso tanto pervertemos a nossa produção, escravizando as idéias aos moldes seculares.

Consultando a própria disposição moral, não errará o escritor na escolha da espécie literária adequada ao seu espírito. A vossa disposição moral é a de um otimista. “A felicidade, dissestes num dos vossos discursos, é fruto que com pouco trabalho e habilidade se pode colher da própria árvore”, e acrescentastes: “é feliz quem quer, afirmo-vos.”

Como todas as concepções humanas, essa, que é o núcleo da vossa filosofia, reflete a experiência pessoal. É que vós mesmos julgastes haver colhido a felicidade e a trazíeis já em vosso espírito. Sois um homem invejável; mas a bem-aventurança restringe a vossa capacidade de poesia e de ficção. Falta-vos a dor essencial, a ferida de raiz, que dá a visibilidade penetrante dos segredos subterrâneos da vida. É aí nessas camadas profundas que se gera a seiva para a floração da arte; cores e perfumes se preparam por uma química misteriosa

dos venenos hauridos e acumulados na raiz vulnerada. O otimismo é o estado da alma sonolenta e satisfeita que se julga a salvo das vicissitudes da existência; e ainda quando em espíritos fortes consente a simpatia da dor, só lhes transmite a idéia abstrata dela, sem a vibração íntima que forma o sentido do sofrimento universal.

Fareis bem limitando a ação do vosso espírito aos trabalhos de caráter puramente intelectual. Não escasseiam os assuntos, que dêem ao vosso talento o ensejo de revelar-se em todo o seu poder. Não careceis de imaginação; os vossos escritos estão cheios dela, e às vezes num excesso que a vossa progressiva cultura vai coibindo. Os que pretenderam diminuir-vos particularizando algumas das vossas metáforas ousadas, não se lembraram de que elas equivaleram pelo arrojado a inúmeras outras que eles próprios e várias gerações de leitores repetem extasiados de admiração. Não vos amofineis por essa crítica acintosa. É tão falível a crítica! Lestes sem dúvida no *Jardim de Epicuro* a página em que Anatole France recorda a instabilidade e inanidade do julgamento literário. Um trecho ditado num exame de admissão no Exército fora comunicado aos jornais, e os jornalistas e os críticos acharam-lhe o estilo estúrdio, merecedor de um comentário zombeteiro. Os mais autorizados na estética e retórica atribuíram-no ao mau gosto de algum capitão avelhantado. E quem mais ria do trecho era um zeloso admirador de Michelet. Pois o trecho verdadeiramente admirável, era nada menos que um trecho de Michelet, escolhido num dos seus melhores livros; imediatamente todos reconheceram o estilo perfeito do grande escritor. E Anatole France conclui: “Quando os homens que consentem numa mesma admiração fundamentam-lhe os motivos, transforma-se logo a sua concordância em discórdia... Não há em matéria de literatura nenhuma opinião que não se conteste facilmente com a opinião contrária.”

Contra os que condenaram alguns dos vossos escritos, haverá os que os admirem, talvez em maior número. Haverá também os que julguem com isenção e discriminem as vossas qualidades, que não são poucas, dos vossos defeitos, que não são muitos. Os vossos defeitos provêm ainda da influência dos escritores em que vos educastes, ou do vosso próprio temperamento de brasileiro. Os primeiros podeis emendá-los; os do vosso temperamento, se são realmente defeitos ou excessos, não os corrigireis sem falseardes a vossa própria natureza moral.

Não obstante o sentido pejorativo com que nesta guerra universal se germanizou o apelido de bárbaro, força é usá-lo como a clássica expressão distintiva do estilo. Digo, sem pretender apoucar-vos, que sois um bárbaro; não é mal, e tendes companheiros numerosos. Felizes os raros espíritos que, depois de tantos séculos e a tão alongada distância, podem, alheios à força do ambiente, imitar a limpidez e o equilíbrio do estilo grego. Felizes igualmente os que, sentindo-se bárbaros por terem nascido em terra nova, onde a natureza é desmedida e impetuosa na selvageria do seu vigor, têm a franqueza de ser o que não podiam deixar de ser, expressão natural do seu meio, da sua gente e do seu momento na vida. Alguns desses, de certo modo, são também gregos, se os qualificarmos pela feição mais eminente da arte helênica, a harmonia sincera da idéia e da forma. Foram proporcionados, simples, límpidos, os gregos, porque a sua terra lhes dava o módulo do pensamento. Tinham templos abertos em peristilos, porque o ar circunstante era o de um céu leve, puro e azul. O Olimpo, morada dos deuses, era visível e acessível, e por isso os gregos conversavam com os deuses.

Sob esse critério de sinceridade da representação é helênica toda a arte espontânea e característica dos povos do norte da Europa; ao contrário, é bárbara toda a simulação disparatada do sentimento. E, assim, ao passo que julgo *helênicas* as velhas cidades da Baviera, tão expressivas da feição do seu povo, tenho como a mais bárbara das cidades da Alemanha, a geométrica e espaventosa Berlim, com os seus palácios colossais, simulacro arquitetônico da Grécia, mas de cujos pórticos marmóreos a ironia do destino fez ruir agora, ante o mundo atônito, a inconsciência dos *antropitecos* ruivos em sanha contra os museus, as bibliotecas, as catedrais, e todos os sonhos plasmados pela humanidade sofredora e serena.

Os grandes engenhos gregos, se tivessem nascido no Brasil, fariam a epopéia emaranhada e abundante como a nossa selva selvagem; afinariam seus hinos pelas vozes estridentes dos nossos pássaros agrestes, comporiam a sua arquitetura com a desmedida grandeza das nossas árvores, e os seus sentimentos teriam o ímpeto sonoro dos nossos rios fartos e encachoeirados; e eles em tudo seriam brasileiros.

Nós devemos ser o que somos, embora bárbaros. Bárbaros pela essência ou pelo transvio da concepção, ou por enfáticos ou por artificiosos, quase

todos o temos sido no Brasil. E aqui mesmo na Academia poucos não o serão. Pardal Mallet, patrono da vossa Cadeira, foi um bárbaro forte que se gabava de o ser; e tinha talento para afrontar os descontentes. Pedro Rabelo, que primeiro a ocupou, também foi bárbaro, mas por fraqueza; desperdiçou o talento, despersonalizando-se em estilo para que não tinha compleição. O vosso antecessor foi um bárbaro, porque fechou os olhos à contemplação da beleza.

Lembrastes-nos agora, numa apreciação comovida e justa, o valor moral de Heráclito Graça, a honestidade da sua inteligência, a profundidade dos seus estudos lingüísticos e a espantosa paciência dos seus trabalhos lexicográficos. Dissestes-nos também o que ignorávamos, que ele na mocidade foi ou quis ser um poeta. Sobre o poeta, o jornalista, o político, o jurista, prevaleceu o operário silencioso dos textos da nossa língua, aplicado em labor assíduo, por muitos anos consecutivos de obscuridade, que só se interrompeu acidentalmente, como nos contastes, pelo convite de colaboração no *Correio da Manhã*. O mesmo teor do seu trabalho, as anotações, acréscimos, glosas, escritos profusamente em letra minúscula, sobre o texto de livros, revelam a ausência da idéia utilitária; o nosso confrade cogitava menos em alcançar renome, ou lucro mercantil com o seu esforço, que em obedecer a uma necessidade de espírito, procurando instintivamente o seu máximo prazer. Creio que ele foi essencialmente um gramático, não um filólogo, mas um logófilo, segundo a distinção que fazia o grego Zenon. É verdade que, ao contrário da regra geral dos gramáticos, escrevia bem, não era intratável, nem rabugento, e tinha o ânimo disposto ao riso e a amabilidade. Era, sim, intransigente como todo o espírito de credulidade ingênua que firma o seu culto em religião revelada. Para Heráclito Graça, a nossa língua se tornara uma religião; os autores primitivos eram os seus livros sagrados, de onde ele recolhera uma longa série de dogmas intangíveis. O espírito religioso não admite progresso, nem a evolução: as primeiras criações são as perfeitas; só o pecado pode mudá-las e o pecado é maldito, porque traz a degenerescência.

O nosso confrade teve assim as virtudes, os excessos e as falhas de secretário; ninguém, talvez, soube mais a língua portuguesa; mas ele teimosamente evitava convencer-se das conclusões da ciência lingüística. Por isso, em parte foi um homem representativo do nosso meio. O Brasil não é somente o país dos políticos, é também a terra dos gramáticos, quero dizer, dos que têm a

obsessão dos vocábulos e das regras de sintaxe. Depois de decorridos quatro séculos, e com a interposição do Atlântico, teimamos, contra todas as leis da vida, em conservar intacto o vocabulário português do século XVI e com o vocabulário a prosódia e a sintaxe dos portugueses daquele tempo.

Anatole France afirmou a inutilidade dos dicionários para o escritor que tem alguma coisa a comunicar aos contemporâneos. Basta a língua viva que ele mama e respira. Há exagero na afirmação, mas há também verdade. Os dicionários incutem o amor do vocábulo raro, o vício da preciosidade, com que se fala mais à vista que ao entendimento. O mesmo escritor desdenha com razão a gramática investida de infalibilidade. Os gramáticos não advertem que a derradeira infalibilidade humana, que é o papado, já não se exime de sofrer as mutações da vida, cuja condição é o movimento, é a renovação, é o resultado da morte, continuada e silenciosa.

Nós, os brasileiros, insistimos em conservar parada a mesma língua que no seu berço prossegue o curso natural de ser vivo. Em Portugal surgem de quando em quando os solecismos, que são a contribuição providencial e vital do povo e, como é forçoso, entram no corpo da linguagem dos escritores.

Nós, os brasileiros, não queremos admitir ao nosso povo o mesmo direito de colaboração idiomática, e desprezamos as suas inovações como brasileirismos de ignorantes. À árvore replantada no solo americano e fecundo pretendemos impedir que a seiva lhe rompa a cortiça em brotos e reverdeça a folhagem e dê às flores a cor nova do novo céu e aos galhos a flexibilidade do exercício dos ventos da terra grande. No meio das nossas florestas queremos que esta única árvore tenha em plena vida o aspecto decrepito de folhas poeirentas e galhos ressequidos.

Mas como é inevitável a ação influente mas insensível da vida, o nosso pertinaz apego a todas as formas clássicas dá-nos ao estilo lingüístico aquela mescla de arcaico e de novo, de raro e de quotidiano, que na arquitetura se chama o estilo rococó. Escrevemos uma terceira língua que não é a dos modelos que imitamos, nem a do tempo em que vivemos. É o idioma da seita gramatical.

O nosso saudoso confrade não pôde coibir o excesso de sua minuciosa erudição. A sua virtude foi o nobre amor que votava aos clássicos da língua, e com o qual edificou esse monumento de saber intenso e útil, que a nossa Academia, satisfazendo o vosso primeiro voto, deve deligenciar em obter e

publicar por zelo de si mesma e da memória do seu notável consócio. O que lamentou por ele é que o seu culto do antigo tivesse degenerado em fanatismo, obscurecendo-lhe os olhos para a visão da beleza. A linguagem não lhe dava mais a sensação de um organismo vivo: porque ele já tinha anatomizado, dissecado, classificado e escaninhado como num museu de História Natural.

Certo, ele poderia responder-me que para os seus olhos fora aquela a expressão da beleza, e que nesse trabalho achara, o que mais importa na vida, a razão de esquecer a vida. E eu não teria que replicar-lhe, pois esse é o critério absoluto da felicidade. E foi assim que ele, entre tantas adversidades que sofreu, pôde ser feliz com o seu amor religioso da língua velha, na companhia dos seus velhos livros sagrados.

Uma das lembranças mais vivazes que conservo dele está ligada à de Euclides da Cunha, num encontro nessa outra sala há cerca de cinco anos. Visitava-nos pela segunda vez, em despedida, Anatole France. Em torno do grande escritor francês agrupavam-se alguns acadêmicos viajados e desembaraçados: José Veríssimo, Rodrigo Octavio, Sousa Bandeira, Filinto de Almeida, Medeiros e Albuquerque. Três ficamos arredios: eu, que simulava um trabalho urgente com que justificar o meu afastamento, e Euclides da Cunha e Heráclito Graça, que passeavam num dos extremos da sala, falando alto, rindo alto, como se estivessem sós ou alheios a tudo em roda. Eu olhava-os surpreso, e ao sair em companhia de Euclides, disse-lhe o meu vexame e o receio da opinião que levaria Anatole France de nós três, os bisonhos arredios. Euclides, também ele um grande bárbaro nosso, tímido como um tabaréu e orgulhoso como um herói espanhol, respondeu-me que ao contrário do meu receio Anatole France levaria dele e de Heráclito Graça uma ótima idéia. Não reparara eu naquelas passadas pelo chão, naquele conversar em tom de escada, naqueles risos sonoros? Tudo fora de propósito: era uma atitude de indiferença, e Anatole France com certeza teria sentido que eles eram dois homens superiores.

Sorri da ingenuidade do bom Euclides; era a arrogância tardia do seu acanhamento despeitado; mas ponderei que ele porventura acertara. O escritor francês, inquiridor de todos os aspectos da civilização, ironista contumaz de todos os fatos humanos, teria sentido surpresa ante aqueles dois homens indiferentes à sua presença, dois bárbaros intelectuais; e é possível que pela

primeira vez o espírito zombeteiro se velasse de admiração e de respeito... ante o desconhecido.

Tudo é ocasião de imagens, e assim se combinavam as do bárbaro e as do céptico; para Euclides as imagens foram pretexto de formosas e alargadas frases; para Anatole France foram, e talvez já não sejam, as formas da sua negação sistemática.

A nossa Academia também é um templo e refúgio das imagens da vida: longe das dissensões e dos distúrbios, sobre o efêmero curso das nossas existências precárias, nós, tranqüilamente, ingenuamente, tecemos a imagem da nossa perpetuidade.

Ficai e ajudai-nos, Sr. Antônio Austregésilo.

Discurso do
SR. GOULART DE ANDRADE

e

Resposta do
SR. ALBERTO DE OLIVEIRA

*Sessão solene extraordinária
do dia 30 de setembro de 1916*

I

DISCURSO DO SR. GOULART DE ANDRADE

EM TODO o edifício erguido no espaço é sempre o rípio que ajusta os silhares pesados da fronteira. Em cada monumento há sempre ao redor dos vultos culminantes certos ornatos e figuras acessórias, que, embora secundários, não deixam de dar um toque de graça à harmonia do conjunto.

Não sei como, Senhores da Academia, me vejo alçado até ao pedestal desse em que dominais, feliz só com ficar à sombra vossa a haurir as emanações da sabedoria e da beleza. Mas, nem por gozar hoje o encanto do aconchego, cessará de me doer a tristeza do bem alheio, que é a inveja de vos poder seguir na arrancada para o alto, caminho do tempo.

E se, porventura, não merece tal sentir nojoso desprezo, será porque antes traduz anseio de aperfeiçoamento que pequenino e baixo apetite, pois é com embevecido olhar que contemplo o rastilho de ouro deixado pelo vosso pé na areia da estrada.

Quis o destino irônico que, entre vós, chegasse eu a ocupar o sólio de um elegíaco e de um guerreiro, eu, que já descingi a espada, e ando a desafinar o instrumento dos deuses!

Foi, porém, do naufrágio dessas duas frustradas vocações, que me veio o divino entusiasmo por aquilo que desejei ser, e que não sou: de um – arremedei os cantos; de outro – tentei brandir as armas; em ambos, ao cabo, me comovi, por haverem sido criadores de beleza.

Todavia, nunca as emoções provadas por atos magníficos conseguiram de todo espairar em mim o travo produzido pelo desdém com que vencedores de batalhas ou detentores de poder acolhem as grinaldas de rimas que lhes tecem os poetas.

Foi assim que, ainda neste recinto, uma personagem viva de epopéia, a quem chamaram Artur de Jaceguai, se houve para com um escondido cantor de mágoas, que o nome carregou de Teixeira de Melo.

Na verdade, nem todos sabem admirar em outrem as qualidades de que carecem, por lhes falhar à organização a simpatia dos contrastes. Que poderia valer esse voluptuoso do silêncio e da dor para aquele apaixonado do tumulto e da pompa?

Não obstante a dessemelhança, há, contudo, nessas duas personalidades um ponto de convergência: – o romantismo.

Eram idealistas os dois: um, pelas atitudes cavalheirescas, duelos e rep-
tos; outro, pela expressão dos sentimentos.

Se o poeta, na segurança tépida do seu gabinete, antegozava a morte, e o lidador, no cenário flamejante dos perigos, amava com fervor a vida, ambos tinham o mesmo culto da pátria, trabalhando, moirejando e penando por ela. Ainda que agindo em ambientes diversos, serviam à terra comum com a mesma fé: Silveira da Mota pelejava no Paraguai; Teixeira de Melo escrevia as *Efemérides Nacionais*.

Somente, enquanto um recolhia palmas de triunfo, outro rezava baixinho:

*Só peço Àquele que nos marca as covas
Um palmo apenas neste solo amigo,
Em que repouse do labor da vida –
Embora o olvido vá dormir comigo.*

*A Glória! A Glória! Palradora Eterna!
Mentira eterna, que se chama a história!
Viver na morte, como um som de túmulos!
Fosse eu feliz, que me importava a Glória!*

É que o doce lirista, a que Sílvio Romero rigorosamente colocou acima de Casimiro de Abreu e até mesmo de Luís Delfino, anelava apenas o supre-

mo bem de descansar num remanso de ventura, ao pressentir lhe seria defeso o favor das consagrações. Por triste vaticínio crismou-se de *sepulcro de si mesmo*, aprendendo consigo a verdade de que: – “pesa mais que a mortalha o esquecimento”. E assim pensando dizia:

*Quando eu cair, cansado da romagem,
Uma ave só não quebrará seus cantos:
Ninguém meu leito há de juncar de flores
Nem o pó de meus pés lavar com prantos.*

*Não tem dobre o finado em leito estranho,
Nem leteiro, nem cruz, nem pedra... Embora!
Por ínvia solidão, sem musgo, à sombra,
Posso, como vivi, dormir agora...*

Bem sabeis, Senhores, como a predição se realizou. Não aprouve ao ardido autor da rubra tragédia de Glória e de Morte baixar os olhos para quem apenas cultivava *Sombras e Sonhos*, de modo que sobre essa memória, num dia de ascensão, o silêncio ainda uma vez caiu gelado e de chumbo!

Destarte o provector almirante quis romper as praxes acadêmicas com a mesma galhardia com que arremeteu com as correntes de Humaitá...

E, todavia, nesse carreiro largo das civilizações, não lobrigareis um só lampejo de gládio que não seja cortado pela sombra verde de uma folha de mirto. O herói passaria, rápido como o seu gesto, se o poeta o não fixasse na lenda, cobrindo-lhe o peito arquejante com a púrpura das apoteoses.

Escarnecido dos magnatas, relegado para o plano das classes parasitárias, o vate, entanto, gera os próprios deuses, entalhando-lhes nos corpos, como nervos, o feixe das forças vivas da natureza, insuflando-lhes nos arcabouços, como espírito, o alento das mais claras virtudes. Profetizador de prodígios vela o pórtico das nacionalidades, e o clamor da sua voz reúne energias esparsas e enfreia vontades adversas. É quase lugar-comum a afirmação de que a bravura é filha do instinto, quando não significa simples atitude contra a vergonha da desonra, o que envolve, de alguma sorte, desejo de predomínio.

Ora, essas qualidades primitivas são as que o poeta espiritualiza, dando ao braço que acutela em defesa da vida o vigor da fé em prol de uma crença e a força do amor pela causa da pátria. É ele quem veste a vaidade na roupagem

do sacrifício ao dever, quem muda o desvairo da cólera em abnegação de si mesmo.

E esta zona intermédia da realidade e idealidade é que ele vem provando de grandes homens, dos quais, segundo Carlyle, a história se torna a biografia.

Desdenhado embora, cumpre confiadamente a sua missão de animador e sublimador, fazendo-se o padroeiro dos pobres de justiça, o amparo dos oprimidos e o flagelo dos tiranos.

Um braço forte que nos arranque ao tremedal nem sempre será mais valioso que uma palavra de consolo caída nas trevas interiores de uma alma em soçobro.

E na árdua jornada de 68, bem poderia dizê-lo o excelso velho, rudemente magoado pelo relato de Inhaúma, se as rimas de José Bonifácio lhe valeram ou não pela mais apaziguadora unção de graças...

*Foste o primeiro – sim! O teu navio
Abriu caminho à lúcida carreira:
Se te esqueceram – pouco importa! A glória
Brilha inda mais, se a lembram derradeira.*

Sem dúvida, o embalo desses ritmos deveria ter acalentado a sua fé quase em bruxoleios, e a música desses versos reivindicadores teria soado, por longo tempo, aos seus ouvidos, como uma alvorada de esperanças.

O caso, porém, é que o grande marinheiro gostava sobretudo de se mirar; razão por que, no elogio daquele a quem sucedia, ainda uma vez encontrava ensanchas para dizer da sua pessoa.

Censurem-no outros a esse propósito, como Pascal a Montaigne, com achar que *o eu é sempre odioso*.

Ousarei contestar o aforismo com essa impudência risonha, que vem de falta de responsabilidade... Do amor de si mesmo nascem o respeito aos outros e a obrigação de ser exato no cumprimento dos deveres. Se floresce esse culto em orgulho, não nos esqueçamos que tal sentimento é uma qualidade positiva, menos falha de tato, simpatia e medida, que tímida de sinceridade, inteireza e valor, senão mesmo de piedade, indulgência e força de ânimo.

Na obra do Sr. de Jaceguai cada tomo é um traço a mais para o acabamento da própria figura que ele se criou, refletindo, toda ela, a fisionomia de quem se sente à altura do seu destino. Claro, não se remira um corcunda nem se contempla um morfético...

Feliz de quem, ao fazer tal exame, não descobre em si protuberância, aleijão, defeito ou cicatriz... Ora, o glorioso guerreiro, tendo-se revestido sempre da mais nobre e admirável forma de homem, que mal fazia assumisse essa atitude de jactância, a exhibir quanto valeu e quanto praticou?

Ides vê-lo no estado apolíneo de embelezo, em uma por uma das suas obras.

No Dever do Momento, assim se exprime:

Aos vinte e poucos anos *eu* já comandava na guerra e no mar os principais navios da armada.

Aos trinta e cinco *eu* era *general*; como *general* naveguei, tive uma missão diplomática no cumprimento da qual fiz a volta do globo, tomei parte nos conselhos superiores da marinha, administrei o seu principal arsenal e comandeí a mais bela esquadra que se reuniu no Brasil.

Na *Primeira Missão Brasileira à China*, diz:

Convém notar que eu não era um simples passageiro naquele navio¹ como os outros membros da missão; pois me fora concedida, *cumulativamente*, uma missão do Ministério da Marinha, relativa aos fins de instrução da viagem; o que significava partilhar *eu* da responsabilidade da navegação e da disciplina de bordo. É certo que a minha confiança na perícia do comandante era absoluta e que o numeroso estado-maior se compunha de oficiais tão capazes e zelosos como raramente se terão achado reunidos em um vaso de guerra de qualquer marinha; mas essas circunstâncias não me eximiam dos deveres que me impunha a *minha insígnia de chefe, içada no mastro grande da corveta*.

E o sinal de orgulho não está apenas nesta última frase que importa grifar, senão também no emprego do substantivo *general*, ao invés de *almiran-*

¹ A corveta *Vital de Oliveira*.

te, e no advérbio *cumulativamente*, que revela a vaidade do *bom navegador*, do *excelente mareante*, do *profissional competente*, que fazia questão de ser.

Na *Guerra do Paraguai*, recorda:

O comandante do *Barroso*,² em sua parte da passagem de Humaitá, quando ainda não tinha notícia alguma das nobres palavras de Farragut, exprimiu-se quase que nos mesmos termos a respeito de Echebarne, e aliás não se tratava de um passo em que um comandante resoluto não pudesse por si mesmo dirigir o seu navio.

Isto é, o nosso herói nas conjunturas do chefe americano teria prescindido do *prático*, pois que a passagem não seria assim tão dificultosa... Todavia, pela feliz coincidência do elogio ao seu auxiliar, as suas palavras chegaram a se sublimar: – foram *nobres*.

Na *Organização Naval*:

Não sou pessimista, nem despeitado; ninguém fez carreira mais feliz do que eu, na nossa *ou em outra qualquer marinha*.

E, finalmente, no seu *Discurso Acadêmico* se esculpe por esta forma:

Senhores, a escada pela qual me elevei de aspirante a almirante foi íngreme e acidentada como uma enxárcia já rota depois do combate, agitada pela fúria das ondas e açoitada pelo furacão.

A mesma rapidez da minha ascensão obrigava-me a esforços desmedidos para firmar-me em cada degrau galgado, onde a minha pequena individualidade “*ficava em evidência crescente*”.

Perdoai-me os grifos, porquanto há que confessar aqui que essa exteriorização de soberba já se vai revestindo de um aspecto comovedor e patético, quando se vê, em todo o espesso volume das suas *Ordens do Dia*, que ele ajunta, tão-só, à enérgica assinatura do moço comandante Artur Silveira da Mota, uma trêmula e simples rubrica: “*Confere. A. de Jaceguai, almirante*”, e sem mais nada!... Para que comento a palavras tais?

² O então Primeiro-Tenente Artur Silveira da Mota.

Aqueles dizeres de arvoada redação, vincados no papel, entre dois canhoneios, ultimamente lhe passariam e repassariam por diante da imaginação como acordes de uma harmonia extinta; ecos de apartada mocidade no *smorzar* de uma existência; painel esfumado de batalhas a se desenrolar por entre cílios orvalhados de saudade.

E, assim, ao sentir essa leve, suavíssima pena de só *gozar na* lembrança, teria quedado, longas horas a fio, no silêncio das noites, cotovelos sobre as laudas esmarelidas, a olhar sem ver as altas nuvens viajeiras, símbolo fiel das coisas transitórias...

Aquelas páginas, para outrem inexpressivas e toscas, viviam de novo os fatos representativos da sua escalada, enfunando-lhe ainda o peito de satisfação cívica e enlevo patriótico, quando não vinham acordar visões deslumbradoras, que, a sorrir, dedo ao lábio, se levantavam de manso para renovar antigas carícias e repetir distantes afagos com que lhe achegavam ao regaço a fronte escandecida nas pelejas.

Era que tais recordações lhe aqueciam as artérias já esfriadas pela senectude fazendo irradiar dos olhos amortecidos na albugem as chispas do orgulho indomável. Era que a esse regardo voluptuoso o vigor lhe tornava aos músculos, aprumando-lhe o busto, que já a idade ia desarvorando. E quantos de nós poderiam descortinar igual passado? Se, por decoro pessoal, cuidais do corpo, e, por decência, apurais o vestuário, e, por sociabilidade, vos esmerais no trato, que mal advirá em que conteis as vossas façanhas, mostreis o que souberdes, desvendeis os sentimentos aos que vos sobreviverem? Se caímos, tanta vez, em erro na apreciação dos próprios atos, que conseguirão adiantar pretendidos psicólogos relativamente a alheios intuitos?

Arrastado o raciocínio até aí, força é concluir, então, que Jaceguai foi grande pelo amor de si mesmo. Por ele elevou o coração, alargou a inteligência, gastou a energia, trabalhando a prol do bem público, a fim de merecer o respeito os homens.

Durante toda a existência nada mais fez do que se preparar para a morte, consoante a velha sentença de Eclesiastes: – “A boa vida tem um certo número de dias, mas o bom nome permanecerá para sempre.” – Sem alinhar pelotões disciplinares de datas e só com repetir conceitos de esperto navega-

dor, abri os vossos olhos a sua biografia, expondo-vos num aro de ouro o seu retrato moral.

Quanto à figura física, apraz-me trazer reminiscências de adolescente, testemunhos da fascinação por ele exercida sobre as gerações, que iniciavam a carreira das armas no campo movediço das ondas.

Lembra-me bem. Ia já em meio o décimo primeiro mês de 1900.

Numa rútila manhã de sol, chamadas à formatura por apressado toque de corneta, as classes de alunos da Escola Naval estendiam-se, ondulando para a pronta retificação a linha sem deflexões, sob a cobertura do passadiço, que liga dois corpos do edifício.

Havia a expectativa dos casos insólitos: mais aprumo na postura, mais cuidado no uniforme, mais curiosidade no espírito.

A mudança de Diretor que, na monotonia familiar do internato, era sempre fato ponderável, desta vez subia de ponto, por se saber viria comandar-nos um varão forte, herói autêntico, nimbado de lendas.

Com o peito impando de brio militar e coração aos baques, foi que vi aparecer quem primeiro humilhou a cruenta majestade da Sebastopol americana. A sobrecasaca desabotoada sobre o colete branco voejava, panejando à brisa, luzindo nos botões dourados, o que contrastava com a tranqüilidade perfeita daquela fisionomia.

Nada de entono marcial; arrastava-se, talvez a afetar fadiga insanável, apoiado à grossa bengala, que aos meus olhos fantasistas, em tal mão àquela hora, tomava o feitio aristocrático de um bastão ducal.

Oh! Ele bem sabia, ao compor o seu tipo, como ferir melhor a nossa imaginação!

À vista do rijo disciplinador, cujas tradições de austeridade pairavam ali ameaçadoramente, eu rememorava os seus feitos, parecendo que a ilha toda se transfigurava, e a luz, em vibrações de vitória, chamejava em revérberos fulvos nas clarabóias da cidade, longe; palhetava de prata as maretas, em torno; faiscava em fulgores bélicos de lâminas nas palmas dos coqueiros, perto! Até o mastro decrépito da *Amazonas*,³ que salváramos do olvido, vibrava empavesado como no dia grande do Riachuelo!

³ A corveta *Amazonas*, navio capitânia da batalha do Riachuelo.

Ele, então, passou, vagorosamente; passou, pele curtida pelas soalheiras do mar, rosto alongado e emagrecido pelas vigílias do estudo e da guerra, mão encordoada de veias, olhar longínquo; alto, apesar da negligência do porte; musculoso, ainda que delgado; tardio de gestos, embora ativo e diligente.

Em pouco víamos o chão sáfaro da ínsula revolvido pela terraplana-gem; ampliavam-se alojamentos, erguiam-se oficinas, ruíam brutos paredões coloniais; e, para as bandas do nordeste, elevou-se pitoresca vivenda a dominar um jardim incipiente, que em breve entrou a sorrir pelos primeiros brotos.

Num ápice, mudava-se a topografia do sítio, modificando-se a feição daquele milenar acidente geográfico!

E, desde o *quarto d'alva* até à oração melancólica do *silêncio*, avistava-se aquele vulto acurvado, e a ir e a vir, em todas as direções, assim vagaroso, assim lasso, a guardar, entanto, na carcaça inválida energias imprevisíveis.

Se a ancianidade já lhe arrefecera o sangue, diziam que ainda não perdera o gosto das emoções fortes do acaso e das aventuras arriscadas do azar... Até da sorte queria ele sair triunfante...

Esse era o homem.

Convencido de que o Brasil só pela força das frotas poderá conservar a sua grandeza territorial, delineou o projeto de um sólido edifício em substituição a esse amontoado incongruente e obsoleto de decretos, regulamentos e disposições legislativas, que ora formam a *anarquia organizada* da nossa marinha...

Nele pugna pelo estabelecimento de estações navais ao Norte, ao Centro e ao Sul do país, como escolas de disciplina e instrução prática.

Condena a imobilidade nos portos, por dissolvente de estímulos, a produzir o rebaixamento do nível moral e da aptidão técnica, com transformar em burocracia a mais complexa das profissões. Critica acerbamente a praxe indecorosa das gratificações extraordinárias e ajudas de custo, como solicitação ao zelo dos oficiais. Manifesta-se partidário do Ministério civil, como entrave à ação dos satélites e das camarilhas. Aconselha a unidade nas funções inerentes ao comando em chefe. censura tanto a concessão dada aos navios estrangeiros para a navegação de cabotagem, como a abertura dos nossos rios às naves de outras bandeiras. Profliga com desabrimento a política. Exerce com dignidade o magistério. Fiscaliza com fervor construções em estaleiros

longínquos. Levanta com probidade minuciosas plantas hidrográficas, doído por ver que se mareia na costa brasileira sob indicações de cartas inglesas. Sugere, para simplificar, uma nova escala de postos; demonstra a necessidade de ser ministrado ensino menos teórico, para melhor aproveitamento dos alunos navais; e mostra os benefícios do curso especializado para o oficial da armada.

Assim, basculha e ilumina todos os departamentos da marinha; cruza e sonda todos os mares da terra; escruta e observa o céu dos dois hemisférios. Ao arrojo alia a competência; ao preparo junta a iniciativa; ao natural ardor do seu temperamento reúne a acuidade de percepção dos fenômenos político-sociais. Pelo privilégio desses dons foi que ocupou por longo tempo, com invejável argúcia, o cargo diplomático de secretário do comando em chefe da esquadra de operações; que no passo temeroso de Humaitá o ajoujo dos navios sob o seu mando apenas sofreu o embate de seis disparos, que, da transposição dos ásperos anfractos da desconfiança oriental, nos trouxe a assinatura de Li-Hung-Chang, num tratado de amizade com a China.

Este, Senhores, era o profissional.

E se, porventura, desejardes conhecê-lo, melhormente, sob tal ponto de vista, não tereis mais do que procurar os discursos em que Rui Barbosa defendeu, no Senado, a sua volta ao serviço ativo da Armada.

Palavra que não conheço mais belos esmaltes.

Por que me não alongue muito dos bons preceitos acadêmicos, não incorrerei na falta de elidir a parte anedótica da praxe, e que em sendo bem curta, surge aqui tão graciosa e tãful, quão sisudo e grave é o narrador, que a endossa.

Do punho ilustre de José Veríssimo saíram as preciosas linhas abaixo:

E não só a história militar, senão a política também lhe é familiar; e não somente a história, e as ciências e as artes que mais lhe importa saber como profissional, mas as literaturas antigas e modernas, Homero, Virgílio, Camões, os grandes poetas da navegação e do mar, e Shakespeare e Molière e toda a moderna literatura francesa.

Coisa espantosa, conhece mesmo os nossos! Um dia apareceu com um volume de Gonçalves Dias; tivera uma questão com alguém sobre uns versos do poeta; levava o livro ao contendor para provar-lhe que não tinha razão.

Haveis de concordar que colocando tais conceitos e relatos como anedota, não iludi de todo a vossa expectativa risonha...

* * *

A “Carta aberta” a Joaquim Nabuco, concitando-o a trabalhar para a sua terra e em prol da sua gente, causou aturdimento à roda letrada pelo escoreito da forma, altitude do pensamento e agudeza da observação. E tão persuasiva foi ela, na sua rudeza marinheira, que o elegante tribuno invocado em pouco se rendia às verdades do patriótico reclamo. De tal maneira lhe é o estilo imaginoso e seguro que a literatura das suas obras se torna sempre saboroso aos próprios leigos do assunto sobre que discorre.

Depois de ter versado todas as narrativas de guerra e esmerilhado todos os estrategistas, entendeu, como vistes em a citação do inolvidável crítico, de se abeberar nas literaturas clássicas, e, com tanto gáudio, que os seus escritos ficaram marchetados de citações. E, se não, vejamos:

A nação deve ser para as suas esquadras que voltarem desmanteladas aos portos o que a terra era para o Anteu da fábula, uma fonte copiosa de energias.

.....
O justo ressentimento do Sr. Custódio de Melo por ter sido compelido a deixar a pasta que sobraçara como prêmio da sua iniciativa arrojada no 23 de novembro, não era a menor das dificuldades com que teria de enfrentar o novo Ministro da Marinha. Aquiles não perdoa a Agamêmnon ter-lhe arrebatado a adorada Briseis. — (Da *Organização Naval*).

Sobre a batalha de Riachuelo assim se exprime:

Desde esse momento um ardor aquiliano inflama o peito do velho guerreiro; seus olhos dardejaram relâmpagos, através da nuvem da sua longa barba branca agitada pelo vento; a lança que só ele pode manejar, como o herói de Homero, é a proa da *Amazonas*, e Gustavino é o seu Automedonte.

Narra a abordagem ao seu navio pela forma pitoresca seguinte:

Não faltou à Legião Voga-Avante o camalote traiçoeiro, à meia-noite, para mascarar-lhe o ataque; nem o *Barroso* repeliu precipitadamente os visitantes noturnos; ao contrário, deixou que se aproximassem, não lhes vedou o saltarem no convés, como Ulisses, prudente, aguardando que se reunissem todos os pre-

tendentes no átrio do palácio de Penélope, antes de empunhar suas armas vingadoras, mostrou-lhes que ali não penetrariam com um pensamento afrontoso, senão para encontrar a morte. – (*Guerra do Paraguai*).

Tem tão acentuado o pendor das comparações que não raro chega a conseguir enargueias:

Suprima-se o elo da marinha entre os Estados, e a União se desmantelará como uma barreira da qual se tirarem os arcos.

.....
A política é uma carreira que para o maior número assemelha-se aos esportes da montanha-russa, em que o veículo começa descendo para poder elevar-se.

.....
A história de todas as civilizações é como a formação dos rios; antes de acharem o seu leito são torrentes errantes que se precipitam, se cruzam, se chocam, se apertam, se espraíam, percorrendo largos trechos com aparência de um curso normal para irromperem, subitamente, através dos aluviões em direções divergentes, antes de confluírem para o vale em que encontram afinal o seu álveo definitivo.

Explicando o desmoronamento da Monarquia, depois de dizer que – “na questão abstrata de formas de governo, nunca compreendeu que um espírito cultivado pudesse ter preferência por esse ou aquele regímen” – escreve, talvez com humorismo:

Por um fenômeno, que não sei se algum dia se chegará a se explicar, cientificamente, o sentido dominante na raça mestiça americana é o da igualdade. Como conciliá-lo com a afeição à monarquia, que é o privilégio por excelência?

NOTA: – Declaração sob o título: “O vice-almirante reformado Barão de Jaceguai:

Sem renegar os títulos honoríficos que a monarquia me conferiu, os quais recebi com honra, como Nelson disse das suas condecorações, no momento em que as punha ao peito, antes de travar a batalha de Trafalgar; mas como aceitei o regímen comum estabelecido pela nova constituição política de minha pátria, declaro que de ora em diante assinar-me-ei

Artur de Jaceguai.

Mogi das Cruzes, 5 de março de 1891.”

Pintor de quadros, atraído pela grandeza e magnitude das perspectivas desvendadas, como verdadeiramente interessa pela exatidão dos pormenores.

Artista – por que o não dizer? – sem que lhe falte a faculdade de movimentar as grandes massas, tem a virtude de realçar os protagonistas da tragédia, sem esquecer a conveniente graduação dos valores.

Tampouco lhe faleceu jamais, ainda no estado dionisíaco da luta, a calma do analista. A essa qualidade foi que pôde conduzir o navio do seu mando rio acima, a beirar os barrancos da cidadela rugidora, à sombra do sinistro arcual da trajetória das balas, quando o inimigo o esperava ao largo.

Em muitos pontos empolga. Ouvi-o no transe decisivo do arremesso:

A noite de 18 de fevereiro cerrara-se sem alterar a limpidez da atmosfera do dia abrasador que a precedera; o brilho das estrelas, porém, não penetrava nas lóbregas sombras das alterosas matas por entre as quais deslizava silenciosamente a massa líquida do rio. No porto Eliziário, logo ao escurecer, os monitores manobram para atacar aos seus matalotes, na formatura ordenada. Concluída a faina, formadas as guarnições por quartos, os comandantes ditaram suas ordens sobre postos de combate e sobre as eventualidades possíveis na ação que se ia empenhar. O comandante do *Barroso* terminou as últimas disposições, dirigindo aos seus oficiais e marinheiros as seguintes palavras: – “Agora, avante, meus bravos! Em Curupaiti, de dia, apenas recebemos cinco balas, quando os outros receberam cinqüenta; pois bem, em Humaitá, de noite, arranjarémos isso por menos. Confiai em vosso comandante como ele confia em vós.”

Às II horas a descarga estridente do vapor dos seis encouraçados da divisão avançada indicava aos paraguaios, vigilantes na margem do rio, alguma coisa de extraordinário. Meia hora depois o *clank-klank* das amarras denunciava que os navios se iam mover; e, logo, um foguete, repetido de piquete em piquete até Humaitá, seguido de outro sinal luminoso mais intenso, deu aos nossos marinheiros a certeza de que não teriam a vantagem de surpreender o inimigo.

Tanto melhor, houve quem dissesse, não passaremos às escuras.

À meia-noite em ponto o *Barroso* e o *Río Grande* já seguiam avante, à meia-força, por não terem ainda desferrado os demais. À uma hora e trinta estava o *Barroso* pelo través do navio almirante, mas não se lobrigavam ainda outros vultos pela sua popa. O almirante ordenou-lhe parasse e aguardasse os seus companheiros. Às duas horas e quarenta e cinco minutos, como estes ainda não aparecessem e a lua nascente já mostrasse a sua claridade, por trás da mata do Chaco, o comandante do *Barroso*⁴ mandou por um oficial cientificar ao almiran-

⁴ Artur Silveira da Mota, depois Barão de Jaceguai.

te que, retardados os seus companheiros, estava no entanto pronto a avançar, com a máxima pressão nas caldeiras dos dois navios. Nesse entretanto, distinguíu-se uma luz movendo-se sobre a água: devia ser um dos retardatários.

O *Barroso* pôs-se logo em movimento, sem parar sequer para receber o oficial que voltava da capitânia, o qual dificilmente conseguiu atracar ao costado mediante um cabo que se lançou. O almirante reiterava a ordem de esperar, mas o *Barroso* não mais se deteve e investiu o passo só com o *Rio Branco*. Eram 3 horas. Os paraguaios contavam, provavelmente, que, a realizar-se o ataque, os navios se apresentassem a meio do rio; o *Barroso*, porém, prevalecendo-se da grande enchente, surgiu-lhe perto da Ponta de Pedras, de onde fez rumo a se manter tanto quanto possível próximo ao barranco. Não tardou um minuto o fogo rolante de todas as baterias sobre os dois navios, sem demora respondido pela esquadra de proteção. A primeira bala que feriu o *Barroso*, na face de vante da casamata, trazia tamanha energia acumulada, produziu choque tão violento, que se diria ter sido lançada com a intenção de fazer o navio estacar. O homem do leme, atordoado, abandonou a roda de governo por alguns segundos; a trepidação da muralha encouraçada em que se deu o impacto do projétil foi tão forte, que causou uma contusão no braço que o comandante tinha apoiado no batente da portinhola de vante, por onde dirigia o navio com o práctico. Em certo sentido, a metáfora favorita das ordens do dia do almirante – das abóbadas de balas – podia aplicar-se aos dois navios exploradores, porque eles prosseguiram incólumes na sua rota, cruzando-se por cima deles toneladas de projéteis arremessados das baterias inimigas e dos encouraçados que os canhoneavam.

No meio do troar de mais de 300 canhões em ação, ouvia-se de bordo, distintamente, o estrépito das balas que devastavam a floresta do Chaco. É possível que o clarão das gigantescas fogueiras que, por encanto, se acenderam na margem oposta para iluminarem o passo, e bem assim os reflexos do fogo que pareciam abrasar a superfície das águas, tivessem prejudicado a visão dos artilheiros paraguaios, de modo a poder-se explicar tão grandes erros de pontaria. O que é certo é que, depois de quase extintas as fogueiras, com uma luz mais suave, eles acertaram a valer nos navios que passavam mais tarde.

No trajeto do *Barroso* e *Rio Grande*, desde a altura da Ponta de Pedras até o canal junto do barranco, apenas seis balas tocaram os dois navios.

Em menos de 15 minutos estavam debaixo da bateria Londres, à pequena distância do barranco. Foi o momento crítico do trajeto. Chegados ao ponto em que deviam manobrar para contornar o barranco, o fio mais intenso da corrente apanhou-lhes a proa e a ação do leme tornou-se impotente para vencer a inércia da dupla massa líquida impelida sobre a margem. Continuando a seguir avante, em poucos minutos encalhariam de proa; parando ou andando para trás iriam ensacar-se nas revessas da enseada formada pela Ponta de Pedras, donde

difícilmente poderiam sair; mas, graças ao tubo acústico, disposto entre os dois navios, o comandante do *Barroso* pôde manobrar com a prontidão que o caso exigia, mandando parar e logo funcionar para trás as máquinas do monitor – as do seu navio sempre trabalhando para diante, a toda força, conseguindo assim, sem se imobilizar um só instante, aproar à corrente e em seguida fazer rumo normal ao meio das cadeias.

Prosseguia o *Barroso* com extraordinária velocidade que o seu hábil maquinista sabia imprimir-lhe em tais ocasiões e já estava próximo às correntes quando uma bomba de grosso calibre, explodindo ao cair n'água entre a proa do monitor e o seu costado, levantou imensa coluna líquida que alagou o convés de ambos. Só o comandante e o prático Echebarne, que tinham os olhos cravados para a frente, atribuíram à sua verdadeira causa aquele espetaculoso efeito; para os demais tripulantes fora um torpedo, e, no pânico de que muitos se possuíram, indiferentes às balas, surdiam das escotilhas acreditando que os navios se iam submergir. O valente Antônio Joaquim saiu da torre do seu monitor para a tolda pela estreita portinhola do canhão, o que ele mesmo dizia nunca ter antes imaginado fosse possível para um homem da sua corpulência.

Alguns minutos mais e o foguete lançado do *Barroso* indicava que ele já havia transposto as cadeias, e que não havia em Humaitá obstáculos insuperáveis para a divisão avançada. Eram 3 horas e 30 minutos da manhã. Parou o *Barroso* dois quilômetros acima das cadeias e ali esperou os outros navios. Às 4 horas e 45 minutos surgiu o *Bahia*.

O comandante do *Barroso* não teve certamente em toda a sua vida um momento mais feliz do que aquele em que abraçado pelos seus dedicados amigos Echebarne e Antônio Joaquim foi o objeto de aclamações delirantes dos seus oficiais e marinheiros...

Basta, Senhores. A narração continua assim animada, assim comovedora, assim grandiloqua, de sorte que, ao cabo, tereis na verdade o desejo de exclamar como certo crítico: – *Que ce sabreur savait écrire!* – porque ele podia jactar-se com o cantor máximo do mar:

*Nem me falta na vida honesto estudo
Com longa experiência misturado,
Nem engenho, que aqui vereis presente,
Cousas que juntas se acham raramente.*

Dando-se inteiro ao seu país, não descansou o corpo ao serviço da guerra, nem feriu o espírito nas tarefas da paz.

Razão de sobra, pois, assistia a Platão quando afirmava que um dia, uma hora ou um momento só de heroísmo, vale mais do que um século de prudência vulgar ou de virtude trivial.

Para que havemos os poetas de negar que a crença e o amor da Pátria são os propulsores da bravura? Fiquemos que somente um impulso sobrenatural e invencível será capaz de arrancar o homem ao instinto de conservação. Seja este impulso a confiança na grandeza dos destinos da terra nativa.

A faculdade de admirar é a essência mesma do meu temperamento e é por isso que, diante dos fastos nacionais, que a justiça das nobres causas criou, de façanhas como esta, que a consciência do dever militar sublimou, chego às vezes a chorar comovidamente, e sem pejo, as minhas melhores lágrimas de homem.

Glória, pois a ti, Barão assinalado, que cumpriste a missão de ser forte dentro da fé!

Glória a ti, mar imenso, que nas tuas tormentas temperas o aço espe-
lhante dessas almas rígidas!

E a ti, Pátria querida, cuja formosura faz nascer nos teus filhos o deno-
do consciente ou delirante para a tua defesa, Glória! Excelsior!

II

RESPOSTA DO SR. ALBERTO DE OLIVEIRA

SENHOR Goulart de Andrade:

De um herói e arcebispo, que o foi também e da mesma terra do primaz das Espanhas Dom Frei Bartolomeu dos Mártires, conta-se que, vendo uma estátua que o representava sem a cicatriz de uma cutilada no rosto, recebida na guerra, levou da espada, e brandindo-a, deu à face esculpida o sinal glorioso que lhe faltava.

Foi isso objeto de uma sessão da *Academia dos Anônimos*, de Lisboa, e sucedeu destoasse ali, pelo conceito, de tantos outros assuntos, frívolos ou ridículos, que eram por essa época propostos à glosa erudita nesta e congêneres associações de então.

Era o tempo em que sujeitos doutos e respeitáveis, fidalgos, validos e conselheiros de Estado gravemente se reuniam e por largas horas, repetenados em suas cadeiras de espaldar, disqueteavam em linguagem por um chamada de prosi-métrica sobre (ouvi que elevados temas!) “uma dama que desmaiou, dando-lhe seu amante um ramalhete de perpétuas”; outra que, igualmente, “desmaiou vendo-se a um espelho”; ainda outra que, “ferindo fogo, lhe saltou uma fásca no peito”. E quase tudo o mais conforme a este belo teor.

Um dos *Anônimos*, posta a questão, discorrendo no estilo peculiar da época, condimentado de *concetti*, trocadilhos e equívocos, achou que “o arcebispo, dando um golpe na estátua, deu a conhecer que só estava mais próprio

donde o valor o mostrava assinalado...” “Fora culpável descuido – diz ele – não tornasse a abrir a espada na estátua aquela boca que no original fechara a cirurgia”, conceito este por outro acadêmico assim externado em verso:

*Agora está parecida
Vossa estátua, herói augusto!
Agora, sim, que animado
Explica do bronze o vulto
Pela boca da ferida
Do valor os testemunhos!*

Acode-me esta reminiscência literária ao atentar no perfil por vós bosquejado do ilustre Almirante, cuja Cadeira nesta Academia passais a ocupar. Fosse ele vivo, como aquele guerreiro e arcebispo de Braga, e acreditais sorrisse satisfeito, vendo-se em vossas palavras representado como em fiel espelho ou estátua? Homem vaidoso, como no-lo mostrais “no estado apolíneo de embelezo”, “gostando sobretudo de se mirar”, Jaceguai certamente protestaria não ser ele esse “acurvado vulto, sem entono marcial, a arrastar-se apoiado à grossa bengala, com as artérias já esfriadas pela velhice e os olhos amortecidos na albugem”.

Não! nesta solenidade em que lhe recordamos o nome, não me parece seja esta a figura que aqui deve ser invocada, ou se o é, falta-lhe, como a cicatriz à estátua do herói português, alguma coisa que é tudo para a representação gloriosa daquele cujo panegírico acabais de fazer: falta-lhe a sua beleza épica, o aspecto mavórtico, o alinhamento e apuro do militar, ou, e com o seu vigor e garbo viril, a melhor parte de si mesmo, que ele acabou perdendo, mas não se perdeu para nós, quando o imaginamos nos grandes dias de triunfos, a um tempo seus e da Pátria.

Esse que vós, aspirante da Marinha, conhecestes em 1900 na Escola Naval, e aqui nos apresentais, não é propriamente o herói de Humaitá, o “barão da frente” da ode de José Bonifácio: é uma sombra, a sombra de um corpo quase ermo da alma, ou o “sepulcro de si mesmo”, segundo o verso de Teixeira de Melo.

A glória tem o seu sol de meio-dia, e é à luz dessa hora, e não à do declínio ou à de um poente quase sem raio, que devemos ver e admirar os que ela vestiu de seu esplendor.

Feito este breve reparo, que me permitireis, ao vosso discurso, passo a dirigir-vos as palavras de estilo, recebendo-vos nesta Casa. E ora confesso a minha inaptidão para dizer-vos compridamente em palavras o que estreitamente vos poderia significar num abraço: sede bem-vindo!

A inaptidão é de quem nunca exercitou este gênero de letras, por lhe conhecer as dificuldades e se reconhecer sem pendor para ele. Mas com o escritor, a quem me cumpre saudar, havendo em vós o companheiro que, privando comigo, sabe quão fundada e sincera é a confissão, fico me desculpará este perante si mesmo e o público.

O escritor em vós, Sr. Goulart de Andrade, é primacial e essencialmente o poeta. Outras partes se louvam em vossa pena, desde a de autor de composições teatrais às de cronista e romancista, as quais todas vos têm propiciado ocasião a vos revelardes verdadeiro homem de letras. Aquela, porém, a de poeta, a qualidade apolínea por excelência, é o título mais belo, o vosso melhor pregão de escritor.

Poeta vos conheci há mais de três lustros, nos agraços da juventude, quando o alvoroço interior das paixões mal permite assentar-se bem a mão nos entretalhos da expressão escrita. Trazíeis-me então os vossos primeiros versos – uma escátula de rimas, a qual mais lucilante e formosa. Outros foram produzidos depois e fui conhecendo nas comunicações da amizade até que ultimamente, e enfeixando os melhores, saiu o volume das *Poesias*.

Tive o prazer de saudar-vos e ao livro com alguns versos, dizendo-vos em linguagem cabível nestes e dispensando-me de o prefaciá-lo, que “ao Sol não é preciso o conduzam ao meio do Céu para que o vejam todos em sua luz”. Disse o que se me antoalhava, e folgo não me haver enganado. Era em 1907, vai quase em dez anos. Tacharam-vos para logo comparte de parnasianos ou andando estas cousas umas sempre em contrário de outras, infenso às inovações de decadentes ou simbolistas. Tais filiações de escolas de poetas pouco adiantam aos que deveras o são; o essencial é ir cada um com o que a natureza lhe pede.

A vossa pendeu para onde se desvelavam alguns espíritos, buscando a beleza da expressão em seus trabalhos, ou para o que, talvez com exagero, se acertou de chamar aqui, depois de chamar-se, em França, “culto da forma”.

Pendeu, pois, para o Parnasianismo! Mas precisamente entre nós nunca houve Parnasianismo. Houve, sim, por influxo deste, um desvio da corrente poética que, engrossada a princípio dos melhores cabedais românticos, rolava ultimamente rasa e desfalecida. Houve substituição e melhoria de alguns ideais, a dos elementos de elocução, pureza vernácula, e tudo o mais tocante e essencial ao meneio do verso. Houve isso e a demais disso o alvoroço e entusiasmo próprios de moços. Não se procurou abafar à poesia o seu sentimento, como sem observação e de má vontade se tem afirmado: procurou-se, sim, esmondar o que nela havia sobre fútil, exagerado ou artificial.

A poesia subjetiva chegara efetivamente aos derradeiros limites da convenção, descera ao brinco pueril, a uma enfiada de cousas piegas e vulgares; os grandes dias de outrora tinham positivamente acabado e se de longe em longe algum raio de luz vinha aquecer a poesia transida e debilitada, era talvez uma estrela – não era o sol.

São palavras de Machado de Assis e já para este valioso depoimento apelei em outro lugar.

Nova geração acudiu a tempo, fatal e necessária, a este estado de cousas.

Tomou-se desde então mais a sério o ofício de lidar com a palavra, o que não foi senão repor em seu lugar este ofício ou arte, sempre reverenciada dos bons espíritos, e não direi o “culto da forma”, mas o empenho de bem escrever, aprimorando esta ou expurgando-a de vícios que a desfeiam, tornou-se mira principal dos poetas de então.

Pendeu para aí a vossa natureza, Sr. Goulart de Andrade. Não sois propriamente um parnasiano, porque este nome mal vos cabe, ou a qualquer de nós. Sois um poeta de boa educação literária. Do gosto pelas regras da arte e bom senso, vosso livro de estréia deu-nos desde logo sobejas provas; outras cresceu, crescendo o vosso valor, a coleção aparecida mais tarde sob a denominação antitética de *Névoas e Flamas*. Digam os que me dão a honra de ouvir se não são do mais fino gosto estes versos:

PERFUME

*É tão cheiroso o teu véu,
Que ao vê-lo a gente presume
Que não é véu, é perfume.*

VOLTAS

*Teu véu, desejada minha,
De tão leve e transparente,
Menos se vê que se sente,
Ou melhor – mais se adivinha.
Nele tanto olor se aninha
E é de névoa tão escassa,
Que através dele se passa.*

*Foi-se esgarçando, esgarçando,
Tornou-se aéreo, tornou-se
Fluido de essência tão doce,
Que já nem sei como eu ando...
Doido sou que estou pensando,
Tanto aroma em si resume
Que teus um véu de perfume.*

*E ao sorver o delicado
Cheiro teu indefinível,
Creio que o véu invisível
Em mim, ficou enrolado...
Eis porque penso, anjo amado,
Que sentido o olor do Céu,
Vivo dentro do teu véu.*

É um vilancete e obedece ao velho preceito que exigia de toda cantiga:

I.º) ter assunto aceitável, *boa rason* ou *suma de rason*; 2.º) estar bem rimada, tendo consonâncias puras e não meros assoantes, como a trova popular; e 3.º) não ser desigual ou desiguada (cit. de C. Michaëlis).

É um vilancete, como os sabeis fazer, e os já faziam poetas do *Cancioneiro Geral*, inclusive o dos *Lusíadas*, cuja Calíope não se dedignava descer do remonte épico a estes brincos amatórios do redondilho. Vós também, para cele-

brardes um véu de mulher, e seu perfume, baixastes, da Tróia negra da Serra do Barriga ou mais alto, da torre de uma *Babel* de trinta andares... e alexandrinos.

Depois do vosso vilancete, já que a Luís de Camões coube referência, vem de molde dar de autoria dele uma destas fugitivas composições, para que se veja como um e outro vos haveis em tais diversões, à guisa do espadaúdo Tebano, que, após sobre-humanos trabalhos, despe um dia força e bravura, e amoroso e cativo toma a estriga assedada e se reclina fiando aos pés de Ônfale.

É o vilancete da janela e da funda:

*Pus meus olhos num funda,
E fiz um tiro com ela
Às grades de um janela.*

VOLTA

*Uma dama de malvada
Tomou seus olhos na mão
E tirou-me uma pedrada
Com eles ao coração.
Armei minha funda então,
E pus os meus olhos nela:
Trape! quebrei-lhe a janela.*

Se vos não cabe a glória da restauração desta forma de composição poética (antes de vós, ultimamente entre nós outros a exercitaram, e destes estou a lembrar-me aqui do nosso saudoso Guimarães Passos), pertence-vos a da tentativa de aclimação da balada e do canto real.

O que sói suceder com alguns vocábulos que se arcaízam e morrem, para renascerem mais tarde, logrando geral aceitação, sucede também com certos gêneros poéticos, ontem aplaudidos, deslembrados e apagados depois, e depois ressurrectos.

A história do soneto comprova o asserto, comprovam-no por sua vez a balada e o canto real.

A balada, de par com todos aqueles poemetos, *lais*, *virelais*, *triolet*s e *rondós*, que, segundo Marot, compunham o *Breviário do Templo do Amor*, tem, como é sabido, na poesia francesa do século XV o seu maior dia de gló-

ria e popularidade. Decai depois no outro século com a admissão e prática de novos metros, e se ainda em setecentos um ou outro amigo de antigualhas, como La Fontaine, procura ressurgir-lhe donaire e graciosidade, rápido e enganador é o assomo de vida. Mais de cem anos levou ela a dormir sono de inglório esquecimento até que, como na lenda da Formosa do bosque encantado, um dia, meado o século XIX, um príncipe da rima e do verso perfeito, Théodore de Banville, a acorda com um beijo. Ex-surge, revive, levanta-se e ei-la de novo requestada e querida.

Fostes também ao seu encontro em terras de França, e pela primeira vez plagas brasileiras a hospedam. Receio, entretanto, lhe sejam infenso este clima, e só por amor vosso e solicitude não venha a definhar e morrer.

A balada de forma clássica – e o mesmo direi do canto real – com o seu determinado número de estrofes rigorosamente simétricas e versos de determinada medida, alternando-se regularmente agudos e graves, com suas rimas entrelaçadas e as mesmas nos mesmos *couplets*, e ainda com o seu estribilho invariável, parece-me entre nós de difícilíssima execução. Se a quiserem ajustar fielmente ao modelo, tratá-la como feitura artística, evadir-lhe as rimas triviais e matizá-la das peregrinas ou raras, não será isso empresa para qualquer, e só por milagre, um desses milagres de talento, como o vosso, deixará de ser sacrificado o surto espontâneo da inspiração. Para experimentar poetas e tratar-lhes a paciência já nos basta o soneto à moderna, todo galeado e garrido de consoantes surpreendentes, e dele se sabe que, não obstante há séculos aclimado entre nós, raro dentre o inumerável número deles pode campar sem mácula, e valer para si um poema, conforme a sentença de Boileau.

Para homens, porém, como vós, parece foram escritas aquelas palavras de Marmontel:

A satisfação de romper obstáculos é maior do que muitos presumem, em se tratando de cousas de arte, e tenho para mim que tais dificuldades, se não foram por demais penosas e opressivas, devem ser mantidas, se para as vencer houver a precisa desteridade e com isso mais um prazer do artista.

Desteridade e prazer artístico manifestais realmente, tratando entre nós a hóspeda peregrina, por isso de vossas mãos sai ela ordinariamente como se vos não custasse o menor esforço.

Pesa-me não possuir os vossos encomiados dons de dicção para exemplificá-lo com estes versos de um doce ritmo de embalo de rede de penas:

BALADA

*Pela rosácea do vitral, desfeito
Em cores, entra o pálido luar.
Dorme! Entre as névoas de teu alvo leito
Vejo-te o seio brandamente arfar...
Dorme! Lá fora dorme o velho mar;
Na muda noite a abóbada infinita
Apenas vela e trêmula palpita.
Dorme! Nos campos adormece a flor.
E a ave no ramo, que o favônio agita,
Como tu, adormece, meu amor.*

*Em vão procuro ouvir, em vão espreito
Se nesse inocentíssimo sonhar
O meu nome se escapa do teu peito,
E a minha imagem tentas abraçar.
Ah! se estiveras tu no meu lugar!
Dorme! Das rimas a caudal bendita
Desta boca febril se precipita
Num som dulcíssimo e acalentador.
A alma que eu trouxe antigamente aflita
Como tu, adormece, meu amor.*

*Dorme! Nem sabes como contrafeito
Vejo-te os lábios sem os não beijar...
Com que desejo, mas com que respeito
Contemplo a tua carnação sem par!
Dorme! Como tu, dorme o nenúfar
Da fria linfa na prateada fita...
Só do meu coração a surda grita
Se escuta no silêncio esmagador!
A lembrança das horas de desdita,
Como tu, adormece, meu amor.*

*Rainha de meu ser, dorme e acredita
Que aos brancos pés te deixo a alma precita,*

*Misto de ciúmes, de êxtase, de ardor...
Ai! dorme... a voz que estes cantares dita...
Como tu, adormece, meu amor...*

Longe fora se, enleando a atenção dos que me ouvem com o prestígio de vossa musa, houvera de, como trasflores de fino esmalte, mostrar em vossa obra poética outros mimos de arte assim delicados.

Mas convém contrair o discurso. Orações acadêmicas de recepção de novos companheiros devem ir pouco além das palavras de boas-vindas. Os que aqui entram já vêm julgados ou já foram lá fora eleitos.

Não fecharei, entretanto, o meu discurso sem que vos manifeste de público o muito que vossos amigos ainda esperam de vossa atividade e gosto das letras.

O melhor fruto colhe-se mais tarde.

Sois o mais moço desta assembléia. Assim como por vossa mão vieram até nós antigas formas literárias, virão amanhã as novas idéias de um novo período social, de uma nova e talvez melhor humanidade, que a dura lição da guerra prepara.

A atualidade é de sobressaltos, de indecisões, de ansiosa expectativa. Em letras e em tudo, como naqueles tempos chamados por Lamartine “de ceticismo e de álgebra”, tateia-se, não se pisa firme nenhum caminho. O da grande arte que foi o Romantismo, batido de um sol nunca visto e com acidentes de paisagem até ali jamais admirados, acabou partindo-se em atalhos e veredas sem horizonte.

Só de 1885 a esta parte, como traz um curioso estudo de Florian Parmentier, para mais de cinqüenta agrupamentos literários se formam, alguns com desenvolvimentos manifestos, dizendo ao que vêm. É o Simbolismo com os cenáculos deste período, Decadismo, Magnificismo, Magismo, Socialismo, Anarquismo e Escola romana. São os paroxistas ou partidários de Emile Verhaeren; os regionalistas, sectários de Charles Brun; os jamistas ou os da companhia de Francis Jammes; os poetas esotéricos e os espiritualistas, ou os que vão com Edouard Schuré. São os naturistas, ou os faccionários de Saint-George de Bouhelier. São os futuristas ou os pactários com Marinetti, e oposta-

mente os primitivistas ou os abarracados sob Lérýs, Marc Dhano e George Gaudion. São os humanistas, os subjetivistas, os sinceristas, os floralistas, os dramatas e tantos e tantos outros, como a luxuriar verduras de redor de tronco a meio apodrecido, multidão de vergôntes cada uma das quais de si consigo presume ser árvore. São as pequenas escolas, as meias ou mal esboçadas escolas, grupos ou bandos esparsos, como no deserto o arranchamento de tribos errantes.

O estado social com que se entretecem fio a fio estas cousas, explica talvez estas ramificações ou diversão de credos literários. Falta um ideal superior que a todos irmane e congregue. Político? Moral? Religioso? Religioso, moral e político e, no que nos toca, artístico e literário.

Trá-lo-á o dia de amanhã, finda a calamidade da guerra? Ninguém sabe o que está além deste horizonte cheio de fumo e relâmpagos... Não pode ser outra guerra. Seria o titubear, o ruir de toda a civilização. A mais plausível das conjeturas é que uma paz duradoura e benéfica se seguirá ao troar dos canhões derradeiros. Então – como sobre as devastações do incêndio, na terra em que só ficaram de pé queimados troncos, rebenta feraz vegetação, que em breve é nova e mais virente floresta, cujas árvores vestidas de sol, gorjeadas de pássaros não tarde que se desabotoem em flores e se carreguem de frutos – desta deflagração ou abrasamento de povos, das cinzas da destruição do incêndio da guerra, hão de surgir as forças produtoras da paz e do trabalho fecundo, onde ainda há pouco era tudo assombro e excídio tremendo. E como nas fases de formação do nosso planeta, ao propiciar-se-lhe à vida a superfície e ar circunstante, surdem as primeiras espécies representativas deste ou daquele reino – formas literárias desconhecidas, desconhecidos gêneros e ainda os de há muito esquecidos acharão ambiente apropriado ao seu aparecimento ou ressurreição. A epopéia abrir-se-á talvez, como flor de bronze, nesse chão ainda empapado de sangue, para celebrar feitos como nunca os sonhou a Musa antiga. Talvez o idílio à Teócrito ou Gessner revirá com revir a vida simples dos campos, com o amanho e o agricultar dessas terras pesadas de ferro e detritos das surriadas da peleja. O drama e o romance, tão lazarados, como os vemos aí das corrupções dos costumes, terão talvez mais pura fonte onde haurir inspiração à sua urdidura e entrecho. Talvez a ode subirá em suas

asas gloriando-os, num clarão de apoteose, os nomes dos que fizeram rosto à terribilidade armada e arrogante dos novos Bárbaros.

À nossa América, como hoje lhe chega o sopro da fornalha européia, aquecendo todos os peitos, chegará o bafejo dessa manhã de reconstituição social, de povos que se refarão para o Bem, o Amor, o Progresso, a Civilização. E hão de soar e vir até nós, que lhe responderemos, concertando com suas vozes, as alvoradas da Vida Nova, os hinos do Labor e da Paz.

Sereis, esperamos, um desses poetas. Os vossos cantos bastam-vos à glória de hoje: os de amanhã podem ir ao mais longínquo futuro.

Bem-vindo o novo acadêmico.

Discurso do
SR. OSÓRIO DUQUE-ESTRADA

e

Resposta do
SR. COELHO NETO

*Sessão solene extraordinária
do dia 25 de outubro de 1916*

I

DISCURSO DO SR. OSÓRIO DUQUE-ESTRADA

MEUS Senhores,

Conferindo-me a honra de ser admitido no vosso grêmio e de suceder nesta Casa a um dos maiores e mais aclamados vultos da literatura brasileira, mal reparastes, sem dúvida, quanto esse gesto largo e magnânimo era no mesmo instante sobrepujado por uma impiedade ainda maior que a vossa benevolência: a do temeroso encargo, que implicitamente me impusestes, de vir hoje aqui analisar o valor, a significação e a influência da obra literária de Sílvio Romero.

Certo, não serei eu quem vos haja de responsabilizar pelo que possa vir a suceder; mas fio que me não condenareis, tampouco, se, pela primeira vez entre vós, se justificar aquela sentença tão ironicamente contida no célebre verso de Musset:

Nu comme le discours d'un académicien.

O cometimento, que se me afigura quase insuperável, e sobremaneira me desconcerta e atordoa, vai, mais uma vez, pôr à prova a indigência das minhas energias intelectuais; e desmentiria de modo cabal e flagrante a justiça dos vossos sufrágios, se, em verdade, não houvessem estes obedecido mais ao intuito de galardoar apenas uma existência de labor e de sacrifício, consagrada quase toda ao culto da língua e ao progresso intelectual da nossa terra, que ao de recompensar e aplaudir os minguados méritos do literato e do artista, tão desprovido de títulos quanto de ambições. Nem me iludo sequer, a tal respei-

to, e bem sei que a coroa, que a vossa longanimidade me conferiu, é muito mais de carvalho que de louro; mais o prêmio concedido, aos lutadores pugnazos, aos combatentes não arrefecidos na peleja, que o símbolo real do triunfo e da glória, com que era de uso outrora cingir a fronte iluminada dos verdadeiros sacrificadores de Apolo.

E assim devia ser, e nisso apenas se havia de cifrar a generosidade do vosso gesto, porque, solicitado e atraído por outros pendores, há muito desertei o bando daqueles ingênuos *pescadores de lua*, de que nos fala Rostand.

Agradecendo, antes do mais, a insigníssima honra que me concedestes, mas pedindo permissão para não manifestar grande surpresa e maravilha diante de uma graça que eu próprio solicitei, exoro de vós a mesma complacência para o desempenho, por força modestíssimo, de uma tarefa que tresdobradamente se me afigura superior às minhas forças, tão grande é a responsabilidade, tão temerária a empresa, tão arriscada a aventura de querer fazer ressaltar, ainda a largos traços, a representação de um perfil, que, por muito complexo e muito fugidío, ninguém pôde ainda fixar ou reproduzir, senão apenas em parte, ou de maneira muito imperfeita. Com exceção da de Laudelino Freire, que disse com isenção e franqueza o que pensava e sentia, e da de Samuel de Oliveira, prestes a sair à luz, todas as outras críticas da obra de Sílvio Romero têm sido invariavelmente de adversários ou de aligados, nos quais é vezo antigo o apedrejar para destruírem, o destruir para vencerem, ou o incensar para serem também divinizados.

Ouvi-me, pois, ao menos com o favor e a simpatia que o assunto está requerendo.

Eu, de mim, prometo fazer o possível para não abusar muito da vossa paciência, e, em relação a uma cousa, quero desde logo tranquilizar-vos, fazendo sinceros votos para que possa o exemplo frutificar no futuro, já que, infelizmente, nem sempre tem sido essa a pauta e a norma do passado: — são, como vereis (ou melhor, como não vereis), profundas e substanciais as minhas divergências no que respeita a algumas conclusões adotadas pelo escritor ilustre a quem tenho a honra não direi de substituir, mas de suceder nesta Casa; lamento, por outro lado, o seu desamor à boa linguagem e o desmanchado do estilo, que definitivamente o exclui da nobre raça dos Sainte-Beuve, dos Brunetière, dos Taine e dos Renan; refugo, por inaceitável, o exagerado de suas generalizações no que concerne à integração dos três fatores étnicos que

concorreram para a formação da nossa nacionalidade; em pouquíssima conta tenho a sua produção poética original; mas tudo isso, ainda que muito para assinalar uma grande restrição no coro dos louvores exaltados, não diminui em mim o respeito que devo à sua memória, e a admiração que consagro ao seu elevado valor; nem me levará, tampouco, a imitar uns tantos exemplos diante dos quais muito facilmente se poderia supor que, em nossa terra, nem só no domínio da política, senão também no das letras, se inveterou a balda de perfilhar e seguir certos processos abissínios...

Há, para isso, além de outros, um motivo pessoal de sentimento: foi o morto venerável quem dirigiu e guiou os meus primeiros passos na carreira das letras, escrevendo o prefácio para o primeiro livrinho de pecados poéticos que publiquei, há exatamente trinta anos, no mês de outubro de 1886.

Acresce que não cabe fazer aqui o que a crítica ainda não fez lá fora. E mais: que em toda uma obra imensa, de cerca de sessenta volumes, e através da qual se patenteia a personalidade de um extraordinário polígrafo, que foi ao mesmo tempo crítico, filósofo, orador, polemista, etnólogo, historiador, jurista, poeta, professor, sociólogo e panfletista, há, evidentemente, a par de grandes lacunas e defeitos, que lhe desprimoram a beleza, outros tantos predicados e qualidades que bastam para tornar a memória do publicista benemérita não só dos louvores como até mesmo da gratidão e dos aplausos da posteridade.

A muita gente, que vai ouvir ou ler este discurso, seguramente se lhe há de aguar o sabor, desde que aí não depare o que a mais injustificável expectativa fiava nele encontrar: um trabalho de análise exaustiva da personalidade e da obra literária de Sílvio Romero.

Tal empresa não a pretendo eu realizar, e isso por vários motivos, sendo naturalmente o primeiro a minha reconhecida incapacidade para levá-la a bom termo.

Além deste, porém, salientarei ainda mais dois: a impropriedade da ocasião, casada à natureza do assunto, e (por mais estranha que possa parecer a confissão) a absoluta falta, que sempre notei no meu espírito, de toda e qualquer tendência para as cogitações e sutilezas da psicologia e da crítica – assuntos em que me reconheço e acuso quase completamente jejuo.

Impróprio me parece o lugar e ocasião, porque é supérfluo lembrar qual teria de ser, por natureza, a aridez e monotonia de um discurso copiosa e

catedraticamente enfartado com lardos de erudição, tanto mais impertinente ao caso e ao momento quanto, ao falar de um morto ilustre e de um companheiro querido que se perdeu, mais natural será esquecer-lhe os defeitos, para melhor fazer avultar as qualidades, dando assim à oração mais o caráter encomiástico e apologético do que propriamente o de estudo e de julgamento.

Bem sei (e na negativa formal e peremptória de tal pressuposto baseio o segundo motivo da minha escusa) que a expectativa de outro propósito procura achar fundamento no fato aparente de haver eu também exercido a crítica durante um lapso de tempo já bastante considerável. Mas o fato é, como acabo de dizer, apenas aparente. A verdade é que não sou nem nunca tive, sequer, a veleidade ou a preocupação de ser crítico. Pelo que haja feito e pela influência que porventura tenha logrado exercer na repressão do contrabando literário em nossa terra, nos últimos dez anos, limito-me a aceitar, mui modesta e gostosamente, o único título que com razão e justiça já certa vez me foi pinturescamente conferido por um dos mais afiados escritores da nova geração: o de *guarda-noturno da literatura brasileira*.

Para o exercício dessa função meramente policial, para não dizer *profilática*, bastou-me uma única habilidade: a de converter a pena de escritor em apito de vigilante.

Ora, desnecessário é dizer-vos quanto a política e o apito são, em toda parte, instituições odiosas...

Não vos direi, tampouco, o que é a crítica no Brasil, nem os percalços que colhe o temerário incumbido de tais serviços de expurgo, numa terra como a nossa, feracíssima, e na qual, a cada passo, a cada hora e a cada canto, como bem dizem os versos do vosso glorioso confrade,

Brotam poetas e mais poetas,

Bananas e mais bananas!

Rezam antigas crônicas, do tempo da Revolução Francesa, que a condenação de Camille Desmoulins à guilhotina foi principalmente devida ao ódio de Saint-Just, implacável no seu ressentimento desde o dia em que, ainda bisonho poeta provinciano, vira alguns versos de sua lavra julgados com pouca benevolência pelo feroso tribuno das alamedas do Palais Royal.

Transportai para aqui esses dois personagens de tragédia; reduzi-lhes a estatura intelectual, e tereis, pouco mais ou menos, a mesma situação dramática em que se poderão encontrar um autor de registros literários e um poeta de Mato Grosso ou de Goiás.

Não quero falar agora do despeito, filho do ódio que não cansa, nem do quanto custa sopear a cólera dos agressores garraios, que investem obstinada mas canhestramente, só conseguindo em verdade acutilar a sintaxe e cozer a algaravia indigesta e o farelório da sua meia-língua de bárbaros em salganhadas de solecismos.

Vós os conheceis de sobra e talvez melhor do que eu, pois que, acolhendo-me ao vosso seio e concedendo-me a honra de vossos sufrágios, bem claramente manifestastes o intuito, não de glorificar o escritor, que nada vale, mas de condecorar as cicatrizes que se divisam cosidas no corpo do soldado... ou melhor, do *guarda-noturno*.

Feito este já longo preâmbulo, à guisa de explicação e de escusa, creio que é tempo de vos dizer alguma cousa, acerca de Sílvio Romero e dos seus sessenta volumes.

Três processos há, bem diversos, mas não inconciliáveis, para se fazer a crítica de um escritor: o de Sainte-Beuve, ampliado por Taine, e que consiste em divisar o autor através da obra; o preferido por Sílvio, que procura deduzir o meio e a sociedade através do autor e da obra; e o de Edmundo Scherer, que forceja por surpreender o homem no meio da vida comum, ilustrando o estudo com a referência dos episódios e as anedotas mais características da personalidade e do temperamento do autor. A este último chamava Sílvio a *história pinturesca, viva e anedótica dos escritores*.

Não pretendo realizar obra maciça e completa de dissecação e de análise percuciente, mas esboçar apenas e muito ao de leve um perfil; usarei, pois, simultaneamente dos três processos, pondo assim por alguns momentos o auditório em comunicação, com o homem, primeiro, e, a seguir, com a sua obra.

O HOMEM

Sílvio Romero nasceu aos 21 de abril de 1851, na vila do Lagarto, em Sergipe, e era filho de um português do Norte, André Ramos Romero, e de

D. Maria Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, também de procedência lusitana.

Estas duas circunstâncias biográficas – naturalidade e filiação – têm, no caso, acentuada importância, por haverem concorrido como fatores diretos e decisivos para a formação da sua personalidade literária, conforme foi por ele mesmo acentuado em trechos de autopsicologia, que deixou estampados em meia dúzia de prefácios e na resposta que deu a vários pontos de certo questionário referente à sua vida e obra de pensador. Vejamos cada uma delas.

Entre os característicos da terra natal foi o próprio Sílvio quem primeiro assinalou a prodigiosa fertilidade em inteligências, pelo sol, pelas águas, pelo céu, pelas auras, pelos horizontes e, ainda mais, pela seleção natural das origens de sua população, o que não impede que, pela oposição da exigüidade territorial, tenha suportado sempre o pequenino Sergipe a compressão absorvente da Bahia e de Pernambuco, dando em resultado, como fruto da reação natural, o espírito de rebeldia e de independência manifestado pelos seus homens de maior estatura moral.

A influência mesológica da fonte nativa, inculcada por Taine como elemento preponderante na constituição mental dos indivíduos, concorreu poderosamente para a formação do espírito e das tendências intelectuais de Sílvio Romero, não só refletindo nele a beleza e a doçura de certos painéis da natureza física, perenemente acesa e dourada pelas galas de perpétua primavera, mas ainda lhe infundindo na alma a paixão nacionalista e a curiosidade instintiva pelas investigações posteriores, principalmente no terreno do *folklore* e das tradições populares. O convívio íntimo com os trovadores anônimos, e o espetáculo contínuo dos *reisados*, *cheganças* e *bailes pastoris*, a par das mais belas festividades do culto católico, celebradas na poética e pequenina igreja do Lagarto, cedo lhe deixaram sulcos de impressões inapagáveis, e concorreram para determinar de futuro o largo roteiro das suas lucubrações e preferências espirituais. Do pai, muito inteligente e dotado de pronunciada acuidade satírica, herdou Sílvio (é ele mesmo quem o afirma) de envolta com os germens da bonomia folgazã, adquirida por via materna, as mais acentuadas tendências de analista, de crítico e de psicólogo.

O trato cotidiano com certa mucamba de estimação, incumbida de velar pela sua meninice e a quem chegou a tributar segundo amor filial, quase

tão forte como o primeiro, incitou-lhe, por outro lado, o sentimento religioso, que nunca mais se lhe obliterou de todo, induzindo-o, pelo contrário, a ter sempre a religião na conta de uma das criações fundamentais e irredutíveis da humanidade.

Outras notas referentes à escola primária e aos estudos preparatórios, realizados aqui, no Rio de Janeiro, concorrem ainda para determinar e explicar as origens da sua vida espiritual, encetada, pouco tempo depois, em Pernambuco, aos dezoito anos de sua idade.

Da ação exercida por um e outro daqueles fatores é ainda o próprio Sílvio quem nos fala desta maneira:

O Brasil na descrição de Rocha Pita ficou sendo o meu Brasil de fantasia e sentimento; a poesia de Camões (refere-se principalmente aos *Lusíadas*) ainda hoje é uma das mais elevadas manifestações da arte no meu ver e sentir, e, com o seu ardente amor da pátria, fortaleceu o meu nativismo.

No estudo dos preparatórios recebeu ainda a influência direta de vários mestres que lhe despertaram a paixão pelas letras, a curiosidade para a metafísica alemã, especialmente para a doutrina de Kant, e o conhecimento (através das teorias germânicas) da Filosofia da História assentada em bases etnográficas.

A leitura de um trabalho de Emile Lavelly acerca dos *Niebelungen*, de um ensaio de Pierre Lerroux sobre Goethe, e do livro de Eugène Poitou, sob o título de *Filósofos Franceses Contemporâneos*, acabaram de acentuar e firmar a diretriz definitiva do seu espírito nas tortuosas veredas do *folklore*, da crítica religiosa, da mitologia, de etnologia, das tradições populares, da crítica literária e da filosofia.

É em princípios de 1868 que Sílvio Romero se transfere de novo para o Norte, onde pouco depois o vemos surgir na vasta arena iluminada em que pela primeira vez se tem de exercitar a sua extraordinária compleição de atleta e de lutador. Esse brilhante cenário espiritual é a Faculdade de Direito do Recife. Antes, porém, de abrir o velário, descortinando o palco onde se iniciaram as suas primeiras e ruidosas façanhas de combatente, quero ainda revelar o homem através das manifestações mais expressivas da sua vida íntima, vulgar e terra-a-terra. São traços esses quase sempre seguros e que parece denunciarem e retratarem os escritores de todas as escolas e matizes.

Não é grande a coletânea de facécias, anedotas e ditos agudos que consegui reunir, para dar uma pequena idéia da sua bonomia e oferecer-vos um padrão aproximado da rudeza e simplicidade daquela alma tabaroa, tão ingênua quanto fielmente retratada nos quase sessenta volumes da sua obra; mas fio que bastará esse pouco para espelhar, ao menos em parte, a personalidade do grande publicista.

Hei de referir os casos, procurando guardar a linguagem desmanchada, e muitas vezes de calão, que costumava empregar o autor dos *Ensaio de Crítica Parlamentar*. Deturpá-la intencionalmente, com a preocupação infantil de a não fazer destoar da linha empertigada, hierática e um tanto convencional desta solenidade, fora tirar-lhe, por uma complacência caprichosa, a feição original e característica, errando lamentavelmente o alvo que viso neste momento, isto é, o de aplicar um processo de crítica literária que procura explicar a obra pelo homem, ao contrário de outros que procuram lóbrigar o homem através da obra. Erro imperdoável seria, com efeito, sacrificar a verdade e a natureza, tirando a esta o caráter de espelho e de fiel refletor de uma individualidade, só por mal compreendido e mal interpretado amor das convenções. Igual seria, no despautério, o escrúpulo de quem, escrevendo certa comédia destinada a uma sociedade de escol, emprestasse a personagens plebeus a linguagem repolida e a compostura discreta de indivíduos de outra estirpe mais alta, bem postos e bem nascidos.

Deixemos, pois, falar o homem como ele falava, porque é isso exatamente o que caracteriza e justifica ao mesmo tempo o desalinho do seu estilo, a irreverência das suas atitudes e a sinceridade da sua obra. Veremos, então, que, mais uma vez, o estilo é um desdobramento da personalidade do escritor.

O Sílvio de 1885 a 1888 – época em que mais intimamente convivi com ele nas práticas do Colégio de Pedro II, onde fazia então o meu curso de bacharelado em Letras, – era, já naquele tempo, a irreverência personificada. Ao entrar na sala de aula assumia sempre as mesmas e invariáveis atitudes: sentava-se na cátedra; estirava negligentemente as pernas; bufava de calor; dizia-se afrontado pela dispepsia, e desapertava ao mesmo tempo o colete, as calças e a linguagem.

Veio daquele tempo o sestro, que lhe ficou, de deturpar os nomes dos desafetos e justapor alcunhas e antonomásias burlescas ao apelido dos antagonistas com quem contendia. Nunca mais perdeu o gosto de farpear autores; nem esse ardor desrespeitoso e combativo da juventude se lhe arrefeceu depois com a idade provectora.

Os vultos mais conhecidos eram exatamente os mais varejados pela incontinência do polemista: Teófilo Braga era *Mané Teófilo*; Valentim Magalhães, o *Coringa*; Felisbelo Freire, *Macaco Beleza*; Rosendo Muniz Barreto, *Horrendo Muniz*; e outros e outros...

Sílvio gozava então, no colégio, de grande prestígio, adquirido no concurso de Filosofia, em que distanciara todos os candidatos. Muitos anos depois afirmava ainda que naquele certamen só uma cousa o impressionara: “a *lógica de ferro do conselheiro Nuno de Andrade*”.

De 1886 para 1887 ajudei-o algumas vezes a corrigir as provas do fogueiro panfleto *Uma Esperteza*, que ele acabava de escrever contra o Senhor Teófilo Braga.

Advertindo-lhe eu que, em certo passo da obra (na qual acusava o escritor lusitano de haver feito vinte incursões nos seus trabalhos), não ficaria mal um comentário grotesco, à imitação dos que havia posto em todos os outros capítulos do livro, retorquiu-me tomando da pena: — “*Achas? Pois então lá vai canalhice...*” E escreveu à margem das provas:

*Conta bem, Mané Teófilo,
Conta bem, que vinte são...
Arrecolhe esse pezinho
Da conchinha de uma mão!*

Certa vez, lia o mestre, em círculo de amigos, um trabalho que pretendia publicar no dia seguinte. Em dado lugar, o período havia iniciado incorretamente por esta construção: — “*Não sinto-me com forças para responder...*” Samuel de Oliveira, que era do grupo, chamou-lhe a atenção, observando: — “*Olha essa colocação promocional, que vai, com certeza, provocar a sanha dos gramáticos...*”

Sílvio retrucou de pronto, com aquela inflexão de voz abemolada que punha quase sempre nas suas tiradas: — “*Eu bem sei que a negativa atrai o*

oblíquo, mas vou deixar a cousa assim mesmo, *que é para mexer com os demônios!*” E desatou uma daquelas risadas cascarronas em que, alma e corpo, tudo nele bamboleava, em contorções adultas de Gavroche.

Na Faculdade de Direito foi assim que anunciou, certa vez, da porta de entrada, um ligeiro incômodo de saúde, que o impedia de professar a lição: – “*Não dou aula: hoje estou muito burro para falar, e vocês ainda mais burros para me compreenderem.*”

Na mesma Faculdade:

Fora prestar exame um irmão de Raimundo Correia. Ciente do parentesco, ordenou-lhe o examinador: – Recite “*As Pombas!*”

O moço obedeceu. Terminada a recitação, acrescentou Sílvio:

– Estou satisfeito!

O candidato foi aprovado plenamente.

Sílvio residiu algum tempo em Juiz de Fora, onde cultivou amizade com o poeta Belmiro Braga, desde então o seu dedicado secretário. Aproveitava depois, como portadores, todos os conhecidos de Belmiro, e nas cartas missivas que lhe escrevia, daqui ou de alhures, chamava-lhe sempre: – “*Belmirinho, flor agreste e perfumada.*”

Em certa vez, passeavam de bonde os dois amigos quando repentinamente Sílvio mandou parar o veículo e mudou de lugar. Interpelado pelo companheiro, expandiu-se assim: – “Pois tu não viste aquela mocinha magricela, com aquele pescocinho fininho e ingurgitado? Aquilo é de matar um homem, minha Nossa Senhora!”

Dias depois, no teatro, aconteceu sentarem-se os dois por trás de uma guapíssima e formosa rapariga. Sílvio chamou a atenção do companheiro, dizendo indiscretamente em voz alta: – “Belmiro, repara-me neste pescoço moreno... No Norte chama-se a isto *cangote cheiroso!*” A vizinha, risonha, mas ruborizada, deu duas voltas à écharpe e o pescoço desapareceu...

De outra feita havia grande aglomeração à porta de um cinema. Interpelado, um circunstante explicou: – “Este homem (era um músico) comprometeu-se a tomar parte no nosso benefício, e recusa-se agora, por imposição da mulher, de quem tem medo!”

Sílvio chamou de parte o medroso e deu-lhe um abraço, dizendo: – “Amigo, aqui estou eu – um velho que já casou três vezes – que só tenho

feito até hoje o que as minhas mulheres têm querido. Deixe-os gritar: não há marido que não tenha medo da mulher!”

Uma ilusão de psicólogo, muito significativa, porque explica outras no domínio da literatura e da crítica: Sílvio entreteve-se, uma vez, a conversar durante horas a fio com dois italianos, que logo pareceram suspeitos ao olhar desconfiado e perscrutador de Belmiro. Despedindo-os, ao cabo da longa prática, disse o Mestre: – “*Que duas pérolas! Quanta ingenuidade! São incapazes de matar uma mosca!*” Belmiro apurou depois a identidade dos personagens: eram dois facínoras que acabavam de sair da cadeia, onde haviam cumprido sentença por crime de homicídio.

Muitas horas não bastariam (e que belo capítulo de psicologia para futuros biógrafos!) se eu quisesse reproduzir aqui os principais comentários escritos a lápis por Sílvio à margem dos livros que lhe passavam pelas mãos! Cheguei a ver assim rabiscados mais de duzentos volumes. Palavras rebarbativas, frases de grosso calão, expressões de meiguice, injúrias, imprecações, louvores, interpelações, remoques, tiradas líricas, epítetos pejorativos, exaltações encomiásticas, versos satíricos, apupos, declarações de amor, apóstrofes, chalaças... de tudo encontrei à margem das folhas e naquele talho de letra aberta e esparramada que todos vós conheceis.

Aqui vai um exemplo. Em certo livro de Filosofia que me foi mostrado ainda há pouco, lêem-se os seguintes dizeres lançados por Sílvio:

– “Basta ver o estilo: *florestal umbroso da Filosofia, colimação altruística, perecer pela fugacidade, valorização anímica, douradas suposições que panejam alicerces*, etc., etc. Tudo isso só na introdução... *É uma zebra!*”

É assim constante e invariável o diapasão da invectiva; nem há como soffrear a linguagem, porque sempre e irrefreavelmente se desboca...

Tais conceitos eram aproveitados e incluídos no primeiro trabalho de crítica, onde não raro se acusa certa eiva de paixão, que lhe desluz a eqüidade, porque, ainda mesmo analisando só escritores de tal qual merecimento, ora os alteia às culminâncias do gênio, ora os rebaixa de todo ao raso da mediocridade.

Bem avaliareis a importância de tais depoimentos, como traços capazes de delinear um perfil, naturalmente reproduzido e estampado na sinceridade da sua obra.

Sílvio era por natureza o tipo a que vulgarmente se chama *homem chão*, de alma límpida e rasgada, inimigo das convenções e das atitudes contrafeitas. Repugnavam-lhe as aperturas do cerimonial e da pragmática. Em casa, ou na rua, expandia-se livremente, muitas vezes aos gritos, pouco lhe importando a opinião do mundo que para ele não existia, fora dos domínios da literatura. E não variava: observei-lhe os mesmos gestos e as mesmas exclamações no meio do rumor confuso e vasto da Avenida, ou em doce passeio, à noite, pelas praias de Copacabana, onde se ouve, em surda cantilena, a eterna monodia do mar, sempre roleiro e queixoso. Era capaz de sair sem chapéu, e recebia a quem quer que fosse de modo igual: estirado na rede, fumando cigarros e tomando notas de um livro cuja leitura só a muito custo interrompia.

Não quero dizer que fosse selvagem: tinha um feitio próprio, que não procurava contrariar; não respeitava fingidamente a sociedade; não fazia, tampouco, por afrontá-la, porque não cogitava, sequer, da sua existência; era rude, sem ser grosseiro; irreverente, sem premeditação; desabotoado e agreste, sem cálculo nem artifício. A franqueza e a sinceridade eram nele predicados que sempre andavam parelhos.

Decorria daí a falta de preocupação com os atavios, a ordem e a justa medida, que são a graça, a leveza e o perfume do estilo, pouco se lhe dando que a linguagem saísse airosa ou desmanchada, e que a sua prosa aparecesse em público tal como ele próprio seria capaz de aparecer: despenteado e em pantufos.

Não era, pois, um esteta: não seria capaz de murmurar com fervor religioso a “Oração na Acrópole”, nem de repetir com enlevo o “Hino de Apolo”, cantado em Delfos pelo divino Homero. Não compreendeu, por isso, as intenções e as sutilezas da obra fina e repolida de Machado de Assis, nem lhe foi dado admirar, com a alma de um ateniense, o aticismo dos escritores que souberam sempre guardar o prumo perfeito na elegância, na sobriedade, na atitude, no gesto e na linguagem. Aplaudiu, às vezes, iludido, ou por simpatia e piedade, figuras de terceira e quarta ordem – donde resultou fazer com alguns líricos esganiçados e sem fagulha de inspiração o que diz o autor do *Cancioneiro Alegre*, que fizera certo empresário de Lisboa, exibindo como cantoras, à luz da ribalta, algumas senhoras portuguesas que mais pareciam destinadas a apregoar nas esquinas *o belo par de melancias...*

Tal era Sílvio. No fundo, um coração de anjo: condoía-se facilmente dos próximos, quando a miséria ou a dor os salteava, e, se a muitos infortúnios não podia acudir com a própria bolsa (porque nunca amealhara fortuna) era, contudo, incansável e solícito em lhes procurar a triaga, solicitando, recomendando, diligenciando. Nisto nunca punha pregão de benemerência, nem fazia, tampouco, alardes e azoaras; antes adotava sempre em tais casos a conduta retraída e discreta dos verdadeiros semeadores do bem.

Mais uma anedota, para terminar a série:

O irmão de Sílvio (Joviniano) convidara alguns rapazes de letras para o regalo de uma canja, em certo domingo, na sua residência. No dia aprazado lá foram ter os convivas; mas o distraído Joviniano viera para a cidade, licenciando o cozinheiro. A casa foi, contudo, invadida; comprou-se uma galinha na vizinhança, e ao poeta Emílio de Meneses foi cometido o encargo de preparar o acecipe, que toda a companhia saboreou com bastante alegria e ainda maior apetite. Choveram reparos à censurável conduta do hospedeiro, e entretanto surgiu da horta e penetrou na sala do repasto uma formosa e repolhuda cachopa com os trinta anos de Balzac na pele e um grande molho de cenouras na mão.

Aos ruidosos aplausos da irrequieta companhia, juntou Sílvio este comentário oportuno: – “*O patife do Joviniano tinha-nos prometido uma canja completa e, afinal, só concorreu com a hortelã!*”

O ESCRITOR

Sílvio pertence à 2.^a fase da Escola do Recife (1868-1876) e é, nessa época, ao lado de Tobias Barreto, Inglês de Sousa e raros outros, esforçado paladino e apóstolo na prédica e propaganda dos novos ideais científicos; cabendo-lhe, porém, papel primacial na reação formidável que se operou naquele mesmo tempo contra o romantismo poético e literário. A essa fase revolucionária deu ele a denominação de *crítico-filosófica*, querendo assim caracterizar a passagem do ultra-romantismo de Lamartine e do ecletismo de Cousin para as modernas idéias do espírito científico em poesia, do evolucionismo em crítica histórica e literária, das influências étnicas como base para o

estudo das produções mentais e, finalmente, da nova orientação filosófica, já profundamente operada na Europa, na segunda metade do século XIX.

Este movimento sísmico abalou profundamente todos os domínios do pensamento, no terreno da Filosofia, do Direito, da Crítica, da História, da política e das instituições sociais.

Em 1868 pompeava ainda inabalada e vitoriosa no Brasil a velha filosofia escolástica da Idade Média, coada através do crivo do espiritualismo católico e do ecletismo conciliador e disparatado de Cousin.

No entanto, já muito mais de dois séculos antes estava firmada e triunfante a doutrina cartesiana que, assentando na razão os germes originários, tanto da ciência como da religião, procurara estabelecer entre elas o laço que as deve tornar ao mesmo tempo compatíveis e independentes.

Já dessa árvore frondosa, que alimentou a sede filosófica da Humanidade desde o século XVIII e conferiu ao seu genial autor a merecida láurea de verdadeiro *criador da Filosofia moderna*, haviam bracejado sucessivamente os ramos viridentes do racionalismo dogmático e objetivo de Spinoza, de Malebranche, de Leibnitz, de Locke e da chamada escola dos *deístas*, distinguindo as verdades físicas e as morais e não reconhecendo à causa primária nenhuma ação que possa contrariar as verdades mecânicas proclamadas pela ciência.

Já nessa mesma fonte se havia desalterado o gênio de Pascal, buscando no sentimento a razão superior e sutil cujos princípios, apenas vislumbrados, ultrapassam evidentemente os domínios do espírito geométrico.

Já do método de Locke, baseado na dualidade do conhecimento e da crença, nascera ainda o famoso sistema de Kant, que na própria constituição e no esteio da razão pura encontra as bases fundamentais tanto da ciência como da religião.

E já lhe haviam seguido os passos Fichte e depois Hegel, para quem ciência e religião não passam de momentos ou estágios necessários e logicamente sucessivos no desenvolvimento do espírito.

E, assim ainda, da concepção de Rousseau, que proclamara também a religião autônoma e independente da ciência, passara a marcha do pensamento pelas teorias do romantismo de Schleiermacher, e havia estabelecido o *dualismo radical* da ciência e da religião – dualismo que se viu depois atacado

pela nova necessidade de um confronto entre as duas velhas rivais, e do qual resultaram: as novas doutrinas de tendências naturalistas, entre as quais o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer e o modismo de Haeckel, e as de tendências espiritualistas, notadamente o dualismo de Ritschl, a dos *limites da ciência*, a *Filosofia da ação* e a *Teoria da experiência religiosa*, de William James.¹

Já nessa época o espetáculo era o mesmo de hoje, assinalado por um ilustre filósofo; apesar de todas as lutas, permanecia a dualidade irreductível dos dois espíritos coexistentes: o espírito científico e o espírito religioso.

Seis séculos antes de Cristo já os diferenciara Confúcio, ao formular a célebre máxima que serviu de base a toda a sua doutrina: – “O cérebro caminha mais ligeiro que o coração... mas não vai tão longe.”

De quase nada disso houve até então notícia nos dois maiores centros intelectuais do país: no do Recife imperavam ainda o ecletismo de Cousin e o Romantismo de 1830, apenas rejuvenescido pelos surtos largos do *condoreirismo* de Victor Hugo; no de São Paulo, ainda em 1889, quando passei pela Academia, o que lá se professava eram as mofadas teorias de Taparelli e de Rosmini acerca da idéia de justiça revelada por Deus a Adão e Eva no Paraíso!

Ao ruído fragoroso de toda essa imprestável cascaria filosófica e literária haviam sucedido já em França, na Inglaterra e na Alemanha o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo em Filosofia; o naturalismo, o *cientismo* e o parnasianismo na poesia e no romance; o *folklore*; os novos processos de crítica e de história literária, e a transformação operada na intuição do direito, da política e das instituições sociais.

Foi na transplantação, propaganda e adaptação de todas essas doutrinas (embora errasse algumas vezes, depois, ao aplicá-las) que se distinguiu a ação benéfica de evangelizador e de apóstolo, exercida por Sílvio Romero.

Araripe Júnior, procurando assinalar a faculdade primacial, a tendência preponderante do espírito de Sílvio, não hesitou em afirmar que ele foi *essencialmente um polemista*. O Sr. Clóvis Beviláqua entende que na obra literária do escritor sergipano foi a polêmica *mero incidente*, e dá-lhe antes, como

¹ E. Boutroux.

qualidade antitética daquela, a *capacidade construtora*, derivada de uma aptidão *crítica* predominante sobre todas as outras.

Estou, em parte, mais com este último, posto que o próprio Sílvio tivesse em grande conta o seu sempre alegado *espírito de combatividade*, e fizesse grande alarde do que acerca do mesmo proclamara Tobias, pretendendo, por isso, que na sua mão se transformava a pena em cutelo, e que com este, sem grande esforço, descabeçava os adversários.

A verdade é que foi exatamente aí que a sua obra se revelou mais imperfeita e rasteira: nela nunca jamais se viu luxuriar belezas e louçanias de estilo, avultando, pelo contrário, o cultivo assíduo de chascos e avanias, entremeadas de remoques e dictérios de pouco peso e decoro – donde resultava a miúdo, e ainda quando procurava o autor entrajá-la de roupas novas e dominigueiras, sair-lhe a prosa entumescida de empolas e alagartada de plebeísmos. O estilo travava quase sempre, ao vibrar da sátira, que ressurtia pungitiva e mortífera; e só não fervia nem remoinhava, porque não era empeçado.

Não posso, pois, afirmar com Araripe que o ilustre sergipano tenha sido na *essência* um polemista; nem essa função, em que não raro o mais forte espírito se dementa, constituiu jamais um gênero especial de literatura, limitada, como é, na nossa terra, a simples desporto, em que só procura o leitor os pugilatos de idéias e de palavras, de modo que os escritos mais grávidos de injúrias são exatamente para ele os pratos mais regalados.

Divirjo, porém, do Sr. Clóvis, não só quando enxerga na *crítica propriamente dita* a principal função exercida por Sílvio, como também quando lhe confere os predicados de filósofo, estribando-se no simples fato de haver ele discutido, entre outros pontos de detalhe, a *lei dos três estados* e a *classificação das ciências* de Comte e de Spencer, e bem assim a *negação* do caráter de ciência à Sociologia, de Tobias Barreto; ou quando alega a intitulado teoria da *síntese bilateral do conhecimento*; ou ainda esforço idêntico para harmonizar e fundir numa pretensa *teoria do teleomecanismo universal* a *teologia* de alguns filósofos e o *mecanismo* dos continuadores de Demócrito, de Epicuro e de Descartes.

E as minhas razões são estas, quanto à segunda parte: 1.^a) criticar alheios sistemas não basta para dar a alguém foros de filósofo; 2.^a) a classificação das ciências proposta por Sílvio é inaceitável e foi por ele próprio em

parte repudiada: 3.^a) a *teoria da síntese bilateral do conhecimento* é uma simples tentativa de conciliação da *síntese subjetiva* de Comte com a *síntese objetiva* de Spencer; 4.^a) a pretendida *teoria do teleomecanismo universal* não tem originalidade, porque já foi, há muito, proposta por Hartmann.

Quanto ao primeiro ponto, divirjo ainda do Sr. Clóvis; prefiro reputar a *História da Literatura Brasileira* o que ela é realmente na sua primeira parte – trabalho de historiador e de etnólogo, em que avulta (como bem notou o crítico) a associação do espírito de generalização e de análise, e mais a interpretação especializada dos vários problemas de Sociologia, Filosofia, História, Lingüística e Etnologia, que lhe são inerentes, e cuja compreensão, apesar dos muitos erros cometidos, permitiu ao seu autor encontrar, pelos processos naturalistas de Taine e, sobretudo, da escola inglesa de Buckle, o fio lógico de orientação necessária para determinar, através de períodos vários e de várias escolas, a marcha do pensamento brasileiro durante mais de três séculos.

Essa é a parte capital da sua grande obra *construtiva*; todavia, mais pertence ao historiador, que ao crítico. A segunda parte, sim, é quase toda produto exclusivo da análise e da crítica: mas, infelizmente, de tal modo destoa da primeira que, analisando as duas separadamente, não hesitou o Sr. Laudelino Freire em erigir ao autor um monumento ao lado de um pelourinho.

Passo pelo orador, que Sílvio não foi, e pelo poeta, que não podia ser. Não eram essas as tendências mais acentuadas do seu temperamento. Escreveu poesias, como todo brasileiro o faz na quadra ardente da juventude; não foi, porém, como Castro Alves, ou porventura como Tobias Barreto, filho mimoso das Musas. À semelhança do que fez o Sr. Teófilo Braga na sua tentativa malograda, ideou apenas um belo quadro que ficou sem execução. Pretendeu orientar a poesia pela ciência; zombou, por isso, da tristeza dos poetas brasileiros sem advertir que ela se explica por causas étnicas e hereditárias, sendo mais filha legítima e carnal da musa saudosa e gemedora dos *fados*, que simples enteada do romantismo lamartiniano e do sentimentalismo impetuoso e atormentado de Byron e de Espronceda.

Com exceção penas de Tobias, fulminou todos os cantores românticos do tempo, ainda sem poupar os condoreiros, esquecendo-se de que o lirismo nunca teve acentos de tanta dramaticidade, nem arroubos de tanta eloquência, como naquela última fase do Romantismo. Dela resta ainda um eco sonoro

em cada fibra dos nossos corações; dele ouvimos até desprender-se um som misterioso, grandiloquo e vibrante, que é ainda a voz daquela impetuosa torrente de harmonia de que nos fala insuspeitamente o poeta dos *Poemas Bárbaros*, e que, brotada do cérebro prodigioso de Hugo, há de ser ouvida sempre, por toda a eternidade, cantando e gemendo através dos séculos.

Para mim a principal benemerência do escritor sergipano reside na dupla feição de historiador literário e de folclorista, revelada esta última mui principalmente em sua prodigiosa contribuição de contos, cantos e tradições populares compendiadas em vários volumes.

Acrescentarei ainda a essas duas qualidades máximas a tendência nacionalista, ou, para melhor dizer, o *brasileirismo*, que se encontra constantemente patenteado e brilhando através de quase toda a sua obra imortal.

Neste particular e como orientador do espírito novo em todos os ramos da nossa atividade científica e literária (com exceção apenas do Direito) é superior ao próprio Tobias. Teve, pelo menos, influência maior e mais decisiva na marcha do pensamento nacional.

Andou muitas vezes separado daquele companheiro e, se já não estivesse banida a moda dos paralelos, resultaria, do que se tentasse entre os dois amigos, a certeza de que bem diversos eram os seus temperamentos e as suas aptidões.

Músico, poeta e idealista de talento, Tobias era mais uma organização de artista que de pensador e filósofo; na estesia poética, principalmente, embora não fosse uma figura de primeira ordem, deixava contudo a perder de vista o companheiro; mas na intuição científica, na adaptação das novas doutrinas aos casos concretos da nossa História, posto que algumas vezes derrotado no bom caminho, leva-lhe certamente a palma o seu mais fervoroso panegirista e biógrafo.

Com efeito, toda a obra literária, pedagógica, jornalística e panfletária de Sílvio acusa e denuncia o intuito prático de encaminhar o povo brasileiro para a conquista dos seus ideais.

Não afirmo que houvesse acertado sempre, ao indicar os nossos males e ao apontar simultaneamente a medicina heróica do tratamento; afirmo apenas que consumiu mais de quarenta anos em repetir esse clamor patriótico, levantando no mesmo deserto em que ainda hoje se perde, com todas as suas

advertências de prédica e de apostolado, a palavra formosa e sempre inspirada de Alberto Torres.

E é sempre assim: são, em nossa terra, os avisos patrióticos e desinteressados os que mais se desestimam, e os conselhos salutareos e prudentes os que menos se têm por bons, ainda quando entendem diretamente com a manutenção da nossa integridade. Conhecemos de sobra os nossos desatinos, mas vamos adiando sempre o remédio, para quando, talvez, não teremos mais tempo de os reparar. Parece que abnegamos, de todo, o patriotismo e o dever.

De Sílvio, porém, não se dirá que não soube prever, advertir e aconselhar. Nunca deixou de dizer bem rudemente a verdade; nunca forcejou por encontrar adjetivos açacalados para iludir ou dissimular a ignávia dos nossos costumes. Admira só que fizesse tão pouco fruto a semente tão largamente espalhada por esse espírito genuinamente representativo da nossa terra e no qual estuavam todas as energias indomáveis da natureza brasileira, onde, como já dizia José Bonifácio, na pedra isolada do vale, como no píncaro agreste da serrania, por toda parte Deus estampou o verbo eterno da liberdade antes de gravá-lo na consciência do homem.

Só nas *Provocações e Debates* consagrou 56 páginas ao “Alemanismo no Sul do Brasil” – capítulo publicado em janeiro de 1908, isto é, *quase* nove anos antes da *Grande Guerra*, por um escritor que na Alemanha nunca teria sido preso como espia, e a quem a paixão pela cultura germânica havia granjeado o epíteto de *teuto-sergipano*.

E que páginas magistrais! Que copiosa argumentação! Que lógica irresistível! Que concretização de fatos! Que amontoado de provas! Que esmagadora eloquência!

Mas ninguém o quis ouvir até hoje, porque, como ele mesmo o disse, numa frase sintética e ao mesmo tempo pinturesca e feliz, “*é quase impossível falar a homens que dançam*”.

Eis, em síntese, meus senhores, a significação do papel representado por Sílvio Romero, e a caracterização da sua personalidade literária no movimento mental da nossa terra durante os quarenta e seis anos em que se desenvolveu a sua prodigiosa atividade de publicista. Aí, fio que serão eternos e não caducos os mais belos e mais sazonados frutos do seu espírito.

A obra esplêndida que nos legou (a nós e ao Brasil) é um espelho da sua vida, que resplandece toda de uma grande beleza moral. Sílvio é um escritor que se pode combater e criticar; mas é um lutador que se respeita, uma inteligência que se admira, uma memória que se venera, um exemplo que deve ser imitado, um esforço e uma atividade que merecem ser glorificados, porque promanam das mais altas virtudes que inspiram a conduta dos sábios e pensadores; o desinteresse, a renúncia, o patriotismo e o amor dos grandes ideais.

Tomo, enfim, posse da Cadeira que pertenceu a Sílvio Romero e que tem o nome glorioso de Hipólito da Costa – herança duplamente pesada e da qual decorre o piedoso encargo de não desdourar de muito um patrimônio que guarda duas memórias igualmente veneráveis.

Hipólito da Costa foi também no seu tempo figura máxima e primacial como orientador da opinião brasileira; goza, por isso, de inapagável renome, famigerado nas grandes lutas jornalísticas travadas em prol da independência do Brasil.

O que era a imprensa de um século atrás, os progressos assustadores que tem realizado e o ponto a que irá chegar, não poderá imaginar nenhum de vós, nem outrem quem quer...

E tem sido assim por toda a parte.

A verdade é que em tudo, mas principalmente em matéria de letras, são, realmente, assombrosos os progressos alcançados de então para cá, até mesmo em alguns países secundários, como a China, por exemplo. Dizem que há nesta cidade onde se observa espetáculo verdadeiramente maravilhoso: do seu milhão de habitantes, 50%, correspondentes à população masculina, são de concorrentes à láurea de poetas, jornalistas, doutores e futuros membros da Academia de Letras; os outros 50%, levados ao cômputo da população feminina, são de candidatas à matrícula na Escola Normal...

Nada lhe falta para garantir a prosperidade de muitas instituições como esta; a eloquência nacional é ali um fato acima de toda contestação; as gramáticas e os dicionários vendem-se pouco, mas, em compensação, os livros de poesia e os romances de fogo esgotam-se aos milheiros; Richelieu (como diria Camilo) faz metamorfose de Bethman-Holweg na crisálida dos seus melhores estadistas; e, certo, não faltará, na distinção requintada e na elegân-

cia moderníssima dos seus salões, muita madame de Rambouillet com voto decisivo, e incontestável autoridade, nos langorosos requebros do *one-step*, do tango e do maxixe.

Aqui há já um fato significativo e que nos deve servir de consolo: é o da concorrência (mais uma vez atestada por este brilhantíssimo auditório) que têm conseguido atrair nos últimos tempos as reuniões e festividades acadêmicas. O fenômeno é deveras animador e serve ao menos para provar que, em nossa terra, depois de Vieira, e em se tratando de letras e de cousas do espírito, já não é mais preciso o recurso de falar aos peixes...

* * *

Senhores! Mais uma vez, agradeço cordialmente a magnanimidade dos vossos sufrágios. Ufana-me sobremaneira o fato de ter tido entrada neste cenáculo e de poder contar-vos desde hoje por companheiros de jornada. Se essa forte razão, além de outras, não fora já de sobejo, bastaria para me tornar enaltecido e orgulhoso a lembrança de que vou pertencer daqui por diante a uma instituição que tem ao mesmo tempo a honra, a ventura e a glória de ser presidida pelo gênio de Rui Barbosa.

II

RESPOSTA DO SR. COELHO NETO

ESTA eminência, sempre que nela assomo – e esta é a terceira vez que a atinjo – afigura-se-me tão alta que eu sinto, ao culminá-la, um como estonteamento de vertigem. É que daqui, como de um pináculo, o olhar alonga-se profundamente pelo Tempo e vê a estrada da vida, entre horizontes, e avista a estrada da morte, infinita, sem raias. Na primeira, onde o século turbilhona, revolvendo a poeira humana, vindes em passos sonoros, meu ilustre confrade; na outra, silenciosa e gélida, palmilham rastros de alguém que passou a esse trânsito indelevelmente assinalado na altura, rebrilha como o clarão de certas estrelas, que são mundos mortos e ainda alumiam fulgurantemente.

Aquele a quem vindes suceder nesta Casa, levantada no caminho da história, e cuja vida recordastes em palavras de saudade e culto, foi um construtor ciclópico. A obra que ele nos deixou, toda em blocos, sem esmerilhamentos de arte, lembra os monumentos de Tirinto. Autóctone, como os que, na Grécia, eram chamados eupátridas e usavam nos cabelos a cigarra de ouro, vivia para a sua terra, amava-a com ternura e dela, como Anteu, tirava a força prodigiosa que o fazia temido.

Quem, entretanto, o visse na rua, lerdo, bambaleando o corpo flácido, sempre com livros e papéis debaixo do braço, os olhos lânguidos de fadiga, passaria por ele indiferente, sem suspeitar que aquele burguês, mal enjorcado e mole, era o formidável manejador da pena, cujos golpes nos períodos dos

adversários eram sonoros e demolidores como os da lança de Aquiles nos escudos troianos.

Tipo de aparência pacata, parecia descer a vida na correnteza do destino, como folha morta desliza ao léu das águas. E esse “bom homem”, simplório e canhestro, era uma força da natureza.

Se o provocavam, não vestia armadura; avançava descoberto e altaneiro e, antes de arrojarem o dardo, lançava uma ironia ao adversário, entalhava-o em uma sátira, como o retiário que envolvia o gladiador na rede; se o derrubava, contentava-se com isso e ria alto, vendo o vencido escabujar aflito, enlizado nas malhas, sem ferida sanguenta, apenas mascarado de pó e espumando de raiva impotente.

Mas se o antagonista era destro e resistia aos primeiros golpes, o gigante, de cenho carregado e rugindo, investia, armado como os Atlantes, levantando, a mãos ambas, rochedos e montanhas de erudição. E a pugna tornava-se, como a da Teogonia, imensa e turbulenta com fulgores de relâmpagos e estrépitos de raios.

Era bem um filho da terra, da nossa terra.

As suas qualidades, como os seus defeitos, tirava-os ele da natureza. Lírico até a plangência, uma lágrima vencia-o; meigo, uma palavra de ternura bastava para comovê-lo; mas se se exaltava, era o ímpeto, o furor e não havia contê-lo no arremesso amouco.

Súbito abonançava, abria-se-lhe um sorriso no rosto largo, como no céu tormentoso corre uma nesga de azul, e, de repente, estalava o riso retumbante como o dos deuses, fremindo ainda nas últimas crispações da cólera, como um raio vivo de sol de estilo, que rompe as nuvens ferrugíneas, brilha nas folhas gotejantes e na terra encharcada por onde rolam precipitosos córregos escoando rumorosamente o grosso da enxurrada.

Havia nele uma dualidade díspare: o homem e o escritor. O homem era a própria doçura, levemente acidulada por umas gotas de ironia; pusessem-lhe, porém, a pena a mão e logo se transfigurava, impondo-se como a força heracleana quando, de clava em punho, rompe soberbamente de Tebas a caminho dos doze trabalhos.

Esse homem encolhido em modéstia era um sábio que percorria os vários reinos do espírito, sentindo-se, em todos eles, como indígena, não só

por lhes conhecer a vida, a história, os costumes como por lhes entender o idioma próprio.

No Direito era um jurista e lia o latim dos velhos textos com a facilidade natural com que Cícero o pronunciava na tribuna do Fórum. Meditava Kant e Fichte nas próprias palavras saídas do pensamento dos mestres. Shakespeare dizia-lhe as grandes batalhas d'alma na língua em que as descrevera. Os italianos, desde os maiores do Renascimento, até os contemporâneos, eram seus íntimos; o francês de Montaigne e o de Amyot, como o de Anatole France, soava-lhe como lição materna; no espanhol, desde o dos cancioneros, andava como no seu vernáculo, e assim era em tudo.

A árvore da Ciência não tinha ramos que ele não conhecesse, flores cujo aroma não houvesse gozado, frutos de sabor estranho ao seu paladar exigente. Com tais posses, onde quer que passasse aí deixava vestígios luminosos – e eles aí estão no Código Civil, na História Literária, em apostilas de Direito, em monografias, na polêmica, na Crítica, na Sociologia, na História.

Acusam-no de negligências de estilo, de vícios de linguagem, de desalinhamento de frase, de pobreza verbal... Mas era o estilo refletindo o homem.

Sílvio não era nem podia ser um artista – era um desbravador e o seu instrumento, pesado e de talho largo, derrubava florestas abrindo caminhos amplos e quando, detorado o arvoredo em desafogada clareira, ele se decidia a construir, eram troncos e penedos que os seus braços transportavam e as edificações avultavam grandiosas, com portarias largas por onde pudessem entrar multidões e muros de rochas sobrepostas que resistissem aos séculos.

Homem de forças tais não podia lidar com cinzéis e ferramenta frágil: brandia o machado e o camartelo e o estrondo do seu trabalho trovejava como tempestade.

Falava e escrevia como a terra produz – com a desordem das explosões.

A sua *História da Literatura* é vasta e tumultuária como um caravanchão e nela se encontram todos os grandes vultos das Letras brasileiras e as vozes que nela soam, ora no ritmo das líras, ora soltas, rompendo dos livros ou retumbando nas tribunas, são a própria eloquência da Pátria, conservada desde o primeiro balbucio lírico no dia em que ela surgiu na História.

E assim, incapaz de exercer a pequena arte, sem paciência e jeito para filigranas nem gosto para labores miúdos, ele podia repetir a frase de Saint-Simon: “*Je ne fús jamais un sujet académique*” ...

Era, em verdade, um homem da natureza, e entrou nesta Casa, aqui viveu e a sua companhia era amável. Ouvindo-o, porém, falar das escolas rivais na Poesia, das pequenas lutas ridículas entre parnasianos e nefelibatas, parecia-me ver Hércules brincando aos pés de Ônfale.

Mas o seu amor, o seu ideal era a Pátria, que ele estremecia. Quando outros se preocupavam com o que ia lá fora, em alheios climas, ele, encerrando-se na história doméstica, como um asceta no seu cubículo, refohava-se na tradição, descendo ao mais profundo das suas origens.

Foi ele o explorador da lenda, o intérprete dos mitos, o verdadeiro criador da nossa Poranduba ou *folklore* brasileiro e, não só descobriu e revolveu o espólio poético das raças primitivas, como o estudou com paciência beneditina, penetrando por ele no passado das três gentes que concorreram para a formação da nossa nacionalidade.

Não sei, em verdade, quem mais admire, se o sertanista afoito que se entranha na brenha dévia, desbravando espessuras ínvias, escalando montanhas ásperas, arremetendo à soberbia de águas acachoadas, disputando, passo a passo, o terreno ao selvagem e à fera para fundar póvoas à sombra tranqüila de capelas, reunir sociavelmente bandos de aventureiros, vinculando-os ao solo pelo interesse da posse, semear searas, espalhar rebanhos, construir oficinas e estabelecer sob o régimen da Lei uma sociedade com disciplina e ordem e um deus velando sobre os corações, se aquele que se embrenha nos intrincados labirintos da pré-história, seguindo devesas revessas, onde tudo é mistério escuro.

Aqui, num páramo, depara-se-lhe o vestígio da passagem remota de uma horda, surge-lhe da terra um ídolo truculento talhado em pedra ou falquejado em lenho, afunda-se-lhe o piso em camadas cinéreas, resíduos de fogo de acampamentos nômades, topa rocalha, afofa o passo em dunas ou em lençóis de areia, restos de mares refluídos, encontra detritos de cozinha, urnas funerárias; logo adiante ruínas de muros de macéria, toros em círculo demarcando antigas caiçaras, inscrições hieroglíficas abertas em rochas, esculturas rudimentares, gravados grosseiros contrastando com delicadas gregas e sigmoideais ornando vasos de formas graciosas que lembram os da cerâmica asiática.

Em volta de tais relíquias, como a parietária e a hera que amparam as ruínas, cresce, viceja, alastra a lenda, pululam mitos, eriçam-se superstições, floresce uma poesia ingênua.

Assim passam os povos deixando no seu caminho, como sementes, as suas construções materiais e as suas fábulas, as suas crenças, os seus cantares e basta que o sábio recolha um só de tais decíduos e o fecunde com o exame, como faz o faquir com o olhar ao grão de trigo, para que logo rebente, viçosa, a árvore sagrada das genealogias.

Se o paleontologista só com uma vértebra reconstrói o arcabouço de um monstro antediluviano e o arqueólogo, só com uma métope, restaura um edifício das eras dóricas, o folclorista faz ressurgir de uma quadra rústica toda uma época e um povo, explica uma fábula, tira a razão de um mito.

Assim, os que entram pela Poesia, no rasto de um ente fantástico ou enlevados no som de uma cantiga, regressam de tal incursão bendizendo-a, tornam contentes como os emissários israelitas que chegaram a Canaã, voltando aos tabernáculos do povo errante, com os varais recurvados ao peso dos frutos e novas de terras bem regadas e férteis em pão, azeite e vinho.

De homens como Sílvio Romero carece o Brasil para que se recolha em si mesmo, estude, reconheça e aproveite a sua grandeza.

“Ninguém imagina como eu quero bem a isto, dizia ele; como acho isto bonito! Este sol, que não se cansa de nos dar beleza e fartura e dengue às nossas mulheres. Palavra que, às vezes, tenho vontade de o adorar, porque é verdadeiramente um deus. Nós não prestamos para nada. Qual literatura! Toda essa versalhada que por aí anda não vale o canto de um boiadeiro. Se vocês querem poesia, mas poesia de verdade, entrem no povo, metam-se por aí, por esse rincões, passem uma noite num rancho, à beira do fogo, entre violeiros, ouvindo trovas de desafio. Chamem um cantador sertanejo, um desses caboclos, de alpercatas e chapéu de couro e peçam-lhe uma cantiga. Então, sim. Poesia é no povo. Eu criei-me na largueza, livre, correndo campinas, varando cerrados, comendo o que me ofereciam as árvores, bebendo nas fontes vivas e, quando o calor abafava, despia-me, pendurava a roupa num galho e atirava-me n’água, nadando contra a corrente. Poesia para mim é água em que se refresca a alma e esses versinhos que por aí andam, muito medidos, podem ser água, mas de chafariz, para banhos mornos em bacia, com sabone-

te inglês e esponja. Eu, para mim, quero águas fartas – rio que corra ou mar que estronde. Bacia é para gente mimosa e eu sou caboclo, filho da natureza criado ao sol.”

Dizia e ficava-se sorrindo, d’olhos semicerrados, a olhar longe, na meninice, a gente boa e simples com a qual vivera e aprendera a amar religiosamente a terra, o céu, as águas, as estrelas, as flores, os animais, todos os seres, todas as coisas do seu querido e formoso Brasil.

E então contava, como me contou, certa noite, a um esplêndido luar, na praia branca onde as ondas, palhetadas de ardentias, suspiravam na areia as suas trovas quérulas:

Em menino, o meu maior encanto era, à noite, no copiar ou na eira, entre crianças, ouvir as velhinhas que, com a almofada ao colo, urdindo o crivo, cantavam xácaras peninsulares, narravam conselhos, ou espavoriam o auditório ingênuo com histórias sombrias em que aparecia a iurupari ou o saci saltava num pé só, aluminando a brenha com o olhar esbraseado, quando não era o caapora, senhor da mata, que rompia das profundezas com estardalhaço de ramos, montado num caetetu monstruoso que afocinhava as sapopemas, grunhindo e estralando os colmilhos. E fábulas e lendas, umas irradiando com o aparecimento de Rudá, o sol; outras melodiosas do canto múrmuro das iaras, ou então os contos que faziam rir os pequeninos com as astúcias do jabuti, as manias do maçado e as palermices da onça, sempre ludibriada pela esperteza dos animais matreiros. Ah! meu amigo, nunca livro algum, por mais notável que fosse o seu autor e mais celebrada a sua fábula, conseguiu atrair-me como aquelas velhas o faziam com o ímã dos seus racontos. Às primeiras palavras, que caíam lentas, no silêncio atento: “Era uma vez...” o coração batia-me comovido, um calor inflamava-me o rosto, abriam-se-me muito os olhos e eu via, via os caminhos de encanto, as árvores de folhas de ouro, as grutas de esmeraldas, os dragões que bufavam chamas, as serpentes, os cisnes, que eram príncipes encantados, as princesas cativas de mouros, todas as coisas e figuras desses poemas da infância, primeiros alimentos da imaginação. E quando toda a casa dormia e, lá fora, no silêncio da noite escura, corujas chirriavam, quanta vez cobri a cabeça com o lençol e fiquei tremendo, a rezar baixinho, sentindo abrir-se a porta e alguém entrar em passos surdos. Ah! medo!... E não eram somente as histórias, também as festas dirigidas pela velhice alegre para encanto dos moços e da criança: as fogueiras de S. João, as marujadas, as feiras do Espírito Santo, com o imperador que era um pirralho; o Natal, os ranchos de Reis cantando à porta das casas, pedindo pouso, quase nos mesmos termos em que cantavam os bardos câmbrios diante das moradias bretãs: “*Dieu vous bénisse, gens de cette Maison. Dieu vous bénisse, petits et grands.*”

E concluía:

Precisamos desenterrar o tesouro poético dos primitivos. Os povos têm dois jazigos de relíquias, um no espaço: o cemitério; outro no tempo, a tradição. O espaço é precário e tudo que tem nele assento perece; o tempo é perene e eterniza o que recolhe. Deixemos a terra no seu trabalho de transformação contínua, devolvendo-nos em seiva os corpos que lhe confiamos; busquemos no tempo a herança das almas. É pelo tempo que nos pomos em comunicação com o Passado, e quem nos guia nessa viagem? a tradição: aqui uma lenda, além um mito, adiante um canto, alhures um ritual, uma cerimônia e vamos indo por esses marcos até as origens, que são os fundamentos da nacionalidade. Não queiramos a glória do anonimato: povo sem tradição é árvore sem raízes, que qualquer vento derruba. Veneremos o passado e, assim como acendemos círios à beira de túmulos, façamos luz no tempo para que venham, pela claridade do estudo, as pálidas figuras dos primeiros dias, que são os manes da raça, os precursores do gênio do povo e seus verdadeiros indígetes. Não há história sem tradição: ela é o princípio e no princípio é que está Deus: a origem.

E o formidável polemista quedava de olhos fitos, com um sorriso no rosto, triste como a luz do acaso, acesa em saudade: era o enlevo. E estou certo de que, pensando nas histórias, no fundo do seu coração, uma voz familiar, trêmula e doce, repetiria como nos dias de antanho: “Era uma vez...” porque ele, meneando a cabeça, como a sacudir tristezas, suspirava: “Bom tempo!”

É que sob aquele porte de titã, naquele peito largo e robusto de pelejador, escondia-se uma alma meiga e simples, dessas que conservam sempre a singeleza da meninice, como a do bom Lafontaine que, velhinho, tendo sempre vivido no mundo da fábula com os animais, de Esopo e de outros condutores de sicinis, ainda dizia, sorrindo, com centelhas de gozo nos olhos encarquilhados:

*Si Peau d'âne m'était conté,
J'y prendais un plaisir extrême.*

Mas agora noto, meu ilustre confrade, que ainda não passamos do vestibulo. Vim para receber-vos e esqueci-me a conversar convosco.

As academias são centros de vida espiritual aos quais se chega através da morte. Já em Atenas era assim: na estrada do Cerâmico, que levava ao famoso

jardim, onde Platão discorria entre os discípulos à sombra dos plátanos, eram os túmulos dos heróis que formavam a aléia. Aqui são as memórias dos que passaram e foi em uma delas que nos detivemos distraídos. Mas o vosso lugar espera-vos, marcado com o vosso nome e ornado com as vossas obras.

Já cumpristes o dever sagrado de cobrir de flores a memória do herói e eu imitei o vosso gesto.

Entremos.

Quis o acaso que viésseis ocupar a Cadeira daquele que vos iniciou nas Letras quando, ainda estudante no Colégio Pedro II, contando apenas 16 anos, formastes, com arte de abelha, os *Alvéolos* onde depositastes o mel das primeiras colheitas líricas. Sílvio Romero, então vosso mestre, trouxe-vos a público. Foi com um prefácio da sua pena que vos armastes cavaleiro de Apolo.

Com tal padrinho não vos foi difícil vencer e entrastes na liça com passo firme sobre lauréis, ao rumor de aplausos.

Desse livro de estréia andam versos esparsos; muitos guardou-os o povo por lhe saberem à alma, outros perderam-se. Foi pena que eu não encontrasse alguns para que aqui entrasse ao som dos cantos da vossa mocidade e seria uma agradável surpresa para o vosso coração e um prazer para todos.

Artur Azevedo recebeu os *Alvéolos* com palavras de louvor, dizendo “que havia, afinal, chegado para ele o desejado momento de aplaudir uma verdadeira estréia”. E, depois de algumas transcrições, concluiu: “Ora aí está um poeta, ou não há ratos na alfândega, nem habitantes em Júpiter.”

Os louvores não vos empolgaram atirando-vos na vaidade, essa ilha de encanto, espécie de Ogígia, onde se perdem tantos espíritos peregrinos.

O fraco, se os elogios o envolvem, lançando-o, embrulhado na espuma efêmera dos adjetivos, nesse diversório de enganos, logo se julga divino e, pandeando empáfia, bebe, a grandes sorvos, o néctar das lisonjas, coroa-se de flores e estira-se molemente na relva, repetindo os próprios cantos ou contentando-se em ouvi-los afinados na voz falaciosa de Calipso, a deusa que há de sempre seduzir os homens... não falo das mulheres, porque essas são as suas ninfas.

E o mundo esquece-o, por não vê-lo, e, com o esquecimento do homem, sepulta-se a obra frágil. E lá fica na Vaidade, julgando-se imortal, o que não passa de um naufrago perdido.

O forte e sadio Ulisses, esse aborrecia-se na inércia lânguida, com saudade da vida e da morte, bocejando enfasiado na monotonia daqueles prados de verdura eterna, daquelas águas sempre cristalinas, daquele céu sempre azul, desejando, com ânsia, a cidade tumultuária, a luta e os trabalhos dos homens, os rebanhos nas pastagens, os guerreiros nas torres, as doces colinas verdes e em flor na primavera, alegres ao sol no estio, carregadas de frutos no outono, nuas e brancas no inverno, sob a vergasta dos ventos. E a sua ilha áspera, onde o mar estrondava, e Penélope e Telêmaco, todos os seres dos quais se apartara, todas as coisas que não esquecia. E não amava a deusa nem se comprazia nos vergéis imortais do tempo maravilhoso, e, tanto que teve o favor de Zeus, desprendeu-se de todos os encantos estéreis, da facilidade daquela existência anódina, daquele corpo divino que o tempo tornava mais belo e inflamava em desejos mais árdegos, lançando-se às incertezas das vagas para tornar à vida, que o seu sangue reclamava, aos trabalhos que os seus braços exigiam, guiar uma junta de bois num campo, brandir uma lança em combate, deitar-se num leito ao lado de uma mulher humana, em cujos lábios florissem sorrisos, em cujos olhos brilhassem lágrimas.

Vós também, meu ilustre confrade, ainda que conhecêsseis os perigos do mar grosso, salteado de insídias, ainda que soubésseis que nem todos os deuses vos eram propícios, nem sequer tomastes pé na ilha e, sem barco ou jangada, nadando a peito afoito, ousastes a aventura de que tão galhardamente vos saístes.

Na obra que tendes em preparo sobre a *Abolição* direis, por certo, como encontrastes o Brasil quando aparecestes entre os seus poetas. Todo o país, de norte a sul, agitava-se abalado pelos gigantes. Cada jornal era um vulcão, cada folha provinciana uma solfatara, e aqui, mais perto de Zeus, os titãs redobravam os esforços na tremenda guerra, que parecia dirigida por Prometeu.

Os que viveram esses dias gloriosos viram as maiores fulgurações do nosso gênio, as mais possantes energias da nossa raça; conviveram com os heróis do ciclo mais belo da nossa História.

Nas ruas, por entre o povo, passavam, sem arrogância, as forças do tempo; era Patrocínio, era Bocaiúva, era Joaquim Serra e Nabuco, Ferreira de Araújo, José Mariano, João Alfredo, Dantas e Rui Barbosa, já, então, senhor onipotente da palavra, o nosso verbo mais fecundo e mais puro.

Em torno de tais colossos gravitavam os novos. Com eles formastes e, logo nos primeiros recontros, viram os vossos companheiros que entráveis na luta com boas armas e coragem ardida.

Na imprensa, a que logo subistes, tivestes lugar de honra e, ora como archeiro, despedindo flechas hervadas em sátira, mas aparadas com arte como se saíssem da própria aljava de Apolo, ora arrojando da altura das colunas blocos de prosa demolidora, fizestes, com dedicação e denodo, o vosso ofício de soldado, hoje em um bando, no dia seguinte em outro, mas sob a mesma fé, pelejando pela mesma causa.

Na investida em que se arrojaram as forças não só derrubaram as muralhas ferrenhas do imenso Valongo, como, passando impetuosamente sobre os escombros, chegaram aos paços da dinastia e, um ano depois da libertação dos escravos, com o mesmo canto heróico com que haviam as hostes arrasado as senzalas, fizeram cair o Trono e, sobre as ruínas dessas moles, levantaram a República. Assim, entrastes na Pátria com os triunfadores.

Desarmadas as tendas, recolhidas as armas, quando todos, voltando da peleja, cuidaram de refazer a Nação, que ficara em muradal, não vos negastes a servi-la e aparecestes como obreiro, ajudando aqui, ali aos que trabalhavam, ora com um artigo, ora com um livro. Enquanto fazíeis tais obras, íeis aprofundando o espírito no estudo, apurando os vossos conhecimentos e, um dia, surgindo de uma livraria com um novo volume debaixo do braço, os que nele buscaram versos líricos pasmaram de achar páginas didáticas, obra de professor, ponderada e sóbria, toda em regras e em princípios bem fundados.

E o educador surgiu do poeta, naturalmente, como da flor sai o fruto.

E nesse estudo aturado, sem descontinuação, viestes polindo a língua, enriquecendo-a de formas cultas, renovando-a nos dizeres, escoimando-a de vícios, e logo a vossa autoridade impõe-se e, por ela, chegastes à cátedra, lecionando aulas nas mesmas salas onde havíeis aprendido e subindo de posto dia a dia em promoções merecidas, já como professor, já como escritor, e dos que com mais alinho redigem e com mais austeridade honram a nossa língua.

E, ao passo que assim vos dedicáveis à instrução, íeis continuando, com a mesma pertinácia, a obra iniciada nas letras, publicando a *Flora de Maio*, pronunciando conferências literárias, e como a vossa curiosidade e amor à

terra vos levassem ao Norte, não tornastes de mãos vazias: o livro de que lá trouxestes aí está com a relação minuciosa do que vistes e observastes.

No jornalismo tendes percorrido toda a escaleira, desde a nota rápida até a crônica e o artigo político; desde o epigrama, que belisca de leve, até a polêmica, que escorcha. Mas foi na crítica literária que vos fixastes, estabelecendo nela posto de vigia. Sois como o guarda da ponte que vem da sombra para a claridade. Os que pretendem entrar no raio do sol de que fala Rostand:

*Car ils sont comme la poussière:
Des petits atomes danseurs
Qu'on ne voit que dans la lumière,
Les poètes et les penseurs!*

todos esses ambiciosos de glória hão de atravessar a ponte, onde montais sentinela e que lembra a de Gálata, em Constantinopla, na qual, segundo De Amicis: “passam por dia cem mil pessoas e não passa em dez anos uma idéia”.

“Nem tanto!”, direis convosco. Sim, nem tanto... De vez em quando lá surge alguém que vos mostra tesouros da terra – palhetas de ouro, pedras raras; outro que vos estende as mãos em concha cheia das próprias lágrimas cristalizadas em poemas ou exhibe sonhos floridos entre espinhos, à maneira das rosas. Mas o grosso da multidão compõe-se de bufarinheiros, de contrabandistas, mascates e regatões, carregados de quinquilharias, ouropéis tisnados de azinhavre, jóias, cujas pedras são dobletes, folhetas de ouro que são mica. Esses, por mais que façam, não vos conseguem iludir e, como vos opondes à passagem de tal gente, logo se levanta, estrondoso, o alarido da revolta. A ponte atoa o barbarizo, vozes ameaçam-vos, chovem pedras de injúria aos vossos pés. Tornando, porém, aos seus penates, tratam os repulsos de explicar o mau êxito da aventura e, à maneira de certos heróis da Idade Média, que retrocediam aos castelos, rotos e contundidos de sovas, mas contando duelos com os dragões ou encontro com gigantes, pintam-vos como um monstro truculento, enlapado em gruta assoalhada de ossos, como o antro da Esfinge, grande, escamoso, de garras leoninas, lançando chamas pelas fauces armadas de seis ordens de dentes, que rilham poetas líricos e atassalham, com voracidade, filósofos e romancistas.

E o vosso nome, como o de Morhout, no poema *Tristão e Isolda*, estarrece os mais ousados e enche de pavor a gente literária.

Entretanto ninguém é mais maneiro nem diz com mais entusiasmo o louvor, quando é justo, do que vós, mas como na turba são poucos os que o merecem, o que domina é o vozerio dos descontentes e esse é que faz o sufrágio que vos elege “o ferocíssimo devorador dos gênios”.

Não serei eu quem vos acuse de rigoroso, principalmente do que diz respeito à análise da língua que entre nós se escreve. O que pedis aos presumidos vates e aos originalíssimos reformadores da prosa portuguesa é que se exprimam em voz pura e não em geringonça, compondo uma espécie de *satura lanx* em que entra de tudo, como nos pratarrazes pastranos, formando uma salganhada indigesta com pedaços de línguas estrangeiras, entre os quais predominam os da francesa, tida por mais succulenta e saborosa.

Tais guisados de tasca não vos sabem; é contra os que os cozinham e os apresentam em banquetes literários que vos insurgis.

Podíeis tomar por lema as palavras de Castilho, que disse: “À linguagem consagrei particularmente um grande esmero e tanto maior quanto mais desamparada, mendiga e esfarrapadinha a vemos hoje correr por toda a parte à vergonha, ou sem vergonha dos seus naturais.”

Desde que aqui se proclamou a vitória do vosso nome, levantou-se lá fora um arruído de revolta:

“A Academia, bradaram, pactuou com o volteiro da Crítica e abriu-lhe as portas. É a guerra!” Assim, com a vossa entrada, para tal gente, ia a casa da serenidade transformar-se em castelo roqueiro, o aviário mudar-se em ninho de falcão.

Amotinaram-se nos ares sanhaços e tico-ticos, e todo o povo alado, que se presume mavioso, arrufou-se em cólera.

Durante dias, que foram de estardalhaços, esteve perturbada a paz deste retiro com a chirriada e o atitar furioso. Enfim tudo cessa e os ânimos alvoroçados serenaram.

Vindes em boa hora, porque a língua está a pique de perder-se, degenerando em garabulha por arte dos franchinotes. Já não é somente o vocábulo de boa casta que é renegado pelo barbarismo, é a própria plástica, a mesma

sintaxe, de construção robusta, que se vai deformando com o arrocho do justilho, efeminando-se com emblecos e postiços.

E assim abastardam e envilecem o nobre idioma, o altissonante português, que rompeu sonoro através do troar das buzinas romanas; que retumbou vencendo o clangor das tubas sarracenas; que ecoou em África sufocando o estrugido das parapandas negras; que dominou o ribombo dos trovões e o uivo dos ventos nos mares, quando ordenava nas galés atrevidas; que se lançou por Ásia dentro e veio cantar nas tabas americanas, regressando ao ninho paterno cheio de notícias de heroísmo.

Ao reentrar na Pátria, como as pedras que se moveram ao som da lira de Anfião e, sotopondo-se por si mesmas, umas às outras, formaram as muralhas altas de Tebas, obedecendo à “fúria grande e sonora” do épico, ajustou-se em heróicos, formando a torre inexpugnável dos *Lusíadas*, onde há de viver eterno o gênio robustíssimo da raça que o criou.

É tal idioma, cujos termos nasceram em campos de batalhas; nos castelos alcandorados e nas alcáçovas das fronteiras; nas humildes póvoas dos vilões, e nos claustros ascídios; nas estalagens, onde pousavam trovadores e dormiam espadachins e goliardos; nos paços reais e nas galés que se faziam aos mares misteriosos, nas recâmaras das donas e nas arribanas dos pastores; no púlpito das igrejas e nas tribunas parlamentares; na arte e na ciência; no comércio e na indústria; na lezíria, entre o gado; nos trigais e nos olivedos, nas festas pagãs das colheitas, nas feiras sempre turbulentas; no inverno ao calor do lume, no soalheiro estival e entre a dorna e o lagar no outono; sentimental pelo influxo da saudade, flor da raça. É tal idioma tradicional, herança que nos foi legada pelos que nos deram a Pátria, o Deus do nosso altar, os costumes, a Lei e a sua própria glória, que está em perigo, não por desestima do povo, mas por traição dos vélites da pena, desses mesmos que o deviam guardar com avareza e defender com brio.

E por que assim o desconjuntam? Porque o acham, dizem, por demais inteiriço e ríspido, sem flexibilidade, duro. Então desarticulam-no e arrancam-lhe do corpo hercúleo as peças da armadura que o acoberta e reforça desde o tempo em que, partindo dos arraiais galizianos, entrou a terra lusitana, forte e altivo, nas mesnadas dos ricos-homens. Se ainda o vestissem com postamente, com traço de hoje, nada se lhes diria, mas atafulam-no como um

pintalegrete e trazem-no por aí ciciando em voz de eunuco e caminhando aos pinchos como um pisa-flores.

O mal não é novo, alegam os galiparlas. Já Duarte Nunes de Leão o denunciava no começo do século XVII, mostrando acarretos do francês no curso do vernáculo.

Tais expressões, porém, transitam como folhas que descem o rio ao som das águas, e passam e vão-se ao mar; mas se as deixamos rebalsarem-se, a água toda vicia-se, e turva-se o que era límpido, o que era fluente remora em pântano; fica estagnado em putrilagem o que, antes, docemente corria regando terras, refletindo arvoredos, céus e montes, movendo azenhas e abeberando povos e rebanhos. Insistem ainda os taralhões argumentando com Victor Hugo: “*Une langue ne se fixe pas. L’esprit humain est toujours en marche, ou, si l’on veut, en mouvement, et les langues avec lui.*”

Sim, a língua não se fixa: evolve, mas sempre à custa da seiva que recebe das raízes e dos benefícios que tira do ambiente. Assim a árvore perde as folhas, abrolha de novo, floresce, frutifica, esmarre para reverdecer mais bela. Mas como a árvore morre se a infestam parasitas, assim perece a língua se a invadem exotismos.

Que transferida de um para outro clima a língua se modifica, não há negar. O idioma falado no Brasil é o mesmo que soa em Portugal, mas – e mantenho a analogia – com o nosso sol a árvore tornou-se mais verde, mais viçosa, vieram-lhe as flores mais coradas e os frutos mais doces e de mais aroma e, como se deu bem na terra, desenvolveu-se prodigiosamente, abrindo a frondosa copa e enchendo-se de cantos.

Mas a seiva que lhe corre no âmago é a mesma que circula nas veias da árvore veneranda, em cujas raízes estão sentados os quatro evangelistas: Camões, Vieira, Bernardes e Camilo.

Deixai que esperneuem e vociferem os tarelos, continuai a campanha, que a vossa causa é boa. Vós que compusestes o hino, que é a oração da pátria, que o povo canta diante da bandeira; vós, que pusestes nas mãos da criança as *Leituras Militares*; vós, que sois poeta e educador, fazei o vosso dever, sem desfalecimentos, guardando e defendendo o nosso mais sagrado patrimônio.

Reconstroem-se as cidades destruídas, refazem-se muralhas, restauram-se edifícios, mas um povo que perde o seu idioma desaparece.

Que resta do etrusco? Vestígios no barro. Que ficou do fenício? Lendas. A Grécia e Roma subsistem nos seus poetas e pensadores. Os povos, ainda sob a virga férrea, procuram conservar o vernáculo e com ele se consolam das misérias, recordando tristemente os dias felizes.

Herculano conta-nos dos que, subjugados pelos romanos, na Espanha, recolhendo, à noite, aos ergástulos, conversavam misteriosamente na língua dos seus maiores, mantendo-a viva e transmitindo-a aos filhos.

O mesmo faziam entre nós os negros, semeadores das primeiras searas. À noite, trancados nas senzalas, juntando-se em conselho de saudade, conversavam baixinho na aravia das suas tribos, como se se reunissem em um pedacinho da pátria que houvessem trazido no coração.

Continuai a vossa campanha e tendes autoridade para o fazerdes porque, escrevendo dos vossos livros, disse o mestre de todos nós, aquele que é como o nume do vernáculo, levantado em altar de ouro, feito com as suas próprias obras – Rui Barbosa:

Nenhum desses livros mente ao seu título, e em todos, ao mesmo passo que se sente o espírito de um verdadeiro homem de letras, se apura a linguagem de um mestre do nosso escrever. Nestas palavras sem lisonja desejaria não ter ficado aquém da justiça que se lhe deve.

Os livros a que alude o mestre são: o *Tesouro Poético Brasileiro*, a *Arte de Fazer Versos* e *Leituras Militares*.

Além desses tendes ainda publicado estudos gramaticais e estéticos, teatro e conferências.

Classificado em dois concursos e sempre lidando na imprensa com infatigável assiduidade, fiscalizais ainda o ensino público e lecionais em escolas e, por vezes, saudoso da lira, preludiais um canto novo.

Nas vossas conferências – uma das quais é a glorificação de Luís Delfino, o poeta magnífico, cuja obra, de tanta grandeza, consumida em parte, pelo fogo, ainda jaz no olvido, parecendo que desceu com ele à sepultura, como outrora, na Índia, eram levados à fogueira rogal, acompanhando o corpo do guerreiro, além das armas que ele celebrizara, o seu corcel, escravos

e a esposa do seu coração – entre as vossas conferências, digo, algumas há que revelam o vosso amor à poesia do povo.

Já o destino nos preparava para a sucessão, pondo-vos na pista do paciente respigador dos *Cantos Populares do Brasil*, cuja cadeira órfã vindes ocupar.

Os ensaios foram felizes, continuai que não vos falta alento para a empresa e encontrareis em vosso caminho, entre outros, que se empregam no mesmo trabalho a que vos vindes ultimamente dedicando, João Ribeiro, Alberto Faria e Erasmo Braga.

Esses são – e vós com eles – os que, pacientemente, revolvem o passado, mineiros de boa lavra, que trazem do fundo do Tempo à flor dos dias o que se foi acumulando no subsolo das letras e que, reaparecendo, será lume para a História, conforto para a alma e força motriz do progresso da nacionalidade.

Sede bem-vindo a esta Casa, que espera de vós mais glória para o seu brasão.

Discurso do
SR. LUÍS GUIMARÃES FILHO

e

Resposta do
SR. PAULO BARRETO

*Sessão solene extraordinária
do dia 19 de julho de 1917*

I

DISCURSO DO SR. LUÍS GUIMARÃES FILHO

EMINENTES Confrades:

Com a morte de Garrett, o fundador do Romantismo português, e a aposentadoria literária de Alexandre Herculano, o qual havia “ancorado no porto tranqüilo e feliz do silêncio e da obscuridade”, tomou o venerando Antônio Feliciano de Castilho a direção da Poesia lusitana, constituindo-se em uma sorte de Pontífice a distribuir barretes cardinalícios por quantos poetas lhe juravam fidelidade e amor.

A arcádica e politeísta Renascença jazia no cemitério do passado; o Romantismo definhava à mingua de sangue; o Ultra-Romantismo, em plena fortuna, era, porém, dono do espírito nacional.

Embevecido nas lisonjas de aduladores, que sempre se desentranham em finezas por pescarem graças e mercês, envereda Castilho pelo sistema de louvar com adjetivos, de irrefletida benevolência, todas as obras que surgem no *mare magnum* da publicidade, promovendo com tais demasias a deletéria escola do *elogio mútuo*. Em 1865 escreve uma carta ao editor A.M. Pereira, a propósito do *Poema da Mocidade*, de Pinheiro Chagas. É o pretexto para a revolução. Já o espírito dissidente esvoaçava na atmosfera: o lirismo de João de Deus, ingênuo e sensual, a poesia científica da *Visão dos Tempos*, a filosofia de Antero simbolizavam o esforço da revolta.

O guante do desafio é, afinal, arremessado às barbas do velho Arcade, sob a forma da célebre *Carta do Bom Senso e Bom Gosto*, subscrita pelo poeta que havia de ser mais tarde o mais amargo e piedoso de Portugal. Trava-se a batalha, áspera e pitoresca. Pululam os panfletos. Encarniça-se a polémica. Os alicerces do trono papal balouçam ao fragor da nova falange. “A facilidade com que entre nós se fabricam as reputações literárias, – pondera um escritor da época – a impunidade com que se adormece à sombra dos louros colhidos, o deleite com que tanto os grandes como os pequenos ouvem reciprocamente o canto da sereia, denominado *elogio mútuo*, a má-fé ou excessiva condescendência na crítica literária, são, decerto, a principal origem da astenia que apresenta a nossa boa literatura. Desde o vulto mais eminente até o mais modesto critiqueiro, quem é que se atreve a dizer desassombadamente a verdade na apreciação de uma obra literária que dimane de algum dos nomes que já têm enfeudados os direitos ao louvor público? Os magnates empunham o turíbulo, alguns maldizentes anônimos zumbem insolências desentoadas que desprestigiam o valor da censura, ainda que justiceira, e nestes extremos a crítica, ou convertida em blandícia de cortesão ou em descompostura de soalheiro, apresenta-se sempre ou de manto de seda e com a máscara da hipocrisia ou de mangas arregaçadas e chinelo no pé, falseando em ambos os casos a sua missão. O Sr. Antônio Feliciano de Castilho, o venerando decano dos nossos escritores, a quem as letras pátrias devem tão bons modelos de elegância, de linguagem e tantos primores artísticos de metrificação, é também um dos primeiros, senão o principal cúmplice do mau caminho por onde a crítica anda transviada. Ocupando o lugar eminente da nossa república literária, compraz-se em escutar os elogios e louvores até dos seus mais ínfimos cidadãos, retribuindo em moeda que de maior valor seria se não fosse pela maior parte falsa; e o deleite de escutar lisonjas a quem podia e devia ter as severidades de mestre de tal modo prende a independência da boa crítica dos outros, que insensivelmente se deixam ir levados na plácida corrente destes mentirosos louvores que oferecem, de mais a mais, a comodidade de ninguém precisar esforçar-se por avançar na senda da perfeição.”

A dissidência de Coimbra, senhores, não produziu os efeitos que parecia anunciar. O movimento que principiara por atacar o compadrio do

elogio mútuo tomou o aspecto de uma luta de guerrilhas. A reação iniciada contra o dogmatismo que impunha a idolatria inconsciente dos clássicos, perdeu a força pela indisciplina dos poetas que nela se alistaram. Os três primeiros dissidentes acharam-se sós na vertigem das idéias novas. Houve um momento de desânimo: mas, quase imediatamente, uma pura onda de ideais estéticos se derramou sobre o desalento transitório, fortalecendo-lhe as raízes e enriquecendo-lhe a ramagem.

* * *

Coimbra transformara-se, pois, em um foco revolucionário e irradiante. O Ultra-Romantismo agonizava, envelhecido e anêmico; da tumultuosa França cresciam os gritos triunfadores de uma geração independente e segura dos seus destinos: João Penha assomava, sobraçando uma lira horaciana, e Gonçalves Crespo, ainda embriagado de visões tropicais, pregava como um apóstolo a religião da beleza eterna.

Em tal ambiente foi que o espírito de Garcia Redondo recebeu o primeiro beijo voluptuoso da Arte. Coimbra, com a eloquência evocadora das suas lendas, os florões e grinaldas das suas catedrais perpetuando a história de séculos desaparecidos, o seu Mondego lícido e serpentino, que recolheu as queixas daquela que depois de morta foi rainha, as suas quintas povoadas de cedros estendendo pelo ar a umbrosa fronde, no desespero de quem pede misericórdia, a alegria nupcial das suas madrugadas, que se espreguiçam amorosamente sobre o peito dos penedos, os seus trigais, as suas fogueiras, as suas guitarras, havia de deixar na alma do estudante o sulco de uma infinita saudade.

Bem-aventurados os que sabem, como Garcia Redondo, cultivar essa flor dolorosa! No lindo jardim do seu sentimento ele jamais deixou de regá-la de pranto. Até à hora da morte se lhe entretiveram os dedos em folhear as páginas do passado, e era a alma de Coimbra que morava dentro da sua alma brasileira como uma amiga inseparável.

Em casa das velhas Seixas, veneráveis donzelas que em câmbio de uma modesta mensalidade se consagravam à tarefa de agasalhar e alimentar estudantes, instalou-se Garcia Redondo apenas arribado à terra dos bacharéis. Bisonho, franzino, nostálgico, o futuro engenheiro chorou de tristeza e sentiu o desalento da soledade. A boêmia acadêmica alvoroçava-lhe as noites com as

violas dos trovadores. A alegria buliçosa dos bandos de capa e batina avolumava sua timidez de caloiro. Buscou refúgio na convivência dos seus companheiros de casa, entre os quais três havia que se destacavam na multidão universitária: João Penha, Guerra Junqueiro e Gonçalves Crespo.

O primeiro era um irônico, um paradoxal, um sarcástico, dormindo de monóculo, caçando os gatos dos vizinhos na ânsia de lhes sacar a pele, cultivando roseiras em caixotes arrombados e regando com vinho da Bairrada os manjericões da sua varanda. Mas era também o sonoro, o impecável, o perfeito artista de alma pagã que injetou uma nova seiva na poesia nacional, desanimada desde a dissidência, declara um contemporâneo, por via dos metafísicos, transcendentes e nebulosos assuntos das odes de Antero e das *Visões* de Teófilo. Junqueiro começava já a impressionar a Academia com o fogo dos seus versos que deviam mais tarde de transformar-se em fuzilantes incêndios. Gonçalves Crespo, enlevado nos feitiços da sua loira vizinha, a Mimi das *Miniaturas* era já Benevenuto Cellini da Forma, cinzelando, através de um lirismo, por vezes camoniano, os camafeus e os esmaltes das suas estrofes.

Por afinidades simétricas de índole e temperamento, foi ao poeta das *Miniaturas* que mais se afeiçoou o recém-chegado carioca. Talvez a saudade da mesma pátria os unisse melhor... Altas horas da noite, na mansão das velhas Seixas, os ouvidos do estudante recebiam a musical confiança dos versos do poeta e se lhe dilatava a alma à divina emoção irradiada de tal música... Recostado ao respaldar do leito de ferro, aberta a janela sobre o Mondego adormecido, a voz repassada de ternuras infinitas, Gonçalves Crespo declamava ao companheiro extasiado:

*Para alguém sou o lírio entre os abrolhos
E tenho as formas ideais do Cristo.
Para alguém sou a vida e a luz dos olhos.
E se na terra existe, é porque existo.*

*Esse alguém que prefere ao namorado
Cantar das aves minha rude voz,
Não és tu, anjo meu idolatrado,
Nem, meus amigos, é nenhum de vós!*

*Quando alta noite me reclino e deito,
Melancólico, triste e fatigado.
Esse alguém abre as asas no meu leito
E o meu sono desliza perfumado...*

*Chovam bênçãos de Deus sobre a que chora
Por mim além dos mares! esse alguém
É de meus dias a esplendente aurora,
És tu, doce velhinha, ó minha mãe!*

Do grande artista das *Miniaturas* conservou Garcia Redondo tão afetuosa lembrança, que ao fundar-se esta Academia foi Gonçalves Crespo o patrono que escolheu. Mas o poeta já não era brasileiro: naturalizara-se, fora deputado às Cortes de Lisboa, e, sem embargo da sua índole, da sua raça, do seu temperamento, havia perdido para sempre, assim no estado civil como no estado poético, os foros de cidadão. A nostalgia, contudo, estava-lhe no sangue, era um instinto que o dominava, aspectos dos trópicos entrevistados na infância, brilhavam na paisagem do seu espírito:

*O vento que passe tranqüilo, de leve,
Nas folhas do ingá,
As aves que abafem seu canto sentido,
As rodas do engenho não façam ruído
Que dorme a Sinhá!*

Tristezas quase inconscientes do exílio, nostalgias de ave friorenta, visões vagas, radiosas da pátria distante; desgostos de ordem muito particular, e sobre tudo isto uma impressão dolorosa, indefinível, que nem aos mais queridos ele confessava, mas que ungia de tristeza inefável os seus versos, que punha aqui e ali uma nota abafada e dilacerante na harmonia magistral da sua obra, eis a tríplice inspiração que deu uma vida intensa ao seu primeiro livro, no livro da sua mocidade, as *Miniaturas*.

Destarte se exprime a gloriosa viúva do poeta, que escreveu sobre ele um estudo comovente, onde as lágrimas da esposa não perturbam a segurança da análise crítica.

De uma feita foi a casa das velhas Seixas elevada tumultuosamente à categoria de redação: João Penha lançava a *Folha* ao bulício da publicidade. O ano de 1868 deve permanecer nos anais da história da Poesia portuguesa, porque a *Folha* atuou poderosamente no seu débil organismo, dando-lhe um novo aspecto na graça e na linha do verso, no matiz e no fulgor das imagens, na sobriedade da expressão e na própria virilidade do sentimento. A semelhança do que três anos antes se passara em Paris, em torno do *Parnaso Contemporâneo* fundado por Xavier de Ricard e Catulle Mendès, agruparam-se em torno da *Folha* os novos Artistas que a “mocidade, a esperança, o horror à desordem poética e a quimera da perfeita beleza” encadeavam ao mesmo entusiasmo.

As colunas da *Folha* foram as colunas de um templo onde se recolhiam os bardos das ilusões e das angústias da Vida, cumprindo o rito da Arte vitoriosa. Novato na literatura, como na Academia, não era dado a Garcia Redondo penetrar no cenáculo dos corifeus. Mas o jornalismo seduzia-o; seria a sua enxada para desbravar as selvas do porvir. Não o detinha a sentença de Gautier, que via na leitura dos jornais um obstáculo à formação de verdadeiros sábios e de verdadeiros artistas e afirmava que o jornal havia de matar o livro, como o livro matou a literatura, como a artilharia matou a coragem e a força muscular. Garcia Redondo folgava com o projeto de redigir periódicos: era o desabrochar de uma vocação que anos depois florejou com abundância.

Andava por esse tempo em Coimbra um poeta pernambucano mourejando nas *Ordenações Afonsinas* e nos tortuosos labirintos do Direito Civil, de capa ao ombro, gaforina à brisa, alma ébria de visões, fantasia cheia de sorrisos, devoto freqüentador das peixadas da tia Camela...

Garcia Redondo foi falar ao bardo. De muita indústria de persuasão devia de dispor o estudante para tão facilmente conseguir a anuência do seu patrício: pois a verdade é que semanas depois a redação do *Peregrino* se instalava na velha casa das velhas Seixas. O sócio de Redondo está aqui nesta sala, maldizendo, talvez, o indiscreto evocador dessa Boêmia prazenteira, desse tempo em que ainda não eram brancos os seus cabelos, dessas horas em que ainda não cogitava de ser o eminente professor e acadêmico Silva Ramos.

Foi no *Peregrino* que estampou o seu, primeiro conto, à feição das histórias extraordinárias de Edgard Poe, o jovial Garcia Redondo, que pela vida afora tantos belos contos escreveu! A sua pena tornou-se galhofeira, ágil, saltitante. Em todas as suas obras se adverte, por isso, uma ironia leve, um bom humor quase nunca interrompido, um sempre matizado enredo, de curiosidade e de graça, e uma elegância de estilo sem demasia de contornos, antes sóbria e singela e que é a virtude essencial do seu, talento.

Nas *Viagens pelo País da Ternura* transparece, à vontade, a fisionomia moral deste escritor. Sobre as páginas do livro adeja, maravilhosamente sereno, o Espírito Santo da felicidade familiar. Elas nos transmitem a poesia dos seus primeiros idílios, a história dos seus primeiros arrufos, – arrufos de namorados que são amores dobrados – o chilreio do seu primeiro filho. Tudo é ali narrado com um jeito comovente e discreto, onde o ridículo não ousa embrenhar-se nem o braço impaciente da Crítica se atreve a meter a foice. Há, todavia, outro amor que não deixa repousar o espírito de Garcia Redondo, é o que ele sente pela fértil Natureza. Em quase todas as páginas dos seus livros abroham plantas e corolas, luzem searas, se enramam bosques, entrelaçam-se amorosos troncos.

O caráter afetivo da sua individualidade manifesta-se em todos os atos da sua vida: às pessoas e cousas da sua juventude conservou sempre esse tenaz apego que só acha agasalho nos corações superiormente perfeitos.

Já professor da Escola Politécnica de São Paulo, parte um dia para Coimbra no intuito de rever o quarto do seu tempo de estudante. No mesmo dia da chegada, ao amanhecer, às horas em que as lindas lavadeiras acordam o Mondego com a jovialidade das suas vozes, o ilustre escritor escapa-se sorrateiramente do hotel onde alojara a família, e aí vai subindo lentamente a íngreme rua, olhando para as fachadas de todos os prédios, que não haviam envelhecido como o seu rosto, pisando as roliças pedras da ladeira, que o tempo não havia tornado mais macias, no descortino da casa das velhas Seixas, onde trinta e quatro anos antes o seu coração ainda não provara as cóleras da vida. E sobe a mesma escada de degraus baixos, a escada de João Penha! e abre a mesma porta de madeira roída, a porta de Gonçalves Crespo! e arrima-se à mesma parede de cal desmaiada, a parede de Guerra Junqueiro! e afinal bate palmas como há trinta e quatro anos antes.

– Que deseja o Sr. Doutor? – indaga uma voz de mulher.

– Quero visitar o prédio, senhorita.

– O prédio está alugado. O senhor é da Higiene?

– Sou um antigo morador desta casa e venho visitar o meu quarto, se a menina der licença.

– Pois não, – concede a dona da voz, aparecendo ao antigo estudante como uma enviada, talvez, das Seixas que teriam ouvido, na paz do túmulo, a súplica do seu hóspede. Mas há gente no quarto, um quintanista de Teologia, que ainda não acordou. Não pode voltar mais tarde?

– Ai, se soubesse a pressa que tenho de rever o meu quarto...

– Então, venha comigo, meu rico senhor...

– Era aqui o quarto do Pareto – murmurou o autor das *Carícias* estacando no primeiro patamar.

– Agora é o do Sr. Simões – elucida a tricana.

Outro lanço mais e ei-los em frente a uma porta de tristonho aspecto. *Anima rerum*. Garcia Redondo inclina-se, recolhe a chave que jaz no soalho, debaixo da porta, como trinta e quatro anos antes, mete-a na fechadura, dá a volta, entra... Era o seu quarto! Os mesmos muros, a mesma janela, a mesma cama de ferro no mesmo lugar de outrora! O estudante de Teologia empina-se no leito, alvoroçado com tão inesperada visita.

– É aqui o cavalheiro que morou neste quarto, há trinta e quatro anos, e quis tornar a vê-lo – explica a amável cachopa.

O futuro capelão reengolfa-se nos lençóis e Garcia Redondo queda-se, contemplativo, dentro daquelas quatro paredes que tantas boas cousas lhe diziam!

Súbito – que é isso? está-se lembrando de tristeza? – interroga a pobre mulher fitando os olhos no seu rosto... É que surpreendera uma lágrima que ele em vão procurava reter, homenagem silenciosa à juventude desaparecida!

* * *

A convivência com os melhores espíritos da geração de Coimbra influenciou poderosamente na formação literária deste notável acadêmico. Leituras dos mestres metodizaram e fortaleceram o seu irrequieto talento. Maupassant e Carlos Dickens, Heine e Eça de Queirós, Gautier e Gonçalves Crespo, chamaram-no ao amor das curiosidades artísticas. Findos os estudos

preparatórios, Garcia Redondo regressa ao Rio de Janeiro e matricula-se na Escola Central, de onde sai em 1876 sobraçando um diploma de bacharel em Matemáticas. Constrói o Teatro Guarani, vulgariza as estradas de ferro de bitola reduzida, canaliza as águas termais de Poços de Caldas, funda o Instituto Histórico de São Paulo, é nomeado professor de Botânica e Zoologia, lança revistas, colabora em quase toda a imprensa das duas capitais. Em 1882 publica os *Arminhos* e, a partir desse ano, o seu talento parece acometido de uma febre sem intermitências. Aos *Arminhos* sucede o *Atentado da Rua S. Leopoldo*; depois vêm as *Carícias*, em seguida a *Choupana das Rosas*, *Moléstias e Bichos*, *Salada de Frutas*, *Através da Europa*, *Conferências Literárias*. É autor dramático. É abolicionista. É historiador. É crítico de arte. É até feminista.

No estudo deste inesgotável assunto é que o nobre acadêmico mais nitidamente revela a feição bondosa do seu caráter. A sua pena está sempre à mercê dos oprimidos. A sorte da mulher inspira-lhe páginas de uma grande elevação moral, combatendo sem tréguas o despotismo do homem. Para ele o homem “é brutal e egoísta, mantendo em si o gérmen da fera inconsciente. Escravizar, escravizar, eis o tema da sua eterna preocupação. Para opor uma barreira a esse domínio é indispensável que as mulheres se levantem em massa e, por sua vez, neguem tudo a quem nada lhes quer dar.”

Garcia Redondo conhecia, decerto, a dolorosa série de esforços que a história da humanidade nos transmite, empregados na conquista dos direitos das mulheres. Porque o antigo Oriente as exclui das funções religiosas, vedando-lhes o conhecimento da Lei Santa, das funções públicas e liberais, considerando-as “no físico débeis como as crianças e no moral vis como os escravos”. Na Grécia antiga elas só existem para a conservação da família e permanecem alheias a todas as profissões e a toda a educação intelectual, salvo as cortesãs que, letradas e prendadas, ensinam a Sócrates eloquência e inspiram discursos a Péricles. Roma, menos tirânica, dá-lhes, na vida exterior e social, um posto ao lado dos homens; já lhes concede as mesmas profissões que estes podem exercer, já associa as esposas aos cargos administrativos dos maridos, já admite médicas, atrizes e professoras. O judaísmo da Idade Média afirma a inferioridade da mulher. Só o cristianismo e o germanismo a respeitam e a exaltam, vendo na sua fraqueza, que inspirava apenas desdém à

antiguidade bárbara, um motivo para protegê-la. A palavra de Cristo derrama sobre ela os clarões da sua doutrina serena. “Não há judeu, nem grego, nem servo, nem livre. Não há macho nem fêmea. Porque todos vós sois um em Jesus Cristo”. A equidade triunfa sob a influência da beleza evangélica. O germanismo vê algo de celeste na natureza moral da mulher: *inesse sanctum aliquid et providum putant*. Reconhece-lhe os mesmos direitos dos homens e por vezes proclama a superioridade feminina.

Mas sob a influência do Direito Romano, do Direito Canônico, do Helenismo, da Renascença das letras, liquida-se um trabalho de mais de doze séculos. A barbaria mescla-se à civilização. Os textos bíblicos, desvirtuados pela influência dos judeus, fornecem copiosos elementos aos tradicionalistas. A mulher volta a ser o que fora na Grécia antiga e no antigo Oriente: uma criatura inferior. Comenta-se Isaías, que vozeava contra as filhas de Sião, por andarem – exclama o profeta – “de pescoço emproado e a fazerem acenos com os olhos”; invoca-se São Paulo, que apregoava a humildade da mulher, “imagem e glória do homem, como o homem glória e imagem de Deus”; aponta-se o *Gênesis*, proclamando-a um acessório do homem, “osso dos seus ossos e carne da sua carne”. Acusada e destruidora da harmonia primitiva, ela resgatará o seu pecado, permanecendo submissa àquele que enganou. O Concílio de Macon chega ao ponto de perguntar se a mulher faz parte da humanidade! Excluída de todas as funções sociais e públicas, concede-se-lhe apenas que saiba ler e contar. E, como regra, “que obedeça, que sirva e que se cale”, segundo ordena o apóstolo São Paulo.

Era o regresso aos tempos despóticos dos gregos e dos muçulmanos: a reação não devia demorar. A partir da Revolução Francesa até os nossos dias, com efeito, a idéia de equidade e justiça, relativamente às mulheres, corre parilhas com o progresso da civilização e as conquistas das ciências naturais e filosóficas. Desaparece o despotismo inicial para dar lugar ao triunfo, quase definitivo, da igualdade dos direitos humanos. Ninguém põe dúvidas sobre a semelhança moral e intelectual dos dois sexos; e acerca da força física, já se admite que haja no mundo milhares de mulheres mais aptas para o trabalho do que muitos fracos e franzinos varões que nesse mesmo trabalho mourejam.

As mulheres alcançam brandamente todas as profissões. Os homens do século XX quase nada lhes negam: saúdam nas escritoras e nas médicas, nas

artistas e nas sábias, nas advogadas e nas poetisas, as ideais colaboradoras dos seus ideais. Se Rousseau, Michelet e Auguste Comte preferem a mulher dentro de casa, alheia a toda a vida exterior, divindade do lar, anjo da guarda do santuário doméstico, Saint-Simon é progressista, Condorcet defende-a em todos os terrenos e Stuart Mill considera-a capaz de exercer as profissões que até hoje têm sido exclusivo privilégio do sexo forte.

Pouco falta, em suma, para a completa vitória dos direitos femininos. Ela chegará com a vertiginosa carreira da civilização e, sobretudo, com o amanhecer da Paz, que há três anos anda adormecida na sombra da terra.

Até lá consolemo-nos com as palavras da célebre esposa do Ministro de Luís XVI, Madame Jeanne Roland, escritas a Bosc d'Antec:

Sans nous, vous ne seriez ni vertueux, ni aimants, ni aimables, ni heureux: gardez la gloire de l'autorité dans tous les genres, nous ne voulons d'empire que par les mœurs et de trones que dans vos cœurs.

* * *

Garcia Redondo, que mostra pelos infortúnios alheios uma grande comiseração, era para a própria dor de uma estóica filosofia. Cultivava, com certa voluptuosidade, a memória das mágoas íntimas. Tinha a nítida compreensão da inutilidade de combater o irremediável. Os sistemas metafísicos que negam a entidade do Mal deviam de se lhe afigurar absurdos nesses momentos de suprema angústia. Ele bem sabia que na vida os dias felizes são apenas breves entreatos da imensa tragédia que é a história dos homens. Duas vezes combalido com a morte das filhas, não perde o equilíbrio moral em presença da espantosa catástrofe.

Transforma-se no túmulo vivo das crianças mortas. Não blasfema, como Guilherme Braga, à beira dos esquifes:

*Hei de orar? mas na sombra da consciência
Não me luzem cá dentro ignotos brilhos:
Hei de cret? mas a mão da Providência
Tem garras para mim... rouba-me os filhos!*

Alma delirantemente panteísta, é ao regaço da natureza que vai entregar o coração coroado de martírios.

Tudo canta e ri, no cemitério onde as mortas se esquecem da vida... “O lírio branco faz madrigais às rosas, a hera abraça os troncos” e do mármore alvejante cresce para o céu uma onda de tão etéreos aromas que pouco a pouco se lhe suaviza a imorredoura aflição.

Vamos, coração, enfeita-te. Há nos muros madressilvas cheirosas, anêmonas e lírios nos canteiros fofos. Cobre-te de flores, coração torturado, e assim disfarçarás a tua angústia, sob essa capa de pétalas macias de perfumes narcotizadores. Eu sei onde há violetas brancas e roxas, grandes, lindas, alvas e douradas, de corola de veludo. Eram essas as flores que Elisinha amava. Corre, voa, coração dorido, vai a Campinas buscá-las e põe-lhas no seio alvo e cândido, depois de o beijares docemente. Mas não chores, pobre amigo, não chores para não atormentares as pobrezinhas que sofrem de te ver sofrer.

* * *

No limiar da vossa Casa concedei-me, senhores, a grande mercê de vos declarar a sinceridade dos meus agradecimentos. Mas ao render-vos este preito eu não me esqueço do grande poeta cujo nome tive a riqueza de herdar.

Acreditai que foi a sua memória que inspirou os vossos sufrágios; pela primeira vez o filho de um acadêmico ia ter a honra de ocupar uma cadeira na Academia. Elegendo o filho obscuro haveis prestado uma homenagem ao pai ilustre. Ele foi, bem o sabeis, um dos fundadores deste instituto, e eu não me esquivo ao dever de realçar a beleza do vosso gesto, indo buscá-lo ao seu leito de dor, longe da pátria, alquebrado pela doença e ferido pelas injúrias do destino, para lhe oferecerdes o encanto da vossa companhia. Longe da pátria, jamais dela se separou o sonetista da “Visita à casa paterna”, pois com ela sorriu, com ela se enterneceu, com ela se identificou até à morte.

Asseveram certos entendidos, para quem a diplomacia é a arte das formas polidas, feita de astúcia e estratégias onde o pensamento vive mascarado e onde a frivolidade, a gravidade protocolar e a compostura de mostra avultam, que ela transformou o grande lírico brasileiro em um simples e refinado amante da forma poética. Que lhe dinamizou a sinceridade emotiva, que lhe atenuou as naturais tendências de arrulhador romântico. “Nem sempre nos versos dele”, pretende Fialho de Almeida no prólogo dos *Sonetos*

e *Rimas*, “a emoção resultará do sentimento afetivo acordado na alma pela idéia dramática do assunto, senão pela convergência de melodias exóticas que a linguagem lhe empresta, já pela rima, já pela estridorosa eufonia do adjetivo e do metro. É uma emoção que vai ao cérebro antes pelo ouvido que pelo coração. Quando muito, terá ele mais lapidada a estrofe, desesperando, à força de correção, os que venham para atingi-lo ou imitá-lo. No fundo, porém, o sentimento andarรก dinamizado, ou artificialmente posto em jogo; e em vez do eterno amor, dominativo e panteísta, a obra revelar-nos-á um ceticismo elegante, uma índole romanesca, incapaz de ser dominada pela paixão, um lírico da decadência, melhor: um *parnasiano*.”

É vezo da Crítica, senhores, dar uma alcunha aos poetas como se dá um número aos condenados. Desde que em 1865 *Le Parnasse Contemporain*, fundado por Catulle Mendès e Xavier de Ricard, acolheu nas suas páginas os labores dos artistas que faziam do escrúpulo do idioma e da plástica do verso uma nobre religião, o vocábulo *parnasiano* começou a entranhar-se pela França e foi importado pelo Brasil para definir a impassibilidade, a joalheria, o êxtase da técnica.

Negou-se a esses artistas a virtude dos sentimentos humanos, porque porfiavam em celebrá-los em linguagem limada. A Crítica hostil, com Sainte-Beuve à testa, não quis reconhecer um tal casamento de amor, do Sentimento com a Forma. Cobriram-nos de motejos, de afrontas, de remoques. Acusaram-nos de iconoclastas. Lobrigaram nos seus desígnios que era, simplesmente, amar a Arte acima de todas as cousas, um ódio pelos ídolos em voga. Entretanto, Baudelaire inspirava os novos poetas com os estertores dos seus poemas, Musset consolava-os nas horas tenebrosas, Leconte de Lisle descortinava-lhes os mistérios da Antiguidade, Gautier deslumbrava-os com a *Divina Comédia* das suas imagens, e Victor Hugo, tal um profeta interpretando a alma do Universo, mandava-lhes do exílio a bênção do seu Gênio...

Aqueles parnasianos não tinham escola, nem de estilo nem de metrificação; eram independentes, sem estatutos nem compromissos. Celebravam, em brunida língua, a emoção diáfana da vida, cuidando, sim, de dar frêmito à imagem, realce ao vocábulo, à frase primor, e de que as rimas baloiçassem no remate de cada verso com a elegância com que se baloizam as flores na extremidade de cada ramo.

Sem embargo, convém repeti-lo, parnasianismo ficou sendo sinônimo de habilidade mecânica, em relação à poesia. Não houve, daí por diante, um poeta correto, esmerado na Forma, enamorado do Ritmo, que escapasse ao terrível batismo. As melopéias plangentes, que faziam as delícias dos salões almiscarados, continuaram a ser as exclusivas manifestações da poesia do sentimento, não obstante às vezes nos alvoreçarem com jeitos aleijados de sintaxe e uma patológica anemia de rimário.

Em face de tal concepção, definitivamente enxertada na crítica brasileira, não quero deixar o grande lírico dos *Sonetos e Rimas* pregado por mais tempo à cruz do Parnasianismo. Se ele soube cinzelar como François Coppée, também soube sentir como Lamartine: e pela feição psicológica da sua musa, que tinha todos os delírios, todas as paixões e todas as formosuras, ficará na Poesia Nacional como um dos seus mais olímpicos Apóstolos.

Não foi parnasiano nem romântico da Decadência; foi simplesmente um Poeta, um desses seres privilegiados, na frase de Paul de Saint-Victor, “que iluminam com um esplendor mágico todas as figuras que penetram no círculo da sua existência”.

Que importa que haja vivido longe da pátria, no deslumbramento de cortes e museus, entre as reverências do dandismo diplomático? Nem se me afigura, senhores, que a tão pouco se deva reduzir a ciência da diplomacia: a uma simples arte de formas polidas, onde o pensamento se esconda e a estéril astúcia governe! Estranha mania, esta, de entre nós se amesquinhar a ciência que, desde o alvor da nossa vida política, foi campo onde araram tantos notáveis engenhos!

Esquecê-los será injuriá-los. Queira Deus que tal insistência não acorde os ecos da palavra de Vieira, pregando do cimo da tribuna sagrada, no sermão dos pretendentes. “Se servistes a pátria e ela vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis, ela o que costuma.”

Escola de frivolidade? Mas é desconhecer-lhe a origem, a importância e o objetivo, desde os nebulosos tempos do Oriente, quando os povos careciam de qualquer instinto de sociabilidade, até durante e depois do século de Richelieu. Escola de astúcia? É desvirtuar-lhe a função, harmonizadora e fértil, tão lucidamente exposta pelo mais hábil diplomata do Congresso de

Viena, o Príncipe de Talleyrand, na Academia das Ciências Morais e Políticas de França:

Je dois le rappeler ici, pour détruire un préjugé assez généralement répandu: non, la diplomatie n'est pas une science de ruse et de duplicité. Si la bonne foi est nécessaire quelque part, c'est surtout dans les transactions politiques car c'est elle qui les rend solides et durables. On a voulu confondre la réserve avec la ruse. La bonne foi n'autorise jamais la ruse, mais elle admet la réserve; et la réserve a cela de particulier, c'est qu'elle ajoute à la confiance.

* * *

Diplomata e poeta, o grande lírico dos *Sonetos e Rimas* nada perdeu, nem com a ausência do Cruzeiro, nem com a profissão que preferiu. O sentimento nativo continuou a viver dentro da sua alma, nascida entre as roupagens da natureza tropical, e avolumado ainda por esse outro sentimento que só desabrocha no coração dos que do semblante da pátria vivem arredados: a nostalgia.

Longe dos morros entoou Gonçalves Dias a terna “Canção do exílio”. Longe da pátria escreveu o artista *dos Sonetos e Rimas* a mais piedosa, a mais dolorosa, a mais saudosa elegia que a morte de um filho jamais inspirou ao gênio de um pai...

*Se tivesses caído à sombra das montanhas,
Lá onde a planta, o fruto e a flor são imortais,
Se em vez de sucumbir nestas terras estranhas
Morresses, filho meu, na terra de teus pais;*

*Se Deus me houvesse dado a suprema ventura,
A mim, que nada espero e que nada ambiciono,
De abrir a tua cova ao pé da sepultura
Onde jaz mãe dormindo o eterno sono;*

*Se a manhã tropical baixando da alta serra,
Em seus braços colhesse, extática e fagueira,
O espírito gentil que te animou na terra,
Como o perfume anima a flor da laranjeira;*

*Se ao murmúrio fugaz da aragem suspirosa,
Que desce da palmeira ao vale adormecido,
Exalasses, ó harpa angélica e saudosa,
Teu suspiro final e teu final gemido;*

*Se os doudos colibris, alígeros diamantes,
Vagabundos rubis, safiras implumadas,
Cercassem-te o caixão nos vôos fulgurantes,
Como um roto colar de gemas espalhadas;*

*Se a voz dos sabiás, os bardos da tristeza,
Os poetas da aurora e do final do dia,
Te saudasse ao passar, ó mimo de pureza,
Alvo botão de flor, morto quando se abria;*

*Se teu corpo descesse à lúgubre morada,
Seguido pelo olhar, fraterno e carinhoso
Dos amigos fiéis que lá na pátria amada,
Sofrem com minha dor e exultam com meu gozo;*

*Ah! Gabriel! talvez minh'alma, infausta e exangue,
Não curtisse a amargura atroz que a vai minando...
Nem chorasse, meu filho, as lágrimas de sangue,
As torrentes de fel que agora está chorando...*

*Pois ali entre os meus, ali na nossa terra,
Grande e nobre e festiva – eternamente em flores,
Ali onde o sepulcro, a própria campa encerra,
– Belo oásis final – miragem de esplendores,*

*Dormirias feliz, ouvindo as cantilenas
Das aragens do sul vindas das serranias,
Meiga, tão meiga voz como as cousas serenas
Ditas por tua mãe quando tu lhe sorrias...*

*Dormirias feliz, enquanto vagamente
Leve como o adejar de um solitário pombo,
Sobre ti verteria o seu olhar dolente
A Lua, a terna irmã dos sonhos de Colombo!*

*Velaria o teu sono a maga natureza,
A sublime imortal em cujo seio mora
Tudo o que Deus criou na máxima beleza,
As noites tropicais e a tropical aurora...*

*Os estranhos clarões de um sol indiferente,
O pardo sol do inverno, exânime e sem brilho,
Não viriam roçar a sepultura algente
Que teus restos devora, ó filho, ó filho, ó filho!*

*Terias sobre ti a constelada esfera,
Vibrante de harmonia, ardente de fulgores,
Onde Deus espalhou – eterna primavera –
Astros em profusão como no vale as flores...*

*Terias sobre ti o pavilhão divino
De um fulgurante céu de beijos estrelado,
De um céu que me sorriu quando eu era menino,
E que hoje chora, eu sei, por ver-me desgraçado...*

*E teu querido corpo, ó tímida gazela,
Na campã dormiria, alegre e venturoso,
Ao dulcíssimo olhar da eterna sentinela,
Do Cruzeiro do Sul, calmo e silencioso...*

*A flor, o astro, o céu, a planta recendente,
Longe estão... Tu aqui, rosa perfeita e casta,
Em vez da terra mãe tiveste, unicamente,
Uma campã estrangeira, – um seio de madrastra!*

O afastamento da pátria não transfigurará a psicologia dos verdadeiros poetas, quando eles já partem levando nos olhos todos os seus amores e todas as suas paisagens... E o dandismo diplomático não será assaz deletério para desnacionalizar o espírito gentil que sobre as montanhas natais abriu, pela primeira vez, as asas frenéticas. O vosso confrade já era intensamente brasileiro quando os decretos da vida o encaminharam para Roma: ali apurou-se-lhe a arte, alindou-se-lhe a rima, aformoseou-se-lhe o êxtase pela eurritmia do verso, mas não lhe faleceu nos braços a Musa da sua juventude.

Nos seus cantos mais pessoais e subjetivos brota a virtude de confiar à pátria os íntimos desesperos. Sobre o túmulo da esposa não espalha cravos de Castela nem violetas de Parma: é uma piedosa flor brasileira que perfumará o repouso da morta...

*Meu amor! meu amor! hirta, gelada,
Dormes o sono que amedronta e aterra...
Oh! meu franzino bogari da serra
Oh! minha rosa pálida e magoada!*

No turbilhão das grandes capitais, onde o esplendor de civilizações vitoriosas pudera recamar-lhe o talento com essa volúpia de vago ceticismo tantas vezes apregoadado, a sua lira desfaz-se, ao contrário, em soluços de doçuras nostálgicas:

*Dai-me a vertigem da elevada serra,
Dai-me as riquezas da floresta virgem
E sete palmos só da minha terra!*

A meio da jornada, do tombadilho deserto, o seu derradeiro adeus é contido em três versos dolorosos:

*O mar parece todo um só gemido...
E eu mal sustenho o coração partido
Oh! terra de meus pais! Oh! minha terra!*

E enquanto Roma lhe repete a história da sua grandeza desaparecida, nas mortas ruínas do Fórum, no esqueleto rugoso do Coliseu, no heróico isolamento do carvalho de Tasso, o seu ouvido brasileiro distingue as vozes da matizada floresta:

... as árvores falavam:

*A secular mangueira fielmente,
Repetia-me o branco idílio ardente,
Que dois noivos, à tarde, lhe contavam...*

*A palmeira narrava-me a inocência
De um puro e mútuo amor, – sonho que veste
Dos loiros anos a feliz demência.*

*Ouvi o cedro, o coqueiral agreste,
Mas, excedia a todas a eloqüência
De uma que não falava: – era o cipreste!*

Pois que o Parnasianismo já não pode ter a significação que lhe foi dada pelos bardos de 1865, não chamemos parnasiano a um poeta cuja arte, profundamente emocional, se remira no mais puro lirismo da Poesia do Amor.

É certo que ela refrange os coloridos do aquarelista e nela se entranha o buril do cinzelador: mas, a par de tão requintados esmeros, quanta exuberância de emoção! Ainda no aspecto impessoal, descritivo, da sua obra, transluz a natureza lírica do seu temperamento. O poeta que só dispõe de vocábulos, menos ditoso que o artista que dispõe de todos os sorrisos da cor, precisa de comunicar à paisagem que descreve, ao sertão que celebra, ao semblante do mundo externo que interpreta, a *maneira* como esses aspectos o impressionam, numa palavra, o seu próprio sentimento. “A morte da águia” será sempre um hino de orgulho à independência e à liberdade jorrando de estrofes de inexcédível relevo. Não basta sentir para ser poeta: é indispensável idealizar a linguagem da emoção, condensando, por um dom quase divino, a devoradora angústia que anda espalhada sobre a face trágica do mundo. Verdadeiro poeta será aquele que, desdenhoso de regras escolásticas, souber engastar as suas lágrimas em grinaldas de valor, dando-lhes as facetas dos diamantes sem lhes empanar o brilho, que é dos diamantes a verdadeira alma.

Mau grado o rebelde grito de Leconte de Lisle, – *quand finirez-vous avec cette baliverne-là?* – o Parnasianismo será sempre para a crítica a escola da impassibilidade. “Os parnasianos, à falta de ideal, se absorvem na cultura exclusiva, da Forma”, declara Teófilo Braga, nas *Modernas Idéias da Literatura Portuguesa*; “Os parnasianos pretendem fazer arte e poesia só com os apuros da Forma”, escreve o grande autor da *História da Literatura Brasileira*. Não chamemos, pois, parnasiano àquele cujo poderoso lirismo desabrocha em florescências de mágoas, se agita como o oceano fustigado pela tormenta ou adeja, tal uma ave ferida, sobre a musa tenebrosa da Dor...

II

RESPOSTA DO SR. PAULO BARRETO

SENHOR Luís Guimarães Filho:

*Em certa montanha existe
Uma pedra branca e triste
Que dentre as mais se destaca...
Deu-lhe a imortal Natureza
A extravagante beleza
De ser translúcida e opaca!*

*No enxuto rosto ninguém
Lhe enxerga as mágoas que tem
Como escondidas num cofre...
Mas se a molhais de repente
Logo se põe transparente
Para mostrar o que sofre!*

Não pouco acertado é pensar na pedra que o vosso verso gravou, se com olhos de ver olhamos a alma daqueles que desta Casa o umbral transpõem. À pedra basta a água para mostrar que sofre; ao homem sobram queixas e afirmações, idéias e sentimentos, quando o ungem louvores. Confessa a dor ao contato da língua a pedra indiferente; elogio e carinho são incentivos propositos para que homens de norte feliz, como vós, ou de esforço sob a intempérie hostil, realizem, ao chegar à Academia, o heroísmo da confissão. Nem sempre no

desejo de declarar mais uma palavra com outra palavra lembram alguns os passados ataques ao nosso instituto, porque o estar entre nós tanto lhes mostra o próprio erro antigo como o perdão da nossa companhia a movimentos sem cura de reflexão. Todos, porém, contam amargores e entusiasmos, todos logo a alma põem transparente para dizer o pouco que são no muito que desejariam ser.

Chegais assim também. Nos vossos formosos períodos os espíritos de análise poderão afirmar uma dessas confissões que se chamam retratos íntimos para uso da posteridade. Os menos profundos sentem como a vossa expressão social é diversa da expressão característica do insigne confrade morto ao qual substituíis. Garcia Redondo era um sensibilíssimo sonhador sob o peso inclemente da vida; vós sois a ardente mocidade com a certeza prática do sonho. Ele foi engenheiro e professor, cuja literatura não passava de fêria boêmia, dando a rever na sua imperfeição; vós sois poeta e diplomata distintamente – de modo que é obra fácil elogiar o político representante no exterior sem recorrer aos méritos do poeta, como não se faz preciso pensar no protocolo quando a nossa alma se extasia na harmonia dos vossos versos. Ele era um enorme coração que muita vez ria; vós sois o otimista a que a fortuna dispensa o riso. Ele compreendera a resistência aspérrima da vida e multiplicava-se, desiludido, sem da desilusão mostras dar desalentadas; vos seguís deixando o suave coro das musas apenas pelos cotejos de homens fardados em cidades várias, onde à vossa passagem os sons do nosso hino estrugem como tremendo boato – o único às vezes da nossa existência entre povos longínquos. Destarte vós continuamente pensais em maravilhas que se realizarão; ele, doce alma de idílio, que aprendera cálculo diferencial, ser de bondade e fantasia obrigado a ensinar Botânica e Zoologia, espírito de Filetas a subir andaimas para construir teatros, tomara da vida o dissabor, e só, no profundo e quase espantoso amor pela esposa e os filhos, de tanto ver a impossibilidade fraterna dos homens, reduzira a sua arte a contar anedotas que faziam rir os outros.

A anedota é a espuma da malsucedida experiência dos tímidos. Ao vencedor, tempo não sobra senão para vencer. Ao tímido serve a anedota de concha, fazendo defesa ao ridículo para se imaginar vencedor com as fraquezas e os vícios de outrem. Dentro da anedota defende-se o tímido principalmente

de si mesmo, de modo que no mais presente é pretérito, e no auge das peripécias adia o contacto da realidade.

Não tendes vós tristezas que desiludem, nem dores que o cérebro façam o coração repetir o desolado “Para quê?”. Seria felicidade, ao indagar da vossa estada nos quatro pontos da terra, obter uma anedota sem conseqüência. Por mais ausente, estais sempre presente; e se olharmos os anos havemos de os confundir no momento, tão a mesma é a vossa mocidade desejosa, ao vir de Coimbra há três lustros bacharel poeta, como ao saltar ministro outro dia de um posto onde o vosso tato realizara vários tratados econômicos – únicos laços fortes dos povos no planeta. A mocidade é em vós entusiasmo. Como não há entusiasmo sem fé, e fé sem sinceridade, tal a pedra de que falais, ao louvar realizais o prodígio de ser sincero sinceramente. E com transparência confessais nobres sentimentos e até mesmo a turbação que ao vosso entendimento causam os erros consolidados pela pretensão da rotina e em vão espalhados pela gastralgia crítica da maledicência.

Senhor Luís Guimarães Filho.

Nunca de nós falamos tanto como quando dos outros falamos. Dizeis de vosso pai, vosso padroeiro na diplomacia e nas letras – e falais de vós – que, perdendo o seu auxílio na mais verde adolescência, soubestes ilustrar ainda um nome já de si famosamente ilustre. Pesa-vos ver um dos nossos maiores poetas com outros acamado numa prateleira de classificações literárias; e vós, poeta, protestais. Como dos homens insignes dimanam o fulgor das profissões que abraçaram e as regras pelas quais se pautam as almas nobres, em torno de Luís Guimarães, diplomata, vós, diplomata, desenvolvéis a defesa da diplomacia, só atacada pelo grande mal nacional de não ter o que fazer. Em torno de Luís Guimarães, mais patriota quanto mais ausente, vós, por força da carreira, ausente e patriota, insistis no aperfeiçoamento que a distância traz ao amor desta terra, onde, como dizeis no vosso hino cantado pela infância nas escolas,

*Quando a gente adormece ao teu luar de Outono
O Cruzeiro do Sul das noites silenciosas
Abre os braços de luz e benze-nos o sono!*

De modo que com o que foi vosso pai dizeis o que desejais vejam em vós, e com a tríplice explicação, suposto que insistam em erro críticos e os tiros-maiores de todo o demais trem de julgadores, ensejos nos dais de opinar também.

Por que discutir a teimosia que classifica os admiráveis em escolas literárias? Por que fazer detença sobre a incompreensão? Aborrece-vos o vozeio das opiniões restritas e esqueceis que outro seria o mundo se a democracia não fora demagogia no domínio mental, e o fado dos filisteus de todos os tempos pretender desnaturar a inteligência, dando opinião.

A vida outra cousa não tem sido senão uma conflagração de zeros contra alguns números afirmativos. Por fim, os zeros colocam-se no seu lugar, e o futuro não os vê para ver aumentadas pelos zeros à direita as afirmações das unidades que contam. Assim é em todos os aspectos da atividade humana. E nisso está também a explicação das escolas literárias.

Diante dos vossos versos, em que o sentimento abrolha na beleza da forma, quase vos assusta que teimem em tomar um rótulo (que é mais receita de farmácia), para decretar que todos os poetas, cuidando da forma, são impassíveis – de mármore, como dizem certos senhores convencidos de que o mármore não sente, só porque ainda não ouviram gritar ou gemer o mármore. Mas é vão o temor! Diferença há e radical entre o poeta e o homem que faz versos.

Estudemos as escolas literárias, cujos títulos, nascidos de coincidências fortuitas, a princípio nada exprimiam – à luz de uma filosofia arejada – e veremos que elas se formam na esteira dos espíritos de escol para que os críticos generalizem e a mediocridade possa operar borbulhas nas acrópoles do pensamento com a convicção de realizar uma obra.

A democracia científica do século passado, classificando tudo para satisfação de medianos imitadores, mesmo quando classificava errado, não podia deixar de catalogar com verdadeira fúria o que lhe era vedado: a arte. Aos espíritos dedicados a pretensão assusta. Aos menos sensíveis mostra um esforço de aparência, no apoio das opiniões feitas. O Brasil, cujo único grande mal tem sido não se conhecer para melhor conhecer os outros, tomar sem trabalho de pensar o que lhe exportam e com açodamento adaptar, seguindo a moda, em vez de guiar idéias, absorveu todas as classificações literárias. A

pequena inteligência exulta. Se assim não fora, cidadãos chamados críticos não poderiam com fácil arrogância igualar o talento. Se assim não fora, inumeráveis cavalheiros não teriam escrito sonetos a várias ninfas e pastoras no tempo da Arcádia, como não teriam perpetrado o implacável soneto à forma na época parnasiana, julgando, quer com as ninfas quer com a forma, serem poetas de mérito inconteste. Como, porém, essa vaidade nada adianta!

Não compreendemos o artista como o desvendador das energias da raça, não admitimos haver em Portugal ou França uma nova escola, sem logo lhe abrir por cá a sucursal das réplicas, de modo que com satisfação geral temos de tudo em poesia, do arcadismo ao cubismo. Mas só se convencem do erro os que do erro aproveitam.

Os críticos enrolam nas classificações os grandes poetas, como vosso pai, e os grandes poetas nada dizem, porque a lógica é chegarem até os eleitos os pequenos pelo *pons asinorum* de que fala Holmes no *Autocrata da Mesa-Redonda*. Assim os rimadores realizam a ilusão da igualdade.

Dessa igualdade são vítimas os que escrevem com o sentimento da forma. A forma não é senão a consciência da verdade adquirida por cada um. Mas como quem cuida da forma é para tal gente parnasiano, e Banville deu a receita para ser parnasiano, julgam os medíocres serem poetas desde que imitem a forma com a regra fixa, sem pensar nas palavras do próprio Banville: “com as regras fixas, os mais medíocres podem fazer versos passáveis...” E sem lembrar a profunda reflexão de Aristóteles: todos seriam Homero se a questão fosse só de fazer versos certos.

Apenas nada disso pode ofuscar o brilho dos gênios, porque em vez de beleza é confecção, em vez de arte é artinha.

Arte é uma só. Arte é a fisionomia da terra. A natureza é sempre sobrenatural na grande e infinita perplexidade do não saber. Dentro dela, no seu espanto, os humanos desejam a verdade que é o além. A arte,

*Musa concreta y ambigua,
Elegante, moderna y antigua,*

faz-se a decifradora incessante desse Além, tão mais longínquo quanto mais perto parece estar. Os artistas, possuidores do seu segredo, são os iluminados,

os organistas da grande catedral que no tesouro da polifonia colhem a unidade universal.

Ruysbrock, o Admirável, escrevia:

O esplendor divino sem limites foi dado em comum aos espíritos amantes em graça e glória; para todos dimana como o esplendor do céu. E, entretanto, os que o recebem não se vêem igualmente aclarados: o sol transilumina mais claramente o vidro que a pedra e o cristal que o vidro; e cada pedra preciosa brilha e mostra nobreza e riqueza e cor à luz do céu e cada uma é iluminada em graça e glória, segundo a sua aptidão para o sublime.

Estão nestas palavras a arte e a razão dos grandes poetas – caminhos da perfeição, auroras das almas. As pequenas inteligências, porém, não ascendem jamais a tais altitudes de compreensão. Escapa-lhes sempre a aptidão para o “sublime” das pedras iluminadas, ignoram a dor profunda que a história pré-natal das grandes obras mostra nos ideais e nos sentimentos que os gênios vão adivinhando, neste mundo que não é divino para todos só porque nem todos o podem ver. E principalmente por falta de pureza para admirar aqueles que são os decifradores da perplexidade da natureza, donos das chaves do entendimento, dos sentidos, encaminhadores dos humanos no desejo do Além que é a verdade...

Os poetas são amados pelos povos e venerados pelos que deles recebem a dolorosa herança. E se o resto continua a classificar e muita vez a agredir por ser incapaz de compreender, é esse o imposto da pequena inteligência contra os altos espíritos em todos os tempos: a injustiça que fazia perder a paciência a Píndaro na sua cadeira de ferro, a injustiça que de latrocínio acusara Fídias, a injustiça que sorria diante de Shakespeare e considerou Balzac escrevinhador – a injustiça da eternamente terrível pequena inteligência, esse terceiro sexo filho do lugar-comum e da pretensão inane.

Que fazer? Não ouvir e seguir. Roberto Burns dizia: – “Duas cousas invejaria eu: o cavalo nas selvas da Ásia e a ostra em alguma costa deserta da Europa. Um não tem desejos, outra não tem desejo nem medo...” A sina do artista, porém, não pode ser essa, desde que a sua razão de ser é desejar freneticamente para dar ao *pathos* a refulgência astral da luz divina. A pequena inteligência poderá não o compreender, mas jamais o dominará,

classifique-o embora de impassível ou ardente, parnasiano ou lírico, simbolista ou cousa alguma.

A obra de vosso pai ilustre teve essa glória. Com a consciência da verdade, tão grande que a sua forma era simples e pura e perfeita, a carreira diplomática, as viagens, as ausências da pátria não só lhe fizeram uma sensibilidade excepcional, tornando-o o aristocrático expressor das saudades do mundo, como lhe desenvolveram um dos mais senão o mais nobre amor: o da pátria. E como os tempos eram outros, não lhe foi preciso escrever nem pela sua arte nem pela sua classe social. Vós, entretanto, cuja carreira parece por milagre a repetição da dele, já outro tanto não podeis fazer. Tendes de protestar e mesmo defender entre cousas de arte a diplomacia e o mal que dizem das ausências como fator do esquecimento.

Ainda bem. O assunto é interessante. No Brasil quase todos os diplomatas querem ser escritores, e quase todos os escritores almejam a carreira da diplomacia política e comercial. É possível que os diplomatas, apesar da complacência com os amadores, não venham a ser escritores. Arte não pode estar ao alcance de qualquer, mesmo ministro plenipotenciário. Em compensação, não há um só escritor que não tenha sido um excelente diplomata. À frioleira que censura a diplomacia com argumentos de confeitaria ao domingo corresponde a futilidade dos que usam da carreira como de uma prenda de bom-tom. Nunca se poderá argumentar contra uma classe exigindo nela batalhões de talentos sem falha. Teríamos a falência de todas as profissões se na representação dos espíritos não houvera o entremez dos sorrisos. Mas esta companhia, coroadora do esforço de homens ilustres, esta companhia da qual fizeram e fazem parte notáveis escritores que são diplomatas de alto brilho, poderia provar, firmada nesses diplomatas, de que inteligência e cultura são integralizadoras da ação do dever nas carreiras de maior responsabilidade. Poderia mesmo demonstrar àqueles que mediocrementemente julgam os artistas incapazes de ação, que o Artista em qualquer época tem acendrado o sentimento do dever no serviço público, porque nenhum outro homem se lhe pode comparar em entusiasmo e no pensamento da sua pátria. A Academia torna-se a faculdade aberta aos entes de crença exígua para que aprendam a força ativa que a beleza incute nos homens, tocados pela graça divina.

É possível sorrir dos diplomatas que tentam a literatura por desfastio e não ter o que fazer. Nunca foi possível censurar os artistas que submeteram o seu saber à profissão, para ilustrar a pátria longe. Esse mesmo afastamento que as gralhas consideram desnacionalização realiza, nas almas perfeitas, não o esquecimento, não a indiferença, mas o entranhado, digno, grande amor pela pátria. Goethe dizia que viajava para conhecer-se. Os homens nobres distantes da pátria só a desejam maior. Longe dela, Rio Branco foi o primeiro e grande patriota desejoso de realizar o princípio da sua pátria igual às melhores; longe dela Joaquim Nabuco ligou na simpatia do seu verbo as duas Américas; longe dela os nossos maiores artistas fizeram como vosso pai as mais belas obras de emoção brasileira; longe dela, e cercado de glórias pelas outras, José Bonifácio criou-a no seu sonho de alma suprema. Para os insignificantes o estrangeirismo que corrói o sentimento canhestro dentro da pátria pode ser fora dela o requinte do bom-tom. Para os ilustres, não! A ausência é crisol de entusiasmo.

Vós sois desses que acima de tudo amais a vossa pátria.

*Pois tudo é belo aqui: os céus, os horizontes,
A planta que rasteja e as garças altaneiras...
Há suspiros de amor nas lágrimas das fontes
E gritos de paixão na voz das cachoeiras!*

À Academia, parece-me, não é indiferente tal virtude. Entre os muitos erros circulantes há o de querer fazê-la uma réplica da francesa, julgando como com erro a outra julgam, que o seu fim é catalogar gênios para o cemitério, de modo que a honra de um lugar nesta Casa não passa de uma ociosidade fardada, de título de glória descansada a descontar jamais. A Academia é, entretanto, a alta esfera de onde deve irradiar a chama condutora do bem da pátria. Em vez de ser uma congregação desconexa, ela é a expressão congregada do escol da raça. Não se imagine nada mais ativo que a força da idéia – propulsora de todos os atos terrestres. Não se julgue o Pensamento senão pelo que ele é: forja da energia humana. Longe de diminuir com o coroamento, a responsabilidade de cada um aumenta na responsabilidade coletiva da Academia. E nela cada um tem a realizar sempre e cada vez mais a obra da pátria; criando vida, refletindo vida, pregando o bem magnífico,

agindo, guiando, transformando, melhorando, ensinando o Além, realizando, enfim, Beleza. O sistema nervoso da pátria é o seu amor, dela por ela. A medula da arte, o centro sensitivo do mistério universal, foi, é, será o amor da Pátria.

Mas, entretidos que somos a ilustrar matéria de perpétuo interesse – vós com ciência e candura d’alma, eu suprindo com entusiasmo as falhas da inocência – nem vós pensais no esplendor da vossa obra, nem eu vos digo a admiração por ela. Seria força que a vossa modéstia violentasse o meu dizer, se as vossas opiniões não fossem a marginália dessa apoteose de cambiantes cores. Ao pensar na beleza dos vossos versos, logo na mente se nos fixa o mistério das revelações. É como se Attar, o espírito perfumador dos persas, no ar houvera derramado o perfume dos segredos ...

Apraz-me – e só destarte a compreenderíamos! – encarar a vossa obra como uma daquelas lendas árabes que em torno do “raio da felicidade” se teceram nas miragens dos desertos e nas riquezas dos serralhos. Eu vos vejo adolescente mediterrâneo, eleito das musas, abençoado de Apolo, amado de Vênus. Dos risos e alegrias o sobressalto é a nostalgia do ignoto. Cantais, e de súbito parais a canção. É que ao vosso olhar acenam países de porcelana entre festões de glicínias. Partir! Faz-se necessário partir. O destino manda. E caminhais. O vosso verso espelha a perfeição das cousas; a cada novo amor abandonado, as estrofes do vosso estro desnastram rosas. Seguis, inebriado, a memória de Vênus dentro d’alma:

*Lembro-me ainda dessa esbelta e flava
Carícia dos teus braços amorosos...
Por mais que evite o encanto os impiedosos
Perseguem sempre a minha carne escrava!*

*Eram suaves, cálidos, cheirosos
Como doces damascos!... eu beijava
Aquela morna pele que tentava
O paladar! Oh braços deliciosos,*

*Como esquecer as núpcias perturbantes,
Os louros desalentos delirantes
Que sem misericórdia vós me dáveis?*

*Ah! torna Vênus para o sacro Elêusis!
Fui condenado à morte pelos deuses,
E quero-a nos teus braços implacáveis!*

Erro melancólico. Do alto Vênus sorria. E os deuses todos de concerto seguiram o predestinado com o olhar suave da bondade. De repente o ar escureceu. Sobre os escombros das ladeiras e os torrões dos valados, as flores vermelhas de Proserpina anunciavam a morada do fogo. E no vento sufocante a voz de Hermes Trismegisto cantou o vaticínio:

Tu serás o renovador do eterno e grande e palpitante pasmo. Tu tornarás a explicar aos homens o segredo perpétuo das luzes sólidas. Tu escreverás o novo lapidário! Retomarás a multiforme explicação do mundo e a teus pés terás o mundo sem reflexão: as religiões e as negações, as superstições e as volúpias, os artistas e as mulheres, os rajás da Índia e as odaliscas do Grão-Mogol, as imperatrizes romanas e os sábios de Alexandria, as doze tribos da Bíblia e as baiadeiras de Visapur, o Rational e Satanás, a cinta do Papa e os feiticeiros medievos, todas as virtudes. E Helena a que se dá e Margarida a que se colhe, sob a gargalhada infinita de Mefistófeles...

Disse, e todas as flores desfolharam-se em jóias. Diante de vós a terra era miraculoso tesouro de gemas a luzir. Com a graça de Deus, no vosso olhar em vez do êxtase morava a sabedoria acumulada; e vós, em vez de bolantim correndo sobre maromas de cor a jogar com as pedras os signos zodiacais, éreis de súbito o explicador transcendental do íris subterrâneo. O inicial Teofrasto, Demócrito que dizia haver nas pedras alma elementar, Dioscoridão que lhe deu propriedades médicas, o cônsul Rutilianus, Plínio, da Vinci, e os anônimos escritores dos lapidários chineses que classificavam a pedra, o osso da terra, e os ignorados receitistas filósofos dos lapidários asiáticos, e os tropologistas da sombra da decadência dos Impérios – abriram-se ao vosso entendimento. E o grande segredo atribuído na Idade Média a Evax, rei da Arábia, a Enoque, ao rei Salomão e ao próprio anjo Rafael – vós o revelastes, contando a correlação de cada uma pedra com os astros, com os mares, com os campos, com os meses, com a moléstia, com o amor, com a Beleza. No enorme tesouro refulgente amontoavam-se as pedras da Cabala que jamais ninguém viu; a aleiótica que se encontra na cabeça de um certo

galo, a aquilária que só se via nos ninhos das águias da Pérsia, a silonite formada no corpo das tartarugas da Índia; a mefite que afasta a dor, a feripêndanus e a andrômadas, pedras de fogo. E, recordando penugens de pássaros irreais cristalizadas, pedaços de astros frios e vidramentos de flores eternizadas, sob a regência indomável de adamas, o diamante, cintilava a sinfonia das pedras que todos vêem. Mas vós dizeis a cada uma o próprio segredo. Entre as águas-marinhas azuis, brancas, verdes, de um pálido translúcido – o vosso verso aconselhava:

*Fugi desses vagos
Clarões aziagos,
Ó ruivas princesas, ó loiras rainhas!
Fugi, para serdes
Ditosas, das verdes
E falsas pupilas das águas-marinhas!*

Diante da ametista “da cor dos olhos de S. João Batista” murmuráveis os versos de óleo perfumado:

*Tens os fulgores, débeis e frouxos,
Da luz das tochas no altar dos santos...
Corres nas velas dos lírios roxos
E nas umbelas dos agapantos...*

*Nas florescências da Natureza
Vejo-te aos montes pelos canteiros...
Pois as violetas são, com certeza,
As ametistas dos jardineiros...*

Entre os aludes rubros dos rubis, o vosso engenho via, além, a tragédia do bem:

*Parece, ao ver-vos, que ao drama assisto,
Rubis purpúreos que eternizais
Todo o Calvário de Jesus Cristo
Na luz dos vossos febris cristais...*

*Enxergo o lenho da atroz tortura...
Os vis insultos da plebe escrava...
E o sangue vejo na santa e pura
E rota carne que palpitava!*

*Da Dor nascestes, rubis do Oriente!
Das mãos do Cristo, pregado à Cruz!
Sois frias gotas de sangue ardente...
Gotas de sangue... cheias de luz...*

Caminhais entre ardores e chispas como numa fauna em que metamorfoseais as pedras – ágatas, corais, berilos, ônixes, granadas, pedra-da-lua, crisólitos, topázios, safiras, esmeraldas, sardônicas, pérolas, feitas das gotas do orvalho da manhã na válvula das ostras. E como à procura de um enorme acorde universal diante da opala, dizeis estas palavras devinatórias:

*De blasfêmias coberto e de afeições alheio,
Teu nome faz fugir os crédulos mortais...
Há feitiços na luz dos teus olhos fatais...
És a fonte do medo e do perpétuo anseio...*

*Mas eu que sempre amei teus raios siderais,
Eu oiço no teu claro e matizado seio,
Um canto luminoso... um rútilo gorjeio...
O hino da tua alma a todos os cristais!*

*A safira, o topázio, a pérola, o berilo,
Buscam no teu regaço um fulgurante asilo...
E embora o amor te evite e o mundo te rejeite,*

*És a pedra imortal dos mágicos faquires!
Um pedaço de céu destacado do arco-íris!
Um naufrágio de luz... numa gota de leite!*

Sobre essas pedras animadas pela nigromancia do vosso estro luzia Vênus. O descobridor do conto árabe não podia deixar de ver, ao fenômeno da autoglíptica, nas pedras gravadas: – andrômedos, berenices, floras, dianas,

as mil e uma visões da forma feminina. Assim, cada pedra nas vossas mãos é um camafeu providencial e conta do vosso anelo, aquele que vos fazia dizer:

Opala: muda sempre e serás a harmonia!
Poeta: ama a mulher nos braços das mulheres!

Aquele anseio de perfeição que ainda agora gravemente vos faz pregar todos os direitos para a mulher, fiel às palavras que os evangelhos apócrifos fazem de Jesus:

Respeitai a mulher, porque é a mãe do universo e toda a verdade da criação vive nela. Ela é a base de tudo quanto é belo e bom, como é o gérmen da vida e da morte. Dela depende a existência dos homens, porque é para eles o apoio moral e natural, em todos os trabalhos.

Hermes Trimegisto, a vós eternamente jovem, dera os lapidários para compor a maravilha. Do alto Olimpo Vênus vos seguiu – Vênus, que está nas flores e nas pedras, sendo Íris a aliança das cores, Vênus, que é vida do céu, porque abre o dia e fecha o acaso, sempre perto da Lua, Vênus-Mulher, bál-samo do coração. Assim realizastes, no “claro obscuro de um esplendor resplandecente”, a vossa obra, a revelação das pedras com a força persuasiva do único valor positivo: o amor! E de nenhuma sei que a fama diga mais encantadora.

Sr. Acadêmico,
O grande poeta escreveu:

O homem só conhece o seu valor pelo próprio reflexo nos outros. A virtude que os outros não aquece a ponto de irradiar é miséria. Nenhum homem é dono de cousa alguma, enquanto da fortuna com os outros não compartilha. O aplauso é o reconhecimento do que ele deu.

Se os aplausos das multidões fossem falaz engano, a vossa entrada nesta Casa seria o reconhecimento do que nos deram já a virtude do vosso espírito e a riqueza do vosso engenho.

Discurso do
SR. LAURO MÜLLER

e

Resposta do
SR. AFONSO CELSO

*Sessão solene extraordinária
do dia 16 de agosto de 1917*

I

DISCURSO DO SR. LAURO MÜLLER

Bendito seja esse nome de Rio Branco, raça de homens que aumentaram, por lei e por sentenças arbitrais, com o pai, o número de cidadãos para o território, e, com o filho, a extensão do território para os seus concidadãos.

(Discurso do orador, a 14 de novembro de 1911, no Palácio Monroe)

PRECLAROS Confrades,

Na reverência com que desta tribuna vos saúdo entrelaçam-se o sentimento da gratidão que vos devo e a sensação das dificuldades a que me submeteu a benevolência dos votos que aqui me trouxeram. Um e outra ditam-me perturbadas as primeiras palavras, inspiradas naquele sincero sentimento que a todos vós, sem distinções, se dirige, mercê das sábias regras desta Casa e do conseqüente e severo rigor com que nela se observa o sigilo dos seus escrutínios, — impedimento salutar que me não permite distinguir entre os que me fizeram justiça e os que me dispensaram benevolência.

Desta sei eu que para os fracos teve sempre raízes em corações brasileiros, na existência individual como na coletiva, em todos os tempos e em cada um dos regímens que têm governado; na vida pública, na sociedade ou na família; nos lábios dos moços, que esquecem sorrindo, na boca os velhos, que castigam aconselhando.

Em toda a minha existência a tenho encontrado e dela tenho principalmente vivido a vida ascensional da minha carreira pública; mas nunca a senti tão de perto nem mais intensa do que ao transpor os umbrais deste cenáculo.

Sou, por isso mesmo, dos que devem proclamar a bondade dos sentimentos nacionais para os fracos, como eu neste momento, que dela precisam, e dos que poderiam aventurar-se em comentar-lhe a dureza no julgamento dos varões fortes que na vida nacional atingem proporções superiores à mediania preferida pelo sentimento igualitário que nos domina.

Em mim mesmo tendes aqui manifestado exemplo da primeira; longe iria se vos quisesse falar da segunda, através da nossa vida, desde a descoberta lusitana das terras de Santa Cruz. Com ela, como se fora um mal congênito, começa o esforço depreciativo dos homens ligados à vida pública no Brasil, exalçando-se de princípio, na sua literatura histórica, as descobertas de promontórios, ilhas ou continentes, por navegadores felizes que não avistaram terras nossas, para acabar rudemente sentenciando que, só por acaso, Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil! Não importa que andasse ele, como os demais capitães da sua gente, caminho das Índias, afastado das calmarias africanas e às descobertas, gajeiro à proa, prestes ao anúncio de terras que, porventura, se avistassem!

Nada temos com quem descobriu a Madeira, deu seu nome à ilha de Tristão da Cunha ou fez outras notáveis aquisições para a riqueza geográfica do seu tempo; mas com Pedro Álvares, que primeiro figura na História do nosso Brasil, é conveniente, é necessário, é imprescindível à severidade indígena que o reduzamos das proporções heróicas a que poderia atingir por seu feito à mera situação de um navegador que, andando às descobertas por mares nunca dantes navegados, só por acaso descobre aquilo que nem ele nem ninguém soubera antes adivinhar que existisse!

Por isso mesmo foram precisos quatro séculos para que, sob o régimen republicano, com uma população superior a vinte milhões de habitantes, nestes quase nove milhões de quilômetros quadrados, se inaugurasse a primeira estátua do seu descobridor, e se pusesse pela primeira vez a sua efígie em selos postais da República!

Falo-vos deste primeiro varão da nossa História para observar que o mal é congênito, senão hereditário; não para afirmar que seja incurável, porque, ao contrário, sou entre os crentes de que a educação das gerações no estudo consciencioso da nossa História – tão nobre e tão bela! – criará para o futuro um povo capaz de melhor julgar os seus homens; assaz precavido

contra os que, em casa e lá fora, lhe lisonjeiam a vaidade, por isso mesmo mais personalizado e, sobretudo, conscientemente confiante no mérito dos seus patrícios e nos destinos da sua terra.

Nascida sob aqueles auspícios, a vida pública no Brasil foi quase sempre a luta entre os que, por muito fazer, muito sofreram dos seus contemporâneos e os que, por nada haverem feito, adquiriram justo título para empregar o seu tempo e saber na crítica de alheias obras. Se, em comum, percorrêssemos a nossa vida passada, teríamos aqui de recordar nomes dignos da benemerência pública, que excetuadas as de alguns militares e homens de letras, as estátuas existentes no Brasil não têm no seu pedestal pedras que excedam o número daquelas que dos seus coevos receberam os varões que elas consagram.

Um só homem público, com assento no governo da sua Pátria por nove anos consecutivos, tempo sem precedentes, infringiu essa regra.

Tão excepcional é essa exceção que, antes de nomeá-lo, já todos vós sabeis que vos falo do Barão do Rio Branco.

Não que ele houvesse escapado, em absoluto, à crítica, que é o mais salutar dos colaboradores, como representante do meio e do ambiente sujeito à ação de uma grande vontade, nem mesmo porque lhe tivessem faltado agressões à obra e à personalidade; mas sim pela constância, sem precedentes, do afeto que pessoalmente mereceu do seu povo e pela confiança com que a nação inteira repousou vitaliciamente na sua ação política.

Para tão grande êxito reclama o destino que as qualidades pessoais, tanto as nativas quanto as que a cultura adquire e sedimenta, encontrem nas circunstâncias do momento as condições pertinentes ao seu desenvolvimento.

Nascido em outra época, Bonaparte nunca chegaria a Napoleão; sem a guerra do Paraguai, Osório teria acabado a sua vida na obscuridade de uma reforma vulgar.

Para Rio Branco a vida pública começou pelo coração, na campanha parlamentar em que se fez jornalista para secundar o varão forte e para sempre ilustre que lhe deu, a ele, com a vida, um nome aureolado pela estima nacional; aos negros a segurança consoladora de que os seus descendentes não seriam escravizados, e às futuras gerações a certeza de que não sofreriam a humilhação de ser senhores de escravos.

Retardatários nessa evolução social, como já o havíamos sido na emancipação política, nem por isso a lei redentora dos recém-nascidos de escravos desmerece de valia, ou diminui o mérito corajoso do homem de governo que afrontou os poderosos interesses do seu tempo e lhes deu combate vitorioso, numa luta que o sagrou grande e humano entre os estadistas do Segundo Império. Ainda que o fundo cristão do povo brasileiro lhe fosse propício, não teve ele a seu favor a corrente formidável de opinião que posteriormente ditou, a 13 de maio, a lei da Abolição imediata, a uma câmara eleita para manter a escravidão. O velho Visconde do Rio Branco, fidalgo pelo caráter, antes que o houvessem nobilitado por decreto, teve que subir, combatendo, a montanha formada pelos interesses e preconceitos do seu tempo, lutando contra os ricos e os poderosos atingidos na sua fortuna, até galgar a eminência, onde eterno o vemos e bem-queremos.

Desse planalto, inspirada no seu exemplo, a geração de que fiz parte, num movimento coletivo, que avassalou o país inteiro, fez, num pulsar entusiástico e simultâneo de corações, rolar pela outra encosta a instituição negregada, cuja ação no organismo social ainda agora entrava e por longos anos perturbará a constituição definitiva da nossa nacionalidade.

Aos que negam ao povo brasileiro a capacidade de formar uma opinião coletiva e a energia para fazê-la prevalecer, bastaria essa página da nossa História para desmentido. A liberdade civil veio no Brasil do referendo popular para o voto da legislatura, onde o escravagismo supunha contar reduto insuperável, e subiu até o trono, acolhida pelas alegrias de um coração feminino, cristão e brasileiro.

Bem é que o recordemos para que os moços, que em livros universais aprendem ser a História a mestra da vida, se não esqueçam de que a História pátria lhes deve ser o primeiro e mais amado dos mestres. Porque de não estudá-la males grandes nos têm vindo e cada vez advirão maiores, pelo descobrimento do que fomos e do que somos, cabedal precípuo e insubstituível para que, conhecendo-nos a nós mesmos, saibamos por onde e para onde nos devemos destinar. Certo havemos ainda por longo tempo que viver principalmente das contribuições vindas de famílias de povos mais cultas no saber e mais adiantadas na atividade aplicada; mas não temos senão razão para nos

crermos capazes de criar uma Nação que adapte sem imitar e que não confunda a cultura do seu espírito com o culto do exotismo.

Não o teve o grande homem que ora recordamos, ainda que por longos anos houvesse vivido em alheias terras.

Daqui levava o caráter formado no ambiente enobrecido pelo trabalho e pelo culto ao patriotismo que circundava a atividade e emoldurava, na política, a figura austera e cortês do velho visconde, seu pai e seu guia nos primeiros passos da vida pública.

Partira sob a impressão sadia de uma vitória redentora, e as vitórias, ainda que sejam um êxito coletivo, ficam na alma de cada um dos seus combatentes como um título à própria estima e uma semente capaz de germinar em novos campos de luta.

Dominava-o um grande apego ao estudo das cousas brasileiras, na História e na tradição nacionais, – fatos idos da sua terra, costumes vividos da sua gente – amparado necessariamente no conhecimento de uma geografia histórica que, por imprecisa, reclamava pacientes pesquisas de arquivos aos que lhe quisessem documentalmente definir os contornos e fixar os acidentes preciosos.

Da sua erudição ficaram, para não falar de outros trabalhos, traços indeléveis nas refutações ao maior historiador forasteiro da Guerra do Paraguai, em comentários que valem uma reputação e deixam à dos nossos cabos-de-guerra e soldados o brilho imaculado de heróicos defensores dos brios e da civilização de uma pátria livre e liberal.

Com a imperecível impressão daquele grande sentimento e forrado desta grande armadura, pôde ele viver longe de sua pátria conservando a alma patricia e, ao revés de estrangeirar-se no estrangeiro, como sucede à récu dos vulgares, nele se abrasileirou ainda mais, no estudo pertinaz das nossas cousas, estreme pela distância das perturbações dos detalhes e dos momentos.

Não o fez por ambição, que a tinha satisfeita, senão impedida de dilatar-se, mas pelo ditame daquela força íntima que é o motor de cada existência no seio da comunhão.

Entre os povos mais cultos do Ocidente repartiu o tempo que longe de nós viveu, cercado das maiores grandezas criadas pela razão e pela atividade humanas. Conheceu-as na perfeição de variadas instituições políticas e sociais

e na regularidade dos seus governos; no primor da sua cultura científica, artística e literária; no seu amor de glória; na força do seu poder e do seu saber, nas riquezas acumuladas e no vigor da expansão do seu gênio. Participou do conforto sem par da vida organizada nas grandes cidades, ou fora delas rusticando, em férias, por higiene do corpo e do espírito. Tudo isso pôde ver e soube compreender; a todas aquelas grandezas deu a sua admiração, e a sua estima o ligou àqueles povos irmãos; mas só para a sua pátria reservou os afetos do seu coração e as fulgurações do seu grande espírito.

Nas opulentas bibliotecas e nos ricos arquivos era o Brasil que ele procurava, extraindo daqueles possantes veios o minério patricio, tantas vezes precioso mais tarde quando lhe coube competir pelo nosso direito.

À porta do seu saber foram bater os geógrafos, os historiadores e os bibliógrafos, cada vez que por lá se quis construir um mapa do Brasil, – apresentá-lo em livro que o exhibisse tal qual era e fora aos povos reunidos em grandioso certame universal, ou esclarecer dúvidas sobre pontos obscuros da nossa vida passada.

Abertas de par em par sempre lhe encontravam as portas do solar quantos se abeiraram do estudioso patriota, cuja personalidade foi emergindo da quase obscuridade até fixar-se nítida e brilhante na retina da pátria, mercê da claridade que, em torno do seu nome, criaram o seu saber e o seu labor. Assim tinha sido para todos, assim foi para o governo da República, quando este, em hora feliz, quis armá-lo paladino dos maiores prélios em que disputamos a nossa integridade territorial. Não nos faleceu então o acerto na escolha do nosso patrono, nem nos faltou justiça nas decisões vitoriosas que coroaram o esforço do lidador brasileiro ante o júizo da democracia modelar do velho mundo e o da grande nação do novo continente.

Vibrou uníssonos a Pátria na aclamação de sua benemerência, acolhendo com ardente entusiasmo, a um tempo, a posse definitiva dos territórios que sempre amara como seus e o advento de um grande filho.

Desse Capitólio de glórias, obediente servidor, veio ele para a Tarpéia do governo do seu país, onde o aluvião revolucionário agravara a tradicional veracidade da política saturnina.

Foi de espanto a minha impressão ao vê-lo e ouvi-lo, desde bordo, tão brasileiromente o encontrei nas maneiras, no falar e no sentir, acudindo a

todos os que se lhe acercavam com aquela desataviada distinção brasileira que os nossos costumes receberam por herança da velha fidalguia portuguesa.

Que vos não desperte irônico sorrir a aparente puerilidade destas observações, pois que por índice de notável quilate se deve receber tamanha prova de personalidade, na resistência prolongada em ambiente estrangeiro, donde, de comum, tantos aqui aportam de retorno, tão cobertos de contrafações quanto de etiquetas de hotéis as malas com que perambularam.

Das cousas que ele aprendeu nas mais cultas sociedades do mundo, para o aperfeiçoamento dos recursos que fazem o encanto da vida social e representativa, nenhuma deformou a estrutura severa e simples, elegante e correta de uma educação recebida em tempos que o espírito de imitação de povos mais ricos, mas menos educados que nós, ainda não permitira que se vissem em salões brasileiros andarem homens de mãos nos bolsos, nem sentarem-se damas encruzando as pernas.

Se para uma vida humana longo foi o tempo transcorrido entre o dia da sua partida e o da chegada, na vida nacional mais distante ainda parecia aquele deste, tão profunda e radicalmente se transformara a organização política e social do Brasil naquele interregno. Treze de Maio e Quinze de Novembro datam as duas grandes etapas da nossa marcha ascensional para o futuro, integradoras ambas da liberdade; civil na primeira, política na segunda. Aquela rematou a obra de 28 de setembro, que fora a conquista liberal do seu tempo, e só de regozijo lhe poderia ter sido a nova desse advento; esta talvez lhe contrariasse o apego à tradição, que é para mim o mais admirável traço de seu espírito; mas não lhe fez rugas no semblante amoroso que sempre teve voltado para a sua terra e a sua gente.

Restituído ao seio dos seus, começava ele a vogar entre o Cila e Caribdes de uma participação ativa e entusiástica na política republicana interna, ou na cumplicidade reacionária, sobrevivente menos pela fidelidade respeitável de alguns que pelo esnobismo de bafejados da sorte, que não parecem vislumbrar outro recurso para alcançar notoriedade social senão aquele em que se poderiam enobrecer e aristocratizar por decreto real.

Concitado por uns, seduzido por outros, o seu caráter o preservou por igual dos exageros revolucionários e dos preconceitos da reação. Penetrando o

novo ambiente da sua terra, mostrou aqui, pela segunda vez, a mesma resistente personalidade que primeiro havia afirmado na terra estranha.

Se houvesse mergulhado nas correntes políticas que disputavam o mando, com sacrifício do seu feitio político, teria sido um ambicioso a mais nas crônicas da politicagem e uma personalidade de menos na História, tão certo é que há também vala comum para os que conquistam as alturas a troco de deformações políticas ou morais.

Se, não tendo sido colhido pelos acontecimentos, aqui viesse, chamado pelos republicanos, resmungar contra o regímen e ruminar esconjuros contra o destino evolutivo da sua pátria, houvera rasgado um passado que, ao contrário, soube acrescentar em benemerência e lustre para o seu nome.

Do seu saber, aqui chegado, não se demorou em dar prova, nem de sua experiência no convívio das pessoas e governos forasteiros se descuidou na organização da vida diplomática e social que em torno de si criou para governar e para viver socialmente.

Mais feliz que a heroína dos Girondinos, encontrou ele a sociedade brasileira bastante culta após a revolução para dar-lhe, como soube dignamente dar, a sua assistência na restauração de uma sociabilidade, representativa e educadora, que põe a graça e a distinção por entre as asperezas da existência.

Há em proporções e número diferentes, mas em todos os lares, casa ou palácio, pelo menos uma sala destinada à recepção dos estranhos, que a polidez e a experiência sociais ensinam se acolha com a afabilidade que atrai, mas com a cerimônia que deixa entre as pessoas o espaço em que a prudência e o respeito permaneçam desafogados. Saleta, sala ou salão, recebe cada um deles do seu dono o apuro dos seus cuidados, os primores do seu gosto e os adornos das suas riquezas. É um departamento quase à parte da vida comum da família que nos demais vive a sua intimidade, goza os carinhos da existência doméstica, sofre-lhe as penas, ri sem constrangimento as suas alegrias, ou curte dissabores e angústias.

Naquele, posto que em sua própria casa ninguém se permite o desalinho habitual da intimidade, nem na veste, nem na maneira e, menos que tudo, no discurso que se requer escoimado da domesticidade privativa da família, para discorrer vastamente sobre tudo quanto, interessando as relações

sociais, não tenha caráter de impertinente intromissão na vida privada, que é o recato do lar.

As nações, agregados de famílias, têm por igual a sua vida íntima e a sua vida de relações. Aquela compreende o conjunto de todos os problemas da sua vida interior, da qual, grande ou pequena, forte ou fraca, rica ou pobre, é ela dona e senhora; abrange esta as relações de direito e as obrigações cada vez mais intensas entre as nações ou entre os seus nacionais. Para o cultivo destas, organizaram-se representações diplomáticas nos países estrangeiros e, para recebê-las, criou cada uma das nações um departamento que requinta na cortesia da acolhida, como no apoio leal e solícita correspondência aos seus bons propósitos. Aí não devem jamais aparecer as questões de domínio exclusivo da vida íntima, nem desse limite pode exceder a ação direta da diplomacia estrangeira, que não o ultrapassa senão quando, por despercebidos ou incautos, imprudentemente lhes abrem os governantes portas que dão para o interior da vida nacional.

Em trazê-la vedada à bisbilhotice e às impertinências de qualquer intromissão estranha, zelaram acuradamente os nossos antepassados, desde o imperante, irrepreensível na defesa do nosso patrimônio moral, até os responsáveis diretos, ministros e funcionários, com o apoio do parlamento e o da imprensa, cautelosos todos no dizer ou comentar matéria que pode pôr em causa os interesses vitais do país ou dizer respeito à dignidade e à vitalidade da sua soberania. Se me acompanhais agora com a vossa atenção, estareis todos, como eu, pensando na figura veneranda e venerada do Visconde de Cabo Frio, acurvado pelos anos de uma longa e abençoada existência, cujo alento, com uma perseverança beneditina, por inteiro se consumiu no zelo do decoro, na defesa da dignidade e no resguardo dos interesses do Brasil.

Ao seu derredor ruiu o trono a que era sinceramente afeiçoado, adveio a República, rugiu a guerra fratricida, no desencadear da tempestade revolucionária, mas nada lhe perturbou a desinteressada e devotada contenção do espírito, nem lhe modificou sequer o horário do seu trabalho metodizado. Sobrevivia a Pátria, subsistia o patriota! Quis Rio Branco que o seu busto figurasse ao lado dos varões ilustres que, a partir do Patriarca da Independência, adquiriram notoriedade no trato direito das relações internacionais, escolhida galeria que encerra a mor parte do escol dos estadistas nacionais. Nela a

figura austera daquele ancião será, anos em fora, motivo de orgulho para o povo que o possuiu, como o representante da mais zelosa colaboração diuturna em longo período da sua e da nossa vida diplomática, tão exatamente confundidas.

À tradição, de que Cabo Frio foi o sumo representante, trouxe Rio Branco aquele senso de adaptação aos tempos e às circunstâncias que modela a evolução, de cujo concurso depende a normalidade de cada vida e o surto de todo o progresso.

Cuidava então a República da sua vida interior e, depois de haver restaurado o seu crédito, num governo apedrejado, iniciava-se por outro, no fortalecimento das suas forças econômicas, entre as quais soube compreender que primam também como riqueza a vida e a saúde do habitante.

Saneando o seu território e ativando-lhe o roteamento, em paz, com liberdade e justiça, inspirava a confiança e o respeito que atraem a colaboração inestimável do mundo.

Cada entidade, pessoa ou nação, vive essencialmente de dois elementos conjugados; um é a sua força intrínseca, expressão da sua vitalidade, representação do seu valor, índice da mensurabilidade dos seus destinos; o outro adquire-se no convívio da sociedade e do mundo pela atividade e pela inteligência, que abrem as portas para a estima e para o conceito, que só o caráter sabe adquirir.

Muito e preciosamente vale a força extrínseca, que vem do apoio amigo; ela, porém, não se fixa duradouramente sobre os indivíduos que se desprestigiam nem sobre as nações que se subalternizam na anarquia interna ou na dobrez pasmada de um culto subserviente por alheias grandezas.

Aquele, que de si próprio não tira o vigor para a luta da vida e a energia para afrontar-lhe as agruras e os riscos, perece ou esmaece na competição, ou trota, despersonalizado, sem alma, inconsciente do seu destino, tirado à brida pelos mais fortes, na estrada que conduz à servidão.

Não haverá crédito quem valor não representa, material ou moral, e se a existência daquele atrai o enxame dos aderentes do êxito, só a boa fama sói criar e conservar amizade e respeito. Por isso, para o indivíduo, como para a nação, o êxito e a nobreza da sua existência principalmente dependem dos cuidados que põem na vida interior: no amanho dos seus bens, no cultivo das

suas forças inteligentes e, sobretudo, no aperfeiçoamento das suas qualidades morais. Para os que assim se fortalecem, abrem-se de par em par as portas do mundo, ávido da sua mercancia, curioso das suas letras e respeito da sua pessoa

Se, ao contrário, ocupando vaidosamente o melhor do seu tempo e do seu esforço em saber o que vai na sociedade e no mundo ao invés de apurar como nele vai, deixa que vingue a discórdia e a desordem na sua vida, cedo atenta o mundo na gralha intrusa, aparta-se do seu trato, recusa-lhe o convívio, quando não a depena às bicadas.

A co-participação na vida de relação gradua-se sensatamente pelas forças e posses de cada um, e ainda que haja casos em que a nobreza obriga ou de dignidade que impõem sacrifícios extremos, não fica menos certo dizer-se que afundam no erro e se danificam os que, fora daí, se aventuram em empresa superior à sua condição. Quantos tereis visto entre os homens, e nem de outro modo seria, entre as nações, que, na ilusão temerária de brilharem no mundo em cometimentos para que não têm cabedal nem aparelho, perdem o crédito que possuíam quando poderiam recobrar o que nele houvesse de abalado.

Buscam o êxito e colhem desilusões; partem cercados de amigos e regressam oberados de encargos, que mais lhes desorganizam a vida, devorando, na contribuição forçada e impiedosa para satisfazê-los, o sossego da sua casa e a economia do seu trabalho.

Não era esse o aspecto quando aqui chegou o Barão do Rio Branco, que, por encontrar a vida nacional prestigiada no interior e no exterior, logo julgou de afeição intensificar a atividade de nossa chancelaria. Clara visão do momento para as iniciativas que teve gloriosas! A ausência o desprendera das intimidades perturbadoras e o desvencilhara das competições invejosas; os seus serviços lhe haviam criado uma auréola de respeito e de admiração propícia ao surto da sua atividade.

Dera-lhe a natureza a energia do querer, deu-lhe o ambiente a força do poder.

Crepitavam as paixões em torno à questão acreana, que a gente do Norte, viveiro de combatentes sóbrios e impávidos, sublevara no desbravamento dos confins amazônicos, abrasileirados pela atividade do Nordeste brasileiro.

Capitaneados pela audácia, que é apanágio da bravura dos pampas, os descendentes dos Albuquerque, depois de subirem rios sem fim, sacrifica-

rem-se em territórios malsãos e sofrem todos os desconfortos e contratempos no amanho de uma vida nova e rude, transformavam-se, diante do lindeiro contestante, em defensores invencíveis dos direitos pátrios.

Afortunado terreno para a estréia governamental de um espírito que vinha de justar vitorioso em duas formidáveis contendas fronteiriças! Chegar, ver e vencer seria a fórmula sintética de lembrar o seu primeiro grande ato de governo, se não ocorresse memorar que a sua grande vitória não teve caráter cesariano, antes poupou o sangue dos povos irmãos e consumou-se sem desrespeito aos direitos soberanos dos países litigantes.

Era esse o domínio predileto da sua atividade e não seria afoiteza nem injustiça afirmar que na sua atuação para delimitar o território nacional principalmente reside o seu brasão e glória, ainda que por muitos outros títulos bem merecesse da Pátria.

Defensor dos nossos direitos e interesses perante árbitros, em dois casos de suma gravidade; – um que ao Sul ameaçava deixar-nos virtualmente separados do nosso território meridional, em caso de conflito material com o país contestante; outro que, ao Norte, lidava por instalar no estuário do Amazonas uma forte e poderosa nação do velho continente, – ambos compreendendo vastas e ricas superfícies territoriais; – as glórias dos grandes sucessos que aí colheu não morrerão com os ecos das aclamações que soem retumbar em torno ao vencedor, porque sobrevivem nas suas Memórias, monumentais repositórios de saber indígena, alicerçando, documentalmente, uma argumentação a que o seu cabedal jurídico e a sua cultura geral emprestam clareza lógica e fundamentos indestrutíveis.

Para consagrar a superior habilidade de qualquer negociador, homem de governo ou diplomata, bastaria, aliás, por si só, a solução a que ele afinal chegou na questão acreana com o Tratado de Petrópolis, afastando a iminência de um conflito sangrento para mais estreitar os laços de amizade entre as duas nações contendoras.

De outros poderíamos ainda fazer lisonjeira menção, se não fosse desnecessário repetir o que todas as memórias patrícias conservam vivaz.

Que admirável obra a deste homem! E quanto se impõe à meditação dos que lêem e observam para pensar e pensam para agir! Seculares e intrincadas contestações ruíram diante do seu esforçado saber e do seu querer

maneíroso, mas persistente; áreas maiores que nações, escoimadas de lides, incorporaram-se definitivamente ao domínio pátrio. Sem o atropelo de um direito e sem o sacrifício de uma vida! Para poupá-las a nós e aos nossos vizinhos, compareceu perante árbitros e diretamente negociou acordos que, eliminando velhas e ásperas controvérsias, extinguiram ameaças de conflitos armados. Nas pugnas pelo direito foi tão digno e incansável no reclamo dos nossos, quão sereno e justo no reconhecimento de alheios títulos.

Tão vibrante foi a sua voz contestando pretensões de países poderosos, quão espontânea e nobre a sua iniciativa em conceder ao nosso vizinho do Uruguai o condomínio da Lagoa Mirim, cujo domínio a prudência dos nossos antepassados havia reservado privativamente ao Brasil por motivos de ordem política que o tempo esmaecera.

Página de justiça internacional que o Brasil escreveu primeiro na História das nações!

Legatário dos benefícios morais e políticos do arbitramento, fez-se mais que nenhum homem de governo antes dele o paladino do instituto da arbitragem, consagrado por sua perseverança e com o seu nome em dezenas de tratados, dos melhores do seu tempo.

Obra de pacifista fez naqueles acordos territoriais e nestes tratados de arbitragem, mas a sua superior visão de estadista e o conhecimento do mundo e do seu tempo lhe não permitiram jamais inscrever-se entre os desavisados que confundem o nobre amor da paz com a criminoso imprudência do abandono das armas. Ao contrário, comentador da nossa história militar, diplomata e homem de governo, invariavelmente primou entre os que estimam e advogam a grandeza das instituições militares.

Delas sabia que, democraticamente organizadas, vindo depois da escola e do catecismo, constituem fecunda lição de educação física e de energia moral; de disciplina, – subordinação e comando; de hierarquia e organização; de civismo e de dignidade pessoal e coletiva; de espírito de sacrifício, que homogeniza todos os filhos de um mesmo país no culto da Pátria, escola sobretudo necessária às nações que se vão formando à custa de imigrações de povos e línguas diferentes.

Pela disposição aos sacrifícios extremos se pode medir o patriotismo de um povo; na previsão em educá-lo e aparelhá-lo para afrontar todos os riscos

da paz e da guerra mede-se o zelo e a capacidade dos seus estadistas. Por criminosos de lesa-humanidade devemos tê-los se propositalmente norteiam a política em rumo para a guerra, inevitável no mundo somente porque, como nas estradas desertas e nas vielas escusas, há malfeitores nos paços reais e nas casas de governo.

Mas, porque estes existem, crime – e monstruoso – seria também de lesa-pátria e de lesa-humanidade abrir-lhes as portas da vitória, deixando pela ineficácia de uma resistência mal aparelhada que a Pátria percesse, triunfando a violência estrangeira e criminosa sobre o direito nacional inerme.

Desarmar a Nação é desarmar todos os direitos que ela representa.

Correm maliciosos os tempos que vivemos e ainda que muito se deva esperar, na sociedade das nações, como na das pessoas, que os costumes subam de nível moral, nenhuma garantia possuirá de viver livre e soberano o país que na sua própria energia não funde o seu direito à vida independente.

Para a paz e para a liberdade, que não existem sem justiça, devem norteiar-se os destinos nacionais; mas no roteiro de todas as travessias há riscos e perigos que só a prudência previdente, com o auxílio da coragem, sabe evitar ou vencer.

Estas e outras nobres qualidades existiam vigorosas na alma de Rio Branco.

A sua colaboração de fora do Governo e a sua ação dentro dele afastaram do nosso caminho as tempestades que ameaçavam perturbar a demarcação das linhas fronteiriças.

Do lado do mar, com as nações que diretamente não vizinhamos, o mesmo espírito de concórdia assegurou-nos, durante o seu governo, tranqüilidade e respeito.

Deste fez ele o seu maior baluarte, no trato com as nações, impondo-se à consideração de todas por uma irrepreensível conduta, dignamente traçada e nobremente mantida.

Tão solícito em render ou retribuir cortesias, quão pronto na réplica às desatenções ou impertinências.

Todos sentimos – e é esse talvez o segredo da carinhosa amizade que o povo brasileiro lhe devotou – que, após tantos anos de ausência no estrangeiro, não trouxera para o governo do seu país sentimento maior que o da

responsabilidade de governá-lo, nem afeições que turbassem a visão dos seus interesses e destinos. Nem noutra realidade assenta a grandeza de um homem de Estado, senão na fortaleza de ânimo para afastar de si mesmo as suas e as alheias paixões pessoais, desbravar o caminho de todos os pendores subalternos e perturbadores, para identificar-se com as aspirações e nobres ambições da coletividade.

Não as tinha, nem as tem o Brasil, mercê de Deus, que o mais nobre dos seus filhos não as possa proclamar à face do mundo.

E o mundo o sabe pelo que – na Haia – ouviu da voz sem par do presidente desta Casa e viu depois confirmado nos pronunciamentos do povo brasileiro, referendando as credenciais do seu embaixador ao cobri-lo de aplausos, e de louvores as suas doutrinas.

Ali, como sempre, estivemos inteiramente livres para defender com sinceridade e veemência o direito contra a força, a liberdade contra a opressão, a justiça contra a prepotência. Porque não temos na consciência – nem na mente – vestígio de atentado contra os direitos de outra nação, ardentemente ansiamos por uma lei internacional, filha do Direito e da moral, que reja as relações entre os Estados, validada, nas infrações que sofrer, por tribunais soberanos.

Fizemos da igualdade das soberanias um dogma da nossa política internacional, relegando para o passado idéias de hegemonia, coirmã do imperialismo desenfreado que está assassinado e incendiando a Europa e quase o mundo inteiro.

Não ambicionamos um palmo de alheios territórios nem pretendemos governar além das nossas fronteiras. Dentro destas, sim, e soberanamente, sem satisfações e poderes estranhos, nem subordinações a colônias estrangeiras, que só nos apraz ter como hóspedes e amigos enquanto se não esqueçam de que somos os donos da casa.

Portas mais largas não tem outra nação por onde entre o forasteiro, se agasalhe e trabalhe, livre na sua atividade, nas suas crenças e nos seus ideais, acolhido por uma hospitalidade que, sem superior no mundo, lhe dispensam os sucessores daquela “gente boa e de boa simplicidade” que Pero Vaz de Caminha traçou na singeleza graciosa da sua carta histórica.

Não nos pretendemos sem defeitos, pessoais ou de governo, antes reconhecemos que nos faltam qualidades de experiência e de saber que o tempo nos dará como deu a povos menos livres, que menos sabiam e mais que nós erraram. Não temos vaidades, que dementam as nações antes de perdê-las, mas sem elas, com a serenidade de uma convicção isenta de vitupério, poderemos repetir que somos um povo contente da sua origem, orgulhoso da sua história e confiante no seu futuro.

Não que ignoremos os riscos que estarão adiante, mas porque, conhecendo o organismo nacional, sabemos o vigor, crescente de dia em dia, que ele poderá opor a todas as perturbações interiores ou externas. E cada vez mais avigorados seremos, se melhor soubermos fortalecer o sentimento de nacionalidade, em contraposição à bastarda condição de filhos sem pátria a que se aviltam espíritos desviados por um internacionalismo amoral, adquirido em viagens de prazer, ou sorvido em leituras que só pela face brilhante nos fazem conhecer as cousas exóticas. Para que não caiam nessa miséria orgânica, aos moços devemos ensinar o culto da língua – tão formosa e rica – que possuímos, e nela e por ela, como nas boas famílias se pratica, dizer-lhes o que possui material e moralmente a sua Pátria, que é a sua família entre os povos, para que conheçam o presente, e mostrar a cada geração o que ela é e representa, contando-lhe como foram e o que representaram os seus antepassados.

Sobretudo nos turbados tempos que vivemos nada parece mais necessário do que ensinar o Brasil aos jovens brasileiros! Ensiná-lo na sua história e na sua tradição, desde o dia em que aqui aportou o representante de um nobre povo, maior pelo esforço inaudito que pôs no defender e delatar a conquista do que na própria descoberta.

Mostrar-lhes o valor da sua raça na epopéia das caravelas; no vigor do corpo e do espírito em luta para organizar a vida tropical; na ambição coletiva, que de vencedores do mar ignoto os fez povoadores do ignoto sertão; na constância do seu extenuante labor em meio à natureza selvagem; no ardor em dilatar a conquista; no heroísmo em defendê-la contra a cobiça de armadas poderosas e na tenacidade valorosa em disputá-la ao rival confinante; nas primeiras florescências do seu espírito de independência; no cadafalso em que pereceram impávidos os seus primeiros mártires e no sangue dos seus heróis fuzilados; nas alegrias triunfais do Sete de Setembro, na

energia nacionalista do Sete de Abril, na nobreza moral do seu Treze de Maio e na suprema evolução dos seus destinos políticos no Quinze de Novembro!

Dizer-lhes da bondade e da generosidade da sua gente; da virtude das suas mulheres; da cultura dos seus homens de ciência; do gênio dos seus artistas; da bravura dos seus soldados e marinheiros; da pertinácia operosa dos trabalhadores da terra e das oficinas; da resignação de todos aos sacrifícios necessários; do amor decidido do seu povo à liberdade e à paz e do rugido da sua alma de leão quando o agridem.

Em todas as aulas de História Pátria deveriam os moços começar ouvindo a profética e singela carta de Pero Vaz Caminha, registro civil da nossa nacionalidade, e em todas as casas, ao lado da ceia de Cristo, de Leonardo, que recorda a nossa comum filiação espiritual, deveríamos alçar todos, pobres e ricos, mas irmãos no amor da mesma terra natal, a primeira missa de Vítor Meireles, representação comovedora dos dias em que o Brasil recebeu o batismo da fé com que nasceu para o convívio do mundo.

Os símbolos artísticos valem tantas vezes por sínteses históricas no domínio do sentimento, que é a nateira donde os espíritos de eleição recebem a inspiração dos grandes pensamentos e a energia para os feitos alevantados. Atuam sobre a coletividade criando um comum estado d'alma, entre os mais cultos e os mais desletrados, irmanando-os numa comunhão que tem sido tantas vezes o ponto de concentração das nacionalidades em sofrimento.

No respeito às virtudes os seus maiores, ao seu labor e aos sacrifícios, a que se submeteram, para manter ileso e crescente o acatamento e a fama do seu nome, têm os herdeiros das grandes famílias o seu maior e mais seguro incentivo contra as seduções do mundo que poderia deslustrar e amesquinhar a grandeza moral e material de sua casa. Numa democracia como a nossa, onde o renome da nação não pertence à pessoa que a governa, mas ao povo que escolhe o governo, o estudo e a meditação dos nossos antecedentes, conjugados ao conhecimento de cada momento, devem – e hão de ser – o maior dos preservativos contra a inexperiência dos que ignorem que o egoísmo das nações é incomparavelmente mais feroz que o dos homens.

Sem dúvida, mesmo entre as consideradas como a flor mais perfeita da cultura humana, há graduações que devemos conhecer, ainda que não estejamos obrigados a proclamar; mas um amadurecido exame dos tempos e

dos fatos do mundo acaba por convencer que os diferentes egoísmos mais diversificam nos seus processos que nos seus intuitos; aqui político, ali comercial; ora para engrandecer o patrimônio público com aquisições diretas, ora para fortalecê-lo, aumentando a riqueza comercial e industrial à custa de concessões que, não estabelecendo domínio, criam todavia perigosos predomínios.

No estudo das nossas cousas podemos e devemos aprender quanto custou aos nossos maiores e quanto nos pode custar e aos vindouros o resguardo de nosso patrimônio contra a ambição dominadora dos mais fortes e mais ambiciosos. Não para recordar malquerenças que o tempo extinguiu, mas para aprender na lição do passado não só os riscos do futuro mas ainda o remédio eficaz para impedi-los. Daí não nos virão ódios nem rixas, senão apenas o conhecimento das glórias e dos sofrimentos passados e a lição de que, somente unidos e cautos, poderemos desenvolver o nosso convívio internacional com segurança e tranqüilidade. Dele não poderíamos fugir, nem devemos querer afastamento, mas, recebendo-o como um grande bem da civilização, lembremo-nos sempre de que, em todos os embates da vida, a organização é o primeiro segredo da vitória e o mais seguro penhor de sobrevivência nos dias de má fortuna.

São cada vez menores os riscos de que as nações possam perder subitamente a sua independência; são, entretanto, cada vez mais numerosos os deslizos em que podem comprometer a sua soberania. A posse violenta repugna cada vez mais aos sentimentos liberais como à hipocrisia do nosso tempo e assusta rivais poderosos, que são muitas vezes impedimento intransponível; mas a arte humana a tem mais de uma vez substituído pelas aproximações privilegiadas, que são os tentáculos da supremacia econômica na ante-sala das deliberações políticas.

Nestas a preocupação suprema deve ser a de organizar a nação, que não existe forte senão fazendo fortes os seus nacionais. A primeira condição para essa realidade é o sentimento de união entre os filhos da mesma terra natal e o propósito em tudo e por tudo de lhes dar a primazia nas várias esferas da atividade, no âmbito da Pátria.

Foi pela união que os nossos antepassados, desamparados da metrópole desfalecida, restauraram a integridade pátria numa luta de 30 anos. Nessa

epopéia revigoro por vezes o meu espírito pelo convencimento de que a energia do nosso povo não falhará à Nação em dias infortunados.

Para que eles não voltem é mister que, sabendo-se possíveis, não os facilitemos com os nossos descuidos e nem os provoquemos com os nossos erros. E maior não conheço eu que o de não ver que o máximo perigo, para o Brasil, seria o perigo brasileiro, resultante de um progresso desordenado, órfão de uma educação nacional e falho de uma organização sólida e segura, amparada na subordinação constante de todos os brasileiros às leis liberais que por nossa vontade nos regem e no respeito invariável às autoridades que elas criaram.

“Ordem e Progresso” inscreveu a revolução republicana no pavilhão nacional, como lição patente aos que ignorem ou esqueçam que o segundo não é um bem completo se da primeira não procede, tão verdade é, para a Nação como para os indivíduos, que o seu desenvolvimento material ou físico os arrastaria, animalizados, às mais grosseiras condutas, se, paralelamente àquele crescimento, lhes não sazonasse a razão.

Sem perder a vivacidade do temperamento indígena, americano e latino, precisamos educar a nossa vontade na pertinácia, para evitar a inconstância, e mais nos estimarmos e considerarmos uns aos outros para não sermos nós mesmos, perante o mundo, os saturnos da nossa reputação.

Pelo que ela ganhou em respeito na nossa própria consciência e no conceito dos outros povos, durante a ação pública de Rio Branco, pode-se aferir a estatura da sua grandeza e se deve medir a admiração do nosso culto à sua memória.

No interior elevou-nos na admiração de todas as nossas grandezas que lhe era prazer favorito recordar; na solicitude da sua acolhida a quantas iniciativas acreditava alevantadas; na cortesia fidalga do seu dizer e das suas ações; na sua alma de Mecenas acolhedora de talentos e admiradora de todas as artes que, mormente pela visão e pela audição, nobilitam o homem e dignificam a espécie.

Foi bom para os que careciam de proteção; foi generoso para os que necessitam assistência.

No exterior o seu nome ficou indelével na memória dos governos com que lidamos, como a encarnação de uma política brasileira e humana,

defensora dos direitos e dos brios nacionais, obediente aos princípios que nobilitam as relações entre as potências.

Entre os povos do continente a sua memória alcançou culto e estima de uns, admiração e respeito de todos.

Longos anos de ação intensa no Governo, absorvidos no estudo e solução de problemas, tantas vezes graves e melindrosos, deixaram naturalmente margem a reparos e divergências.

Nenhum deles, ainda que justo, diminuiria um degrau sequer à sua estátua.

A História não terá que sentenciar sobre os seus méritos, porque a glória de Rio Branco passou triunfalmente em julgado nos aplausos de um povo inteiro, enquanto vivo o tivemos, e na tristeza e angústia de todos os lares brasileiros no dia lutuoso em que de nós se foi.

Com o seu desaparecimento, mais decerto para criar tradição, do que recompensar mérito, para aqui generosamente me trouxeram os vossos votos.

É a segunda vez que me cabe a gloriosa humilhação de sucedê-lo, sem substituí-lo!

Sorte ingrata que a tão rude destino me submete, eu a proclamaria, se a crueldade dessa aproximação me não houvesse permitido o conforto moral de vê-lo e senti-lo mais de perto e não tivesse radicado na minha alma de brasileiro a emoção, grata e orgulhosa, de haver conhecido vivo e no Governo de meu país e poder admirar redivivo na sua história um grande e nobre filho da minha nobre e grande Pátria.

II

RESPOSTA DO SR. AFONSO CELSO

COMO, ÀS VEZES, JULGAM E SE JULGAM ACADÊMICOS

SENHOR Lauro Müller:

Há pouco mais de 156 anos, – precisamente em 9 de abril de 1761, – Jean le Rond, que, para as ciências e as letras, adotara o nome de d’Alembert, membro da Academia Francesa, da qual, mais tarde, foi secretário perpétuo, escreveu a seu colega Voltaire, a propósito de uma recepção dupla, no já então egrégio instituto:

Recebemos hoje o Bispo de Limoges que não sabe ler e Batteux que não sabe escrever. Em compensação, possuímos um diretor que sabe ler e escrever, ou, pelo menos, disso se ufana.

Chamava-se Coetlosquet o bispo de Limoges que, segundo d’Alembert, não sabia ler. Não era, realmente, uma sumidade literária; mas, prelado erudito e venerando, chegou a lecionar o Duque de Berry, depois Luís XVI.

Quanto a Batteux, – o que não sabia escrever, – gramático e poeta, publicara vários trabalhos, atestadores de fino engenho, servido por judicioso estilo.

A carta em questão prova que, desde há muito, as escolhas acadêmicas suscitam rigorosas e injustas críticas, até, ou principalmente, no seio das academias eleitorais.

Do próprio d'Alembert rosnavam os mais benévolos que não passava de bom geômetra entre literatos e de bom literato entre geômetras.

Nada disto impediu que a Academia Francesa tenha sido o que tem sido e é: o alto modelo de associações congêneres, mesmo na severidade e na malícia de certos conceitos.

Mas a citação de d'Alembert não veio para que se registrasse tão comezinha, embora consoladora, conclusão. Veio no intuito de assinalar-se uma afinidade entre a Academia Francesa e a Brasileira. É a seguinte: tem esta última um sócio de quem, como do bispo de Limoges, se pode asseverar que não sabe ler.

Claro está que não se trata de analfabetismo, ausência completa de letras.

Hesitaria em assacar tamanho aleive a consciência do mais acirrado inimigo da Academia, ou a do mais ardente, prematuro e inconfesso candidato a um lugar no seu grêmio acolhedor.

Na Academia Brasileira há atualmente alguém que não sabe ler, talvez em condições idênticas às de Monsenhor Coetlosquet, pastor episcopal de Limoges.

É um caso de alexia, privação ou perturbação acidental da faculdade de ler, conservando-se as sensações vitais. A vítima desta afecção, também denominada mais pedantesca mente amnésia visual verbal, vê caracteres gráficos e desconhece-os; embaraça-se, titubeia, ao decifrá-los, sobretudo, como agora, ante grande e preclaro auditório.

Sucedo isto comigo; e, se relato a insignificante particularidade, é, — acredita-me, — não para, imitando respeitáveis exemplos, fornecer dados autobiográficos de um imortal, porém, sim, impetrar-vos desculpa de não ler literalmente, conforme a praxe, o meu discurso.

Escrevi-o com o possível carinho. Inibe-me a insuficiência apontada de repeti-lo tal qual o redigi. Costuma assim, aliás, acontecer na vida; ninguém diz exatamente o que escreve; ninguém escreve inalterado o que diz.

RIO BRANCO

A solenidade de hoje bastaria a preenchê-la o valor do recipiendário. Realça-a e ilumina-a a evocação de Rio Branco, cuja pena, semelhante se não preferível à espada do guerreiro, benemérita se tornou de inspirar versos análogos aos de Magalhães, celebrando Napoleão:

*Esse herói que com a ponta de seu gládio
No mapa das nações traçava as raias.*

Estatuário de colossos, na frase de outro poeta, Rio Branco conseguiu dar ao nosso país definitivos contornos materiais, desbastando-os no imenso bloco sul-americano.

A sua história notabiliza-se, quando menos, por um fato extraordinário, que muito bem acentuastes, Sr. Lauro Müller.

Como nenhum brasileiro, como raras individualidades humanas, ele encantou e cativou a *donna mobile* por excelência, – a popularidade. Ninguém no Brasil, nem José Bonifácio, o Patriarca, nem Feijó, nem Caxias, nem Osório, nem D. Pedro II, nem os próceres do abolicionismo e da República, ninguém angariou tamanha, tão constante, tão duradoura estima popular, que jamais variou para com ele, como muita vez variava a heroína da canção, sendo, pois, loucura o nela ou o nelas fiar-se alguém.

Com fundamento, aferia a opinião pública a política de Rio Branco pela figura de Rio Branco. Contemplava-a alta, forte, imponente, varonilmente bela, a distinguir-se pelo aspecto de serenidade, o divino estado atarácico dos antigos gregos, tão excepcional em nossa raça.

Se como poucos serviu à sua Pátria e à sua gente, como a poucos, a mui poucos, a sua Pátria e a sua gente o cumularam de condignos galardões, aclamando-lhe reiterada e indiscrepantemente as exímias qualidades de estadista e de diplomata. Honra lhe seja e honra nos seja!

Em verdade, tais qualidades ele as possuía em grau eminente. Encarecia-as o dom decisivo e misterioso, que também apontastes, Sr. Lauro Müller, e que, não raro, pode suprir todos os mais: o de ser amado dos deuses, o de ser feliz. Na vida pública, Rio Branco mostrou-se ininterruptamente feliz, valoroso general sem reveses, nem provações.

E o merecia, – acrescenta a consciência nacional.

BRINDE EXPRESSIVO E COMOVENTE

O seu sucessor no Governo foi também o seu sucessor na Academia. Sem surpresa, antes com simpatia e confiança, acolheu-se a substituição aqui e ali. Disputada correu na Academia a eleição, pois o vosso contendor, Sr.

Lauro Müller, era um insigne brasileiro, Ramiz Galvão, merecedor tanto quanto vós da vitória, e que deploramos todos ver ausente do nosso cenáculo.

Acresceu ao vosso triunfo a circunstância de que proveio de renhido pleito, ferido com máximo desassombro e lealdade, o que não exclui a paixão. Oxalá se pautassem pelas nossas todas as eleições do Brasil!

Conheci-vos (talvez nem mais vos lembreis da ocorrência que a mim se me gravou na memória por motivo especial que adiante referirei), conheci-vos num banquete oferecido a um professor católico belga, de visita a esta Capital. Haviam promovido a festa correligionários dele, e convidaram-vos por uma razão que recordarei, arriscando indispor-vos com alguns de vossos amigos políticos. É que tendes a fortuna de também professar a fé cristã. Aprovais, sem dúvida, que eu o proclame, porquanto (e é um dos salutareos influxos dessa religião) sabeis, quando mister, afrontar o respeito humano.

Tínheis deixado, naquela época, havia meses, o Ministério da Viação. Persistiam, entretanto, em cercar-vos atenções gerais, em vez do vazio, de ordinário aberto em torno dos ex-dispensadores de mercês e posições.

Após numerosos brindes (o bródio, embora dedicado a um estrangeiro, era genuinamente nacional), dirigistes-vos a mim, que apenas minutos antes vos fora apresentado, e dissestes, mais ou menos, no estilo lapidar de Rio Branco, a quem, ainda nisto, continuastes:

Ergo a minha taça, em homenagem a um brasileiro do qual até o meio-dia de 14 de novembro de 1889 fui adversário e cujas virtudes comecei a admirar depois daquela hora, reputando-o hoje, conquanto permaneçamos em campos opostos, um dos nossos exemplares concidadãos: ao Visconde de Ouro Preto!

Indizível a minha comoção ante o cavalheiresco gesto, igual a muitos que vos nobilitam o procedimento cívico e particular! Acredito que vos alegro, revelando que o Visconde de Ouro Preto, cuja elevação mental e moral, bem como a cujo patriotismo a Nação, afinal, rendeu justiça, acredito que vos satisfaço, repetindo que o meu saudosíssimo Pai, com quem, mais tarde, tratastes de perto, quando ele advogou, perante os tribunais, o direito do Estado de Santa Catarina, sobremaneira vos estimava e vos augurava alevantados destinos.

Deriva, de algum modo, esse amistoso apreço do seguinte fato: vários atos por ele concebidos e iniciados encontraram realização no primeiro governo federal de que fostes parte salientíssima.

O MINISTÉRIO OURO PRETO E A PRESIDÊNCIA RODRIGUES ALVES

Durou apenas 160 dias o ministério Ouro Preto, de 7 de junho a 15 de novembro de 1889, e, em tão curto período, agitado de graves preocupações, trabalhou ativa, intensa e fecundamente, qual, antes dele, somente havia trabalhado a administração de D. João VI, em chegando ao Brasil, e depois dele, não sei de alguma que trabalhasse mais.

Recordarei, para comprovar o asserto, os seus atos mais memoráveis. Não é matéria alheia à Academia, que hoje recebe um estadista, e de História se deve ocupar.

Nos Negócios Interiores, então chamados Negócios do Império, celebrou com Portugal o gabinete Ouro Preto uma convenção, garantindo direitos autorais; promoveu a criação do cardinalato brasileiro; elaborou projeto de reforma administrativa provincial e municipal que, conferindo autonomia às províncias, assegurava a legítima intervenção do poder central para impedir a formação de oligarquias e reprimir abusos; tratou de convenções sanitárias com a Argentina e o Uruguai; cuidou de habitações operárias; concedeu a Ferreira de Araújo a abertura de uma larga avenida nesta Capital.

Na pasta da Justiça, encaminhou seriamente a redação da lei de falências e do Código Criminal, bem como a realização do projeto de Código Civil.

Na da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, concebeu estradas de ferro, como a de São Paulo ao Rio Grande do Sul; estudou empreendimentos grandiosos, qual a união, por linha férrea, entre Recife e Valparaíso; ocupou-se da navegação de rios, engenhos centrais, exploração de minas, diques, canais, docas, burgos agrícolas, decretou arrasamento de morros, o abastecimento de água e as obras do Porto do Rio de Janeiro.

No tocante às repartições militares, chamou a dirigi-las gerais de terra e mar, iniciando a prática desde ali até agora sempre seguida; obteve a colaboração constante e eficaz de Floriano Peixoto, a quem deu as maiores

provas de apreço e confiança, distinguindo-o, no decurso de cinco meses, com três elevadas nomeações: a de marechal-de-campo, e de dignitário da Ordem da Rosa, o que o inclui entre os grandes do Império, e a de ajudante-general do Exército, acrescentando que o mais tarde Marechal de Ferro, amigo e correligionário do Visconde de Ouro Preto, até a hora em que vós, Sr. Lauro Müller, principiastes a admirá-lo, anuíra ao convite de substituir o ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, prestes a, por enfermo, exonerar-se.

Relativamente às finanças, ilustrou-se por múltiplos feitos que levaram o comércio a querer ofertar um palácio e levantar uma estátua ao ministro da Fazenda, coisas por ele rejeitadas. Assim: a conversão da dívida externa; o contrato para completo recolhimento, dentro de breve prazo, do papel-moeda; a circulação metálica; os auxílios à lavoura, combatida pela abolição; a fundação da *clearing-house*; o plano da remodelação bancária; o da instituição do crédito agrícola.

Quando às Relações Exteriores, estreitou a amizade do Brasil com o Chile, resolveu a co-participação da nossa Pátria na primeira Conferência Pan-Americana, a reunir-se em Washington, nomeando para delegados brasileiros os nossos finados confrades Lafayette Rodrigues Pereira e Salvador de Mendonça, o segundo dos quais, em sua obra *A Situação Internacional do Brasil*, pôs em relevo a esclarecida decisão e patriótico empenho com que o Visconde de Ouro Preto procurou, sem deslize da altivez nacional, aproximar-nos da Grande República do Norte.

Ainda na órbita internacional, terminou o antiqüíssimo litígio com a Argentina, mediante o tratado de 7 de setembro de 1889, que, submetendo a questão ao arbitramento norte-americano, nos proporcionou o triunfo esplêndido de Missões, degrau inicial da glória de Rio Branco.

Ante um movimento militar, caiu o ministério Ouro Preto, cujo desassombro, energia e prontidão em cumprir o seu programa, reconheceu o Sr. Campos Sales, no livro *Da Propaganda à Presidência*. Por um movimento militar igualmente viu-se assaltado o governo Rodrigues Alves, governo a que pertencíeis, e célebre ficou a digna repulsa deste presidente à insinuação de deixar o palácio ameaçado: “É aqui o meu lugar!”

Em conjuntura análoga, mais dramática, encontrou-se o Visconde de Ouro Preto, procedendo com inexcedível hombridade.

O 15 DE NOVEMBRO

Ao ser aqui recebido um dos nossos mais encantadores confrades, definiu assim o 15 de Novembro: uma ameaça em surdina e uma capitulação apressada. Encerra esta apreciação um equívoco histórico e uma injustiça tanto aos vencidos como aos vencedores.

No conceito de alguns, o 15 de Novembro correspondeu de tal modo aos sentimentos do povo, derribando instituições sem raízes e gastas, que nenhuma resistência se lhe poderia contrapor.

A Monarquia, no dizer desses, tombou a um simples gesto da soberania popular, pois, incompatibilizada com o progresso do país e com a homogeneidade da América, de todo lhe faltavam convencimentos e dedicações.

Mas se, realmente, o 15 de Novembro representa apenas a consequência fatal de premissas, há muito estabelecidas, o efeito irrepressível de fatores acumulados, o ponto de chegada necessário de longo caminho percorrido; se tudo aí se desenrolou lógica, natural, legitimamente, sem violação de direitos, nem risco de pessoas; se a propaganda republicana se limitou a recolher, naquela data, o maduro fruto da semente lançada em terra fértil e que fácil brotara, crescerá, florirá; oh! neste caso, bem exíguo mérito compete a fortuitos triunfadores de jornada inócua, os quais arrombaram uma porta aberta, deitaram por terra um morto, empunharam armas para trivial passeio, e não para grave combate, afrontaram uma sombra, arremeteram contra um nada, cabendo-lhes, portanto, a condenação corneilliana dos sucessos inglórios, por imperigosos.

Não! Por honra da República e do Brasil, os acontecimentos revestiram mui diversa feição.

Eis como procederam os depositários da autoridade, contra a qual se insurgira a força pública:

O idoso e enfermo soberano estava longe, em segurança; mas ao saber da sublevação, não trepidou um instante, correu imediatamente para o centro da possível luta, no coração da cidade alarmada, onde, intemerato, agiu, na esfera das suas funções, até ser preso e desterrado.

Um dos ministros, velho almirante, faz tudo ao seu alcance, ativo, enérgico, decidido – para aparelhar a defesa.

La reunir-se a seus companheiros, no posto de maior responsabilidade e perigo, quando enfrenta com o exército adverso, formado em batalha, pronto a investir.

Sai-lhe ao encontro, a cavalo, o prestigioso comandante desse exército, acompanhado de numeroso séquito, todo montado também. Intimam o velho almirante a render-se. Achava-se este de pé, sozinho. Não recua, não vacila, não profere uma palavra. Mal ouve a intimação, saca de uma arma de fogo, aponta-a contra o general contrário. Dispara-a... Ao tiro, que falhou, responde uma descarga da escolta. Cai, vertendo intrépido sangue, o digno marinheiro.

Vede agora o presidente do ministério imperial, aquele contra quem convergiam as iras dos revoltados. Avisado do levante dos batalhões, parte, sem detença, alta noite, para o campo provável do combate. Toma diretamente, com extraordinária diligência, capacidade e vigor, medidas idôneas ao desagravo; acumula no quartel-general do exército, como se fora experiente profissional, elementos eficazes de vitória; formula, em pessoa, rigorosas ordens para inflexível repulsa.

Assestada a artilharia da revolução contra as frágeis paredes do edifício, reiteradas vezes ordena o Visconde de Ouro Preto que se rompa o fogo, que se ataque, que se lute; e, como não lhe obedecessem, concita os brios, evoca as passadas glórias aos militares que ainda lhe pareciam fiéis, buscando, assim, demovê-los da inação ante as forças que os arrostavam.

Declarando-lhe, em conselho de guerra que convocou, os generais presentes que seria total a ineficiência da reação; reconhecendo-se abandonado, rodeado de gente infensa, não se abate o Visconde de Ouro Preto. Repele a proposta de retirar-se pelos fundos do prédio, para alhures organizar a resistência; pede exoneração a quem de direito, ao seu soberano; aguarda as determinações deste; cumpre até o fim com dignidade, com soberania, com sobrançeria, com heroísmo, o seu melindrosíssimo, o seu cruciante dever.

FORÇA MORAL NO INFORTÚNIO

Um minuto trágico: Nenhuma esperança mais para os ministros da Monarquia... Entre frementes aclamações, penetra o Marechal Deodoro no Quartel-General, até então fechado. Submetem-se a ele os oficiais e as tropas

áí formadas, e, porventura, ainda indecisas. Desamparado, no meio de um grupo manifestamente hostil, fica o ministério deposto, à mercê do vencedor.

E o vencedor aí vem, acompanhado de denso e tumultuoso cortejo, excitado pelos toques, rufos, salvas, brados triunfais. Sobe, adianta-se, ao tinido de esporas e espadas, pelos longos salões sucessivos; irrompe, em tropel, no local onde, inermes, sujeitos às invectivas e agressões comuns em tais lances, permaneciam os seis membros do governo decaído, em face à revolução, ante o embate da formidável torrente, com seus excessos, com o seu horror.

Veemente, dirige-se Deodoro, apoiado pela turba minaz, ao Visconde de Ouro Preto. Ereto, firme, impávido, arrogante quase, conforme as testemunhas, retorque o Visconde às exprobrações, num ambiente de sacrifício, vendo armas em riste contra seu peito, sentindo nos olhares e gestos os que o enclausuravam num círculo de suplício, cóleras fervendo, refreado a custo o ímpeto de desfechar a ofensa, o ferimento, a morte.

Tal a nobreza dessa atitude que o futuro generalíssimo, conhecedor, como um bravo, da genuína bravura, estendeu, afinal, a mão ao Visconde, e, comentando depois a cena épica exclamou: “O Ouro Preto procedeu como eu, no lugar dele, houvera procedido!”

Nada disso merece a qualificação de ameaça em surdina e capitulação apressada.

A CARREIRA DO SR. LAURO MÜLLER

A estes peremptórios sucessos prestastes, Sr. Lauro Müller, concurso diligente e relevante. Exercíeis, em 1889, como alferes-aluno, o comando de uma companhia, na Escola Militar, onde ocupava o cargo de bibliotecário o nessa quadra capitão do Estado-Maior de Artilharia Hermes Rodrigues da Fonseca.

Antes da matrícula na Escola, havíeis trabalhado, modesto empregado, no comércio, — fato que somente vos abona. Ao invés do antigamente entendido, tanto mais nobreza possui hoje o homem ilustre quanto mais humilde a sua procedência. Glória aos soldados rasos que conquistam o generalato, glória aos caixeiros que se erigem à supremacia de patrões, ou à influência de patronos!

Na Escola, adquiristes nomeada. Reconheciam-vos os méritos tanto os mestres como esses juízes, mais severos e mais seguros: os condiscípulos. Gozáveis, entre todos, não já de simpatia e de acatamento, porém, de autoridade, predicação especial, gerador de confiança e indicador de predestinação para os cimos.

Na imprensa e na tribuna escolares, que assíduo freqüentáveis, colhíeis constantes aplausos, excedendo a dos melhores a vossa calma operosidade.

Nutríeis ardente culto de dois ideais que inflamavam a mocidade da época: a Abolição e a República. Em São Paulo, Lúcio de Mendonça, Silva Jardim, Júlio de Castilhos; no Recife, Martins Júnior; no Rio de Janeiro, José do Patrocínio e Ferreira de Meneses, para citar apenas alguns mortos, propugnavam idênticas doutrinas. Na campanha abolicionista, denodado atuou o vosso esforço. Fundastes, dirigistes associações liberadoras, promovestes a redenção de numerosos escravizados. Ao vosso nome assiste o direito de figurar com os de Joaquim Nabuco, André Rebouças, José Mariano, aureolado por um raio do sol de 13 de maio.

Sabe-se que na Escola, e mesmo depois, como Euclides da Cunha, vosso contemporâneo, compúnheis versos.

Conseguí saborear uma única produção da vossa musa. É um soneto intitulado – “Sempre” –, assim metrificado:

*Nem mais longe ficaste, nem mais perto
Por eu ficar aqui mais demorado,
Pois entre mim e ti creio e é certo
Que ser distante é ser aconchegado...*

*Foi-se o vapor embora; no azulado
Só resta o fumo a tremular incerto,
Enquanto o coração descompassado
“Sem ti, – me clama –, o mundo está deserto”.*

*O amor corre ondulante sobre o mar,
Vem um tormento após outro tormento:
Tudo é no mundo feito por findar.*

*Só não se acaba a imagem tão querida
Que sempre, eterna, está no pensamento
De quem a ti adora mais que a vida.*

Informaram-me que, no geral, eram amorosas as vossas estrofes, impregnadas de meiguice e melancolia, encomiando os atrativos de uma ou de várias belas, queixando-se de seus rigores, exagerando as cruezas da vida, estrofes denotadoras, em suma, de uma alma carinhosa e delicada.

Nem repudieis essa fase do vosso passado de engenheiro militar, professor, bacharel em Matemática e Ciências Físicas, doutor por várias universidades estrangeiras. Osório, o legendário Osório, Marquês de Herval, comprazia-se, até quando senador do Império e ministro da Guerra, em rimar quadras e oitavas, não raro deleitosas.

Saístes da Escola com lisonjeira reputação, espalhada pelo país por vossos camaradas. Feita a República, descerraram-se-vos as portas de todas as aspirações. Aos 26 anos de idade, designaram-vos para governar a vossa terra, – a terra de Anita Garibaldi, Luís Delfino, Vítor Meireles e Cruz e Sousa.

Desde logo, revelastes prudência, moderação, bom senso, qualidades de homem de governo. Corre que o generalíssimo, chefe do Governo Provisório, instituído pelo exército e a armada em nome da Nação, se referira à vossa administração nestes termos. “O menino tirou distinção!”

Membro da Constituinte, deputado em várias legislaturas, senador, deixastes em ambas as casas do Congresso Federal, na tribuna, no seio das Comissões, no convívio de vossos colegas, documentos fartos e fortes de superioridade. Nos conflitos que têm ensangüentado o régimen, lembrastes-vos de que possuíeis uma espada e galhardo a desembainhastes em prol do poder constituído. De novo, chamou-vos o vosso Estado para a sua primeira magistratura, prova de que saudades subsistiam da outra gestão.

Daí passastes à pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas, onde a vossa iniciativa, laboriosidade e preparo, já revelados nos cargos anteriores, encontraram propício ensejo para ostentar todo o seu fecundo vigor. No dizer do Dr. Miguel Calmon, em tanta coisa vosso colega:

Imprimistes ao país a vibração de uma energia privilegiada, pois não houve faixa do seu solo, trecho das suas águas e mesmo, digamos assim, parte da sua atmosfera, a que não beneficiasse a vossa ação administrativa, que tantas foram as estradas de ferro, os portos, as linhas de navegação e os fios telegráficos com que o dotastes.

Na verdade, a emérita presidência Rodrigues Alves reatou e desenvolveu os melhoramentos encetados pelo ministério Ouro Preto e a que repetidas perturbações de vários gêneros haviam dado deplorável interrupção. Osvaldo Cruz, Pereira Passos, Paulo de Frontin, Leopoldo de Bulhões, Rio Branco, contribuíram, convosco, para realçar excepcionalmente esse quadriênio, que oxalá se reproduza!

GERINDO AS RELAÇÕES EXTERIORES

Morto Rio Branco, ascendestes ao grande lugar vago, e o país reconheceu em vós, para isso, a qualidade que Alexandre Magno exigia do seu sucessor. De vossos passos e atos recentes, inoportuno fora hoje o comentário. Registremos, entretanto, com patriótico desvanecimento, a vossa viagem aos Estados Unidos e ao Canadá, onde recebestes distinções oficiais, sociais, literárias, comparáveis apenas com as de 1876, tributadas a S. M. o Senhor D. Pedro II, e que, antes ou depois deste, nenhum brasileiro, nenhum sul-americano, ainda merecera, ou mereceu.

Em terras tão distantes e diferentes da nossa, onde o nome brasileiro havia sido enaltecido pelo magnânimo monarca, por Saldanha da Gama, Salvador de Mendonça e Joaquim Nabuco, também o elevastes, pois a vossa excursão foi prolongada e magnífica homenagem à nossa Pátria, de cujo prestígio deixastes vantajosa idéia em todos quantos de vós se aproximaram. Sucedeu o mesmo na Argentina e no Chile. Quando menos, por isso: salve!

Um dos vossos prestantes auxiliares, um dos luminares da nova geração, o Dr. Hélio Lobo, estampou a 12 de julho último, no jornal *A Notícia*, justificados conceitos:

Não há diplomacia de intuítos mais nobres que a brasileira. Seja no Império, seja na República, ela se caracterizou sempre por uma invariável probidade. Papéis ostensivos, documentos reservados, todos se inspiram num alto pensamento de justiça internacional, quer quanto às nossas relações com a Europa, quer quanto às com a América. Nunca aí encontrei página, ou linha, que se não pudesse publicar, de que se corasse a nossa chancelaria... Tenho grande orgulho quando, percorrendo nossos relatórios, ou remexendo os velhos papéis diplomáticos, encontro um desses modelos de linguagem internacional e honestidade de pensamento, tão repetidos em nosso passado. Aos moços que iniciam a carreira

naquela casa modelar do Itamarati, tão injustamente discutida hoje, e onde se vela de modo tão discreto quão seguro sobre a nossa situação internacional, eu tenho prazer em apontar a linha do passado e as lições do presente, em documentos verdadeiramente belos, que as escolas e faculdades deveriam ter sempre diante dos olhos.

Nestas linhas criteriosas, está o programa que seguistes, em cinco anos de gestão no Itamarati, continuando gloriosas tradições.

Ao regressardes do Chile e do Rio da Prata, em junho de 1915, testemunhou-o, em acurado estudo, o *Jornal o Commercio*, desta Capital, exalçando o vosso tato, amável senso das oportunidades, clarividência, segurança de afirmações, dignidade e firmeza. Concitou o *Jornal* o povo a dispensar-vos carinho e entusiasmo, pois, assim, significaria o aplauso da opinião pública brasileira ao eminente cidadão, que obtivera formais triunfos de paz, de concórdia e de progresso, numa época em que o mundo se perturba e se arruína numa guerra formidável.

Testemunharam-no escritores e políticos ilustres de França, bem como o Duque de Connaught, próximo parente da família soberana da Inglaterra, governador do Canadá, onde principescamente vos hospedou.

Testemunhou-o ainda, entre outros órgãos importantes da imprensa universal, a *Revue des Deux Mondes*, que, a 1.º de março do corrente ano, pela pena do Sr. Charles Benoist, membro da Academia de Ciências Morais e Políticas, deputado influente, apreciou a resposta de diferentes países à nota da Alemanha, relativa à guerra marítima sem restrições.

Qualificou ele de ativa a nota a Espanha; de tímida a das nações vizinhas do – *ogre* –, os países escandinavos, a Suíça, e a Holanda; de mais firmes as da Argentina, do Chile e do Uruguai. Destacou a do Brasil, declarando-a – *très nette* –, transcreveu dela longo trecho, distinção a nenhuma outra conferida, e concluiu afirmando que de tal nota partia para Berlim – *un avertissement sans ambages*.

A mesma *Revue des Deux Mondes*, a 15 de maio último, noticiando a vossa saída do Governo, disse:

Façamos justiça ao Sr. Müller, que se mostrou sempre correto, no que teve mérito, algumas vezes, dadas as suas origens e o seu próprio nome, que a ninguém permitem, nem a ele, mesmo, esquecer-las.

Escusa assinalar a relevância, a insuspeição, a autoridade da *Revue des Deux Mondes*. Houve um estadista nosso que não tinha outra leitura senão a dessa revista, cabedal exclusivo de sua biblioteca. E parece que bastava, porque o estadista em questão foi dos melhores que ainda conhecemos.

MIMO SIGNIFICATIVO

No meio das competições políticas e dos labores administrativos, vários feitos e palavras denunciaram em vós propensão ática e dicaz.

Quando por aqui passou o Sr. Elihu Root, Secretário de Estado da América do Norte, brindaste-o (éreis ministro da Viação), conforme noticiou a imprensa, com um prato de indústria nacional, o qual havia pertencido a D. Pedro I, e, embaixo das armas imperiais apresentava gravado o legendário mote: *Independência ou Morte!*

Apreciando vivamente o mimo, ponderou o estadista norte-americano que a inscrição era forte, nobre e simpática. De fato, se ao termo – *independência* – acrescentarmos – *integridade* –, é a formula completa de nossa Pátria. Não lhe basta autonomia; cumpre que o seu território seja sempre integralmente mantido.

Mostrou louvável isenção de ânimo o ministro republicano que, para obsequiar o exímio estrangeiro, também republicano, recorreu a uma relíquia monárquica. É vosso, aliás, o conceito de que o escopo de um bom governo deve consistir em aliar a tradição do país com as exigências de sua época.

Insinuou-se que a vossa intenção, algo maliciosa, ofertando o prato histórico ao Sr. Root, foi notificar-lhe: “Podeis tirar o legítimo partido de nossas coisas, nutrir-vos em aparelhos voluntária e gentilmente fornecidos por nós. Não toqueis, porém, em nossas liberdades. Segundo determinou o fundador de nossa Nação, a perdê-las preferimos morrer!”

Se assim foi, e acredito que sim, interpretastes cabalmente o sentimento brasileiro ante o colosso setentrional.

FECUNDIDADE E CONCISÃO LITERÁRIAS

Não seríeis quem sois, se alguns de vossos passos deixassem de provocar censuras e remoques, tributo universal do renome ou da influência. Argúem a escassa produção literária, increpando os vossos poucos trabalhos impressos de curtos, insuficientes degraus para subir à Academia.

Justificando o seu voto no General Liautey para membro da Academia Francesa, disse o atual presidente Raymond Poincaré: “Não sois um escritor, mas um homem de ação, e há atos que são poemas.”

Tendes, como aquele vosso colega, general e acadêmico, a produtividade em atos, melhor porventura que a da palavra falada ou escrita – a dos heróis, a dos apóstolos. De vós mesmo escrevestes: “Sou mais afeito a fazer do que a dizer.”

Ninguém negará que a imaginação revelada na fecundidade constitui dom inestimável, é cunho do gênio. Quanto maior o número de páginas de um escritor, tanto maior a sua capacidade, ao menos, de atenção, esforço e trabalho. Admirável, estupenda, a abundância de um Victor Hugo, de um Balzac, de um Camilo Castelo Branco, de um Rui Barbosa, de um Coelho Neto, nos quais o volume e a torrente não alteram o sabor, a transparência, a pureza. Maravilhosa a floresta em que tudo – árvores, arbustos, ervas, – fosse precioso.

Mas incorre em manifesto erro quem afere o talento pela simples facilidade de produção, só julgando merecedor de apreço quem profere arengas colossais, ou constrói artigos maciços, próprios, como já observou alguém da era dos patriarcas bíblicos, quando, vivendo o homem de 400 a 900 anos, dispunha de tempo e lazer para bem aquilatar semelhantes monumentos.

Na história literária, extensa é a lista de autores, a um tempo copiosíssimos e menos que medíocres.

Dois obscuros teólogos do IV século, Dídimo e Teodoro de Mopuesta, elaboraram o primeiro seis mil e o segundo dez mil tratados. Alexandre Hardy, dramaturgo francês, redigiu seiscentas peças, o que nada é equiparado às mil e oitocentas de Lope de Veiga, que, além disso, compôs vinte e um volumes de poesias e poemas. O compilador teutônico Moser, do século XVIII, levou aos pósteros quatrocentos volumes, dos quais, é certo, se lhe contesta a autoria de dezesseis. Dirné, escritor francês, morto em 1832,

totalmente esquecido, deixou manuscritos, de que o peso monta a quatrocentos quilogramas. O autor de *Manon Lescaut*, célebre só por este romance, engendrou cento e setenta volumes. José Agostinho de Macedo alinhou duas mil e seiscentas poesias épicas, quinhentas elegias, três mil epigramas, afora discursos, sermões, odes, comédias, tragédias, epístolas inumeráveis.

Até no imóvel Oriente, deparam-se-nos exemplos de prodigiosa uberidade literária. O imperador chinês Kiong-Long mandou preparar uma seleta das obras-primas literárias do seu país. Calcula-se que o material para isso escolhido, durante anos e anos, dê para uns cento e oitenta mil volumes. É o que afirma Ludovic Lellane em suas *Curiosités biographiques*. A citação de outros congêneres poderia emprestar a este discurso as dimensões do poema – *Ilusão* – de cem alentados cantos, mais noventa do que os *Lusíadas*.

Em contraposição, quantas celebridades, oriundas de uma estrofe, de um dito, de um gesto! Há quem prefira à selva um jardim, um canteiro, uma flor. Os evangelhos formam tênues fascículos. Sócrates nada escreveu. Cristo escreveu uma única vez, na areia, e ignora-se o quê. O mais substancial discurso proferido na terra, o que condensa o cristianismo em sua infinita sublimidade, o Sermão da Montanha, não durou talvez, segundo o texto sagrado, nem vinte minutos, tal a sua divina concisão.

IDEAIS REPUBLICANOS

O vosso trabalho – *Os Ideais Republicanos* – encerra, em suas elegantes poucas páginas, muita doutrina e demonstra descortino, sensatez, meditação.

Esmaltam-no numerosas sentenças aforísticas, como:

A intolerância desgoverna; só é salutar o progresso que nasce do desenvolvimento da ordem. Governar não é mandar, é dirigir. A subordinação aos deveres cívicos é o maior título de merecimento para o cidadão de uma pátria livre. As instituições governamentais, como os processos de educação, não se julgam pela copiosidade das promessas, mas afirmam-se, ou decaem, segundo os resultados que produzem. Só a persistência da educação pode levar um povo à superioridade relativa na perfeição humana. A liberdade espiritual constitui a jóia mais pura no escrínio de uma civilização.

São sentenças atestadoras de vigorosa aptidão generalizadora, luminosamente regidas, e primorosamente modeladas.

Quais os lemas republicanos que propugnais? Vós os enumerastes:

Quereis uma democracia sem arestas; que a liberdade espiritual não seja um lábaro de guerra contra as religiões; que se acabe com o patronato do poder central; que se faça a obra reconstrutiva da federação, ainda não encetada; que as eleições sejam puras e livres; que se combata o analfabetismo; que haja no governo uma firmeza tolerante; que se extingam os governos prepotentes e as oposições facciosas, os quais se confundem na obra comum de destruição das liberdades políticas; que se exterminem os fanatismos reacionários e demagógicos; que a justiça seja não a que se decreta, mas a que se observe, justiça no governo, no congresso, nos tribunais.

A vossa compreensão foi radical, – ainda o dizeis, – vai sendo conservadora, e será amanhã retrógrada, se não evoluirdes; olhais para o futuro, cheio de esperança e são otimismo.

Excelente tudo isto; salutar a evolução dos que, segundo a observação de um crítico, de incendiários se convertem em bombeiros!

Estes ideais republicanos, de homens de boa vontade, sem exceção os compartimos, não obstante divergirmos quanto à forma de governo. Os únicos países no globo que se aproximaram de realização deles são duas monarquias: a Inglaterra e a Bélgica.

Prezais o passado, proclamando que se deve guardar com carinho a tradição política internacional dos nossos maiores, zelando os ensinamentos que nos foram legados pelos vultos ilustres desse passado, isto é, concluo eu, pelos vultos do Império. Continuais, entretanto, inabalavelmente republicano, desmentindo esta asserção de Burke: – “Quem aos vinte anos não foi republicano faz duvidar da generosidade dos seus sentimentos, mas quem depois dos trinta permanece no republicanismo faz duvidar da lucidez de seu espírito.”

Já a haviam desmentido várias conspícuas personagens que contavam mais de trinta anos quando, a 15 de novembro de 1889, lúcida e repentinamente, se convenceram das preexcelências republicanas.

O PARLAMENTO DO IMPÉRIO

O vosso republicanismo, o da propaganda, transparece intacto aos asseverardes que as eleições no Império piores se mostraram do que as da República, e que, com a exceção de Saraiva, cuja lei eleitoral, todavia, era anti-republicana, pois se baseava no censo alto e no segundo escrutínio, coisas o menos sufrágio universal possível, – todos os governos da Monarquia, gerais e provinciais, impunham a sua vontade às votações.

Padeciam, sem dúvida, de gravíssimos vícios as eleições do Império; mas, em consciência, ninguém jurará a imaculada castidade das que se lhes seguiram.

No Império, o Conselheiro Silva Maia, por quem cabalava em pessoa o primeiro Imperador, foi derrotado pelas urnas mineiras, das quais, na República, declarou uma voz autorizada não poderão sair surpresas para o governo. Outros ministros de Estado, quais Homem de Melo, Pedro Luís, Bento de Paula e Sousa, André Fleury, Mata Machado, Machado Portela, sofreram honrosas derrotas eleitorais, que lhes determinaram a exoneração. Minas timbrou em eleger repetidas vezes Teófilo Ottoni e Cesário Alvim, contra a vontade dos governantes. Procedeu da mesma forma quanto a Joaquim Felício dos Santos. Republicanos declarados como Campos Sales, Prudente de Moraes, Álvaro Botelho, Monteiro Manso, Lamounier Godofredo, tiveram assento em assembléias monárquicas, da Corte e das províncias, nas quais sem estorvo pregaram as suas doutrinas. Nunca no Império, desde Pedro I até a eversão do regímen, houve Câmara unânime, no sentido de nela não se ouvir veemente oposição, jamais coartada por estados de sítio. A Câmara eleita sob o ministério Ouro Preto, com uma liberdade a que Francisco Glicério e Sílvio Romero renderam homenagem, longe estava de ser unânime, como falsamente se tem dito. Dissolvida em sessões preparatórias, já havia reconhecido os poderes de vários eleitos infensos à situação, conservadores e republicanos, como Alfredo Chaves, Pedro Luís Soares de Sousa, Carlos Justiniano das Chagas. Outros adversários haviam sido diplomados; Silva Jardim concorrera a segundo escrutínio.

No decurso de mais de sessenta anos, as Câmaras do Império honraram a Nação. De alguma sorte, todas se recomendaram. Nenhum grande

talento ou grande caráter nacional se viu delas acinte excluído. Nos debates reinavam, em regra, elevação e patriotismo. Interessava-se o público pelos mínimos incidentes ocorridos no Parlamento, e os discursos, as frases, os gestos das sessões, acompanhava-os, atento e simpático, o país inteiro, a cujos representantes competia, então, o título oficial de – augustos e digníssimos. O modo como se votou a Lei de 13 de Maio evidenciou que, nesse Parlamento, quaisquer reformas radicais podiam ser facilmente adotadas, quando a opinião pública deveras as reclamasse, e a circunstância de prescrever a Constituição da República que continuasse em vigor toda a legislação não expressamente política do antigo regímen prova que lhe não saiu errônea a obra legislativa.

O REGÍMEN ELETIVO

Descabido fora o tentar eu, neste momento, contrabalançar os ideais republicanos, cuja base está na eleição, e assegurar o predomínio da maioria, com o do princípio oposto, o da hereditariedade, que organiza o Estado pelo modelo da família, põe fora de competição o poder supremo, ao mesmo tempo que atende às leis naturais da continuidade, do atavismo e da seleção.

Mas o vosso espírito, perspicaz e progressista, parece-me convencido de que o regímen do número colide com o da qualidade, pois, em todos os tempos e lugares, a inteligência, a ilustração, a virtude se encontram em minoria. Não se compreende que os soldados possam eleger os oficiais, e, sobretudo, o general-em-chefe. O indivíduo coletivo, escreveu um pensador, é mentalmente inferior ao homem isolado, e não adquire predicados especiais porque se agrega à massa popular. A história e a arte são antidemocráticas, obtempera outro pensador: fazem seleções, não aceitam o voto e o juízo das turbas. A eleição como processo único, a eleição soberana pela mó popular, visceralmente incompetente e incapaz, a eleição como ponte exclusiva da autoridade, sem um poder permanente, superno, desinteressado, que a tempere e corrija, afasta fatalmente a idoneidade, designa os piores. Exemplo: o plebiscito aclamador de Barrabás. Ai! das eleições puramente espontâneas e livres, numa democracia intransigente! O que as salva é que sempre alguém as

refreia, as modifica, as emenda, antes e depois do pleito. Eleições, só as de um eleitorado restrito, só as dos conclaves, só as das Academias. *Et encore...*

É, afinal, uma corporação aristocrática esta na qual hoje tomais assento, Sr. Lauro Müller. Aristocrática no sentido etimológico do termo, ou no da definição de Faguet, que chama aristocracia um agrupamento qualquer de homens, distinguindo-se por diferenças de educação e de hábitos da massa do corpo social e exercendo sobre o corpo social quer autoridade, quer influência. Autoridade e influência benéficas, bem entendido.

Se a Academia ainda não chegou propriamente a isto, deve consistir nisto o programa da Academia, e para realizá-lo vindes prestigiosamente cooperar.

O CHEFE DE ESTADO

Ao chefe de Estado – indicastes admiravelmente – cumpre agir pelo dever, estudando situações, sem olhar e ouvir pessoas, cheio de imparcialidade, sem nunca ser apaniguado de opressores contra oprimidos, nem escada por onde subam ambiciosos e vaidosos, capaz de opor as resistências da sua consciência e a fidelidade de seus deveres a solicitações de interessados nas contendas políticas.

Apoiadíssimo! Profligastes, nestas felizes expressões,

*Les petites marionettes
Qui font, font, font,
Trois pirouettes,
Et puis s'en vont.*

e delineastes o perfil do magistrado inamovível, vitalício, colocado acima dos partidos, delegado integral da Nação, identificados os seus interesses pessoais com os dos jurisdicionados, pois passará à sua descendência a magistratura.

Quando anuístes a substituir Rio Branco, na pasta das Relações Exteriores, anuência que qualificastes, e hoje o repetistes, de – gloriosa humilhação –, declarastes que a obra da chancelaria brasileira é a continuidade da tradição de um povo, a expressão de um acordo completo e absoluto, entre a ação do Governo e o sentimento nacional, feito à sombra de princípios generosos e pacíficos, superiores a todos os abalos. Sob a direção do Chefe de

Estado, aspirastes a ser o órgão de todos os vossos compatriotas, órgão a que deve ser vedado compartilhar das lutas em que vivem os partidos no interior. Absorvido pela sua delicada e difícil missão, – acrescentastes, – é mister que o ministro das Relações Exteriores se aparte por completo do terreno onde as divergências formam o equilíbrio.

Magnificamente exposto.

É o que entendia um ex-ministro de Negócios Estrangeiros, como vós, Lord Salisbury, quando interrogado na Câmara dos Comuns sobre as vantagens do governo norte-americano relativamente ao britânico. “Pensem o que pensarem, – exclamava o célebre marquês, – os partidários do Estado republicano, sobre a superioridade dessa forma abstrata. É excelente que a unidade nacional e as responsabilidades imperiais sejam corporizadas, como na Inglaterra, em uma pessoa educada desde o berço para tal efeito e que, para chegar ao poder, não se veja levada a ter como inimiga a metade dos eleitores da Nação, e que, por outro lado, não devendo a sua magistratura à influência de quem quer que seja, nenhuma obrigação deva reconhecer.”

Declarastes, mais, ao assumir aquele posto governamental, que obedecíeis ao dever prescrito a todo o homem público, de não medir sacrifícios pessoais, quando se trata dos altos interesses da Pátria. Mas rematastes que se fechava assim a vossa carreira pública, na política interna. Mais tarde, insististes, – quando lembraram o vosso nome para a suprema gestão, – que estáveis impedido de aceitar qualquer cargo público de eleição, como de ter candidatos, por motivos de elevada conveniência pública, inspirados em razões de consciência, que não se revogam por opiniões de terceiros, por mais lisonjeiras e autorizadas que possam ser.

Confesso que aqui não vos compreendo, nem vos aplaudo. Por que essa renúncia? Qual o fundamento de semelhante abdicação? Descrestes do sistema eletivo? Repugna-vos a política interna, base da externa?

Assim não deve ser. Correm-vos deveres e responsabilidades que vos impõem uma diretriz e uma ação diversas das que pretendíeis adotar. Sempre cumpristes os primeiros, jamais fugistes às segundas. *Quo non ascendam*, – eis a divisa que vos quadra.

AMADOR DE ARTE, ORADOR, *CAUSEUR*,
HOMEM DE ESPÍRITO

Tencionasse eu estudar integralmente a vossa individualidade, e teria de inquiri-la em outras várias interessantes feições.

Há em vós um fino e esclarecido amador de arte, possuidor de uma das nossas mais escolhidas galerias de pintura, o que revela apurado senso estético. Há em vós um orador fluente, elegante, comedido, sabendo dizer o que quer, como quer, só o que quer, e quando quer, do que são prova os vossos inúmeros discursos diplomáticos, nos quais jamais escapou uma frase deslocada, uma palavra dispensável ou insuficiente. Há em vós um delicioso *causeur*, e a *causerie* verdadeira, apanágio de poucos, é modalidade artística, requintada, sutil, maravilhosa. Há em vós um homem espirituoso, arguto e solerte, de quem por ali correm ditos à Talleyrand, com a malícia, mas sem a maldade deste, antes de ordinário impregnados da vossa substancial bondade. Este, por exemplo: – Em vossa *Tusculum* de Jacarepaguá, no caráter, talvez, de zeloso presidente que sois, da Sociedade Nacional de Agricultura, dais-vos à criação de aves. No bem cuidado galinheiro, destaca-se a pitoresca plumagem cinzenta, pintalgada de preto e branco, de numerosos galináceos da Angola. Nédios, fecundos, garbosos, satisfeitos, livres, – pois ariscos se mostram à disciplina do poleiro, – vivem a repetir que estão fracos!

“Quando os vejo e os ouço, – comentastes, – costume pensar no Brasil...”

EPISÓDIO SIMBÓLICO

É significativo um episódio de vossa adolescência.

Estudáveis na Escola Militar, estabelecida na Praia Vermelha, junto ao Pão de Açúcar.

Eram, então, difíceis as ascensões. Vingar o cume da montanha importava empreendimento áspero e arrojado. Narrava-se como façanha heróica a de vossos companheiros que galgaram o gigantesco penhasco, – a fim de colocar na falda do píncaro um enorme – *Salve!* – quando Sua Majestade D. Pedro II regressou da Europa, um ano antes da República, para a qual a

Escola tanto concorreu, sendo vós dos que foram acordar Benjamim Constant e Deodoro, na madrugada histórica.

Apareceram na Escola dois inteligentes viajantes estrangeiros, e aos oficiais pediram guias que os levassem ao topo do Pão de Açúcar. Designou-vos para a incumbência o comandante, entre outros motivos, porque faláveis o idioma dos visitantes e lhes daríeis vantajosa amostra da nossa mocidade militar.

Perguntaram-vos os excursionistas se sabíeis bem o trajeto. Respondestes que os havíeis de guiar. E apenas de tradição conhecíeis o caminho, nunca o tínheis percorrido... Mas a estrangeiros não quisestes confessar ignorância em assuntos de vossa terra nem permitir que eles se afastassem desajudados. A incumbência, demais, implicava algo de perigoso, que o vosso brio não permitia enjeitar.

Na manhã seguinte partistes na frente, orientando-vos por incompletas indicações. Ao transpor broncas veredas, mais de uma vez quase rolastes por aterradores despenhadeiros. Em certo trecho, marinhastes o íngreme rochedo, apoiando-vos em pregos nele cravados, à guisa de degraus.

Sempre, porém, na dianteira, mãos e joelhos escalavrados, superando dificuldades inverossímeis, atingistes, dia alto, a culminância, e o sublime panorama descortinado compensou o esforço, a fadiga, a temeridade.

No meio do embevecimento, ante a glória do céu e do mar, lembrastes-vos de que, no dia seguinte, havia na Escola uma sabatina e que desar vos fora a falta, embora por justo motivo.

Caía a noite. Convidastes os companheiros a regressar; hesitaram, recusaram, alegando a imprudência da descida, na escuridão.

Deixaste-los; e sozinho, intrépido, baixastes, margeando abismos, correndo riscos muito piores do que os da ida, expondo-vos, em cada passo, a atroz desastre.

Chegastes quase à hora do concurso. Mal tivestes tempo de mudar a roupa, dilacerada pelas arestas e espinhos. Com o habitual realce, como se nada anormal vos houvesse ocorrido, lidastes no torneio escolar.

A Academia deseja que esse lance vos sirva de símbolo: que a vida vos continue uma ascensão porventura arriscada, mas impávida e patriótica, a vos

deparar, no alto, horizontes intérminos, exuberantes de luz, a incomparável luz do Brasil.

E, quando desçais, envolto, acaso, em sombra e perigo, que seja no cumprimento do dever!

Discurso do
SR. ATAULFO DE PAIVA

e

Resposta do
SR. MEDEIROS E ALBUQUERQUE

*Sessão solene extraordinária
do dia 23 de maio de 1918*

I

DISCURSO DO SR. ATAULFO DE PAIVA

SENHORES Acadêmicos:

A primeira vez que tive a grande honra e me coube o regalo imenso de visitar a vossa Academia foi, precisamente, há quatorze anos, para assistir a uma sessão memorável. Celebrava-se a entrada triunfal de Afonso Arinos, a quem o Sr. Olavo Bilac recebia.

O poeta ia acolher ao romancista, e este nos dava a conhecer, num primoroso labor, os traços mais palpitantes da vida íntima e da existência política e literária de Eduardo Prado, que, mercê da singular harmonia da sua curiosa individualidade e da sua feição intelectual genuinamente combativa, se elevou às transcendentales regiões da Arte, compreendendo e ao mesmo tempo amando, com o seu espírito superior e forte, os destinos e as glórias da nossa nacionalidade.

A esse tempo o vosso augusto grêmio bafejado ainda não fora por propícios Fados. Sem recinto próprio, assistia e deliberava em casa alheia, como prenunciou algures, com a costumada perfeição, o vosso confrade Sr. Mário de Alencar.

Havíeis então recorrido, em busca de agasalho, ao Gabinete Português de Leitura, para que, sob a vossa égide, luzir viessem, em noite que inolvidável ficou, duas refulgentes estrelas da literatura pátria.

É mister se conheça de perto aquele belo edifício, um dos raros exemplares da arte pura que alindam esta grandiosa Capital, para que se tenha uma aproximada impressão da importância e do brilho de que se revestiu aquela reunião acadêmica.

Os pioneiros criadores do “Gabinete Português” quiseram dotar a cidade com um monumento artístico, elegante e suntuoso, espécimen impecável do gênero gótico-manuelino, que bem simbolizasse as aspirações, os sonhos e todo o admirável conjunto dos ideais lusitanos. O artista quis, antes de tudo, deixar fielmente reproduzidos os caracteres originais e altamente respeitáveis da tradição. E o tradicionalismo, em todas as épocas, não deixará de ser a expressão do nosso melhor amor e gratidão ao passado, muito embora cedendo o passo, pelas injunções do progresso, à formidável ação do evolucionismo, que se tem de moldar aos ciclos e aos ritmos do ideal, assim na arte, como na própria ciência, e assim na estética, como na literatura.

Eram, no entanto, o tradicionalismo e o evolucionismo que se davam cordialmente as mãos sob os hospitaleiros tetos da biblioteca lusitana, onde a harmoniosa combinação das linhas graciosas e os delicados primores da arquitetura faziam resplandecer a calma imponente da sessão acadêmica.

Na cadeira da presidência sentara-se Machado de Assis e na fila de acadêmicos divisava-se o Barão do Rio Branco, que pela vez primeira se apresentava às cerimônias da Academia. Débil claridade derramava-se por todo o recinto, imprimindo ao ambiente uma nota empolgante e respeitosa. A esse tempo já era indício de bom gosto a luz morna, misteriosa, das câmaras solenes, dado que a orgia estonteante dos candelabros irradiando a flux, chocava e contrafazia as pretensões, aliás justificadas, dos artistas de boa têmpera.

Afonso Arinos, falando em meio de religioso silêncio, despertou logo particular encanto, mormente quando, num misto de admiração e ternura e com o sutil e raro poder descritivo que tão próprio lhe era, percorreu minuciosamente sobre toda a obra do ilustre paulista, estudando-a em seus íntimos recessos. Por sua vez, o Sr. Olavo Bilac, cantando na sua prosa feiticeira as boas-vindas ao novo hóspede, produziu um discurso que é uma eloqüente e peregrina página aditada à sua extensa obra, patenteando como estava digna e naturalmente destinada a cadeira de Eduardo Prado ao seu carinhoso amigo e

seu par na inteligência e no caráter – o escritor genuinamente nacional do *Pelo Sertão*. E, findas que foram as duas formosas orações, espalhou-se por toda a sala, entre palmas fragorosas que por muito reboaram, um murmúrio sensacional e intenso de prazenteira expansão.

Volvidos apenas oito meses, e quando extintos se não achavam ainda os rumorosos ecos da festa acadêmica (assim vo-lo pode revelar agora um pesquisador paciente), eis que um velho livreiro, lidador, generoso e amante do brasíleo solo onde formara quantioso pecúlio, legava em testamento, a esta instituição, a soma vultosa de alguns milhares de contos de réis, para que ela, levando a efeito mais fecundo programa, alcançar venha com melhor proveito os seus superiores desígnios.

Com esse notável episódio, deveras auspicioso para o vosso grêmio, tenho encerrado a lembrança do simpático acontecimento cuja indelével impressão debalde vos tento exprimir sob a excepcional comoção que ora me avassala.

De indústria, pois, e só de indústria, é que neste momento vos recordo a forte refulgência daquela festa literária, uma das mais sublimadas de quantas heis celebrado, e só assim lícito se me torna, afinal, fazer-vos, antes de me sentar nas vossas honrosas cadeiras, uma confissão desassombrada, embora rude, no singelo propósito de deixar desvendado, esclarecido, sem vacilações perturbadoras, o segredo da minha convergência para o vosso egrégio cenáculo.

Fulminaríeis, indubitavelmente, com o peso máximo da vossa condenação quem, malbaratando tão nobre companhia, aqui entrasse, a praticar, em contrário da mais estreita lealdade que vos é devida, o mais feio dos delitos morais – a insinceridade.

Afeiçoado à conscienciosa meditação, desenvolvida por um espírito aplicado e resoluto, e aspirando ao aperfeiçoamento social, pelo comércio afável e sadio dos homens, retirei-me cheio de encanto e enlevado daquela solenidade, não sem deixar de experimentar um sentimento indeciso de inveja, sim, de inveja, por partilhar do excelso destino reservado à vossa douta e seleta grei.

Não vos alvoroteis, Senhores, não vos aflijais à só idéia de que eu intente dar honras de excelência moral e foros de dignidade a um dos sentimentos de pior casta – a inveja, – paixão essencialmente concêntrica, inculcada e fecundada por vício dos mais abomináveis – a depravação do amor, –

inspirada por pensamentos sombrios e tumultuosos, por consuntivos pesares, pelo egoísmo ferrenho, por ambições pecaminosas, por incontida apetência unida a um surdo rancor, paixão inimiga dos grandes corações, ora calma, dissimulada, precavida e mesta, ora folgazã, incauta, desfaçada e ardente.

Cousa complexa, intrincada e melindrosa, bem se vê que a inveja é, de todos os sentimentos ocultos, o mais difícil, talvez, de ser analisado e, certo, um dos mais raramente compreendidos. Às vezes, uma existência inteira não basta para a revelar, porque o indivíduo enfermiço disfarça suas mazelas sob o manto de uma exterioridade complacente, entretanto que ela por aí vai vivendo a sua existência cobarde e malsã, alimentada somente de ideais impuros e vis, sempre pronta a abater caracteres, a macular tudo o que é do bem, tudo o que é sincero, tudo o que é elevado e nobre.

Vestindo vários aspectos, ela envolve, em sua forma habitual, um desejo licencioso, temperado de desgosto e gana, nascido da simples contemplação da fortuna, da alegria, da ventura, da posição, da saúde, da beleza, do bem-estar, do repouso do que, em suma, possa constituir ou mesmo parecer a felicidade ou a razão do relevo de outrem na vida. Conseqüentemente já não causa pasmo que ela chegue a cravar seus felinos olhos em cousas mais subalternas, que deveriam passar despercebidas até às almas mais inquietas.

O que nos enche de assombro é a afetada despreocupação, é a indiferença simulada com que – vã ilusão – espíritos que se não pode deixar de reconhecer superiores fingem, amiúde, não se entreter com as inocentes frivolidades de que é tão fértil a ingenuidade humana. Observando com excepcional sagacidade, outro vosso companheiro, o Sr. Paulo Barreto, em uma das suas crônicas sociais, deliciosamente assinala, por exemplo – a inveja da elegância masculina. Da elegância masculina! *Mirabili dictu!* E aprecia:

Não há raiva mais feroz do que a desta inveja – a raiva que os outros homens têm dos homens com o gosto de saber vestir. Tem-se comentado muito os olhares das mulheres para outra mulher bem vestida, mas ninguém nota o rancor dos homens em presença de um homem bem vestido. As senhoras, quando vêem passar ou conversam com os homens notáveis, acreditam que da futilidade do trajar só cuidam os *encantadores*. Engano! Cuidam todos.

E o Sr. Paulo Barreto conclui afirmando que ainda não encontrou “um só homem, em evidência ou não, que não fosse suscetível ao elogio que lhe fizeram do fato”.

Mas o estranho sentimento de que teria sido tocado o neófito que a palavra vos dirige é antes uma nobre pseudo-inveja, cuja misteriosa força sutilmente afaga e em breve domina todo homem vibrátil às emoções supernas, sensivo, pois, às seduções da Arte; é esse *mal necessário* de que falava o irreverente Voltaire, – “que no caminho da virtude toda alma superior sente no seio e, como uma leve *ferretoada*, nos compete a proceder melhor”; é a expressão do anseio espontâneo e aperfeiçoador de privar com o mérito verdadeiro, muito própria, aliás, dos amadores de justas práticas moralizadoras, os quais se comprazem em ver através da vida o anelo alentador, de gozar o próximo sucesso nascente, aureolado por todos os predicados de nobreza, e as glórias do triunfo celebradas pelas mágicas forças do mundo social.

E verdade é que a Academia só começou a ter definido e acentuado o seu relevo quando, por seu turno, entrou a ser invejada. O fenômeno aí está, perfeitamente caracterizado, para grande júbilo dos vossos ideais.

Nunca nos faltou nesta terra a aspiração de afeiçoar, congregar, de alguma sorte atrair, numa colaboração eficaz e conjunta, os elementos que despontavam e propendiam para o cultivo da literatura nacional. Não obstante o sentimento de sociabilidade, sempre tênue e lasso, fugia a todos os esforços. Os grêmios de letras dispersavam-se e desapareciam, a maior parte das vezes, no meio da apatia e da descrença geral. Ninguém punha dúvidas, e mui naturalmente, como resultado da severa lógica dos fatos, nesta injustiça que por aí corre incontestada, de que, como em tudo o mais, nas questões literárias, o espírito associativo dos brasileiros é totalmente nulo e não passa de um capricho efêmero e ocasional.

A Academia resistiu, com pujança admirável, a esse preconceito supersticioso. Não lhe faltaram, porém, dissabores e obstáculos. Durante os três primeiros lustros, sem embargo do devotamento dos seus fundadores, teve de suportar a triste situação da indiferença, que é um dos grandes males que friamente perpetram os incrédulos de todas as nossas obras coletivas.

Bem certo é que o vigoroso surto que ela ofereceu posteriormente só se acentuou melhor quando as vossas sábias deliberações começaram a ser

apreciadas, discutidas, criticadas ou combatidas. Nem lhes faltaram, de par com as expressões zombeteiras dos irônicos, os balofos remoques e as chufas dos maliciosos, que nunca falham, mas que servem, insensivelmente, para excitar a ação orgânica e consciente das fortes e sinceras esperanças. A própria oposição à célebre e malsinada teoria dos *expoentes*, cuja criação se deve à inspirada intuição e ao poderoso sentimento confraterno do Sr. Afrânio Peixoto, nunca passou de um pretexto e não passa mesmo de sintoma. Sabem todos que pelas mãos dos genuínos letrados é que penetram neste instituto aqueles que expressamente pertencem ou não à verdadeira república das letras. Certo, os últimos não se sentem exilados, porquanto desde que pisam a vossa passagem vestibular, defrontam justamente os compatriotas que no romance e na poesia conquistaram posição de escol e, na primeira linha, os recebem de braços abertos, fazendo-os encontrar neste recinto, como em seara abençoada, um amplo regaço de benevolência e de liberalidade.

Elevando-se ao grau a que atingiu, esta Instituição, já agora admirada, querida e elogiada, entrou a realizar a sua função primordial: ser uma associação fundamentalmente representativa da cultura brasileira. A grandeza e o sucesso da Academia já eram, pois, um fato, e a vontade daqueles que granjearam o seu glorioso convívio sobejamente se justificava, ainda antes do simpático movimento do milionário munificente que, amando-a em recatado silêncio, pôde enriquecer-lhe o patrimônio financeiro num impulso raro e nobilíssimo.

Senhores. Julgo ter dito bastante dos motivos que me arrastaram até vós, para que tente dissimular a viva emoção que me domina ao receber, neste ato, a vossa dignificante investidura. Dou-vos nesta oração um imperfeito atestado dos sobressaltos, da perplexidade, do desassossego que experimentei quando me preparava para bater às vossas portas, a solicitar os vossos honrosos sufrágios. Alguns dentre vós, com quem de longe em longe e porventura me avistava, mal sonham a irresistível atração que, de velha data, sobre meu espírito vinham soberanamente exercendo e, se lícito lhes fosse adivinhar, ter-se-iam certificado, pelo meu ar febricitante de lutador, quanto vacilei, como muitas vezes me faltaram a coragem e a energia para arrostar o preconceito esdrúxulo que se me antepunha anormalmente, e tanto mais que até então não

ousaram levantar a cabeça além das minhas humildes aspirações, pois bem sabia que elas não podiam ascender à altura em que pairam os vossos decretos.

A vossa indulgência – ainda uma vez o mostrastes – não tem limites. Inteiramente despreocupados de considerações estranhas, haveis invariavelmente feito assentar nessa Cadeira que, aliás, pertence a um dos mais inspirados poetas, somente os cultores das letras jurídicas, e, naturalmente, esse foi o único título que justificou a aceitação do nome que se vos apresentou e explica, por um lado, a vossa benévola acolhida e, por outro, o motivo da sucessão.

Nem quisestes indagar de certos traços – com reverência o digo – diametralmente opostos e inconciliáveis das duas individualidades que ora se substituem. Artur Orlando, a quem me cabe a honra de suceder, sob a sua fisionomia um pouco tediosa, posto que extremamente simpática, descuidada de ademanos, despida de convencionalismos, com o seu aspecto às vezes algo embuchado e bisonho, ocultava títulos preciosos, de segura indulgência, revelando logo, pela sua riqueza intelectual, o exato senso, o vigor das idéias, notável e não vulgar penetração científica. Patenteando naturalmente e com sinceridade um largo desprezo pelas cousas fortuitas, ele começava mesmo por ter esse precioso privilégio dos homens superiores: – não fazia cabedal nem caso da compostura do vestuário.

Admiro e louvo sem restrições a respeitável e distinta classe de seres invejáveis que avaramente guarda, na despreocupação das vestes, a linha da sua impecável gravidade e que, ocultos sob o desalinho e o disparate das roupas, não necessitam dos frívolos incômodos e enfadonhos artificios da gente rebuscada para que, mesmo longe, nos deixem ver, dentro da sua massa impertérrita, às vezes desgraciosa, mas sempre venerável, o bom senso, a circunspecção e tudo quanto enfim é capaz de integrar a pureza e a preeminência dos caracteres ilibados.

Desses predicados valiosos, infelizmente, não se forra o vosso novo prosélito. Uma inclinação natural e espontânea, muito compatível com a sua alma ingênua de modesto provinciano, levou a pensar (naturalmente em erro) que não seria pelo cultivo de algumas inocentes bagatelas e fugidias nugacidades que se haviam de desencadear as desgraças, as calamidades públicas e os flagelos da humanidade. Afeiçoando-se, pela regra apelidada de bom gosto, ao feio e quase execrável pecado do *mundanismo* (e a expressão aqui nada mais

significa do que o inverso do retiro sombrio e do tugúrio convencional onde se recolhem, em vida contemplativa, sábios mestres e divindades lunáticas do falso entendimento e do rude siso), imaginou que, provido de calculada dose de bom senso e recatada alegria de fruir a vida, esse devia ser, na verdade, e à míngua de outros, um ponderado recurso de parecer educado e conviver em sociedade. E, se uma nítida compreensão de sensatez, que sabe medir e procura se elevar, não o lançou jamais além das linhas de esmeradas correções, nunca sentiu bem por que se não havia de tolerar essa culpa levíssima, que, mesmo no trajar, sem os adornos da ostentação ou do exagero, quer revelar a intuição consciente das regras do bom tom.

Os bons exemplos não merecem abandono. Nos tempos da oposição ao cesarismo romano, o filósofo Traséia era uma figura que atraía todas as atenções da sociedade. Homem do mundo, em toda a significação moderna da expressão, a sua casa se notabilizava e distinguia pela freqüência contínua das senhoras de boa companhia, e, amando apaixonadamente o teatro, chegou mesmo, certa vez, em Pádua, sua pátria, a surgir no palco, em costume trágico, escandalizando a todos. Não obstante, esse varão ilustre, cuja austeridade não tinha limites, era, no conceito dos historiadores, o mais honesto homem do Império, de uma doçura e de uma tolerância inigualáveis para com os virtuosos e os humildes, e foi até uma das vítimas de Nero, quando, em pleno Senado, recusou conceder honras divinas a Pompéia.

Não precisamos, porém, lançar vistas para tão longe. Nós mesmos presenciamos a mesquinha guerra com que aqui se flagelava um certo Joaquim Nabuco, cuja figura aureolada cometia, aos olhos de muita gente, o feio crime de manter impecável a sua elegância de fino cavalheiro, não se lhe perdoando que para o seio de Câmara dos Deputados levasse o seu fraque talhado rigorosamente e marcado por um vistoso cravo rubro, que alarmava a representação nacional. Não teve outra fonte a ironia – *Quincas, o belo* – com que o cognominaram por longo tempo. Contudo, nem o tremendo sacrilégio de que o criminararam impediu que ele se erguesse à altura de grande brasileiro, recebendo em estátua a sua justíssima consagração, porque soube ser um dos grandes paladinos da redenção dos escravos; foi, como embaixador, um dos mais ardorosos defensores dos interesses internacionais da nossa Pátria e ajudou eficazmente a fundar uma Academia que é o centro

mais brilhante da nossa cultura intelectual e o mais notável acontecimento da história literária do nosso país.

Naturalmente há de surgir por aí algum inquiridor perserverante que se incumba de estudar e descrever como se forma entre nós a lenda do *dandismo* e como, da noite para o dia, na nossa vida social, aparecem guindadas, como que eleitas, à eminente posição de árbitros petronianos umas pobres e modestas criaturas que, sem embargo, são de surpresa colhidas com as excelsas honras que assim se lhes conferem, só porque tiveram sempre a simplicidade de acreditar que a gentileza do trato, a amabilidade, a doçura da palavra, os gestos cortesês de sociedade e de salão e o distinto convívio das damas continuam sendo formas e expressões de sentimentos apurados e nobres. Todavia tais supostos árbitros devem bem saber e convencidos estar que razão de sobra assiste à triunfante legião dos espíritos superiores, que nunca malbarataram o tempo em quejandas futilidades, erradamente tomadas por alguns filósofos lá da outra banda do oceano como índice de requinte social.

Mas as discórdias e desinteligências essenciais, que, para ventura de todos, hão de sempre nos preservar da *uniformidade acadêmica*, nunca foram embaraço para as vossas deliberações, pois tudo isso pouco importa à Academia, à qual, como ao Paraíso e ao Inferno, – na expressão do Sr. Olavo Bilac –, por diversos caminhos se pode igualmente chegar.

Quando Artur Orlando mereceu a vossa alta consagração, já era portador de uma obra que, pela sua feição profundamente conscienciosa, discreta e sincera, alimentada pelos grandes ideais de liberdade, justiça e democracia, tinha direito e fazia jus às homenagens dos pensadores contemporâneos. No seio da serena e laboriosa existência, o seu espírito livre e extremamente emancipado e a sua forte educação clássica formaram o trabalhador profundo e infatigável, perito em lavrar com mãos delicadas as substâncias preciosas das ciências e das letras.

Nenhuma análise, por mais fina, exata e penetrante, poderia descobrir, isoladamente, a matéria geradora em que se fundiu o espírito superior do pernambucano ilustre cuja sucessão ora se opera. Ela somente brotaria inteiriça e consolidada pelo amplo estudo que, algum dia, se fizesse da atmosfera, do meio, do ambiente moral em que ele cresceu e viveu, onde começou a fazer a

prova da sua intelectualidade, desabrochando afinal em perspectivas luminosas, em revelações progressivas e triunfais.

Sílvio Romero, na *História da Literatura Brasileira*, pretende que houve uma *escola baiana*, pelos fins do século XVII até ao começo do século XVIII, mais tarde uma *escola mineira*, uma *paulista*, uma *maranhense* e outra *pernambucana*, segundo os lugares onde se foram reunindo grupos seletos de homens cultos cuja produção literária tomou vulto e deixou fundas raízes na história do pensamento nacional.

A classificação não passou sem contraditores. A crítica de escola arma uma pena vigorosa para lhe lançar a refutação. José Veríssimo, a propósito da falada *escola mineira*, insurge-se contra a tendência de se criarem na nossa literatura essas entidades fictícias, essas feições e aspectos que todo o talento dos inventores não bastou para realizar ou fazer aceitáveis. Não há escolas de idéias nem de obras, mas simples agrupamentos artificiais de indivíduos que somente o acaso do nascimento e da contemporaneidade juntou, sem algum laço ou requisito comum.

Georges Brandes socorre e ampara os conceitos do crítico. Um grupo é o resultado da união natural e desinteressada entre espíritos e obras de uma tendência comum; uma escola é o resultado de uma comunidade consciente de autores que se submeteram à direção de uma convicção qualquer mais ou menos distintamente formulada. E Veríssimo arremata agora: o que separa a escola do grupo (e a distinção é intuitiva) é não haver no grupo senão a camaradagem literária, a união natural de tendências comuns e, ainda, de um comum espírito, ao passo que o que caracteriza e define uma escola é a existência de um credo literário ou estético ligando autores que podem, aliás, ser de tendências diversas, mas que consciente e voluntariamente seguem a mesma estética.

Sem o querer, talvez ao impugnar o princípio, José Veríssimo, definindo-lhe os característicos, explicou a maneira, traçou a forma por que se consubstanciou de modo todo particular essa admirável agremiação que no Recife marcou o vasto horizonte das letras nacionais. Simples grupo regional de literatos ou escola consagrada de cientistas, o nome pouco importa. O essencial é o fato. A obra e a ação fundiram-se. No meio das controvérsias e das discórdias, a filiação dos espíritos acentuou-se, aproximando-os numa comunhão de idéias capitais. Para que não faltasse nada ao cometimento, onde não

havia somente um agrupamento acidental de prosadores e poetas, salientou-se a chefia consumada e segura de uma inteligência poderosa que desbravou o terreno e traçou diretrizes – Tobias Barreto.

O movimento seccionou-se em períodos perfeitamente caracterizados. A sua primeira fase foi poética. Castro Alves, Tobias, Palhares, Luís Guimarães, Pinto de Lima, transportaram para a língua portuguesa as vibrações altissonantes, as antíteses e a suavidade da lira hugoniana. Eram os *condoreiros*, que contribuíram para dar vivacidade e brilho ao estilo dos nossos beletristas. Isso foi pela década de 1860. Na década seguinte a crítica toma a dianteira à poesia, que se modifica. Sílvio Romero, Celso de Magalhães, Sousa Pinto, Generino dos Santos, Inglês de Sousa, Justiniano de Melo, aparecem nessa quadra.

De 1870 por diante acentuam-se as tendências científicas dos estudiosos do Recife. É a fase de iniciação filosófica. Já em 1868, Tobias chama a atenção para o positivismo, que começa a fazer prosélitos nesse centro literário. Mas, após a guerra franco-alemã, as suas vistas se voltam para o pensamento germânico. Littré e Spencer, contudo, mantêm o domínio dos espíritos. Há principalmente uma fascinação viva e completa, em toda a massa pensante da mocidade acadêmica, pela obra vigorosa, fecunda e original do sábio britânico.

Ninguém se julga suficientemente instruído e verdadeiramente intelectual sem sobraçar, pelo menos, algum dos dez volumes do *Sistema de Filosofia*. Nas estantes de todas as bibliotecas há de aparecer, bem saliente e viva, de vermelho, se possível for, a lombada dos *Primeiros Princípios*, dos *Princípios de Biologia*, da *Classificação das Ciências*, da *Filosofia do Estilo*, da *Gênese da Ciência*, da *Estática Social*, ou de qualquer outro nobre condimento com que se manipula toda a vastíssima, prodigiosa e preeminente doutrina spenceriana.

Nenhum discurso, nenhuma oração, dignos desse nome, passará sem uma referência à idéia da nova *lei moral*, que afirma a sua crença no conseguimento da perfeição da Humanidade ou no do *progresso*, que não é um acidente, mas uma necessidade. Longe de ser o produto da arte, a civilização constitui uma fase da natureza, como o desenvolvimento do embrião ou a eclosão da flor.

Nos livros que dos prelos saem, como nas palestras literárias, se há de necessariamente falar na *psicologia experimental*, que ensina a descobrir, descrever e classificar as diversas modalidades da sensação e do pensamento, no estudo não só *estático*, mas também *dinâmico*, que não constata apenas os fatos, mas ainda a sua gênese, o seu desenvolvimento e as suas transformações.

Com o concurso de Tobias Barreto, em 1882 – ato que constitui um verdadeiro acontecimento literário, pela grande repercussão que teve – iniciou-se a última fase da escola, a mais fecunda, mais duradoura e mais brilhante: a fase jurídica.

O mestiço genial, que surgira do seu retiro da Escada, para deslumbrar a mocidade, com a sua palavra ardente, e os mestres, com o seu vasto saber, trouxera a concepção monística do Direito com Haeckel, Noirée, Ihering, Hermann Post e toda a plêiade de pensadores e juristas alemães. Ao fragor da sua crítica e à sedução da sua propaganda, os estudos receberam uma nova e fluente orientação.

A filosofia do Direito sem o Direito Natural, a arqueologia do Direito, olhada pelo prisma do evolucionismo, a etnologia jurídica, os modernos processos da criminalística, começaram a ser objeto de acurado estudo entre nós. Foi a Escola do Recife que familiarizou os juristas pátrios com a nova feição dos estudos penais e foi ela que, primeira no nosso país, fez uso do método histórico comparativo aplicado aos estudos do Direito. Leve-se à conta do seu alto crédito esse último serviço prestado à nossa literatura jurídica.

O Congresso de Direito Comparado, de Paris, em 1900, com Raymond Salleils à frente, teve o único intuito de chamar a atenção do mundo pensante para a disciplina científica que impunha uma nova diretriz à ciência comparativa, pelo estudo paralelo das legislações sob a base da política jurídica, considerados, ao mesmo tempo, as tradições nacionais, o espírito público e as possibilidades práticas. O Direito Comparado passa a ser uma ciência que se constitui em estado independente, com o seu objeto próprio, suas leis e seus métodos, distinta da História comparativa das instituições e da própria Sociologia, embora esta, por sua vez, se sirva da História, que é o instrumento de observação por excelência, para pesquisar e estudar as leis que presidem à formação, ao desenvolvimento e, de modo geral, à própria vida orgânica da sociedade.

Não foi, portanto, sem grande ufania e não menor contentamento que o novo aliado que ora vos fala, assistindo e tomando parte naquela assembléia internacional de Paris, teve ocasião de verificar que, enquanto os eminentes congressistas franceses procuravam dessa maneira despertar a grande massa de juristas que pareciam ter perdido toda a consciência do laço que une o Direito ao desenvolvimento geral da civilização, já os pensadores pernambucanos conheciam a fundo aqueles conceitos, familiarizados que estavam com os nomes dos seus principais propagandistas, que eles tornavam conhecidos mostrando, em largo descortino, as grandes noções da interdependência íntima a cada momento observada entre aquele mesmo Direito e a evolução econômica, social e política de todos os povos civilizados.

Tudo isso operou a escola pernambucana. E fez muito mais. Não é necessário exagerar-lhe os serviços para lhe acentuar os méritos. Sem dúvida, ela não conseguiu transformar a preocupação intelectual e metafísica da nossa raça, que é a idealização científica e a inspiração dominadora das nossas instituições lendárias e seculares. Através do período revolucionário, que está passando, toda a incomparável beleza do catolicismo aparece mais forte do que nunca. A renascença do espiritualismo acentua-se, e a mocidade volve, de novo, a procurar na obra filosófica alguma cousa além do evolucionismo, que dê a medida, se não bem exata, contudo o mais possível aproximada das nossas tendências intelectuais, morais e éticas.

Quis, entretanto, a Fatalidade que, depois de lastimável dispersão, a morte, a crua morte, ceifar viesse muitas daquelas existências preciosas, fazendo desaparecer um a um quase todos os brilhantes combatentes. Sousa Bandeira foi o último dos extintos. Dos vivos somente quatro nomes estão em evidência pública: Clóvis Beviláqua, Urbano Santos, Inglês de Sousa e Graça Aranha.

A escola desfez-se, não sem produzir brilhantemente muitos e valiosos preceitos. Derramou um punhado de idéias novas que a geração seguinte só teve que assimilar, havendo, porém, cuidado pouco da frase e abusado muito de certo vocabulário haurido na História Natural e pelo monismo posto em voga. Mas as palavras gastaram-se no atrito da vida, e a substância espiritual que elas representavam afeiçoou o nosso patrimônio intelectual à meditação e a mentalidade nacional ao estudo dos novos problemas científicos, cuja

orientação, sem dúvida, a escola não estabeleceu originalmente, mas, recebendo-a das fontes européias, adaptou-a ao nosso meio e calorosamente difundiu.

Jamais, contudo, a escola ocasionará o olvido daquele que fora o seu mais típico e glorioso representante. Tobias Barreto, bastante persuasivo, alma cheia de vigor e de expansão comunicativa, soubera fazer e cultivar não poucas afeições, tendo, por isso, encontrado, entre homens de nome feito, alguns que lhe prestaram o auxílio da sua simpatia, embora deles depois se separasse. José Higinio e João Vieira estão nesse número. Todavia, entre os jovens a sua ação foi mais enérgica e mais viva, tendo sofrido notavelmente a sua influência Martins Júnior, Gumercindo Bessa e Fausto Cardoso, que não podem desde logo ser esquecidos, e, bem assim, Sílvio Romero, que já a esse tempo se fizera professor e se transportava para esta Capital, onde veio ser o paladino da escola que ajudou a criar e a desenvolver.

No Recife, porém, o discípulo mais ligado ao mestre, o mais devotado e mesmo mais querido era Artur Orlando. Oferecendo-lhe um exemplar dos *Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica*, o famoso corifeu escrevera esta expressiva dedicatória: “A Artur Orlando, o amigo incomparável, o companheiro de batalhas, do qual bem pudera dizer o que disse Hugo de Lamartine, que somos uma espécie de par homérico, sendo ele quem traz a lança e eu quem dirige os corcéis.” E não houvera exagero no colorido nem excesso no tom carinhoso e no enunciado fraternal dessa oblação.

Orlando era um combatente às direitas, sempre alerta, para a defesa como para o ataque, nos jornais, nas revistas, nos livros, nas palestras; doutrinando, se necessário dismantelar teorias, e desferindo sarcasmos temerosos ou leves ironias, nas suas crônicas amenas e eruditas exposições, quando preciso meter a ridículo o adversário. Espírito sério, fizera, não obstante, as suas primeiras armas em um hebdomadário satírico, e o vezo da zombaria mordente lhe ficara nas curiosas malhas do seu espírito superior.

Estreou-se bravamente na vida pública, pondo logo em atividade as forças da sua natureza insubmissa e rebelde, a qual se revelou a pleno e subitamente em duas provas científicas a que fora submetido.

Adstrito para um concurso de Retórica, escreveu de improviso uma belíssima dissertação sobre o “estilo”, em que as idéias de Spencer eram rigorosamente aplicadas. Mas todo o seu esforço oral para integrar a

disciplina se desmoronou diante do contraditor, que lhe abateu os vãos pelos domínios da psicologia, da história literária e do evolucionismo, pedindo-lhe, num solerte golpe de surpresa, que medisse e classificasse umas odes de Horácio. Orlando possuía o sentimento do ritmo. Parecendo-lhe, entretanto, que desviar o curso das idéias da arte de escrever, a fim de apontar os versos sáficos ou adônios e os pés “dácilios” ou “espondeus”, era amesquinhar ali o concorrente, retorquiu por meio de um público protesto, feito com o calor da sua alma de moço. A prova, de seguida, era anulada.

Noutro concurso, da Faculdade de Direito, as idéias novas de que ele era portador ocasionaram um ruidoso escândalo acadêmico, semelhante ao que provocara Sílvio Romero quando, perante a congregação do mesmo instituto, declarava, anos atrás, que “a Metafísica estava morta”.

Sabido é que ninguém mais do que Artur Orlando fez timbre especial de usar e ainda de abusar de um vocabulário arrevesado e complexo, posto que bem significativo e apropriado aos princípios que revolucionaram as longevas tendências filosóficas. Até nas expressões e na forma era preciso deduzir tudo das ciências naturais e econômicas, as quais se deram as mãos para que fosse afirmada a idéia de solidariedade no mundo biológico e social. Ele dissera mesmo, nos seus *Novos Ensaios*, que “a concepção nova da matéria, como uma substância inerte e indestrutível, já não pode satisfazer às vistas largas e extraordinariamente belas do espírito moderno. Este se elevou a um plano superior ao mundo da matéria propriamente dita, com as suas conhecidas propriedades *cinéticas, físicas, químicas, elétricas, magnéticas*.”

A dissertação do exame versava sobre “o momento histórico das leis”. É um trabalho profundo e cheio de observações curiosas o que ele produziu. Apesar de se tratar de tese quase que inteiramente de Direito Positivo, o autor achou meios e modos de encaixar todo o rosário das suas idéias reformadoras e revolucionárias, a começar pelas denominações características. Trata-se de problema de “fisiofilia processual”, disse ele logo no princípio da dissertação. Webber, Bergman, Struve, Meyer, Savigny, Imbert, Lasale e Gabba só tiveram fantasias subjetivas e fizeram somente distinções sutis. A vida jurídica, como qualquer outra vida, tem formas e funções, e daí uma “morfologia” e uma “fisiologia” do Direito, influenciando-se reciprocamente, sendo uma o complemento da outra. O conceito de Mesmer ampara o concorrente. O

princípio da gravidade universal, resolvendo todos os fenômenos do universo, ligando o mais pequeno corpo ao maior através dos espaços interplanetários, foi a força suprema que expulsou a Teologia e a Metafísica do governo moral e social, como já as expulsara da Física, da Química e da Biologia.

Os venerandos e provecos professores ouviam, confusos e alarmados, a audaciosa exposição. O candidato prosseguia, impávido e sem se perturbar. Como criação histórica, como experiência capitalizada, como produto da ação coletiva, o Direito nada tem de absoluto, de universal e de eterno. A sua relatividade comprova-se. A sociedade é uma combinação binária de pessoas e de cousas. Ela supõe a riqueza, como supõe a coletividade. Como elemento “histológico” do corpo social, a riqueza é de importância capital na vida jurídica. Não sendo a riqueza, em última análise, senão um aumento de força diretriz na mudança de lugar e de estado da matéria, segue-se que a *alma mater* do Direito é a atividade humana. As múltiplas atividades consideram-se milagres perpétuos, inexplicáveis, no seio dos fenômenos “físico-químicos”, ou simplesmente resultantes das forças ordinárias da Natureza, de acordo com a concepção monística do universo. Há uma espécie de equilíbrio. É a feição do “cosmos” jurídico. O Direito passa a ser a disciplina das atividades sociais.

Artur Orlando vai além. Um recuo nunca seria movimento digno da sua probidade científica. É mister levar a coerência às suas conseqüências derradeiras. Afirmar ele que deve haver “relação etiológica” entre a “solidariedade do crime” e a “solidariedade do processo”. E lança, afinal, esta proposição singular, que causa forte estranheza e chega a fazer época nas rodas acadêmicas do Recife: “As *ordálias* no processo são provas *ontogenéticas* do desenvolvimento *filogenético* do direito por meio da luta.”

A velha congregação estremeceu, transida de espanto. Trava-se acalorada discussão. Há mesmo um desagradável atrito entre examinadores e o candidato, que prefere desistir das provas, retirando-se do concurso. E, desse conflito entre o monismo “haeckeliano” e o espiritualismo clássico, resultou a desanimação de Orlando, que não mais se quis submeter às demonstrações acadêmicas.

A cátedra da Faculdade perdera indubitavelmente um grande professor, e Orlando, a seu turno, uma posição condigna; mas nem por isso a curiosa esfera da atividade intelectual do ex-concorrente deixara de se entreabrir em

vastos e promissores horizontes. Um largo período de intensa atividade põe em vivaz e eloqüente prova os ricos e interessantes aspectos do seu poderoso espírito, moldado pelas forças resistentes e confortáveis da Natureza, que ele amava apaixonadamente.

Em certa ocasião, Artur Orlando, explicando os elementos componentes da sua formação literária, diz que mais devia à Natureza e à vida do que aos mestres e aos livros. Destes últimos o que mais concorrera para o preparo da sua mentalidade foi a coleção das *Fábulas* de Fedro, em cujas páginas se refletem, como num espelho, todas as forças naturais. Depois foi o *D. Quijote*, no qual Cervantes, provocando o riso à custa das loucuras e ridículos humanos, há feito mais bem à Humanidade do que todas as escolas. Existem cousas na vida que somente se corrigem à custa de muita gargalhada, e o riso, pode dizer-se, é exclusivo da espécie humana, sendo o mais poderoso e humano instrumento de seleção social.

A seguir, confessa que o gênio de Henri Heine, com o néctar de seu divino *humour*, lhe produzira uma verdadeira embriaguez intelectual. Kant e Tobias Barreto, Spencer e Sílvio Romero guiaram as inclinações da sua filosofia; mas a matéria-prima da sua educação foi, através de densas brumas e vagas nebulosidades, a Natureza e somente ela, com todo o brilho das suas cores, com toda a elegância das suas formas, com toda a suavidade dos seus perfumes.

Dessas qualidades ardorosas da inteligência, desordenadas, às vezes, mas sempre opulentas e exuberantes, é que nasceram, vicejando com pompa e graciosidade, os dons preciosos do crítico e do literato, do sociólogo, do político, do administrador, mas, sobretudo, do jornalista e do escritor, porque Artur Orlando, servindo-se da sua erudição surpreendente, sempre progressiva e fecunda, se distinguiu, antes de tudo, pelos contínuos e brilhantes combates de imprensa, e, principalmente, pela grande produção de livros magistrais, que só não tiveram repercussão bem popular em razão de haver sempre caprichado em não disputar os sufrágios e favores, muitas vezes banais, da opinião pública. Como jornalista, não fez mistério, depois de longos anos de imensa laboriosidade, em traçar as suas impressões que, nada tendo de pessimistas, são, ao contrário, coadas através de nuvens róseas e desenhadas com as cores da esperança.

Ao Sr. Oliveira Lima deve-se o discurso de recepção de Artur Orlando nesta Academia. Se, com o merecido respeito, é lícito oferecer uma única refutação a esse excelente e magistral estudo de Oliveira Lima, cuja voz, para honra da intelectualidade brasileira, já tem ecoado até em fúlgidas moradas do espírito universal – Sorbonne, Harvard, Royal Society, – diremos que Orlando não era principalmente um filósofo. Fora de dúvida, tinha, como especial preocupação da sua vida, talvez até em grau maior do que qualquer outro escritor nosso, o amor apaixonado dos grandes princípios filosóficos, dos princípios e leis gerais, os quais, espraiando-se pelo seu robusto e ardente espírito, se alastravam afinal pelas menores páginas das suas produções literárias, sociológicas e, em geral, científicas. Mas ele não cogitava nem se ocupava exclusivamente de pesquisar, estudar e desenvolver a ciência universal dos seres, dos princípios e das cousas, para organizar, sob uma forma hodierna e com determinado grau de humano poder, um sistema original, uma doutrina ou um novo método, reformando de antemão a escola de uma época, de um povo ou de um simples agrupamento de homens.

Dessa magnífica estofa, seguro indício dos filósofos verdadeiros de profissão, a nossa pátria, infelizmente, ao que parece, não teve até agora a ventura de possuir um só exemplar, à exceção de Farias Brito, há pouco desaparecido, o único que, no meio da nossa valiosa mas revolta e desordenada evolução mental, procurou realizar, nos domínios da consciência e na esfera dos conhecimentos humanos, uma obra condensadora, rica de concepções novas e elevadas.

Artur Orlando, no afã prodigioso e na ânsia de tudo pesquisar, estudar e esclarecer, pois que era um leitor infatigável e um incansável trabalhador, teve, freqüentes vezes, necessidade, senão de abjurar, ao menos de transigir com as suas crenças filosóficas, que, aliás, nunca prejudicaram o curso caudaloso das suas admiráveis lucubrações.

O Sr. Clóvis Beviláqua, seu amigo devotado, admirador incondicional do seu talento e que hoje, mais do que nenhum outro, guarda sob legítimo orgulho, com a robusta e invejável mentalidade, as gloriosas tradições da Escola do Recife, prefaciando uma das suas obras, teve ocasião de notar que o autor se mostrava um revoltado contra tudo o que era fútil, tacanho, injusto, perverso ou torpe, ansiando por um mundo melhor e mais puro, mas que

“andava atormentado pela dúvida, vacilando entre um ceticismo, ora sob a feição aristocrática dos Lange e dos Scherer, ora sob a modalidade motejadora dos Bayle, dos Leopardi e dos Schopenhauer”.

E Martins Júnior, igualmente outro amigo seu fraternal, também observou que Orlando “não teve e não quis ter sequer um sistema filosófico exclusivo pelo qual se modelassem as suas concepções e que por isso é que ele abandonou o positivismo francês, passando a travar conhecimento com aquele nebuloso Eduardo Hartmann, a que Jules Soury chamara – “o último cavaleiro das causas finais”.

Como ser francamente afeiçoado ao estudo da Filosofia e não propriamente um filósofo, nem por isso a figura brilhante de Artur Orlando diminui de valor ou perde de importância. Jean Richepin, da Academia Francesa, ainda há pouco realizava, na Universidade dos Anais, uma série das mais interessantes conferências, exclusivamente dedicadas ao exame e ao estudo da curiosa personalidade de La Fontaine, repetindo, acerca do mesmo, a conclusão, a que já chegara Taine, de que o poeta fabulista, pintando ou querendo pintar a sociedade do tempo de Luís XIV, havia belamente caracterizado e retratado a sociedade humana em geral.

Richepin, no entanto, ao reservar uma conferência especial para tratar da filosofia de La Fontaine, advertiu desde logo que não se ocuparia propriamente do filósofo La Fontaine, o qual, sem dúvida alguma, quis tirar e deduzir de quase todas as suas fábulas a moral como a origem e fim dos seres e das cousas, pondo-os ao serviço da discussão filosófica, a propósito de um verso, de uma anedota, de um adágio. O discurso a Madame de La Sablière, sobre o “automatismo animal”, não teve outros intuitos. Mas, sem ter criado, pelo trabalho especial do seu cérebro, um sistema, nem resolvido igualmente um grave problema vital, cabe a La Fontaine o título de “Grande Pensador”, o que já é muito, nunca, porém, o de “filósofo de profissão”, o que seria muito mais.

O escritor ilustre, meu predecessor nesta Cadeira, o pensador profundo, o crítico consciencioso, o polígrafo que abordou todos os assuntos, sem circunscrever em limites acanhados os vôos da sua imaginação e a expansão dos seus conhecimentos, mereceu, sem favor algum, as homenagens desta Academia, como a sua perda irreparável merece hoje o pesar de todos. Mas a evolução de um espírito através da sua obra é a operação grata ao curioso da

psicologia, como ao amador literário. Sente-se a alma do escritor afirmando a sua individualidade, a inteligência crescendo em lucidez e amplitude, a expressão adquirindo maleabilidade e firmeza. E sobre a transparência dessa mentalidade refletem-se as questões que agitaram a sociedade do seu tempo, assim como as escolas filosóficas literárias que disputaram a preferência dos construtores de frases e dos sistematizadores de idéias.

Artur Orlando, que, ao sair da Faculdade de Direito do Recife, era sectário do positivismo científico dirigido por Littré, dentro em pouco, sob a influência de Tobias Barreto, era um monista apaixonado por Haeckel, abrindo a flor da inteligência aos ventos da publicidade. Ele disse do mestre que este não era budista, nem spenceriano, nem comtista, mas um inimigo de todo sistema, de tudo o que é ortodoxo e convencional. Sem o pretender, a si mesmo se estava caracterizando.

Na *Filocrítica*, publicada em 1886, já era esse o estado de idéias de Artur Orlando. O que dá, porém, um sabor especial a esse livrinho de crítica social, filosófica e literária é a exuberância e frescura de conceitos, a vivacidade de expressão e o livre humorismo, que vai da ironia leve ao motejo franco, por vezes mesmo ao sarcasmo, diante da ignorância e de certa endemia de caráter social e político. O primeiro capítulo, estudo de psicologia feminina, – como ensina o autor, com a sua terminologia haeckeliana, – tem por objeto a alma da mulher russa. É uma página interessante, porque, ao mesmo tempo que nos traça em um bosquejo rápido, mas firme, a formação desconcertante da mulher eslava, também nos desenha a idiopatia do escritor. O que ele diz da mulher russa – cheia de saber e de virtude, tomando parte de todas as manifestações da vida intelectual e moral do seu país, nas letras, nas ciências, nas artes e nas indústrias, exercendo a medicina, a advocacia e o professorado, colaborando em revistas, trabalhando em escritórios de estradas de ferro, dirigindo serviços de telégrafos, votando por procuração nos *Zemstvos* – continua a ser a rigorosa expressão da verdade, hoje que, na frente ocidental do vasto e democratizado Império abatido, enquanto os homens, desertando a causa da justiça e da civilização, abandonam as fronteiras e deixam cair as armas das mãos entorpecidas pela astenia do ânimo, o espírito de combatividade e ardor patriótico se abrigam nos corações femininos, feitos para o amor, para a doçura e para a piedade.

Artur Orlando não foi poeta, nem tampouco escritor de fábulas amorosas, no entretecer das quais os artistas fazem correr livre a fantasia, a espalhar frases que brilham como estrelas ou cantam como aves ao nascer do sol ou nos falam à alma como o eco de uma voz que nos vem da profundidade augusta do espaço. Mas teve, como qualquer profano, a sua crise de sentimento e escreveu umas canções sem metro, como as chamou Raul Pompéia, as quais apareceram coligidas, em 1891, sob o título de *Meu Álbum*. É um suave poema em prosa subjetivista, fragmentado, onde palpítam aspirações, estremecem dúvidas e, por entre reflexões de uma inteligência adstrita ao estudo, transparecem os impulsos afetivos de um coração atraído pelo eterno feminino...

Não desestimeis as pudicas reticências, tão expressivas no seu etéreo silêncio. É que Orlando, dentro da invulnerável couraça da sua nobre austeridade, tinha sob ânimo seguro a preocupação constante de um culto incondicional pela mulher, no que ela tem de mais puro em todas as formas. E parece que somente louvores merece por isso. Aqueles que fingem um desdém olímpico por essa fidalga conduta bem sabem como cedo ou tarde sofrem amargo castigo ao pagar o fatal tributo.

No seu retiro da ilha de Chipre, o lendário Pigmalião levou toda a existência a falar mal dos femininos encantos, mas no fim da vida fez-se estatuário e só esculpiu estátuas de mulheres. A mitologia grega refere mesmo o conhecido episódio da louca e perdida paixão do imoral artista pela deslumbrante estátua que lhe saiu do cinzel, prodígio de graça e de beleza, a famosa Galatéia, animada de um fogo intenso, em sua fria e inerte matéria, por vingança de Vênus, a deusa do amor.

No *Álbum*, de Orlando, não há paisagem, a não ser a suficiente para localizar uma criação de espírito que se objetiva em quadro de fantasia.

Há impressões, estados de alma, reminiscências de leituras. Percebe-se numa página que o escritor leu Tolstoi e Dostoievski; noutra, que estudou Lombroso. Mas os nomeia às vezes; não lhes discute a doutrina. Mas deixa entrever uma frase que é o seu juízo sobre o assunto que o autor lido versou. E nessa frase há sempre um conceito digno de ser recolhido.

Dos grandes mestres do romance eslavo ele diz, por exemplo: os seus livros são imensos desdobramentos, no tempo e no espaço, de tudo o que há

de belo, de grandioso, de enérgico, de violento, de grave, de familiar, de ingênuo, de patético. Sobre o célebre *Homem de Gênio*, depois de mostrar que entre o gênio e a loucura há disparidade igual à que existe entre a estrela e o grão de areia, Orlando pondera que, nas concepções geniais, há perfeita regularidade como nas lentes que aumentam as formas sem lhes alterar as proporções, porque o gênio não é a incoerência; é, antes, a harmonia, a música do espírito. E, falando do riso, escreve o que mais tarde reproduziu, quando explicou a sua formação literária: – O riso é o mais expressivo e espontâneo dos movimentos estéticos, é a mais poderosa força de seleção na luta pela civilização. Fazendo rir foi que Cervantes acabou com a loucura da Idade Média, com a mania da Cavalaria.

Não se esquece, todavia, numa das páginas, de estudar os elementos componentes da masculinidade e feminilidade da alma humana, e, noutra, descreve como, em sonho, fora visitado “por uma encantadora visão, uma tentação de formosura, de graça, de harmonia, ninfa que ele procurou apanhar, mas lhe fugiu, tingindo de rosa o espaço”...

Meu Álbum não encerra somente as vibrações de uma alma afetiva. Esboça também idéias e doutrinas, que nos permitem caracterizar a mentalidade do escritor. Em Orlando predomina a inteligência, mas o sentimento não se limita a ser estímulo: acompanha os surtos da mente, para a dirigir quando for preciso. A sua inteligência é principalmente assimiladora; mas a sua assimilação é ativa e muito íntima. Não lhe foi exuberante a imaginação, mas a faculdade reflexa o fez muitas vezes penetrar no âmago das cousas.

Os *Ensaio de Crítica* e os *Novos Ensaio*s são livros de larga erudição, em que se debatem questões de Filosofia, de Direito e de Sociologia.

Há longas páginas (sempre o mesmo acorde e o mesmo tema) em que discorre carinhosamente sobre a educação superior da mulher, reclamando, em nome da Biologia, uma imediata reforma dos códigos civis, na parte relativa ao casamento, em bem da moral e dos interesses sociais.

Num dos conceitos avança que “o amor não é o terreno mais próprio para a cultura da fidelidade, a qual supõe a persistência, a coerção, a disciplina, e nada mais insubmisso, caprichoso e indomável do que a “*bela flor que vive de febre e fantasia*”.

Outra ocasião, ao referir-se à mulher japonesa, ele descobre que “na cor dos seus cabelos, ou dos seus olhos, se adivinha o céu iluminado ou brumoso, sob que habita. Na japonesa o vestido não se cola ao corpo, ostentando esta exuberância de nudez velada, que é a mais elevada expressão da volúpia”.

Dotado de intensa curiosidade, Artur Orlando enfrenta grande variedade de problemas e anseia conhecer a última palavra do saber humano sobre eles. A inteligência adquire então maior gravidade e solidez e o espírito entra afinal em plena maturidade. Sente-se que a fase do preparo mental está ultimada e que o ensaísta vai limitar o seu campo de ação para tentar construções mais duradouras. Depois de ter perlustrado a Filosofia, o Direito, a História, a Política e a Literatura, opera-se a concentração das suas energias mentais na ciência social. O ensaísta faz-se sociólogo.

A *Propedêutica Político-Jurídica* é o primeiro produto desta nova e última fase da evolução mental de Artur Orlando. Para ele o problema do Direito são estudos de Sociologia Jurídica. Estudar o Direito sociologicamente é, de um lado, investigar a relação entre os fatores da civilização humana, em sua marcha ascendente através da História, e as formas jurídicas; e, de outro, assinalar as particularidades que a psicologia coletiva imprime às legislações. Como, porém, a sociedade humana vive na Terra e recebe a influência do meio cósmico, para resolver o problema jurídico é necessário apreciá-lo não somente sob o ponto de vista social e individual, mais ainda sob o ponto de vista *telúrico*.

Olhado dessa altura, o Direito é um dos fenômenos capitais da vida coletiva e o seu estudo é uma grandiosa generalização, de caráter puramente científico. Desaparecem as grosserias da chicana, as caturrices do formalismo, as particularidades técnicas, e sobressaem as grandes linhas gerais, que desenham o fenômeno e o fazem destacar na dinâmica social.

Sem preocupações de especializar a inteireza do seu pensamento e a sua sólida cultura em certo e determinado ramo dos conhecimentos humanos, o ilustre polígrafo faz-se agora internacionalista, inclinando-se francamente para a cooperação continental da América, cuja missão e cuja tarefa se lhe afiguram incalculáveis. O seu livro sobre *Pan-Americanismo* é uma obra de convicção forte. Lida neste momento, em que um elo de cordialidade e de inteligência se estabelece para a integridade tranqüila e concertadora das nações cisatlânticas,

tem-se uma nítida compreensão de como o autor avançava e antecipava os seus ideais e as suas esperanças, imaginando uma força nova e prevendo uma nova era de prerrogativas e de imunidades, a qual devia conjugar, em perfeita acomodação, a identidade das tendências políticas com a dos interesses jurídicos internacionais.

Artur Orlando vê que o pan-americanismo, executadas as emaranhadas complicações do nacionalismo e do cosmopolitismo, surge como uma obra de fraternidade entre o pan-latinismo e o pan-saxonismo, despertando entre os povos da América a idéia e o sentimento de um destino comum. A civilização avança para um Direito econômico ou Economia jurídica, e para conseguir esse resultado é que a América procura internacionalizar as suas relações e interesses econômicos. O pan-americanismo procura realizar na esfera econômica o que o cristianismo realizou na esfera religiosa. Enquanto a Europa ganhou tempo, opondo barreiras à Ásia e despejando na América as levas de imigração que, através do cadinho do Novo Mundo, têm constituído o povo eleito que caminha em busca da terra da promessa, a América procura remédio para o mal que a aflige e para o perigo que a ameaça. Enfim, segundo ele, à América cabia completar a grande tarefa de Alexandre no Oriente e de César no Ocidente, organizando o pan-americanismo em defesa da nova concepção da justiça, da moral, da religião e da arte.

Se lhe foi dado aludir à colonização da América, às correntes para fins comerciais, à organização da família e da propriedade, à constituição de pátrias novas, ao mesmo passo não lhe teria sido senão extremamente grato discorrer sobre a condição da mulher no tempo de Carlos Magno, demonstrando que ela, se, de um lado, estava sujeita à tutela do Estado, em compensação as comunas, levantando-se contra os senhores feudais, tornaram a mulher soberana, não imperando somente pelas suas graças e encantos. Orlando recolhe até uma frase dos irmãos Goncourt: “A mulher, a alma desse tempo..., o tempo de onde irradia a imagem sobre que tudo se modela..., o princípio que governa, a causa universal e fatal, a origem dos acontecimentos, a fonte das cousas.”

Depois de ter estudado e percorrido todos os caminhos em que se encontram profusamente espalhadas as teorias orgânicas da vida social e nos quais aparecem, sob contrastes desesperantes, as leis da moral e as regras do

progresso, Artur Orlando pôs em movimento os recursos da sua atividade e da sua energia para cuidar carinhosamente dos grandes problemas inerentes à nossa Pátria, das suas fontes orgânicas, dos destinos do nosso povo e do futuro da nossa raça. A sua capacidade de trabalho chega a parecer inesgotável.

A propósito de um simples relatório que, como inspetor-geral da Instrução Pública, teve de apresentar ao governador do seu Estado, o exemplar funcionário julga do seu dever escrever uma longa e preciosa monografia sobre o problema pedagógico no país, o qual, na sua longa concepção, ele entende que não é senão a grande questão do progresso humano, que prima sobre todos os problemas sociais, que está eternamente a surgir, cada vez mais embaraçoso, à medida que a sociedade se vai complicando.

Com a teoria do causalismo físico, admite ainda o malogrado pernambucano um confucionismo da força mental, reconhecendo as idéias e sentimentos como fatores de evolução no meio do determinismo social. A organização do trabalho, do crédito e da previdência é de capital importância; mas esses expedientes econômicos, para produzirem salutareos efeitos, têm necessidade de assentar em base mais larga e mais sólida: a educação.

E, assim, ele conclui que a grande fonte de corrente humana é o pensamento, a ação não passando de um manômetro, que mede a pressão do vapor e a aceleração do movimento, mas não modifica o primeiro, nem dirige o segundo. É a célula do cérebro que reina e governa; a dos músculos aguarda ordens, cumpre decretos.

O trabalho intelectual, entretanto, continua intenso e incessante. Agora são os artigos de revistas, novas monografias, memórias diversas apresentadas às assembléias científicas. Nenhum deles tem cunho banal. Todos discutem teses de alta transcendência. No Primeiro Congresso Médico de Pernambuco aparece e chama a atenção geral a dissertação sobre *O Trabalho como Fenômeno Econômico e Fisiológico*, na qual afirma que sem a organização fisiológica, baseada sobre o estado integral da produção e do motor humano, quer em relação às horas do labor, quer em relação ao organismo individual e social, não será possível avaliar autorizada e equitativamente as reivindicações do homem moderno.

O Terceiro Congresso Brasileiro de Geografia recolhe um substancioso trabalho de Orlando, sobre *O Clima Brasileiro*, fenômeno, como diz ele,

complexo, que se compõe de vários elementos, sujeitos a múltiplas circunstâncias, umas exclusivamente cósmicas, dependendo da forma e posição da Terra, e outras geográficas, dimanando da estrutura do globo, da sua distribuição em terras e águas, montanhas e vales, florestas, campos e desertos. Pretende que há no Brasil todos os climas. O nosso grande problema a resolver, porém, é o saneamento do solo, a drenagem do pântano, – insaciável minotauro, resistente *hidra de Lerna*, não somente da Grécia, mas de Roma, da Itália, da Algéria, de todas as regiões alagadiças e paludosas. E o autor termina categoricamente: o solo brasileiro, por sua forma, sua extensão, seu relevo, suas disposições orográficas e hidrográficas, está a influir de modo decisivo sobre a massa atmosférica e a direção das correntes aéreas, para formar um clima ao mesmo tempo uno e múltiplo, que, de acordo com a orientação simultaneamente longitudinal e transversal do Amazonas e do São Francisco, é a maior garantia da integração nacional e da diferenciação federativa do Brasil.

Em 1908 o escritor quis dar uma prova de devotado amor à sua terra natal e escreveu uma memória, de cerca de quatrocentas páginas, sobre *O Porto e a Cidade do Recife*, estudo profundo e consciencioso de um sério problema regional, acompanhado, ao mesmo tempo, das mais curiosas revelações sobre aquela bela e adiantada cidade do Nordeste.

Em seguida, querendo aproximar e ligar, por uma conexão do espírito, Pernambucano a São Paulo, compôs umas páginas inspiradas e admiráveis sobre a vida dos *Bandeirantes*, que ele considera como tipos representativos de um estágio de civilização, simbolizando ainda uma forma de organização social devida principalmente às condições especiais de território e população, em cujo meio desenvolveram as suas aventuras e proezas.

O *bandeirante* reproduz o tipo do aventureiro grego a correr atrás do escravo e do velocino de ouro. A mata faz o espírito humano sombrio. O homem da floresta não pode ter a mesma imaginação risonha que o da campina coberta de relva ou do litoral movimentado pelo mar. E, sob a influência destas últimas evocações, a mente lhe inspira e ele exclama: “Vênus só podia ter surgido do seio das ondas, aos beijos do sol.”

Afinal o sociólogo, já agora entrando em pleno período de madura e serena reflexão, volve a atenção para o Brasil em geral e concebe o projeto de o descrever sob o ponto de vista físico, moral e intelectual, ligando estas

diversas faces do assunto, para mostrar as suas recíprocas influências. De semelhante obra só foi publicada a primeira parte – *A Terra e o Homem*, – onde há um estudo, ao mesmo tempo sério e carinhoso, do solo e da fauna nas diversas regiões do nosso país e o desenho dos vários tipos étnicos que se criaram e desenvolveram nessas divisões geográficas de fisionomia distinta: os *tapuias* da Amazônia, os *sertanejos* do Ceará, os *senhores de engenho* de Pernambuco, os *bandeirantes* e os *plantadores* de São Paulo, os *teuto-brasileiros* de Santa Catarina, os *gaúchos* do Rio Grande do Sul, os *garimpeiros* e *faiscadores*, e os *guaicurus* de Mato Grosso e os *paroaras* do Acre.

Descrevendo a degradação da família tapuia, que tanto impressionou à senhora Agassiz, ele acha que tal fato parece uma resultante do parasitismo do homem explorando a mulher; que isto é que é preciso evitar para que ela não tenha um valor puramente econômico e valha, antes de tudo, pela beleza física, intelectual e moral, o que é possível conseguir sem lhe tosquiar os cabelos compridos e suprimir as linhas curvas das ancas e dos seios. Tais as expressões de Artur Orlando, tal o colorido com que ocultava a inclinação a que o arrastara o intransigente e nobilíssimo culto da Mulher.

O ensaio fundamental não parava naquele volume, porque no seu desdobramento, que versava sobre *O Meio Social*, o autor pretendia tratar das fronteiras do nosso país, da imigração e colonização, da instrução e saúde pública, do Exército e Marinha, das vias de comunicação e transporte, das Ciências, Letras e Artes, do Direito, da Moral e da Religião, do pan-americanismo e do pan-humanismo no Brasil.

Outros trabalhos em que se afirmam em vigor e lustre as forças irrequietas de convicções íntimas, de desejos ardentes, de aspirações cultivadas ao sabor de uma inteligência brilhante e de uma imaginação exaltada, às vezes, mas sempre fértil e inspirada, produziu Artur Orlando. A sua bagagem literária e científica é mesmo seleta e profusa.

Mas quanto, neste pálido escorço, assinalar pudemos é de natureza a transparentar, em toda a sua pujança, a extensão e a forma do talento do egrégio pensador nortista, permitindo claramente ver como ele cresceu em poder de compreensão e de expressão e como, depois de se especializar, tendo-se inclinado, nos últimos tempos, para os preceitos da Sociologia construtiva e

coordenadora, nos deu obras verdadeiramente notáveis pela riqueza das idéias e pela segurança das induções.

Pois esta robusta mentalidade, empolgada por vários problemas, nutrida de idéias gerais, cotidianamente arejada pelas correntes do raciocínio e da meditação, não sacrificou, à maneira do que tanta vez se vê nos cerebrais, – não sacrificou o sentimento. No pensador subsistia o amoroso. Já vimos que em várias de suas obras a mulher é um *leitmotiv* ao redor do qual o escritor se compraz em rendilhar variações ternas. Eva é para ele uma obsessão.

Como se compreende o casamento do letrado sentimental com uma antiga discípula sua? Ao mesmo tempo que lhe formava o espírito, abria-se o coração do mestre ao encanto da aluna cheia de talento. E foram felizes. E tanto se identificaram esses dois seres que acabaram até por ter caligrafia idêntica. Tornou-se impossível dizer qual deles traçara um manuscrito posto a exame – o marido ou a mulher. Se a grafologia não mente, ao menos desta vez se terá realizado a ficção, cara aos poetas e aos apaixonados, do “par de almas irmãs”.

Sempre e ainda uma vez a aliança da inteligência com o sentimento, combinação propícia sob cujo delicioso influxo Orlando atravessou a vida. Sob ele atravessou a vida e ainda envolto nele chegou à morte.

Foi arrastada, foi penosa a agonia do vosso confrade, a quem a doença golpeara exatamente na região que mais devera ter respeitado: esse intelectual de escol havia de ser absurdamente preferido pela apoplexia! A usual sinonímia de “insulto cerebral” nunca terá sido mais expressiva do que neste caso, em que o extravasamento de uma onda de sangue veio injuriosamente dilacerar um luminoso engenho.

O espírito lesado perdeu algumas das ligações com o mundo externo. Tornou-se mesmo incapaz de receber ou transmitir certas impressões, a palavra nem sempre se adaptava à idéia, fugira-lhe a memórias das cores, já não reconhecia objetos.

Mas o afeto que dantes inspirara a inteligência, passa agora a ampará-la, como a muleta ao inválido. Artur Orlando já não pode acertar com o nome de certo criadinho mestiço que o acompanha desde o Recife. Certa vez, porém, percebe a insuficiência de sua expressão verbal e, dirigindo-se aos parentes e amigos que o rodeiam, diz-lhes, encaprichado e orgulhoso: “Bem

sei que estou trocando nomes. Mas os de vocês eu não esquecerei. Principalmente o *dela*”... E, voltando-se para a esposa querida, como que dominando num esforço de ternura as lacunas do terrível mal orgânico, articulou, sílaba a sílaba, a graça de D. Maria Fragoso, à maneira do bom tempo já remoto, em que as contava compondo loas de amor...

Como o nome da companheira, a doença também lhe poupou a recordação desta Academia. A sua lamentável decadência de semiparalítico do cérebro deixara-lhe réstias de lucidez para que continuasse a interessar-se pelo ilustre cenáculo. Assim, já na agonia, ainda aquela alma recebia, do sentimento e da ideiação, fugitivos e consoladores raios de luz. Somente o que outrora fora deslumbrante clarão não passava agora de amortecido crepúsculo...

II

RESPOSTA DO SR. MEDEIROS E ALBUQUERQUE

MEU ilustre Confrade:

Quando Academia tanto insiste para que se realizem com solenidade as recepções dos seus novos membros, não é apenas para reunir nos seus salões a fina flor da sociedade brasileira. Por si só, isso já não seria pouco. Mas o que nós visamos é ainda mais alto, ainda mais nobre: o desejo de prestarmos, pela boca do novo acadêmico, a homenagem que merece o companheiro, de que ele vem ocupar o lugar.

Essa homenagem, vós a acabais de prestar de modo brilhante.

Não me consta que a obra de Artur Orlando tenha jamais sido apreciada, no seu conjunto e em cada uma de suas partes, com tão larga compreensão do seu valor como vós acabais de fazê-lo.

Quem, entretanto, não a conhecer – dificilmente avaliará quanto a tarefa era árdua, porque, como bem o demonstrastes, Artur Orlando foi um espírito imensamente curioso, que tocou em variadíssimos assuntos. Não era, portanto, fácil acompanhá-lo através das suas produções.

Mas se é devida justiça a quem tão justo se mostrou com o antecessor desaparecido, é preciso não esquecer que, na vossa evocação do escritor pernambucano, houve também uma parte de malícia.

E diante dela convém lembrar que quem com ferro fere, com ferro será ferido. Para vingar o meu saudoso confrade, eu retribuirei elogio com elogio, malícia com malícia.

Artur Orlando foi da geração que contribuiu para divulgar entre nós os ensinamentos da teoria da evolução. Os que assim fizeram sua educação intelectual chegam a um curioso estado de espírito: diante de cada fenômeno, de cada problema, o que primeiro lhes ocorre é ir procurar-lhe a origem, para segui-la passo a passo acompanhando-lhe a evolução até os nossos dias.

Ora, da cerimônia em que nos achamos hoje empenhados a origem é conhecida: é um rito de iniciação. Equivale a um batismo, equivale às solenidades com que na Maçonaria se recebem os novos adeptos, equivale também a esses pequenos suplícios pelos quais nos colégios se fazem passar os calouros. Em todos esses casos há uma verdadeira amizade pelos que desejam fazer parte da comunidade; mas, não obstante isso, quase sempre se lhes infligem à entrada algumas pequenas maldades.

Serei, para receber-vos, um veterano afetuoso; mas apesar de tudo não esquecerei que seria um mau precedente permitir a um novo membro da nossa maçonaria literária a entrada sem que pagasse o tributo da iniciação.

Vossa eleição para a Academia foi das mais discutidas. Das mais discutidas fora daqui. Ao passo que entre nós se chegava facilmente à unanimidade e que nenhum outro candidato se apresentava para disputar-vos o lugar, a discussão de vossos títulos continuava, fora deste recinto, com vivacidade e aspereza.

Por quê? Porque fizestes uma reputação de dandismo. Fostes um dos precursores da elegância masculina em nossa sociedade. E os precursores nunca são bem recebidos.

Hoje já se admite perfeitamente que a elegância e o apuro das roupas não são, de modo algum, incompatíveis com o mais alto exercício da inteligência.

A história conhece o nome de vários escritores célebres que nunca esqueceram o esmero de trajar. Esse foi o caso de Byron, esse foi o caso de Barbey d'Aurevilly e o de muitos outros.

No livro recente de Alfredo Pujol ele transcreve de uma obra de Bulhão Pato um trecho em que esse conta visita feita por Garrett a Alexandre

Herculano. Garrett, que ia passar apenas dias hospedado por Herculano, mandou adiante a sua bagagem e o estojo de *toilette*. “Esta peça, diz o trecho citado de Bulhão Pato, podia parecer uma caixa de instrumentos cirúrgicos e juntamente uma botica portátil, tal a quantidade de ferros cortantes em forma de canivetes, escalpelos e bisturis; as tesouras de todas as dimensões, as pinças, as esponjas de todos os tamanhos, e a enorme quantidade de frascos, que encerravam finíssimas essências, combinadas pelos mais imaginosos e mais famosos perfumistas de Londres e Paris.” Alexandre Herculano, vendo aberto aquele arsenal, voltou-se para Bulhão Pato: “Ora veja o meu amigo de quantas coisas pode precisar um homem neste mundo!”

A exclamação era nitidamente zombeteira. E se Herculano houvesse feito o inventário do resto da bagagem de Garrett, teria nela decerto encontrado coisas ainda mais curiosas.

Nesse tempo, os trajos de cerimônias comportavam quase sempre para os homens o uso do que se chamava o “calção e meia”. Os calções iam apenas até abaixo do joelho, apertados aí por uma fivela; daí até os sapatos rasos, o que havia eram longas meias. A barriga da perna ficava, portanto, com a forma bem visível. Dizia-se de Garrett que, não tendo uma plástica impecável, usava barrigas de pernas postiças.

O caso faz sorrir. Mas todo aquele arsenal de pinças, tesouras e perfumes e todos os enchimentos de algodão para pernas mal feitas não impediram Garrett de ser um dos maiores escritores da língua portuguesa, um chefe de escola literária ativo e brilhantíssimo e até um homem político de idéias adiantadas.

Vão longe os tempos em que São Jerônimo considerava as roupas sórdidas indício de pureza de espírito: *Sordidæ vestes candidæ mentis indicia sunt*.

O nosso povo e aquele de que descendemos nunca foram, entretanto, muito dados a apuros de vestuário e de cortesia. Há disso em nossa língua um depoimento interessante na acepção do adjetivo “francês”. Francês, diz o dicionário, pode também significar “hipócrito, falso”. Essa acepção, vós o sabeis, não entrou para a língua porque se tenha notado nos filhos da França, como características habituais, tão baixas qualidades. Ela veio simplesmente porque foram sempre os franceses os mais polidos, os mais cortesões, os mais

esmerados no trato social. Isso os fazia suspeitos à rude gente, que da civilidade via apenas a parte de natural fingimento, que todos somos muitas vezes obrigados a manifestar, embora freqüentemente com os mais nobres intuitos, – os intuitos de vencer as nossas injustas antipatias e de fazer passar as conveniências dos outros em detrimento das nossas comodidades.

De tal forma, esse termo de aparência injuriosa é, em última análise, um elogio. Mas ele prova que as nossas tradições não são muito afeitas ao culto da galantaria no trajar e no tratar.

Há também uma certa simpatia na nossa língua quando se exalta quem é um “casca-grossa”. Deixa-se um pouco entender que por baixo das cascas grossas é mais natural encontrar a probidade, a seriedade, as virtudes boas e sólidas.

Nada de grandes elegâncias. Nada de vestuários muito finos.

Ora, do ponto de vista da indumentária vós fazeis o mais absoluto contraste com o vosso antecessor. Ele era integralmente um filósofo, nas várias acepções que a esse vocábulo empresta o dicionário: amigo da sabedoria e indiferente às convenções do mundo. Seu estojo de *toilette* devia seguramente ser muito menor que o de Garrett. Vendo-o, talvez Herculano pudesse exclamar: “Ora veja o meu amigo, como um homem se pode contentar com pouca coisa neste mundo!”

Mas desse alto espírito, que sempre se mostrou de uma curiosidade imensa, ao mesmo tempo que desdenhava as elegâncias do trajar, vós descobristes um aspecto curioso e insuspeitado: a sua preocupação feminina.

Vede, porém, como os maliciosos muitas vezes se deixam trair. Nós todos tínhamos lido esses mesmos livros que vós percorrestes. Por que nos escapara o que vos pareceu tão evidente?

É que nenhuma cena é a mesma para espíritos diversos. Cada um, nos espetáculos que vê, nota de preferência o que mais o preocupa. Por isso, se fizestes, de fato, a demonstração bem evidente de que Artur Orlando tinha, sob a aparência do seu alheamento a essas coisas, a obsessão do que Goethe chamou o “eterno feminino” – mostrastes, na sutileza com que descobristes esse *odor di femina*, como e quanto vosso olfato está educado para sentir-lhe mesmo os mais leves rastos...

Os maliciosos, os que conhecem bem o valor de certos pecados, vigiam cuidadosamente as suas expressões e nada deixam transparecer dos desígnios que buscam ocultar, mas que satisfazem largamente. São os que não os satisfazem e os recalcam sistematicamente, os que mais revelam esses desejos sopitados. Eles ficam atirados para as masmorras do Inconsciente. Desde, porém, que a consciência se distrai, fazem como os prisioneiros que procuram, às ocultas, se comunicar com os transeuntes que passam.

E se isso é assim para todos os sentimentos recalcados, mais fortemente o é para o domínio do amor, sob as suas variadíssimas formas.

Não faltaram críticos para observar como se traiu esse sentimento no nosso grande e puríssimo Machado de Assis.

Sua vida foi sempre um modelo de correção e de pureza. No entanto, vós sabeis como ele revelou em cem passagens diversas o seu atrativo pelo eterno feminino, descrevendo os braços das mulheres.

Os braços... Ele nunca foi muito mais longe. Mas os braços bastam e sobram. Cuvier gabava-se de, por um simples osso, ser capaz de reconstruir mesmo o esqueleto de animais desaparecidos. Musset dizia que pelo pé se adivinha a perna: “*et quand on voit le pied la jambe se devine*”. Em que adivinhações pensava Machado de Assis, demorando-se tão longamente, tão voluptuosamente a descrever os braços de suas heroínas? O certo é que nunca ele os esqueceu na enumeração das belezas de todas as que criou.

As linhas do papel em que nós escrevemos são às vezes como grades de prisão. Através dessa grade, certos instintos que nós queremos prender e esconder metem a cabeça e gritam cá para fora que estão encarcerados... Os mais acomodados espiam apenas melancolicamente. E os críticos maliciosos os enxergam e apontam...

Esse Artur Orlando que nos revelastes era, no ponto que a vossa malícia descobriu, o continuador da psicologia dos santos eremitas, cuja solidão castíssima se povoava de alucinações lúbricas como as de Santo Antônio.

Pondo em relevo um aspecto tão insuspeitado da obra do vosso antecessor, é bem possível procurareis fazer crer que, se o contraste era grande entre a vossa elegância habitual e o seu desprendimento de todas as mundanidades, ao menos havia uma preocupação em que os dois espíritos se aproximavam. Mas é absolutamente uma ilusão. Aquela preocupação aparece de vez

em quando nos escritos de Artur Orlando como uma inadvertência de seu espírito, que voltado constantemente para outros assuntos, nem sempre conseguiu impedir que o mais profundo dos instintos humanos escondesse a sua existência.

Aquela preocupação não aparece jamais nos vossos escritos exatamente pelo motivo contrário ao que traiu Artur Orlando.

Quem quer que seja, daqui a muitos, muitos anos, o vosso sucessor – eu o quero deixar prevenido de que não se fie nas aparências. O que menos se preocupou com o “eterno feminino”, foi o que mais falou dele. O que mais com ele se preocupou – foi o que nada deixou escrito a tal respeito.

Mas esse sucessor remoto, cujo trabalho eu queria deixar aqui encaminhado, precisa dizer aos que então o ouvirem que vosso renome de elegância não parava no vestuário.

A elegância consiste em fazer todos os movimentos, ainda os mais penosos, com facilidade e graça, como se nada custassem. Não mostrar nem mesmo a preocupação de ocultar o esforço – porque isso já seria revelar a sua existência.

Vós transportastes essa norma de vida dos gestos mundanos para todos os demais domínios da vossa atividade. Graves missões vos têm sido impostas, mais graves ainda vós as tendes ido espontaneamente procurar. A todas, tendes, porém dado execução, como se fossem simples distrações, fáceis de empreender e levar a termo.

Nem sempre o grande público faz justiça aos que procedem assim.

Às vezes, nos circos, falsos atletas se exibem. Tomam halteres enormes, que aparecem ter um peso colossal, e para levantá-los contorcem-se, estufam visivelmente os músculos, mostram nas contrações da fisionomia que estão desenvolvendo um esforço digno de Hércules. E, no entanto, as grossas esferas desses halteres que parecem de ferro, são de pau ou de borracha.

O público se deixa iludir por todas essas demonstrações aparentes de força.

Há muito quem imite os falsos atletas. São, sobretudo, esses homens de letras que, com grandes intervalos, produzem umas coisinhas chochinhas, sem valor algum, mas a que muitos ligam grande importância, porque foram anunciadas com larga antecedência e porque os seus autores levaram tanto

tempo a executá-las que eles são os primeiros a atribuir-lhes um mérito enorme. E o público diz também que, se tais obras pediram tanto esforço, elas devem realmente ser sublimes.

Vós sois da escola oposta. Sois da escola dos que procuram fazer grandes coisas, como se nada custassem – simplesmente – elegantemente. E os que não sabem apreciar o verdadeiro valor raciocinam, dizendo que, se elas foram feitas com tanta facilidade aparente, é porque, decerto, custaram pouco.

Quando pretor, tivestes ocasião de funcionar em um caso tristemente célebre. Pouco importa lembrá-lo, senão em um ponto. A lei faculta aos juízes dirigirem desde o princípio as investigações policiais. Deste modo, tudo se pode fazer com rapidez e unidade de vistas.

Nunca os juízes se aproveitam desse direito. Parece-lhes mais cômodo deixar que a polícia faça a primeira parte do processo, para que depois a revejam.

Vós usastes da autorização da lei, apressastes o processo, e em menos de dois meses ele estava julgado.

Pequeno fato; mas significativo.

Esse fato teve, aliás, uma grande repercussão na vossa vida. Era uma questão que não vale a pena recordar, mas na qual estavam envolvidas muitas crianças de um asilo que, por força mesmo do processo, ficavam, do dia para a noite, sem teto, sem abrigo.

Isso vos mostrou como a justiça – sobretudo a justiça criminal – é pouca coisa. Isso vos mostrou como ela é incompleta e iníqua.

Punir – é uma necessidade; mas uma necessidade abominável. Quase sempre as punições mais justas são, por certos lados, profundamente injustas. Não raro elas repercutem sobre terceiras pessoas absolutamente inocentes, e, enquanto o criminoso, privado embora da liberdade, tem ao menos alimento e abrigo, a mulher e os filhos pequenos são forçados a mendigar, – forçados, às vezes, a contingências mais tristes ainda...

Punir, sim; mas quando não for possível prevenir.

Desde que sentistes o que há de angustioso neste problema, vós vos dedicastes às questões de assistência.

Eu dou testemunho dos esforços incansáveis que fizestes para resolver ou ao menos para encaminhar a resolução delas.

A luta com a inércia administrativa é uma coisa tremenda. Não se encontra em parte alguma combate violento. Ao contrário. Mãos se estendem, cordiais, rostos se expandem risonhos; mas tudo fica na mesma. Há, decerto, nos domínios da burocracia, uma variedade de gás asfixiante, que ainda não foi empregado na guerra. E eu penso que, se no maior acesso de uma batalha um aeroplano deixasse cair sobre os exércitos em luta todos os papéis de uma Secretaria de Estado, os combatentes se separariam, prometendo que voltariam no dia imediato; voltariam mais tarde, voltariam depois... Porque a característica essencial da atmosfera burocrática é o adiamento indefinido mesmo das coisas mais urgentes. Tudo se retarda, tudo se procrastina.

Mas a vossa carreira não foi só feita com esse combate em prol dos institutos de assistência. Isso, aliás, já não seria pouco.

Todos sabem como é amplo entre nós o direito que se arrogam os litigantes vencidos de atacar os juizes que sentenciaram contra eles. Esse direito vai tão longe, que até os pareceres de comissões de Congresso usam dele. Usam dele os governos dos Estados, quando se vêem constrangidos a cumprir sentenças que os obrigam a certos pagamentos.

Demais, a primeira acusação que se faz ente nós a todos aqueles com quem não se está de inteiro acordo é a da desonestidade. Nisso se vai tão longe que quando a Academia publicar o seu dicionário espero que ela definirá assim a palavra ladrão: “*Ladrão* – termo corrente na imprensa brasileira que indica a pessoa com a qual se tem qualquer desacordo, por mínimo que seja, embora a probidade dela seja indiscutível.”

Ora, vós fostes juiz da Câmara Comercial de um tribunal, quando nele se estavam liquidando as loucuras de uma época de Bolsa. E, no entanto, caso assombroso, ninguém vos acusou!

Diz-se, às vezes, das pessoas excessivamente delgadas que são capazes de passar a seco entre as gotas da água da chuva. Foi essa proeza inverossímil que vós fizestes naquela época em que choviam os baldões mais impiedosos sobre toda a magistratura.

Subistes de pretor a juiz de direito, de juiz de direito a desembargador, sempre cercado de honras excepcionais.

Um dia, na Europa, anuncia-se um Congresso de Direito Internacional.

Pereceu-vos que seria útil levar-lhe uma comunicação, que honrasse nosso país. A comunicação teve um sucesso tão brilhante que vos nomearam vice-presidente desse Congresso. Houve, porém, um espanto quando, eleito, assomastes à mesa daquela soleníssima reunião, porque se esperava um velho, uma figura coberta de venerandas cãs...

Quando aqui chegastes, o Instituto dos Advogados vos agradeceu solenemente o serviço prestado. E quem estava à frente desse Instituto, por tantos títulos ilustres, não era precisamente um homem afeito a fórmulas de amabilidades e lisonja; era Bulhões Carvalho. A manifestação tinha, portanto, muito de excepcional.

Manifestação excepcional foi também a que vos fizeram vossos pares elegendo-vos, por unanimidade, presidente da Corte de Apelação. A regra era a antiguidade, regra até então invariavelmente seguida. No entanto, momento veio em que vossos pares, os que vos conhecem de mais perto, quebraram essa regra em vosso favor e quem proclamou a justiça dessa exceção foi exatamente o decano do vosso tribunal, também ele uma dessas figuras austeras capazes de honrar qualquer magistratura: o desembargador Tavares Bastos.

Tratava-se de executar uma nova reforma judiciária. Todos sabem como são sempre difíceis esses períodos de transição, em que se pede ao mesmo tempo um conhecimento perfeito das praxes antigas e um conhecimento não menos perfeito das inovações. É necessário modificar tudo o que a lei modificou, mas sem ir além, sem ficar aquém. Pede-se ciência e tato, memória do passado e capacidade de adaptação às normas do futuro.

Foi tudo isso que a mais alta magistratura do Distrito Federal reconheceu em vós.

Em certa ocasião aqui se instituiu uma conferência internacional de juriconsultos. Publicastes, quando ela se abriu, um trabalho notável, fixando-lhe o programa, apontando-lhe os ideais a realizar.

Quando o mais ardente dos membros estrangeiros que nela tomaram parte, juriconsulto notabilíssimo, quis responder às objeções opostas às suas doutrinas, transpôs o recinto da conferência e foi a vós que se dirigiu, parecendo-lhe que ninguém melhor expusera os intuitos daquela reunião.

Assim, se o Estrangeiro é realmente a Posteridade em vida, vós tivestes várias vezes a consagração do Estrangeiro, dentro e fora de vossa pátria.

Podeis disso ter um orgulho muito legítimo.

Quando manifestastes o desejo de ser um dos nossos, houve quem, reconhecendo embora todos os vossos serviços, perguntasse apenas: “Mas, afinal, ele é escritor?”

Foi então que vos resolvestes a reunir em volume vossos trabalhos. E viu-se, quando esse volume apareceu, que, com a vossa habitual simplicidade e elegância, tínheis publicado muito mais do que era preciso para vos sagrar como homem de letras. Tínheis publicado tudo isso sem chamar para o caso a atenção do público.

Cada assunto tem a sua forma de expressão. Os assuntos austeros, de que sempre vos ocupastes, pediam clareza, singeleza, vigor de argumentação. Tudo isso há na forma adequada que destes aos vossos excelentes escritos. E desde que eles apareceram, ninguém mais entre nós tem o direito de tratar dos assuntos de que tratastes sem estudar o que dissestes.

Eu não sei se vós tendes muitos inimigos. Deveis ter. É uma honra que mereceis. Um homem sem inimigos é, segundo a velha comparação árabe, como uma árvore sem frutos, a que ninguém, por isso mesmo, atira pedras.

É preciso ter amigos. É preciso saber mostrar a capacidade de repartir com outros dores e alegrias. Mas é também preciso ter inimigos. Eles nos estimulam e, quando são de certa ordem, eles nos enchem de orgulho. Faz tanto prazer mostrar os bons amigos como os inimigos rancorosos.

Mas se os vossos têm um pouco de boa-fé, eles devem, afinal de contas, reconhecer que é preciso ter um certo mérito, muito acima do comum, para receber as homenagens que recebestes no estrangeiro e as que recebestes entre nós de vossos pares.

Ser um juiz inatacável e inatacadamente honesto, ser um juiz ao mesmo tempo severo na aplicação da lei e votado carinhosamente às questões de beneficência – o homem que sabe punir, mas que sabe, melhor ainda, proteger, e amparar os fracos – ser um talento e ser um caráter... Tudo isso se pode dizer de vós.

De como é grande a onda de estima que vos cerca tivestes a prova brilhante em um episódio ocorrido não há muitos anos nesta cidade. E porque a evocação dele envolve a lembrança da pessoa a quem mais adorastes, essa evocação vos será, decerto, grata.

Os floricultores desta cidade, quando se espera alguma grande festa ou algum luto, se preparam para fornecer o que os seus clientes possam precisar.

Mas certo dia morreu nesta cidade uma velhinha. Era uma velhinha conhecida de poucos, que vivia uma vida retirada e simples, uma velhinha, para tudo dizer em duas palavras, sem importância.

O comércio de flores da capital de uma terra onde as flores são tão abundantes, não achou que o caso pudesse interessá-lo grandemente.

Mas da morta desse dia vós dizíeis, repetindo o verso suavíssimo de Gonçalves Crespo:

és tu, doce velhinha, ó minha mãe.

E como mesmo os que não a conheciam vos conheciam e prezavam, – como eles se sentiam devedores a ela de vos ter formado o coração, – como todos sabiam o carinho e veneração de que a vivíeis cercado, não houve quem não lhe quisesse enviar ao menos algumas flores. E ainda se estava às primeiras horas do dia e o comércio de flores, tomado de surpresa, suspendia inteiramente as suas operações. Os estabelecimentos de floricultura, fatigados de se desculparem com os clientes retardatários, cortavam as comunicações telefônicas, por inúteis, diante do vazio que neles havia.

Na sua estranheza, este episódio, tão simples, me parece eloqüente e comovedor. Ver em uma cidade, tão grande, tão cheia de flores, – que as flores pareceram insuficientes para render uma homenagem – que vos era em grande parte feita, provava bem como era grande a estima que vos cercava.

Que vos cercava – e que vos cerca ainda, porque foi de vos dar boas-vindas de admiração e de afeição que os vossos confrades me delegaram a incumbência.

Discurso do
SR. EMÍLIO DE MENESES

I

DISCURSO DO SR. EMÍLIO DE MENESES*

CONFRADES e Mestres,

Fastidioso vai ser este quarto de hora em que sois forçados a ouvir-me.

Circunstâncias de ordem íntima e, por isso mesmo, imperiosas, vão levar-me a um discurso personalíssimo em que falarei mais de mim que do meu ilustre antecessor nesta Cadeira. Tal procedimento traria a eiva de exibição ou vaidade, não fora o desejo ardente de um desabafo; não fora o aproveitamento da oportunidade única que se me apresenta para esclarecer pontos da minha pobre vida tão mal julgada, pontos que, aliás, não elucidaria, não se relacionassem eles com a nunca sonhada honra da minha eleição para membro desta Casa.

Faço do momento, que tão propício se me depara, um acantábulo para arrancar espinhos que de há muito me pungem. Dizer-vos que nunca desejei

* O discurso de Emílio de Meneses não chegou a ser pronunciado. Escrito e entregue ao presidente (em exercício), foi censurado pela Mesa da Academia, não tendo o poeta se submetido às sugestões que lhe foram feitas. Vem publicado na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, n. 60 (dezembro de 1926), acompanhado da seguinte nota: “Falecido Salvador de Mendonça aos 5 de dezembro de 1913, sucedeu-lhe Emílio de Meneses, que não chegou, entretanto, a tomar posse solene da cadeira para a qual fora eleito em 15 de agosto de 1914, se bem que já houvesse escrito o discurso para aquela solenidade. // É este o discurso que abaixo publicamos, eliminando-lhe todavia os trechos argüidos, pela Mesa, de aberrantes das praxes acadêmicas.” Na sessão de 12 de setembro de 1914 fora designado, para recebê-lo, o acadêmico Luís Murat.

fazer parte da vossa nobre agremiação, seria mentir à minha própria consciência. Afirmar, entretanto, o emprego de esforços desairosos que se me atribuem para a conquista da insigne distinção de ser dos vossos, sobre ser um meio de escapulir aos limites da verdade, é transbordar dos da decência.

Fundada a Academia, se eu a não recebi com as irreverências e até torpezas, cuja paternidade me foi dada, não tive para com ela, é certo, grandes e entusiásticos aplausos. Influências múltiplas da época fizeram tomar, à primeira vista, o novo instituto literário como um enxerto, uma cópia, uma espécie de naturalização de hábitos infensos às nossas tradições e usanças. Por essas influências não era eu o único dominado. Era uma corrente quase geral, como bem o podem atestar todos os membros sobreviventes à sua fundação. Essa atmosfera, senão de hostilidade, de suspeição, em que talvez houvesse despeito e inveja, envolveu por espaço, mais ou menos longo, a Academia. O tempo, a consideração que ela foi adquirindo, com presteza e segurança, o reconhecimento da sua ação profícua e, sobretudo, a elevação de espírito e caráter do principal fundador e dos seus companheiros, foram os fatores que mais concorreram para modificar as primeiras impressões suspeitosas com que a opinião dos “novos” (alguns dos quais bem velhos, por sinal) recebeu a venerável Companhia.

Eu, por meu lado, já tinha aqui, entre grandes e queridos amigos, os meus maiores e mais amados mestres: Alberto de Oliveira, Olavo Bilac, Luís Murat, Raimundo Correia, para citar somente os poetas. Via aqui, além desses, reunidas, mais que reunidas, unidas no mesmo esforço e no mesmo ideal, as individualidades genuinamente representativas da nossa inteligência e da nossa cultura. Culminando todas, eu divisava as figuras máximas: – o vulto indecifavelmente grande de Machado de Assis, até hoje inatingido por um juízo que o defina em toda a sua complexidade, apesar do monumental trabalho de Alfredo Pujol, do perspicuo e erudito estudo de Alcides Maya ou da carinhosa e enternecedora Memória de Mário de Alencar, e essa indizível projeção de luz que é o nome de Rui Barbosa. De Rui Barbosa, cuja obra faz reviver em mim um espetáculo da minha terra, desse paradisíaco pedaço da pátria brasileira, espetáculo que constitui uma das maiores maravilhas da Natureza. É o Salto das Sete Quedas. O rio Paraná, oceanicamente largo, abrupto, se represa numa garganta angustiosa e a formidável massa d’água,

assim represada, abruptamente, tomba em cachoeira, de tal altura e com tal violência, que de novo se levanta formando uma montanha líquida. Diariamente, às horas claras do sol, nessa montanha de cristal fluido, há a formação do espectro solar. É o arco-íris. É a mais bela manifestação da luz celeste a aureolar a maior das energias da terra pátria. Energia que, só por si, pode fornecer força e luz a toda a extensão territorial do Brasil. Não sei se com esta comparação consigo dizer da obra do Mestre. Ele que me perdoe se por mesquinha a tiver.

Bastavam esses elementos para que houvesse em mim a aspiração vaga, o desejo mal definido, de um dia poder sentar-me ao vosso lado. Essa aspiração e esse desejo nunca se corporificaram, porém, em vontade firme, por motivos diversos. Apesar da minha aparente sociabilidade alegre ou risonha, sou um retraído, não por orgulho, senão por timidez. Além disso fui sempre, mais ou menos, avesso à influência das coletividades, nunca tendo pertencido a grêmios, associações ou grupos, sendo, em arte, um insulado. Esse meu natural retraimento se agravou por causas que estas palavras não comportam. Tive, é certo, um período, aliás, efêmero, de alto convívio social, voltando à primitiva modéstia, quando se me escoou das mãos inábeis e desinteressadas uma pequena fortuna, por mim adquirida, [trecho eliminado].

Direis que longa e fatigante vai esta divagação e sou dos primeiros a acordar convosco. De muito menos talvez precisasse para dizer-vos das causas pelas quais nunca entrou nas minhas cogitações, nas minhas aspirações, claras e definidas, a possibilidade de um dia sentir-me orgulhoso de vossos sufrágios. Não teria coragem de solicitá-los por julgar empresa arriscada e inútil. Seria tentar uma escalada ao supremo inatingível. Em certo dia, entretanto, tive notícia de haver sido procurado por Sousa Bandeira, Raimundo Correia e Graça Aranha, os quais me deixaram hora para encontro. Não sei como dizer do meu pasmo e da minha emoção, ao ouvir dos meus três amigos o conselho e, após o conselho, a solicitação do meu nome como concorrente a uma cadeira na Academia. Mal lhes pude responder, tal o embaraço e a perplexidade em que me encontrei nesse inesquecível instante. Graça Aranha vivo está. Não me sinto na obrigação de apelar para o seu testemunho, porque ridículo e imoral seria, da minha parte, o abalancar-me a afirmações de possível desmentido.

Morto Sousa Bandeira, que foi um dos meus melhores amigos e um dos amparadores do meu nome, resta sua digna família, conhecedora desse fato.

Nessa mesma tarde, ainda comovido, encontrei-me com Rodrigo Octavio, a quem comuniquei o que se passava. Maior ainda foi a minha emoção ao saber, dias depois, que Rio Branco era quem mais se interessava por mim e que Graça Aranha me procurara não só em seu próprio nome, como no de emissário do Grande Brasileiro. Ainda assim, não tive coragem de apresentar-me e, sucessivamente, por três vezes, o receio me dominou até assumir o compromisso verbal com Rio Branco, que, em certa manhã, me mandou chamar, por Ernesto Sena, à Galeria Cruzeiro, onde se achava acompanhado de dois funcionários, ainda vivos, do seu ministério e, após palavras não reproduzidas aqui por me serem demasiadamente envaidecedoras, obrigou-me a assumir esse compromisso. Já então eu me sentia amparado por manifestações comovedoramente carinhosas de antigos amigos e companheiros, aos quais se vieram juntar, com surpresa e orgulho para mim, a grande e luminosa personalidade de Pedro Lessa, e a modéstia santa e sábia de Inglês de Sousa. De Rui Barbosa, cujo voto, mais que voto, me foi bênção, já havia recebido eu, por intermédio de um amigo, a notícia do seu carinhoso acolhimento.

Achareis provavelmente insólitas e inoportunas estas explicações. Vereis, em breve, que elas têm razão de ser. Depois do que acabais de ouvir e apesar disso, houve quem afirmasse ter eu usado até da ameaça de sátiras mordacíssimas contra os que em mim não votassem. Isto, se não percesse pela própria torpeza, melindraria mais à Academia que a mim. Seria pensar que nesta Casa houvesse alguém capaz de se intimidar com semelhantes ameaças. Seria pensar, para só falar no maior dos maiores, que Rui Barbosa, cuja vida tem sido uma série ininterrupta de atos de coragem, combatendo e abatendo gigantes da pena e da palavra, descesse a dar atenção a tal indecência. Daí, talvez o autor dessa indecência tenha razão porque, infelizmente, entre nós, não há injúrias soezes com pretensão a humorismo, calúnias torpes sob o pseudônimo de sátiras e pornografias desvernaculizadas, que me não sejam atribuídas. Há mais. Há quem se aproprie, por furto ou doação humilde e rastejantemente solicitada, do trabalho literário de outrem e, depois, pague o dano ou indenize o dono, transferindo-lhe a propriedade de todo o lixo da sua Sapucaia moral e intelectual. Quando começou a haver uma quase certeza da

minha eleição, os inimigos rancorosos, muitos dos quais só o são por cousas cuja paternidade me foi emprestada, redobram de esforços demolidores.

Boêmio e desregrado...

Boêmio e desregrado porque, nos momentos decisivos, faz o que qualquer homem medianamente digno tem obrigação de fazer.

Boêmio e desregrado, que nunca foi visto em [trecho eliminado] espeluncas.

Boêmio e desregrado que, com mais de trinta anos de residência no Rio, não sabe o que seja um desses celebrizados bailes carnavalescos, onde o mulherio se excita de jogo e condimenta de álcool.

Boêmio e desregrado, por fazer sua hora à mesa de um café ou de uma confeitaria, trocando idéias, dizendo ou ouvindo versos e frases de espírito, como faziam e fazem ainda alguns dos que muito brilho emprestaram e emprestam às cadeiras que entre vós ocupam. Posso garantir-vos serem alegres confabulações literárias, apesar da dose de whisky ou da água de um coco, ou de ambos juntos segundo a fórmula aceita e consagrada por eminente clínico baiano, muito mais inocentes, mais inofensivas, menos demolidoras que as reuniões de certas portas de livraria, onde uns gênios incipientes, à espera da primeira desova, enquanto não aparecem as obras nascituras, se vão contentando em demolir os que já se fizeram uma reputação. Aí os escritores de nome feito devem ir buscar os seus verdadeiros inimigos, que, além do mais, têm a cobardia de atirar para cima de outrem a responsabilidade do que fazem e dizem. Coitados! Querem, abrindo caminho na suntuosidade da floresta virgem, abater cedros e jacarandás com membros que foram feitos para o retouço nos relvados. A esses (a Academia me perdoará o emprego de um vocábulo que, além de mau inquieto da nossa língua, é de *gíria* e só agasalhado pelo noticiário policial), a esses *pivetes*, da literatura, junta-se infalível e diariamente, às mesmas longas horas e à mesma soleira, uma classe dez vezes mais venenosa, mil vezes mais perigosa. É a dos velhos inéditos à força de publicidade. É composta de uns venerandos senhores que já publicaram, por dezenas de anos, dezenas de livros, volumosos e ponderados, mas sem alguém que lhes repita o nome. Daí a intoxicação pelo ineditismo e o ódio à repercussão do nome alheio. Houve quem os comparasse a essas máquinas de costura, aperfeiçoadas, que cosem anos e anos consecutivos sem

que se lhes ouça o ruído. A comparação seria melhor se mais completa o fosse, determinando a causa do silêncio. O costureiro quase sempre é perito e a máquina perfeita. A culpa não é nem de um nem de outra. Não é da pena nem do cérebro. É da obra. Há obras, tanto em literatura como em costura, que são feitas para os recessos da intimidade. Compreende-se que um alfaiate granjeie fama pela correção e pelo gosto no acabamento de um par de calças. Por quê? Por ser cousa que aparece, é vista, foi feita para o trânsito das ruas e praças, para o passeio às praias e aos jardins, para o teatro e para os grandes bailes à ação da grande luz. O, de todo, impossível é adquirir renome fazendo trajes íntimos. Levam a vida esses senhores a perder saúde e alegria no trabalho árduo e obscuro de pespontar camisões para hospitais ou quartéis e depois se envenenam com a nomeada dos grandes alfaiates. Os *pivetes* urdidores do fio da intriga, unidos aos anciãos costureiros, fazem a *greve* (asilemos o termo) permanente contra o capital... depredando o nome. Sabem que este representa aquele. Os primeiros não me toleram como não toleram todos aqueles que já atingiram o cume da montanha, que tal é, para mim, o estar entre vós. Os segundos, os costureiros, me abominam por isso e mais talvez, pela injusta fama que adquiri de... cortador de casacas.

Cansei-vos, bem sei. Só me não cansei a mim, por já me ser impossível aumentar o cansaço que de longe trago.

* * *

Des que tão inconvenientemente vos falei de mim, vou dizer-vos quão difícil me é falar do meu antecessor, não por lhe não encontrar na vida e na obra assunto de monta e realce.

Antes da minha própria fraqueza que da sua força, me vem essa dificuldade. E tanto maior é a fraqueza quando se deriva de fontes fortes e diversas.

Em primeiro lugar já sentistes, pelo descosido do que acima disse, as incertezas e vacilações com que manejo a prosa, dela desabituaado depois de deixar o jornalismo e mais assíduo me tornar no exercício do verso. A compreensão dessas incertezas e vacilações tem retardado a publicação de um ensaio de romance, já terminado, do qual busco expurgar, nas medidas do possível, as arestas ou impulsivas asperezas naturais, numa obra feita sob a influência de paixões que precisam ser abrandadas para não fugirem às raias da justeza e da verdade.

Em segundo lugar seria abalançar-me aos riscos de um estudo crítico para o que nunca tive a menor vocação, tendo mesmo sobre esse gênero de literatura uma opinião de certo modo desagradável aos que, exclusivamente, o cultivam. É, para mim, uma quase função da incompetência, pois denota, não raro, a incapacidade de produzir. É uma espécie de valesianismo mental, o contentar-se, na impossibilidade de fazer obra própria, em espinçar na alheia o fio precocemente encanecido, que porventura exista, na opulência de uma cabeleira negra ou loura.

Esses dois motivos se dilatam fundindo-se em que, encerrando-os, mais os avoluma, dando a cada um de per si proporções maiores e mais graves. É o ter de falar de uma personalidade com quem nunca mantive relações, apesar de amigo de Lúcio de Mendonça, e que, só me conhecendo através da opinião de mim formada por *pivetes* e *costureiros*, foi dos maiores repulsores do meu nome. Nessas condições, se por escassez da minha própria compreensão ou por existência real, lhe encontrasse na vida e na obra coisa de reparo e censura, seria forçado a calar não só por motivos de pragmática, o que sempre repugnou ao meu temperamento, como para evitar a increpação de exercer vingança póstuma. Feliz seria ainda se os seus amigos, ao lado dos meus inimigos, me não atirassem a apóstrofe de Baudelaire a um crítico testamentário literário de Edgar Poe, apóstrofe em que vai um grande espanto por não existir nos Estados Unidos uma lei proibindo a entrada dos cães no cemitério.

Não me deterei muito, por isso, ao atravessar a sua seara vasta e fecunda, é verdade, mas por muito plana pouco interessante. É uma dessas grandes planícies com os repetidos espetáculos diários de aurora e ocaso nos horizontes dilatados, mas sem os imprevistos, sem as surpresas de perspectiva que são o melhor da arte. Em compensação, a sua vida política e jornalística, cheia de impetuosidades e desafoxos, nem sempre adaptáveis ao justo e ao razoável, é cheia de acidentes verdadeiramente inesperáveis para quem, com minúcia, a investiga. Em muitos pontos as oscilações e esquivanças da sua orientação política se refletiram na vida diplomática, na qual muitas vezes, é certo, foi acusado injustamente por força de despeitos, rivalidades e animosidades antigas. Nessas ocasiões o seu desforço era impetuosíssimo e poucas vezes se acomodava ao comedimento indispensável a um diplomata.

Há na vida de Salvador de Mendonça, de tão difícil apreensão, um traço de suave e melancólica poesia que a perfuma e aformoseia toda.

É a revivescência do seu primeiro sonho de amor.

Velho, fez reflorir, na velhice, o melhor trecho da mocidade de um homem. Morreu entre as rosas que cultivava paternalmente. Dizia ele que a sua melhor página era o conto escrito no início da carreira literária, dedicado à mulher amada, à sua primeira noiva e intitulado “A tua roseira”. Filio a essa roseira todas as outras que ele, já velho, cultivou. Suave e melancólica poesia, disse eu. Quanta poesia e quanta melancolia! Cultivando as suas flores prediletas, por intermédio das filhas solícita e santamente dedicadas, ele, cego, não lhes podia ver a forma e a cor. Era obrigado a senti-las tão-só pelo olfato e pelo tato e, desgraçadamente, nem todas as rosas têm perfume e quase todas têm espinhos. Como vos seria melhor se em vez de tanta palavra inútil e tanta coisa má, por comoção e orgulho de aqui estar, tivesse eu emudecido numa longa, numa interminável, numa dolorosa reticência...

Discurso do
SR. ALOÍSIO DE CASTRO

e

Resposta do
SR. AFRÂNIO PEIXOTO

*Sessão solene extraordinária
do dia 15 de abril de 1919*

I

DISCURSO DO SR. ALOÍSIO DE CASTRO

SENHORES:

Admitindo-me a ocupar nesta Academia a Cadeira que pertenceu ao Dr. Osvaldo Gonçalves Cruz, seguramente não cuidastes em lhe dar um substituto entre vós. Porque se a complacência dos vossos sufrágios aconteceu recair em mim na ocasião de tão sensível perda, nem vós poderíeis supor que assim preenchendo a vaga opúnheis à glória do morto um nome à altura dele, nem eu, que amo a ilusão, haveria de iludir-me, desconhecendo a realidade. É certo, buscando, desta vez, a um médico para suceder a outro, não fizestes praça daquele amor dos contrastes, que costuma decidir das vossas preferências. Ora, vede: nesta mesma cadeira, encimada pelo nome de um grande romancista, Bernardo Guimarães, o meu preclaro antecessor substituiu a um poeta. Julgais assim temperar as cousas com a diversidade dos homens e não será a expressão menos bela do vosso gosto pôr na mesma balança todas as forças espirituais, prezando por igual a obra idealista de um Raimundo Correia e os estudos positivos do sábio alçado às mais altas esferas de meditação científica.

Quando acertastes de eleger o Dr. Osvaldo Cruz, não faltou quem se perguntasse se acaso era ele homem de letras para transpor o augusto limiar deste cenáculo. Ele era o que era, e a um vulto assim todas as portas se abrem com honra, em toda a parte está bem e em seu lugar.

Pergunta igual com razão se há de fazer quanto ao recipiendário de hoje: e médico que nunca saiu de sua medicina, porque cresceu amando-a no Pai, nem aos meus olhos me chego a justificar quando torno sobre mim e me encontro na vossa companhia, já que nas lides da profissão não tenho nome ou serviços que me suprissem títulos literários. Não os faltam a doutos colegas meus do magistério médico, e um deles, a quem adivinhando-me os segredos da afeição, designastes para me receber, de novo vos vai hoje admirar a louçania e o labor das suas letras, entretendo-vos com assunto tão pobre.

Por singular coincidência (sabeis o que são coincidências nas Academias), ao vosso Afrânio Peixoto coube acolher neste recinto, faz cinco anos, ao Dr. Osvaldo Cruz. Nomeou-o, com justiça e aplauso, grande homem. Ides ver não dirá menos de mim, porque, bom acadêmico, lá terá lido o seu Voltaire e sabe o que é dos usos.

A certo inglês, que o interpelava acerca das Memórias da Academia Francesa, contestou Voltaire não havia Memórias, o que havia eram “sessenta ou oitenta volumes de cumprimentos”.

Tomando em mãos um dos volumes, deixou ver o collocutor não lhe entender o estilo: “Tudo o que aí percebo é que o recipiendário, tendo assegurado que o seu predecessor fora um grande homem, que assim também o fora o Cardeal de Richelieu, que o chanceler Séguier era suficientemente grande homem, e Luís XIV mais do que um grande homem, o diretor da Academia lhe respondia pela mesma toada, acrescentando que o recipiendário bem poderia ser algo assim como um grande homem, e quanto a ele, diretor, não desprezava a sua parte.” Sabeis que é boa prática não descurar do modelo, e por sem dúvida mal não ficará entre nós o que tanto assenta na Academia Francesa, que já agora, por zelo da tradição, não pode mudar de costumes.

Seja o que for, não acrediteis que eu desconheça os impulsos que vos moveram, aceitando-me, com generosidade estreme, por um dos vossos. A razão das cousas anda quase sempre no sentimento, e ainda naquelas em que acreditamos acertar pela justiça, é o coração, mago sutil e inspirado, que veladamente nos governa e encaminha. No dia da minha escolha, a um de vós disse eu que a Academia se contentara com razões de coração, e se agora vo-lo repito não será por supor que o duvideis.

Aceito como vosso companheiro, ao Dr. Francisco de Castro não sobrou vida para aqui se empossar na cadeira do Visconde de Taunay, e houve de agradecer-vos num discurso póstumo. Chamastes então a Martins Júnior, mas ainda este a morte o levou precipitadamente, antes que neste recinto recebesse as vossas recompensas. Veio por fim Sousa Bandeira, cujo passamento ainda nos enluta, e fiel à tradição evocou na sua entrada o antecessor imediato. Por modo foram assim as coisas, que não houve para o Dr. Francisco de Castro a oportunidade do elogio acadêmico, a que todos têm direito. Entendestes por isso contrabalançar de algum modo os fados, e pondo de parte conveniências, esquecendo a minha desvalia, me elegestes em memória de meu Pai. Assim, por vossas mãos que é dado chegar hoje ao posto que me faltava escalar para reproduzir na minha a carreira paterna. Comparando-as, estou a dizer em mim que muitas vezes podem as circunstâncias o que noutras pode o merecimento. A meu Pai tudo devo. Se acaso assim não fora, eu assim o quisera. Quem ama a verdade, a quem ama quer dever o mais que possa, para que a gratidão cresça o amor, e este não sabe limites.

Compreendeis, agora, a suave emoção com que, tocado nos meus mais caros sentimentos, agradecido me inclino à vossa bondade.

Invocando, data vênias, o nome do vosso malogrado companheiro de tão breves dias, espero que me tomeis a bem associar-lhe a lembrança do vosso primeiro presidente, mestre que lhe foi, como a todos desta Casa.

Falar de si não é somente um mal, como o disse Renan, senão cousa a que falta a decência, conforme acrescentou o mestre de Jacques Tournebrouche. Não será contudo falar de mim trazer-vos algumas reminiscências pessoais do tempo em que convivi com o Dr. Francisco de Castro e o Sr. Machado de Assis, lembranças que me não parecem pouco a propósito neste lugar, onde conto viver com eles pelo pensamento e pela saudade.

Foi um dia, já bem longe, que conheci o mestre da nossa geração literária, quando, menino de colégio, entrei com meu Pai à Livraria Garnier. Era uma casa velha e escura, cujo soalho gretado tremia sob os pés. A um canto folheava livros certo homem de grande aspecto, a quem o Dr. Francisco de Castro logo se dirigiu com significações de estima. Não sabia eu quem era ele, mas recordo-me que lhe beijei a mão, ou porque adivinhasse que agradaria à

vontade paterna, ou porque já no mais verde dos anos desponde às vezes o instinto das grandes venerações.

Enterneceu-se com o gesto o Sr. Machado de Assis. Mimou-me na face, dizendo-me que me vira quando ainda lhe cabia no bolso do casaco. Larga conversa conversaram os dois amigos. Ao despedir-se, bem me lembra, sorria o mais velho a dizer: “Sim, a vida é um baile de máscaras, uns vão saindo depois de outros. Já me sinto no fim do baile.” E repetia, com voz meio gaguejada, “a vida é um baile de máscaras”. Na rua interpelei meu Pai sobre que baile era aquele. Respondeu-me que eram cousas de filósofo. Não ajuizei ao certo o que fossem filosofias, mas nunca me esqueci do encontro e das palavras.

Aprendi depois que a amizade que ao grande escritor aliançava meu Pai, vinha da juventude deste, que em começos de 1877, estudante em Medicina, ainda no 4.º ano, chegava da Faculdade da Bahia, para nesta cidade concluir os estudos.

Seu gosto das Letras logo o aproximou do Sr. Machado de Assis, já então o incontestado chefe literário, o qual lhe deu a mão, publicando num jornal um artigo do estudante sobre a morte de Thiers, e de bom grado prefaciando-lhe, um ano depois, um volume de versos, as *Harmonias Errantes*. O poeta durou pouco, logo trocou os versos pelas receitas. Bem o pressentira o Sr. Machado de Assis, na *Revista Brasileira*: “Confesso um receio. A ciência é má vizinha; e a ciência tem no Dr. Francisco de Castro um cultor assíduo e valente.” Não esqueceu, porém, o homem de ciência ao mestre que lhe concertara as primeiras rimas e por mestre o teve sempre.

Quando em 26 de abril de 1901 assumiu o Dr. Francisco de Castro a direção da Faculdade de Medicina, a seu lado quis ter no ato da posse, como único convidado especial, o grande romancista, a quem na Congregação dos Professores deu lugar de honra. Fui designado para o acompanhar nesse dia ao velho edifício da Faculdade. Busquei-o no Ministério da Aviação, onde trabalhava, subimos a pé a Rua da Misericórdia, e como íamos andando ia eu rememorando calado, pelo que me sugeria a companhia daquele pobre velho, a mocidade de meu Pai. Adivinhou-me o mestre os pensamentos, bateu-me com afeto no ombro para repetir que conhecera meu Pai quando da minha idade, e como eu então estudante de Medicina. Dizendo-me isto sua voz era a das recordações, e era como quem dizia os tempos vão depressa.

Logo falamos de outras cousas, das casas do vetusto quarteirão que cruzávamos, cheio de reminiscências coloniais. Como eu as tachasse de desgraciosas e tristes, corrigiu-me brandamente, “São feias, são, mas são velhas.” Porque ele era assim bom, e, na conversa como nos livros, se notava defeito, logo acudia com a desculpa, ou lembrava qualidade que o fizesse esquecer.

Poucos meses passados desse encontro, vejo o vosso antigo presidente em casa de meu Pai, a quem fora pedir ultimasse o discurso que deveria apresentar a esta Academia, para a posse, que já tardava. Era domingo e meu Pai, com paciência que daqui lhe agradeço, me iniciava no conceito das doenças, traduzindo-me em voz alta a *Patologia Geral* de Cohnheim, que então e depois muitas vezes me gabou como livro de polpa. Estava entre os livros e ali mesmo recebeu o amigo. Não deixei passar a ocasião de assistir ao colóquio, porque sobre prezar como fortuna a afeição que tão antiga e segura sabia entre os dois, já me dava às pretensões de querer entender a filosofia do autor de *Quincas Borba*. Nem errava supondo que a mais alta filosofia é a que sai na conversação.

A visita foi longa e animada. Como estavam de vagar, discretearam de letras, dos insetos que picam os livros, tema obrigado entre bibliófilos, e por fim, se bem me lembro, do Sr. Rui Barbosa e da beleza do seu gênio. Os gestos foram então de admiração exaltada, naqueles dois homens de maneiras tão medidas. De quando em quando abriam as estantes, tomavam de um livro e de outro, velhos volumes clássicos que folheavam, sorrindo contentes das horas. Baixava o crepúsculo quando findou a entrevista. Da sua coleção das obras de Ruskin, autor que lhe era dos mais conversados, tirou meu Pai um tomo, que ofereceu ao visitante. Relutou este em aceitar, como se lhe doesse ver truncar-se a série, mas acabou cedendo, ninguém recusa o que vem dado do peito. Despediu-se com o livro debaixo do braço, e ainda mal que eram despedidas para sempre. Poucos dias passados já não vivia o Dr. Francisco de Castro.

Ainda me sangrava o luto dessa perda, quando uma noite fui ao Cosme Velho entregar ao Presidente da Academia o manuscrito incompleto do discurso de meu Pai. Visita curta e calada. O Sr. Machado de Assis leu o pórtico da oração, fez um sinal com a cabeça, assim como traduzindo a incerteza das cousas, e ao estender-me as mãos quis consolar-me, deixando-me crer que viria o meu tempo de ter ádito à vossa companhia. Quando se é jovem e se

escuta a voz de uma vida digna e experimentada, as palavras de animação exaltam em nós arrojadas ilusões. Tais palavras as ouvi do mestre augusto. Descendo a ladeira, naquela noite adornada de estrelas, em que as águas do rio próximo me pareciam soluçar, não me saía dos olhos o gesto da incerteza das cousas, mas em meu peito despontava a esperança deste dia e desta doce ventura. Tudo isso é para dizer-vos que por agora, entre vós, me volto para aquilo tão conhecido de Vigny, ao definir o ideal da vida: “*une pensée de la jeunesse réalisée dans l’âge mur.*”

Para me vincularem a outros tempos e outras impressões, aqui por boa fortuna encontro, Confrades de hoje, aos quais tenho por dever saudar com veneração, alguns dos meus antigos mestres de humanidades, no Colégio Köpke, onde professavam com rara excelência: o Sr. Silva Ramos, que me doutrinou a gramática e o horror da gramatiquice e um bom dia, se mal me não recordo, se quedou atalhado, quando por empréstimo lhe pedi o volume dos *Adejos*, como se receasse perder a autoridade por lhe terem os discípulos descoberto a lira, que encordoara em Coimbra, e o austero filólogo forcejava de esconder; o Sr. Mário de Alencar, que com mimo me pôs nas mãos o *Eurico*, de Alexandre Herculano, e primeiro me fez sentir as sonoridades do nosso idioma, na majestade daquela prosa; o Sr. Rodrigo Octavio, que benévolo me corrigia os cadernos em que lhe apontava as lições de literatura, das quais bem lhe quisera prestar melhores contas; o Sr. Luís Murat, que duas vezes por semana me levava a passeios pelo nosso Parnaso e sobre as *Ondas* me ensinou a contar as sílabas dos versos. Acreditai, Senhores, não é sem timidez que em presença de testemunhas de quão pálidas foram as minhas auroras, me desobrigo do primeiro dos deveres acadêmicos.

Nem sempre será fácil, ainda que o pareça, dizer de quem muito já se disse. Do Dr. Osvaldo Cruz, tão infausta e precocemente falecido, em Petrópolis, a II de fevereiro do ano atrasado, da pessoa e das obras, copiosamente falaram, nas Academias e na imprensa, as nossas mais respeitáveis vozes. Falou por todos a altiloquência do nosso augusto Presidente, nem lhe foi preciso ser da Medicina para com pena larga e erudição enciclopédica escrever do meu antecessor um panegírico digno dele. Vindo por último venho, pois, contar-vos o que muito já sabeis. Quisera ao menos ser sóbrio; se assim puder ser, só das circunstâncias terá vindo o merecimento.

Contudo, é certo que se podem dizer e ouvir vezes sem fim aquelas mesmas cousas em que a nossa admiração se não cansa. Quem sabe amar, mil vezes diz o seu amor, e nunca bastantemente o terá dito; quem de verdade reza tem a prece sempre nova, e a vida inteira é uma oração. Sempre há, pois, o que louvar num homem já muito louvado, quando assim o mereceu. Tudo está feito se a grandeza do objeto supre a insuficiência do narrador: o mármore, é o mármore, ainda quando lhe falte artista para da excelência da substância desentranhar a maravilha da forma.

No Dr. Osvaldo Cruz a vida foi exemplo e ascensão gloriosa.

Logo de muito moço manifestou com firmeza a vocação do espírito, quando estudante de médico exercia em nossa Faculdade, como ajudante de preparador da cadeira de Higiene, um desses lugares de aprendiz, onde não raro a boas horas se revelam os atributos de alta genialidade, que distinguem mais tarde grandes observadores. Doutorado com apenas vinte anos (nasceu a 5 de agosto de 1872), partiu mais tarde para a França, onde por um triênio se fez, com a mais lidada aplicação, aluno do Instituto Pasteur, que cursou distintamente, de pronto dominando como técnico primoroso os métodos da investigação experimental e chegando a possuir a fundo a bacteriologia. Daí trouxe ao regressar cabais estudos, e de então por diante nunca desertou o laboratório, em cujos assuntos não custou a conquistar autoridade magistral.

Quando, pois, em 1903, o louvado governo do Conselheiro Rodrigues Alves, fazendo do saneamento da capital do Brasil o artigo coronal do seu programa, entregou ao Dr. Osvaldo Cruz a nossa administração sanitária, se a escolha recaía em nome ainda sem consagração pública, acertava em quem se achava à altura da grave missão.

Aqui vivíamos nesse tempo em uma cidade vilescida por terrível morbo, que anualmente lhe extinguiu milhares de vidas, e dela fugia o estrangeiro como de respirar no podredouro de fétido paul. O mal, como todos os males, tivera entradas fáceis, e desde que a sobressalteara pela primeira vez, em 1849, não mais a tinha abandonado. A cada estio, com violência e rapidez, se desencadeava o contágio, crescendo os óbitos de mais a mais, o desalento e a miséria, a que nos resignávamos na ignorância dos meios de nos esquivarmos ao perigo epidêmico.

Sobre minar, havia meio século, todas as nossas energias, reduzindo-nos o comércio marítimo e afugentando pelo terror a corrente imigratória, estorvando, enfim, todas as formas do progresso, era a febre amarela permanente ameaça de nos pôr às más com as nações vizinhas, constantemente expostas à invasão do flagelo.

Urgia assim esforçar todos os recursos para remover essa insalubridade nefasta, que disso vitalmente dependia o avanço do país. Obra tão magna estava a pedir desusadas energias. Logo o Dr. Osvaldo Cruz se revelou qual era, afastando o mais duro obstáculo de quem administra, a sugestão do desânimo, que se insinua por mil formas e a que a rotina tanto deve em seus triunfos. Seguro de si mesmo, em si tinha ele forças para vencer e dobrar a inércia do ambiente.

A ciência acabava de assegurar o êxito de uma profilaxia específica contra a febre amarela, determinando em certa espécie de mosquito o agente único da propagação do mal, e as condições em que nocivamente atuava. Pouco vos importe a denominação, já aqui vos avisou o Sr. Medeiros e Albuquerque que até os mosquitos mudam de nome. O sistema profilático decorrente desse descobrimento, em curto espaço, saneara Havana. Cumpria adotá-lo no Rio de Janeiro, abolindo os velhos processos, vãmente empregados por tantíssimos anos. Não mais se tratava de submeter à contraprova as experiências dos médicos americanos em Cuba, já tão de fundamento assentadas, e fora daqui afeitas por doutrina indisputada. Estava a questão em executar com firmeza e coragem esses novos preceitos científicos, insular os doentes, protegê-los mecanicamente contra a picada do veiculador, atacar a este pela destruição das larvas, nos empoçamentos, nos encharcadiços, nas cisternas, onde se desenvolvessem.

Surgiram para logo dúvidas, opiniões desconcordes. Pediam-se novas provas à evidência provada. A doutrina estribava em fatos irrefutáveis, a opugnação contentava-se em deblaterar com palavras. Não custava, nestes termos, mover campanha contra a ação projetada, e na imprensa, no Parlamento, na praça pública, as vozes se engrossaram, incitando a resistência e o furor popular. Na mesma classe médica, não há ocultá-lo, à parte pequena minoria, os que acintosamente não combatiam a nova orientação profilática não a tinham senão por meia verdade. Contra a autoridade higiênica fizeram parceria todos

os ardis da insídia, da ignorância e da maledicência; doestaram-na, invectivaram-na, argüiram-na desabridamente, apontando-a à opinião como temerária e criminosa. Não se mexeu o Dr. Osvaldo Cruz, invencível a todos os ataques. Sorriu-se, a recordar Terêncio e a sua comédia *Andria*, onde vem dito que a verdade traz ódio. Gritaram sem que ele descesse ao raso das discussões apaixonadas. Ao governo que o nomeara, assegurou a exterminação do mal, em prazo fixo, se contasse com os recursos por que instava. O compromisso foi formal, e ele o selou com a garantia de sujeitar-se à última das penas. O chefe do Estado, com sabedoria de experiência, deu mão forte ao auxiliar, previu, confiou decidido, facultou-lhe o que pedia, créditos para o custeio do oneroso serviço, leis garantidoras da execução do novo regulamento sanitário.

Cidade extensa e populosa, de topografia acidentada, tudo sobremaneira dificultava entre nós a execução das medidas idôneas. Havia mister uma vigilância extenuante, um afã de todas as horas. Empenhou-se a batalha. Ordenadas as falanges o Dr. Osvaldo Cruz, ele mesmo como bom capitão se pôs à testa das tropas. O projeto do combate, assim como o planejara assim o praticou. Não houve desfalecer nem fraquejar, nem abrandar mão em providências de indispensável rigor. Então, de ano para ano entrou a rebrandecer a investida do inimigo, e por tal arte que antes da época aprazada a vitória estrondeou, redento o Rio de Janeiro de sua sinistra praga. O Dr. Osvaldo Cruz não havia quebrado das suas promessas. Tudo foi em poucos anos, bem se poderia dizer num dia, comparando a obra e o tempo. Não se perderam, assim, os custosos melhoramentos que pela mesma época modernizaram e formosentaram esta capital, mal afortunado sorvedouro de vidas mudado em terra abençoada e salutífera.

Imortalizado pelo feito, que só em si valeu pelo renascimento do Brasil, não se deu ao descanso o Dr. Osvaldo Cruz, não suspendeu a sua ação benfazeja, e desfadigando-se no próprio trabalho, expugnou o mal amarílico de outros pontos do nosso território.

Fazia alguns anos, aqui se juntara uma peste a outra. Entrara por Santos, com passo aberto, o mal levantino, cuja epidemia nos assolava. Mas veio o mesmo saneador que fizera modelo o Departamento da Higiene Pública, e com as armas que aperfeiçoou abateu a doença em que ardia a cidade.

Não foi tudo. Longe daqui, ao norte do país, a engenharia esbravava a região amazônica, cujos penetrais devia transpor a via férrea, Madeira e Mamoré, a cuja construção nos empenhava um tratado com a Bolívia. O trabalho era luta do homem com a natureza indômita, e o mesmo solo ubertoso em que as árvores, eternamente verdes, hauriam a seiva poderosa, vertida na opulência das frondes e das resinas, era o leito putredíneo onde proliferavam os germens da doença e da morte. Ninguém podia padecer a intemperança e a aspereza desses lugares palustres, cuja depopulação se fazia por epidemias pavorosas. A hostilidade do meio detinha o braço dos operários e o açoite das febres os dizimava, como varre ondas humanas a metralha da guerra. Dificuldades tão tremendas haviam baldado todas as tentativas empenhadas na construção da estrada, e ainda uma vez, em 1910, ameaçavam sobrestar os trabalhos, entregues a poderosa companhia estrangeira. Foi quando buscaram os meios de salvação no Dr. Osvaldo Cruz, a quem pela mesma ocasião cometeu o Governo o estudo das condições médico-sanitárias do vale do Amazonas.

Com alguns discípulos de primeira força, sem demora se partiu o notável higienista ao teatro de tão grandes calamidades, embrenhando-se com os companheiros naquele trecho ferozmente inóspito, onde ao longo dos rios se estendem as zonas paludanas, pauis, igarapés, alagadiços, espriados e aguaçais polutos. Pela primeira vez se estudou, então, *in loco*, com a necessária individualização, a nosologia daquelas extensões ubérrimas, onde a vida humana tragicamente se troca pela riqueza dos seringais.

“A gente daquelas paragens”, verificou o Dr. Osvaldo Cruz, “não tem noção do que seja estado hígido.” Mas não havia duvidar da segurança das medidas que tornariam habitável o letífero vale. “É apenas questão de tenacidade e resolução, e o duende do Amazonas, campeão da morte, ruirá por terra.”

Na verdade que postos em prática, no serviço sanitário da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, os conselhos pautados por tão grande autoridade, os resultados cabalmente confirmaram as previsões, prosseguindo com próspero êxito aquela obra, de tanto alcance para o desenvolvimento dessa vasta zona do setentrião brasileiro, e cujas conseqüências, na vida econômica do Brasil, já foram comparadas às da abertura do canal do Panamá, na dos Estados Unidos.

Nestas e noutras vitórias do higienista sempre brilhou a excelssitude do seu saber. Estudiosíssimo do ramo, em que fez a sua especialização médica e tão preclaro se tornou, não lhe bastava o espírito ornado de sólida erudição, mas pretendeu e alcançou aqueloutra segurança fundada na experiência dos fatos e no exame direto dos fenômenos. Pesquisador exato, sabia perquiri-los em suas manifestações naturais, sabia criar-lhes a oportunidade de novas condições, esgotando os métodos e processos inquisitivos e desenvolvendo, dia a dia, a sua capacidade de observação. Não lhe minguava nenhum dos dons do experimentador, perfeito observante das regras da investigação científica, que conhecia a preceito e levara à última extremidade do rigor.

Homem de laboratório, sempre voltado para o objeto da pesquisa, num recolhimento a que nada deturbava, ainda quando aparentemente distraído com o trabalhoso exercício de obrigações administrativas, sabia ele defender-se do incoerente dispersar de energias, em que às vezes em vão se vêm a perder árduos esforços.

Aos que se educam nesse hábito nada lhes vence a constância e a paciência no recommear cem vezes o ensaio cem vezes infrutuosamente tentado. A curiosidade é de todos os instantes, o cuidado sem remissão, a abnegação infatigável.

Era desses o Dr. Osvaldo Cruz, e dessa paciência ainda nos fala o instrumento dos seus últimos estudos, na sala que no seu Instituto é hoje um museu das recordações de sua vida. Ali se vê conservado o engenhoso formigueiro que fizera construir para os ensaios, a que havia seis meses se entregava, acerca da biologia das formigas, e diante da qual, a lente na mão, gastava as horas, concentrado e absorvido, na observação calada e fecunda.

Sábio, tinha em desprezo as jactâncias e a doutorice palavreira, que à pura força quer passar praça de ciência. Nele, ao contrário, tudo era silêncio, modéstia, decoro e prudência.

Alcançado o fato que buscava descobrir, a causa que procurava rastrear, o mecanismo que lidava por aprender ou de algum modo interpretar, não se convenciam sem que sobrepesasse os argumentos com severa autocrítica, e as suas condições só as radicava com as provas na mão.

Na análise dos fatos biológicos sabia onde acaba a ciência e começa a fantasia, aí onde tantos se perdem, com quererem ir mais longe do que se

pode. Porque ater-se ao justo limite da boa observação não será descrever, nem tudo supor incerteza e ignorância. É, ao contrário, caminhar seguro, para que se não perca aquela fé imensa e viventíssima, que a Pasteur nunca faltou, ainda nos anos extremos.

Condição primordial no desenvolvimento da ciência, esse entusiasmo, que está na sinceridade mesma dos seus adeptos, não será, contudo, em muitos inconciliável com tal ou qual ponta de ceticismo, a exemplo de tantas harmonias, que tiram sua origem de elementos contraditórios. Nem desse ceticismo se despiu, entre outros, Magendie, um dos iniciadores da Fisiologia experimental, do qual corre por certo se deleitava, em seu curso do Colégio de França, com anunciar aos discípulos resultados que de antemão sabia seriam depois contraditados na demonstração prática. Ria-se o auditório e não menos quem lhe armara a decepção. Era isso, sugere Renan, como um comprazimento do ceticismo. Daí lhe não veio mal a Magendie, porque, atinadamente pondera um dos seus comentadores, esse que assim procedia era o Magendie professor, cujos laivos de descrença naquilo que ensinava seria meramente chiste, ou toque de faceirice, ou acaso generosidade, no intuito de dar a ver aos alunos que ainda na mão de doutos e traquejados lá alguma vez acontece sair a experiência pelo avesso e, lição por lição, todas eram de anotar-se; o outro, o Magendie investigador e descobridor, esse não conhecia desanimação, tinha o dom de crer, nem jamais perdeu a fé no buscar a verdade.

Esse poder de fé, essa condição, em falecendo a qual já não medram as outras, não só em sumo grau a possuía o Dr. Osvaldo Cruz, senão que a soube poderosamente comunicar aos que em seu ensino se instituíram.

Não estavam suas obras nos ensaios, não muitos, que de mão própria escreveu e publicou com grande aplauso. Estavam no seu Instituto, na sua escola, nos seus discípulos, de cujos trabalhos participava com a colaboração do mestre, habituado a se sumir para realçar aqueles, em cujo êxito sobradamente se compensava.

Sabe-se que maculada esta cidade com a importação da peste oriental, força foi criar-se aqui um instituto para o preparo dos soros adequados, fundação do município levada de projeto a obra pelo Dr. Pedro Afonso, diretor do Instituto Vacínico, ao qual se anexou o outro. Foi quando esse notável médico, cujo nome com justiça por tantos anos luziu entre os dos nossos

grandes cirurgias, espontaneamente buscou o Dr. Osvaldo Cruz, então ainda mui jovem, confiando-lhe os trabalhos técnicos do novo Instituto, escolha gloriosa que se lhe deve, mais que a ninguém, agradecer.

Desenvolvendo-se em pouco os laboratórios de Manguinhos, gratuitamente dirigidos, em ocasião bem difícil por espaço de três anos, pelo Dr. Pedro Afonso, logo passou o Instituto para o Governo Federal. Entrou a regê-lo em 1902 o Dr. Osvaldo Cruz.

Atravessava por esse tempo a Medicina um período de verdadeira reforma com os aperfeiçoamentos alcançados nas aplicações dos métodos de laboratório aos problemas patogênicos e à prática da clínica, ganhando o diagnóstico, graças ao concurso das reações biológicas, uma precisão ainda desconhecida, e a terapêutica novas e prestantes armas. Intuição médica, olho médico, tino médico, excelências de ouvido, argúcias de raciocínio, todos esses primores da arte que outrora celebrizavam seus eleitos, vieram a pedir o complemento do laboratório, sem cujo auxílio a cada passo se veria em entalhas ainda o clínico muitas vezes experimentado em prática larga e consumada.

Preciso era assim remodelar o Instituto de Manguinhos, ampliando-lhe os fins a que nos começos se destinava. O cometimento requeria a par de indiscutível capacidade científica um poder de vontade não pequeno. Outros não eram os requisitos que marcavam a personalidade do Dr. Osvaldo Cruz, a sua regra e a sua força. Atirou-se com afeição à obra, que já trazia o cunho das criações perduráveis. Ele próprio tudo indicava, tudo via, tudo previa, tudo dirigia, com incrível atividade, não tão-somente na parte da construção material, senão ainda no tocante à difícil organização técnica.

Eram idas ao reponer do dia e tornadas por noite velha. Revelou-se assim em nova prova o homem de ação decidida, reconhecido como dos raros exemplares que temos contado. Viu enfim a casa feita e prosperada, um monumento cujas colunas lhe guardam saudade.

Não podia subir mais de ponto o esmero, na faina nobilitante pela ciência. Trabalhos e descobertas científicas que fora de lugar seria aqui referir, sequer muito de superfície, logo tornaram por dos melhores entre os congêneres o nosso Instituto, em cujo frontal fez o Governo esculpir por brasão o nome do Diretor, já consagrado por universal voto.

Tudo ali era esforço, constância, disciplina apertada, e até muito de noite se vigiava no estudo, com ardor insofrido, porque havia aquela alegria com que os trabalhos se fazem leves. O chefe era exemplo. Superintendendo o Instituto, ao mesmo passo que executava a grande obra do saneamento do Rio de Janeiro, a todas e tão grandes obrigações acudia com inexcedível dedicação; e o mesmo administrador que consumia horas em aplicar regulamentos e dar audiências sem vergar de cansaço, trazia a ponto e em dia, com admirável espírito de método, o precioso cabedal da sua vasta instrução.

Nem era só o saber que assegurava ao Dr. Osvaldo Cruz a singular preeminência de chefe de escola, e lhe dava sobre os discípulos tão notável domínio pessoal. Possuir grande doutrina é, sem dúvida, condição primeira para isso; com ela se querem, porém, predicados outros e não poucos, que só de muito longe em muito longe se vêm a reunir em um homem, um espírito são, feito de crença e entusiasmo, de moderação e justiça, um verbo sereno, um ânimo inteiro, de uma retidão que não quebre, uma respeitabilidade que edifique como uma exortação de todos os instantes, um mostrar em si por obra o que dos outros se exige. Quando assim, quando tantos prestígios se aliançam, já não é tão-só a admiração que vincula o mestre ao discípulo, é um laço mais forte, um querer de devoção. Não de outro modo ao Dr. Osvaldo Cruz queriam seus auxiliares do Instituto, sua família científica. Para os guiar nos trabalhos, com igual solicitude tomava a cada um de per si, perscrutando-lhes a veia, suscitando-lhes a inspiração, premiando-os com o seu aplauso.

Tal mestre e tais discípulos em poucos anos deram a Medicina no Brasil considerável impulso, esclarecendo de raiz, por descobertas de vulto, numerosíssimos assuntos da chamada patologia tropical. “Os múltiplos problemas da nossa patologia”, escreveu o Dr. Osvaldo Cruz, “só deverão encontrar suas resoluções aqui, e não podíamos esperar que viessem elas de tornaviagem, muitas vezes após estudos incompletos, baseados ora em informações falhas, ora em material deficiente, impróprio ou alterado.” Era isso nacionalizar a nossa Medicina.

Sem falta que antes dele havíamos tido pesquisadores de primeira ordem, a cujas investigações sobrelevava, fora outros muitos, o mérito de executadas em época pouco vantajosa às mesmas. Porém, só com o Dr. Osvaldo Cruz se veio a fundar, na força do termo, a experimentação médica em nosso

meio e só de então para cá começamos a nos governar por observação própria. Assim se fez com fatos novos uma obra nova quanto à etiologia, profilaxia e tratamento de muitas doenças, nomeadamente as determinadas por protozoários, uma obra nova quanto à Biologia e sistematização de espécies referentes à Zoologia médica, uma obra nova de veterinária, rumo até aqui por investigar.

Não tardaram a alcançar muitas coroas os que tais provas deram da nossa cultura científica. Representando o Brasil no exterior, era o Dr. Osvaldo Cruz recebido com veneração, e onde havia sábios com eles praticava de igual. Em brilhantes exposições anexas a Congressos Internacionais de Higiene, ao Instituto Osvaldo Cruz tocaram sempre os melhores lauréis. E nem sem orgulho vemos Dr. Carlos Chagas, digno êmulo de seu mestre, decorado com a medalha Schaudinn.

Se em nossas obras pomos algo de nós mesmos, se diria que o Dr. Osvaldo Cruz todo ele estava no seu Instituto, naquela casa que ultimou com tão boa mão e tanto lhe falava, com os realços de suas cores vivas, seus arcos mouriscos, seus lampadários, seus mosaicos e seus reflexos de ouro. Pode-se questionar se a um grande laboratório de estudos médicos se deva conceder tamanho luxo arquitetônico e o fausto daquele estilo, sem faltar ao sentimento da propriedade. Mas não é caso de discutir as teorias estéticas do homem de ciência que o erigira, artista de um espírito cheio de lindezas.

Severo e frio figura-se em geral o sábio, de todo insensível à contemplação poética, grave engano de que prevenia o químico Berthelot: “Guardai-vos de supor que a ciência torna árido o coração do homem e só lhe inspira austera e egoística vaidade.” O mesmo entendeu Ramón y Cajal, sábio de boa lei, cuja obra o colocou na primeira linha da ciência contemporânea, e usa falar com a eloquência profunda em que se repassa a voz dos verdadeiros mestres. Ao enumerar, no seu discurso das *Regras e Conselhos sobre a Investigação Biológica*, as qualidades indispensáveis ao pesquisador, independência mental, gosto da ciência, continuação do trabalho, religião da pátria e amor da glória, soube ter em conta “o temperamento artístico que o leve a contemplar a beleza e a harmonia das cousas”. Ser artista é ter alma, e saber observar exige arte. “Não basta examinar”, muito bem o disse o professor espanhol, “é mister contemplar, impregnando de emoção e simpatia as cousas

observadas. Façamo-las nossas, assim pelo coração como pela inteligência, e só dessarte nos entregarão os seus segredos.”

Tudo faria descobrir no Dr. Osvaldo Cruz uma organização assim, em que o sentido do belo afinava as outras qualidades. Com seu tanto ou quê de romântico retratado nos rasgos das feições, esse idealista que tão singularmente irradiava energia na força criadora das suas obras, bem podia cingir à cabeça douta o louro sagrado e a coroa, prêmio dos poetas.

Podia ser que na expressão literária não estivesse, e suponho não estava, a manifestação mais brilhante do seu espírito artístico, embora amasse as letras com apaixonada efusão, e em sua pessoa transluzisse a poesia e o mistério de uma alma capaz de silêncios profundos.

No Instituto, em que todo se dava à ciência, tinha por aposento particular pequena sala, no mais alto da casa. Aí, portas adentro, nada de luxo, simplicidade de cela; um leito pobre e por único livro a *Imitação de Cristo*, em que Deus lhe terá falado como aos que verdadeiramente o possuem. Nesse remoto retiro não raro se encerrava, para buscar com a vista os pássaros perdidos e da janela conversar com a noite silente, contemplando dos adarves da sua torre, ao de cima das vulgaridades, a beleza do sonho, na evocação do que pode ser a um tempo flor, estrela e mulher. Quem sabe de cada um quais as melhores horas? Das suas decidiria ele se as do sábio ou as do poeta; mas como fosse, não tereis desacertado, se acaso também neste atentastes ao elegerdes o substituto de Raimundo Correia.

Raimundo Correia... Revocar este suave nome é comover-vos com a imagem de quem tão fundo amastes, admirando aquela perfeição imaculada e igual em todos os lances da vida.

O instinto poético, que era a sua mesma natureza de harmonia e sensibilidade, lhe dava à lira uma alma misteriosa.

Já não compunha versos o juiz de egrégia virtude em que acabou, mas ninguém dirá que nele não vivesse ainda o poeta de outrora, nem guardasse através de nostalgias profundas uma entreaberta por onde olhar o céu, o sol da manhã, o azul da tarde e o luar sereno. Céleres voam os sonhos, exclamou Raimundo no soneto dos vinte anos. Voarão? Por que a distância das idades afastaria de nós o que em nós mesmos vivia e em nós adorávamos? Um coração profundo é o altar dos sonhos e quem nele recolheu os votos apaixonados

de um dia, nele se arrimou para erguer a esperança e a fé, trocando mudas confidências com o ídolo longínquo, esse o não deixará desabar, quando tudo desabe e os tempos se mudem, nem jamais perderá o bom contentamento para volver alguma vez aos caminhos da juventude. Nem fenece a ilusão; se perdida a supomos, por magia ressurgue quando já desesperávamos, graças de musa fugidíada que se oculta a sorrir porque quer ser procurada. Tornam os sonhos, sim, cada qual como foi na glória do seu dia, mas agora sonho e saudade, desejo e evocação. E os dias são como rimas, se é assim a rima como a definiu a senhora de Staël: “a imagem da esperança e da recordação”. “*Un son nous fait désirer celui qui doit lui répondre, et quand le second retentit, il nous rappelle celui qui vient de nous échapper*”...

Raimundo Correia foi o poeta da dor, se como aqui lhe pareceu ao Dr. Osvaldo Cruz, o foi do amor. Querendo ou não, ele mesmo como era apareceu, quando em versos de mão prima assim disse, no “Amor Criador”.

*Coração, que és do amor o dócil instrumento,
Rende-te, coração; rende-te ao seu poder;
Homem, vem, neste ameno oásis, suarento
E exausto, adormecer!*

*Enche um século a dor, e o gozo um só momento;
Existir é sofrer;
Para que, em tua espécie, a vida, o sofrimento,
Dure eterno, hás de amar. Ama, inditoso ser!
Todo o instinto a essa lei tirânica é sujeito.
O amor contém-no em vão em teu âmbito estreito,
Alma. É forçoso amar,
Para que existas sempre, ó alma dolorida!
Forçoso é, pelo amor, perpetuando a vida.
A dor perpetuar!*

Já todos reconhecestes o mesmo alto sonhador que nas “Harmonias de uma noite de verão”, dialogando com as vozes do crepúsculo, entre a esperança que o chamava aos braços e a estrela funesta que o desiludia (“*Em vão! Nunca acharás uma alma que te entenda*”), soube entender e consolar-se com os ecos de uma alma compassiva:

*Poeta! Eu te reservo, alma que anseia e sofre,
A mais rara e melhor das jóias do meu cofre;
Cristalizou-a a dor, e o seu vivaz clarão
Enche, como uma aurora, a tua escuridão;*

*Brilha mais do que um astro e mais do que um diamante.
Vou chorá-la em teu seio ardente e palpitante;
Recebe-a; sinto-a já, trêmula a reluzir:
Subiu do coração, dos olhos vai cair...*

Seja assim umas lágrimas dessas que se elevam do coração, a que hoje nos recorde Osvaldo Cruz e a desfortuna de o havermos perdido. Tu, Osvaldo, foste digno de saudade, se ela exprime o desejo de que para sempre durasse o que houve de passar com o tempo e as cousas, no desfilar dos homens. Mas não é em meio aos ciprestais, no sagrado silêncio do teu túmulo, coroado de flores, que te vemos. Vivo estás, vivo te sentimos como naquele dia de há dez anos, em que recebeste, com as honras da ovação, o preito dos da tua classe. Por que já então subiras à mansão elísia, onde o poeta latino colocou, com a fronte nimbada de alva fita, os que por bem-fazerem se tornaram para sempre lembrados:

*Quinque sui memores alios fecere merendo
Omnibus his nivea cinguntur tempora vita.
(Virgílio, Eneida, I. VI)*

Com os versos de Virgílio, num coro de aplausos, te falamos cingindo-te o peito forte com a medalha da vitória. Não era para te engrandecer com louvores; porque o louvor em ti mesmo estava no teu exemplo, que nos animava de uma fé mais viva, na beleza dos teus dias e das horas fecundas em que completaste a glória do teu destino. Não te foi preciso uma existência larga para o prodígio da tua obra. No teu por aqui rápido transcurso não chegaste a declinação dos anos, mas não esqueceste a lição do pregador, “a cada um de nós não nos toca a viver muito, senão viver bem”. Nem muito terá porventura vivido, assim o doutrinava Sêneca, aquele a quem a idade lhe alvejou os cabelos e cobriu de rugas: muito haverá durado, sem quiçá ter vivido muito. Tu, Osvaldo, duraste pouco, mas viveste muito. Quando pelo teu

saber dez anos antes de acabares te certificaste da indeclinável fatalidade que para breve te haveria de encerrar os dias, não desanimaste com os reveses cruéis da tua doença, não desesperaste a batalha, não desertaste do trabalho em que te abrasavas, senão que redobraste no ardor, a frente rescaldada de um ideal sem eclipses e, com o coração bem preparado, todo tu te deste à tua obra, no último arranco das tuas energias.

Quando assim lastimosamente te chegou o dia extremo, tinhas concluído a tua tarefa e os homens do teu continente te chamaram benfeitor.

Para agradecer as dádivas com que enriqueceste o teu país, orgulhoso da grandeza do teu estudo e dos teus talentos, não houvera bastado que em vida te condecorássemos com os ornamentos da pompa romana, a coroa, a taça de ouro, a túnica ornada de palmas, a toga de áureos bordados, a cadeira curul afestoada com o ramo de carvalho e o cetro de marfim. Nem bastara, para memorar a tua passagem e exaltar a tua lembrança, que te elevássemos um arco imperecível com a inscrição dos teus heroísmos, dos teus feitos eminentes à coletividade. Mesquinha será para o objeto da consagração a estátua que te erigiremos. Será então em todos os monumentos desta cidade, que te deve a salvação, na majestade de suas montanhas, no esplendor destes céus, na voz das suas águas, nas flores destes jardins, no coração de seus homens, que há de sobredurar tua imortal grandeza e na fama perene hás de subsistir.

Em tudo te hás de perpetuar e ressurgir cada dia, em tudo te sentirão nossos filhos, e os que lhes sucederem, recordando-te naquele mesmo espírito de comovida gratidão com que daqui da casa das letras todos os brasileiros nos unimos para saudar-te nesta oblação modesta, de ti nos prezando, ó companheiro excelso, como de uma das glórias da nossa terra.

II

RESPOSTA DO SR. AFRÂNIO PEIXOTO

SENHOR: – Ao vosso orgulho, – que o deveis ter digno, como é da sorte de todo grande merecimento, mais que à vossa modéstia, – que é tamanha como se esperava da vossa primorosa criação, por certo que acudiram intimamente as razões de nossa preferência, escolhendo-vos em pleito singular, e sem dubiedade, para o lugar que aqui tinha Osvaldo Cruz e antes dele ocupara Raimundo Correia.

Buscais explicá-lo, entre recatado e saudoso, recordando as altas lembranças paternas e os encontros raros do nosso patrono comum, Machado de Assis, cuja agudeza previra sem dúvida o dia de hoje. Não desconvenho na explicação, mas somente para dizer-vos que aqui vos deveis sentir bem, que este é um dos vossos lugares.

VOCAÇÃO LITERÁRIA

Poeta non fit, sed nascitur. É de nascença, não se faz o poeta. Antes de serdes, vós mesmo, éreis acadêmico. Francisco de Castro, sábio e letrado, nos herdou o filho que o prolonga e acrescenta, na grandeza do engenho, na capacidade da ação, na formosura da glória, precoce mas definitiva.

Trazia força o que tinha de ser. Vosso primeiro guia, mestre constante, maior amigo vos fez deste logo aluno predileto, e confidente obrigado dos seus gostos excelentes, de sua cultura aprimorada. Crescestes na morada das

letras, na biblioteca, sobre os tapetes felpudos que abafam os passos, nos móveis fofos acolhedores que prolongam os ócios da leitura, entre as severas estantes negras e polidas, donde nos seus andares vos sorriam, meigos ou condescendentes, no oiro fosco das lombadas, os in-fólios magníficos dos sábios e dos pregadores e os mimosos in-dezoito dos críticos e dos poetas. Aprendestes com cedo a atender e a decorar a graça fácil e a análise inquieta de uns, esperando se cumprisse a idade para sem-cerimônia com a serena compostura dos outros.

Daí vos veio esse amor que tendes aos livros, no qual pondeis até um grão de sensualismo pagão. Tratais aos vossos como os califas nos seus haréns não amimariam às suas diletas. Porque eles teriam lá as suas preferências, o que obriga a exclusões, como é próprio de paixões humanas. Tendes vós igual amor aos vossos queridos, temperado, porém, como deve ser, pelas distinções que cabem a cada qual, as vossas distinções que são sutis e refinadas. Dais aos sermonários, velho pergaminho na capa, gótico de inscrição no dorso, fecho de esparto nas margens, honrando à sua ancianidade magnífica e à divina ciência que contêm; venerável carneira, estampada a fogo, ferros antigos que abraçam as páginas barbudas de velino, amarelado de muito tempo, dignificam a rudez dos nobres e castiços mestres vernáculos; aos poetas graciosos e aos levianos escritores de agora dotais de mimos frívolos, como festas galantes, no marroquim novo, cuja grã range ao toque, como sensibilizada pelo contacto carinhoso, na incrustação a cores dos debuxos, alegóricos a cada um, no dourado das aparas ao alto das páginas das edições preciosas, impressas em Holanda, China ou Japão. Os vossos íntimos que alguma vez conduzistes a esse santuário dos vossos livros saem de lá namorados e invejosos, sem mais poder ler a Frei Pantaleão do Aveiro senão na edição de 1593, e Anatole France somente naquelas que iluminou Lebègue ou Rochegrosse e imprimiu Ferroud ou Pelletan.

Vós, que os lestes e relestes todos, fizestes-vos uma alma clássica, no sentido ancião e permanente, de humanista, tão macerado no nardo e na mirra dessa unção espiritual, que, para a vida ficastes impregnado de essência acadêmica. Filósofos gregos, poetas latinos, sábios do Renascimento, oradores sacros, romancistas profanos, todas as espécies literárias do entendimento foram-vos humanidades adquiridas, com que vos entregastes à vida exterior

dos laboratórios, anfiteatros e clínicas, para a posse da ciência e da técnica profissional.

Fostes menino-prodígio em casa, na escola e na universidade. Não me arreceo de afrontar a Voltaire, que chama às nossas arengas acadêmicas apenas cumprimentos, nem a vós que o citais, como para me armar suspeição ao elogio. Não me deixarão mentir os vossos mestres, alguns dos quais aqui vejo, e que vos deram notas em lições, temas e exames, como mais tarde, agora, para confirmá-las, os votos com que fostes aprovado na Academia. Lembrais com saudade carinhosa e alegre reconhecimento a Mário de Alencar, Rodrigo Octavio, Silva Ramos, Luís Murat; não vos esqueçam Francisco de Castro, o primeiro, e Miguel Couto, o derradeiro dos vossos mestres todos acadêmicos.

“NEMO CONTENTE”...

Éreis, e devíeis ser de fato um dos nossos. Não vos importe, pois, que não há como fugir à contradição humana, que alguém, alguma discrepância no juízo finja olvidar as vossas letras e só recorde que sois um sábio. É antiga a restrição e será eterna. Ela é natural, senão justa. É a da privação do merecimento contra aqueles a quem ele sobeja.

Deixemos falar quem fala: havemos de perdoar a lástima, se não despeito dos tolhiços, contra os excessos da abundância. A quem não coube sequer uma vantagem na vida, como estranhar que aos outros não permita tenham tantas? Não sendo possível acusar de fraudulenta a partilha da natureza, será o recurso negar a realidade ou o quilate das prendas alheias. Não tenho por inveja, – tão feio sentimento! – mas com certeza é aquele outro e triste pesar cujo nome se colhe nas *Tusculanas*, onde vem conhecido por “invidência”, disposição para reparar demasiado na felicidade alheia, meio ciúme, meio despeito, sorte de agasto ou gastura, que rala e mói, sem violência, mas aturadamente, porque caiba a outrem o que desejávamos ou só queríamos fosse nosso.

Invidentes é que não faltam; não faltará também quem diga que são todos os humanos; há pelo menos quem pense que o são as mulheres e os poetas, gente tão parecida, seres sensíveis por excelência, para quem é curto qualquer encarecimento e a quem faz mal todo elogio tecido a outrem: incenso lhes seria privativo. Há também o oposto, e chega a ser tocante: Napoleão

recebia como ofensa qualquer censura feita a Luís XIV... Haveria assim invidentes, tanto por privação, como por parceria, largo domínio entre a inveja, o ciúme e a ambição...

Terá a fama seus pecadores, injustos por egoísmo. A Lucano, por ter escrito um poema épico onde se encontravam dando as mãos as artes da Estratégia e da Retórica, considerava Petrônio apenas como historiador, enquanto por orador somente o havia Quintiliano, muito embora opinião diversa de leitores e até do livreiro que lhe vendia os versos, segundo o epigrama de Marcial. Também Robespierre dizia de Condorcet, cujo múltiplo talento seria por isso mesmo insolente, que os geômetras o tinham por grande letrado e os letrados como grande geômetra. Por força que há de dar a desconto a fortuna de ter escrito famosos livros, quem é capaz de outros feitos famosos.

Aliás, felizmente para nós as Letras foram sempre aqui menos que uma carreira, uma diversão ou adereço, o que lhes vai bem, pois só espontâneas lhes é possível a sinceridade, condição de excelência de toda arte. Se relanceardes os olhos em torno, não vereis convosco um só de nós outros que tenha a literatura por profissão: somos advogados, juizes, professores ou militares, políticos, diplomatas e funcionários. Também assim foi e ainda é nos outros países. Depois, as contradições não tiram vantagens à regra. Renan disse-o, com sisudez: do momento que a carreira literária possa ser abraçada como lucrativa, perde toda a sua nobreza. Toda a gente de qualquer ofício pode fazer belas-artes, se tem gosto e saber, tendência e incentivo. Aos três grandes dramaturgos que agora acolhe a Academia Francesa, a Maurice Donnay a Alfred Capus, a François de Curel, não o impediram os diplomas de engenheiros. Por que só aos médicos se hão de fazer maus modos e achar que não devem pretender o que é lícito a todo o mundo ainda menos culto e menos exercido? A Schiller o ser médico não evitou ser grande poeta; agora mesmo o príncipe da literatura portuguesa é o vosso colega Júlio Dantas. Tampouco por isso se viram embaraçados William James, para exercer o pontificado do pragmatismo filosófico, ou Clemenceau, para conduzir a França à vitória, obras de pensamento ou obras de ação, que tudo permite a Medicina, nada ciumenta de outras inclinações. Não faz muito, ela consentiu a Charles Richet, talvez o maior gênio médico contemporâneo e vosso colega na

Faculdade de Paris, que recebesse o prêmio solene de poesia, conferido pela Academia Francesa.

HUMANISTA, ORADOR E POETA

Do que não se deve prescindir para ser acadêmico é ser letrado, embora douto, ter esse nobre amor da idéia, esse alto conceito de forma e honrá-las, substância e gosto, com a constância no trato assíduo e diligente para a perfeição. Podeis com justo orgulho medir-vos pelos vossos confrades. Nenhum deles terá tão cuidadas as suas letras antigas e modernas; raros haverão sempre cultivado o espírito nos primores da boa convivência literária que foi o vosso hábito desde os alvares da meninice.

Por isso na vossa obra, logo que conseguistes afoiteza para começá-la, não se deparam ensaios ou tentativas, próprios de quantos madrugam cedo. No livro em que reunistes as vossas primeiras orações, a frase já tem medida e compasso, o pensamento compostura e alcance, tudo o que denuncia gravidade precoce, nada que lembre aquela *redundantia juvenilis*, marca infalível da idade. Inflorescência perfeita e pomos sazoados, antes das flores contadas e dos frutos temporões.

Entretanto, a graça e a candura desses discursos marcam bem a ocasião que os produziu; neles o lirismo transborda suave e terno e cerca de afagos e damices a figura que atravessa todas aquelas páginas, sempre presente na letra ou no sentido, evocada ou requerida com tão quente carinho efusivo, que raia pelas declarações de amor. O que dizeis dele, desse querido Ausente a quem tanto amais, se dirá de vós, lendo as vossas *Alocações Acadêmicas*: “Coração piedoso e benigno, tão cheio de mimo e tão sensível que se diria o de uma mulher.” E muitas, muitas vezes falais, sempre comovido e grato, no amigo, no mestre, no conselho, no Pai que perdestes e vos recordam com saudade inconsolável os passos de vossa vida. Quanto mais vos encarecem e vos festejam, é que mais estais com ele, na presença da memória, como se não pudéreis lograr o vosso quinhão de felicidade sem o repartir com quem teria na vida, por toda a perfeição, consegui-la e infinita para vós, desde que vos entendestes metade querida de sua alma! Estou que agora mesmo ele aí está juntinho, bem aconchegado ao vosso coração...

Nunca, porém, ainda nesses tranSES, se vos desmandou a inspiração em arroubo ilícito e desmedido, que não o comportasse o gosto e o momento. Foi para vós sem dúvida, para os raros de vossa igualha, que Cícero definiu o parentesco da poesia e da eloquência. *Poetis est proxima cognatio cum oratoribus*. O comum da expressão sem arte se explica em veemência de gestos e de atitudes, se resolve em excessos de idéias e de palavras. Tem a poesia, entretanto, o seu compasso e seu metro, e a própria comoção se conforma no molde dos estilos do verso. Vossos discursos são poemas, odes, elegias, tanto a imagem e a locução, o concerto e as proporções fazem modelos de bem dizer vernáculo e polido, as *Alocuções*, *Novas Alocuções*, *Últimas Alocuções*, que todos vos trouxeram aqui, como um cultor exímio da língua, disertor orador, das comoções e pensamentos mais nobres.

CONFRONTOS

Esta excelência do vosso mérito é tão evidente que, onde vos achais, reunião de confrades, congregação de doutos, congresso de sábios, sois a voz dos vossos pares para a tradução do sentimento ou das idéias comuns. Se as ocasiões são de responsabilidade, se falais a forasteiros ou a poderosos, colegas por convencer ou alunos a doutrinar, nunca vos esquecem entretanto as flores do espírito erudito e as graças da toada literária, citação própria e anedota adequada que esmaltam como gemas raras os vossos conceitos, no encanto de boa e bela concordância. Estou que se fora vivo Francisco de Castro lhe poderíeis dar troco na réplica oratória, como sombra ou eco que lhe sois, da figura e dos talentos.

Entretanto, permiti, se não vos molesto, que apenas quero ser franco e não lisonjeiro, nos dois Castros haveria antes sucessão que parêlha. Eles se continuam. O primeiro é mais poderoso, mais tenso, talvez mais escorreito; o segundo mais fino, mais polido, certo mais gracioso. Austero, terso, incisivo aquele; este suave, maneiroso, persuasivo. Um segue o outro, como as artes severas do século XVII precedem as artes amenas do século XVIII. A um se admira, ama-se ao outro. Dir-se-ia, dos dois, como naquele cotejo célebre de Castilho, entre Vieira e Bernardes. Também eles se continuaram e não havia por que se arreçar da sorte do bom estilo na língua portuguesa, dizia ao mor-

rer o mais forte e mais rico, se ficava a tratá-lo o mais delicado e mais generoso. Tenho para mim que os dois Castros, pai e filho, se completam e um aperfeiçoou o outro. Se fora para decidir-me por um deles, na preferência, não vos direi pelo qual me inclinaria. Creio que ficaria com o último, cujo estro é menos arrebatado e cujas letras são mais afáveis.

Outro paralelo que vem, e este de médicos; lembra-me até que vos podia ocorrer aquele caso a que aludis num dos vossos formosos elogios acadêmicos, e coube a colega vosso na Faculdade de Paris. Certo dia, no seu serviço do Hotel-Dieu, dava lição de clínica um dos mestres mais ouvidos da ciência contemporânea. Era o doente uma histérica e, portanto, duas vezes tendia a se mostrar naquele vício que não será delas somente, que vós os técnicos chamais exibicionismo. Quis acentuar Trousseau a malícia, lembrando a concordância das tendências da paciente com as disposições naturais de seu sexo, socorrendo-se daquela passagem da *Arte de Amar* em que, a respeito das mulheres que afluem ao teatro, o poeta insinua que vêm ao espetáculo tanto para ver, como, – se nada mais, – para serem vistas. Mas a memória recusou-se-lhe o serviço e depois de alguns segundos de pesquisa, perguntou aos discípulos se acaso algum não lhe daria a citação. Dentre a multidão de jovens uma voz recitou o verso de Ovídio:

“Spectatum veniunt, veniunt, spectentur ut ipsoe.”

Foi a credencial de bom gosto, a apresentação decisiva de sua vida, que Dieulafoy, desconhecido então, trazia ao soberano da clínica e da Faculdade, a quem, mais tarde, no mesmo sólio e na mesma benemerência havia de substituir. Também a vós, a acolhida que vos fariam em Atenas ou em Roma, na Sorbonne ou na Academia de Ciências, seria por todos os primores da vossa cultura, pois que sois da linhagem dos Trousseaus, Castros e Dieulafoys, que não somente sabem, como sabem dizê-lo, com a louçainhas da forma feiticeira que seduz e aconchega, antes de explicar e convencer.

Por isso, até os vossos sábios tratados científicos, escritos para doutos, são admirados, se não entendidos pelos apedeutas, porque ainda quando não penetrem na substância, forram-se na essência literária que lhes dais por companhia. Se não fosse do vosso natural o recato, poderíeis como aquele latino

vos gabar, tínheis na aspereza dos assuntos técnicos, onde tudo são maranhas da dificuldade, posto aquele jeito de estilo que simplifica e esclarece, porque da clareza é ornato a brevidade, o “*scribendi ordinem*” que era tanto da ufanía de Marco Túlio.

A VIDA, OBRA DE ARTE

Aliás, essa disposição de arte não podia ser senão o vestígio aparente e publicado do artista que sois, em todas as manifestações da vossa atividade. Convive a arte convosco. Desde a vossa porta que ela vos põe sentinela, naquele loureiro sempre vivo e bem tratado, que plantastes no átrio, melhor que a coroa de louros que D’Annunzio suspendeu à cabeceira, com a inscrição “*non per dormire*”... Nesse símbolo ele vos esperta também para que se cumpra tudo o que por vós deve ser cumprido. Telas e bronzes, saxes e sèvres, rendas, tapeçarias, móveis antigos, livros dos outros que vestis soberbamente, livros vossos que imprimis com magnificência fazendo deles escrínios preciosos das jóias raras que contêm, mudam vossa casa em museu de bom gosto. Num canto de salão, órgão e piano, que se não esquivam, depõem que os visitais a miúdo, e Bach e Chopin são vossos familiares. No vosso lar chovem bênçãos e nele mora a harmonia. Vossa vida é uma obra de arte. Tivestes as graças de formação exemplar, do berço à maioridade; dos bancos da escola passastes sem delonga, depois das justas difíceis e necessárias da honra e do saber, que vos investiram na docência catedrática. Éreis o mais jovem dos vossos pares e o ciúme de mais velhos não obstou o dever de justos, com que vos escolheram, para a direção deles, que vos confiaram. Onde vos achais, sois sempre dos primeiros e como tal acatado e entendido. Os vossos discípulos vos ouvem e vos seguem. Dissimulais tão bem vossa superioridade, colocando-vos ombro a ombro com toda a gente, exalçada até vós pela vossa exemplar polidez que fazeis afeiçoados dos desconhecidos e dos vindiços amigos. Aos do peito tocais no ponto sensível das suas predileções; na ocasião suscetível do seu sentimento achais persuasiva inteligência para se mover e comover, tanto que se diria tendes talento até no coração: *cor ingeniosum* é bem o vosso.

A Academia Brasileira, que vos trouxe agora a seu seio, não se demaiou, ainda que aqui chegais sem pressa, e entretanto tão cedo pois que tendes

méritos primos e sobejos; a eles me havia eu de reportar por cumprido, se não fora para cumprir com o meu ofício de vos receber, ao menos para vos confundir e a Voltaire.

OSVALDO CRUZ, O SANEADOR DO RIO DE JANEIRO

Demais, se alguma vez houve premeditação na escolha das sucessões em companhias como a nossa, foi bem nesse o vosso caso: acertamos com quem ficasse bem na cadeira do nosso inesquecível Raimundo Correia; não padecerá dúvida que ainda ireis melhor, embora poeta, na vaga deixada por um sábio.

Com aquela alta e cabal autoridade que vos dão a competência de douto e de mestre, além das insígnias do vosso reitorado, fizestes o elogio que vos cumpria do Dr. Osvaldo Cruz. O merecimento dele é tão avultado que aqui fostes sentido e compreendido como se vos ouvissem vossos confrades da Academia de Medicina. A salvação da vida é benefício que todos entendem: Osvaldo Cruz poupou a nossa, a de milhares de patrícios e de forasteiros que chegavam a colaborar no progresso nacional, com o extinguir um flagelo assassino no Rio de Janeiro e noutras cidades do Brasil. Só aqui, nos lembrastes, a mortandade foi, durante mais de meio século, de um milheiro de vidas anualmente, avaliemos quantos seriam os apestados que se salvaram, mal feridos pela morte, e quantos e infinitos teriam sido sofrimentos e lágrimas, desamparo e penúria, insegurança e pavor dos que viam tombar em torno, achegados, no próprio lar tocados pela inexorável fatalidade os arrimos mais indispensáveis, as mais preciosas afeições!

Serviços como estes valiam outrora a apoteose: por ter nas planícies vizinhas de Argos vencido a hidra de Lerna, personificação da malária, Hércules entrou na lenda e sobrevive na admiração humana. Os nossos tempos prosaicos pagam em espécie metálica, no bronze das estátuas, concedidas por igual a todas as equívocas benemerências.

Esse caso de Osvaldo Cruz tem, porém, para a nossa educação política, um ensinamento iniludível. Mais uma vez o merecimento foi chamado a seu posto na administração nacional, não se lhe indagando do parentesco influente nem da necessidade de proteção.

Médico de um poderoso, foi o vosso colega Dr. Sales Guerra convidado para a geral direção da Saúde Pública, aonde não levariam suas predileções especiais, mas, principalmente, a gratidão do cliente: teve a digna virtude de esquivar-se e mais nobre de indicar o competente, ainda não revelado. Pois que lhe devemos a vocação de Osvaldo Cruz a seu ofício de benemérito, não faltamos ao inventor dele com o devido galardão.

Graças a Deus que era um desconhecido: não havia a evidência do seu mérito suscitado a emulação daqueles infinitos que nas democracias têm por função cortar as asas alheias, para a mediania comum. Pôde o benemérito Governo de então, que não fazia boa boca só com promessas, mas trazia vontade determinada, – o saneamento da capital da República, – achar nele o mandatário idôneo para tamanha empresa. E decisão do Governo, e capacidade do seu agente – que coisas raras! – fizeram essa maravilha, a tranqüila confiança de hoje em dia, que não seremos mais vítimas da febre amarela!

Alguns governos destes, que saibam querer antes do poder, e, mais difícil, querer quando no poder, onde as distrações para ocorrer ao trivial esquecem quase sempre os propósitos mais tomados, alguns homens como este que à ciência juntem a ação, e dissei-me o que seria de nós que ora não temos toda a saúde, educação, defesa, justiça, prosperidade... que nos cabem, mas que não conseguimos, que não quisemos ainda e não sabemos deliberadamente e eficazmente procurar, que nos assombrará entretanto lograr, no dia em que simplesmente o quisermos, como foi neste caso singular que nos recordais.

MESTRE DE MEDICINA

O Dr. Osvaldo Cruz, esse tinha uma vontade e ela foi, de parceria com o seu saber, o segredo do triunfo na vida. Na memória dos homens, que amam o ruído e a evidência, ficará ele sendo o redentor da terra contra uma peste homicida, a seu modo um libertador do território, o Teseu que nos emancipou do Minotauro.

Estou, porém, que cometemos restrição injusta, e vos me perdoareis se me aventuro pela vossa disciplina e incorro naquele “*ne sutor*”... que cai sobre os incompetentes. Fez mais Osvaldo Cruz do que nos proteger contra um flagelo, fosse ele a febre amarela, – nos ensinou a combater os outros, ensinando

do-nos a conhecer todos os mais. Aí fizera o que vós doutos chamais medicina, e da melhor, a que ensina a conhecer as doenças, o que é meio caminho de as curar, quando não puderem com tempo ser prevenidas.

Mal descoberto descobre a saúde, diz o nosso vernáculo Jorge de Vasconcelos, trazendo à linguagem aquele “*Cognito morbo, facilis curatio*”, de um nosso clássico e que passou a axioma.

Foi de fato o Dr. Osvaldo Cruz grande mestre na Medicina. Antes dele, raros, sem caráter de firmeza ou extensão, alguns engenhos tentaram a ciência positiva, incertos e inconstantes. Foi ele o primeiro a criar aqui, na rotina da profissão, a necessidade da técnica experimental.

Era a clínica até aí exercida por altos vultos do patriciado médico, erguidos de entre a inumerável mediocridade dos anônimos. Todos, uns e outros, curavam males curáveis; raros dos que se curam com a ciência exata do mal e dos recursos idôneos logravam bom êxito, se por sorte a perícia dos grandes práticos ou acaso de noviços afoitos não atinavam com a causa. Através de uma vida contada pela benemerência dos serviços, os mestres exercidos e prestigiosos acabavam por desaparecer, sem entretanto poderem legar aos discípulos a arte divina que lhes dera a fama: não se transmite experiência, nem tino, assídua observação e dom de adivinhar, que não alcançam os sentidos e o juízo sem muito tempo. Haviam-se de fazer com vocação e constância, muita tentativa e bastante insistência, as novas capacidades médicas que, de geração em geração, se revezariam na confiança pública.

Ora, a ciência tem, mesmo por ofício, um endereço que nós poderíamos, usando de termo político, chamar democrático. Enganam-se os que a supõe, pela raridade dos engenhos que reclama, pela dificuldade daqueles que instrui, que seja instituição de uma aristocracia nova, entretanto delas a mais justa, a do conhecimento. Não: isto é apenas aparência; todo o esforço dos sábios consiste em conseguir meios tão simples de saber, que todos os possam lograr e os sábios já não sejam necessários, por que todos venham a saber como eles. É, pois, a ciência – a civilização ou o progresso, se o quiserdes: são outros nomes seus – essencialmente democrática, popular, acessível, niveladora das eminências, levantadora da mediocridade. Já se não constroem mais Partenons; não é necessário ter as riquezas de Ático para pagar escribas e copistas, ou adquirir manuscritos raros, e lograr assim a convivência de sortida

biblioteca; cada um de nós ainda os mais humildes e desprovidos pode ter no seu lar alguma parcela de beleza divina, em objeto de arte, móvel, tela, vaso, figura, onde viverá sorrindo Palas Atena; com alguns vinténs há para a satisfação das turbas a quintessência do espírito ou do coração e todos os grandes santos, sábios e poetas, que a ciência vulgarizou nos livrinhos de nonada.

Falta-nos até um sociólogo que em lei formule esse trâmite fatal das aquisições da cultura humana: primeiro o homem de gênio raro e solitário, cujo conhecimento descobre e inventa; depois a divulgação desses achados preciosos, pela revelação; a indústria deles nas aplicações práticas em seguida; seu exercício e aproveitamento nos usos humanos mais modestos e indispensáveis daí por diante. Pão partido em pequeninos, como diria o nosso Padre Manuel Bernardes, que muitos ajudam a fazer, um fez, e, multiplicado como o do milagre, todos comem, já incapazes de se privarem desse sustento quotidiano. Custa muito chegar a ser Le Verrier ou Colombo para descobrir o novo mundo ou um outro mundo; com uma luneta ou uma bússola, qualquer curioso ou afoito, se não já oficiais do ofício, alcançam Netuno ou a América, sem dificuldade.

Para a arte infusa e transcendente do diagnóstico outrora, só muita perícia ou adivinhação do tino médico: conseguiu a ciência com algumas lâminas de vidro, microscópios, reagentes, simples aparelhos que dão ensaios prontos e às vezes decisivos, atenuar as diferenças entre doutos e aprendizes. O vosso Voltaire, que ria de tudo, riu-se também dos médicos, que pretendiam pelo exame de humilde líquido orgânico investigar tais e quais doenças ao organismo; hoje nos riremos de Voltaire e já serão os serviços de laboratório que façam tais pesquisas, sem dificuldade, mas de tanto interesse. As distâncias entre doutos e aprendizes, entre veteranos e noviços, se encurtam e se apagam: uns já não fundam os seus juízos senão na técnica que imediatamente lhes diz a verdade, os outros aprendem-na primeiro, para saberem depois, com esses elementos de juízo, só então de bom juízo. Com uma reação feliz, gota de ácido em tubo de ensaio, gota de corante sobre lâmina de preparado, supre-se experiência clínica de muitos anos. Armados desses meios de pronto e seguro conhecimento, o que não será a eficiência médica, dessa tão provada experiência clínica? É a medicina exata de hoje em dia. Sem laboratório de análises nenhum médico de agora se presume capaz do seu bendito sacerdócio.

Ora, essa novidade transcendente introduziu-a aqui o Dr. Osvaldo Cruz, que expôs e ofereceu primeiro a seus colegas as excepcionais capacidades de técnico de que se dotara: passou a ser o colaborador obrigado a todos os diagnósticos difíceis, fez proselitismo, teve imitadores, êmulos discípulos, competidores, com o que abriu à Medicina o caminho da exatidão, certeza, diligência, proficuidade, que hoje lhe dão por toda a parte os foros invejáveis que possui de ciência positiva.

Foi o Dr. Osvaldo Cruz o nosso primeiro e grande mestre de Medicina experimental. O seu exemplo valeu por um ensino, o ensino de uma Faculdade. Vale um sábio com efeito por uma consagração, porque é o preceptor de muitas gerações. A vossa admiração a ele, legítima porque autorizada, nos confirma no preito que lhe rendemos, não só de nosso benfeitor, mas de mestre que fez escola e nos ensinou como ciência dadivosa e benfazeja se propaga e dissemina em bênçãos sem conta. O Brasil inteiro, – no campo, das fazendas do Piauí às estâncias do Rio Grande; no mato, dos igapós do Madeira às ipueiras do São Francisco; nas cidades, de Belém do Pará ao Rio de Janeiro, – é tributário à sabedoria dele, na salvação pública da vida da gente, na poupança do cabedal das criações, na conquista para a Pátria e para a Civilização humana desses latifúndios nacionais que ele nos ensinou a sanear e a aproveitar, deixando-nos usufrutuários de sua benemerência.

A semente que plantou, do seu exemplo e do seu ensino, germinou e cresceu floração magnífica de sábios, os seus discípulos e colaboradores, que pelos Estados do país já se espalham, propagadores da boa nova e da boa ação, nesse viveiro que nos deixou e aqui temos ao lado, o seu Instituto, verdadeira escola de Patologia experimental, que investiga e ensaia, e com a vossa – a grande e gloriosa Faculdade de Medicina, que doutrina e prepara – faz parilha para a honra e a esperança da Ciência Médica Nacional.

A SUCESSÃO POR SÁBIO E MESTRE

Vós, docente insigne, primeiro dos vossos, bem mereceis que hoje prestemos homenagem à memória de Osvaldo Cruz, dando o lugar dele aqui ao outro representante da sua classe que simboliza todo o ensino médico brasileiro. Como o nosso extinto companheiro não só possuís o conhecimento

perfeito que faz o grande sábio e o mestre, senão como ele também conseguistes a perfeição de grandes obras. Não é de fato uma, a que acabais de realizar, levantando, com a ajuda de outro Governo benemérito, um imperecível monumento à dignidade médica do Brasil? Tinha mais de um século a gloriosa Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fora sempre prestigiosa pelo saber de seus mestres, seguidos e aclamados, pela capacidade de seus discípulos que lhe conduziam a boa fama às extremas do nosso território; médicos estrangeiros, nossos vizinhos do Prata, vinham aqui aprender; a suprema realeza, Sua Majestade o Senhor D. Pedro II, era assíduo nos nossos bancos, assistindo a lições, exames e concursos... entretanto, por esse tempo todo, sem meios e recursos, residiu tristemente ali na Praia de Santa Luzia, num pardieiro de empréstimo e aluguel, sem decoro e com privações, à espera de um restaurador que lhe conferisse os foros de sua hierarquia. Como Osvaldo Cruz resolvestes criar a vossa escola, e de novo, transportaste-la de onde os navegadores descobriram a baía, para onde os colonizadores primeiro fundaram a cidade, e levantastes à vossa ciência, ao vosso sacerdócio, à vossa investidura docente, ao Brasil civilizado, o monumento que falará de vós perenemente na grandeza do seu vulto, na excelência da sua construção arquitetônica, nos primores de suas instalações técnicas, na capacidade de sua eficiência científica, como um grande benfeitor, destes que conseguem a esperança de uma geração. Vós realizastes, senhor Aloísio de Castro, a aspiração de um século, de todos os médicos, de todos os sábios, de todos os governos deste país.

Honrando a alta memória de Osvaldo Gonçalves Cruz, houvermos por bem dar o lugar dele, aqui vago, e agora cabalmente preenchido, a quem o representa na semelhança do talento e na capacidade do bem-fazer. Sede, pois, muito bem-vindo!

P.S.*

(Post-scriptum ao discurso de recepção do Sr. Aloísio de Castro, na Academia Brasileira, em 1919)

* Publicado no *Jornal do Commercio* de 12 de outubro de 1934, como nota aditiva ao discurso de recepção e, por isso, aqui recolhido.

Não sei se vos recorda, senhor Aloísio de Castro, ai de nós! há três lustros que fui eu quem vos recebeu no pórtico da Academia, por onde passáveis, e onde vos fizemos entrar... Hoje envelhecem estas festas... um quartel de século!... – bem é que daqui vos envie o *post-scriptum* àquele discurso, que o prolonga, sem mudar de tom. Assim teremos a ilusão, num instante, de volver ao passado, de reviver aquelas emoções que se foram...

Não se foram completamente, pois que sois o mesmo, continuais fiel a vós mesmo... Não é que para a data da celebração que vos fazem, escolhesdes o dia consagrado àquele que vos não esquece, esse “querido Ausente a quem tanto amais”? “Coração piedoso e benigno, eu vos citava, tão cheio de mimo e tão sensível, que se diria o de uma mulher.” “E muitas vezes (sempre, insisto) falais sempre comovido e grato, no amigo, no mestre, no conselho, no Pai que perdestes, e vos recordam com saudade inconsolável os passos de vossa vida. Quanto mais vos encarecem e vos festejam, é que mais estais com ele, na presença da memória, como se não pudéreis lograr o vosso quinhão de felicidade sem o repartir com quem teria na vida, por toda a perfeição, consegui-la e infinita para vós, desde que vos entendestes metade querida de sua alma! Estou que agora mesmo ele aí está juntinho, bem aconchegado ao vosso coração”...

Não mudastes, pois, hoje vosso dia é também o dia de Francisco de Castro. Celebra-se o jubileu do filho: é no dia do Pai que se celebra. É ao mestre, que cumpre vinte e cinco anos de ensino; é ao Pai, mestre também, que vão todas as flores e louros colhidos por vós. É ao poeta, ao orador, que a Academia vai acolher, não indiferente à sua glória aplaudida por outras Musas... é a Francisco de Castro, o poeta das *Harmonias Errantes*, é ao orador de tantos discursos em que, se dissera, falava Vieira língua privada de sábios doutores, não da Igreja, senão da Medicina, que se louvará com as bênçãos e as palmas.

Falei do poeta, que em 1919 se não havia revelado, bem que já o divulgasse ensaiando o vôo, nas vossas orações. Não é que a prosa, o *sermo pedestris* dos antigos, pode ter asas, não explicada para o vôo?

Même quand l'oiseau marche on sent qu'il a des ailes.

“Vossos discursos, vos dizia então, são poemas, odes, elegias, tanto a imagem e a locução, o concerto e as proporções fazem modelos de bem dizer vernáculo e polido, as *Alocações*, *Novas Alocações*, *Últimas Alocações*”...

Mas o tempo permitiu que cumprísseis convosco, as asas se explicaram e o vôo vos librou às regiões etéreas da poesia... São de 1926, o *Rimário*, de 28, *Carmes*; ainda de 28, a *Oração do Natal*. De 30, o *Cântico da Páscoa*, de 32, *Tendresses*... Não contente ainda o poeta quis ser intérprete de poetas, e a Leopardi e a Pascoli tecestes as grinaldas do verso português, enriquecendo o patrimônio comum com adoção do gênio peregrino.

Nesses poemas sublimou-se aquele dom que vos exaltei, “esse amor que tendes aos livros, no qual pondeis até um grão de sensualismo pagão. Tratais aos vossos como os califas, nos seus haréns, não amimariam às suas diletas. Porque eles teriam lá as suas preferências, que obriga a exclusões, como é próprio de paixões humanas. Tendes vós igual amor aos vossos queridos, temperado, porém, como deve ser, pelas distinções que cabem a cada qual, as vossas distinções que são sutis e refinadas”... Isso dizia dos vossos belos livros dos outros, os vossos de bibliófilo... Que não diria dos próprios de autor, que fazeis obras-primas, continente, digno do conteúdo? Conseguis isso, um prodígio, no Brasil, livro objeto de arte. Não o são esse *Rimário* com ilustrações de Alfredo Guido, papel custoso, caracteres novos, impresso nas oficinas nacionais, como só D’Annunzio consegue na Itália, de Treves, ou Anatole France, em Paris, de Pelletan? E os *Carmes* e as *Tendresses*, que se duvidaria terem mesmo saído da Imprensa Nacional, e no Brasil, onde se imprime tão mal, que o conseguido por vós será milagre...

A vossa profissão de fé será:

ARS SUPREMA

*Este, nos duros mármore polidos,
Dos deuses animou a efígie augusta,
E aos monumentos deu a linha justa,
No bronze que memora os tempos idos.*

*Este no escrínio pôs a arte que ajusta
Paciente as gemas, este áureos tecidos
Broslou, este da taça os esculpídos
Relevos rebruniu, este venusta,*

*Imagem nos painéis, em obras-primas,
As cores debuxou no molde terso;
Mas este, o sumo artista, este as opimas
Formas lavrou, na inspiração diverso,
E perfeito, elegendo as pulcras rimas,
De pérolas e estrelas fez o verso.*

É a “arte robusta”, aquela que amais como ideal, em vosso Teófilo Gautier, mestre do nosso Alberto de Oliveira:

*Tout passe. L’art robuste
seul à l’éternité.*

Felizmente arte é feminina, em português, e outra concepção é possível, só por isso. Pude escrever, conferindo essa força ao artista, ao formular um preceito de estética literária: “A arte é mulher, com ela não se pode ser fraco – só a dominação traz a posse”... Seria assim, na vida, como quer a comparação? Um amador, não de arte, mas do amor, Casanova, inquerido sobre a razão que invocavam as amadas para amá-lo, respondeu, reconhecendo-se “carinhoso”...

Deveis ser irresistível às Musas, senhor Aloísio de Castro, tanta carícia pondeis em vossa arte. Não é que não vos bastou serem as vossas “ternuras” em verso, e vós mesmo, Guy d’Auberval, as pusestes, às *Tendresses*, em música, o amavio de um continuado pela completação submissa da outra? Ouçamos essa confissão dos *Carmes*:

NOITE

*Noite! Que em teu silêncio a minha fronte
Se erga! Do sol brilhante já esquecido,
Com tua sombra, que é perdão e olvido,
A sós no teu mistério me defronte!*

*Abre-me os olhos, flui-me a flébil fonte
Do suave pranto, múrmuro e escondido,
Quero em teu êxtase abafar o ruído,
Até que uma outra aurora em mim reponte.*

*Mirando-te, das coisas na quietude,
Teu sereno esplendor meu peito mude
E eu possa no teu seio, recontrito,
Às estrelas contando o meu segredo,
Feliz achar de novo, ou tarde ou cedo,
Meu sonho desgarrado no infinito!*

É o amor ao amor. Mas aqui a nebulosa já se concreta em astro, e é amor a amar:

*Vê-la na vida como em sonho, encanto
E glória dos meus dias! Ver-lhe o leve
Passo de deusa e extático em meu canto,
Supor que enfim lhe beijo as mãos de neve,*

*E as tranças de ouro e seda e o rosto santo,
E o colo de alabastro e o lábio breve,
Rubra flor de veludo, outro amaranto,
E o seio, que ampla curva a arfar descreve...*

*Vê-la e senti-la, e no fervor calado,
Inviso bendize-la, e longe e ledado
Amá-la como a luz das primaveras...*

*Caía aos seus pés de rosas um punhado,
Rosas de amor, abertas em segredo,
Que assim ama quem quer amar deveras...*

É a sublimação do amor... E não nos pejemos de falar dele sempre, sonhar com ele, viver nele, sempre, sempre, dele a cuidar, amor, amor... Não somos nós o mais amoroso dos povos? Que são brasileiros senão os lusitanos deste lado do mar, com as qualidades e os defeitos dos outros brasileiros de além mar? Pois bem. Lope de Vega, que de perto conhecia os outros, disse de nós:

*A un português que lloraba
Preguntaron la "ocasión";
Respondió que "el corazón"
Y que enamorado estaba.*

*Por mitigar su dolor
Le preguntaron “de quien”,
Respondió que de “ninguém”
Lloro de puro amor.*

É a consciência de uma sensibilidade. A direção dela na arte e, talvez, na vida. Não há uma melancolia sem tristeza, ou sem razão de ser triste? Essa é a que mais dói, porque tem uma razão sem razão, que só o coração que não pensa, e não sabe dizer, sente. O artista revela-o na sua arte, malgrado de si próprio. Dareis um estudo freudiano nutrido dos termos sibilinos da psicanálise, quando os eruditos, um dia, vos fizerem a exegese da poesia. O amor será o *Ersatz* de vossa compleição. Amor ao amor, para a poesia. Representareis todos aqueles emotivos que não têm essa linguagem das emoções.

Com esses quinze anos que se passaram, alguma melancolia será da saudade. Viver será recordar. E como recordais bem, a vossa saudade! Ouvide, ouçamos:

ADEUS!

*Adeus, castas visões da leve mocidade,
Nobre casa paterna onde vivi outrora,
Jardins onde folguei e onde contemplo agora
A sombra que baixou por sobre a claridade.*

*Velhas coisas que amei, no fugaz correr da hora
De ventura, esplendor, encantos da cidade,
Risos, festa e prazer, volvidos em saudade,
Tudo sorriu, cessou, tudo em lembrança chora.*

*E vós, formosas, vós, graças de um dia breve,
Vós todas, cujo nome esta mão inda escreve,
Levastes mundo em fora os áureos sonhos meus...*

*Hoje é noite e deserto e silêncio e abandono,
E vivo sem viver, entre a vigília e o sono:
Nasci, cresci, passei e ao que fui digo adeus!*

Mas não passastes, apenas. Cumpristes convosco: vos completastes. E não só nas letras de arte sagrada, na poesia, também nas letras profanas, da oratória, nas letras sábias, da medicina. De 22 a 33 as *Palavras de um Dia e de outro Dia* têm três tomos elegantes, em que a facúndia do orador se reveste dos arminhos intemeratos da forma castiça, com que continuais mestre da língua vernácula. Há outros: *Orações*, em 1926, e em 30 os *Excertos*. Eles vos honram, esses volumes, continuando as séries de vossas *Alocações* que vos trouxeram à Academia.

E as letras sábias? Não são de nossa conta, eu sei, mas sei que são irmãs as Musas e *flertais*, como se diz hoje em dia, em calão, com duas delas a um tempo. Érato, a da Poesia lírica, coroada de mirto e de rosas, e Urânia a da Ciência, cuja austera cabeça se nimba de um halo de estrelas... Não podereis repudiar essa volubilidade, pois que há documentos que ficarão. *Notas e Observações Clínicas* fazem dois tomos provectoros e cheios de observações e achados provectoros. E outros menores. Mas há um, o maior de todos. Não é que agora mesmo se imprime, e já anda por meio milheiro de páginas, e irá, ao dobro talvez, esse mirífico *Tratado de Semiótica Nervosa*, em segunda edição, correta não seria possível mas aumentada e enriquecida de uma iconografia magnífica e, sem conta, novas aquisições de estudo, “saber de experiências feito”?

Como Francisco de Castro, o poeta das *Harmonias Errantes*, teve o seu ápice no *Tratado de Propedêutica*, o filho que lhe herdou os talentos e o modelo oscila do *Rimário* às *Notas e Observações Clínicas*, das *Alocações* aos *Carmes*, das *Palavras de um Dia e de outro Dia* ao *Tratado de Semiótica Nervosa*.

Destes uma casa à vossa Faculdade de Medicina, ora no palácio que lhe cumpria; andastes pela direção do ensino, dirigindo e ensinando. Presidistes a Academia. Que vos faltou nestes três lustros do *post-scriptum*?

No discurso em que vos anunciei, recebendo-vos aqui mesmo... tudo o que vos discerni, se realizou. “Desde a vossa porta, dizia então, que a arte vos põe sentinela, naquele loureiro, sempre vivo e bem tratado, que plantastes no átrio”...

Edificastes vossa casa, vossa mesmo, agora última realização daquele sonho de um filósofo: um filho, um livro, uma casa... Fizeste-la à vossa ima-

gem. Podereis ter escrito no limiar aquilo de Ariosto, na própria: *Parva, sed apta mihi*, “pequena, mas me chega”... A vossa é um escrínio de jóia. Onde o loureiro? Há apenas uns ciprestes altos, esguios, como pontos de admiração, que trouxestes da paisagem de Florença... Há uns lótus, na sua atmosfera de sombra azul, lá dentro. Há na porta a inscrição do nosso querido Horácio (Ode XII, lib. II):

*Vivitur parvo bene cui paternum
Splendet in mensa tenui salinum*

“Vive contente, com pouco, aquele em cuja mesa modesta brilha o saleiro paterno”... Esse ama a tradição, esse conserva os hábitos familiares, fiel a si mesmo, continuando a quem passou, mas que sobrevive, na memória que o mantém... É o vosso Ausente, sempre presente ao vosso coração, que nos recebe no átrio de vosso lar...

Lá dentro é arte só. “Telas e bronzes, saxes e sèvres, rendas, tapeçarias, móveis antigos, livros dos outros que vestis soberbamente, livros vossos que imprimis com magnificência, fazendo deles escrínios preciosos das jóias raras que contêm, mudam vossa casa em museu de bom gosto. Num canto do salão órgão e piano, que se não dissimulam, depõem que os visitais a miúdo, e Bach e Chopin são vossos familiares. No vosso lar chovem bênçãos e nele mora a harmonia”...

Nada mudou do que era, nada passou do que foi. Continuais, apenas... triunfalmente. É porque hoje, e sempre, como ontem, posso dizer: fizestes vossa vida como uma obra de arte.

Discurso do
SR. MIGUEL COUTO

e

Resposta do
SR. MÁRIO DE ALENCAR

*Sessão solene extraordinária
do dia 2 de junho de 1919*

I

DISCURSO DO SR. MIGUEL COUTO

SENHORES Acadêmicos:

Nem tão velho sou, nem tão alto estais mas em verdade me aproximo do vosso recinto entoando intimamente o cântico de Simeão: fulminai-me agora, Senhor; se não sois Deus, sois deuses, e já que me recolhestes na vossa imortalidade... posso morrer.

A convivência do sofrimento ensina a humildade, e lembra na lição de cada dia que o homem, nem ao menos uma sombra senão apenas “o sonho de uma sombra”, como advertiu Píndaro ao hierônica dos Píticos, se contente com o que é e não suba com os olhos aonde não alcançar com a mão. Edificado neste sentimento, só um desses colapsos que se rasgam às vezes nas consciências e cegam os que se presumem de mais fortes atiraria comigo à vossa porta; bati e abristes, e ante o esplendor de vossa perfeição reparei nos meus andrajos, já tarde para fugir, porque esta morada se fecha sobre os passos dos que nela entram. E não me recusastes, estou certo, porque a vossa imanente ultravisão descortinou a meu lado o vosso antigo companheiro. Apolo, deus da Medicina, apadrinhando o modesto obreiro da sua arte, “*deorum immortalium consecrata*”, e como não podíeis deixar de aposentá-lo, agasalhastes-me também. Resta agora que, mais generosos do que os vossos irmãos mais velhos, não nos expulsem de novo do Olimpo...

Quero dizer, meus Senhores, que como médico me apresentei aos vossos sufrágios, ao médico os concedestes e só o médico tendes na vossa presen-

ça. Retirai-me os atributos da Medicina e nada mais me resta; desde que me entendi, a ela dediquei os meus pensamentos e depois todos os meus atos, e se neste empenho até hoje me consumo só nele me retempero: para ela os meus anseios, as minhas aspirações e o meu trabalho; tinha pena e teria remorsos de distrair em outros cuidados o meu tempo, não que ela fosse zelosa, e daí quem sabe se o não seria e me negasse depois os seus favores? O seu amor é talvez mais agro do que doce; não há, nem pode haver, maior gozo do que o daquele a quem foi dado uma vez reproduzir a passagem do “Suave Milagre” e aparecer ao moribundo como se fosse o próprio Cristo, dizendo com a mesma unção e o mesmo poder: – Aqui estou. Não há também maior angústia do que a daquele que vai sentindo escapar-se dos seus braços retesados, numa atração inexorável para a voragem, a criatura que, mais com os olhos do que com a boca, clama pela vida que lhe confiou e cujas últimas células agonizantes ainda pedem vida, vida, vida!

Descontando as mágoas nas alegrias foi ela me seduzindo e cada vez mais me escravizando; da minha parte nunca lhe faltei com a fidelidade, como não se falta à mulher que se ama verdadeiramente; isto é, para que ocultar pecadilhos veniais. Um dia, sem querer, abri uma janela, sempre cautelosamente cerrada, que do nosso ninho tranqüilo debruçava sobre a habitação ruidosa de uma dama suspeita, ou antes, suspeitada pela vizinha. Dela dizem que os fluidos e amavios que se desprendem dos seus olhos como chispas, dos seus lábios como mel, da sua cútis como aroma, do seu corpo como formosura, ainda não encontraram energia de moços que lhes resistisse, e neste caso quem é aí capaz de se confessar velho?

Presos nas suas maranhas irisadas, como as do atocalto, ela se deleita em os tecer e entretecer, e, tangendo a lira, em fazê-los a seu talante sonhar acordados e cantar sonhando. Não é decerto indiscrição apontar, porque todos estão vendo, esquecidos sobre as vossas vestes solenes de acadêmicos, os fios róseos e amarelos da sua teia... Enfim, como ia narrando da aventura, ela não saiu da sua janela, nem eu passei da minha, e foi um lapso; mas, oh mal feliz! este abrir de olhos deixou nos meus uma tal confusão traidora que, não sendo de ciúmes a minha amada contudo, no dia seguinte estava a janela fechada a sete chaves. Eis porque da rede polícroma que tão bem sabe urdir e lançar, qual insigne tecedeira, a Literatura, só me alcançaram os fios pretos

através dos quais não diviso senão as dores e as doenças. A mim, pois, ninguém me virá afrontar com o verso de Eurípides:

Carpinteiro, por que não serras a madeira?

Desde que me admitistes em vossa companhia, sentenciastes que as letras médicas também são letras, e certas boas letras. Que página existe na língua francesa mais clássica, mais leve, de uma sutil claridade de anticrepúsculo, do que a *Introdução à Medicina Experimental* de Claude Bernard, ou mais empolgante na sua forte eloqüência magistral do que a *Introdução à Terapêutica*, de Trousseau, ou mais sublime pela doçura da sua filosofia do que o *Discurso* de Pasteur? A *Clínica Propedêutica*, de Francisco de Castro, já não foi comparada pelo sabor às obras de Latino Coelho e Alexandre Herculano?

Dos médicos acadêmicos, Osvaldo Cruz é um dos quatro ou seis grandes nomes históricos da nossa terra; de Afrânio Peixoto como de Austregésilo, de Francisco de Castro como de Aloísio, o mesmo é dizer que as letras são um adorno do sábio, ou que a sabedoria é um realce do escritor. Só eu então entro exclusivamente como médico, e ainda bem que a Academia não precisa dos meus serviços, nem é obrigada a classificar a sua festa de hoje entre as “esculápias”.

Desconhecendo os estilos desta Casa, de estilistas, não sei se me cumpria incluir no meu discurso um exórdio, carregado da respectiva dose de retórica; sem ela, todavia, era necessário este preâmbulo, porque pelo hábito de auscultar a voz dos órgãos fui adquirindo essa segunda audição que torna audíveis os pensamentos mais recônditos, e nitidamente ouvi perguntarem-me à entrada, como no sermão do Advento: “*Tu quis es?*” quem és tu? *Quid dices de te ipsum?* que dizes de ti mesmo? Crede, meus Senhores, que procurei responder com a maior isenção, malgrado o comentário do Grande Padre, com a sua maior malícia, “que ninguém há tão reto juiz de si mesmo, que ou diga o que é, ou seja o que diz”.

Afonso Arinos nasceu em Minas Gerais, numa cidade distante quase um mês do litoral; levou toda a sua infância uma vida andeja pelo centro da sua província, chegando aos oito anos a fazer centenas de léguas até Goiás e

daí ao Rio de Janeiro, segundo relatou em interessante livro seu respeitável pai, que é hoje o mais alto representante da magistratura mineira. Foi, portanto, o ar do sertão que lhe dilatou os alvéolos; do sol quente do sertão o primeiro raio de luz que lhe feriu a retina; falas sertanejas foram as que primeiro lhe cantaram aos ouvidos, e o panorama do sertão e os costumes do sertão o envolveram como a atmosfera até à adolescência.

De volta de São Paulo, onde fez o curso de Direito, Coelho Neto e Olavo Bilac o vão encontrar em Ouro Preto, aos 21 anos, com a sua alma sertaneja tão virgem como nos primeiros tempos, extasiando-se na volúpia das mesmas cousas que alvoroçavam outrora a sua inocência de infante. A Coelho Neto recita confidencialmente contos inéditos de um amigo, mas pela sua palavra perpassa uma tão intensa vibração nervosa, que o grande romancista o interrompe em meio exclamando: — “Isto é seu e de ninguém mais, é seu.” Já eram contos do sertão. Olavo Bilac, que achou prudente interpor entre a sua pele e a “legalidade” um espaço suficiente, e lá foi ter à hospitaleira Vila Rica, disse-vos aqui mesmo, na linguagem de que tinha o segredo, como eram os óculos de Arinos:

Enquanto pelas ruas de Ouro Preto, naquele ano trágico de 1893, os vivos comentavam com calor os episódios da revolta naval e os bombardeios e as prisões e a loucura, nós dois, mergulhados no passado, conversávamos como espectros. Todas a gente do século XVIII, capitães-mores, generais, ouvidores, milicianos d’El Rei, aventureiros, traficantes de pretos, frades e freiras, tiranos e peralvilhos, fidalgos brilhantes e pobres batedores de ouro e cateadores de cascalho, garimpeiros, senhores de escravos, damas de casta orgulhosa e imundas pretas descalças, ricos proprietários e contrabandistas farroupilhas, toda essa gente acudia ao chamado da nossa curiosidade, e saltando das casas arruinadas do Padre Faria e de Antônio Dias, evadindo-se dos mistérios dos arquivos, repovoando as ruas cheias de escombros, vinha reviver conosco a sua antiga vida pitoresca.

Assim, as influências complexas e desencontradas, sedutoras ou hostis do meio escolar, na idade de cera, quando ainda existe a anarquia das tendências, o estado anfíbolo da vontade, a receptividade das idéias e dos vícios ambientes, passaram por ele como as tormentas pelos jequitibás das nossas florestas, comparação que só pode ser ressuscitada para Afonso Arinos. Ele viveria no tempo de Alexandre sem entortar a cabeça e ao lado de Dionísio

não daria encontrões nos objetos para se fingir de míope. Era precoce e íntegro na preservação de sua personalidade, inconfundível, inteiriço, ou, para repetir a frase inscritível com que o célebre apuliano definiu estes predicados – todo em si mesmo; e se assim foi na manhã da vida, assim continuou em pleno sol, nado e alto, quando a foice traíçoeira o veio ceifar. A esta imunidade moral chama-se caráter, e o dele ainda tinha para realçá-lo a naturalidade, a simplicidade e a bondade da gente da sua terra.

A obra de Afonso Arinos é a representação perfeita da sua alma. Doutrinava Descartes que a alma é o pensamento e assevera Bergson que é a memória; eu se não temesse o paradoxo diria que a alma é o inconsciente. As excitações, externas ou internas, à medida que são sentidas, deslizam para um tabernáculo, onde também vêm se agrupar as que não chegam ou quase não chegam à percepção, e umas e outras aí jazem por tempo indefinido no limiar da consciência como esquecidas ou dormentes. Que não morrem, prova, entre milhares, o seguinte caso registrado por Carpenter: uma menina abandonada é recebida por caridade na casa de um pastor protestante, que tinha o hábito de passear de meio a meio de um corredor lendo em voz alta textos gregos e hebreus da Bíblia, ao que ela prestava a mesma atenção que nós lhe prestaríamos; pois um dia, já adulta e vivendo em outras paragens, é presa de alta febre, e ei-la agora em delírio a declarar fragmentos desses trechos, tão mal ouvidos e tantos anos hibernados. Em Jorge Soares, tipo admirável de paranoico, Coelho Neto se aproveita do mesmo conceito para desenvolver as alucinações da psicose. É este vasto fundo do inconsciente, o qual pela quietude parece antes um sepulcro, que governa os atos mais conscientes, mais deliberados, mais voluntários e os juízos mais seguros; é ele que guarda o segredo das nossas inclinações e corporifica a nossa personalidade psíquica; nele se nutrem os sentimentos e se amassam as idéias, a tal ponto que seria lícito dizer que estas sobem quase elaboradas do subliminal à consciência, e que a própria imaginação criadora não passa de mera metamorfose. Neste subconsciente dinâmico, acumulador de material e fonte de energia, reside o ser autêntico, muito cioso do seu livre arbítrio mas realmente escravo de todas as suas antigas sensações sedimentadas. Fora disto só há indivíduos mórbidos e os artificiais, os de romances, como as diversas personagens do bovarismo, ou esse

gentil-homem feito às pressas, Monsieur Jourdain, todo atrapalhado no ensaio da sua declaração: “*Belle marquise, vos beaux yeux me font mourir d’amour.*”

Que são em Arinos as suas fugas para o Interior, as suas deambulações irreprimíveis, senão atos de um automatismo psicológico mal policiado, e que é a sua obra capital senão a revivescência das sensações inclusivas e iteradas, vertidas dia a dia no seu eu subconsciente e aí perturbadas pela continuidade do protoplasma? Quando novas, de gênero diverso, vieram chegando pelo estudo, pela experiência, pela observação ativa, já aquele se achava por assim dizer coagulado, e era uma força oculta que dirigia esses estudos em um dado sentido, isto é, no seu sentido. Como todo homem de letras, Arinos devorava livros por diversão e gáudio do espírito, mas de fato só cultivou com afinco a História do Brasil... colonial, porque era essa vibração externa que afinava com a interior, misteriosa, impalpável, e só do uníssono resultante lhe poderia advir a euforia moral que todos procuram no trabalho.

Daí nasceu a tradição do seu patriotismo excepcional, do seu nacionalismo obsidente, jungida ao seu nome como um sinônimo e tão indiscutível como um verseto. Que fez Arinos para o amarrarem a esta lenda? Cantou e cantou, como ainda ninguém, os sertões da sua terra, — como se o Brasil estivesse exclusivamente nas suas selvas e nos seus campos e não também nas suas cidades e nos seus mares, e como se o ideal de uma pátria grande, próspera e invejada se realizasse no Brasil cristalizado nas suas matas e nas suas furnas, nos seus indígenas e nos seus caboclos! Não, não façamos esta injustiça a Afonso Arinos; o seu sertanismo estava somente na sua subconsciência, não penetrado no *pallium* augusto senão para receber a forma lapidária da sua prosa, e lá da velha Europa, onde costumava se acolher, tendo da pátria a essa distância uma visão esférica, como diria Mário de Alencar, ele só a desejava cada vez mais espessa na crosta de civilização que a reveste. Sem admitir com Flaubert que o pensador não deve ter nem crenças, nem pátria, nem nenhuma espécie de convicção social, estou em afirmar que se a obra de Arinos obedecesse a uma segunda intenção, por muito digna como a do patriotismo, mas subtraída da espontaneidade fecunda que lhe deu o sopro, certamente não seria essa que admiramos. Patriotismo é cada um trabalhar no seu ofício com a maior fé; tão bom patriota é o soldado que dá à pátria o sangue como o operário que lhe dá o suor, o sábio cujo nome se projeta na sua história como

o lavrador para sempre ignorado, o artista que a envolve no seu gênio como o escritor que sobe com ela aos visos do pensamento. Arinos parece maior patriota porque servindo à Pátria com as suas letras a serviu com tão intenso amor, que ao cabo tanto ele se orgulha dela, quanto ela do seu filho; e se o regionismo atravessa toda a sua obra, é que nunca lhe abandonou o cérebro aquela menina de Carpenter a avivar nele o hebraico e o helênico das sensações da sua infância.

Não tive tempo de indagar para vos transmitir, nem penso que levásseis a curiosidade a este ponto, qual seria a religião de Arinos... nas cidades; nos campos sei eu, ou sabemos nós que era panteísta e adorava a natureza em todas as suas expressões, desde a erva rasteira à árvore portentosa, do humilde inseto ao jaguar indômito, e também o céu, o sol, o rio, a montanha, todo o horizonte em volta; transportando-a para a tela com o respeito, o afeto e a piedade de um anacoreta, de cada trecho fez uma obra-prima inimitável. Ouve as suas palavras: “Ninguém pode, ninguém que tenha a alma sensível aos espetáculos da natureza ou à poesia das eras já mortas, poderá deixar de recolher-se, de concentrar-se em fundas cogitações ou em caroáveis devaneios ao vingar a grande vértebra do Espinhaço...” É assim que ele olhava a natureza e não consentia que ninguém, a menos que de humano só tivesse o gesto e o peito, a olhasse de outro modo; e, pois que era recolhido e concentrado, como diante das cousas sagradas, que a contemplava para pintar, os seus quadros impressionam como os hieráticos de Rafael ou Miguel Ângelo.

Se não custa ao verdadeiro escritor comover pelas cenas que tumultua, pelos martírios que inventa, pelas paixões que desencadeia abalar, agitar, aguilhoar pela simples descrição de uma paisagem, é privilégio que eu não sei a quantos se distribui; em geral admira-se quando muito a técnica, a propriedade, o arranjo, o colorido, mas no fim a emoção é morna se não é nula; porque lhe falta o movimento que gera o calor; nas de Arinos tudo é movimento e vida. Quem lê a “Atalaia dos Bandeirantes” detém-se de quando em quando para reparar com um profundo hausto o fôlego suspenso das grandes comições. Reparai no primor que é este lance:

Para trás do Rosário vai empinando a colina das Cabeças, e mais ao longe, elevando ao céu as suas arestas, projetando no espaço a sua sombra imensa, a grande serra, mãe das minas; a que estende ao povoado seus contrafortes como

braço de apoio, a que abriu aos primeiros povoadores, aos aventureiros famintos o ubre nutriz de seus filhos e veieiros. É esta a divisora das águas. Ligando o alto das Cabeças às extremas do Padre Faria; debruçando para o fundo do palácio dos capitães-generais as ladeiras do morro de São Sebastião; escancarando nas Lages os seus enormes rasgões; soltando daqui e dali duas fontes claras e múrmuras; enchendo o vácuo com a sua massa negra, a serrania sobranceia a cidade, e mostrando na lombada os seus arraiais em ruínas, fala à imaginação, como a figura dolorosa daquela mãe divina transformada em rochedo. “Ah! é bem esta. Sim, és tu, Níobe colossal e desventurada, a cujo seio apoiado de ouro se agarravam outrora, vorazes, os povoados teus filhos, ora mortos a teus pés. E tu choras sempre; teu pranto desce pela encosta em torrentes claras e o tempo não o secará.”

Dentro das suas paisagens move-se o lídimo sertanejo, cujas plantas nunca se feriram nas rijas pedras das cidades e cujos olhos jamais viram letra impressa que lhe fosse por eles macular a alma extreme. Fere, entretanto, no primeiro momento, nos contos de Arinos, flagrante contraste entre a sua índole e a das suas personagens. As suas páginas de maior ternura são as que se referem a cousas inanimadas. Que encanto que é a descrição da “Cadeirinha” secular, esquecida no fundo de uma sacristia, com os dois painéis pintados em madeira e representando cada um formosa dama de antiga estirpe. Nesta “os mesmos bicos alvos de renda que, acompanhando a curva do decote, pareciam recortar o moreno jambeado daquele colo de sultana, os mesmos bicos alvos de renda estavam a dizer, sobre o doce palor amorenado do colo, que a dama dos olhos ardentes tinha escondidas no canto dos lábios a doçura da ambrósia e a peçonha das serpentes”; da outra “um certo arregaçado das narinas, uma ponta de ironia que lhe vojava na comissura da boca breve e enérgica, tudo isso mostrava estar ali naquele painel representada uma mulher meridional e vivaz, pronta ao amor apaixonado ou à luta odienta”. Quem ao mirar a cadeirinha “não fará reviver na imaginação uma das cenas galantes da cortesia antiga em que através da portinhola cortada de caprichosos labores de talha passava um rostozinho enrubescido e dois olhos de veludo a pousarem de leve sobre o cavalheiro de espadim com quem a misteriosa dama cruzava na passagem”?

E a beleza majestosa do “Buriti Perdido”, velha palmeira solitária, testemunha sobrevivente do drama da conquista: “Porque ficaste de pé, quando teus coevos já tombaram? Se algum dia a civilização ganhar esta paragem lon-

gínqua, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que lhe serve de soco, velho Buriti Perdido. Então, como os *hoplitas* atenienses cativos em Siracusa, que conquistaram a liberdade enternecendo os duros senhores à narração das próprias desgraças, nos versos sublimes de Eurípides, tu impedirás, poeta dos desertos, a própria destruição, comprando teu direito à vida com a poesia selvagem e dolorida que sabes tão bem comunicar.”

Entretanto, quando descreve um homem, ou mesmo uma mulher, estes têm invariavelmente o coração obdurado e a alma negra. Pedro Barqueiro de uma feita estendeu três homens da escolta que o perseguia, e em seguida caminhou sobre o outro, “e quando clareou a sala, José Pequeno estava escornado no chão como boi sangrado. Dois rapazinhos quiseram chegar ainda assim, mas Pedro Barqueiro descadeirou um e pôs as tripas de fora do outro”.

Na “Esteireira” a tragédia saiu tão forte que Arinos precisou vir defendê-la contra os que a achavam inverossímil. Era uma mulata de estatura regular, cheia de corpo, de braços fortes e cadeiras largas; tremiam-lhe as nádegas quando andava. Vivia amartelada de ciúmes contra uma dócil rapariga por causa de amores que colidiam em Filipinho, pardo de peito largo e saliente, o qual trazia sempre à ilharga um grande e pesado facão e na consciência a carga de muitas mortes. Um dia a esteireira convida a amiga para um passeio e a meio caminho saca de uma navalha e com mão intrêmula e rápida corta a carótida da infeliz companheira, que estava unida a ela, abraçada à sua cintura, na garupa do animal. “Caíram ambas, e Ana, a esteireira, não querendo que na estrada houvesse grande mancha de sangue, encostou os lábios ao lugar de onde ele irrompia aos cachões, e, carnívora, esfaimada, chupou, chupou por muito tempo, carregando depois o corpo da desventurada para bem longe, onde um desses precipícios, cavados pelas enxurradas, o recebeu no fundo da sua fauce.” Daí foi buscar o amante e fugiram, mas encontraram logo adiante o destacamento chefiado pelo cabo Marianão. “Filipinho deu um salto para a frente, ao mesmo tempo em que se ouviram estampidos de tiros. Dous corpos caíram pesadamente, e os soldados recuaram, vendo Marianão varado pela faca de Filipinho, que cavalgava o valente soldado, estendido de costas. O mulato, debruçado sobre o corpo do soldado, mordia-o, esfaqueava-o misturando com o dele o sangue da própria ferida. Ana saltava, rangendo os dentes qual canela-

ruiva. Novo estampido se ouviu; a rapariga levou a mão ao seio, recuou dois passos e tombou, ao través, sobre os corpos de Filipinho e Marianão.”

É de todos conhecida a história narrada por dois dos mais insígnies membros desta casa, Arinos e Rodrigo Octavio, do “nababo dos tempos coloniais” Felisberto Caldeira, senhor da extração dos diamantes no território da Demarcação, nas Minas Gerais, e perseguido depois até à última miséria e ao extermínio pelo famigerado Marquês de Pombal. O belíssimo conto de Arinos é um instantâneo que apanha assinalada festa no solar do contratador. “O salão apresentava um aspecto de corte, da época. Do teto alto, oitavado, com fresco de um dos artistas que a fama dos diamantes atraía ao Tijuco, pendiam dois grandes lustres de cristal, onde as velas de cor formavam irisações cambiantes. Aclaradas pela fulguração da luz destacavam-se, no teto, figuras mitológicas.” De repente, no auge das danças e quando a velha D. Pulquéria, oferecendo-se, pedia um bocadinho só da sarabanda, entra um vulto estranho e comunica ao ouvido do Intendente a chegada do novo Governador, o Conde de Bobadela, ao mesmo tempo que lhe põe nas mãos uma lista enorme dos que seriam logo embarcados para a metrópole como contrabandistas. Pelo buraco da fechadura uma jovem de peregrinas graças, sobrinha do contratador, seguia a cena que se desenrolava no interior do gabinete, onde logo se reuniram o Intendente e Felisberto Caldeira, e, súbito, forçando a porta, arrancou da cabeça, num gesto atrevido, as pérolas de coifa, a gargantilha que afogava seu pescoço de mármore, e arrojando-se aos pés do Intendente clamou: “Eis o que quer El Rei, eis o que querem a corte e o general: o ouro e o diamante destas terras, as riquezas destes povos. Tomem! Carreguem! A influência dos Caldeiras inspira receios à conservação da colônia; seus grandes cabedais despertam cobiça e inveja. Mas, deixem-se estar os srs. Ministros d’El Rei, com os Caldeiras se hão de avir.”

Esta menina como vedes, a mais mimosa flor da cultura sertaneja, botão de rosa mal aberto, se ainda não é a Esteireira, tem-lhe o estofo.

No “Assombramento”, a página mais impressionante de Arinos e uma das melhores da nossa literatura, um arrieiro testo, a arrentar bravatas, insiste em fazer noite numa tapera de longos anos abandonada às almas perdidas que a habitavam em penitência. Tomado de mil alucinações visuais e auditivas, sem mais atinar com a saída no meio das trevas, arrasta-se por toda a casa a

cravar a faca no vácuo, a dar tiros em vultos imaginários que o enfrentam, até que rola de grande altura no solo, através das tábuas carcomidas do assoalho. Pela manhã é encontrado mal ferido, ainda a fazer juras com as mãos crispadas: “eu mato, mato, mato”.

Quem lerá a “Garupa” sem sentir pela espinha o mesmo “friúme” que atormentou toda a vida Benedito Pires? E que dizer da horripilante “Feiticeira”?

Eis na realidade uma série de cousas tétricas mas inevitáveis; a vida do sertão, com o seu movimento pendular, é forçosamente monótona, e o sertanejo naturalmente pacato e pachorrento, tipo talvez interessante para quem desde o berço nunca o viu de outro modo; entretanto, pelas artérias deste ente frio e apalermado corre um sangue facilmente esquentável até à ebulição e somente nessa temperatura, que se é a do heroísmo é também a da ferocidade, merecia recontada por Arinos.

Será talvez pelo mesmo motivo que não se encontra em toda a sua obra um só caso de amor. Não se amam porventura os sertanejos? Oh, como não! Amam-se, porém, como todo o mundo, e haverá alguma coisa mais monótona do que o amor, com os seus idílios derramados, os seus infalíveis arrufos e os seus madrigais de realejos sanfoninados, desde Adão e Eva? Abrase-se o amor até o ciúme candente, e então, sim, teremos a mulata furibunda, golpeando a carótida da rival e bebendo-lhe o sangue. Nos *Jagunços*, é certo, surge a ameaça de um amor bucólico, mas a pobre menina ficou ali estirada pela faca do outro valentão que a queria.

Há um ramo da Etnologia que se ocupa dos costumes e tradições dos povos; é uma ciência com os seus processos, os seus métodos, as suas leis, pela qual se recompõem as migrações das raças, os seus caminhos ao longo da superfície do globo, as suas estâncias e as recíprocas influências regionais. Como toda a ciência, ela exige de um lado a observação nua dos fatos e do outro a sua exposição crua, como fundamento das operações do espírito que lhe fixam o cunho. O assunto, porém, por vários aspectos e sobretudo pelo aspecto sentimental, era um veio inexaurível para todas as fantasias literárias e que, como obras mais da imaginação, não era lícito exigir a verdade absoluta e muito menos leis nem métodos. Em Portugal, depois de dar o *Romanceiro*, onde se encerra a Adozinda, primorosa jóia de Garrett, forneceu as *Lendas e Narrativas* e no Brasil, que madrugou nesta estrada, produziu o indianismo de

Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Gonçalves Dias, José de Alencar, e iniciou com o último a corrente do nacionalismo. À pura etnologia melhor serve quem menos a dilui em letras; ela se compõe de lendas maravilhosas, tradições imemoriais, dramas misteriosos, encantamentos, mitos, autos, cantos e danças populares de todas as espécies: xácaras, baladas, melopéias, seguidilhas, diálogos, serenatas, reisados e cheganças, feiras e noivados, em versos de vários metros, mas em geral curtos – a endeixa, a redondilha e o heróico, enfim de tudo isso que se denomina hoje “*folk-lore*”, com menosprezo de expressões vernáculas, como o *romanceiro* ou *cancioneiro* e mesmo *etopéia*, cujos étimos gregos traduzem literalmente os do vocábulo inglês.

Estas meigas flores campesinas resumem na sua naturalidade toda a sua beleza, e perdem o encanto e o perfume ao menor toque; é como se se avivassem ou esbatessem os tons de uma rosa. Cousas há que não se imitam; o civilizado tem o espírito tão diverso do dessa gente simplória, enquistada na candura das suas terras, que já não é pouco compreender-lhe a poesia, porém emendá-la ou antes remendá-la é que não conseguiria nunca sem deixar à mostra a ponta do retalho; semelhante poesia pode ser lírica ou melancólica, picante, chistosa, patética, trágica ou épica, alteando-se até às rapsódias de Homero, mas tudo isso a seu jeito, e nenhum dos grandes líricos ou épicos ou trágicos lhe poria o dedo sem deformá-la nos seus traços, sem expô-la no seu recato, sem poluí-la na sua singeleza ou escurecê-la na sua limpidez.

A primeira qualidade de quem se entregar a estes estudos é a paciência, a paciência de procurá-los onde as suas fontes se acantam, e depois um despreendimento tal que o torne incapaz de macular uma narrativa ingênua ou desfigurar uma poesia rústica com uma só palavra, ornando-se ou desornando-as por amor da sua arte ou da sua pessoa. Como estas qualidades culminavam em Afonso Arinos, o seu livro das *Lendas e Tradições* não tem superior em nenhuma literatura. Quando o tempo lhe não permita campear ou mesmo campeando esquecia-se horas perdidas em colóquios com a gente do sertão, deliciando-se na singeleza da sua alma, estimulando desafios para apanhar a agilidade natural de sua inteligência arisca ou fingindo-se distraído para surpreendê-la e reouvindo as mesmas cantilenas e as mesmas histórias com que o embalam as velhas mucamas de sua casa.

O sertão não era para ele um prazer, um passatempo, um hábito; era a bem-aventurança elísea ou antes uma religião, a que de tempos a tempos, movido por ímpeto irresistível, havia de render culto; não ia de pés nus ou de alparcatas, empunhando a auriflama ou abordando-se no cajado do peregrino, nem entoava em coro a litania, porque não era Jerusalém o seu destino; porém jamais cometeu a heresia de comparecer no grande templo com as mesmas roupas impregnadas do pó indigno das cidades, senão com a sua andaina de ganga, os seus coturnos amarelos, o seu chapéu de couro de grandes abas e um bastão tosco.

Uma vez, numa das suas romarias de longas jornadas, acompanhando rapsodos e tocadores, deparou já ao cair da noite um enorme jequitibá – a que se chamava a catedral das florestas, – em cujo tronco se abrira uma grande cava; então o bardo Catulo, nela penetrando, declamou plangentemente uma ode heróica à natureza mater, enquanto o violeiro Pernambucano, entre todos os da fama famosíssimo, dedilhando as primas e o bordão, compunha um hino à lua, que vinha tímida, esquiva, vagarosa se esgueirando por trás das frondes do arvoredado. Era demais; descobrindo-se e pedindo silêncio, Arinos caiu numa espécie de êxtase, que durou enquanto não se perdeu além das seranias o último eco do improviso cerimonial.

Este sentimento, arrancava tão profundamente da sua alma que, por mais infantil que parecesse, a todos infundia respeito; nem ele era capaz de brincar ou consentir que brincassem com estas cousas. Como todo o crente, desejava impor à sua crença a força de propiciá-la. Dias depois da série de conferências sobre lendas e tradições brasileiras, numa das quais fez representar em cena aberta o Auto da Nau Catarineta, ofereceu no seu palacete à alta sociedade paulistana um baile da maior suntuosidade e requintada opulência, e a meio da noite, quando os salões regurgitavam das mais belas damas, cujos alvos colos nus desapareciam sob rocais de pérolas ou constelações de diamantes, e homens enfarpelados em irrepreensíveis casacas se ombreavam, entrou uma turma de legítimos e retintos caboclos, de chapéu na cabeça e sem colarinhos, para dançar o verdadeiro, o clássico, o incorrupto “cateretê”; e ao se retirarem deste quadro, no qual não sei se o poeta das *Geórgicas* ainda acharia que a “púrpura d’Assíria não altera a brancura da lã”, ele próprio, com aquela sua linha finamente aristocrática, os conduziu até ao topo da escada,

apertando a mão de cada um. Neste aperto de mão ia uma renúncia ostensiva, um repto, o desprezo do fiel ao chamado respeito humano.

Amando por esta forma o sertão, tendo-o estudado tanto e ainda melhor o descrito, ninguém jamais viu Arinos, nos seus livros, nos seus artigos, nas suas conferências defender ou sequer insinuar uma idéia de progresso para essas terras abandonadas e essas gentes primitivas. Era medo que pegasse. Ramalho Ortigão repetir-lhe-ia apóstrofe que lhe coube na deleitosa ficção de *Fradique Mendes*: “Você é um monstro, Fradique. O que você queria era habitar o confortável Paris do meiado do século XIX, e ter aqui, a dois dias de viagem, o Portugal do século XVIII, onde pudesse vir regalar-se de pitoresco e de arcaísmo... Confesse que é o que você queria.”

Na Europa, ocupada palmo a palmo pelo homem, Arinos se consolava da monotonia do bulício, percorrendo velhas catedrais e afundando-se nos museus e antiguidades, que são como florestas lardeadas nas civilizações; mas aqui, sem o seu sertão integral, desde o indígena silvano até o solo agreste, onde afogar as suas saudades? onde se defender dos homens? onde reconstruir o seu altar? Se ele o sonhasse esse sonho seria um pesadelo do qual sairia em atordoamento onírico para tomar o seu feroso Sultão, e a toda brida atravessar cidades e cidades infindas, chorando a catástrofe suprema e irremediável.

Contudo, era Arinos um acabado “*Gentleman*”, assim na fidalguia das maneiras como no apuro do porte, e eu emprego o termo inglês porque ele é insubstituível para resumir o conjunto de dotes que compõem o homem da sociedade; poderia dizer um cavalheiro, se a palavra já não encerrasse reticências e mesmo desadjetivada não tivesse decaído um tanto nos costumes. Ninguém com mais abundância de graças na arte difícil do galanteio respeitoso e fino, apropriando e dosando a frase de espírito, a anedota leve, a resposta esfuziante, a ponta de erudição; do outro lado, inexcedível conhecedor teórico da indumentária em geral, ninguém como ele a reduzia a prática com tanta distinção e medida, parecendo preocupado naquele “espírito dos trajes”, que o inefável filósofo emblemático do *Sartor Resartus* opunha ao *Espírito das Leis*. Intimamente os considerava uns trapos.

O meu primeiro encontro com Arinos deu-me num relance a visão perfeita da sua personalidade. Foi há cerca de três lustros, numa recepção em casa daquele que havia de inaugurar depois a nossa Embaixada em Portugal; a

sua figura, como a tendes presente, se impunha logo: em corpo alto e reto, de boa carnadura, sem adiposidades, proporcionado, um semblante nazareno, um tanto pálido, por vezes um tanto triste apesar do seu sorriso natural e dos lampejos de vivacidade que a todo o momento faiscavam dos olhos penetrantes; jamais vi outra fâcies por onde se devassasse tão fundo e tão rápido o interior; não foi para ela que Raimundo Correia escreveu o “Mal Secreto”. Tal fisionomia, tal cérebro, tal coração, – a máxima inteligência unida à máxima bondade projetando-se à flor do rosto. Atraído para o seu círculo aí o apreciei quase uma noite na latitude do talento e na variedade da cultura. E, para o mostrar num dos seus feitos mais originais, permiti que vos refira o seguinte episódio: a certa hora, já íntima a reunião, foram umas mocinhas pedir-lhe que dissesse uma das suas histórias sertanejas, instando em tanta maneira que ele não teve remédio senão ceder, e então contou como um caipira entendia a criação do mundo; só me lembro agora que no quarto dia foi fabricada uma espingarda de cano torto para matar o veado na curva, e o sexto destinado desde manhãzinha até à noite a fazer os elefantes. As meninas riram-se a bom rir... e os mais velhos também.

Há escritores que estão integralmente nas suas obras e só por elas hão de ser avaliados, são os de hábitos solitários; uns, retraídos, não gostam de falar; outros superiores, não acham com quem falar; uns, avarentos, escondem as suas idéias; outros, caprichosos, não as deixam mal vestidas; os tímidos emudecem por inibição, os melancólicos por desânimo; uns, porque dão à luz com sofrimento, evitam-no pelas ruas; outros, desconfiados da própria língua e da alheia, bebem o exemplo de Santo Agatão que, sob a fé do Padre Miguel Bernardes, trouxe três anos uma pedra na boca para aprender a calar, e não desdenham o conselho de Xenócrates de entupirem os ouvidos contra as más idéias... que são quase todas. Nesta grande classe entram Flaubert, Amiel, Raimundo Correia... Ao invés, outros há que nunca seriam aferidos somente pelas suas obras, por mais numerosas ou transcendentas, porque neles o potencial sobreexcede à produção; a estes o papel não chega ou o tempo não chega para o papel; incapazes da meditação sozinhos, não têm idéias; os seus pensamentos não são reflexíveis, são reflexos; as suas belas frases são réplicas, a sua obra são ditos, repentes, centelhas espalhados ao vento, improvisados em tunas, para os tunantes, em mesas de jornais para os jornalistas... e outras

mesas. Mão oculta que os seguisse e fosse apanhado todo este tesouro abandonado, colheria uma literatura. Destes gênios da palestra quantos não estão cintilando agora na imaginação dos que me ouvem! Tal classe não é menos numerosa, e só dos nossos apanha desde Paula Ney e Artur de Oliveira até o Barão do Rio Branco, Guimarães Passos, Artur Azevedo, Emílio de Meneses. Os primeiros vivem isolados ou quando muito com um amigo, irmão em sentimentos, como Machado de Assis e um dos maiores e mais puros espíritos desta Casa; os outros nunca estão sós, possuem o que se chama em biologia quimiotaxia positiva: atraem e aglutinam os circunstantes e podem ser diagnosticados pela nossa reação de Widal – um para tantos. Arinos pertencia ao segundo grupo; se não lareava nas boêmias tinha o espírito boêmio, dispersivo e perdulário, e afinal, que é o sertão que o viu nascer e formou à sua imagem, senão uma vasta boêmia, desde a choupana de adobe do caboclo até o velho casarão do fazendeiro? A sua inteligência transbordava, metade do dia gastava em enchê-la e a outra em esvaziá-la, porém como a sua assimilação era prodigiosamente rápida, e a pena tão morosa, esvaziava-a ao ar e ao léu. *Os Jagunços*, publicado em folhetins, foi escrito noite a noite, ao lado do tipógrafo à espera dos originais, enquanto ele indagava onde tinha ficado na véspera. Na sua prodigalidade, porém, dissipava somente o que era seu, o tempo, o talento e a saúde, e nunca tirava do alheio; da sua roda podiam sair todos sem olhar para trás, porque lhe repugnava à delicadeza austera o espírito fácil da mordacidade, a alfinetada venenosa, a insinuação traiçoeira, e, se porventura lhe escapava alguma ou outra pilhéria, que aliás não estava entre as contas do seu rosário, essa, podiam ficar certos, vinha sempre polida e asseada. O que encantava e prendia na sua conversação não era tampouco, como em outros, o paradoxo, o trocadilho, nem o inédito, o tumulto ou a volubilidade do pensamento; era a fábula, a novela, a aventura, o romance, o apólogo, que ele dizia gostosamente, esmiuçando os pormenores, e, se estava entre íntimos, expandindo a gesticulação abundante e meridional, e falando as mesmas falas das suas personagens e na mesma toada, graças aos resíduos da pronúncia sertaneja que lhe tinham ficado do longo convívio.

A enorme plasticidade da sua arte permitia-lhe aplicá-la a todos os gêneros do espírito apesar do desalinho no trabalho. Possuía perfeitamente a sua língua como vocabulário e como ritmo; aprendera a amá-la nos clássicos

onde ela se encontra em estado de pureza, e conquanto lhe não regateasse à vaidade feminina os adornos da feição moderna, nunca faltou com o respeito, como dizia o Tácito, “à sua modéstia e ao seu pudor”. As línguas, à semelhança das correntes d’água, vão se conspurcando no seu curso com os detritos que das margens se desagregam para o álveo, e quanto mais os povos que as falam caminham no progresso material em que porfiam tanto mais, e mais depressa, elas se mascavam; a vida intensa não consente lazeres para as coisas mínimas e pouco a pouco cada idioma vai se tornando um esperanto. São os bons escritores, oh! os raros bons escritores! que lhes guardam a incorruptibilidade e a nobreza; no metal em que fundem as suas palavras derramam eles a substância mesma de que são feitos, – os sonhadores a sua fantasia, os arrebatados a sua violência, os céticos o seu desengano, os maus a sua maldade, os bons o seu coração, e desta sorte a transparência ou a obscuridade da frase, a harmonia, a ênfase, a rudeza, o artifício, a pompa asiática não passam de sintomas. O estilo é o espelho da alma e o de Arinos refletia à toda luz uma alma tranqüila e boa.

Há duas espécies de bondade, – uma que faz o bem, com os olhos e ouvidos para o Alto e não se esquece de pedir logo o recibo com todos os selos, para a cobrança dos juros acumulados; a outra que faz o bem pelo bem que logra, porque sente o mal alheio como próprio; a primeira é um negócio, quando muito um mau negócio; a segunda é sempre um sofrimento. Se as criaturas fossem boas ou más, pelo estudo, e só tivessem no gozo e nos proventos o seu destino, a maldade seria a única cousa no mundo a ensinar, pois numa humanidade desumana e má o bom é desde logo um vencido ou pelo menos um torturado. Vi cartas íntimas, datadas da Europa, em que de tão longe Arinos fazia minuciosa distribuição de benefícios e de lá os enviava também em objetos; na véspera da sua derradeira viagem, quando foi a Belo Horizonte despedir-se de seus Pais, saltou numa estação próxima para visitar em humilde choça palhiça duas pobres velhinhas que o tiveram outrora nos braços; nessa noite, contou-me sua veneranda mãe, não pôde dormir pensando nelas, e exclamando: – “Coitadinhas, estão tão acabadas que decerto não as vereis mais...” E não viu. Ainda vos haveis de lembrar daquela feita em que, lendo nesta sala o seu drama *O Contratador de Diamantes*, quando ia repetir o hino com que no auge da emoção se despedia da Pátria estremecida o con-

denado Felisberto Caldeira, preso e algemado, contemplando o romper da aurora por entre aquela paisagem maravilhosa que tanto amara e que estava vendo pela última vez, Arinos estacou subitamente, lívido, aflito, num esforço enorme para conter o pranto, mas este afinal o venceu, sufocando-o em convulsões, enquanto as lágrimas golfavam como punhos.

Estes grandes espíritos são como certas plantas: umas prosperam sob as nossas vistas, rompendo hoje da haste um renovo que é amanhã vergôntea, desatando pouco a pouco a folhagem, enverdecendo mais e mais a clorofila, e abrindo afinal a florescência, quando ostenta toda sua beleza radiante; outras também germinaram e subiram, e desabrocharam em ramos e ramagens e desabotoaram em flores, mas estavam fora do caminho quotidiano, e ninguém viu, ninguém soube senão uma manhã inesperadamente, pela flagrância do perfume. Assim Afonso Arinos; a sua presença foi uma aparição; não chegou, surdiu; quando debaixo de uns contos deliciosos deram com o seu nome, perguntaram todos de quem seria aquele pseudônimo. Ninguém vira nascer nem crescer esse exemplar de planta agreste, que surgia com tanta formosura embalsamando de suave aroma o ambiente. Então os que amam estas cousas, e vós os primeiros, foram buscá-la, e se acercaram dela e a cumularam de carinhos e, mais digna de um jardim, a trouxeram para o nosso jardim de Academus... Um dia amanheceu vazio o seu lugar, a sua ausência foi uma desapareição.

II

RESPOSTA DO SR. MÁRIO DE ALENCAR

SENHOR Miguel Couto:

Essa desapareição coube-vos a boa fortuna de vir desvanecê-la. Ouvindo-vos agora, tivemos um momento o doce engano de que nos surgia, trazida pela vossa mão, a pessoa de Afonso Arinos. Tanto é o poder de uma palavra luminosa e medida. Falastes-nos dele, sem exagero que lhe alterasse a fisionomia, nem omissão que lhe escurecesse a memória. Transmutou-se-nos aos poucos a saudade e quase nos esquecemos de que vínheis ocupar a sua mesma cadeira. É a sua glorificação, e já é a vossa.

Afonso Arinos, ressurgido, deverá fitar-vos com o olhar surpreso que tem a estátua, emergindo do mármore, para o seu estatuário. Ao toque dessa palavra alada, a imagem, flutuante em névoas, foi-se definindo em corpo, configurado, e ao mesmo passo tão diáfano, que nos permitia acompanhar-lhe a operação do pensamento e a atividade recôndita do coração. Vimo-lo assim numa totalidade que não pudéramos surpreender na sua curta passagem pelo mundo.

Para perfazê-la não vos bastaria o só talento. Sem a simpatia essencial, que procede de semelhanças intrínsecas e ilumina o interior secreto, não há dom divinatório nem talento formador que recomponham alma alheia nas suas feições angulares. Reavivastes a pessoa de Arinos, porque moralmente sois como ele. Bondade e gentileza foram os fios que o destino urdiu no vosso caráter e no do vosso antecessor; são fios ao parecer frágeis, tênues e

dóceis, mas tal força possuem na sua brandura, tal resistência na flexibilidade, que formados, crescidos, e entrelaçados, não há vento que os estale, nem machado que os rompa.

Mencionastes como símile de Arinos o nosso jequitibá; nenhuma comparação fora mais expressiva; essa é a árvore originária das nossas florestas, brasileira por excelência, inconfundível, inaclimável com a sua pujança em outro solo; alta, surgida em fronde acima das outras na mata, mas sem sobrançeria, sem a vaidade balouçante da palmeira; forte, naturalmente, pela robustez das suas raízes profundas e largas.

Foi na inalterada constância do sentimento brasileiro de Afonso Arinos que melhor se patenteou a força do seu caráter. Viajor habitual, em idas e vindas pelo oceano, quase ave de arribação de pouso alternado, Arinos nunca deixou de ser a alma sertaneja, a pura planta dos agrestes de Paracatu. Aonde quer que ele fosse, do que quer que ele falasse, e fosse qual fosse a língua, falavam pela sua boca a alma e a voz brasileiras. Atos e idéias não tinham nele outro molde que as formas vazadas pelo ambiente da infância no subconsciente que explicastes, salvando-lhe o nome do nacionalismo intencional com que lhe rotularam a memória.

Bendissera-vos Arinos pela reparação desse erro incrustado na sua fisionomia literária, pois lhe devera magoar o gosto e a isenção de escritor o suporem-no pregoeiro tendencioso das cousas da pátria. Ele amava o Brasil ingenuamente, por haver nascido no Brasil, e mais a sua Minas do que o resto do Brasil, e ainda mais o seu Paracatu do que todo o resto de Minas. O sertão era o panorama da sua cidade. Amava-os do amor que não reflete, como é todo o amor verdadeiro, força instintiva e irredutível.

O sentimento pátrio não se adquire e não se ensina, porque é nativo; é como as sementes que ninguém semeia e no entanto, sem plano, erigem-se em árvores e compõem sobre toda uma terra a sombra e a riqueza das grandes florestas. É sentimento habitualmente silencioso, porque é forte; é como a íntima gestação do fogo subterrâneo que só comprimido rompe as camadas do solo de pedra e espadana em chamas lavas.

Se em seus escritos Afonso Arinos alguma vez se referiu a esse amor natal, foi com singeleza e candura, sem premeditação, como num grito da alma a extravasar de saudade. E era tão sincero que não vencia nem temia a

infantilidade das lágrimas, como nos lembrastes, contando a sua emoção na leitura do drama *O Contratador de Diamantes*.

Era um coração de criança; e foi por sentimento, foi por saudade que ele escreveu; e daí o seu amor, e a sua intuição das eras mortas do Brasil.

As obrigações da vida tinham-no transferido da amplitude do sertão para o âmbito policiado de uma cidade acadêmica; e, nessa estreiteza, os olhos da alma se alongavam para o ermo campesino, e a voz lhe fluía em narrativas das aventuras de caça, ou no reconto das lendas e histórias ouvidas desde a infância como o acalento da sua curiosidade maravilhada. Eram façanhas sertanejas, e ele próprio em corpo e alma era um sertanejo; mas já o sertanejo que viestes conhecer muitos anos depois, aparelhado de tal gentileza, que, sem aprendizagem, apenas descobria a cabeça de sob o chapelão desabado, e desvestia o traje rústico e descalçava as botas altas de pele de anta, assomava o gentil-homem no garbo discreto, no módulo dos gestos e maneiras e na graça da palavra; gentil-homem como os que mais o foram em todos os tempos de urbanidade e elegância. E por ser tal, passava como é próprio de toda distinção equilibrada, indistinto na turba dos estudantes. Estudante exemplar, versado nas Humanidades, era dos que mais sabiam as ciências do Direito; se não ostentava o seu saber, não o escondia, e ao contrário gostava de acudir aos que iam pedir-lho na sua república mineira, deleitados em escutar-lhe a voz bamboleada e clara.

Prestados os exames, fechava o gentil-homem nas malas o modelo fidalgo e remontava em horas de viagem um século de civilização, sertanejo de novo entre os sertanejos, caçador aventureiro dos campos gerais e das florestas e conversador incansável dos rudes espíritos da terra selvagem. Era tão abundante a narrativa daquela gente simples, que não foi preciso a Arinos inventar o tema dos seus futuros contos; a memória lhe transbordaria dos ouvidos e dos olhos. Bastava-lhe à imaginação o labor de avivar e consertar o discurso de bardos agrestes, acrescentando-lhes a paisagem, a que os sertanejos eram indiferentes por não a terem visto através da distância. Assim a vira Afonso Arinos e pôde sentir mais do que eles a beleza natural e o efeito dos contrastes. E na duplicidade inocente do seu espírito ingênuo e culto, entregou-se muitas vezes à admiração genuflecta da natureza, falando-lhe em êxtase e ouvindo-

do-a, que lhe respondia, personificada, ou em vozes misteriosas do deus difuso no universo. Foram porém minutos de panteísmo.

O teor do seu espírito era normalmente o de um épico, narrador objetivo; e as histórias sertanejas davam para encher-lhe todos os quadros. Recordastes-nos o aprimorado desses contos, e a vossa atilada crítica acentuou curiosamente a dissonância entre a placidez dos cenários e a ferocidade das pessoas dos dramas. A explicação deve ser a que sugeristes.

Mas não será também causa dessa monotonia de tragédia a condição emocional e mental do nosso sertanejo?

A sensibilidade humana funciona porventura como o mecanismo de um piano: cordas interiores e um teclado aparente formam o conjunto, que se gradua desde a simples nota até a escala de sete oitavas, com os seus bemóis e sustenidos, o jogo dos pedais, e outros recursos de abafamento e ressonância, e ainda os efeitos da pressão, das pausas, e da agilidade dos dedos que atuam as teclas. Os ritmos são infinitos. Almas há de habitantes cultos dos centros universais que têm a complexidade de uma composição orquestral; e para analisá-la só a ciência do contraponto, se ainda for bastante. Mas no homem do interior brasileiro a alma é rudimentar, e move-se por um teclado de espineta; às vezes tão rudimentar, que não atinge a condição vibrátil de cordas, senão a simples estrutura de um tantã.

Que é que lhe faz o horizonte? A natureza, justamente porque ali está sua expansão total, não tem a multiplicidade dos aspectos, que assume em perspectiva ou recordação, quando nela interfere a obra do progresso ou colabora no cenário o passado histórico. A paisagem é igual e imensa como o oceano longe da costa; só o nascer e o pôr do sol dão as variantes da natureza. Entre a manhã e noite há uma parada em que tudo entorpece. Opera então o automatismo do instinto: agem com necessidade e maquinalmente as forças da vida, e tudo entra na ordem das cousas fatais. O amor e a morte orgânica são fases da flora e da fauna, inevitáveis e vulgares, e ocorrem sem o recato e a beleza que lhes deu a civilização, sem o valor moral que lhes influiu a concorrência porfiante, sem a amargura ou doçura que produz na cidade o contraste agudo entre a alegria circunstante e o luto isolado. A sensibilidade do sertanejo, como a da planta e a do animal, adormece na inércia da natureza, e só acorda, só se espanta, só vibra nos instantes de crise do dia, ao nascer e ao pôr

do sol, a que correspondem paralelamente duas comoções e duas idéias: a glória da força e a morte violenta. São os dois pólos da alma sertaneja, são os dois objetos da sua operação consciente, são os dois temas das suas narrativas monótonas e trágicas.

Conservando essa monotonia na urdidura dos seus contos, Arinos compôs a obra representativa do sertanejo. Não comentou, escreveu-a como poeta, ou por gosto de reassumir, como num parêntesis da civilização, ao cabo também monótona, alguns momentos de afinidade elementar com a rude gente do seu berço. Eram fugas de repouso, mais do que pensamento de ambição literária. A sua consciência de escritor foi um reflexo do aplauso e estímulo de escritores; para ele mesmo foi uma surpresa o seu talento, como notastes recordando o seu encontro com Bilac e Coelho Neto, porventura os fatores da estima daquele engenho dispersivo e descuidado da própria riqueza. Ao aparecer, a assinatura literária de Afonso Arinos deu efetivamente a impressão de um pseudônimo, tão estranhável era que surgisse assim um escritor acabado, dantes não sabido. E o nome obscuro, de um dia para o outro foi renome.

Essa circunstância do imprevisto caracterizou também a nomeada, Sr. Miguel Couto, do médico, do professor e do escritor que sois.

Foi um concurso na Faculdade de Medicina que vos revelou à admiração de quantos não vos conheciam, e eram quase todos. Dava interesse vivaz àquela prova do magistério a presença de um candidato, que ao seu mérito reconhecido juntava um vibrante esforço de ambição, e já no curso de estudante, já no estágio de auxiliar docente, firmara a ascensão para a conquista futura entoando a palavra eloqüente e nervosa. Todos sabemos o que vale esse dom verbal nas justas do pensamento, nas quais prepondera sobre o mesmo saber. E saber também ele o tinha, e tinha por si a simpatia dos mestres e o entusiasmo de colegas e os estudantes, cuja assistência anunciava em coro e influía a vitória do candidato. Vós aparecíeis velado na vossa modéstia, vínheis da sombra, e trazíeis na fala o cunho do pensamento solitário, criado no ambiente onde não há auditório que reclame tonalidades musicais de dicção, e a tranqüilidade do estudo afeiçoava o espírito ao vagar e às indecisões da palavra.

Era ao tempo em que, além das provas singulares, os concorrentes contendiam, como nas pugnas de força, entre si, face a face, argüindo-se, travando a porfia da agilidade e dos golpes destros, que desnorteiam, desconcertam e subjugam o pensamento, como ao corpo os passos do combate. Enfrentando o vosso competidor, não recorrestes a nenhum estratagemas; usastes, como num diálogo a sós, do vosso saber e da vossa polidez; ao ímpeto nervoso opúnheis a calma, à cilada a defesa prudente, ao golpe atrevido a segurança, à facúndia sonora a expressão substanciosa, ao excessivo a sobriedade, e à ciência. E ficastes vencedor.

De um salto saístes da obscuridade para a fama. Não admiraria essa fama a quem tivesse acompanhado aquela obscuridade, trabalhosa, em que desde a vossa formatura repartíeis as horas entre acudir a doentes e versar os livros até noite velha, num sobrado da Prainha, cujo lampião era o último a adormecer naquelas redondezas, e parecia velar sobre o sono de tanta gente, alheia ao perigo das moléstias insidiosas. Muito retardatário regularia ali as horas pelo relógio de luz da vossa vigília.

Com a crescente nomeada de professor e de clínico, não se alterou essa elucubração noturna. O lampião de querosene fez-se lâmpada elétrica, o sobrado da Prainha dilatou-se no palacete de Marquês de Abrantes, a clientela da Saúde universalizou-se em clientela de toda a Capital e do Brasil; irradiou o vosso conceito obrigando-vos aos múltiplos deveres de grande pessoa; e todavia, como nos anos de estudante e nos tempos de médico incipiente, continuastes, o hábito beneditino do trabalho, proporcionando as horas do sono às do vosso estudo, não as do estudo às do sono. Não consentis que o descanso vos feche as pálpebras antes de concluída a tarefa cotidiana, ou que ela ainda vos pese sobre os olhos além da madrugada. E quando é preciso conciliar o sono e a escassez do tempo, vós, na mesma cadeira de estudioso, numa postura que disfarça o descanso, governais a necessidade do corpo, iludindo as horas. E assim realizais a tarefa formidável de acompanhar *pari passu* as múltiplas, diárias, infatigáveis pesquisas e descobertas das ciências médicas que em anos edificam bibliotecas e inundam revistas de todas as línguas, num sem-conto que parece emular a ação das moléstias e da morte. E não me refiro às outras leituras paralelas, que só por si chegariam para encher as horas de um estudioso.

Exaustivo labor é o vosso; mas, o que é extraordinário, do vosso gabinete não saís com a veste em desalinho, que é o distintivo e a desculpa do sábio; nem trazeis o rosto severo e carregado das rugas da meditação. Não vos discerniriam pelo vosso exterior como um erudito. A vossa atitude é a da curiosidade tímida, que não abona para o comum dos homens a posse da sabedoria; a vossa palavra, quando não exercita o dever do professor, sussurra e pergunta, que não recita nem afirma; e o vosso semblante sorri em plácido alheamento de vós mesmo.

Esse é o vosso enigma, e eu quis entendê-lo, e penso explicá-lo — pedindo-vos que me releveis à conta de mau psicológico o meu engano ou a minha indiscrição. Sem o segredo do vosso espírito, eu não atinaria, ainda pressuposta a vossa modéstia, com a causa da inércia em que deixais sobre tanta matéria de composição o vosso talento de escritor. Não vos falece o principal nem o acessório. A erudição dar-vos-ia inúmeros assuntos, além dos que tendes pela observação pessoal. A vossa palavra escrita discorre tão fácil e tão precisa, que nem vos fora trabalho árduo a feitura de obra larga de análise ou coordenação. Nem aí há mister criar da imaginação, e quando o fosse não vos falta a imaginação, nem o engenho de conceber, nem a paciência da pesquisa, nem a perspicácia para interpretar. Contentastes-vos com as vossas lições de professor, que dão a medida do que seria a vossa obra, realizada num pensamento de glória. Sábio, sem o aspecto de sábio; autor em virtualidade, sem a ambição de o ser em grandes livros que seriam razão de orgulho para a medicina brasileira; erudito, sem intolerância; penso ter achado a solução do vosso enigma: vós sois um cético.

Atendei a céticos e céticos; e não pode haver absoluta conformidade em todos os que se destacam por uma característica; dentro de uma expressão distintiva há muitas variedades a que não corresponde a nossa escassez idiomática. Sois a um só tempo um crente e um cético: sois crente pela ação e pela vontade; cético, pelo próprio efeito do vosso esforço e da vossa inteligência que vos ampliou tanto o horizonte espiritual, que o vosso olhar dilatado pôde sentir o infinito desdobrar-se sobre o infinito. Essa é a fatalidade da sabedoria.

No campo visual dos que se demoram na planície, tudo é concreto e acessível; e a mesma ilusão ótica se afigura em miragem palpável. Mas vós quisestes ascender à montanha, e cada colina transposta vos descobriu outras

colinas; e a curiosidade vos impeliu, além, a cimos sucessivos, que são como escalões, a surgir, onde parecia haver o pouso da fadiga esperançada. Tendes a certeza da realidade que ficou sob vossos passos e aos que debaixo vos olham e acenam, falais com a experiência liberal, que não recusa os proveitos colhidos e prodigaliza estímulos para o trabalho consolador e benéfico. Essa é a linguagem do mestre nas lições que vos obrigastes a dar aos discípulos. Formulais, sem faltar à sinceridade, os conselhos judiciosos, que eduquem o caráter profissional, e proferis a vossa profissão de fé na ciência, com o nobre objetivo de emudecer a vossa dúvida; porque em espírito bem nascido, como é o vosso, a dúvida mal apontada se circunvolve e subjetiva; e é da probidade mental que ela seja a última revelação nos lábios de um mestre.

Mas a sós convosco não ouvís resposta a muita interrogação; turva-se o vosso olhar fitado pelos horizontes imensos, que serão circunscritos em outros horizontes imensos; sentis, sem evocá-la, a aparição de realidades desvanecidas; e interpretaís a inanidade dos maiores esforços do conhecimento. A própria ciência positiva que do homem, ser efêmero, verme diminuto em proporção à Terra, fez um mundo infinito de vida e elaboração de outros seres, essa mesma ciência descortinou o inacabável, e com os aparelhos de engrandecimento dos infinitesimais deu o primeiro degrau da escala de um novo desconhecido ao termo incognoscível.

Nessa condição de sabedoria dolorosa Fausto fez pacto com Mefistófeles. Vós, se outra fosse a vossa estrutura moral, vos contentaríeis com a negativa zombeteira, ou então com o dogmatismo, que muita vez dissimula a certeza da ignorância e outras vezes é uma forma de acomodação da ironia; vós, porém, fizestes o vosso pacto com um anjo de Deus, e na arte da Medicina achastes a ocasião de exercitar as forças do vosso sentimento.

Na Medicina a afirmação de uma verdade pode ser erro ulterior; a bondade é que nunca é falaz. A lei da ciência, a da ciência suprema que é a da vida, habitua à insensibilidade. Não há para vencer a repugnância do sofrimento como versá-lo e inquiri-lo; e para não sentir o horror da morte e alhear-se do seu mistério, basta assistir-lhe com freqüência à operação e explicá-la. Para os homens de ciência, que agem por exclusivo amor da ciência, as criaturas que sofrem não são mais do que objeto de experimentação e de prova, tão fria é a análise, tanto o poder absorvente do raciocínio. Mas à beira

de um leito, ao lado de um sofrimento, o mestre e cientista que sois, se não basta a ciência, e vedes que não basta, cede o lugar ao poeta da bondade; e consolando o sofrimento, hauris o sofrimento, dando a saúde exultais de saúde, e diante da morte padeceis de morte duplicada, porque ainda aí tendes de simular a esperança da vida.

Mas, para que hei de estar a retratar-vos com outras tintas que aquelas mesmas de que usastes há pouco ao narrardes a reprodução do “suave milagre”? Ainda nos ressoa a doçura das vossas palavras.

Antes, em outro lugar, já tínheis revelado o vosso segredo, fixando, como norma profissional do médico, a bondade. Foi quando, ao fim de uma lição, dissestes aos estudantes de Clínica:

A vossa missão é correr pelos outros e a todos os momentos, pois tão sutil, frágil e delicada é a organização humana que mais admira que resista do que pereça. Não vos esqueçais então que se toda a Medicina não está na bondade, menos vale separada dela. A ciência poderosa vence, domina, aniquila o sofrimento e recolhe entre bênçãos para a vida o condenado ao último dia; mas a bondade mitiga, consola, acaricia e, sobretudo, mente; resignada perante o mal irremediável, aponta a Canaã de um bem que nunca virá.

É fácil pregar o conselho; mas praticá-lo só é dado aos que são o que sois; e ainda fostes além do que pregáveis, provando que a só bondade pode às vezes ser toda a Medicina.

Não vos escapou o sentido técnico da metáfora de Platão, que no *Banquete* definiu a Medicina como a ciência do amor nos corpos; mas o vosso sentimento acrescentou-lhe outro sentido, e realizastes a sua definição como a música do corpo em sofrimento, arte e exercício da poesia atual, em que parece ir-se desdobrando a vossa finalidade humana.

A outra poesia, a do escritor, essa vós a escondíeis aos olhos e ouvidos alheios. Acreditamos todos na vossa confiança de há pouco, mas tínhamos a suspeita e agora a certeza de que essa confiança ficou no primeiro passo daquela aventura de amor. A furtiva janela que se abriu sobre a habitação vizinha, ou não se fechou de todo, ou antes de fechada deixou passar a luz dos olhos de crispa. Acolheram-na olhos curiosos, e retina que essa luz feriu, não se lhe apaga mais a imagem. Que importa que se tivesse engradado a janela a

sete chaves? Vivia a imagem, e deixai que vos diga, ainda que o sabeis, é sob os entraves e obstáculos que se forma e cresce o amor: e feito o amor, já não prestam as janelas de namoradas, pois que já se foi o tempo das escadas de corda; prestam as portas escusas ou largas, e mais as escusas do que as largas, onde o corpo se esgueira nas fugas e contrafugas, que dão perpetuidade ao enlevo, ao susto, ao encanto das primícias do amor. Emudeceu a confidência, onde a vossa gravidade de professor e grande médico já não consentia quebras de discrição nem assomos de vaidoso. Mas agora que estamos, não em conferência de sábios, nem na outra vossa Academia, senão nesta Casa, da qual só está proscrito o mau gosto, quisera que me respondêsseis sem disfarce nem pejo se vos disseram ou fostes vós que sentistes aqueles fluidos e amavios, e o mel dos lábios, o aroma da cútis e a formosura do corpo. Como experimentado falastes, de tal modo se traiu a voz que os dizia, e tão suave foi a palavra, que nos recordou a doçura do sonhar acordado e cantar sonhando. Não sereis tão impertinente que conjecture os vossos devaneios, nem as horas de colóquio, por longos anos desses amores escondidos, e alongados, porque escondidos. O que vos afirmo é que esse amor foi fecundo; e tivestes de render-vos à evidência do que a pesar vosso veio à luz.

Mas ainda aí, por muito que se saiba e se imagine, é notável que um escritor, fora da literatura e sem ambição literária, apresente o que não consegue o esforço de muito obreiro das letras em anos seguidos de aspiração. Não pelo volume. Apenas algumas páginas, ocasionalmente escritas, quando não vos era possível deixar de escrevê-las; ou algumas cartas íntimas, ou um aviso de longe mandado aos incautos da defesa da pátria. Ninguém adivinharia, no vosso trato pessoal, em que procurais sumir dentro de vós mesmo o que pudesse denunciá-la, a vossa cultura literária e filosófica. Não ficou esquecida a grata surpresa exalada de uma carta escrita há anos, de Cambuquira, onde o médico, então enfermo, convalescia. Ouvi vós outros a graça e melancolia destas palavras, e vós, o autor, perdoai a minha indiscrição, e habituai-vos desde agora à indiscrição dos homens de letras.

Eis alguns trechos:

...posso também, com a mesma sinceridade, definir a minha existência, um grande projeto irrealizado. Talvez receba atônito ou incrédulo a minha confissão, tão diferentes parecem as nossas índoles. É que a solidão, isolando o homem,

despe-o das suas exterioridades, e ele próprio, não raro, só então se enxerga pela primeira vez como realmente é. Ora, metade da medicina se dirige imperativamente ao sentimento para o levantar, e neste mister de todos os momentos o médico se envolve por tal forma na ação e nela se absorve que acaba julgando-se um forte, para quem não há na vida irrealizáveis. Um dia chega-lhe a desilusão...

A minha impressão foi magnífica de Cambuquira. Passei aí mais de um mês seqüestrado; depois embrulharam-me da cabeça aos pés em um xale, atiraram-me para dentro de um automóvel fechado, e deste para o interior de um carro de estrada de ferro, com ordem de caminhar para o infinito; só aqui me senti solto...

...No fim de uma semana tudo me enfarava na sua monotonia, até as rosas eram sempre deliciosamente belas.

Só uma coisa até hoje me arranca da nossa melancolia (desculpe o plural), é o carro de boi; ele nos conduz à meditação das coisas mais transcendentais, e até a sua cantilena eterna *ehn-ohn... ehn-ohn...* me enche de alegria. Como eu vejo nele nitidamente expressa a filosofia da vida! Que é esta senão uma canga que recebemos, cedo ou tarde, e temos de ir carregando, morro acima, morro abaixo, candeeiro na frente, até a morte? Oh! o candeeiro, solene e convicto, serpeando para um e para outro lado, escolhendo o caminho por aqui, por aqui, como é pitoresco!

...Nem os livros que trouxe me têm valido. *Várias Histórias* do grande Mestre, sempre interessantes e intangíveis, mas lidas e relidas. Não sei mesmo por que as trouxe, – talvez um ato subconsciente de respeito...

... Duas outras obras também meti na mala. *Sociedade e Solidão* e *Sete Ensaios*, de Emerson, solene e convicto, escolhendo caminho, a dizer à Humanidade – por aqui. Desde que os li, ao meu espírito combalido pela melancolia, começaram a aparecer, irreverentemente confundidos, o profundo moralista e o humilde candeeiro, com a sua vara pontiaguda...

Esta carta já era escrita por pena, que não é das de aço e fora do mercado, senão cânula de ave, apontada e afeiçoada pelo autor ao jeito menos dos dedos, que do pensamento; do que vos saiu uma pena de estilo. Nas idéias, as vazadas no improviso e descuido de uma carta, pode-se aquilatar, pela associação em que se entremeiam, o valor de um espírito: aquele rude carro de boi em rápido símile da humanidade, aquele candeeiro emparelhado ao filósofo moralista dos *Sete Ensaios* esboçam um livro e a autonomia e personalidade do pensamento que os aproximou de relance e de tão longe.

Já não foi surpresa um artigo de crítica lido anos depois, foi um gozo de sentir a perfeição nas suas linhas sombrias, cheias, discretas e elegantes. E a

perfeição renovou-se em cada discurso feito pelo paraninfo de doutorandos, ou pelo Presidente da Academia de Medicina. De cada vez pensava eu em Machado de Assis, com pena de que ele já não pudesse partilhar o prazer da boa nova, não tivesse ocasião de repetir o convite, como fizera por igual motivo a Afrânio Peixoto, para virdes proferir tais discursos nesta Academia. Depois, à instância de amigos esclarecidos, reunistes em volume as *Lições de Clínica Médica*; e esse volume, que é também de lições do idioma gentil, e mais aquelas páginas soltas e peregrinas, foram as vossas credenciais para vos sentardes, entre os sabedores do vernáculo como um sabedor, e entre os escritores de estilo como um estilista.

Com esses títulos, os vossos admiradores mais por admiração do que por amizade, e mais pela Academia do que por vós mesmo, conseguiram combater a vossa teimosia em ocultardes sob a fama do médico e o exclusivismo da profissão o vosso crédito maior na representação do pensamento. Se era amável e respeitável o médico, o que mais nos interessava e devia pertencer-nos era a companhia do vosso espírito. Parecia-nos uma honra para o sentido da nossa seleção o possuímos como um dos nossos o escritor que em breves páginas de circunstâncias demonstrara com a plena arte da palavra uma personalidade de emoção e do pensamento. É isto o que sobremodo vale no ofício das letras.

O escrever bem é condição especial, mas não é tudo, e às vezes é demais. O escrever só por escrever é um exercício inocente; e não há que objetar-lhe se ele se opera silencioso como um entretenimento pessoal, como um motivo de ilusão, para esquecer tanta coisa que é preciso esquecer no curso da vida. O mal é que não se contentam com este proveito os que escrevem por escrever, e podem e forçam a audiência alheia: e a tipografia serviu-lhes ao desejo, e tornou possível o desvirtuamento das letras em profissão. A profissão literária, degradando a nobreza do pensamento criador ao nível do mister mercenário, a instrumento de venda a retalho e a varejo, deve causar aos espíritos sensíveis e sinceros o desgosto da mecanização da imprensa. Tanto é o torvelinho intelectual que produz a vertiginosa publicação dos livros, em concorrência ao mercado, e, como nas feiras, com todos os engodos, reclamos e atavios de sedução foram de invejar os que viveram ao tempo em que o pensamento criava em presença da vida, quando a beleza transfigurada nas criações

anteriores se transmitia como música de ouvido a ouvido, ou a maneira oracular nas palestras, ou era depois fixada em pergaminhos e papiros, com a solicitude e o respeito de relíquias sagradas. A posse de uma cópia manuscrita era uma fortuna e uma bem-aventurança.

Naquele tempo, a flora do pensamento vicejava num delicioso campo aberto, de árvores grandes e alamedas batidas da luz direta do sol; surgiam arbustos espaçados, que davam a graça da vista, a flor e o perfume: as árvores grandes davam sob a sua sombra o repouso, e davam frutos, generoso e vivificante. O espírito perlustrava aqueles caminhos sem pressa, contente de espicar, e ora colhia o fruto no próprio galho, ora surpreendia a flor na sua viva fragrância, ora pousava na alfombra em descanso, que lhe permitia espriar os olhos pelas alamedas claras, até além no horizonte remoto.

Hoje a flora do pensamento é uma floresta imensa; a ordem da natureza cedeu à força da abundância feita menos pelo tempo repousado que pela sementeira artificial e intensificada das máquinas. Nenhum vestígio das alamedas soalheiras, que atraíam os passos e guiavam para as árvores altas; em frente à floresta queda atônito o espírito perplexo na escolha e à procura de uma aberta e de uma trilha; não distingue o caminho; entre o folheto e a ramada não consegue ver o sol; arma-se dos instrumentos, e à custa de labor e fadigas, rompe os primeiros obstáculos da penetração, ansioso por alcançar as árvores seculares, que essas ele sabe que olham em cima o firmamento; mas ao labor não responde o êxito; e a floresta já é brenha e matagal numa luxúria de produção que levanta do solo e rebaixa dos galhos, e enlaça de tronco a tronco muralhas espessas. Redobra o labor, recresce a fadiga, acelera-se a ânsia, vencem-se alguns passos na aberta; e eis que o obreiro se surpreende contido, presos os braços na postura do golpe, peadas as pernas no impulso do esforço; não há prosseguir, não há retroceder, porque cada gesto, cada movimento mais o enleia na maranha dos cipós, que súbito o apreenderam com uma rede de caça. E ali permanece o espírito, envencilhado, e ao fim resignado a só espreitar de longe a cortiça das grandes árvores buscadas, olhando-as pelos claros que ainda não logrou fechar a garra das parasitas. E assim, na riqueza amazônica da flora do espírito, o espírito se há de contentar, sem outra esperança, com o espetáculo e o contato do cipóal; o mais está fechado ao seu desejo.

Não inspira esta apocalíptica visão o desespero de uma esterilidade, o despeito de uma desídia, o desamor de uma inveja. Fala-vos a amargura de uma ânsia de luz, que renova no domínio do pensamento os suplícios ideados pelos deuses para o maior castigo do homem. Há muito espírito que no silêncio de uma vida de estudo reproduz a condição e o estado de Tântalo e de Sísifo.

Nem os próprios gênios, que são como Deus, criadores do nada, ficam imunes do torvelinho do dilúvio. Schopenhauer queixava-se do mal que lhe fazia a sua Alemanha livresca, e profligava o erro dos que escrevem por escrever e dos que escrevem muito. “Para a posteridade, dizia ele, é longa a viagem; e o caminhante só irá seguro, se for escoteiro, depois de atirar à estrada o excessivo da carga.” E acrescentava a palavra espanhola de Graziano: “*Lo bueno, si breve, dos veces bueno.*”

Vós, Sr. Miguel Couto, como escritor de algumas páginas já feitas, e de outras que haveis de fazer e vos pedimos, não tereis trazido à flora do pensamento nem parasitas nem cipós: mas arbustos arborescentes, e porventura alguma árvore em que o espírito achará para colher flor de perfume e fruto de polpa. Porque sois dos que escrevem para dizer alguma coisa, aprendida ou concebida, sem o propósito de logo dizer-se. O vosso espírito não tem só a latitude da profissão nem a do momento. Sois médico e professor de clínica: viveis fora da política; e no entanto um político encontraria um programa de princípios e uma síntese de ética num pequeno escrito vosso, como nesta página de oportunidade perene:

Há uns tantos princípios, de ordem moral ou política, que só eles preservam o futuro de uma nação e a conduzem a seguros destinos. Na ordem moral só o estilo supersticioso da justiça, o sentimento de uma lei superior a cada um e igual para todos, a reverência aos seus magistrados como entes quase divinos, mantêm os homens unidos em uma sociedade, e só a instrução tão elevada quanto possível desses homens lhes dá a consciência do seu valor. Na ordem política só a obediência à vontade do povo, pela garantia absoluta do voto, expressão normal dessa vontade, aniquila os apetites oligárquicos e conserva a forma representativa; só a segurança da nação no seu território permite a tranquilidade no trabalho, principal fator da sua grandeza. Sem estes princípios e estas garantias, de que servem progressos materiais, estradas de ferro, avenida, indústrias, de que valem as virtudes de um povo, se ele está desunido e desarmado e tem as suas portas escancaradas à cobiça dos mais fortes?

Sois médico, e nunca vos cobriu outra farda senão essa, ornamental e pacífica; sois por índole o menos guerreiro dos homens, e contudo, naquele mesmo escrito, aprenderia um militar a organização militar do Brasil para a eficiência da guerra, como profilaxia da peste rubra. Assim definistes a grande moléstia humana, em páginas comovidas e clarividentes, que não teria escrito um retórico, mas que assinaria com prazer um moralista, um sociólogo, um poeta. Nos vossos escritos o historiador deparará visão pessoal da história, um filósofo pontos de luz que a vossa retina guardou. Mas sobretudo a bondade achará o com que se fortalecer na sua prática; e todos encontrarão a serenidade que se difunde suavemente na alma, com o gosto de entender e o encanto de sentir.

De Francisco de Castro escrevestes um dia que ele dava razão a Renan quando este dissera: “A inteligência é um conjunto tão bem ligado em todas as suas partes, que um grande espírito é sempre um grande escritor.”

É o vosso caso tal qual; e porque sois assim, tivestes o respeito sagrado do vosso pensamento, e não quisestes para as vossas gemas outro engaste que o de ouro de lei nem outro escrínio que o do melhor veludo; e não houve cansaço, nem folga que vos detivesse do labor paciente de ir às fontes da língua para infiltrar na vossa expressão a pura ausência da linfa e comunicar-lhe o boleio com que ela influi na música nativa. Parece aos que lêem que Vieira e Bernardes são os vossos livros de cabeceira, se fora possível que a vossa mesa de cabeceira comportasse esses clássicos velhos, e mais os vossos familiares Horácio e Sêneca, e outros mais recentes companheiros que se contam por dezenas. E admirável ainda é que estudais os fatos da língua sem pressa, com a atenção e o cuidado do clínico para os seus enfermos em leito, e com a mesma observação dos mínimos acidentes e a mesma graça alerta que tempera o olhar reflexivo do médico. Para entender nesse particular o que vai ser a vossa colaboração em nosso dicionário, basta ler as notas que apusestes às *Lições de Clínica*, notas de lingüista erudito, sem preconceitos, e liberal.

E por isso a vossa linguagem é um padrão de bom senso e bom gosto, mistura elegante do velho falar português com as modalidades do novo tempo e do nosso clima. Conservais a forma clássica desembaraçada para o movimento que lhe imprime a vida. Na vossa palavra sem o som estranho,

mas sem a ênfase originária, canta a doçura do acento brasileiro, que é o embalo do nosso espírito.

Era também assim a palavra de Afonso Arinos, e a vossa voz, que subiu, lhe terá levado, com o vosso louvor, a suavidade do que ele tanto amava; e ele sentirá que continua entre nós, colaborando na nossa companhia, pela presença e pela ação do vosso espírito harmonioso, feito de força, de beleza e de bondade. Vede como nos sois bem-vindo a esta Casa, que já vos tinha há tanto tempo como um dos seus eleitos.

Discurso do
SR. ALFREDO PUJOL

e

Resposta do
SR. PEDRO LESSA

*Sessão solene extraordinária
do dia 23 de julho de 1919*

I

DISCURSO DO SR. ALFREDO PUJOL

SENHORES,

Devo confessar-vos, ao agradecer à Academia Brasileira de Letras a honra dos seus sufrágios, que nunca sonhei a ventura suprema de pertencer a esta egrégia Companhia. O vosso ilustre cenáculo, a “torre de marfim”, a que aludia um dos seus fundadores, revelava-se a meus olhos, numa alvura imaculada, como um templo augusto, defeso às minhas pobres letras profanas, ensaios e devaneios da mocidade, sepultados nas páginas efêmeras do jornalismo. Seduzindo pelas sugestões de amizade indulgentes, vim bater à vossa porta, sem atentar na indignidade dos meus méritos... Quisestes talvez premiar o obscuro artífice, que reuniu, e ajustou, nas suas mãos grosseiras e rudes, os primeiros materiais para a glorificação do autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Mas o vosso prêmio foi tão desmedido, que ainda não volvi a mim do enleio e da confusão em que ele me deixou submerso. Nesta hora de intensa comoção, não sei dizer-vos o que se passa no meu espírito conturbado, vindo recolher entre vós a sucessão de Lafayette, na Cadeira que pertenceu a Machado de Assis e tem por patrono José de Alencar, amparado pela palavra generosa do mais querido dos meus mestres, o eminente jurista, filósofo e magistrado, que é um dos vultos mais expressivos da cultura contemporânea. Bem sabeis que não posso aqui substituir ninguém. A Cadeira, que me deste, é um santuário, onde repousam três sombras peregrinas: a figura

mais alta e mais nobre do nosso Romantismo, o clássico maravilhoso do nosso idioma, e o civilista profundo, que versou a ciência do Direito, revestindo-a da pureza helênica. Do seu espaldar se debruça a imagem da pátria, velando e abençoando a grandeza refulgente do gênio nacional.

Nasceu Lafayette Rodrigues Pereira a 28 de março de 1834, no município de Queluz, da antiga província de Minas. Seu pai, Antônio Rodrigues Pereira, mais tarde Barão de Pouso Alegre, solicitador inteligente e arguto, político votado ao ardente liberalismo mineiro, esmerou-se na educação do filho. Depois de cursar preparatórios no colégio de Congonhas do Campo, Lafayette completou os seus estudos de Latim na cidade de Prados, tendo por mestre o vigário Felisberto Rodrigues, seu tio, grande sabedor de letras antigas. Desde menino manifestou a paixão dos livros que só raramente abandonava, quando o atraíam os prazeres da caça. Não teve hesitações na escolha de uma carreira, como aquelas aves, de que nos fala Pailleron, que volteiam longamente nos ares, procurando no horizonte a visão do seu caminho. “Nasceu jurista” – dizia do filho o Barão de Pouso Alegre. E em 1853 partia Lafayette para São Paulo, a iniciar o seu curso de Direito.

Foi copiosa a cultura filosófica, jurídica e literária de que se nutriu o moço estudante, durante os anos acadêmicos. Não desprezando a convivência dos condiscípulos, porque era, do seu natural, comunicativo e conversador, consumia, entretanto, na leitura o melhor do seu tempo. Emerson detestava os livros medíocres e os livros tristes. Assim Lafayette. A par com a Jurisprudência, em que foi o primeiro da sua turma, a Filosofia e as musas helênicas e latinas absorviam as suas horas tranqüilas de meditação e recolhimento. No idealismo do Platão, o pensador prodigioso que sintetiza o gênio grego, aprendeu a fé no império absoluto da razão humana, criadora da sabedoria. Aristóteles, na sua eterna concepção, descortinou-lhe os primeiros segredos da ciência do Raciocínio. Logo depois, empolga-o, nas suas tenazes poderosas, o monstro de Koenigsberg, o maior apóstolo do racionalismo, de cujo sistema filosófico decorrem muitos dos princípios que impulsionam o pensamento moderno. Na maturidade dos anos, Lafayette não resistiu às correntes inovadoras que revolucionaram as teorias jurídicas; o método de Kant continuou, porém, a dominar a evolução do seu espírito. Os historiadores e

os poetas gregos e latinos inundaram de luz e de harmonia a sua inteligência, sedenta de perfeição. A antiguidade clássica, que, na frase de Charles Blanc, “humanizou o divino”, embebida de razão e de beleza, de serenidade e de graça, impregnada de gosto puro e do instinto da moderação e da sobriedade, criou o seu estilo, de incisiva brevidade, de energia concisa e de luminosa clareza, a que o trato dos melhores mestres da nossa língua imprimiu um vivo sabor de vernaculidade. De Plutarco e de Tácito, de Teócrito e de Propércio, de Anacreonte e de Ovídio, de Marcial, de Catulo, de Juvenal, proveio a sua ironia, ora cruel e mordente, ora sutil e suave, tocada de uns laivos de ceticismo. “A ironia”, adverte Paulhan, “é uma condição de equilíbrio e de sabedoria.” A ironia de Lafayette consistiu a essência da sua atitude, em contraste com os erros e vícios da sua época.

Tal foi, Senhores, depois de cinco anos de uma vida de reflexão e de estudo, a opulenta provisão mental com que Lafayette deixou os bancos da academia, aos vinte e quatro anos da sua idade. Alma estóica, pensamento alto e puro, costumes austeros, sensibilidade tímida, elevada distinção e primorosa polidez, tais os traços mais salientes da sua estrutura moral.

Ao cabo de breve estágio no ministério público de Ouro Preto, veio Lafayette de mudança para a corte, como então se costumava designar esta capital, residência do imperante, e aqui se entregou à profissão da advocacia, começando a exercê-la no escritório do sábio jurisconsulto Teixeira de Freitas. Foi isto em 1858. Logo no ano seguinte estreou-se na imprensa política. A conciliação dos partidos, criada pelo pulso forte do Marquês de Paraná, “época sem fisionomia, sem emoções, sem crenças”, no dizer insuspeito de Sales Torres Homem, tocava o seu termo. Nabuco de Araújo, que se tinha desligado do gabinete Abaeté, explicava ao Senado o seu isolamento, morta a política da conciliação e triunfante a oligarquia conservadora: “Dividi os partidos”, dizia ele, “e eu ficarei no meu posto de conservação e progresso; antes quero, como Lamartine, estar isolado, que confundido em uma época como esta.” Francisco Otaviano, munido da sua aljava de ouro, desferia do *Correio Mercantil* setas candentes contra “os conservadores, que apenas se conservavam a si próprios”, contra “as patrulhas sem bandeiras, sem chefes e sem princípios”, e reclamava o governo do país para os moços, para a força real de uma geração esquecida e inutilizada: “Os homens novos, – eis aí prin-

principalmente o nosso credo, eis aí a nossa fé.” É nesta situação que o espírito liberal do país desperta do seu torpor. Lafayette, Flávio Farnese e Bernardo Guimarães fundam *A Atualidade*, abrindo acesa campanha contra a Conciliação. O jornal tinha quatro páginas, publicava-se duas vezes por semana, falhando de tempos a tempos e justificando as faltas, com deliciosa ingenuidade, pela ausência de seus redatores, sempre que saíam a pleitear as suas malogradas candidaturas. Não trazia serviço telegráfico, nem a informação abundante dos nossos dias. Raros e pequenos anúncios. Os mais freqüentes, e por certo os mais baratos, eram os que indicavam os escritórios de advocacia de Lafayette e Flávio Farnese e os volumes de versos de Bernardo Guimarães, proprietário da Empresa. Foi a primeira folha que nesta cidade se vendeu avulsa na rua, encarregando-se desse mister algumas dezenas de escravos, alugados a um negociante da Rua dos Arcos. O prestígio do jornal estava concentrado no *artigo de fundo*. Era o porta-voz do partido dos novos obediente à palavra de Teófilo Ottoni, o grande radical, que da *Sentinela do Serro* fizera outrora o reduto dos ideais democráticos. Os artigos de Lafayette, a quem o Conselheiro Junqueira apelidara “belo astro de luz”, primavam pela precisão, viveza e elegância. Já por aquele tempo sorria a sua malícia através da sonoridade fina e da graça rutilante de algum verso de La Fontaine. Flávio Farnese, tão cedo roubado à vida, tinha as virtudes cívicas e os arrebatamentos romanescos de Latour d’Auvergne. Bernardo Guimarães, mais poeta que político, era o redator literário da folha. Aos três se juntou depois Pedro Luís, com o seu grande alento liberal, poeta e artista, que a todos fascinava com a pompa e as galas dos seus versos e com o encanto da sua figura. Ficou célebre a sua poesia “A Sombra de Tiradentes”, que ele teve o arrojo de mandar distribuir no Rocio, ao inaugurar-se a estátua do primeiro imperador.

Contra a folha radical, que se batia pela realidade do sistema representativo, pela emancipação do Parlamento e pela descentralização administrativa das províncias, surgia no *Regenerador* a pena formidável de Justiniano, sem contestação, o mais completo jornalista do tempo. José Maria do Amaral tinha a flama, a elevação e a sinceridade de um Armand Carrel; Francisco Otaviano a todos excedia nos primores da linguagem e no colorido da frase; mas a Justiniano é que cabia a realeza nas pugnas da imprensa. “A sua facilidade de composição”, atesta o vosso saudoso confrade Salvador de

Mendonça nas *Coisas do Meu Tempo*, “era quase miraculosa.” “Escrevia em todo e qualquer lugar, a toda e qualquer hora do dia ou da noite, em casa, na Câmara dos Deputados, no teatro, sobre as costas de uma cadeira, sobre a perna, em um peitoril de janela, no silêncio do gabinete, na sua varanda, no meio do chilrear dos pássaros e das correrias e barulho das crianças. Dizia Otaviano que quando Justiniano acordava de manhã, a primeira coisa que fazia era ver onde havia deixado a pena na véspera, e não garantia que não escrevesse enquanto dormia.” A imprensa política deve a Justiniano as suas páginas de mais forte relevo e de ressonância mais vibrante. O seu estilo, de que deixou notável modelo no panfleto – *Ação, Reação, Transação*, é cerrado e terso, travado de uma dialética vigorosa. Como Otaviano, seu êmulo, dava o exemplo da cortesia e da urbanidade nas polêmicas dos jornais. Só uma vez se bateram os dois, num duelo estranho e original. Foi à mesa de Nabuco de Araújo. Escutai a narrativa dessa peleja, como a fez Salvador de Mendonça:

O Conselheiro Nabuco pôs à cabeceira e na presidência da mesa o Marquês de Abrantes, como juiz único do duelo ajustado. Tinha à direita Justiniano e Otaviano à esquerda. Depois de declarar que as condições do duelo eram comerem os contendores segundo as maneiras civilizadas, depressa ou devagar, mas ficando como vencedor quem mais comesse, bateu palmas e iniciou-se o combate. Os dois gastrônomos, conhecidos nesse tempo como os dois melhores garfos do Rio de Janeiro, começaram por algumas generosas fatias de presunto com pão e salada, regadas com algum vinho branco; em seguida demoliram cada um a sua *mayonnaise* de peixe, passaram ambos a devorar cada qual a sua perdiz trufada, depois uma boa libra de *roastbeef*, dois perus de forno e respectivos recheios de farofa, azeitonas e ovos duros, com tal bravura que os circundantes já olhavam com terror para os combatentes, e um dos copeiros já afirmava o peso do alimento ingerido por cada um deles em mais de sete libras. Passaram aos doces, e quando atacaram conjuntamente um grande prato de desmamadas, Justiniano colhia-as com tal presteza que Otaviano disparou a rir até o ponto de não poder continuar o duelo; e, voltando-se para Justiniano, disse-lhe: – “Rocha, você já viu a última gravura de Gargântua, quando o padeiro lhe mete uma empada na boca com a pá? Você já não come desmamadas, enforna-as!!” E tomando uma taça de *champagne*, e bebendo à saúde do contendor, deu-se por vencido. O Marquês de Abrantes proclamou vencedor a Justiniano, declarando haver ficado ali bem comprovada a sua maior capacidade.

Dois dias depois um dos filhos de Justiniano José da Rocha contou a Salvador de Mendonça que, ao voltarem de carro para a casa, finda a função, o pai, que ainda tirara da mesa um jacu, para o almoço do dia seguinte, pelas alturas do chafariz do Lagarto deitara-lhe fora os ossos, por tê-lo liquidado em caminho.

Nas eleições de 1860 triunfam os liberais. Abre-se uma era de esperanças e renascimento. “A nação”, escrevia Lafayette no *Diário do Povo*, “sacudiu o manto, coberto de poeira, de um longo quietismo. Rompeu-se o círculo funesto da Conciliação; os partidos demarcaram os seus campos.” No meio da agitação democrática, que caracteriza essa época, levanta-se, de improviso, a voz de um novo paladino da regeneração social e econômica do Brasil. As “Cartas do Solitário”, publicadas no *Correio Mercantil*, denunciando os vícios da centralização e discutindo os problemas mais palpitantes, de que dependia o progresso do país, causaram enorme sensação entre liberais e conservadores. Guardou-se por algum tempo o segredo da sua autoria, atribuída a alguns dos chefes políticos de maior prestígio. Soube-se finalmente quem era o *Solitário*. Era um moço, que valia por uma legião: Aureliano Cândido Tavares Bastos.

Soara, afinal, a hora da mocidade. Não contava Lafayette trinta anos quando lhe confiou o gabinete Zacarias a presidência da província do Ceará, em 1864. No ano seguinte passou a presidir o Maranhão, e nessa comissão administrativa se manteve por mais de um ano. Regressando à Corte, abstém-se por largo tempo de intervir na política, repartindo a sua atividade entre os trabalhos da advocacia e os seus estudos prediletos. É o período fecundo da elaboração do seu primeiro livro, *Direitos de Família*, que dá a lume em 1869. Lafayette, jurista filósofo, na maturidade do seu gênio, pesquisa os meandros escuros e confusos das fontes do nosso direito positivo à luz da razão filosófica, investiga os elementos da tradição e dos costumes no sistema inconsistente da legislação pátria, resolve as controvérsias geradas pela incerteza, pela incoerência e pelas lacunas dos textos, e apresenta-nos o quadro coordenado dos preceitos que regem as relações da família, em sínteses de uma justiça radiante, de uma força de expressão incomparável, de uma técnica perfeita. A clareza é a alma do seu estilo. A simplicidade é o reflexo da sua visão eterna.

No prefácio dos *Direitos de Família* confessa Lafayette que prefere os seus estudos solitários, “a glória modesta do civilista”, aos fulgores do Parlamento e do jornalismo. Teve, porém, de ceder ao influxo dos companheiros que o cercavam. O radicalismo, que *A Atualidade* difundira e propagara, convertia-se em aspiração republicana. Ao lado de Flávio Farnese e Saldanha Marinho, incendiados em alvoroço, de Quintino Bocaiúva e Rangel Pestana, que aprestavam as panóplias para os seus gloriosos dias de imprensa, Lafayette subscreve, em 1870, o manifesto do novo credo político e figura entre os redatores do órgão do partido – *A República*. Mas, pouco depois, regressa ao quieto remanso da ciência jurídica. O Direito era a sua vocação, era a sua crença, era a sua força, era o seu destino. Recomeçando o seu paciente o desvelado trabalho de indagação de crítica e de análise através do corpo informe das nossas leis, consagra largos anos ao preparo do seu segundo livro, *Direito das Cousas*, que faz imprimir em 1877. Com o poder penetrante das suas faculdades reflexivas, com a força disciplinadora do seu método, Lafayette vence todos os escolhos da sua grave e penosa tarefa e consegue reunir, numa construção maciça, o conjunto sistemático das disposições que concernem ao direito de propriedade, depuradas das suas imperfeições e das suas contradições e iluminadas, pelas doutrinas e pela exegese dos romancistas modernos. O Direito de Família e o Direito das Cousas, monumentos imorredoiros da nossa literatura jurídica, e que ao mesmo tempo enobrecem a nossa língua pela cristalina limpidez e pela concisão lapidar dos seus aforismos e das suas definições, elevam Lafayette ao pontificado excelso entre os nossos maiores civilistas.

Em janeiro de 1878, em pleno domínio do Partido Conservador, que desde quase dez anos permanecia no poder, o Imperador mandou chamar a São Cristóvão o chefe liberal Cansação de Sinimbu, entregando-lhe a direção dos negócios públicos. “Estou convencido”, disse o soberano, “da oportunidade da reforma eleitoral pelo sistema da eleição direta, e entendo que procedo com lógica quando confio o desempenho desta tarefa ao Partido Liberal, que a inscreveu sempre na sua bandeira.” Sinimbu, que tinha em subido apreço os talentos de Lafayette, pôs nas suas mãos a pasta da Justiça. Foi com grande espanto que o autor do *Direito das Cousas* recebeu o convite do presidente do Conselho. Arredado da política desde que deixara a presi-

dência do Maranhão, e doutrinariamente filiado ao programa republicano, Lafayette muito hesitou antes de acudir ao apelo de Sinimbu. Venceu a sua timidez e os seus escrúpulos a idéia da reforma eleitoral. “A eleição direta”, bradava Rui Barbosa na Bahia, “murmura como lava subterrânea nas profundezas da nação inteira, e, comprimida por mão imprudente, começa a altear o solo em eminências vulcânicas.” Não pôde, porém, o gabinete Sinimbu levar a termo a sua missão reformadora. Votado o projeto na Câmara dos Deputados, rejeitou-o o Senado, deitando por terra o Governo.

Guardam os anais do Parlamento a memória da hostilidade e da rudeza com que foi tratado Lafayette pela oposição conservadora, de concerto com a dissidência liberal. Choviam sobre a sua cabeça as injúrias e os vitupérios; ululavam nos recintos da Câmara e do Senado os rancores dos que não podiam tolerar nos conselhos da Coroa o republicano de 1870. Saldanha Marinho, em palavras de travo irônico, acentuava que a Coroa tinha ostensivamente consagrado o Partido Republicano, indo buscar aos seus arraiais um ministro e conselheiro de Estado, a quem passou a chamar, a despeito dos protestos de Joaquim Nabuco, “o cidadão Lafayette”... A todos respondeu o ministro da Justiça na Câmara dos Deputados. Definiu Lafayette nesse discurso, com desassomburada altivez, a sua posição no ministério. É uma página memorável da nossa história política, em que se reflete a indiferença de Lafayette no tocante às formas de governo. Permiti, Senhores, que eu reproduza aqui alguns tópicos dessa formidável oração:

A minha entrada para o gabinete de 5 de janeiro é um ato que tem o cunho da mais perfeita legitimidade, porque é uma conseqüência, um corolário da minha escola política. Eu sou, como vós sabeis, um soldado da democracia moderna. Mas, eu vos pergunto: qual é a grande aspiração, qual é o objetivo principal, qual é o voto supremo da democracia moderna? É o governo da nação pela nação, ou, como se exprime um espirituoso homem de Estado da Bélgica, é o governo pelos governados, num régimen da mais vasta publicidade. Em qualquer país do mundo onde os grandes poderes, que formam o governo do Estado, se acham constituídos de modo que não se movem, não se agitam, não se exercitam senão debaixo do pensamento e da vontade da nação, aí reina a democracia. Que é democracia? Democracia é o governo do povo. Povo, na linguagem do Direito moderno, quer dizer – a nação, porque hoje não há mais castas, não há ordens; todos os cidadãos são iguais diante da lei. Eu vos posso, pois, Senhores, dizer

com a maior correção que a democracia transforma o governo inglês, desenvolve-se pacificamente na Itália, reina na Bélgica depois de 1830, e triunfa hoje em França. Posso dizer-vos ainda, com a mesma correção: J. Russell e Gladstone, na Inglaterra, Frère-Orban e seus amigos, na Bélgica, Rattazi e Minghetti, na Itália, são servidores da democracia, tão fiéis, e tão dignos das bênçãos da Humanidade como Franklin e Washington, nos Estados Unidos, como os modestos homens de Estado da Suíça, como Thiers, Grévy e Gambetta, em França. Os aparelhos constitucionais de que os povos se servem são, diante da alta teoria, inteiramente indiferentes, desde que eles são combinados de modo a produzir o governo da nação pela nação. É à luz destes princípios que a política e a história julgam dos homens, e é à luz destes princípios que o meu procedimento há de ser julgado. Senhores, eu acompanhei sempre com o mais vivo interesse a marcha dos acontecimentos políticos do nosso país, e no estudo desses acontecimentos se formou a convicção de que o defeito capital das nossas instituições estava no viciamento do sistema eleitoral. Com o sistema atual de eleições, a nação não pode fazer conhecer a sua vontade. Muitas vezes, eu o creio, o Poder Moderador há de ter passado por grandes torturas nos dias em que tem tido necessidade de saber onde está a vontade, qual é o pensamento da nação. De certa data, de 1870 por diante, observei com sumo prazer que começava a despontar timidamente nos espíritos mais ousados uma idéia que dia por dia ganhou terreno, e que, posso dizer, hoje conquistou todas as inteligências dos brasileiros. Refiro-me à eleição direta. No meu conceito, decretar a eleição direta, com um censo razoável, equivale a adaptar às nossas instituições um vasto aparelho que porá em comunicação a vontade, o sopro, o pensamento da nação com os grandes poderes do Estado. Este era o meu modo de ver quando, em fins de dezembro de 1877, o Partido Conservador, sucumbindo à gangrena que lhe invadira todo o organismo, desapareceu do poder. Quando, Senhores, o distinto estadista a quem a Coroa confiou a árdua e gloriosa missão de iniciar a nova ordem de cousas, quando esse distinto estadista, a quem mesmo as paixões do dia não podem negar um grande vigor de caráter, um patriotismo puro e inteligente e grandes dotes de uma razão prática, fez-me a honra de convidar para tomar parte no seu ministério, eu recusei formalmente o convite. Repugnava antes de tudo à minha índole ser ministro de Estado; eu preferia viver na sombra, entregue aos estudos de minha predileção a ter uma parte ativa na política do meu país; mas, quando esse estadista me declarou que a situação nascia para a eleição direta, que a eleição direta não só seria o pensamento capital do ministério, como era ainda a razão que determinava a sua existência, foram-se-me as hesitações, e eu aceitei uma pasta, na convicção de que não me negava a mim mesmo, mas ia pôr-me ao serviço de uma idéia, cuja realização importaria restituir à nação o governo de si mesma. Eis a razão por que tenho a honra de fazer parte do gabinete de 5 de janeiro de 1878. Direi, pois, aos ralha-

dores do Senado que estou no ministério porque o pensamento capital do ministério é a eleição direta, porque a eleição direta é o governo do país pelo país, porque o governo do país pelo país é a plena democracia.

Não concluiu Lafayette o seu discurso sem uma farpazinha picante. Um senador tinha invocado, dias antes, contra o ministro da Justiça, uma máxima erradamente atribuída a Machiavello. Observou Lafayette: “Essa máxima não é a de Machiavello. Machiavello era homem de boas letras clássicas, e, pois, não exprimiria o seu pensamento em um latim tão bárbaro e incorreto.”

Em toda sessão de 1879 teve Lafayette de arrostar os seus adversários, numa luta de freqüentes escaramuças. Afrontava os agressores com dignidade, mas sem violência e sem acrimônia. Se alguma vez empregava “as tintas mais inflamadas do pincel de Tácito”, de regra fulminava o contrário com os lampejos instantâneos da sátira, que lhe aflorava aos lábios desfeita num sorriso. A Martinho Campos, que invectivara o ministério com exaltação e veemência, revidou com estas rápidas palavras: “Pelo que me diz respeito, vendo o nobre deputado no comando desta campanha, eu me tranqüilizo, porque há trinta anos S. Excia. comanda batalhas políticas e as tem perdido todas.” Conta Sancho Pimentel que assistiu na Câmara a um incidente, que não apareceu nos anais: O mesmo Martinho Campos perguntava a Lafayette, com azeda rabugice, de que meios se servira para subir tão depressa aos conselhos da Coroa. “Subi”, redargüiu Lafayette, “montado em dois livrinhos de Direito.” De outra feita, rudemente interpelado pelo senador Diogo Velho, em rajadas de cólera, acerca das suas convicções políticas, Lafayette repeliu a ofensa com uma simples citação latina: “Senhores, respeito este recinto, e, por única resposta ao honrado senador, limitar-me-ei a repetir-lhe este hemistíquio do poeta Aulo Pérsio: *Pueri, sacer est locus, extra...*” Dias depois, ou fosse que realmente lhe tivesse escapado o verso do famoso satirista, ou fosse que não lhe percebesse na ocasião o sentido, Diogo Velho voltou à carga, declarando que o ministro da Justiça começara o seu discurso em voz tão surda e havia tal sussurro na casa, que lhe não pudera ouvir senão uma ou outra palavra sem nexo. E despejou segunda fuzilaria contra Lafayette, increpando-o de trazer o barrete frígio na algibeira da casaca de ministro. Eram tão insistentes no Senado os golpes que investiam o ministro da Justiça, que Lafayette por último já os deixava sem réplica: “à tenacidade dos nobres senadores oponho a

tenacidade do meu silêncio.” E pedia aos seus antagonistas que dessem outro rumo aos debates parlamentares.

O Partido Conservador representa os direitos da tradição, os direitos da história; o Partido Liberal representa os direitos da filosofia, da razão e da liberdade humanas. A luta entre um e outro partido é consequência natural da antinomia de suas idéias; lutemos, pois, senhores, e lutemos com energia, com o calor das grandes convicções, porque, para cada um de nós, o partido é a pátria. Mas nessa luta, que é a luta pelo governo, o maior emprego das faculdades humanas, como dizia Guizot, substituamos o ódio pela justiça, a cólera pela paciência, a intolerância pela equidade, porque o ódio, a cólera e a intolerância nada ainda fizeram de grande, de sólido e de perdurável.

Lafayette, antes de ser ministro, deputado e senador, nunca fora homem de tribuna. Fez-se, no entanto, insigne orador, desde o primeiro dia em que compareceu na Câmara para falar. A sua eloquência tinha dois aspectos opostos: a do orador doutrinário e a do orador combatente. Quando se erguia para expor e discutir uma tese constitucional ou um problema jurídico, a trama do seu discurso estava ordenada, a unidade do raciocínio estava traçada e o rigor das fórmulas delineado, por modo que a idéia sugeria repentinamente o termo exato e o rasgo flexível da locução. Repugnava a declamação e a ênfase; abominava os artifícios da retórica impetuosa e vazia. Imperavam nas suas orações o vigor persuasivo e a profundidade dos conceitos e das sentenças. Era então o mestre exímio do Direito quem falava, e todos o ouviam num silêncio enamorado e embevecido. Rompesse, porém, na tribuna o orador combatente, rebentava nos ares, instantaneamente, com estrondo, uma tempestade. Estalejavam os apartes e rugia um furacão de insultos. Lafayette cruzava os braços, imperturbável e sereno, e esperava que o temporal amainasse. Transmudava-se em tais momentos o orador. Tomando agora o látigo impiedoso de Juvenal, agora a flexa resplendente de Horácio, destroçava os seus competidores com os sarcasmos mais amargos e os epigramas mais agudos. Mas quase sempre ria, como Fígaro ou Gavroche, e os motejos esvoaçavam, como asas de abelhas doiradas. “O riso é uma filosofia”, escreveu Eça de Queirós. “Muitas vezes o riso é uma salvação; e em política constitucional, pelo menos, o riso é uma opinião.”

Este orador anteniense nobilitou assim a tribuna parlamentar na quadra do seu maior esplendor. De feito, nunca subira tão alto, no Brasil, a eloquência política. José Bonifácio, uma torrente de estrelas, era majestoso e olímpico. Sua palavra cristalizava todas as maravilhas e todas as vibrações da natureza. Silveira Martins, forjando raios na tribuna, era audaz, intrépido, tumultuoso e dominador. Fernandes da Cunha, desordenado e desigual, prendia o auditório na magnificência de sua imaginação portentosa. Cotegipe, polemista sagaz e ardiloso, negligente na expressão, era calmo e sóbrio, mas as suas réplicas tinham movimento, vivacidade, fluidez e realce, enfloradas pelos brincos facetos de sua graça encantadora. Ferreira Viana era estupendo de fantasia e humorismo. A sua ironia, ridente e caprichosa, de uma transparência cintilante, borbotava as jóias mais imprevistas da zombaria e do paradoxo. Martinho Campos, opositor por temperamento, era mestre nas batalhas regimentais e tinha o privilégio dos lances extremos no embate dos partidos. Ouro Preto ressumbrava um orgulho de grande raça, uma vontade tenaz e um sentimento inflexível da autoridade. Andrade Figueira, na sua bravura selvagem, na rigidez dos seus princípios, era sombrio e taciturno, ouriçado de arestas escabrosas. Estrearam-se por aquele tempo dois moços, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, que apareciam na Câmara com a sedução e o prestígio de conquistadores. O primeiro, adestrando-se todos os dias na tribuna, para vir a ser mais tarde o vitorioso evangelizador da abolição do escravismo, não perdia azo de relatar as suas impressões da Inglaterra e as suas recentes leituras da *Revista de Edimburgo* e do *Times*. O seu busto escultural, o timbre argentino da sua voz, a gentileza das suas maneiras completaram nele um dos nossos oradores mais perfeitos. Rui Barbosa, que logo se mediu com José Bonifácio na discussão do projeto da eleição direta, já denunciava os surtos assombrosos da sua eloquência, predestinado a ser no futuro o gigante da tribuna, sem rival no dom divino da palavra, que ele esculpe no mármore perpétuo e reveste de um suntuoso manto de púrpura.

Na crise política de 1883, “o poder ficou no meio da rua”, na pitoresca expressão de Ferreira Viana. Com a queda do gabinete Paranaguá, e em vista da escusa de Saraiva, José Bonifácio e Sousa Dantas, o Imperador convidou Lafayette para organizar o novo ministério. Sabendo-o resolvido a recusar o convite, mandou-lhe dizer que “o país não podia ficar sem governo”.

Era uma ameaça. Era a sombra dos conservadores que se desenhava no horizonte. Cedeu Lafayette, tomando o seu cargo a pasta da Fazenda, e deixando aos chefes liberais a indicação dos nomes que deviam completar o gabinete. Lidando com os seus alfarrábios, convivendo na intimidade dos clássicos, Lafayette aborrecia a política prática, a clientela dos pretendentes, os enredos e as chicanas do comando partidário. “Nunca dirigiu a política do seu partido, nem a da sua província, nem mesmo a da sua freguesia”, notava Ferreira de Araújo, nas “Cousas políticas”, da *Gazeta de Notícias*. No programa, com que se apresentou às Câmaras, colocou Lafayette a questão financeira na primeira plana das suas cogitações. Vinham depois a reorganização administrativa das províncias e dos municípios, as reformas do Poder Judiciário e da instrução pública e o problema do elemento servil. Sobre este último assunto, era muito tímido e moderado, parecendo indiferente ao clamor que surdia do fundo de todas as almas.

Vós o sabeis, a lei de 28 de setembro de 1871 organizou um mecanismo simples e eficaz, por meio de cuja ação, dentro de um prazo que não será longo, o elemento servil estará extinto em todo o Império. Mas, pergunto-vos: não será possível adotar alguma medida, no sentido de auxiliar, de facilitar a ação da lei de 28 de setembro? Senhores, é esta uma questão, acerca da qual a palavra do Governo deve ser clara e precisa. O Governo entende que é tempo de estabelecer, por lei geral, a localização do elemento servil nas províncias. É uma medida que tem sido adotada pelas assembleias provinciais, mas sem a necessária eficácia, porque lhes falta competência para estabelecer a conveniente sanção. Uma outra providência, que também pode ser deliberada, é a do aumento dos recursos do fundo de emancipação, como seria a criação de um imposto especial sobre o próprio elemento servil. O Governo, no entanto, lançará mão das medidas que estão em sua alçada para que as manumissões por meio do fundo de emancipação se façam com a prontidão e a correção necessárias.

Profundou Lafayette, num seguro descortino, a situação financeira do Brasil. O relatório da sua gestão na pasta da Fazenda é uma das páginas mais lúcidas e mais sensatas que saíram daquele ministério. A sua política era a de uma ação decisiva contra o regime fatal dos *déficits*, pela revisão e modificação do nosso imperfeito sistema tributário, fundado nas facilidades da percepção, e pela adoção do imposto territorial, sem perturbação nem vexames

da riqueza pública. Estudando, no período dos vinte exercícios anteriores, a marcha da renda e da despesa, extraiu desses algarismos argumentos irresistíveis para justificar a possibilidade de se normalizarem os orçamentos e de se deter a progressão assustadora dos empréstimos.

Recebido de boa sombra pela oposição conservadora, não tardou que Lafayette se visse de novo salteado por tremendos ataques no parlamento e na imprensa. Dois incidentes deram pretexto à luta: o assassinio de um desprezível jornalista, diretor de um semanário torpe, vazadoiro de ultrajes, onde se baldoavam nomes e reputações no mais despejado escândalo, e a exoneração do ministro da Guerra. Contra aquela pústula moral, que empestava o ambiente, irrompia de todos os lábios um brado de indignação e de revolta. Mas Lafayette se opunha a qualquer projeto de reforma da lei da imprensa, “o que importaria no desaparecimento da liberdade”. Já em 1879 se declarava insuspeito, nutrindo e anunciando semelhante convicção:

Nestes últimos tempos, nenhum brasileiro tem sido, mais do que eu, vítima de injúrias, de calúnias, de convícios e insultos de todo gênero, da parte de certa imprensa, que substitui o talento da discussão pela perversidade da maledicência.

A sua fórmula era a de Cavour: *Non toccate la stampa!*

Voltavam à tona os remos sobre a mudança política do presidente do Conselho. Defendeu-o, pelo *Jornal do Commercio*, sob o pseudônimo de *Salisbury*, Rui Barbosa, cuja pena de jornalista se exercitava para a soberba campanha do *Diário de Notícias*, que tanto contribuiu para a queda do regime imperial. “Não há parvajola aí”, escrevia Salisbury, “que se não divirta com o republicanismo do senhor Lafayette. A surrada, encorreada e esfarpelada imagem do *barrete frígio* sorri, todas as manhãs, juvenil sempre, a esses senhores, como aos poetas de meia escudela a *aurora dos dedos rosados*”. E citava o caso de Charles Dilke, um dos políticos mais eminentes da Inglaterra, agredindo numa conferência pública a administração da lista civil pela rainha, e declarando-se republicano, poucos dias depois. Tanto bastou para que o seu nome fosse o pasto de todas as gazetas e se visse, na Câmara dos Comuns, coberto de impropérios, a ponto de Lord Brougham comparar aquele recinto a um viveiro de animais. “Pois bem”, conclui *Salisbury*, “Sir Charles Dilke, o

alvo daquelas apupadas, é hoje membro do gabinete Gladstone e conselheiro da rainha. E até ao dia de hoje, não houve ainda em toda a imprensa da Inglaterra, desde o *Punch* até ao *Times* e a *Quarterly Review*, não houve entre quantos têm escrito livros sobre a política daquele país, quem visse nesse fato uma apostasia, uma incongruência, uma fraqueza. Por quê? Porque nos governos parlamentares, o cargo de conselheiro da coroa não é senão o de comissário do parlamento e porta-voz, perante o trono, da vontade do país na administração de si mesmo.” E depois: “Somos nós mais monarquistas do que a Inglaterra? Mas as mais francas manifestações republicanas se têm pronunciado aqui, nas duas Câmaras, sem turvar um instante a serenidade dos debates parlamentares, e no Senado, até com satisfação de conservadores. Pertence entre nós aos monarquistas o monopólio da inteligência, na apreciação dos interesses ordinários do país? Serão os republicanos cidadãos menos bons do que eles? Quem tiver a coragem de responder pela afirmativa a essas interrogações, arremesse o calhau ao Sr. Lafayette!”

A demissão do ministro da Guerra provocou violentas cenas na Câmara dos Deputados. Lafayette tinha escrito uma carta àquele ministro, dizendo-lhe que seria um ato acertado a sua retirada do Conselho. “Coube a V. Excia. uma pasta alheia aos seus estudos e hábitos; daí, força é confessar, tem resultado notável tibieza e falta de conveniente direção nos negócios da Guerra.” Era uma novidade na alta administração do país. Era uma descarga explosiva, um acesso de temeridade, que a todos encheu de pasmo. Lourenço de Albuquerque exclamava: “Duvidei de meus próprios olhos!” Ratisbona protestava que era aquilo “uma prática estranha a todos os parlamentos”. Duque-Estrada Teixeira repetia uma frase de Lafayette: “A política não tem entranhas!” Avaliando a má impressão causada por essa palavra fria, Moreira de Barros explicava a expressão de Lafayette, que devia ser tomada justamente no sentido oposto: “queria dizer que a política não se deve inspirar nem no ódio nem nas afeições, mas no interesse público, que nem sempre se pode harmonizar com os sentimentos individuais”. O ex-ministro da Guerra, invectivando furiosamente contra Lafayette, provocava-o nestes termos: “Decline V. Excia. um fato! Diga qual foi o erro que cometi!” E Lafayette atalhava: “A incapacidade não se prova com fatos.” Exacerbado o ex-ministro tornou à tri-

buna, injuriando atrozmente o presidente do Conselho. No dia seguinte desferia-lhe Lafayette, com uma serenidade inalterável, esta resposta cruel:

Não quero, nem devo, responder ao discurso do honrado deputado ex-ministro da Guerra. Já manifestei o meu pensamento a seu respeito. Entendi, era juízo meu, que S. Ex.^a não tinha a aptidão necessária para gerir os negócios da Guerra. É juízo meu e devo governar-me pela minha cabeça. Diante deste juízo convidei o nobre deputado a retirar-se do ministério. O nobre deputado é homem de espírito cheio de vacilações e de hesitações. Muitas vezes, diante de suas hesitações, convenci-me de que era realidade, e não cousa imaginária, a hipótese de Buridan.

Nessa tumultuosa sessão, Lafayette foi implacável e fulminante. A cada um dos que o tinham agredido na véspera, em discurso ou apartes, brindou com uma ferretoada sangrenta. Mas o farpão mais afrontoso foi destinado a um deputado da Paraíba:

Devo ser justo e, portanto, dirigir as minhas felicitações ao ilustre representante da província da Paraíba pela grande parte que lhe coube nos sucessos da sessão anterior. S. Ex.^a tem o direito de reivindicar a glória dessa jornada, assim como o companheiro do leão da fábula tinha o de chamar para si a honra da caçada.

O deputado não entendeu a alusão ferina. Somente quando lhe mostraram, na fábula de La Fontaine, os dois versos, em que o asno presumido se ufana dos seus zurros:

*N'ai-je pas bien servi dans cette occasion?
Dit l'âne, en se donnant tout l'honneur de la chasse,*

foi que prorrompeu em trovejante desforra contra Lafayette. Convidado pelo presidente da Câmara a retirar as expressões insultuosas, retrucou: “Estou pronto a retirá-las quando o Sr. Presidente do Conselho retirar a fábula.” Afinal interveio Ferreira Viana, declarando que por sua autoridade própria retirava a fábula e a frase do deputado. E o incidente terminou em boa paz.

Tinha Lafayette o hábito original de simular ingenuidade e candura, diante de certas interpelações da minoria. Perguntando-lhe um deputado do Ceará quando e como pretendia o Governo realizar as suas reformas sobre a questão do elemento servil, respondeu: “Nesta sessão, e dentro de poucos dias, por meio de um projeto que será submetido à Câmara.” E acrescentou: “Não há outro meio de realizar reformas, que dependam de lei, senão por um projeto submetido ao Poder Legislativo.” Não houve quem não rompesse em riso, observando a fingida seriedade com que foram ditas estas palavras.

Noutra ocasião Andrade Figueira interpelou o presidente do Conselho, indagando se o Governo perfilharia o projeto da comissão, incumbida de estudar a divisão das rendas gerais e provinciais. Acudiu Lafayette:

Darei uma resposta que ao nobre deputado talvez pareça resposta de Sganarello: pode ser que sim, pode ser que não. Pode ser que sim, se o Governo, depois de estudo refletido, se convencer de que o projeto satisfaz os interesses que se têm em vista; pode ser que não, se o Governo se convencer de que o projeto é imperfeito; em tal caso organizará outro em harmonia com as suas vistas, e este será presente ao Parlamento.

A frase de Lafayette – *pode ser que sim, pode ser que não*, foi depois repetida, e até hoje se repete, como solução evasiva de escapula e arteirice, para conjurar situações embaraçadas, suspeitas ou equívocas. Foi, aliás, neste sentido que astuciosamente a proferiu o personagem de Molière, quando lhe perguntam se é ele que se chama Sganarello: “*Oui et non, selon ce que vous lui voulez.*” Mas a resposta de Lafayette não tem o artil nem a malícia de Sganarello. Valeu-lhe, não obstante, por todo o resto da sua vida, e ainda depois da sua morte, a reputação de um espírito dissimulado, tortuoso e maligno. – É o homem das “soluções oblíquas”, do “*pode ser que sim, pode ser que não*”, de “uma vela a Deus e outra ao diabo”, dizia-se dele, a cada passo, nos jornais. Consolava-o a lição da história apontando-lhe o exemplo de Emile Ollivier, perdido para sempre por uma palavra inocente, maldosamente interpretada, e o de Guizot, a quem adversários atribuíram um conselho imoral aos seus eleitores, mutilando-lhe perversamente um discurso.

Na sessão de 3 de junho de 1884, procedendo-se à eleição de presidente da Câmara, o candidato do Governo venceu apenas por dois votos o ex-

ministro da Guerra, indicado pelos diversos grupos da oposição. Poucos dias depois, uma moção contrária ao Governo era rejeitada por escassa maioria. Lafayette, convencido da inutilidade da resistência, abandonou o poder. Costumava então repetir aquele conceito do magistrado Eugène Poitou: “*La politique n’est pas une science mathématique; en politique, il n’est pas toujours vrai que deux et deux fassent quatre, ni que la ligne droit soit la plus courte.*” O seu governo, atormentado de freqüentes temporais no Parlamento, mereceu a Afonso Celso este comentário:

Se o gabinete Lafayette não realizou reformas, nem legou benefícios eminentes ao país, prestou ao menos um serviço, graças à forte individualidade do seu chefe: inseriu na trivialidade dos nossos anais parlamentares alguns traços originais e artísticos.

Em 1885 partiu Lafayette para o Chile, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, em missão especial do Imperador, a quem tocava a escolha do terceiro árbitro nos tribunais mistos internacionais, incumbidos de resolver as questões resultantes da guerra do Pacífico. Os pareceres que então formulou e as sentenças que proferiu elevaram a grande altura o nome do Brasil, pelo profundo sentimento de justiça que os realçava. Diplomata e magistrado, de uma rigidez e de uma incorruptibilidade incomparáveis, Lafayette cobriu-se de glória naqueles debates solenes fazendo triunfar o direito, onde quer que ele repontasse, contra a coligação de interesses subalternos, não raro fortemente patrocinados. Nova missão diplomática lhe foi cometida, em 1889, na Conferência Internacional Americana de Washington. Achava-se nesse posto, quando se proclamou a República. Imediatamente deixou o cargo, apesar de instado pelo novo Governo para que ele permanecesse. Estava definitivamente encerrada a sua carreira política. Fiel ao Imperador exilado, de quem se fizera amigo, e cujas nobres qualidades sempre engrandeceu, Lafayette absteve-se de qualquer solidariedade com o novo regímen. Tendo-lhe alguém perguntado por que não intervinha na organização das novas instituições, objetou:

Regimens novos requerem a direção de homens novos. Veja o exemplo do Conselheiro Saraiva, o chefe liberal de maior prestígio no Segundo Império...

Foi deputado à constituinte republicana. Apresentou uma infinidade de emendas ao projeto de constituição, e viu-as quase todas, se não todas, rejeitadas pelos cadetes da República!

Era Lafayette um conversador adorável, cheio de fantasia e de graça, nutrido de fatos, de anedotas e de reminiscências históricas e literárias, zombeteando, em comentários repentinos e improvisos burlescos, a propósito dos erros e ridículos do seu tempo. Não poupava, nas suas palestras encantadoras, os homens e as cousas da República. Em novembro de 1904, militares da escola da Praia Vermelha sublevaram-se contra o Governo. Partiram em demanda da cidade, mas, pouco depois, se detiveram, esperando o combate. A autoridade organizou a resistência e enviou contra os rebeldes tropas fiéis. Encontraram-se às escuras, na Rua da Passagem: tiroteio, feridos de um e de outro lado, e, sem mais, recuo e debandada, cada qual no sentido em que viera, com a convicção de ter sido batido. *Et le combat cessa, faute de combattants...* Comentava-se depois o fato, diante de Lafayette. O terrível ironista advertiu:

“Era de esperar... Não faz muito tempo, logo que se fechava o meu portão e era solto o meu cão de guarda, deu outro canzarrão da rua em vir provocá-lo. Depois de latidos, que seriam insultos, iam às vias de fato, através da grade, sem consequência, porque estavam protegidos. Isto noites seguidas, sem me deixarem paz para o estudo ou para o sono. Por mais que chamasse a um e enxotasse o outro, livres, os bichos volviam a ladrar e arremeter furiosos... contra o gradil. Exasperado, uma noite, mandei abrir o portão... Diabos! que se estrefeguem!... Os dois cães viraram as costas um ao outro, correndo cada qual para a sua banda...

Lafayette não confiava na solidez do régimen republicano. Acreditava que a nação, cansada dos erros da República, seria levada a restaurar subitamente o Império: “Um dia a gente encontra na rua o carro do Estado abandonado. É só trepar à boléia e fazê-lo andar.” Quando foi da conspiração monarquista, em 1900, escreveu linhas a Andrade Figueira, preso e submetido a processo:

Conspirar? Para quê e contra quem? Sêneca dizia que é de estulto tentar contra a vida do moribundo. É querer alcançar pela violência o que a natureza, cedendo à necessidade de suas leis, vai, dentro em pouco, dar de graça. O animal está morrendo de inanido. Lembra, na frase do orador antigo, um burro a devorar a própria cauda.

Assegura-se, todavia, que Lafayette, não desmentindo a sua aversão à República, entrou em conspirações contra ela. O brilhante jornalista das *Cartas sem Título* dizia numa das suas crônicas:

Houve quem regulasse as fases de inquietação ou de tranqüilidade política do país pelo paradeiro de Lafayette. Nos dias em que os boatos fervilhavam, os boateiros, para avigorarem as suas informações sinistras, cochichavam-nos com segurança: *O Lafayette já foi para Minas*. Toda a vez que eu o via aqui no Rio, tinha uma doce sensação de paz e sossego.

A ser isto verdade, pode dizer-se que Lafayette aproveitou com a lição de 1870. Conta-se que, em 1870, Quintino Bocaiúva remeteu a Emílio Castelar o manifesto republicano de 3 de dezembro. O grande tribuno respondeu com os votos mais fervorosos pelo êxito daquela propaganda política, prometendo auxiliá-la na pessoa de um cidadão espanhol, “muito entendido no mister de organizar partidos revolucionários”. Meses depois aqui apareceu, com efeito, o empreiteiro de revoluções, garantindo a subversão do regímen imperial dentro de dois anos. Inquirido acerca dos seus planos, começou por dizer que a primeira cousa em que se deve pensar, quando se prepara uma revolução, é nos meios de fugir, — *en los medios de escape*. Constituiu-se uma conjuração em sociedade secreta, a *Sociedade do Sacrificio* (assim chamada porque os arrependidos se obrigavam ao suicídio), e criou-se um distintivo, que consistia num alfinete de gravata em forma de punhal, para que mutuamente se reconhecessem os conspiradores. Começavam estes os seus trabalhos quando lhes deu caça o famoso chefe de polícia Ludgero Gonçalves da Silva, desconfiado de tantos punhais, espetados em gravatas, que apareceram na cidade. Aturdidos os conjurados, dois dentre eles, Aristides Lobo e Salvador de Mendonça, foram procurar o espanhol na pensão em que morava. Tinha fugido na véspera, rumo da Europa, a bordo de um paquete inglês!

Nos lazeres que lhe deixava uma vasta clientela, que de todos os pontos do país disputava seus luminosos pareceres, parcamente retribuídos, mas que, quase sempre, influíam na decisão de importantes e avultadas questões patrimoniais, Lafayette não descurava os estudos literários e jurídicos. Em 1899 aparece o seu livro *Vindiciæ*, em que se revela um vigoroso polemista, profundamente versado na filosofia do direito e na história literária. Foi desapie-

dado contra Sílvio Romero, que, em 1883, nos *Ensaio de Crítica Parlamentar*, o tinha crivado de injustos baldões, chamando-lhe “mediocridade feliz”, de idéias “vesgas e aleijadas”, e “alfarrabista jurídico, sem filosofia, sem sistema e sem senso crítico”. Este volumezinho de duzentas e cinquenta páginas é uma essência concentrada de finíssima ironia e de sarcasmo corrosivo, de envolta com uma secreta e maravilhosa intuição da crítica, em períodos vivazes, nervosos, cortantes, vestidos numa locução aprimorada e castiça. Kantiano obstinado, Lafayette pulveriza, em páginas magistrais, o monismo atribuído por Sílvio Romero “ao maior gênio da Filosofia” e a filiação, por ele imaginada, entre o sistema filosófico de Spencer e o kantismo. O capítulo em que defende Machado de Assis das increpações do célebre crítico, é um modelo de apurado gosto e de penetrante percepção estética. Poucos anos depois vêm a lume os *Princípios de Direito Internacional*, em cujo prefácio Lafayette reivindica os direitos das nações fracas, embora se mostre desalentado em face do triunfo crescente da prepotência dos fortes:

Diante deste espetáculo, que serve de transição do século dezenove para o século vinte, compor e publicar um livro de Direito Internacional e invocar a moral e o direito como as regras supremas das relações de nação a nação, pode parecer uma ironia ou uma ingenuidade, como a de Sêneca, escrevendo para Nero o tratado *De Clementia*.

E conclui melancolicamente que dia virá, talvez, em que os povos, grandes e pequenos, compreendam que o respeito ao direito não é só um dever, senão também a condição necessária para a paz. “Estará longe esse dia? Ele virá certamente, embora, talvez, a distância que o separa de nós só possa ser medida pelos algarismos da cronologia geológica.”

No refúgio solitário da meditação e do estudo, na sua chácara da Gávea, entre o mar e a montanha, à sombra das suas árvores queridas ouvindo o sussurro da corrente que derivava a poucos passos da sua biblioteca, viveu Lafayette os seus derradeiros dias. A sua livraria ficava em um pavilhão separado da casa da morada, e para lá se dirigia, calçado de botas de cano, quando havia lama no jardim. Foi a leitura a única distração da sua velhice, e Montaigne, engenho irmão do seu, o último companheiro do seu espírito, que o deleitava com as confidências de moralista desencantado, de cético

enternecido e sorridente, nesse livro imortal dos *Ensaíos*, breviário da sabedoria antiga, em que se mostra o grande pensador “*sans étude et artifice*”, “*tel sur le papier qu’à la bouche*”.

Seria preciso ver Lafayette na intimidade do seu lar, desprendido de ambições e vaidades mundanas, simples, modesto, recolhido, afetuoso e meigo, sorvendo os seus intermináveis cigarros de fumo de rolo e marcando as suas leituras interrompidas com fragmentos de palha de milho, e subindo todas as manhãs ao alto da montanha para saudar o sol e contemplar longamente o mistério infinito do oceano, para avaliar a injustiça e a dureza dos que proclamaram a suposta malignidade do seu caráter. Chamaram-lhe “animal de sangue frio”, a ele, que tinha a mais delicada sensibilidade! “*L’humanité est comme une mêlée de masques*” – escreveu Jules Lemaître. A frieza da máscara de Lafayette ocultava aos outros os tesouros da sua alma peregrina. Quando o injuriavam na imprensa, taxando-o de perverso e mau, sua esposa, revoltada, pedia-lhe que se defendesse. E Lafayette, com um encolher de ombros: “Ninguém me conhece!”

A 29 de janeiro de 1917 veio buscá-lo a morte. Desapareceu como um deus proscrito, no meio da confusão contemporânea, entre o esquecimento de uns e a indiferença de outros... Mas, Senhores, recordando a palavra de Romain Rolland – “*Il y a des morts qui sont plus vivants que les vivants*”, podemos dizer que Lafayette ressuscitará para a sua glória na sagração das gerações futuras, porque amou o Direito, que é o terno símbolo do Poder, na frase de Carlyle, e amou a Beleza, no mundo radiante do pensamento e do sonho!

II

RESPOSTA DO SR. PEDRO LESSA

NÃO imaginais, meu caro Confrade, com que prazer li o vosso discurso. As circunstâncias em que o compusestes imprimiram-lhe, não tanto a feição de um elogio, como a de eloqüente reparação de uma injustiça. Quando se extinguiu o brasileiro que foi a inteligência mais vigorosa, mais profundamente penetrante e mais refulgente, de quantas entre nós já se têm consagrado ao estudo e à divulgação do Direito Civil, não lhe renderam os contemporâneos os preitos de reconhecimento e de admiração que lhe deviam. Nem se tente diminuir a imperdoável indiferença, lembrando que havia tanto tempo a idade e a moléstia o tinham segregado de todo o convívio social, que morto já podíamos considerá-lo muito antes do seu completo desaparecimento dentre os vivos. Guardadas as proporções, há entre os pormenores da história do desenvolvimento jurídico da Alemanha um fato que, aproximado deste que acabo de notar, bem revela como temos sido descuidosos em despertar os sentimentos cívicos, e por isso descaroáveis para com os nossos compatriotas mais eminentes. Por uma curiosa coincidência, viveu Savigny os seus últimos dias inibido de qualquer produção intelectual e relegado da vida pública pela mesma avançada idade, que com os seus conhecidos achaques infligiu a Lafayette o isolamento dos seus derradeiros anos. Entretanto, que grave e prolongada emoção em toda a Alemanha, quando se anunciou a morte do jurisconsulto filósofo, que, assim como Lafayette, fora também um estadista! Que solenes demonstrações em todas as escolas, em todas as cortes de justiça,

por todas as classes sociais, no seio das próprias multidões, que mais estranhas deveriam ser às cogitações científicas do grande chefe da escola histórica!

Felizmente, meu caro Confrade, o vosso discurso é o início triunfal de uma glorificação. Com que simplicidade, concisão e graça, com que poder evocativo, revivestes a época e o cenário político em que Lafayette, quer como parlamentar, quer como estadista, foi uma das personagens de máximo realce, pelo fulgor do seu espírito e pela grandeza do seu saber! Com que arte sutil e sedutora, em traços instantâneos e magistrais, fizestes ressurgir, e de relance passar sob os nossos olhos, os mais insignes parlamentares e os primeiros oradores daquele tempo!...

Ah! Senhores, ainda não se fez justiça aos estadistas do Império, que infundiram em nossa vida política um tão relevante espírito de liberdade, de igualdade, de honradez e de tolerância, gravando-lhe um cunho tão profundo de moralidade administrativa, que exalçaram o Brasil a uma posição excepcional na América Latina. Quando esta – a única porção do Novo Mundo, de cujo progresso, pela identidade de raça e de civilização, podemos razoavelmente fazer um termo de referência ao nosso, desde o México até ao Rio da Prata, por toda a parte, exceto no Chile, posto que ali a exceção tenha sido no tempo e na qualidade inferior ao que foi entre nós – era sacudida numa contínua trepidação em consequência das lutas incessantes, com que os caudilhos, em meio de freqüentes atrocidades e de sucessivas e grotescas mudanças de constituições, inundavam de sangue o jovem continente, vivia o Brasil entregue ao governo de uma plêiade admirável de juristas, que praticavam, imitando-as inteligente e desveladamente, as mais adiantadas formas do parlamentarismo inglês! Que soberbo contraste! Enquanto essas pobres nações neolatinas tocavam o extremo burlesco de dividir metodicamente as *revueltas militares* em *rebeliones conservadoras* e *movimientos democráticos*, assim classificando seriamente essas revoluções “*orijnadas per la sempiterna causa, ambición de jenerales impacientes, y desconfiados del voto popular*”, nós aqui assistimos a discussões políticas, em que Lafayette, na defesa acirrada dos direitos individuais, das liberdades públicas e das melhores práticas parlamentares, manejava unicamente como armas de combate os textos da lei e os princípios do Direito, ou as mais caras e liberais tradições do régimen, entremeando, com um perfeito gosto literário, aos argumentos de uma inamalgável dialética sen-

tenças e conceitos de fábulas de Lafontayne, ou de comédias de Molière. Defendiam-se eficazmente os nossos direitos, as nossas liberdades e os nossos interesses, em justas de eloquência, que atraíam e empolgavam mais do que as mais aplaudidas alocações e conferências acadêmicas dos nossos dias. As lições e os estilos mais apurados do governo do povo que tem tido o privilégio de ser o mestre na arte de governar com tolerância, liberdade e moralidade, eis o que então nós praticávamos. Que importa que acoimem de imitação o que a esse tempo se fazia? Imitação do parlamentarismo inglês realizaram com excelentes resultados a França, a Bélgica, a Itália, o Chile, a Espanha, Portugal nos seus melhores dias. Não é a imitação uma das leis sociológicas mais conhecidas, e sem a qual fora impossível a civilização humana, “uma das formas da repetição universal”? Não é justamente quando deixam de imitar, que mais sofrem os povos que perfilharam as instituições políticas dos Estados Unidos da América do Norte?

Pelo espírito entranhadamente reto, justo e liberal, pela grande dignidade e austeridade de sua vida, e por um patriotismo que nunca se discutiu, sobrelevava na política imperial o vulto inconfundível de Pedro II. Foi em grande parte devido ao Imperador o governo moralizado e democrático que então tivemos. Países sujeitos ao regímen parlamentar não têm faltado, em que nunca houve tanta liberdade, nem tanta pureza na administração. Fato convincente da influência decisiva do Imperador é que o governo da sua época se assinalou e sobreexcedeu nos assuntos para os quais sempre foi propenso o seu espírito, e com que se preocupou continuamente: a manutenção da ordem jurídica, a mais escrupulosa moralidade administrativa e o zelo pelo nome do Brasil nas relações internacionais. Quando era preciso cuidar do progresso material, fomentar a expansão agrícola, industrial e mercantil, acelerar a exploração das nossas riquezas naturais, aperfeiçoar e disciplinar o nosso Exército, quando em síntese importava praticar atos dependentes de maior atividade e energia, de iniciativa e de coragem, já muito outro era o chefe da nossa administração, todo voltado para os desvelos minudenciosos, e sempre esquivo aos lances que demandavam amplo descortino, audácia, intrepidez.

Bem sei que seria descabido pretender para o nosso país um desenvolvimento vertiginoso como o dos Estados Unidos. Aqui foi necessário, primei-

ro que tudo, ensinar o povo a acatar as prescrições da lei e o poder público, e aprender o poder público a respeitar os direitos do povo; lá, quando começou a colonização, eram os imigrantes em não pequena parte uma agremiação de homens, para quem os preceitos, meticulosamente observados, do Evangelho, constituíam os cânones da vida civil, homens com radicados hábitos de observância das leis e de acatamento aos direitos de qualquer ordem. Aqui tínhamos como figuras preeminentes do povo, do qual descendíamos, os dois tipos, tão conhecidos pela nossa História, do frade e do desembargador, representantes máximos das classes dirigentes da metrópole; lá os colonos vinham de uma nação, cujo passado fora amplamente arejado e iluminado pelos gênios de Bacon, de Newton, de Harvey, e de outras potentes cerebrações, que mais tarde muito naturalmente geraram os Watt e os Stephenson na Inglaterra, e os Fulton na América do Norte.

Estava o povo americano desde os seus primórdios preparado para iniciar logo o seu espantoso progresso. Entre nós já era um progresso imenso acostumar o povo a respeitar as leis, e o Governo a respeitar os direitos do povo. A isso com o ininterrupto devotamento de quase meio século se entregou de todo o Imperador com o fulgurante núcleo de estadistas, formados no ambiente do Império. Mas, proceder como se nenhuma fora a influência do meio na formação cerebral dos seus antepassados, furtar-se ao influxo atávico, seria tentar aquilo que só é possível a uma inteligência excepcional movida por uma extraordinária cultura, em que a força e a abundância das idéias dominem a influência dos fatores opostos. Tão benemérito, tão grande, tão magnífico, ao desempenhar algumas das funções primordiais do Estado, Pedro II resvalava para um plano inferior, quando se faziam necessárias as qualidades, que, já vimos, lhe escasseavam. Aqueles cuidados extremos e de todos os dias com as liberdades públicas, com os direitos individuais e com a mais rigorosa moralidade administrativa, aquelas incessantes preocupações com a justiça e com a moral, de um homem sincero, que foi um alto exemplo, a preponderar incessantemente nos costumes dos políticos militantes, quase todos de uma vida privada muito modesta e recatada, e sem nenhuma ambição de dinheiro, porque assim vivia o grande e austero eleitor de senadores e de ministros; aqueles extremos cuidados absorviam completamente a atividade política do Imperador, não permitindo outras preocupações, tão próprias

de um monarca de um país novo. Os primores, os esmeros, os apuros, os requintes, com o direito e com a ética, reveladores de uma elevação moral, que é um dos mais memoráveis acontecimentos históricos, enchiam toda a vida política do chefe do Estado. Fora desse domínio estava exausta a sua atividade; era um homem inteiramente diverso; e nele revivia, sem embargo da sua régia estirpe (tão profunda e dilatada havia sido a influência do meio na formação cerebral dos seus antepassados), o tipo ancestral da metrópole portuguesa, o desembargador, a ocupar-se embevecidamente com traduções do grego e do hebraico, com as mais puras nugas a que se pode prestar o estudo do árabe e do sânscrito, com a presidência de soporíferos cenáculos literários, e a composição de uns versinhos de ínfimo poeta de outeiro, tudo isso na capital de um vastíssimo país, novo e rico, com a quase totalidade de seus habitantes analfabetos, pobres, doentes, e com um exército sem nenhum preparo para resistir à influência do ambiente latino-americano. Faltou-lhe evidentemente a envergadura do homem de governo. E quando, com o último gabinete do Parlamento monárquico, apareceu um estadista com a inteligência, a pujança e as disposições necessárias para completar a obra do Império, já era tarde. O trono estava solapado e vacilante, graças à unilateralidade de visão mental e à falta de energia daquele que o ocupava.

Não sei por que, meu caro Confrade, fostes tão avaro nos vossos conceitos acerca da preeminência de Lafayette como jurisconsulto. À Academia provavelmente seria grato ouvir o elogio do seu confrade sob esse aspecto. Foi aí que ele não teve quem o excedesse, pensam muitos, ou quem com ele ombreasse, penso eu. Não lhe conferiu essa primazia unicamente a sua inteligência de rara agudeza, mas em grande parte a sua cultura filosófica e literária, que os seus êmulos não tiveram. Como a Teixeira de Freitas, não lhe faltou a mais profunda instrução no Direito Civil. Neste ramo do saber jurídico, que foi o da sua predileção, não teve ensejo de revelar o seu espírito criador, pois, não se lhe outorgou a incumbência, que mereceu mais do que ninguém, de elaborar o nosso Código Civil. A sua missão foi a de elucidar, metodizar e expor sinteticamente os dogmas do nosso Direito. Aí se revelou com o mais intenso brilho a sua argúcia no interpretar as leis, o seu método no explaná-las sistematicamente, a sua clareza inigualável em ambas essas operações lógicas, a conclusão e a elegância do seu estilo exemplar. Com uma erudição pro-

funda e vasta, nunca manifestou preferência por escritores deste ou daquele país; pois sua divisa era, como deixou escrito, “*je prends mon bien où je le trouve*”. Nada mais contrário à verdade do que isso, que já se tem dito, de não lhe serem familiares os juristas germânicos. Conheceu-os, os melhores, os que podiam dilatar-lhe o círculo do grande saber; e, se os não citava amiudadamente, reproduzindo-lhes frases escritas em caracteres tedescos, era porque não lho permitia o delicado gosto literário, nem a lucidez de sua grande inteligência, incompatível com fanáticas predileções, próprias de espíritos inhenhos.

Quereis ver num lance de olhos a superioridade de Lafayette em relação ao mais acatado sabedor do nosso Direito Civil? Contemplai-o por um momento na crítica, feita em meia dúzia de períodos irretorquíveis, como axiomas matemáticos, à classificação dos direitos, longa e penosamente engendrada por Teixeira de Freitas. O exato conhecimento da função lógica das classificações, tanto nas ciências sociais, como nas inferiores, facultou-lhe o reduzir o famoso trabalho, tão preconizado, do grande consolidador das nossas leis civis, à mais perfeita e evidente inutilidade.

Que excelente livro nos daríeis sobre Lafayette, jurista, parlamentar e estadista, se a respeito dele quisésseis escrever com o estudo e o carinho com que vos ocupastes de Machado de Assis! Quando vos inscrevestes como candidato à Cadeira em que hoje tão dignamente vos assentais, meu primeiro pensamento, em benefício da nossa literatura e da vossa glória, foi propor que em nome da Academia vos fosse conferido tão-somente um prêmio, que traduzisse toda a sinceridade do nosso aplauso ao livro que então exibistes, e só mais tarde, depois de produzidos outros livros, vos elegêssemos nosso confrade. Primeiramente Lia, e alguns anos depois Raquel. Fora talvez o meio mais seguro de solicitar a vossa produtividade literária, tão embaraçada pela vossa trabalhosa advocacia.

Em verdade, há muito que seríeis dos nossos, se não tivésseis uma atividade intelectual tão dispersiva. A literatura e a poesia formaram sempre o vosso ambiente doméstico. Com esse raro ancião, que aos noventa anos ainda poetava como se fosse um jovem de dezoito primaveras, aprendestes a soletrar os primeiros contos infantis, e a amar os primeiros poetas e romancistas, os melhores artistas da palavra, escrita ou falada. Eis porque desde jovem sois

um homem de letras. Há quanto tempo já vos sobravam trabalhos literários, que vos permitiam aspirar com justiça à vossa eleição pela Academia! *Mocidade e Poesia, A Saudade, A Arte de Ser Feliz, Os Meus Domingos*, e tantos discursos, conferências e artigos, esparsos pelos jornais, já vos teriam, há alguns anos, outorgado direito ao ingresso em nossa companhia, se não vos faltasse o livro, que esta com raras exceções tem exigido, e que só agora quisestes produzir em meio de unânimes aplausos. Vede bem como de fatos mínimos e não poucas vezes do mero acaso depende o sucesso das mais caras aspirações humanas: não vos lembrais daquele velhinho, que ao morrer era um pouco mais idoso que o vosso progenitor, velhinho de todos conhecido, e por todos cortejado e acatado, que durante cerca de meio século ensinou a praxe forense a milhares de brasileiros na Faculdade de Direito de São Paulo? Se tivésseis conhecido mais de perto o Conselheiro Ramalho, já há muito provavelmente seríeis acadêmico; pois dele teríeis ouvido por certo o conselho que habitualmente dava aos moços que convervava. Nunca vi nenhum homem revelar tão convencido apreço e tão profunda estima pelo livro, e tanta consideração pelos autores, tanta admiração pelos que escrevem livros. Parece que aos seus olhos o que exalçava deveras os membros de qualquer sociedade, o sinal da superioridade, do mérito, do valor, da grandeza dos homens, era o livro. Quantas vezes não o ouvi aconselhar-me com o seu sotaque de velho paulista: “Dr. Pedro (era assim que ele me chamava), é preciso escrever um livro; a advocacia é excelente meio de ganhar dinheiro; pode dar-nos mesmo muito dinheiro, e assim acontece não raras vezes; mas, a consideração social, a verdadeira estima dos nossos semelhantes, o renome que fica, só do livro pode vir-nos.” Não ouvistes nunca esses sábios conselhos, e por isso preferistes sempre esta maldita advocacia, em que despendeis os mais sutis recursos da vossa dialética e as flores mais belas da vossa eloquência na demonstração da inocência de réus como esse famoso fazendeiro, que asilava em sua casa o famigerado facínora, que durante muito tempo espalhou a morte e o pavor pelo sertão de São Paulo, e que era conhecido, segundo uma frase vossa em discurso forense, “pelo suave nome de *Dioguinho*”. Ainda então não sabíeis que a Academia pensa exatamente como o Conselheiro Ramalho, e que para ela é o livro que distingue os homens, separando os eleitos dos réprobos.

O vosso livro – *Machado de Assis* – é primoroso. Dentro e fora da Academia só lhe tenho ouvido encômios e louvores. Quanto mais saboreado e admirado não teria sido pelos que tiveram a fortuna de ouvi-lo, quando o recitastes, em conferências, com a vossa declamação correta, cheia de graça, magistral, de discípulo aproveitado da Comédia Francesa! No Brasil havia um único homem, que talvez fizesse uma ligeira restrição aos elogios que o têm cercado. Digo “talvez”, porque ninguém sabe até onde o amor-próprio lisonjeado pode escurecer o nosso critério e fazer esquecidas as nossas idéias. Mas, esse homem, com certeza, nunca externaria a sua leve discordância em termos sequer delicadamente desagradáveis. Provavelmente, toda a sua divergência se limitaria à forma do esboço imperceptível de um sorriso, que quase poderia chamar-se interno: pois muito raros... talvez ninguém o apreendesse. Esse homem era Machado de Assis, que havia de achar-vos um pouco *derramado*.

Mas, não vos dê isto o mais pequenino incômodo. Com a sua grande lucidez e com a sua inimitável bondade de cético, que tudo perdoa, Machado de Assis seria o primeiro a vos exculpar do levíssimo, do insignificante senão, entre nós tão comum. Quem no Brasil, falando ou escrevendo, não é pelo menos *um pouco derramado*? Depois, estais em excelente companhia: ninguém mais *derramado*, e *derramado* diante de um jornalista vivo e poderoso, do que o vosso idolatrado amigo e companheiro de excursões pela “*rive gauche*” em Paris, e pelas fazendas de café em São Paulo, “esse pessimista coroadado de rosas (como o definistes uma vez), com toda a sua curiosidade, toda a sua inquietação, toda a sua doçura, toda a sua ironia, toda a sua bondade, toda a sua malícia, toda a sua irreverência, toda a sua resignação”, “e com o seu instinto da beleza e da harmonia, da proporção e do contraste, da sonoridade e da cor, da pureza e da elegância”, isto é, Anatole France. Finalmente, o que é uma grande atenuante, sois *derramado*, por índole, tanto no elogio como na censura. Muito jovem éreis ainda, creio que cursáveis o terceiro ano de Direito, quando publicastes aquela extensa e célebre carta sobre *A Carne*, de Júlio Ribeiro, que é a melhor crítica até hoje feita a esse romance. Com que acerto, com que franqueza, com que veemência de expressões justas e precisas, não dissestes desse livro todo o mal que ele merecia! Com o mais seguro critério e com o mais puro gosto escrevestes:

A Carne é uma obra de escândalo; não visa fim literário. É um misto de ciência e de pornografia; é um pandemônio sem classificação na história literária.

E, quase ao concluir, acrescentastes:

A Carne no seu conjunto é um livro desonesto. Há ali a rara harmonia de um grande estilo; há descrições majestosas; há períodos coruscantes, frases potências; há palavras de uma sonoridade encantadora, palavras que falam, que choram, que cantam; há coloridos vigorosíssimos, esbraseados, relampejantes. Mas, a banalidade dos tipos é deplorável; o todo é chocho, pulha, reles, pornográfico, chato, sem uma direção estética, sem unidade psicológica, sem arte, sem verdade, sem honestidade.

Quem há que, lendo hoje *A Carne*, não perfilhe, não confirme, não repita – convencido, em todas as frases, o vosso juízo magistral, definitivo, irrevogável acerca da obra digna do inconstante gramático? O vosso juízo foi o da posteridade. *A Carne*, a princípio recebida com grande ruído, foi condenada para sempre depois desse tão justo veredicto, e nunca houve crítico, homem de letras, ou sequer gramático, um pouco abelhudo, que se rebelasse contra uma decisão tão conforme à verdade e à estética. Com esse mesmo alto espírito de imparcialidade, ainda mais apurado pela reflexão, com essa mesma inalterável sinceridade corajosa, escrevestes o primeiro grande livro, verdadeiro e imparcial, acerca da personalidade e da obra de Machado de Assis. É notável o destino deste homem de gênio: superior ao meio em que viveu e produziu, teve contra si por algum tempo uma crítica inferior a esse próprio meio! Bem compreendido e admirado apenas por um restrito número de contemporâneos, foi hostilizado por uma crítica apaixonada e romba, que chegou ao extremo de, para lhe diminuir o talento, o humorismo, a graça, compará-lo até a insulsos repentistas. Essa crítica, a princípio agressiva somente ao escritor e sua obra, finalmente se lançou contra o próprio indivíduo, contra os próprios sentimentos do homem.

Realizastes uma obra admirável, porque pusestes em evidência, ao alcance de todos os leitores, o gênio de Machado de Assis, desde os seus primeiros passos – quando se manifestou por “esse humorismo, tecido de graça amorável e terna, que apenas vê o aspecto grotesco e ridículo da vida”, quando todavia já se assinalava por essas qualidades que acentuastes, dizendo que

o “trato da literatura helênica desvendava a seus olhos a perfeição imortal, que Péricles resumia nestas palavras: graça a simplicidade” – até as suas produções máximas, em que desabrocharam todas as qualidades do excelso artista. Levastes então o leitor a penetrar e admirar a observação sagaz e profunda do psicólogo:

Machado de Assis tem o segredo da auscultação das almas. O seu olhar devassa as consciências, penetra no mais fundo do pensamento, e interpreta todas as emoções e todos os instintos, com o mais estranho poder de decomposição e de análise.

Caracterizando ainda mais precisamente o gênio de Machado de Assis, dissestes:

As realidades dolorosas da vida, a brutalidade fatal dos instintos, a infinita tristeza das coisas e a implacável maldade dos homens refletem-se nele, através do seu pessimismo sereno, da sua resignação irônica e da sua indulgência, ao mesmo passo mordaz e sorridente... Ele não faz os homens piores do que os vê na realidade; no seu determinismo radical, na sua filosofia despida de ilusões e feita de negação e de dúvida, ele sabe que a vida se alimenta de enganos, de surpresas, de absurdos e de imprevistos; e aceita o homem como o fizeram a natureza e o mistério inexorável do seu destino... Por isso, as suas criações, vivas, naturais, humanas, colhidas em plena realidade com assombrosa nitidez, são a síntese de todas as virtudes e de todos os defeitos de sua época e a exata e precisa reprodução das almas e das coisas... Esta prodigiosa faculdade de representação é realçada por uma arte incomparável de evocação e de expressão. Não tem par em nossa literatura, e rivaliza com os melhores clássicos do nosso idioma, o estilo perfeito de Machado de Assis, a sua graça infinita, a sua simplicidade, a sua harmonia.

A obra de Machado de Assis não se explica somente pelo seu gênio. Dada a origem de que proveio, e o meio em que sempre viveu e produziu, só a um grande poder de vontade era dado facultar-lhe a cultura e a produção. Bem o notastes nestas frases:

Uma forte vontade dominou os seus primeiros passos na vida. A continuidade desse esforço revela-se na firmeza da sua conduta moral, vencendo, naquela aparência de timidez e indecisão, as horas perturbadoras das desilusões e

dos desenganos, e criando, através de todos os obstáculos, uma personalidade de rara nobreza.

Mas, há, além dessas duas qualidades que tão magistralmente analisastes, mais uma faculdade que se converteu numa segunda natureza do inesquecível mestre: o extraordinário poder de abstração. Machado de Assis, como todos os grandes gênios, só acessoriamente, secundariamente, como de um meio para chegar ao seu fim principal, se ocupou dos homens em determinadas condições, em um certo ambiente, em uma época especial. Nada mais longe da verdade do que supor que os seus livros são crônicas ou fotografias da cidade em que nasceu, dos seus conterrâneos e contemporâneos. O que faz constante objeto dos seus estudos, é o homem, todo o homem, a espécie humana, com os seus instintos, os seus sentimentos, as suas paixões e defeitos. Assim como o que absorve a inteligência dos verdadeiros cientistas, sejam astrônomos, físicos, ou naturalistas, são primeiro que tudo os fenômenos comuns, de todos os dias, de todos os lugares, cujas leis se esforçam por conhecer, e não os fatos raros, as exceções, as anomalias, os casos teratológicos, empolgantes especialmente para os espíritos vulgares, inferiores, assim também no domínio da observação psíquica, como base da grande arte, é o constante, o geral, o comum, que provoca e fixa a curiosidade dos grandes espíritos.

Machado de Assis abstraía do maravilhoso cenário que o cercava, da profusa riqueza de cores e de luz do seu meio físico, dos acidentes e particularidades históricas da sua época, do que era peculiar ao seu ambiente, para fazer aquilo que fazem os maiores homens de gênio que nos apresentam os países de mais antiga e mais intensa cultura, isto é, para contribuir para o estudo e a fixação do homem de todos os tempos e de todos os lugares. Mesmo quando parece ocupar-se do meio especial em que vive, e traça os caracteres peculiares a esse meio, examinai-o atentamente, e vereis que ele nos revela o homem com seus atributos, bons ou maus, suas qualidades e defeitos de sempre. Quando recordastes o episódio da agonia do sórdido e miserável sovina, que no leito de morte, e no próprio instante em que se partia deste mundo, ainda altercava sobre o preço de uma casa, acrescentastes:

A sinistra cupidez da natureza humana vive neste simples episódio com a mais desoladora e pungente verdade. O instinto grosseiro e tenebroso, que dorme

no fundo das almas, surge nesta página, do mais perfeito realismo, com uma vibração a que só podem atingir os grandes analistas das paixões e dos caracteres.

Mas, não é só neste caso de repugnante avidez que Machado de Assis retrata fielmente a natureza humana. A ambição de Guiomar e de Luís Alves n'*A Mão e a Luva*, o orgulho de Estela em *Jaiá Garcia*, a infidelidade e o amor de Virgínia, a cobiça de Cotrim e de Sabina, a fatuidade em *Dom Casmurro*, e quase todas as paixões, ridículos, vícios, torpezas, caracteres de toda espécie, que Machado de Assis descreveu, ou rapidamente esflorou, são misérias comuns aos homens em geral, e não peculiares ao homem em determinadas condições de meio e de tempo. Num trecho do delírio de Brás Cubas abrangeu o mestre excelso o domínio vastíssimo da sua observação e da sua arte:

Os séculos desfilavam num turbilhão, e, não obstante, porque os olhos do delírio são outros, eu via tudo o que passava diante de mim, flagelos e delícias, desde essa coisa que se chama glória até essa outra que se chama miséria, e via o amor multiplicando a miséria, e via a miséria agravando a debilidade. Aí vinham a cobiça, que devora, a cólera que inflama, a inveja que baba, e a enxada e a pena, úmidas de suor, e a ambição, a fome, a vaidade, a melancolia, a riqueza, o amor e todos agitavam o homem como um chocalho até destruí-lo como um farrapo. Eram as formas de um mal, que ora mordida a víscera, ora mordida o pensamento, e passeava eternamente as suas vestes de arlequim em derredor da espécie humana. A dor cedia alguma vez, mas cedia à indiferença, que era um sono sem sonhos, ou ao prazer, que era uma dor bastarda. Então, o homem, flagelado e rebelde, corria diante da fatalidade das coisas, atrás de uma figura nebulosa e esquiva, feita de retalhos, um retalho de impalpável, outro de improvável, outro de invisível, cosidos todos a ponto precário, com a agulha da imaginação; e essa figura, nada menos que a químera da felicidade, ou lhe fugia perpetuamente, ou deixava-se apanhar pela fralda, e o homem a cingia ao peito, e então ela ria, como um escárnio, e sumia-se como uma ilusão.

Com esse raro poder de abstrair e de generalizar, que fazia de Machado de Assis um gênio superior ao seu país e aos acidentes do seu tempo, o seu lugar é entre os grandes escalpeladores, sutis e irônicos, das máculas e baldas, das fraquezas e misérias de toda espécie, da natureza moral do homem: é ao lado de Swift, de Sterne, de Xavier de Maistre, de Dickens, de Thackeray, de Mark Twain, posto que e por isso mesmo que a nenhum deles imitou, nem se

possa confundir com um só deles; pois não tem a profundidade de pensamento e de sentimento, sempre igual, de Swift, nem a despreocupação e a negligência aparente de Sterne, nem a simplicidade ingênua de Xavier de Maistre, nem a espontânea naturalidade e a admirável abundância de Dickens, nem a preocupação moral de Thackeray, nem a arte dos violentos contrastes de idéias sob uma forma natural, simples e suave de Mark Twain. Para esse original engenho, se a Grécia contribuiu com a sua graça e simplicidade, a nossa terra correu também com um certo ceticismo, que é muito nosso, ou, antes, com um certo fatalismo, que parece proceder do nosso meio, com uma certa malícia, muito própria da nossa raça mestiça, e com uma certa volúpia, ou, melhor, sensualidade que, sendo do país, e não do indivíduo por um raro privilégio deste, bem se poderia denominar objetiva, ou artística, sem embargo da aparente contradição entre estes dois últimos termos.

Forçada a reconhecer o gênio de Machado de Assis, a crítica indígena, porque não podia mais negar os méritos do artista, procurou detrair os sentimentos do homem. Machado de Assis é um escritor moralmente insensível, um egoísta, indiferente a tudo o que não seja a sua arte. Machado de Assis, que, todos o confessam, foi um cidadão perfeitamente correto, de uma exemplar moralidade, modelo raríssimo de maridos, sem um só vício, sem um só defeito moral, em toda a sua longa vida, só revelou a sua insensibilidade e o seu egoísmo nos livros que escreveu, nas personagens que criou, nos tipos a que deu vida em seus romances. Eis um processo de crítica, segundo parece, que só à miopia nacional estava reservado. Tem-se visto a crítica indagar o que pensará um escritor dos caracteres que engendrou, ou reproduziu, em suas criações artísticas. O autor de *La Vie Littéraire*, o vosso inolvidável amigo, ao analisar um mestre, ainda não excedido, nem talvez igualado, do conto, enumera os principais tipos por ele criados, e pergunta o que pensaria o grande artista de todas essas figuras, a que deu o ser:

Non há imbecis, nem trocatintas, que para ele não prestem, e que de passagem não meta no seu sacco. É o grande pintor dos esgares humanos. Pinta, sem ódio e sem amor, sem cólera e sem piedade, os camponeses avarentos, os marheiros bêbados, as mulheres prostitutas, os pequenos empregados públicos estupidificados pela repartição, e todos os humildes, cuja humildade não tem beleza, nem virtude. Todos esses grotescos e todos esses infelizes, ele no-los exhibe tão

palpantes, que julgamos vê-los diante de nós, e os achamos mais reais do que a própria realidade. *Fá-los viver, mas não os julga*. Não sabemos o que pensa desses estróinas, desses velhacos, desses tipos repelentes que criou e que não podemos mais esquecer. É um hábil artista, que sabe que fez tudo, quando infundiu a vida. Sua indiferença é igual à da natureza: espanta-me, irrita-me. Eu desejava saber o que crê e sente no seu íntimo esse homem implacável, robusto e bom. Ama os pacóvios por sua estupidez? Ou o mal por sua fealdade? É alegre? É triste? Diverte-se, divertindo-nos? Que pensa acerca do homem? Qual o seu conceito da vida?... Talvez entenda que afinal de contas a vida é boa... Talvez pense que o mundo é bem feito: pois, está repleto de seres mal feitos e malfazejos, de que se fazem contos. Todavia, podemos acreditar o contrário: que Maupassant é secretamente triste e misericordioso, atormentado por uma profunda compaixão, e que intimamente chora as misérias que nos exhibe com a mais soberba tranqüilidade. Eis até onde pode chegar a curiosidade do crítico. Ir além, e afirmar que é mau, ou egoísta, ou imoral, um escritor, porque nas suas criações artísticas ideou ou, antes, copiou a realidade, personagens eivadas de certas falhas, vícios, ou crimes, é ter a mais falsa idéia da arte. Quem escaparia à condenação, adotado tal processo crítico? Que juízo não se poderia formar acerca de Shakespeare, a quem, segundo Paul de Saint-Victor, “a sandice, a infâmia, a glutoneria, a luxúria inspiravam uma espécie de hilariedade sobre-humana”, de Shakespeare que criou Iago, “o mais negro dos celerados”?

Quando já se viu um grande artista, dominado pela sua arte, modificar os seus processos, cercar as suas criações, desnaturar os tipos que produziu, para deles fazer lições de ética? Que mais eloqüente meio de ensinar pela arte do que a exibição da realidade imoral sob o seu aspecto vil, torpe, repelente? Quando no *Quincas Borba*, Sofia conta ao marido as inconveniências de Rubião, e lhe propõe fechar aos poucos a porta de sua casa ao mineiro apaixonado, e Palhares, “agarrando-a pela cintura, diz em voz mais alta do que até então: Mas, meu amor, eu devo-lhe muito dinheiro”, que mais se faz preciso para pôr em evidência a miséria moral, e inspirar o mais invencível engenho por um caráter tão desprezível? Nem por ter tido uma morte natural na “velha Suíça”, a “ardilosa e pérfida, a acutelada e fingida Capitu”, de *Dom Casmurro*, deixará de infundir horror, ou pelo menos repugnância, no espírito de toda senhora dotada de um pouco de sensibilidade moral. No conto “A Cartomante” não era necessário que Vilela pegasse a Camilo pela gola, e com dois tiros de revólver o estirasse morto no chão, para que o leitor de menos

elevados sentimentos morais compreendesse a infâmia de Camilo. A morte, que neste caso é, aliás, um elemento indispensável ao desfecho do conto, não aumentou a indignidade do procedimento do adúltero, que talvez sem o castigo ainda fosse mais antipático. A arte é um meio de apurar a moral de pessoas inteligentes e sensíveis. Machado de Assis contentava-se com dez leitores para o *Brás Cubas!* Às crianças e aos incultos a educação moral há de ser forçosamente ministrada de um modo mais rudimentar, mais ao alcance de inteligências toscas e de corações duros, ou ainda não desabrochados. Os livros de Machado de Assis não foram escritos para meninos de sete anos, nem para almocreves, ou cabouqueiros. O que convém a essas pessoas, são os catecismos, livros de contos infantis, compêndios de moral religiosa, com alguns castigos corporais, como se fazia antigamente com imenso proveito.

Nas próprias artes liberais, e onde quer que o homem exerça a sua atividade, sujeito a regras, ou cânones, ninguém logra a perfeição, sem abstrair os efeitos imediatos e transitórios de suas produções ou de seus atos sobre a sensibilidade de um certo número de pessoas. O cirurgião que se eleva à culminância no exercício da sua arte, que mais se aproxima da perfeição no seu ministério, atende, no operar, no amputar, aos preceitos de sua profissão, e não aos gemidos dos seus clientes, nem às aflições e angústias dos conjuntos destes. O juiz que se torna provector na sua carreira, e sabedor da sua arte, julga tendo somente em mira os dogmas desta, e não a sua sensibilidade moral, ou os seus sentimentos de compaixão, que só influem nos caracteres fracos, ou nos espíritos ignaros. Afinal de contas, seguir sempre as normas elaboradas calma, cuidadosa, reta e sabiamente, pelos que, estudando o assunto, determinaram como se deve proceder, é ainda o meio mais seguro, ou menos prejudicial, de fazer o maior bem possível, ou de evitar quanto possível o mal.

A nossa crítica fez como a nossa política, como a nossa imprensa, como a nossa maledicência de todos os instantes e sob todas as formas. Não podendo demolir a obra imperecível do gênio, lançou-se contra o homem. Os próprios escritores que mais modernamente se ocuparam de Machado de Assis, como esse jovem e talentoso autor de *Novos Estudos Críticos*, não se furtaram a reproduzir a esdrúxula argüição de que ele nunca se interessou pelas nossas grandes causas, foi completamente alheio à Abolição e à República, um egoísta, insensível aos nossos males e aos nossos progressos.

Vós mesmo, meu caro Confrade, fostes injusto com o mestre insigne, quando dissestes que, no que toca a opiniões políticas, “não as tinha fixas, nem determinadas. Não as teve depois. Não as teve nunca”. Não pretendestes jamais, nem é preciso dizê-lo, que um dos mais finos humoristas, de todos talvez o mais malicioso, posto que toda a sua malícia fosse puramente intelectual, de mero artista, e sem nenhuma raiz nos sentimentos do homem, fosse para a praça pública mesclar-se à patuléia, e, deixando por alguns momentos os seus ideais, os seus processos artísticos, as suas convicções filosóficas, o seu estilo maravilhoso, o seu gosto literário, o seu recato invariável, declamasse algumas frases banais e pomposas, as únicas que tal auditório compreende e aplaude, ou que se apresentasse candidato, para ser preterido, em qualquer eleição, e em seu lugar eleito o mais bronco amanuense da sua secretaria, ou o mais lorpa escrivão de cartório de juiz de paz do seu distrito, ambos mais estranhos a quaisquer noções científicas, ou literárias, do que aquele pobre Inácio, escrevente do solicitador Borges, que apenas lia e relia três folhetos, comprados a tostão cada um, debaixo do passadiço do Largo do Paço, um dos quais era a *Princesa Magalona*. Quanto não seria estranho um tão grande gênio, com uma forma tão simples e cheia de graça, a discursar em “*meetings*”, propugnando a Abolição ou a República, ou a entreter pelos jornais inevitáveis polémicas com adversários indignos sobre qualquer desses assuntos! Como se diminuiria, como se apoucaria, como se mesquinharia!

As formas superiores, pelas quais ele podia revelar as suas idéias filosóficas acerca da Abolição e da República, essas ele não omitiu, não esqueceu. Os dois principais efeitos da escravidão, de que todos os mais são corolários, o sofrimento injusto do escravo e a dureza de sentimentos do senhor, cujo caráter tanto se perverte pelo empedernimento da sensibilidade moral, como o do escravo pela contínua humilhação, que gera a dissimulação, a astúcia, o ódio e a vingança, esses efeitos da escravidão, que os filósofos e os moralistas demonstram em longas dissertações, o nosso grande romancista evidencia em breves contos, mais expressivos e emocionantes. No conto “Pai contra Mãe”, “um episódio da escravidão, dos raros que conserva a nossa literatura”, depois de lembrar o que denomina “aparelhos da escravidão”, o ferro ao pescoço, o ferro ao pé, a máscara de folha-de-flandres, instrumentos de suplício, tão usados pelos senhores contra os escravos, refere-nos um dos fatos mais comuns

daquela época, a pega de um negro fugido, o que chegou a constituir um ofício, um meio de vida. Cândido Neves, que, cedendo à necessidade, abraçou essa profissão, viu-se um dia tão falto de meios, que aceitou o conselho da tia Mônica, e resolveu levar à *roda dos expostos* o seu filho recém-nascido. Saiu de casa com a criança, agasalhando-a e beijando-a.

Ao entrar na Rua Guarda Velha, Cândido Neves começou a afrouxar o passo. – Hei de entregá-lo o mais tarde que puder, murmurou ele. Nisto, deu com um vulto de mulher; era a mulata fugida. Entrou numa farmácia, pediu ao farmacêutico a fineza de guardar a criança por um instante... Saiu rápido, ao encalço da mulata fujona. – Arminda! bradou, conforme a nomeava o anúncio. Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves com as mãos robustas atava-lhe os pulsos, e dizia-lhe que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus. – Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se vossa senhoria tem algum filho, peço-lhe pelo amor dele que me solte; eu serei sua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço! – Siga, repetiu Cândido Neves. – Me solte! – Não quero demoras, siga! Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. O senhor estava em casa, acudiu ao chamado e ao rumor. – Aqui está a fujona, disse Cândido Neves. – É ela mesma. – Meu senhor! – Anda, entra... – Arminda caiu no corredor. Ali o senhor da escrava abriu a carteira, e tirou os cem mil réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta, a escrava abortou. O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono.

Nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas* conta este:

Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, algumas vezes gemendo, mas obedecia sem dizer palavra.

Prudêncio mais tarde conseguiu a alforria, e algum tempo depois de liberto comprou um escravo, e nele se vingou à farta do muito que havia apanhado, dando-lhe surras descomuns: “Perdão, meu senhor, perdão”, suplicava o escravo de Prudêncio. A cada súplica respondia uma vergalhada nova: “Toma, diabo! Toma mais perdão, bêbado! – Meu senhor! gemia o outro. – Cala a boca, besta! replicava o vergalho.” Aí está em algumas linhas uma apologia da liberdade civil, mais convincente para certa ordem de espíritos do que os gritos e os gestos descompassados de algumas centenas de tribunos no Largo de São Francisco de Paula, ou nas proximidades do Bangu.

Quanto à política, a princípios constitucionais, a formas de governo, a filosofia de Machado de Assis é a de um verdadeiro, profundo e grande pensador, e ele a sintetizou com a sua arte suprema, velada e perfeita. Não se viu ainda mais justa crítica do voto popular, que é a base de todos os governos democráticos, do que a do humorista brasileiro no conto “A Sereníssima República”. Em vez das nossas eleições, que bem sabemos quanta indignação intelectual e moral tentam esconder, adotou-se um dos processos eleitorais da antiga Veneza: “Metiam-se as bolas com os nomes dos cidadãos no saco, e extraía-se anualmente um certo número, ficando os eleitos desde logo aptos para as carreiras públicas. Este sistema fará rir aos doutores do sufrágio; a mim não (observa o mestre). Ele exclui os desvarios da paixão, os desazos da inépcia, o congresso da corrupção e da cobiça.” O saco se modifica frequentemente, num contínuo desejo de perfeição, e as reformas do saco são, quanto à sua eficácia, perfeitamente comparáveis às reformas das nossas leis eleitorais. Afinal foram incumbidas dez damas (as damas aqui são as aranhas) de urdir o saco eleitoral. Um orador diz a essas damas: “Vós sois a Penélope da nossa república; tendes a mesma castidade, paciência e talentos. Refazei o saco, amigas minhas, refazei o saco, até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar outra vez o lugar que lhe coube. Ulisses é a sapiência.” Sem esta, isto é, sem a educação e a instrução do povo, todas as reformas eleitorais valem tanto como as alterações do saco e das bolas d’ “A Sereníssima República”. Sem que Ulisses tome o lugar que lhe cabe, a política há de ser sempre aquilo que Francisco Otaviano, numa frase por vós reproduzida no vosso belo livro, chamou a “infecunda Messalina”, que frequentemente à inteligência rebrihante, e sempre voltada para o alto, prefere a vivacidade murina, e sempre

afocinhada na politiquice; ao talento que serve com dedicação à causa pública, a habilidade para os pequeninos arranjos individuais; ao gênio que prevê, idealiza, produz, doutrina, ensina, guia, a esperteza que sabe simular e dissimular, aparentar e iludir, fingir e empanar, para convencer de uma superioridade que é apenas o efeito de ardilosas encenações; à competência indiscutida e proclamada, a mediocridade diligentemente doirada e interesseiramente preconizada; à eloqüência opulenta, espontânea, vibrante, inexaurível no propagar as idéias liberais, úteis e generosas, a retoricazinha insignificante, que sabe vocalizar com primor um escolhido repertório de lugares-comuns; ao civismo abnegado, o exclusivo culto do eu; à sinceridade, à franqueza corajosa no esposar e defender as aspirações nacionais, os ideais da humanidade, a verdade e a justiça, sem medir as conseqüências, a mais raposeira astúcia, o retrainimento, o silêncio, à espreita dos acontecimentos, a calcular bem qual o caminho mais seguramente conducente à conquista de posições e vantagens econômicas; ao cidadão que pensa, trabalha, combate e vence, o que se limita a estender o braço para colher o fruto de alheios esforços; à magnanimidade, à correção moral, à tolerância, à bondade, a violência, a improbidade, a perfídia, a pequenez; à mais pura glória, o ruído de aparências enganadoras; à águia de mais remontado vôo, a gralha arteiramente disfarçada; a um homem, um andróide.

Quem já terá julgado com maior perspicácia e melhor critério uma boa parte das nossas revoltas do que Machado de Assis no conto “O Alienista”? A sublevação contra o Dr. Bacamarte, capitaneado por um dos barbeiros da vila, que depôs a Câmara Municipal, e tomou conta do povoado, graças à defecção de uma parte dos dragões, revolta a que aderem quase todos os da vila, para logo depois outro barbeiro promover nova rebelião, a que se seguem novas adesões dos mesmos grupos, não é a imagem sintética e verdadeira de não poucas das nossas desordens, guiadas muitas vezes por indivíduos que têm o mesmo ideal do barbeiro Porfírio, ou do barbeiro João Pina?

Não tinha, pois, razão o nosso querido e saudosíssimo Olavo Bilac, quando numa de suas crônicas, por vós citada, refere que nas reuniões que quase todas as noites havia em casa de Eça de Queirós, em Paris, no inverno de 1890, nenhum dos brasileiros presentes podia responder às sucessivas perguntas de Eça a respeito do que pensava Machado de Assis da proclamação da República, da agitação revolucionária do Rio Grande do Sul e de outros

fatos do nosso país, e que à interrogação – “Que pensa sobre isso o Machado de Assis?” – só podiam responder: “O Machado não pensa sobre isso; o Machado escreve romances e contos.” Não; o Machado pensava melhor, mais profunda e acertadamente, do que todos os outros brasileiros. Somente não dizia os seus pensamentos; porque mais sagaz e avisado do que eles, e bastante instruído e cético para compreender que nada absolutamente adiantaria a manifestação de suas opiniões, que só lhe poderiam valer alguns incômodos, ou talvez grandes sofrimentos, perfeitamente inúteis para a causa pública, entendia que era mais sábio e melhor recolher-se à sua habitual modéstia e completa discrição. Não seria esse filho da Hélade, nascido na América e no século dezenove por um equívoco da natureza, que dissimulou “a própria agonia para não magoar os outros com o reflexo da sua dor”, quem haveria de se despir dos mais altos atributos da sua essência superior, para se envolver, como o mais vulgar dos cidadãos, em contendias, a que o seu gênio e a sua olímpica serenidade lhe davam o direito de presidir à guisa dos deuses de Homero, – guiando e protegendo um dos grupos contendores.

Increparam-no até de excessivamente tímido e humilde diante dos superiores hierárquicos. Quereriam talvez que ele fosse como o Swift que Taine descreve, e que Rui Barbosa nega, de um desmedido orgulho, a invectivar e humilhar os ministros da Secretaria de Estado em que serviu, ou que passasse uma boa parte do tempo a ridicularizar os seus chefes, a cobri-los de remoques, a escrever contra eles quadrinhas satíricas, a rir-se furtivamente das cincadas por eles cometidas, como qualquer bolônio oficial de secretaria, com dois dedos de gramática. Essa delicadeza ininterrupta e essa timidez, que parecia excessiva humildade, não têm a explicação deprimente que alguns querem dar-lhe. Constituem uma das mais sutis revelações do espírito do humorista. Que mais expressivas páginas de ironia e de humorismo poderia ele traçar do que sublinhando com essa apuradíssima cortesia e incessante reverência todas as frases de toda casta de mediocridades que lhe passaram pelo ministério em que era funcionário, a lhe darem ordens, a lhe ostentarem a sua superioridade legal, a desprezarem talvez o gênio do seu subalterno, a mofarem – quem sabe? – da cultura e do estilo do exímio mestre, a lhe ignorarem muitas vezes a existência dos próprios livros, a suporem-no inferior e um tanto grotesco exatamente por ser um homem de letras!... Menosprezar os chefes que

eram intelectualmente inferiores estava ao alcance de qualquer dos empregados da sua repartição; mas, fazer o que ele fez durante cerca de quarenta anos, permanecer sempre hirto, grave, solene, perfeitamente respeitoso, sem denunciar pelo mais leve *rictus* um justo desdém, ou uma irritação passageira, ou uma natural vontade de rir, ou uma explicável comiseração, diante dos superiores legais, a ouvir os mais fatigados conceitos na mais estafada de todas as linguagens, os erros mais estopantes, as mais insulsas frases com pretensão a frases de espírito, empertigado e sem pestanejar, como um soldado em frente do seu comandante... ah! isso só ele podia fazer. E fazê-lo num país sem disciplina, de civilização incipiente, em que todos, especialmente os subalternos e os incompetentes, se julgam com o direito de criticar, de censurar, de injuriar, e assim procedem com aplausos do maior número, aumentando ainda os defeitos da nossa educação, era a melhor resposta que ele podia dar a esses pobres críticos que lhe negaram a espontaneidade da ironia e a graça natural do humorismo. Que tela magnífica não seria a do pintor de gênio, que reproduzisse, com toda a precisão e com toda a palpitação da realidade, Machado de Assis a receber as ordens de um dos ministros a que tenho aludido, este com a arrogância das nulidades doiradas, quando governam, e aquele na sua humilde postura de reverente subordinado!... Se, na misteriosa complexidade dos fenômenos psíquicos, para essa modalidade do humorismo de Machado de Assis concorreu, no começo da sua vida, a timidez da juventude, a humildade da sua origem, mais tarde com a sua elevação moral, com o seu aperfeiçoamento no decurso do tempo, contribuiu talvez um estranho fator, à primeira vista inconciliável com essa forma de espírito. O respeito, cheio de amabilidade e de timidez, de Machado de Assis, não só aos seus chefes e superiores, como a todos os que o tratavam, provinha em parte da sua grande doçura e inalterável bondade de artista cético. E essa bondade e doçura inalteráveis lhe advieram da sua completa absorção pela grande arte. Numa das mais profundas páginas que lhe saíram da pena, nota Dumas Filho que todo ser que só se prende às coisas eternas, não conhece, nem compreende, as dores, as desgraças, nem sequer os pequenos males que em geral afligem os homens. Não há decepções, nem fatalidade, nem recriminações, para aqueles que se consagram ao amor exclusivo, sem cálculos nem ambições terrenas, de Deus, da humanidade, da natureza, da ciência, da arte. Daí a serenidade dos

grandes religiosos, dos grandes filósofos, dos grandes cientistas, dos grandes artistas. Daí o seu desprendimento, benevolente, caritativo e doce, para os infortúnios dos homens, cujas causas descobriram nos erros e fraquezas do mesquinho desejo humano. Essa bondade tem um caráter negativo, algumas vezes prejudicial à sociedade. Se o mundo fosse governado sempre por Marco Aurélio, para onde iriam a disciplina, a ordem, o respeito à lei, indispensáveis à conservação e ao progresso da sociedade, e que no tempo do imperador filósofo tanto se enfraqueceram? Se fosse governado por São Francisco de Assis, não haveria castigos, nem justiça, nem distinção prática entre o bem e o mal: para São Francisco de Assis o prazer perfeito, a absoluta felicidade, está em sermos injuriados, caluniados, confundidos, feridos. Todo e sempre absorvido pela sua arte, Machado de Assis impregnou-se dessa bondade superior, que eleva o homem a tão grande altura, que não lhe permite castigar, repreender, censurar, ou sequer criticar diretamente. Tudo o que não é amor de Deus para um santo, é assunto alheio às suas cogitações. Tudo o que não é amor da ciência para um sábio, ou amor da arte para um artista da estatura de Machado de Assis, é objeto estranho aos seus pensamentos.

Sempre que nos meus passeios vespertinos passo em frente do vetusto chalé do Cosme Velho, sem estética, sem nenhuma arquitetura, que por tantos anos habitou Machado de Assis, vem-me à mente o esforço imenso e contínuo que teve de despender o mestre imortal para, isolado, e bem alto, do seu meio, ser o artista que foi. Num ambiente tão infenso ao seu gênio, no qual entre os próprios homens de letras se revelou tanta incapacidade para o compreender, que não foi preciso a Machado de Assis para abstrair de todas essas inferioridades, e manter o seu espírito no puro domínio da arte, para não se contaminar das intrigas e pequeninas aspirações da nossa política, para não se envolver nas passageiras lutas da Abolição e da República, para ser unicamente artista, ático, perfeito, acima do seu povo, superior aos seus patrícios, a si próprio; pois foi superior às fatalidades da sua origem, da sua raça e do seu ambiente.

Todos os louvores vos são devidos, meu caro Confrade, a vós que fostes o iniciador deste culto, que com o tempo há de crescer, dilatar-se, dominar todo o país, que ele não conquistou, quando vivo, porque não havia afinidade, ou aproximação entre o conquistador e o objeto da conquista, mas que cada dia que passa vai sendo senhoreado pelo gênio de seu filho incomparável.

À Academia devemos o incentivo ao estudo magistral, em que se evidenciou aos olhos de todos os brasileiros a personalidade e a obra do seu consócio preeminente. Só uma corporação como a Academia poderia despertar essa homenagem, tão desinteressada, tão justa, tão de harmonia com a verdade.

E vós, meu caro Confrade, fostes o executor, para não dizer o pontífice, desse ato de amor à verdade, à justiça e à pátria. Bastava ele, quando outras muitas provas já não tivésseis dado do vosso talento e da vossa cultura, para serdes acolhido com o maior afeto e carinho em nossa companhia.

Discurso do
SR. ALBERTO FARIA

e

Resposta do
SR. MÁRIO DE ALENCAR

*Sessão solene extraordinária
do dia 6 de agosto de 1919*

I

DISCURSO DO SR. ALBERTO FARIA

MEUS Senhores,

“O tirar do nome próprio da pessoa elogio, para seus louvores, é um dos tópicos que logo vão buscar os panegiristas”, di-lo o Padre Manuel Bernardes em preâmbulo de exemplos concluintes.

Porém o panegírico, à grega – discurso laudatório em festa nacional (e que outro seja tanto como a rememorante de uma nacionalista por excelência?), de maneira alguma exclui a verdade.

Ora, tratando de quem, no superlativo de apelação, a trouxe oracular: *Verissimus nomen et omen*, quero-me verdadeiro apenas.

Assim lograrei talvez um aplauso mudo, bastante à minha ambição, o do mestre honrado, que se penetra da máxima *Nomina numina*.

Nem cuideis jogo de vocábulo, ociosa e descabidamente; pois ele adotou a divisa “*Pelo nome*”, gravada no rosto dos primeiros livros.

De lá também, suponho, o votar-se desde a juventude à crítica e à história de nossas letras, convicto de *ser o historiador e crítico literários um homem inteligente que ama a verdade*, na definição de Sainte-Beuve.

Desde o fundador do gênero em França houve José Veríssimo a virtude social, mas isenta do filoginismo vicioso.

Tinha a consciência da profissão, com que sempre se dignificou, dignificando a sociedade brasileira, cujo aperfeiçoamento era seu único ponto de mira de várias luzes.

Demonstrá-lo sem excursos ilusionistas, com simpleza cabal, redonda no melhor encômio, ou, como preferiria vosso colega passado já do século à eternidade, no mais justo.

Nesta crença e intuito, irei articulando-lhe à biobibliografia, de menos flores que frutos, notícias quase obscurecidas, senão de todo ignoradas, para recompor sua fisionomia de pioneiro da civilidade e do civismo no Brasil.

Frases de mero aparato servem antes a *engenhosos e a eloqüentes*, dos quais uns *provam o que querem* e outros sabem *enfeitar a mentira de modo que agrada*, ainda pela desconfiada verba do oratoriano.

Do fluminense Dr. José Veríssimo de Matos e da mineira Dona Ana Flora Dias, legitimamente conjugados, nasceu em primogenitura José Veríssimo Dias de Matos, aos 8 de abril de 1857, numa antiga colônia militar do Pará, onde o cabeça do casal estava por médico, havia poucos meses.

Essa colônia, oficialmente extinta em 1867, demorava na esquerda margem do rio-mar, a duas léguas da ex-aldeia dos Pauxis, sob a designação de Óbidos elevada a vila em 1758 e a cidade em 1854, quando lhe reconstruíram o forte acrescido de um fortim.

Que ali decorreu a meninice do novo pauxiuara, como a si chama o próprio obidense, no apego ao linguajar avito, consta de uma reminiscência, com mal aparada pena escrita no começo de 1877:

Nunca, leitor, saíste de teu berço natal ainda criança e foste levado muito longe, por qualquer motivo?

Nunca passaste anos, sete por exemplo, sem voltar a ele?

E, depois, quando voltaste, não viste o torrão de teu nascimento em ruínas, as árvores que te acolhiam sob sua sombra mortas, ou cobertas de parasitas, aquelas que eram de teu tamanho crescidas e alterosas, caídos os muros em cujos buracos buscavas os ninhos dos pássaros; não viste derrocadas as paredes onde a trepadeira se enlaça muda, as aves que te acordavam com seu doce gorjeio para rem seu cantar e fugirem ao ver-te, e até a casa em que nasceste caída, o quarto em que abriste os olhos devastado pelas ervas crescidas?

Não te renovaste um momento, para ver-te correndo por essas praias, trepando por essas árvores, com a santa alegria da infância?

Pois, se nada disto te aconteceu, ignoras o que seja esse sentimento indefinível, tão agrio e tão doce, esse *delicioso pungir de acerbo espinho*, no verso do poeta, – a saudade de um tempo que já foi e não mais virá, misturada no aperto do teu coração ante as ruínas do que conhecestes edifícios.

Eu experimentei-o e uma lágrima borbulhou de meus olhos, que não caiu no chão.

Garrett foi o primo e o último clássico da estimação de Veríssimo.

Todavia, imaginemo-lo em 1869, alongando-se no silencioso adeus às cordilheiras de Ererê e Tujuí, mediante palavras de Fr. Luís de Sousa, querido de seu queridíssimo: “enlevado na saudade que fazem as montanhas e serranias, vistas ao longe, que parece se juntam com as estrelas, e levam trás si o espírito”.

O franzino adolescente, cujos estudos primários se efetuaram de 1867 a 1868, em Manaus e Belém, vinha então para o Rio de Janeiro, onde aguardavam o teto e o zelo de um tio, Conselheiro Dr. Antônio Veríssimo de Matos, que o encaminharia nos secundários e superiores.

Até 1873 freqüentou os colégios D. Pedro II e Vitorio, matriculando-se em 1874 na Escola Central, logo transformada em Politécnica, na esperança de formatura, a despeito da compleição física.

Mas, presa de moléstia grave, em meado de 1876 teve que abandonar o curso de Engenharia, por imposição médica, contrária a qualquer esforço mental.

Volvendo à província, em demanda de clima favorável, meses após entrava na vida prática, pela porta do jornalismo.

Dir-se-ia que o nascimento d’*A Sentinela Obidense*, primeiro órgão da imprensa na pequena mesopotâmia do Setentrião, coincidindo com o dele, lhe pressagiara o destino...

Estreou no *Liberal do Pará*, dando em folhetins as “*Viagens no sertão*”, vale a Monte Alegre e Óbidos, eleitas para a convalescença, de março a maio de 1877.

As emoções que experimentou, ao ver tais sítios e tratar sua gente, só se cristalizariam mais tarde n’*A Sorte de Vicentina* e n’*O Boto*; o estilo do jovem escritor era ainda indeciso e titubeante, qual se reflete na tradição em resumo:

Não há muitos anos, contam, existia na ponta da barranca, que fica a O. da cidade (de Óbidos), prolongando-se com esta, uma árvore e um lugar a que o povo chama – Bota n’água.

Data da cabanagem o nome e a fama desse lugar.

A árvore desapareceu e o lugar está por pouco.

O barranco, aluído na base, caiu; a árvore foi levada juntamente com a terra, pela água do rio que tragara tantas vítimas, de cujas mortes fora cúmplice e testemunha inconsciente e impassível. Era daí que os cabanos arremessavam ao rio, vivos, atados costas com costas, os inimigos que lhes caíam às mãos. Era um suplício atroz, que só a perversidade hedionda podia lembrar!

Quando eram muitas as vítimas, amarravam-nas primeiramente à árvore, donde as iam tirando às duas para serem barbaramente assassinadas. E, no meio da noite, via-se um grande volume ser arrojado de uma altura de dez metros, aparecer por momentos no ar; ouvia-se um grito, em que havia dor, raiva e desespero, grito desses que para exprimi-lo a linguagem humana, sentindo-se pobre, pede sílabas (*sic*) às feras; o barulho de um corpo caindo n'água, que marulhava um pouco e quedava-se logo. Depois, a mesma cena, o mesmo grito, o mesmo barulho ainda, repetidos muitas vezes e por fim o silêncio. Esse silêncio, noturno, tétrico, povoado de fantasmas, manto imenso e lúgubre com que o crime se oculta.

De pouco, os maximalistas fizeram o mesmo que os cabanos, povoando submarinamente o Báltico, em sinistra repetição da história, a comprovar que a maldade humana é universal e eterna...

Inserida num desses folhetins, como resultante de leitura a bordo, por desfastio, depara-se-nos a análise d'*O Selvagem*, romance de Gomes de Amorim, cujos defeitos marca José Veríssimo, deixando-se entrever o crítico futuro, pela orientação e processo.

Destaco um trecho, com ponta de humorismo:

Nas comparações, em que eram os selvagens tão ricos, o senhor Gomes de Amorim é paupérrimo. Faz até um índio, ao saber da morte do missionário, assassinado pelos cabanos, dizer do Padre Félix: *Era tão bom como o fruto da pacoveira*. Isto é grotesco. Um índio não faria uma comparação destas, salvo se, em sua qualidade de antropófago, o tivesse comido.

Por influxo de Ferreira Pena, geógrafo de instituto e inclinado à Etnologia, escreveu *As Raças Cruzadas no Pará*, refundidas ampliativamente, sob o título *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia*.

Em seguida publicou alguns dos *Quadros Paraenses*, de usos e costumes, sendo gracioso o de “O lundum”, em que a linguagem argúi melhoria, como no de “A lavadeira”, habilmente alargado com a lenda da Iara.

A fim de despertar o espírito nacional, num meio sufocado pela pressão do elemento estrangeiro, todo de puro mercantilismo, deu-nos ainda em 1877 *A Literatura Brasileira, sua Formação e Destino*.

No assunto, as idéias do autoditadas, que nem de nome conhecia Sílvio Romero, casam-se com as deste, desenvolvidas na *História da Literatura Brasileira*, cujos primeiros capítulos saíram na *Revista Brasileira*, da 2ª fase, números de abril a dezembro de 1881 (a edição completa, em dois tomos, só aparecia sete anos transcurtos).

Eis o fecho do artigo:

Para compreender perfeitamente o espírito de um povo é necessário estudar bem os diferentes elementos que o compõem. É sobre este critério que assentamos o nosso modo de pensar de que é do estudo bem feito dos elementos étnicos e históricos de que se compõe o Brasil, da compreensão perfeita de nosso estado atual, de nossa índole, de nossas crenças, de nossos costumes e aspirações que pode sair uma literatura que se possa chamar conscientemente brasileira, à qual ficará reservado o glorioso destino de fazer entrar este país, pela forte reação de que falamos atrás, numa nova via de verdadeira civilização e progresso.

O critério de Veríssimo, aliás, como o de Romero, era o de Martius, em disputa de originalidade, irritante sobre inútil.

Isso explica o que escreveu ele de “O conto popular” e de “A poesia popular brasileira” no *Liberal do Pará*, de janeiro de 1879, antes portanto da publicação na *Revista Brasileira* de idênticos trabalhos do crítico sergipano.

De sua colaboração no *Liberal do Pará* em 1877, desprezada a política, de interesse transitório, constituíram-se em 1878 as *Primeiras Páginas*, livrinho esgotado faz muito.

No último destes anos, despedindo-se da Companhia de Navegação do Amazonas, em cujo escritório estivera empregado meses, iniciou-se no funcionalismo público.

Porém os encargos na Secretaria do Governo, como oficial, mediante concurso, e chefe de seção, por acesso, não o desviariam da imprensa.

Continuando naquela folha, criou em 1879 a efêmera *Gazeta do Norte*, de um liberalismo adiantado.

Essa operosidade, combalindo-lhe de novo o organismo, reclamava pausa sedativa, pelo que empreendeu uma viagem transatlântica em 1880.

Aproveitando a estada em Lisboa, onde se reunia então o Congresso Literário Internacional, tratou de servir à causa de nossa intelectualidade, lá desconhecida, ou, pior, conhecida erradamente.

Não só expôs no seio da assembléia, embora num quadro sucinto, o movimento das letras no Brasil, como também lhes defendeu os representantes da acusação de “fazerem pirataria”.

Valeram os esforços do forasteiro ilustre, empenhado na obra confraternizadora, a comenda da Ordem de Cristo, com que o distinguiu o monarca lusitano.

Por essa espécie de pudor que nos afasta das pessoas admiradas e queridas, consoante expressão sua, esquivara-se ao contacto direto das de maior evidência.

Contudo, não pôde refugir ao de uma, Gonçalves Crespo, cujo extraordinário dom de simpatia – sabe-o vosso confrade Sr. Silva Ramos, que eu de relanço apenas o vi – quebrava desconfianças melindrosas.

Em breve estreitavam-se na benquerença os dois mestiços, distantes da pátria comum, não raro objeto de saudade conversada entre ambos.

A propósito dos formosos *Sonetos e Rimas*, que chegavam de Roma, com dedicatória autógrafa de Luís Guimarães ao “Benvenuto Cellini do verso português”, discorreram de arte e poesia brasileiras, no gabinete à Travessa de Santa Catarina.

Era sugestivo o ambiente desse gabinete microscópico, cheio de fotografias de artistas e poetas de vários climas, reprodução do quarto do estudante de Coimbra, a menos o esvoaçar quimérico

Das virgens que invoquei por noites silenciosas.

como disse o boêmio egresso dos sincerais que bordam o Mondego.

Um novênio havia que caracterizava seu *rêve ambitieux*,

Um sonho encantador de paz e de ventura,

tendo agora o horizonte da vida lindado pela sombra de uma única mulher, toda inteligência e meiguice,

*...uma esposa adorada, envolta – a negligente! –
De um longo penteador na imaculada alvura...*

conforme a idealização poética em que se enevoa e esfuma o sensualismo crioulo.

Certa ocasião, Gonçalves Crespo surdiu no palco do Trindade, em o duplo papel de autor e ator, recitando “A Morte de Dom Quixote”, a benefício da família do literato Santos Nazaré, morto sobre as ondas em retorno da Índia longínqua.

Na platéia deslumbrada estava José Veríssimo, em cujo cérebro se gravaria indelevelmente a impressão auditiva dessa noite.

E não hesito em afirmar ter sido ela que, dois anos rodados, lhe inspirou finíssima apreciação, da qual extraio:

A esta suprema elegância na forma alia-se nos versos dos *Noturnos* uma delicada expressão de sentimentos, uma melancolia um pouco irônica, que nos deixa no espírito a mesma cisma, vaga e doce, em que nos quedamos quando ouvimos um dos *Noturnos* de Chopin. Rara é a poesia que acaba com o último verso; quase todos, ao contrário, parece prolongarem-se ainda, como o derradeiro som perdido de um instrumento que se afasta, como as últimas e expirantes vibrações da corda de uma harpa, que, prolongando-se, prolongam também, não já em nossos ouvidos, mas em nosso espírito, a melodia divina que acabou.

É assim a poesia de Gonçalves Crespo, e isso prova que ele atingiu o verdadeiro fim do poeta, impressionar a alma por meio do belo ao serviço de qualquer causa. Não se pode ler “A Morte de D. Quixote” sem repassar na lembrança toda a vida do “altivo herói manchego”, tanto aqueles versos inimitáveis no-la trazem à memória, com as suas peripécias, cuja alegria não exclui o pesar que nos infunde a doce loucura do tipo imortal criado por Cervantes.

É exatamente a tecla que feriria, um lustro após, a alma viúva do bardo, cujos mais suaves *noturnos* se conceberam ao luar amoroso de seus olhos, a poetisa de *Uma Primavera de Mulher* e das *Vozes do Ermo*.

Aludindo à atenuação produzida pela felicidade conjugal no íntimo da obra do poeta, a companheira das horas acatassoladas, a fada de Santa Catarina, deu-nos esta síntese comparativa dos livros em que se biparte aquela:

É por isso que os *Noturnos*, de uma beleza de forma inimitável, tocados às vezes de um largo sopro da epopéia, não têm senão a espaços a música dolente, tão enternecida e lânguida, tão acariciadora das almas tristes, que se prolonga e vibra em longos ecos melancólicos nas páginas das *Miniaturas*.

Mutatis levemente *mutandis*, na substância e na representação, parecem do mesmo cálamo os períodos confrontados; é que os traçaram escritores de igual capacidade de sentir e em perfeita comunhão de sentimentos.

Entretanto, José Veríssimo nunca perpetrara e jamais a perpetrar veio um único verso, singularidade no meio brasileiro, onde os versos têm sido e continuam a ser fatal sarampelo dos homens de letras.

Daí a iníqua matraca de *insensível à poesia* com que o afrontaram ver-sejadores mecânicos, despeitados de sua crítica de restrições.

Sem embargo à desproporcionada zanga dos veleidosos, que acreditam torrente de sublimidades poéticas a metrorrêia insignificativa, declarava ele já no pino da existência amargurada: “E os poetas ainda me são uma leitura querida, porque sempre os tive como os melhores intérpretes de nossos sentimentos.”

Aliás, não deviam molestá-lo os invariáveis ataques de eternos descontentes da boa crítica, armados apenas da ignorância com que repetiam, pela vernaculização de Salvador de Mendonça em 1875, anátemas do célebre prefácio da *Mademoiselle de Maupin*, conteúdos nas ironias zoológicas do original, à “*antipathie naturelle du critique contre le poète, de celui qui ne fait rien contre celui qui fait, du frelon contre l’abeille, du cheval hongre contre l’étalon*”.

Era a jornalistas medíocres, não a verdadeiros críticos, que em 1834 se dirigia o fulminador de tais negatividades: “*Vous ne vous faites critique qu’après qu’il est bien constaté à vos propres yeux que vous ne pouvez être poète.*”

Nem podia desenhar a arte da crítica em si mesma quem, ao tempo, publicava as *Exhumations Littéraires*, que *deveriam ser dadas, em curso de Literatura, como exemplos de crítica inteligente, feita com o conhecimento de*

causa, justa sem arrogância e sábia sem pedantismo, na opinião de Estienne Pasquier.

Os indicados artigos de Théophile Gautier, em *La France Littéraire*, compaginaram-se com o nome de *Les Grottesques*, livro indubitavelmente preciso.

Demais, no sentido etimológico de *criador*, manifesto no emprego dos lugares registrados, o vocábulo “poète” abrange tanto “celui qui fait” em verso como “celui qui fait” em prosa...

E José Veríssimo já *havia feito*, já criara as *Cenas da Vida Amazônica*, obra de prosador assaz distinto, numa época de transformação estilística no Brasil.

As novelas *O Boto*, *O Crime do Tapuio*, *O Volutário da Pátria* e *A Sorte de Vicentina*, elaboradas ainda no Pará em 1880, são das melhores produções de nosso Naturalismo, inconfundíveis com serôdios arremedos zolistas, pela calcadura de Eça e Fialho.

Se impressas no Rio de Janeiro, onde a *Gazeta de Notícias* divulgava, entre pasmo e delícia dos assinantes, “Cândida”, “A Empanada” e outros belos contos de *Hop-Frog*, entenda-se Dr. Tomás Alves Filho (há trinta e sete anos em eclipse de modéstia, na sua e minha adotiva e querida Campinas), teria este que dividir com aquele os louros de introdutor da nova escola no país.

Infelizmente, a primeira publicação em livro foi a de 1886, que chegou à antiga Corte no ano imediato, estando as vistas concentradas n’*O Homem*, de Aluísio Azevedo, aliás seguidor de ambos com *O Mulato* (Maranhão, 1881).

Mas um ádvena de tomo e autoridade, itinerante no sul do Império, mostrou-se encantado com a leitura do volume, que o acaso lhe proporcionara.

“Ramalho Ortigão, quando visitou S. Paulo em 1887 – refere-o o Sr. Alfredo Pujol, na era aluno da Faculdade Jurídica local – teceu os maiores elogios a esse livro, que descortinava a seus olhos maravilhados a magnificência daquela região de águas e florestas.”

O entusiasmo não seria apenas pelo descortino da *natureza*, coisa única que soem conceder-nos estrangeiros ironicamente amáveis; mas, sim, pela *natureza vista através de um temperamento*.

Lamentemos não lhe arquivassem os termos, quiçá tão significantes como os de seu sócio nas *Farpas*, relativos a Castro Alves.

Estes, que ouvi ao Sr. Júlio Mesquita, coletor de fonte direta, andam agora envolvidos na luminosa *Poeira da Estrada*, do senhor Afrânio Peixoto:

Contaram-me que um dia, a Eça de Queirós lera Eduardo Prado as “Aves de Arribação”:

*Às vezes, quando o sol nas matas virgens
As fogueiras das tardes acendia...*

O grande artista deteve o outro para exclamar: — *Aí está, em dois versos, toda a poesia dos trópicos!*

O encarecimento íntimo, em desbordo, vai inteiro ao sugestivo talento do poeta que dera ao crítico precisa sensação do desconhecido.

Apontando à escultura de uma personagem meio lendária, disse alguém cujo nome não importa: “*Parece-se com o original mais que o próprio original.*”

Paradoxo? Verdade? Verdade paradoxal.

O lídimo artista, seja da pena, ou do pincel, como do escopro, bem pode fixar momentos de aspectos, algo intangível, fugitivo, e, contudo, essencial às pessoas e às coisas, tornando-as, na ficção, mais vivas que elas mesmas na realidade.

Tal o caso, não raras vezes, de José Veríssimo, quanto ao meio estranho a Ramalho Ortigão.

“Machado de Assis — acede o Sr. Alfredo Pujol — admirou principalmente as locuções da terra e a tecnologia de usos e costumes da vida amazônica, que opulentam o livro curioso...”

Aqui, rogo vênias para uma retificação, de pertinência clamante.

O que *principalmente admirou* o insigne aforador literário, esmerilhando-o, na segunda edição, de 1899, foi muito mais do que isso e muito acima disso.

Foram: a fina agudeza do observador; o dom de piedade e simpatia do narrador, evidenciado nos pequenos dramas completos das novelas; o oportunismo das descrições, breve, ou minuciosamente feitas, como convinha; cenas das mais vivas e sensacionais, páginas das mais belas e acabadas; tudo num

estilo correntio e vernáculo, em que há uma nota de poesia, a graça e o vigor das imagens, que outra sorte de trabalhos não consente.

Afigura-se demasia... e é do sóbrio Machado.

O mesmo, havendo procedido ao respigo das imagens, adjetivou-lhe, em guisa de comento:

Chateaubriand, escrevendo a Sainte-Beuve, em 1834, exatamente a propósito de *Volupté*, que acabava de sair do prelo, pergunta-lhe, admirado, como é que ele, René, não achara tantas outras. “*Comment n’ai-je pas trouvé ces deux vieillards et ces deux enfants entre lesquels une révolution a passé...*” etc. Desculpe-se a pontinha de vaidade, é de Chateaubriand, e alguma coisa se há de perdoar ao gênio. Mas em verdade, mais de um de nós outros poderíamos dizer, com modéstia e sinceridade, como é que nos não acudiram tais e tais imagens do nosso autor, pois que elas trazem a feição das coisas antes saídas do tinteiro que compostas no papel.

Com efeito, assim é. E apenas ponho por apêndice que uma delas já afluíra ao bico da pena de Théophile Gautier e outra afluiria mais tarde ao da de Raul Pompéia, de muito brio ambos nas louçanias do escrever.

Comparai-as:

“... *une misérable rosse qui semblait s’être nourrie, au lieu de foin et avoine, avec des cercles de barriques, tant ses côtes étaient saillantes.*”
(*Capitaine Fracasse*)

“Cães magros, com as costelas salientes, como se houvessem engolido arcos de barris.” (*Cenas da Vida Amazônica*)

“Os urubus... andando com seu passo ritmado de anjos de procissão.”
(*Cenas da Vida Amazônica*)

“Nearco... encaminhou-se para o trapézio com o passo medido das emas, como quem sabe profundamente a técnica de marchar.” (*Ateneu*)

Ninguém contestará a superioridade expressiva das intermédias.

Para desenganar a maledicência parvoinha, com o ático Machado de Assis viria a concerto o esteta Sr. João Ribeiro.

Algures lançou este que José Veríssimo, nunca tendo feito versos, se elevou a grande altura nos gêneros de imaginação e ficção literária; que o esquecimento das respectivas novelas, devido a sua autoridade e glória, traduzia iniquidade.

Mas cumpre-me soldar o fio à prática de cronólogo.

Voltando de Portugal, reassumiu o posto burocrático e inscreveu-se entre os redatores do *Diário do Grão-Pará*, que o teve como um dos mais solícitos, desde 1880 até 1884, não obstante haver criado a *Revista Amazônica*, no correr de 1883, ano que fundou a Sociedade Paraense Promotora da Instrução, nela realizando notável conferência – *O Movimento Intelectual do Brasil nos Últimos Dez Anos*.

Homem de boa companhia, viu-se apoiado na *Revista Amazônica* por Barbosa Rodrigues, Ferreira Pena e Conselheiro Tito Franco de Almeida, presidente da Sociedade Paraense Promotora da Instrução.

A esse afanoso ciclo pertencem os opúsculos *A Constituição da Nacionalidade Brasileira*, conferência (1880), *Emílio Littré*, traços biográficos (1881) e *Carlos Gomes*, esboço (1882).

Dedicado à mocidade, o segundo compõe-se de artigos saídos na *Gazeta de Notícias*, de Belém, a respeito da filosofia positiva, importando em documento para a história das idéias modernas no Brasil, razão por que se lhes adjuntou um de réplica à *Boa Nova*, órgão de Teologia Católica.

Ficaram esparsos outros, firmados com o pseudônimo *Lúcifer*, contra os quais se levantou o clero, irritadiço e dizedor.

Em Filosofia, como em Ciência, manteve-se ele, vida a fora, entre o positivismo e o determinismo.

Por motivo de doença, fez uma excursão ao Amazonas, de setembro a novembro de 1882, visitando com o presidente da província, Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, aldeamentos de índios em deplorável estado.

Das *Malocas*, descrevendo-as, tiro esta curiosidade quase arqueológica:

Depois de Abacaxis, fomos a Canumã, cujos habitantes são mondurucus, sendo o tuxáua e sua mulher ainda pintados, ou *mondurucú pinima*... aí encontramos um velho índio ex-tuxáua de uma extinta malaca, e que, de envolta com sua patente de capitão, passada creio que ainda por Tenreiro Aranha, nos mostrou seu título de antigo votante. Este *cidadão* fala apenas a língua geral e só a custo compreende o que lhe dizem em português!

Disso conservando recordação dolorosa, José Veríssimo, que em fins de 1883 deixou o funcionalismo publico, estabelecia em 1.º de janeiro, e inaugurava em 23 de maio seguinte, o Colégio Americano.

Em dezembro, ligado matrimonialmente a uma senhora de primor, D. Maria de Sousa Tavares, com esta dividiu a direção do instituto modelo.

Cai a ponto aqui um relevante documento de autopsicologia, cuja publicidade agora não considero indiscreta.

É uma carta de 30 de novembro de 1884, tendo por selos de afeto – “A minha Maria muito amada” – e – “Teu noivo amantíssimo” –.

Ei-la:

Faz hoje dois meses, dia por dia, hora por hora, que a mesma lua que ali entra pela janela aberta em frente à mesa donde te escrevo, iluminava-te a cabeça pendida sobre meu peito no momento em que me juravas que, qualquer que fosse a oposição dos teus, tu serias minha. Felizmente, essa inconcebível oposição afrouxou e cedeu, e necessidade não houve de te servires dos teus direitos de maior. Amanhã, a esta hora, se nada houver em contrário, tu serás minha mulher, e esta é a minha última carta de noivo.

Eu te havia prometido uma espécie de *confissão* escrita, que no mesmo tempo fosse um resumo do meu passado, e uma chave do meu caráter, para teu futuro governo. Infelizmente, razões valiosas obstaram a execução desse propósito; mas, para não falhar de todo a ele, aproveitei o relativo descanso desta última noite de noivado, para confessar-me a ti, não contrito, porque na minha vida – posso dizê-lo bem alto e de cabeça erguida – nada há que mereça arrependimento sério; mas sincero e franco, como uso ser sempre.

Dizer-te que eu próprio não me conheço perfeitamente, ou que, pelo menos, acho-me muitas vezes em contradições contigo mesmo, não é exagerar. No meu caráter, como aliás acontece nos mestiços, em que se reúnem tendências de raças diversas, e nos homens cuja vocação foi contrariada pelo encadeamento de circunstâncias a que uns chamam Providência, outros Acaso, há variações, flutuações, que muitas vezes me têm perturbado o espírito e desassossegado o coração. Em um ponto, porém, jamais senti, nem pressenti sequer, a menor hesitação: quanto à estrita honestidade do meu proceder e dos meus sentimentos.

Em mim, que não professo nenhuma religião positiva, a honestidade, a probidade, como a glória e a fé no Progresso, é um culto. Devo dizer-te que isto em mim é tanto mais fácil quanto na minha família – e orgulho-me disto – a honestidade é a regra comum. Meu pai é um dos homens mais honestos que eu tenho conhecido, e foi a sua honestidade, muitas vezes talvez descabida e pueril, que nunca o deixou enriquecer ou “arranjar-se”, segundo a gíria vulgar.

A minha vocação única, que até hoje as circunstâncias de que atrás falei têm contrariado, eram as carreiras literárias, e tenho profunda fé que, se outras tivessem sido as condições da minha vida, e mais propícias ao pleno desenvolvi-

mento das tendências do meu espírito, eu já me houvera feito um nome digno nas letras, ou nas ciências do meu país. Essa vocação contrariada, esse desejo, ou antes essa paixão não morta ainda, mas obrigada a conter-se, tem concorrido, cuidado eu, para as desigualdades que noto com pesar no meu gênio, que me fazem bom ou mau ao mesmo tempo, quando eu naturalmente sou bom até a fraqueza, e que me tornam covarde muitas vezes, quando eu me sinto um temperamento de luta, da boa e sã luta das idéias. Às vezes, como te disse de uma feita, bem antes de sermos noivos, vêm-me uns ímpetus de abrir caminho através dos obstáculos, de fazer um nome ilustre e glorioso, e de gritá-lo bem alto; outras apodera-se de mim um desânimo estúpido, um medo de tudo, vejo óbices invencíveis por toda a parte, fantasmas conspiradores que na realidade talvez não existam, e a minha vontade, romântica e banal, fora retirar-me, ir viver para um *sítio*, ignorado e humilde.

Uma mulher inteligente e dedicada pode corrigir, pelo menos modificar estas disposições encontradas, fortificando com seus conselhos, com seu exemplo, com o seu próprio amor as boas, e procurando aniquilar as más. Se tu fosses para mim essa mulher, como aliás espero, eu seria o mais feliz dos homens e tu terias feito uma obra obscura, porém mil vezes mais valiosa de que se houveras pintado um quadro de preço, ou escrito um livro de versos, ainda ótimos.

As mulheres nenhuma influência tiveram até hoje na minha vida. Nunca amei e creio bem que nunca fui amado. Já te contei meu caso com a *A. P.*, menina digna a todos os respeitos. Tive por ela uma leve afeição, antes efeito do desejo de realizar uma união vantajosa do que verdadeira inclinação amorosa. No dia, porém, que refleti que casar com uma mulher rica era, se não uma especulação torpe, ao menos alienar a minha liberdade e sujeitar-me a ser mal julgado, até pela minha própria mulher, resolvi acabar de uma vez com umas relações que me iam insensivelmente levando a uma indignidade, que aliás a sociedade não só aceita e não censura, como preconiza e louva.

Fundando este *Colégio*, que abençoado porque nos reuniu, eu obedeci, não tanto a uma vocação pelo ensino, para o qual não me faltava todavia uma inclinação teórica, como o provam trabalhos meus anteriores, mas a uma necessidade em que estava de procurar um meio de vida que me desse pelo menos esperança de um melhor futuro, do que o meu precário emprego de Secretaria. Entretanto, tu o tens apreciado, não me achei deslocado, porque sem ser um gênio, nem mesmo um talento de primeira ordem, tenho uma grande variedade de aptidões, e como sou brioso, ou orgulhoso, como quiseres, esforço-me por sair bem de tudo em que me meto.

Hoje este estabelecimento deve resumir a minha vida, e para levar esta tarefa a bom fim conto com tua dedicação e com teu trabalho. Contudo, não abandonei ainda, e espero não abandonar nunca as minhas aspirações literárias, e fio que

tu saberás conservar em mim este fogo sagrado do amor pelas elevadas coisas do espírito, que nos tornam melhores e superiores às pequenezas deste mundo.

Como esta carta vai um pouco descosida, quero falar-te agora das tuas relações com a minha família. Das que hás de ter com a tua, não falo, porque me expliquei francamente em outra que te escrevi há alguns dias.

Para não alongar, declaro-te simplesmente que eu exijo que tu tenhas pelos meus velhos pais a maior amizade e a máxima veneração, e que eu serei teu servo mais humilde e mais grato, se te vir uma boa filha deles. Não terás com isso, pois, senão a ganhar, do lado deles, a maior estima – e tu já os conheces suficientemente para saber quanto são extremosos – e do meu, maior soma de amor e de consideração.

Que sou pobre, sabes tu perfeitamente; que tens de trabalhar não ignoras; que eu compreendo o casamento como união em que tudo, amor, trabalho, boa vontade, deve ser recíproco; disse-to muitas vezes.

Podemos, minha querida amiga, ser muito infelizes, ou muito felizes; isso depende de mim e de ti. Precisamos, pois, ter ambos a ciência de fazermos da vida uma eterna lua-de-mel; carecemos conhecer-nos bem, amar-nos muito, respeitar-nos mais, corrigir os nossos defeitos particulares e perdoarmo-nos um ao outro, mutuamente.

A vida, repito, vai ser para ambos nós uma vida de trabalho; mas o trabalho é doce quando um fim superior o dirige e quando, feito a dois, o amor o preside. Eu tive o exemplo agora no arranjo de nosso quarto de dormir, todo feito por mim. Nunca trabalhei com mais gosto, nem mais amor. Amemo-nos e tenhamos coragem, minha amiga, e sobretudo, tenhamos perseverança e fé em nossa divisa: *Amor e trabalho, Ordem e economia*.

Correspondendo plenamente a esses votos, a hoje viúva Dona Maria Veríssimo exerceu grade influência, tão grande como a sempre exercida por D. Ana Flora Dias de Matos, no ânimo do homem que os formulara.

As duas suaves mulheres, protótipos de esposa e mãe, muito fizeram e conseguiram não pouco, em ordem a modificar-lhe o impulsivismo nativo.

No Colégio Americano fervia o trabalho, amorosamente partilhado.

E as locuções de abertura, ou de encerramento dos anos letivos, reunidas num folheto em 1888, atestam a competência do novo pedagogo, a quem atraíram próceres da República, bem intencionados.

Digo bem intencionados, presumindo-os cientes do prefácio dos *Estudos Brasileiros*, I.^a série, contendo os de mais relevância insertos no *Diário do Grão-Pará*, *Revista Brasileira* e *Revista Amazônica*, de 1878 a

1885; em tal prefácio, que tem a data de fevereiro de 1889, o autor expôs seu pensamento, no tocante a momentosos problemas políticos e sociais, com lucidez, franqueza e energia.

Neste ano foi a Paris, tomar parte no 10.º Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, apresentando a memória *O Homem de Marajó e a Antiga Civilização Amazônica*; ainda mais, por incumbência do Governo do Pará, desempenhada gratuitamente, ali coligiu quanto do ensino constava na Exposição Universal.

Regresso aos caros penates, assistiu à implantação do regímen republicano, que desejava benéfico ao país, mas temia falsificado, procedendo de quartéis.

Tanto como o padre, o soldado, sacrificando o dever à ambição, era-lhe antipático.

A instância do Dr. Pais de Carvalho, vice-governador do Estado, aceitou o cargo de diretor-geral da Instrução Pública no Pará, a fim de alterá-la de *fond en comble*, pelo que transferiu a outrem a propriedade do colégio.

Nomeado a 12, empossava-se a 17 de maio de 1890, tratando logo de sanear moralmente o campo de ação.

O relatório de 31 de dezembro ao governador do Estado, Dr. Justo Chermont, peça destoante das costumeiras no gênero, soma salutares reformas de serviços (V. *A Instrução Pública no Estado do Pará em 1891*, publ. of. 1891, 205 págs.).

Aquela espécie de trabalho de Hércules, no expurgo das cavaliarias de Augias, descontentou o filhotismo tradicional.

De seu turno, aborreceu-se José Veríssimo, percebendo que o Dr. Lauro Sodré, assunto ao poder, não resistiria às injunções partidárias.

Licenciou-se a breve espaço, para exonerar-se depois sem escândalo.

Ainda uma vez, à *quelque chose malheur est bon...*

Sentindo completa sua formação, em meado de 1891 embarcou para o Rio de Janeiro, trazendo como carta de crença, valedora junto a espíritos de altura, obra recentíssima, otimamente inspirada.

Refiro-me à *Educação Nacional*, epigrafada com as palavras de Sílvio Romero: “Este livro quero que seja um protesto, um grito de alarma de *são brasileiro*, um brado de entusiasmo para melhor futuro.”

Teve ele uma segunda edição em 1906, quando ao presidente da República aprovou dizer o ministro dos Negócios do Interior: “O ensino chegou (no Brasil) a um estado de anarquia e descrédito, que ou faz-se a sua reforma radical, ou é preferível abolí-lo de vez.”

E, se acaso já não for inútil repetir protesto fundado em nacionalismo idealista, deveria ter tido uma terceira em 1919, quando o ensino anarquizado, tanto, ou mais, baixou à ignomínia dos *exames por “grippe”*!

Relevai-me, Senhores, o insofrido gesto caipira, gesto de jornalista da roça que ainda não efetuou seu avatar em acadêmico...

Na *Educação Nacional* há este retrato do autor, retrato por letras cuja tinta imagino a de seu próprio sangue:

Eu confesso, não tenho pela desmarcada e apregoadíssima civilização americana senão uma inveja medíocre. E no fundo do meu coração de brasileiro alguma coisa há que desdenha daquela nação, tão excessivamente egoísta e tão eminentemente, perdoe-se-me a expressão, *strugforlifesta*. Essa civilização, sobretudo material, comercial, arrogante e reclamista, não a nego grande; admiro-a, mas não a estimo; esse país novo onde há riquezas que fazem fantásticas as lendárias dos nababos, quando o proletariado, com as suas justas reivindicações, já se lobra através de uma grandeza desmedida, ofende a minha simpleza de matuto chão e honesto; essa política cruel que veda a um povo a entrada no país, persegue-o e lincha-o; que massacra toda uma raça; que tem uma habilidade especial, para adestrar cães contra outra, e que, de Bíblia na mão, discute, justifica, aplaude e exalta a escravidão, fere de frente a idéia que da equidade e da justiça tenho. Aquela corrupção política, que tanto impressionou a Spencer e quantos publicistas têm visitado e estudado os Estados Unidos, repugna a meu senso moral. Aquele *puffismo*, aquela charlatanice do jornalismo, com seus títulos enormes, extravagantes, mentirosos, de um reclamo disfarçado e insolente, escandalizam a minha probidade literária.

Não é a mera satisfação de revelar meu sentimento sobre alguns aspectos da república que todos admiram, que todos invejam e que todos exalçam, que me faz assim escrever. É unicamente porque, parece-me, este sentimento é natural em todo o brasileiro. São estes antagonismos nacionais, não antipatias nacionais, que fazem a cada povo uma espécie de linha divisória que o distingue e diferencia. Admiro grandemente aquele egrégio povo, mas não o invejo, e sobretudo – e isto é para nós o principal – não creio aplicável utilmente ao nosso Brasil quanto lhe fez o progresso admirável, nem quanto o desvanece a ele mesmo.

Agranda a valia da obra, propriamente, o mérito da imparcialidade, pois nela tanto se indigita o que devemos imitar como o que não devemos imitar à famosa nação do Pacífico, em cujo *manifesto do destino* lateja a idéia de futuro *alongamento de pólo a pólo*.

No capítulo “Brasil e Estados Unidos” lê-se, em via de conclusão:

Conservemos a nossa originalidade, o nosso caráter nacional, os nossos costumes, o nosso amor das nossas coisas. Estudemos os Estados Unidos, estude-mo-los não superficialmente como tudo soímos fazer, mas fundamente. Não nos limitemos à aparência deslumbradora da sua grandeza, penetremos nos recônditos de suas instituições e de suas funções. Só assim veremos o que deles podemos criteriosamente adaptar e utilmente aproveitar. Muito, muitíssimo será o que nos poderão eles ensinar; mas, por amor de nossa pátria, não aprendamos senão o bem, e, sobretudo, não nos ponhamos a macaqueá-los sem discernimento, nem vergonha, fazendo-nos, nós que temos o direito de ser um astro soberano, satélite da república enorme.

[...]

Imitemo-la, porém, desde já, no amor que lhe mereceu sempre, desde o início de sua vida nacional, a educação popular. Foi essa a preocupação máxima dos patriotas daquela nação.

Explica-se assim que José Veríssimo, não tendo a *ilusão americana*, mesmo antes do ruidoso panfleto de Eduardo Prado, houvesse estabelecido o Colégio Americano.

E não surpreende que, assim *revelado* na capital da República, adquirisse a espontânea estima de Rodolfo Dantas, sabidas as predileções deste ex-ministro do Império, que acabava de fundar o *Jornal do Brasil*.

O espírito de Rodolfo Dantas tinha gravitado em política, desde as suas primeiras manifestações, para a educação nacional. Ele foi um dos que melhor compreenderam o dilema do Brasil; de resolver esse problema, ou desaparecer. Ora, a educação não é uma obra de que possam ver a cornija, nem sequer o pavimento, os mesmos que trabalharam nos alicerces. *Quando deve começar a educação da criança?* perguntaram a Emerson; o grande americano, o maior espírito que o Novo Mundo até hoje produziu, respondeu: *Cem anos antes de ela nascer*. Muito mais que a educação da criança, a de um povo tem que ser preparada de um século atrás, e nessa tarefa de tão distante resultado e cujas primeiras colheitas hão de amadurecer quando não restar memória do sementeiro, é que a flor da inte-

ligência, da dedicação e da coragem de cada uma das gerações preparadoras tem que ser consumida. Esse foi o pensamento cardeal, o objeto que da política Rodolfo Dantas transportou para a imprensa. Em sua esfera individual, porque a obra da educação é sem-número, multiforme, e no servi-la, cada um deve procurar a sua especialização, a sua missão será assim criar um grande jornal, que atravesse, auxiliando e centuplicando os esforços de todos, o longo período da preparação nacional.

Essas palavras, já o tereis adivinhado, pela elevação e elegância, são de Joaquim Nabuco, que, por efeito das mesmas, chamou “jornal saído de um gabinete de estudos” ao de Rodolfo Dantas, com quem ele próprio, Sancho Pimentel, Aristides Spínola, Gusmão Lobo e Ulisses Viana se revezariam sob o “poderoso nós” redatorial.

À conta do C. (Constancio Alves) estava, ainda no dizer do cronista recorrido, que lhe equipara a graça à de Joaquim Serra n’*A Reforma*, da Monarquia, e n’*O País*, da República, “a vibração da nota efêmera do dia”, “fácil, matinal e sonora como um gorjeio de pássaro”.

Tinha a mais o *Jornal do Brasil*, sólida e fulgurante colaboração, peregrina e doméstica, de Emílio Laveleye, Paulo Leroy-Beaulieu, Edmundo de Amicis, Teófilo Braga, Fialho de Almeida, Barbosa Rodrigues, Rio Branco, Araripe Júnior e tantíssimos.

Para a redação da folha, imitante ao *Journal des Débats* e ao *Temps*, entrou José Veríssimo, exercitando preferencialmente a crítica literária, nos rodapés das segundas-feiras, com o prestígio de *les rois du lundi* em França.

Os trabalhos da espécie compendiarão-se nos *Estudos Brasileiros*, 2.^a série, entre os quais figura um artigo, de 8 de dezembro de 1891, perfil do ex-imperante, cuja morte ocorrera no estrangeiro, três dias antes.

Esse e os de Joaquim Nabuco, em as datas de 9, 10 e 14, sobre o enterro do magnânimo velho destronado, todos polidos e saudosos, foram pretexto para o assalto dos jacobinos ao *Jornal do Brasil*, em a noite de 16-17.

Os que arremessavam pedras, contra a tabuleta do edifício, faziam-no gritando: *Mata, mata Nabuco!*

Do perigo físico livraram-no os ofícios de antigo abolicionista agora aparceirado com os demagogos, o Senador João Cordeiro; mas a afronta moral crestou-lhe a flor de uma ilusão, a da popularidade ingenuamente crida.

No dia 18, deixava ele, com Rodolfo Dantas e Sancho Pimentel, o *Jornal do Brasil*, em que permaneceria Ulisses Viana até maio seguinte, quando assumiu a chefia o Sr. Rui Barbosa, a quem os fados reservavam maior desgosto.

Aquele artigo de José Veríssimo foi celebrado pelo Sr. Carlos de Laet, um dos vexados na época ominosa, destarte abrindo a *Década Republicana*, da *Imprensa* (1889-1899):

Querendo elogiar Trajano, escreveu Tácito que no seu tempo houvera uma grande felicidade – a de poder cada qual pensar como lhe aprouvesse e falar como pensasse: *Rara temporum felicitate, ubi sentire quæ vellis et quæ sentias dicere licet* (*Hist.*, L. I, 2). Idêntico elogio relativo a D. Pedro II, muitos séculos depois, caía da pena de insuspeito republicano, o Sr. José Veríssimo:

“Quantos neste país têm a honra de empunhar uma pena convencida e honrada, por mais modesta e obscura que seja (escreve o festejado democrata), reconhecerão que jamais durante seu longo reinado tiveram de deixá-la cair por falta de liberdade, ou sequer iludir, ou velar o pensamento. Todos pensávamos o que queríamos e dizíamos o que pensávamos.”

A desmaliciosa aproximação de Veríssimo a Tácito – *maximé* feita por eminente adversário político, qual o sutil e tenaz redator d’*O Brasil* e d’*A Liberdade* – constitui, à vez, reconhecimento de seu espírito de independência e de justiça.

Em outro volume, sob o título *A Amazônia*, recolheram-se doze artigos, publicados na mesma folha de agosto a setembro de 1891, discutindo aspectos econômicos da região. Dito opúsculo encerra informes de monta e proveito, quanto à Geografia, à História, à Etnografia e à Lingüística, particularmente *brasileirismos*, como os posteriores *A Pesca na Amazônia* (1895), *Pará e Amazônia*, questão de limites (1899) e *Interesses da Amazônia*, coletânea de seis editoriais do *Jornal do Commercio* (1915). E, a despeito das respectivas datas, são todos *atuais* para gente de governo cuja orientação se anuncia de – *rumo ao norte*.

Tendo por sujeito a fauna ictiológica da bacia fluvial amazônica, a penúltima de tais monografias, 207 páginas de importância real, destinava-se originariamente, como as de Emílio Goeldi, *Os Mamíferos do Brasil* (1893) e *As Aves do Brasil* (1894), ao *Livro do Quarto Centenário*. Mudado o

plano desta obra, comemorativa do descobrimento de nossa terra, o autor aí a substituiu pelas intituladas *Instrução Pública e Imprensa*.

(A propósito e em parêntese, convém frisar que, sem ridículos pruridos de *provincianismo*, José Veríssimo amou sempre a zona de sua procedência; jornalista de renome na capital do país, continuava a enaltecer-lhe a imprensa, escrevendo n' *A Província do Pará*, n' *A República* e n' *O Comércio do Pará*.)

No *Jornal do Brasil* ainda, primeiro semestre de 1892, sendo já reitor do Externato do Ginásio Nacional, abrangido pela reforma do ensino de Benjamin Constant, analisou com desassombro os defeitos desta, aliás, executada quase só na parte alentadora de vencimentos...

De inação jornalística, para José Veríssimo, alma refrangida ante a pátria convulsionada, foram os anos de 1893 e 1894, em que se deu inteiro ao magistério.

Ao estalar a revolta da armada, o Sr. Rui Barbosa, cujo derradeiro artigo no *Jornal do Brasil* apareceu em 6 de setembro, asilou-se numa legação americana, de onde breve passaria à República Argentina, para não ser preso, como seu secretário, Sr. Tobias Monteiro.

Dois dias após, quebrava a pena o Sr. Constâncio Alves; mas, sabedor de que também lhe andavam no encalço os janízaros da ditadura, fugiu para a *Canaã*, de Rodolfo Dantas, propriedade agrícola no município paulista de São Simão.

A 11 de outubro, José Veríssimo, escrevendo ao segundo, cujo infortúnio buscava suavizar, fala do seu, contra o qual procurava reagir.

Ouçam o homem íntimo, comovido e comovente, nesta carta-resposta de agonias e esperanças:

Li-a e reli-a com lágrimas nos olhos, lágrimas de saudades, sempre constantes e fundas de minha mãe. Obrigada, muito obrigado, pelas boas palavras de amizade que me disse sobre minha querida mãe. Deixe-me, sem reparo, dizer a V., que infelizmente a não conheceu bastante, que ela merecia essa homenagem de um homem do seu coração e do seu espírito. E não preciso acrescentar que ela queria-lhe muito, que, opulenta de ternura, chorou a morte de seu irmão quando lha contei e lhe disse o seu infortúnio, de irmão amantíssimo estreitamente unido ao que, em tal momento, imprevisadamente, na flor da vida, o deixara. Essa morte todos nós a sentimos, e mais de uma vez em Jacarepaguá, para onde fomos e ela nos morreu, conversamos de seu pobre irmão, de V., de seu paradeiro incerto. No

dia seguinte ao do enterro dele, procurei-o a V. em Catumbi. Já o não encontrei. Deixei-lhe um cartão. Recebeu-o? Imagino as suas angústias, e as tristezas de sua vida desde aí. Desconfiava e hoje sei, com certeza e alegria que se acolheu a teto hospitaleiro de amigos, cuja elevada e verdadeiramente fidalga nobreza de coração conheço, aprecio e venero. Abençoados sejam eles.

A morte de minha mãe e os sucessos que pelo mesmo tempo se deram acabrunharam-me profundamente. Os três meses que se lhes seguiram vivi fisicamente doente, a ponto de recear eu próprio pela minha existência. Ela era o meu apoio e a minha força. Da inteireza do seu juízo e da retidão do seu caráter, da sua larga e generosa bondade tirava eu sempre, como de mina inesgotável, os alimentos de minha vida moral. Esta casa, que ela animava, ficou vazia, cheia apenas da sua lembrança, da sua imagem ideal, ainda hoje presente por toda a parte.

Depois, a lembrança dos deveres de pai de família, conselhos e admoestações de amigos fizeram-me reagir contra o acabrunhamento da minha dor. Entrei a trabalhar e a estudar, procurei, sem conseguir, sair desse miserável inferno do funcionalismo público, pelo qual tenho verdadeiro horror. Falharam-me até aqui essas tentativas, e eis-me ainda amarrado a este cepo. Falam hoje os jornais de novo em demissões. Sou pobre, muito pobre, com família; pois bem, se a minha fosse uma delas talvez a estimasse. É o caso de quem se atira ao mar para aprender a nadar. Eu, entretanto, como lhe disse, pus-me a trabalhar. Em breve deve sair 2.^a série dos *Estudos Brasileiros*. Além dos estudos publicados em o nosso querido *Jornal do Brasil* (refiro-me ao da 1.^a fase), traz um prefácio e um estudo inéditos. Tenho também no prelo a *Pesca na Amazônia*, cujo título o fará sorrir, mas que será um livro querido, pois foi a escrevê-lo que distraí as minhas mágoas. Outros trabalhos ficam na gaveta.

Ultimamente resolvi publicar a *Revista Brasileira*, da qual lhe envio um prospecto. Quero ver se posso fazer dela uma coisa séria, capaz de libertar-me do grillão burocrático, o que julgo conseguiria, se pudesse, como espero, montar uma tipografia. Creio que é como acabarei, como tipógrafo.

Semelhante empresa, após conturbação grave, num momento de desmantelo geral, quando ninguém pensava em coisas intelectuais, era tentativa arriscadíssima, ato de coragem singular. Mas José Veríssimo queria realizar um sonho de mocidade, sonho longa e docemente sonhado... A *Revista Amazônia*, que teve êxito relativo dadas as condições de tempo e de espaço, já fora uma imitação da *Revista Brasileira*, 2.^a fase, à qual se reportara em 1889, no prefácio dos *Estudos Brasileiros*, 1.^a série:

Essa publicação, que me traz a lembrança saudosíssima de um de seus valorosos diretores e eficazes colaboradores, um dos raros que neste país têm tido o santo e nobre entusiasmo das letras, – Franklin Távora, – marca, por assim dizer, o apogeu e o pronto declínio desse movimento (o espiritual, do decênio 1873-1883).

[...]

Dessa época e de sua influência são os escritos que constituem esta racolta.

[...]

O estudo da pátria brasileira, em todos os aspectos que no-la representam tal qual é, não como simples agremiação política, mas como uma nacionalidade consciente, pareceu-me sempre dever ser o ponto de partida para onde deviam convergir os esforços de todos os seus escritores, de todos os seus sábios e de todos os seus artistas, e a única base positiva para assentarmos uma cultura, como dizem os alemães, verdadeiramente nacional.

[...]

É esta a inspiração principal da minha obscuríssima vida literária e o espírito que dirige todos os meus trabalhos feitos, ou premeditados.

Com o mesmo ideal, José Veríssimo fez ressurgir a *Revista Brasileira*, 3.^a fase, a I.^o de janeiro de 1895, dizendo no artigo programa:

Aos seus fundadores parece que é propícia ocasião de dar ao pensamento brasileiro, em todas as suas variadas formas, um meio de expansão. Mais facilmente que o jornal, ou o livro, pode a revista recolher de todo o país e por todo ele disseminar as manifestações de sua vida espiritual, sendo ao mesmo tempo um centro de convergência e de irradiação de todas elas. E, assim, sem sair de sua esfera, viria, em nossa federação nascente, exercer uma função social cujo alcance não precisa encarecido, qual a de criar e estreitar entre os estudiosos e escritores de todo o país relações de confraternidade espiritual e levar por todo ele as vozes daqueles que nas letras, nas ciências, nas artes são os órgãos do sentir e do pensar nacionais.

Nesse quinzenário, não menos fecundo e mais brilhante que o anterior, congregaram-se, em torno de José Veríssimo, para a obra patriótica, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Visconde de Taunay, Sílvio Romero, Araripe Júnior, Salvador de Mendonça, Barão de Loreto, Urbano Duarte, Valentim Magalhães, Inglês de Sousa, Garcia Redondo, Raimundo Correia, Artur Orlando, Almirante Jaceguai, Sousa Bandeira, Heráclito Graça, Afonso

Arinos, Martins Júnior, Lúcio de Mendonça, Artur Azevedo, Coelho Neto, Afonso Celso, Oliveira Lima, Medeiros e Albuquerque, Alberto de Oliveira Magalhães de Azeredo, Rodrigo Octavio, Graça Aranha, Clóvis Beviláqua, Silva Ramos, Domício da Gama, João Ribeiro, Mário de Alencar, Raul Pompéia, Capistrano de Abreu, Ferreira de Araújo, Ramiz Galvão, Antônio Sales e Virgílio Várzea, homens de letras; J. M. Caminhoá, Nina Rodrigues, Fausto Cardoso, Domingos Freire, Orville Derby, Emílio Goeldi, Alberto Löfgren, Luís Cruls, Carlos Euler, H. von Ihering, Álvaro de Oliveira, Licínio Cardoso, Said-Ali e Pandiá Calógeras, homens de ciência.

Dos do primeiro grupo, 21 falecidos e 13 vivos, pela ordem do elenco, entraram na composição da Academia Brasileira de Letras, fundada por entusiástica iniciativa de Lúcio de Mendonça, mas da qual José Veríssimo foi não só o grande fator indireto, pois ela emanou do ambiente carinhoso de sua revista atrativa, como também sustentáculo em horas difíceis, exercendo com austeridade a presidência, quando secretário-geral.

Não tivesse ele, por similitude moral, escolhido para patrono de sua Cadeira “o escritor maranhense, que soube manter bem alta a dignidade das letras, sem jamais se haver servido delas para *cavar*, segundo a pífia fraseológica de hoje, posições e vantagens”.

João Francisco Lisboa “fotografara-se, conforme José Veríssimo, a quem venho repetindo, nesta frase, que não é apenas mais uma de tantas que mentidamente fazem literatos, mas a mesma expressão de seus atos: *Não há poder ante o qual a verdade deva curvar-se.*”

Não sei de maior afinidade eletiva no seio da Academia, cujos membros a reconheciam.

De temperamento impulsivo e espírito pouco gregário, em 1912, o novo *Timon* afastou-se da ilustre companhia, supondo-a acurvada a outro poder que não o da verdade literária. Mas foi uma paixão nobre, sem eiva de interesse pessoal, a que o cegou no dissídio.

Em 31 de dezembro de 1898, quando acabou a benemérita *Revista Brasileira*, José Veríssimo, contra o desejo expresso ao recriá-la, ainda se achava preso ao “grilhão burocrático”, do qual só quebrara um elo, por motivo de dignidade.

Reitor do Externato do Ginásio Nacional, desde 14 de janeiro de 1892, deixou o cargo a 24 de agosto de 1898, mediante exoneração solicitada, visto não querer sujeitar-se a um capricho do chefe da nação, que reputava nefasto à ordem administrativa do estabelecimento.

Outrem paliaria o caso por um trimestre, aguardando a sucessão presidencial, como justa esperança no acerto do novo governo; mas não ele, intransigente sempre no que considerasse ponto de honra.

Num longo e vibrante ineditorial do grande órgão de imprensa do Rio, datado de 28 daquele mês, tornou pública a razão por que se demitira, forrando-se à subserviência.

De sua correção absoluta, no desempenho da reitoria, ainda outro dis-sabor lhe adveio.

Nunca lha perdoaram certos catedráticos visados em relatórios oficiais, embora discretamente, como neste passo do de 1897 ao ministro da Justiça e Negócios Interiores:

Por causas múltiplas, que fora longo declarar, e, por força de minha posição oficial, eu não teria talvez tido a isenção para dizer, pode-se afirmar, sem erro, ou exagero sequer, que o ensino é aqui, de anos a esta parte, bastante fraco e não corresponde acaso, nem aos sacrifícios que faz o país com a manutenção deste estabelecimento, nem ao juízo público. O atual regulamento é talvez parte neste estado de coisas, menos, entretanto, pelo seu espírito geral, pela sua organização das diversas disciplinas do curso, como pelas partes secundárias, que programas explicativos, minuciosos e circunstanciados deviam esclarecer e corrigir, e mais ainda por faltar ao corpo docente como que essa unidade de vistas, essa convergência de esforços e vontades para que uma obra de educação se transforme em uma obra de educação, pelo menos intelectual. Os exames, como aliás parece por toda a parte entre nós suceder, têm-se tornado fracos, sendo para notar que nos anos superiores, 5.º, 6.º e 7.º, não há reprovações, não obstante as notas do ano não abonarem o aproveitamento dos alunos desses anos.

Mesquinha vingança explodiu em outubro de 1906, por ocasião do concurso para provimento da cadeira de História, no qual se inscrevera o ex-reitor.

Classificado em 1.º lugar pela mesa examinadora, composta de notabilidades, Srs. Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Raja Gabaglia, baixou-o para o 5.º uma congregação movida por inimigo acérrimo.

E nessa congregação, de maioria acidental, tomaram parte um lente que não assistira a todas as provas e um professor sem direito de voto.

O escândalo foi muito discutido, mas triunfou o ódio velho.

Deixando o Externato do Ginásio Nacional, José Veríssimo entregara-se ao magistério particular, pois não lhe bastavam ganhos menores para garantir a subsistência da família, já então numerosa.

A 18 de outubro de 1898 foi nomeado professor de Português do 2.º ano do curso diurno da Escola Normal, onde era regente da 2.ª turma de Pedagogia desde 2 de julho de 1892. E transferido, em 19 de março de 1901, daquela cadeira para a de História Geral e da América, lecionou esta disciplina (tendo escrito e publicado um compêndio da mesma) até a véspera de sua morte.

Três vezes, 30 de março de 1909, 28 de fevereiro de 1910 e 15 de maio de 1912, colocaram-no na vice-diretoria do instituto, havendo na última exercido a diretoria, em razão de impedimento do Dr. Tomás Delfino.

No *Pedagogium*, criado pelo Governo Federal, dec. de 8 de novembro de 1890, professara José Veríssimo a Pedagogia, de 15 de março de 1895 a julho de 1897; sua lição inaugural, que ocupa oito páginas da *Revista Brasileira*, fasc. de 1 de junho de 1895, termina assim:

Todos os países cultos dão à Pedagogia no seu ensino oficial, ou particular, um digno lugar. Nos Estados Unidos como na Alemanha, ela não é só ensinada nos estabelecimentos destinados especialmente ao preparo profissional dos mestres, mas professada nas universidades. A França, que a tinha já nas suas escolas normais, criou há poucos anos cadeiras de Pedagogia nas suas faculdades de Letras. E, se países tais – e de todos os países de alta cultura se poderia dizer a mesma coisa, – que possuem uma longa tradição pedagógica, que têm como que derramada em seu ambiente a preocupação da Educação e de seus métodos, julgam útil e proveitoso sistematizar nas escolas, nas faculdades e nas universidades a arte da Educação, parece-me que errados andamos tratando-a nós, que nada daquilo temos, com a desconsideração com que a tratamos.

Entretanto, passado o estabelecimento ao governo municipal, este o suprimiu, como “inutilidade custosa”, dizendo o prefeito, no dec. de 6 de julho de 1899:

...a razão determinativa do *Pedagogium* foi a de constituí-lo um centro popular de ensino, fim que não conseguiu, porquanto é notório que nas raras conferências que, a princípio, ali se realizaram, mesmo entre os professores poucos compareceram.

A chalaça indígena, emanada talvez dos próprios professores relapsos, crismara-o em *Petalogium*.

Restabelecido, porém, a ele voltou em 1911 José Veríssimo para reger a cadeira de História da Instrução no Brasil (curso contratado).

Para isto concorreria um de seus trabalhos no *Livro do Centenário*, a que já me referi.

Especialista no assunto, de crédito firmado apenas chegara do Pará, pertenceu ao Conselho Superior do Ensino por nomeação de 14 de janeiro de 1892.

Foi designado em 20 de maio de 1907 membro do Conselho Superior de Instrução Pública, em 4 de junho de 1908, para nele ter exercício em 19 de outubro do mesmo ano seu membro livre e em 28 de fevereiro de 1910, seu membro nato.

Representou a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal no Congresso de Geografia, que em setembro de 1910 se reuniu em São Paulo e compareceu a uma sessão do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas.

No desempenho de tais cargos e mandatos, José Veríssimo prestou grandes serviços à causa do ensino, que mereciam largo e carinhoso estudo, qual o fazia o venerando Barão Homem de Melo, também lustre do magistério público.

Colhendo o honrado paulista, antes que o houvesse substituído na Academia, a morte privou-vos de ouvir, em legítima consagração, o elogio de um mestre por outro.

A mim apenas é dado, como a todos que sabiam as virtudes do primeiro, imaginar quanto ele, pelo exemplo constante, ainda mais que pela palavra persuasiva, teria influído, junto à mocidade, para a regeneração dos costumes.

Todo seu esforço de educacionista, no livro e na cátedra, em mais de 30 anos, teve como juro de glória – conferirem-lhe o nome a um dos primeiros grupos escolares na capital do Pará e a uma escola primária na do Brasil.

É o prêmio que, nesta república, auferem coronéis da Guarda Nacional, pelo êxito de tranquiébnias eleitorais.

Previendo-o talvez, queria ele “acabar como tipógrafo”, no sentido comum; mas acabou como *tipógrafo*, no que ao vocábulo emprestava o Guerra sapateiro, de burlesca memória.

E, acabando como principiara, isto é, como jornalista, acabou bem; não acabaria melhor na carreira diplomática, se houvesse aceitado o convite de Joaquim Nabuco, para secretariá-lo na missão da Guiana inglesa.

As duas últimas campanhas, que sustentou n’*O Imparcial*, contra caudilhos brasileiros e imperialistas alemães, foram enérgicas e brilhantes, dando a completa medida de seu sentimento patriótico e seu sentimento humanitário.

Adverso ao Partido Republicano Conservador, apenas viu o começo da respectiva derrocada; presidente de fato da Liga pró-Aliados, mal pôde entrever o fim da guerra; porque de tanto vibrar, pela liberdade e pela justiça, estalaram-se as cordas da vida, em 16 de fevereiro de 1916.

Dos anteriores trabalhos de José Veríssimo, no jornalismo do Rio, não inventariados ainda, constituem a parte efêmera – artigos ligeiros quando secretariava *A Imprensa*, do Sr. Rui Barbosa; “Casos da Semana”, crônicas às vezes humorísticas, sob o pseudônimo *Cândido* n’*O Debate*, de Severino Vieira; “Exterior”, seção de política alienígena com a assinatura *V.*, em *A Notícia*, de Manuel da Rocha. E nela pode-se incluir “O Século XIX”, retrospecto do movimento universal, na *Gazeta de Notícias*, também do último, que cogitou de prolongar-lhe a existência, editando-o numa brochura (esgotada).

A parte duradoura está representada por sua colaboração, anos seguidos, no *Jornal do Commercio*, no *Correio da Manhã*, n’*O Imparcial*, na *Kosmos*, na *Revista da Academia*, na *Revista Americana* e outras, de que se formaram vários livros, impressos e a imprimir, todos de bom senso e bom gosto, qualidades intrínsecas do escritor.

As coletâneas dadas à estampa intitulam-se *Estudos de Literatura Brasileira* (6 vols.), *Homens e Coisas Estrangeiras* (3 vols.) e *Que É Literatura? e outros escritos* (1 vol.), participante da natureza dos precedentes.

Algumas dessas recopilações, de *interesse contemporâneo*, pela *crítica de individualidades, fatos e doutrinas*, em *artigos desconcatenados*, mas com *espírito imparcial e progressivo*, merecem justa apreciação de Lopes de

Mendonça e Teixeira de Queirós, no parecer de 27 de outubro de 1910, para que o autor fosse admitido, como sócio correspondente, na Academia das Ciências de Lisboa.

Os inquéritos literários, escrupulosamente relatados, do primeiro grupo, bem como cinco tomos da mesma espécie, a publicar, são fontes para a história de nossa produção literária nos últimos decênios. Sem eles, difícil seria fazê-la completa, ou sequer aproximada, pela carência de resenhas bibliográficas, até as mais simples, no Brasil atual.

A *História da Literatura Brasileira*, de Bento Teixeira (1601) e Machado de Assis (1908), conjunto de ensaios elaborados em momentos diversos, resente-se de certa diferença de tons, não de falta de unidade interna, além de pecar no desenho de uma das figuras centrais, cuja força de ideal nas letras pátrias tanto encarecera outrora o próprio José Veríssimo, parecendo que este não lhe examinou de novo as páginas sinceras e magníficas.

Como quer que seja, essa obra póstuma, segura nas linhas gerais, a espaços arquitetada admiravelmente, encerrando capítulos de alta valia, não correspondeu à expectativa de todos os leitores ou pelo menos não correspondeu de todo à expectativa de leitores críticos, aliás contra o ambicionado pelo autor, o qual a traçou com pureza de intuítos, fiado no juízo dos sobreviventes, extintas as paixões em torvelinho.

Disso dou testemunho documental, citando-lhe rápidas passagens de duas cartas, de 26 de agosto de 1912 e de 9 de abril de 1915:

A respeito de meu artigo sobre Gonçalves de Magalhães, eu quisera que, em vez das amáveis referências que lhe fez, me dissesse qualquer defeito que lhe haja achado e que devia ter. Realmente, é parte de minha futura *História da Literatura Brasileira*, como suspeitou. Diga-me o que lhe pareceu o tom geral e se pensa corresponder a meu desejo de fazer obra legível, sem tom didático, ou dogmático, nem pretensões a filosofias.

A guerra (ao menos é o pretexto) veio dificultar o aparecimento de meu *Basílio da Gama*, quase na última impressão, e o de minha *História da Literatura Brasileira*, já pronta para o prelo. Assim, esta permanece na gaveta, com mais três, ou quatro volumes (que horror!) de ensaios e artigos avulsos. Sorri-me, aliás, a idéia de uma publicação póstuma... Talvez depois de morto me achem algum merecimento.

O *Basílio da Gama*, vida e obra, entregue à Livraria Garnier, continua inédito. E é pena, porque vinha completar a coleção dos clássicos mineiros. Nele entram as poesias que José Veríssimo, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aí descobrira em uma pasta de Joaquim Norberto, e as que Lúcio de Azevedo lhe remetera de Lisboa, onde as encontrara entre manuscritos da biblioteca pombalina. O estudo preambular, cuidadosamente feito, sobreleva ao de sua edição literária de *Marília de Dirceu*, de 1910, em que repetiu muitos erros do Sr. Teófilo Braga.

Até aqui me escusei, deliberadamente, não só de discutir teorias da crítica, mas também de comparar críticos, que pertenceram a este cenáculo egrégio, por fugir a quanto parecesse indiscrição.

Sem quebra da conduta que me pretracerei, devo, porém, salientar agora a lealdade de José Veríssimo, em relação aos *oficiais do mesmo ofício*.

E bastará o excerto de uma epístola, datada de 19 de junho de 1910:

Li, penhoradíssimo, o artigo do Sr. Antão de Moraes, “Briga de críticos”. Embora suspeita, a minha opinião, dita ao ouvido do amigo, é que é uma boa página humorística e cheia, de parte o que me é pessoal, de razão. Desagredou-me, porém, a referência, talvez demasiado pesada, ao Araripe Júnior, conquanto eu sempre pensei que o seu escrito sobre Rui não lhe fazia, a ele, honra alguma, antes pelo contrário. Nem o Araripe, com todos os seus dotes intelectuais, que são notáveis, tem uma só das qualidades que um escrito como aquele requeria. Era bem o caso de repetir-lhe o conselho *ne forcez jamais votre talent*, máxime quando se já passou a idade em que ele pode ser ainda maleável. Aliás, não sabia que o Araripe Júnior tivesse tirado em livro esses artigos (referia-se aos *Diálogos das Novas Grandezas do Brasil*), que li no *Jornal do Commercio* e que desde logo me pareceram verdadeiramente ruins — como inspiração, como estilo e como língua, e de todo sem nenhuma das qualidades que deviam e, certamente, presumiam ter.

Mas como pessoal e literariamente estimo muito o Araripe, e acho que ele, sem embargo da sua má língua, é um dos nossos melhores literatos, escandalizou-me a referência do Sr. Antão de Moraes, nos termos em que a fez.

Quanto a todo o bem que a sua generosidade lhe inspirou a meu respeito, não posso senão agradecer-lhe sinceramente penhorado. Não li as *Zeverissimas*; mas, pelo que tenho ouvido e lido de insuspeitos e capazes, o libelo me prejudicará menos do que ao autor, ao menos aos olhos da gente cujo conceito merece estimado. O dos meus desafetos, porque eu não acho que eles sejam uns gênios, esse não o levo em conta.

Agredido iníquia e violentamente por Sílvio Romero, a quem tanto enaltecera e estimara, calava sua mágoa profunda, confiando talvez no arrependimento daquele.

E esse arrependimento – diga-se também por honra do arrependido – verificou-se completo.

Dias antes de expirar, o impetuoso lutador, que era um ótimo coração, confessou-o ao Sr. Alberto de Oliveira, declarando reputar “José Veríssimo um homem digno do maior respeito – pelo caráter, pelo talento, pelo estudo e pelo trabalho”.

Quando morreu o segundo, – circunstância comovedora! – achou-se-lhe na carteira uma nota recente, de seu próprio punho, para beneficiar gentil criatura, que o outro quisera com amor de pai.

José Veríssimo, embora severo até com os velhos escritores, nunca se mostrou infenso aos novos, se dotados de merecimento real, aos quais logo se afeiçoava, como apuro de extensa correspondência.

Em 19 de julho de 1909 escrevia-me:

...muito obrigado por ter-me feito conhecer um escritor de tanto estudo e talento, de tanta capacidade, como o Sr. Raul Soares. A amostra que me fez o favor de enviar de seu futuro trabalho (3 folhas impressas) basta para dar dela a mais lisonjeira idéia, e fico realmente ansioso pela obra acabada. Já ontem conversei dele com o Alberto de Oliveira, que, além de ser o magnífico poeta que sabe, é dos nossos raros homens de letras que conhece a história das nossas e das portuguesas. Ele já havia lido o livro de Delfim Guimarães e discordado dele, de sorte que vai já ler as folhas d’*O Poeta Crisfal*, do Sr. Raul Soares, desejando conhecer breve o resto.

E a 4 de agosto de 1909:

Aceite meus agradecimentos por ter-me posto em comunicação com o Sr. Raul Soares, assim como pela nova remessa das últimas folhas d’*O Poeta Crisfal*.

Não acredite, porém, que eu seja sem defeitos e que aos meus inimigos e desafetos, e os tenho numerosos, falte de todo razão para malquerer-me. Confesso, entre outros, dois defeitos graves, uma absoluta incapacidade de mentir, de esconder, ou sequer disfarçar meu pensamento, e uma incapacidade igual para as fáceis camaradagens, fáceis e falsas, tão comuns na vida literária. Isto vai ao ponto de ter-me sempre impedido de *tutear* pessoa alguma, e haver adotado,

espontânea e naturalmente, o hábito de nos meus escritos tratar os autores, ainda os mais íntimos e queridos amigos, pelo – Sr. A familiaridade em público, com quem quer que seja, sempre me pareceu de mau gosto e má educação.

A seu espírito atilado esta confiança, que, benévolo como é, há de perdoar-me, explicará o motivo das desafeições que carrego, aliás sem me dar grande coisa delas.

O Alberto de Oliveira está entusiasmado, é o termo, pelo livro do nosso amigo.

E ainda em novembro do mesmo ano (*s.d.*):

Que tristeza o que aconteceu ao nosso Raul Soares, e como me sinto em simpatia, em amizade de longos anos com ele neste cruel transe por que passa.

Felizmente que na sua desgraça ele teve aí amigos, verdadeiros amigos, como V., para o não desampararem, nela, acompanharem-no, confortarem-no. O meu pesar aumentou com as sentidas palavras do *Correio de Campinas*, certamente suas. Muito obrigado pela remessa do exemplar.

Abrace por mim ao Raul, repetindo-lhe o que aqui lhe digo sem chegar a exprimir toda a minha dor.

Detestando as camaradagens fáceis e falsas, comuns na vida literária, como disse, prezava aos verdadeiros homens de letras, ainda que distanciados na penumbra da província, e punha-os em contato com quantos soubessem prezá-los igualmente.

Assim foi com os Srs. Lúcio de Azevedo e Xavier Marques, com o saudoso Alfredo de Carvalho e muitos outros.

Certo estou de que, apenas iludido por sua generosidade, errou quanto um, único, para quem granjeou a vossa.

Eis chegado o instante difícil, em que o sentimento, por profundo em demasia, escapa à superfície visível da expressão.

Seriam vozes perdidas as de falar para dentro, sem esperança de um eco mais apreensível aos vossos ouvidos.

Que vos dirá meu coração agradecido? Onde achar o ritmo mais conveniente à vossa grandeza?

Fez Chateaubriand um epigrama de meter inveja a todas as antologias helênicas.

Dizia aquele gênio que uma vez a Glória, o Amor e a Amizade baixaram do Olimpo para peregrinar sobre a terra. Intentaram essas divindades traçar a história de tal jornada, notando os nomes dos que lhes dessem hospitalidade. Muniu-se a Glória de um pedaço de mármore, o Amor de tabuinhas enceradas e a Amizade de um livro em branco – variada ferramenta com que gravassem, perpetuando, a magnificência dos hóspedes.

Assim fizeram e, uma noite, chegaram até mim, espantado da boa fortuna de receber tamanhos deuses sob meu teto.

Na seguinte manhã, ao partirem, vi que a Glória não logrou insculpir meu nome no duro e refratário mármore; o Amor escreveu-o nas tabuinhas, mas a cera fundiu apagando-o logo; somente a Amizade alcançou o milagre de fixá-lo perpetuamente no livro em branco.

O epigrama admirável dá a medida do nada que me considera a Glória, do pouco que me concedeu o Amor e da eterna juventude com que aprovou a Amizade florir meus dias.

Hoje, pois, tenho por explicada minha ventura. Não necessita sábios intérpretes essa hospitalidade, límpida e amiga, que galardoou o forasteiro inútil.

Desde algum tempo a ciência (desta vez alheia à vaidade) achou que tudo se deve às forças mínimas e infinitesimais da natureza.

E eis que, enfim, a seu turno, agora a humanidade descobriu para si própria a mesma fórmula – adquirindo a consciência celular, reconhecendo no obreiro humilde o fundamento de suas fundações giganteias.

E eu sou como esse operário imbele, mas significativo, inútil e todavia indispensável, obscuro e apagado, mas tendo em qualquer maneira o mesmo lume de vida que enaltece e acende as constelações.

Agradeço-vos de toda a alma essa bênção de amizade, que me parece tão grande como a da Glória e do Amor, e certamente menos vã do que a deles.

II

RESPOSTA DO SR. MÁRIO DE ALENCAR

SENHOR Alberto Faria:

Suponho dar-vos maior prazer começando esta saudação de boas-vindas com o mencionar e destacar a vossa qualidade de jornalista, que vos é particularmente cara entre os vossos títulos de escritor. Por isso, dos sufrágios aqui recebidos foram os dos nossos confrades jornalistas, de gosto, ou de profissão, os que mais vos sensibilizaram, como um reconhecimento e um aplauso de companheiros. Pressentindo essa vossa preferência, quisera eu lisonjeá-lo, mas já receio desagradar-vos com o desacordo do meu conceito. Outro, que não eu, devera ser o que vos apreciase aquela qualidade.

Por erro talvez de ponto de vista, ou por outra causa com que, melhor do que eu mesmo, atinareis, sou de quantos aqui o menos competente para falar-vos do jornalismo. Mas a sinceridade nunca fica mal no domínio das idéias e pode ser também um louvor reflexo. E assim a vós que o amais, digo sem reboço, mas sem afetação de paradoxo e até a pesar meu, que desamo o jornal. Não desconheço o que ele vale como expressão sintética da cultura, e um dos elementos principais da vida política; eu mesmo experimento os benefícios de toda ordem que ele presta como órgão de opinião do povo, e sei que já não prescindindo dele na trama social em que vivo. Mas, espírito de solidão, exilado na cidade, tonto do rumor que me envolve, não me foi dado sentir sem resistência e desgosto íntimos todas as formas e necessidades do progres-

so. Ora, o jornal é um dos fatores mais vivazes e constantes desse progresso, vertiginoso e importuno. Combinando de si todas as forças materiais e sociais, o jornal intensifica a vida e torna-a ubíqua, multiplicando o espetáculo da dor, da alegria e da vulgaridade, ao passo que inutiliza o esforço individual da pesquisa, desvanece a graça do segredo, desmoraliza a intimidade da palestra, desvenda a terra em todos os seus recantos, fotografa o homem por todas as faces, dissolve a novidade e equipara o conhecimento. Dizem que é um bem, e eu penso que é um mal. Há pressa de viver, sendo a vida tão curta. O homem que devera criar o engano do seu alongamento, entretendo-a com as dificuldades naturais que constituem o motivo do gozo sucessivo, perverteu-a em corrida de aposta a quem todos são forçados em porfia, arrastados em roldão, estonteadamente.

A curiosidade desmarcada, movida por uma engrenagem de locomotiva, percorre e devassa tudo, sem atentar na monotonia e na tristeza dos que não terão mais que ver. Entretanto, ainda todos parecem contentes, como se o homem seguisse o seu destino para a aproximação e o esplendor dos deuses. Eu, retardatário bisonho, conservo o meu espírito à beira da corrente encachoeirada, e lastimo que seja da condição humana ir o homem urdindo e tecendo pelas suas próprias mãos um estorvo ao imprevisto, à diferenciação, à ingenuidade, à ignorância e à fantasia criadora de imagens e ilusões. O jornal é um maquinismo de impressão e quase já o é do pensamento, e há de extinguir o pensamento puro, como a fotografia acabou com o repouso da pintura, e o cinematógrafo vai destruindo a lenta harmonia do drama.

Desta persuasão não pode mover-me o engenho sutil com que o nosso ilustre confrade Medeiros e Albuquerque ideou a poética do jornalismo como uma das belas-artes. E ele o fez com a proficiência de quem no jornal já se revelara consumado artista. Mas eu lhe diria que nem todo o seu talento soube esconder a fragilidade da sua arte nova, que se inspira, como ele o quer, no artifício da simulação. As belas-artes, não importa a convenção a que recorram, como travejamento da sua estrutura, não vivem sem a beleza, e a beleza não existe senão subjetivamente pelo toque secreto da sinceridade comovida. Justamente o jornal exclui o silêncio e a sinceridade, o gosto e a ocasião de contemplar e de viver pelo espírito, o módulo, a seleção e a medida, que são as condições primordiais da bela-arte. O jornal é abundante, con-

fuso e difuso, e exprime e confirma a idade da máquina, da insensualidade moral e do desencanto estético.

E eu já vos falo como um desencantado e um vencido.

Também a um folclorista e a um conversador qual sois, para quem o segredo é um alimento, e é um estímulo o esforço e a primazia da revelação, era de presumir que o jornal se afigurasse um concorrente perturbador e aborrecido. Mas na verdade fostes jornalista durante 25 anos e ainda sentis saudade do ofício predileto.

Tínheis 14 anos quando fundastes na cidade de São Carlos o jornal *A Alvorada*. Assumistes nesse dia uma responsabilidade, que não podia conjeturar o alvoroço do redator adolescente. Outros, e não poucos, e já não mais adolescentes, nunca tiveram a exata consciência da função do jornalista. Não sei, entretanto, de nenhum ofício mais grave na sua atualidade.

O jornal que nasceu como gazeta, folha volante para só noticiar, desenvolveu-se na evolução dos costumes, ampliando-se em livro e em foro, nas quais age o moralista, o crítico e o juiz. Mas não um moralista, não um crítico, não um juiz individuados: já fora difícil achá-los a cada qual na idoneidade do seu papel; o jornalista funde em si os três papéis, e faz o milagre.

O moralista só é moralista com a condição de ter um dogma, formulado na experiência, ou no sentimento de um longo passado, e que constitui a base do seu critério e a linha de atuação da sua vida. Não lhe peçam filosofia, pois que esta duvida, e o gosto moral não consente dúvida; é como um alicerce, enterrado para não sofrer abalo e para suportar a construção do espírito.

O crítico, sim, tem de ser filósofo para a investigação, a análise e o confronto; consulta o presente e o passado, e sobretudo as origens a que vai buscar as causas: está em permanente elaboração, mas para que esta seja eficaz, há de operar à distância, proporcionando a perspectiva para a visão, que não a confundam enganos de miopia, ou de astigmatismo. A serenidade e o silêncio condicionam-lhe a observação.

Assim o juiz, mas com maior rigor do que é mister para o crítico e o moralista, os quais se exercem sobre generalidades, e também com a filosofia que lhe forme a cultura, o juiz tem de ser pontual no exame dos dados de informação, que não lhe permitam erro ao aplicar a sentença; pois que uma sentença errada é crime, e maior crime que o do caso julgado.

Difícil é a preparação e o desempenho de cada um; mas o jornalista é a um só tempo moralista, crítico e juiz: congrega em si essas qualidades, essas três vocações, e exercita-as com um efeito mais dilatado do que cada um deles no seu papel particular. A palavra do moralista firma-se no seu dogma pessoal e tem assim na sua influência o limite da sua pessoa. Manifesta-se o crítico na sua especialidade; se é da História, na apreciação dos fatos mortos, ou alongados; se é da Arte, ou de idéias, no ensaio, que só interessa aos estudiosos. O juiz atua em cada caso e nas folhas dos autos, que têm o seu andamento nos caminhos, se não secretos, discretos, e curtos do foro. Acompanha-o uma curiosidade restrita.

Considerai, porém, a extensão a que se propaga o jornal. Tenha ou não a assinatura e a imputabilidade de um nome, o jornal dá à obra do jornalista a impessoalidade do dogma, em moral, alarga-lhe a crítica ao presente, aos fatos vivos e próximos, e interessa na sua apreciação já não só os estudiosos, senão todos, que vivam no passado e no presente; e amplia a sentença do juiz, das pessoas que a lei e a autoridade limitam, às pessoas que atingem o capricho, ou a curiosidade dos homens; excede o âmbito dos casos em que se articulam fatos para o julgado, a casos em que se articulam qualidades: o concreto dá lugar ao abstrato, o depoimento à conjectura; o afeto da lei ao da pessoa, a alçada do cargo à alçada da vontade, boa, ou má.

O livro, o sermão, o discurso, a sentença têm público circunscrito: o livro depende da notícia que o comunica, do dinheiro que o compra, da paciência que o percorre, do vagar que o estuda, da aptidão que o entende. O sermão e o discurso têm o seu auditório medido pelo recinto em que vozeiam. A sentença é lançada nos autos, ou proferida no tribunal, e empoeira-se nos arquivos, ou percorre só alguns ouvidos. O jornal, porém, tem a virtude da sua origem de folha volante, anônima, gazeta de vintém ou tostão, insinuante como o ar, dispersa como o pó que o vento levanta, célere, num momento em cada ponto da cidade, em cada cidade, em cada país, em cada mão, visível sob cada vista, como um relâmpago, atraente pela possibilidade de uma advertência para cada qual, pela promessa de um interesse, e pela certeza de um pasto para a bondade, para a pena, para a inveja, para a suspeita, para o ódio, e para a maledicência.

A palavra ouvida, por muito sonora que seja, dura enquanto ecoa; a palavra do livro, por muitos olhos que o leiam, vive fechada no livro; a sentença jaz nos autos, no castigo, ou na reparação das partes; mas a palavra do jornal fica no espaço, no ar e na terra; é a fama, e o infinitamente pequeno, que não se apreende mais na espécie, e perdura, invencível, inesquecível, como uma endemia.

Notai ainda: o moralista medita a sua moral em anos seguidos; o crítico encadeia os olhos nas páginas dos livros; o juiz conversa os autos paciente e solícito. O jornalista, porém, moraliza, critica e julga de improviso. Julga sem autos, sem audiência, e julga menos os fatos em que o depoimento esclarece, que as pessoas que nenhum depoimento habilita a julgar. O debate no tribunal não prescinde da acusação e da defesa: o acusador formula o libelo, coordena as provas, raciocina e deduz; o defensor responde, argumenta e rebate; assiste o juiz, balança a defesa e a acusação, e com a lei sob os olhos, decide a sentença. Ao jornalista basta uma denúncia e a acusação; e em vez da lei tem sob os olhos a sua inspiração e o seu sentimento; e para a sentença que lança, não vale a defesa, porque é sempre desconfiada e é da essência imaterial que não admite prova. A condenação precedeu, e é sempre mais ampla, como é sempre maior a irradiação do primeiro dos círculos concêntricos que na superfície da água ondulam de um ponto ferido.

O juiz escreve refletido e nos autos; o jornalista sentencia sobre a perna, e quase sempre rindo.

E realiza-se assim aquele sortilégio da fantasia d'*O Mandarin*: com o toque de um dedo num botão, ou antes com o dedilhar de um monotipo, move-se à distancia de léguas o mundo humano: se já não é tão fácil, por temor da polícia, fulminar-se uma criatura para o advento de uma herança diabólica, é coisa somenos matar-se uma reputação, por caprichos de mandarim.

Vede como se avanta em poder ao moralista singular, ao crítico singular, ao juiz singular, o jornalista que é moralista, crítico e juiz, impessoal, plural e anônimo.

Mas o moralista requer a moral, o crítico requer a crítica, o juiz requer a justiça; o moralista pressupõe um passado, o crítico pressupõe a análise, o juiz pressupõe um tirocínio: e para os três o estudo e a idade são as condições elementares que os fazem idôneos.

O jornalista aí é quem pratica o sobrenatural: ninguém lhe exige nem a certidão de batismo, nem a do estudo. Surge e domina. E como era inevitável no calor fecundo da nossa natureza tropical, também como em tudo se revela no jornalismo a precocidade. Os guias de opinião, os conselheiros políticos e morais, os julgadores do passado e do presente, os profetizadores, os sentenciadores de fatos e de pessoas, os sábios em suma, são moços, são adolescentes, e às vezes meninos de 14 anos.

O vosso mérito, Sr. Alberto Faria, é que tendo começado aos 14 anos e prolongado por 25 a função de jornalista; nem a precocidade, nem a inércia do mister vos cegaram a moralizar e a julgar como apóstolo, como profeta, ou como Deus. Contentastes-vos, ao contrário de quase todos, com serdes somente o crítico, e não o crítico de gente, senão de fatos, e não de fatos gerais, senão de fatos literários.

Tendes, pois, razão de prezar a vossa qualidade de jornalista e no apreço especial que destes aos sufrágios dos que o eram, ou são entre nós, manifestastes o amor e o respeito de uma profissão que vós mesmo dignificastes com a discrição, a prudência, o liberalismo, o fato e a elegância espiritual. Não imitastes o abuso; e por gosto e consciência ficastes onde podíeis exercer o vosso talento, com utilidade vossa e do público, sem dano de ninguém. O jornal era para vós, como devera ser para todos, o livro do povo e do pobre, informativo e educativo.

Ora, não se informa com divagações retóricas, nem se educa com desmandos e insultos. A censura, onde cabe, deve ser mansa para ser acreditada e eficaz. Já não é deste mundo a indignação, e se ainda tiver lugar em alma virgem, surja com a sua pureza e ingenuidade no ritmo do verso, que só a poesia por antiga lhe convém para que a expressão não destoe. Em prosa, alinhada em colunas, composta de repente entre risos, a indignação não é sátira, mas rinchavelhada de sátiro: e há quem sob a fímbria da túnica romana roçagante com que ela representa, busque e descubra o calcanhar pontudo; e se divirta em provocar o estouro da malignidade ao simples aceno de uma cruz dos dedos na boca.

Vós sentíeis e praticáveis de outro modo. Os vossos artigos eram as páginas dos vossos livros futuros, compostos dia a dia, com vagar, numa simultânea tendência de ensino e de aprendizagem. A feição peculiar do vosso

espírito, logo revelada e na perseverança do esforço confirmada, era a crítica. Tínheis a curiosidade das origens, e começastes, por onde mais convinha, pelas origens da nossa literatura. Naturalmente interessado pelas estranhas, preferistes porém a nossa e paralelamente a portuguesa. Favorecia-vos o estudo paciente e proveitoso à vossa permanência na província; podíeis ali viver pelo espírito a vida desta nossa grande cidade e preservar a solidão necessária para a continuidade de longas leituras, quase incompatíveis com a sociabilidade absorvente de um centro movimentado qual é o Rio de Janeiro. Num concurso para lente de Literatura Brasileira no ginásio de Campinas provastes com brilho o vosso saber, que em tal matéria pode ser igualado, mas não excedido. Tínheis pois com a erudição das nossas letras, e a leitura escolhida dos maiores modelos da literatura do mundo, e um gosto distinto, o que era principal em qualidade e quantidade para o ofício de crítica literária. Ofício tão árduo, tão raramente bem exercido, e, no entanto, freqüentemente e abusivamente praticado. Quase todos somos críticos ocasionais, nos surtos e nos cansaços, ou nas irritações da admiração, ou só por maledicência, ou por escassez de outra coisa. Poucos são os que entre nós se aplicaram com propósito deliberado e sistema de idéias à crítica literária. Ainda hoje, para a resenha de um século de história da literatura, apontam os sós três nomes de Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo. Eram, na verdade, três desiludidos dos seus ensaios de poesia, o primeiro no verso, os dois últimos na novela.

Não é fácil explicar o motivo por que José Veríssimo tão depressa se desiludiu da sua ficção. As *Cenas da Vida Amazônica* revelaram um peculiar talento de narrador, com os melhores dotes de observação e de análise, e de descritiva pitoresca. A sua expressão era pura, sóbria e musical. Sabia dispor o drama e, o que é mais raro, possuía a arte do diálogo. O elogio que lhe fez Machado de Assis, a propósito da 2.^a edição, em 1899, não foi favor de amigo, senão justiça do mais competente dos leitores. Algumas páginas daquele volume, como as que narram a fuga de Vicentina, através do deserto e da noite, levando ao colo uma filhinha que afinal abandona desvairada de pavor, para presa de uma onça, hão de figurar entre as admiráveis e perfeitas da nossa literatura. Por que não teria prosseguido José Veríssimo num gênero para o qual parecia ter a vocação? Esclarecido pelo seu próprio senso crítico, reconheceu talvez que lhe não tocara a fantasia, que é a imaginação associativa

e transpositiva; a que ele possuía, imaginação fotográfica, limitava-lhe o engenho a reproduzir a realidade de casos ouvidos, ou vistos; e o meio provinciano lhe parecia pobre em matéria para o seu naturalismo. O romance de costumes já tinha explorado quase todos os temas e figuras do interior brasileiro. Podia proporcioná-los o meio maior do Rio de Janeiro, quando ele para aqui se transferiu; mas, já então, ele se havia iniciado nos ensaios críticos, aos quais, por muito estranho que pareça, o jornal oferece melhor acolhida que às obras de ficção. E as causas circunstanciais quase sempre são as que prevalecem.

Um anterior estudo de etnografia brasileira – *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia* – publicado em 1877, fora porventura o resultado da sua tentativa por cultivar o indianismo, ainda naquele tempo seguido com fervor; e só o malogro do novelista explicaria a obcecada intransigência do futuro crítico e historiador literário contra aquela inspiração tão natural e tão legítima da nossa poesia. Foi também a circunstância de um emprego público a causa da sua aplicação aos estudos pedagógicos, que se manifestarão em *A Educação Nacional*, ótimo livro e, de todos os seus, o único incontestado e até louvado pelos muitos antagonistas que o nosso confrade encontrou na sua laboriosa carreira. Mas a colaboração periódica nos jornais determinou e especializou a sua produção de crítico literário; a princípio, na *Revista Amazônica*, depois aqui no *Jornal do Brasil*, na *Revista Brasileira*, no *Jornal do Commercio*, no *Correio da Manhã*, e já pela importância desses órgãos, já pela assiduidade do escritor, já pelo mesmo feitio moral da sua crítica, dentro de alguns anos a sua palavra adquiria uma grande autoridade, que se podia aquilatar sobretudo pela controvérsia, o despeito e a iracúndia dos autores, melindrados da apreciação que ele fazia, severo e isento. A sua obra crítica, reunida nos *Estudos Brasileiros*, 1.^a e 2.^a séries, *Estudos de Literatura Brasileira*, 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a e 6.^a séries; *Homens e Coisas Estrangeiras*, 1.^a, 2.^a e 3.^a séries, e no volume *Que é Literatura?*, etc., caracteriza-se por sinceridade, seriedade, amor do ofício, e empenho de ser justo. Estes traços que são os da fisionomia moral do autor supremo no conjunto dessa obra volumosa a unidade que lhe falta, e tinha de faltar a trabalhos sucessivos, compostos no correr dos anos, sob influências diversas, e durante a formação de um espírito que a iniciara com pequeno cabedal e nunca atingiu a condição e o vagar para

a erudição e a cultura sobre as quais se pode erigir um sistema de princípios de crítica.

Os vários processos de fazer crítica, o histórico ou reconstrutivo, o dogmático ou judicial, e o impressionista, por mais que se disfarcem com sistemas e denominações, todos são apenas modalidades da crítica subjetiva, em que o elemento primordial é o bom gosto, congênito e educado pelo estudo e pelo estudo capaz de entender e simpatizar com o gosto diferente. Aí falhou muita vez o nosso confrade e reconhecia-o ele próprio, sem o confessar, ou sem que ele desse por isso reconhecia-o e confessava-o o seu pensamento, no seu frasear que passou a ser freqüentemente dubitativo e anguloso, ao contrário do boleio, correntio e redondo, que usava o narrador das *Cenas da Vida Amazônica*. Agora a incerteza e o autoritarismo a um tempo estorvavam-lhe a expressão em escrúpulos, paradas, tropeços, avanços e recuos, do que resultou afeiçoar-se-lhe o estilo parentético, o qual não poucas vezes deixa o leitor também indeciso em concluir do crítico.

Seria o mesmo apropriado dos estilos para um historiador; e quantos admirávamos na obra e no esforço de José Veríssimo as qualidades principais do seu espírito, esperávamos que na sua anunciada *História da Literatura Brasileira* se corrigisse o sestro dubitativo, e por se tratar de autores mortos e distantes, os traços do homem moral influíssem mais para a isenção, a clareza e a fluidez do pensamento. Não contávamos com a índole afetiva do escritor, que se era comedido para afirmar, não se coibia em reação para negar. Nos últimos tempos algumas contrariedades de afeto azedaram-lhe o ânimo, e aguçaram-lhe a latente suspicácia; e ele, irritadiço, entendeu vingar-se de desgostos, antagonismos e decepções, no culto póstumo de Machado de Assis, a cuja memória se devotou com uma exaltação tão freqüentemente comunicada que traía antes propósito que espontaneidade. Esse estado de alma influiu na *História da Literatura Brasileira*, para a qual, ao contrário do que era preciso, não refez leituras: compilou trabalhos ocasionais, compôs capítulos sobre dados deficientes e contentou-se com ter feito, em consciência de simpatia, o estudo sobre Machado de Assis, que é o último do livro, e ficou sendo a razão final do livro; este é como o simples pedestal para a estátua de Machado de Assis; no pedestal há sombras deliberadas e intencionais para maior relevo da estátua, ao passo que as sombras da estátua são escondidas sob páginas de

luz. Malogrou-se, pois, essa obra que todos confiávamos fosse o remate glorioso do escritor honesto, que timbrava em usar na expressão do seu pensamento literário a probidade pessoal que o fazia notável e respeitável. Ele não previa que o sentimento, se dá força, faz também a franqueza; e é o regulador definitivo da vontade e das idéias. Fora melhor decerto, para o seu gozo e proveito, que ele não se tivesse desiludido da sua ficção; a arte desinteressada ajuda a viver sem injustiça, e sem remorso, na plenitude do sonho. A crítica é sempre arriscada: é arte também, mas da espécie parasitária; vive da obra alheia, e ainda que a adorne e a enflora, da obra alheia é que tira a substância para subsistir. Mas não o faz sem riscos; e para quê?

Afinal, fora do coordenação histórica, que ajuda a pesquisa, ou do louvor da simpatia, que anima a criação, fora dos devaneios pessoais, ou do romance autobiográfico, ou dos *contes de lettre*, como chamou Anatole France às suas mesmas críticas, defendendo-se de ser julgado um crítico; para que serve objetivamente a crítica? Para muita gente é um fator de engano, faz esquecer a ignorância com a aparência do conhecimento dos livros. A mim produz-me o efeito de uma operação anatômica; e ainda que através de um sistema luminoso, qual o de Taine, a obra e o autor criticado já não me assomam ao espírito na sua inteireza, senão retalhados em seus membros, com as vísceras à mostra, com os seus defeitos mais visíveis e realçados. Toda obra tem o seu defeito humano; mas inteira e viva, em movimento, os defeitos podem ser a graça da perfeição, ou apenas insensíveis para a admiração inocente.

As obras aleijadas e sem vida, não há mister que se ocupem delas; se não vivem! Mas o crítico é raro que não tome o gosto da autoridade e a presunção de antecipar a sentença dos séculos; e de arma nas mãos, o erro e a impiedade não falham.

No *Lenhador*, do nosso grande Catulo, vejo um símbolo que pode aplicar-se em lição aos críticos daquela espécie vulgar.

O lenhador decepava as árvores por mister e por gosto, mas um dia uma árvore gemeu e sangrou, e todos os seus galhos torados e, em pouco, todas as árvores entraram a surgir como fantasmas perseguidores do impiedoso. Até que ele, penitente, fez voto de não mais ser lenhador e dedicar-se ao culto das plantas e das flores; e amando-as e velando-as com carinho, como a

criatura de alma, elas o abençoavam com o seu perfume e com as suas pétalas que lhe choviam em carícia sobre a cabeça.

Ignoro se algum dia fostes lenhador de livros; eu já vos conheci no suave trabalho de jardinagem. Pouco vos ocupais de Botânica, que as classificações são para os museus; interessam-vos as plantas na sua realidade concreta, e as flores, no seu viço, na sua cor, na sua forma e no seu perfume. Flores de todo clima, e tempo, mas particularmente as flores agrestes e escondidas, porque o descobri-las vos dá prazer. E saís à procura delas; se achais algumas desfolhadas, não vos fatiga a pesquisa das pétalas até recompordes a flor; refeito o cálice, reponde-lo no seu pecíolo, na sua haste, e a haste no ramo e o ramo no tronco.

Não é assim o vosso amador labor de *folklorista*?

Poucos ainda no Brasil se dedicam ao *folklore*, não porque seja nova essa ciência da curiosidade, e o seu batismo não conte ainda um século. Muitos a desdenham, como ocupação somenos do espírito, na qual parece não haver matéria para criar. Engano. O *folklore* tem a aparência fácil das coisas realmente difíceis. Não o cultiva quem quer, senão quem pode, porque possua um conjunto de qualidades peculiares, que se traduzem num instinto do passado, exercido por uma especial faculdade de conjetura e uma sensibilidade de ímã para objetos à vista insignificantes. Não é o passado famoso, que todos estão a ouvir. Ao *folklorista* agrada a voz pequenina e obscura do povo na sua puerilidade ingênua: ingênua e por isso sábia, humilde e por isso grande, despresumida, e por isso perpétua. Essa voz popular todos a ouvimos desde o berço; mas nem todos somos capazes de discerni-la. Não nos chega o sentido mais que para o rumor das ondas intumescidas no movimento superficial das marés. Vós, os *folkloristas*, ao contrário, quase não escutais o que tumultua à tona das águas: tendes o olhar e o ouvido de mergulhador: atinais o ponto de imersão, e desceis à camada, onde não há ondas, senão as correntes silenciosas, que vão de uma terra a outra terra, tramando a radicação da flora submarina, da qual só raras flores surgem à luz nos lugares remansosos das águas. Quando retornais, trazeis as mãos cheias, e entre as algas, anêmonas eninféias, também algum ramo de coral, a semente da púrpura, às vezes a perfeição de uma pérola ainda no engaste nativo da madre pérola. E narrais com a singeleza de um habituado de maravilhas a maravilha do espetáculo e

dos segredos encontrados e decifrados. Poderíamos nós outros, sem o vosso sentido agudo, prever tanta coisa de significação e beleza no só indício do que era a nossos olhos apenas um sargaço, um balseiro, um filamento de limo flutuante? Aos nossos ouvidos desatentos e desdenhosos, que havia de valer o jogo do “Vilão do Carmo”, a *lenda do macaco branco*, uma simples serranilha popular e as fábulas meninescas, e as lendas, as pegas, os anexins e ditados, as cantigas de acalento, as nina-nanas, as histórias da carocha, as mais triviais de calar crianças, como a “História da baratinha”? Vós, escutando-as e registrando-as, mostrais o que tudo isso vale. Basta abrir o vosso livro *Aérides*, e esse outro recente *O Folklore*, do nosso João Ribeiro, professor de sabedoria e de encanto, a quem chamais de mestre, ainda que ele se diga vosso discípulo. Mestres, ou discípulos, companheiros sois nessa arte engenhosa da conjetura, nesse ofício de erudição airosa, que difere da outra erudição zangada, porque não se emperra, não usa antolhos, e é antes erradia e versátil, segundo a curiosidade vivaz dos olhos abertos e apontados para toda parte. O vosso companheiro e mestre, numa das suas tentativas de achar a origem de um jogo popular de muitas variantes, confessou que “nada mais curioso nem mais enredado que esse labirinto de versões várias, entretecidas umas por dentro das outras, que é tão difícil quanto é agradável desdar e reduzir aos fios que as compõem. É esse talvez o único prazer e prêmio que se tem ao estudá-las”.

E assim definiu o *folklore*, e mostrou a sua maior vantagem, que é o ser uma ciência, ou arte, como queiram, desinteressada, sem outra finalidade que o exercício do amor curioso do passado. Mas como é próprio das coisas desinteressadas o serem fecundas, o *folklore* pelos seus confrontos e resultados constitui uma das bases principais da Filosofia, porque por ele se revela a psicologia coletiva, em que se tem a afirmar o estudo da psicologia individual. Dá fruto de ciência, e dá também poesia, que a vai buscar na sua fonte mais pura, que é a alma anônima e espontânea do povo. Que muito que nessa pesquisa faça poetas? e já não seria fazer poesia esse labor de reconstruir e recriar os fragmentos esparsos da poesia?

O título do vosso livro tem a fragrância dela. Batizou-o a vosso pedido João Ribeiro, e expôs a razão da escolha em um dos seus lindos artigos d’*O Imparcial*:

...era o nome que mais convinha a essas páginas. *Aérides*, dizem os que o sabem, são orquídeas, cujas flores abotoam em púrpura e oiro e vivem do sol e do ar e sem quase nada dos troncos a que se acostam. Como *Aérides*, as páginas de erudição também florescem na púrpura e no oiro da poesia.

Assim é. E o título bem cabia ao vosso processo de criticar, o qual comparei há pouco ao ofício de jardinagem. Sempre em meio de plantas de flor. Podíeis, como outros, produzir as vossas, originais, ou de assimilação; mas o vosso gosto de admirar não vos deixa sobras, e mal o tempo vos chega para servir os olhos enlevados e vigilantes de toda flor de literatura estranha, ou nossa, que ainda caiba no vosso jardim e para o gozo sibarítico e laborioso do vosso cuidado. Também desse ofício haverá quem diga ser fácil, e que fora mais útil definir as flores, classificá-las, ou desfolhar e rejeitar as imperfeitas. Se vos forrais ao trabalho da desfolha e rejeição, é porque não as admitis, essas flores são imperfeitas, junto às outras de vossa estima: deixai-as onde estejam, contente das vossas que vos deleitam. Que sabeis também definir e classificar, já o mostrastes algumas vezes e ides prová-lo em breve no vosso estudo da *Vida e Obras de Gonzaga*, ao qual já fizestes sagazmente que fossem restituídas as *Cartas Chilenas*. Mas vá que seja fácil a vossa crítica. Será dado a muitos possuir a delicada sensibilidade, a penetração inteligente, a soma de saber, o tato, o olfato, a visão, o carinho com que tratais a produção alheia, e que vos servem para revelar-nos a sua beleza, e às vezes reconstituir-lhe a perfeição e indicar-lhe o entendimento? Tendes o talento de admirar e fazer admirar o que é admirável. E a vossa crítica é uma conversa amável, que não excede a medida da atenção, apesar de que exaure o tema, e passeia de tema em tema com a graça de uma borboleta vadia e a diligência de uma abelha operosa. Ensinais, sorrindo; algumas vezes, muito raras, picando de passagem, mas com ferrão que não faz doer. Brincos, ou irritações de abelha.

E parecendo produzir pouco, já produzistes muito. Para o nosso patrimônio acadêmico trazeis, além do volume de *Aérides*, o de *Acendalhas*, já no prelo, e prontos para o prelo mais seis volumes; e, em todos, há que estudar e aprender, sobre o que dizem, o vosso estilo lapidar, de escritor que sabe e pratica a arte de escrever e exerce na concisão pontilhosa e na clareza fluida a razão de comunicar idéias. Trazeis-nos ainda um grande saber de muita coisa; não direi que seja completo de todas as obras e autores, ciências e línguas, a

que vos referis nos vossos escritos. Sabeis delas o suficiente que vos desse aquele efeito das trevas visíveis de Dante, que, no dizer de Renan, é a condição do entendimento e do amor. “*Tous les contacts intellectuels vraiment fructueux s’opèrent de la sorte. Trop bien savoir est un obstacle pour créer; on ne s’assimile que ce qu’on ne sait qu’à demi.*” E seja isso a confusão dos que vos invejam. Não faltará quem vos inveje, apesar da vossa modéstia, e do desencarecimento de vós mesmo, com que atribuístes a vossa eleição ao favor da amizade. Não foi, mas que o fosse. A Academia Francesa também se formou na amizade; e foi o que teve de melhor na sua origem. A amizade é mais perspicaz que a indiferença e o desafeto, e a distância é como um telescópio que faz ver o valor verdadeiro. No vosso caso a amizade não serviu senão para esse efeito. Longe, numa cidade culta embora, mas provinciana, vivíeis alheio às nossas competições, e às nossas lutas. Não tínheis notoriedade oficial, nem o desejo de notoriedade nenhuma fora das letras. Fizestes-vos conhecido aqui dos escritores pelo que escrevíeis e sabíeis: o pensamento de que devíeis ser um dos nossos partiu, com surpresa para vós, dos que praticavam o vosso espírito. A vossa escolha para essa Cadeira teve o cunho de um legado legítimo, pois o autor dela foi, ainda em vida, o vosso antecessor. Não a fizestes valer; e antecipou-se à vossa apresentação o renome encanecido do Barão de Homem de Melo, em que a Academia prestou a homenagem de respeito a uma vida de inteligência honesta e trabalhosa de publicista e historiador. A morte, porém, não consentiu que se desviasse da sua linha direita o legado de José Veríssimo, e que o recebeis agora com todos os títulos de sucessão, para conservá-la, e usá-la, com a independência do vosso espírito, como é próprio de um herdeiro maior. Não se interrompe nessa Cadeira a tradição do talento, da cultura, da probidade, e do amor das letras. E com o que nos trazeis, e é muito, dai-nos ainda o ensinamento e o consolo da vossa prática.

No livro *Aérides* contaís a parábola da gota de mel, achada no Oriente por Gaston Paris. Era uma novidade para a França; para vós era uma velha conhecida, pois que a tínheis lido, incorporada à nossa língua, desde o século XVI, por Fr. Heitor Pinto na sua *Imagem da Vida Cristã*.

Era uma vez um homem que fugia perseguido por um rinoceronte furioso; aterrado pelos rugidos do animal, corria com quanta força tinha e caiu em um

abismo que se lhe deparou na frente; mas ao cair pôde agarrar-se ao ramo de uma árvore que havia ali e ficou empoleirado nela.

Seu coração ia pouco a pouco serenando; ao debruçar-se, porém, sobre o precipício, viu dois ratos, um branco e outro preto, que roíam sem cessar a raiz da árvore e que dentro em breve teriam consumado a tarefa.

Mergulhou o olhar mais profundamente ainda e avistou um dragão que vomitava chamas e que abria fauces formidáveis para tragá-lo.

Passando com angústia olhares em torno de si, viu ainda quatro cabeças de serpentes que saíam de um rochedo, erguendo-se para ele. Mas como levantasse a fronte, eis que uma gota de mel, deixada pelas abelhas em um dos mais altos ramos da árvore, lhe caiu na boca entreaberta.

Não pensando nos perigos circundantes – monstro que o persegue, dragão que o espera, serpentes que o ameaçam, árvore que vai desabar, – o insensato dá-se todo inteiro à doçura desse prazer de um átimo.

Notastes as variantes e a interpretação de doutrina moral do frade Jerônimo para quem

a serpente é a morte, que nos segue; passageiros somos na terra, pouco há que aqui chegamos, e já partimos. A arvorezinha é a vida. O fundo da cova, o inferno; os leões, os demônios; os ratos, que pouco a pouco vão roendo o tronco da vida, uns brancos, outros pretos, são os dias e as noites, que vão consumindo a idade; o favo de mel é o vão contentamento do mundo.

Não destes a vossa interpretação; mas o teor do vosso trabalho intelectual, melhor que as vossas palavras, nos diz que a gota de mel é o doce contentamento da arte que faz esquecer a morte e vida.

Discurso do
SR. AMADEU AMARAL

e

Resposta do
SR. CARLOS MAGALHÃES DE AZEREDO

*Sessão solene extraordinária
do dia 14 de novembro de 1919*

I

DISCURSO DO SR. AMADEU AMARAL

SENHORES,

Entre os sonhos de minha ambição não costumava aparecer a Academia. Entretanto, uma vez, ou outra, de longe em longe, é possível que tenha surgido... A vaidade não tem boa memória. O que, porém, vos posso garantir, é que tais sonhos nunca se permitiram a audácia de voejar em torno de uma Cadeira como esta, em que me vejo. A cadeira de Bilac!

Quando o grande poeta morreu, chegou-se a falar na conveniência de se lhe não dar por sucessor um poeta, porque poeta nenhum – e o Brasil os tem tantos e tão belos, por mais que digam o contrário os implacáveis inimigos desses malsinados artistas, – poeta nenhum parecia ainda digno de sentar-se na cadeira de Bilac. Mas a lógica tem exigências. Se um poeta incompleto não merecia sentar-se nessa poltrona, como então o mereceria alguém que não fosse poeta de todo? Essa consideração, e mais uma: que o pretendente, se não podia ter o arrojo de querer *substituir* a Bilac, podia, contudo, modestamente, aspirar a suceder-lhe. Assim, o que eu solicitei não foi senão a vaga do acadêmico. Quanto ao poeta, não quero nem invejo outra glória, senão a de cultuar-lhe a sagrada e formosa lembrança. Para isso me falta muito, mas sobra-me o principal: a minha grande, sincera e comovida admiração.

Essa admiração não é puramente intelectual, como tantas dessas outras, superficiais e frias, que passam nas almas como ligeiras rajadas. Eu habituei-

me a admirá-lo profundamente – com o espírito, com o coração, com todo o meu ser. Tivemos relações apenas durante os últimos anos de sua vida; mas quase posso dizer que a minha amizade por ele nasceu pouco depois de mim, e em circunstâncias que associaram, de alguma forma, a vida e o destino do grande poeta à minha obscura vida e ao meu estreito destino.

Figuras há que cedo se nos atravessam no caminho, e nos acompanham por largo tempo, tenazmente, maciças e opacas, fazendo sentir a cada momento a sua presença. Afinal, aos poucos, se atrasam. Seguem-nos de longe. Um dia, olhamos, e elas se perdem além, na distância, sob a poeira, ou sob a bruma, confundidas com outras figuras e outros acidentes da paisagem, e nunca mais as enxergamos... Não deixam, nem levam saudades. Não nos compreenderam, nem foram compreendidas.

Figuras há, porém, que nos assaltam de brusco, suavemente, como sombras, e, ganhando corpo a pouco e pouco, acabam por se assenhorear de nós, e caminham conosco, e conosco vivem, e passam a ser mais do que um amigo, um parente, ou um companheiro, porque entram com alguma coisa para a substância do nosso ser; e a sua vida é em parte a nossa vida, e o seu espírito é também o nosso espírito... Essas, quando se vão, nos deixam uma sensação dilacerante de arrancamento e de ruína. Temos a impressão de que se nos arrebatam pedaços de nós mesmos. E, assim, não se vão de todo. Sempre fica alguma coisa que se não extirpa, como de uma árvore levada pelas garras frenéticas e remoinhantes do vento permanecem no solo revoltos restos despedaçados de raízes.

Bilac surgiu-me, primeiro, como uma sombra leve e incerta – como uma sombra longa, predecessora de um passante que se aproxima, que não raro retrocede e nunca chegamos a ver... Surgiu-me através de vagas e ingênuas impressões de meninice. Vivía eu no meu remoto e sossegado Capivari, no interior de São Paulo. Lá, o tumulto do mundo arrojava até mim, – últimas e trêmulas rugas de onda que morrem aos pés de uma criança na praia, – algumas folhas do Rio e de São Paulo nas quais eu me contentava de procurar as gravuras, os anúncios mais vistosos e, ao acaso, um relanço de crônica, uma estância de poesia, um trecho de comentário, de reportagem ou de *mofina*... Entre esses jornais, vinha *A Semana*, a célebre folha literária de Valentim Magalhães, então na sua primeira fase. Um dia, *A Semana*, que iniciava a

publicação escandalosa de uma “Galeria do Elogio Mútuo”, estampou sob essa rubrica um cantante e esvoaçante artigo de Alberto de Oliveira sobre Bilac, acompanhado de uma caricatura onde o poeta aparecia com a parte inferior do corpo convertida em lira que ele próprio dedilhava, todo cercado de estrelas...

Nunca mais esqueci o seu perfil anguloso, nem o seu nome estranho e sonoro. Por quê? Não sei bem por quê? Mas, voltando, em passo cauteloso e lento, às minhas remotas impressões de infância, acredito que me penetrou fundo, mais do que o elogio, de que pouco podia entender então, o fantasioso retrato que fora, se me não engano, desenhado por Bento Barbosa. Aquela silhueta branca em fundo negro, de um ser esquisito, que era metade homem metade lira, e todo cercado de estrelas, deu-me que pensar e sonhar, na meia obscuridade do espírito que se abria para a vida... Lembra-me que me causou aquilo uma sensação penosa. Era desagradável, por monstruoso. Um homem que era uma lira! Entretanto, depois, verifiquei que a caricatura era a perfeita representação do que Bilac foi em toda a sua vida – um homem esguio e aéreo, sempre entre as estrelas, e que fazia de si próprio, sem deixar de ser homem, num sacrifício e num sonho, um instrumento inefável de maravilhosos acordes.

Anos depois, ainda menino, vim para São Paulo. Um dia, na Rua de São Bento, perto da Travessa do Grande Hotel, vi de repente, num grupo de rapazes, um moço pálido e magro, perfil agudo de roedor, faces cavas e picadas de espinhas, olhos salientes, a boca, grande, rasgada num riso largo, acompanhado de bamboleios e momices estouvados, de saracoteante alegria. Era Bilac. Já não me recordo de que maneira o soube, mas soube-o no momento. Creio que o vi depois algumas vezes; vi-o, com certeza, caricaturado de novo por Bento Barbosa, também já instalado em São Paulo, e com quem ele fazia por aquele tempo – 1887 – uma revista de literatura e humorismo, a *Vida Semanária*.

Fui leitor assíduo dessa revista. Os meus doze anos republicaníssimos e amantes de *figuras* não dispensavam essa publicação, onde os dois rapazes espicaçavam homens e instituições da monarquia, um por meio de crônicas e versos, outro de desenhos, – crônicas, versos e desenhos aguçados de petulância e de irreverência, mas sem brutalidade, e com graça. Nesse mesmo semanário Bilac publicou algumas das peças que pouco depois haviam de aparecer no volume *Poesias*, editado pela livraria dos irmãos Teixeira, de São Paulo, e impresso em Portugal. Do seu humorismo lembram-me as “Cartas Chinesas”.

E é com uma suspirosa saudade que eu hoje releio algumas dessas cartas que me fizeram regaladamente sorrir no outro tempo...

Estas recordações todas me estão entranhadas na alma, de mistura com as primeiras, virginais impressões que ela colheu dos homens e das coisas; de mistura, sobretudo, com as impressões da São Paulo que eu conheci há trinta anos, avelhantada e humilde na sua casaria de largos beirais, com pardieiros onde hoje se erguem palácios, com funilarias e bodegas onde hoje resplendem casas de jóias e casas de modas, suntuosas e bulhentas. O perfil esguio do poeta, que tanta vez atravessou as ruas da antiga cidade de Amador Bueno, à noite, sob o seu chapelinho de feltro, envolvido na bruma, enregelado da garoa, sonhando luas e estrelas, criando beleza, forjando versos, de bronze pela dura, de ouro pelo fulgor e pelo preço, esse perfil esguio e fugitivo de boêmio, de sonhador e de réprobo divino, se o evoco, me aparece associado às soturnas, caladas, saudosas imagens da São Paulo da minha infância, toda povoada de sombras que me acenam do fundo do passado, com a doçura triste dos jardins por onde se andou meio indiferente e que nos começam a parecer deliciosos, aí de nós! quando nos voltamos para eles de longe...

É por isso tudo que eu sempre acompanhei Bilac, embora à distância, com a fidelidade constante de um desses amigos invisíveis que todos nós temos na vida.

Pouco tempo permaneceu o poeta em São Paulo, para onde havia partido com o seu temerário projeto de estudar Direito, tendo interrompido o seu curso de Medicina no Rio. Em São Paulo, não estudou senão literatura — lendo Gautier, lendo Victor Hugo, lendo Bocage e Gonçalves Dias, ouvindo o que lhe diziam as eternas sereias da sua vida, as estrelas, e interrogando aqueles horizontes velados e melancólicos, que lançam ao longo das grandes perspectivas o encanto penetrante do entrevisto e a magia dolente do inatingível. Regressando ao Rio, postas definitivamente de banda todas as preocupações de formatura, caiu de corpo e alma na brilhante e acidentada boêmia intelectual daquele tempo.

Na *Cidade do Rio* com Patrocínio, na *Gazeta de Notícias* com Ferreira de Araújo, na *Notícia* com Manuel da Rocha, na *Cigarra* e na *Brucha* com Julião Machado, em cem jornais e revistas da Capital e dos Estados, dispersou largamente, um pouco às tontas, os fulgores, as graças, os atrativos, os

feitiços do seu verso sempre novo e sonoro e da sua prosa límpida, toda vibrante das trêmulas soalhas do ritmo e da imagem como um pandeiro reteso. Perseguido, sob Floriano, refugiou-se em Minas, onde arrancou dos arquivos e das relíquias do passado parte do delicioso livro das *Crônicas e Novelas*. Foi um poderoso auxiliar de Passos na remodelação do Rio de Janeiro, tarefa que, com tenacidade e com brilho iguais, aplaudiu, ajudou, prestigiou e defendeu, dia a dia, em artigos breves e eloqüentes que a grande circulação da *Notícia* fazia repercutir por todos os recantos da cidade. Esteve em Buenos Aires com o Presidente Campos Sales, e o êxito que lá alcançou com o extraprograma das suas orações festivas foi simplesmente maravilhoso, tendo contribuído quase tanto como os esforços oficiais para que uma grande vaga de simpatia pública se erguesse para lá do Prata em demanda da nossa terra. Voltou à Capital argentina por ocasião do Congresso Pan-Americano e lá refulgiu de novo, na posição de secretário, não só pela ação incansável, como também pela palavra, mais arrebatadora que nunca. Escreveu livros didáticos. Publicou a *Alma Inquieta*. Talhou, numa só lasca de granito, o perfil enorme de Fernão Dias Pais Leme, belo e brutal como os heróis das idades rudes e magníficas. Foi à Europa uma quantidade de vezes, *alma inquieta* e incontentada, sempre de lá para cá, sempre a correr atrás da mosca azul que nunca morre, porque sempre renasce... Em todas essas fases e acidentes da sua vida, eu, lá de longe, sem nunca lhe ter falado, era o amigo desconhecido que o seguia com a sua compreensão, com a sua simpatia, com o seu interesse, porque tudo o que ele tinha para mim de grande e de admirável avultava e luzia sob a leve cerração de uma suave saudade, que era mais um encanto.

Quanto a aproximar-me dele, receava-o. Eu sempre tive o secreto receio de me aproximar dos estranhos a quem admirei: não fosse a aproximação dissipar impressões que, afinal, me resultavam em preciso conforto...

Admirar, a meu sentir, é um exercício proveitoso e regozijante como um belo e saudável passeio. Note-se que de indústria não o comparo à simples contemplação estática de um belo objeto, o que à primeira vista parecia mais simples e mais exato. Comparo-o a um exercício, a uma caminhada, a alguma coisa que é movimento e indagação, esforço divertido de um espírito em busca de pontos de vista felizes, de aspectos imprevistos, de detalhes ignorados, de perspectivas cambiantes e vastas. Isso que é gozo e higiene da alma,

quantas vezes não desaparece de brusco, pela aproximação e pelo contacto! E eis aí, evidentemente, um prejuízo que é de temer.

Mas, há alguns anos, posto de repente em presença do poeta, e por ele acolhido com uma simplicidade tão lhana e tão branda, tão aberta e graciosa, parei um instante, como na orla de uma clareira, arrojéi os olhos tão longe quanto podia pela floresta, e entrei resoluto e tranqüilo. Nunca me arrependi.

Almas existem que são mais ou menos como aquela mata sinistra que ele descreveu em alexandrinos frementes de arrepiado pavor:

*... floresta enorme
Onde, virgem intacta, a natureza dorme,
Como nos matagais da América e de Java –*

almas nas quais não encontramos um canto onde repousar seguros. A dele, não: a dele, ao contrário; sem prometer muito, porque era na sua beleza nobre, um pouco fechada e quieta, dava tudo: a boa sombra densa e leal, os bons recantos de ternura humana, as longas, recatadas furnas olentes e sonoras da piedade, da tolerância e do perdão. Ele só ganhava em ser visto de perto. E eu, abandonando-me à sua amizade, me senti feliz de o haver encontrado, enfim, diante do meu passo, em pessoa, estendendo-me a sua mão amiga, falando e rindo comigo, a esse que me havia surpreendido, há tanto, como uma sombra leve, e que caminhara sempre à minha vista, arrastando-me os olhos por onde quer que doidejasse e fulgisse...

Na mocidade, Bilac foi um boêmio acabado – boêmio como quase todos os rapazes de talento da sua geração, e mesmo alguns sem talento. Naquele tempo a boêmia era obrigatória, um pouco por moda, um pouco por ação do meio. De par com a luta contra a escravidão e contra a monarquia, que punha na atmosfera uma permanente vibração de energias insurrecionais, a revolta contra as estreitezas e as escuras do espírito burguês, em regra escravocrata e monárquico, era como uma conseqüência do mesmo impulso.

Os poetas de então usavam gravata flutuante e chapéu mole amachuçado, com jeitos e toques rememorativos de figuras provolantes e bizarras, evocadas da realidade fantasiada ou da vaga ficção. Compunham-se uns ares e uns modos de criaturas extranumerárias, com órbita à parte na vida moral e na vida social. Tinham explosões e dissonâncias, caprichos e singularidades.

Levavam a existência, teatralmente, em som de rebeldia e de pândega. No fundo, faziam apenas aquilo que se costuma hoje conglomerar, um pouco rudemente, sob o letreiro depreciativo de *cabotinismo*. E era de fato cabotinismo, porque enfim as coisas precisam ter um nome, mas era um cabotinismo ingênuo, com rompantes de cinismo trágico a terminarem-se em propósitos prudentes de arrependimento e de emenda, com derrames de loucura que de improviso se aquietavam em meticulosidades de perfeito juízo prático. Cabotinismo superficial, três quartos fingindo, geralmente com um fundo bem sólido de normalidade e com a mesma pesada massa anterior de que se fazem todos os bons filhos, todos os bons esposos e pais, e de quando em quando vistosos majores da Guarda, ou respeitáveis negociantes matriculados.

Bilac era desses: boêmio capaz de todas as estouvadezas e de todas as extravagâncias dos outros boêmios intelectuais do seu tempo, perdendo noites em rapaziadas soltas e bulhentas, tintinabulantes de versalhada, rascantes de malícia, quentes de discussões intermináveis, entrecortadas de rugas e surriadas, de furores e gemidos, a arrastarem-se por botequins e cafés, cervejarias e redações, becos, praias, esquinas e jardins. O nosso poeta principiara cedo. Quase menino, já fazia rugir de indignação o seu severo e ríspido pai, o Dr. Guimarães Bilac...

Duplamente austero na sua qualidade de homem formado sob os princípios da educação antiga e na sua respeitabilidade de médico, indignava-se este com as loucuras do filho adolescente – oh! as grandes loucuras, que consistiam em trocar as horas de estudo por horas suplementares de palestra e de folgança, em não fazer senão versos e não ler senão literatura, e entrar para casa um pouco além das horas fixadas no regulamento consuetudinário dos bons filhos-família. Em dado momento o pai sentiu que a medida transbordava. Era preciso flagelar com impiedosa mão os brios amortecidos do rapazola. Chamou-o uma tarde, o sobreceño carregado e, dando-lhe um bilhete, ordenou-lhe que se preparasse para ir ao teatro. Foi uma surpresa para o poeta, que em vão procurou consigo a explicação de tão insólita amabilidade. À hora aprazada Bilac partiu, tremendo sob as vistas paternas. O espetáculo era no “Fênix Dramática” e constava do drama – *Os Sete Degraus do Crime...* Depois o poeta voltou a casa, onde o pai que o esperava acordado, logo lhe desfechou esta pergunta:

– Assistiu à peça?

– Assisti, sim, senhor.

– Prestou bem atenção ao final?

– Prestei.

– Como foi que morreu o protagonista?

– Na forca.

– Pois olhe (bradou o progenitor com voz estentórea), olhe que é esse o fim que o espera, se o senhor não se decide a mudar de vida!

Vede como são frágeis e ilusórias as pretensões da nossa perspicácia, quando nos aventuramos a fundar prognósticos na areia movediça das ações humanas! Este, que além de tudo era pai, apontava sob os pés do menino transviado os sete degraus do crime, e o que o rapaz começava a subir eram os degraus do aperfeiçoamento e da glória.

Aparentemente, dispersava-se e arruinava-se. Na realidade conhecia a vida, fazia a *sua* experiência da vida, a experiência adaptável à forma e às forças do seu espírito, conhecia os homens e as mulheres, as almas e os corações, as inclinações boas e más, as torpezas e as sublimidades do mundo, e de per-meio com tudo isso a média imensa e incolor, a média fatal das almas sem garras e sem asas, que não rojam nem voam, que se movem na penumbra, entre a luz e a sombra, mas em tudo, buscando em tudo a mediocridade, temendo e aborrecendo tanto aquilo que não atinge como aquilo que sobrepassa a linha mediana das opiniões elaboradas em comum. Essa experiência lhe era necessária. É possível que nela tenha malbaratado e prejudicado alguma coisa de si; mas esse foi o preço fatídico da larga compreensão da vida, que ganhou, compreensão melancólica, sem dúvida, mas cheia de perdão e de doçura, de coragem e de tolerância. Através dessas sinuosidades e coleios, ele nada perdeu de substancial, deixou apenas farrapos superficiais da personalidade, como felpas das asas.

Assim é que, tendo começado a vida entre as loucuras da boêmia e as exacerbações imaginosas de uma arte carnal e sensual, foi, aos poucos, espiritualizando tanto a sua vida como a sua arte. Neste, pode-se dizer sem exagero e sem erro que tudo foi ascensão. O poeta, o escritor, o homem de pensamento, o particular, o cidadão, tudo nele foi crescer e subir, e tudo por igual, a um tempo, num só arranco pausado e sereno.

Quando ele surgia como poeta, aí por 1885, já honrado pelo cáldo louvor de Alberto de Oliveira e Raimundo Correia nas colunas de *O Vassourense*, jornal de Lucindo Filho, pouco aperfeiçoamento se lhe poderia vaticinar. Por uma razão muito ponderosa: é que ele já surgia quase perfeito. Apareceu, adolescente, – aos vinte anos, – manejando as terríveis asperezas e rebeldias da língua com a coragem e a força de um Alcides infante a lutar com águias e leões.

Esta comparação cuida que é expressiva, no seu ar de velhice um pouco gasta, mas ainda nobre. Todos os poetas que tratam a sua arte com a clara consciência das suas dificuldades exasperantes, aprovarão, no íntimo, esta assimilação das expressões que revoam acima de nós, como assanhadas de se verem perseguidas, ou que nos fogem aos pulos e nos agridem aos botes, e nos arrastam, e nos correm a garra gotejante de sangue, até que as apanhamos pela ponta da asa ou pela grenha e, valentemente, as sofreamos, batemos, castigamos e pomos de rasto... Mas, para aqueles que enchem a imagem um tanto puxada demais para o grandioso (e não deixam de ter sua razão!) eu representarei mais modestamente as dificuldades terríveis de língua e de metro, de rima e de idéia, de estilo e de sonoridade, com que os poetas se têm de avir continuamente, sobretudo quando o idioma de que se servem ainda oferece, como o nosso, rigidez e resistência de vime verde. Eu representá-las-ei por um bando enorme de gatos...

Não se diga que banalizo e amesquinho, agora, o objeto a que há pouco pretendia das proporções excessivas. Não. Belos e nobres animais são os gatos, tão brandos, graciosos e pacíficos, tão ondulantes e finos na familiaridade confiada das suas voltas e meneios, e entretanto independentes, caprichosos, e indomáveis, músculos de aço, elásticos e resvaladiços, garras de puas lancinantes, olhos que lançam faíscas diabólicas e gargantas que sopram, cospem e resfolegam silvos, guinchos, uivos e gargarejos de cólera fulgurante... Assim é esta nossa língua, tão *nossa*, tão fácil, tão chã e fiel, quando despreocupadamente a usamos no comércio ordinário das relações. É um concerto de gatos, se a queremos prender na jaula do verso. Aqui um salto funambulesco, ali um recuo e um arrepiar de pêlos, acolá um escancarar de goela vermelha e um coriscar de patas anavahantes, e por tudo um coro destemperado de mios e de choros, de berros e de bufos...

No entanto, – eis o milagre que nos deixa pensativos, – vem um rapaz novo, singelo e sorridente, sem partes com o diabo, sem poderes do céu, um rapaz como tantos outros aparentemente, mete-se com essa gataria, expede dois repelões, vibra quatro açoites, põe uns afagos nas pontas dos dedos e uma intimativa nos arrulos da voz – e eis que o bando de gatos entra a dançar em evoluções maravilhosas, em acrobacias de elástica morbidez e matemática precisão, com infinitas sonoridades veludosas e quentes nas gargantas bravias! Esse foi o milagre de Bilac, logo ao surgir entre os braços de seus irmãos mais velhos, Raimundo Correia e Alberto de Oliveira. Os seus versos, por aquele tempo, com pouca diferença, já eram os da primeira edição de seu livro, que tão grande e tão merecido êxito devia alcançar em todo o país. É que ele possuía dons naturais extraordinários, e teve a fortuna de surgir com tais dons no momento em que se operava a renovação técnica e teórica da nossa poesia.

A poesia, até então, esgotava-se em lirismos convencionais, derramados em verso fácil e grosso. O fundo era velho e pobre: atitudes românticas de fatalismo filosófico, de pieguice amorosa, de democratismo verboso; o tom, declamatório e maquinal; os temas, estafados; as pinturas, artificiais; as imagens, oratórias e gastas; as cadências, infantis; os metros, cambaios; as rimas, enfim, demasiado insignificantes para serem medidas tão à força... Nisto, pelo geral, se dessorava a arte formosa e rica de Gonçalves Dias, a arte incorreta mas impetuosa e bela de Castro Alves. A reação era inevitável, e era desejável. Veio, canalizada na corrente parnasiana: modificaram-se as atitudes, balizaram-se novos rumos, refez-se a provisão de assuntos gerais, reeducou-se a técnica transviada e claudicante. Sobretudo, procurou-se, a exemplo dos mestres franceses em voga, a recortada precisão das idéias, o relevo forte da imagem, a cadência sacudida e vivaz do verso, o ressair pontiagudo da rima, – cada coisa bem limitada, bem acabada, bem repolida, e cada coisa no seu justo lugar.

Foi-se mesmo ao exagero a que iam os mestres da outra banda, e acreditou-se, na tocante cegueira de um juvenil entusiasmo, que a última palavra da estética era converter a poesia em rival e em copista das artes visuais, em trabalhar o verso com pincel e cinzel, com escopro e buril, com maçarico e lima; era dar às composições da palavra a solidez, os contornos e os relevos definidos, exatos e imutáveis das estátuas, dos frisos, dos quadros, dos vasos, das medalhas, das gravuras a água-forte, ou das jóias. Evidente exagero, que

reduzia, sem o sentir, a missão complexa, múltipla e superior das artes do verbo, que são sobretudo movimento e vida, que hão de comportar sempre algo de fluente e de flutuante, e que, se com alguma outra arte se assemelham de nascença, é com a música, também feita de elementos que desdobram no tempo e também primariamente destinada a gerar, em vez de êxtase, ação. Mas, exagero necessário, porque o exagero é o lubrificante das novidades a instalar, e exagero até certo ponto útil, porque teve o efeito de gravar perduravelmente na consciência dos poetas o respeito da língua e a probidade escrupulosa do ofício.

Bilac formou-se poeta nessa época. Temperamento de fogo, ele quis observar logo com fervor inexcedível os sagrados mandamentos do novo credo. Théophile Gautier, que cozia esmaltes e talhava camafeus, mimos faiscentes do finito, do condensado, do preciso, do minudente, do definitivo, colocava no fim do seu livro famoso como áurea custódia, no fundo de um templo, uma declaração de fé geometricamente lavrada:

*Ouil, l'œuvre sort plus belle
D'une forme au travail
Rebelle,
Vers, marbre, onyx, émail.
[...]
Statuaire, repousse
L'argile que pétrit
Le pouce
Quand flotte ailleurs l'esprit;*

*Lute avec le carrare,
Aves le paros dur
Et rare,
Gardiens du contour pur:*

*Emprunte à Syracuse
Son bronze où fermement;
S'accuse
Le trait fier et charmant;*

*D'une main delicate
Poursuis dans un filon
D'agate
Le profil d'Apollon.
[...]*

Bilac esculpiu a sua “Profissão de fé” com os olhos nesse modelo:

*Invejo o ourives quando escrevo:
Imito o amor
Com que ele em ouro o alto relevo
Faz de um flor.*

*Imito-o. E, pois, nem de Carrara
A pedra firo:
O alvo cristal, a pedra rara,
O ônix prefiro.*

*Por isso, corre, por servir-me,
Sobre o papel,
A pena, como em prata firme
Corre o cinzel.*

*Corre, desenha, enfeita a imagem.
A idéia veste;
Cinge-lhe ao corpo a ampla roupagem
Azul-celeste.*

*Torce, aprimora, alteia, lima
A frase; e, enfim,
No verso de ouro engasta, a rima
Como um rubim.*

[...]

Estes versos perfeitos, assim engenhosamente entrelaçados, assim solidamente construídos, assim minuciosamente passados sob uma lima sutil, sem uma trinca, um derrame, uma falha, um desvio, uma rebarba, estes versos dão o tom e a norma invariável de todos os que se contêm nas *Panóplias*, nas *Sarças de Fogo*, na *Via Láctea*. O mesmo escrúpulo na composição dos poe-

mas, na proporção das partes, no encadeamento dos episódios, na distribuição dos ornatos, na graduação dos efeitos, na escolha dos vocábulos.

Hoje, quem examina de perto as feições firmes e salientes desta arte, não pode, por muito que a preze e saboreie, calcular o que ia de espanto sagrado, de religioso e indefinível enlevo na alma dos moços de há vinte anos, quando percorriam, em êxtase e com delícia, as três abóbadas em que se repartia esse palácio encantado...

A nova arte, de então até há poucos anos, propagou-se numa rápida e completa vitória; e, se ninguém, decerto, chegou a praticá-la como Raimundo, como Alberto de Oliveira, como Bilac, houve contudo legiões inumeráveis de vates que, abaixo deles, se vinham escalonando por aí até o chão raso. Não deixaram os três mestres de estar nas mesmas alturas; mas, hoje, quem os lê já não pode ter a impressão profunda de cataclismo geológico que a súbita aparição desse alcantis talhados a pique nos produzia há vinte anos... E eu digo vinte anos – aliás sem nenhum intento de precisão rigorosa – apesar de serem mais antigos os livros daqueles gloriosos artistas, porque, é natural, o grande êxito deles não foi imediato. Os primeiros tempos foram de indiferença, de incompreensão e de hostilidade. Só um pouco depois é que a adesão calorosa dos homens de letras, avolumando de dia para dia a caudal dos admiradores, dos partidários e dos fanáticos, acabou por arrastar a unanimidade dos aplausos.

Pois essa sua arte sábia e complicada ainda foi aperfeiçoada pelo nosso poeta. Nas subseqüentes edições do seu livro, Bilac não corrigiu apenas algumas das passagens onde julgou encontrar defeitos: acrescentou, ainda, à obra primitiva novos e sucessivos lances, onde excedeu sempre quanto houvera anteriormente realizado no tocante à elasticidade, à plasticidade, às gradações. Sua arte desdobrou-se e sutilizou-se, de mais em mais, na *Alma Inquieta*, nas *Viagens*, no *Caçador de Esmeraldas*, para se alçar, por fim, ao supremo triunfo da segurança, da finura, da virtuosidade, da força impressiva e do prestígio pictural e musical, nesse rendado e mirífico alhambra da *Tarde*. Comparem-se, por exemplo, algumas das composições descritivas dos primeiros tempos com uma outra dos últimos.

As peças descritivas são as que se prestam melhor a uma apreciação dos recursos da forma, porque, nessas, a forma se apresenta, por assim dizer, iso-

lada, oca, livre da complicação dos elementos de fundo. Leia-se um trecho de “Sonho de Marco Antônio”:

*A harpa suspira, o melodioso canto,
De uma volúpia lânguida e secreta,
Ora interpreta o dissabor e o pranto,
Ora as paixões violentas interpreta.*

*Amplio dossel de seda levantina,
Por colunas de jaspe sustentado,
Cobre os cetins e a cachemira fina
Do régio leito de ébano lavrado.*

*Move o leque de plumas uma escrava.
Vela a guarda lá fora. Recolhida,
Os pétreos olhos uma esfinge crava
Nas formas da rainha adormecida.*

[...]

São versos tecnicamente perfeitos, e acariciantes, embaladores e sugestivos. Mas há neles um não sei quê de cru, que lembra um belo quadro onde os contornos fossem um tanto duros, a pedirem um pouco de atmosfera, que circulasse por eles e os diluísse. Lede, agora, um soneto pinturesco da *Tarde*. Notai como todo o desenho, todas as cores, todos os matizes e sombras se completam, se equilibram e se harmonizam. Como os efeitos se interpenetram e se fundam! Que *movimento!* Que jogo delicado de contrastes! Que transparência e fluidez de tintas. E que amplitude!...

AS ONDAS

*Entre as trêmulas, mornas ardentias,
A noite no alto mar anima as ondas,
Sobem das fundas úmidas Golcondas,
Pérolas vivas – as Nereidas frias:*

*Entrelaçam-se, correm fugidias,
Voltam, cruzando-se: e, em lascivas rondas,
Vestem as formas alvas e redondas
De algas roxas e glaucas pedrarias.*

*Coxas de vago ônix, ventre polidos
De alabastro, quadris de argêntea espuma,
Seios de dúbia opala ardem na treva;*

*E bocas verdes, cheias de gemidos,
Que o fósforo incendeia e o âmbar perfuma,
Soluçam beijos vãos que o vento leva...*

Só falei até agora a forma. O mesmo impulso ascensional, pausado e ininterrupto, se observa na evolução do conteúdo.

Na primeira edição do seu livro, a poesia de Bilac se espoja voluptuosamente em virtuosidades descritivas e narrativas – “Morte de Tapir”, “Tentação de Xenócrates”, “Sesta de Nero”, “Incêndio de Roma”, “*Delenda Carthago*”... – ou revoa em sonhos de amor inflamadamente mundanais. Percebe-se outras notas, de quando em quando – um grande desejo de vida, o horror da morte e do além, sentimentos humanos de piedade, de entusiasmo, ou de ternura; são, porém, notas secundárias e dispersas, resvalando acidentalmente sob o tecido forte daqueles acentos metálicos. Em todo o livro mal se encontrarão três ou quatro peças que, como “A um grande homem”, ou “Pomba e chacal”, encerrem uma pura idéia e possam reduzir-se a uns tantos conceitos abstratos.

Na *Alma Inquieta*, já essas notas sobem, trêmulas e graves, como vindas de um oboé longínquo, ou de uma cornamusa comovida, sobre o fundo das violentas orquestrações do sensualismo juvenil – e chamam-se “Inania verba”, “Vasitas”, “Midsummer’s night’s dream”, “Mater”, “Virgens mortas”, “Campo Santo”, “Velhas árvores”... Nas *Viagens*, a simples intenção descritiva de outras peças dobra-se de uma idéia de continuidade na sucessão dos quadros, com o gérmen ou o esboço remoto de uma concepção cíclica. O *Caçador de Esmeraldas* é ainda um poema descritivo. Mas não é um painel: é um poema, grande e belo poema, onde ao apuro da forma, à grandiosidade do desenho, à riqueza dos efeitos de arte, à força das emoções, se acrescenta um alto sentimento patriótico e humano, roçando por um nobre e reconfortante entusiasmo. Por fim, ver a *Tarde*...

Mas nem todo o tempo que me resta bastaria para eu dizer aqui desse livro maravilhoso, único na língua portuguesa, todas as reflexões que me sugere e as profundas repercussões que dentro de mim desperta. *Tarde* é o calvário resplandecente de um grande poeta que era *um homem* e de um homem

que se ia tornando um santo... É com orgulho que nós, brasileiros, podemos apresentar ao mundo esse grande livro, essa rara flor de cultura humana integral, onde se entrelaçam e concertam, alteados, depurados, afinados, tantos primores de uma arte infinitamente rica, tanta abundância e tanta elevação de sentimento, tanta universalidade de intenções, tanto amor à terra nativa, tantos regalos para o sonho e tantos excitantes da ação, e tudo isso penetrado e banhado de uma inteligência tão luminosa e musical... Oh! o milagre máximo desta natureza privilegiada!

Foi nesse livro que ele realizou definitivamente aquele fantástico retrato da antiga *Semana*: aí a lira sonoríssima que ele vibrou, fazendo-a gemer, cantar e rir, era ele inteiro, era a lira feita com todos os seus nervos, todos os seus músculos, todo o seu sangue, cheia da sua vida passada e presente, trêmula das palpitações do seu coração, orvalhada de suas lágrimas, agitada pelas idéias e pelos sonhos que não chegaram a ganhar corpo e tomar asas – era ele próprio! e lá repousa no eterno segredo, rota e silenciosa, a desfazer-se e a dissipar-se como um sonho que nunca mais será sonhado...

Bilac há de ficar na história da nossa poesia com imperecível relevo. As linhas desse relevo são postas em evidência pelos mesmos que lhas censuram.

Acusam-no de ter insulfado nos seus versos mais eloquência do que poesia. Não relutarei muito em concordar com semelhante reparo. “Mais eloquência do que poesia” – quer dizer que, em todo o caso, a poesia existe. E existe muita, todos vós concordareis comigo que existe muita. Pois bem: essa poesia, abundante e magnífica, é ainda mais acompanhada de bastante eloquência... que, no caso presente, é também poesia.

Essa eloquência de Bilac é também poesia, porque não é uma pura suntuosidade do verbo, é o ímpeto forte e o transbordamento sincero de toda a sua natureza profunda. Nos seus entusiasmos, nos seus soluços, nos seus espantos, nos seus clamores, no seu discurso interjeicional e rotundo não há uma simples maneira literária, há um temperamento excepcionalmente acentuado, que parece ter surgido, numa geração titânica, dos desejos e dos assombros da Terra. E já isto é poesia intensa... Mas não façamos questão de nome. Digamos antes: isto é belo; e basta.

Outra acusação que se faz a Bilac, é a da sua terrenidade ardente... Dir-se-ia que as acusações que lhe movem têm por destino realçar as grandes qua-

lidades peculiares da sua arte. Com efeito, ela traz consigo todos os ardores insofridos e implacáveis do instinto. Mas são tão fortes, tão contínuos, tão sinceros, tão cheios de humana angústia esses ardores, que chegam a ter algo de grande, de magnífico e de trágico. Ouve-se neles o eco perpétuo da nossa animalidade esfaimada a uivar na sua noite, ao clarão das estrelas... Ele não cantou as banalidades viciosas do viver cotidiano. Cantou o eterno impulso fatal. Cantou-o franca e sonoramente, sem malícia torpe e sem cinismo repulso, com a naturalidade simples que teria um pagão sadio e galhardo. Não é ele que merece censura. Censura merecem antes os que o censuram, porque esses é que, com o seu moralismo suspicaz e manhoso, pedante e falso, tolerando na vida prática a inundação horrível de todas as torpitudes habituais que a envilecem, vão no entanto sublinhar com o dedo oleoso as claras e direitas espontaneidades da natureza e da arte. Culpa não tem o poeta de que eles turbem e insultem as próprias fontes onde bebem.

Tão imperiosa, porém, era esta propensão do seu ser, que ela é a que mais vibra, não só na sua pureza, como também associada a outras impressões, a outras tendências, e até a idéias aparentemente muito distantes. Descrevendo o doudejar eterno das ondas, à noite, em alto mar, ele recriou a mitologia antiga das feminilidades formosas e ululantes, perdidas na solidão oceânica. Semelhantemente, na sua primeira época, olhando o céu cheio de névoas, via nele um turbilhão de formas perturbadoras. Dedicando um soneto ao descobridor do Brasil, nada encontrou mais comparável a essa invasão primeira de uma terra desconhecida e opulenta, que a glória de umas núpcias ardentes e encantadas...

Ao lado dessa obsessão terrenal, a obsessão dos astros. Um dos seus sonetos mais antigos é o célebre “Ouvir estrelas”, que tão pegado lhe ficou ao nome para sempre, a ponto de nunca mais se falar de um sem que as outras abotoassem logo nas memórias. Esse soneto é apenas um episódio. Toda a sua vida foi um andar com os olhos erguidos a cada instante para o firmamento. Toda a sua poesia e toda a sua prosa estão coalhadas de astros. Aqui é um poema inteiro onde eles refulgem; ali, assomam numa estrofe, como numa janela; mais além, inesperadamente, arde uma cintilação cravejada num fecho de ouro, parecendo um simples ornato quando é um reflexo do vasto céu.

A princípio meras confidentes dos seus amores terrenos, as estrelas tornam-se depois as doces inspiradoras dos seus pensamentos mais altos. Elas encarnam, para ele, as virgindades eternas. Elas encarnam todas as suas aspirações melódicas de purificação. Subindo da juventude à maturidade, ele subiu do materialismo alado de seus primeiros dias a uma alta espiritualidade, onde entrelaçou as flores mais finas do sonho pagão com as flores mais viçosas do cristianismo, – de cada coisa só as flores, as rosas rubras e os lírios alvos. E essa constante ascensão ele a fez por uma escada de estrelas.

Como prosador, Bilac principiou também cedo, porém só mais tarde se afirmou. Já era poeta consagrado, aceito como mestre por toda a mocidade literária do país, quando começou a impor-se, um pouco bruscamente, como um escritor imaginoso, brilhante, cheio de idéias claras, de conceitos agudos e de bizarras magníficas, dono de um estilo sóbrio, sólido e sonoro. As suas crônicas marcaram época, e ainda são lembradas com saudades.

Lendo hoje as que ele reuniu nos volumes *Crítica e Fantasia e Ironia e Piedade*, ainda ficamos admirados de como puderam sair com esse aspecto de obra meditada e acabada, escritas que foram como se escrevem crônicas – sobre o assunto do dia, ou da véspera, para o jornal do dia seguinte.

Este ar de solidez e de acabamento é uma das características da prosa, como do verso de Bilac. Escritores há, e são os mais comuns, cujas melhores páginas nos dão a impressão do incompleto e do fragmentário. Não impede que sejam fulgurantes e deliciosas. Dão-se casos em que não desejáramos por nada vê-los retocados, como acontece com certos esboços de pintor, tão frescos e tão eficazes na sua visível instantaneidade, que, tais como saíram, esparinhados e convulsos, frementes da febre em que borboleteava o pincel tateando a impressão fugitiva, merecem muito mais do que grandes telas acabadas e pomposas. Não é bem um mérito, portanto, que aponto na obra de Bilac; é, por enquanto, apenas uma característica.

Ele tinha o horror invencível das coisas feitas a meio, desarticuladas e desleixadas, inconclusas e tortas. As crônicas diárias que escreveu para a *Notícia*, ligeiras e breves, destinadas a morrerem, para o público, na mesma noite, eram sempre curtas, mas completas; ligeiras, mas *orgânicas*. Tinham um plano e um encadeamento. Tinham uma introdução, uma exposição, uma conclusão. As suas diferentes partes e pormenores guardavam entre si as pro-

porções razoáveis. Ele arredondava-as e rematava-as, como arredondava e rematava, com mais trabalho e mais amor, os seus sonetos de cristal, maciços e transparentes. As suas obras, por ligeiras que fossem, podiam andar pelos próprios pés...

A esse gosto exigente da composição regular juntava-se o zelo clássico da ordem e da clareza internas. Dir-se-ia, com um pouco de imaginação, que seus períodos eram um bando lustroso de versos licenciados, a passearem ao sol, entre dois exercícios gerais, muito contentes da liberdade. Tudo perceptível, tudo iluminado, tudo brunido. Nenhum borrão, nenhuma garabulha, nenhum embaciamento de sombra, nenhuma vagueza de rumo. A prosa de Bilac devia ser lida e relida por todos os que se iniciam, com a crespia exuberância da mocidade, neste torturado mister de escritor, – tão complicado e tão duro,

*Que ofício tal... nem há notícia
de outro qualquer –*

porque poucas forneceriam modelos tão sugestivos e uma escrita assim despreziosa e leve, mas tão lavrada e tão resistente. E a carpintaria da escrita é o caráter do estilista, como do desenho já foi dito que é a proibidade do pintor.

Essas qualidades de método e de polidura, é certo que as aprimorou no trato dos mestres favoritos, sobretudo entre os mestres universais da ordem e da clareza, os escritores franceses. Sua prosa cheira a Flaubert, como lembra o saudável equilíbrio de Ramalho e a nervosidade amável de Eça. Mas é preciso não exagerar a parte que cabe à imitação. Ninguém imita senão aquilo que a natureza de cada um permite imitar. E a natureza de Bilac reclamava lustre e compostura, transparência e harmonia em tudo.

Essa exigência imperiosa e constante do seu temperamento repontava em todos os atos da sua vida particular, onde tudo era regulado e assente, onde nenhum pormenor ficava entregue às indecisões e vacilações em que geralmente nos enredamos... Os seus negócios eram conduzidos e levados a cabo, nos seus mínimos termos, com pontualidade e exaço meticolosa. As suas maneiras, doces, ou severas, ondeantes ou abruptas, não permitiam a menor dúvida sobre a significação que ele lhes quisesse dar. Não se esquecia das entrevistas marcadas. Não deixava cartas sem respostas. Respondia sempre em duas regras, ou em duas palavras que fosse, em excelente papel, numa

letra que não variava, regular, legível, um pouco rígida mas bonita em conjunto, sem ornatos nem prolongamentos inúteis enchendo linhas iguais e equidistantes com todos os seus pontos, todas as suas vírgulas, todos os seus traços e todos os seus acentos vigorosamente destacados.

Entrei, uma vez, ultimamente, nos seus aposentos. Nada indicava, ali, que ali trabalhasse e repousasse um poeta, um desses homens que imaginamos como criaturas aluadas, trepidantes de exageros e de repente, oscilando entre sofreguidões e relaxamentos. Nada indicava sequer que ali houvesse penetrado alguém há muito tempo. A secretária, provida de todos os objetos que a secretária de um homem metucioso pode conter, ali estava, entre prateleiras de livros irreprensivelmente alinhados, intacta e brunida como um desses móveis de uso convertidos em peças de aparato, em casa de gente metódica e econômica – uma mesa de jantar, por exemplo, onde não se come senão quando há pessoas de fora... Aquelas salas, que dir-se-ia serem a mansão da pachorra e do capricho, invadidas por uma instalação de lâmpadas elétricas feita pelo próprio poeta, e onde uma multidão de pequenos objetos aprazíveis, cerâmicas e lacas, brosladuras e flores, punha um ar de feminilidade carinhosa, era a oficina de um artista que tinha de manusear constantemente, no afã de longas horas de isolamento e de febre, de tensão e de anseio, todo um arsenal de livros e de documentos, de notas e correspondências e toda aquela apeiragem de escrita que se via disposta em cima da mesa numa dispersão harmônica de *bibelots!*

Depois de ver esses aposentos e de considerar a pessoa do poeta com os movimentos curtos e enérgicos de seus braços a sugerirem arrepanhamentos e piparotes, achataduras e arremessos, as inflexões acentuadas e quentes de sua voz e sua pronúncia escandida e correta, então compreendi bem de que origem única provinham, em geral, as feições destacadas e regulares da sua arte – e também alguns cacoetes.

Na prosa de Eça de Queirós, entre outras coisas justas, ou justificáveis, que dela se disseram, apontou-se a insistência com que os substantivos se apresentam escoltados por dois adjetivos. Na prosa de Bilac, há uma contra-tura parecida: um paralelismo constante de idéias, de expressões e de ritmos, marcando contrastes e similitudes, ou simplesmente compassando um conti-

nuado balanço, sem o qual o autor sentiria talvez que o pensamento lhe sairia manco, ou tolhido de uma asa...

Os guerreiros JÁ NÃO QUEREM mostrar *coragem e audácia*: QUEREM aniquilar os adversários de modo *mais simples e mais rápido*, causando o *maior* estrago com o *menor* perigo possível.

São freqüentíssimos os trechos como este, onde tudo revela cuidadosos arranjos de simetria, onde as idéias andam aos pares, e elas mesmas marcando bem o movimento dos dois pés, ou o equilíbrio das duas asas.

Toda arte possui a sua dose de artifício, e a prosa de Bilac os tem, nas crônicas e nas conferências, embora dissimulados com habilidade rara sob as dobras veludas da elocução abundante e correntia. Na crônica, onde mal se toleram arrastamentos, ou insistências, e onde tudo deve ser facilidade e graça, os truques são necessários a cada momento, para se evitarem as asperezas e se contornarem as sensaborias, nas quais a marcha natural das idéias iria bater em cheio, mas contorná-las e evitá-las com elegância singela de quem não o faz de caso pensado. Bilac era mestre nessas acrobacias. Desempenhava-se, em regra, admiravelmente, dando a impressão de que tudo quanto ele dizia era, sem tirar nem pôr, o que havia de melhor a dizer sobre o assunto.

Entretanto, às vezes, o truque ressaí aos olhos do conhecedor. Um dos mais freqüentes consiste em fazer de um equívoco o trampolim preparatório de todo um vôo estirado e magnífico. A propósito da viagem de Santos Dumont ao Brasil, após as suas famosas experiências, escreveu uma linda e comovida crônica, em que faz uma espécie de cotejo entre a terra e o céu, entre a terra boa e maternal onde vivemos e que nos nutre e nos embala, e o céu enganador e impassível, para onde se volta, a torcer-se, a nossa perpétua ansiedade insatisfeita. Onde o liame entre essa bela digressão e o herói dos ares? É que Santos Dumont tentava devassar o *céu*. O *céu* que ele queria devassar não era senão a modesta camada atmosférica que nos envolve; mas a palavra era muito mais vasta do que a coisa... Afinal, que gostoso pedaço de límpida prosa!

A medida que Bilac avançava na vida, a sua prosa se foi adelgaçando e simplificando ainda mais. No fim, já se despojava de efeitos de estilo, desprezava o rigor dos artifícios amáveis, e se mostrava nua e casta como a fala profunda de uma fonte. Aquela prosa feita de trechos e pedaços reluzentes e sonoros como contas de cristal, destacadas umas das outras, postas em conti-

güidade numa fieira, mudou-se aos poucos em algo de mais global e mais fluído, como se as contas redondas e duras se fossem derretendo e transformando simplesmente em gotas e em fios de água translúcida.

Essa evolução da sua prosa seguiu a mesma curva que a do seu verso. E ambas não apresentam senão aspectos da carreira pausada e segura de uma vida, que foi uma ascensão sem retorno e sem parada. O homem chegou às raias da santidade. O artista atingiu

*A arte pura, inimiga do artifício,
...a força e a graça na simplicidade.*

A sua prosa e a sua poesia eram, no fundo, durante a quadra mais ardente, um misto de sensualismo e de espiritualidade. A princípio predominou o sensualismo. Depois, a pouco e pouco, eles se foram entrelaçando mais intimamente e se equilibrando cada vez melhor. Acabaram por viver harmonizados, como dois irmãos gêmeos que fossem amigos, ambos belos, um Esaú moreno e forte e um Jacó alvo e fino, aquele risonho e estouvado, este melancólico e manso, uma rosa de sangue e um lírio de leite. Nunca esse sensualismo desceu à brutalidade, nem esse espiritualismo se transviou em místicos arroubos. Ao contrário, Esaú sorria com amargura cada vez mais suave, na sua graciosa carantonha de sátiro jovem, e Jacó, de seu lado, baixava de quando em quando os olhos rasgados e lentos, com crescente complacência, na contemplação enlevada de formas e de acidentes perecedores, mas deliciosos...

Que é que os impediu de exagerar os impulsos das suas índoles diversas e os moveu a temperá-los a pouco e pouco, um com as influências fraternais do outro? Simplesmente isto: o bom senso.

O bom senso de Bilac! Eis a espinha dorsal do seu psiquismo. Não é o bom senso a qualidade essencial dos artistas; imaginação, sensibilidade, ideiação pronta e harmoniosa, sentimento de beleza, em uma palavra – talento, tudo isso forte e vivaz, eis o que lhes é indispensável e eis o que eles, em várias doses, costumam ter. Assim os artistas estão sujeitos aos mais largos desvios da razão e do sentimento. “Sublime canalha!” chama-lhes, na aparência violentamente, na realidade, com uma inteligência compreensiva e piedosa, Rossini... Mas Bilac foi um homem sensato. E aqui se acha, talvez, o humano segredo da simpatia envolvente que da sua arte se desprende. O seu bom

senso não foi esse, retaco e pedestre, que aí anda de suspensórios e de guarda-chuva, que é tão amiúde um *mau senso* ou um *não-senso*, porque à força de evitar o exagero acaba na aceitação resignada de todas as chatices e de todas as torpezas; mas um bom senso alado e florido, inflamado no perene desejo de embelezar e melhorar a vida.

Esse bom senso, que lhe poupou outros desvios da razão e do sentimento, também impediu que Bilac tombasse nas depressões, ou grimpassse nos exageros do nosso patriotismo, sempre balouçado entre a descrença rastejante e o entusiasmo catacego. Foi ele, igualmente, que o impulsionou, como cidadão, ao mesmo desenvolvimento admirável que é toda a história de sua vida de artista.

Houve, e creio que ainda há, muito quem suponha que Olavo Bilac surgiu patriota do fundo de uma caixinha de surpresa, ou que tombou patriota, numa estrada deserta, como Paulo de Tarso caiu do seu cavalo. Engano. A Pátria sempre lhe apareceu bela e amada, entre os cuidados da sua consciência e os sonhos da sua imaginação. Na primeira fase dos seus cantos, votados quase unicamente ao culto do amor e da arte, apenas se entrevê, remoto, o perfil sagrado, através de uma ou outra frincha ligeira – aqui um rapto de passageiro entusiasmo pelo idioma natal, ali uma reverência comovida ao imortal cantor do “I-Juca Pirama”. Depois, a visão se acentua melhor e se repete mais vezes. Ergue-se, entre as ondulações desiguais da sua obra poética, esse alto cume – o *Caçador de Esmeraldas*. Vêm, finalmente, algumas das mais admiráveis, das mais perfeitas e soberbas jóias da *Tarde*, e no meio delas este soneto dolorido e reconfortador, de angústia e de reconciliação, grande e triste como um leão sonhando ao crepúsculo:

*Pátria, latejo em ti, no teu lenho, por onde
Círculo!...*

Na sua prosa, artigos e conferências, Bilac sempre revelou, com frequência, ardentes preocupações de patriotismo. Algumas das melhores crônicas que escreveu, como essa, tão encantadora, que se intitula “Salamina”, não tiveram outra origem. E lendo-se, agora, esse trecho de prosa nobre e formosa, escrito em 1904, colhemos a impressão de que foi concebido depois de 1914. É já a mesma atitude, a mesma flama, a mesma linguagem. Ele falava de umas regatas a que assistira na baía de Botafogo, e, depois de dar expansão ao

seu entusiasmo pela beleza visual e pela beleza moral do espetáculo, bradava sonoramente aos jovens remadores:

Quando, no lusco-fusco da antemanhã, saltais da cama, e, roubando duas horas ao sono, ides encher de ar salitrado os pulmões, é principalmente a alma que ides fortalecer na contemplação do mar infinito, coberto de trevas, do céu sem raias, ainda salpicado de estrelas.

E se foram músculos como esses que ganharam a batalha de Salamina, – foi também com gente da vossa idade, criada no mar, afeita a desafiar e conjurar as traições das águas, habituada a sonhar a glória, ao ar livre, ouvindo a cantilena triste das vagas e mergulhando os olhos no sorvedouro estrelado do firmamento, – que, a 11 de junho, um almirante nosso, forçando as baterias paraguaias, glorificou, sob uma “abóbada de balas” o nome do Brasil nas barrancas do Riachuelo...

Enquanto cito este trecho, alguns dentre vós estarão lembrando outros trechos igualmente belos e igualmente generosos, frutos da mesma arte e do mesmo sentimento. Talvez recordem aquela crônica do “Maluco”, uma das mais comovedoras das suas páginas, anterior de quatro anos à que acabo de citar. O maluco era um pobre português, que tinha a mania inocente e tocante de venerar o monumento de Cabral: varria-lhe as pedras em redor, adornava-o de folhagens e de flores apanhadas aqui e ali, pelas ruas, e nisso se entretinha por largas horas, esquecido de tudo o mais, no meio do esplendor da natureza e dos ruídos da cidade. Assim, do naufrágio em que desapareceu a razão do pobre homem, alguma coisa se salvou...

Uma luz sagrada ficou brilhando naquela treva, uma idéia linda ficou palpitando naquele desatino: a luz, a idéia de Pátria. Aquele português exilado, ainda na confusão e na tristeza da sua loucura, observa a saudade da terra em que nasceu, o amor de sua gente e o orgulho de ser português... Tudo morreu naquele cérebro, – exceto o patriotismo. Isso ficou, – *e isso vale mais do que tudo quanto se perdeu...*

Nós, os sensatos, perdemos justamente isso. Que vale o resto que nos ficou? Que vale a nossa inteligência, se a não aplicamos em servir a terra dos nossos maiores e se a malbaratamos em diatribes e chacotas? Que valem as forças da nossa alma, se as dissipamos em destruir as glórias que deveríamos prezar e em cobrir de lodo aqueles que deveríamos cobrir de flores? Que vale o nosso bom senso, se ele serve apenas para nos manter na descrença em que nos acanhamos sem o amor da Pátria, sem o amor da Justiça, sem o amor da beleza moral?

Bilac tinha motivos para usar dessa veemência. O patriotismo nacional, depois de se ter exacerbado em nervosos excessos, repousava numa estagnação abjeta. Deveis estar lembrados dessa estranha, mas verdadeira fase de extremo envilecimento cívico, desde 1900 denunciada pelo nosso escritor, mas destinada a só alterar-se depois do estalar da grande guerra.

A formidável conflagração veio abalar esse charco. Um como tremor subterrâneo entrou a agitá-lo a pouco e pouco, e a água turva e parada, cheia de vibrões e de sapos, começou a tremer em ondulações ligeiras e a estrelar-se em borbulhas brilhantes, franzindo e rompendo o nateiro grosso que a recobria.

Fomos obrigados a considerar a nossa situação, a interrogar o nosso futuro. Vimos os perigos próximos e remotos que nos cercavam. Percebemos os dilemas que nos premiam entre as suas pontas agudas. A luta assombrosa revelou-nos coisas tremendas e insuspeitadas. Abriram-se perspectivas novas e longas em todas as direções, através de um mundo de idéias assentes e de velhos hábitos mentais, como um repentino rasgar de avenidas através de casaria macróbia e de ruelas tortas. Muitas coisas que não queríamos, ou não podíamos ver, entravam-nos pela retina com um ímpeto de agressões...

Mas a desorientação era geral. Só havia um reboir de comentários e de gestos, como esses burburinhos confusos em que ondulam e sussurram as multidões apinhadas. Nisto, uma voz potente e cálida reboou no espaço.

Foi a 9 de outubro de 1915 – há, portanto, quatro anos. Bilac produziu em São Paulo, na Faculdade de Direito, perante os alunos reunidos para o receberem e festejarem ali, o seu célebre discurso, que foi uma faísca, – semente de fogo que brotou e floriu num dos nossos mais belos incêndios...

Por que em São Paulo? Bilac achava-se aqui, no Rio, quando começaram a saltar-lhe o espírito, também sacudido e iluminado sinistramente pela catástrofe européia, sérias e invencíveis preocupações de ternura filial pela nossa terra. Aqui meditou nos meios de levantar, para a contemplação de mais amplos horizontes, a consciência nacional entorpecida e degradada. Aqui praticava sobre tais assuntos, insistentemente, com amigos a quem gostava de confiar as suas idéias e de temperar as suas resoluções. Por que, pois, iniciou em São Paulo a sua memorável campanha? Ainda neste ponto, foi o lúcido bom senso do sonhador que interveio decisivamente. Bilac sabia mais da sua terra e da sua gente do que muitos a quem corria a obrigação imediata de as

conhecer melhor, por motivo análogo àquele que impõe a todo obreiro proibido o conhecimento da matéria com que lida... Ele enxergou que São Paulo, por um conjunto de circunstâncias, que não constituíam mérito da cidade, mas simples favor do acaso, era o centro mais adequado ao início de um movimento que precisava repercutir por todo o país.

São Paulo, antes de tudo, estava indicada como cidade de província. É nas cidades de província que se conserva melhor o sadio e repousado equilíbrio, capaz de receber com singela confiança e transmitir com entusiasmo comunicativo os impulsos dirigidos aos sentimentos desinteressados. Entre as capitais provincianas, aquela era a que mais convinha, porque é a menos isolada de todas. É a que dispõe de mais larga área de influência direta e imediata, abrangendo vastas extensões de outros Estados, para as quais se constitui em verdadeira capital econômica e espiritual. É a que mantém, depois do Rio, mais ampla rede de relações por cima de todas as divisas do território nacional e até os seus recantos mais afastados. Ali vão ter, atraídos por um fecundo campo de trabalho, brasileiros de todas as regiões, como estrangeiros de todas as raças. São Paulo, como o Rio, é uma cidade nacional, centro de convergência, foco de irradiação e energias brasileiras, de idéias brasileiras, de aspirações brasileiras.

O próprio bairrismo paulista, que existe, difere essencialmente de outros bairrismos espalhados pela nossa bela terra, porque, em vez de ser um bairrismo supercilioso, que se recolhe e se fecha, que repele e amedronta, é um bairrismo bem disposto, que seduz e convida, e que se espalha. Seduz e convida, porque quer fazer de todos os estranhos, colaboradores. Espalha-se, porque quer repartir os frutos de suas experiências felizes. Se outras formas deste mal, ou deste bem, tendem de si mesmas para as divisões e os exclusivismos, a de São Paulo tende para a unificação mais larga. É um bairrismo ofensivo e invasor, com altos intuítos imperialistas, lançando à conquista de terras e de almas... para a grande pátria comum.

Foi este o lugar escolhido por Bilac para iniciar a sua cruzada. Por isso nem a primeira faísca se perdeu. Ateou labaredas, e estas avançaram, e não houve aceiro nem muralha que as contivesse:

*...Fraco e medroso, o fogo
À branda viração tremeu um pouco, e logo
Inda pálido e tênue, ergueu-se. Mais violento*

*Mais rápido soprou por sobre a chama o vento:
E o que era labareda, agora ígnea serpente
Gigantesca, estirando o corpo, de repente,
Desenrosca os anéis flamívoros, abraça
Toda a cidade...*

e da cidade passou ao país inteiro.

Bilac ainda falou ali, falou aqui, no Rio, falou noutros pontos do Brasil, e cada discurso era uma tocha que ele brandia entre as ruínas dos preconceitos e dos erros combatidos. E, se nunca se viu no Brasil uma campanha tão fulgurante, nunca se viu também resultarem tão prontos nem tão inumeráveis efeitos de uma campanha.

Reconciliou-se a Nação com as armas. A conscrição foi aceita. Os quartéis, atingidos pela onda reconfortante da solidariedade pública, assearam-se, arejaram-se, cresceram e, escancaradas portas e janelas, varados de ar e de sol, ressoantes de hinos e de clarinadas se puseram em comunicação aberta e tranqüila com o exterior. Multiplicaram-se as linhas de tiro. Os militares puderam dirigir-se ao povo sem correr o risco de não os quererem ouvir, ou de os quererem desrespeitar. As nações de defesa indispensável, de dever civil entrelaçado ao dever militar, de sacrifício voluntário e jovial das comodidades em favor de um desígnio coletivo, todas essas idéias tão antigas e tão repetidas, Bilac as condensou em alguns períodos de prosa singela, desempeceu-as de equívocos, aligeirou-as de inutilidades, deu-lhes um jeito, estirou-lhes duas asas, a asa da beleza e a asa do sentimento, deu-lhes as retrizes da ternura e do entusiasmo, soltou-as no ar, — e elas ficaram voando e entre vôos e cantos se multiplicaram, e encheram os ares do Brasil em infinitas revoadas. Tais como aqueles pássaros de argila, que todas as crianças da Galiléia faziam, mas que, feitos pelas mãos de um certo e único menino, e lançados no espaço, não vinham despedaçar-se no chão, — livravam-se, moviam-se, cantavam e eram aves verdadeiras, sendo passarinhos de barro.

Mas aos efeitos imediatos do fecundo apostolado outros efeitos se seguiram. O impulso primitivo esgaltou-se em outros impulsos semelhantes — e veio a campanha pró-saneamento, intensificou-se a luta contra o analfabetismo, levantaram-se uma após outras novas iniciativas patrióticas. Essa larga ondulação de idéias e de vontades continua... Quem sabe até onde irão, afinal,

as repercussões de todos esses choques e contrachocos sucessivos e simultâneos, originados de um único choque, dado por um homem fraco e isolado, doente e melancólico, sentindo dentro de si o crepúsculo inexorável da vida!

Extraordinária lição para os que descrêem do espírito, para os que não querem reconhecer a força das idéias, para os que limitam a um círculo de risível exigüidade o campo útil de ação das boas vontades isoladas. Assim a soubessem aproveitar, a maravilhosa lição!

Três anos depois, no alto dessa elevação integral, pausada e harmoniosamente atingida, o grande poeta, o grande prosador, o grande patriota, o grande exemplar humano sucumbiu. Não houve, porém, desabamento e ruína. Apenas, a ascensão parou, seguiu-se um estremecimento e as linhas dessa personalidade aí quedaram na calma imponência de um monte de possantes flancos e de alteroso cume.

Esse monte, há talvez quem negue que ele o seja. Não admira. Nem todos sabem procurar o afastamento proporcionado às dimensões do objeto que se contempla... Pessoas há que, sob pretexto de fidelidade ao real, amam observar os homens de perto, o mais de perto que seja possível. Apoderam-se da vítima, e tudo espiam, tudo palpam, tudo medem, tudo desmontam e desencaixam num delírio feroz de análise e de prova. No fim, sacodem a cabeça e declaram que não existe a superioridade proclamada. Se tudo quanto acharam foi vulgar, tudo quanto viram foi pequeno, tudo quanto tocaram foi incompleto!

Esses pesquisadores frios e implacáveis fazem lembrar um maníaco desconfiado e teimoso, que, vendo toda a gente admirar, enlevada, o aspecto juntamente grandioso e suave de alta e remota montanha, intenta verificar por seus próprios olhos a existência dessa elevação. Parte, por atalhos e caminhos, galga ladeiras, transpõe gargantas e águas, matos e pedregais. Ao cabo de longas horas de marcha, trêmulo e trôpego de cansaço, mas triunfante, deixa-se cair sobre uma pedra à margem do trilho percorrido. Onde a montanha? Tudo que o cerca é vulgar e pobre. Onde aquele remoto país de beleza, que se estampava, além, no horizonte, muito alto, muito harmonioso, com a crista a delir-se no céu claro com largas projeções de sombra a cáirem-lhe das arestas iluminadas, com suaves transparências de poeira violeta sobre o azul carregado das faldas? Não! a montanha não existe! É uma ilusão de vista!

Mas a montanha existe, e lá está, grande e bela...

II
RESPOSTA DO SR.
CARLOS MAGALHÃES DE AZEREDO

SENHOR Amadeu Amaral.

Não estranho a perplexidade que vos colhe, ao tomardes o vosso lugar nesta Casa. É o lugar que pertenceu, por vinte e um anos, a Olavo Bilac; ele o pusera sob o patronato de Gonçalves Dias.

Brilham, assim, sobre vós dois magnos e formidáveis nomes. Gonçalves Dias personifica o esforço mais bem sucedido da poesia nacional para assumir a consciência de si mesma como entidade à parte, mas sem ruptura com a terra da sua origem, com o sistema planetário das suas tradições, antes espelhando na própria fisionomia inconfundível os reflexos de uma grandeza universal e cósmica. Olavo Bilac, encarnando, em período mais recente, e com maior complexidade estética, o mesmo duplo pendor, chama a si, na última, tão fecunda e maravilhosa face de sua existência, a missão de um apóstolo suscitado pela revelação fulgurante dos destinos da Pátria, no fragor de um drama também universal e cósmico, o obstinado e heróico labor de um apóstolo, cuja voz já agora não emudecerá mais na atmosfera luminosa de esperanças, ou torva de ameaças, serena de paz, ou procelosa de guerra, desta Pátria que ele amou, e que nós amamos.

Esse vago receio de caminhar ladeado por dois gigantes obedece a um sentimento de justa reverência. Ele atesta a vossa intuição profunda do prestígio da poesia, e da seriedade da arte.

Mas a Academia mediu bem o alcance do que fazia, quando vos elegeu. Ela entendeu consagrar um escritor de linhas e idéias já definidas, na madureza do seu próspero engenho, senhor das suas normas e dos seus instrumentos de trabalho, que, por livros já em si realidades tão sólidas como brilhantes, não meras promessas, garantia outros ainda, portadores de glória para a nossa companhia, e para as letras brasileiras. Se em alguns votos influiu, como sempre sucede em casos tais, a simpatia pessoal, esta, em nenhum deles, por certo, separada da admiração, engrandece ainda a auréola do poeta e do artista; pois documenta a intensidade do nosso desejo de atrair para esta Casa, para a nossa assídua, operosa, franca e leal convivência, um companheiro já muito prezado em suas feições, e de cujo trato só podemos esperar horas deliciosas.

Por minha parte eu me regozijo da escolha, com que a Academia me honrou, para receber-vos. Ela me vai dar ensejo de falar, com emoção e afeto, de dois poetas, e da poesia; de dois artistas, e da arte; e por eles, e com eles entrelaçarei no meu discurso a racionalidade e a humanidade. O quadro que se me abre diante dos olhos é o mais vasto e o mais belo...

De um palácio me parece que parto para essa viagem encantada; há nele estátuas e painéis, troféus rutilantes, e arcas cheias de jóias, palestras para a luta, e leitos de doce repouso. A riba que me aguarda é um jardim imenso, rico de plantas da terra e exóticas, sonoro de fontes e de ninhos gorjeantes. Junto à verde margem se balouça nas ondas cérulas uma galera, com entalhos de ouro e velas de púrpura, para singrar comigo um grande rio, e ela me levará festiva, impelida pelo vento galerno, até a foz tumultuosa, e comigo penetrará no oceano sem termo.

Tal é a perspectiva, que me aparelhastes para este momento, vós e Olavo Bilac. Se a miro com natural e muito fundado temor de ser nimiamente pequeno para ela, mais pode em mim que essa impressão o entusiasmo que um espetáculo grandioso comunica por força ao espectador mais interessado por ele que por si próprio. Eu sou o ceifeiro que colhe no júbilo da abundância a messe por outros semeada com esforço, talvez com fadiga, com tristeza.

Há tristeza, senhor Amadeu Amaral, no início da vossa jornada de poeta. E o vosso primeiro livro tem um título de melancolia: *Urzes...* Lembra caminhos ásperos onde os pés, dilacerados por espinhos, vão deixando longas estrias de sangue; e não poucas dessas puas cruéis varam o peito do viandante,

e lhe chagam o coração... Todavia, ainda que visivelmente sincero, não de pose e livresco, raro atinge o vosso sofrimento de então grande intensidade.

Percebe-se que é de adolescente, que o motiva a perda dessas primeiras ilusões sem raízes, dentes de leite do espírito, que, como os das gengivas infantis, caem quase sem dor...

Ele não se desabafa em gritos, em furores musicais de tempestuosa orquestração; externa-se em flébeis suspiros, e gemidos melódiosos. Nada de *dionísíaco*, para empregar um termo em voga, pinturesco e belo, irrompe da vossa juventude, cismadora. Não sacudis no ar o tirso florido, não entoais frenético o *Evoé!* também não vos arremeçais contra a sorte, vociferando objuratórias, nem contra a Divindade ululando blasfêmias.

Ao contrário, uma suave resignação vos acompanha quase sempre; ela anda de olhos erguidos e mãos postas, em atitudes religiosas, mais ainda, monásticas, que não sei donde lhe vêm, e a vós mesmo, se das práticas de piedade presenciadas em família, se de capítulos ascéticos lidos com o fervor dos vinte anos, se de vagas transposições literárias... Como quer que seja, a vossa imaginária de então é acentuadamente claustral. Gostais de figurar-vos hóspede de um convento, hóspede desenganado tão cedo, como muitos que em conventos moram, de um mundo, apenas de relance, visto:

*“Quem me conhece, muitas vezes há de
ver que na Dor, como hoje, me enclausuro,
monge vagando em corredor escuro,
alheio aos ecos da comunidade.”*

*“Por entre os claustros da Amargura arrasto
no pavimento a minha vil sandália.”*

*“Eu já fui cavaleiro, e na guerra, que assola,
todo o corpo chaguei, vi que tudo é maldade...
Dentro da minha dor, que da vida me isola,
recolhi-me, e hoje arrasto a cogula de um frade...”*

Entretanto, logo se entra a suspeitar que o monge não é dos que hão de envelhecer envoltos ao burel, contentes de mirar os aloendros, as roseiras, os mirtos e os ciprestes em torno do poço musgoso, no horto da comunidade.

As suas leituras não se limitam, por certo, ao ofício e à *Imitação*; acresce que o noviço tem visões, circunstância que sói despertar a vigilância dos superiores. Sabe ele de outro frade, devoto e casto, mas provavelmente pungido de tentações,

*que chama a Virgem, para que lhe valha,
vendo-a surgir – atônito, de rasto –
no fundo escuro da brutal muralha.*

Ao nosso – ao monge de outrora, que aqui temos presente – não aparecia, a Madona, terrena, ainda que santa:

*figura
clara e esbelta e formosa de uma santa...
santa de um céu ignoto, céu de sonho.*

Sorte de Beatriz, entre infantil e juvenil:

*“Vede perfettamenteamente ogni salute
chi la mia donna tra le donne vede;
quelle que vanno con lei son tenute
di bella grazia a Dio render mercede.”*

*“Mostrasi sì piacente a chi la mira
che dà per li occhi una dolcezza al core
ch’intender non la può chi non la prova.*

*E par che de la sua labbra si nuova
un spirito soave pien d’amore,
che va dicendo a l’anima: Sospira!”*

E a mim me apraz imaginar-vos, dentro da vossa pequena cela, embevecido a contemplá-la naquele “céu de sonho”, que não é o “céu da teologia”, e a miniar-lhe a efigie num cândido pergaminho, idealizada, *angelicata*, com vestes de azul, de escarlate e de ouro, e um resplendor de longos raios em redor da cabeça loura – que outra cor de cabelos, qualquer que fosse a dos seus na realidade, destoaria do estilo da iluminura... assim, como um desses

ingênuos *primitivos*, que meneavam os pincéis com tocante e deliciosa candura, por vezes ainda incertos no desenho, tímidos no claro-escuro, e desorientados na perspectiva... mas vibrantes de um ardor sem tréguas, e de um misticismo sem quebrantos.

Em vos também, nesse volumezinho encantador das *Urzes*, percebem-se as hesitações do principiante. A língua é a espaços tosca, a metáfora é rebelde, ou canhestra, e o ritmo, sem claudicar nunca, trai cá e lá um árduo esforço de adaptação. Quando ousais arrastar argumento mais complexo e exterior ao vosso *pathos* habitual, como no poema “João Batista”, sente-se na imperícia do esforço, e no recurso instintivo aos lugares-comuns, a impreparação de Rafael infante, que se abalançasse a tentar um dos painéis de conjunto das *Estâncias*, no Vaticano. E só o retrato de Herodias, porque de uma dessas mulheres soberanas com que anda sempre a sonhar a adolescência dos homens, oferece alguns toques felizes, como este:

*Sob a cabeça, em lânguida moleza,
tem as mãos preguiçosas enlaçadas,
rutilantes de anéis...*

Mas é aquele também, no livro, um caso único; caso, obviamente, do mimetismo literário característico daquela vossa idade; e por isso mesmo admira que seja único. Em todas as outras páginas vos conservais na vossa esfera própria, num lirismo suave, pensativo, e um tanto quérulo. A sinceridade e a doçura dele são tão penetrantes, tão persuasivas, que fazem esquecer os defeitos inevitáveis da técnica; e, em suma, guarda do livro quem o lê, com aquela simpatia intelectual sem cujo influxo nenhuma obra de arte nos interessa, uma lembrança grata, avivada cá e lá pela persistência de alguns motivos, de alguns versos luminosos e canoros.

Pois, afinal, o monge se aborreceu do mosteiro, e veio cá para fora per-lustrar os caminhos de toda a gente, imergir-se nas lides e ânsias e paixões múltiplas, de que a nossa existência se compõe. Não importa saber se habitará o “castelo do sonho”, ou o “casebre da ventura”, provavelmente se alterará entre um e outro. A santa desceu do altar – no fundo ele não desejava outra cousa; é uma mulher, ainda um pouco menina; mas tomará, com discrição e jeito, o governo do lar, pois o amor é nela a segunda forma do instinto mater-

no, de que a primeira foi o afeto zeloso pelas bonecas; e logo vem, *ex muliere, domina*. Mas, uma ao lado da outra, duas criaturas que se amam assim, como não acabarão por atinar com a estrada e a entrada do paraíso? Haverá horas sombrias, horas de atmosfera cinzenta e silêncio carregado de procelas; haverá rugas, desconfianças mútuas, divórcios transitórios; então o poeta forjará símiles terríveis, comparará a sua alma a

*uma casa abandonada,
por cujos tenebrosos corredores
volteia a ronda volatizada
dos espectros dos mortos moradores.*

ou a “uma velha e pavorosa mata...”. Paciência. O Paraíso também não há de ser assim conquistado sem luta, de graça. Mas, através dos queixumes e das recriminações, já se lhe pressente a proximidade:

*A velha mata lamentosa, olhai-a!
rumoreja e resplende; um arrebol
de mocidade dentro dela raia...
a magia do sol!*

Das *Urzes* para as *Névoas* – intervalo de onze anos – há um grande surto de poesia. Há, paralelamente, notável progresso no estilo poético. O vate, que começara cantando por puro instinto, trovador errante, aceitando e usando sem preocupação de estudo os metros correntes no seu tempo, nos aparece agora consciente da sua arte, e de todas as normas e necessidades de arte. *Névoas* serão estes versos pelo que haja flutuante e misterioso em alguns estados de alma onde nascem; não decerto pela forma, que é nítida como os contornos das penhas, das árvores, no éter das manhãs limpas de bruma. Nítida, mas não imota como as penhas; ondeante e palpitante como as árvores, que respondem a cada sopro do ar e a cada beijo da luz, farfalhando e brilhando, sorrindo em transparências de prásio nos gumes das suas folhas, em matizes diáfanos de jade, topázio, turmalina, granada, ametista, nas rendas das suas flores, nas curvas elegantes dos seus pomos, desentranhando-se em suspiros de volúpia, ou tristeza, de felicidade pelo tranqüilo gozo da boa linfa

da terra, ou em murmúrios de inveja ao atentarem nas aves que percorrem livres o espaço...

Antes por imagens, haveis de tê-lo observado, que por aqueles secos argumentos caros à maioria dos críticos, vou eu buscando esboçar de algum modo a vossa fisionomia... É que sobretudo por meio de imagens convém representar esses criadores de imagens por excelência, que são os poetas. Nem o mais alto conceito, nem o mais raro e forte sentimento são matéria poética, sem se transmudarem previamente em imagens, sem adquirirem, pelo menos, a ductilidade especial, que lhes permita irmanar-se às imagens circunstantes. Comum engano de críticos é pretenderem reduzir os poetas à medida dos seus áridos raciocínios, que, não tendo recebido a graça batismal na experiência vivida da poesia, mais não são que exteriores e arbitrários preconceitos. Há muita verdade, e uma regra segura no dito tão citado do bom velho Ferreira:

Poetas por poetas sejam lidos,

desde que por poetas se entendam, não apenas os que compõem versos, mas quantos possuem o amor e o gosto da poesia.

O domínio próprio dos poetas é o imenso e arcano império das afinidades. Eles discernem entre as cousas, correspondências ocultas e profundas, que escapam à pesquisa do sábio e à meditação do filósofo. Aproximando pela sua intuição e pelo seu mágico verbo idéias, formas, vidas inúmeras, que ao vulgo se afiguram distantes, e indiferentes umas às outras, eles fazem vibrar nos corações dos homens o anelo da universal fraternidade, que é um sonho irrealizável, ou prematuro, fora desse mundo privilegiado da arte. Por séculos e por milênios, desde a Índia e a Grécia e a Judéia, esse inebriante tesouro dos símbolos foi escrutado e explorado por legiões de poetas; mas é falso que esteja esgotado, ou possa esgotar-se jamais.

Enquanto nos envolver o mistério da natureza e da existência – e perpétuo nos envolverá porque as pequenas lanternas da ciência alumina apenas fracamente alguns dos recantos mais próximos da estrada que trilhamos, e para além se estende o infinito – não perderá seu prestígio a linguagem dos vates, sugestionadora de cismas e aspirações sempre doces a nós prisioneiros neste vale de lágrimas. Cada poeta verdadeiro que aqui surge, traz ao nascer a

revelação de uma nova sensibilidade, seja ensinando novas harmonias entre as cousas, seja interpretando de modo novo as que antes dele outros haviam descoberto. Eis porque na poesia, ainda na mais profana e na mais escrava do instinto carnal, há algo de frêmito religioso. A poesia é irmã gêmea da prece; são as duas asas da alma e a levantam do contingente ao absoluto, do transitório ao eterno.

Presumo, Sr. Amadeu Amaral, estar na rota justa para vos falar aqui; vós não esperais de mim neste momento um estudo crítico; mas o que vos deve ser mais caro, e o que sou feliz de dar-vos – a saudação amiga de um poeta a outro poeta.

Ela testemunha a simpatia com que vos partilhei uma a uma as emoções, e gozei uma a uma as belezas das vossas estrofes, franqueando o meu espírito à plenitude do vosso estro, como se abrem as comportas para que a água viva do rio refrigere e estimule as beiras do campo.

Felizmente, daquela preocupação da forma que confessais no soneto inaugural das *Névoas*, não resultou para vós a esterilização que resultará porventura para quem não possuísse uma fonte genuína de sentimentos. Sim, a Musa é esquiva e teimosa, às vezes, por pura *coquetterie* feminina; e precisamente como certas mulheres, gosta de ser violentada... pelos que ela ama e deseja. Que, quanto aos outros, não há promessa que a seduza, nem ameaça que a subjugue. Se de quando em quando lutais com ela, são lutas de amor, e, como tais, aguçamento de prazer. Sem dúvida, ela é alada como Psique; e algum dia em que mais afanoso correis para alcançá-la, será capaz de ruflar as lindas penas, e fugir-vos pelo ar fora; mas tem de Psique também a índole meiga e afetiva; cede logo à ternura, à saudade. Enquanto vos quedais amuado e queixoso, com a frente escondida nas mãos, e os cotovelos fincados na mesa de trabalho, ei-la que volta sem rumor, já colhidas as penas, pé ante pé, e sentis de repente a carícia dos seus braços lírios em torno dos vossos ombros. Caprichos de amante, que centuplicam as graças do amor. Por mais que tenhais negado, em recente *epístola*, havê-la visto nunca... perdoai, não vos darei crédito. Reservas de amante, bem educado e cavalheiro, que não se jacta das intimidades do amor.

Se lhe escondéis, por diplomacia, ou por modéstia, a presença assídua a vosso lado, ela se nos denuncia pelos dons que ostentais, sem pensar na contra-

dição. Essas Névoas não têm a consistência das nuvens em que Júpiter se envolvia para ocultar aos nunes mexeriqueiros como simples mortais, suas aventuras de amor, legítimo, ou ilegítimo. De resto, o vosso é perfeitamente legítimo.

Sem dúvida; pois quem vos acompanha através deste livro sente que se está movendo em plena região da poesia.

É poeta quem escreve este soneto:

*Almas contemplativas! vão rolando
por esta vida, como os rios quietos...
Rolam os rios – árvores e tetos,
céus e terras, tranqüilos, espelhando;*

*vão refletindo todos os aspectos,
num serpentear indiferente e brando;
espreguiçam-se, límpidos, cantando,
no remanso dos sítios prediletos;*

*fecundam plantações, movem engenhos,
dão de beber, sustentam pescadores,
suportam bancos e carregam lenhos...*

*Lá se vão, num rolar manso e tristonho,
cumprindo o seu destino sem clamores,
e sonhando consigo um grande sonho...*

É um poeta quem fala assim à lua:

*Ó clara, ó alta, ó refulgente lua,
se te elevas, meu ser também se eleva,
e onde vais flutuando, ele flutua...*

É um poeta quem resume nestas duas linhas um momento culminante do êxtase amoroso:

*Lanças-me o teu olhar, que me domina,
e logo o baixas, como dominada.*

e quem diz a outra mulher:

Contemplas-te vaidosa nesta mágoa...

Mas, em vez de respigar versos destacados, eu desejaria substituir o meu discurso pela só leitura de páginas inteiras. Comentar o artista, quando se podem mostrar as obras de arte, e claras, expressivas, persuasivas como as vossas? Leria, para gosto meu e dos ouvintes, empenhando-me com zelo em ser bom intérprete... Fora, porém, infringir o regimento, desorientar estas senhoras, estes senhores que contam com dois discursos, querem por força dois discursos. Transijamos. Mas não se estraga a *toilette* espetando uma rosa à lapela, e uma pérola de fino oriente na gravata.

Que será, pois? “Surdina”? É linda, e das minhas preferidas; mas para tanta gente? Não; “Surdina” deve ser ouvida em *petit comité*, como certas músicas íntimas, que é absurdo executar nos grandes concertos. Serão as “Visões da Saudade”? os capitulozinhos irônicos e apaixonados da “Velha Comédia”? mas fora preciso dá-los todos, para se lhes perceber o encadeamento, e ainda me acusariam de agarrar-me insidiosamente ao vosso trabalho, por incapacidade, ou preguiça de produzir o obrigatório discurso...

A página desejada, é em *Espumas*, no vosso último livro, que vou encontrá-la. Lerei a “Prece da tarde”, uma das mais formosas criações, a meu ver, do lirismo contemporâneo:

*Gênios mansos da tarde, escutai minha prece.
Sinto-vos deslizar por estes ares... Pondes
um véu de seda azul no ombro nu da colina.
Entre as moitas, o rio, em silêncio, adormece
E sobe, lento e lento, entre os cimos e as frondes,
da fadiga da terra o sonho da neblina.*

*Bolem na ondulação do campo, cujos termos
se vão perder ao longe em manchas de fumaça,
longas hesitações de água em açudes quietos.
E as mulheres que vêm da fonte pelos ermos
parecem respirar tranqüilidade e graça,
erguendo no ar tranqüilo os cântaros repletos.*

*A mata, além, na linha extrema do horizonte,
junto às nuvens, que são vastas selvas aladas,
são nuvens a ondular no grilhão das raízes.
Tudo se esgarça e fluidifica. O hispido monte
dissolve a pouco e pouco, em tintas apagadas,
a aridez do contorno e o vigor dos matizes.*

*Gênios da tarde azul, enchei-me de harmonia..
Doces, apaziguais o vale amplo e revolto.
Também minha alma é assim, revolta: sossegai-a.*

*Permiti que o meu ser, na luz final do dia,
bóie e paire desfeito, ondeie calmo e solto,
num sereno esplendor de água brava que espraia.*

*Vós que comunicais a toda a natureza,
nesta lenta fusão das cores e das linhas,
do perfume e do som, tão longo êxtase mudo,
permiti que minha alma, ao jeito da represa
que se abriu e inundou as regiões convizinhas,
se derrame, calada e extática, por tudo.*

*Por tudo se derrame, arrastada, envolvida
por esta alma abismal das coisas, ampla e bela,
e também se desmanche em sombra e em murmúrio
e sinta-se viver de imensa e obscura vida,
que por tudo circula, e em tudo se revela,
e palpita com a fronde, e soluce com o rio.*

*Passada esta hora leve, em que assim se repousa
sem ilusão nem dor, numa serenidade,
que surpreende e seduz o espírito contrito,
deixa-me carregar comigo alguma cousa
deste instante feliz de beleza e verdade,
de plenitude e paz, de sonho e de infinito.*

*Alguma cousa, enfim, que me fique no peito,
que me fique na dor, como um suave despojo,
no tumulto e no pó do mundo estreito e amargo,
como num barco preso em porto esconso e estreito,*

*parece ainda pairar, entre as velas e o bojo,
a ampla palpitação das carreiras ao largo!*

Este é o poema perfeito, meigo, melancólico, musical, impregnado de delicioso lirismo. Ele assinala o ponto máximo da linha ascensional iniciada nas *Urzes*. E são muitos, em *Espumas*, os poemas dignos de estar a seu lado, embora seja aquele, a meu ver, o mais belo. No “Cedro expatriado” é linda e melodiosa a forma, unida a uma profunda intuição de *anima rerum*, e a comovente simbolismo. A “Tapera” é um quadro de mestre; fica-se com o olhar preso ao abandono e à ruína da velha casa, onde

*apenas, sobre as lombas
do teto a desabar, caminham sem cuidado
nos pequeninos pés, turturinando, as pombas.*

O dialogo entre o “Vagalume e o escaravelho” traz, em tom raro de humorismo, um ditame de sabedoria adaptado ao critério de dois insetos... o que, porém, eles são para “o parque, o vasto campo, a selva... e além, o morro”... não somos nós para os continentes, o orbe, as esferas, os sistemas astrais, o universo?

Mas no magnífico painel “A palmeira e o raio”, passais da estreita lógica dos sentidos para a lógica transcendente do espírito, recordando a reflexão de Pascal quando diz que o homem é superior ao universo, porque o universo pode destruir o homem, mas sem ter consciência disso, ao passo que o homem a teria da própria destruição. Ali, êmula do “caniço pensante”, a nobre árvore pensante e falante, a majestosa rainha da floresta, se mede, serena, com o bruto fogo gerado pelo choque colérico das nuvens, e celebra, em hosana místico, a sua própria heróica morte:

*Acertaste, afinal, Raio ardente...
E venceste. Obrigada.
É uma glória morrer a tormenta desfeita,
sob o vento, o granizo, o trovão; morrer quando
sobre mim se despenha o universal assalto;
resistir a cantar, sustentar-me direita,
na divina embriaguez do perigo, e, cantando,
cair varada assim de um golpe que vem do alto.*

Assim, através de odes e idílios, páginas claras, algumas, e páginas sombrias, muitas, se chega à história do Açude, verdadeira alegria em que sintetizais o vosso doutrinamento sobre a vida transfigurada pela arte.

Esses três livros – suposto que fossem únicos, mas é de esperar, e sobretudo de desejar, que o não sejam – bastariam para representar uma carreira literária completa, fornecendo-nos os traços essenciais do poeta e do pensador.

O autor é um contemplativo e um melancólico; a sua nota predominante é a elegíaca. No adolescente trépido e grave das *Urzes* se esboçava um vago pressentimento de tristeza, ainda ignaro das próprias origens, e certamente irresoluto na sua objetivação. Nas *Névoas* (título assaz mesto ainda este), já se deu o encontro com as asperezas da sorte, e foram tocados os contrastes, os conflitos, que se abrem a cada passo entre o que devera ser e o que é, entre o ideal e a realidade. Há já descontentamento documentado, e nostalgia pungente... a nostalgia do país da quimera, para onde as servidões crescentes da labuta social tornam cada vez mais árduo, e mais raro, e mais breve, o regresso...

Mas nas *Espumas* o desencanto é evidente. Desaparece aquele pudico escrúpulo que a tantos, por motivos religiosos, ou pessoais, veda por longo tempo a franca profissão do pessimismo. A felicidade pessoal pode existir, existe de fato. Mas a vida em si mesma, tomada como conjunto, como sistema, é má, é monstruosa no seu imenso luxo, no seu desvairado fulgor. E ao mais feliz dos homens, se não é um egoísta cego e surdo (mas pode o egoísta ser humanamente feliz?) o espetáculo olhado, sentido, ouvido, de tantas dores, de tantas misérias, de tantas iniquidades, de tantas baixezas, de tantos delírios, de tantos martírios, de tantos horrores, não pode deixar de amargurar e combalir a felicidade. De resto, Nietzsche disse uma palavra profunda, ainda que paradoxal, afirmando que só os felizes têm, filosoficamente, o direito de ser pessimistas. Que importa

o perpétuo esplendor das cousas transitórias?

Eles se enamoram talvez da perpetuidade, mas não participam dela; transitam, e desaparecem e a perpetuidade impossível suscita, nutre, gasta e devora outras e outras... Suspirais:

Sem conhecer o mundo, achei-o triste e angusto.

E, tendo-o conhecido, gemeis:

*Quanta fadiga vã! quanto tempo perdido!
Como o sonho é enganoso!... Ai de mim! se eu pudesse
partir segunda vez, e nunca mais voltar!*

Em vão, como pesaroso e remordido do mal que a vossa filosofia possa fazer a almas nascentes, exclamais depois de mostrar o jovem carvalho, o cedro adolescente, o arroio jovial, o galo novo, o potro brioso e árdego – todos embriagados pela alegria de viver:

*Só vós, moços, chorais a vida que aborrece!
só vós pedis à vida o que ela dar não pode,
e só vós recusais os bens que ela oferece!*

Que valem os tesouros de Golconda, se não está entre eles aquilo que anelamos? Assim Leopardi, no “Canto noturno de um pastor errante da Ásia”, mostra o solitário pegureiro atordoado e perdido na imensidade do mundo, entre o jogo das forças naturais cuja razão de ser ele inutilmente investiga, e vítima, por fim, de incoercível tédio, em contraste com o rebanho que o rodeia, plácido e feliz, porque inconsciente...

Em rigor, dos vossos livros como da maioria dos livros modernos, a conclusão seria a inércia, a extinção voluntária do desejo, a renúncia a toda atividade, o puro Nirvana búdico. Por fortuna, como há lógicas funestas, há também incoerências salvadoras; e não é em vão que somos ocidentais. A mera contemplação do faquir não se adapta à nossa índole; que, se nos convencemos da nossa existência pelo pensamento, segundo a fórmula de Descartes, precisamos da contraprova do movimento para nos sentirmos realmente vivos.

É o que nos expondes vós mesmo com toques magistrais no poema que remata o vosso último livro: *O Açude*. Aí vemos o homem de talento e de vontade, que, em luta com obstáculos inúmeros, concebeu, planeou, levou a cabo a sua maior obra... a maior até então.

O povo o aplaude e aclama; o seu nome anda em todas as bocas; o seu trabalho colossal é meta de uma contínua romaria de gente, que se queda,

pasma, diante de tamanho empreendimento. Mas o criador se esquivava ao amplexo indiscreto e importuno da turba, e abandona a si mesma a sua criatura, já capaz de cumprir os fins e prestar os serviços para que foi destinada. A multidão, por seu lado, ciosa da própria soberania, e mais ávida de cortesâncias que os reis, encolhe os ombros, amuada, e esquece, e renega o seu ídolo, correndo à cata de outro que melhor a saiba escravizar adulando-a. Um amigo dos maus tempos, como dos bons, se julga no dever de ir confortar o homem ilustre, que ele conjectura inconsolável da crescente impopularidade.

Mas o homem ilustre, serenamente, lhe responde:

*Que me importa o rumor, transitório, ou perene,
que afetuoso me exalte, ou duro me condene?
que a obra feita pereça, ou dure e brilhe ainda,
se findou para mim, desde que a dei por finda?*

*Tudo quanto me alenta o esforço – é o próprio esforço.
Como quem, sobre um lenho, erra por sobre o dorso
mutante da água viva, ora os remos batendo,
ora os remos largando, insaciável bebendo
todo o vário esplendor da infinita paisagem,
sonhando entre dois céus, e só termina a viagem
quando é força parar, e, parado, só pensa
em reatar bem depressa a ebriedade suspensa
– tal eu vou pela vida, ansioso, de obra em obra...*

*O esforço é bom, quando nos ergue e nos arrasta
no turbilhão da vida e do sonho! E isto basta.*

E, depois de assim falar,

*...tomando o compasso e o esquadro, e reacendendo
no olhar a chama azul que ia, há pouco, perdendo
de novo se debruça, arfante, sobre a prancha;
traça, emenda, refaz, recomeça e desmancha...*

Eis o transunto fiel da vossa própria alma, apaixonada pelo ideal em si, e pronta a suportar a solidão, antes, a gozá-la, se a sorte vo-la impusesse. Mas

a vossa arte é hospitaleira e amiga; poeta lírico, não podeis ausentar-vos dela, como o engenheiro se ausentou das represas, que construíra. Prezar os vossos versos, é prezar-vos necessariamente a vós mesmo.

E em país como o nosso, onde as grandes massas populares ainda não apertam como polvos de milhões de tentáculos senão os ídolos políticos no momento do apogeu – e de resto, às vezes, para melhor os estrangularem mais tarde – não vos podeis queixar do acolhimento encontrado pelos vossos livros entre os bons e leais entendedores de poesia. A Academia quis consagrar, não só esse acolhimento, mas sobretudo o valor intrínseco dos vossos escritos. – Assim, vos chamamos para aqui, como companheiro excelente, correligionário, e irmão de armas, a fim de conosco discorrerdes dos altos anelos do espírito, a fim de combaterdes conosco os justos combates contra o materialismo dos critérios e das cobiças, que pela errada, ou deficiente compreensão deste momento histórico, ameaça, hoje talvez mais que nunca, a personalidade intelectual e moral da nossa Pátria.

Não vos arredeis nimiamente daquela desproporção entre o ideal sonhado e o seu reflexo exterior, que é sabido tormento de todos os verdadeiros artistas; tormento racional e nobre, contanto que leve ao progresso, e não ao desalento. É a Perfeição a dama dos nossos pensamentos. A quantos, porém, se concede ela toda, e sempre? Cumpre-nos amá-la com a devoção antiga do cavaleiro andante para com a sua dama escolhida. Um sorriso dela, uma flor, uma fita atirada de longe, faziam do paladino apaixonado o mais venturoso dos amadores. E se lograva o prêmio inaudito de beijar-lhe as brancas mãos... Deus! era o Éden, era o céu na terra!

Nem temais atingir os limites extremos do sonho, porque este se renova sem cessar em almas como a vossa. Eles refletem, como o ano, o giro vário e harmonioso das estações; e como do verão nasce o outono, assim do inverno renasce a primavera. Alternai, pois, as flores e os frutos; não desdenheis as mesmas folhas caídas, com a sua bela cor de sangue, e o seu humilde sussurro sob os pés do caminhante; e, se o vento, acaso, na sua fúria lamentosa, arremessar em vossas mãos algum bloco de neve arrancado à montanha da tristeza e da desolação, transmudai-o em cristal de rocha, ou em diamante, no ambiente miraculoso da arte, e facetai-o como gema de sombrio fulgor...

Continuai a dar-nos, como os versos que admiramos, novas páginas da vossa prosa, que, sóbria, tersa, elegante, opima de pensamento e cultura, só teve até hoje o defeito da sua escassez. Dela acabamos de apreciar um robusto e delicado exemplo no vosso magnífico discurso.

*

Senhor Amadeu Amaral, com precisão e eloquência, com colorido e movimento admiráveis, evocastes o vulto querido de Olavo Bilac. Retraçastes-lhe a figura familiar, a figura intelectual, a figura heróica, e o verbo ainda uma vez se encarnou em pessoa viva, ou rediviva. Foi como se o poeta, regressando de uma das suas longas viagens costumadas, tivesse aparecido, simplesmente, naturalmente, entre nós esta noite, restituindo aos que o conheciam o sempre novo encanto do seu cordial sorriso tendente a ampliar-se em riso, da sua palavra cálida e profunda, da sua gentileza e do seu garbo, de todo o seu temperamento amável e sociável.

Mas não são demais duas vezes a glorificá-lo. Hoje é um dos dias da sua apoteose. Como nos surtos inflamados da ode, como na arquitetura ondeante e complexa da sinfonia, como no fluxo e refluxo do mar, como (se pudéssemos ouvi-la) na harmonia mesma das esferas, como, enfim, no ritmo da nossa própria dor e da nossa saudade, há também no ritmo da glória humana os seus momentos de vibração culminante.

Vós e eu, senhor Amadeu Amaral, temos nesta hora a tão insigne como árdua honra de interpretar o sentimento nacional, que há de alargar-se no futuro – eu firmemente o creio – até as raias da universalidade. Pois a nossa Pátria, em que pese aos seus detratores, sobretudo aos nascidos dela mesma, aos matricidas que apunhalam o seio onde se nutriram, se imporá, cedo ou tarde, ao mundo na opulência e no fulgor da sua vida integral. E um dos nomes que ela ensinará então, às gentes, caro entre os mais caros, como quem nas suas mãos puras pretende os brasões e os pergaminhos da sua nobreza, será o de Olavo Bilac.

As minhas primeiras impressões do então jovem e já célebre poeta se assemelham às vossas. Eu também deparei com a sua fama desabrochada como um rosal vermelho, no limiar da minha adolescência. E o seu nome claro e sonoro foi para mim um rebate de glória. Era a idade... aquela idade “inquieta e duvidosa”, que há para os rapazes, como para as raparigas; aquela

idade em que a sensibilidade extrema dos nervos do coração palpita ainda intacta e indefesa, porque as primeiras lições da experiência ainda lhe não ensinaram a retrair-se, como as folhas da *Mimosa pudica*. Era, nela, a visão confusa, flutuante e deslumbrada do mundo, inebriando como um licor dourado e capitoso nunca antes provado... Uma parte, aliás, bem pequena do mundo, entre São Paulo de então e o Rio natal, ainda longe os seus vindouros avatares, imperialmente sossegado e recolhido...

Mas que arcanos, que seduções, que abismos não adivinharia aí um menino saído apenas dentre os muros do colégio? Depois do diuturno e sereno tirocínio com as palavras venerandas da antiguidade, vinha a excitação maravilhosa das vozes vivas, das vozes que exprimiam a emoção moderna, que correspondiam ao estado mesmo, indeciso, trepidante, anelante, esquisitamente doloroso e amoroso da minha puberdade. A minha própria voz murmurava alguma cousa; murmurava, balbuciava. Como na avena primitiva os dedos de um Dáfnis inexerto, tocando ora uma, ora outra das fendas da cana, imprimiam ao sopro tímido modulações imprevistas, e ele se escutava embevecido de surpresa, assim o metro e a rima, adaptando-se espontâneos aos meus suspiros por um bem desconhecido, às minhas queixas por um mal indefinido, a todos os frêmitos dessa crise misteriosa da criança que se transforma em homem, me penetravam de uma febre estranha, sutil, diletta, no silêncio da minha casa e da minha obscuridade.

Mas o instrumento era demasiado frágil para aquela vasta orquestração que as paixões nascentes reclamavam; a taça era demasiado pequena para essa catadupa, esse rio bramante e radioso de sensações novas, era como a concha com que o menino, encontrado numa praia do Mediterrâneo por Santo Agostinho, pretendia esvaziar o mar...

E eu, então, instintivamente, buscava em outros, nos grandes, nos mestres, a linguagem profunda e suntuosa do que eu experimentava mas era incapaz de traduzir. Entre mim e eles se estabelecia esse vínculo de comunhão extática, adorativa, que, mesmo entre o fragor dos supremos triunfos, deve ser o mais doce prêmio dos artistas célebres, quando há neles homens, e não meros fantoches de vaidade. Horas inefáveis de orgia espiritual, que por vezes, com absoluto esquecimento de estudos, repastos, passeios, de tudo o que não

fosse ela mesma e as suas delícias, se prolongavam até o albor e o arrepio da madrugada! Quantos, os meus confidentes e iniciadores de então!

Lamartine, cuja influência foi das primeiras e das mais duráveis, me atraía poderosamente pela sua vaga mas íntima religiosidade, fundida com o culto cavalheiresco do eterno Feminino, e por aquele singular magnetismo pessoal, que se transmitia a cada linha do seu punho.

Victor Hugo me arrebatava, mas, um pouco, me fatigava a espaços; com o martelamento, rico de fagulhas astrais, das suas estrofes grandiloquas, e com a audácia das suas metáforas e com a truculência das suas antíteses.

Musset realizava airoosamente certas veleidades minhas de dandismo e sucesso mundano, entre espáduas marmóreas e frívolos leques perfumados, mas me vertia em torrentes melodiosas a volúpia da dor nos trenos das suas *Noites*. De Byron eu sentia a grande vida na minha vida pequenina, saciando a sede de aventuras que desvaira os jovens canários reclusos em gaiolinhas de bambu, e, como os que se moldam pelos tipos dos romances que lêem, me deleitava ardidamente emprestando o eco dos seus vastos clamores aos mínimos balanços do meu coração desocupado. Schiller me prodigava as ilusões da sua alma límpida e generosa como os vinhos do Reno, ao passo que Goethe me dizia com serenos lábios as sínteses de uma sabedoria sublimada, incompreensível ainda para mim. Manzoni erigia o áureo pedestal perpétuo da sua ode para o vulto de herói que fascina todos os adolescentes, na

procellosa e trepida
gloria d'un gran disegno,
segno d'immensa invidia,
e di pietà profonda,
d'instinguibil odio,
e d'indomato amor;

Foscolo me fazia sonhar de olhos abertos com a *amica risanata* e a *amica gentile*, e nos sepulcros me incutia a fascinação da morte, cara, muitas vezes, não sei por quê, aos efebos no abalo da puberdade e nas *Graças* iluminava, incendiava, as puras formas da beleza helênica ao calor da pira de sensualidade, em que ardia ele mesmo sem tréguas. Gautier com a fria perfeição dos seus *Esmaltes* e *Camafeus*, e vinha Banville com o seu prestigioso funam-

bulismo rítmico, e Baudelaire com os filtros das suas volúpias satânicas, e Leconte de Lisle com a formidável polifonia dos poemas antigos, bárbaros, trágicos, e Herédia com os cem quadros maravilhosos dos seus *Troféus*, e Sully Prudhomme com aquela sutil, complexa, meditativa e profunda sensibilidade, que bem se irmanava com a minha própria... E quantos, quantos ainda, mesmo falando só dos poetas, que não menos numerosos, naturalmente, eram nessa inclita assembléia os prosadores de todos os gêneros e todas as procedências!

Mas esses falavam línguas peregrinas; outros havia, mais caros ainda, que na nossa modulavam as vibrações das suas grandes almas. E eu já do colégio trouxera o amor iluminado do nosso belo e nobre, forte e meigo, sólido e delicado idioma, assim como a fé, que tenho cada vez mais, na glória dos seus futuros fastos. De Garrett, por exemplo, posso dizer a íntima e permanente ação exercida sobre mim pela singular magia da sua obra, e da sua excepcional individualidade. Em Herculano – o Herculano da *Harpa do Crente* – admirei e admiro um temperamento titânico de poeta, que mal andou em abandonar os versos, embora para conquistar imperecível fama com a sua prosa, que é, ainda, prosa de poeta. Castilho, se me não podia dar muito (algo dava todavia) quanto à originalidade do pensamento e do sentimento, foi-me professor eminentíssimo nos recursos do vocabulário e no ritmo; o ceguinho colhera pelo ouvido tesouros de erudição literária, e o apurara até requintes não comuns nos mesmos profissionais da música. Esses já os lera ou então, iniciando-me paralelamente na conversa dos românticos nacionais. Mercê das suas tendências místicas, Araguaia nos era inculcado no colégio onde fiz os meus estudos; arrebatavam-me ali as suas tiradas filosóficas, das quais, porém, não tardei muito a sondar a fraqueza declamatória; mas ficou-me, com a admiração por aquela vasta e reboante sinfonia de “Napoleão em Waterloo”, por muitos quadros magistrais da *Confederação dos Tamoios*, e muitas formosas páginas dos *Suspiros Poéticos*, a reverência devida a uma alma de grandes anelos e altas concepções, nem sempre servida, infelizmente, por um temperamento artístico de adequado valor. Porto-Alegre, ora injustamente esquecido, franqueava-me nas *Brasilianas* uma galeria de telas tropicais sedutoras pela frescura do colorido, e ao *Colombo*, sem dúvida árduo de percorrer, por escassez de emoção histórica e humana correspondente a tamanha extensão, nos seus quarenta cantos, não poucos painéis murais de linhas grandiosas, ver-

dadeiras perspectivas de pintor cíclico. Imergi-me com Gonçalves Dias no oceano das cousas; era a natureza americana – fantástica e imensa – deixando entrever, para além das suas divisas, uma natureza, ainda maior e mais assombrosa, mais povoada de mistério; e senti com ele como, partindo do encanto familiar da florzinha nascida no nosso jardim, ou da palmeira que se ergue de um recanto da nossa chácara para o espaço, podemos abranger pelo olhar e pelo sonho um espaço muito mais amplo, indefinido, todo o espaço, acolher no nosso coração os vales e os montes, os bosques e os rios, as nuvens e os ventos e os astros, e a causa das causas que em tudo vive e opera, aquele Agente universal e eterno de que fala o florentino,

l'amor che muove il sole e l'altre stelle.

Outros me atraíam com uma sedução especial de camaradas, porque eram moços, e moços permaneceriam para sempre na nossa lembrança. E se Casimiro de Abreu enlevara sobre tudo a minha puerícia com a sua sensibilidade que conservara até o termo da breve carreira uma deliciosa pureza infantil, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela e Castro Alves tinham sido estudantes, como eu principiava a ser, com uma consciência um tanto filaiuciosa da importância de um tal título.

Eu não sei qual é a disposição da juventude de hoje para com os escritores em voga, mas naquele tempo a qualidade de literato, sobretudo de poeta, conferia, entre nós, uma espécie de realeza, não separada de uma certa aura de indisciplina moral, para dizer tudo, de desordem nos hábitos e relaxamento nos costumes. Ao lado de Bluntschli e Carrara, de Comte e Spencer, de Schopenhauer e Hartmann, os *Sonetos e Rimas*; as *Crisálidas e Falenas*, as *Meridionais*, as *Sinfonias* eram livros de cabeceira nas repúblicas, lidos, relidos, decorados, e discutidos calorosamente. Os autores viviam, andavam por aí, podia a gente encontrá-los numa sala, ou num café. A alguns dos nossos companheiros, as relações pessoais que tinham com Teófilo Dias, ou Raimundo Correia, granjeavam particular consideração. Eu olhava de fora esse Olimpo um tanto disperso, com desejo e receio de contemplar as frentes dos cumes, e a figura hierática de Alberto de Oliveira, entrevista acaso na Rua do Ouvidor, me confirmava nessa impressão de reverência. Estremeci de júbi-

lo crendo encontrar um Mentor caído do céu em um moço paraense, chamado Araus, que freqüentava as rodas da boêmia literária, e me levava uma tarde – o nosso ilustre colega esqueceu decerto a obscura visita – à casa de Medeiros e Albuquerque, o vate audacioso e demolidor dos *Pecados*, então muito magro e pálido, dono de um chapéu cônico de abas intermináveis, e de um colete escarlate que já se enxergava da porta do Castelões quando ele apontava no Largo de São Francisco...

Mas eu já penetrava antes na mais alta e serena das *torres ebúrneas* da época, na esconsa e penumbrosa mansão do Cosme Velho, onde, entre os susurros das árvores antigas e das águas eternas, o criador de *Brás Cubas* e *Quincas Borba* tão à risca praticava o conselho do sábio: “Ami, cache ta vie...” Machado de Assis fora para mim de uma bondade acolhedora e generosa, e surpreendera-me a simplicidade grave e suave a um tempo do grande mestre, que devia em breve tornar-se tão grande amigo. Levava ele a sua condescendência ao ponto de ler os meus desbotados versos de colegial, e de escrever-me uma carta animadora.

O próprio Machado de Assis me falara de Olavo Bilac com apreço grande, certa manhã, no seu frondoso eremitério. “Apareceu ultimamente um poeta...” disse-me. E a sua glória purpurejou sem tardança no horizonte daquela geração entusiástica.

Era, pois, Olavo Bilac o mais moço dos nossos poetas consagrados, o que eu devia sentir mais próximo de mim, o que eu mais desejava, naturalmente, conhecer. Mas teria ele a mesma benevolência de Machado de Assis, que era um escritor à parte, sem aderências com a boêmia ainda fiel às tradições dos bardos românticos de São Paulo e do Recife? Diziam-no terrivelmente trocista, e de humor variável.

Por um curioso acaso foi o próprio Machado de Assis quem me apresentou, quando eu menos o esperava, a Olavo Bilac. Tinha publicado a *Gazeta* uns versos meus com o título de “Rosa-chá”, assinados simplesmente *M. A.*; Olavo Bilac – parece até incrível – por *blague* e para bulir com o mestre, teimava, vista a identidade das iniciais, que os versos eram dele. Passava eu, nesse momento, pela calçada oposta. Machado de Assis chamou-me para o grupo. “Tanto é verdade o que lhe afirmei – tornou ele gaguejando um

pouco para o seu jovem confrade – que aqui está o autor. Tenho muito prazer em apresentar-lho.”

Eu que tanto ambicionava conhecer o poeta, mas ao mesmo tempo hesitava em dar passo algum para isso, ficava assim, mercê de um gracejo dele, e da gentileza carinhosa de Machado de Assis, em condições de intimidade com um escritor já célebre. Foi esse o início da nossa longa amizade. Por sua mão entrei eu nos famosos cenáculos literários, onde tive, a princípio, de chamar a campo todo o meu sangue frio, para não perder o aprumo ao embate dos paradoxos e remoques tradicionais, com que ínclitos veteranos empreendiam a tarefa de *desingenuizar* o ádvena, o *calouro* tímido e inexperito. Mas cumpre ajuntar que, por baixo daquele aparato e chufa superficial e passageira, havia um fundo de cordialidade sincera, transbordante, e um culto de cruzados pelo ideal...

O êxodo provocado pela revolta da Armada, e pela política feramente repressiva do Marechal Floriano, reuniu-nos em São João del Rei, e mais assiduamente em Juiz de Fora, onde trabalhamos juntos em camaradagem fraterna, que é uma das belas reminiscências da minha vida. Pude então saborear dia a dia todas as delícias da sua intimidade, vê-lo, hora por hora, como ele realmente era, pródigo de talento não só nos versos e nas crônicas, mas na espontaneidade da palestra, cintilante de alegria e de chiste, pronto sempre a divertir-se como uma criança sem a mínima preocupação dos foros da sua soberania literária, rico de generosidade e de piedade cristã através dos motejos aparentemente cáusticos com que pungia apenas a epiderme das vítimas, e todo penetrado, já então, por entre o furor e o asco que certos episódios da política-lha lhe causavam, de um amor profundo e imenso pela alma sacra da Pátria, alheia e superior às lúgubres palhaçadas dos seus momentâneos dominadores.

Separou-nos depois a diversidade dos nossos destinos. Mas, por entre largos silêncios, e alguns dissentimentos transitórios, o recíproco afeto durou sempre intacto. Eu continuei a acompanhar de longe com o mesmo prazer a ampla série dos seus triunfos, e a entristecer-me com as suas tristezas, quando a notícia delas chegava até mim. E agora, já depois de desaparecido o poeta, sei, por testemunhos numerosos, a bondade e o carinho com que ele a mim se referia. Coisas doces de lembrar quando se pensa que a maior das glórias fora um dom estéril, sem o eco da humana sensibilidade, sem a vida do coração...

O “príncipe da mocidade!” Este fora logo o seu título cesáreo. Alberto de Oliveira estava ainda na sua fase “marmórea”, longe daquele fremente e doloroso panteísmo, que devia mais tarde afogar num oceano sem praias a áurea taça grega das suas primitivas libações. Raimundo Correia tinha uma sua peculiar sensualidade, aguda, pudica e esquiva; os sonhadores de entre quinze e vinte anos, que precisavam de gastar fartas somas de veemência verbal para qualquer mínimo desvio do pêndulo cardíaco, achavam-no perfeito, mas frio.

Olavo Bilac trazia, com um brilho extraordinário, a nota exata das sensações e dos sentimentos que predominavam. Os rapazes, sobretudo os que não compõem versos, costumam fazer dos vates prediletos uma espécie de *secretários galantes*. Ora, o amor, que Olavo Bilac exprimia, tinha a fisionomia da época. Nem os delírios desganhados do romantismo em decadência, nem as complicações cerebrais e as perversidades sádicas, que entraram em voga depois. Era um amor ardente, ardente em particular no sangue, nos nervos, mas equilibrado, e eloqüente e elegante.

Os noivos, para se comunicarem com as noivas na linguagem do sonho, decoravam a *Via Láctea*. Os outros, os que viviam provisoriamente fora da lei, recorriam de preferência às *Sarças de Fogo*. As *Panóplias* forneciam as suntuosidades do entreato nuptico e histórico às pausas da emoção amorosa. Até na falta de toda preocupação mística, na ausência quase completa de Deus, correspondia o livro de Olavo Bilac aos pendores daquela geração educada no positivismo e no materialismo, com o concurso da musa anticlerical de Guerra Junqueiro.

Era pelo menos assim que se liam e se entendiam os versos do jovem pagão. Mas o poeta valia mais do que os seus admiradores. Estes não possuíam olhos assaz penetrantes para sondar as correntes ocultas sob o espelhamento ligeiro e superficial das ondas, nem ouvidos assaz finos para colher o acompanhamento em surdina, vago mas já imenso, que se espalhava ao redor do *pean* entoado por ele à força e ao júbilo da existência. O que havia já de transcendente por entre os idílios da *Via Láctea*, de interrogativo e ansioso no tumulto dionisíaco das *Sarças de Fogo*, escapava à medíocre perspicácia da maioria. No logo célebre colóquio com as estrelas via a gente apenas uma fabulazinha engenhosa, sem adivinhar o simbolismo desse apelo celeste, da advertência salutar: “*Non solo pane vivit homo, sed etiam verbo Dei.*”

Por isso muitos talvez, os que, no decurso dos anos, tinham permanecido tais quais, estranharam e quase desconheceram o seu ídolo no novo avatar da *Alma Inquieta*. Nele se operava, sim, uma transformação, mas radicalmente lógica. A pessoa ficava, em substância, a mesma; só, porém, nos limites em que era a mesma fisicamente. Como no seu rosto, havia no seu espírito o toque dos anos não em vão decorridos. Que eles só passam em vão para os imbecis.

Através da famosa boêmia dourada a que ele pertenceu, a que um dos seus mais ilustres companheiros, Coelho Neto, ainda recentemente comemorava com saudade, através das experiências passionais, das aventuras políticas, das viagens longas e freqüentes, da colaboração cada vez mais relevante na imprensa e na vida integral do país, a sua emotividade poética progredira em amplitude e em profundidade. Mas o poeta da “Avenida das lágrimas”, de “Midsummer’s night’s dream”, do “Incontentado”, de “Dormindo”, de “Tédio”, existia já em gérmen naquele que exclamava, entre os seus terrenos delírios:

*Ah! como dói assim viver, sentindo
asas nos ombros e grillhões nos pulsos!*

naquele que punha este epílogo à “Tentação de Xenócrates”:

*Pode rugir a carne... Embora! Dela acima
paíra o espírito ideal que a purifica e anima.
Cobrem nuvens o espaço, e acima do atro véu
das nuvens, brilha a estrela, iluminando o céu!*

Idêntico fenômeno se dava nas suas crônicas e fantasias em prosa. O vulgo percebia quase exclusivamente o traço chistoso e a *verve*. Não se lhe antolhava que elas podiam ter por epígrafe geral o dito de Fígaro: “Rio para não chorar.” O ambiente público daquela época aminosa se mostrava demasiado grosseiro para a franqueza e a nobreza das lágrimas. A ironia era forma, um pouco despreziva, mas ainda amante da piedade. E tal ironia não resumava o turvo e revoltado amargor do humorismo, esse mesmo tão compadecido, de Machado de Assis. Nós seus períodos límpidos e polidos, como jóias de um ourives artista da *rue de La Paix*, o tremular do pranto, quando o havia,

estava tão perto da cintilação superficial do riso, que só uma vista rudimentar o não discerniria; mas essa vista rudimentar é sempre a do maior número.

O descontentamento de nós mesmos e dos outros pode ser nos animais sociais, ou, pretende alguém, gregários, que nós somos, um fator de ruína ou um elemento miraculoso de progresso. Tudo depende da têmpera do caráter. Os fracos, pela incapacidade de resistir aos embates das massas ambientes, e ao próprio conflito interior, descambam numa inércia lamentosa e lamentável, quando não naufragam no marasmo, ou no suicídio. Os fortes deixam-se saturar quase voluptuosamente pelos ácidos corrosivos da atmosfera onde se sentem mal, e no momento em que a saturação atinge o máximo grau suportável, reagem com violência indômita, ou com premeditada frieza, ainda mais decisiva, por vezes, nos seus resultados.

Diante de uma dessas manifestações despóticas da fé e da vontade, o vulgo lendo escancara a boca numa gargalhada alvar, encarnecendo: “Que tal nos saiu este cético!” Mas, assim como certos misantropos, quando abrem uma exceção na sua misantropia em favor de alguns amigos, se provam amigos incomparáveis eles próprios, também muitos céuticos não são mais que entusiastas disfarçados, paladinos do ideal em disponibilidade involuntária. Acresce que há duas categorias de céuticos: os que descrêm dos princípios da verdade, da virtude, e os que descrêm apenas dos homens; e entre esses, nenhum descrê de *todos* os homens.

O ceticismo de Olavo Bilac! De tal ceticismo ele aliás, contrito, se penitenciou mais tarde... mas, em suma, ressaltando naturalmente opiniões professadas sobre indivíduos que haviam dado mostras inconcussas da sua especial moralidade particular e pública, não passava de um vinco de *blague* contraído nas noitadas da boêmia, e de um desses recursos estratégicos que amiúde empregamos na conversação, sem nos presumirmos por isso nenhuns perigosos demolidores.

Um crente é que ele era, e um espírito militante; negava, mas para melhor afirmar; e só destruía com a mira em uma reconstrução mais justa e mais vital. Para chamar a campo um caráter desses, obrigando-o a despende, sem contar, todo o seu vigor, toda a sua iniciativa, só isto é necessário: uma causa que o mereça. Nem é de admirar que Olavo Bilac não a houvesse encontrado aqui nos anos decorridos desde a vitória do abolicionismo; pois,

se ele tomou partido pela Armada revoltosa contra o governo do Marechal Floriano, nunca pensou decerto que qualquer dos chefes empenhados na luta valesse um dos seus formosos poemas...

A “hora da revelação”, que pode tardar, mas não falta, na existência de um homem fadado a grandes empreendimentos, devia soar para ele em plena madureza, como soara para Joaquim Nabuco no limiar da mocidade. A deste, escrevi eu um dia, foi a da visita à fazenda de Massangana; a de Olavo Bilac tiniu clara, precisa, imperativa, no fragor dilacerante da guerra: dessa guerra, desmoronamento imane e trágico, catástrofe onímota, mas catástrofe, sobretudo, moral, catástrofe de ilusões, que nós havíamos erguido à categoria de axiomas, baseando nelas a vida e a obra comum da humanidade. É triste, e é deprimente para esta, ver que tão cedo parece ter-se esvaído na memória de muitos a impressão de tais acontecimentos, quando aliás eles pesam ainda sobre a bolsa e o estômago, os dois órgãos mais melindrosos das maiorias... Mas a quantos abriu ela os olhos e desanuviou a razão... para sempre!

À luz sanguínea dos relâmpagos que avermelhavam os quatro pontos cardeais, Olavo Bilac teve a intuição superior da nova história e da situação do Brasil nela. E compreendeu que não havia um momento a perder. Encaminhar a nação por entre as dificuldades jurídicas e políticas de uma luta mundial, cujo alcance moral se apresentava nítido ao nosso critério, levá-la de ato em ato, através de cada afronta do inimigo contra os interesses e as convenções mais sagradas, a intervir em defesa da justiça num pleito de que os ausentes só danos podiam esperar, grandes passos eram esses, mas eram apenas os primeiros passos. De tal atitude derivava para o Brasil uma posição nova na assembléia das gentes. Achava-se ele apto e preparado para condignamente ocupá-la?

Em tais momentos críticos da vida de um povo, como da de um homem, instintivamente se procede a um balanço real das vantagens e dos prejuízos, das forças e das deficiências, dos méritos e das culpas a um severo exame de consciência. Olavo Bilac foi um dos que com maior prontidão e mais integral profundidade personificaram naquela volta da História a consciência do povo brasileiro.

Ele viu um território imenso, feracíssimo, futuro arsenal e celeiro do mundo, mas escassamente povoado e inexplorado, em grande parte viu a civi-

lização implantada quase exclusivamente no litoral, e para o interior núcleos esparsos de população, entregues à ignorância, à falta de higiene, à superstição grosseira, aos preconceitos e ódios hereditários de um feudalismo medieval, aos crimes e às represálias de uma verdadeira *máfia* siciliana; viu, em contraste com a primeira aristocracia intelectual da América Latina, a turba inumerável dos analfabetos representando uma proporção que nos envergonha ao termo de um século já de existência independente; viu, em contraste com o preparo militar e cívico, não só das nações européias mas de algumas Repúblicas vizinhas; viu, de um lado, a abstenção eleitoral arvorada em sistema, a renúncia tácita e crônica das maiorias ao direito e ao dever de governar por meio dos seus mandatários, de outro, a aversão generalizada contra o exercício das armas, as cidades e os campos indefesos, as fortalezas mal guarnecidas, as fronteiras quase abandonadas no caso de uma agressão – e a guerra aí estava provando, pela milésima vez, como é fácil encontrar pretextos para as agressões mais prodtórias e iníquas...

Mas viu, sobretudo, a imensa responsabilidade dos governos e das classes dirigentes, que tinham fechado os olhos ao reclamo de necessidades tão imperiosas, ou as tinham tratado como pontos secundários dos seus programas, quando aliás teriam podido, com perspicácia, método e perseverança, conseguir prodígios de um povo naturalmente tão bem dotado como poucos no mundo. E viu, sentiu com amargura, exagerou até a sua própria responsabilidade de cidadão e escritor, e a de toda a sua geração eivada de “fermentos anárquicos”... Apelou então, numa crise de remorso e num esto de incoercível esperança, para a mocidade, para a alma intacta e pura da mocidade, naquele famoso discurso, de São Paulo, que foi o seu primeiro grito de rebato, o início da maravilhosa campanha de civismo, em que ele não mais descansou até morrer.

Senhores, nós todos tomamos parte, de perto, ou de longe, arrebatados pela magia e pela profunda razão do seu verbo, naquele esforço hercúleo e sabiamente ordenado em prol de uma pátria melhor, da pátria que devemos ter, e que havemos de ter. Nós todos acompanhamos com interesse, não de quem assiste a um drama empolgante, mas de quem age nele pondo em jogo a própria honra e a própria vida, a sua saudação às classes armadas no Clube Militar, a sua propaganda do serviço militar obrigatório, do ensino primário obrigatório, a sua ação indefessa na Liga da Defesa Nacional, o seu empenho

pela multiplicação das linhas de tiro e dos grupos de escoteiros, as suas viagens pelos Estados, até os pontos mais remotos do país, e fora deste, na sala gloriosa da Academia das Ciências de Lisboa, nós o ouvimos definir com lúcida firmeza o caráter e os intuitos do seu nacionalismo, pelo culto da língua e das tradições raciais, separando-o nitidamente de qualquer solidariedade com o nativismo jacobino que pretenderia construir em torno do Brasil uma nova muralha chinesa, isolando-nos das correntes contemporâneas, e de todos os influxos universais. Ainda uma vez demonstrou o espírito a sua soberania. Aquele homem cansado, débil, enfermo, sobre cuja fronte pálida já pairava a sombra da morte, revelava-se um suscitador prodigioso de energias e entusiasmos. Ainda uma vez se verificou que, mesmo em um tempo que timbra de prático e avesso à fantasia como o nosso, podem poetas desempenhar superiormente a missão augusta, que lhes cabia nas sociedades primitivas. Aqui Olavo Bilac, e Gabriel D'Annunzio na Itália, evidenciaram de que sopro germinal é capaz a voz acostumada a falar nos ritmos e nas rimas a linguagem sacra do ideal...

E é bem, Senhores, haverdes escolhido para dizer-vos a repercussão íntima que o verbo de Olavo Bilac despertou, ainda nos corações mais distantes da Pátria, um desses exilados amantes, a cujos ouvidos o nome do Brasil, aqui necessariamente banalizado, soa como soaria o nome de um amigo predileto, de um ser querido com extremos de ternura; ao escutá-lo, toda a atenção se concentra nele, toda a alma se tende na aguda curiosidade de saber que adjetivos o acompanham, que comentários o circundam, que sentimentos vibram no tom em que é pronunciado... Sim; eu escutei esse brado de alarma e esse hino de esperança com religioso fervor, como depois me embeveci na solene e fecunda poesia da *Tarde*; livro que devemos abrir e ler com respeito profundo, porque, supremo fruto da sua arte chegada à perfeição, é também filho da sua dor; e dá-lhe bem esse nimbo divino que o aureola...

*Viverei! Nos meus dias descontentes,
não sofro só por mim... Sofro, a sangrar,
todo o infinito universal pesar,
a tristeza das cousas e dos entes.*

*Alheios prantos, em cachões ardentes,
vêm ao meu coração e ao meu olhar:*

*– tal, num estuário imenso, acolhe o mar
todas as águas vivas das vertentes.*

*Morre o infeliz, que unicamente encerra
a própria dor, estrangulada em si...
Mas vive a Vida, que em meus versos erra;*

*vive o consolo que deixei aqui;
vive a piedade que espalhei na terra...
Assim, não morrerei, porque sofri!*

Agora, nos resta, ao lado de sua herança poética, o seu testamento político. Bela existência, e completa! Invejável destino! Ele é dos que não se ausentam mais. Ele é o guia que caminha diante de nós, pelo futuro afora, como Jeová diante dos hebreus na conquista de Canaã, coluna de fumo no brilho do sol, coluna de fogo na negrura da noite. E para suavizar as fadigas da longa jornada, e para emparaisar o repouso sob as tendas, ele nos dá o maná e as frescas linfas dos seus cantos melodiosos.

Dediquemos todos os nossos esforços à criação progressiva do Brasil que ele sonhou. Uma cousa sobretudo é urgente: levantar o espírito público, transmitir-lhe a segurança de que a nação pode vencer todas as dificuldades que a embarçam, resolver todos os problemas que a preocupam, contanto que firmemente queira. Cumpre-nos combater os que por nativa covardia, ou por vício de maledicência, deprimem e caluniam o povo. Não queremos as mentiras do falso patriotismo; não queremos o otimismo cego e surdo; não queremos a política de avestruz. Queremos a verdade, mas a verdade serena e edificante. Queremos a livre crítica dos homens e das instituições, para melhoramento destas e daqueles, mas não a raiva patológica dos que sistematicamente desacreditam uns e outras, gerando só o caos da anarquia, ou o deserto da descrença geral. Queremos que a nação conheça bem em todo o seu alcance os obstáculos que lhe cumpre arrostar, os perigos que a ameaçam, mas medindo-se com eles esteada nas altas tradições da sua história, e certa de que há de realizar integralmente a sua grande missão no mundo.

Senhor Amadeu Amaral, terminastes o vosso discurso comparando a obra de Olavo Bilac a uma soberba montanha. Permiti que eu complete essa bela imagem.

Em um dos meus recentes passeios pelos arredores desta cidade maravilhosa, eu vi, justamente no cimo de uma montanha, uma árvore que parecia pertencer à flora das lendas, ou ao paraíso terrestre. Era uma antiga e pujante mangueira, uma das genuínas matriarcas das selvas brasílicas. Mas uma circunstância inaudita a tornava única entre as suas irmãs. Milhares e milhares de pássaros, nossos e estrangeiros, tinham construído os seus ninhos entre as frondes de cáldo bronze, que deixavam transparecer aqui e ali a tumidez dos pomos cor-de-rosa. E a mangueira era, toda ela, um revoluteio de asas e um fervilhamento de gorjeios. Os casais de pássaros eram tão numerosos, revestiam, por assim dizer, a árvore de tal modo, que, quando a sua copa se agitava, não se sabia se o movimento era dos ramos, ou das penas, e quando cardumes de pequeninos seres se destacavam dela, não se percebia à primeira vista se eram as avezinhas, ou as folhas, que voavam. E, pelos ares em torno, errava uma incessante harmonia, um concerto fantástico, prendendo por horas os passos do viandante extasiado...

Na montanha de que falastes, montanha majestosa, mas acessível e hospitaleira, eu vejo uma árvore semelhante a essa, com o tronco ereto, e as raízes profundamente imersas no solo natal. Subamos a montanha; vamos à sombra das frondes opulentas colher os frutos da sabedoria, e ouvir os cantos dos pássaros que não morrem. Cinjamos a árvore divina com os colares de pérolas, que os árabes consagravam às palmeiras solitárias dos oásis.

E ao gênio do lugar, ao poeta amado, levemos com os lírios às mãos cheias, que Virgílio pedia para a tumba de Marcelo, atributo da juventude perpétua, o laurel, emblema da glória, e a hera, que é o símbolo da eterna fidelidade!

Discurso do
SR. HÉLIO LOBO

e

Resposta do
SR. LAURO MÜLLER

*Sessão solene extraordinária
do dia 26 de novembro de 1919*

I

DISCURSO DO SR. HÉLIO LOBO

SENHORES da Academia.

Ao entrar esta Casa, para a festa ritual da investidura, indago entre mim dos motivos de vossa generosidade. E outros me não acodem senão o zelo mesmo das Letras, que aqui sempre vos extremou.

Esta é, ao parecer, a cadeira sinistra, que as sombras povoam. Se nomes de porte nela pouco perduram, outros de tomo nem à posse logram chegar. Entendeu a Academia de burlar da morte, preservando com a minha desvalia aos vivos eminentes, e assim interrompendo a ceifa ingrata. Eis por que, tão ao desamparo do saber, tomo lugar após Sousa Bandeira, Martins Júnior, Francisco de Castro e Taunay.

Eu vos agradeço. Reconheceis ao neófito de hoje existência dilatada, muito de apreciar, além de lhe permitirdes o trato íntimo convosco, honraria inestimável de que haverá proveito seu desataviado amor do português.

Era de meu Pai a palavra diária de que, sem blasonarmos de letrados, devemos todos querer a este esbelto idioma natal. Podem seduzir-nos as linhas do edifício sem que presumamos de arquitetos. E a toda hora nos ensinou o culto da língua, quando meninos não sabíamos o preço daquela lição e o volume velho dos *Lusíadas* se não tinha transformado, nas mãos da doce companheira, de minha doce Mãe, nessa escola de sofrimento que é a *Imitação*.

Vivente fosse e exultaria desta cerimônia, não pelo que eu acaso nela valesse (e sabia que era nada), mas pelo ensejo, que ora se me abre, de aprender convosco, modesta e sinceramente, ao estímulo dos vossos predicados. Estou a vê-lo presidindo a mesa austera, pausada a voz, largo o gesto, generosa a boca nazarena, no olhar certa expressão de bondade, que não enganou jamais, a ensinar a cada um o passo na vida, que para ele sempre valeu e só valeu como uma longa estrada de serenidade, retidão, e nobreza.

Eu resumi o Brasil em meu Pai, porque foi ele quem me doutrinou como amá-lo, e com ele foi que aprendi a servi-lo. Uma existência, tal a dele, cursada inteira no zelo da nação havia por força de transfundir-me esse amor das cousas brasileiras, em que cedo comecei, e será, no curso da sua política exterior, o mais grato prazer de evocação para meus velhos dias.

Por isso é que se dobra minha alegria ao vosso contacto. Se todos aqui servem às Letras, cada uma linda a seu feitio, e ninguém deixa de pensar pelo Brasil. Vede esta Cadeira cujo nome tutelar é o gênio de Otaviano. Nela teve sítio a constelação que eternamente a iluminará, suma, entre nós, do jornalismo, da diplomacia, do romance, da poesia, da arte militar, da Medicina, da Filosofia e do Direito.

OTAVIANO E A TRÍPLICE

Foi Otaviano a pena de oiro do Segundo Reinado, mas foi também a inspiração que nos permitiu, aos povos atacados, defender-nos com as armas na mão e zelar nossas tradições de autonomia. Toda sua luminosa inteligência, ao serviço das causas liberais do Império, ou as formas peregrinas de sua poesia, que deixou modelos para a eternidade, não valem a improvisação de 1865, dolorosa mas necessária, que o sentimento brasileiro não propiciou, o arbítrio argentino não pretendeu, o pensamento uruguaio não procurou, mas a todos nos foi imposta pelas circunstâncias, ao atropelo das cargas inimigas, que nos invadiam as terras, nos talaram os campos e nos obrigaram à contingência de cinco anos de guerra calamitosa.

A ventura de viver ao lado de nossos arquivos mais caros azou-me ensejo, por duas vezes, de dizer com as provas deliberadamente em punho, dessa época caluniada e como nela andou a nobreza de nossos maiores. Erramos, sim, porque não vimos que no nosso flanco, com a anuência da

América também desprevenida, uma nação heróica se rebaixava ao jugo da tirania para lançar sobre a vizinhança inerme e pacífica a vaga dos seus regimentos. Mas erramos sem maldade; e não foi do Brasil nem da Argentina, nem do Uruguai o crime da guerra sanguinolenta.

Adverso nos apareceu, ao tempo, o júizo do mundo; mas cedo a justiça se fez por obra mesma dos que mais nos injuriaram. Em vez de oprimirmos, viu-se que libertamos. Sacrifícios se não pouparam na porfia terrível. Ninguém se engrandeceu à custa do glorioso vencido. E, afinal, presenciou a civilização o espetáculo singular de uma monarquia, a única existente na América, montar a máquina de um governo republicano, facilitando assim à terra, onde se inaugurava pela vez primeira, o gozo da ordem, da liberdade e da justiça. Bela página para a nação que soube poupar seu sangue na Independência, na Abolição e na República, e não hesitou em derramá-lo, como ainda em Caseros, pela libertação de seus vizinhos.

Chamou-se a guerra do Paraguai de divisor das águas sul-americanas, e realmente com ela é que se avolumam e explodem, desaparecendo definitivamente, velhos mal-entendidos que o anseio geral queria ver dissipados, a fim de que pudéssemos todos enveredar pela estrada da confraternidade, como hoje aos povos deste lado do oceano. Por isso é que sobreleva, à luz dos sucessos, a obra do plenipotenciário brasileiro, generosa, flexível, democrática e fecunda como no seu gênero não conheceu a História.

Se tratado não houve tão discutido como o do I.º de maio, nenhum como ele perdurou tanto a contento dos que o pactuaram, poucos, como ele ainda, puderam tão nobremente servir aos altos intuitos com que nasceu. Na linguagem oficial brasileira averbou-se “não registrar a história mais eloqüente exemplo de conformidade de vistas, perfeita solidariedade, ininterrompida harmonia, entre nações aliadas, regidas por instituições antagônicas, em tão largo período”; e esse foi o julgamento definitivo, posto ontem em prova pelo inferno de sangue e fogo que flagelou, durante mais de quatro, quase cinco anos, a humanidade martirizada.

A EPOPÉIA DA RETIRADA

Já se disse que nos sucessos de 1914 está a mais cabal absolvição do Brasil imperial em o nono lustro de sua proclamação. Pois provam aqueles

tristes dias como uma cabeça mal inspirada pode ceifar, nos seus melhores destinos, a um país bem-fadado.

Vede o espetáculo da Bélgica saqueada, e comparai-o ao quadro de Mato Grosso e Rio Grande inopinadamente invadidos. Escrúpulos não existem. Fala o país agressor pela boca do seu rei, e a ordem é ser cruel para vencer depressa. A pilhagem sistemática, o justicamento sumário, a destruição, a morte, tudo prova o instinto da guerra pela guerra, que a consciência moderna repulsa e o delírio das hegemonias pratica implacavelmente. Eu vi, já lá vão quase três anos, em Ham, em Coucy-le-Chateau, em Noyon – que sei eu? – em todas as terras setentrionais onde entrou a tremer, para agonizar, o monstro da maldade prussiana, eu vi o que foi a ocupação germânica, os antecedentes com que se anunciou, os horrores sobre que se ergueu, os extremos da selvageria, desolação e sangue com que se despediu. Estaca a imaginação espavorida. Não há sinal de vida na terra esbraseada. Tudo rui ao fragor da metralha. Cresta-se o solo ao sopro maligno. É de chumbo o céu. E o pensamento confrange-se ante aquela imagem da assolação, que se esgueirou pelos séculos superior a todos os cataclismos, para afinal estalar numa era de risos, flores e esperanças.

Foi então em Taunay, – um de vossos cumes e o primeiro desta Cadeira de glória, – que pensei. Tinha sido soldado bravo e soubera evocar uma hora trágica da vida brasileira, quando um troço de homens, defendendo seu pavilhão e seus canhões, deixou na História essa página de heroísmo e abnegação, que se chamou *A Retirada da Laguna*. Outros títulos não possuísse para aqui ter assento, e este só o sagraria maior entre os maiores. “Livro talvez sem igual nas letras antigas e modernas”, como dele escreveu uma pena estrangeira, valeu assim como documento literário que foi de porte, como quadro das qualidades do soldado brasileiro que as possui excepcionais. É a *Retirada* o retrato fiel dos feitos militares nos chacos paraguaios, onde nossa abnegação, nosso denodo e a nossa nobreza fizeram o renome de uma geração. A guerra universal de 1914 ainda ali pôde rever-se reduzida, porque também já pugnávamos com honra e humanidade, malgrado as vicissitudes do destino, que nos multiplicou os tropeços, nos exigiu em dobro a vontade e nos deu por opositor uma ambição desejada: essa marcha do Chaco, tal a evocou Joaquim Nabuco, a pedir a tenacidade dos deuses; os entrincheiramentos colossais, medindo léguas e léguas de extensão; a solidão pesada do quadrilá-

tero; os juncais do Estero-Bellaco; e o ossuário do Tuiuti, “sobre o qual flutua, aqui e ali, como a bandeira branca da paz, da reconciliação eterna, um floco de ñanduti...”

JURISTA, MÉDICO E FILÓSOFO

Uma sociedade capaz de tais sacrifícios devia pautar-se segundo os mais belos sentimentos. E a Justiça e a Medicina puderam desenvolver nela sua ação benemérita, como ainda é expoente esta Cadeira, com dois dos seus nomes aureolados.

Francisco de Castro morreu prematuramente, mas a tempo de legar ao país patrimônio de grande valia. As letras foram nele tão apuradas quanto a prática do ofício, em que se doutorou. Artista da pena, era também, e assim se julgou na sua profissão, o maior espírito de síntese, e a mais vasta erudição médica de nossos dias.

Em Martins Júnior deparamos o jurista consumado, que deu trabalhos de vulto, e outros teria produzido se também para ele houvesse a vida sido mais compassiva. De seus livros pode dizer-se aquilo do clássico, que a lima surda do tempo não fez senão acrescentar lustre.

Com um, a Medicina operou prodígios. O outro viu no Direito um fenômeno da vida real, que no Brasil amplamente frutificou. Somos, malgrado nossa aparente vibração política, a nação da ordem; e todas nossas reformas capitais se alcançaram sem sangue. À sombra de uma lei austera resistiu o Império às impaciências dos primeiros anos, que o iam subvertendo. Não se implantou aqui o regímen dos tribunais de exceção. Constituiu o *habeas corpus* a arma contra todas as demasias. Formou a prática dos poderes autônomos a salvaguarda do mecanismo do Estado. E no mundo exterior a aplicação de uma moral severa traçou ao nosso idealismo o caminho do dever pela defesa digna dos direitos próprios e o respeito dos alheios.

Ninguém melhor do que o último ocupante desta Cadeira ingrata podia fazê-lo. Porque aos seus cabedais de Letras e Filosofia acrescentou João Carneiro de Sousa Bandeira o renome de jurisconsulto.

Foi primeiro filósofo, e assim pertenceu à Escola de Recife, cujos dilatados ecos ainda hoje nos chegam. Saiu-se então com os *Estudos e Ensaios*.

Era o tempo de moço, quando cantam aléluias e todos queremos, como aquele malogrado Prévost-Paradol, tomar bravamente o mundo de assalto. Veio depois a idade madura, e surgiram os desenganos, rosário de surpresas que logram sempre ganho de causa na vida. O temperamento pouco e pouco se transformou para atingir essa doce maneira de encarar homens e cousas, ironia misto de piedade, que constituiu o mais encantador aspecto do seu humor. Que somos senão a areia movediça da lenda cristã? Já houvera escrito Heitor Pinto que “esta é a propriedade do mundo, apontar no alvo das esperanças e desfechar na barreira das desventuras”; e, como todos os atormentados, teve Sousa Bandeira seu quinhão nessa filosofia de tolerância e desengano. Refletem as *Páginas Literárias* a feição definitiva do escritor, razão por que as disseram embora não tivesse chegado aos cabelos brancos, seu livro de velhice. A serenidade do juízo casa-se ali com o mais fino sentimento. É uma obra de impressionista, desartificial e serena, como já fora a anterior, das *Peregrinações*, com páginas dignas da Academia. Eu tomo um lança ao acaso:

Desta doce simpatia pelos homens e pelas coisas, desta deliciosa tolerância que compreende e absolve as mais disparatadas correntes, desta adorável negação do absoluto e do irredutível, nasce um amor vivíssimo por todo o profundo mistério que nos envolve e de onde saem, para viverem, brilharem um momento e logo se engolfarem no infinito nirvana, sistemas planetários e filosóficos, nebulosas e raças humanas, metafísicas transcendentais e correntes estéticas...

Tenho para mim que o escritor se revela quando, como uma água-forte, levanta do papel, com o só traço da pena, a imagem desejada. Assim Sousa Bandeira. Ele escreve de José do Patrocínio, no Clube Beethoven, e cresce-lhe dos dedos, vivo, o perfil. Machado de Assis, para só falar da mais pura glória desta companhia, revive em nossa lembrança através o esboço que lhe dedicou. E estanceando nas margens do Sena, com ele experimentamos, reflexo de sua sensibilidade, a comoção singular que a todos nos senhoreia quando pisamos terras de França. Pareceu ao vosso colega que aí estava a melhor feição da sua arte, porque preparava para os prelos, quando do mundo se foi, suas *Evocações*. Um capítulo, dado a lume depois de sua morte, discorre dos contemporâneos do Pai, Antônio Herculano de Sousa Bandeira, tronco de ilustre descendência, liberal sincero e professor de nomeada, que

Pernambuco tem em tradição. Exala do papel, “Figuras Mortas” como denominou, um perfume de respeito, amenidade e melancolia, que move à meditação. Vibra em cada um de nós, por menos vincos que tenha a fronte, a corda do passado. Sousa Bandeira soube manejá-la com mestria.

Foi em muitas partes o filho traslado fiel da imagem paterna, professor como ele, como ele conversador elegante e bom letrado. Só lhe não herdou o gosto da política batalhadora, em cujo bulício cresceu, mas teve, como todos nós, embora não lidemos, a preocupação nacional no seu mais nobre significado. Acolhia o velho nos serões caseiros a quantos o buscavam discreteando sempre com ensinamento. O moço apurou o engenho, e contos houve no seu narrar que seduziam. Amava a anedota, que disse com chiste; e, rindo, escondeu muita vez que chorava. Assim são todos os finos, superfície tranqüila de água a esconder um fundo de tormenta. Quem não traz em segredo, nesta terra florida, a mágoa do seu ideal?

HOMEM DA LEI E DIPLOMATA

Havia também em Sousa Bandeira o homem da lei e o diplomata. O homem da lei foi advogado e procurador, escrevendo *Reformas*. Viveu o diplomata enquanto perdurou na América a veleidade da codificação do seu Direito Internacional.

Um dos seus melhores papéis discorre do *Advogado na Literatura e na Vida Real*, e, discreto patrono, ele despe a profissão de exageros para deixá-la o que sempre foi, – um nobre ofício entre homens. Estudantes, é a advocacia que nos seduz, porque tem brilho e abre, como um jardim florido, para o Parlamento e as Letras. Ansiamos, então, pelo primeiro contacto com o foro, os juízes, as razões, os julgados. Há os que desertam, há os que se mantêm contrafeitos, há os que dão para o ardil, e há finalmente os que se entregam à prática limpa do ofício, sempre diligentes onde exista agravo que reparar. As delícias do processo, a que aludiu na Academia Francesa o Marquês de Ségur recebendo a Albert Vandal, estão para esses, que compõem maioria, no preparo probo da causa e seu desenlace honesto.

Na sua longa vida forense teve Sousa Bandeira vários lances de alegria, que a profissão propiciou. Era hábil no arrazoar, sabido na ciência jurídica,

atilado no meneio do código. Há, na verdade, mais belo encargo que o de combater o injusto com o só arnês de sã consciência? A nobreza do ofício é tanto mais para relevar quanto o espírito, em que se personaliza, sabe ser sereno. Tinha vosso confrade dotes que o estremavam de paixões e pôde elevar entre os colegas o nome da profissão, honrando-a com luzimento.

Existiu o diplomata eventualmente. Mas quase fora como se entre embaixadas e representações lhe tivesse discorrido a existência. Dizem que a carreira, – essa *roulotte correcte*, na frase de Vogüé, – é frívola porque anda a galantear e só se apega às mundanidades. Eu a vi, entretanto, sempre operativa e digna, assim no cenário estrangeiro como no desdobramento quase secular de nossa vida independente, qual a concebeu e executou a plêiade de homens capazes, obscuros uns, aureolados outros, meritórios todos, que formam através do tempo o elo de nossa representação internacional. A natureza da tarefa, de si retraída, impediu e impedirá que cá fora se aquilate jamais do estofado das suas dedicações. Mas o depoimento de um arquivo raro, orgulho de uma nacionalidade, atestará invariavelmente, para os que transitarem o Itamarati na confidência da matéria diplomática, o que é a honra e o lustre de uma profissão. Meu foi o dom de versá-lo cedo, quando a vida se me abria em surpresas e as mais formosas desabrochavam para mim, entre aquelas paredes austeras, da linguagem dos seus velhos papéis. Vi, então, passar uma a outra, entre canseiras e vigílias, ora arrebatado ora comovido, as sombras dos que, a cadeia magistral dos chanceleres, nos fizeram grandes pelos feitos e o renome. Era ao tempo do último deles, quando nove anos aproximados de labor nos interrogavam, a veteranos e novatos, sobre a sorte da herança gloriosa, antevista já entre soluços. Soubemos, enfim, todos como a angústia se frustrou, porque os ombros, em que a sucessão veio a descansar, foram sobradamente dignos dele pelos cabedais, a experiência, o afincado zelo da nação. Vós designastes para receber-me a quem também veio ocupar de direito a cadeira de Rio Branco; e estou que falará com ele a linguagem do coração, pois, chefe sumo é, do mesmo passo, amigo invariável.

Diplomata por acidente, reunia Sousa Bandeira muitos predicados, e nisso está o êxito dos seus encargos em 1912, como secretário geral da Conferência de Juristas Americanos. Que belo sonho esse e que doce sombra aquela em que se esvaiu. Era antes da guerra grande, quando a sobrecarga de

armamentos desfechava de vez em quando numa assembléia destinada a equilibrar o sossego do mundo. Cobriu-se o Rio de Janeiro de flores para acolher aos emissários da América, e chegada parecia a era prevista do ano da graça de 1623, por Emery Crucé, do reinado da razão, que é do homem, e da repulsa da violência, que é da besta.

A Conferência abriu-se, e logo ficou evidente que cedo era para tão formosos ideais. Quem conhece a natureza dos trabalhos de um Congresso, sabe residir nos corredores a chave das deliberações. Não passa o plenário de uma cerimônia convencional. O secretário geral tem mais que o presidente o pulso da assembléia, porque com ele disqueteiam os grandes e desafogam os pequenos. Sousa Bandeira, colocado nesse sítio difícil, não conheceu repouso. Foi considerável seu esforço para evitar o malogro público da Conferência. Acompanhei-o naquelas horas afanosas, e vi que delas se doeu. Alguém lhe leu certa passagem de Grotius, precursora do desenlace; Sousa Bandeira ouviu e calou-se. Sua grande alma pungia do grande ideal inatingido.

Tivesse alcançado mais longe, e não sei que diria dos sucessos da celebração da paz, ontem universalmente comemorados. Jamais vi, nem é da memória de ninguém, pôr em prova tamanha a capacidade humana. Cataclismo que aluiu todas as terras e todas as gentes, houve quem cuidasse pudesse ele corrigir-se, em alguns meses de bom trabalho, por obra de guieiro magistral. De enganados enganados vivemos. Cinco anos de subversão total estão a exigir largos decênios de restauração, que os homens, mercê de Deus, saberão levar a termo. Plenipotenciários nominais, teriam sido os de Versalhes dignos do mandato, se o remoinho da guerra, abrindo as comportas à maré social desapoderada, os não houvesse reduzido a menos que simples sombras.

*

Lembra-me bem, Senhores da Academia (eu não ousaria chamar-vos confrades), a derradeira vez em que o vi, velho pela doença, minado pelo cansaço, desfeito de corpo e espírito pelo mal que pouco a pouco o vinha matando. A noite era de festa, e o salão esplendia de graças, luzes e ombros nus. Cadenciavam os pares à toada da valsa lenta, enquanto do alto, da galeria, alguns contemplávamos a assembléia da gente, as variantes do gosto, o colorido dos grupos que ali e acolá, entre colunas de mármore e ouro, se faziam e desfaziam sorrindo.

Sousa Bandeira era dos nossos. Assim o vi, logo me avizinhei, inquirindo da saúde, dos seus aos quais tanto queria, dos trabalhos e das letras. E a resposta foi, nos grandes olhos cismadores, de um desengano fundo. Deve ser doloroso o primeiro rebate da morte para um engenho como o dele. Eu bem senti que, ante aquela gala e aquele mundo, Sousa Bandeira se despedia. Pouco depois veio o trespasse e o houvera merecido menos angustiado. Assim é a vida, trama de contradições e pesares, mesmo para os que mais a dignificaram. Que somos senão aquilo de Gringoire, – pena e miséria?

Seu espírito aqui viverá para nossa perene lembrança. E ao mais obscuro de quantos o freqüentaram, grato é evocar-lhe, aqui nesta Cadeira que honrou, o nome ilustre e a obra vivedeira.

II

RESPOSTA DO SR. LAURO MÜLLER

SENHOR Acadêmico,

Das vozes desta Casa nenhuma outra mais do que esta vos seria de timbre familiar, habituado que fostes a ouvi-lo aqui e no estrangeiro, numa intensa colaboração de serviço público que durou alguns anos. Por demudado que esteja o cenário em que ora, de novo nos encontramos neste primeiro dia de coleguismo que, em boa hora, elimina a hierarquia de outros tempos, ousou esperar que na recordação desse passado não encontrareis motivos para reputá-lo agora mais suave que outrora, nem de maior apreço o atual julgamento dos méritos que até aqui vos trouxeram.

A educação militar, que alia o carinho ao império, conjugando a autoridade do comando ao espírito de camaradagem, facilita, quando transplantada para a direção de atividades civis, o trato cordial e respeitoso entre os que tenham a responsabilidade de chefiar e os que saibam manter a dignidade e capacidade indispensáveis ao exercício de funções públicas.

Essa verdade, que só encontraria contestações em observações superficiais, esplende de intensidade quando aplicada à Secretaria de Estado em que ambos servimos, não somente pela escolha de seu pessoal, mas principalmente pela natureza delicada do serviço, que faz daquele departamento a sentinela de todas as fronteiras.

Suponho que essa vida em comum influiu na designação, que me fizeram, para vos dar, ao entrardes neste cenáculo, as boas-vindas, que ora vos apresento.

O dever de obediência que, por índole e educação, foi sempre para mim motivo de prazer, impediu-me de advertir – respeitoso e convencido – ao presidente desta Casa de que aquela circunstância mais me deveria afastar que indicar para a missão que aqui desempenho.

Não que o conhecer-vos mais de perto possa desfazer ou atenuar a impressão criada pela velha e contemporânea trombeta da Fama, sem cuja sonoridade não se compreende a imortalidade que nesta Casa se consagra.

A razão é bem outra e vale talvez a pena dizê-la.

Sois por uma hereditariedade, que tanto vos honra, como pelo ambiente serrano da vossa adolescência, dessas criaturas que facilmente coram ao receberem um cumprimento lisonjeiro.

A distinção de maneiras, fruto primordial de uma boa educação doméstica, não esconde no vosso trato um natural acanhamento que o convívio do mundo atenua, sem dissipar de todo.

Herdaste-lo daquele modelar republicano, singelo e modesto, cuja austeridade o fixará na tradição mineira do novo regímen político como uma dessas raras figuras que, por sua superioridade moral e conseqüente intransigência, incomodam a turba dos políticos utilitários até que lhes chegue o dia de viverem definitivamente no conceito dos seus vindouros.

Não me animo com isso a dizer que tendes guardado intacta aquela adorável inocência provinciana, que ele virtuosamente conservou até os quase setenta anos de uma vida que tantas e tão elevadas atividades abrangeu.

Sou antes propenso, sem malícia, a admitir que o convívio desta nossa grande e bela metrópole e as repetidas visitas que, no velho e no novo continente, tendes feito às maiores metrópoles forasteiras, sem vos desmerecerem o caráter, nem desfigurarem as maneiras, vos deram talvez, com o conhecimento do mundo, um tempero de sonsice, que é uma espécie atenuada de hipocrisia defensiva, e, como tal, um belo estofo para cobrir o instinto de conservação na luta de cada minuto no convívio diplomático.

Mas ainda que assim seja, ou que assim fosse, – porque eu não afirmo e apenas admito, – a verdade é que conservais aquela expressão de íntimo e

invencível constrangimento, sempre que percebeis a evidência de um louvor, o que para mim, que vos conheço mais de perto, é também, para vos louvar, um constrangimento de que não participaria quem, vos conhecendo o nome, não vos conhecesse a pessoa.

Certo, não faltará quem pense que fora daí existe ainda o vasto campo dos reparos e corrigendas, que é a forma habitual e preferida da crítica indígena, feita ordinariamente para desancar quantos não estejam sob a proteção do compadrio literário.

A observação nasceria aqui de uma deficiência minha de expressão, defeito de linguagem que me não permitiu dizer, como deveria, que, mortal como todos, mais que o louvor vos constrange e desagrada a censura.

Essa impressão não vos é peculiar e resulta naturalmente do elevado juízo que cada um de nós faz de si mesmo. Daí grandes surpresas na vida, que somente de surpresas se compõe. Digo somente, porque reputo vão o apelo à experiência, dado que da alheia não nos aproveitamos e da própria só a temos da idade passada, que nos faz conhecida a futura.

A vida é uma ascensão em declínio: sobe-se na idade vivida, descendo no tempo a viver. Entre os tropeços dessa caminhada está a dificuldade de conhecer-se a si próprio. Quando exageramos, além do limite que a tolerância e as cousas humanas permitem, o valor que nos atribuímos, fica entre ele e a realidade uma diferença de nível que explica muito a contento certos lamentáveis trambolhões.

Por isso bem fazeis sendo modesto e retraído até o ponto em que se não perde o dever de trabalhar e com ele o direito de ascender.

Cedo começastes na publicidade, não só pelo diminuto dos anos como principalmente por serem de alta ponderação os assuntos escolhidos.

Nós somos, aliás, um país de precocidades intelectuais e de prática retardatária. Talvez vos lembre ter visto, nos Estados Unidos, moços, quase adolescentes às vezes, dirigindo atividades práticas de indústria ou de comércio, manejando homens por milhares e capitais por milhões. Dificilmente encontraríeis por lá quem nessa idade pudesse ler catálogos com a tranqüila e vaidosa satisfação de não encontrar, entre autores de renome, livro não lido. Nem nessa idade, nem noutra qualquer, mesmo nos centros universitários,

onde a cultura é grande, mas prudentemente proporcionada à capacidade cerebral de assimilação.

Naquelas, como noutras terras ainda mais cultas e experientes, radicou-se o preconceito – caruncho habitual das terras e gentes velhas – de que os problemas de atividade material são mais simples e mais acessíveis que os confinados nos domínios da Sociologia e da Moral.

Daí atividades jovens, pensadores maduros. Escapa-lhes com isso a vantagem de iniciarem a vida dando regras ao mundo e de aguardarem os cinquenta anos para começarem, por uma atividade ajuizada, a dar regras à própria vida.

Pensadores jovens, homens de ação reumáticos.

A comparação dos países e a própria observação dentro do nosso, vislumbram a idéia de uma influência mesológica nessa inversão, talvez de consequência tropical pela hipertrofia da imaginação.

Obedecestes à regra ambiente através de um temperamento cauto, quase tímido. Com serdes assim, insensivelmente corrigistes pela prudência na reflexão o arrojo das primeiras investidas. Para tanto estáveis, aliás, armado com uma carta que vos diplomava, com louvor, bacharel, não direi como toda a gente, porque a exceção já não nos é tão rara, e antes se nota agora um crescendo animador de moços que entre nós se propõem a trabalhar fora das funções públicas.

Auspicioso sintoma em tempos, mais que nunca, de empregomania, num país que anda arriscado a ter como indústria principal a do funcionalismo, numa cidade que parece tomar socialmente o caráter de capital do emprego público. Conseqüências de um empirismo político, radicalmente contrário ao programa da propaganda republicana, praticado para agadanhar votos e criador para o tesouro público, como para os funcionários que honradamente o servem, de um paralelo e fraternal estado de penúria.

Do escritório paterno de advocacia, a que vos acolhestes naquela sorridente e asseada cidade mineira, que o Paraíba poeta, saíram as vossas primeiras produções sob a forma de colaboração em revistas públicas, de que fizestes mais tarde um livro. Dali também saístes em breve para iniciar a carreira, que vos foi definitiva, como auxiliar do nosso árbitro nos Tribunais

Arbitrais Brasileiro-Boliviano e Brasileiro-Peruano, criados pelo Tratado de Petrópolis.

Deles vos tirou Rio Branco designando-vos secretário da Quarta Conferência Pan-Americana, em Buenos Aires, de onde regressastes para receber a vossa primeira investidura, no quadro do Itamarati, como terceiro oficial.

Não cabe agora falar do funcionário, que alhures já louvei, mas do escritor. Aqui vos noto inicialmente uma virtude qual a de vos terdes sempre dedicado a assuntos atinentes à carreira que adotastes, evitando destarte um divórcio entre o funcionário e o escritor. Não é de somenos valor essa circunstância, sabido que noutros acontece por vezes andar o serviço regulamentar, a que são obrigados pelo cargo que ocupam, em luta com as lucubrações divergentes a que deram sua preferência espiritual.

De um sei eu que escrevia versos para comédias nos intervalos de pareceres que dava sobre matéria de administração ferroviária; doutro me contaram que enrolava tubularmente minutas de ofícios para experimentar a sonância de trechos musicais prediletos. Bipartido o espírito entre os estudos indispensáveis ao desempenho do cargo e os que aprimoram os da arte preferida, repartidos ficam o tempo e o entendimento entre a obrigação e a devoção, e, não raro, acontece que esta sacrifique aquela fazendo de um espírito de escolha um mau serventuário. O mais comum, aliás, é que façam mediocrementemente as duas cousas, o que não elimina exceções, que encontrareis também no convívio desta Academia. Não assim, convosco: – os vossos livros saíram do material colhido no estudo que quisestes fazer para melhor desempenho do encargo oficial. Dessa boa tendência nasceu o primeiro dos vossos livros diplomáticos, que singelamente resume a origem e a orientação do Tribunal Arbitral no qual éreis apenas um modesto auxiliar do Árbitro Brasileiro.

Da história e da tradição diplomática, colhidas em livros e sobretudo nos arquivos, fostes depois haurir elementos para escrever sobre cousas úteis. De *Monroe a Rio Branco* estudais vários casos da política pan-americana. Precipuamente no rápido esboço de uma época fecunda de atividade diplomática, empolgante na contextura da trama em urdidura nos gabinetes de Viena, Paris e Londres, aqueles, com o apoio da Rússia, da Prússia e da península reacionária, criando a catedral da Santa Aliança, sem portas para o futuro.

De outro lado a Inglaterra, emancipada dos seus compromissos no continente, com a queda definitiva da epopéia napoleônica, volvendo à sua natural situação de máxima potência naval e às suas tendências liberais, não mais contrariadas e antes conjugadas aos altos interesses do seu comércio e da sua expansão mundial.

A política de retrocesso, que a Santa Aliança proclamara, repugnava ao sentimento inglês; as conseqüências desse retrocesso feriam fundamente os interesses da Inglaterra. Enquanto no continente europeu, onde a luta terrestre dava vantagem aos exércitos reacionários, o Gabinete inglês assistiu sem intervir, embora ressaltando franca e tenazmente a sua responsabilidade.

Assim não seria, se a Santa Aliança houvesse pretendido transpor os mares. Luta de Titãs! Basta recordar-lhes os nomes de maior repercussão histórica: Talleyrand, Metternich, Canning e Chateaubriand. A reserva hostil e liberal da Inglaterra deteve o absolutismo político da Europa e permitiu tempo e condições para o advento da intervenção americana pelo conceito de Monroe, substancialmente resumido num veto à recolonização do continente. Primeiro e nobre ato de solidariedade continental que só por uma imoral inversão de princípios políticos poderá, em qualquer tempo, ser tido ou reputado como instrumento de domínio político!

Primeiro ato o chamo sem olvidar que exprime um sentimento já incorporado à história do continente com Bolívar, tanto pela sua ação libertadora, que San Martín completou, quando precisamente pela sua tentativa de 1826.

Rememorando a Assembléia do Istmo e a Primeira Conferência de Lima, com felicidade conduzis o leitor a ver na obra de Blaine o coroamento da iniciativa de Bolívar, ainda que a deste vos aprovesse qualificar de devaneio.

Os contemporâneos, presos aos interesses e soluções do momento, podem julgar com essa severidade prática a atuação de homens que antecipam as idades; a História deve-lhes, ao contrário, a gratidão que merecem os que primeiro lançam na terra a boa semente e a admiração por terem sabido viver para além de seu tempo.

O devaneio de ontem é o centro vital da realidade de hoje, como semente soterrada no passado que a ação do tempo e dos homens traz à flor da terra para germinar, crescer, florescer e frutificar. Das vicissitudes dessa germinação e crescimento, nos dão conta os vossos trabalhos sobre a

Assembléia de Buenos Aires e Tentativas de uma Codificação. Em todos eles tendes sempre o cuidado de dizer muito por alto, é verdade, a atitude brasileira, cuja defesa mais especialmente experimentais na última, sob o título de “A América Latina e a Diplomacia do Império”.

De que essa defesa fora perfunctória e deficiente vos mostrastes também convencido, volvendo anos depois a insistir nessa intrincada tarefa.

Valeram-nos os vossos primeiros trabalhos transcrições sucessivas nas páginas da *Nación*, de Buenos Aires, e o convite para colaborar nas suas colunas, que não têm na imprensa do continente quem as supere no critério e na elevação com que sabem tratar os assuntos mais graves e mais delicados da política continental.

Deu-vos o êxito estímulo e coragem para continuar pesquisas em arquivos que já tiveram o mérito de derruir inverdades, mesmo entre nós repetidas.

Grande mal tem sido para o Brasil a falta de seus filhos em não escrever-lhe as páginas da história que viveram, ou que dos arquivos poderiam reviver. Quantas vezes a nossa juventude exulta de entusiasmo ou sente marejados de lágrimas os olhos, que se lhes abrem para o futuro, ouvindo ou lendo narrativas estrangeiras de heroísmo e sacrifícios, na trevosa ignorância de que a sua terra e a sua gente lhes legaram exemplos de igual nobreza, sepultados no esquecimento pela indiferença dos seus maiores!

Mais dolorosa, se possível, é a leitura e a audição diturna nas tribunas e na imprensa, no livro como na palestra, de exemplos antecedentes e episódios exóticos e nobilitantes ou instrutivos; descrições admirativas de belezas naturais e de atividade humana, que no nosso passado, ali, e no presente, aqui, poderíamos ver sem jactância dentro da nossa vida e das nossas fronteiras.

Alma de colonos será a de nossos filhos, se os não advertirmos por uma educação brasileira contra esse culto imoderado da história e da cultura de terras e gentes estranhas, embelezadas e purificadas pela arte consumada de escritores de eleição, empenhados em apresentá-las ao mundo como exemplares de beleza e de virtudes.

Mal é – e grande – que, absorvidos em admirá-los, não nos ocorresse dizer com justiça do que é nosso como eles, tantas vezes com exagero filial, vão dizendo e repetindo do que lhes é. Verdade seja que temos às vezes expansões equatoriais de exaltadas e imaginativas superioridades, ordinaria-

mente, aliás, para recusar o ensino em cousas que os mais velhos já longamente praticaram. Rajadas intempestivas que nos não levam adiante, nem contribuem para emancipar-nos, porque lhes falta continuidade e bom senso.

Ainda não temos o orgulho varonil do nosso saber e ainda conservamos a vaidade adolescente da nossa ignorância.

Não ousamos repetir desvanecidos os grandes nomes que entre nós vivem; gozamos com inconsciência de uma democracia sem par e vamos nos despercebendo das terríveis misérias do mundo para não reconhecermos que habitamos o reino da fartura. Talvez, por isso mesmo, tenhamos alcançado viver dentro dele como um dos povos mais pobres do mundo. Porque cuidamos mais deste que de nós, não havendo, que eu saiba, quem tanto conheça o que acontece nos outros países, nenhum outro povo existe que menos conheça a sua terra e a sua gente.

Escrevendo episódios da nossa história internacional, fazeis obra salutar de reação contra o esquecimento do passado que nos formou, dando-nos vida e caráter.

Desconhecê-lo seria mutilar-nos.

Antes da Guerra, estudando a missão Saraiva, e *Às Portas da Guerra*, examinando os fatos que àquela se seguiram, destes à narrativa o apoio vigoroso e decisivo de uma abundante documentação tirada dos nossos arquivos. Não querendo alegar, mas provar, compusestes um livro em que apenas colaborais para dar nexos aos documentos e ordená-los de forma a destruírem de vez graves injustiças que o desconhecimento dos nossos propósitos e instruções criara entre publicistas estrangeiros.

Tão vinculadas andavam essas increpações à história daqueles acontecimentos, por falta de confutação documentada, que até mesmo na literatura indígena, inspirada na platina, se poderia lê-las repetidas. Não as leremos mais depois das vossas pesquisas, tão asperamente recebidas, pelo uso, havido por imoderado, que fizestes das aspás de citação. Com elas, entretanto, avigorastes o livro no conceito dos estudiosos, dando-lhe o valor de verdade documentada, o que aumenta a benemerência com que arriscastes a fama do escritor.

Desta não sei o que dirão os vindouros quando falarem do estilo, ainda que lhe não possam recusar a correção gramatical; mas julgo-me autorizado antecipando que reconhecerão nas obras que escrevestes um alto e constante

propósito de inspiração patriótica, paciente e laboriosamente realizado, com lucidez e bom senso, mercê de pesquisas em arquivos que beneditinamente compulsastes.

Um grande pensamento, servido por uma persistência que se vai fazendo grande num ambiente que tem na inconstância o seu maior calcanhar-de-aquiles.

Nos livros que apontei, como no *Brasil Terra Cara*, *O Brasil e Seus Princípios de Neutralidade*, *Cousas Diplomáticas*, em tudo que escrevestes, predomina invariavelmente o empenho de mostrar aos coevos como foram e como agiram na política internacional os nossos antepassados, dissipando dúvidas e destruindo inverdades ou injustiças que a crítica apaixonada de adversários, tanto quanto o nosso descaso em refutá-la, ia, mercê do tempo, sedimentando nas páginas da História continental. Demonstrando que o bombardeio de Paissandu não se continha nas instruções do Governo Imperial, tirastes das almas bem formadas dos que, no Uruguai, descendem dos *blancos* daqueles agitados tempos a ruga de uma dolorosa reminiscência contra o nosso povo e o seu governo de então.

Exaltastes o valor da nossa diplomacia, homens de governo e diplomatas, mostrando quão pouco a Conferência da Haia criou em matéria de guerra marítima que já não estivesse proclamado e praticado pela nossa liberal política exterior. Bem merecida foi a culminância que reconhecestes na nota do nosso Ministro Taques, sobre a estadia de navios beligerantes em águas neutras, a propósito do famoso caso Alabama, de que nos saímos, como sempre, com honra para o nosso pavilhão e conceituoso relevo para o nosso renome.

Escapou-me escrever “como sempre” e já agora não me retratarei, sujeito embora à pena de vitupério, fazendo abranger no conceito os anos de neutralidade que o Brasil, em presença da mais generalizada e terrível das guerras, viveu – cauto e digno – em mórbido período cuja convalescença, em graus diferentes para as diferentes nações, é nesta hora o pesadelo dos estadistas e o sofrimento dos povos esgotados.

Uma falsa modéstia, que poria a pessoa antes da Pátria, não autorizaria quem quer que fosse, para esconder-se, a calar, mutilando a História, uma prolongada ação que houvesse merecido de grandes e liberais nações o conceito de modelar. Não vi nisso senão o prazer intenso e profundo de haver man-

tido, sem desmerecimento, uma linha de conduta já incorporada com lustre para o nosso país no patrimônio das suas tradições.

Destas cuidastes com desvelo e propriedade, quando os vossos trabalhos publicados e a vossa conduta em congresso pan-americano, de cuja política sois dedicado cultor, vos deram credenciais para falar, por convite, que é uma honra assinalada, em Harvard, na Columbia University, e na Universidade de Buenos Aires.

Naquelas, mostrastes quão cordiais foram sempre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, criando um apoio recíproco, que é elemento ponderoso da segurança na vida internacional do continente.

Ao Sul a vossa missão, falando de um passado de divergências, que produziram lutas, ia arrostar uma situação delicada que elegestes com destemor, quase destoante da habitual prudência. É que no estudo daquela época háveis adquirido a certeza de que, sem resquício de retratação, a nossa política histórica ali poderia ser, no seio da feliz amizade de hoje, apresentada ao julgamento desprevenido dos nossos vizinhos escoimada das acerbas censuras com que a paixão de outrora a combatera. Falastes a uma mocidade que faz honra à juventude do continente e, porque nela encontrastes retidão e inteligência, guiada por mestres de real valor, contente regressastes da jornada trazendo a impressão de uma grande estima pelos vossos ouvintes, em troco de salutar impressão que lhes deixastes como uma contribuição a mais para vincular uma amizade que se do coração não vivesse, deveria nascer da razão.

Para falar-lhes, embarcastes justamente no dia em que éreis eleito para substituir Sousa Bandeira, em cuja Cadeira vos assentareis de hoje em diante. Dela se diz que é a fatídica da Academia, impressão de mandinga que tantos enxergam no seu número 13 e que lhes parece justificada com ser ela a única que já viu desaparecer quatro titulares. Superstições de gente sarapantada e esquecida de que na própria existência o número 13 lhes ficou para trás, marcando, com seus convizinhos, uma das quadras mais felizes da existência humana, pelo que nela, descuidosos, gozamos das afeições no lar paterno, como pelo alvorecer das primeiras esperanças, nessa quase primavera da vida. Mal lhe não encontrareis, mas nos seus múltiplos, quando estes vos advertirem, como já me acontece, de que o tempo da vida humana tem limites, como tudo neste mundo. Desse limite não escapa a nossa Companhia, ainda que se

componha de imortais, atributo que só tem caráter subjetivo e ainda assim, sem malícia o digo, de relativo valor no julgamento dos vindouros.

Deles deve esperar justiça com estima o eminente confrade a que sucedeis. Foi-lhe a vida um campo de trabalho em que laborou com afincos e entusiasmo no seu início, com constância e resignação nos últimos tempos. O entusiasmo foi-lhe motor de atividade quando no Recife correu com a sua geração a batalhar ao lado de Tobias Barreto. Não serei eu que vos lembre esses tempos de revolução intelectual em que o Messias de Sergipe se fez da chamada Escola de Recife, para dar combate vitorioso à velha concepção do Direito.

Valeria entretanto a pena recordar com maior explanação do que o fizestes, essa luta em que, atônitos e resistentes, os velhos mestres defendiam com pertinácia as doutrinas do seu tempo, enquanto Tobias e, com ele, a nova geração, que soubera atrair, apóstolos das novas concepções, construíam, sobre os destroços do passado, os fundamentos renovados da moderna concepção do Direito. A Faculdade do Recife, da qual já escrevi que era o pólo norte da cultura jurídica e social do Brasil, teve nessa quadra de intensa elaboração mental o apogeu da sua colaboração na educação jurídica do Brasil.

Sousa Bandeira, como Martins Júnior, Sílvio Romero, Artur Orlando e tantos outros, teve notoriedade nessa memorável campanha pela evolução da nossa cultura. Foi o início do período em que velhos e notáveis mestres começaram a ceder aos representantes do novo credo a direção mental da Academia, donde vieram João Vieira, que ainda moureja entre os lidadores jurídicos, e José Higino, o lumiar jurídico da Comissão dos 21, eleita pelo Congresso Constituinte, na qual tive ocasião, ainda bem jovem, de admirar o seu vasto e ordenado saber a que a nossa Constituição deve em grande parte, além de textos notáveis, a eliminação de várias incongruências e o aprimorado estilo de sua redação atual. Foi desse período que recebemos Clóvis Beviláqua, cujo profundo saber se pode hoje admirar em toda a profundidade como em certos e fundos rios do Amazonas se alcança ver as areias do leito, tão límpidas e claras lhes são as águas correntosas, que o estilo relembra no escritor.

O embate no Recife despertou todas as capacidades em polémicas memoráveis, pró e contra os princípios fundamentais que o Mestre fora buscar em Darwin, Haeckel e Ihering e o método, que daqueles primeiros trouxera, transplantado das ciências naturais. A vossa cultura vos teria permitido, se

quisésseis, observar agora, passados os tempos, a sua ação na reforma dos estudos jurídicos, sujeita ao preceito de que só o monismo nos dá a verdadeira intuição do Direito; e de que a sua instituição é a concepção darwinico-raeckeliana no mundo jurídico. A envergadura desse paladino merece recordação das gerações, não para recusar com ele à Sociologia o caráter de ciência, nem decerto para nos imobilizarmos no monismo de seu tempo, mas para admirar-lhe a superior visão da regra evolutiva, que preside o desenvolvimento de todo o saber humano. Reconhecendo as aparências de constância e imobilidade do Direito, proclamou como uma verdade, que ficará eterna, que ele também se acha, como tudo o mais, em um perpétuo *fieri* sujeito a um processo de transformação contínua. Divergência fundamental apoiada em Boerne com a antiga concepção de ciência que Platão fixara, afirmando que não há ciência do que passa.

Porque Tobias não criou por si só, mas transplantou com talento e saber, as suas doutrinas vos conduziram ao estudo de uma época rica em mentalidades superiores que foram: na Alemanha predileta de Tobias, Kant, Hegel, Schopenhauer, Noiré, Hartmann e Haeckel; na França, de mais geral predileção, Augusto Comte, para só citar no seu país a culminância filosófica do seu tempo; e Hume, Darwin e Spencer, na pensadora Inglaterra. E outros, noutros países, que, durante um século, continuando grandes pensadores que lhes foram guias, elevaram a cultura humana à altura de poder transpor as barreiras de concepções em caduquice, para abrir novos horizontes ao estudo humano, sob o critério universal da relatividade.

Seguiu-o Sousa Bandeira por educação científica, tanto quanto, talvez, pela índole que lhe era avessa às intolerâncias, ainda que resignada às opressões do meio e das circunstâncias.

Maior lhe foi a cultura mental de que ficará sendo a obra que nos legou. Fato costumeiro na vida humana que, ente nós, toma proporções desconhecidas nos países em que mais se escreve na quadra da maturidade do espírito. Advogado e professor, lidou até seu termo final com a ciência do Direito, no estudo das suas belas doutrinas e na aplicação estafante dos seus processos em cartório. Mais ainda, a cultivou na colaboração profícua que o seu saber e a sua linha singela de cavalheiro deram a seu país e à nossa diplomacia nos Congressos de que foi parte. Sempre lhe achei no serviço público

uma delicadeza de tato muito assemelhável à de Machado de Assis, patriarca desta Casa, cuja amizade, adquirida no convívio do serviço nacional, é uma das mais compensadoras recordações da minha vida de governo. Tinha Sousa Bandeira uma irreprimível e dolorosa contrariedade cada vez que lhe parecia ver nos moços um certo abandono das boas maneiras que o passado nos legara; por efeito, creio eu, da imitação de povos mais prósperos, porém menos educados por seus maiores, do que o fomos pelos nossos. Falando do discurso que eu devera fazer, ao tomar posse da Cadeira que ocupo, nunca lhe esqueceu recomendar-me, sem a aparência de o fazer, que desse relevo à ação de Rio Branco no aperfeiçoamento dos nossos costumes sociais e na educação do convívio, nas relações da vida oficial. Ninguém poderia suspeitar que pleiteasse com isso pela revivescência das velhas formalidades e intrincadas regras que o tempo sensata e definitivamente simplificou. O que ele queria – e eu sempre desejei também – foi que conservássemos a simplicidade e o comedimento das antigas maneiras e também a do vestir da nossa gente, para que os nossos vindouros não se notabilizem no futuro pela algazarra das conversas e discussões, desgarres ou arrebicados dos gestos, ou pela altura a que elevem os pés nas salas e salões, nem pela efeminada elegância cinturada que faz o desespero daqueles a quem a idade vai arredondando. Desse comedimento deu ele contínuas provas na sua obra e na sua vida.

O domínio, que no seu espírito exercia a educação jurídica, não impediu que fosse no mundo das letras um escritor de mérito. A Academia, que o teve sempre em grande estima, vos será agradecida, vendo-vos proclamar que a serenidade do seu juízo se casa nas *Páginas Literárias* com o mais fino sentimento, e reconhecendo que do mesmo modo o fora, desartificiosa e serena, nas páginas das *Peregrinações*, que sucederam à fase combativa dos *Estudos e Ensaios*.

Também recebemos com agrado e carinho as referências que fazeis a Francisco Otaviano, patrono da Cadeira que ides ocupar, e cuja vida, tão alheia à publicidade atual, por uma feliz disposição das regras desta Casa, vos caberá, em boa hora, escrever. Das que lhe fazeis, como das que escrevestes sobre os vossos antecessores mediatos, Taunay, Francisco de Castro e Martins Júnior, trilogia de glórias nas letras pátrias que os irmanaram no seio desta Academia, vindos triunfalmente de elevadas e diferentes fontes do saber humano.

Breve será, por agora, o tempo que conosco aqui vivereis, obrigado que sois a partir para o desempenho dos deveres que vos incumbem. Tereis que trabalhar desta vez no terreno mais prático das relações consulares que particularmente cuidam da vida comercial e econômica.

Dou-vos por isso os meus parabéns, tendo, como tenho, que a passagem por esse serviço, sobretudo para os brasileiros ordinariamente educados tão fora da vida real, será de grande utilidade para a ação diplomática que, sem pretensões a profeta, vos vaticino no futuro. A ausência nos privará de um convívio que nos seria grato, ainda mais aos que, adiantados em anos, vêm nesta Casa a entrada de moços como a esperança de realizações que eles não poderiam mais empreender.

Nas viagens, que tendes feito, como nas peregrinações que cabem na possibilidade da carreira a que servis, tendes tido e tereis ocasião de ver e admirar grandes e poderosas nações. Também eu as vi de perto e toda a gente as pode ver de longe, mas com suficiente nitidez, no decurso da grande crise que o mundo acaba de atravessar, como na continuidade do seu desenlace. Nunca lhes recusei a minha admiração e, antes, confessei a mim mesmo que é um prazer suportável o de acampar algumas vezes nessas paragens forasteiras; mas sempre tive para mim também que só na Pátria se pode morar e morrer, completando, sob o mesmo céu e a mesma paisagem, o ciclo que começou a vida.

Sei que sois desse pensar e que, se bastante gostais das viagens, tendes nelas o maior dos prazeres quando em rumo para a Pátria. O gozo lá fora nunca tem a serena felicidade que a vida patricia nos dá no seio da família, cercados dos amigos, mal julgados pelos desafetos, mas livres do conceito que no ceticismo do mundo reduz o estranho a matéria-prima de exploração, a benefício de interesses locais.

Desse mal-estar, que deixa atribulações junto de cada prazer, fui eu vítima de uma feita, em circunstância que já agora me permitirão vênua para referir como remate a esta já tão longa saudação de boas-vindas ao novo acadêmico e sem a pretensão de adverti-lo, por desnecessário, contra os perigos que vivem fora da Pátria.

Certa vez, alojado numa grande metrópole, em um dos instantes de reflexiva saudade que os afazeres me permitiram, vieram-me à memória, entre mil cousas, não sei por que bizarra associação de idéias, tempos já longamente

passados e com eles a lembrança, em meio daquelas grandezas todas, da ascensão que outrora aqui fizera ao pico do nosso Itacolomi. Naquele minuto revi na minha imaginação a beleza inesquecível do majestoso panorama que dali se divisa. Insensivelmente, quase sonhando, comecei a perceber analogias gradativas entre a grandeza da obra eterna de Deus e a da obra precária dos homens. Com um temor quase supersticioso ocorreu-me, subitamente, a lembrança de que pela primeira vez – e somente ali naquela altura – me fora dado ver, com surpresa e quase repugnância, um exemplar vivente de planta carnívora.

Com os meus olhos curiosos e aterrados, eu a vi, fechando as folhas, comprimir e devorar insetos incautos que ousavam tocá-las. E naquela espécie de alucinação, perguntei então a mim mesmo timidamente e hoje ousou perguntar-vos – depois de ter visto autocracias atirarem-se ferozes sobre democracias para dominá-las e devorá-las, e as democracias reagirem varonilmente para acabar retrucando domínio contra domínio, arbítrio contra arbítrio – se também, como nas ásperas e desertas serranias, nas maiores alturas da grandeza humana, floresce a civilização como planta carnívora?